DISTRIBUIÇÃO MICROFITOBENTÔNICA NO PERFIL BATIMÉTRICO DA ENSEADA DE BOIÇUCANGA, SÃO SEBASTIÃO, SP

MICROPHYTOBENTHIC DISTRIBUITION ON THE BATHIMETRIC PROFILE AT BOIÇUCANGA INLET, SÃO SEBASTIÃO, SP

Carlos João David
Doutor e mestre em Oceanografia Biológica, IO-USP;
Professor de Ecologia - Uninove
david@uninove.br

Cristiano de Salles Almeida
Graduado em Ciências Biológicas (Licenciatura) – Uninove
Especializando em Medição, Análise, Previsão e Modelagem do Nível do Mar, IO-USP

Eduinetty Ceci Pereira Moreira de Sousa
Doutora e Mestra em Oceanografia Biológica, IO-USP
Professora de Ecotoxicologia do IO-USP

André Paulo Corrêa de Carvalho
Mestre em Zoologia - UNESP
Professor de Zoologia - Uninove
Diretor do RAÍZES

Armando Luís Serra
Doutor e Mestre em Zoologia, IB-USP
Professor de Zoologia - Uninove

Resumo

O microfitobentos marinho é composto por microalgas bentônicas, diatomáceas do substrato raso, onde é a base da teia alimentar costeira. O objetivo desse estudo foi avaliar a distribuição microfitobentônica no perfil batimétrico da Enseada de Boiçucanga, São Sebastião, SP. As amostras (com seis réplicas) foram coletadas no verão (fevereiro/2009) em quatro pontos A, B, C, D (23º48'21,6"S; 45º38'30,9"W), nas profundidades de 8,5, 11,5, 14,4 e 17,5 m. A biomassa, clorofila a (cla) e feopigmentos (feo), foi extraída com acetona, medida (absorbância 430, 665, e 750 hm) em espectrofotômetro. O teste Kruskal-Wallis-ANOVA, mostrou diferenças significativas (α<0,05), entre as amostras (cla p=0,0214; feo p=0,0035). Com médias: cla, 16,7±10,5; feo, 18,5±24,4 mg.m-2, as biomassas aumentaram com a profundidade (cla; A 13,6±4,9, B 8,9±2,9, C 23,9±9,7, D 20,4±14,9; feo, A 2,2±1,5, B 4,5±2,4, C 39,5±22,7, D 28,1±31,8 mg.m^{-2}). Esse aumento foi associado à redução do hidrodinamismo, da zona de arrebentação (A-B) para a região mais profunda (C-D). As correlações (R de Spearman; p<0,0001) foram: negativa, cla/feo X profundidade (R=-0,720); positiva, feo X profundidade (R=0,535); cla X feo (R=0,921). A correlação cl/feo X profundidade corrobora essa tendência (8,5-14 m), e entre 14-17 m com a redução da penetração luminosa.

Palavras-chave: Biomassa. Ecologia do microfitobentos. Enseada de Boiçucanga. Perfil batimétrico. Região costeira.

Abstract

The marine microphytobenthos is composed by microalgae, as penate diatoms, covering the shallow bottom waters, and is the base on the benthic coastal food chains. This study aims to survey the microphytobenthos on the bathymetric profile of Boiçucanga Inlet, São Sebastião, SP. The samples (with six replicates), were collected in the summer (2009/02) at four points A, B, C, D (23º48'21.6"S, 45º38'30.9"W), at four depths 8.5, 11.5, 14.4, 17.5 m. The biomass, chlorophyll a (cla) and phaeopigments (feo) extracted with acetone, were measured at 430, 665, e 750 hm (spectrophotometer). The Kruskal-Wallis-ANOVA showed significant differences (α<0.05: cla 0.0214; feo 0.0035), the averages were: cla 16.7±10.5; feo 18.5±24.4 mg.m2. The values increased with the depth: cla, A (13.6±4.9) B (8.9±2.9 mg.m-2), C (23.±9.7), D (20.4±14.9 mg.m^{-2}); Feo, A (2.2±1.5), B (4.5±2.4), C (39.5±22.7), D (28.1±31.8 mg.m-2). The Spearman correlations (p < 0.0001) were: negative, cla/feo X depth (R=-0.720); positive, feo X depth (R=0.535); cla X feo (R=0.921), associated to stronger hydrodynamism closer to the surf zone (A-B) decreasing with depth and weaves reach (C-D). The correlation cla/feo X depth corroborates this trend (8.5-14 m). Between 14-17 m the reduction was associated to lower light energy.

Key words: Bathymetric profile. Biomass. Boiçucanga inlet. Coastal region. Microphytobenthos ecology.

1 Introdução

O microfitobentos marinho é formado por microalgas unicelulares, especialmente diatomáceas bentônicas, que vivem associadas ao substrato exposto à luminosidade, podendo ser sésseis, denominadas epipsâmicas, quando se fixam aos grãos de areia, ou epipélicas, quando se movimentam ativamente nos interstícios do sedimento ou na interface entre o sedimento e a água (PLANTE-CUNY, 1978).

Essa comunidade é constituída principalmente por diatomáceas, além de fitoflagelados e cianobactérias, estas contribuem para a distribuição heterogênea da biomassa microfitobentônica, que é considerada a principal base da teia alimentar bentônica das águas rasas da região costeira (PLANTE-CUNY, 1978; ROUND, 1981; ODUM, 1988; SANTOS et al., 1995; MILLER et al., 1996). A avaliação da biomassa microfitobentônica é medida indiretamente por meio da clorofila *a*, uma das formas mais eficazes para estudar a comunidade microfitobentônica (PLANTE-CUNY, 1978; ODUM, 1988; DOTY e OGURI, 1989). O microfitobentos colabora ativamente na consolidação e manutenção dos sedimentos; recolonização de substratos e na ciclagem biogeoquímica dos sedimentos (PALMER e ROUND, 1965; PLANTE-CUNY, 1978; ROUND, 1981).

Para a região do Canal de São Sebastião, em razão do Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR), da Petrobrás, especialmente pelo risco de acidentes como derramamento de petróleo (POFFO et al., 2001; CETESB, 2004, 2009, 2010) e, em decorrência das peculiaridades oceanográficas desse canal, há na literatura diversos estudos ecológicos desenvolvidos na região. Entretanto, para as regiões próximas como Toque-Toque, Maresias, Boiçucanga, Camburi e outras praias relativamente próximas desse canal, não há na literatura, estudos sobre o microfitobentos, o que justifica esse estudo.

2 Objetivos

Esse estudo avalia a distribuição da biomassa microfitobentônica associada ao perfil batimétrico da Enseada de Boiçucanga, situada no município de São Sebastião.

3 Material e métodos

A amostragem foi realizada em 8 de fevereiro de 2009, e as amostras foram coletadas em quatro pontos amostrais A, B, C e D (próximos de 23º48'21,6" S, e 45º38'30,9" W), posicionados ao longo de um transecto transversal à linha de costa, em suas respectivas profundidades de 8,5, 11,5, 14,4 e 17,5 m, de acordo com a Carta Náutica nº 1642 da DHN (1987) que é específica para essa região (Fig. 3).

Figura 1: Enseada de Boiçucanga e arredores
Fonte: GOOGLE EARTH, 2009.

Para cada amostra foram coletadas 6 réplicas utilizando-se um amostrador van Veen (Fig. 2), retiradas do centímetro superior do sedimento, com tubo de PVC (corer) de 2 cm de diâmetro interno (PLANTE-CUNY, 1978; DAVID et al., 2009). Após a coleta, as amostras foram armazenadas em frascos escuros e mantidas em recipiente isotérmico com gelo, transportadas para o laboratório, e mantidas a -19 °C até a ocasião do processamento (PLANTE-CUNY, 1978).

Figura 2: Coleta das amostras do sedimento coletado com amostrador van Veen
Fonte: Os autores.

A biomassa foi obtida pela avaliação dos pigmentos fotossintetizantes, a clorofila a (cla) e os feopigmentos (feo), que foram extraídos do sedimento com acetona. Após a extração foi medida sua absorbância por espectrofotometria, nas densidades ópticas

dos comprimentos de ondas de 430, 665, e 750 hm. A biomassa foi expressa em mg.m-2, sendo determinada conforme o método descrito por Plante-Cuny (1978) e adaptado por David (1997, 2003) e David et al. (2009).

Aos resultados foi aplicado o teste estatístico não paramétrico Kruskal-Wallis, ANOVA (análise de variância), para verificar as diferenças significativas entre as amostras ($\alpha < 0,05$), com a comparação múltipla (do tipo Tukey) de Nemenyi para verificar os agrupamentos (ZAR, 1996). Também foi comparada a correlação, R de Spearman (ZAR, 1996), para a biomassa e as variáveis ambientais, como profundidade, e os índices de Margalef e a razão cla/feo (PLANTE-CUNY, 1978; DAVID et al., 2009).

4 Área de estudo

A praia de Boiçucanga se localiza a 35 km do Centro de São Sebastião (SÃO SEBASTIÃO, 2009). Sua fisionomia é caracterizada por ter sua região oeste, próximo à Ponta do Vilela que é voltada para o sul, e a partir da região mediana há formação de um arco que na porção a leste torna-se voltado para **o** sudoeste. Nessa região há um morro que fornece proteção contra a ondulação direta, criando uma região mais protegida. Junto a esse morro há um riacho que drena o vale e a planície de Boiçucanga, que torna possível a entrada de embarcações de pequeno porte. A praia é de areia grossa e na região mais exposta ocorre uma "praia de tombo", e a Enseada de Boiçucanga, conforme observado no detalhe da Carta Náutica 1642 (DHN, 1987), abrange a região entre Boiçucanga e Camburi, da Ponta da Baleia a oeste e a Ponta Grossa a leste. Na direção frontal à Ponta da Baleia encontra-se a Ilha dos Gatos (altitude de 81 m). Esses são os pontos notáveis que demarcam essa enseada, lembrando que o fundo marinho é arenoso, de boa tensa, com formação de parcéis nas proximidades da Ilha dos Gatos e da Ponta Grossa.

5 Resultados e discussão

A tabela 1 apresenta os valores médios, desvios, mínimos e máximos para a cla, feo e índices, de Margalef e cla / feo para os 4 pontos amostrais estudados. A tabela 2 apresenta os resultados do teste estatístico e a comparação múltipla. A tabela 3 apresenta os resultados das correlações entre as variáveis avaliadas. E a figura 4 representa a distribuição da biomassa microfitobentônica nos 4 pontos amostrados na Enseada de Boiçucanga.

A média geral da biomassa para cla foi de 16,7±10,5 mg.m^{-2} e para feo de 18,5±24,4 mg.m^{-2}, conforme a tabela 1 e figura 4. As biomassas médias variaram entre 8,9 e 23,9 mg.m^{-2} para cla e entre 2,2 e 39,5 mg.m^{-2} para feo (Tab.1).

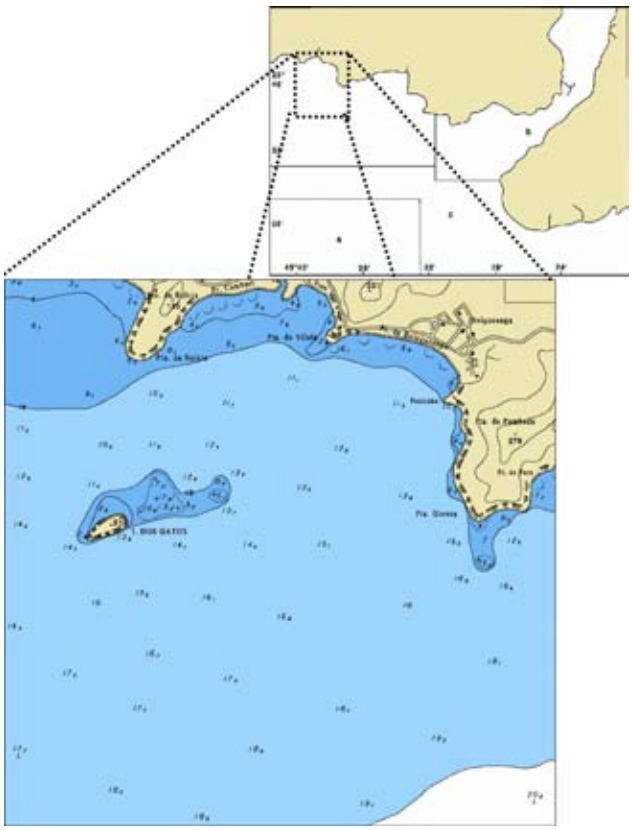


Figura 3: Detalhe da Carta Náutica nº 1642 da DHN (1987), para o Canal de São Sebastião e arredores, destacando a região entre Boiçucanga e Camburi. Na carta base, a região "a" indica o Canal de S. Sebastião.
Fonte: DHN, 1987.

Tabela 1: Valores das médias, desvios, mínimos e máximos para a cla, feo e índices, de Margalef e razão cla/feo

	Clorofila a		Feopigmentos		Margalef		Cla/Feo	
Amostra	média	desvio	média	desvio	média	desvio	média	desvio
A	13,6	4,9	2,2	1,5	2,8	0,1	7,4	3,2
B	8,9	2,9	4,1	2,4	3,6	0,2	2,6	0,8
C	23,9	9,7	39,5	22,7	3,7	0,2	0,8	0,5
D	20,4	14,8	28,1	31,8	4,0	0,9	1,5	1,3
Geral	16,7	10,5	18,5	24,4	3,5	0,6	3,1	3,1
Min		6,4		0,7		2,7		0,5
Max		42,1		76,3		5,8		13,3

Fonte: Os autores.

O teste estatístico considerou significativas as diferenças entre as amostras (p = 0,0214 para cla e 0,0035 para feo), conforme a tabela 2. Entretanto se observa um forte desvio em torno das médias, especialmente na amostra D, com desvio superior à média; para feo, com média de 28,1 e desvio de 31,8 e entre as 6 réplicas variou entre 1,8 e 76,3; a amostra C, com 39,5 variou entre 7,8 e 68,0. Para a cla, a variação foi menor, entretanto, a amostra D variou entre 7,3 e 42,1. (DAVID et al.,

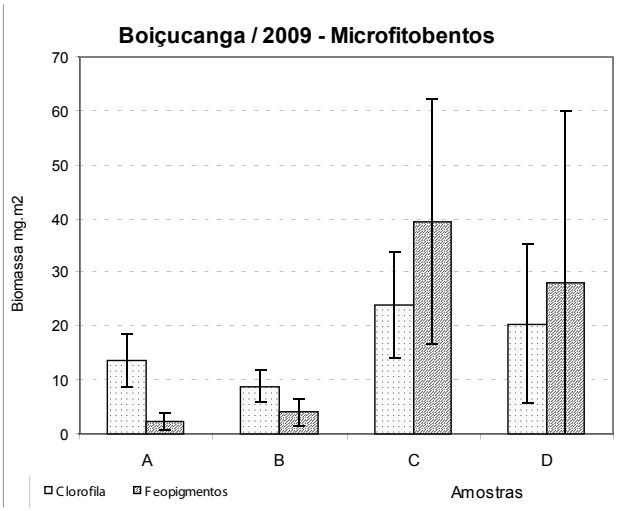


Figura 4: Distribuição da biomassa microfitobentônica nas amostras da Enseada de Boiçucanga
Fonte: Os autores.

Tabela 2: Teste de Kruskal-Wallis ANOVA e comparação múltipla de Neme

Campanha 2009
(aumento da biomassa) →
Clorofila *a:* H = 9,686; p = 0,0214
B A D C
Feopigmentos: H = 13,626; p = 0,0035
A B D C
n = 24

Fonte: Os autores.

2009), associam grandes variações da biomassa microfitobentônica à distribuição em mosaico ("patchyness"). A comparação múltipla para a cla formou três grupos distintos: a amostra C, com maior biomassa; a amostra B, com menor biomassa e as amostras A e D, com valores intermediários. Para feo também formaram-se três grupos distintos: as amostras C e D, com maior biomassa; a amostra A, com menor biomassa, e a amostra B, com valor intermediário.

Ambos os pigmentos apresentaram maiores teores nas amostras mais profundas (C e D) e menores teores nas amostras mais rasas (A e B). Esse fato pode ser associado ao hidrodinamismo que é maior nas proximidades da zona de arrebentação (A e B), e que diminui com o aumento da profundidade (C e D), à medida que diminui a capacidade das ondas movimentarem partículas nessas profundidades, conforme observado na literatura (PLANTE-CUNY, 1978; DAVID et al., 2009).

A redução da razão cla/feo e do índice de Margalef, da região mais rasa (A e B) para a mais profunda (C e D) apresentam duas explicações: a primeira é associada à maior taxa fotossintética em águas mais rasas, em função de maior penetração da energia luminosa. A segunda**,** que é complementar à primeira, é o fato de aumentar a deposição de microalgas senescentes da coluna d'água com o aumento da profundidade. Segundo Plante-Cuny (1978), valores abaixo ou próximo a 3 para o índice de Margalef indicam comunidades jovens e valores maiores ou próximos a 4 indicam comunidades mais senescentes, permitindo inferir que esse aumento seja mesmo decorrente da deposição das algas senescentes da coluna d'água. Outro fato que foi considerado por David et al. (2009) é que feo, por ser associado as algas mortas, é facilmente transportado pelo hidrodinamismo, enquanto a cla, por estar nas algas vivas (epipsâmicas ou epipélicas), resiste ao hidrodinamismo gerado pelas ondas. Verifica-se que entre as profundidades de 14,4 e 17,5 m, ocorre a redução dos pigmentos, especialmente para feo de 39,5 para 28,1 mg.m^{-2}.

A cla e feo apresentaram correlação quase perfeita (R = 0,921), refletindo os agrupamentos (Tab. 2), onde as maiores biomassas ocorrem nas mesmas posições para as amostras C e D, apenas A e B trocam de posições. A forte variância das amostras C e D para os dois pigmentos se refletem no nível de significância, especialmente para a cla (p = 0,0214). Esse fato é explicado pelos fortes desvios, com valores altos em relação às médias dessas amostras. O índice de Margalef aumentou com a profundidade, enquanto a relação cla/feo diminuiu com a profundidade, o que explica exatamente as correlações fortes observadas na tabela 3, com a mesma tendência verificada na literatura (PLANTE-CUNY, 1978; EICHLER et al. 2006; DAVID et al., 2009).

Tabela 3: Correlações de Spearman (R), entre as variáveis avaliadas

Campanha 2009	Clorofila	Profundidade
Clorofila	__	0,389
Feopigmentos	0,921	0,535
Margalef	0,520	0,675
Clorofila / Feopigmentos	0,430	-0,720

n = 24. Para R significativo (em negrito); p < 0,0001
Fonte: Os autores.

Também se observa que os valores obtidos em Boiçucanga foram maiores do que aqueles observados por David et al. (2009), para Praia Grande e para Guarujá em ambientes mais abertos, porém para o Canal de São Sebastião e a Baía de Santos, que são mais protegidos, os valores médios são maiores do que os observados

na Enseada de Boiçucanga. Eichler et al. (2006) observou que maiores valores de biomassa ocorreram nas entradas do Canal de Bertioga, o que foi associado à penetração de luz e a quantidade maior de nutrientes por ser um ecossistema estuarino, portanto, os valores médios de biomassas encontrados para a Enseada de Boiçucanga são menores do que aqueles encontrados no Canal de Bertioga.

6 Considerações finais

A biomassa microfitobentônica apresentou maiores valores nas regiões mais profundas (14,4 a 17 m), e menores valores na região mais rasa (8,5 a 11,5 m).

O aumento da biomassa foi observado até a profundidade de 14,4 m e sofreu redução de 17,5 m de profundidade.

As amostras de menores profundidades apresentaram teores de clorofila *a* maiores do que os de feopigmentos, e nas amostras de maiores profundidades, prevaleceram os teores de feopigmentos.

Na região mais rasa, a razão clorofila/feopigmentos indicou maior atividade fotossintética, e maior hidrodinamismo junto ao fundo, enquanto na região mais profunda com águas mais calmas essa razão é menor e indica a deposição de algas planctônicas no bentos.

Esse estudo indica a importante função do papel do microfitobentos como base da cadeia alimentar bentônica, portanto, indispensável à compreensão do funcionamento do ecossistema marinho costeiro.

Referências

CETESB - Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental. *Relatório de qualidade das águas litorâneas do estado de São Paulo*: balneabilidade das praias 2003. São Paulo, 2004. 226 p.

_____. *Relatório de qualidade das águas litorâneas do estado de São Paulo 2008.* São Paulo, 2009. 330 p. e anexos.

_____. *Evolução da qualidade das praias, on-line.* São Paulo, 2010. Disponível em: (http://www.cetesb.sp.gov.br/Agua/praias/evolucao.asp). Acesso em 15 jul. 2010.

DAVID, C. J. *Contribuição para o estudo da distribuição do microfitobentos da região entremarés de praias da Baixada Santista, Estado de São Paulo.* 155p, 1997. Dissertação (Mestrado em Oceanografia Biológica) Instituto Oceanográfico - USP. 1997.

_____. *Distribuição da biomassa microfitobentônica na Baía de Santos (SP, Brasil) com ênfase para a Região do emissário submarino.* Aspectos da produção primária e da florística. 2003. 222 p .Tese (Doutorado em Oceanografia Biológica) Instituto Oceanográfico - USP, 2003.

_____.; SOUSA, E. C. P. M.; TOMMASI, L.R. 2008. Microphytobenthic biomass in the coastal region of Baixada Santista and São Sebastião Chanel, SP, BR: LOESS Project. In: BRAGA, E. S. (Org.) Oceanografia e mudanças globais – *Proceedings III SOB Simpósio Brasileiro de Oceanografia*, 4-8 de Dezembro de 2006, São Paulo, IOUSP Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. São Paulo. 784 p. 133-144. 2009.

DHN - Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil. *Carta Náutica nº 1642 - De São Sebastião à Ilha dos Gatos,* 1987.

DOTY, M. S.; OGURI, M. The carbon-fourteen technique for determination primary productivity. *Pubbl. Straz. Zool.* Napoli, 31 (suppl.):p. 70-94, 1989.

EICHLER, P. P. B.; EICHLER, B. B.; DAVID, C. J.; MIRANDA, L. B.; SOUSA, E. C. P. M. The estuary ecosystem of Bertioga, São Paulo, Brazil. *Journal of Coastal Research.* São Paulo. p. 1110-1113, 2006.

GOOGLE EARTH. *Imagens de satélite de São Sebastião, SP.* Disponível em: (http://earth.google.com/intl/pt/). Acesso em 30 abr. 2009.

MILLER, D. C.; GEIDER, R. J.; MACINTYRE, H, L. Microphytobenthos: The Ecological Role of the "Secret Garden" of Unvegetated, Shalow-Water Marine Habitats. II. Role in Sediment Stability and Shallow-Water Food Webs. *Estuaries,* v.19, n.2, p. 202-212,1996

ODUM, E. P. *Fundamentos da ecologia*, 4.ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 927 p., 1988.

PALMER, J. D.; ROUND, F. E. Persistent vertical migration rhythms in benthic microflora. *J. Mar. Biol.* Ass. UK., v. 45: p.567-582, 1965.

PLANTE-CUNY, M. R. Recherches sur la production primaire bentique en milieu marin tropical 1. Variations de la production primaire et des teuners en pigments photosyntétiques sur quelques fonds sableaux. Valeur des résultats obtenus par la méthode du C^{14}. *Cah. ORSTOM, Sér. Océanogr*, v. 11, n.3: p.317-348, 1978.

POFFO, I. R. F; XAVIER, J. C. M.; SERPA, R. R. A História dos 27 anos de vazamento de óleo no litoral norte do Estado de São Paulo (1974-2000). *Revista Meio Ambiente Industrial*, n. 30. São Paulo, p. 98-104, 2001.

ROUND, F. E. *The ecology of algae*. Cambridge University Press, Cambridge, p.653, 1981.

SANTOS, P. J. P.; CASTEL, J.; SOUZA-SANTOS, L. P. Microphytobenthic pattches and their influence on meiofaunal distribution. *Cah. Biol. mar.*, v. 36: p.133-139, 1995.

ZAR, J. H. *Biostatitical analysis.* 3rd ed. New Jersey: Prentice-Hall. Englewood Cliffs. p.662 e anexos, 1996.

A MORTE E O MORRER SOB A ÓTICA DOS DOCENTES DE ENFERMAGEM

DEATH AND DYING FROM THE PERSPECTIVE OF TEACHERS'NURSING

Thaís Pressato-Araújo
Enfermeira – Uninove

Rosângela Elaine Minéo Biagolini
Mestre em Enfermagem em Saúde Coletiva – Escola de Enfermagem da USP
Professora do Departamento de Ciências da Saúde – Uninove
Enfermeira da Prefeitura do Município de São Paulo
romineo@uninove.br

Resumo

Estudos sobre a morte e o morrer justificam o despreparo em lidar com a morte como uma deficiência na formação acadêmica. Foi objetivo neste estudo identificar como é abordada a temática da morte e do morrer pelos docentes de graduação de enfermagem. Trata-se de uma pesquisa de campo quantitativa do tipo transversal descritiva, com aplicação de questionário a 30 docentes enfermeiros. A maioria dos entrevistados foi do sexo feminino (93%), sendo 80% acima de 46 anos de idade, e 80% lecionando há mais de três anos, e todos os docentes ministram mais de uma disciplina. Quanto à religião, 49% se declararam católicos. O conceito de morte para 27,3% dos entrevistados está relacionado ao processo de passagem do material para o espiritual. Dos entrevistados, 93% afirmaram nunca ter pensado sobre seus próprios sentimentos sobre a morte, 95% relataram que o tema morte é aplicável ao curso de graduação em enfermagem, e 77% referiram abordar o assunto em diferentes disciplinas, utilizando variados métodos. Concluímos que é importante discutir esse tema na graduação de Enfermagem, a fim de capacitar o futuro profissional tanto a dar assistência a todos os pacientes com qualidade – para manter-lhes a vida ou auxiliá-los no seu processo de morte – quanto a refletir sobre seus conflitos internos em face da morte e do morrer.

Palavras-chave: Docente. Educação. Enfermagem. Morte.

Abstract

Studies on death and dying justify the lack of preparation in dealing with death as a deficiency in academic education. Purpose of this study was to identify how it addressed the theme of death an dying by the teachers of nursing degree.This is a field research quantitative cross-sectional descriptive, applying a questionnaire to 30 teachers nurses. Most respondents were female (93%), 80% with over 46 years of age, and 80% teaching for over three years, and all the teachers minister more than one discipline. Regarding religion, 49% declared themselves Catholics. The concept of death for 27.3% of the respondents is related to the passage of material into the spiritual. Of respondents, 93% reported they had never thought about his own feelings about death; 95% of volunteers said the topic of death is applicable to undergraduate courses in nursing, and 77% mentioned addressing the issue in different disciplines, using several methods. We conclude that it is important to discuss this topic in undergraduate Nursing, in order to train the future professional both to provide an assistance with quality for all patients – to keep their lives or help them in their process of death – how to reflect on internal conflicts in the face of death and dying.

Key words: Death. Education. Nursing. Professor.

1 Introdução

O diagnóstico da morte era considerado nos séculos passados como a cessação da respiração e da função cardíaca. Existem ainda outros conceitos que eram utilizados, tais como parada das funções vitais ou a separação do corpo e da alma. Na atualidade, o critério utilizado é uma avaliação da função cerebral, pois com os avanços tecnológicos, se tornou possível manter as funções cardíacas e respiratórias por meio de aparelhos, como o respirador[1].

Assim, a morte, apesar de inevitável em algum momento da vida do ser humano, não é uma questão simples de ser discutida, uma vez que, na cultura ocidental, muitas vezes, é representada pelo pavor e pela não aceitação. Nos últimos séculos, ela ainda tem sido vista como um tabu, podendo representar um sinônimo de fracasso para os profissionais da saúde ou as pessoas leigas procuram negá-la como se, existencialmente, a vida fosse dela desintegrada[2, 3, 4].

Cada indivíduo carrega dentro de si uma representação da morte. Assim, cada ser humano vivência esse processo de uma forma única[5]. As reações e percepções que as pessoas têm diante da vida e da morte estão relacionadas com o tipo de educação que receberam, as experiências que vivenciaram e o contexto sociocultural em que cresceram e se desenvolveram[5].

E é neste cenário que se encontram os profissionais de enfermagem, vivendo em constante desafio, uma vez que diariamente permanecem em conflito, lutando pela vida, combatendo a morte, tomando para si a responsabilidade de salvar, curar ou aliviar os doentes, procurando sempre preservar a vida, já que a morte, na maioria das vezes, é vista por esses profissionais como um fracasso, e dessa forma, duramente combatida[6].

Os enfermeiros não estão preparados para lidar com o processo de morte e de morrer, e encontram dificuldade para entender que a morte faz parte de um processo, sendo ela o estágio final do crescimento humano. É importante que deixemos de encará-la como um fracasso de nossa profissão e passemos a percebê-la como algo natural e destinado a todos[5, 7].

Não só a equipe de enfermagem, mas os profissionais de saúde, em geral, nem sempre estão preparados para "estar ao lado", dando melhores condições de vida a seu paciente e continuando junto a ele quando a morte chega. É possível que isso ocorra em razão desses profissionais não suportarem sua suposta impotência diante da morte[8].

Kubler-Ross[4] estudiosa pioneira do tema da morte e do morrer tem mostrado em seus estudos que o enfrentamento da morte é, não raro, bastante difícil para os profissionais de saúde que cuidam da pessoa que morre. Embora esses sentimentos sejam próprios do ser humano frente à constatação da transitoriedade, é difícil esperar que profissionais que lidam cotidianamente com a morte do outro compreendam mais amplamente o que esse processo significa em relação a sua própria humanidade, possibilitando-lhe cuidar de maneira mais humana daquele que esteja vivenciando o seu morrer[9].

Ainda, segundo Kubler-Ross[4], as escolas de enfermagem devem preparar os profissionais para que, além de serem tecnicamente competentes, sejam capazes de lidar com seus próprios sentimentos e usá-los de modo deliberado e humanamente sofisticados. A ação de cuidar é multidisciplinar, procurando-se promover o bem-estar biopsicossocial, ou seja, cuidando da dor, ajudando a enfrentar angústias, medos e inseguranças, garantindo as necessidades relacionais de ternura e o bem-estar espiritual.

Estudos sobre a morte e o morrer justificam o despreparo em lidar com a morte como uma deficiência na formação acadêmica, e salientam ainda que a graduação não prepara os profissionais para vivenciarem tal processo[5]. Esse tema, durante a formação do enfermeiro, tem sido feito superficialmente, ficando, na maioria das vezes, vinculado a uma situação ocasional. Tal fato pode ser atribuído à própria negação dos sentimentos pelo professor, à prevalência de ações técnicas em detrimento de um cuidado humanizado, não só em relação ao paciente e ao se familiar, mas também aos acadêmicos envolvidos[2].

Os responsáveis de várias instituições têm investido muito pouco nos cursos de graduação em Enfermagem referente a uma educação que contemple o cuidado do morrer. Quando o conhecimento e a tecnologia perdem a luta contra a morte, o conforto aos pacientes, ou às suas famílias, e mesmo à equipe de enfermagem tem sido buscado na religião, na ética, na educação não formal. No entanto, uma nova visão da realidade, uma mudança em nossos pensamentos, percepções e valores começam a ganhar força, é o paradigma do cuidado[10, 11].

Uma vez formados e atuando os profissionais da saúde, em seu cotidiano de trabalho, necessitam lidar com situações que envolvam o morrer e a morte, e é compreensível que, nesse momento, se sintam despreparados e, possivelmente, tendam a afastar-se dessa situação[11, 12].

De um modo geral, não havendo um preparo adequado dos enfermeiros para o cuidado a pessoas que findam sua vida física, torna-se necessário refletir também sobre as condições que os docentes, responsáveis por essa formação, têm para discutir esse tema com os alunos. Estarão eles preparados para esse enfrentamento no seu desempenho profissional como enfermeiros e docentes? O professor está apto a proporcionar a discussão desse tema aos seus alunos?

Para ensinar, educar e aprender sobre a morte é preciso mais do que adquirir conceitos teóricos, é preciso vivenciar, colocar nossos sentimentos e emo-

ções no processo de ensino-aprendizagem, entrar e dar sentido ao que entendemos por morte e morrer, sejam esses processos referentes à morte do outro ou a nossa própria morte[1].

1.1 Justificativa

Justificamos a importância deste estudo, com a própria relevância do tema a ser investigado, que tem sempre recebido uma abordagem secundária, no processo de formação do enfermeiro. O docente aborda essa temática com os alunos, gerando algumas incertezas quanto ao preparo dos futuros enfermeiros em lidar com o processo de terminalidade de seus pacientes. Assim, esses professores, bem como os futuros enfermeiros, não estão preparados para lidar com sentimentos e reações provocadas, quando o paciente apresenta uma doença que o levará à morte. Como foi exposto, um conhecimento mais amplo e a familiarização com a temática desde a graduação seria o ideal na formação do enfermeiro.

2 Objetivos

2.1 Geral

Identificar como é abordada a temática da morte e do morrer pelos docentes de enfermagem.

2.2 Específicos

Descrever o perfil do docente entrevistado.

Identificar como o docente define a morte e o morrer.

Identificar a opinião dos docentes em relação à aplicabilidade do tema morte e morrer, no curso de graduação em enfermagem.

3 Metodologia

3.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de campo quantitativa do tipo transversal descritiva.

3.2 Local de estudo

A pesquisa foi realizada em uma universidade privada da Cidade de São Paulo.

3.3 Instrumentos de coleta

Para coletar os dados, foi aplicado um questionário (Anexo 1) com questões fechadas e abertas pertinentes ao assunto. O questionário foi dividido em três partes: a primeira contém informações acerca do perfil do enfermeiro docente, quanto à idade, ao sexo, à religião, ao tempo de atuação e a disciplina (s) que ministra e em qual semestre; a segunda apresenta estratégias de ensino empregadas pelo entrevistado, para tratar da temática bem como sua concepção, e a terceira parte mostra as percepções do docente com educação para morte (tanatologia).

Foi realizado um pré-teste com três enfermeiros docentes, não pertencentes à amostra de estudo, com o intuito de avaliar a compreensão do instrumento.

3.4 Coleta de dados

A pesquisadora solicitou a coordenadora do curso de Enfermagem da universidade permissão para realização da pesquisa. Após autorização compareceu à sala dos professores, identificou os docentes enfermeiros e os abordou individualmente, explicando o objetivo da pesquisa. Os docentes que concordaram em participar do estudo receberam um questionário, que deveria ser respondido em um tempo estimado de 6 minutos, após seu preenchimento a pesquisadora colocou-se à disposição para esclarecimentos, se necessário.

3.5 População e amostra

Foram entrevistados 30 docentes da graduação em Enfermagem.

Critério de inclusão

Para fazer parte da pesquisa o voluntário deveria ser docente enfermeiro e ministrar aula no referido curso, independentemente da disciplina, do semestre e do tempo de atuação como professor. Foram aceitos participantes de ambos os sexos; sem distinção de raça, de idade e de religião.

Critério de exclusão

Foram excluídos os indivíduos que se recusaram a participar da pesquisa e os não atenderam aos critérios de inclusão.

3.6 Aspectos éticos

O projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Nove de Julho, tendo sido aprovado, sob o protocolo nº 312676. Durante a pesquisa, antes do preenchimento do questionário cada entrevistado recebeu informações sobre o objetivo do estudo e assinou o termo de consentimento livre e esclarecido atendendo às exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que normatiza as pesquisas com seres humanos.

3.7 Análise de dados

Os dados obtidos foram analisados um a um, posteriormente agrupados utilizando-se o programa Microsoft Excel, e os resultados foram expostos por meio de gráficos expostos em figuras e em tabelas.

4 Resultados e discussão

Foram entrevistados 30 docentes enfermeiros. Em relação ao perfil do docente entrevistado constamos que são, na sua maioria, do sexo feminino, sendo justificada em razão da predominância das mulheres na profissão de enfermagem (Figura 1).

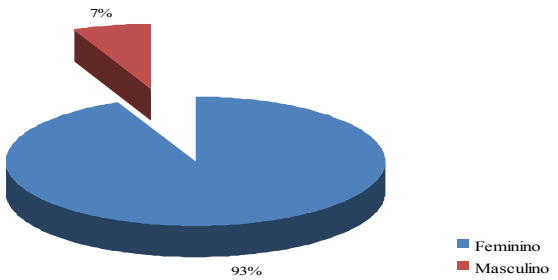


Figura 1: Distribuição dos entrevistados, segundo o sexo, São Paulo, 2010

Em relação à faixa etária, 80% apresentaram idade superior a 46 anos, demonstrando uma concentração nas idades mais elevadas (Figura 2), justificada pelo tempo de preparo exigido para exercer o cargo de professor universitário.

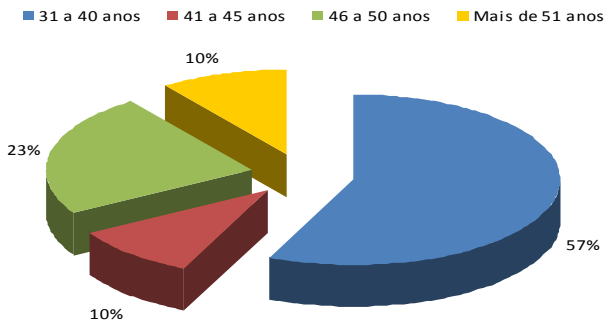


Figura 2: Distribuição dos entrevistados por faixa etária, São Paulo, 2010

Em relação à religião, como mostra o gráfico na Figura 3, 6% dos entrevistados declararam não possuir religião, e dentre os que a possuem observa-se predominância dos católicos. Tais dados corroboram os resultados do IBGE, que aponta a predominância de católicos (73,6%) na população brasileira[13].

Com relação ao tempo de atuação como docentes de enfermagem, constatou-se que a maioria, ou seja, 80% dos entrevistados ministram aula há mais de 3 anos (Figura 4), esses dados corroboram os relativos à idade, são profissionais que estão em faixa etária mais elevada e, portanto com maior experiência profissional.

Os docentes entrevistados ministram várias disciplinas, conforme mostrado na Tabela 1, não houve docente que referisse somente uma disciplina.

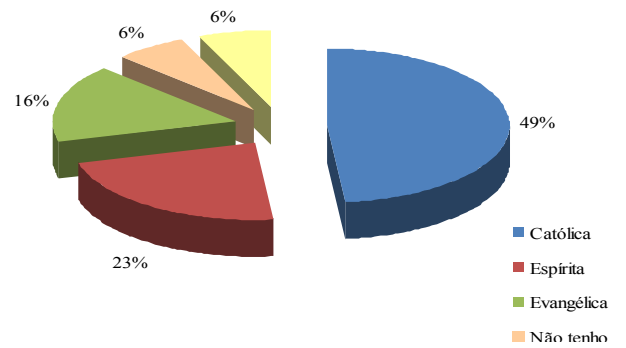


Figura 3: Distribuição dos entrevistados, segundo a religião, São Paulo, 2010

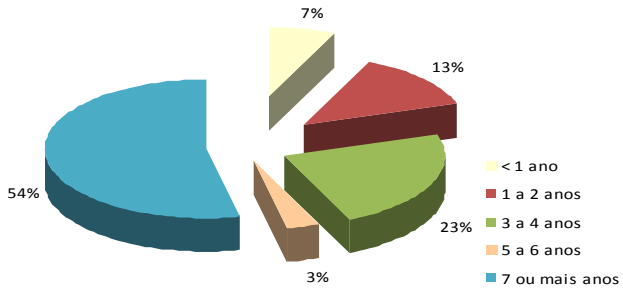


Figura 4: Distribuição dos entrevistados, segundo o tempo de atuação como docente, São Paulo, 2010

Tabela 1: Distribuição dos entrevistados, conforme as disciplinas ministradas, São Paulo, 2010

Disciplina*	N°	%
Administração	3	2,85
Ciências Sociais	4	3,80
Bioestatística	4	3,80
EAD (diversas disciplinas)	19	18,05
Saúde Coletiva	12	11,42
Saúde do Adulto	17	16,19
Enfermagem em Doenças Transmissíveis	2	1,90
Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente	3	2,85
Enfermagem na Saúde do Idoso	2	1,90
Enfermagem na Saúde da Mulher	4	3,80
Enfermagem na saúde Mental	2	1,90
Exercício Profissional	5	4,75
Higiologia	1	0,95
História da Enfermagem	6	5,71
Práticas Assistenciais	21	20,00
Total	105	100,0

*algumas disciplinas foram agrupadas no sentido de otimizar a compreensão.

Ao serem questionados como definiriam a morte, 27,3% dos entrevistados a definiram como um processo

de passagem do material para o espiritual (Tabela 2). Essa percepção pode estar diretamente ligada à religião do participante. Conforme, afirmação de Lunardi Filho[14], as reações e percepções da morte por parte dos indivíduos estão relacionadas ao tipo de educação que receberam, à experiência que vivenciaram e ao contexto sociocultural em que cresceram e se desenvolveram.

Tabela 2: Distribuição dos entrevistados, de acordo com a definição de morte, São Paulo, 2010

Definição	N°	%
Processo de passagem do material para o espiritual	7	27,3
Perda das funções do corpo humano	6	20,0
Término de um ciclo	6	20,0
Fim da vida	4	13,3
Finitude	3	10,0
Uma viagem para um bom lugar, sem volta, sem presença dos entes queridos	1	3,33
Vida eterna e o fim da existência terrena	1	3,33
Desgaste total do sistema orgânico	1	3,33
Processo natural que todos irão passar	1	3,33
Total	30	100,0

Quando questionados se durante sua vida pessoal ou profissional tiveram alguma experiência com a morte que consideraram ter sido significativa, 83% responderam que sim (Figura 5). Segundo Bernieri[5], para uns a morte é vista como um processo normal, enquanto para outros pode ser uma experiência difícil de ser superada.

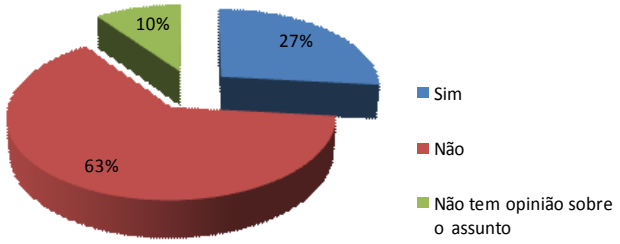


Figura 5: Distribuição dos entrevistados, conforme o medo da própria morte, São Paulo, 2010

Entre os entrevistados, 63% afirmaram temer a própria morte. Ao questionarmos sobre os sentimentos em relação à morte e ao morrer, 93% dos participantes referiram nunca ter pensado em seus próprios sentimentos sobre morte. Os outros 7% que mencionaram já ter pensado sobre o assunto apontam sentimentos diversos, preponderando: a tristeza para 30%; conformação, para 18%; angústia, para16%; indiferença e depressão são referidas igualmente por 5%, e 2% não souberam referir o que sentem. Outros sentimentos são relatados, tais como "misericórdia", "medo", "perda", "reflexão", "aguardo pelos demais que você ama", "contemplação", "dever cumprido", "dúvidas", "tranquilidade" e "passagem natural da vida".

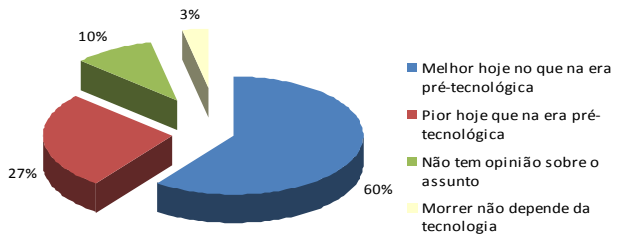


Figura 6: Distribuição dos entrevistados, segundo opinião sobre a influência da tecnologia em relação à morte, São Paulo, 2010

De acordo com Bellato[12], as pessoas têm muita dificuldade em lidar com os sentimentos e o profissional de enfermagem, ainda que na posição de quem ensina como cuidar de paciente terminal, não está isento de tais sentimentos.

Com certeza, as percepções e os sentimentos dos docentes entrevistados interferem na forma como esse tema vem sendo abordado nas aulas a seus alunos. Segundo Lunardi Filho[14], fatores individuais podem prejudicar o diálogo sobre a morte, podendo estar relacionados a experiências significativas que o indivíduo teve com a morte e, até mesmo, com os sentimentos diante da morte.

Quando questionados os voluntários, sobre se os avanços da tecnologia proporcionavam alguma diferença entre morrer no passado e nos dias atuais, 60% referiram que houve melhoria dessa condição atualmente em razão dos avanços tecnológicos (Figura 6).

Segundo Moritz[15], o desenvolvimento técnico-científico permitiu a cura de pacientes considerados anteriormente irrecuperáveis; entretanto, em muitos casos, possibilitou também o prolongamento do processo de morrer e, com isso, o sofrimento adicional para o paciente e seus familiares. É possível observar que as técnicas que prolongam a vida e evitam a morte; transformando-a de fato natural, em que se morria próximo da família, em fato artificial. Assim, os hospitais tornaram-se um lugar para ocultar a morte, transformando-a de um fato natural, um artificial[16].

Identificando a opinião dos docentes em relação à aplicabilidade do tema morte e morrer, no curso de graduação em enfermagem 95% afirmaram que se pode educar para morte (Figura 7).

Quando questionados em relação ao conteúdo a ser abordado, 44% dos docentes referiram elucidar situações sobre o tema para abordar o processo; 20% mencionaram a discussão do papel do enfermeiro no processo de morrer; 13%, ética; 10%, cuidados paliativos; 7%, tanatologia; 3%, discussão sobre a morte e a humanização. O docente ao permitir a discussão sobre o tema morte possibilita a troca de experiência e o relacionamento entre professor e aluno deixa de ser vertical e se torna horizontal, permitindo que o

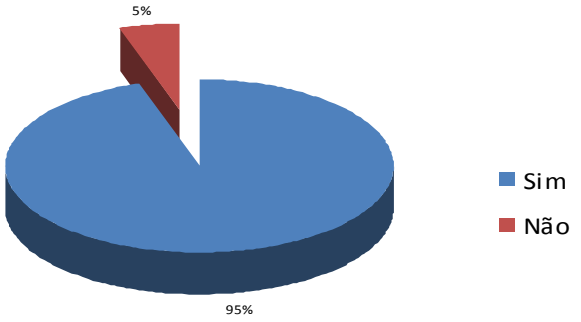


Figura 7: Distribuição dos entrevistados, de acordo com a percepção do docente quanto à possibilidade de educar para a morte, São Paulo, 2010

discente e futuro profissional questione e expresse seus sentimentos e angústias.

Dos entrevistados, 77% afirmaram que abordaram o tema morte nas disciplinas ministradas (Figura 8). Eles também mencionaram algumas delas em que abordam o tema, a saber: semiotécnica e semiologia (33%), exercício profissional (27%), antropologia (13%), saúde do adulto (7%), práticas assistenciais (7%), psicologia (7%), bioética (3%) e UTI (3%).

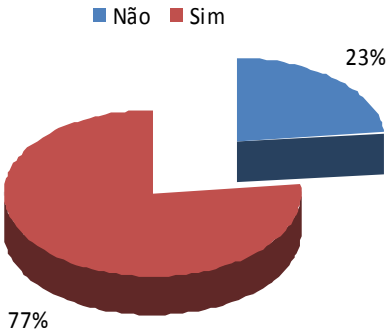


Figura 8: Distribuição dos entrevistados, conforme abordagem do tema morte na disciplina que leciona São Paulo, 2010

Bernieri[5] em um de seus estudos sobre o preparo dos acadêmicos de enfermagem para vivenciarem o processo de morte e morrer, afirma que os acadêmicos recordam que o tema foi abordado em algumas disciplinas, porém consideram insuficiente tal abordagem. Parece-nos que essa temática tem sido insuficiente na graduação para oferecer aos futuros profissionais elementos que lhe possibilitem ir além do cuidado ao corpo que esta morrendo, procurando alcançar a compreensão do ser humano biopsicosocial e não apenas ao corpo que falece.

O gráfico na Figura 9 demonstra que são utilizados vários métodos para abordagem do tema, acreditamos que a variedade do tipo de abordagem permite ao aluno uma apropriação maior do assunto. A possibilidade de discussão de variadas formas pode suscitar diferentes sentimentos, em diferentes situações de aprendizagem.

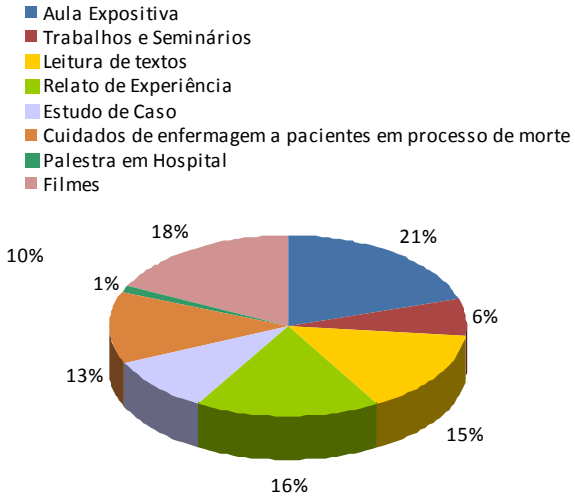


Figura 9: Distribuição dos entrevistados, de acordo com os recursos utilizados para abordar o tema morte, São Paulo, 2010

Quando se questionou os entrevistados se oferecem oportunidades para que os alunos expressem seus sentimentos em relação à morte, 87% afirmaram que permite que seu aluno questione e expresse seus sentimentos por meio de relato de experiência (38,4%), de discussão sobre o processo (23,07%), de escuta (11,5%), de pedido de opinião (11,5%), de tema pertinente ao profissional (3,84%), de leitura de texto (3,84%), da temática da aula (3,84%) e de exemplos em sala (3,84%). Em relação aos 13 % dos docentes que não oferecem oportunidade para o aluno questionar e expressar seus sentimentos, obtivemos a justificativa de que eles não abordam esse aspecto com os discentes por falta de oportunidade ou porque a disciplina não condiz com o assunto.

A morte trata-se de uma realidade pessoal e universal do ser humano, por se tratar de um fenômeno humano, um curso de educação para morte ou de tanatologia interessa a pessoas de qualquer área, idade, sexo, cultura, raça e tem que ser necessariamente interdisciplinar[1].

A educação para a morte é relativamente um campo novo de estudo e pesquisa no meio universitário. Até meados do século XX, essa temática ainda era um tabu no mundo acadêmico, a partir da década de 50 surge uma proposta de educação para a morte nas universidades: a Tanatologia. Ela poderia ser definida como a ciência que estuda a morte e o processo do morrer em todos os seus aspectos: forense, antropológico, sociológico, psicológico, biológico, educacional, filosófico religioso e estético[1].

De uma maneira ampla, o curso de Tanatologia compreende instruções formais, bem como discussões informais sobre a morte, luto e tópicos relacionados. Na maioria dos cursos, o foco central esta baseado nas narrativas pessoais que descrevem uma miríade de caminhos de como os seres humanos encontraram e

lidam com a morte. A Tanatologia ou a "educação para morte" é um curso geralmente multidisciplinar e esta endereçado, mais especificamente, para aqueles que de alguma forma, entram em contato com a morte.

Portanto, há necessidade de instaurar momentos formais de discussão no currículo do curso de graduação de enfermagem, trazendo estratégias metodológicas apropriadas para que essa discussão ocorra de maneira efetiva e eficiente, aproveitando também os momentos que a prática do cuidado de enfermagem oportuniza para essa discussão.

5 Conclusões

Este estudo possibilitou o conhecimento das impressões dos docentes do curso de graduação em Enfermagem de uma universidade privada sobre o assunto morte e o morrer.

Ao longo da discussão foram relatados pelos participantes conceitos, sentimentos e percepções que cercam a temática, possibilitando uma maior compreensão frente às dificuldades em falar sobre a morte e o morrer, durante a formação do estudante de enfermagem.

Consideramos que, em decorrência de seu pouco preparo para esse enfrentamento, os docentes oferecem possibilidades limitadas ao aluno de enfermagem e futuro profissional para que ele se prepare, enfrente, discuta e vivencie tais situações.

Foram relatados pelos professores sentimentos que poderiam estar interferindo na forma como o tema morte é abordado, o que sugere que eles possam se sentir inseguros para tratar esse assunto, protegendo a si mesmos da dor, porque, talvez, já tenham vivenciado uma morte significativa, e o sofrimento os impeça de refletir sobre sua própria finitude.

Precisamos oferecer a oportunidade de compartilhar nossos sentimentos em relação ao morrer e à morte, discutir sobre aquilo que parece ser individual, mas que é coletivamente vivenciado pelos profissionais da área da saúde.

A formação acadêmica do profissional de saúde é fundamentada na cura; e, quando nos deparamos com situações que envolvem a morte e o morrer, a tendência é nos afastarmos. Não sabemos cuidar do ser humano que morre; quando muito sabemos cuidar do corpo que falece. É importante compreendermos também que o fato de nos mantermos afastados da pessoa que vivencia o processo de morrer ameniza, temporariamente, nossos próprios temores em relação à morte.

Assim, "ensinar sobre a morte" seria uma oportunidade para discutirmos a nossa formação como enfermeiros, criando um espaço para reflexão e para o afloramento de sentimentos que surgem diante do processo da morte e do morrer.

No currículo do curso de graduação em enfermagem falta uma disciplina que permita discutir o tema morte com mais profundidade, pois, na maioria das vezes, abordam-se somente os cuidados com o corpo, as questões técnicas e as práticas, excluindo-se sua essência. Portanto, esperamos que as discussões aqui apresentadas possam servir como ponto de partida para a reflexão sobre a morte, possibilitando a criação de espaços para a sensibilização, a troca de experiência, o autoconhecimento e a reflexão sobre o tema da morte e do morrer num contexto universitário, especificamente na graduação em Enfermagem, a fim de formar um profissional não só capacitado para assistir à vida com qualidade, mas também auxiliar o paciente em seu processo de morte.

Referências

Incontri D, Santos FS, (Org.). A arte de morrer: visões plurais. Bragança Paulista; São Paulo: Editora Comenius; 2007.

Caperna LAB. Morte versus sentimentos: uma realidade no mundo dos acadêmicos de medicina. Rev Gaúcha Enferm. 2000 jan;21(1):100-22.

Kovacs MJ. Morte e desenvolvimento humano. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2000.

Kubler-Ross E. Sobre a morte e o morrer: o que doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiros, religiosos e ao seus próprios parentes;[tradução de Paulo Menezes]. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 1998.

Bernieri J, Hirde SA. O preparo dos acadêmicos de enfermagem brasileiros para vivenciarem o processo morte-morrer. Texto Contexto – Enferm. Florianópolis jan/mar 2007;16(1):89-96.

Magalhães MJB, Silva A, Trombetti EFC, Barreiros PDVC, Requena OS, Lima RT. Sentimentos dos enfermeiros ao cuidar do paciente terminal. Nursing. 2007:105(9):89-93.

Braz E, Fernandes LM. Buscando maneiras para o ensino sobre finitude para graduandos de enfermagem. Texto Contexto Enferm. 2001:10(3):138-41.

Kovacs MJ. Educação para morte: desafio na formação de profissionais de saúde e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2003.

Bellato R, Carvalho EC. O jogo existencial e a ritualização da morte. Rev Latinoam Enferm. 2005;13(1):99-104.

Fernandes MLB, Boemer MR. O tema morte em sua dimensão pedagógica. Londrina-PR: EDUEL; 2005.

Boemer MR,Veiga EV, Mendes MMR, Valle ERM. O tema da morte: uma proposta de educação. Rev Gaúcha Enferm. 1991;12(1):26-32.

Bellato R, Araujo AP, Ferreira HF, Rodrigues PF. A abordagem do processo do morrer e morrer e da morte feita por docentes em um curso de graduação em enfermagem. Acta Paul Enferm; 2007 jul-set;20(3):255-63.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos de 1940 e 2000. 2007 maio [acesso em 2010 abr 25]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=892&id_pagina=1ontexto

Lunardi Filho Wd, Sulzbach RC, Nunes AC, Lunardi VL. Percepções e condutas dos profissionais de enfermagem frente ao processo de morte e morrer. Texto Contexto Enferm. 2001 set-dez;10(3);60-79

Moritz RD, Nassar SM. A atitude dos profissionais de saúde diante da morte. Rev Bras Terap Intens. 2004;16(1):14-21.

Leis HR. A sociedade dos vivos. Sociologias. 2003;5(9):340-53.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Pesquisa: A Morte e o Morrer Sob a Ótica dos Docentes de Enfermagem.

1. Assinale seu sexo ( ) Feminino ( ) Masculino

2. Qual sua idade?
( ) Menos de 25 anos ( ) 26 a 30 anos ( ) 31 a 40 anos
( ) 41 a 45 anos ( ) 46 a 50 anos ( ) Mais de 51 anos

3. Qual sua religião:
( ) Católica ( ) Protestante ( ) Evangélica ( ) Umbandista ( ) Espírita ( ) Não tenho religião
( ) Outra. Qual?

4. Há quanto tempo você é docente em Enfermagem na Uninove?
( ) <1 ano ( ) 1 a 2 anos ( ) 3 a 4 anos
( ) 5 a 6 anos ( ) 7 ou mais anos ( ) não lembro.

5. Qual(is) disciplina(s) você está ministrando neste semestre no curso de graduação em Enfermagem?

6. Como você definiria a morte:

7. Na sua vida pessoal ou na vida profissional, já teve alguma experiência com a morte que você considerou muito significativa?
( ) Sim ( ) Não ( ) Não lembra

8. Você tem medo da sua morte?
( ) Sim ( ) Não ( ) Não tem opinião sobre o assunto

9. Você já pensou em seus sentimentos sobre a morte?
( ) Não ( ) Sim. Se sim, você sente? ( ) angústia
( ) pavor ( ) tristeza
( ) conformação ( ) indiferença
( ) raiva ( ) depressão
( ) outro(s). Qual(is)? ( ) nenhum
( ) não sabe dizer o que sente

10. Com o avanço da tecnologia, existe diferença entre morrer nos dias atuais e no passado.
Na sua opinião, hoje se morre:
( ) melhor hoje do que na era pré-tecnológica
( ) pior hoje do que na era pré-tecnológica
( ) não tem opinião sobre o assunto.

11. Você acha que é possível educar/ensinar os graduandos de enfermagem a lidar com a morte?
( ) não
( ) não tem opinião sobre o assunto
( ) sim. Se sim, quais conteúdos você acha importante ser abordado para melhor formação do aluno?

12. Em algumas das disciplinas que você leciona ou já lecionou aqui na Uninove o tema "morte e do morrer" é ou foi abordado?
( ) **não.** Se assinalou este item pule para a questão 16.
( ) **sim.** Se assinalou este item responda a questão 14 e 15.

13. Em qual(is) disciplina(s)?

14. Se o tema morte foi abordado, quais os recursos você utiliza ou já utilizou? (pode assinalar mais de uma alternativa).
( ) aula expositiva ( ) filmes ( ) trabalhos e seminários ( ) leitura de textos
( ) relato de experiência ( ) estudo de caso ( ) cuidados de enfermagem em pacientes de processo de morte ou de morrer e seus familiares
( ) outros recursos. Qual(is)?

15. Você acha que a temática da morte ou de morrer poderia ser abordada no curso de graduação de Enfermagem?
( ) sim, qual semestre? ( ) não ( ) não sabe

16. Você oferece oportunidade para que o aluno questione e expresse seus sentimentos sobre a morte e o morrer na disciplina em que você ministra aqui na Uninove?
( ) sim. Como? ( ) não. Por quê?

Anexo:

ASPECTO CLÍNICO-PATOLÓGICO DO AMELOBLASTOMA UNICÍSTICO: ESTUDO DE ONZE CASOS

CLINICAL AND HISTOPATHOLOGICAL ASPECTS OF UNICYSTIC AMELOBLASTOMA: STUDY OF ELEVEN CASES

Márcia Maria Altavista Romão
Professora. Mestre – Uninove
Ney Soares de Araújo
Professor Doutor – Uninove
marciaromao@uol.com.br

Resumo

Neste estudo retrospectivo, dados epidemiológicos, clínicos e histopatológicos, assim como modalidades de tratamento de pacientes com ameloblastoma unicístico foram analisados. Esses dados foram extraídos dos relatórios de exame anatomopatológico da Disciplina de Patologia Bucal da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo e ou de comunicação direta com os profissionais que realizaram os tratamentos, sendo posteriormente comparados com os dados da literatura. O critério empregado para diagnosticar o ameloblastoma unicístico foi baseado na presença de uma cápsula cística com proliferações ameloblastomatosas[1], associada ainda à imagem radiolúcida unilocular e informações clínicas. Dos 17.630 relatórios analisados no período de dez anos, 137 ameloblastomas foram diagnosticados, desses, 11 eram unicísticos (8%). Verificou-se que todos os casos comprometeram região posterior de mandíbula, incidindo preferencialmente em pacientes jovens entre as segunda e terceira décadas de vida, apresentando uma leve predominância do sexo masculino (55%). Predominaram neste estudo os pacientes de raça branca (55%), seguidos pelos de raça negra (27%) e outras raças (18%). A subclassificação da lesão possibilitou o enquadramento dos onze casos em cinco do tipo intraluminal, quatro do tipo luminal e dois do mural. Constatou-se que em relação ao tratamento todos os pacientes sofreram intervenções cirúrgicas conservadoras, consistindo em enucleação e curetagem. Marsupialização foi verificada em apenas um caso, como modalidade preliminar de tratamento, seguida por enucleação após três meses.

Palavras-chave: Ameloblastoma unicístico. Ameloblastoma cístico. Lesões císticas. Tumores odontogênicos.

Abstract

This study analysed retrospectively clinical and histopathological aspects as well as treatment modalities of unicystic ameloblastomas of patients. The data were obtained from anatomopathological reports of the Oral Pathology discipline of Dental School of the University of São Paulo (Brazil) and/or direct communication with the professionals who performed the treatments, and then they were compared with literature data. The criteria employed the diagnosis of unicystic ameloblastoma was based on the presence of a cystic capsule with ameloblastic proliferations[1], associated to radiolucid unilocular image, and clinical information. From the 17.630 reports analysed, 137 ameloblastomas were diagnosed, being 11 unicystic. All cases occurred in the posterior region of the mandible, preferentially in young patients between the first and second decades of life, with predominance in male (55%). The lesions were more predominant in white patients (55%). Most cases were treated with conservative surgery, comprising enucleation and curettage. Marsupialisation was found in only one case as primary mode of treatment, followed by enucleation after three months.

Key words: Ameloblastoma unicystic. Ameloblastoma cystic. Lesions cystic. Tumours odontogenic.

1 Introdução

Descrito pela primeira vez por Broca em 1868, o ameloblastoma é provavelmente uma das neoplasias de maior controvérsia do esqueleto facial. Caracteriza-se por um tumor benigno, usualmente descrito como localmente invasivo, altamente recorrente, originário do epitélio odontogênico, que acomete os maxilares. Não obstante ser a neoplasia classificada como benigna, a ocorrência de metástases tem sido relatada, respondendo o pulmão como principal sítio em 75% a 80%[1,4]. Baseado nos seus aspectos clínicos, histopatológicos e prognóstico são classificados em multicísticos ou sólidos, unicístico e ameloblastoma periférico ou de tecidos moles. Estudos recentes incluem o ameloblastoma desmoplásico como o quarto subtipo, devido às distinções clínicas, radiográficas e histopatológicas[1,2,4]. O ameloblastoma unicístico apresenta um comportamento clínico diverso do ameloblastoma convencional, ocorrendo em um grupo etário mais jovem, originando-se quer como uma lesão unicística ou a partir de um cisto odontogênico, exibindo comportamento biológico menos agressivo o que justifica sua separação como entidade patológica distinta[2,10]. Com a finalidade de elucidar o cirurgião dentista a respeito dessa neoplasia desconhecida por uma grande faixa de profissionais e, muitas vezes, tratada como uma patologia mais indolente, suas características clínicas, radiográficas, histopatológicas, e modalidades de tratamento foram analisadas por meio deste estudo retrospectivo dos ameloblastomas unicísticos do Serviço de Patologia Cirúrgica da Disciplina de Patologia Bucal, no período de dez anos

2 Objetivos

O objetivo neste trabalho foi, por meio de uma análise retrospectiva, estudar os dados epidemiológicos, clínicos, histopatológicos, assim como modalidades de tratamento, de pacientes com ameloblastoma unicístico, para elucidar o clínico no diagnóstico diferencial das lesões císticas. Esses dados foram extraídos dos relatórios de exames anatomopatológicos da disciplina de Patologia Bucal da Universidade de São Paulo, comparados com relatos da literatura.

3 Materal e métodos

Neste estudo analisaram-se, retrospectivamente, 17.630 fichas de exame com dados clínicos e anatomopatológicos da Disciplina de Patologia Bucal, compreendidas num período de dez anos. Cento e trinta e sete casos diagnosticados histológicamente como ameloblastoma foram encontrados e selecionados. O critério utilizado para a classificação dos ameloblastomas como unicísticos foi, radiograficamente, a constatação de uma imagem radiolúcida unilocular, bem delimitada, e ao exame histopatológico a presença de uma cápsula cística exibindo as alterações descritas[1]. Assim, a presença de um revestimento epitelial com poucas camadas com células basais colunares ou ovoides, hipercromáticas, seguindo-se uma camada com edema intercelular e superfície de células fusiformes, revestindo a cápsula conjuntiva de textura, celularidade e vascularização variáveis, possibilitou o diagnóstico do ameloblastoma unicístico. Os espécimes foram ainda analisados quanto aos tipos de projeções ameloblásticas em luminal, intraluminal e mural, e estes com invasão em padrão folicular ou plexiforme. Todos os casos diagnosticados como AU foram revistos na coloração de H.E. e recortados quando necessários. Os dados clínicos obtidos por meio das fichas analisadas constando idade, sexo, raça, aspectos radiográficos, tempo de duração, aspecto da lesão, localização anatômica e sintomatologia, tipo de biópsia, foram transcritos em uma ficha, conforme modelo (Anexo 1). As modalidades de tratamento executadas foram obtidas das fichas ou de comunicação direta com os profissionais que realizaram o tratamento. A localização anatômica dessas lesões foi obtida por meio das descrições dos cirurgiões relatadas na ficha, quando do pedido do exame, e confirmada por exames imaginológicos que constavam de radiografias, na grande maioria, panorâmicas e tomografia computadorizada (TC) anexadas ao pedido de exame anatomopatológico. Outros itens puderam fazer parte de estudos, como o procedimento de biópsia realizado e o diagnóstico clínico. Essas informações foram rigorosamente avaliadas para que fosse possível, posteriormente, compará-las e discuti-las com os relatos da literatura.

4 Resultados

Os resultados da análise do material incluído neste estudo foram subdivididos em itens: seguindo as anotações dos pedidos do exame e registradas em fichas. Do universo de 137 ameloblastomas diagnosticados da Disciplina de Patologia Bucal no período de dez anos, 11 eram unicísticos, numa porcentagem de 8%, de acordo com o critério adotado nesta pesquisa. Quando os dados foram relacionados com a idade dos pacientes diagnosticados como portadores de AU, os achados revelaram que essa lesão acometia desde a primeira até a quinta décadas de vida. Entretanto, o pico de incidência da neoplasia concentrou-se em pacientes na segunda e terceira décadas de vida. O sexo feminino foi acometido em cinco casos, e o masculino, em seis, tendo maior incidência em pacientes de raça branca (55%), seguida pelos de raça negra (27%) e os de outras raças (18%). Em relação a sua localização ocorreram todos na mandíbula, acometendo ângulo, ramo e região retromolar, preferencialmente. O tempo de evolução, quando esse estava presente, variou de seis meses a quatro anos. Sintomatologia

dolorosa foi relatada por quatro pacientes e um referiu parestesia da região afetada. Os aspectos radiográficos das lesões analisadas revelaram imagens radiolúcidas, uniloculares, na região posterior da mandíbula. Reabsorção radicular importante foi possível reconhecer em três pacientes. Aspectos histológicos de todos os casos estudados foram descritos em conjunto, contemplando as variações observadas, ressaltando os pontos comuns. O revestimento epitelial de todos os casos recobria porções variáveis de cápsula e apresentava poucas camadas na sua estruturação. As células da camada basal do revestimento epitelial exibiam aspecto colunar com disposição em paliçada e polarização reversa do núcleo. Em alguns espécimes, a camada basal era representada por células ovoides, com marcante hipercromatismo nuclear, dispostos em uma a duas camadas de células. Vacúolos puderam ser observados nas células da camada basal. As camadas seguintes do revestimento epitelial, na maioria dos espécimes, mostravam edema intercelular e as células mais superficiais apresentavam aspecto fusiforme e algumas delas exibiam citoplasma eosinófilo. A cápsula conjuntiva, na maior parte dos espécimes, era formada por feixes de colágenos delicados, apresentando moderada celularidade e vascularização. Em dois dos espécimes, foi possível observar extremos caracterizados por aspecto mixomatoso ou fibroso da cápsula da lesão. Focos discretos de células inflamatórias, predominantemente mononucleares, apareceram em poucos espécimes. A subclassificação da lesão possibilitou o enquadramento dos onze casos estudados em cinco do tipo intraluminal; quatro, do luminal, e dois, do tipo mural. No tipo intraluminal observaram-se projeções papiliformes ou lençóis compactos para o interior da cavidade, com proliferação do epitélio odontogênico com aspecto plexiforme, com células basais colunares e presença de aspecto similar ao retículo estrelado entre elas. No tipo luminal, a lesão era caracterizada pela presença de epitélio odontogênico restrito ao revestimento da cápsula e apresentando os aspectos morfológicos já descritos. Os dois ameloblastomas do tipo mural apresentavam proliferações de epitélio odontogênico na cápsula, um com morfologia folicular e outro com morfologia plexiforme. Nos dois casos, células colunares e estrutura semelhante ao retículo estrelado estavam presentes. Os tratamentos utilizados nos casos incluídos neste estudo consistiram em enucleação (quatro casos), curetagem (quatro casos), e marsupialização seguida de enucleação (um caso). Informação omitida em dois casos. Foi possível obter informações quanto à proservação póscirúrgica dos pacientes em sete casos. Em um caso, foi relatado pelo cirurgião acompanhamento de oito anos, com um episódio de recidiva após quatro anos do ato operatório, que constou de simples enucleação. Outro relato de reincidência após três anos, não apresentando manifestação nos três anos seguintes. No restante não era relatado recidiva, sendo o tempo de proservação de quatro a seis anos.

5 Discussão

Os resultados obtidos no estudo retrospectivo de dez anos, realizado em casos de ameloblastomas enviados à disciplina de Patologia Bucal, revelaram 11 casos de ameloblastomas unicísticos, correspondendo a 8% do total dos 137 diagnosticados. Em uma vasta revisão da literatura que inclui publicações de 1960 a 1993, totalizando 3.677 casos de ameloblastomas, relataram que 6% eram unicísticos[5]. Os ameloblastomas unicísticos compreendem 10 a 15% de todos os ameloblastomas dos maxilares[1,2,11,12.13]. As diferenças talvez possam ser explicadas por meio dos critérios para diagnóstico utilizado. O exame histológico dos onze casos possibilitou constatar os três tipos do ameloblastoma unicístico, intraluminal, luminal e mural. Este último foi o de menor ocorrência, coincidindo com os relatos da literatura[1,3,14]. Pudemos avaliar também a similaridade dos nossos padrões histopatológicos com os descritos pelos autores[1,2,13,15,16]. Em respeito à idade, os achados mostram uma menor ocorrência de ameloblastoma unicístico entre a segunda e terceira décadas de vida, em que sete pacientes apresentavam menos de 20 anos de idade. Os autores são praticamente unânimes quanto a esses dados, relatando a ocorrência de ameloblastoma unicístico preferencialmente em pacientes mais jovens do que naqueles acometidos por ameloblastoma sólido ou multicístico, sendo o pico de incidência entre 21 e 25 anos[3, 5, 6]. Analisando os resultados em relação ao sexo, constatou-se que o masculino foi ligeiramente mais frequente (55%). Realizaram um estudo com 41 pacientes com ameloblastoma unicístico, encontrando resultados coincidentes os achados aqui apresentados. Outros revelam que homens e mulheres são igualmente afetados[5]. Predomínio significativo da raça branca (55%) em relação à raça negra (27%) e a outras raças (18%) foi por nós constatado.Estes dado é contrastante com outros relatos que na sua maioria afirmam não existir predileção por raça[11,14].

O estudo realizado nos permitiu rever e avaliar nossos casos de ameloblastoma unicístico, quanto aos aspectos clínicos e histopatológico, objetivando acima de tudo, alertar o cirurgião dentista quanto ao potencial menos invasivo desta entidade patológica em relação ao ameloblastoma sólido[7,9,17], possibilitando modalidades de tratamento mais conservadoras, evitando mutilações muitas vezes desnecessárias, levando o paciente a perdas funcionais e de adaptação social, assim como a semelhança destas lesões com patologias indolentes, sendo indispensável o exame de biópsia.

6 Conclusões

De acordo com os achados obtidos em nosso estudo, pudemos concluir:

O ameloblastoma unicístico acometeu exclusivamente a mandíbula em região posterior, preferencialmente corpo e ângulo.

O pico da incidência do ameloblastoma unicístico concentrou-se entre as segunda e terceira décadas de vida, não havendo predileção significativa por sexo, acometendo preferencialmente a raça branca.

Dos três tipos histológicos do ameloblastoma unicístico, o luminal e intraluminal foram os mais frequentes.

A tomografia computadorizada mostrou ser o exame imagiológico mais eficaz na avaliação do comprometimento ósseo, com vistas ao planejamento cirúrgico.

O tratamento de escolha para os ameloblastomas unicísticos foi a cirurgia conservadora, por meio de curetagem ou enucleação.

- 5-1 Marsupialização e Descompressão podem ser empregadas como tratamento preliminar à enucleação.
- 5-2 Crioterapia vem sendo empregada nos ameloblastomas como modalidade de tratamento coadjuvante.

Referências

1. Ackermann GL, Altini M, Shear M. The unicystic ameloblastoma: a clinicopathological study of 57 cases J Oral Pathol. 1988 Nov;17(9-10):541-6.

2. Gardner DG, Pecak AMJ. The treatment of ameloblastoma based on pathologic and anatomic Principles. Cancer. 1980 Dec;46(8):2514-9.

3. Gardner DG, Corio RL. Plexiform unicystic ameloblastoma of maxilla. Oral SurgOral Med Oral Pathol. 1996 Dec;82(6):660-9.

4. Ross RE, Raubenheimer EJ, Van HeerdenWFP. Clinicopathological study of study of unicystic Ameloblastomas. J Dent Assoc S Afr. 1994 Nov;49(7-12):559-62.

5. Reichart PA, Philipsen HP, Sonner S. Ameloblastoma biological profile of 3677 cases. Oral Oncol Eur J Cancer. 1997 Aug;31b(2):563-8.

6. Junquera L, Ascani G, Vicente JC, García-Consuegra L, Roig P. Ameloblastoma revisited. Ann Otol Rhinol Laryngol. 2003 Dec;112(12):1034-9.

7. Ledesma-Montes C, Mosqueda-Taylor A, Carlos-Bregni R, de León ER, Palma-Guzmán JM, Páez-Valencia C, Meneses-García A. Ameloblastomas: a regional Latin-American multicentric study. Oral Dis. 2007 May;13(3):303-7.

8. Rosenstein T, Pogrel MA, Smith RA, Regezi JA. Cystic ameloblastoma-behavior and treatment of 21 cases. J Oral Maxillofac Surg. 2001 Nov;59(11):1311-6;discussion 1316-8.

9. Paikkatt VJ, Sreedharan S, Kannan VP. Unicystic ameloblastoma of the maxilla: a case report. J Indian Soc Pedod Prev Dent. 2007 Apr-Jun;25(2):106-10.

10. Shear, M, Singh S. Age – standardized incidence rates of ameloblastoma and dentigerous cysts on the Witwatersrand, South Africa. Community Dent Oral Epideliol. 1978;6:195-9.

11. Neville BW, Damm DD, Allen CM. Bouquot JE. Oral e Maxillofacial Pathology, Philadelphia,W.B: Saunders company;1995.

12. Arotiba JT, Ogunbiyi JO, Obiechina AE. Odontogenic Tumours: a 15 year review from Ibadan, Nigéria. Br Oral Maxillofac Surg. 1997 Oct;35(5):363-7.

13. Kahn MA. Ameloblastoma is young persons: clinicopathologic analysis and etiologic investigation. Oral Surg Oral Med Oral Pathol. 1989;67:706-15.

14. Haug RH, Hauer CA, Smith B, Inddressano AT. Reviewing the unicystic ameloblastoma report of two cases. J Am Dent Assoc. 1990 Dec;121(6):703-5.

15. Leider AS, Eversole LR, Barkin ME. Cystic ameloblastoma. Oral Surg Oral Med Oral Pathol. 1985 Dec;60(6):624-30.

16. Isacsson G, Andersson L, Forsslund H, Bodin I, Thomsson M. Diagnosis and treatment of unicystic ameloblastoma. Int J Oral Maxillofac Surg. 1986 Dec;60(6):759-64.

17. Pogrel MA, Montes DM. Is there a role for enucleation in the management of ameloblastoma? Int J Oral Maxillofac Surg. 2009 Aug;38(8):807-12. Epub 2009 Mar.

Universidade de São Paulo

Faculdade de Odontologia

SERVIÇO DE PATOLOGIA CIRÚRGICA

Pedido de Exame

Anatomopatológico ☐

Citológico ☐

Nº do RG _____ **Nome do paciente** _____

Nome do operador _____ **disciplina** _____

Uso do laboratório _____ **data** ___/___/___ **sexo** ☐ **raça** ☐ **idade** ☐☐ **uso do lab.** ☐☐☐☐ **Sintomatologia** ☐

Mas-1 Fem-2 | Branca-=1 Negra- =2 Amarela=3 Outras =4 | sintomático -1 assintomático- 2

Tamanho da lesão ☐☐ **aspecto da lesão** ☐ **aspecto radiográfico** ☐ **duração da lesão** ☐☐ Dias ☐☐ meses ☐☐ anos **vitalidade dental** ☐

lesões maiores que 100mm coloque 99 | Branca =1 Vermelha= 2 Ulcerada =3 Outros =7 | Radiolúcido =1 Radiopaca =2 Outros =4 | Positiva=1 Negativa=2 Não foi aplicado=3

Tipo de biopsia ☐
Incisional=1
Excisional=2
Curetagem=3
Aspiração=4
Peça cirúrgica =5

Fixador ☐
Formol=1
outros =2

uso do laboratório ☐

uso do laboratório _____

Local da lesão _____

Diagnóstico Clínico _____

Informações complementares e exames complementares : anexar

Universidade de São Paulo

Faculdade de Odontologia – Anatomia Patológica

Num: RG
Nome
Diagnóstico Clínico
Região
Recebido de
Procedência

Número do laboratório
Idade
Sexo
Raça
Data
Data de saída

EXAME MACROSCÓPICO

EXAME MICROSCÓPICO

DIAGNÓSTICO

visto do patologista

Anexo 1

AVALIAÇÃO DA MORFOLOGIA FACIAL, CONTATOS OCLUSAIS E ATIVIDADE ELETROMIOGRÁFICA DOS MÚSCULOS MASTIGATÓRIOS EM ADOLESCENTES COM DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR

EVALUATION OF FACIAL MORPHOLOGY, OCCLUSAL CONTACTS AND ELECTROMYOGRAPHIC ACTIVITY OF MASTICATORY MUSCLES IN ADOLESCENTS WITH TEMPOROMANDIBULAR DISORDER

Leandro Lauriti
Especialista em CTBMF – Mestrando em Ciências da Reabilitação – Uninove
leandrolauriti@ig.com.br

Lara J. Motta
Mestra em Ciências da Reabilitação, Professora da Graduação em Odontologia da Uninove

Sandra Kalil Bussadori
Doutora, Professora do Mestrado em Ciências da Reabilitação – Uninove

Resumo

Muitos problemas podem envolver a articulação temporomandibular (ATM) e suas estruturas, sugerindo um quadro de disfunção temporomandibular (DTM). O objetivo neste estudo observacional transversal será avaliar a associação entre morfologia facial, tipo de oclusão, número de contatos oclusais e atividade eletromiográfica dos músculos mastigatórios em adolescentes com disfunção temporomandibular. Serão avaliados os adolescentes entre 15 e 18 anos, de ambos os gêneros, matriculados no Instituto de Educação José de Paiva Netto. Será aplicado o índice de Helkimo para diagnóstico da DTM, sendo as crianças classificadas em: Grupo sem DTM; Grupo com DTM Leve; Grupo com DTM Moderada e Grupo com DTM Severa. Será obtido o tipo de oclusão baseada nas relações anteroposteriores dos maxilares. Para o registro dos contatos oclusais, será utilizado carbono AccuFilm® II. Serão realizadas fotografias padronizadas de cada participante para a análise da morfologia facial. Em seguida, os pacientes com e sem DTM serão submetidos à avaliação eletromiográfica dos músculos mastigatórios em repouso, oclusão habitual e máxima intercuspidação. Os dados serão submetidos aos testes "t" Student para repetidas mensurações e para análise dos contatos e o teste de correlação de Pearson e Qui-quadrado para medir a associação entre os pontos de contato e a presença e classificação de DTM.

Palavras-chave: Articulação temporomandibular. Contatos oclusais. Eletromiografia. Oclusão. Padrão facial.

Abstract

Many problems can involve the temporomandibular joint (TMJ) and its structures, suggesting a temporomandibular disorders (TMD). The aim of this cross sectional observational study will assess the association between the facial morphology, type of occlusion, number of occlusal contacts and electromyographic activity of masticatory muscles in adolescents with temporomandibular disorders. Will be assessed adolescents between 15 and 18 years of both genders at the Institute of Education José de Paiva Netto. Will be used the index Helkimo for TMD diagnosis and children were classified in group without TMD, TMD Group Light; TMD Group Moderate and Severe TMD Group. Will get the type of occlusion based on relationships anteroposterior jaw. For the recording of occlusal contacts will be used carbon AccuFilm II®. For the analysis of facial morphology, will be conducted standardized photographs of each participant. Then, the patients with and without TMD will undergo electromyographic evaluation of masticatory muscles at rest, normal and maximum intercuspal occlusion. The data will be submitted to the Student's t-tests for repeated measurements for analysis of contacts and Pearson correlation test and chi-square to measure the association between the points of contact and presence and classification of TMD.

Key words: Electromyography. Facial pattern. Occlusion. Oclusal contacts. Temporomandibular joint.

1 Introdução

Muitas alterações clínicas, tais como má postura, maloclusão, bruxismo podem envolver a musculatura mastigatória, a articulação temporomandibular (ATM) e suas estruturas, produzindo um quadro típico de disfunção temporomandibular (DTM)[1].

Sinais e sintomas de DTM são caracterizados por sensibilidade dos músculos da cabeça, pescoço e mastigatórios, dor em uma ou ambas as articulações, movimentos limitados da mandíbula, ruídos articulares, deformidades faciais e cefaleias, que são frequentemente presentes nesses quadros[1-7].

A posição de descanso da mandíbula é o resultado de uma coordenação entre os músculos posteriores cervicais e os que se encontram anterior a coluna cervical. Eles são utilizados para inspiração, mastigação, deglutição e fala[8]. O sistema mastigatório, que inclui a maxila, a mandíbula, os dentes, as ATMs, e todos os músculos associados, está diretamente relacionado com a coluna cervical l[9]. As influências neuromusculares da região cervical e da mastigação participam ativamente nos movimentos da mandíbula e no posicionamento da cervical. O movimento mandibular é ditado pelo controle neuromuscular dos músculos mastigatórios até o contato inicial dos dentes[2].

Segundo Okeson[10], a oclusão é definida como a relação dos dentes superiores e inferiores em contato funcional durante a atividade mandibular. Atualmente, existe um consenso que fatores determinantes de alterações funcionais do sistema estomatognático são aqueles que desarmonizam o equilíbrio funcional entre oclusão, músculos mastigatórios e ATM e que as disfunções temporomandibulares podem ser causadas por macrotraumas e microtraumas oclusais[11-15] que afetam a função mastigatória e acarretam assimetria funcional do sistema estomatognático[16-18].

Essa assimetria influencia a tendência de crescimento facial e estético do indivíduo, e pode sofrer anormalidades e repercutir numa condição de padrão dólico ou em uma braquicefálica. A literatura sugere ainda que anormalidades oclusais sejam possíveis causas de cefaleias, DTM e dores faciais[9,19], além de interferir no crescimento facial e estético da pessoa e sofrer anormalidades, ocasionando em tendências de crescimento com predisposição vertical (dolicocefálico) ou horizontal (braquicefálico).

De acordo com as tipologias faciais, Cabrera e Enlow[20] definiram por padrão mesofacial o tipo de face em que os vetores de crescimento e desenvolvimento apresentam-se em harmonia com a face, crescendo e se desenvolvendo de modo equilibrado para baixo e para frente. Já no padrão dólico-facial existe o predomínio do crescimento vertical, ou seja, predominância dos vetores de crescimento e desenvolvimento maior da face no sentido inferior em relação ao anterior. No padrão braquifacial há um maior crescimento horizontal e o vetor de crescimento e desenvolvimento é maior no sentido anterior em relação ao inferior e caracterizado por uma potente musculatura[20].

A eletromiografia (EMG), introduzida por Moyers[9], em 1949, avalia a disfunção e função muscular durante o repouso, oclusão e mastigação, sendo importante para o diagnóstico e o conhecimento da fisiologia muscular *in vivo*, assim como no diagnóstico diferencial e monitoramento da DTM durante a terapia com placas miorelaxantes. Esses recursos são mais confiáveis que o exame físico isolado para avaliação de desarranjos internos e/ou desordens articulares degenerativas[21]. Em análise eletromiográfica do masseter e temporal anterior de 40 pacientes jovens e adultos de ambos os sexos sem DTM, foi demonstrada a variação do espectro de sinal de acordo com a composição, tipo e tamanho das fibras musculares na isometria durante máxima intercuspidação. Concluiu-se existir diferença significante nos valores da frequência média de potência dos adultos do sexo masculino e feminino, sendo a EMG importante ferramenta no estudo das alterações funcionais adaptativas[22].

Em outro estudo[23], buscou-se comparar a atividade muscular e os contatos oclusais em 15 adultos assintomáticos, com oclusão completa e normal, colocados nas posições supina, semi-supina e sentados. O número de contatos foi adquirido com um sensor oclusal em máxima intercuspidação e oclusão habitual, e a atividade do músculo temporal anterior por meio de exame eletromiográfico. O número de contatos oclusais aumentou com a força de mordida, indo da oclusão habitual à máxima intercuspidação, porém a atividade muscular não apresentou diferença estatística nas diferentes posições. A relação entre o aumento da atividade muscular também foi relacionada a aumento no número de contatos oclusais em outros trabalhos e relacionada a uma maior atividade muscular[24- 26].

Dessa maneira, o objetivo neste estudo é realizar uma avaliação da morfologia facial, dos contatos oclusais e da atividade eletromiográfica dos músculos mastigatórios em adolescentes com disfunção temporomandibular.

2 Objetivos

Nesta pesquisa, objetiva-se realizar uma avaliação da morfologia facial, tipos de oclusão e pontos de contatos oclusais, assim como a atividade eletromiográfica dos músculos mastigatórios em adolescentes com disfunção temporomandibular.

3 Justificativa

Diante do exposto, e dando continuidade e aprofundamento a diferentes estudos relacionados à disfunção temporomandibular (processos FAPESP 2009/51322-2; 2009/51327-4; 2009/54628-5), faz-se necessária a associação entre o tipo de padrão facial, tipo de oclusão e número de contatos oclusais e da atividade eletromiográfica dos músculos mastigatórios de pacientes portadores de DTM, uma vez que se verifica uma escassez de estudos que correlacionem essas variáveis, principalmente em adolescentes.

4 Material e métodos

Delineamento

Tipo de trabalho: o desenho dessa pesquisa será um estudo observacional de corte transversal, que irá avaliar a associação entre morfologia facial, tipo de oclusão, número de contatos oclusais e atividade eletromiográfica dos músculos mastigatórios em adolescentes com disfunção temporomandibular.

Hipótese da pesquisa: adolescentes com DTM apresentam alteração da morfologia facial e da oclusão, assim como alterações nos contatos oclusais e músculos mastigatórios.

Hipótese nula: jovens com DTM não apresentam alteração da morfologia facial, oclusão, contatos oclusais fisiológicos e atuação eletromiográfica normal dos músculos mastigatórios.

Sujeitos da pesquisa

Para este estudo serão avaliados todos os adolescentes de ambos os sexos, matriculados regularmente no Instituto de Educação José de Paiva Netto (LBV), situado na Avenida Rudge, n. 700, Bom Retiro, São Paulo. Como critérios de inclusão da pesquisa, o participante deverá apresentar o termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelo responsável (Anexo 1), possuir os quatro primeiros molares permanentes irrompidos e estar na faixa etária entre 15 e 18 anos. Deverão ser excluídos do estudo indivíduos que se encontrarem em tratamento médico, psicológico, com dentofaciais ou em tratamento ortodôntico e ou ortopédico dos maxilares. Estima-se que estão matriculados em torno de 200 adolescentes no ensino médio do Instituto de Educação José de Paiva Netto – LBV. A pesquisa será conduzida de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde de 10/10/1996.

Procedimentos

Primeiramente, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa – CoEP da Universidade Nove de Julho, tendo sido aprovado sob o número de protocolo 332780. A todos os participantes e responsáveis serão esclarecidos os objetivos da pesquisa e solicitado o preenchimento do termo de consentimento formal de participação. Os termos de consentimento serão entregues no local da avaliação e aplicados pelo examinador previamente treinado.

Questionário

Todos os questionários serão aplicados antes de qualquer intervenção na LBV. Aos participantes que estiverem aptos a participar da pesquisa, será aplicado o índice de Helkimo para pesquisa diagnóstica da DTM.

Para a investigação da DTM, além do questionário específico, será aplicado um questionário adaptado para que os pais ou responsáveis respondam quanto à presença de sinais, sintomas e fatores predisponentes da DTM. Realizar-se-á um exame clínico, sempre por um mesmo avaliador, constituído por inspeção extra e intraoral dos dentes e oclusão, palpação dos músculos: trapézio, esternoclidomastóideo, temporal, masseter, digástrico e pterigóideos mediais, palpação das ATMs e análise da movimentação mandibular, com utilização de paquímetro para medidas de máxima abertura e lateralidades orais e estetoscópio para a verificação de ruídos articulares. Além disso, será feita uma investigação sobre cefaleias frequentes, dores na face, cansaço e dificuldade durante a mastigação, bruxismo, aspecto psicológico da criança, hábitos de sucção de dedo e onicofagia. A partir dos achados clínicos, as crianças serão classificadas segundo os critérios do índice de Helkimo:

- Grupo sem DTM;
- Grupo com DTM leve;
- Grupo com DTM moderada;
- Grupo com DTM severa.

Obtenção dos tipos de oclusão e pontos de contato oclusal

Por meio do exame clínico, será obtido o tipo de oclusão baseada na classificação de Angle[9], sendo o mais prático, tradicional e considerado padrão ouro na literatura. Esse sistema é baseado nas relações anteroposteriores dos maxilares um com o outro:

Classe I de Angle (neutroclusão) – a cúspide mesiovestibular do primeiro molar superior permanente se articula no sulco bucal do primeiro molar inferior permanente.

Classe II de Angle (distoclusão) – o sulco mesial do primeiro molar inferior permanente se articula posteriormente à cúspide mesiobucal do primeiro molar superior permanente.

Classe III de Angle (mesioclusão) – o sulco mesial do primeiro molar inferior permanente se articula anteriormente com a cúspide mesiobucal do primeiro molar superior permanente.

Para o registro dos pontos de contato, será utilizado carbono AccuFilm® II em ambos os lados simultaneamente. O paciente será posicionado na cadeira odontológica em 90 graus, de tal modo que o plano de Camper fique paralelo ao solo e será instruído a fechar a boca até obter a máxima intercuspidação. Os pacientes serão previamente treinados para a realização desse procedimento (as crianças irão realizar dez vezes habituais mordidas em máxima intercuspidação). Serão realizados três registros de cada paciente e depois estabelecida uma média desses dados.

Os dentes serão secos com gaze esterilizada e seringa de ar/água para permitir que a tinta do papel carbono marque os pontos de contato de forma nítida e sem borrões. A marcação será realizada pelo mesmo operador, em um único fechamento evitando sobreposição de marcas. Será utilizada pinça tipo Muller para apreensão da tira de carbono. Os contatos presentes serão registrados em um odontograma para posterior análise e verificação de relacionamento com a presença ou não da DTM. A avaliação do número de pontos de contato será realizada por meio do oclusograma numerado para cada paciente, por um examinador cego em relação ao grupo que o paciente pertence. Antes e após obtenção do registro, serão fotografados com câmera digital Sony, 12X de aumento e auxílio de espelho bucal.

Diagnóstico do padrão facial

Para a análise da morfologia facial, serão realizadas fotografias padronizadas de cada participante. Os sujeitos serão posicionados em pé, à frente de um fundo claro, luz natural e posição relaxada. A cabeça será posicionada com o plano sagital e o plano de Frankfurt, respectivamente, perpendicular e paralelo ao solo, dentes em máxima intercuspidação e lábios em repouso. A altura da câmera será determinada de forma que a face da criança ficará centralizada nos planos vertical e horizontal e a distância entre a câmera fotográfica e o fundo será padronizada em 105 cm para todos os sujeitos. Os planos e pontos antropométricos considerados serão:

- plano mandibular: plano que tangencia a distância entre o ângulo da mandíbula e o mento, no perfil mole;
- plano do ramo mandibular: plano que tangencia a distância entre o ângulo da mandíbula e o arco zigomático, no perfil mole;
- ponto pupilar (localizado no centro da pupila) e plano pupilar (plano que passa entre as duas pupilas com o sujeito olhando para o infinito);
- zygion – ponto mais lateral do arco zigomático;
- gonion – ponto determinado pela bissetriz do ângulo formado pelo plano mandibular e plano do ramo mandibular.

Em seguida será avaliada a altura facial anterior (AFA) – linha interpupilar e o mento; distância bizigomática (DB) – distância entre zygions e a distância intergoniana (DI) – distância entre gonions.

Para a obtenção dos padrões faciais nas fotografias serão analisadas as razões AFA/DB e AFA/DI pelo *software* Alcimagem 2.1®.

Padrão mesofacial – vetores de crescimento e desenvolvimento facial em harmonia se desenvolvendo de modo equilibrado para baixo e para frente.

Padrão dolicofacial – predomínio do crescimento vertical, com predominância dos vetores de crescimento no sentido inferior.

Padrão braquifacial – maior crescimento no sentido horizontal, em que o vetor de crescimento é maior no sentido anterior que no inferior.

Exame de eletromiografia de superfície (SEMG)

Em seguida, todos os pacientes com DTM, classe I de Angle, serão submetidos à avaliação eletromiográfica (EMG) dos músculos masseter (direito e esquerdo) e temporal feixe anterior (direito e esquerdo) em repouso, oclusão habitual e máxima intercuspidação, bem como o grupo controle (sem DTM). A atividade muscular será captada por 15 segundos em repouso seguida de mastigação habitual (contração isotônica). Essa mastigação deverá ser realizada com um Parafilm "M" nos dentes molares, sendo esse com textura e dimensão semelhante à goma de mascar comercial (Trident®), confeccionada pelos idealizadores do trabalho, sendo totalmente inócuo à criança.

A máxima intercuspidação será coletada após 3 minutos de descanso das coletas mencionadas, sendo o tempo de duração de 20 segundos. Nesse procedimento, o participante também deverá morder o dispositivo de Parafilm "M" anteriormente mencionado.

Para a realização do experimento, será utilizada uma sala, previamente preparada para o estudo, sem ruídos ou interferências sonoras. No experimento, o paciente deverá permanecer sentado, com os pés semiafastados, ombros relaxados e mãos repousando sobre a coxa. A cabeça será posicionada no plano de Frankfurt paralelo ao solo.

Após ser devidamente posicionado, será realizada uma limpeza na pele dos participantes, na região dos músculos masseter (direito e esquerdo) e temporal anterior (direito e esquerdo), com algodão e álcool, para que seja removida a gordura da epiderme e as células mortas. O objetivo dessa limpeza é o de diminuir a impedância eletrodo/pele uma vez que resíduos podem causar alteração da captação do sinal eletromiográfico[27].

Na coleta dos dados, serão utilizados eletrodos de superfície descartáveis (Ag/AgCl) Medi Trace (Kendall®, Ca), que deverão ser fixados no ventre muscular na região que apresentar maior sinal de tônus, verificado durante palpação com o indivíduo realizando oclusão cêntrica forçada. A distância inter-eletrodos deverá ser de 20 mm (centro a centro), como sugerido pela SENIAM *(European Recommendations for Surface Eletromyography)*[28]. Para evitar micromovimentos dos eletrodos, esses deverão receber fixação superficial com micropore. Algum desconforto na remoção do micropore da pele pode ocorrer, sendo utilizado micropore hipoalergênico e fornecido aos participantes hidratante facial para a região de fixação dos eletrodos.

Para evitar efeitos de ruídos, será utilizado um fio terra fixo em uma placa de metal de 2 cm de largura e 3 cm de comprimento, fixa no punho esquerdo do paciente.

Os sinais mioelétricos dos músculos deverão ser obtidos por meio de um eletromiógrafo com 8 canais (EMG System do Brasil Ltda.), com frequência de banda de 20 e 500 Hz, amplificador com ganho de 1000 Hz e módulo de rejeição > 100 dB. Os dados serão obtidos e processados utilizando um conversor analógico digital de 16 bit (EMG System do Brasil Ltda), com frequência de amostragem de 2000 Hz por canal. Esse sistema será composto por eletrodos ativos com pré-amplificador com ganho de 20 vezes.

Para a análise e processamento dos sinais no domínio do tempo será calculado o RMS (*root mean square*) por meio de uma janela móvel de 400 ms, após ser normalizado pela média do sinal. O objetivo dessa análise é comparar a amplitude do sinal EMG entre os grupos na tentativa de verificar o padrão da atividade elétrica dos músculos entre os grupos estudados.

Os sinais coletados em isometria (máxima intercuspidação) serão analisados no domínio da frequência com o objetivo de comparar o índice de fadiga muscular entre os grupos estudados. Nesse procedimento, deverá ser utilizada a transformada rápida de Fourier, sendo a estratégia para o processamento (tipo de janelamento do sinal – por exemplo Hanning, frequência e tamanho da janela) a ser definida após as coletas dos dados. Como valores serão considerados a frequência mediana e a média do espectro do sinal.

Organização e tratamento estatístico dos dados

Os dados serão organizados em tabelas e gráficos de acordo com médias e desvios-padrão para cada variável e serão submetidos a testes estatísticos com ($p \leq 0,05$). Será utilizado o teste "t" Student para repetidas mensurações para análise dos contatos, e o teste de correlação de Pearson e Qui-quadrado, para medir a associação entre os pontos de contato e a presença e classificação de DTM.

Referências

1. Gonzales HE, Manns A. Forward head posture: its structural and functional influence on the stomatognathic system; a conceptual study. J Craniomand Pract. 1996;14(1):71-80.

2. Goldstein DF, Kraus SL, Willians WB, Glasheen-Wray M. Influence of cervical posture on mandibular movement. J Prosthet Dent.1984 Sep;52(3):421-6.

3. Solow B, Sonnesen L. Head posture and malocclusions. Eur J Orthod. 1998;20(3):685-89.

4. Sonnesen L, Bakke M, Solow B. Temporomandibular disorders in relation to craniofacial dimensions, head posture and bite force in children selected for orthodontic treatment. Eur J Orthod. 2001;23(2):179-92.

5. Mclean LF, Brenman HS, Friedman MGF. Effects of body position on dental occlusion. J Dent Res. 1973;52(5):1041-5.

6. Ayub E, Glasheen-Wray M, Kraus S. Head posture: a case study of the effects on the rest position of the mandible. J Orthoapaedic and Sports Physical Therapy. 1984;5(4):179-60.

7. Fonseca DM, Bonafante G, Valle AL, Freitas SFT. Diagnóstico pela anamnese da disfunção craniomandibular. RGO. 1994;42(1):23-8.

8. Darling DW, Kraus S, Glasheen-wray MB. Relationship of head posture and the rest position of the mandible. J Prosthet Dent. 1984 Jul;52(1):111-5.

9. Moyers RE. Etiologia da maloclusão. In: Moyers RE. Ortodontia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1991:157-59/212-37.

10. Okeson JP. Orofacial pain guidelines assessment, diagnosis and managements. Chicago: Ed. Quintessence; 1996.

11. Zuanon ACC, Campos CGA, Giro EMA, Pansani CA. Bruxismo infantil. Odont Clin. 1999;9(1):41- 4.

12. Cauás M, Alves IF, Tenório K, HC Filho JB, Guerra CMF. Incidências de hábitos parafuncionais e posturais em pacientes portadores de disfunção da articulação craniomandibular. BrJOMS. 2004 abr/jun;4(2):121-29.

13. Nassif NJ, Al-salleeh F, Al-admawi M. The prevalence and treatment needs of symptoms and signs of temporomandibular disorders among young adult males. J Oral Rehabil. 2003 Sep;30(9):944-50.

14. Kafas P, Leeson R. Assessment of pain in temporomandibular disorders: the bio-psychosocial complexity. Int J Oral Maxillofac Surg. 2006;35(2):145-9.

15. Magnusson T, Egermark I, Carlsson GE. A longitudinal epidemiologic study of signs and symptoms of temporomandibular disorders from 15 to 35 years of age. J Orofac Pain. 2000;14(4):310-9.

16. Dawson PE. Avaliação, diagnóstico e tratamento dos problemas oclusais. 2ª Ed. São Paulo:Artes Médicas;1993. p. 686.

17. Atch JP, Shinkai RSA, Sakai S, Rugh JD, Paunovich ED. Determinants of masticatory performance in dentate adults. Arch Oral Biol, Oxford. 2001 jul; 46(7):641-48.

18. Miyawaki S, Tanimoto Y, Araki Y, Katayama A, Kuboki T, Takano YT. Movement of the lateral and medial poles of the working condyle during mastication in patients with unilateral posterior crossbite. Am J Orthod Dentofac Orthop. 2004 nov, St. Louis;126(5):549-54.

19. Fuji T. Occlusal conditions just after the relief of temporomandibular joint and masticatory muscle pain. J Oral Rehabil, Oxford. 2002 apr;29(4):323-29.

20. Cabrera CAG, Enlow DH. Crescimento e desenvolvimento craniofacial. In: Cabrera CAG, Cabrera MC. Ortodontia clínica. Curitiba: Produções Interativas, 1997; cap. 1:1-41.

21. Landulpho AB, Silva WAB, Silva FA. Eletromiografia e eletrosonografia no monitoramento das desordens temporomandibulares – relato de caso clínico. Rev Paul Odontol. 2003;1:4-8.

22. Yuen SWH, Hwang JCC, Poon PWF. EMG spectrum patterns of anterior temporal and masseter muscles in children and adults. J Dent Res. 1989 may;68(5):800-04.

23. Gadotti IC, Bérzin F. Análise postural e eletromiográfica e a prevalência do bruxismo em indivíduos com diferentes classes oclusais de Angle. [dissertação mestrado]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2003.

24. Salles RFM. Estudo eletromiográfico pré e pós utilização de placa oclusal compressível de silicone em bruxistas e não bruxistas. [dissertação]. Piracicaba: Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Unesp; 2003.

25. Kim YK, Lee SW, Chung SC, Kho HS. Comparison of muscle activity and occlusal contacts during maximal and habitual clenching in varied chair positions. J Rehabil Oral. 1997;24(3):237-9.

26. Rahal A, Gomez VSG. Estudo eletromiográfico do músculo masseter durante o apertamento dentário e mastigação habitual em adultos com oclusão dentária normal. Rev Soc. Bras Fonoaudiologia. 2009;14(2):160-4.

27. De Luca CJ. The use of surface eletromyography in biomechanics. J Appl Biomech. 1997;13(2):135-63.

28. Hermes HJ, Freriks R, Merletti GG, Hägg D, Stegeman J, Blok G, Rau C, Disselhorst-Klug. European recommendations for surface eletromyography – SENIAM. Deliverable 8. Biomedical and Health Research Program. Roessingh Research and Development; 1999.

AVALIAÇÃO DO PERFIL DE DISSOLUÇÃO DE COMPRIMIDOS DE LORATADINA COMERCIALIZADOS NO BRASIL

EVALUATION OF THE DISSOLUTION PROFILE OF LORATADINE TABLETS COMMERCIALIZED IN BRAZIL

Evelyn Ojoe
Doutora
Universidade Nove de Julho
e_ojoe@uninove.br

Denilton Silva Costa
Especialista
Universidade Nove de Julho

Humberto Gomes Ferraz
Doutor
Universidade de São Paulo

Fagner Magalhães Souza
Graduado em Farmácia e Bioquímica
Universidade Nove de Julho

Resumo

A loratadina é um potente antialérgico e anti-histamínico tricíclico, não-sedativo de ação prolongada com atividade seletiva, antagônica nos receptores H1 periféricos. Considerando os diversos laboratórios que colocam à disposição esse medicamento é de grande importância avaliá-los para garantir a qualidade do produto e, consequentemente, a eficácia nos tratamentos e a segurança dos pacientes. O objetivo neste trabalho é avaliar, *in vitro*, nove especialidades farmacêuticas (similar e genérico), contendo loratadina (10 mg), sendo o medicamento referência (CLARITIN®), fabricado pela Schering-Plough, a fim de verificar se eles atendem aos critérios especificados pelo teste de dissolução descrito na *United States Pharmacopeia* (USP), em fluido digestivo a partir do aparelho de dissolução seguido de leitura em espectrofotômetro no ultravioleta. Com base nos resultados obtidos, pode-se sugerir que os produtos denominados genéricos e similares em relação ao produto de referência foram equivalentes farmacêuticos, pois apresentaram resultados satisfatórios em todos os testes a que foram submetidos.

Palavras-chave: Comprimidos. Dissolução. Loratadina.

Abstract

Loratadine is a powerful antihistamine and tricyclic antiallergic, non-sedating with long acting activity and selective peripheral H1 receptor antagonism. Considering the various laboratories that provide this medicine is of major importance evaluating their quality in order to ensure quality in relation to treatment efficacy and patient safety. This study aims the *in vitro* assessment of nine pharmaceuticals (generic and similar) containing loratadine (10 mg) and the reference drug (CLARITIN®) manufactured by Schering-Plough, and to verify if they have the criteria specified by the dissolution test described in USP (United States Pharmacopeia) in digestive fluid from the dissolution apparatus followed by UV spectrophotometer reading. Results of the present study confirmed that the pharmaceuticals (generic and similar) were found to be pharmaceutical equivalence to reference drug, among satisfactory results that were submitted.

Key words: Dissolution. Loratadine. Tablets.

1 Introdução

Há um considerável interesse junto à comunidade médica, e do público em geral, a respeito do diagnóstico e tratamento da doença alérgica, isso ocorre em razão da necessidade de elucidar as causas das desordens imunológicas que acometem os seres humanos. Pesquisadores obtiveram sucesso na elucidação dos processos alérgicos a partir de testes de alergia conjuntival, realizados no início do século passado, e a associação do anticorpo *IgE* às doenças alérgicas, permitiu aos médicos fazer diagnósticos mais precisos, além disso, verificou-se que a histamina desempenha importantes papéis fisiológicos no processo alérgico.

Como a histamina é um dos mediadores pré-formados e armazenados nos mastócitos, sua liberação ocorre em decorrência da interação de antígeno com anticorpo IgE sobre sua superfície, desempenhando papel central na hipersensibilidade imediata e nas respostas alérgicas. As ações da histamina no músculo liso brônquico e nos vasos sanguíneos são responsáveis, em parte, pelos sintomas da resposta alérgica[1, 2].

Loratadina, quimicamente denominada como (*ethil 4-(8-chloro-5,6-dihidro-11H-benzo [5,6]-cicloheptal [1,2-b]piridin-11-ilidene)-1-piperidinecarboxilate*), de peso molecular igual a 382,88 (Figura 1), é um anti-histamínico tricíclico de segunda geração, comercializado em razão de suas propriedades não sedativas, pois não atravessa de modo apreciável a barreira hematoencefálica, cujo mecanismo de ação consiste em prevenir a resposta à histamina ou ao alérgeno na cavidade nasal e conjuntivas, eliminando assim sintomas como prurido, congestão nasal, minorreia, lacrimejamento dos olhos e espirros[3, 4, 5].

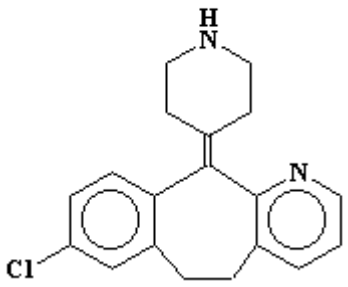


Figura 1: Fórmula estrutural da Loratadina

O fármaco é uma base fraca, cujo valor de pka é de aproximadamente 6, pouco solúvel, sendo prontamente absorvida, quando administrada via oral, e concentração máxima (C_{max}) alcançada entre 1 e 1,5 horas, quando ministrada em condições de jejum, sendo metabolizada pelo citocromo P450 por meio das isoenzimas CYP3A4

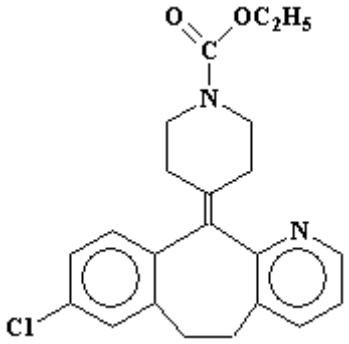


Figura 2: Fórmula estrutural da Desloratadina

e CYP2D6, gerando o seu maior metabólito descarboethoxiloratadina (desloratadina) (Figura 2) , que possui atividade anti-histamínica[6, 7].

A implantação dos chamados genéricos, no Brasil, a partir da Lei nº 9.787 de 10 de fevereiro de 1999[8], foi uma tentativa de tornar os medicamentos mais acessíveis à população, já que tais produtos se constituem em alternativa economicamente mais viável que os ditos medicamentos de marca ou inovadores[9]. Além desses, há outra categoria de produtos no mercado farmacêutico brasileiro que ocupa posição de destaque: os "similares".

O ensaio de dissolução é uma das ferramentas mais adequadas para verificar o desempenho de um medicamento, sob a forma sólida, no que se refere à sua liberação a partir da forma farmacêutica[10, 11].

A diferença principal entre o medicamento genérico e o similar é que o similar tem que adotar obrigatoriamente nome comercial ou marca, com exceção dos casos previstos em legislação específica, e não são intercambiáveis por lei. Conforme a RDC nº 17, de 2 de março de 2007[12] para registro do medicamento similar é necessária a apresentação dos resultados de estudos de equivalência farmacêutica e testes de biodisponibilidade relativa. Estudos de equivalência farmacêutica de medicamentos genéricos e similares comercializados no mercado nacional têm demonstrado diferença significativa do perfil de liberação do fármaco das diferentes preparações, mostrando que tais apresentações não são intercambiáveis. Cruz et al.[13] avaliaram quatro preparações contendo 25 mg de hidroclorotiazida e concluíram que duas não apresentaram similaridade com o medicamento referência. Já Rodrigues et al.[14] analisaram três formulações, contendo propranolol (um similar e dois genéricos), e observaram que somente um deles era potencialmente intercambiável com o medicamento referência.

Considerando-se que a loratadina, é comercializada no Brasil sob várias denominações comerciais, oriundas de laboratórios distintos e que não existem, no país, estudos que avaliem seu desempenho *in vivo*

ou *in vitro*, este trabalho é uma tentativa de auxiliar na elucidação do dilema custo *versus* qualidade dos medicamentos no país, utilizando-se, para tanto, o ensaio de dissolução de formas farmacêuticas sólidas.

Dissolução

A velocidade de dissolução do princípio ativo constitui um dos principais problemas de biodisponibilidade quando se faz uso de formas farmacêuticas sólidas, pois depende da dissolução do fármaco nos líquidos gastrintestinais, da sua transferência através das membranas biológicas para a circulação sistêmica e posteriormente alcançar o sítio de ação[15, 16].

Levando-se em consideração que a ação terapêutica de um medicamento depende da liberação do princípio ativo, de sua absorção e manutenção de níveis plasmáticos efetivos, a dissolução tem relevante importância em preparações farmacêuticas sólidas. O estudo *in vitro* do processo de dissolução é uma ferramenta válida para garantir a qualidade biofarmacotécnica, sendo útil no desenvolvimento de formulações, controle de qualidade e determinação de equivalência farmacêutica, possibilitando correlacionar os dados obtidos *in vivo* e *in vitro*[15, 16].

Vários componentes do meio de dissolução podem alterar a liberação do fármaco a partir da forma farmacêutica em decorrência de fatores que poderão influenciar a dissolução, dentre eles solubilidade[17], tamanho de partícula[18], natureza química[19], excipientes[20], viscosidade, agentes tensoativos, volume, sais e outros compostos[17].

2 Objetivos

O objetivo neste trabalho foi avaliar, *in vitro*, nove especialidades farmacêuticas (similar e genérico), contendo loratadina (10 mg), sendo o medicamento referência (CLARITIN ®), fabricado pela Schering-Plough, a fim de verificar se eles atendem aos critérios especificados pelo teste de dissolução descrito na *United States Pharmacopeia* (USP), em fluido digestivo a partir do aparelho de dissolução, seguido de leitura em espectrofotômetro no ultravioleta.

Justificativas

A loratadina é um potente antialérgico e antihistamínico tricíclico, não-sedativo de ação prolongada com atividade seletiva, antagônica nos receptores H1 periféricos. Considerando os diversos laboratórios que colocam à disposição esse medicamento, é de grande importância avaliá-los para garantir a qualidade do produto e, consequentemente, a eficácia do tratamento e a segurança dos pacientes.

3 Materiais e métodos

Material

Os comprimidos de loratadina utilizados no estudo foram adquiridos em uma farmácia comercial, na cidade São Paulo (SP), em janeiro de 2010, na concentração de 10 mg de fármaco e designados como R (referência – Claritin-Schering-Plough®), S1, S2, S3, S4, S5 (similares um, dois, três, quatro e cinco, respectivamente) e G1, G2 e G3 (genérico um, dois e três, respectivamente). Os demais reagentes foram de grau analítico. As análises foram executadas laboratório de pré-formulação e controle de qualidade da Faculdade de Ciências farmacêuticas da Universidade de São Paulo (FCF-USP).

Eficiência de dissolução

No ensaio, foi utilizada a equação da eficiência de dissolução (ED) que é outra forma útil para fazer comparações e utilizar a eficiência de dissolução ED, podendo ser definida como a área sob a curva de dissolução até um tempo *t* expresso como porcentagem de área do retângulo que corresponderia a 100% de dissolução no mesmo tempo. Normalmente, é feita uma comparação entre o tempo necessário para que determinadas proporções do fármaco estejam liberadas na solução[21].

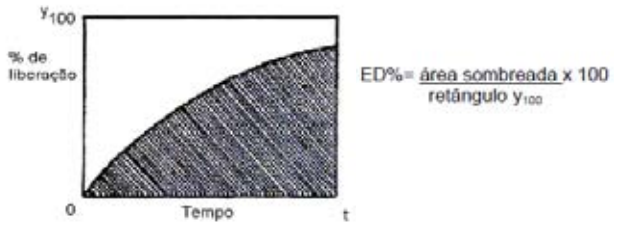


Figura 3: Exemplo matemático de eficiência de dissolução[21]

Perfil de dissolução

O perfil de dissolução foi realizado com seis unidades de cada produto, utilizando as condições previamente otimizadas e descritas na Tabela 1. O perfil de dissolução foi realizado com seis unidades de cada produto, empregando as mesmas condições descritas na referida tabela, coletando-se, no entanto, alíquotas nos tempos de 5, 10, 15, 20, 30, 45 e 60 minutos. A eficiência de dissolução (ED) foi calculada a partir das curvas de porcentagem de fármaco dissolvido *versus* tempo[21].

Para esse ensaio, foram utilizados seis comprimidos das formulações. Realizou-se o ensaio e determinou-se a quantidade de loratadina dissolvida, conforme descrito a seguir:

Tabela 1: Condições utilizadas para determinação do perfil de dissolução de loratadina em comprimidos, conforme a *United States Pharmacopeia*[22]

Condições	Características
Sistema de agitação	Aparato: 2 Pá
Velocidade	50 rpm
Meio de dissolução	HCL 0,1N
Volume do meio	900 mL
Alíquota retirada	10 mL
Quantificação	Especrofotômetro UV λ= 280 nm
Tempo de amostragem	5, 10, 15, 20, 30, 45 e 60 minutos.

Depois de decorridos 5, 10, 15, 20, 30, 45 e 60 minutos de ensaio foram retiradas alíquotas de 5,0 mL. A alíquota retirada foi filtrada por meio de filtro *External Filter- Logan* 35 µm e as leituras das amostras foram efetuadas por espectrofotometria no aparelho Varian-Cary UV-Vis a 280 nm.

Espectro de absorção do fármaco na região do ultravioleta

Para avaliar o comprimento de onda correspondente à absorção máxima da loratadina, empregou-se uma solução aquosa de 4 mg/mL, preparada a partir da substância de referência procedendo-se, em seguida, à varredura no espectro da região UV, (Figura 4), conforme especificações preconizadas pela *United States Pharmacopeia*[22].

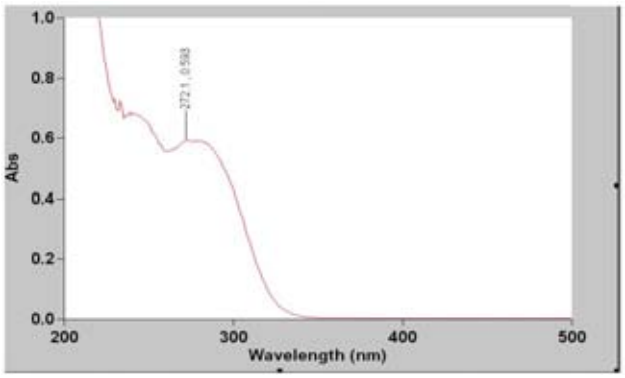


Figura 4: Espectros de absorção na região do ultravioleta da amostra, após diluição de 4 mg/mL em HCl 0,1N a 37,0 ± 0,5 ºC

Curva analítica

Para construção da reta de calibração, foi pesado cerca de 50,0 mg de loratadina, substância química de referência (99,61%), diluindo-se sucessivamente, em meio HCL 0,1N, até obtenção de soluções com concentrações que variam de 2,0 a 40 mg/mL (Figura 5). As absorbâncias foram lidas em 280nm. A validação deve garantir, por meio de estudos experimentais, que o método empregado atende às exigências das aplicações analíticas, assegurando-se a confiabilidade dos resultados.

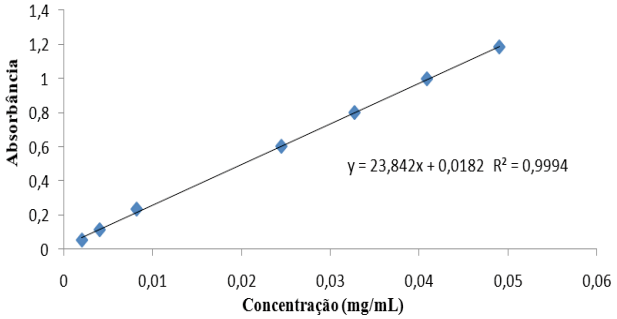


Figura 5: Curva analítica de loratadina com concentrações entre 2 a 40 mg/mL

4 Resultados

Os resultados estão expressos na forma de gráficos, correlacionando os perfis de dissolução dos medicamentos denominados genéricos, similares e o medicamento de referência (Figura 6). Foi elaborada uma Tabela 2 que confronta a eficiência de dissolução (ED), quantidade de comprimidos por embalagem e respectivos valores de compra no Estado de São Paulo.

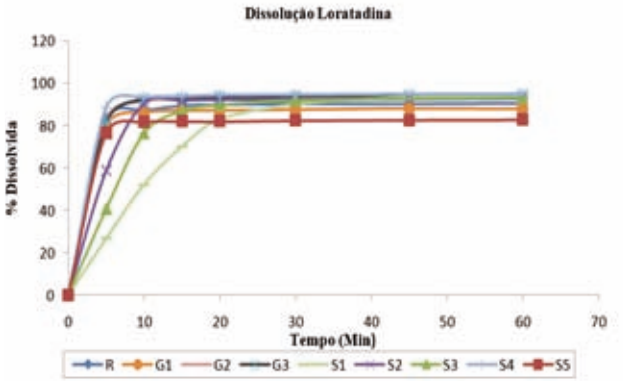


Figura 6: Perfis de dissolução dos produtos R, G1, G2, G3, S1, S2, S3, S4 e S5, em meio HCL 0,1N a 37º C

Tabela 2: Correlação entre os produtos analisados

Produtos	% ED	Valor comercial R$	Comprimidos por embalagem
Referência	85%	35,67	12
G1	83%	21,65	12
G2	88%	22,00	12
G3	89%	20,32	12
S1	76%	20,67	12
S2	86%	23,65	12
S3	82%	24,42	10
S4	90%	14,44	12
S5	78%	17,87	12

5 Discussão e considerações finais

Em relação à dissolução, verificou-se que a porcentagem média dissolvida para todos os produtos foi superior a 95%, em 30 minutos. Na avaliação dos perfis de dissolução (Figura 6), observou-se que os valores de porcentagem de fármaco dissolvido, para a grande maioria dos produtos testados, foram superiores a 85%, já em 15 minutos de teste, e a comparação dos perfis pelo método modelo independente simples, que emprega fator de diferença (f1) e de semelhança (f2), não pôde ser aplicada. O que chamou a atenção foi o produto (S5) que, embora tenha cumprido as especificações exigidas, apresentou perfil inferior aos demais, ficando muito próximo dos valores mínimos exigidos. Tal fato pode ser explicado pela provável falta de uniformidade nos comprimidos, entretanto para confirmação dessa hipótese seria necessário um estudo que apresentasse a real concentração de loratadina presente nos comprimidos. Com base nos resultados obtidos, pode-se sugerir que os produtos denominados genéricos (G1, G2 e G3) e similares (S1, S2, S3, S4 e S5) em relação ao produto de referência (R) foram equivalentes farmacêuticos, pois apresentaram resultados satisfatórios em todos os testes a que foram submetidos.

Referências

1. Cohn JR, Bahna SL, Wallace DV, Goldstein S, Hamilton R. Allergy diagnosis in clinical practice. American Academy of Allergy Asthma & Immunology. 2006:21-30.

2. Barecki ME, Casciano CN, Johnson WW, Clement. In vitro characterization of the inhibition profile of loratadine, desloratadine, and 3-OH-Desloratadine for five human cytochrome P-450 enzymes. Drug Metabol Dispos. 2001;29(9):1173-5.

3. The Merck Index, 13th ed. Rahway: MERCK & CO; 2006. p. 402.

4. Nancy JB, Roberts LJ. Pharmacological basis of therapeutics. 10th ed. New York: Macmillian; 2009. 498 p.

5. Khan MZI, Rausl D, Zanoski R, Zidar S, Mikulc JH, Krimanic L, Krizmanc L, Eskinja M, Mildner B, Knezevic Z. Classification of loratadine based on the biopharmaceutics drug classification concept and possible in vitro – in vivo correlation. Biol Pharm Bull. 2004;27(10):1630-5.

6. Martindale: The complete drug reference. 33th. ed. Grayslake: Pharmaceutical Press, 2002. p. 420.

7. Simons FER. Comparative Pharmacology of H1 Antihistamines: clinical relevance. Am J Med. 2002;113(9):38-46.

8. Ministério da Saúde (Brasil), ANVISA. RE nº 9787 de 10 de Fevereiro de 1999. D.O.U. Poder Executivo, Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1999.

9. Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico Para Farmácias, Drogarias e Empresas do Setor; Lista de Preços Portaria 37/92. ABCFARMA. 2002.

10. Abdou HM, Hannas S, Muhammad N. Dissolution In: Genaro AR, ed. Remington: The science and practice of pharmacy. 20th ed. Baltimore: Lippincott Williams & Wilkins; 2000. p. 654-66.

11. Haile MM, Pizzorno MT, Volonte MG. Efecto del aglutinante e del desintegrante sobre la dissolución de comprimidos de paracetamol. Estudos de bioequivalencia *in vitro.* Acta Farm Bonaerense. 1992;11(2):63-72.

12. Ministério da Saúde (Brasil). Relação Nacional de Medicamentos Essenciais. Brasília, 17 out 2007. Disponível em URL: http://bvsms.saude. gov.br/bvs/publicacoes/07_0516_M.pdf

13. Cruz AP, Foppa T, Rodrigues PO, Cardoso TM, Stulzer HK, Silva MAS. Estudo comparativo dos perfis de dissolução de comprimidos de hidroclorotiazida (HCTZ) comercializados no Brasil. Rev Ciênc Saúde. 2005;24(1-2):19-27.

14. Rodrigues PO, Stulzer HK, Cruz AP, Foppa T, Cardoso TM, Silva MAS. Equivalência farmacêutica entre comprimidos de propranolol comercializados no mercado nacional. Infarma. 2006;18(3/4):16-21.

15. González MS, Retaco P, Pizzorno MT, Volonté MG. Estudio comparativo de disolución de comprimidos de choridrato de propanolol. Rev Farm Bioquím Univ São Paulo. 1995;31(2):79-83.

16. Haile MM, Pizzorno MT, Volonte MG. Efecto del aglutinante e del desintegrante sobre la disolución de comprimidos de paracetamol. Estudos de bioequivalencia *in vitro.* Acta Farm Bonaerense. 1992;11(2):63-72.

17. Manadas R, Pina ME, Veiga F. A dissolução *in vitro* na previsão da absorção oral de fármacos em formas farmacêuticas de liberação modificada. Rev Bras Cien Farm. 2002;38(4):375-99.

18. Costa P. An Alternative method to evaluation of similarity factor in dissolution testing. Int J Pharm. 2001;220(10):77-83.

19. Storpits S, Oliveira PG, Rodrigues D, Maranho D. Considerações biofarmacotécnicas relevantes na fabricação de medicamentos genéricos: fatores que afetam a dissolução e a absorção de fármacos. Rev Bras Cien Farm. 1999;35 (1):1-16.

20. Banakar UV. Pharmaceutical dissolution testing. 49nd ed. New York: Marciel Dekker Inc; 1992. 437 p.

21. Khan KA, Rhodes CT. Effects of compaction pressure on the dissolution efficiency of some direct compression systems. Pharm Acta Helv. 1975;47:594-607.

22. The United States Pharmacopeia. 29th ed. Rockville: The United States Pharmacopeial Convention; 2006.

COMPARAÇÃO DO TESTE DE CAMINHADA DE SEIS MINUTOS (TC6') E *SHUTTLE WALK TEST* (SWT) EM MULHERES OBESAS

COMPARISON SIX-MINUTE WALK TEST (6MW) AND SHUTTLE WALK TEST (SWT) IN OBESE WOMEN

Kadma Karênina Damasceno Soares
Mestranda em Ciência da Reabilitação – Uninove – São Paulo (SP) Brasil. Apresentadora do trabalho.

Évelim L. F. Dantas Gomes[1]
Mestranda em Ciência da Reabilitação – Uninove – São Paulo (SP) Brasil.

Alceu Beani Júnior
Médico Especialista em Cirurgia Geral, Diretor do Centro Especializado no Tratamento da Obesidade, Diretor do Serviço de Cirurgia Geral do IAMSPE / Hosp. do Servidor Publico Estadual.

Luis Vicente Franco de Oliveira
Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília – UnB – Brasília (DF) Brasil (2002). Professor do Mestrado em Ciências da Reabilitação – Uninove – São Paulo (SP) Brasil.

Dirceu Costa
Doutor em Ciências Biológicas – UNESP. São Paulo (SP) Brasil. Professor do Mestrado em Ciências da Reabilitação da Uninove – São Paulo (SP) Brasil.
belakarenina@hotmail.com
kadma.soares@yahoo.com.br

Resumo

O desempenho físico tem-se tornado importante objeto de estudo, em indivíduos obesos, para a avaliação pré-operatória de cirurgia bariátrica. Contudo, ainda há escassez de pesquisas, sobretudo no que se refere à comparação entre os testes de campo e capacidade funcional. Assim, comparar os resultados do Teste de Caminhada de Seis Minutos (TC6') com os do *Shuttle Walk Test* (SWT) em mulheres obesas e também avaliar a capacidade funcional delas, por meio do questionário HAQ-20 é um importante campo de estudo. Avaliaram-se 13 mulheres, com idade de 44±11, e Índice de Massa Corpórea de 43±5, as quais foram submetidas, aleatória e consecutivamente, aos testes TC6' e SWT, bem como à aplicação do questionário HAQ-20. Verificou-se que as distâncias apresentaram-se diferentes (TC6'= 489±129m e TS = 244±161m) e o escore do questionário HAQ-20 mostrou uma mediana de 1,125. Quando se verificou a correlação do HAQ-20 com TC6' e o SWT, ela só foi observada no domínio vestir-se em relação ao TC6'. Com base no exposto, concluí-se que a distância no TC6' foi maior que no SWT, podendo refletir mais adequadamente as condições físicas e funcionais de obesos e, portanto, melhor se aplicando nesta avaliação. Os resultados do questionário HAQ-20 mostra que as participantes apresentam uma alteração moderada na capacidade funcional.

Palavras-chave: Caminhada. Obesidade. Teste de esforço.

Abstract

Physical performance has become important objects of study in obese subjects, for the preoperative evaluation of bariatric surgery. However, there is still lack of studies, particularly as regards the comparison between field test and functional capacity. So, compare the results of testing six-minute walk (6MW) at the Shuttle Walk Test (SWT) in obese women and also assess the functional capacity of obese patients through the questionnaire HAQ-20 is an important field of study. We evaluated thirteen women, aged 44±11 and body mass index 43±5, which were subjected randomly and consecutively, to: 6MWT, SWT, and application of the questionnaire HAQ-20. We found that the distances were different (6NW = 489±129 and SWT 244±161m) and the questionnaire Score HAQ-20 showed a median of 1.125. The correlation of the HAQ-20 with 6MW and the SWT was only possible to verify it for field dressing over the 6MWT. On this basis we conclude that the distance in the 6MWT was higher than in SWT, and may better reflect the physical and functional characteristics of obese and, therefore, best applied in the evaluation. The results of the questionnaire HAQ-20 may show that the sample shows a moderate change in functional ability.

Key words: Exercise testing. Obesity. Walk.

1 Introdução

A obesidade, caracterizada pelo aumento do Índice de Massa Corpórea (IMC), é a doença metabólica mais antiga que se conhece, sendo caracterizada por excesso de gordura corporal[1]. Ela se enquadra no grupo de doenças crônico-degenerativas não transmissíveis (DCNT) e não infecciosa[2].

Atualmente, a obesidade é um dos mais graves problemas de saúde pública, e sua prevalência vem elevando-se acentuadamente nas últimas décadas, em especial nos países em desenvolvimento, o que a leva à condição de epidemia global[3].

Acredita-se que o aumento do IMC influencia negativamente na capacidade física, independentemente da idade, uma vez que a maior quantidade de adipocinas, produzida pela gordura visceral eleva a resistência periférica da insulina, levando ao aumento da pressão arterial[4].

Apesar de causar transtornos psicológicos, o excesso de peso tende a causar alterações respiratórias crônicas, tais como hipoventilação, redução da capacidade aeróbica, da força e *endurance* dos músculos respiratórios e do controle da respiração[5, 6].

A redução da capacidade aeróbica provavelmente deve-se ao sedentarismo, bem como ao peso da massa abdominal e torácica sobre os músculos respiratórios, que, por sua vez, ocasiona diminuição da complacência pulmonar. Uma vez que essa se encontra reduzida, a ventilação mecânica em qualquer procedimento cirúrgico deve ser mais cautelosa[7].

As alterações respiratórias são causadas pelo acúmulo de tecido adiposo no tórax e cavidade abdominal, fazendo com que ocorra compressão do tórax, diafragma e pulmão, que, por consequência, ocasiona a redução dos volumes pulmonares e alterações musculares[5, 6].

Também é devido ao acúmulo de gordura torácica e abdominal que ocorre a redução na mobilidade da parede torácica e do diafragma, fazendo com que a complacência torácica seja reduzida, o trabalho respiratório aumentado, causando prejuízos como a diminuição do volume pulmonar e o aumento do recuo elástico do tecido pulmonar[8, 9]. Tem sido sugerido que a redução do VRE seja consequência do aprisionamento de ar ocasionado pela obesidade, bem como pela redução da Ventilação Voluntária Máxima (VVM), levando a aumento das áreas de atelectasia, prejudicando a relação ventilação-perfusão, causando hipoxemia arterial em indivíduos obesos[6, 10].

Pode-se observar também nos obesos, um aumento no consumo de oxigênio, em decorrência do aumento do custo metabólico, e alteração na função muscular respiratória, o que está intrinsecamente relacionado com a redução da complacência e aumento da resistência pulmonar[11, 12, 13].

Além dos danos ocasionados à função cardiorrespiratória, a obesidade associa-se à redução do bem-estar psíquico, dificultando a interação social, favorecendo a baixa autoestima o que é determinante na estigmatização do obeso[4].

As alterações respiratórias podem também ser observadas durante testes de esforço, uma vez que para diversas populações, com alguma patologia, ocorrem alterações no consumo de oxigênio[14]. O TC6' é um teste submáximo, de simples aplicação, de baixo custo e bem tolerado por pacientes portadores de algumas patologias, inclusive a obesidade[15]. Já o SWT é um teste incremental e, portanto máximo, realizado a partir de um sinal sonoro, com velocidades crescentes padronizadas, em 12 níveis. Ambos os testes podem ser empregados para mensurar a capacidade física e funcional desses sujeitos[16]. Contudo, não há evidências sobre qual deles melhor se aplica e esse tipo de população.

1.1 Justificativa

Justificou-se avaliar a função físico-funcional desses indivíduos obesos e identificar qual teste melhor se aplica para tal avaliação, especialmente devido à carência de referências científicas sobre esse tema.

2 Objetivo

O objetivo neste estudo foi comparar os resultados do Teste de Caminhada de seis Minutos (TC6') com os do *Shuttle Walk Test* (SWT) em mulheres obesas mórbidas e também avaliar a capacidade funcional delas, por meio do questionário HAQ-20.

3 Metodologia

Este estudo caracterizou-se como do tipo transversal, tendo em vista que um grupo de indivíduos foi examinado no pré-operatório, sem que houvesse qualquer tipo de intervenção[17].

A amostra foi composta de 13 mulheres obesas, grau II ou acima desse, com indicação de cirurgia bariátrica; idade entre 18 e 60 anos, aptas a realizarem os testes físicos e funcionais respiratórios, e que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Dessa forma, adotaram-se os seguintes critérios de exclusão: IMC menor que 35 Kg/m^2, alterações cognitivas e físicas que impedissem a realização dos testes, portadores de comorbidades do sistema respiratório, usuárias de drogas ou álcool, que já tivessem sido submetidas anteriormente à cirurgia de tórax e que não concordassem em assinar do termo de consentimento livre e esclarecido.

3 Material e método

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (nº 336519). Selecionaram-se mulheres obesas eleitas para cirurgia bariátrica, em um hospital do público do estado de São Paulo, as quais foram esclarecidas quanto aos procedimentos e objetivos deste estudo, sendo solicitadas a assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, posteriormente, foram submetidas às avaliações.

As pacientes realizaram o TC6' com base no *guideline* da *American Thoracic Society* (ATS)[15] e, em seguida, realizaram o SWT, no qual caminharam entre cones, com uma distância de 10 metros entre eles, em ritmos crescentes, a partir de um sinal sonoro. Em todos os testes físicos, no início e no fim, foram mensuradas a pressão arterial (PA), frequência cardíaca (FC), frequência respiratória (f), saturação periférica de oxigênio (SpO_2), sensação de dispneia, pela escala de Borg, e cansaço dos membros inferiores.

Em seguida, foi aplicado um questionário de capacidade funcional (HAQ-20)[18], composto de 20 questões diretas, dividido em oito domínios (vestir-se, levantar-se, alimentar-se, caminhar, higiene pessoal, alcançar objetos, apreender objetos e outras atividades), no qual 60 pontos foi a maior pontuação, e a menor, zero. Esclarece-se que a menor a pontuação refletia a melhor capacidade funcional.

Os dados foram organizados em tabelas, por média e desvio-padrão e submetido ao teste de Smirnov Komolgorov para a verificação de sua distribuição. Para comparar os resultados do TC6' com os do SWT, foi aplicado o teste-t não pareado. Para verificar a existência de correlação entre os testes de esforço e o HAQ-20, foi utilizado o teste de correlação de Spearman. O nível de significância para aceitar a probabilidade estatística foi de um $p \leq 0,05$.

4 Resultados

Os resultados foram, portanto, obtidos de uma amostra composta por 13 mulheres obesas, com idade entre 24 e 62 anos e com uma média de IMC 36-52 Kg/m^2. Suas características físicas estão apresentadas na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Característica físicas

Idade (anos)	44 ± 11 (24-62)
Altura (Cm)	161 ± 0,06 (151-173)
Peso (Kg)	112 ± 16 (91-139)
IMC (Kg/m^2)	43 ± 5(36-52)
VVM (l)	92 ± 14
VVM (% previsto)	70 ± 13

IMC: Índice de Massa Corpórea; VVM: Ventilação Voluntária Máxima.

A Tabela 2 contém os dados sobre os resultados da distância percorrida no TC6'e no SWT.

Tabela 2: Distância percorrida no TC6' e no SWT

Testes	TC6'	SWT	p
Distância percorrida (m)	489 ± 129 (366 - 764)	244 ± 161 (177-554)	0,0004

TC6': Teste de Caminhada de Seis Minutos, SWT: *Shuttle Walk Test*, m: metros

Como mostram os dados da Tabela 2, as obesas caminharam significativamente mais no TC6' que no SWT.

Constatou-se ainda que o escore do questionário HAQ-20 apresentou uma mediana de 1,125. Contudo, quando verificada a correlação do HAQ-20 com o teste TC6' e o SWT, ela só foi observada no domínio vestir-se em relação ao TC6'.

5 Discussão

Embora os testes convencionais para avaliar o desempenho físico, como os TC6' e o SWT, tenham sido amplamente empregados para analisar e acompanhar o desempenho de pessoas saudáveis ou portadores de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC)[19], ou seja, com IMC considerado normal, portanto, sua aplicação em indivíduos obesos mórbidos pode revelar importantes contribuições para essa população.

Os resultados revelaram que as voluntárias conseguiram obter maior desempenho no TC6', demonstrado pela distância percorrida em metros, que no SWT, uma vez que, enquanto caminharam 244 m, em média, no SWT, caminharam praticamente o dobro (488 m) no TC6'. Apesar de o resultado de ambos os testes indicarem o desempenho físico, é sabido que o SWT, por ser incremental, assemelha-se ao teste de esforço e, portanto, gera mais informações da condição aeróbia que o TC6'[20, 21, 22], enquanto que este último, por respeitar mais o rítmo do indivíduo avaliado, parece adaptar-se mais aos obesos, os quais nem sempre conseguem impor ou alterar a velocidade em seu deslocamento, em razão do aumento do IMC e consequente dificuldade de sustação do próprio peso corporal.

Estes resultados indicam que a distância percorrida pode determinar o desempenho físico do indivíduo que se submete a esses testes, sendo o TC6' o que se apresenta mais adequado para avaliar o desempenho físico de obesos.

Em relação ao escore do questionário HAQ-20, quanto maior sua pontuação, pior a capacidade funcional demonstrada[4]. Sabe-se que um HAQ elevado é um mau prognóstico que acarreta abandono de trabalho. Sua pontuação de 0 a 1 demonstra uma alteração na capacidade funcional leve; de 1 a 2, moderada, e entre 2 e

3, grave[23]. Nesta pesquisa, os resultados, revelaram uma mediana de 1,125, que caracteriza um distúrbio de capacidade funcional moderado. Entretanto, a capacidade funcional é uma variável ampla que está relacionada com a forma como a pessoa desempenha suas atividades de vida diária[24] e não apenas em um teste físico.

6 Considerações finais

Com base nos resultados obtidos nesta pesquisa, conclui-se que a distância percorrida no TC6' foi maior que no SWT, podendo refletir mais adequadamente as condições físicas e funcionais de obesos mórbidos e, portanto, melhor se aplicando nesta avaliação. Os resultados do questionário HAQ-20 mostraram que as mulheres obesas pesquisadas apresentam uma alteração moderada na capacidade funcional, o que pode ser atribuído ao elevado IMC, que dificulta a realização de atividades físicas cotidianas.

Referências

Gregg EW, Cheng YJ, Cadw El BL, Imperatore G, Willians DE, Flegal KM. Secular trends in cardiovascular disease risk factors according to body mass index in US adults. JAMA. 2005;293:1868-74.

Porto EBS, Morais TW, Raso V. Avaliação do nível de conhecimento multidisciplinar dos futuros profissionais na propedêutica da obesidade. Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento. 2007;2(1):67-71.

Coutinho W. Consenso de Obesidade, 2004 São Paulo [acesso em 2009 jun 15]. Disponível em: www.abeso.org.br/pdf/consenso.pdf

Coutinho W. Consenso de Obesidade, 2004, São Paulo [acesso em 2009 jun 15]. Disponível em: www.abeso.org.br/pdf/consenso.pdf

Orsi JVA, Nahas FX, Gomes HC, Andrade CHV, Veiga DF, Novo NF, Ferreira LM. Impacto da obesidade na capacidade funcional de mulheres. Rev Assoc Med Bras. 2008;54(2):106-9.

Faintuch J, Souza SAF, Valezi AC, Sant'Anna AF, Rodrigues JJG. Pulmonary function and aerobic capacity in asymptomatic bariatric candidates with very severe morbid obesity. Rev Hosp Clin Fac Med S. Paulo. 2004;59(4):181-6.

Costa D, Barbalho MC, Miguel GPS, Forti EMP, Azevedo JLMC. The impacto of obesity on pulmonary function in adult women. Clinics. 2008;63(6):719-24.

Ogunnaike BO, Jones SB, Jones DB, Provost D, Whitten CW. Anesthetic considerations for bariatric surgery. 2002;95:1256-63.

Deane S, Thomson A. Obesity and the pulmonologist. Arch Dis Child. 2006;91:188-191.

Jones RL, Nzekwu MMU. The effects of body mass index on lung volums. chest. 2006;130:827-33.

Ladosky W, Botelho MAM, Albuquerque JP. Chest mechanics in morbidly obese non-hypoventilation patients. Respir Med. 2001;95:281-6.

Powers MA. The obesity hypoventilation syndrome. Respiratory Care. 2008;53(12):1723-30.

Casas A, Pavía J, Maldonado D. Respiratory muscle disorders in chest wall diseases. Arch Bronconeumol. 2003;39(8):361-6.

Séres L, Ayerbe J, Coll R, Rodríguez O, Manresa JM, Marrugat J, Alastrue A, Formiguera X, Valle V. Cardiolpumonary function and exercise capacity in patients with morbid obesity. Rev Esp Cardiol. 2003;56(6):594-600.

Deboeck G, Niset G, Vachiery JL, Moraine JJ, Naeije R. Physiological response to the six-minute walk test in pulmonary arterial hypertension. Eur Respir J. 2005;26:667-72.

ATS - American Thoracic Society. Statement: Guidelines for the Six-Minute Walk Test. Am J Respir Crit Care Med. 2002;166:111-7.

Rosa FW, Camilier A, Mayer A, Jardim JR. Avaliação da capacidade de exercício em portadores de doença pulmonar obstrutiva crônica: comparação do teste de caminhada com carga progressiva com o teste de caminhada com acompanhamento. 2006;32(2):105-13.

Hulley SB, Cummings SR, Browner WS, Grady DG, Newman TB. Delineando a pesquisa clínica uma abordagem epidemiológica. Porto Alegre: Artmed; 2008.

Ferraz MB. Tradução para o Português e validação do questionário para avaliar a capacidade funcional "Stanford Health Assessment Questionnarie" [tese]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo; Escola Paulista de Medicina; 1990.

Iwama AM, Andrade GN, Shima P, Tanni SE, Godoy I, Dourado VZ. The six minute walk test and body weight – walk distance product in brazilian subjects. Braz J Med Biol Res. 2009;42:1080-5.

Souza SA, Faintuch J, Fabris SM, Nampo FK, Luz C, Fabio TL, Sitta IS, Batista FIC. Six-minute walk test: functional capacity of severely obese before and after bariatric surgery. Surg Obes Relat Dis. 2009: 5 (5) 540-543.

Signg SJJ, Evans PW, Morgan MDL. Minimum clinically important improvement for the incremental shuttle walkig test. Thorax. 2008;63:775-7.

Jürgensen SP, Antunes LC, Tanni SE, Banov MC, Lucheta PA, Bucceroni AF, Godoy I, Dourado VZ. The incremental shuttle walk test in older brazilian adults. Respiration. 2010 Jul.

Corbacho MI, Dapueto JJ. Avaliação da capacidade funcional e da qualidade de vida e de pacientes com artrite reumatóide. Rev Bras Reumatol. 2010;50(1):31-43.

Oliveira LM. Evolução da capacidade funcional de pacientes com artrite reumatóide, avaliada pelo "Stanford Health Assesment Questionnaire" e escala EPM-ROM [dissertação]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina; 1996.

ESTUDO COMPARATIVO DOS CONTATOS OCLUSAIS EM CRIANÇAS COM PRESENÇA E AUSÊNCIA DE DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR

COMPARATIVE STUDY OF OCCLUSAL CONTACT IN CHILDREN WITH AND WITHOUT TEMPOROMANDIBULAR DISORDER

Tatiana Oliveira de Santis
Aluna do Mestrado em Ciências da Reabilitação – Uninove

Lara Jansiski Motta
Mestrado em Ciências da Reabilitação, Professor na Universidade de Odontopediatria – Uninove

Analucia Ferreira Marangoni
Aluna do Mestrado em Ciências da Reabilitação – Uninove

Kristianne Porta Santos Fernandes
Doutora em Imunologia, Professor do Mestrado em Ciências da Reabilitação – Uninove

Raquel Agnelli Mesquita Ferrari
Doutora, Professora do Mestrado em Ciências da Reabilitação – Uninove

Zenildo Santos Silva Junior
Dentista – Uninove

Daniela Aparecida Biasotto-Gonzalez
Doutora em Patologia Oral e Odontologia, Professor do Mestrado em Ciências da Reabilitação – Uninove

Sandra Kalil Bussadori
Doutora em Odontopediatria, Professor do Mestrado em Ciências da Reabilitação – Uninove
tasamara@bol.com.br

Resumo

As disfunções temporomandibulares são definidas como um conjunto de condições dolorosas e/ou disfuncionais, que envolvem os músculos da mastigação e/ou as articulações temporomandibulares. Atribui-se às alterações oclusais e ao desequilíbrio da função muscular o desenvolvimento desse tipo de desordem. Objetivou-se neste estudo analisar comparativamente os contatos oclusais em crianças e adolescentes com e sem sinais e sintomas de DTM, relacionando-os com seu grau de severidade. Foram avaliados 150 indivíduos, de 6 a 14 anos de idade, por meio do questionário Helkimo e realizado exame clínico, baseado no sistema RDC (eixo 1) para verificação de sinais e sintomas dessa disfunção. Foram registrados os contatos oclusais no momento da intercuspidação máxima por meio de tiras de carbono, colocadas bilateral e simultaneamente. Os números de contatos oclusais foram comparados entre lados e registrados em fichas individuais (oclusograma). Para a análise dos resultados, empregaram-se os testes "t" Student e Qui-quadrado de Pearson com nível de significância de 0,05, em que se constatou não haver diferença estatisticamente significante entre os gêneros. Quando analisada a diferença de médias de contatos oclusais entre participantes com e sem DTM (ANOVA), foi possível observar diferença significativa, sendo a maior média de contatos nos participantes sem DTM, não havendo diferença entre os lados direito e esquerdo. Os resultados obtidos neste estudo demonstraram que existe diferença entre o número de contatos oclusais em oclusão cêntrica em crianças com e sem DTM. Observou-se que nas crianças com disfunção temporomandibular, independentemente do grau, o número de contatos oclusais é menor, quando comparado às sem essa patologia.

Palavras-chave: Articulação temporomandibular. Transtornos da articulação temporomandibular. Oclusão dentária.

Abstract

Temporomandibular disorders are defined as a set of painful and/or dysfunctional, which involve the muscles of mastication and/or the temporomandibular joints. It is attributed to occlusal changes and imbalance of muscle function and the development of this type of disorder. The aim of this study is to analyze comparatively the occlusal contacts in children and adolescents with and without signs and symptoms of TMD, relating them to their degree of severity. We evaluated 150 individuals, 6-14 years of age, through Helkimo questionnaire and clinical exam, based on the RDC system (one axis) for signs and symptoms of TMD. Occlusal contacts were recorded at the time of maximum intercuspal through carbon strips placed bilaterally and simultaneously. The numbers of occlusal contacts were compared between sides and recorded in individual records (oclusograma). For the analysis of results was employed Student t tests and chi-square test with significance level of 0.05, which demonstrated no statistically significant difference between genders. When analyzed the mean difference of occlusal contacts between participants with and without TMD (ANOVA), we observed significant differences, with the highest average number of contacts in subjects without TMD, with no difference between right and left sides. The results of this study demonstrated a significant difference between the number of occlusal contacts in centric occlusion in children with and without TMD, and in children with temporomandibular disorders, regardless of grade, the number of occlusal contacts is less as compared to those without this pathology.

Key words: Temporomandibular joint. Temporomandibular disorder. Dental occlusion.

1 Introdução

Muitos problemas clínicos, tais como má postura, maloclusão, frendor, alterações na articulação temporomandibular (ATM), podem envolver a musculatura mastigatória e suas estruturas, sugerindo um quadro típico de disfunção temporomandibular (DTM)[1]. Sinais e sintomas de DTMs são caracterizados por sensibilidade nos músculos da cabeça, pescoço e mastigatórios, dor em uma ou ambas ATMs, movimentos limitados da mandíbula, ruídos articulares, deformidades faciais e cefaleias[1, 2].

A posição de descanso da mandíbula é o resultado da coordenação entre os músculos posteriores cervicais e os que se encontram anteriores à coluna cervical[2, 3], sendo seu movimento ditado pelo controle neuromuscular mastigatório até onde ocorre o contato inicial dos dentes[4]. Essa relação de contato entre os dentes superiores e inferiores durante a atividade mandibular possui classificações já pertinentes na literatura, e como descrita por vários autores[5, 6, 7, 8], é definida como oclusão.

Interferências oclusais prematuras são possíveis causas de cefaleias, DTMs e dores faciais[9], uma vez que este tipo de alteração afeta a função mastigatória e propicia assimetria funcional do sistema estomatognático[10, 11]. Essas interferências também podem ser consequências de uma modificação na posição oclusal, secundária à presença de dor articular e/ou muscular[12] que podem causar desvios mandibulares, resultando em pressões excessivas para a articulação. Em contrapartida, sabe-se que esses contatos provocam mais redução do que aumento da atividade muscular e expressam-se como decorrência de algumas patologias da ATM e musculatura mastigatória.

Na fase de crescimento, época em que estruturas ósseas e musculares estão se desenvolvendo, os desvios decorrentes das interferências oclusais podem representar uma sintomatologia ainda mais expressiva, uma vez que esse tipo de contato prematuro pode gerar maloclusões pelo desvio funcional da mandíbula e alterações periodontais com resposta dolorosa[13].

Observa-se, também, que diante de uma sintomatologia dolorosa o paciente pode alterar funcionalmente a mastigação habitual, de maneira que o ato de mastigar seja realizado de forma mais confortável. Essa alteração funcional entre arcos pode acarretar em influências neuromusculares negativas[10], com severas desordens craniocervicais que podem levar o paciente ao desenvolvimento de DTMs e influenciar diretamente a sua qualidade de vida[14] e agravamento da patologia[15].

Frente aos vários fatores que podem influenciar patologicamente a ATM, o objetivo neste estudo foi analisar comparativamente os contatos oclusais em crianças e adolescentes com e sem sinais e sintomas de DTM, relacionando-os com seu grau de severidade.

2 Material e métodos

Este estudo foi realizado seguindo as normas que regulamentam pesquisa em seres humanos contidas nas Resoluções nº 196/96 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Nove de Julho, conforme protocolo nº 281285/2009. Os responsáveis pelas crianças e adolescentes foram devidamente informados sobre a pesquisa e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Realizou-se um estudo de corte transversal para a avaliação dos contatos oclusais em crianças e adolescentes com presença e ausência de DTM. Foram examinadas 150 crianças na faixa etária de 6 a 14 anos, matriculadas na Clínica Infantil da Faculdade de Odontologia da Universidade Nove de Julho. Para a seleção das crianças participantes no estudo, utilizaram-se, como critérios de inclusão, a presença do 2º molar decíduo e 1º molar permanente, para crianças de 6 a 10 anos, e a presença do 1º molar permanente para as de 11 a 14 anos. Os voluntários de ambos os grupos eram portadores de Classe I dentária (de acordo com a classificação Oclusal de Angle)[8] caracterizada pelo bom posicionamento entre as bases ósseas apicais da maxila e cúspide mésio-vestibular do primeiro molar superior ocluindo no sulco mésio-vestibular do primeiro molar inferior.

Foram excluídos do estudo crianças e adolescentes em tratamento ortodôntico e/ou portadoras de disfunções neurológicas e displasias cleidocranianas. De acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, foram selecionadas 44 crianças, nas quais foi utilizada a metodologia proposta.

Todos os participantes responderam o questionário de triagem para dor orofacial e desordens temporomandibulares aplicados por um avaliador previamente treinado antes de qualquer tipo de intervenção clínica. O questionário de Helkimo, específico para investigação de DTM e composto por 10 questões autoexplicativas direcionadas, com respostas sim/não/às vezes e sinais e sintomas mais frequentes de dor orofacial e DTM foi selecionado para o estudo[16].

Após a aplicação do questionário, os participantes foram submetidos a exame clínico (eixo 1) feito por um único examinador calibrado pelo sistema RDC (*Research Diagnostic Criteria for Temporomandibular Disorders*)[2], constituído por inspeção extra e intraoral dos dentes e oclusão; palpação dos músculos trapézio, esternocleidomastóideo, temporal, masseter, digástrico e pterigóideos mediais; palpação das ATMs e análise da movimentação mandibular, e utilização de paquímetro digital (Mytutoio®) para medidas de máxima abertura e lateralidades orais. Foram verificadas também a presença ou ausência de ruídos articulares e investigação sobre cefaleias frequentes, dores na face, cansaço e dificul-

dade durante a mastigação, bruxismo, hábitos de sucção de dedo ou chupeta e onicofagia e avaliado também o aspecto psicológico da criança.

A partir dos achados clínicos, os participantes foram classificados segundo os critérios da Academia Americana de Dor Orofacial em: Grupo sem DTM (G1) – sem sintomatologia; Grupo com DTM Muscular (G2), caracterizados por relato de dor na região dos músculos mastigatórios durante exame funcional e/ou palpação muscular; Grupo com DTM Articular (G3), grupo em que os participantes apresentaram deslocamento de disco, limitação de máxima abertura oral (menor ou igual a 35 mm), deflexão ou desvios mandibulares, dor espontânea e/ou à palpação na ATM e Grupo com DTM Misto (G4), caracterizado por presença de sinais de DTM muscular e articular.

Para o registro dos pontos de contato, foi utilizado carbono AccuFilm® II em ambos os lados simultaneamente. O paciente foi posicionado na cadeira odontológica em 90 graus, de tal modo que o plano de Camper ficou paralelo ao solo e foi instruído a fechar a boca até obter a máxima intercuspidação. Os pacientes foram previamente treinados para a realização desse procedimento (as crianças e adolescentes realizaram aproximadamente dez vezes mordidas em máxima intercuspidação)[17].

Os dentes foram secos com gaze esterilizada e seringa de ar/água para permitir que a tinta do papel carbono marcasse os pontos de contato de forma nítida e sem borrões. A marcação foi realizada pelo mesmo operador, em um único fechamento, evitando sobreposição de marcas. Foi utilizada pinça tipo Muller, marca Duflex (Juiz de Fora, Brasil), para maior apreensão das tiras de carbono. Antes e após obtenção do registro, a oclusão foi registrada com câmera digital Sony, modelo DSCW320, 4X de aumento digital e auxílio de espelho bucal para fotografias.

Os contatos presentes foram transferidos manualmente para um oclusograma para sua análise e, posteriormente, correlação com a presença ou não de DTM. Cada oclusograma foi numerado individualmente.

Os dados foram organizados em tabelas e gráficos e submetidos a testes estatísticos. Analisaram-se os dados utilizando-se a estatística descritiva (média e desvio-padrão) para caracterização da amostra. Empregou-se o teste "t" Student para repetidas mensurações da análise dos contatos e o teste de correlação Qui-quadrado de Pearson para medir a associação entre os pontos de contato e a presença e classificação de DTM.

3 Resultados

Dos 150 pacientes avaliados, 44 preencheram os critérios de inclusão estabelecidos. A média de idade dos participantes foi 9 anos, com desvio-padrão de 2,06. Quanto ao sexo, 47,7% (n=21) eram do gênero feminino, e 52,3% (n=23), do masculino. Em relação à presença e grau de DTM, 38,6% (n=17) não mostraram quaisquer sinais e/ou sintomas dessa disfunção, e 61,4% (n=27) apresentaram algum grau de DTM. Dentre os participantes com disfunção temporomandibular, 43,2% (n=19) demonstraram DTM leve;11,4% (n=5), moderada (DTM muscular, segundo os critérios da Academia Americana de Dor Orofacial), e 6,8% (n=3), mista ou severa.

Ao analisar a presença e grau de DTM em relação ao gênero, não foi possível observar associação no grupo estudado (qui-quadrado = 0,477, p=0,353), conforme evidenciado nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Presença de DTM segundo o gênero

		F	M	Total
Sem DTM	N	7	10	17
	%	15,9%	22,75%	38,6%
Com DTM	N	14	13	27
	%	31,8%	29,55%	61,4%
Total	N	21	23	44
	%	47,7%	52,3%	100,0%

Tabela 2: Grau de DTM, segundo o gênero

DTM		F	M	Total
Leve	N	8	11	19
	%	18,2%	25,0%	43,2%
Moderada	N	4	1	5
	%	9,1%	2,3%	11,4%
Sem DTM	N	7	10	17
	%	15,9%	22,7%	38,6%
Severa	N	2	1	3
	%	4,5%	2,3%	6,8%
TotaIn	N	21	23	44
	%	47,7%	52,3%	100,0%

Quando avaliado o número de contatos oclusais, inicialmente foi considerada apenas a presença ou ausência de DTM. Em relação ao número dos contatos, os participantes sem DTM apresentaram médias de contatos oclusais do lado direito de 19,41 (desvio-padrão = 2,42), e do esquerdo, de 20,24 (desvio-padrão = 1,56). Entre os participantes com DTM, a média de contatos oclusais do lado direito foi 9,7 (desvio-padrão = 2,97), e do esquerdo, 10,22 (desvio-padrão = 2,88).

Quando analisada a diferença de médias de contatos oclusais entre participantes com e sem DTM (ANOVA), foi possível observar diferença significativa p<0,005, sendo a maior média de contatos nos pacientes sem DTM, em ambos os lados. (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3: Números de contatos oclusais do lado direito

	N	Média	Desvio-padrão	Erro padrão
Sem DTM	17	19,41	2,425	0,588
Com DTM	27	10,22	2,887	0,556
Total	44	13,77	5,264	0,794

Tabela 4: Número de contatos oclusais do lado esquerdo

	N	Média	Desvio-padrão	Erro padrão
Sem DTM	17	20,24	1,562	0,379
Com DTM	27	9,70	2,972	0,572
Total	44	13,77	5,758	0,868

Para análise detalhada, os participantes com disfunção temporomandibular foram classificados de acordo com o grau de DTM. A média de contatos oclusais nos voluntários com DTM leve foi 10,32 (desvio-padrão = 3,11), do lado esquerdo, e 10,74, do direito (desvio-padrão = 2,68). Nos participantes com DTM moderada, a média de contatos oclusais foi 8,00 (desvio-padrão = 2,12) do lado esquerdo, e 9,00, do direito (desvio-padrão = 3,74), e nos participantes com DTM severa, a média de contatos oclusais foi 8,67 (desvio-padrão = 2,51), do lado esquerdo, e 9,00, do direito (desvio-padrão = 2,64).

Observou-se diferença estatisticamente significante entre a média de contatos dos participantes com DTM e sem essa disfunção, independentemente do seu grau de severidade (leve, moderada ou severa). Não houve significância estatística na diferença de médias entre pacientes com DTM leve, moderada e severa. (Tabela 5)

Tabela 5: Diferença das médias de contatos oclusais em relação aos diferentes graus de DTM

			Diferença de média	Erro padrão	Valor de p
Número de contatos oclusais – lado esquerdo	Sem DTM	Leve	9,920(*)	0,824	0
		Moderada	12,235(*)	1,256	0
		Severa	11,569(*)	1,546	0
	Leve	Sem DTM	-9,920(*)	0,824	0
		Moderada	2,316	1,241	0,069
		Severa	1,649	1,534	0,289
	Moderada	Sem DTM	-12,235(*)	1,256	0
		Leve	-2,316	1,241	0,069
		Severa	-,667	1,803	0,714
	Severa	Sem DTM	-11,569(*)	1,546	0
		Leve	-1,649	1,534	0,289
		Moderada	,667	1,803	0,714
Números contatos oclusais – lado direito	Sem DTM	Leve	8,675(*)	0,905	0
		Moderada	10,412(*)	1,379	0
		Severa	10,412(*)	1,697	0
	Leve	Sem DTM	-8,675(*)	0,905	0
		Moderada	1,737	1,362	0,210
		Severa	1,737	1,684	0,308
	Moderada	Sem DTM	-10,412(*)	1,379	0
		Leve	-1,737	1,362	0,210
		Severa	,000	1,979	1,000
	Severa	Sem DTM	-10,412(*)	1,697	0
		Leve	-1,737	1,684	0,308
		Moderada	,000	1,979	1,000

(*) Diferença estatisticamente significante (p<0,05).

4 Discussão

Neste estudo, foi evidenciada uma elevada prevalência de DTM em crianças e adolescentes (61,4%). Considerando que a DTM desarmoniza o equilíbrio funcional entre três elementos fundamentais – oclusão dentária, músculos mastigatórios e articulação temporomandibular[18, 19] – as crianças e adolescentes com sinais e sintomas de DTM da amostra, possivelmente, teriam o sistema estomatognático se desenvolvendo de forma patológica.

Os fatores etiológicos das DTMs em crianças são semelhantes aos que ocorrem em adultos. A explicação mais aceita é que existem fatores iniciadores, predisponentes e perpetuantes. Os iniciadores causam a instalação da DTM, os predisponentes aumentam o risco e podem ser divididos em sistêmicos, psicológicos e estruturais, e os perpetuantes interferem na sua progressão ou cura[15, 20]. Entretanto, a etiologia das DTMs em populações de menos idade, geralmente está associada a hábitos parafuncionais, traumas, fatores oclusais, sistêmicos e psicológicos. O diagnóstico precoce é indispensável para o tratamento efetivo, e questionários detalhados são ferramentas importantes para o planejamento do caso. Neste estudo, o questionário de Helkimo foi utilizado como meio para obter-se o diagnóstico de anamnese, por sua facilidade de emprego e sensibilidade comprovada para a faixa etária estudada[21].

A prevalência de DTM em crianças varia muito de acordo com a idade dos pacientes avaliados e com os critérios utilizados na realização do exame. Comparando vários estudos sobre a proporção de casos de DTMs em crianças e adolescentes[22], foi encontrada uma prevalência de 40% de sinais e sintomas em grupos mais jovens (5 a 8 anos); 46%, em grupos com idade intermediária (9 a 12 anos), e 31%, em grupos de adolescentes entre 13 e 15 anos, o que significa dizer que sinais e sintomas de DTM em crianças e adolescentes vão de leves a moderados e podem até ser inconscientes, refletindo em mudanças fisiológicas e psicológicas. Neste estudo, no qual os participantes tinham idade média de 9 anos com desvio-padrão de 2,06, evidenciou-se uma prevalência ainda maior de DTM em crianças e adolescentes: 61,4% (n=27), sendo observado que a maioria dos participantes apresentou um grau de DTM leve e de origem muscular.

Evidências científicas mostram que os contatos que ocorrem entre as superfícies oclusais dos dentes antagônicos, durante as relações maxilomandibulares (contactantes), têm influência sobre a atividade funcional dos músculos mastigatórios e das ATMs[13, 23, 24]. Portanto, a falta ou o excesso de interferências oclusais podem ser consequências de modificações nas posições de contato, secundária à presença de dor articular e/ou muscular[12] e podem causar desvios mandibulares, resultando em pressões excessivas para a articulação.

Ainda em relação aos contatos oclusais, verificou-se que os participantes com DTM, independentemente do grau, apresentaram um número menor, quando comparados aos participantes sem essa disfunção, muito embora alguns estudos relatem não haver uma interferência direta entre disfunções temporomandibulares e contatos oclusais[25, 26, 27, 28, 29].

Com base na literatura descrita e nos achados citados neste estudo, o registro da distribuição dos contatos oclusais associado à avaliação clínica e anamnese detalhada, proporciona maior embasamento para o profissional proceder à reabilitação do sistema estomatognático[30, 31, 32] de forma precoce e mais efetiva possível.

5 Conclusão

Nesta pesquisa, verificou-se que existe diferença significativa entre o número de contatos oclusais, em oclusão cêntrica, nas crianças com e sem DTM, observou-se também que nos participantes com disfunção temporomandibular, independentemente do grau, o número de contatos oclusais em ambos os lados foi menor, quando comparado aos voluntários sem DTM.

Referências

Ayub E, Glasheen-Wray M, Kraus S. Head posture: a case study of the effects on the rest position of the mandible. Jospt. 1984;5:79.

Gonzales HE, Manns A. Forward head posture: its structural and functional influence on the stomatognathic system; a conceptual study. J Craniomand Pract. 1996;14(1):71-80.

Darling, DW, Kraus S, Glasheen-Wray MB. Relationship of head posture and the rest position of the mandible. J Prosthet Dent. 1984;52:111-5.

Goldisten DF, Kraus SL, Williams WB, Glasheen-Wray M. Influence of cervical posture on mandibular movement. J Prosthe Dent. 1984;52:421.

Moyers, RE. Etiologia da Máloclusão. In: Moyers, R. E. Ortodontia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1991. p. 212-37.

Mclean LF, Breanman HS, Friedman MGF. Effects of body position on dental occlusion. J Dent Pros. 1973;52:1041.

Okeson JP. Orofacial pain guidelines assessment, diagnosis and managements. Chicago: Ed. Quintessence; 1996.

Sonnesen L, Bakke M, Solow B. Temporomandibular disorders in relation to craniofacial dimensions, head posture and bite force in children selected for orthodontic treatment. Eur J Orthod. 2001;23:179.

Solow B, Sonnesen L. Head posture and malocclusions. Eur J Orthod. 1998;20:685.

Boyd CH, Slagle WF, Boyd CM, Bryant RW, Wiygul JP. The effect of head position on electromyographic evaluation of representative mandibular positioning muscle groups. J Cranio Practice. 1987;5:50.

Dawson PE. Avaliação, diagnóstico e tratamento dos problemas oclusais. 2ª ed. São Paulo: Artes Médica; 1993. p. 686.

Fujii T. Occlusal conditions just after the relief of temporomandibular joint and masticatory muscle pain. J Oral Rehabil. Oxford. 2002 apr;29(4):323-9.

Breitner C. Bone changes resulting from experimental orthodontic treatment. Amer J Orthod Surg. 1940;26:251.

Murray H, Locker OD, Mock D, Tenenbaum HC. Pain and quality of life in patients referred to a craniofacial pain unit. J Orofac Pain. 1996;10(4):316-23.

Berzin, MGR. Características psicodinâmicas e sociais de pacientes portadores de desordem crânio-mandibular (DCM). Anais do 4º Simpósio Brasileiro e Encontro Internacional Sobre Dor; março/1999; São Paulo. São Paulo; 1999. p. 398.

American Society of Temporomandibular Joint Surgeons (ASTJS). Guidelines for diagnosis and management of disorders involving the temporomandibular joint and related musculoskeletal structures. Cranio. 2003;21(1):68-76.

Moreno BGD, Maluf SA, Marques AP, Crivello-Júnior O. Avaliação clínica e da qualidade de vida de indivíduos com disfunção temporomandibular. Rev Bras Fisioter. 2009;3(13):210-4.

Barbosa TS, Miyakoda LS, Poctztaruk RL, Rocha CP, Gavião MBD. Temporomandibular disorders and bruxism in childhood and adolescence: Review of the literature. Int J Pediatr Otorhinol. 2008;72:299-314.

Pahkala R, Laine T, Variation in function of the masticatory system in 1.008 rural children. J Clin Pediatr Dent. 1991;16:25-30.

Schuyle CH. Correction of occlusal disharmony of the natural dentition. NY State Dent J. 1947;13:445.

Schuyle CH. Considerations of occlusal in fixed partial dentures. Dent Clin Noth Am, Philadelphia. 1959 march;175-85.

Mc-Collun BB, Stuart CEA. Research report. South Pasadena: California Scientific Press; 1955.

Stuart CE, Stallard H. Diagnosis and treatment of occlusal relations of the teeth. Texas Dent J. Texas. 1957;75:430-5.

Muhleman HR, Savdir S, Rateitschak KH. Tooth mobility-its causes and significance. J Periodontol, Chicago. 1965;36:148-53.

Hillan DG. Stresses in the periodontal ligament. J Periodont Res. 1973;8:51-6.

Ferrario VF, Serrao G, Dellavia C, Caruso E, Sforza C. Relationship between the number of occlusal contacts and masticatory muscle activity in healthy young adults. Cranio. 2002;20(2):91-8.

Millstein PL, Maya A. An evaluation of occlusal contact marking indicators. A descriptive quantitative method. J Am Dent Assoc. Chicago. 2001;132(9):1280-6.

Dirksen D, Runte C, Borocz Z, Thomas, C, Von Bally G, Bollmann F. Three – dimensional quantification of color-marked occlusal paths on anatomically oriented casts. J Prosthet Dent, Saint Louis. 2001;85(2):156-61.

Gurdsapsri W, AI M, Baba K, Fueki K. Influence of chenching level on intercuspal contact area in various regions of the dental arch. J Oral Rehabil, Saint Louis. 2000;27(3):239-44.

EVENTOS ADVERSOS PÓS-IMUNIZAÇÃO: NOTIFICAÇÕES OCORRIDAS EM UMA SUPERVISÃO DE SAÚDE NA CIDADE DE SÃO PAULO

ADVERSE EVENTS AFTER IMMUNIZATION: NOTIFICATIONS OCCURRED IN SUPERVISION OF HEALTH IN THE CITY OF SÃO PAULO

Maria Fernanda Cristovão
Mestre em Enfermagem em Saúde Coletiva – Escola de Enfermagem/USP
Professora do Departamento de Ciências da Saúde – Uninove
Enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo
mfernanda@uninove.br

Fernando Joaquim da Silva
Graduado em Enfermagem – Universidade Nove de Julho

Resumo

As vacinas estão entre os produtos biológicos mais seguros, porém nenhuma delas está totalmente livre de provocar eventos adversos pós-vacinais (EAPV). O objetivo neste artigo foi traçar o perfil dos EAPVs notificados nas unidades básicas de saúde de supervisão de São Paulo, entre os anos de 2006 e 2008. Os dados foram coletados por meio da leitura das fichas de notificação arquivadas na Supervisão de Saúde. Observou-se que 57,89% dos casos ocorreram no sexo feminino, sendo a faixa etária com mais incidência a de menores de 1 ano (63,15%). A vacina associada ao maior número de eventos foi a Tetravalente (31,58%) e observou-se manifestação local de dor em 25% das notificações. Constatou-se que a maioria das manifestações ocorreu nas primeiras 6 horas, após a aplicação da vacina, e as notificações foram realizadas em seu maior numero a partir das 48 horas, após o aparecimento dos primeiros sintomas, sendo a equipe de enfermagem, responsável pela totalidade das notificações. Concluiu-se que os benefícios de receber a vacina e prevenir doenças, superam os riscos de ter um evento adverso provocado por esse produto imunobiológico.

Palavras-chave: Imumização. Vigilância de evento sentinela. Vigilância epidemiológica.

Abstract

Vaccines are biological products among the safest, but no vaccine is totally free from cause adverse events following immunization (AEFV.) The aim of this study was to draw the profile of AEFV reported in basic health units in the neighborhood of São Paulo, Brazil, between 2006 and 2008. Data were collected by reading the reporting forms filed with the Supervisors Health of the City São Paulo. It was observed that 57.89% of the cases occurred in females and age group with highest incidence was in children under 1 year (63.15%). The vaccine was associated with higher number of events was the tetravalent (31.58%) and local manifestation of pain was observed in 25% of notifications. It was found that most outbreaks occurred in the first six hours after application of the vaccine and that notifications were in their greatest numbers from the 48 hours after onset of symptoms, and the nursing staff, responsible for all notifications. We concluded that the benefits of receiving the vaccine and prevent diseases, outweigh the risks of having an adverse event caused by this product immunobiological.

Key words: Epidemiologic surveillance. Immunization. Sentinel surveillance.

1 Introdução

As vacinas estão entre os produtos imunobiológicos mais seguros, eficazes e com relação custo-benefício mais favorável[1]. A vacinação continua a ser o procedimento mais efetivo na área da saúde preventiva. Tal afirmação está baseada em resultados obtidos nas últimas décadas no Brasil e no mundo. São exemplos dessa eficácia a erradicação, em nosso país, da varíola, em 1973, e da poliomielite, em 1989, além do controle de doenças como o sarampo, do tétano neonatal e acidental, das formas graves de tuberculose em crianças, da difteria e da coqueluche[2].

Um dos fatores determinantes para o sucesso na área de imunizações, no Brasil, foi a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), em 1973, que utilizou as experiências exitosas de programas anteriores, como a campanha para a erradicação da varíola, para se tornar uma referência mundial em programas de imunizações[3]. Entretanto, mesmo com os incontestáveis benefícios desse programa, é necessário ressaltar que nenhuma vacina está totalmente livre de provocar eventos adversos, apesar do aprimoramento dos processos utilizados na pesquisa e produção dos imunobiológicos, pois esses são constituídos por agentes infecciosos atenuados ou inativados, ou por algum de seus produtos ou componentes, que podem induzir a eventos adversos[4].

Alguns desses eventos são observados com frequência relativamente alta, depois da administração de algumas vacinas; no entanto, as manifestações que ocorrem são, em geral, benignas e transitórias (febre e dor no local decorrente da aplicação da vacina tríplice DTP e tetravalente, por exemplo). Raramente, as reações são graves, e quando ocorrem, nem sempre são conhecidos os mecanismos que envolvem essas complicações, geralmente neurológicas, contudo em uma análise dos riscos comparativos entre os eventos adversos das vacinas e as doenças correspondentes mostram sem dúvida, os benefícios da vacinação[1].

A ocorrência de eventos adversos, pós-vacinação, pode estar associada a aspectos relacionados aos vacinados ou à vacina. São considerados aspectos relacionados aos vacinados aqueles que envolvem respostas do organismo do cliente, quanto aos referentes à vacina, são apontados: seus componentes, sua produção e a relação destes com a predisposição orgânica dos vacinados. Por outro lado, a técnica de preparo e de aplicação das vacinas também podem ocasionar eventos adversos[2].

O Quadro 1 mostra os principais eventos que podem ocorrer após a aplicação das vacinas:

Enquanto existia grande incidência de doenças imunopreveníveis no Brasil, o PNI e a sociedade tinham as atenções voltadas para o seu controle, pouco se discutia acerca de segurança de vacinas e sobre os eventos adversos relacionados às vacinações[2]. As décadas de 1980 e 1990 caracterizam-se, pela queda da incidência de doenças evitáveis por vacinação e o início da organização de um sistema de vigilância de eventos adversos pós-vacinal[5]. No ano de 1984, foi instituído no Estado de São Paulo, um sistema de investigação de eventos adversos pós-imunização, pioneiro em nosso país. No cenário nacional, em 1992, o PNI iniciou a implantação do Sistema de Vigilância de Eventos Adversos Pós-Vacinação do Ministério da Saúde (SVEAPV), para viabilizar a realização de notificações investigação, acompanhamento e a tomada de decisões adequadas e padronizadas, frente às eventuais ocorrências[6]. Em 1998, foi elaborado e publicado o Manual de Vigilância Epidemiológica dos Eventos Adversos Pós-Vacinação, cuja nova edição foi publicada em 2008. A partir de 2000, foi implantado o Sistema de Informação da Vigilância de Eventos Adversos Pós-vacinação (SI-EAPV), que possibilitou a coleta e análise das informações, as notificações são realizadas nas unidades de saúde locais que atendem ao cliente que apresentou algum evento adverso e encaminhadas para os órgãos de vigilância das esferas regionais, municipais, estaduais e federal, com maior rapidez e agilidade. No Estado de São Paulo, o órgão responsável pela coordenação das ações em imunização é o Centro de Vigilância Epidemiológica

Vacina	Possíveis eventos adversos
B. C. G. (Tuberculose)	Úlcera c/ diâmetro>1 cm, abscesso subcutâneo frio ou quente, linfadenopatia regional supurada ou não supurada, cicatriz quieloide, reação lupoide.
D. T. P. (Difteria, Tétano e Coqueluche)	Febre, sonolência, irritabilidade, vômito, anorexia, choro persistente, inconsolável c/ duração = ou > 3hs, E. H. H. e convulsão.
d. T. (difteria e Tétano)	Dor, edema, eritema, febre, reação anafilática, Síndrome de Guilain-Barré e neuropatia periférica.
Tríplice viral S. C. R. (Sarampo, Caxumba e Rubéola)	Febre, irritabilidade, exantema, linfadenopatias, eritema e enduração.
Poliomielite	Poliomielite associada à vacina (doença aguda febril que causa um déficit motor flácido de intensidade variável, geralmente assimétrico).
Hepatite B	Dor, enduração, febre, mal estar, mialgia, astenia, cefaleia e artralgia.
Febre Amarela	Febre, mialgia, cefaleia, dor, abscesso e encefalite.
Tetra D. P. T.+Hib (Difteria,Tétano,Coqueluche + *Haemophilus influenzae* tipo b)	Febre, hiperemia, endurecimento, edema, dor, comprometimento muscular, nódulo, sonolência, anorexia, vômito.
Pneumococo	Dor, eritema, febre, mal-estar, cefaleia e mialgia.
Influenza	Dor, edema, eritema, enduração, mal – estar, febre, mialgia.

Quadro 1: Distribuição das vacinas e seus possíveis eventos adversos

(CVE) "Alexandre Vranjac", que é a referência para os serviços municipais de vigilância[7].

No Município de São Paulo, a Coordenação de Vigilância em Saúde (COVISA) da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, tem sob sua coordenação as Supervisões de Vigilância em Saúde (SUVIS). As SUVIS são unidades descentralizadas da COVISA e contam com 26 unidades, que atuam nas áreas de Vigilância Ambiental, Sanitária e Epidemiológica. Essas unidades são responsáveis pelo recebimento e investigação das notificações de EAPV, provenientes das unidades de saúde de sua região de abrangência e encaminhamento dos dados para os órgãos das esferas superiores[8]. Embora haja uma ampla divulgação do SI-EAPV, a subnotificação e a má qualidade das informações, dificulta a tomada de condutas adequadas frente aos casos, favorecendo o descrédito da população e dos próprios profissionais de saúde em relação às verdadeiras causas dos EAPV[9]. Diante dessas considerações, propôs-se traçar o perfil dos EAPVs ocorridos e notificados pela clientela atendida nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) pertencentes a uma das supervisões de vigilância em saúde, no extremo leste do Município de São Paulo, entre os anos de 2006 e 2008.

2 Objetivos

2.1 Geral

O objetivo geral nesta pesquisa foi descrever a ocorrência de eventos adversos pós-vacinais notificados à unidade Supervisão de Vigilância em Saúde (SUVIS), do Município de São Paulo, entre os anos de 2006 a 2008.

2.2 Específicos

Quanto aos objetivos específicos, tem-se:

- Descrever a frequência dos eventos pós-imunização segundo idade do vacinado, vacina associada ao evento, tipo de evento ocorrido, intervalo de tempo decorrido entre a aplicação e o surgimento dos primeiros sintomas e o espaço de tempo entre a ocorrência do evento e a data de notificação;
- Identificar a categoria profissional que realizou a notificação.

3 Metodologia

Foi realizada uma pesquisa de campo, quantitativa e de caráter descritivo, centrada nos eventos adversos pós-vacinais ocorridos e notificados à SUVIS, entre os anos de 2006 a 2008. Os dados foram coletados por meio da leitura das fichas de notificação que estavam arquivadas na SUVIS. Para organizar esses dados, foi elaborado um instrumento de coleta. As variáveis analisadas foram: idade, sexo, tipo de evento ocorrido, vacina a qual o evento esteve relacionado, intervalo de tempo decorrido entre a aplicação e o surgimento dos primeiros sintomas, intervalo de tempo entre a ocorrência do evento e a data de notificação e a categoria profissional que realizou a notificação.

3.1 População e amostra

A amostra deste estudo foi constituída por 38 fichas de notificação de eventos adversos arquivadas na SUVIS, no período de 2006 a 2008. Foram excluídas da pesquisa duas fichas que não continham as informações necessárias ao estudo. O levantamento de dados pelo SI-EAPV foi descartado, pois a ficha *on-line* não contempla todos os dados da manuscrita, além disso, a digitação das fichas teve início no ano de 2007, assim sendo, optou-se pela sua leitura, pois elas continham todas as informações necessárias à pesquisa.

3.2 Local de estudo

A pesquisa foi realizada em uma Supervisão de Vigilância em Saúde, responsável pela vigilância epidemiológica de 12 UBS, no extremo leste do Município de São Paulo.

3.3 Procedimentos éticos

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Cômite de Ética em Pesquisa da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo (CEP-SMS- SP), parecer CAAE nº 256/09. Apesar de os dados serem coletados por meio de leituras das fichas de notificação, o CEP-SMS- SP determinou que fosse realizado contato com todos os usuários notificados e que esses autorizassem ou não o uso das informações nelas constantes. Primeiro foi realizado contato telefônico com os notificados ou seus responsáveis para explicação dos objetivos da pesquisa e, em seguida, visitaram-se os contatados para assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado conforme orientação do CEP-SMS, sendo um TCLE para maiores de 18 anos, e outro, para os responsáveis de menores de 18 anos. Nos casos em que não foi possível localizar o usúario, por não responder ao contato telefônico, utilizaram-se os dados por Justificativa de Ausência de TCLE, esse procedimento também foi recomendado pelo CEP-SMS-SP.

3.4 Análise de dados

Os dados coletados foram analisados e são apresentados a seguir em forma de tabelas e gráficos.

4 Resultados e discussão

De acordo com os dados apresentados no gráfico da Figura 1, 57,89% dos eventos ocorreram no sexo feminino, em estudo realizado em Campinas (SP), em uma

amostragem de indivíduos que receberam a vacina contra a influenza e desenvolveram reação pós-vacinal, os achados se mostraram semelhantes ao do estudo aqui apresentado, em que se observou que 56,8% dos eventos sucederam no sexo feminino[10].

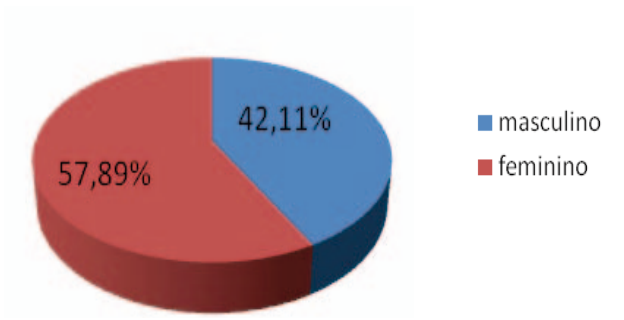


Figura 1: Distribuição dos eventos adversos pós-vacinais segundo o sexo, São Paulo, 2010

A Tabela 1 mostra que a faixa etária menor de um ano foi a que apresentou mais prevalência de eventos adversos pós-vacinais (63,15%), estudo realizado sobre o calendário vacinal brasileiro em 2006 verificou que a faixa etária que recebe uma quantidade maior de vacinas é a de crianças com até um ano de idade, fato que poderia justificar um maior numero de ocorrências de EAPV[11], por outro lado, os indivíduos com idade entre 10 e 20 anos, não apresentaram nenhum EAPV.

Tabela: Distribuição dos eventos adversos pós-vacinais segundo faixa etária, São Paulo, 2010

Faixa etária (anos)	*N*	%
< de 1 ano	24	63,15
1 – 4	03	7,90
5 – 9	01	2,63
10 – 20	00	0,00
21 – 60	07	18,42
> 60	03	7,90
Total	38	100,00

Por meio dos dados do gráfico na Figura 2, constata-se que a vacina Tetravalente apresentou o maior percentual de notificações (31,58%), esses resultados assemelham-se ao estudo realizado na Cidade do Rio de Janeiro, em 2003, em que a prevalência dos EAVPs associados à vacina tetravalente chegou a 42,4%, quando comparadas às demais vacinas do calendário. O mesmo estudo relata que a alta reatogênicidade pode estar associada à composição da vacina e a técnica inadequada de aplicação[12].

De acordo com a Tabela 2, 44,74% dos eventos ocorreram em até 6 horas após a aplicação das vacinas, os achados são inferiores aos encontrados em estudo realizado no Estado de São Paulo, em 2005, em que os eventos ocorridos nesse intervalo de tempo estiveram presentes em maior proporção (75%)[4].

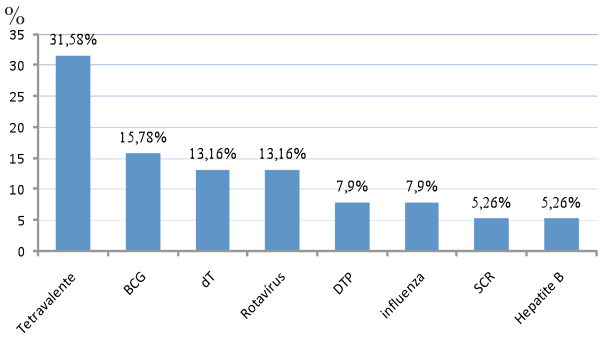


Figura 2: Distribuição dos eventos adversos pós-vacinais, segundo o tipo de vacina, São Paulo, 2010

Tabela 2: Distribuição dos eventos adversos, segundo o tempo decorrido entre a aplicação da vacina e o surgimento dos primeiros sintomas, São Paulo, 2010

Tempo (horas)	*N*	%
< 1	04	10,53
1 – 6	13	34,21
7 – 12	04	10,53
13 – 24	06	15,78
25 – 72	00	0,00
> 72	11	28,95
Total	38	100,00

Neste estudo, constatou-se que a maioria (65,79%) das notificações foi realizada após 48 horas da ocorrência do evento adverso (Tabela 3). Esses dados demonstram a necessidade da realização de orientações voltadas ao indivíduo a ser imunizado ou aos seus responsáveis no momento da vacinação, informando benefícios e possíveis reações adversas e na ocorrência de eventos adversos retornar a unidade de saúde; no entanto, cabe também ao profissional de saúde que atende a esse tipo de evento, notificar de maneira correta e imediata.

Tabela 3: Distribuição dos eventos adversos pós-vacinais, segundo o tempo decorrido entre a data de ocorrência e a de notificação, São Paulo, 2010

Tempo (horas)	*N*	%
< 24	02	5,26
24 – 48	11	28,96
49 – 72	03	7,89
> 72	22	57,89
Total	38	100,00

Observou-se que a notificação de EAPV na referida região foi realizada exclusivamente pela equipe de enfermagem, sendo os enfermeiros responsáveis pela maioria delas, ou seja, 60,53% (Figura 3). Os dados expressam a importância da equipe de enfermagem na referida região no processo de notificação dos EAPVs e indicam a necessidade da inserção do profissional médico no processo, por meio da capacitação e integra-

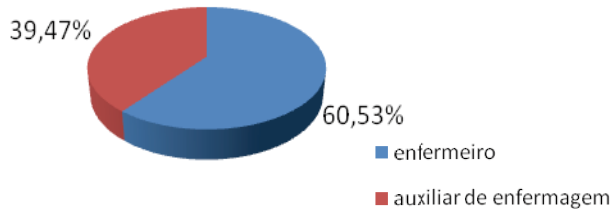


Figura 3: Distribuição dos eventos adversos pós-vacinais, segundo a categoria profissional que realizou a notificação, São Paulo, 2010

ção com a equipe multiprofissional, para uma melhor comunicação e tomada de decisão[13].

No total, foram identificados 80 sinais e sintomas que poderiam ter relação causal com os EAPVs, distribuídos nas 38 notificações coletadas. Conforme dados apresentados na Figura 4, observa-se que 25% de manifestações foram de dor local, sendo o sintoma de maior frequência, seguido por febre <39°C(11,25%) e nódulo (11,25%), esses são dados semelhantes aos descritos em estudo realizado no Município de Campo Grande, em 2006, em que o percentual dos indivíduos que apresentaram dor no local da aplicação foi 22,4% entre os EAPVs notificados[14].

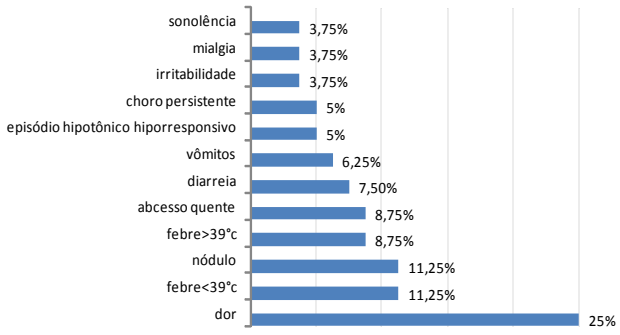


Figura 4: Distribuição dos eventos adversos pós-vacinais notificados, segundo os sinais e sintomas, São Paulo, 2010

5 Conclusão

O estudo demonstrou que 57,89% dos casos ocorreram em clientes do sexo feminino e a faixa etária com maior incidência foi a de menores de 1 ano (63,15%). A vacina associada ao maior número de eventos foi a Tetravalente (31,58%) e a manifestação local de dor, foi observada em 25% das notificações. Constatou-se que a maioria das manifestações ocorreu nas primeiras 6 horas após a aplicação do imunobiológico e que as notificações foram realizadas a partir das 48 horas depois do aparecimento dos primeiros sintomas, sendo a equipe de enfermagem, responsável pela totalidade das notificações.

Concluiu-se por meio da análise dos resultados obtidos que os benefícios de receber a vacina e prevenir doenças superam os riscos de ter um evento adverso provocado por esse produto imunobiológico.

Os achados encontrados nas 38 fichas de notificação disponíveis na SUVIS foram semelhantes aos descritos em outros estudos realizados no Brasil[4, 11, 13, 14] e reafirmam que as complicações ocasionadas pelos EAPVs são menores do que as causadas pela própria doença.

Referências

Ministério da Saúde (Brasil), Fundação Nacional de Saúde. Manual de vigilância epidemiológica dos eventos adversos pós-vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 1998. p. 7.

Ministério da Saúde (Brasil), Fundação Nacional de Saúde. Manual de vigilância epidemiológica dos eventos adversos pós-vacinação. Brasília:Ministério da Saúde, 2008. p. 11.

Temporão JG. O Programa Nacional de Imunizações (PNI): origens e desenvolvimento. Hist. cienc. Saúde Manguinhos [internet]. 2003 [acesso 2009 out 17];10 (suppl 2):601-17. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo

Freitas FRM, Waldman EA. Vigilância de eventos adversos pós-vacina DPT e preditores de gravidade. Estado de São Paulo, 1984-2001. Epidemiol Serv Saúde, [internet]. 2007 abr/jun [acesso em 2009 out 17]; 16(2):136-8. Disponível em: http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo

Martins RM, Maia MLS. Eventos adversos pós-vacinais e resposta social. Hist Cienc Saúde Manguinhos [Internet]. 2003 [acesso em 2009 Out 13]. vol.10, supl 2: 807-825 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.

Ministério da Saúde (Brasil). Fundação Nacional de Saúde. PNI- Programa Nacional de Imunizações 30 anos. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. p. 126-7.

Centro de Vigilância Epidemiológica "Professor Alexandre Vranjac". [internet]. [acesso em 2009 out 10]. Disponível em: http://www.cve.saude.sp. gov.br/sobreocve

Coordenação de Vigilância em Saúde, COVISA. [Internet]. [acesso em 2009 set 10]. Disponível em: http://portal.prefeitura.sp. gov.br/secretarias/saúde/vigilância saúde

Araújo TME, Carvalho PMG, Vieira RDF. Análise dos eventos adversos pós-vacinais ocorridos em Teresina. Rev Bras Enferm. [internet]. 2007 ago [acesso em 2010 abr 17]; 60(4):444-8. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo

Donalisio MR, Ramalheira RM, Cordeiro R. Eventos adversos após vacinação contra influenza em idosos, Distrito de Campinas, SP, 2000. Rev Soc Bras Med Trop. [internet]. 2003 jul. [acesso em 2010 abr 11]; 36(4):467-71. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo

Feijó RB, Cunha J, Krebs LS. Calendário vacinal na infância e adolescência: avaliando diferentes propostas. J Pediatr. (Rio J.) [internet]. 2006 jul [acesso em 2010 maio 17];82(3):4-14. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo

Peduzzi M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. Rev Saúde Pública [internet]. 2001 fev [acesso em 2010 maio 17];35(1):103-9. Disponível em: http://www.scielosp. org/scielo

Jesus DM, Bastos MA, Carvalho EC. Estudo dos eventos adversos provocados pela vacina Tetravalente. Revista de Enfermagem UFRJ [internet]. 2004 dez [acesso em 2010 mar 20]; 12 (3):299-305.

Revista Ciência & Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Eventos Adversos Pós-Vacinais no Município de Campo Grande, MS, 2006. [internet]. 2008 [acesso em 2009 out 13]. Disponível em: http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/sobre/index.php

FATORES DE RISCO PARA DOENÇA ARTERIAL CORONARIANA EM TRABALHADORAS

RISK FACTORS FOR CORONARY ARTERY DISEASE IN WOMEN WORKERS

Ana Lúcia da Silva
Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente-Pesquisadora – Uninove
Líder do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva e da Família – Uninove
Orientadora da pesquisa
ana.luciasilva@uninove.br

Edeval Viégas Júnior
Enfermeiro Especialista em Saúde Coletiva com Ênfase em Saúde da Família – Uninove.
Especialista em Gerenciamento de Unidades e Serviços de Enfermagem – Faculdade Santa Marcelina.

Resumo

A doença cardiovascular é a principal causa de morte no mundo. Milhões de pessoas morrem por ano segundo a Organização Mundial de Saúde. Neste estudo, objetivou-se identificar fatores de risco relacionados à doença das coronárias em trabalhadoras de biblioteca universitária e analisar suas relações com os fatores de risco descritos na literatura. Realizou-se uma pesquisa descritiva. Foi aplicado um questionário com 10 perguntas relacionadas ao estilo de vida a 16 trabalhadoras de uma biblioteca universitária na cidade de São Paulo, Brasil, que responderam após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A faixa etária foi de 21 a 40 anos de idade. Identificaram-se os seguintes fatores de risco: sedentarismo – 81,25% não realizam nem 30 minutos de exercícios físicos diários e 50% trabalham mais de seis horas em pé paradas ou sentadas; obesidade – 43,75% relataram apresentar sobrepeso (IMC= 25,0 a 29,9), bem como ingestão de refeições hipercalóricas; hipertensão arterial sistêmica – 56,25% referiram presença de hipertensão arterial na família (pais e avós) e 6,25% identificaram-se como hipertensas; uso excessivo de sal – 31,25 % acrescentam sal às refeições e 6,25% são tabagistas. Concluiu-se que houve presença de fatores de risco relacionados à doença das coronárias entre as trabalhadoras, sendo, portanto, fundamental dar maior atenção a prevenção primária.

Palavras-chave: Doença das coronárias. Estilo de vida. Fatores de Risco. Prevenção primária. Trabalho feminino.

Abstract

Cardiovascular disease is the leading cause of death worldwide. Millions of people die every year according to World Health Organization. The aim of this study was to identify risk factors related to coronary disease in women workers of a university library, and analyze their relationships with risk factors described in the literature. We conducted a descriptive research. It was applied a questionnaire with 10 questions related to the lifestyle in 16 women workers in the university library in the city of São Paulo, Brazil; who responded by deed of consent. The age range was 21-40 years old. Identified the following risk factors: physical inactivity: 81.25% do not achieve 30 minutes of daily exercise, and 50% work more than six hours standing still or sitting; obesity: 43.75% reported being overweight (BMI = 25.0 to 29.9), as well as eating meals hypercaloric; hypertension: 56.25% reported presence of hypertension in the family (parents and grandparents), and 6.25% identified themselves as hypertensive; excessive use of salt: 31.25% add salt to meals, and 6.25% are smokers. In conclusion, there was presence of risk factors related to coronary disease among women workers, so it is essential to give greater attention to primary prevention.

Key words: Coronary disease. . Lifestyle. Primary prevention. Risk Factors. Women working.

1 Introdução

A doença arterial coronariana (DAC) constitui a principal causa de óbito no mundo. O estudo Framingham trouxe evidências importantes em relação ao sexo feminino: 40% dos eventos coronarianos ocorreram entre as mulheres, dos quais 30% sob a forma de infarto agudo do miocárdio. A DAC é responsável por 250 mil óbitos nos Estados Unidos, vindo a ser a principal causa de mortes em mulheres no ocidente[1]. É importante a identificação precoce dessa doença para evitar morbidades relacionadas, deve-se atuar, principalmente, sobre os fatores de risco passíveis de modificação, objetivando evitar a progressão da patologia ou mesmo promover sua regressão.

Existem fatores de risco para a DAC bem estabelecidos na literatura, dentre os quais se destacam o diabetes melito (DM), a hipertensão arterial sistêmica (HAS), o tabagismo, a dislipidemia, o estresse e o sedentarismos[2].

No Brasil, as doenças do aparelho circulatório são destacadas como a principal causa de mortes no País (28,8% para homens e 36,9% para mulheres), em todas as regiões e estados. A DAC é a principal causa de óbitos, ultrapassando mortes por causas externas, câncer e problemas respiratórios[3]. Nesse sentido, deve-se dimensionar o estilo de vida da população, visando à redução dos fatores de risco, tais como hipertensão arterial sistêmica, estresse, sedentarismo, obesidade, alta ingestão de sal e alimentos ricos em gordura e o tabagismo.

Outro fator de risco que pode levar a DAC e a outros agravos a saúde é a HAS. No Brasil, estima-se que 35% da população acima de 40 anos tenha hipertensão. Uma das maiores preocupações é esclarecer às pessoas que hipertensão não é "uma doença de homens". Ela é também a principal causa de morte entre as mulheres, e pode ser provocada por estresse, sedentarismo, obesidade e outras disfunções de ordem orgânica, sendo, também, grave problema de saúde pública[4]. É desencadeada por fatores considerados de risco para a DAC, ou seja, pelo sedentarismo, obesidade, maus hábitos alimentares, alta ingestão de sal, tabagismo, etilismo, estresse e DM, causando males ao sistema cardiovascular. Tal situação causa preocupações das mais diversas, pela possibilidade de agravos à saúde, muitas vezes, desencadeando sequelas irreversíveis e desestruturando famílias inteiras. Essa doença eleva os custos das internações hospitalares, além de ser responsável por 40% das mortes por acidente vascular cerebral, e 25%, por DAC[4].

O estresse desencadeia uma série de reações orgânicas no organismo humano, com a liberação de adrenalina, causando a vasoconstrição arterial, levando à HAS. Ainda, o estresse emocional[5], de forma aguda e crônica, leva ao isolamento social e estresse ocupacional, sendo também mais um problema de saúde pública.

O sedentarismo pode ser traduzido pela ausência ou baixa atividade física. As facilidades da vida moderna, tais como automóveis, controles remotos, compras pela internet e uma série de situações estimulam esse mau hábito. A inatividade física é considerada fator de risco tão importante quanto à HAS, níveis de colesterol elevado e tabagismo. O indivíduo sedentário possui o dobro de chances de sofrer de DAC em relação aos ativos fisicamente. O sedentarismo, além de causar a obesidade, predispõe a formação de placas de gordura no interior das coronárias[6].

A obesidade em relação à pós menopausa e ao uso de estrógenos endógenos tem sido fator de risco que contribui para a DAC nas mulheres mais velhas[7], porém é uma doença relacionada à morbimortalidade também nas mais jovens, tanto em países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, causando problemas de saúde, tais como a HAS e a insuficiências cardíaca e vascular, decorrentes do sobrepeso de massa corpórea e da sobrecarga do músculo cardíaco. A prática educativa preventiva em relação a uma alimentação saudável contribui para a prevenção da obesidade nos indivíduos sedentários. A base está na variedade de alimentos ingeridos, pobres em gorduras saturadas e colesterol, além de uma dieta rica em legumes, frutas e cereais[8] *in natura*. Todavia, os fatores socioeconômicos interferem de forma drástica na qualidade de vida das pessoas que acabam compondo sua alimentação com o mais barato dos produtos industrializados.

O tabagismo é também predisponente à DAC, por meio da vasoconstrição causada pela nicotina, substância que leva à dependência pelo cigarro. É a principal causa de morte evitável[9]. A Organização Mundial da Saúde estimou que 1 bilhão e 200 milhões de pessoas são fumantes e, desse montante, 200 milhões são mulheres[10]. O cigarro duplica o risco de DAC em relação aos outros fatores de risco, afetando mais de 55% dos diabéticos[6].

Nesse sentido, práticas educativas para a prevenção primária como uma alimentação adequada, parar de fumar, reduzir os níveis de estresse, ingerir moderadamente bebidas alcoólicas e o sal, além da atividade regular de exercícios físicos, podem reduzir o risco da DAC, bem como de melhorar a qualidade de vida.

2 Objetivos

Nesta pesquisa, objetiva-se identificar o perfil relacionado a fatores de risco para doença das coronárias em trabalhadoras e analisar os fatores de risco encontrados em relação aos descritos na literatura.

3 Método

Utilizou-se como método de estudo a pesquisa descritiva cuja finalidade é identificar e analisar características de fatos ou fenômenos, realizando coleta de dados sistemática sobre populações, programas ou amostras de populações. Podem-se aplicar questionários e entrevistas com os grupos de pessoas estudadas[11].

A pesquisa aqui apresentada foi realizada em 2008, na biblioteca de uma universidade particular, localizada na cidade de São Paulo. A amostra foi composta por 16 trabalhadoras que cumpriam jornada diária de oito horas.

A coleta de dados foi feita via questionário contendo dez perguntas objetivas relacionadas a fatores de risco (FR) para DAC, aplicado em local e horário mais favorável às trabalhadoras. Os contatos orais frente a frente com o entrevistado facilitam e torna mais ágil a pesquisa de campo do tipo exploratória[11]. As perguntas envolveram os seguintes FRs: idade, sexo, antecedentes familiares, índice de massa corpórea (IMC), tabagismo, diabetes melito (DM), hipertensão arterial sistêmica (HAS), sedentarismo e sono. O índice de massa corporal[12] foi calculado empregando-se a fórmula peso/altura^2 e os resultados foram classificados em quatro graus: entre 18,5 a 24,9 (normal); entre 25,0 e 29,9 (sobrepeso); entre 30,0 e 34,9 (obesidade grau 1) e 35,0 a 39,9 (obesidade grau 2). A partir dos índices de sobrepeso, há risco de comorbidades.

Em relação às questões éticas envolvendo seres humanos, o projeto de pesquisa foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa da universidade, sob parecer n.º 174210/2008. Deste modo, os questionários só foram aplicados após concordância das trabalhadoras, mediante a compreensão e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Optou-se pela análise percentual/frequência dos dados. Não foi feito cruzamento dos resultados.

4 Resultados

Os dados são apresentados considerando-se o questionário aplicado às trabalhadoras de biblioteca universitária para identificar perfil dos fatores de risco para DAC.

Com referência à idade, foi evidenciado que 12,5% das voluntárias estavam na faixa etária de 21 a 25 anos; 25%, de 26 a 30 anos e 31 a 35 anos, e 37,50%, de 36 a 40 anos. Destaca-se frequência de 62,50% com idade entre 26 e 40 anos, portanto, um grupo de trabalhadoras consideradas como adulto-jovem.

Em relação à escolarização das voluntárias 68,75% completaram o ensino superior; 18,75%, o médio, e 12,50% tinham ensino superior incompleto. Há predomínio do ensino superior o que, de certa forma, pode facilitar a compreensão das ações para prevenção primária sobre os fatores de risco para DAC.

Na pesquisa por tabagistas, verificou-se que 81,25% das participantes não são fumantes; 12,50% relataram que já fumaram em alguma fase da vida, e 6,25%, fumam. Evidencia-se baixo percentual de fumantes que, em termos de saúde pública, é um dado favorável.

Em relação à pressão arterial, 81,25% das pesquisadas referiram não ser hipertensas; 12,50% não sabem, e 6,25% são hipertensas. A predominância de mulheres sem hipertensão arterial é fator positivo em relação à prevenção primária da DAC. Ainda em relação à HAS, veja a Figura 1.

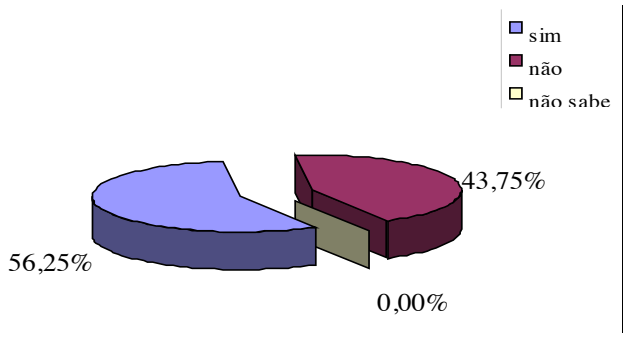


Figura 1: Perfil da hipertensão arterial em familiares (pais e avós) das trabalhadoras de biblioteca universitária. São Paulo, Brasil, 2008

A Figura 1 demonstra que há predomínio de familiares hipertensos, em contraponto a 81,25% que relataram não ser hipertensas.

Em relação à atividade física, metade das trabalhadoras fica em pé parada 75% do tempo de trabalho (mais de seis horas), e 37,5% permanecem 62,5% do tempo nessa posição (cinco a seis horas). Nesse sentido, fica evidente um sedentarismo contraproducente que favorece o incremento dos fatores de risco para DAC. Em continuidade ao questionamento sobre atividade física, veja Figura 2.

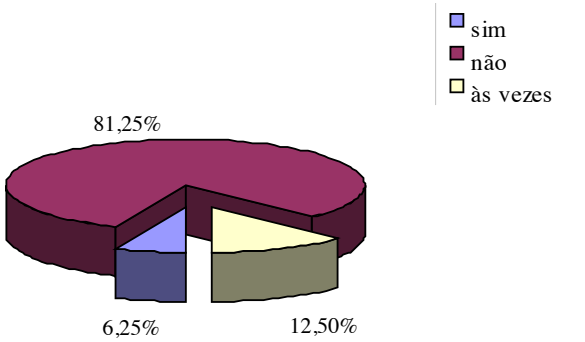


Figura 2: Perfil das trabalhadoras de biblioteca universitária que realizam exercícios físicos pelo menos 30 minutos diários. São Paulo, Brasil, 2008

A Figura 2 evidencia predomínio de trabalhadoras que não realizam exercícios físicos (81,25%), em contraponto a 6,25% que referiram os realizar. São dados que interessam sobremaneira à prevenção primária para fatores de risco para DAC.

Quanto à prática de realizar exames periódicos para dosagens de glicemia e colesterol, necessário para o monitoramento preventivo da DAC, os resultados mostraram que 56,25% das participantes a realizam; 25%, não a praticam, e 18,75% fazem os exames "às vezes". Não foi investigada a periodicidade dos exames.

O uso adicional de cloreto de sódio às refeições evidenciou que 43,75% das voluntárias não o acrescentam; 31,25% acrescentam sal, e 25,00% o adicionam às vezes. Ainda em relação à alimentação, metade das entrevistadas referiu ingerir refeições além da necessidade corporal diária, fator que contribui para o aumento não saudável de peso. O segmento que respondeu "às vezes" corresponde a 31,25% do total da amostra e também fazem parte do grupo vulnerável para DAC.

O IMC é um preditor para fatores de risco para DAC, e nesse sentido, verificou-se que 50% das entrevistadas estão com o IMC normal; 43,75% apresentam sobrepeso e 6,25% têm obesidade tipo I. Não houve trabalhadoras com obesidade grau 2.

As horas dormidas por dia pelas participantes compõem os seguintes dados: 37,50% não dormem oito horas diárias; 37,50% dormem às vezes, e 25% dormem oito horas por dia.

4 Discussão

Presente na humanidade há milênios[13], a DAC continua sendo um desafio em relação à prevenção e aos fatores de risco regionais. O padrão ouro de Framinghan[2] não invalida estudos continuados nos países que desejam ter conhecimento preciso sobre como a situação se desenha em cada macro ou micro região para que se possa, localmente e nacionalmente, direcionar políticas públicas de interesse. Nesse sentido, um estudo brasileiro identificou que a frequência (%) de FR para DAC em mulheres foi: HAS, 45,6; DM, 11,4; tabagismo, 14,9; antecedentes familiares, 56,3 e IMC grau I, 37,6[2]. Ainda, o estilo de vida, incluindo a dupla e/ou tripla jornada de trabalho, tem sido agravante para o desenvolvimento da DAC e outras doenças cardiovasculares em mulheres, apesar das advertências dos meios de comunicação e órgãos competentes que informam e orientam sobre a importância da prevenção primária. Dessa forma, a adoção de medidas de prevenção de aterosclerose e a detecção precoce dos FR são ações prioritárias em saúde coletiva[14].

A escolaridade/anos de estudo é indicador valioso visando à redução de fatores de risco. Um estudo identificou coeficiente de mortalidade por doenças cardiovasculares 40% maior na área correspondente ao agrupamento de setores com os piores níveis socioeconômicos[15]. De qualquer forma, como se trata de prevenção primária, continua válida a necessidade de orientações, informações e debates relacionados a hábitos de vida saudáveis, como a prática regular de exercícios físicos diários e alimentação adequada, para que minimizem os fatores de risco da DAC.

O tabagismo é um dos maiores problemas de saúde pública evidenciado nas últimas décadas. É considerado um dos fatores de risco mais importantes para o desencadeamento de doenças crônico degenerativas, levando indivíduos à morte ou invalidez. Dados revelam que o tabaco é fator predisponente para as principais causas de morte no mundo e mata uma pessoa a cada seis segundos. O tabaco provoca mais de 5 milhões de mortes por ano em todo o mundo e a previsão para 2030, se as medidas antitabaco não forem eficazes, chegará a 8 milhões[9]. Estudo realizado em capitais e regiões metropolitanas do Brasil para avaliar o tabagismo e a mortalidade por DAC sugeriu que a associação entre ambos estava claramente interligada[16]. O tabagismo está associado a um maior risco de doenças cardiovasculares em pessoas de ambos os sexos, entretanto esse risco se eleva em mulheres acima dos 35 anos em uso de contraceptivo oral[17].

Em relação à hipertensão arterial, em um estudo realizado com 1.395 médicos voluntários no estado de São Paulo, com idades entre 24 e 77 anos, verificou-se que 75,9%, dos 333 participantes diagnosticados com hipertensão arterial, não sabiam que estavam com níveis pressóricos elevados[18]. Ainda, a HAS é o mais importante fator de risco relacionado às doenças cardiovasculares em todo o mundo, além de contribuir com 40% de mortes na DAC, sendo considerado um grande problema de saúde para a população[19]. Assim, são necessárias ações mais efetivas em relação à importância do controle periódico da pressão arterial sistêmica, levando à redução desse fator de risco tão preocupante. Deve-se também considerar a predisposição genética em relação à hipertensão arterial, por igual motivo. Os fatores hereditários contribuem em pelo menos 20 a 50% da variação da pressão arterial em humanos[20].

O sedentarismo, outro item investigado nesta pesquisa, é considerado como um tipo de estilo de vida que pode causar danos à saúde. Estudo relata que 80,8 % dos adultos são sedentários[21]. As mulheres, por sua vez, com a mudança de papéis nas últimas décadas, têm assumido comportamento sedentário pela escassez de tempo. O trabalho e os estudos, bem como as responsabilidades no ambiente familiar, levam a escassez de tempo para a realização de atividades físicas periódicas e diárias. A prática de exercícios físicos diários de, pelo menos, 30 minutos contribui para a prevenção da DAC, além de aperfeiçoar o funcionamento do sistema circulatório. Exercícios são importantes para evitar o sedentarismo,

mas deve ser um hábito, de forma gradual e regular[22] a fim de que o organismo sustente uma maior proteção contra as doenças crônicas não-transmissíveis.

No questionamento feito às entrevistadas sobre o hábito de realizar exames periódicos para a verificação de níveis glicêmicos e de colesterol foi feita a recomendação de realizá-los pelo menos uma vez por ano. É de fundamental importância para o diagnóstico precoce do diabetes do tipo II e das dislipidemias, evitando possíveis complicações relacionadas ao sistema vascular. Estudo afirma que o risco de paciente diabético desenvolver a doença coronariana é de duas a três vezes maior do que em um indivíduo não-diabético[23], sendo óbvia a necessidade de controles glicêmicos para identificar e também evitar os eventos hiperglicêmicos. Pesquisa registrou que, para as mulheres, o DM aparece como o principal fator de risco controlável para DAC[2]. Projeção da OMS para 2025 prevê que haverá crescimento de 50% de diabéticos do tipo II em todo o mundo. O colesterol elevado é considerado grande fator de risco relacionado à ocorrência da DAC e outras doenças cardiovasculares, como a aterosclerose. A aterosclerose está ligada a alimentos que possuem em sua composição o colesterol e a gordura saturada[24].

A frequência de 31,25% de funcionárias que acrescentam sal nas refeições diárias é importante fator de risco para o desenvolvimento da HAS, havendo a necessidade de maior conscientização em relação ao seu uso e seus efeitos nocivos à saúde. A preocupação existente em relação à HAS é o desencadeamento de uma série de doenças crônico-degenerativas que levam muitas pessoas a sofrerem por toda a vida, sequelas irreversíveis, causadas por eventos de caráter circulatório, tais como os acidentes vasculares cerebrais, lesões renais, infartos do miocárdio e a DAC. Embora o exato mecanismo de relação entre a alimentação e a hipertensão arterial não esteja bem esclarecido[25], são conhecidos os resultados de uma dieta saudável sobre os níveis pressóricos. Os principais fatores nutricionais associados com a alta prevalência de hipertensão arterial são o consumo de sódio e o excesso de peso, sendo um dos principais o consumo excessivo de sódio.No quesito alimentação, é importante destacar que 50% das entrevistadas referiram ingerir dietas hipercalóricas, tais como massas, frituras e alimentos gordurosos. Uma das grandes preocupações em relação à DAC são as dietas hipercalóricas que podem levar à DAC. A incidência da obesidade e de perfis lipídicos adversos tem origem nas dietas hipercalóricas e hipergordurosas, além do sedentarismo. O consumo elevado de colesterol, lipídios e ácidos graxos saturados contribui para o aparecimento de dislipidemias, obesidade, diabetes e hipertensão[25]. Neste sentido, ações educativas se fazem necessárias, com orientação sobre os riscos relacionados aos níveis de colesterol elevado e suas consequências para a saúde e qualidade de vida.

No questionamento sobre o sono e o repouso, verificou-se que 37,50% das entrevistadas "não dormem" oito horas diárias e igual percentual o faz "às vezes". Não dormir entre sete e oito horas diárias é prejudicial à saúde. Essa condição afeta, principalmente, mulheres nas últimas décadas em razão de sua inclusão mais acentuada no mercado de trabalho. A duração média de sono para adultos saudáveis está em torno de sete a oito horas diárias, podendo existir variações de quatro a dez horas[26]. Registra-se também que há associação entre dormir cinco horas ou menos por dia com doenças cardiovasculares em mulheres com menos de 60 anos. Embora o número ideal de horas de sono diário varie de pessoa a pessoa, a Academia de Medicina do Sono dos Estados Unidos recomenda que a maioria dos adultos durma entre sete e oito horas por noite de modo a se sentir alerta e descansado durante o dia. Ainda, os mecanismos por trás da associação entre privação de sono e problemas cardiovasculares podem incluir distúrbios em funções endócrinas e metabólicas. Entre os efeitos negativos de dormir insuficientemente estão redução da sensibilidade à insulina, aumento na atividade simpática e elevação da pressão arterial. Esses efeitos aumentam o risco de endurecimento nas artérias[27]. Este último autor sugere que questionários sobre a duração habitual do sono pode ser aspecto importante da prevenção primária.

Em relação ao IMC das entrevistadas, encontrou-se sobrepeso (43,75%) e obesidade (6,25%). Estudo afirma que para ter peso ideal, o IMC não deve ultrapassar 24,9[28]. Fatores relacionados à obesidade em países desenvolvidos ou que estejam em desenvolvimento é agravante e sério problema de saúde pública da população mundial[29].

5 Conclusões

As respostas das trabalhadoras entrevistadas geraram as seguintes conclusões relacionadas ao perfil para fatores de risco para DAC:

- Escolaridade: 68,75% têm nível superior completo;

Tabagismo: 6,25% declararam ser tabagistas;

- Hipertensão arterial sistêmica: 56,25% relataram hipertensão arterial na família (pais e avós);
- Sedentarismo: 50% trabalham mais de seis horas em pé paradas ou sentadas, e 81,25% não realizam nem 30 minutos de exercícios físicos diários;
- Exames periódicos para a verificação de níveis glicêmicos e de colesterol: 56,25% os realizam, 25% não os fazem;
- Cloreto de sódio: 31,25 % acrescentam sal nas refeições;

- Alimentação e IMC: 50% fazem refeições hipercalóricas; 68,75% estão acima do peso ideal; 43,75% apresentam sobrepeso e,
- Perfil de sono e repouso: 37,50% "não dormem" oito horas diárias, e 37,50%, "às vezes" dormem oito horas diárias.

Assim, devem-se criar planos de ação relacionados à prevenção primária quanto aos cuidados a serem adotados para reduzir os fatores de risco para DAC, tais como controle sistemático de pressão arterial, exames laboratoriais de glicemia e colesterol, dieta adequada e prática regular de exercícios físicos diários.

5.1 Limitações do estudo

Os resultados não foram expandidos por tratar-se de amostra reduzida e único local de coleta de dados. Todavia, garante-se o mérito do trabalho por estudar trabalhadoras in loco, ou seja, diretamente em seu local de trabalho diário, sem causar nenhum tipo de constrangimento a elas, respeitando-se normas da instituição universitária que acolheu a pesquisa e garantindo-se princípios éticos em pesquisa científica. Ressalta-se ainda que, apesar de terem sido apresentados os FRs clássicos para DAC, outros sabidamente importantes não foram considerados. Por exemplo, não foi perguntado sobre o consumo de álcool e a circunferência abdominal. Salienta-se também que o IMC é atualmente considerado um índice limitado para a avaliação da morfologia corporal, sobrepujado em diversos estudos pelas medidas de gordura abdominal.

Referências

1. Luz PL, Solimene MC. Peculiaridades da doença arterial coronária na mulher. Rev Ass Med Brasil. 1999;45(1):45-54.

2. Duarte PS et al. Associação entre fatores de risco para doença arterial coronariana e coronariopatia em pacientes submetidos a cintilografia de perfusão do miocárdio. Arq Bras Cardiol. 2007;88(3):304-13.

3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). Doenças cardiovasculares matam mais e atingem mais as mulheres. [acesso em 2009 set 2]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>.

4. Ministério da Saúde (Brasil). Diretrizes e recomendações para o cuidado integral de doenças crônicas não-transmissíveis: promoção da saúde, vigilância, prevenção e assistência. Brasília: Ministério da Saúde; 2008. 72 p. – (Série B. Textos Básicos de Atenção à Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 8).

5. Loures DL, Sant'Anna I, Baldotto CSR, Sousa EB, Nóbrega ACL. Estresse Mental e Sistema Cardiovascular. Arq Bras Cardiol. 2002;78(5):525-30.

6. Gus I, Fischmann A, Medina C. Prevalência dos fatores de risco na doença arterial coronariana no estado do Rio Grande do Sul. Arq Bras Cardiol. 2002;78(5):478-83.

7. Silva TCBF. Influência da obesidade e da doença arterial coronária nos níveis séricos de estrógeno nas mulheres na pós-menopausa. [Tese] São Paulo: Biblioteca de teses e dissertações da Universidade de São Paulo; 2007.

8. Oliveira MAM et al. Relação de indicadores antropométricos com fatores de risco para doença cardiovascular. Arq Bras Cardiol. 2010;94(4):478-85.

9. Instituto Nacional de câncer. Tabagismo: dados e números. [acesso em 2010 jun 20]. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=dadosnum&link=mundo.htm>.

10. Instituto Nacional de Câncer (Brasil). Relatório da OMS sobre a epidemia global de tabagismo. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2004.

11. Lakatos EM, Marconi MA. Fundamentos de metodologia científica. Tipos de pesquisa. 6ª ed. São Paulo: Atlas; 2005. p. 161-89.

12. World Health Organization (WHO). Obesity: preventing and managing the global epidemic. Geneva: Program of Nutrition, Family and Reproductive Health; 1998 (Technical Report Series 894).

13. Silva AL, Ciampone MHT. A vida por um fio: representações sociais de portadores de doença arterial coronária e a assistência de enfermagem. Rev Paul Enferm. 2002;21(1):60-70.

14. Miot HA et al. Associação entre doença arterial coronariana e as pregas lobular diagonal e anterotragal em homens: Investigação clínica, epidemiológica, laboratorial e terapêutica. An Bras Dermatol. 2006;81(1):29-33.

15. Godoy MF et al. Mortalidade por doenças cardiovasculares e níveis socioeconômicos na população de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, Brasil. Arq Bras Cardiol. 2007;88(2):200-6.

16. Avezum A, Piegas LS, Pereira JCR. Fatores de risco associados com infarto agudo do miocárdio na região metropolitana de São Paulo. Uma região desenvolvida em um país em desenvolvimento. Arq Bras Cardiol. 2005;84(3):206-13.

17. Castelli WP. Cardiovascular disease: pathogenesis, epidemiology, and risk among users of oral contraceptives who smoke. Am J Obstet Gynecol. 1999;180: S349-S356.

18. Bittencourt RJ et al. Validação de inquérito de risco referido para vigilância em saúde de fatores de risco de doença arterial coronariana em servidores públicos estaduais de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Cad Saúde Pública. 2004;20(3):761-70.

19. Maia CO, Goldmeier S, Moraes MA, Boaz MR, Azzolin K. Fatores de risco modificáveis para doença arterial coronariana nos trabalhadores de enfermagem. Acta Paul Enferm. 2007;20(2):138-42.

20. Salgado CM, Carvalhaes JTA. A hipertensão arterial na infância. J Pediatr. 2003;79 (Supl.1):115-24.

21. Oehlschlaeger MHK, Pinheiro RT, Horta B, Gelatti C, San'Tana P. Prevalência e fatores associados ao sedentarismo em adolescentes de área urbana. Rev Saúde Pública. 2004;38(2):157-63.

22. Masson CR et al. Prevalência de sedentarismo nas mulheres adultas da cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. Cad Saúde Pública. 2005;21(6):1685-95.

23. Lerário AC et al. Avaliação da prevalência do diabetes e da hiperglicemia de estresse no infarto agudo do miocárdio. Arq Bras Endocrinol Metab. 2008;52(3):465-72.

24. Fornés NS, Martins IS, Velásquez-Melández G, Latorre, MRDO. Escores de consumo alimentar e níveis lipêmicos em população de São Paulo, Brasil. Rev Saúde Pública. 2002;36(1):12-8.

25. Vinholes DB, Assunção MCF, Neutzling MB. Freqüência de hábitos saudáveis de alimentação medidos a partir dos 10 Passos da Alimentação Saudável do Ministério da Saúde: Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Cad Saúde Pública. 2009;25(4):791-9.

26. Ambrósio PG, Geib LTC. Sonolência excessiva diurna em condutores de ambulância da macrorregião Norte do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Epidemiol Serv Saúde. 2008;17(1):21-31.

27. Sabanayagam C, Shankar A. Sleep duration and cardiovascular disease: results from the National Health Interview Survey. SLEEP 2010;33(8):1037-42.

28. Sichieri R, Coitinho DC, Monteiro JB, Coutinho WF. Recomendações de alimentação e nutrição saudável para a população brasileira. Arq Bras Endocrinol Metab. 2000;44(3):227-32.

29. Simony RF, Gimeno SGA, Ferreira SRG, Franco LJ. Japanese-Brazilian Diabetes Study Group. Prevalência de sobrepeso e obesidade em nipo-brasileiros: comparação entre sexos e geração. Rev Nutr. 2008;21(2):169-76.

HANSENÍASE: A PRÁTICA DO DOENTE QUANTO AO AUTOCUIDADO

LEPROSY: THE PRACTICE OF PATIENT REGARDING SELF-CARE

Nabride Fayfer Dias Lúcio
Enfermeira graduada – Uninove
nabridef@hotmail.com

Rosângela Elaine Minéo Biagolini
Mestre em Enfermagem em Saúde Coletiva – Escola de Enfermagem/USP
Professora do Departamento de Ciências da Saúde – Uninove
Enfermeira da Prefeitura do Município de São Paulo
romineo@ig.com.br

Resumo

A hanseníase é uma doença que pode causar incapacidades físicas, sendo o autocuidado essencial para sua prevenção. O objetivo neste estudo foi identificar a prática dos pacientes quanto ao autocuidado. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada no Ambulatório de Infectologia de Jacareí, em que foi aplicado um formulário a todos os pacientes que estavam em tratamento para hanseníase. A população foi de 11 entrevistados, sendo 64% do sexo masculino e 73% com mais de 50 anos de idade. Dos entrevistados, 73% possuíam, no máximo, o ensino fundamental. Entre os participantes 64% fazem tratamento há mais de cinco anos. O autocuidado mais realizado foi checar os pés diariamente (90%) e o menos frequente foi retirar os cílios com pinça que roçam a córnea (27%). Dos entrevistados, 82% realizam de limpeza dos olhos, às vezes; 72% referem pouco uso de chapéu de aba larga; 63% dos entrevistados não fazem uso regular de óculos escuros; 64% nunca fizeram alongamento, exercício importante para melhorar a força e o tônus muscular; 64% dos participantes não andam descalço; 73% dos voluntários sempre usam calçados macios. Os dados levantados mostraram um baixo índice de ações de autocuidado por parte dos pacientes, indicando, portanto, a necessidade de incrementar essas orientações.

Palavras-chave: Autocuidado. Educação em saúde. Hanseníase.

Abstract

Leprosy is a disease that can cause physical disabilities and self-care essential in preventing these.The aim of this study was to identify patients as the practice of self-care. This is a field research performed at the Clinic of Infectious Jacareí, where a form was applied to all patients who were undergoing treatment for leprosy. The population was 11 respondents, 64% were male and 73% over 50 years of idade. Of interviewed, 73% had at most elementary education. Among the participants 64% are treated for more than five years. Self-care was most often performed to check the feet daily (90%) and least common was to remove the lashes with tweezers to rub against the cornea (27%). Of respondents, 82% carry out cleaning of the eyes sometimes; 72% referred little use wide-brimmed hat and 63% did not make regular use of sunglasses, 64% never did stretching, an important exercise for improvement of strength and muscle tone, 64% of participants do not go barefoot; 73% of the volunteers always wear soft shoes. The data collected showed a low rate of self-care activities for patients, thus indicating the need to strengthen the guidelines.

Key words: Health education. Leprosy. Self-care.

1 Introdução

A hanseníase é uma doença infecto-contagiosa causada pelo *Mycobacterium leprae*, descoberto e descrito por Gerhrad H. A. Hansen, em 1868, em Bergen, na Noruega. Antigamente conhecida como "lepra", terminologia atualmente evitada por ser estigmatizante, pejorativa e marginalizante, em especial para os doentes e seus familiares[1].

A lepra é mencionada em um dos tratados médicos chineses mais antigos, o *Nei Ching Wen* (500 a.C), atribuído ao imperador Huang Ti[1].

Está citada nos textos bíblicos como algo a ser temido, devendo os portadores ser isolados para evitar o contágio, pois naquela época não se conhecia outra forma de controle. Por tratar-se de uma patologia que, por muitos anos, permaneceu incurável traz consigo essa carga incomensurável de estigma, que até hoje persiste[2]. A hanseníase ainda é um grave problema de saúde, principalmente por seu poder incapacitante.

Os sinais e sintomas são bem característicos, porém os serviços de saúde, em particular os da atenção básica, precisam estar preparados para diagnosticar e tratar precocemente a doença, possibilitando a redução do número de casos e de pessoas incapacitadas ou deformadas pela doença[3]. Assim, a detecção e o tratamento precoce são considerados elementos básicos para o seu controle[4].

A hanseníase é uma doença infecto-contagiosa, de evolução lenta, que se manifesta principalmente por meio de sinais e sintomas dermatoneurológicos: lesões na pele, e nervos periféricos, em especial nas mãos e nos pés[5]. Ela continua sendo problema de saúde pública em vários países da Ásia, África e América Latina. A Índia sozinha é responsável por 64% do total mundial de casos de hanseníase[6]. O Brasil é o segundo maior país em número de casos dessa doença[7, 8, 9]. Dos casos registrados anualmente, 23,3% apresentam algum grau de incapacidade. Isso comprova a necessidade de organizar a rede de saúde para acompanhar pacientes e ex-pacientes por longo tempo, ou durante toda a vida, no caso de sequelas permanentes[3].

As incapacidades podem ocorrer devido à demora do diagnóstico, portanto o quadro vai se agravando, ou em decorrência da interrupção do tratamento que por ser longo exige atenção especial da equipe para sua conclusão.

Algumas questões identificadas como relativas a não-aderência do doente ao tratamento são: inexistência do assistente social na equipe de prestação de serviços, baixo grau de escolaridade dos pacientes, dificuldade para ausentar-se do trabalho para comparecer à Unidade de Saúde, dificuldade em receber orientações em razão das dúvidas quanto à eficácia do tratamento, falta de vínculo afetivo com algum profissional da saúde, ausência de repertório sobre prevenção de doenças e o sentimento de impotência em face da saúde. Tais dimensões do problema indicam alguns caminhos, no contexto brasileiro, para identificar ações que possam ser incorporadas aos já sobrecarregados serviços de atenção à hanseníase[10].

Para atender às necessidades da atenção às pessoas com hanseníase, o Ministério da Saúde, por meio de Programa Nacional de Controle da Hanseníase, coloca à disposição manuais técnico-instrucionais para os profissionais de saúde que atuam nos diferentes níveis de complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Em março de 2004, o programa de Controle da Hanseníase foi declarado como prioridade da gestão do Ministério da Saúde, pois as ações para o controle vinham apresentando resultados insatisfatórios nos últimos anos. Reportando-se um compromisso anteriormente assumido pelo Governo do Brasil de eliminação da hanseníase como problema de saúde pública, a Secretaria de Vigilância em Saúde adotou novas estratégias de aceleração desse processo, baseando-se em três pontos fundamentais: a atualização dos dados, que é essencial para a interpretação válida e confiável da magnitude e dos níveis endêmicos da hanseníase nas diferentes regiões do Brasil; a redução da taxa de prevalência até a eliminação, por meio da cura dos pacientes, e a interrupção da cadeia de transmissão e redução da carga social da doença, que depende de detecção precoce para redução dos casos de incapacidades físicas, além do tratamento adequado de incapacidades já instaladas[11].

Observa-se que mesmo com os avanços relativos à facilidade de acesso ao tratamento ambulatorial oferecido pelo SUS, a situação de hanseníase não mudou nos país. Programas de educação devem ser implementados para melhor controle e adoção do autocuidado. A proposta de intervenção é mudar a vida diária do paciente e sua família e melhorar o controle da doença e qualidade de vida, trabalho necessário para provavelmente as próximas décadas[1, 12].

O autocuidado se constitui em ações e atividades que o próprio paciente realiza para evitar o surgimento de problemas e/ou detectá-los precocemente para evitar suas complicações. Para tanto, é necessário que ele tenha o conhecimento, as habilidades e precisa ser orientado pelo profissional de saúde responsável pela sua reabilitação. O apoio para que ele realize o autocuidado virá do acolhimento e do incentivo contínuo não só do serviço de saúde, mas dos familiares e dos amigos. Orem (1991) define o autocuidado como "a prática de atividades que uma pessoa inicia e realiza por sua própria vontade para manter a sua vida, saúde e bem estar". Ela afirma ainda que o autocuidado é uma conduta aprendida e resultado de experiências cognitivas culturais e sociais[13].

O autocuidado visa não só a parte física, mas também contribuir para o desenvolvimento intelectual e

para a formação da personalidade do paciente, fazendo com que o doente de hanseníase se autoajude para a sua melhora e até sua cura. Assim fazendo com que seus níveis de dependência diminuam e seu relacionamento social seja interativo com a sociedade.

A falta de informação ao doente pode levá-lo a sentir-se discriminado, acabando por piorar esse quadro com o agravamento das lesões, por isso é fundamental investir no repasse de informações sobre a doença e suas formas de contágio[14].

O portador de hanseníase precisa conhecer os transtornos que a doença pode causar para tomar as precauções adequadas, e esses cuidados devem ser contínuos por toda vida. Ele precisa comprometer-se com o autocuidado deve fazer autoinspeção e avaliação diária de olhos, nariz, pele, mãos e pés, uso de proteção nas atividades diárias (palmilhas e calçados adaptados, proteção noturno e diurno dos olhos), hidratação e lubrificação da pele, cuidado com as unhas e as calosidades, sendo necessário inspecionar diariamente o tipo de calçado.

É preciso levar em conta o medo, o preconceito e a discriminação dos doentes de hanseníase e o fato de que muitos portadores vivem em situações socioeconômicas difíceis, o que pode trazer prejuízos a motivação para o autocuidado[3]. A adoção de hábitos de autocuidado nem sempre é fácil, o que aumenta a responsabilidade da equipe de saúde em orientar e acompanhar o paciente. Não basta ensinar as práticas de autocuidado, a pessoa doente precisa saber se está fazendo corretamente[15].

A família exerce um importante papel na vida dos portadores, em geral, fornece-lhes apoio, segurança e o aumento da autoestima. O apoio da família aparece como um aspecto importante para a superação da doença, mas também pode ser visto como barreira se houver o medo de contaminação[16].

Levando-se em consideração que a hanseníase é uma doença prevalente em nosso meio, optou-se por fazer esta pesquisa a fim de identificar se os profissionais da saúde têm orientado os portadores dessa patologia para o autocuidado, o que poderá melhorar a qualidade de vida desses pacientes. Deve-se ter o compromisso de tentar construir, na prática profissional, uma relação de solidariedade e respeito, acreditando que o maior desafio é a necessidade de educação em saúde, a qual é essencial à prevenção e ao autocuidado, buscando assim a promoção, manutenção e restauração da saúde.

2 Objetivos

2.1 Geral

Identificar a prática dos pacientes de hanseníase do Ambulatório quanto ao autocuidado.

2.2 Específicos

Caracterizar a população estudada, em relação a sexo, idade, rendimento mensal e escolaridade.

Levantar as dificuldades dos pacientes para a realização do autocuidado.

3 Materiais e métodos

3.1 Considerações gerais

O estudo foi realizado no município de Jacareí, localizado a 70 km da capital de São Paulo, com uma área geográfica de 460 km², em que residem aproximadamente 210.988 habitantes,

O Ambulatório de Infectologia localiza-se geograficamente na região abrangida pela Prefeitura Municipal Jacareí. Os municípios limítrofes são: São José dos Campos, a norte e nordeste; Jambeiro, a leste; Santa Branca, a sudeste; Guararema, a sudoeste; Santa Isabel, a oeste e Igaratá, a noroeste.

3.2 Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa de campo transversal quantitativa.

3.3 Local de pesquisa

A pesquisa foi realizada em um Ambulatório de Infectologia pertencente à região de Jacareí, sendo o único ambulatório da cidade que realiza tratamento de hanseníase. Os dias específicos de consulta médica são as quartas-feiras, das 8 às 13 horas, e as quintas-feiras, das 13 às 17 horas. Os pacientes são atendidos pela equipe de Enfermagem no mesmo dia.

3.4 População e amostra

Foram abordados todos os pacientes doentes de hanseníase que estavam em acompanhamento no Ambulatório, totalizando 11 voluntários.

Critério de inclusão: ser doente de hanseníase, ter mais de 18 anos, com qualquer grau de incapacidade e em qualquer período de tratamento.

Critério de exclusão: recusar-se a participar da pesquisa e não atender os critérios de inclusão.

3.5 Coleta de dados

O pesquisador solicitou ao gerente do Ambulatório de Infectologia permissão para realização da pesquisa, e apresentou-se nesse local nos dias em que ocorrem as consultas aos pacientes (manhã e tarde). Nesse dia, o pesquisador abordou todos os doentes de Hanseníase que comparecerem para consulta médica e/ou de enfermagem. Ao abordar o paciente, o pesquisador explicava

sobre a pesquisa, esclarecendo os objetivos e solicitava sua participação, não houve recusas.

3.6 Instrumentos da coleta

Foi utilizado um formulário composto por 22 questões, tendo o tempo médio de respostas estimado de 15 minutos.

3.7 Aspectos éticos

O projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética da Universidade Nove de Julho- (Uninove), tendo sido aprovado, sob número 297920/2009. Durante a pesquisa, antes do preenchimento do formulário, cada usuário recebeu informações sobre o objetivo do estudo e assinou o termo de consentimento livre e esclarecido, atendendo às exigências da Resolução 196/96, que normatiza as pesquisas com seres humanos.

O entrevistador se comprometeu a enviar ao gerente da unidade o resultado final da pesquisa para que fosse afixado no ambulatório, pelo período de um mês, de forma que todos os entrevistados possam ter acesso aos resultados da pesquisa sem, contudo terem que se identificar.

3.8 Análise de dados

Os dados foram digitados em uma planilha do programa Excel e estão apresentados a seguir em forma de tabelas.

4 Resultados e discussão

Os dados foram coletados no mês de janeiro de 2010, no Ambulatório de Infectologia de Jacareí, resultando um total de 11 entrevistados.

Tabela 1: Distribuição dos entrevistados de acordo com a faixa etária, Jacareí, 2010

Faixa Etária	n	%
30 I_____40	1	9
40 I_____50	2	18
50 I_____60	6	55
60 e mais	2	18
Total	11	100

A Tabela 1 aponta que do grupo pesquisado, oito (73%) têm mais de 50 anos de idade, característica de doença crônica e de evolução lenta. No estudo realizado por Lopes[21] em João Pessoa (PB), verificou-se que a maior prevalência dos casos encontra-se na faixa etária de 50 a 60 anos de idade.

Dos participantes, sete (64%) são do sexo masculino. De acordo com Vieira[4] e outros, na maioria das regiões do mundo a incidência da doença é maior nos homens do que nas mulheres, dados compatíveis com os obtidos neste estudo.

Tabela 2: Distribuição dos entrevistados de acordo com o sexo, Jacareí, 2010

Sexo	n	%
Feminino	4	36
Masculino	7	64
Total	11	100

Tabela 3: Distribuição dos entrevistados de acordo com a escolaridade, Jacareí, 2010

Escolaridade	n	%
Fundamental incompleto	6	55
Fundamental completo	2	18
Médio incompleto	1	9
Médio completo	2	18
Total	11	100

De acordo com dados coletados, 73% dos voluntários têm, no máximo, o ensino fundamental. Esses dados mostram um baixo grau de instrução. Analisando os dados, supomos que uma das dificuldades para estudar esteja relacionada a dificuldades financeiras e dificuldade de acesso provocando, à evasão escolar.

Tabela 4: Distribuição dos entrevistados de acordo com rendimento mensal, Jacareí, 2010

Rendimento mensal	n	%
Um salário mínimo	1	9
Dois salários mínimos	5	46
Três salários mínimos	1	9
Mais de três salários mínimos	2	18
Não sabe	2	18
Total	11	100

A Tabela 4 mostra que 54% dos entrevistados ganham até dois salários mínimos, o que demonstra as condições socioeconômicas desfavoráveis desses indivíduos, esse dado é compatível com os resultados anteriormente apresentados sobre baixo grau de instrução dos doentes. Condições precárias de vida e saúde, condições ruins de vida, número elevado de pessoas convivendo em um mesmo ambiente influem no risco de adoecer. Vários estudos desde o século 20 têm associado o fator socioeconômico como causa predisponente da hanseníase[17].

Entre os entrevistados, sete (64%) fazem tratamento de hanseníase há 5 anos ou mais, e quatro (36%), há um ano mais ou menos. O tratamento é absolutamente necessário ao paciente para que ele possa curar-se, interrompendo a transmissão da doença,

sendo então estratégico no controle da endemia e para a eliminação desse mal.

Um argumento importante para a integração dos serviços de controle da hanseníase é configurar a civilização e atividade humanas, de tal forma que a sociedade, seus membros e suas economias possam preencher suas necessidades e expressar o seu maior potencial no presente, planejando e agindo de forma a atingir pró-eficiência na manutenção dos serviços de controle dessa doença[24].

Tabela 5: Distribuição dos entrevistados de acordo com a ocupação, Jacareí, 2010

Ocupação	n	%
Aposentado	4	36
Do lar	3	28
Ajudante geral	1	9
Autônomo	1	9
Operador de máquina	1	9
Técnico em mecânica	1	9
Total	11	100

Dentre os 11 entrevistados, 64% são aposentados ou do lar, corroborando dados informados na Tabela1, que demonstra entre os participantes uma população mais idosa.

Em relação à profissão, houve predomínio daquelas que não exigem qualificação específica, tais como ajudante geral, autônomo, operador de máquina técnico em mecânica. De acordo com Dias[22], os pacientes de hanseníase são, na maioria, aposentados ou indivíduos que exercem atividades pouco lucrativas, com ganho mensal de até três salários mínimos e um grau de instrução muito reduzido, dados que corroboram este estudo.

Tabela 6: Distribuição de entrevistados segundo frequência de realização de alguns procedimentos de autocuidado, Jacareí, 2010

Procedimento	Frequência							
	Sempre		Às vezes		Nunca		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Retira com pinça os cílios que roçam a córnea.	02	18	01	09	08	73	11	100
Limpam os olhos á noite.	02	18	01	09	08	73	11	100
Utilização de óculos escuros.	03	28	01	09	07	64	11	100
Realização de exercício físico.	02	18	02	18	07	64	11	100
Andar descalço.	02	18	02	18	07	64	11	100
Uso de calçado macio.	08	73	02	18	01	09	11	100

Entre os entrevistados, oito (73%) nunca retiraram com pinça os cílios que ficam roçando a córnea, evidenciando o baixo grau de orientação quanto à realização desse autocuidado. A hanseníase pode causar um processo inflamatório, ocorre uma alteração na posição dos bulbos, permitindo que os cílios cresçam em direção a córnea (triquíase), o que pode acarretar úlceras e cegueira[19].

Segundo o Manual do Ministério da Saúde, recomenda-se a retirada mensal dos cílios devido à perda da sensibilidade corneana, pois essa condição torna grande a probabilidade de prejuízo no tratamento do portador de hanseníase[18, 19].

Dos entrevistados, nove (82%) têm frequência reduzida de limpeza dos olhos. O Manual do Ministério de Saúde menciona que os olhos se tornam um ponto importante de atenção por causa da perda da sensibilidade, mas nem sempre eles são examinados pelos pacientes com hanseníase, que desconhecem as ações do bacilo e o quadro reacional da doença sobre os olhos, devido à falta de orientação dos profissionais aos acometidos. Embora não existam dados comprovados sobre o índice de cegueira provocado pela hanseníase, talvez fosse possível chamar a atenção dos profissionais sobre a necessidade de orientar o doente a realizar o exame ocular e prevenir complicações. Uma medida adotada pelo governo é a disponibilização de cartilhas aos usuários do SUS sobre Hanseníase e direitos humanos, publicada pelo Programa Nacional de Controle a Hanseníase/MS, na qual se encontra exercícios de forma ilustrada sobre o cuidado com os olhos[19].

Dos entrevistados, oito (72%) usam às vezes, ou nunca utilizaram, chapéu de aba larga, e sete (63%) dos voluntários não fazem uso regular de óculos escuros, evidenciando o baixo grau de informação em relação a esse autocuidado. Para proteger-se dos raios solares, é aconselhável sempre usar chapéus com abas largas, camisas de manga longa, óculos escuros e protetor solar, bem como evitar exposição prolongada ao sol, principalmente das 10 às 16 horas. Segundo o Ministério da Saúde, em razão dos raios solares e excesso de luminosidade é de extrema importância o uso de chapéu de aba larga e óculos escuros para proteção dos olhos, evitando assim processos inflamatórios na pálpebra e complicações decorrentes[18]. Sete (64%) dos entrevistados referiram nunca ter realizado exercício físico de alongamento. O principal efeito dos alongamentos é o aumento da flexibilidade, que é a maior amplitude de movimento possível de uma determinada articulação. Quanto mais alongado um músculo, maior será a movimentação da articulação comandada por aquele músculo e, portanto, maior a sua flexibilidade. Cada passo precisa ser esclarecido de forma que o paciente possa entender o como e o porquê de cada atividade necessária ao tratamento. As atividades de alongamento podem e devem ser realizadas juntamente com o paciente, que deve ser orientado como prevenir as possíveis alterações motoras, estimulando o autocuidado[23].

Os alongamentos são exercícios voltados para o aumento da flexibilidade muscular, que promovem o estiramento das fibras musculares, fazendo com que elas aumentem o seu comprimento.

Os exercícios são de extrema importância para o paciente com hanseníase, visando manter o tônus e melhorar a força muscular. O exercício passivo é indicado para retração de tecidos moles, paresias e paralisias, e o ativo é indicado para fraqueza muscular[18].

De acordo com a Tabela 7, 64% dos entrevistados não andam descalço. Andar é uma atividade inerente ao homem, que lhe dá autonomia para a vida diária, e o comprometimento dos membros inferiores pode dificultar essa atividade, a falta de sensibilidade nos pés pode aumentar o risco de lesões, portanto o paciente deve ser orientado para o uso constante de calçados de preferência macios, o que foi feito, pois oito (73%) dos entrevistados sempre usam calçados macios. Em geral, não basta indicar um tipo de calçado, é preciso ajudar a pessoa a compreender os benefícios. A utilização de calçado macio é fundamental, tanto que está prevista a existência de sapatarias especializadas, tornado-se uma condição básica ao atendimento integral de pessoas para prevenir a ocorrência de úlceras plantares com sequelas nos membros inferiores[12].

Na pesquisa aqui apresentada, somente um paciente utiliza muleta para auxiliá-lo na locomoção. E dos entrevistados, dez (90%) checam os pés diariamente, comportamento muito apropriado, uma vez que é importante para esses pacientes o cuidado com os pés, principalmente com a região plantar, que recebe toda força do peso corporal. A hanseníase acomete nervos periféricos, motores e sensitivos, cujas lesões causam desequilíbrio muscular e insensibilidade, o que significa perder um dos principais mecanismos de defesa: a capacidade de sentir dor[5]. Sem essa defesa o portador dessa doença precisa reaprender a locomover-se. Ele pode não perceber, em decorrência da insensibilidade dos pés, que caminha por tempo demasiado sem proteger as áreas sobrecarregadas por excesso de peso ou por um sapato inadequado. O paciente corre o risco de torcer o pé, pisar em objetos perfurantes e cortantes e, sem notar, continuar andando e aumentar o trauma. Em consequência da insensibilidade do corpo, pode desenvolver úlceras crônicas, sofrer fraturas, perda de substância óssea e amputações. Entre essas complicações a perda dos pés talvez seja a mais grave, pois pode trazer consequências importantes ao doente de hanseníase, uma vez que interfere diretamente na mobilidade, afetando todos os âmbitos de sua vida: social, familiar e profissional[18].

Todos os entrevistados referem secar entre os dedos e cortar as unhas frequentemente. O exame cauteloso dos pés, uma vez ao dia, e alguns cuidados, tais como enxugá-los totalmente, hidratar e usar vaselina ou óleo mineral para lubrificar a pele e massagear as calosidades, verificar a face plantar para ver se há ferimentos ou pequenas áreas avermelhadas são extremamente importantes para evitar lesões[18]. Dos entrevistados, 90% sempre hidratam os pés, e 10%, às vezes o fazem, indicando que a maioria pratica esse autocuidado.

Tabela 7: Distribuição dos entrevistados segundo referencia ao preparo de sua própria refeição, Jacareí, 2010

Prepara a refeição	n	%
Sempre	09	82
Nunca	02	18
Total	11	100

A Tabela 7 mostra que nove (82%) dos pacientes sempre preparam sua refeição, evidenciando que acidentes podem ocorrer e as atividades de prevenção precisam ser executadas.

A independência e autonomia da pessoa portadora de hanseníase é importante, mas devido à possibilidade da perda ou diminuição da sensibilidade protetora dos membros, o doente pode ferir-se ao manusear utensílios quentes e no preparo de sua própria comida, pois não pode controlar a força aplicada. A insensibilidade pode levar o paciente a realizar uma atividade numa intensidade cerca de quarenta vezes maior do que seria necessária, por isso a importância de conhecer a limitação (ocupação e modo de vida) do acometido de hanseníase para ajudá-lo a usar adaptações na vida diária e nos instrumentos de trabalho, como por exemplo, a colocação de cabos longos de madeira nas panelas, nos garfos e colheres, o uso de luvas ou pegadores para panelas e tampas, de cabos grossos e lisos com cobertura antiderrapante, enxada, de pitadeiras para fumantes e muitas outras formas de adaptações, prevenindo acidentes e novas deformidades[18].

Tabela 8: Distribuição dos entrevistados segundo informação sobre autocuidado de ferimentos, Jacareí, 2010

Cuidam dos próprios ferimentos	n	%
Sempre	08	73
Nunca	03	27
Total	11	100

A perda da sensibilidade pode causar vários ferimentos, sendo importante, portanto, a utilização de curativos, oito (73%) dos entrevistados sempre cuidam dos seus próprios ferimentos. A prática do autocuidado parece ser algo simples, mas na realidade é um processo complexo. No ambulatório em Jacareí, existem várias estratégias que são utilizadas na abordagem do autocuidado, tais como orientações individuais, formação de grupos de ajuda mútua e de autocuidado. É de extrema importância o paciente "ouvir", "ver" e "fazer" para que

ele desenvolva conhecimentos, habilidades e adquira novos hábitos. O apoio da família, dos amigos e dos profissionais é fundamental para o êxito deste processo[23].

Tabela 9: Distribuição dos entrevistados segundo o profissional que orientou o autocuidado, Jacareí, 2010

Orientações do autocuidado	n	%
Médico	10	28
Enfermeiro	09	25
Auxiliar de Enfermagem	07	19
Psicóloga	03	08
Assistente Social	03	08
Agente Comunitário Saúde	02	06
Fisioterapeuta	02	06
Total	36*	100

*Os entrevistados referiram mais de um profissional

De acordo com a Tabela 9, três (28%) entrevistados referiram que receberam as orientações para o autocuidado pelos enfermeiros; nove (25 %) e dez (28%) por médicos, entre outras categorias de profissionais que atuam na área de saúde, entre eles: auxiliar de enfermagem, psicólogos, assistentes sociais, agentes comunitários de saúde e fisioterapeutas. Percebeu-se, no entanto, que há um baixo índice de atividade voltada para a orientação do autocuidado.

O autocuidado é de responsabilidade do paciente, mas os profissionais de saúde têm entre suas funções de educar e habilitar os pacientes em autocuidado. Os profissionais de saúde devem ser flexíveis, bons ouvintes e habilidosos na solução de problemas. Panfletos adaptados à realidade local podem e devem ser utilizados para ajudar o aprendizado dos pacientes e reforçar o treinamento.

A falta de informação leva a atitudes discriminatórias, e a problemas na comunicação. Por isso é fundamental investir no repasse de informações e na boa comunicação sobre a doença e suas formas de contágio. Entretanto, essa medida, por si só, não elimina as condutas preconceituosas, presentes mesmo nos serviços de saúde e na previdência social. Todos os profissionais da equipe precisam estar preparados para participar desse processo, utilizando uma mesma linguagem, reforçando as informações e esclarecendo os questionamentos do paciente de forma constante e dinâmica[18].

Entre os participantes, nove (81%) declaram não ter dificuldade para cuidar se de si mesmo, mas nesta pesquisa confirma-se que os portadores de hanseníase entrevistados não realizam o autocuidado. Portanto, os profissionais de saúde devem rever constantemente as medidas de orientação para o autocuidado, prevenindo assim o aparecimento de incapacidades, pois apesar de diferentes categorias realizarem orientações nesse sentido, nem sempre elas são cumpridas, talvez fosse necessário realizarem periodicamente sua revisão.

5 Conclusão

Foram entrevistadas 11 pessoas, no Ambulatório de Jacareí, desses, 64% eram do sexo masculino, 73% tinham mais de 50 anos de idade, 73% cursaram no máximo ensino fundamental, 54% ganhavam até dois salários mínimos, o que mostra condições socioeconômicas desfavoráveis entre os participantes. Entre os voluntários que têm uma ocupação 64% são aposentados ou do lar, dentre aqueles que referiram à profissão, houve predomínio das que não exigem qualificação específica, tais como ajudante geral, autônomo, operador de máquina técnico em mecânica. Do total de participantes, 64% fazem tratamento de hanseníase há cinco anos ou mais, 73% nunca retiraram com pinça os cílios que ficam roçando a córnea, evidenciando pouca orientação recebida quanto à realização desse autocuidado, 82% tinham frequência reduzida de limpeza dos olhos, 72% mencionaram usar pouco chapéu de aba larga, 63% não faz uso regular de óculos escuros, 64% nunca fizeram alongamento, atividade importante para melhora da força e do tônus muscular, 64% dos entrevistados não andam descalço, 73% sempre usam calçados macios. Dos pesquisados, 90% referiram checar e hidratar os pés diariamente, 82% dos pacientes sempre preparam suas refeições e 73% sempre cuidam dos seus próprios ferimentos.

No ambulatório em Jacareí existem várias estratégias que são utilizadas na abordagem do autocuidado, tais como orientações individuais para o autocuidado, grupos de ajuda mútua e grupos de autocuidado. É de extrema importância o paciente "ouvir", "ver" e "fazer" para que ele desenvolva conhecimentos, habilidades e adquira novos hábitos, 25% das orientações para o autocuidado são realizados por enfermeiros, mas os dados levantados identificam um baixo grau de atividade voltada para a orientação do autocuidado. Sugere-se que os profissionais de saúde revejam constantemente as orientações quanto ao autocuidado, prevenindo assim incapacidades.

Referências

1. Focaccia R. Tratado de infectologia. 3ª ed. São Paulo: Atheneu; 2005. p. 939-72.

2. Moreno CMC, Enders CB, Simpson CA. Avaliação das capacitações de Hanseníase: opinião de médicos e enfermeiros das equipes de saúde da família. Rev Bras Enferm. 2008; 61(esp):671-5.

3. Ministério da Saúde (Brasil). Controle da hanseníase na atenção Básica: guia prático para profissionais da equipe de saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde; 2007.

4. Vieira CSCA, Soares MT, Ribeiro CTSX, Silva LFG. Avaliação e controle de contatos

faltosos de doentes com Hanseníase. Rev Bras Enferm. 2008;61(esp):682-8.

5. Ministério da Saúde (Brasil). Controle da hanseníase na atenção básica: guia prático para

profissionais da equipe de saúde da família. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

6. Freitas CASL, Neto AVS, Alburqueque IMN, Cunha ICKO. Consulta de enfermagem ao portador de hanseníase no território da estratégia da saúde da família: percepções de enfermeiro e pacientes. Rev Bras Enferm. 2008;61(esp):757-63.

7. Pereira, MVS, Bachion MM, Souza AGCS,Vieira SMS. Avaliação da hanseníase: relato de experiências de acadêmicos de enfermagem. Rev Bras Enferm. 2008;61(esp):774-80.

8. Ministério da Saúde (Brasil), Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. O SUS de A a Z. Garantindo saúde nos municípios. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.

9. Rede Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a Saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2008.

10. Zoica B. Identificando barreiras para aderência ao tratamento de hanseníase. Cad Saúde Pública. [internet]. 1996 [acesso em 2009 ago 11];12(4):497-505. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid

11. Ministério da Saúde (Brasil). Programa Nacional de Controle da Hanseníase – PNCH.

Brasília (DF): Ministério da saúde [internet]. 2004 [acesso em 2009 out 17]. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/svs/visualizar_texto.cfm?idtxt

12. Ministério da Saúde (Brasil). Controle da hanseníase na atenção básica: guia prático para profissionais da equipe de saúde da família: Ministério da Saúde; 2008.

13.Vieira VB, Patine FS, Paschol VDA,Vânia DA, Brandão VZ. Sistematização da assistência de enfermagem em um ambulatório de hanseníase: estudo de caso. Arq Ciênc Saúde. 2004 abr-jun;11(2):80-7.

14. Santos AK, Monteiro S, Rozemberg B. Significados e usos de materiais educativos sobre Hanseníase segundo profissionais de saúde publica do Município do Rio de Janeiro. Cad Saúde Pública, RJ. 2009 abr;25(4):857-67.

15. Sangi KCC. Hanseníase Estado Reacional: História de vida de pessoas acometidas. UERJ. Rev Bras Enferm. 2009:209-13.

16. Fernandes DRF, Filho PCPT. Oficina de mobilização social em Hanseníase: relato de experiências. Rev Bras Enf. 2008;61(esp):764-6.

17. Duarte MT, Ayres JA, Simonetti J P. Socioeconomic and demographic profile of leprosy carriers attended in nursing consultations. Rev Latinoam Enferm [Internet]. 2007 Oct [acesso em 2010 Apr 12];15(spe):774-9. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

18. Ministério da Saúde (Brasil). Caderno de prevenção e reabilitação em hanseníase. 3ª ed. rev. ampl: Ministério da Saúde; 2008.

19. Ministério da Saúde (Brasil). Manual de conduta para alterações oculares em hanseníase Caderno de prevenção e reabilitação em hanseníase. 2ª ed rev ampl: Ministério da Saúde; 2008.

20. Ministério da Saúde (Brasil). Manual de adaptações de palmilhas e calçados. Caderno de prevenção e reabilitação em hanseníase. 2ª edição revisada e ampliada: Ministério da Saúde; 2008.

21. Lopes MGR, Pontes MDM, Costa SML. Programa de hanseníase (Prohansen): caracterização do perfil epidemiológico dos pacientes no período de abril de 2007 a fevereiro de 2008 UFPB-PRAC. X Encontro de Extensão [internet]. 2008 [acesso em 2010 mar 12]. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/x_enex/ANAIS/Area6/CCSDFPEX03.pdf

22. Dias RJO, Dias LV, Pedroso ERP. Estigma e Mal de Hansen:avaliação de237 pacientes asilados e hospitalizados na Casa de Saúde São Francisco de Assis, da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, Bambuí, Brasil, de 1943 até 1998. Rev Méd Minas Gerais [internet]. 2008 [acesso em 2010 mar 20];18(2):77-81. Disponível em: http://www.medicina.ufmg.br/rmmg/index.php/rmmg/article/view/4/3

23. Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Como ajudar no controle da hanseníase? Brasília: Ministério da Saúde [internet]. 2008 [acesso 2010 mar 21]. 60 p. : Il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_hansen_acs_web.pdf

24. Visschedijk J, Engelhard A , Lever P, Grossi MAF, Feenstra P. Leprosy control strategies and the integration of health services: an international perspective. Cad Saúde Pública [internet]. 2003 [acesso 2010 mar 21];19(6):1567-81. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci

AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO VERTICAL DE OCLUSÃO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NORMOCLUSÃO

EVALUATION OF VERTICAL DIMENSION OF OCCLUSION IN CHILDREN AND ADOLESCENTS WITH NORMOCCLUSION

Analúcia Ferreira Marangoni
Especialista em Odontopediatria e Ortopedia Funcional dos Maxilares – Uninove
Mestranda em Ciências da Rebilitação – Uninove
analuciaferreiramarangoni@hotmail.com

Jeniffer Holley Rodrigues
Mestranda em Ciências da Reabilitação – Uninove

Manoela Domingues Martins
Doutora em Patologia – Uninove

Kristianne Porta Santos Fernandes
Doutora em Endodontia – Uninove

Tatiana Oliveira de Santis
Especialista em Odontopediatria, Mestranda em Ciências da Reabilitação – Uninove

Raquel Agnelli Mesquita Ferrari
Doutora em Fisioterapia – Uninove

Sandra Kalil Bussadori
Doutora em Odontopediatria – Uninove.

Resumo

A reprodução correta da Dimensão Vertical de Oclusão é a base para a saúde do sistema estomatognático. Alguns métodos permitem a mensuração facial de forma reprodutível, como a comparação da distância Comissura labial – Canto do olho à Násio – Mento. O objetivo neste trabalho foi verificar a Dimensão Vertical de Oclusão em crianças e adolescentes e sua correlação com o gênero. Analisaram-se 176 pacientes, dos quais 48 foram selecionados de acordo com os critérios de inclusão. Os dados foram estratificados por faixa-etária e analisados pelo teste t-pareado. Valores de *p* menores que 0,05 foram considerados significantes. Os resultados evidenciaram que a Dimensão Vertical de Oclusão demonstrou medidas distintas por faixa etária e gênero, variando de 52,30 mm a 70,20 mm para Canto do Olho – Comissura labial e 52,30 mm a 70,60 mm para Násio-Mento. Observou-se alteração estatisticamente significante dessas medidas nas idades de 10 e 12 anos, no gênero feminino, e correlação entre Canto do olho – Comissura labial e Násio – Mento. Conclui-se que é necessária a mensuração da Dimensão Vertical de Oclusão, respeitando-se a diferenciação por faixa etária e sexo, uma vez que alterações nessa dimensão podem levar o paciente a alterações oclusais, musculares e articulares e predisposição a maloclusões.

Palavras chave: Articulação temporomandibular. Criança. Dimensão vertical. Face. Oclusão dentária. Oclusão dentária traumática.

Abstract

The correct reproduction of the occlusal vertical dimension is the basis for the health of the stomatognathic system. Some methods allow the measurement of facial reproducible way, as compared to the labial commissure distance – the corner of the eye to nasion – Mento. The aim of this study was to assess the Vertical Dimension of Occlusion in children and adolescents and its correlation with gender. We analyzed 176 patients, from which 48 were within the selected criteria for inclusion. The data were stratified by age group and analyzed by paired t-test. P values below 0.05 were considered significant. The results showed that the vertical dimension of occlusion demonstrated by measures other than age and gender, ranging from 52.30 mm to 70.20 mm Corner of the Eye – labial commissure and 52.30 mm to 70.60 mm for nasion-Mento. It was observed statistically significant change of these measures at ages 10 and 12 years for females and correlation between the corner of the eye – lip commissure and nasion – Mento. It concludes that it is necessary to measure the Vertical Dimension of Occlusion, respecting the differentiation by age and sex, since changes in occlusal vertical dimension may cause patients to malocclusion, muscle and joint predisposition to malocclusion.

Key words: Children. Dental occlusion. Face. Temporomandibular joint. Traumatic dental occlusion. Vertical dimension.

1 Introdução

Dimensão Vertical de Oclusão (DVO) é o espaço que corresponde ao afastamento intermaxilar, quando do contato dos dentes naturais superiores e inferiores no estado de oclusão. Tendo em vista que os músculos elevadores se encontram em atividade, quando os dentes estão em oclusão, a DVO também é chamada de dimensão vertical ativa[1].

A DVO é a principal determinante para o estabelecimento do equilíbrio oclusal e facial. Alterações na dimensão vertical de oclusão podem causar modificações oclusais, musculares (principalmente dos músculos digástrico e masseter) e nas articulações, gerando quadros de disfunções temporomandibulares[2, 3], além de comprometer a função e estética facial[4, 5, 6].

Dentre os responsáveis pela alteração de DVO, os mais frequentemente observados na prática clínica são a perda de dentes posteriores e a diminuição de altura dos dentes por lesões de cárie ou hábitos parafuncionais[7, 8].

No grupo pediátrico, a análise da DVO torna-se ainda mais relevante visto que esses pacientes se encontram em fase de crescimento, com todas as estruturas articulatórias, bases ósseas e apicais em desenvolvimento. Entretanto, poucos estudos foram realizados para obter protocolos clínicos ou medidas padrão de DVO por faixa etária específica para crianças[9, 10, 11] e esse estabelecimento de medidas padrão é fundamental para que seja efetuada a reabilitação adequada da DVO, respeitando os parâmetros de normalidade.

Em estudo anterior, Geerts[11] mensurou a DVO em crianças e adolescentes utilizando o paquímetro digital. Esse autor salientou que esse método é não invasivo, sem riscos, de rápida execução, de baixo custo e com boa reprodutibilidade, sendo considerado o padrão ouro para esse tipo de mensuração.

O objetivo principal neste estudo foi identificar as medidas de normalidade de DVO em uma população de crianças e adolescentes para fornecer parâmetros específicos por faixa etária e sexo com reprodutibilidade científica.

2 Material e métodos

Trata-se de um estudo transversal, observacional, elaborado de acordo com as diretrizes da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e com parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número 256450. Os responsáveis pelas crianças foram devidamente informados quanto à metodologia utilizada e, após concordância, assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foram avaliadas 176 crianças devidamente matriculadas no Instituto Rogacionista, sendo considerados como critérios de inclusão pacientes em normoclusão e sem lesões de cárie ou perda de elementos dentais. Foram excluídas do estudo crianças e adolescentes com patologias neurológicas e que foram submetidas ou estivessem em tratamento ortodôntico ou ortopédico dos maxilares.

Assim, a amostra do estudo foi composta por 48 indivíduos, sendo 15 do gênero masculino, e 33, do feminino, com faixa etária entre 7 e 12 anos. Os voluntários foram submetidos a um exame clínico detalhado e as informações coletadas foram registradas em fichas individuais, realizado por um avaliador previamente calibrado.

Para mensurar a DVO foi realizado exame clínico com as crianças sentadas, com a cabeça alinhada em relação ao corpo, olhar fixo em um ponto determinado e sob luz natural, sendo as medidas tomadas em oclusão cêntrica (OC). Os exames foram realizados pelos pesquisadores sem controle de tempo.

Para a mensuração dos dados referentes à dimensão vertical de oclusão (DVO), foram utilizadas as seguintes medidas, obtidas por meio de paquímetro digital (Mytutoyo)[11].

– Distância comissura labial – canto do olho (Cl – Co);

– Distância base do nariz – mento (Na – Me).

Os dados foram analisados com o auxílio do *software SAS for Windows* versão 9.1.3. As distâncias Cl-Co e Na-Me para todas as idades e estratificado por faixa-etária foram avaliadas por meio do teste t-pareado. Valores de p menores que 0,05 foram considerados estatisticamente significantes.

3 Resultados

Das 48 crianças avaliadas, 15 (31 %) eram do gênero masculino, e 33 (69%), do feminino. A idade média foi 9,8 anos com desvio-padrão de 1,56. De acordo com as distâncias Cl-Co e Na-Me, considerando todas as idades e com as medidas mínimas e máximas obtidas entre as idades de 7 a 12 anos, observou-se média de 59,68 para Cl-Co, com desvio-padrão de 4,55 e 61,39 para Na-Me, com desvio-padrão de 4,48. A Tabela 1 mostra as estatísticas descritivas para Cl-Co e Na-Me, considerando a idade e as medidas mínimas e máximas obtidas entre as idades de 7 a 12 anos.

Tabela 1: Estatísticas descritivas considerando todas as idades e a correlação entre Cl-Co e Na – Me

Variável	média±dp	Mínimo	Maximo	Mediana
Cl – Co	59,30±4,52	47,70	70,20	59,10
Na- Me	60,84±4,03	52,30	70,60	61,30

Estratificando essas medidas por faixa etária, observou-se que elas tiveram variação mínima de 52,30 mm aos 9 anos de idade, e máxima de 70,20 mm, aos 12 anos para a distância Cl-Co. Já para a medida Na-Me, o valor mínimo observado foi 52,30 mm aos 9 anos, e máximo de 70,60 mm, aos 14 anos de idade (Tabela 2).

Tabela 2: Estatísticas descritivas das medidas realizadas estratificadas por idade

Idade	Variável	média±dp	Mínimo	Máximo	Mediana
7 anos	Cl-Co	56,93±4,28	56,70	61,40	58,60
	Na-Me	58,90±2,36	56,70	61,40	58,60
8 anos	Cl-Co	58.45±2,64	56,20	63,50	57,75
	Na-Me	59,50±2,98	56,10	63,50	59,45
9 anos	Cl-Co	57,59±4,83	47,40	65,20	58,60
	Na-Me	57,28±3,64	52,30	64,70	56,70
10 anos	Cl-Co	57,17±3,94	49,10	62,70	57,10
	Na-Me	60,80±3,79	54,50	66,30	61,30
11 anos	Cl-Co	63,03±3,74	56,10	67,00	63,10
	Na-Me	61,90±3,56	57,80	68,70	61,30
12 anos	Cl-Co	61,37±4,54	52,50	70,20	62,05
	Na-Me	64,71±2,40	59,80	67,60	65,40

Obtendo-se as correlações entre as variáveis, tem-se o resultado de 0,47 de correlação entre Cl-Co e Na-Me, significativo no nível de 5%. Nota-se, assim, que existe correlação entre Cl-Co e Na-Me. Comparando essas medidas por meio do teste t-pareado, para todas as idades e estratificando por faixa etária, têm-se os resultados mostrados na Tabela 3.

Tabela 3: Teste t-pareado para Cl-Co e Na-Me para todas as idades e estratificado por faixa-etária

Idade	Variável	T	p-valor
Todas	Cl-Co _Na-Me	-2,60	0,0135
7 anos	Cl-Co _Na-Me	-0,53	0,6516
8 anos	Cl-Co _Na-Me	-0,69	0,4642
9 anos	Cl-Co _Na-Me	0,19	0,8571
10 anos	Cl-Co _Na-Me	-2,47	0,0390
11 anos	Cl-Co _Na-Me	0,73	0,4949
12 anos	Cl-Co _Na-Me	-2,25	0,0509

Desse modo, nota-se que existiu diferença estatisticamente significante entre Cl-Co e Na-Me apenas para a idade de 10 anos. Para a idade de 12 anos, o p-valor foi de exatamente 5%, podendo ser considerado significativo. As demais comparações não foram significantes.

Estratificando por sexo, notou-se que a correlação entre Cl-Co não foi significativa para o gênero masculino (p = –0,01126). Já para o feminino, existe uma correlação entre Cl-Co e Na-Me (p= 0,60959), considerando o nível de significância de 5%.

Uma análise segundo um esquema fatorial, considerando sexo, idade e interação sexo- idade não revelou resultado significativo. A Tabela 4 mostra as médias e desvios-padrão estratificados por sexo e idade; não foram encontradas diferenças significativas entre médias.

Tabela 4: Comparações para as variáveis Cl-Co e Na-Me, segundo sexo e idade

Sexo	Idade	Cl-Co	Na-Me
Feminino	7	59,2	56,7
	8	63,5	61,4
	9	57,3±5,1	56,9±3,7
	10	57,0±4,9	60,7±2,9
	11	62,6±3,9	62,3±3,7
	12	62,8±3,9	64,7±2,5
Masculino	7	55,8±5,4	
	8	57,4±1,0	60,0±2,0
	9	60,0	59,1±3,2
	10	57,6±1,4	60,2
	11	65,8	61,0±6,0
	12	58,1±5,0	59,3

4 Discussão

Para o restabelecimento da função fisiológica normal do paciente, é necessário que a DVO seja reproduzida de forma correta, principalmente na fase de crescimento, em que todas as estruturas ósseas, musculares, tegumentares e articulatórias estão se desenvolvendo. Os resultados neste estudo evidenciaram que a DVO demonstrou medidas distintas nas crianças e adolescentes em todas as faixas etárias avaliadas. Em especial, foram observadas alterações nas distâncias Cl-Co e Na-Me nas idades de 10 e 12 anos.

De acordo com a literatura[12, 13], não há um consenso em relação às medidas da DVO na dentição decídua e mista, porém cita-se que em adultos[14] essa distância deve ter a mesma proporção que a Cl-Co para que haja equilíbrio facial e para que a parte muscular trabalhe de forma correta, evitando, também, problemas futuros de maloclusão[14, 15].

Na fase de crescimento, a altura facial anteroinferior é a região da face que sofre as maiores variações com o crescimento, sendo a maior responsável pelas alterações da proporção entre altura facial anterior total e altura facial anteroinferior[16].

Observou-se que as medidas da distância Cl-Co e Na-Me mantiveram correlação em todas as faixas-etárias estudadas. A diferença não significativa entre essas medidas que foram encontradas aos 10 e 12 anos dá-se pela instabilidade de crescimento que acontece no momento do levante da DVO, quando do irrompimento dos pré-molares e segundos molares permanentes, ocasionada pelo crescimento ativo de aposição e reposição óssea[12].

É importante citar que, uma vez que a correlação entre estas medidas não foi estatisticamente significante, não se pode propor a transposição da medida Cl-Co para a Na-Me nessa faixa etária quando houver necessidade de aumento da DVO, sob risco de inserir-se uma medida maior ou menor que a ideal e com isso induzir-se a alteração do funcionamento fisiológico do sistema estomatognático. Esse dado reforça a necessidade da padronização de medidas faciais.

Portanto, a mensuração das medidas Cl-Co transferida para a Na-Me não se mostra suficiente para uma correta reprodutibilidade, se não forem levadas em conta as diferenças por gênero e idade. Dessa maneira, estudos com medidas-padrão, que considerem idade, gênero e cinética de desenvolvimento oclusal do paciente são de extrema importância[16].

Neste estudo, a variação mínima da DVO foi 52,30 mm, aos 9 anos de idade, e máxima de 70,20 mm, aos 12 anos, para a distância Cl-Co. Já para a medida Na-Me, o valor mínimo observado foi 52,30 mm, aos 9 anos, e máximo de 70,60 mm, aos 14 anos de idade. Em adultos, observou-se uma variação da DVO de 61 a 76 mm[16], o que corrobora a importância da individualidade de medidas de acordo com o crescimento.

Além disso, sabe-se que para cada 3 mm em média de variação da distância vertical de oclusão, ocorre aproximadamente uma alteração de 0,8 mm na relação central. Deve-se, portanto, salientar a importância da manutenção da distância vertical durante a fase de recuperação da DVO para que seja mantida a relação central[17].

Com base nos resultados encontrados, torna-se evidente a necessidade de técnicas de fácil reprodutibilidade e de baixo custo que possam ser utilizadas em larga escala, respeitando-se o ciclo de crescimento e desenvolvimento de cada faixa etária, além de evitar a exposição de crianças e adolescentes a radiações oromandibulares no momento da escolha do método de mensuração da dimensão vertical[18, 19, 20].

Esse tipo de abordagem em relação à DVO faz observar a necessidade de mais estudos, tanto em relação às medidas faciais nas diferentes fases de crescimento, quanto aos métodos que podem ser mais eficazes no restabelecimento da oclusão, para que haja um pronto restabelecimento da função estomatognática do paciente.

Referências

Tamaki T. Dentaduras completas. São Paulo: Sarvier; 1988.

Al-Ninri KS. Vertical changes in class II division I maloclussion after premolar extraction. The Angle Orthodontist. 2008;76(1):52-8.

Chacona RL. Enamel loss and occlusal vertical dimension: causes and considerations for treatment. Dent Today. 2003;22(4):92-7.

Mack MR. Facially generated occlusal vertical dimension. Compend Contin Educ Dent. 1997;18(12):1183-6.

Ohnuki Y, Kawai N, Tanaka E, Langenbach GE, Tanne K, Saeki Y. Effects of increased occlusal vertical dimension on daily activity and myosin heavy chain composition in rat jaw muscle. Arch Oral Biol. 2009;54(8):783-9.

Krey KF, Dannhauer KH. Morphometric analysis of facial profile in adults. J Orofac Orthop. 2008;69(6):424-36.

Reshad M, Jivraj S. The influence of posterior occlusion when restoring anterior teeth. J Calif Dent Assoc. 2008;36(8):567-74.

Kau CH, Richmond S. Three-dimensional analysis of facial morphology surface changes in untreated children from 12 to 14 years of age. Am J Orthod Dentofacial Orthop. 2008;134(6):751-60.

Misch CE. Guidelines for maxillary incisal edge position-a pilot study: the key is the canine. J Prosthodont. 2008;17(2):130-4.

Cutbirth ST. Increasing vertical dimension: considerations and steps in reconstruction of the severely worn dentition. Pract Proced Aesthet Dent. 2008;20(10):619-26.

Geerts GA, Stuhlinger ME, Nel DG. A comparison of the accuracy of two methods used by pre-doctoral students to measure vertical dimension. J Prosthet Dent. 2004;91(1):59-66.

Sant'Ana, E. Avaliação comparativa do padrão de normalidade do perfil facial em pacientes brasileiros leucodermas e em norte-americanos. Rev Dent Press Ortodon Ortop Facial. 200;14(1):80-9.

Balancini, BC. Conociendo acerca de la radiación en los niños / what we should know about radiation in children. Med Infant. 2008;15(2):194-9.

Mack MR. Vertical dimension: a dynamic concept based on facial form and oropharyngeal function. J Prosthet Dent. 1991;66(4):478-85.

Osibote, AO. Avaliação das doses de radiação em pacientes adultos e pediátricos em exames de radiodiagnóstico/ Evaluation of the doses of radiation in adult patients and pediatric in exams of radiodiagnosis. Rev Dent Press Ortodon Ortop Facial. 2006;16(3):101.

Mohindra NK, Bulman JS. The effect of increasing vertical dimension of occlusion on facial aesthetics. Br Dent J. 2002;192(3):164-8.

Alarcón, Miguel. La irradiación durante el embarazo. Med UIS. 1990;4(1):20-5.

Rosenbauer KA, Engelhardt JP, Kach H, Stuttgen U. O sistema estomatognático como unidade functional. In: Anatomia Clínica da Cabeça e do Pescoço aplicada à Odontologia. Porto Alegre: Artmed; 2001.

Mason RM. A retrospective and prospective view of orofacial mycology. Int J Orofacial Myology. 2008; 34:5-14.

Nobuyasu M. Padrões cefalométricos de Ricketts aplicados a indivíduos brasileiros com oclusão excelente. Rev Dent Press Ortodon Ortop Facial. 2007;12(1):125-56.

SAÚDE INDÍGENA: DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA ALTO RIO SOLIMÕES

INDIGENOUS HEALTH: SEXUALLY TRANSMITTED DISEASES IN THE SPECIAL INDIGENOUS SANITARY DISTRICT ALTO RIO SOLIMÕES

Yane Cleo de Oliveira Silva Nazario
Enfermeira – Uninove
Professora de Estágio – Uninove
nazarioyane@hotmail.com

Rosângela Elaine Minéo Biagolini
Mestre em Enfermagem em Saúde Coletiva pela
Escola de Enfermagem da USP
Professora do Departamento de Ciências da Saúde – Uninove
Enfermeira da Prefeitura do Município de São Paulo
romineo@ig.com.br

Resumo

As Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) são tidas hoje como um dos principais problemas enfrentados pelos serviços de saúde. O objetivo deste trabalho foi levantar a ocorrência de DSTs entre a população indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Alto Rio Solimões. O estudo foi realizado a partir de dados secundários referentes aos anos de 2007 e 2008. Os resultados apontam uma diminuição de 68,4% no número de casos de DSTs entre a população indígena, sendo uma redução mais acentuada no sexo feminino do que no masculino, respectivamente, 47,5% e 35%. Diante do exposto, questiona-se se houve subnotificação de casos ou se realmente a ocorrência das DSTs diminuiu em tão curto espaço de tempo, mesmo não havendo nenhuma ação educativa nem ações ligadas a diagnósticos e tratamento intensivo nesse período. Com base nos resultados encontrados, conclui-se que há necessidade de aprimorar o conhecimento técnico dos profissionais da saúde para que eles tenham mais facilidade em diagnosticar e notificar as DSTs. É ainda essencial incentivar pesquisas mais amplas sobre a população indígena para conhecer melhor seu perfil e, assim, propor ações de saúde mais abrangentes a fim de atender a um maior número de indivíduos indígenas.

Palavras-chave: Epidemiologia. Doenças sexualmente transmissíveis. População indígena.

Abstract

Sexually Transmitted Diseases (STDs) are considered today as one of the main problems faced by health services. The aim of this study was to raise the incidence of STDs among the indigenous population of the Special Indigenous Sanitary District (DSEI) Alto Rio Solimões (Brazil). The study was conducted based on secondary data, for the years 2007 and 2008. The data indicate a decrease of 68.4% in the number of STDs cases among the indigenous population. Being a more marked decline in the female than in male, respectively 47.5% and 35%. These results lead us to question whether there was underreporting of cases or actually the occurrence of STDs decreased in such a short time, even without any educational activities or actions related to diagnostics and intensive care during this period. Based on these results it is concluded that there is need to improve the technical knowledge of these professionals to have greater ease in diagnosis and reporting of STDs. There is also a need to encourage studies and broader studies on the indigenous population so that they know better the profile of this population and may be proposed health actions in order to reach this population at higher rates.

Key words: Epidemiology. Indigenous population. Sexually transmitted diseases.

1 Introdução

Estimativas mostram que no Brasil vivem cerca de 460 mil indígenas distribuídos em 225 sociedades indígenas, totalizando 0,25% da população brasileira. Esses dados correspondem apenas aos índios que vivem em aldeias, além desses há aproximadamente 190 mil vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas[1].

A população indígena vem crescendo, em especial, na região Nordeste do país. Apresentando um incremento médio nacional de 75,4%, no período de 2000 a 2008, com inicialmente 306.849 indígenas, aumentando para um total cadastrado de 538.154, em 2008. Na região Norte do país, encontra-se 44% dessa população[2].

No que se refere à saúde, o modelo assistencial diferenciado no atendimento a essa população está instituído na Lei n. 9.836/99[3] que dispõe sobre o Subsistema de Atenção à População Indígena que tem como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). O DSEI é uma unidade organizacional da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) e deve ser entendido como uma base territorial e populacional sob responsabilidade sanitária claramente identificada, articulado com a rede do Sistema Único de Saúde (SUS), para referência e contra referência. Os DSEIs ainda se caracterizam como um modelo de organização de serviços orientado para um espaço etnocultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado, que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolvendo atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência com controle[4, 5].

A partir das Conferências Nacionais de Saúde Indígena, foi proposto o desenvolvimento de modelos atenção diferenciada com participação indígena e que melhor atendesse às necessidades dessas populações[5].

Obedecendo a um fluxo organizacional esses DSEIs contam com outra instância de atendimento que são os Pólos Base (PB), estes últimos fornecem os dados dos atendimentos realizados pelas equipes de saúde para consolidação realizada pelo DSEI e encaminham para a Coordenação Regional do Estado. Além dos PB e das unidades de referência do Sistema Único de Saúde, existem as Casas de Saúde do Índio (CASAI), que servem de apoio entre a aldeia e a rede de serviços do SUS[4].

Neste trabalho, será abordado dados do DSEI Alto Rio Solimões, com sede no município de Tabatinga, no Amazonas, que conta com 11 PB e uma CASAI, tendo como referência o Hospital de Guarnição de Tabatinga e podendo também contar com toda rede de referência que atende o SUS.

Estudar as sociedades indígenas do ponto de vista demográfico envolve dificuldades de duas origens distintas. De um lado há falta de dados confiáveis, na maioria dos casos consegue-se uma cifra de população total por uma determinada área geográfica, sem caracterização por sexo, idade, número de mortes por idade e número de filhos nascidos vivos por idade da mãe, para citar as principais variáveis demográficas. Por outro lado, a metodologia da análise demográfica utilizada normalmente em estudos populacionais é adequada para populações de grande porte, o que não é o caso da maior parte dos povos indígenas residentes no Brasil de hoje. A questão gerada pelo segundo caso pode ser contornada com um acúmulo de dados históricos ou com processos de correção e adequação estatística que ainda não foram muito testados ou usados para o caso brasileiro[6].

As Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) são tidas como um problema de saúde pública mundial pelo fato de afetarem muitas pessoas nas diferentes faixas etárias, sexo e etnias, além disso, os sinais e sintomas são de difícil identificação e o acesso ao tratamento correto também[7].

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, no mundo, existam cerca de 340 milhões de casos de DSTs por ano. Nessa estatística, não estão incluídos os casos de herpes genital e casos de HPV[7].

No Brasil, calcula-se que 10 milhões de pessoas já tiveram algum sinal ou sintoma de DST. Os problemas causados por essas doenças podem aumentar em 18 vezes o risco de infecção pelo HIV[8].

Nas populações indígenas e não-indígenas, problemas relacionados às DSTs são bastante comuns, mas nas comunidades indígenas um fator que está associado à maior ou menor presença das DSTs é o grau de contato com a população não indígena. Tendo em vista o fato do convívio cada vez maior entre essas populações, algumas doenças (inclusive as sexualmente transmissíveis) passaram a ter um aumento significativo entre os índios.

Com relação à AIDS entre a população indígena, o primeiro caso ocorreu em 1987, no estado do Mato Grosso, e outro, na região Sul, em 1988. Foram ainda notificados dois casos nas terras indígenas do Tumucumaque, fronteira com o Suriname e Guiana Francesa. Esses casos constituíram a primeira referência para Coordenação Nacional de DST e AIDS (CN-DST/AIDS). Em 1989 foi criado o projeto de prevenção de DST e AIDS para os povos indígenas no âmbito de prevenção da CN-DST/AIDS. Inicialmente, essas ações estiveram voltadas para aspectos pontuais focalizados em alguns segmentos e grupos. Com o surgimento de novos casos de AIDS nessa população, definiram-se ações mais consistentes e de maior cobertura. No período de 1987 a 1999, foram notificados 33 casos de AIDS entre índios[9].

Nesta pesquisa, objetivou-se levantar a ocorrência das DSTs, nos anos de 2007 e 2008, na população indígena situada na região do Alto Rio Solimões.

A realização deste trabalho justifica-se pela necessidade em conhecer os casos de DSTs em uma determinada população indígena e pela escassez de trabalhos ligados a essa população.

2 Metodologia

A população indígena residente no Alto Rio Solimões é composta predominantemente pela etnia *Tikuna* e estão distribuídos em 28 terras indígenas, a maioria delas já demarcadas e/ou homologadas, e algumas ainda em processo de reconhecimento pela FUNAI[6]. Encontra-se na região ainda as etnias: *Witota, Kambeba, Kaixana, Kocama e Maku-yuhup.*

Os *Tikunas* constituem-se, no contexto atual, o povo indígena mais numeroso do Brasil e também da região do Alto Solimões. As várias fontes históricas e bibliográficas revelam que os *Tikunas*, desde a colonização, convivem e se relacionam com diferentes atores sociais (missionários, comerciantes, pecuaristas e outros) e apesar do intenso contato, preservam ainda hoje a língua materna e mantêm de forma dinâmica peculiaridades da cultura material e imaterial[6].

Em relação à assistência à saúde os PB do DSEI Alto Rio Solimões estão distribuídos por seis municípios: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins que contam com 11 PB. A sede do DSEI fica no município de Tabatinga.

Diante dessa caracterização da área, realizou-se um estudo do tipo descritivo, com uma abordagem quantitativa em que foram utilizados os dados secundários fornecidos pelo DSEI do Alto Rio Solimões e gerados por esses pólos. Esses pólos-base informam mensalmente para o DSEI os casos de DST/AIDS da sua população por meio de um formulário padronizado. O distrito, por sua vez, consolida e digita os dados em uma planilha de Excel, *software* da Microsoft, e os repassam para a FUNASA regional (nessa planilha constam informações sobre o sexo, tipo de DST e CID). Os dados a respeito das DST/AIDS são repassados juntamente com os outros que compõe o Sistema de Informação de Atenção a Saúde Indígena (SIASI).

Com o objetivo de obter autorização para realizar este trabalho, foi enviada cópia do projeto de pesquisa à Coordenação de Monitoramento das Ações e Serviços (COMOA) – órgão pertencente ao DESAI –, e para o Distrito Alto Rio Solimões, sendo permitida a utilização dos dados gerados pelos PB dessa área. O DSEI Alto Rio Solimões forneceu duas planilhas em formato Excel, contendo dados referentes aos anos de 2007 e 2008, necessários para a realização da pesquisa.

3 Resultados e discussão

Dados do DSEI Alto Solimões de 2007 contabilizaram uma população de 41.066 indígenas nessa região e, em 2008, passou a 41.726, indicando um aumento de 2% (Figura 1).

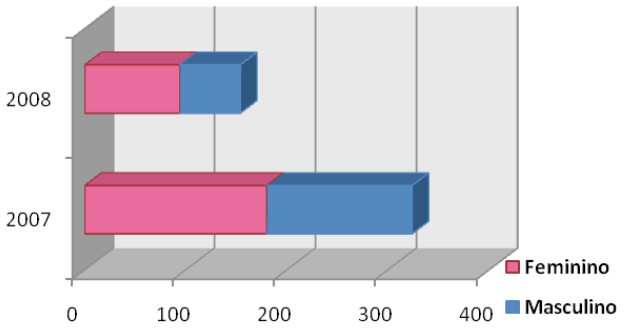


Figura 1: Distribuição dos casos de DSTs informados, segundo sexo, entre 2007 e 2008, DSEI Alto Solimões

No gráfico da Figura 1, pode-se observar que houve uma diminuição dos casos de DSTs na população feminina indígena de 174 casos, em 2007, para 58, em 2008, resultando em uma diminuição de 67%. Entre os homens, de um total de 141 casos, em 2007, as DSTs passaram para 91, em 2008, ou seja, houve uma diminuição de 35% entre os indivíduos do sexo masculino. Estes dados indicam, portanto, uma redução proporcionalmente maior para a população feminina.

Muitos questionamentos podem surgir a partir desse dado, como por exemplo: será que a população indígena está realizando mais prevenção? Será que todos os casos de DSTs têm sido diagnosticados e informados? Haveria subnotificação? Observou-se que a diminuição de casos foi proporcionalmente maior entre a população feminina, talvez isso possa ser justificado pelo fato de, culturalmente, os indígenas do sexo masculino terem mais contato com a população não-indígena, o que aumenta sua exposição e contato com as DSTs.

Enfim, estas questões suscitam a necessidade de aprofundar estudos e pesquisas com o objetivo de tratar, identificar os casos existentes e prevenir a contaminação entre essa população.

Tabela 1: Distribuição das DSTs que ocorreram em 2007 e 2008, segundo classificação DSEI Alto Rio Solimões

Classificação	2007	2008
Gonorreia em mulher	155	17
Gonorreia em homem	118	60
Infecção anogenital pelo vírus Herpes Simples (HSV)	17	10
Sífilis primária	11	2
Verrugas anogenitais	6	8
Total	307	97

Os dados na Tabela 1 apontam que, com exceção das verrugas anogenitais, as outras DSTs tiveram uma diminuição.

Questiona-se se houve realmente uma diminuição de casos dessas DSTs, nessa população, ou subnotificação, pois não houve nenhuma ação educativa nem ações ligadas ao diagnóstico e tratamento, que justificasse essa diminuição, segundo informações verbais da Vigilância Epidemiológica do DSEI Alto Rio Solimões, nos anos de 2007 e 2008. Assim, acredita-se que os números deveriam manter-se iguais ou pelo menos próximos aos números do ano anterior; portanto, sugere-se que a redução de 47,5%, no número total dessas doenças, talvez não reflita a realidade. Alguns fatores como troca de profissionais dos PB, a falta de treinamento para diagnóstico por parte da equipe, podem estar entre os aspectos que interferiram nesses dados.

Tabela 2: Distribuição das DSTs, segundo classificação, que tiveram ocorrência em 2007, mas não foram informadas em 2008 – DSEI Alto Rio Solimões

Classificação	2007	2008
Sífilis congênita	5	0
Sífilis secundária	9	0
Total	14	0

A Tabela 2 mostra, em 2007, cinco casos de sífilis congênita, e nove, secundária, e nenhum caso foi informado no ano de 2008. No que se refere à sífilis congênita, uma medida preventiva importante é seu diagnóstico na fase gestacional. O exame indicado para diagnóstico dessa doença em gestantes é o VDRL, que deve ser realizado no início da gestação. A realização desse exame, muitas vezes, não é fácil em área indígena, em decorrência da dificuldade de locomoção da equipe de saúde, falta de materiais e insumos, entre outros motivos. É importante dar atenção a esse diagnóstico, durante a gestação, no intuito de evitar assim a sífilis congênita. Esses dados também faz refletir se a ausência de casos de sífilis congênita e secundária, se deu por falta de notificação, falta de exame diagnóstico, não realização de busca de casos ou se realmente está ocorrendo diminuição de casos nessa região.

Ao analisar os dados sobre as DSTs em 2008, observou-se o registro de algumas dessas doenças que não tinham sido diagnosticadas na população indígena no ano de 2007. Comparados os dados nas Tabelas 1 e 2, percebe-se que, apesar da diminuição do número de casos, houve uma diversidade maior em relação à classificação das DSTs informadas de um ano para o outro. Essa informação leva ao questionamento se realmente estão ocorrendo mais tipos de DSTs ou se está havendo algum engano por parte das equipes na hora de diagnosticar e/ou classificar tais patologias, já que durante esse período não houve nenhuma ação específica de busca de casos nem treinamento dos profissionais que

Tabela 3: Distribuição das DST, segundo classificação, que tiveram ocorrência somente no ano de 2008 – DSEI Alto Rio Solimões

Classificação	2007	2008
Cancro mole	0	9
Síndrome cervite (infecção no colo do útero)	0	8
Infecção subclínica pelo Papilomavírus Humano (HPV)	0	7
Uretrite por clamídia	0	4
Secreção uretral	0	4
Cervite por clamídia	0	3
Outras uretrites	0	2
Síndrome da úlcera genital em homem	0	1
Outras cervicites	0	11
Total	0	49

justifique essa diferença entre os números informados no consolidado desses anos. Esse dado é contraditório, pois um aumento na diversidade de diagnósticos sugere uma equipe mais especializada ou treinada. Em contrapartida, a diminuição expressiva no número de notificações, sem nenhuma justificativa aparente, torna questionável a veracidade dos dados.

A AIDS tem sido diagnosticada em algumas populações indígenas. Estudos mostram que, até dezembro de 2007, haviam sido notificados 191 casos dessa doença em indígenas no Brasil[5]. Santos[5] constatou, em seu estudo, que o número de casos de HIV/AIDS registrados na população indígena brasileira, no ano de 2008, estava subestimado já que, após a integração dos diferentes bancos de dados em saúde – Sistema Nacional de Notificação de Agravos (SINAN), Sistema de Informação de Controle de Exames Laboratoriais (SISCEL), Sistema de Informação de Controle Logístico de Medicamentos (SICLON) e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) –, o número de casos de AIDS notificados na população indígena passou de 191 para 624. O autor obteve a integração desses bancos de dados utilizando uma variável comum: raça/cor, que permitiu identificar, dentre todos os casos notificados, os casos atribuídos a indivíduos indígenas, embora a filiação étnica não seja coletada. Os dados, advindos do cruzamento desses diferentes bancos de informação, merecem ser aprofundados pelas vigilâncias epidemiológicas dos estados em conjunto com a rede de saúde indígena.

Nos dados recebidos, não foram informados casos de HIV/AIDS. A falta de informação de HIV/AIDS nessa população estudada leva a mais uma indagação: será que não houve casos de HIV/AIDS no DSEI Alto Rio Solimões? Ou será que está havendo dificuldades na realização do exame diagnóstico de HIV/AIDS. A dificuldade de diagnóstico poderia ser sanada com o uso do teste rápido, que já é realizado em todo o Brasil. No entanto, em área indígena esse teste não é viável, pois

é um exame que depende de profissionais capacitados para realizá-lo, além da dificuldade de conservação do material de análise para sua execução, uma vez que o laboratório produtor do teste recomenda conservar os reagentes em geladeira nos locais onde a temperatura ambiente ultrapasse 30º C, situação frequente nas áreas na região Amazônica em que a temperatura média fica acima dessa recomendação. Esse fator dificulta a realização do teste rápido, pois muitos PB não têm geladeira para garantir que essa temperatura seja mantida. Isso sem dúvida dificulta a possibilidade de implantação do diagnóstico rápido em área indígena. Assim, há necessidade de buscar alternativas para realizar esses exames, como por exemplo, mutirões periódicos de saúde, que poderiam agregar todos os órgãos presentes na região, tais como o município e o exército, para que esse teste seja aplicado em um maior número de índios.

Em relação às DSTs, uma alternativa que deve ser utilizada, principalmente nessas regiões de difícil acesso, é a Abordagem Sindrômica eficaz para controle das DSTs, em razão de seu baixo custo e simplicidade para colocá-la em prática. Entretanto, exige profissionais treinados constantemente para diagnosticar por meio dos sinais e sintomas apresentados pelo paciente se realmente se trata de uma DST.

Não só na área indígena, mas também na população como um todo, é difícil obter-se as taxas de incidência ou prevalência das DSTs, pois essas não são de notificação compulsória, exceto AIDS, hepatite B, sífilis congênita e sífilis em gestante[10]. Uma provável solução para esse problema seria o uso de fichas específicas para informar os casos de DST, o que poderia ajudar a traçar estratégias nas ações de saúde para tratamento e controle de casos, como é feito em cidades como São Paulo e Distrito Federal[10].

4 Conclusões

Durante a realização deste trabalho, verificou-se que existem poucos estudos ligados à saúde indígena, principalmente em se tratando das DSTs. Talvez um dos fatores que justifiquem essa ausência seja a dificuldade em encontrar dados completos e confiáveis para o desenvolvimento de um estudo mais amplo sobre a real situação da saúde indígena hoje no País. No levantamento de dados populacionais, encontraram-se diferentes estimativas demográficas, isso mostra a necessidade da padronização de formulários entres os órgãos responsáveis pela população indígena. Seria também importante criar um censo específico para os índios. Acredita-se que essas metas poderiam ser alcançadas ainda com o apoio dos próprios indígenas, uma vez que eles conhecem bem suas dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

Observa-se que há um grande número de trabalhos sobre DST na população não indígena, o que demonstra a importância do assunto, mas o mesmo não ocorre com as populações indígenas, isso leva a pensar sobre o que poderia ser feito para traçar estratégias com o intuito de atender os índios. Talvez uma estratégia eficaz fosse melhorar a formação dos profissionais da saúde ainda durante a faculdade, despertando assim o interesse desses futuros profissionais a respeito da saúde indígena, e mostrando que ela é um campo rico em conhecimentos e aprendizado.

Sugere-se o desenvolvimento e padronização de fichas para coleta de dados que tivessem variáveis que permitissem traçar um melhor perfil da população atingida pelas DSTs e também da evolução do tratamento, tais como idade, sexo, cura ou abandono de tratamento.

A sociedade brasileira, em geral, e, especificamente, os profissionais da saúde, pouco sabem dos males que os índios sofrem, como por exemplo, dificuldade de acesso, marginalização, mitos sobre sua cultura. É necessário incentivar pesquisas mais amplas sobre a população indígena, com dados que mostrem sua real situação para que as equipes de saúde possam intervir de maneira mais eficaz no cuidado ao índio.

Referências

Ministério da Justiça (Brasil), Fundação Nacional do Índio. O Índio hoje. s/dt [acesso em 2009 set 9]. Disponível em: http://www.funai.gov.br

Ministério da Saúde (Brasil), Fundação Nacional da Saúde. Demografia dos Povos Indígenas. [acesso em 2009 set 9]. Disponível em: http://www.funasa.gov.br

Ministério da Saúde (Brasil), Fundação Nacional da Saúde. Legislação. [acesso em 2009 set 9]. Disponível em: http://www.funasa.gov.br

Ministério da Saúde (Brasil), Fundação Nacional da Saúde. Saúde Indígena- Distritos especiais. [acesso em 2009 set 9]. Disponível em: http://www.funasa.gov.br

Santos, VL. Avaliação do grau de implementação do Programa de DST/AIDS no Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul- Pólo Base de Dourados. [dissertação] Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009 [acesso em 2009 dez 11]. Disponível em: http://teses.icict.fiocruz.br/pdf/Santosvlm.pdf

Azevedo M. Sócio Ambiental; 1997-2008. [atualizado em dezembro de 2000]. No Brasil Atual. Diferentes Estimativas. [acesso em 2009 set 9]. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/c-brasil-atual/quantos-sao/diferentes-estimativas

Ministério da Saúde (Brasil), Departamento de DST/AIDS. Conheça as DST. [acesso em 2009 set 9]. Disponível em: http://www.aids.gov.br

Ministério da Saúde (Brasil), Departamento de DST/AIDS. Notícias do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. [acesso em 2009 set 9]. Disponível em: http://www.aids.gov.br

Ministério da Saúde (Brasil), Manual de diretrizes técnicas. Povos Indígenas e a prevenção às DST, HIV e AIDS. Brasília: Ministério da Saúde. 2000. p. 11-12.

Naves JOS, Hamann EM, Silver LD. Orientação farmacêutica para DST: uma proposta de sistematização. Rev Ciênc Saúde Coletiva. 2005 out;10(4):1005-14.

TRATAMENTO SUPERVISIONADO DA TUBERCULOSE: OPINIÃO DO PACIENTE

DIRECTLY OBSERVED THERAPY SHORT: PATIENTS' OPINION

Reinaldo Antonio de Sousa
Enfermeiro – Uninove

Rosângela Elaine Minéo Biagolini
Mestre em Enfermagem em Saúde Coletiva – Escola de Enfermagem/USP
Professora do Departamento de Ciências da Saúde – Uninove
Enfermeira da Prefeitura do Município de São Paulo
romineo@uninove.br

Resumo

A tuberculose (TB) é um problema de saúde pública em todo o mundo. Em vista disso e com o objetivo de levantar a opinião dos portadores dessa doença sobre o Tratamento Supervisionado (TS), realizou-se uma pesquisa de campo transversal quantitativa na Unidade Básica de Saúde da Sé, centro da Cidade de São Paulo. Foi aplicado um formulário a todos os pacientes que estavam realizando TS no momento da pesquisa. A amostra foi composta por 20 voluntários, com idade predominante de 20 a 39 anos, sendo 93% do sexo masculino. Dos entrevistados, 30% referiram saber o que é TB, mas, quando questionados sobre o conceito, demonstraram conhecimento parcial; 40% relataram haver necessidade de separar objetos de seu uso pessoal, demonstrando falta de orientação. Todos os entrevistados acreditam que TB tem cura. Entre os participantes, 60% não souberam o que é TS. Para 20% dos indivíduos, há dificuldades em realizar o TS em razão do preconceito da doença, da saúde fragilizada, da falta de moradia ou distância da residência à UBS. Sugere-se que a presença do paciente de TB, na UBS, para tomar a medicação, seja uma oportunidade importante para a execução de ações de educação e saúde, devendo, assim, ser mais explorada pelos profissionais de saúde.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Terapia diretamente observada Tuberculose.

Abstract

Tuberculosis (TB) is a public health problem worldwide. In view of this and with the objective of raising the patients' opinion on the DOTS, we performed a quantitative cross field research. The research was conducted at the UBS Sé, the center of the city of São Paulo, Brazil. It was applied a form to all patients who were taking DOTS at the time of research. The sample consisted of 20 volunteers, predominantly aged 20 to 39 years old, being 93% male. Of the respondents 30% reported to know what is TB, and when asked about the concept demonstrated partial knowledge, 40% reported the need to separate personal items, showing lack of guidance. All respondents believed that TB is curable. Among the respondents, 60% did not know what is DOTS. For 20% of these individuals, there are difficulties in implementing the DOTS due to the prejudice of the disease, poor health, homelessness and distance from home to UBS. It is suggested that the presence of TB patient at UBS to take medication is an important opportunity to perform actions of education and health, and it should be, therefore, further explored by health professionals.

Key words: Directly Observed Therapy. Health Education. Tuberculosis.

1 Introdução

A tuberculose (TB) é uma das doenças que mais mata no mundo, justificando, portanto a escolha desse tema para este estudo. O Brasil está no 14° lugar entre os países responsáveis por 80% dos casos mundiais da doença[1]. Em 2004, ocorreram 9 milhões de novos casos e aproximadamente 2 milhões de mortes pela TB, no mundo[2]. A TB é a nona causa de internações por doenças infecciosas, ocupa o sétimo lugar em gastos com internações pelo Sistema Único de Saúde, além de ocupar o quarto lugar como causa de mortalidade por doenças infecciosas, no Brasil. Na Cidade de São Paulo, no ano de 2004, o número de casos chegou a 7.197, sendo coeficiente de mortalidade de aproximadamente de 3,2 óbitos por 100 mil habitantes[3].

O Programa Nacional de Controle da TB, lançado pelo Ministério da Saúde, em 1999, define a TB como prioridade entre as políticas governamentais de saúde e estabelece diretrizes para ações de monitoramento da doença. O controle eficiente da TB sustenta-se sobre dois pilares: a descoberta precoce dos casos e o tratamento que conduz à cura[4]. A política de reorientação da atenção básica também entende a TB como uma das doenças prioritárias no Brasil, devendo o diagnóstico e tratamento ser feito em toda a rede de atenção básica. A partir do processo de descentralização, com um conjunto de medidas e programas específicos, transfere para os municípios a responsabilidade da atenção básica, e, portanto das ações de controle da TB[5].

Dentre as estratégias estipuladas pelo Programa Nacional de Combate a TB para o controle da doença, está o tratamento com dose supervisionada, do inglês *Directly Observed Therapy Short* (DOTS) que tem sido relatado como a única estratégia comprovadamente eficaz para cura. No Brasil, esta estratégia ficou conhecida, e será referida neste trabalho, como Tratamento Supervisionado (TS)[6]. O TS significa uma mudança na forma de administrar o medicamento, sem mudanças no esquema terapêutico, consiste no profissional de saúde observar o paciente ingerir os medicamentos, desde o início do tratamento até sua cura.

O TS foi proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1993, e tem buscado garantir a adesão ao tratamento, no intuito de atingir 85% de cura[7]. Os primeiros resultados apontam para a necessidade de expansão desse tratamento, recomendado pela OMS como a principal medida para o controle da TB, que desde sua implantação conseguiu curar 10 milhões de pessoas, no mundo, elevando a taxa de cura de 42% (sem TS), para 84% (com TS)[8].

O primeiro princípio fundamental do TS é observar o doente ingerir os medicamentos, e entre outras regras encontram-se: treinar a equipe de saúde e oferecer incentivos ao paciente para encorajar a sua adesão. O programa do TS prevê recursos que devem ser utilizados para viabilizar vale transporte, lanche, auxílio alimentação, cesta básica e outros como desenvolver atividades com o doente, assim como promover sua cidadania. No entanto, é necessário considerar que a adesão ao tratamento transcende a clínica tradicional e está relacionada à forma como o paciente concebe a doença, como ele vive, e também à organização dos serviços de saúde[9].

Para obter êxito com o tratamento da TB, é essencial o estabelecimento de vínculos, imprescindível para efetivação e adesão ao tratamento. O vínculo com o serviço pode constituir-se em uma ótima oportunidade para emancipação, levando o doente a vocalizar suas percepções, mitos e construir estratégias que se tornem facilitadoras para a adesão.

Além disso, é o momento em que os profissionais de saúde se disponibilizam para conhecer a situação de vida do doente, e podem proporcionar possibilidades para o enfrentamento da doença, fortalecendo inclusive, a inclusão social para determinados doentes, tendo em vista que grande parte dos doentes apresenta precárias condições sociais[10].

A avaliação dos serviços de saúde está centrada na relação entre a necessidade de saúde da população e o serviço prestado, sua eficiência e efetividade, visando produzir dados confiáveis sobre os problemas de saúde da população e melhorar seu desempenho[11].

A proposta do TS coloca-se como uma estratégia para assegurar a adesão ao tratamento, visto que exige a supervisão das doses das medicações antituberculosas ingeridas pelo paciente[4].

A supervisão da tomada dos fármacos poderá ser feita com pelo menos três observações semanais, nos primeiros dois meses, e duas observações semanais na segunda fase do tratamento. No TS, a adesão ao tratamento da TB é compartilhada entre usuário, profissionais de saúde, governo e comunidade[12]. Entende-se que, o fornecimento de informações claras e corretas sobre medicamentos para tratar TB faz parte da criação do laço de confiança entre as partes, aspecto importante para o fortalecimento do vínculo em um processo terapêutico[13]. Sendo assim, a manutenção de altas taxas de adesão ao tratamento é decorrência do TS e do empenho dos profissionais de saúde em manterem a comunicação adequada[14]. Reconhece-se que o controle da TB está aquém da supervisão da ingestão medicamentosa ou do TS, pois inclui o processo de vínculo que se estabelece entre o doente e a equipe de saúde. Essa relação é de crucial importância para adesão ao tratamento, visto que, o sujeito é colocado como protagonista no processo assistencial, com considerável autonomia nos processos decisórios[15]. O vínculo, por sua vez, constitui um importante princípio no cuidado ao doente de TB, uma vez que estabelece uma relação de confiança, diálogo e

respeito entre o profissional de saúde e o paciente, que passa a compreender a significância de seu tratamento, seguindo corretamente as orientações da terapêutica[16]. Desse modo, a adesão ao tratamento pode ser baseada em abordagens individuais relacionados ao paciente[17].

Diante do exposto, tivemos a intenção, com a realização deste trabalho, de identificar a opinião dos pacientes de TB sobre o TS, a fim de levantar os pontos facilitadores ou barreiras a esse tipo de tratamento, com vista a propor medidas de intervenção, para que seja cada vez mais ampliado, dada sua eficácia na cura dos pacientes.

2 Objetivo

Levantar a opinião dos pacientes sobre o TS.

3 Materiais e métodos

3.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de campo de caráter quantitativo, transversal e descritivo.

3.2 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada na UBS Sé, pertencente à Supervisão Técnica de Saúde (STS) da Sé, região do Centro da Cidade de São Paulo. A unidade faz parte do programa estratégia de saúde da família e desenvolve, entre outras ações, o trabalho de busca ativa de TB e TS.

3.3 Coleta de dados

O pesquisador solicitou ao gerente da UBS permissão para realização do estudo. O pesquisador esteve na UBS nos dias 26, 27, 28, 29 de janeiro de 2010, no horário das 7h às 12h para fazer a coleta de dados. Nesses dias, foram abordados todos os pacientes que estavam fazendo o TS, assim que chegavam à unidade para tomar o remédio, o pesquisador explicava sobre a pesquisa e solicitava sua participação.

3.4 População e amostra

Realizou-se o estudo com todos os pacientes que estavam fazendo o TS de TB no momento da pesquisa. Segundo informação do enfermeiro da UBS, quando da coleta de dados havia 27 pacientes fazendo tratamento de TB, desses, 7 estavam fazendo o tratamento Auto Administrado (AA), e 20 faziam o TS, constituindo-se, estes últimos, na população final do estudo.

3.5 Instrumentos de coleta

Foi utilizado um formulário (Anexo I), composto por 18 perguntas, com tempo médio de quinze minutos para preenchimento.

3.6 Aspectos éticos

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Prefeitura de São Paulo, e aprovado sob o parecer nº 12/10. Durante a pesquisa, antes do preenchimento do formulário, cada paciente recebeu informações sobre o objetivo do estudo e, uma vez concordando em participar, assinou atendendo às exigências da Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que normatiza as pesquisas com seres humanos. O pesquisador informou, nessa ocasião, aos entrevistados que, após a conclusão do trabalho, enviaria os resultados finais e seria solicitado ao gerente da unidade que colocasse o material em local visível, de modo que todos os participantes na pesquisa tivessem acesso aos resultados, sem, no entanto, identificação dos participantes.

3.7 Análise de dados

Os dados obtidos foram compilados no programa Microsoft Excel, analisados e serão apresentados a seguir.

4 Resultados e discussão

Os dados foram coletados em janeiro de 2010 na Unidade Básica de Saúde Sé, pertencente à Coordenação Regional de Saúde Centro-Oeste, resultando em um total de 20 entrevistas.

Tabela 1: Distribuição dos entrevistados segundo a faixa etária, São Paulo, 2010

Faixa etária	N	%
20 – 29 Anos	06	30,0
30 – 39 Anos	06	30,0
40 – 49 Anos	05	25,0
50 – 59 Anos	05	25,0
Total	20	100,0

Os resultados obtidos revelam que os entrevistados são predominantemente adultos jovens, pois dos 20 selecionados, 12 (60 %) têm idade entre 20 e 39 anos, tendo o mais novo 22 anos, e o mais velho, 56 anos. Esses dados são compatíveis com a epidemiologia da doença que afeta mais adultos jovens. Severo[18] verificou, em estudo realizado no Brasil com pacientes entrevistados, que o perfil da população acometida de TB é, em grande parte, do sexo masculino (93%), com ensino fundamental incompleto (74%). Entre os entrevistados neste estudo 17 (85%) são do sexo masculino, dado compatível com estudos anteriores que relatam que essa doença afeta mais homens que mulheres. Segundo Pereira[19], fatores biológicos, que justificariam essas diferenças, podem estar relacionados aos hábitos de vida do homem, acarretando uma maior incidência da doença no sexo masculino em relação ao feminino, o que sugere a possibilidade de as mulheres serem mais resistentes e terem maiores cuidados com a saúde do que os homens.

Tabela 2: Distribuição dos entrevistados segundo a escolaridade, São Paulo, 2010

Escolaridade*	N	%
1º Grau incompleto	13	65
2º Grau completo	5	25
3º Grau	2	10
Total	20	100,0

*Não houve entrevistado com o 1º grau completo

A Tabela 2 revela que 35% dos entrevistados tem ensino igual ou superior ao 2º grau. Tal achado foi surpreendente, em razão das condições socioeconômicas do grupo pesquisado, pois dos 20 entrevistados, 14 (70%) eram moradores de rua, esperava-se, portanto, uma situação de baixa escolaridade. Rufino[20] justifica que a TB guarda estreita relação com os baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico, más condições de vida, locais com grandes concentrações humanas, saneamento básico deficiente, habitações precárias, pobreza e fome.

Tabela 3: Distribuição dos entrevistados segundo referencia ao conhecimento sobre TB, São Paulo, 2010

Sabe	N	%
Sim	6	30
Não	14	70
Total	20	100

Dos participantes, 6 (30%) referiram saber o que é TB, e a explicaram como uma doença transmitida pelo ar, contagiosa e mortal ou uma doença infecto-contagiosa transmitida pelo bacilo de Kock. Em estudo realizado por Santos[21], ele justifica como fator para menor grau de percepção da doença a baixa escolaridade; entretanto, no estudo aqui apresentado constatou-se que 35% dos entrevistados têm ensino igual, ou superior ao segundo grau.

Tabela 4: Distribuição dos entrevistados segundo opinião sobre a necessidade de separarem utensílios pessoais, São Paulo, 2010

Deve separar	N	%
Sim	08	40,0
Não	12	60,0
Total	20	100,0

Dos entrevistados, 8 (40%) relataram haver necessidade de separar os objetos de seu uso pessoal. Acredita-se que isso se deva ao fato de eles não conhecerem a doença e nem saberem sua forma de transmissão. Levando-se em consideração que são pacientes que estão realizando o TS e, por isso, frequentam diariamente a UBS, deveriam estar informados de que não há necessidade de separar objetos pessoais.

Tabela 5: Distribuição dos entrevistados que referem saber o que é TS, São Paulo, 2010

Sabe	N	%
Sim	8	40,0
Não	12	60,0
Total	20	100,00

Observa-se na Tabela 5, que 12 (60%) dos voluntários não sabiam o que é o TS. Dos pacientes que referiram saber o que era TS, 8 (40%) disseram que é o tratamento com atendimento e orientação de um funcionário na hora de tomar a medicação; que é quando o paciente vai a UBS tomar o medicamento, que é o tratamento diário com acompanhamento do profissional de saúde, ou o tratamento sob a supervisão do profissional de saúde, demostrando portanto conhecimento em relaçãoo ao assunto. Segundo a Secretaria de Estado de Saúde[22], o TS significa uma mudança na forma de administrar o medicamento, sem mudanças no esquema terapêutico, consiste em o profissional de saúde, treinado observar o paciente ingerir os medicamentos, desde o início do tratamento até a sua cura. O TS foi proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1993, buscando garantir a adesão ao tratamento, no intuito de atingir 85% de sucesso de cura.

Entre os entrevistados, 100% acreditam na cura da TB, o que mostra a perspectiva do paciente durante o tratamento. Segundo Oliveira[23] e Paixão[24], a informação é considerada como fator relevante para adesão ao tratamento, uma vez que o desconhecimento quanto à possibilidade de cura pode influenciar no abandono, e é importante que o paciente, sob tratamento supervisionado, conheça o que é a doença.

Todos os entrevistados receberam orientações dos funcionários da UBS sobre a TB e o TS, notou-se, durante a realização da pesquisa, que, grande parte dos pacientes que comparece a UBS para realizar o TS, são alcoolistas, e no período da manhã se encontravam, por vezes, com odor etílico e agitados. Esse fato pode se justificar pela localização da UBS, que fica em região central da cidade, e tem uma frequência muito grande de moradores de rua, principalmente entre os pacientes com TB. Segundo Lima[25], problemas como etilismo, tabagismo e uso de drogas ilícitas, concomitantes ao tratamento da TB, dificultam a obtenção do sucesso terapêutico, nada mais importante do que a adoção da estratégia do TS nesses casos.

Dos entrevistados que realizam o TS, 10 (50%) estão entre o primeiro e o segundo mês de tratamento, e 5 (25%) há mais de cinco meses. Observou-se, durante a realização desta pesquisa, que há uma regularidade no tratamento, e que os pacientes comparecem todos os dias para tomar o remédio. Isso ocorre em razão do empenho dos profissionais que atuam no TS nessa uni-

Tabela 6: Distribuição dos entrevistados segundo tempo que estão realizando o TS na UBS, São Paulo, 2010

Meses	N	%
1 Mês	08	40,0
2 Mês	02	10,0
3 Mês	04	20,0
4 Meses	01	5,0
Mais de 5 meses	05	25,0
Total	20	100,0

dade. Segundo Menziesl[26], um intervalo de tempo maior entre o início do tratamento e o primeiro retorno está associado a um maior abandono da terapia por parte do doente e um melhor entendimento do paciente sobre sua doença e como tratar-se está relacionado a uma maior adesão aos cuidados propostos daí a importância da manutenção do TS desde o começo do tratamento.

Observou-se que 100% dos pacientes iniciaram o tratamento da TB pelo TS desde o primeiro dia em que o médico o indicou, esse fato demonstra a sensibilização da equipe médica, da enfermagem e dos agentes comunitários de saúde, quanto à importância do TS. Deheinzelin[27] descreve como fatores relevantes para uma boa adesão, o estreitamento da relação médico-paciente e melhor organização do atendimento, que produzem, por sua vez, redução no tempo de espera para a consulta e diagnóstico da TB. Notou-se que 95% dos pacientes que fazem o TS na unidade comparecem cinco vezes por semana para tomar o medicamento sob a supervisão do auxiliar de enfermagem ou do enfermeiro responsável pelo setor, dados compatíveis com as anotações nos prontuários dos pacientes que fazem o TS na unidade. Segundo Bayer[28], o tratamento supervisionado é considerado o avanço mais significativo na cura da TB nos últimos 25 anos.

Tabela 7: Distribuição dos entrevistados, segundo pessoa que informou ao paciente sobre o TS, São Paulo, 2010

	N	%
Médico	10	50,0
Veio por conta própria	3	15,0
Indicado por amigos	3	15,0
Agente Comunitário	2	10,0
Enfermeiro	1	5,0
Aux. de Enfermagem	1	5,0
Total	20	100,0

Dados na Tabela 7 mostram que 50% dos pacientes foram informados sobre o TS pelo médico, o que pode ser explicado por ser esse o profissional que normalmente dá o diagnóstico da doença. E 15% (3) receberam indicação de amigos, tal fato pode ser justificado considerando-se que na região há vários moradores de rua portadores da doença que já fazem o TS, e o convívio pode ter possibilitado a recomendação. De acordo com Schimith[29] e Teixeira[30], os pacientes têm mais preferência pelo profissional médico em detrimento de outros, tais como o enfermeiro ou o auxiliar de enfermagem, sendo isso muito ligado à questão da hegemonia do saber motivo pelo qual, em muitas ocasiões, o médico é o profissional mais requisitado, tornando imprescindível, portanto, o seu envolvimento com o TS, o que pode determinar ou não a adesão do paciente. Monroe[31] apontou possíveis explicações para os doentes referirem não procurar o enfermeiro, uma delas seria o maior envolvimento desse profissional em atividades administrativas do que na própria assistência de enfermagem, deixando, muitas vezes, os cuidados do paciente aos encargos do auxiliar de enfermagem ou médico. Salienta-se a importância do atendimento do enfermeiro ao doente de TB, considerando que esse paciente, como dito anteriormente, precisa de vínculos com o serviço de saúde que o estimule a prosseguir o tratamento necessário para sua cura, e os profissionais, o enfermeiro – principalmente o do Programa Saúde da Família (PSF) –, têm entre suas atribuições o acolhimento a esses pacientes.

Tabela 8: Distribuição dos entrevistados conforme o número de faltas à UBS para tomar o remédio, São Paulo, 2010

Faltou	N	%
Sim	06	30,0
Não	14	70,0
Total	20	100,0

Somente 6 (30%) pacientes referiram ter faltado pelo menos uma vez na UBS, desses, 3 (30%) relataram que foi por motivo de trabalho; 1 (5%), porque havia "brigado na rua e foi preso"; 2 (10%), por problemas de saúde. Constatou-se que as faltas ocorreram esporadicamente não sendo sequencial e não interferindo na terapêutica da doença. Segundo Dimitrova[32], a demora no atendimento e os horários incompatíveis com os turnos de trabalho fazem com que muitos indivíduos deixem de procurar o serviço de saúde, chegando até a abandonar o tratamento, uma vez que os pacientes têm receio de perder o emprego em decorrência de faltas e atrasos.

Em relação ao TS, é importante o abastecimento contínuo dos medicamentos, pois a falta desses poderia desestimular o doente a comparecer na UBS. Os medicamentos dos pacientes em TS na UBS pesquisada ficam reservados e identificados, em local apropriado, de forma a garantir que o paciente possa tomar sua medicação corretamente, bem como facilitar o atendimento e diminuir o tempo de espera. Neste estudo, constatou-se que os pacientes esperavam não mais que cinco minutos para tomar o remédio, o que favorece o comparecimento diário dos portadores de TB à UBS todos os dias da semana.

Conforme Arcêncio[33], o vínculo constitui um importante princípio no cuidado ao doente de TB, uma vez que é necessária uma relação de confiança, diálogo e respeito entre o profissional de saúde e o paciente, que passa a compreender a significância de seu tratamento, seguindo corretamente as orientações da terapêutica.

Em relação ao horário da medicação, 16 (80%) compareceram pela manhã, grande parte dos pacientes que estão realizando o TS, como já mencionado, é formada por moradores de rua que residem nas proximidades da UBS, por não terem moradia fixa, e uma refeição garantida pela manhã, o lanche oferecido em razão da ingestão dos medicamentos, muitas vezes, é a única refeição do dia. O lanche é um incentivo que o governo oferece para pacientes que fazem o TS, juntamente com a cesta básica e vale transporte, desde que cumpram os requisitos pré-estabelecidos pela unidade, que é o de comparecer à UBS um número mínimo de vezes, estabelecido pela Secretaria da Saúde.

De acordo com Terra[34], o primeiro princípio fundamental do TS é observar o doente engolir os medicamentos, entre outros, encontram-se: treinar a equipe de saúde e oferecer incentivos ao paciente para encorajar sua adesão. O TS prevê recursos que devem ser utilizados para facilitar o comparecimento do paciente a UBS, tais como: vale transporte, lanche, auxílio alimentação, cesta básica, além de desenvolver atividades com o doente e promover sua cidadania. No entanto, é necessário considerar que a adesão ao tratamento transcende a clínica tradicional e está relacionada à forma como o paciente concebe a doença, como vive e também a organização dos serviços de saúde à sua disposição.

Tabela 9: Distribuição dos entrevistados, conforme referência a dificuldades em realizar o TS São Paulo, 2010

Dificuldade	N	%
Sim	4	20,0
Não	16	80,0
Total	20	100,0

No que refere a Tabela 9, 4 (20%) entrevistados disseram ter dificuldade em realizar o TS, tendo referido, preconceito por ter a doença, saúde fragilizada, falta de moradia e a distância da UBS. Sagbakken[35] e Sanou[36] apontam, em estudos, os comportamentos que denotam relações impessoais e de submissão dos pacientes no decorrer do tratamento da TB, o que dificulta sua adesão a terapêutica, a saber: timidez, falta de moradia, preconceito, efeito colateral dos medicamentos e o medo de não conseguir adaptar-se a rotina, durante o tratamento.

Todos os entrevistados que fazem tratamento de TB disseram ser vantajoso realizar o TS, uma vez que são acompanhados pelos profissionais de saúde, recebem orientações, podem esclarecer dúvidas, têm apoio para realizar o tratamento e evitar a transmissão da doença.

5 Conclusões

Os dados obtidos revelam que os entrevistados são adultos jovens, com idade predominante de 20 a 39 anos, sendo 93% do sexo masculino; 35% com ensino igual ou superior ao 2º grau; 40% relataram haver necessidade de separar os objetos de uso pessoal. Dos entrevistados, 30% mencionaram saber o que é TB, mas quando questionados sobre o conceito demonstraram conhecimento parcial; 40% relataram haver necessidade de separar objetos de uso pessoal, demonstrando terem recebido orientações deficientes. Entre os entrevistados, 60% não souberam o que é TS, evidenciando falta de orientação.

Destaca-se que todos os entrevistados acreditam que TB tem cura, e referiram ter recebido orientação dos profissionais da UBS, estando em TS desde o primeiro dia do início do tratamento.

Os médicos foram mencionados, por 50% dos participantes, como os profissionais que mais oferecem o TS, fato que pode ser justificado pela dinâmica do serviço, uma vez que normalmente cabe ao médico revelar o diagnóstico, tendo, portanto, maior possibilidade de oferecer essa terapêutica. Entre os entrevistados, 30% relataram ter faltado, pelo menos, uma vez à UBS para tomar a medicação, o que demonstra uma frequência satisfatória. Fato positivo foi nenhum deles ter referido haver deixado de tomar a medicação por falta do remédio. Do total dos participantes, 80% compareceram pela manhã para tomar a medicação e mencionaram receber o lanche diariamente. Para 20% dos voluntários, há dificuldades em realizar o TS, em decorrência do preconceito da doença, da saúde fragilizada, da falta de moradia e da distância da UBS.

Os dados levantados apontam que o TS está sendo realizado conforme preconizado pela Secretaria da Saúde; entretanto, percebem-se falhas relativas à orientação aos pacientes quanto à doença e às formas de prevenção. Sugere-se que a presença do paciente de TB, na UBS, para tomar a medicação, seja uma oportunidade importante para a execução de ações de educação e saúde, devendo, assim, ser mais explorada pelos profissionais de saúde.

Referências

Sociedade Brasileira de Pneumologia. III Diretrizes Brasileiras para Tuberculose. J Bras Pneumol [periódico na internet]. 2004 [acesso em 2009 set 7]. 30 (Supl.1):4-5. Disponível em: http://www.jornaldepneumologia.com.br/PDF/Suple_119_15_4capitulo%204.pdf

2. Ministério da Saúde (Brasil), Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica, Coordenação geral de Doenças Endêmicas, Área Técnica de Pneumologia Sanitária. Programa Nacional de Controle da Tuberculose [internet] Brasília: Ministério da Saúde. 2004. [acesso em 2009 jul 7]. Disponível em: http://www.opas.org.br/prevencao/site/UploadArq/ProgramaTB.pdf

3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Projeção da população do Brasil. 2004 [Internet]. 2004. [acesso em 2006 out 20]. Disponível em: http:// ibge.gov.br/home/presidêncianoticias/noticia_impressao.php

4. Noia MEL, Silva AP, Meireles W, Fiorotti K, Hadad David J, Dietze R. Tratamento supervisionado em pacientes portadores de tuberculose utilizando supervisores domiciliares em Vitória, Brasil. J Bras Pneumol. [periódico na internet]. 2008 Jul [acesso em 2009 nov 23];34(7): 506-13. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php

5. Ministério da Saúde (Brasil), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação, Avaliação para a Melhoria da Qualidade Qualificação da Estratégia Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde; 2005. [acesso em 2009 ago 5]. Disponível em: http://dtr2002.saude.gov.br/caadab/arquivos/Manual%20Preliminar.pdf

6. Ministério da Saúde (Brasil). Dia mundial da Tuberculose. [Internet]. Brasília: Ministério

da Saúde. 2005 mar [acesso em 2009 ago 1].Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php

7. São Paulo. Secretaria de Estado da Saúde. Centro de Vigilância Epidemiológica Prof Alexandre Vranjac. Divisão de Tuberculose e outras Pneumopatias. Manual de Tratamento Supervisionado Tuberculose. [acesso em 2009 ago 10]. São Paulo. s/d. Disponível em: http://www.cve.saude.sp. gov.br/htm/cve_tb.html

8. Santos Filho ET. Política de TB no Brasil: uma perspectiva da sociedade civil: tempos de mudanças no controle da tuberculose no Brasil [internet] Rio de Janeiro: Open Society Institute. 2006. [acesso em 2009 set 3]. Disponível em: http://www.scielosp. org/pdf/rsp/v41s1/6555.pdf

9. Terra MF, Bertolozzi MR. O tratamento diretamente supervisionado (DOTS) contribui para a adesão ao tratamento da tuberculose? Rev Latino Am Enferm [periódico na internet]. 2008 Ago. [acesso em 2009 nov 20];16(4):659-64. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n4/pt_02.pdf

10. Natal S, Valente J, Gerhardt G, Penna ML. Modelo de predição para o abandono do tratamento da tuberculose pulmonar. Bol Pneumol Sanit. [periódico na internet]. 1999 [acesso em 2009 set 7];7(1):65-78. Disponível em: http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/bps/v7n1/v7n1a07.pdf

11. Vieira EM. Avaliação de serviços de saúde. In: Franco LJ, Passos ADC. Fundamentos da epidemiologia. São Paulo: Manole; 2005. p. 337.

12. Carreira AG. Avaliação das evidências de efetividade e custo-efetividade do tratamento supervisionado (DOT) da tuberculose [dissertação]. São Paulo (SP): UFSP/Escola Paulista de Medicina; 2002 [acesso em 2009 set 9]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid

13. Gonçalves H, Costa JSD, Menezes AMB, Knauth D, Leal OF. Adesão à terapêutica da tuberculose em Pelotas, Rio Grande do Sul: na perspectiva do paciente. Cad Saúde Pública. [periódico na internet] 1999 [acesso em 2009 out 5]; 15(4):777-87. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v15n4/1018.pdf

14. Mishra P, Hansen EH, Sabroe S, Kafle KK. Adherence is associated with the quality of professional-patient interaction in Directly Observed Treatment Short-course, DOTS. Patient Educ Counseling [Internet]. 2006 Oct [acesso em 2009 out 9]; 63(1-2): 29-37. Disponível em: http://www.pec-journal.com/article/S0738-3991(05)00243-0/abstract

15. Arcêncio RA, Oliveira MF, Cardozo-Gonzales RI, Ruffino-Netto A, Pinto IC, Villa TC. City tuberculosis control coordinators´perspectives of patient adherence to DOT in São Paulo State, Brazil, 2005. Int J Tuberc Lung Dis. [periódico na internet]. 2008 [acesso em 2009 out 13];12(5):527-31. Disponível em: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18419888

16. Arcêncio RA. A organização do tratamento supervisionado nos municípios prioritários do estado de São Paulo [dissertação]. Ribeirão Preto (SP): USP/EERP; 2006 [acesso em 2009 nov 9]. Disponível em: http://www.teses.usp. br/teses/disponiveis/22/22133/tde-22022006-164804/pt-br.php

17. Munro AS, Lewin SA, Smith HJ, Engel ME, Fretheim A, Volmink J. Patient adherence to tuberculosis treatment: a systematic review of qualitative research. Plos Med.2007; [periódico na internet]. [acesso em 2009 nov 15]; 4(7):238. Disponível em: http://www.plosmedicine.org/article/info:doi/10.1371/journal.pmed.0040238

18. Severo NPF, Leite CQF, Capela MV, Simões MJS. Características clínico-demográficas dos pacientes hospitalizados com tuberculose no Brasil, no período de 1994 a 2004. J Bras Pneumol. [periódico na internet]. 2007 [acesso em2009 dez 15?];33(5):565-71. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-37132007000500012&script=sci_arttext

19. Pereira MG. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1999.

20. Ruffino Neto A. A tuberculose e o tuberculoso. In: Pereira JCM. Medicina, saúde e sociedade. Ribeirão Preto: Villimpress; 2003. p. 172-82.

21. Santos MA, Albuquerque MF, Ximenes RA, Lucena-Silva NL, Braga C, Campelo AR, et al. Risk factors for delay treatment in pulmonary tuberculosis in Recife, Brazil. BMC Public Health. 2005 [acesso em 2010 fev 15] 5(1):25. DOI: 10.1186/1471-2458-5-25. Disponível em: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15777473

22. São Paulo. Secretaria de Estado e Saúde Coordenação Central Divisão de TB. Monteiro CV. Manual do Tratamento Supervisionado Tuberculose ano 2002 p. 35 Barata LRB Secretaria de Estado da Saúde. Silva L.J. Coordenação dos Institutos de Pesquisa. Fortaleza C.M. Centro de Vigilância Epidemiológica Prof. Alexandre Vranjac

23. Oliveira HB, Moreira Filho DC. Abandono de tratamento e recidiva da tuberculose: aspectos de episódios prévios, Campinas, SP, Brasil, 1993-1994. Rev Saúde Pública. [periódico na internet]. 2000 [acesso em 2010 mar 15]; 34(5):437-43. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000500002

24. Paixão LMM, Gontijo ED. Perfil de casos de tuberculose notificados e fatores associados ao abandono, Belo Horizonte, MG. Rev Saúde Pública. [periódico na internet]. 2007 [acesso em 2010 mar 23];41(2):205-13. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n2/07-5366.pdf

25. Lima MB, Mello DA, Morais APP, Silva WC. Estudo de casos sobre abandono do tratamento da tuberculose: avaliação do atendimento, percepção e conhecimentos sobre a doença na perspectiva dos clientes (Fortaleza, Ceará, Brasil). Cad Saúde Pública. [periódico na internet]. 2005 Jul-Ago [acesso em 2010 mar 25];;17(4):877-85. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n4/5293.pdf

26. Menzies R, Rocher I, Vissandjee B. Factors associated with compliance in the treatment of tuberculosis. Tuber Lung Dis. [periódico na internet]. 1993[acesso em 2010 abr 15];74(1):32-7. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-58620030006000006&script=sci_arttext&tlng=en

27. Deheinzelin D, Takagaki TY, Sartori AMC, Leite OHM, Amato Neto V, Carvalho CRR. Fatores preditivos de abandono de tratamento por pacientes com tuberculose. Rev Hosp Clin Fac Med São Paulo.1996 [acesso em 2010 mar 15];51(4):131-5.Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php

28. Bayer R, Wilkinson D. Directly observed therapy for tuberculosis: history of an idea. Lancet. [periódico na internet]. 1995[acesso em 2010 mar 15]; 345:1545-1548. Disponível em: http://jornaldepneumologia.com.br/PDF/1999_25_4_3_portugues.pdf

29. Schimith MD, Lima MADS. Acolhimento e vínculo em uma equipe do Programa Saúde da Família. Cad Saúde Pública. [periódico na internet]. 2004[acesso em 2010 mar 27]; 20(6):1487-94. Disponível em: http://www.scielosp. org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000600005

30. Teixeira RA, Mishima SM. Perfil dos trabalhadores de enfermagem no Programa de Saúde da Família. Rev Bras Enferm. [periódico na internet]. 2000 [acesso em 2010 abr 3]; 53(3):386-400. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

31. Monroe AA, Gonzales RIC, Palha PF, Sassaki CM, Ruffino Netto A, Vendramini SHF, Villa TCS. Envolvimento de equipes da atenção básica à saúde no controle da tuberculose. Rev Esc Enferm USP. [periódico na internet]. 2008 [acesso em 2010 abr 6];42(2):262-7. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n2/a07.pdf

32. Dimitrova B, Balabanova D, Atun R, Drobniewski F, Levicheva V, Coker R. Health service providers' perceptions of barriers to tuberculosis care in Russia. Health Policy Plan. 2006 [acesso em 2010 abr 15];21(4):265-74. DOI: 10.1093/heapol/czl014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php

33. Arcêncio RA. A organização do tratamento supervisionado nos municípios prioritários do estado de São Paulo [dissertação]. Ribeirão Preto (SP): USP/EERP; 2006 [acesso em 2010 mai 8]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php

34. Terra MF, Bertolozzi MR. O tratamento diretamente supervisionado (DOTS) contribui para a adesão ao tratamento da tuberculose?. Rev Latinoam Enferm [periódico na internet]. 2008 Ago [acesso em 2009 nov 20]; 16(4):659-64. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n4/pt_02.pdf

35. Sagbakken M, Frich JC, Bjune G. Barriers and enablers in the management of tuberculosis treatment in Addis Ababa, Ethiopia: a qualitative study. BMC Public Health. 2008 [acesso em 2010 jul 15];8:11. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002009000200010&lng=pt&nrm=iso

36. Sanou A, Dembele M, Theobald S, Macq J. Access and adhering to tuberculosis treatment: barriers faced by patients and communities in Burkina Faso. Int J Tuberc Lung Dis. [periódico na internet]. 2004[acesso em 2010 jul 15];8(12):1479-83. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002009000200010&lng=pt&nrm=iso

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE

PESQUISA: Tratamento Supervisionado da tuberculose: opinião do paciente.

Paciente faz TS ( ) na UBS ( ) no domicílio
1- Qual a sua idade? _____
2-Sexo ( ) Feminino ( ) Masculino
3-O Sr (a) estudou até que ano?_____
4- O Sr (a) sabe o que é Tuberculose?
( ) Não ( ) Sim, se sim o que é?_____
_____
5-Na sua casa o Sr (a) separa os objetos pessoais, (pratos, copos, roupas de cama e etc.), para evitar que outros peguem Tuberculose?
( ) Sim ( ) Não
6- O Sr (a) sabe o que é tratamento supervisionado?
( ) Não ( ) Sim, se sim o que é?_____
7- O Sr (a) acha que a tuberculose tem cura?
( ) Sim ( ) Não ( ) não sabe
8- O Sr (a) já recebeu orientações de algum funcionário do posto de saúde sobre a tuberculose?
( ) Sim ( ) Não ( ) não sabe
9- **Para pacientes em TS na UBS:** Há quantos meses o Sr (a) está vindo tomar remédio aqui no posto?
( ) 1 mês ( ) 2 meses ( ) 3 meses ( ) 4 meses
( ) 5 meses ( ) mais de 5 meses ( ) não sabe

Para pacientes em TS no Domicílio: Há quantos meses o agente comunitário está vindo em sua casa para ver o Sr (a) tomar o remédio da tuberculose?
( ) 1 mês ( ) 2 meses ( ) 3 meses ( ) 4 meses
( ) 5 meses ( ) mais de 5 meses ( ) não sabe

INFORME AO ENTREVISTADO: Tratamento supervisionado é aquele que a pessoa vem na UBS para tomar a medicação sobre a supervisão de um funcionário da UBS.
10- O Sr (a) começou o tratamento supervisionado desde o 1º dia que o médico passou a medicação?
( ) Sim ( ) Não ( ) não sabe
11- **Para pacientes em TS na UBS:** Quantas vezes por semana o Sr (a) comparece no posto para tomar o remédio da Tuberculose?
( ) 1. Vez ( ) 2. Vez ( ) 3. Vez
( ) 4. Vez ( ) 5. Vez
Para pacientes em TS no Domicílio: Quantas vezes por semana o ACS vai até a sua casa acompanhar Sr(a) tomar o remédio da tuberculose?
( ) 1. Vez ( ) 2. Vez ( ) 3. Vez
( ) 4. Vez ( ) 5. Vez
12- Quem informou o Sr (a) que existia o Tratamento Supervisionado para os doentes de tuberculose na UBS?
( ) Agente comunitário
( ) Enfermeiro
( ) Auxiliar de enfermagem
( ) Médico
( ) Outros.Quem foi?_____

13- **Para pacientes em TS na UBS:** O Sr(a) já faltou alguma vez na UBS para tomar remédio aqui no posto?
( ) Não ( ) Não lembra ( ) Sim, se sim por quê?_____
Para pacientes em TS no Domicilio: O ACS já deixou alguma vez de comparecer a sua casa para acompanhar o Sr(a) tomar o remédio?
( ) Não ( ) Não lembra ( )Sim, se sim por quê?_____
_____
14- **Para pacientes em TS na UBS:** O Sr(a) já veio alguma vez tomar remédio na UBS e não tinha o remédio?
( ) Sim ( ) Não ( ) Não lembra
Para pacientes em TS no Domicílio:
O agente comunitário já veio alguma vez a sua casa para ver o Sr (a) tomar o remédio e não tinha remédio?
( ) Sim ( ) Não ( ) Não lembra
15- O Sr (a) recebe lanche após tomar os medicamentos diariamente?
( ) Sempre ( ) Quase Sempre ( ) Às vezes ( ) Nunca
16- O Senhor (a) recebe cesta básica todos os meses?
( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe
17- O Sr (a) encontra alguma dificuldade em realizar o Tratamento Supervisionado?
( ) Não ( ) Sim, se sim Quais?_____
_____
_____
18- O Sr(a) acha que existe alguma vantagem em realizar o Tratamento Supervisionado da Tuberculose?
( ) Não ( ) Sim, se sim quais?_____

O Sr(a) tem alguma dúvida sobre as perguntas que realizei ao sr(a)? Qualquer dúvida em relação à doença ou ao tratamento supervisionado, estou à disposição para responder.
Obrigada pela entrevista

Anexo 1

TUBERCULOSE: CONHECIMENTO DO PACIENTE SOBRE O TRATAMENTO SUPERVISIONADO

TUBERCULOSIS: KNOWLEDGE OF PATIENT ABOUT DOTS

Angela Flavia de O. R. Apolinário
Enfermeira – Uninove

Rosângela Elaine Minéo Biagolini
Mestre em Enfermagem em Saúde Coletiva – Escola de Enfermagem – USP
Professora do Departamento de Ciências da Saúde – Uninove
Enfermeira da Prefeitura do Município de São Paulo
romineo@uninove.br

Resumo

O Tratamento Supervisionado (TS) é uma estratégia que visa aumentar as taxas de cura para tuberculose (TB). Com o objetivo de levantar o conhecimento do paciente sobre o TS, realizou-se uma pesquisa de campo quantitativa, na UBS CSII de Itaquaquecetuba. Foram entrevistados 20 pacientes que estavam realizando TS na UBS. Dos entrevistados, 90% eram do sexo masculino, 50% tinham entre 20 e 40 anos de idade e 65% concluíram o ensino fundamental. Entre os entrevistados, 55% referiram não saber o que é TB, e os que disseram saber possuíam conhecimento parcial sobre a doença. Do total da amostra, 10% referiram haver necessidade de separar os objetos, demonstrando desconhecimento quanto ao mecanismo de transmissão da doença. Somente 20% sabem o que é o TS. A maioria dos entrevistados (80%) comparece todos os dias para tomar a medicação na UBS, o que permite maior controle do tratamento. Todos os participantes estão recebendo incentivos para o TS e nunca deixaram de tomar a medicação e referiram vantagem em realizar esse tratamento. Concluiu-se que o TS está sendo executado conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, no entanto deveria ser realizado mais próximo da residência do paciente.

Palavras-chaves: Epidemiologia. Terapia diretamente observada. Tuberculose.

Abstract

The Directly Observed Treatment Short Course (DOTS) is a strategy that aims to increase the cure rates for tuberculosis (TB). Aiming to raise the patient's knowledge about TS, it was conducted a quantitative field research at UBS CSII of Itaquaquecetuba. We interviewed 20 TS patients who were taking at UBS. Of the respondents, 90% were male, 50% between 20 and 40 years of age, 65% completed primary education, 55% of those surveyed said they did not know what is TB, and those who said they knew they had partial knowledge about the disease. Of the respondents, 10% reported the need to separate the objects, showing ignorance about the mechanism of disease transmission. Only 20% know what is the TS. Most respondents (80%) attend every day to take the medication in UBS, which allows greater control of the treatment. All respondents are receiving incentives for TS and never failed to take the medication. Respondents reported advantages in making this treatment. We conclude that TS is being carried out as recommended by the Ministry of Health; however, should be held closer to the residence of the patient.

Key words: Directly observed theraphy. Epidemiology. Tuberculosis.

1 Introdução

A Tuberculose (TB) esteve sempre presente como um problema de saúde pública no Brasil, durante todo século XX, e foi considerada uma calamidade negligenciada e ainda não solucionada no século XXI[1]. No mundo, estima-se que haja cerca de 2 bilhões de pacientes infectados pelo bacilo de Koch, ocorrendo a cada ano aproximadamente 8,8 milhões de casos novos. No Brasil, ocorrem 80 mil casos novos e 6 mil óbitos anuais[2].

A pobreza, a má distribuição de renda e a urbanização acelerada são um dos principais fatores que contribuem para manutenção e agravamento do problema em nossa sociedade, assim como a ocorrência da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) em pacientes com TB[3].

O aumento das taxas de co-infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) interfere no controle da TB, principalmente em países com alta prevalência dessa doença. O HIV tem provocado o crescente número de casos de TB, assim como é responsável pelo aumento da mortalidade entre os pacientes infectados[4].

A incidência de novos casos de TB, segundo o Ministério da Saúde, mostra que houve uma diminuição na taxa de detecção no País, que passou de 51,44 casos/100 mil habitantes em 1999, para 37, 12, casos/100 mil, em 2008. Tais resultados representam uma redução de 27,58% em 10 anos. Isso se deve à expansão do TS, a realização de testes de HIV e a prioridade que o governo tem dado ao combate à doença desde 2003. Outro fator importante é a descentralização de atenção ao paciente que fez com que mais municípios assumissem seu papel no controle da doença. Juntamente com a diminuição de pessoas infectadas, houve uma queda na taxa de mortalidade de 3,62 para 2,38 por 1000 mil habitantes, que corresponde a uma diminuição de 34,25% entre 1999 e 2007[5]. A TB é uma doença infecto contagiosa, causada pelo *Mycobacterium tuberculosis* ou Bacilo de Koch. A forma mais frequente é a pulmonar, porém pode apresentar outras, tais como: meníngea, miliar, óssea, renal, cutânea, genital, etc.

O diagnóstico da TB é realizado por exames, tais como: bacteriológico, (microscópio direto do escarro, cultura para micobactéria), radiológico e prova tuberculínica (PPD que é utilizado como método auxiliar)[6].

A transmissão ocorre de um paciente bacilífero para um paciente não bacilífero, através das vias aéreas. O paciente contaminado libera pequenas gotículas que carregam em sua composição o bacilo de Koch que fica no ar por algumas horas, o espirro de uma pessoa contaminada libera no ar cerca de 2 milhões de bacilo[7].

Um dos problemas que preocupa a Organização Mundial da Saúde (OMS) é a ocorrência da resistência medicamentosa, geralmente ocasionada pelo mau uso dos fármacos, administração irregular e, principalmente, pelo abandono do tratamento. A principal maneira de evitar o surgimento das multidrogaresistência é aumentar a aderência ao tratamento, ou seja, assegurar a cura e diminuir a desistência terapêutica[8].

Em 1993, a OMS declarou a TB uma emergência mundial. Com o objetivo de atingir 85% do tratamento e 70% de detecção de casos propôs a estratégia *Directly Observed Treatment Short Course* (DOTS), que no Brasil ficou conhecido como TS[9].

Muitos países encontraram dificuldades para expandir a cobertura do TS, no entanto está estratégia vem sendo expandida, na medida em que demonstra ser uma forma eficiente de diminuir as taxas de abandono e, consequentemente, aumentar a cura da doença. Dos 22 países com maior incidência da TB, apenas 26% dos doentes bacilíferos estava realizando o tratamento supervisionado no ano de 2000, isso aumentou em 2003, quando 82 países já tinham a estratégia do TS implantada. E, no fim de 2003, 77% da população mundial viviam em países que dispunham dessa estratégia de tratamento[10]. O objetivo do TS é a administração do medicamento por um profissional treinado que observa o paciente "engolir" os medicamentos desde o início do tratamento até o término. O paciente em TS recebe o auxílio de profissionais de saúde, do governo e das comunidades que compartilham a responsabilidade para que haja melhor adesão ao TS[11].

Um dos fatores que pode influenciar o abandono do tratamento é a quantidade de comprimidos que deve ser ingerida pelo paciente. Há uma perspectiva de melhoria dessa condição, uma vez que recentemente, no fim de 2009, foi introduzida uma nova formulação da medicação para TB, a Dose Fixa Combinada (DFC), que trouxe como um dos benefícios ao portador à redução da quantidade de comprimidos utilizados diariamente. Espera-se que essa mudança aumente a adesão ao tratamento, possibilitando alcançar a meta de, no máximo, 5% de abandono da terapia no Brasil, (parâmetros proposto pela OMS)[12].

Diante da importância da TB, como um problema de saúde pública, e a já comprovada eficiência da implantação da estratégia do TS, sendo essa recomendada pelo Ministério da Saúde, como uma das mais importantes ações no programa de TB, escolheu-se esse tema para pesquisa. Pretende-se levantar o conhecimento do paciente submetido ao TS, a fim de divulgar o método a todos os acometidos e, assim, ampliar seu uso e identificar possíveis falhas em sua execução.

2 Objetivos

2.1 Geral

Levantar o conhecimento do paciente do CS II sobre o TS da tuberculose.

2.2 Específico

Caracterizar os pacientes em relação à idade, sexo, tempo de tratamento.

Levantar dificuldades e facilidades para a realização do tratamento supervisionado da tuberculose.

Identificar o conhecimento dos pacientes em relação ao TS da tuberculose.

3 Material e métodos

3.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de campo transversal quantitativa.

3.2 Local do estudo

O estudo foi realizado no Município de Itaquaquecetuba, localizado a 30 km da capital de São Paulo, com uma área geográfica de 81,8 km^2, onde residem 359.253 habitantes, contando com 14 unidades de saúde, sendo quatro de Saúde da Família, e dez, Básicas de Saúde.

A unidade CS II foi escolhida porque das quatro unidades que fazem TS no município ela é a que tem maior número de pacientes.

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário (Anexo 1), com questões fechadas e abertas.

A pesquisadora solicitou autorização para realização do estudo ao Secretário da Saúde de Itaquaquecetuba, e após, compareceu no período de 27/1/2010 a 13/2/2010, no horário das 6h às 9h, período em que os pacientes em TS são atendidos.

A pesquisadora abordou o**s** paciente**s** no momento em que foram tomar a medicação. Explicou o objetivo da pesquisa e, quando um indivíduo concordava em participar do estudo, era conduzido a uma sala privativa na qual foi realizada a pesquisa.

3.4 Instrumento de coleta

Foi utilizado um formulário composto por dezoito questões tendo o tempo médio de resposta de dez minutos.

3.5 População e amostra

Foram entrevistados os pacientes que estavam realizando TS na unidade, no período da pesquisa. Estavam em tratamento supervisionado 45 pacientes, entretanto apenas 20 foram analisados, pois os demais se recusaram a participar do estudo.

Foram critérios de inclusão dos voluntários neste trabalho: estar fazendo TS há pelo menos um mês, ter mais de 18 anos, e os de exclusão: não aceitar participar da pesquisa e não atender critérios de inclusão.

3.6 Aspectos éticos

O projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Nove de Julho, sendo aprovado sob nº 299083. Durante a pesquisa, antes do preenchimento do formulário, cada paciente recebeu informações sobre o objetivo do estudo e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, atendendo às exigências da Resolução 196/96, que normatiza as pesquisas em seres humanos.

Ao final do trabalho, a pesquisadora se comprometeu a enviar um resumo do trabalho ao gerente da unidade para que ele o coloque em local visível de modo que os pacientes entrevistados tenham acesso aos resultados, sem, no entanto precisarem se identificar.

3.7 Análise de dados

Os dados obtidos foram digitados no programa Microsoft Excel. As apresentações finais foram feitas por meio de tabelas.

4 Resultados e discussão

Os dados foram coletados em janeiro de 2010, na UBS CS II, em Itaquaquecetuba, resultando um total de 20 entrevistados.

Tabela 1: Distribuição dos entrevistados de acordo com o sexo, Itaquaquecetuba, 2010

Sexo	N	%
Feminino	2	10
Masculino	18	90
Total	20	100,0

Entre os entrevistados 90% são do sexo masculino. A TB atinge na sua maioria os homens jovens e produtivos. Dados compatíveis com os do Brasil que apontam prevalência de portadores do sexo masculino (93%)[13, 14].

Tabela 2: Distribuição dos entrevistados de acordo com a faixa etária, Itaquaquecetuba, 2010

Faixa etária	N	%
20 I_____30	8	40,0
30 I_____40	2	10,0
40 I_____50	4	20,0
50 I_____60	4	20,0
60 I_____80	2	10,0
Total	20	100,0

Dos entrevistados, 50% encontram-se entre 20 e 40 anos de idade, portanto, são adultos jovens. Dados compatíveis com o perfil de pacientes com tuberculose[15, 14].

Tabela 3: Distribuição dos entrevistados de acordo com a escolaridade, Itaquaquecetuba, 2010

Escolaridade	N	%
Fundamental Incompleto	13	65,0
Médio incompleto	03	15,0
Médio completo	04	20,0
Total	20	100,0

Entre os entrevistados, 65% concluíram o ensino fundamental; apenas 35% tinham o ensino médio completo, não sendo encontrado nenhum com nível superior. Esse fato se deve a características sociais e demográficas do paciente de TB, geralmente associadas a indicadores de pobreza, exclusão social, baixo nível educacional e habitacional, assim como uma maior exposição do homem ao *Mycobacterium tuberculosis*, como descrito em outros estudos[10, 16,17].

Tabela 4: Distribuição dos entrevistados, de acordo com o conhecimento sobre o que é tuberculose, Itaquaquecetuba, 2010

Conhecimento	N	%
Sim	9	45,0
Não	11	55,0
Total	20	100,0

Dos participantes, 9 (45%), referiram saber o que é TB. Ao questionar-se o que é TB foram obtidos os seguintes depoimentos: "É uma doença causada por um bacilo"; "Uma doença que pega pelo ar"; "Uma doença do pulmão"; "Uma doença que atinge o pulmão"; "Uma doença grave"; "É uma doença causada por uma bactéria". É muito importante a informação ao paciente, pois uma pessoa bem informada sobre sua doença tem uma maior aderência ao tratamento[6].

Tabela 5: Distribuição dos entrevistados, segundo referência a necessidade de separar objetos pessoais, Itaquaquecetuba, 2010

Separa	N	%
Não	18	90,0
Sim	2	10,0
Total	20	100,0

Notou-se que 10% dos entrevistados separam objetos pessoais incorretamente, provavelmente devido à falta de informação sobre a transmissão da doença. Segundo o Ministério da Saúde (2002, p. 45)[6], a TB é transmitida "pelo ar por meio de gotículas contendo o bacilo de Koch expelidos por um doente ao tossir, espirrar ou falar em voz alta e que, ao serem inalados por pessoas sadias, provocam a infecção tuberculosa e o risco de desenvolver a doença".

Tabela 6: Distribuição dos entrevistados, segundo o conhecimento do que é tratamento supervisionado de tuberculose, Itaquaquecetuba, 2010

Sabe	N	%
Sim	4	20,0
Não	16	80,0
Total	20	100,0

Dos voluntários, 20% souberam informar o que é TS, quando questionados, e responderam como mostra os depoimentos, a seguir: "É tomar o remédio na supervisão de um profissional"; "É tomar o remédio todos os dias na UBS". Dos entrevistados, quatro (20%), referiram que sabiam o que era TS, mas quando questionados não souberam responder corretamente. Isso ressalta a importância de informar os pacientes sobre a doença, pois estando bem informados saberão o motivo pelo qual devem realizar seu tratamento até o fim, mesmo com o desaparecimento ou melhora dos sintomas. O vínculo da equipe com o paciente e família ajuda a melhorar a autoestima, assim como traz maior confiança a ele, estimulando uma maior aderência ao tratamento[6, 17, 18].

Tabela 7: Distribuição dos entrevistados, segundo o tempo de realização do tratamento na UBS, Itaquaquecetuba, 2010

Tempo de tratamento	N	%
1º Mês	3	15,0
2º Mês	2	10,0
3º Mês	2	10,0
4º Mês	5	25,0
Mais de 5 meses	8	40,0
Total	20	100,0

O TS da tuberculose deverá ser feito durante todo o tratamento, aproximadamente seis meses[6]. Todos os entrevistados iniciaram o TS no dia em que foi diagnosticada a TB. A Tabela 7 aponta que 65% dos pacientes estão no 4º e no 5º mês de tratamento, infere-se, portanto, que eles deveriam saber mais sobre a doença, pois já estão no final da terapia e comparecem a UBS todos os dias, o que se constitui em uma ótima oportunidade para ações educativas e orientações. Considera-se essa desinformação um problema, pois pode interferir na adesão ao TS.

Dos entrevistados, 20% comparecem três vezes por semana na UBS para tomar os medicamentos, e 80%, cinco vezes por semana. O paciente deve comparecer, no mínimo, três vezes por semana na fase de ataque (nos primeiros dois meses), e mínimo de duas vezes por semana na fase de manutenção (do terceiro ao sexto mês). Esses dados apontaram que o número de comparecimento para tomada de medicação está de acordo com o preconizado[6, 10].

Tabela 8: Distribuição dos entrevistados, segundo o profissional que informou sobre a existência do TS, Itaquaquecetuba, 2010

Profissional	N	%
Médico	8	40,0
Enfermeiro	4	20,0
Auxiliar de Enfermagem	2	10,0
Agente comunitário	1	5,0
Total	15	100,0

Em relação ao profissional que informou sobre o TS, cinco entrevistados não souberam identificá-lo, e oito (40%) referiram terem sido comunicados pelo médico. Provavelmente, deve-se ao fato de o médico ser responsável por informar o resultado do exame ao paciente e, dessa forma, já o informa sobre o TS. O envolvimento do médico no programa de TB é muito importante, por ser, em conjunto com toda a equipe, responsável pelo desempenho do tratamento.

Dos entrevistados, 15 (75%) referiram nunca ter faltado a UBS para tomar os medicamentos, 5 (25%) relataram que deixaram de comparecer pelo menos uma vez e quando questionados sobre o motivo que os levaram a faltar, um referiu ter se esquecido de ir até a UBS para tomar a medicação, e 4 disseram não ter ido por ter sentido "preguiça" de se deslocar.

Dos entrevistados, 100% informaram nunca ter faltado medicação para o tratamento da TB na UBS. O suprimento dos medicamentos com regularidade tem uma importância prioritária, pois o *Mycobacterium tuberculosis* torna-se resistente rapidamente às drogas se o TS for inadequado ou interrompido por qualquer razão. Diante do exposto, é fundamental o controle, planejamento e gerenciamento da medicação, garantindo que não falte ao paciente[6]. Essa UBS, portanto tem cumprido o seu papel, não deixando que falte medicação aos pacientes em TS.

As drogas utilizadas no tratamento de TB irritam a mucosa gástrica[6, 7]. Para evitar esse fato, é ofertado um lanche, após os pacientes tomarem os medicamentos; e todos os entrevistados referiram ser incentivados a essa prática.

A cesta básica é oferecida como estímulo a aderência do paciente ao TS[6, 1]. Todos os participantes mencionaram recebê-la.

Dos voluntários, 19 (95%) afirmaram não encontrar dificuldades para se locomover até a UBS, e somente 1 paciente (5%) relatou ser a locomoção difícil por causa do percurso, pois tem que "subir uma ladeira". Embora more próximo à UBS, a localização da unidade na parte alta da cidade torna o acesso dificultoso para ele. A maioria dos entrevistados (15 ou 75%) se locomove até a UBS de ônibus. Um dos incentivos do programa de tratamento da TB é oferecer transporte público gratuito, até a UBS, aos pacientes que estão sob tratamento supervisionado e dessa forma, garantir que o portador dessa doença não deixe de tomar os medicamentos diários. Ressalta-se a importância da descentralização do TS para as UBS existentes no Município de Itaquaquecetuba. Sugere-se que todas as unidades básicas de saúde realizassem o TS, pois a proximidade do serviço de saúde à residência do paciente melhoraria sua adesão ao tratamento. A descentralização das ações de controle da TB para o âmbito da atenção básica poderia melhorar a assistência ao portador dessa patologia, uma vez que facilitando seu acesso ao serviço de saúde seria possível a esse indivíduo uma melhor adesão ao TS[6].

Todos os entrevistados relataram encontrar vantagem em realizar o TS, tais como: "Eu espero me curar da TB", "Eu espero melhorar minha a saúde", "Quero ter minha saúde de volta", "Espero que eu fique bem", "Tomar o remédio sem custo". A TB tem 100% de cura em praticamente todos os casos novos, desde que a administração dos medicamentos aos pacientes seja supervisionada, que haja uma boa adequação medicamentosa, ou seja, ministrar a medicação na dose correta, e que o portador siga o tratamento corretamente até o fim. Esses três itens são a base para obter a cura completa da tuberculose[6, 16].

5 Conclusões

Foram entrevistados 20 pacientes que estavam em TS, sendo 90% do sexo masculino, adultos jovens, 50% tinha entre 20 e 40 anos, e desses, 65% concluíram o ensino fundamental.

Entre os entrevistados 55% referiram não saber o que era TB e os que disseram saber, demonstraram conhecimento parcial ao serem questionados sobre o conceito. Dos entrevistados 10% mencionaram haver necessidade de separar os objetos, demonstrando desconhecimento quanto ao mecanismo de transmissão da doença. Somente 20% disseram saber o que era o TS, e quando questionados responderam acertadamente.

O TS foi iniciado logo após o paciente ser diagnosticado com a doença, o que demonstra uma agilidade do serviço de saúde. A maioria dos entrevistados (80%) comparecem todos os dias da semana na UBS para tomar a medicação, permitindo um maior controle do tratamento.

Entre os entrevistados, 25% relataram já ter faltado a UBS alguma vez,mas de forma esporádica, não interferindo na continuidade da terapia.

Destaca-se como um fator positivo todos os entrevistados terem relatado nunca ter faltado medicação e estarem recebendo incentivos: lanche e cesta básica.

Somente um entrevistado referiu dificuldades de acesso à UBS, apesar de morar próximo à unidade e não precisar se locomover de ônibus como a maioria (75%).

Os participantes relataram de forma unânime haver vantagem em realizar o TS.

Concluiu-se, portanto que o TS está sendo realizado conforme preconizado pelo Ministério da Saúde. No entanto, salienta-se que a centralização desse tipo de tratamento, somente em algumas UBSs do município, em especial a referida neste estudo, pode levar a dificuldades no acesso e comparecimento do paciente às unidades. Considerando a simplicidade para execução dessas ações facilitadoras, sugere-se que o Tratamento Supervisionado seja oferecido em todas as Unidades Básicas de Saúde do município.

Referências

1. Scatena LM, Villa TCS, Netto AL, Figueiredo TMRM de, Vendramini SHFi et al. Dificuldades de acesso a serviço de saúde para diagnóstico de tuberculose em municípios do Brasil. Rev Saúde Pública [periódico na Internet]. 2009 [acesso em 2009 jun 12] ;43(3):389-97. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n3/248.pdf

2. Rodrigues L, Barreto M, Kramer M, Barata R de C. Barradas. Resposta brasileira à tuberculose: contexto, desafios e perspectivas. Rev Saúde Pública [periódico na Internet]. 2007 [acesso em 2009 jun 12] ;41 (Supl 1):[aproximadamente 2]. Disponível em: http://www.scielosp. org/pdf/rsp/v41s1/editorial.pdf

3. Vendramini SHF, Gazetta CE, Chiaravalotti NF, Cury MR, Meirelles EB, Kuyumjian FG et al. Tuberculose em município de porte médio do Sudeste do Brasil: indicadores de morbidade e mortalidade, de 1985 a 2003. J Bras Pneumol [periódico na Internet]. 2005 [acesso em 2009 jun 12] ;31(3):237-43. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/scielo.php/v31n3/05.pdf.

4. Jamal L F, Moherdaui F. Tuberculose e infecção pelo HIV no Brasil: magnitude do problema e estratégia para o controle. Rev Saúde Pública [periódico na Internet]. 2007 [acesso em 2009 jun 12] ;41(Supl1:[aproximadamente 7]. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/scielo.php/v41supl1/07.pdf

5. Ministério da Saúde (Brasil), Notícia [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde. 2009 [acesso em 2009 ago 31]. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/potal/aplicações/noticias/default

6. Ministério da Saúde (Brasil), Tuberculose: guia de vigilância epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde. 2002 [acesso em 2009 jun 12]. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_tuberculose.pdf

7. Souza MVN de, Vasconcelos TRA. Fármacos no combate à tuberculose: passado, presente e futuro. Quim Nova [periódico na Internet]. 2005 fev 17. São Paulo [acesso em 2009 jun 12] ;28(4). Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/scielo.php/28n4/05.pdf

8. Sousa SS de, Silva DMGV da. Grupos de convivência: contribuições para uma proposta educativa em Tuberculose. Rev Bras Enferm [periódico na Internet]. 2007 [acesso em 2009 out 18] ;60(5):590-5. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v60n5/v60n5a20.pdf

9. Villa TCS, Assis EG de, Oliveira MF, Arcêncio RAl, Gonzales RIC, Palha PF. Cobertura do tratamento diretamente observado (DOTS) da Tuberculose no Estado de São Paulo (1998 a 2004). Rev Esc Enferm. USP [Internet]. 2008 [acesso em 2009 jun 12]. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n1/13.pdf

10. Ministério da Saúde (Brasil). Manual de tratamento supervisionado [Internet] Brasília: Ministério da Saúde. [s.d.] [acesso em 2009 out 7]. Disponível em: http://www.cve.saude.sp. gov.br/htm/cve_tb.htm

11. Gonzales RIC, Monroe AA, Assis EG de Palha PF, Villa TCS, Netto AR. Desempenho de serviços de saúde no tratamento diretamente observado no domicílio para controle da tuberculose. Rev Esc Enferm. USP [periódico na Internet]. 2008 [acesso em 2009 out 7] ;42(4):628-34. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n4/en_v42n4a02.pdf

12. Ministério da Saúde (Brasil), Notícia [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde. 2009 [acesso em 2009 out 31]. Disponível em: http://189.28.128.100/portal/aplicacoes/noticias/default

13. Severo NPF, Leite CQF, Capela MV, Simões MJS. Características clínico-demográficas dos pacientes hospitalizados com tuberculose no Brasil, no período de 1994 a 2004. J Bras Pneumol. 2007 [acesso em 2010 mar 20] ;33(5):565-71. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext

14. Hinol P, Costa Jr, ML da, Sassaki CM, Oliveira MF, Villa TCS, Santos CB dos. Time series of tuberculosis mortality in Brazil (1980-2001). Rev Latinoam Enferm [periódico na Intenet]. 2007 [acesso em 2010 mar 22]; 15(5):936-41. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php

15. Gomes CLA, Sá de DL. As concepções de vínculo e a relação com o controle da tuberculose. Rev Esc Enferm. USP [periódico na Internet]. 2010[acesso em 2009 nov 12] ;43(2):365-72. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43n2/a16v43n2.pdf

16. Filho CJP, Bóia MN, Sant'Anna CC. Análise do tratamento da tuberculose pulmonar em idosos de um hospital universitário do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. J Bras Pneumol. [periódico na Internet]. 2007 [acesso em 2009 out 20] ;33(6):691-8. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php

17. Vieira AA, Ribeiro SA. Noncompliance with tuberculosis treatment involving self administration of treatment or the directly observed therapy, short-course strategy in a tuberculosis control program in the city of Carapicuíba, Brazil. J Bras Pneumol. [periódico na Internet]. 2008 Mar [acesso em 2009 nov 10] ;34(3):159-66. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo. php

18 Maciel ELN, Guidoni LM, Brioshi AP, Prado TN do, Fregona G, Hadad D Ja et al. Household members and health care workers as supervisors of tuberculosis treatment. Rev Saúde Pública [periódico na Internet]. 2010 [acesso em 2010 maio 2] ;44(2):339-43. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE

PESQUISA: "Tuberculose o conhecimento do paciente no tratamento supervisionado"

1-Idade _____

2-Sexo

( )Feminino ( )Masculino

3-Você estudou até que ano?_____

4-Você sabe o que é Tuberculose?

( ) Não ( )Sim, se sim o que é?_____

5-Na sua casa o Senhor (a) separa os objetos pessoais, (pratos, copos, roupas de cama e etc.), para evitar que outros peguem Tuberculose?

( )Sim ( )Não

6- O Senhor (a) sabe o que é tratamento supervisionado?

( )Não ( )Sim, se sim o que é?_____

7-O Senhor (a) está fazendo tratamento supervisionado desde que data?_____

Tratamento supervisionado é aquele que a pessoa vem na UBS para tomar a medicação sob a supervisão de um funcionário da UBS.

8-Qual a data em que o Senhor (a) começou a tomar o remédio para tuberculose?_____

9-Quantas vezes por semana o Senhor (a) comparece a UBS para tomar o remédio da Tuberculose?

( )1. Vez

( )2. Vez

( )3. Vez

( )4. Vez

( )5. Vez

10-Quem informou o Senhor (a) que existe o Tratamento Supervisionado na UBS?

( )Agente comunitário

( )Enfermeiro

( )Auxiliar de enfermagem

( )Médico

( )Outros. Quem foi?_____

11-Já faltou alguma vez na UBS para tomar remédio?

( )Não

( )Não lembra

( )Sim, se sim por quê?_____

12-O Senhor já veio alguma vez tomar remédio na UBS e não tinha o remédio?

( )Sim ( )Não ( )Não lembra

13-O Senhor recebe lanche após tomar os medicamentos diariamente?

( )Sempre ( )Quase Sempre ( )Às vezes ( )Nunca

14-O Senhor (a) recebe cesta básica todos os meses?

( )Sim ( )Não ( )Não sabe

15-O Senhor Encontra alguma dificuldade para se locomover até a UBS?

( )Não

( )Sim, se sim quais?_____

16-Como o senhor chega até o posto de saúde?

( )De carro

( )Ônibus, recebe auxilio da UBS para isso?_____

( )A pé

( )Outros Quais?_____

17-O Senhor (a) encontra alguma dificuldade em realizar o Tratamento Supervisionado aqui na UBS?

( )Não ( )Sim, se sim Quais?_____

18-Existe alguma vantagem em realizar o Tratamento Supervisionado da Tuberculose?

( )Não ( )Sim, se sim quais?_____

Anexo:

O USO DE CONTEXTOS MICROECONÔMICOS PARA EXPLORAR COMPETÊNCIAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA

THE USE OF MICROECONOMIC CONTEXTS TO EXPLORE COMPETENCES ON MATHEMATICS TEACHING

Wagner Marcelo Pommer
Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação – USP
Profº do depto de Exatas – Uninove

Clarice Peres Carvalho Retroz Pommer
Mestre em Psicologia, área de concentração em Educação – Unimarco
Profª da Escola de Aplicação – USP
wmpommer@gmail.com

Resumo

Discute-se, por meio desse artigo, a relevância de considerar alguns temas presentes na microeconomia no Ensino Médio, em situações de aprendizagem, envolvendo as equações diofantinas lineares. Essa conjugação possibilita articular conceitos importantes no âmbito da teoria elementar dos números e ainda desenvolver competências essenciais ao tratar de questões básicas que permitem contribuir para a formação do cidadão, relacionadas ao consumo do individuo ante suas possibilidades financeiras. Tais considerações foram embasadas na apresentação de alguns resultados de pesquisa acadêmica, envolvendo a aplicação e análise de uma situação didática, inspirada na Engenharia Didática, descrita em Artigue (1996) e fundamentada em Brousseau (1996a,b), a um grupo de alunos do Ensino Médio.

Palavras-chave: Competências. Contextualização. Equações diofantinas lineares. microeconomia.

Abstract

It is argued, through this article, the relevance of considering some current issues in microeconomics in high school, in learning situations involving the linear diophantine equations. This combination enables articulate important concepts in the context of elementary number theory and to develop core competencies to address basic issues which we can contribute to the formation of the citizen related to the consumption of the individual against financial abilities. Such considerations were based on the presentation of some results of academic research, involving the application and analysis of a teaching situation, inspired by the Engineering Curriculum, described in an article (1996) and based on Brousseau (1996a, b), a group of students High School.

Key words: Competences. Contextualization. Diophantine linear equations Microeconomy.

1 Introdução

Considerando-se a recente Proposta Curricular do Estado de São Paulo, referente à Matemática para o Ensino Básico (2008), há a recomendação para a exploração e articulação de quatro grandes blocos temáticos: geometria, números, medidas e tratamento da informação.

Com relação aos aspectos relativos ao eixo 'números', esse documento propõe o trabalho desde o Ensino Fundamental por meio de situações-problema significativas envolvendo a ampliação da ideia do campo numérico, desde os Números Naturais até os Complexos.

Essa diretriz está em conformidade com os PCNEM, Brasil (1998), que enfatizavam a necessidade de contemplar estudos matemáticos, envolvendo os números, suas operações e propriedades, tanto na Aritmética quanto na Álgebra.

Ainda, a importância do eixo 'números' fica evidenciada no lançamento da matriz de referência para o ENEM (BRASIL, 2009), em particular para as competências de Matemática e suas Tecnologias, onde há a menção: "Construir significado para os números naturais, inteiros, racionais e reais" (BRASIL, 2009, p. 5).

Porém, Resende (2007) ressalta que a concepção vigente em tratar os números inteiros como subconjunto dos números reais pode conduzir a simplificações que desprezam aspectos fundamentais. Existem questões interessantes e simples envolvendo números inteiros, mas não abordadas na Escola Básica, pois, geralmente, são resolvidas no conjunto dos números reais e ajusta(m)-se a(s) solução(ões) particular(es) para os números inteiros.

Alguns autores, como Campbell e Zazkis (2002) e Ferrari (2002) questionam os motivos do escasso estudo de tópicos da Teoria dos Números[1] no currículo de Matemática e sugerem a exploração de situações de aprendizagem que promovam a reutilização dos temas usuais no ensino básico, em conjunção com um tratamento algébrico.

Nesse sentido, Brolezzi (1996), chama a atenção para o desequilíbrio existente no programa da escola básica entre a Matemática Discreta[2] e a Matemática do Contínuo. Esse autor ressalta que existe uma 'elegante interação' entre essas duas correntes, que deveria ser explorada nessa faixa de ensino e propõe algumas situações que ilustram essa importância.

Numa interface de temas com a Matemática Discreta, Maranhão, Machado e Coelho (2005) ressaltam a Teoria dos Números como área propícia para a formulação de questões cujas soluções requerem o manejo de conceitos, de forma articulada e integrada, em conjunção com a Álgebra.

Nesse sentido, Lorenzato; Villa (1993) destacam que o National Council of Teachers of Mathematics (1989) incentiva o uso de tópicos de Teoria dos Números, pois permite explorar ricas oportunidades para o entendimento e desenvolvimento de conceitos matemáticos, sem a necessidade de aplicação direta de algoritmos, por meio da resolução de problemas, que oportuniza explorar competências essenciais nessa faixa de ensino, como interpretar, conjecturar, argumentar e deduzir, assim como incentiva a busca de heurísticas.

Nessa concepção da Teoria Elementar dos Números numa interface com a Álgebra, destaco a atenção para as equações diofantinas lineares, que representam uma equação algébrica de 1º grau do tipo $ax + by = c$, com a, b e c inteiros, que pode não ter solução, ter um número finito ou infinito de soluções inteiras.

Frisamos que tal posicionamento 'não' significa a inclusão no currículo das equações diofantinas lineares como objeto de estudo, mas sim proponho que a utilização de situações-problema envolvendo equações diofantinas lineares no ensino de Matemática do ciclo básico tem sua pertinência quando vinculada à valorização e à importância de se desenvolver questões envolvendo os números inteiros, que permitem a articulação com vários conceitos matemáticos, permitindo explorar a id**e**ia de rede de significados, conforme Machado (1995).

Os significados constituem-se uma rede de relações em que conhecimento e significado se imbricam, de modo que conhecer significa conhecer o significado. Nessa concepção, o conhecimento não fica associado a 'posse' de fatos, mas a articulação e exploração das informações, permitindo conceber relações antes insuspeitadas e prover sentido ao aluno. Assim, "[…] apreender o significado de um objeto ou de um acontecimento é vê-lo em suas relações com outros objetos ou acontecimentos" (MACHADO, 1995, p. 138).

Nesse quadro, nos deparamos com algumas situações em microeconomia que podem contribuir com contextos adequados ao ensino de Matemática do ciclo básico. Esse texto se propõe a discutir e relatar como alguns temas da microeconomia são passíveis de uma modelagem utilizando as Equações Diofantinas Lineares. Ainda, relacionamos tal abordagem com a exposição de alguns resultados em pesquisa, situada na Engª Didática, conforme Artigue (1996).

A possibilidade de utilizar tais temas como contribuição para a formação matemática do aluno do ensino básico, envolvendo números inteiros, foi embasada em considerações sobre a aplicabilidade e a importância de contextos não matemáticos na Educação Matemática,

1 No atual currículo se destacam essencialmente temas como: números inteiros, divisores, múltiplos, números primos, sequências numéricas, progressões aritméticas e geométricas e a análise combinatória.

2 Nesse trabalho, considero a Matemática Discreta como a área que envolve os números inteiros, numa intersecção com a Teoria Elementar dos Números.

permitindo estabelecer relações entre os significados dos objetos matemáticos no interior da matemática e externamente a ela, inserida na ideia da 'rede de significados'.

2 A importância do contexto

Inicialmente, expomos algumas questões referentes à natureza e concepção envolvendo o termo contextualização.

Ao sugerir a contextualização por meio da resolução de problemas, as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Brasil (2006), recomendam evitar os denominados 'problemas fechados', pela pouca contribuição à construção de conhecimento, pois "O uso exclusivo desse tipo de problema [dissimula] a efetiva aprendizagem, pois o aluno, ao antecipar o conteúdo que está sendo trabalhado, procede de forma mecânica na resolução do problema" (BRASIL, 2006, p. 83).

Consideramos, nesse trabalho, a concepção de 'problema do tipo aberto', onde o conhecimento é visto como ferramenta para se resolver problemas, o que exige:

> […] dos alunos uma atitude ativa e um esforço para buscar suas próprias respostas, seu próprio conhecimento. O ensino baseado na solução de problemas pressupõe promover nos alunos o domínio de procedimentos, assim como a utilização de conhecimentos disponíveis para dar respostas a situações variáveis e diferentes (POZO, 1998, p. 9).

Consequentemente, isso exige uma investigação e tomada de decisão e uma demanda cognitiva e motivacional maior do que resolver exercícios ou problemas fechados, possibilitando ao aluno a aprendizagem de procedimentos e atitudes adequadas, ao estimulá-lo a desenvolver a competência de analisar um problema e tomar as decisões necessárias à sua resolução, propiciando condições para o desenvolvimento e uso de várias estratégias de resolução.

Os problemas abertos possibilitam situar o aluno em posição análoga à do matemático no exercício da profissão, pois "[…]o aluno deve, diante desses problemas, realizar tentativas, estabelecer hipóteses, testar essas hipóteses e validar seus resultados" (BRASIL, 2006, p. 84).

Nesse ponto, Echeverría e Pozo (1998) ressaltam pesquisas indicando que a semelhança entre os contextos escolares e sociais permitem viabilizar um melhor encaminhamento para a solução de situações-problema. Assim:

> Embora não se trate de reduzir os problemas escolares ao formato das tarefas e situações cotidianas, […] para [se caracterizar] as tarefas escolares como verdadeiros problemas é necessário que elas tenham relação com os contextos de interesse dos alunos ou, pelo menos, adotem um formato interessante no sentido literal do termo. Parece, então, imprescindível ampliar o âmbito dos problemas escolares, tanto na sua natureza, incluindo problemas abertos […] como no seu conteúdo, abrangendo também alguns dos problemas e situações que causam inquietação nos alunos (ECHEVERRÍA; POZO, 1998, p. 42).

De acordo com os PCNEF, Brasil (1997), a contextualização objetiva gerar no aluno a capacidade de compreender, interpretar e, porventura, atuar na realidade, favorecendo duas funções básicas da Educação: o desenvolvimento da autonomia e a formação da cidadania[3].

O ato de contextualizar associa a experiência real dos alunos aos conhecimentos almejados, uma vez que permite:

> […] vincular os conhecimentos aos lugares onde foram criados e onde são aplicados, isto é, na vida real. Significa também incorporar vivências concretas ao que se vai aprender e incorporar o aprendizado a novas vivências (MELLO; DALLAN; GRELLET, 2000, p. 8).

A contextualização não visa trazer o ensino da Matemática somente em direção às vivências imediatas do aluno, mas considerando as situações no entorno social, econômico e cultural. A contextualização retira o aluno de uma condição passiva:

> […] pelo fato de que, a partir dos saberes já internalizados pelos alunos, […] se criem condições de problematização pelos alunos, e então, eles se vendo parte dessa construção, (co)autores desse conhecimento, se colocam como atores principais desse teatro, que é o processo contínuo e dinâmico do aprender (DUARTE, 2001, p. 3).

Duarte (2001) expõe que, na contextualização, o novo conhecimento será acrescentado aos anteriores,

3 A ideia de cidadania não está somente associada aos direitos, mas "[…] entendida como a construção de uma articulação permanente e consistente entre projetos individuais e coletivos" (MACHADO, 2005, p. 50).

não por justaposição simples, mas pela interligação desses conhecimentos.

Ampliando esse sentido, presente em Duarte (2001), Machado (2001), discute a questão do conhecimento e sua relação com a didática para a superação da fragmentação do saber.

O autor aponta a necessidade de um novo olhar para a prioritária reorganização do processo de construção e circulação do conhecimento, propondo a concepção do conhecimento como 'rede de significados'. Machado explicita sua ideia de rede como uma imagem para representar o conhecimento. Nessa perspectiva, conhecer é como enredar:

> […] tecer significações, partilhar significados. Os significados, por sua vez, são construídos por meio de relações estabelecidas entre os objetos, as noções, os conceitos. Um significado é como um feixe de relações. O significado de algo é construído falando-se sobre o tema, estabelecendo conexões pertinentes, às vezes insuspeitadas, entre diversos temas. Os feixes de relações, por sua vez, articulam-se em uma grande teia de significações e o conhecimento é uma teia desse tipo (MACHADO, 2001, p. 4).

Conforme Machado (2005), a contextualização é uma estratégia fundamental para a construção de significados, propiciando uma natural aproximação entre temas escolares e a realidade cotidiana extraescolar do aluno.

À medida que incorpora relações tacitamente percebidas, a contextuação[4] enriquece os canais de comunicação entre a bagagem cultural, quase sempre essencialmente tácita, e as formas explícitas ou explicitáveis de manifestação do conhecimento (MACHADO, 2005, p. 53).

Por último, destacamos a contribuição dos PCNEF, Brasil (1997), que consideram a contextualização como um referencial que permite ao alunose identificar com as questões da realidade que lhe fazem sentido.

3 Os contextos discretos da microeconomia

De modo geral, a economia estuda como as pessoas e a sociedade decidem empregar recursos, que poderiam ter utilizações alternativas, para produzir bens variados.

4 Atualmente, a maioria dos autores prefere utilizar a grafia contextualizar, como sinônimo de contextuar.

A importância de estudos das leis básicas que regem a economia se deve ao fato de que elas não sofrem alteração com o passar do tempo. Assim, as ideias:

> […] básicas que se adquirem ao estudar teoria econômica continuam a ajudar no entendimento da economia global de nossos dias. Como dizem Carl Shapiro e Hal Varian, da Universidade da Califórnia em Berkeley, 'A tecnologia muda. Leis econômicas não mudam' (STIGLITIZ; WALSH, 2003, p. 4).

A microeconomia é uma área que estuda o comportamento das unidades de consumo básicas, os indivíduos ou famílias, bem como em unidades maiores, como as empresas. Estudar o comportamento econômico individual de unidades básicas de consumo incentiva a repensar as escolhas e as possibilidades de aquisição de bens ou serviços, que estão diretamente relacionadas por meio de preços e quantidades relativas, assuntos diretamente vinculadas a uma reflexão para o exercício de cidadania.

Segundo Miller (1981), os preços são veículos de informação, rápidos e eficazes, para o indivíduo sobre a escassez relativa do mercado. Assim:

> […] para os compradores, o preço relativo de um bem indica o que o consumidor individual precisa sacrificar, para adquirir aquele bem. Em certos casos, indica também a quantidade de recursos sacrificados para produzir aquele bem (MILLER,1981, p. 7).

O aumento do preço informa ao comprador que um determinado bem está relativamente mais escasso. O modo pelo qual o comprador reagirá é impossível de ser previsto, pois são diversos os modos pelo quais um consumidor pode preservar o consumo de um item escasso.

O conflito originado pela relação preço relativo versus escassez pode se traduzir em muitas possibilidades de respostas, tanto dos consumidores quanto dos produtores. Isso leva a necessidade de uma tomada de posição referente à aquisição ou produção de um bem a um determinado preço. Expresso de outra forma, surge a necessidade de uma 'escolha'.

Segundo Stiglitiz e Walsh (2003), as pessoas e os governos sempre fazem 'escolhas'. As explícitas são as 'escolhas' que um cidadão ou empresa faz, de acordo com seus desejos e necessidades, situadas em torno dos centros de interesses.

4 A metodologia da pesquisa

Esse texto utiliza alguns resultados de uma pesquisa que teve como referencial metodológico a Engenharia Didática, descrita em Artigue (1996).

A Engenharia Didática se apoia no quadro teórico da Teoria das Situações Didáticas. Brousseau (1996a, b), propõe um repensar da didática do ensino da matemática, envolvendo o desenvolvimento de objetos de estudo matemáticos, no nosso caso, a equação diofantina linear, e a discussão dos papéis do aluno, professor e saber ante as situações de ensino-aprendizagem em Matemática.

Brousseau (1996) coloca como ideia básica aproximar o trabalho do aluno do modo como é produzida a atividade científica verdadeira, simulando uma gênese artificial de uma microssociedade científica, ou seja, o aluno se torna um pesquisador, testando conjecturas, formulando hipóteses, provando, construindo modelos e conceitos, socializando os resultados. Tais situações deverão permitir que o aluno aja sobre o saber, transformando-o em conhecimento.

A referida pesquisa consistiu em elaborar, aplicar e analisar uma sequência didática a um grupo de dez alunos do Ensino Médio, de uma escola pública, situada em São Paulo, em três sessões sequenciais de 60 minutos cada, no período diurno.

Como recurso didático, a utilização de jogos e situações-problema visou favorecer o envolvimento, o reconhecimento e a necessária ação independente para o encaminhamento das tentativas de resolução com o objetivo de soluções inteiras.

Esses recursos possibilitam regulação e contexto de desafio, de modo a possibilitar a ação para a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de competências essenciais. Conforme Machado (2002) envolve capacidade de argumentação e de tomar decisões ao desenvolver ferramentas (mobilizar estratégias e conhecimentos anteriores para a busca mais eficiente de soluções), capacidade de compreensão (nas habilidades de leitura e interpretação de texto) e de expressão (habilidade de conjecturar), para a buscar de significado.

A seguir, relatamos as ideias que nortearam a elaboração das atividades e alguns resultados da pesquisa desenvolvida.

5 As atividades de modelagem e os temas da microeconomia

Ao destacar as *'escolhas'* na microeconomia, na etapa de elaboração dos jogos e problemas da referida pesquisa, situadas no tema das equações diofantinas lineares, apontamos um exemplo inicial ilustrando esse conceito, presente em Albuquerque (1986).

Esse autor expõe uma situação hipotética de uma dona de casa que vai a uma quitanda, a fim de comprar três tipos de frutas, dispondo de R$ 100,00. Como essas frutas dependem das condições sazonais, clima, transporte, gosto, preço, entre outras, então surge uma série de possibilidades de compra. Assumindo como incógnitas o preço de uma dúzia dessas frutas e a quantidade (em dúzias) a serem adquiridas, Alburquerque (1986) aponta algumas das muitas possibilidades de aquisição dessas frutas.

Essa exposição de Albuquerque (1986) nos serviu de referência para estruturar os contextos para a composição das situações-problema que compuseram a 1ª sessão da pesquisa, que, basicamente, visava o afloramento, pelos alunos, da estratégia da tentativa e erro[5]:

As Compras na Quitanda:

Uma dona de casa leva uma quantia de R$ 18,00 para uma quitanda, a fim de comprar melão ou mamão, pelos preços unitários de R$ 2,00 e R$ 3,00, respectivamente. Não desejando gastar os R$ 18,00 para essas compras, quais os valores que a dona de casa poderá utilizar para a compra de mamão ou melão, de modo a resultar em troco? (POMMER, 2008, p. 82).

Nessa situação, ponderamos para a escolha de variáveis de comando[6]:

- a quantidade de tipos de frutas (duas);
- o valor a ser gasto nas compras (R$ 18,00);
- o valor unitário das frutas (R$ 2,00 e R$ 3,00).

Esta situação-problema pode escrita por $2 \cdot x + 3 \cdot y = 18$, onde x é a quantidade de melões e y é a de mamões que a dona de casa pode adquirir, representada por uma equação diofantina linear a duas incógnitas (inteiras). Essa situação possibilita muitas 'escolhas', representadas pela sequência de possibilidades de gastos, em Reais: (2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17).

Os alunos mobilizaram a estratégia da tentativa e erro para apontar as soluções inteiras. Porém, o uso do conectivo 'ou' no enunciado da situação-problema gerou muitas discussões entre os alunos da pesquisa. A concepção espontânea dos alunos revela indícios de

5 Para fazer funcionar um conhecimento num aluno, as situações devem permiti-lhe utilizar uma estratégia de base, que rapidamente deveria se mostrar ineficaz, em parte, para a resolução do jogo ou problema.

6 Segundo Gálvez (1996), as denominadas variáveis de comando são aquelas escolhidas pelo professor, de modo a provocar modificação nas estratégias de resolução de problemas. A determinação dessas variáveis e de seus intervalos fundamenta a construção de sequências didáticas que permitirão o surgimento do conhecimento.

uma provável interpretação do conectivo 'ou' como 'ou exclusivo', conforme quadro 1.

	Sequência de valores que podem ser usados	Valores que 'não' podem ser usados
Grupo G_1	2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16	1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17
Grupo G_2	3, 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17	1

Quadro 1: Resultados obtidos da atividade 4 pelos grupos G_1 e G_2
Fonte: Pommer (2008).

Isso decorre como uma natural consequência das possíveis *'escolhas'*, o denominado Custo de Oportunidade, que surge "[…] quando se decide pela produção de um bem qualquer, também se sacrifica algo que poderia ter sido produzido com os recursos dirigidos à produção do bem escolhido" (ALBUQUERQUE, 1986, p. 7).

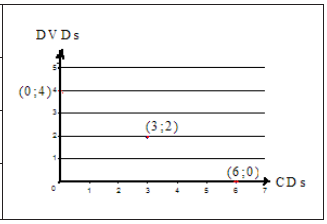
Para compreender como as *'escolhas'* ocorrem e afetam a alocação dos recursos da sociedade, Stiglitiz e Walsh (2003) chamam a atenção ao fato de que as *'escolhas'* feitas pelas pessoas decorrem de decisões ponderadas diante das diversas alternativas e pelas vantagens ou desvantagens de determinado produto, que podem ser guiadas por incentivos ou restrições.

Conforme Stiglitiz e Walsh (2003), as restrições mais comuns são as de ordem temporal – relativas ao tempo disponível – e as de ordem orçamentária – relativa ao rendimento do indivíduo ou empresa. Essa última ocorre quando, em dado momento, a quantidade total de recursos é fixa, e algumas compensações são necessárias.

Para a composição de outra situação-problema, fiz uso de um segundo exemplo, que ilustra a relação da restrição orçamentária com a Matemática Discreta, presente em Stiglitiz; Walsh (2003, p. 27).

Considere a seguinte situação: Uma aluna, Bianca, fã de música, reserva num certo mês R$ 60,00 para a compra de CDs ou DVDs. Um CD custa R$ 10,00 e um DVD R$ 15,00. **a) Quais são as várias possibilidades de aquisição destes dois bens, gastando-se exatamente R$ 60,00?** b) Passados dois meses, Bianca resolveu fazer novas aquisições, porém notou que os preços de CD e DVD aumentaram para R$ 12,00 e R$ 16,00, respectivamente. Para compensar estes aumentos, Bianca pensou em gastar exatamente R$ 70,00 para as compras musicais. Como ficariam as possibilidades de compra destes dois bens gastando-se exatamente R$ 70,00? (POMMER, 2008, p. 52).

Na primeira parte desse problema, os resultados da aplicação da pesquisa revelaram que as três soluções inteiras foram rapidamente encontradas pelos alunos, que representam a restrição orçamentária de Michele (quadro 2).

CDs	DVDs	(CD;DVD)	
0	4	(0;4)	
3	2	(3;2)	
6	0	(6;0)	

Quadro 2: Restrição orçamentária de Michelle
Fonte: Pommer (2008)

A restrição orçamentária de Michelle implicitamente revela uma equação diofantina linear, dada por $10x + 15y = 60$ onde x e y representam respectivamente as quantidades de CDs e DVDs possíveis que Michelle poderá adquirir.

É importante a representação cartesiana das soluções desse problema, pois contém ideias matemáticas importantes, como o caráter discreto das incógnitas envolvidas no problema da restrição orçamentária de Michelle.

Às vezes, obviamente, nem todos os pontos do gráfico são significativos do ponto de vista econômico. É impossível comprar meio DVD ou meio CD. Na maioria dos casos ignoramos essas considerações ao plotar gráficos; consideramos que qualquer ponto da restrição orçamentária é possível (STIGLITIZ; WALSH, 2003, p. 36).

Essa citação deixa a entender que o traçado da reta, comumente encontrado em livros didáticos de Economia, tem caráter apenas ilustrativo e de comodidade na representação gráfica da função discreta $f: N \rightarrow N$, que relaciona a variável discreta 'x' à variável discreta $y = \frac{12 - 2x}{3}$.

Essa representação simplificadora dificulta para o aluno entender questões ligadas às quantidades discretas, podendo vir a se configurar num obstáculo de natureza didática[7], necessitando esclarecimento do ponto de vista matemático.

A segunda parte dessa situação-problema, a equação $10x + 15y = 70$ que não apresenta solução, representou maior demanda de tempo e provocou insatisfação, não gerando justificativas por parte dos sujeitos de pesquisa, porém se configurou uma oportunidade (implícita) deles refletirem sobre em quais condições ocorre a existência e a inexistência de soluções inteiras.

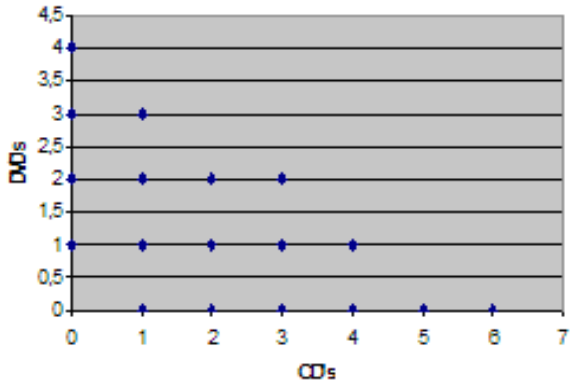
Essa situação poderia ser estendida, ponderando-se que existe uma possibilidade na aquisição de CDs e DVDs gastando-se 'até' R$ 70,00. Essa interpretação está

7 Brousseau define o obstáculo didático como sendo aquele relativo às escolhas realizadas num sistema educativo e que, muitas vezes, está associado a um obstáculo epistemológico, constitutivo do conhecimento visado, sendo raramente espontâneo no ensino da Matemática e não advindo "[…] da ignorância, da incerteza, do acaso […], mas [sim pelo] efeito de um conhecimento anterior, que tinha seu interesse, seus sucessos, mas que agora se revela falso, ou simplesmente, mal adaptado" (IGLIORI, 2002, p. 100 apud BROUSSEAU, 1996).

associada ao conceito de 'Conjunto de Oportunidades', que significa a lista de todas as opções possíveis ao consumidor para a aquisição de um produto 'A' ou um produto 'B'. O quadro 3 representa o caso de Michelle, com gasto de 'até' R$ 60,00:

O conjunto de oportunidades, caracterizado pela inequação $10x + 15y \leq 60$, é representado pelos 18 pares ordenados (quadro 3). Surge uma oportunidade de abordar a resolução de uma inequação, de modo gráfico, representando soluções inteiras no Ensino Médio e embasadas num contexto próximo ao do aluno.

CD	DVD	Gasto	CD	DVD	Gasto	CD	DVD	Gasto
0	1	15	1	2	40	3	1	45
0	2	30	1	3	55	3	2	60
0	3	45	2	0	20	4	0	40
0	4	60	2	1	35	4	1	55
1	0	10	2	2	50	5	0	50
1	1	25	3	0	30	6	0	60



Quadro 3: Representação do conjunto de oportunidades de Michelle
Fonte: Pommer (2008).

Para Stiglitiz e Walsh (2003), a restrição orçamentária representa os limites do conjunto de oportunidades, significando os pontos mais atraentes, no ponto de vista do consumidor, visto que possibilita a aquisição de maior quantidade de produtos, dentro do limite de orçamento disponibilizado.

Adentrando nas demais atividades, propostas na segunda sessão, estas visaram oportunizar ao aluno o uso de estratégias facilitadoras para favorecer o abandono gradual da tentativa e erro. Mantivemos a formação dos grupos. Nesse texto, faço a exposição de alguns resultados mais relevantes dessas situações.

Apresentamos o enunciado do 'Jogo dos Saques no Caixa Eletrônico':

> Usualmente, um caixa eletrônico de banco pode dispor de cédulas para atender eventuais solicitações de saques. Suponha que todos os caixas possuam suficientes cédulas para emissão. Um usuário deseja fazer um saque e decide utilizar um caixa eletrônico que emite somente cédulas de R$ 5,00 ou R$ 10,00. Consulta o seu saldo e verifica que possui em sua conta, no momento, R$ 61,00. Indeciso, resolve efetuar um saque, mas não deseja zerar o saldo. Aponte todos os possíveis saques que poderiam ser realizados pelo usuário. Explique seu raciocínio (POMMER, 2008, p. 83).

Esse jogo objetivava a observação dos múltiplos como estratégia mais favorável à busca das soluções. A escolha dos valores das cédulas – R$ 5,00 e R$ 10,00 – representativos das variáveis didáticas facilitaria a percepção dos múltiplos inteiros positivos de R$ 5,00, até o valor de R$ 60,00.

Os dois grupos inicialmente utilizaram cálculos mentais e a estratégia da tentativa e erro, porém rapidamente operacionalizaram os múltiplos como estratégia facilitadora, ao perceberam a relação dos possíveis saques e o fato de que todos eles são divisíveis de 5, conforme o quadro 4.

	Sequência de valores de possíveis saques	Justificativa
Grupo G_1	(5, 20, 15, 20, 25, 30, 35, 40, 45, 50, 55, 60)	Todos os números divisíveis por 5 até o 60.
Grupo G_2	(5, 20, 15, 20, 25, 30, 35, 40, 45, 50, 55, 60)	Todos os números divisíveis por 5

Quadro 4: Resultados obtidos em uma etapa do 'Jogo dos saques eletrônicos'
Fonte: Pommer (2008).

A seguir, apresentamos a última parte do jogo dos saques eletrônicos, que objetivou o bloqueio da estratégia da tentativa e erro, pela escolha de um valor de saque apropriado, conforme o quadro 5.

Um terceiro cliente entra na agência com serviço de caixa eletrônico específico, indicado na tabela abaixo. Ele deseja fazer um saque de R$ 1060,00. Indique na terceira coluna, escrevendo SIM ou NÃO, qual (is) o(s) caixa(s) eletrônico(s) do banco que permite(m) tal saque. Justifique (P., 2008, p.86).

Caixa eletrônico	Cédulas emitidas	Saque de R$ 1060,00
Caixa 1	5 e 10	
Caixa 2	10 e 20	
Caixa 3	20 e 50	
Caixa Especial	2 e 10	

Quadro 5: Variação do Jogo dos saques no caixa eletrônico
Fonte: Pommer (2008).

Os dois grupos não utilizaram cálculos e acertaram todas as respostas. Assim, o objetivo se concretizou num viés operacional, conforme indica o quadro 6.

	Cédulas	Grupo G1	Grupo G2
Caixa 1	5 e 10	Sim	Sim
Caixa 2	10 e 20	Sim	Sim
Caixa 3	20 e 50	Sim	Sim
Caixa 4	2 e 10	Sim	Sim
Justificativa	–	Sim, pois todos os números são pares.	Todos os números são inteiros, menos o dois.

Quadro 6: Resultados obtidos na variação do 'Jogo dos saques no caixa eletrônico'
Fonte: Pommer (2008).

Em relação à segunda sessão, os sujeitos de pesquisa alcançaram os objetivos, ao utilizar os múltiplos ou divisores como estratégia facilitadora para a busca das soluções inteiras nas situações-problema apresentadas, mostrando evolução da estratégia de resolução pelos alunos.

Em conformidade com essas ponderações, acreditamos que a utilização de situações-problema contextualizadas em alguns possíveis temas básicos da microeconomia, que são passíveis e a modelagem utilizando conceitos envolvendo as equações diofantinas lineares – entre os quais destaquei as *'escolhas'* e a 'restrição orçamentária' – possibilita ao aluno a demarcação da natureza das grandezas discretas, representadas pelas possibilidades de aquisição de produtos ou serviços e a delimitação de seu domínio durante a busca das soluções inteiras[8].

6 Considerações finais

Essa apresentação de alguns conceitos básicos da Microeconomia – as escolhas e a restrição orçamentária – possibilitam uma modelagem que perpassa alguns conceitos matemáticos importantes, considerados fundamentais, relativos às grandezas discretas, entre as quais destaco as equações diofantinas lineares e as inequações no âmbito dos números naturais.

Observamos que, além desses temas apresentados, existem outros da microeconomia que podem ser aproximados e simplificados para articular e dar significado a algumas questões básicas da Matemática, dentro do contexto envolvendo situações-problema, que permitem contribuir para um importante objetivo da educação, que é a formação do cidadão, ao possibilitar permear o espaço entre o discurso e a ação.

8 Conforme Brousseau (1996), esses recursos contribuem para superar os obstáculos didáticos, onde o conhecimento surge pela limitação da estratégia de base para resolver os desafios propostos, o que incentiva a busca de novas estratégias, o que é possibilitado pela mudança dos valores que podem ser atribuídos as variáveis.

Tal afirmação e a tentativa de relacioná-la ao contexto microeconômico ganha perspectiva em Machado (1997) quando o autor cita que a:

> […] idéia de cidadania […] [e] a construção de instrumentos legítimos de articulação entre projetos individuais e projetos coletivos […] possibilitará aos indivíduos em suas ações ordinárias, em casa, no trabalho, ou onde quer que se encontre, a participação ativa no tecido social, assumindo responsabilidades relativamente aos interesses e ao destino de toda a coletividade […] educar para a cidadania significa prover os indivíduos de instrumentos para plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais. (MACHADO, 1997, p. 106-107).

Finalizando, o contexto em temas da microeconomia possibilita o entendimento de questões econômicas significativas e que sempre são atuais nessa sociedade globalizada, dentro de um ajuste e aproximação a uma importante realidade cotidiana dos alunos: a relação das quantias monetárias (dinheiro) e o consumo.

Esta posição é reforçada pelo *National Council of Supervisors of Mathematics (*NCSM*)*, citado em Lorenzato; Villa (1993), que recomenda se proporcionar oportunidades de encorajamento nos estudantes para representar matematicamente situações da vida real, assim como interpretar seus resultados à luz dessa situação.

> Devemos ensinar Matemática não só por sua beleza ou pela consistência interna de suas teorias, mas também para que ela seja útil ao homem e a sociedade. É por isso mesmo que essa questão da aplicabilidade tem se constituído em preocupação para inúmeros educadores da área e, também, objeto de discussão em conferências e congressos internacionais (LORENZATO; VILA, 1993, p. 46).

Ainda, por último, destacamos relato sobre a importância do ato de contextualizar presente nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, onde:

> […] a contextualização não pode ser feita de maneira ingênua, visto que ela será fundamental para as aprendizagens a serem realizadas – […] [de modo a] antecipar os conteúdos que são objetos de aprendiza-

> gem. Em outras palavras, a contextualização aparece não como uma forma de 'ilustrar' o enunciado de um problema, mas como uma maneira de dar sentido ao conhecimento matemático na escola. (BRASIL, 2006, p. 83).

Dessa forma, acreditamos que a exposição dessas situações contextuadas em conceitos básicos da área de microeconomia, de fácil entendimento e permeando uma apresentação enriquecedora aos alunos ao aproximar a linguagem matemática da linguagem textual, permite articular e dar sentido a conceitos matemáticos fundamentais, envolvendo quantidades discretas, para indivíduos que sejam tomadores de decisão com relação às possibilidades de suas escolhas, dentro de sua própria restrição orçamentária.

Referências

ALBUQUERQUE, M. C. C. M*icroeconomia.* São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1986.

ARTIGUE, M. Engenharia didática. In: BRUN, J. *Didática das matemáticas.* Tradução de: Maria José Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, cap. 4. p. 193-217, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Programa internacional de avaliação de alunos*. Disponível em: <http: //www.inep.gov.br /internacional/pisa/Novo/oquee.htm>. Acesso em 15 dez. 2006.

_____. Ministério da Educação. *Matriz de referência para o ENEM.* Brasília, 2009.

_____. Secretaria de Educação e Tecnologia do Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental***.** Brasília: SEMT/MEC. 1997.

_____. Secretaria de Educação e Tecnologia do Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio***.** Brasília: SEMT/MEC. 1998.

_____. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo*: Matemática/ Ensino Fundamental (Ciclo II) e Médio. São Paulo: SEE, 2008.

BROLEZZI, A. C. *A Tensão entre o discreto e contínuo na História da matemática e no ensino da Matemática*.1996. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo, FEUSP, 1996.

BROUSSEAU, G. Fundamentos e métodos da didáctica da Matemática. In: BRUN, J. *Didática das matemáticas***.** Tradução de: Maria José Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, cap. 1. p. 35-113, 1996a.

_____. Os diferentes papéis do professor. In: PARRA, C.; SAIZ, I. *Didática da matemática*: reflexões psicopedagógicas. Tradução de: Juan Acuña Llorens. Porto Alegre: ArtMed, cap. 4. p. 48-72, 1996b.

CAMPBELL, S.; ZAZKIS, R.. Toward number theory as a conceptual field. In: CAMPBELL, S.; ZAZKIS, R. (org.). *Learning and teaching number theory*. London: Ablex Publishing, 2002, Cap 1, p. 1-14.

DUARTE, E. F. *Contextualização em educação matemática.* Minas Gerais: UEMG, 2001. Disponível em < www.divinopolis.uemg.br/revista/revista-eletronica2/artigo1>. Acesso em 15 jan 2006.

ECHEVERRÍA, M. P. P.; POZO, J.I. Aprender a resolver problemas e resolver problemas para aprender. In: POZO, J.I. *A solução de problemas:* aprender para resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

FERRARI, P. L. Understanding elementary number theory at the undergarduate Level: a semiotic approach. In: CAMPBELL, S.; ZAZKIS, R. (org.). *Learning and teaching number theory.* London: Ablex Publishing, 2002. Cap. 5. p. 97-115.

GÁLVEZ, G. A Didática da matemática. In: PARRA, C.; SAIZ, I. *Didática da matemática*: reflexões psicopedagógicas. Tradução de: Juan Acuña Llorens. Porto Alegre: ArtMed, cap. 2. p. 26-35, 1996.

IGLIORI, S. B. C. A Noção de 'obstáculo epistemológico' e a educação matemática. In: MACHADO, S. D. A. (org.). *Educação matemática:* **u**ma introdução. 2 ed. São Paulo: Educ, p 99-113, 2002.

LORENZATO, S.; VILA, M. C. Século XXI: qual matemática é recomendável? A posição do "The National Council of Supervisors of Mathematics". *Revista Zetetiké,* Campinas, ano I, n. 1, p. 41-49, 1993.

MACHADO, N. J. A Universidade e a organização do conhecimento: a rede, o tácito, a dádiva. São Paulo: *Estudos Avançados*, v. 15, n. 42, p. 1-14, 2001.

_____. *Ensaios transversais*: Cidadania e Educação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

_____. *Epistemologia e didática*: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

_____. Interdisciplinaridade e contextuação. In: INEP. *ENEM* (Exame Nacional do Ensino Médio) Fundamentação Teórico-Metodológica. Brasília, DF, 2005.

MARANHÃO, M. C. S.A.; MACHADO, S. D. A.; COELHO, S. P. *O que se entende por álgebra?* Disponível em www.pucsp. br, 2005. Acesso em jun.2010.

MELLO, G. N.; DALLAN, M.; GRELLET, V. *Proposta pedagógica e autonomia da escola:* novos paradigmas curriculares e alternativas de organização pedagógica na educação brasileira. Secretaria do Estado do Paraná, 2000.

MILLER, R. L. *microeconomia:* teoria, questões e aplicações. São Paulo: Editora McGraw-Hill do Brasil, 1981.

POMMER, W. M. *Equações diofantinas lineares:* um desafio motivador para alunos do ensino médio. 2008. Dissertação (Mestrado em educação matemática), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

POZO, J.I. *A solução de problemas:* aprender para resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: ArtMed, (1998).

RESENDE, M. R. *Re-significando a disciplina teoria dos números na formação do professor de matemática na licenciatura*. 2007. 281 f. Tese (Doutorado em educação matemática), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

STIGLITZ, J. E.; WALSH, C. E. *Introdução à microeconomia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

A ESCOLA PÚBLICA E O QUE DE FATO NÃO PODE SER PERDIDO

PUBLIC SCHOOL AND WHAT IN FACT CAN NOT BE LOST

Maria Cecília Sanches
Doutora em Educação
Coordenadora e professora do curso de Pedagogia – Uninove
ceciliasanches2004@yahoo.com.br
mariacs@uninove.br

Resumo

Por meio de um estudo de caso, nesta pesquisa, analisou-se o projeto pedagógico de uma escola pública do Município de São Paulo, considerado inovador por seus profissionais e sua comunidade. Objetivou-se investigar seus fundamentos, o que de fato foi realizado, e como ele foi explicitado no processo de formação dos alunos nas séries finais do ensino fundamental. A análise dos dados, ancorada nas obras de Henri Wallon (1968, 1973, 1975, 1979, 1986), buscou interlocução com autores que concebem a cultura como fundamento na constituição do indivíduo e da sociedade, Canário (2005, 2006) e Pérez Gómez (1998, 2001). Os resultados obtidos confirmaram as hipóteses levantadas: a relação com o conhecimento tornou-se empobrecida uma vez que a formação intelectual deixou de ser o centro do trabalho passando a ser uma das dimensões do projeto; sob uma nova configuração delineia-se um novo papel para o professor ligado mais ao de um animador e coordenador de atividades dos alunos; a função social da escola se modificou perdendo nitidez na relação tradicional com o ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Formação. Projeto pedagógico. Função da escola. Papel do professor.

Abstract

By means of a case study, in this research, it was analyzed the pedagogical project of a public school, located in the city of São Paulo, Brazil, considered innovative for its professionals and its community. It was aimed in this study to check what was its basis, what in fact was carried through and the way it was shown in the process of formation of the pupils, which were in the final levels of basic education. The analysis of the data was based mainly in Henri Wallon (1968, 1973, 1975, 1979, 1986), focus on approaches related to intellectuals who conceive the culture as the source to the constitution of the individual and the society, Canário (2005, 2006) and Pérez Gómez (1998, 2001). The results, which were obtained, confirmed the hypothesis that made reference to the relation to knowledge, the new role of the professor and the social function of the school that have been modified and clearly lost its reference with the traditional education and learning.

Key words: Formation. Pedagogical project. Function of the school. The role of the professor.

1 Introdução

Este trabalho constitui-se do desdobramento de uma pesquisa realizada em uma escola do Município de São Paulo que se tornou referência não apenas para a rede pública, mas também para alguns intelectuais da educação que defendem a escola democrática.

O objetivo geral da investigação foi ampliar estudos a respeito dos rumos que está tomando a formação escolar na atualidade, para contribuir com a discussão sobre a melhoria da escola pública. Especificamente, objetivou-se investigar o projeto pedagógico de uma escola, sobretudo o que foi anunciado como seus fundamentos, o que de fato foi realizado e como ele foi utilizado no processo de formação dos alunos nas séries finais do ensino fundamental – especialmente na 7ª série.

O levantamento bibliográfico apontou alguns dos limites mais frequentes à ação da formação escolar, entre outros, atividades excessivamente centralizadas nas mãos da professora, impossibilitando trabalhos diferenciados; dificuldade em lidar com turmas heterogêneas; despreparo de professores para lidar com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; validação de um único modelo de aprendizagem; a prática escolar marcada por tradições que impedem possibilidades de inovações. Nesse cenário, diante de tantos problemas e dificuldades da escola com a formação dos alunos, neste estudo, considerou-se importante compreender como a formação escolar se configura em uma escola pública que procura romper com as formas tradicionais de constrangimento, onde estivesse ocorrendo um trabalho diferenciado, com um projeto pedagógico considerado inovador.

A metodologia chamada Estudo de Caso foi escolhida como um dos parâmetros centrais dos rumos da investigação, uma vez que propõe a descoberta de elementos imprevistos e dimensões não estabelecidas a priori, exigindo tratar o objeto de estudo em toda a sua complexidade interna e externa, e na complexidade de sua inserção institucional e político-social.

A coleta de dados foi realizada entre 2005 e 2008. Os procedimentos de pesquisa foram: entrevistas informais com professores, diretora, equipe técnica, arte-educadores e voluntários; o levantamento de informações sobre a escola e seu projeto; análise de documentos elaborados pelo pessoal da escola, entre os quais: o Projeto Político Pedagógico, Proposta de Regulamento Interno, Proposta de Gestão Democrática, Proposta de Criação de Rede de Autonomia para Escolas do Município de São Paulo. Atas de reuniões do Conselho de Escola, do Conselho Pedagógico. Artigo de um pai de aluno escrito sobre a escola, roteiros de estudo, livros didático usados pela escola, planos de estudo, fichas de leitura, avaliações feitas pelos alunos, resultados da avaliação da Prova São Paulo de 2007, Matrizes de Referência para a Avaliação de Rendimento Escolar e a Versão Preliminar do Relatório de Resultados da Prova São Paulo. Houve, também, a observação participante no cotidiano da escola por três anos.

A análise dos dados foi construída na interlocução das informações com os estudos de Henri Wallon (1968, 1969, 1973, 1975, 1979, 1986), e de Vygotsky (1987, 1989), autores que consideram as relações sociais e a produção cultural como estruturantes na formação humana. Nesse sentido, na formação escolar, o papel do conhecimento advindo do conteúdo das diferentes áreas do conhecimento, assim como o dos relacionamentos entre o aluno e seus professores e dele entre os grupos de alunos são de extrema relevância.

A seguir, são apresentados dados a respeito do projeto pedagógico da escola, objeto deste estudo e, em seguida, o referencial teórico possibilita discutir e analisar os resultados obtidos.

2 Apresentação do objeto de estudo

O projeto pedagógico da escola investigada revelava importantes transformações na atividade pedagógica fundamentada por uma nova organização do currículo escolar.

Foram extintas três classes de cada série, dividindo o total dos alunos em 21 grupos, com cinco componentes cada (EMPG, 2005, p. 9 item b)[1] Para tanto, três salas de aula tornaram-se uma só, depois de derrubadas as paredes que as separavam, abrigando, assim, 105 alunos em um grande salão, orientados pelo menos por três professores que, embora especialistas em áreas específicas de conhecimento, passaram a ser polivalentes.

Privilegiando o trabalho de pesquisa, a aula expositiva deixou de ser a atividade preferencial de transmissão e aquisição de saber, devendo ser um recurso disponível em momentos nos quais os educadores julgassem necessários (EMPG, 2005, p. 8, item a).

O trabalho de pesquisa dos alunos passou a ser norteado por Roteiros Temáticos de Pesquisa, construídos e organizados por um voluntário, que mais tarde foi contratado como assessor curricular da escola, e era apoiado em livros didáticos (EMPG, 2005, p. 9, item b).

Era pretensão oferecer nesse projeto, além da formação intelectual e cognitiva, um aprimoramento artístico, físico, estético. Assim, os envolvidos na atividade escolar deveriam esforçar-se para viabilizar, segundo os critérios do Conselho Pedagógico, a permanente presença na escola de arte-educadores, seja empenhando-se em incluí-los no quadro funcional

1 Informações retiradas do Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada, EMPG, São Paulo, 2005.

estável, seja buscando recursos que possibilitassem a manutenção de um contrato autônomo. Assim, o currículo, bastante flexível, também era contemplado com oficinas, tais como capoeira, dança, teatro, música e artes plásticas (EMPG, 2005, p. 9, item e).

Pequenos grupos formados entre 15 e 20 alunos eram acompanhados mais de perto por um professor-tutor que deveria orientá-los, avaliar seus trabalhos, promover a auto-avaliação e possibilitar a discussão de dificuldades. Os grupos de tutoria encontravam-se uma vez por semana, durante todo o período escolar. (EMPG, 2005, p. 9, item d).

O projeto previa, ainda, que a informática deveria, sempre que possível, integrar o trabalho diário de pesquisa (EMPG, 2005, p. 9, item f).

Com relação ao trabalho do professor, o projeto destacava que: se opunha ao "professor formar-se individualmente para dar conta de uma docência expositiva e solitária, numa relação dual com os alunos", exigindo-lhe uma atividade compartilhada: três ou mais professores permaneciam em uma grande sala com 105 alunos, reunidos em pequenos grupos de cinco componentes cada, resolvendo os chamados Roteiros de pesquisa; ressaltava a busca por uma formação diversificada e múltipla que incentivasse a transversalidade curricular (não deixou claro como esse educador receberia tal formação); a aula expositiva deveria dar "lugar ao incentivo constante à pesquisa, à orientação quanto ao melhor uso dos Roteiros Temáticos, à solução de dúvidas que nascem dos mais diversos e inesperados lugares"; apontava a descentralização do papel do professor como detentor absoluto do saber para um papel de colaborador e orientador (EMPG, 2005, p. 5, item f).

Afirmava-se o reconhecimento do papel de educadores a todos os trabalhadores da escola, no âmbito de suas funções específicas, em prejuízo da visão de que só ao professor caberia o papel de ensinar e ao aluno o de aprender (EMPG, 2005, p. 4, item c). Nessa escola, portanto, além dos professores, outros profissionais e voluntários eram considerados educadores: permaneciam em sala com os alunos, auxiliando-os a solucionar dúvidas em suas lições, embora não fossem especialistas daquele componente curricular, corrigiam cadernos, avaliavam alunos; alguns chegaram a ministrar oficinas de curto prazo incluídas no currículo.

Segundo anunciava o documento sem traduzir em detalhes, o trabalho cotidiano deveria privilegiar "o respeito às diferenças e ao ritmo de cada aluno, com a certeza de que toda criança é capaz de aprender" (EMPG, 2005, p. 6, item g); "a compreensão de que a aprendizagem significativa é também conhecimento e desenvolvimento pessoal" (item h); enfatizava "ações sempre claras e coerentes, favorecendo canais de diálogo em detrimento de atitudes autoritárias e arrogantes" (EMPG, 2005, p. 6, item i).

Vale destacar algo peculiar, previsto e colocado em prática nesse projeto: o apoio e participação de pais e da comunidade na vida escolar deveriam ser incentivados, bem como o trabalho voluntário e o apoio institucional e financeiro (EMPG, 2005, p. 4, item d).

Em resumo, conforme o projeto da escola: a formação dos alunos tinha como objetivo central a busca pela autonomia e, portanto, a proposta pedagógica contava com uma nova organização curricular, um novo papel do professor e com a crescente participação de pais, voluntários e instituições na vida da escola.

3 Formação humana: a socialização que individualiza

De acordo com os estudos psicogenéticos de Henri Wallon (1968, 1969, 1973, 1975, 1979, 1986), a formação humana ocorre entre dois pólos, entre duas condições: as necessidades do organismo – condições biológicas e de maturação do sistema nervoso – e as exigências sociais às quais a pessoa deve se adaptar. O autor dedica sua obra à compreensão da gênese do psiquismo, centralizando sua teoria do desenvolvimento humano na relação entre a criança e o seu meio. Para ele é impossível pensar na vida psíquica senão sob a forma das relações recíprocas entre o biológico e o social, ambos indissociáveis e complementares, desde o nascimento humano.

Wallon compreende o desenvolvimento do psiquismo como um processo de socialização convergente para a individuação, que tem como fundamento as relações do homem com as pessoas, com os materiais e com as técnicas próprias de sua sociedade. Nesse sentido, a formação humana é alicerçada nessas relações e na capacidade que o homem possui de agir sobre a natureza.

Nessa abordagem, o ser humano não é explicado apenas por sua fisiologia, mas tendo como complemento indispensável à sociedade em que vive, com todos os elementos materiais, técnicos e humanos que a compõem. Sob tal perspectiva, a produção cultural desenvolvida pela humanidade é considerada como o limite imposto ao desenvolvimento do psiquismo; "[…] nossos conhecimentos, progredindo e transformando-se são, em cada época, o testemunho das leis e das estruturas que nossas técnicas nos permitem descobrir e pôr em jogo na natureza". (WALLON, 1979, p. 124).

O meio social é avaliado por Wallon como constituinte da pessoa. O organismo é considerado um sistema aberto, inacabado e dependente do outro – do social – para sua formação e desenvolvimento, seja diretamente pela relação interpessoal, ou indiretamente por meio do contato com o meio físico e com a produção cultural. Assim, é fundamental para a formação da pessoa o que lhe é disposto socialmente, isto é, seus relacionamentos

reais com o mundo, que não dependem dela nem de sua consciência, mas de relações concretas e sociais.

É importante destacar que Wallon não sobrepõe o meio social ao biológico. É certo que o organismo humano possui uma lógica biológica organizada, com uma evolução prescrita pelos genes e relacionado com um calendário maturativo que prevê funções naturais que aparecem, cada qual na sua própria hora, controladas por processos neurológicos e hormonais e abertas às influências do ambiente. Tal abertura não é ilimitada, como muitos erroneamente entendem, ocorrendo em certa margem preestabelecida pela herança particular que cada um recebe de seus genitores. No entanto, é essa abertura que, definitivamente, nos diferencia dos outros animais; é o que permite nossa humanização; permite localizar um ser humano num tempo e num espaço social; é a abertura às funções de adaptação social, que necessitam de material para torná-las eficazes. Esse material abarca a sociedade e tudo o que ela produz , em outros termos, é a cultura. Um forte exemplo é o da linguagem. A criança fala a língua usada à sua volta. Não pode fazê-lo até que esteja preparada biologicamente. Por outro lado, sua fala e pensamento só evoluem em contato com o meio em que vive; privada desse, essa função se tornaria frustrada. O meio lhe fornece material para que sua linguagem e seu pensamento evoluam.

O entendimento de Wallon acerca do desenvolvimento humano não é fragmentado em corpo/ mente, espírito/ matéria, consciente/ inconsciente. Ele possui uma visão dialética do desenvolvimento entendendo, entre muitos aspectos, que fatores orgânicos e psíquicos relacionam-se mutuamente, sendo, um, condição para a existência do outro. O autor afirma que qualquer manifestação perceptiva ou mental repercute no organismo deixando nele sua marca, pois "[…] não há acção, mesmo abstracta, que seja estranha às reacções corporais" (WALLON, 1968, p. 101). Além do mais, as circunstâncias em que esse organismo se encontra, as relações com seu meio, principalmente com o meio humano, também são condições para seu desenvolvimento. Assim, corpo, pensamentos e emoções, integram-se mutuamente, fazendo parte de um mesmo ser que se desenvolve, tendo como fundamento as relações que trava com seu ambiente: um meio de pessoas e de coisas, historicamente determinado.

Ao estudar a pessoa contextualizada, Wallon entende que, dependendo das disponibilidades da idade, um tipo particular de interação é estabelecido entre a criança e seu meio, pois é deste que são retirados os recursos para seu desenvolvimento. Dentre suas possibilidades e necessidades, a criança escolhe em que aplicar sua conduta: sobre os aspectos físicos do ambiente ou sobre as pessoas a sua volta que, juntamente com os conhecimentos próprios de cada cultura, formam o contexto de sua ação. Nesse sentido, Wallon identificou que a vida psíquica se desenvolve em etapas claramente diferenciadas, numa ordem de sucessão importantíssima, com necessidades e interesses que lhes garantem coerência e unidade. A duração de cada fase e as idades em que ocorrem são referências relativas, que dependem de características pessoais e de condições de existência. Cada etapa do desenvolvimento humano, que o autor denomina estádio, se estabelece por um equilíbrio entre a criança e o meio, que é rompido por alguma novidade e reconstruído não por acréscimo, mas por reorganização.

Pensando no foco da pesquisa realizada – a formação do jovem de uma 7ª série em uma escola pública – temos que ter clareza de que se trata de um ser constituído pelas dimensões físicas, emocionais e cognitivas que fundamentalmente necessita relacionar-se com os colegas, com os professores, com o conhecimento advindo das diferentes áreas do saber, pois esses constituem seu alimento, o que lhe possibilita tornar-se membro de sua cultura, humanizar-se, individualizar-se. Essa necessidade, como argumenta Wallon (1968), está inscrita na espécie humana. O que orienta o desenvolvimento é sua extrema dependência do meio social. Na ausência do outro, o homem perece, só pode se reconhecer como pessoa vivendo e convivendo com outras pessoas.

Sob essa perspectiva, uma educação comprometida com a formação dos alunos deve ter em sua centralidade o ser humano e suas necessidades, para a promoção da individuação. Permitindo que o jovem apreenda a realidade com maior objetividade, distanciando-se das situações às quais se mistura e se confunde, tomando maior consciência de si e do mundo, dissociando o que é seu e o que depende de influências externas. Para tanto, é preciso um poder de diferenciação, crítica e análise só alcançadas com a evolução intelectual. O foco deste estudo é saber como a escola pode promover a evolução intelectual de seus alunos e a objetivação de sua consciência. Segundo Wallon a consciência não emerge sozinha, mas em conjunto com o "outro", isto é, por meio das relações sociais que permitem o processo de objetivação do "eu", enquanto promove a submersão do "outro". O "eu" não se constitui de uma vez, mas de acordo com a idade, com o calendário maturativo, com as disposições individuais e com as circunstâncias. A consciência tende à individualização e a pessoa passa a perceber o mundo e a si mesma com maior objetividade.

Na 7ª série, os alunos se encontram por volta dos onze e doze anos, ocasião em que a tranquilidade afetiva dominante na fase anterior, é rompida por uma necessidade de reestruturar a personalidade, acompanhada por modificações corporais e hormonais. A predominância afetiva desloca o foco de interesses do mundo objetivo para o "eu" interior, em um lento processo marcado por questões de ordem pessoal e existencial. O jovem passa a experimentar uma ambivalência de sentimentos:

> […] timidez e arrogância, vaidade e gozo dos outros alternam e muitas vezes combinam-se. O mais absoluto egoísmo e o sacrifício pessoal andam a par; só as circunstâncias parecem por vezes decidir qual dos dois prevalecerá. Muitas vezes o sujeito espanta-se perante si próprio e sente a preocupação de já não se conhecer. Encontra-se deslocado da sua própria pessoa ou então é no seu passado que ele já não sabe reconhecer-se. … Assim podem ainda alternar e combinar-se o espírito da dúvida e o de construção, de invenção, de descoberta, de aventura e de criação. (WALLON, 1973, p. 139).

Nessa fase, a capacidade de representação amplia-se consideravelmente e o jovem interessa-se pelo desconhecido e pelo novo; os exercícios de sua imaginação conduzirão a progressos intelectuais, maior conhecimento de si e do mundo, reflexões sobre a vida e o valor daquilo que o cerca. As amizades deixam de ser baseadas em cumplicidades e rivalidades das tarefas, para se justificarem pela afinidade ou repulsa moral, valorizando mais a intimidade do ser do que, efetivamente, as colaborações e os conflitos. Assim como nas anteriores, essa nova fase vai se refletir em todo o campo psíquico.

Um educador atento aos seus alunos, às suas necessidades, seus conflitos pessoais e suas possibilidades, pode organizar suas ações de modo a promover a formação dos jovens direcionada para um grau cada vez mais elevado de diferenciação e clareza entre a fronteira do "eu" e do "outro" e maior capacidade de entendimento objetivo da complexidade do real. A relevância do papel docente é destacada nesse sentido.

Os estudos de Vygotsky (1987; 1989) aprofundam ainda mais a questão da relevância do conhecimento escolar e do papel do professor ao analisar as relações entre desenvolvimento e aprendizagem A importância do conhecimento escolar reside na relação que trava no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. O conteúdo das disciplinas e seus conceitos científicos desperta processos internos só tornados possíveis de operar quando o jovem interage com as pessoas à sua volta: um professor ou um colega mais capaz. Ao serem internalizados, esses processos tornam-se aquisições pessoais e independentes.

Para compreender as dimensões do aprendizado escolar, Vygostsky trabalha com dois conceitos: um é o nível de desenvolvimento real, que revela as funções já adquiridas pelo estudante, possibilitando a resolução de problemas sozinho e independente dos outros, demonstrando ciclos de desenvolvimento já completados ou funções que já se desenvolveram.

O outro conceito é o de nível de desenvolvimento proximal ou potencial, revelado quando um aluno, incapaz de solucionar um problema sozinho, consegue fazê-lo após o professor ou um colega mais capaz fornecer-lhe algumas pistas, solucionar uma questão parecida, ou mesmo iniciar a solução e o jovem consiga completá-la. Esse nível revela funções que estão presentes em estado embrionário, prestes a serem desenvolvidas, ou seja, aquilo que é possível fazer no presente com assistência e que num futuro próximo será feito de modo independente.

O nível de desenvolvimento potencial possibilita a compreensão de que "[…] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que a cercam" (VYGOTSKY, 1989, p. 99). Sob a orientação de um adulto ou em uma atividade coletiva as crianças são capazes de fazer muito mais do que fariam sozinhas, ainda que se restrinjam aos limites de seu grau de desenvolvimento.

Destaca-se, portanto, a relevância das relações sociais na aprendizagem, sobretudo do trabalho do professor e do conhecimento próprio de sua disciplina escolar.

Se Henri Wallon nos ensina que a cultura nos constitui imbricada em nosso desenvolvimento, Vygotsky aprofunda essa questão ao afirmar que a aprendizagem dos conteúdos das disciplinas escolares "[…] influencia o desenvolvimento das funções superiores para além dos limites dessa matéria específica […]", provocando o desenvolvimento intencionalmente, contribuindo para a consciência e o domínio deliberado de si e do mundo.

Essa atividade com o conhecimento sistemático aprendido na escola coloca em movimento processos de desenvolvimento que seriam impossíveis de ocorrer por si sós; possibilita aos estudantes experiências que jamais seriam possíveis de ser vivenciadas por conta própria; provoca uma atitude consciente e deliberada diante do objeto a ser conhecido que só com a experiência pessoal não seria possível. É uma atividade decisiva para que a conscientização dos próprios processos mentais e do domínio de si se desenvolvam. É relevante sublinhar que "[…] o aprendizado é uma das principais fontes de conceitos da criança em idade escolar, e é também uma poderosa força que direciona o seu desenvolvimento, determinado o destino de todo o seu desenvolvimento mental […]". (VYGOTSKY, 1987, p. 74).

Para que essas ideias fiquem mais claras, vejamos as relações entre os conceitos espontâneos e os científicos.

Os conceitos espontâneos são assistemáticos, adquiridos pela experiência empírica cotidiana e ope-

ram com um nível de consciência[2] muito baixo, pois a atenção permanece ligada ao objeto ao qual o conceito se refere e não no pensamento sobre ele.

Os conceitos científicos, por outro lado, não podem ser aprendidos diretamente, mas dependem do ensino e da aprendizagem para serem absorvidos. Dependem de um sistema de inter-relações que promove um afastamento da realidade, assim, "[…] a consciência reflexiva chega à criança através dos portais dos conhecimentos científicos […]". (VYGOTSKY, 1987, p. 79).

Um dos fundamentos da teoria de Vygotsky é o de que os conceitos espontâneos e os científicos, inicialmente afastados, evoluem de modo a se encontrarem, pois à medida que a criança adquire maior consciência e controle sobre os conceitos científicos, todos os outros formados anteriormente são reconstruídos na mesma direção. Enquanto os conceitos espontâneos são adquiridos na vida cotidiana sob baixa consciência, o desenvolvimento dos conceitos científicos começa por sua definição verbal e com sua aplicação em experiências provocadas, não espontâneas, em um processo consciente e deliberado desde o início: "O desenvolvimento dos conceitos espontâneos da criança é ascendente, enquanto o desenvolvimento de seus conceitos científicos é descendente, para um nível mais elementar e concreto". (VYGOTSKY, 1987, p. 93). Nesse processo, o desenvolvimento dos conceitos científicos envolve sempre uma atitude mediada em relação ao objeto, ultrapassando, assim, o desenvolvimento de conceitos espontâneos.

De acordo com essa abordagem, é esperado que na relação entre um professor e seus alunos o docente explique, dê informações, exemplifique, questione, corrija, faça o aluno explicar, escrever, debater, de modo que os conceitos sejam formados em colaboração com o professor e com os colegas, até que o estudante seja capaz de operá-los sozinho.

A aprendizagem de conceitos provoca o desenvolvimento de operações intelectuais ligadas a abstrações e generalizações – comparações, julgamentos, conclusões – que passam para um nível mais elevado à medida que novos conceitos são aprendidos. Por exemplo, conceitos algébricos são abstrações de números, não de objetos, que elevam o pensamento a níveis mais complexos, transformando o significado de conceitos inferiores. "O pensamento de um nível mais elevado é regido pelas relações de generalidade entre conceitos – um sistema de relações ausente da percepção e da memória" (VYGOTSKY, 1987, p. 99) ligados à vida prática e ao imediatismo. Dessa forma, "[…] a disciplina formal dos conceitos científicos transforma gradualmente a estrutura dos conceitos espontâneos da criança e ajuda a organizá-los num sistema; isso promove a ascensão da criança para níveis mais elevados de desenvolvimento" (p. 100).

No caso da aprendizagem da escrita é exigido do aluno um afastamento da situação real e um trabalho consciente, que requer a explicação plena de uma situação para que se torne inteligível. As funções psicológicas sobre as quais esse aprendizado se sustenta ainda nem começaram a se desenvolver quando seu ensino tem início, mas vão sendo desenvolvidas conforme a escrita é solicitada: ação analítica, sequência lógica para encadeamento de ideias, entre outras. Assim, o desenvolvimento progride mais lentamente atrás do aprendizado. Cada conteúdo tratado na escola tem sua própria relação específica com o curso de desenvolvimento da criança, numa relação que varia conforme ela avança de um estágio a outro. Sendo assim, orientar o conhecimento escolar para níveis de desenvolvimento que já foram atingidos é ineficaz se pensarmos no desenvolvimento global da criança. O aprendizado apropriado é aquele que se antecipa ao desenvolvimento, provocando-o e promovendo o desenvolvimento das funções psicológicas necessárias para sua aquisição. O mesmo vale para as demais disciplinas escolares.

A língua materna é dominada pela criança de modo inconsciente e o aprendizado da escrita e da gramática possibilita o desenvolvimento da língua falada em um nível mais complexo. O desenvolvimento intelectual não é compartimentado, mas faz parte de um processo único em que "[…] as principais funções psíquicas envolvidas no estudo de várias matérias são interdependentes – suas bases comuns são a consciência e o domínio deliberado, as contribuições principais dos anos escolares […]" (VYGOTSKY, 1987, p. 88).

A aprendizagem que caminha à frente do desenvolvimento serve-lhe de guia e deve recair, principalmente, sobre as funções que estão em desenvolvimento. Assim, na organização de uma proposta curricular é necessário conhecer o limiar mínimo, aquilo que o aluno já é capaz de fazer, seu desenvolvimento real, mas também se deve considerar o limiar superior, seu desenvolvimento potencial, orientando a aprendizagem para o futuro, não para o que já passou.

Os roteiros de pesquisa como proposta curricular da escola são, nas palavras de sua diretora em uma das reuniões, a "possibilidade de estudo sem professor". Sua fala se refere ao papel desempenhado pelos roteiros de estudo. De posse deles, cada aluno já sabe o trabalho que o espera. Nele constam o livro didático e a página em que devem buscar suas respostas.

Esse trabalho esvazia o papel do docente. Dirige a aprendizagem da criança para o que ela é capaz de fazer sozinha, sem provocação, perdendo oportunidades que jamais voltarão para absorver conceitos e provocar processos internos que mudariam o curso de seu próprio

2 Vygotsky usa o termo consciência para indicar a percepção da atividade mental, no sentido da consciência, de estar consciente, e inconsciência, no sentido inverso, de não se dar conta, de falta de reflexão deliberada.

desenvolvimento. A intervenção do professor define rumos de desenvolvimento em seus alunos, promove o distanciamento da realidade e o desencadeamento de processos psicológicos que jamais seriam desenvolvidos por si só.

Cada matéria escolar possui um período de maior influência na vida dos alunos, que se tornam mais receptivos a ela. Nessas ocasiões, a influência, que antes ou depois desse período teria um efeito reduzido, pode ser decisiva no curso do desenvolvimento dos estudantes. Nesses períodos, portanto, o papel do professor e do conteúdo escolar é decisivo e comprovam "[…] a natureza social e cultural do desenvolvimento das funções superiores durante esses períodos, isto é, a sua dependência da cooperação com os adultos e do aprendizado […]". (VYGOTSKY, 1987, p. 90).

No entanto, como os professores podem ficar atentos à receptividade de determinado conteúdo se não possui domínio sobre sua ação, que está atrelada aos roteiros? Como os alunos podem demonstrar seus interesses se suas atividades também estão limitadas à resolução de atividades nos roteiros? Como uma escola pode prever que os alunos prescindam de um professor?

Sem entrar no mérito de uma boa ou má formação, é esperado que um professor possua um conhecimento profissional e específico para o ensino de determinada área do conhecimento na qual se licenciou. No entanto, ao considerar em sua ação educativa que todos os adultos, independentemente de sua formação, tenham competência para ensinar os alunos, a escola retira do professor a soberania sobre sua profissão, desmoralizando-o. Priva os alunos de experiências no processo de domínio consciente dos conteúdos e, portanto, de sua formação plena.

Quantas coisas os jovens da 7ª série da escola em estudo poderiam fazer, quantas relações poderiam ser despertadas no interior de cada um favorecendo sua formação? Essa oportunidade única é perdida na medida em que não são provocados por um adulto. Ao contrário do que nos ensina Vygotsky, para esses alunos é como se o aprendizado corresse atrás do desenvolvimento. Fazem aquilo que já são capazes de fazer, sem o mínimo de provocação, de intencionalidade. As explicações do professor limitam-se à resolução de tarefas de modo mais simples possível. O domínio de um conteúdo poderia fornecer as bases para o desenvolvimento de processos internos altamente complexos no pensamento dos alunos para que a aprendizagem fosse convertida em desenvolvimento – análises, comparações, julgamentos, formulação de hipóteses, deduções, conclusões –, mas infelizmente a aprendizagem desses alunos fica restrita à resolução dos itens de seus roteiros de estudo.

Uma aprendizagem baseada na superficialidade dos conceitos suprime o desenvolvimento do pensamento abstrato, impede o distanciamento do concreto que é necessário e inevitável como meio, mas não como fim em si mesmo. A escola desperdiça a oportunidade de oferecer aos alunos uma aprendizagem e um conhecimento do mundo eficaz, promotor de formação humana em um processo que caminhe para maior objetivação do mundo e de si mesmo. Promove mais uma educação para a adaptação e para o imediatismo, deixando os alunos aquém de suas possibilidades e impedidos de esclarecimento[3].

Um professor atento ao que seus alunos já sabem e atento ao que os alunos podem vir a saber com sua ajuda poderia organizar o conteúdo e a forma como trabalhá-lo decidindo, por exemplo, se por meio de aulas expositivas, por discussões em grupos, trabalhos individuais ou em duplas, organizando suas ações de acordo com as necessidades de sua turma. Mas esse pensamento pressupõe que o professor tenha autonomia sobre seu trabalho empenhado em promover a formação de seus alunos.

A realidade da escola em questão evidencia uma proposta curricular elaborada e centralizada nas mãos de um assessor curricular sem formação específica para atuar como tal, que consegue manipular as relações de aprendizagem dos alunos a ponto de tirar do professor o domínio sobre seu trabalho. Este não planeja mais suas aulas nem as organiza na relação com seus alunos. Sua proposta curricular rejeita toda a teoria que temos sobre uma educação comprometida com a formação humana ao retirar da aprendizagem as relações sociais que são seu fundamento. Na maneira como é apresentada essa proposta, não aproveita o agrupamento dos alunos, as discussões que poderiam travar em torno de um tema do conhecimento, os trabalhos que poderiam desenvolver uns com a ajuda dos outros, nem a relação entre professor e aluno, que é também rejeitada. O docente é impedido de compreender o curso de desenvolvimento de seus alunos, pois não pode ficar atento às suas necessidades e possibilidades. Sua atenção volta-se apenas para a solução de dúvidas superficiais, sem fundamentação, relativas à resolução de tarefas dos roteiros.

Um fato interessante é que na oficina de Matemática o professor era muito mais solicitado pelos alunos do que nas demais atividades com o uso dos roteiros. Uma possível hipótese é a de que para solucionar os exercícios os alunos deveriam recorrer a conceitos ainda não dominados, não bastando a mera cópia do livro. Assim, a professora mostrava-se necessária. Ela dava explicações individuais aos alunos e estes, ainda que poucos, resolviam os exercícios. Esse fato sinaliza que o projeto,

3 Esse é um termo bastante usado por Adorno (1972) em suas críticas à sociedade capitalista, pela promoção de uma formação em que o conhecimento permanece exterior ao indivíduo, impedindo sua individuação, favorecendo um processo que ele chama de "pseudoformação".

entre tantos aspectos positivos e interessantes, possui alguns, relacionados ao currículo, mal aproveitados.

O atendimento individual aos alunos poderia ser uma ação produtiva se não fosse a única possibilidade de relação entre professor e alunos e entre estes e o conhecimento. O idealizador dos roteiros não conseguiu apagar a figura do mestre de Matemática, não foi capaz de "desconstruir" a disciplina, pulverizando-a nos diferentes eixos temáticos, como fez com Língua Portuguesa, Geografia, Ciências e História. Ela se manteve em sua sequência tradicional.

As disciplinas escolares são importantes instrumentos que a sociedade dispõe para a apropriação da cultura. Os conceitos científicos deveriam ser o produto do aprendizado escolar, no entanto, o único produto exigido pela escola é a resolução dos roteiros. Os alunos não produzem mais do que isso.

Se o aprendizado pressupõe uma natureza social específica, pode-se questionar o aprendizado de conceitos científicos nessa escola, uma vez que as relações específicas de conhecimento não são promovidas. Não é possível afirmar que os roteiros de estudos consigam conduzir os alunos ao domínio de um conhecimento sistematizado. Eles são tarefas a serem cumpridas. A escola não conta com planejamento ou sistematização de conhecimento, portanto, não há possibilidade do conhecimento se adiantar ao desenvolvimento. O professor foi deposto e nada foi colocado em seu lugar.

E não se pode afirmar que devolver ao professor seu lugar seja a garantia de uma melhor formação dos alunos. Isso fica patente na oficina de Inglês, que permanece com os traços tradicionais de aprendizagem. Em realidade, o foco da formação é que foi perdido. O projeto conseguiu organizar a escola de modo bastante positivo, diminuindo o número de alunos por oficina, mexendo nos espaços e no tempo escolar, mas tirou de sua centralidade o principal: os estudantes e suas necessidades. Na centralidade desse projeto está, sobretudo, o controle do comportamento dos professores para que não faltem às aulas e dos alunos para que permaneçam na escola e sejam mantidos ocupados. Assim, devolver ao professor seu papel, sem ter como objetivo prioritário os alunos e suas necessidades de nada serve à formação.

A importância estrutural das relações sociais na formação dos jovens é revelada também nos agrupamentos humanos. Wallon (1975) entende que a convivência em grupos seja indispensável, tanto para a aprendizagem social quanto para o desenvolvimento da personalidade e a consciência de si, pois requer de seus participantes dois processos complementares e antagônicos: a identificação com ele e assim, a sintonia de atividades com os objetivos do grupo, o espírito de coletividade, a introjeção de regras e, por outro lado, exige que nele seja tomado um lugar, um papel que diferencie a pessoa no grupo. Não é possível adquirir a objetivação de si e o conhecimento das próprias capacidades sem os grupos de referências. Suas exigências diminuem a subjetividade e obrigam o indivíduo a ajustar suas ações, a controlar-se, conscientizando-se de si mesmo como sujeito e como objeto. Por meio dos grupos que frequentam a pessoa se socializa e se individualiza, aprende

> […] a discernir as diferentes variedades de relações que a podem unir e eventualmente opô-la à sociedade. Estas têm um valor categorial em relação à sua pessoa, porque lhe permitem classificá-la segundo cada uma das suas actividades particulares. É um ordenamento íntimo da pessoa que os grupos realizam fazendo penetrar nela as diversas categorias de relações com os outros. Estas categorias são relativas simultaneamente a acção própria de cada um e ao ambiente social. (WALLON, 1975, p. 178).

Os alunos da 7ª série se encontram em uma fase do desenvolvimento na qual as ações mais intensas pendem para as questões subjetivas de reconstrução da personalidade; eles se procuram ou se repudiam mais por afinidades do que por questões objetivas de conhecimento. No entanto, é nessa fase que sua capacidade reflexiva é extremamente produtiva por contar com maior poder de representação, interesse pelo novo e pelo desconhecido. Nesse sentido, o critério para a constituição de grupos poderia ter bases intencionais ligadas à aprendizagem.

O agrupamento dos alunos é uma das peculiaridades do projeto da escola. Nas oficinas com roteiros de pesquisa o grupo nuclear formado por cinco alunos permanece junto, mas cada um resolve seu roteiro sem interação com os demais. Os estudos de Vygotsky apontam os ganhos em qualidade formativa que poderiam ser oferecidos a um grupo de alunos se, orientados pelo professor, discutissem sobre um mesmo tema ou resolvessem tarefas em momentos de grupo e individualmente. A atuação do professor nesse sentido também ganharia importância se este se mantivesse atento aos grupos, intervindo quando necessário, ajudando a promover a inclusão, evitando segregações e mediando desavenças. No entanto, a justificativa para a constituição dos grupos nucleares não foi encontrada no projeto pedagógico analisado.

A escola parece mais tentar dissipar a formação dos grupos do que reuni-los. Em nenhuma ocasião é encontrada uma justificativa educacional para esses agrupamentos, a não ser diminuir o número de alunos por oficina. Assim, do ponto de vista da formação dos alunos o agrupamento promovido pela escola não oferece grandes ganhos aparentes. Entretanto, o espírito de grupo emerge em diversas ocasiões: quando encobrem

um companheiro que cabula aula ou emprestam cadernos para que a resolução dos roteiros seja copiada, como na oficina de escrita em que a professora era bastante exigente. Por outro lado, as divergências também aparecem quando o grupo escapa do controle dos professores e se divide, cada um sentando-se à mesa com outro colega que não pertence ao seu grupo nuclear.

Pode-se inferir que é longe da sala de aula e das relações que poderiam se estabelecer em volta do conhecimento que a escola promove mais os agrupamentos. Nos subprojetos desenvolvidos fora do currículo, o agrupamento dos estudantes é mais livre e são feitos em volta de um objetivo comum, assessorados por um adulto, o que é bastante salutar do ponto de vista formativo. Não se pode deixar de lado também a força dos grupos de adultos que a escola forma, seu grande diferencial, nas assembleias de pais, no Conselho de Escola, Conselho Pedagógico, e no convívio com os alunos nas diversas atividades e festas que promove. A convivência com os adultos, sem dúvida, possui um grande valor formativo a essas crianças e jovens. A sobrevivência cultural é garantida por esses relacionamentos na transmissão de valores, crenças, ideias e afetos predominantes na sociedade. Wallon chega a afirmar que a criança sente uma atração poderosa pelos adultos, que lhe dão segurança para superar suas dificuldades e lhe servem de referência importantíssima para o conhecimento de si e de seu lugar no mundo. É, sobretudo, esse fato que nos leva a refletir a respeito da função social da escola.

5 Considerações finais

Os resultados obtidos que confirmaram uma das hipóteses levantadas na pesquisa: a relação com o conhecimento tornou-se empobrecida uma vez que a formação intelectual deixou de ser o centro do trabalho passando a ser uma das dimensões do projeto pedagógico.

As análises apontaram indicativos conclusivos de que a busca por novas alternativas ao trabalho escolar pode, muitas vezes, comprometer a formação dos alunos. A perda das fronteiras e a promoção da entrada da comunidade na escola ocorrem em detrimento da sua especificidade na formação dos alunos, num processo em que o professor é considerado uma peça-chave a ser demovida.

A entrada da comunidade na escola, a ajuda de pais, amigos, parceiros, voluntários, sem dúvida, é um importante passo para a conquistada democracia com vistas à melhoria da escola em diferentes aspectos. No entanto, seu papel não deve ser perdido. A escola ainda é a única instituição social pela qual todos os seres humanos devem, obrigatoriamente, passar. Seu principal papel está relacionado à formação desse ser, por meio de conhecimentos e de experiências indisponíveis na vida cotidiana, promovidos por professores que se formaram especificamente para essa finalidade.

Inegavelmente, escolas que apresentam um trabalho diferenciado devem servir de referência na área educacional, no entanto, há que se considerar uma análise mais profunda e crítica acerca do papel que desenvolvem na formação de seus alunos. Há que se considerar se estão cumprindo, de fato, sua função na sociedade.

Referências

ADORNO, T. W. Teoria de La Seudocultura. In:_____. *Filosofia y superstición*. Madrid: Aliança Editorial, 1972.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. *A formação social da mente.*São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WALLON, H. *A evolução psicológica da criança*. Lisboa: Edições 70, 1968.

_____. Plano de reforma Langevin-Wallon. In: MERANI, Alberto. *Psicologia e pedagogia: as idéias pedagógicas de Henri Wallon*. Lisboa: Editorial Notícias. 1969. p. 175-220.

_____. *Objetivos e métodos da Psicologia*. Lisboa: Editorial Notícias (coletânea). 1973. p. 131-140.

_____. *Psicologia e educação da infância.* Lisboa: Estampa (coletânea). 1975. p. 53-74.

_____. *Do ato ao pensamento*. Lisboa: Moraes, 1979.

_____. O papel do outro na consciência do eu. In: WEREBE, M. J.; NADEL-BRULFERT, J. (orgs). *Henri Wallon*. São Paulo: Ática, 1986. p. 158-167.

A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA E NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

THE IMPORTANCE OF ENVIRONMENT IN THE PSYCHIC CONSTITUTION AND PSYCHOANALYTIC PRACTICE

Rosana Sigler
Doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia – USP
Professora – Departamento de Ciências da Saúde – Curso de Psicologia – Uninove
São Paulo – SP [Brasil]
rosana.sigler@uninove.br

Resumo

Este trabalho é uma contribuição aos debates psicanalíticos sobre o papel do ambiente na constituição psíquica e na clínica psicanalítica. Na história da psicanálise, esses debates têm abordado a ênfase: a) nas provisões ambientais *versus* na fantasia e no conflito psíquico, com relação ao desenvolvimento da criança, e b) no presente *versus* no passado, com relação às transformações que operam no processo psicanalítico. Apresenta-se um exame das concepções de "realidade", presentes nas teorias de Melanie Klein e Hans W. Loewald, como elementos-chave para a elucidação das distintas ênfases dos autores sobre o "ambiente" e a "experiência atual" na constituição do sujeito. No trabalho de Loewald, evidenciam-se possibilidades originais de compreensão do papel do ambiente, incluindo o papel do "outro" e da "experiência atual". Em Klein, em razão do dualismo que marca sua produção conceitual, evidenciam-se menores possibilidades de compreensão do papel do ambiente e da alteridade na constituição do sujeito.

Palavras-chave: Alteridade. Clínica psicanalítica. Constituição do sujeito. Teoria psicanalítica.

Abstract

This research is a contribution to psychoanalytic debates about importance of environment in the psychic constitution and its incidence in the psychoanalytic practice. In the history of psychoanalysis these debates are concerned to: a) emphasis on real experience and environment *versus* emphasis on fantasy and mental conflict regarding development of child; and b) emphasis on present *versus* emphasis on past regarding transformations occurring in the psychoanalitical process. An inquiry of conception of "reality" in the theories of Melanie Klein and Hans W. Loewald is presented as a key element in order to clarify the distinct emphases of authors on "environment" and "current experience" in the constitution of the subject. In the Loewald's work, original possibilities of understanding of role of environment has become evident, including the role of the other and the current experience. In Klein, due to her typical dualism of conceptual production it has become evident a weaker understanding of role of environment and otherness in the constitution of the subject.

Key words: Constitution of the subject. Otherness. Psychoanalytic theory. Psychoanalytic practice.

1 Introdução

Esta apresentação tem por base um trabalho realizado há algum tempo, e que desejei apresentar para essa comunidade acadêmica. O trabalho original possuía em seu título, no lugar da palavra "ambiente", a palavra "realidade", pois fiz uma investigação do conceito de realidade nas obras de dois importantes autores da Psicanálise: Melanie Klein e Hans Loewald. Nesta apresentação, optei por substituir "realidade" por "ambiente", pelo fato de este último termo comunicar mais diretamente determinadas significações que pretendo abordar aqui. No trabalho original, no entanto, precisei priorizar o rigor e precisão da palavra realidade. Em suma, pretendo, com o termo "ambiente" designar um conjunto de significações e começo essa apresentação falando sobre elas.

Por que não utilizar o termo "realidade externa"? Porque ele tem sido tradicionalmente carregado de um sentido que, desde o trabalho original, lutamos por superar: o de que a realidade externa é uma entidade que contribui com a constituição do psiquismo fundamentalmente pela inibição e imposição sobre a realidade interna. Ao utilizarmos o termo "realidade", sem adjetivação, estamos também sinalizando que para abordar a importância do ambiente na constituição do psiquismo é preciso que examinemos qual é a concepção de realidade com a qual estamos trabalhando.

A "realidade" do título refere-se à realidade material, que faz parte da experiência sensível do sujeito no mundo, e à realidade social, que inclui formas de organização e funcionamento pré-existentes ao sujeito, abarcando evidentemente o plano representacional. A dimensão social abarca também os objetos, ou seja, a experiência com a alteridade, que possui inúmeros matizes. Este trabalho busca enfatizar a importância da realidade, em todas essas dimensões, na constituição do psiquismo. No entanto, essa realidade é compreendida como estando em uma relação com o psiquismo que não está pautada fundamentalmente na oposição e confronto. Por isso, essa realidade exterior pode ser considerada como fundante do psiquismo. Assim, com o termo "realidade", estamos nos referindo ao "ambiente", mas agora pôde ficar claro de que ambiente estamos falando.

A constituição psíquica, por sua vez, está sendo aqui tomada como processos de construção do *self* por meio da interação com a realidade, que se iniciam nas relações primordiais da criança com a mãe e se estendem por toda a vida. Os processos de transformação que operam na relação analítica também são tomados como potencialmente constitutivos da subjetividade.

2 Objetivos e justificativa

Posto isso, podemos abordar a razão deste trabalho – sua justificativa – e seus objetivos. Este estudo é uma contribuição aos debates psicanalíticos sobre o papel do ambiente na constituição psíquica e na clínica psicanalítica. Na história da psicanálise, esses debates tradicionalmente têm abordado, de um lado, a ênfase nas provisões ambientais e na dimensão real *versus* a ênfase na fantasia e no conflito psíquico, com relação ao desenvolvimento da criança. Por outro lado, os debates têm abordado a ênfase no presente *versus* a ênfase no passado, com relação às transformações que operam no processo psicanalítico. Ou seja, ao longo dos anos, os psicanalistas que construíram o arcabouço teórico da psicanálise, oscilaram entre defender que o psiquismo se forma e se transforma fundamentalmente a partir do "outro" (da mãe) ou a partir de "si mesmo" (do bebê) e de suas pulsões. Examinar detidamente as concepções de autores antagônicos como são estes, que ora apresento, possibilita-nos também olhar com mais cuidado para nosso objeto de estudo: o psiquismo, sua constituição e as próprias teorias sobre esse objeto.

Para isso, o objetivo neste trabalho foi realizar um exame das concepções de "realidade" presentes nas teorias de Melanie Klein e Hans W. Loewald como elemento-chave para a elucidação das distintas ênfases dos autores sobre o "ambiente" na constituição do sujeito. A aposta era a de que o exame da concepção filosófica de realidade de cada um dos autores nos permitiria compreender a importância que cada um deles conferia ao ambiente na constituição do psiquismo, em suas teorias.

3 Metodologia

Para abordar a importância e o papel do ambiente na constituição do sujeito, adotamos a estratégia de comparar a produção teórica de dois autores da psicanálise que contrastam quanto ao modo como concebem esse ambiente. A ideia foi a de examinar a concepção de realidade em suas obras, buscando mostrar de que maneira a diferença nesta concepção determinou diferentes compreensões sobre o papel do ambiente na constituição do psiquismo. O exame desses dois autores nos permitiu compreender as razões de natureza teórica que os levaram a conferir essas diferentes ênfases.

O exame das obras dos dois autores foi iniciado pela leitura da biografia de cada um deles, a fim de obter um guia dos textos a serem lidos na etapa seguinte. Um roteiro de leituras dos textos de cada autor foi sendo construído, à medida que as leituras iam avançando. O critério para a inclusão de um item era o de que a produção abordasse temáticas que envolvessem a concepção de realidade, tais como a presença do analista, da mãe, do ambiente em momentos importantes da constituição do psiquismo (início do desenvolvimento, por exemplo).

4 Resultados e discussão

Melanie Klein compareceu como representante de um modelo clássico, pautado na oposição entre realidade externa e interna, e Hans Loewald, como representante de um modelo pós-clássico que criticou o modo como Freud teria postulado essas relações. O estudo da obra de Loewald, no entanto, conduziu-nos a inúmeros aspectos relevantes sobre a importância do ambiente na constituição do psiquismo: a natureza "relacional" das pulsões, a noção de "invenção da realidade", sua conceituação de sublimação, a ênfase na experiência relacional com o analista como fator essencial da ação terapêutica da psicanálise e a postulação de um "solo primordial trans-subjetivo" da experiência humana. Em todos esses aspectos, há um modo de conceber o que chamamos de realidade externa que nos pareceu especialmente fecundo.

A realidade externa, em seu pensamento, assume o estatuto de "parte constituinte do sujeito". Por isso, esse autor ganhou destaque nesta tese, servindo-nos de exemplo de um modelo teórico que aborda a importância dessa realidade na constituição do psiquismo, sem deixar de abordar também a importância da realidade interna.

Melanie Klein

A partir do exame dos artigos em que ela discorre sobre os objetos, foi possível chegar a algumas conclusões sobre sua concepção de realidade. O pensamento de Klein expresso nos trabalhos examinados – que abrange seus textos iniciais até os de 1945– é marcado por um dualismo que opõe mundo externo e mundo interno e que criou certos impasses e contradições em seus escritos. Em alguns momentos – e isso se encontra espalhado ao longo de seus artigos –, Klein trata a realidade externa como aquilo que é apreendido pela percepção, processo atravessado fundamentalmente pelas pulsões e, por isso, pelas fantasias e defesas. A realidade externa, nesses momentos, corresponde à projeção de uma produção interna pulsional. Em outros momentos, tal como quando se refere ao "teste de realidade" que efetuaria um ajuste entre o mundo interno e uma "realidade tal como ela é" – podemos verificar essa concepção em seu artigo de 1940, *O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos* – ela está aludindo a alguma forma de captação da realidade externa sem a mediação das defesas, o que contradiz a concepção de realidade externa como aquilo que é produzido internamente. Essa última ideia de Klein revela sua sensibilidade para pensar a relação do sujeito com a realidade e com a alteridade. No entanto, no plano conceitual, no qual ela buscou explicitar os processos envolvidos nessa relação, Klein acaba por fazer predominar um modelo de inteligibilidade do psiquismo apoiado principalmente na ênfase na dimensão intrapsíquica, na ideia de sua determinação sobre os processos perceptivos e de uma realidade externa cujo papel na constituição do psiquismo se limita a gratificar e frustrar. Por isso, a autora não pôde conferir o peso à realidade externa para esta constituição, tal como foi possível para Winnicott, por exemplo, ainda que não deixasse de insistir em sua importância. Para a autora, a realidade externa é importante, em última análise, apenas na medida em que modula o jogo pulsional do sujeito no plano intrapsíquico. Assim, uma realidade externa frustrante, por exemplo, desencadeia a agressividade, as fantasias e defesas a ela relacionadas.

É preciso, no entanto, lembrar que esse é apenas um recorte sobre a "produção conceitual" da autora, ou seja, um recorte sobre os textos em que ela buscou explicitar sua concepção de desenvolvimento psíquico e seus dinamismos. Em seu esforço de teorizar, ela parece ter sido presa de um pensamento que opõe realidade interna e externa. No entanto, sua capacidade de apreender fenômenos inconscientes, a partir de sua clínica, e de nomeá-los, continuou a operar e produzir ideias importantes ao trabalho do psicanalista. Acredito que seja possível compreendermos a totalidade do trabalho de Klein como abarcando duas dimensões: sua produção conceitual e seu trabalho clínico, este último sendo o lugar primeiro de toda sua teorização e que nem sempre teve sua riqueza bem representada no trabalho conceitual. Em suma, lembramos que, com a análise que fizemos da concepção de realidade na obra de Klein, não pretendemos descartá-la como fonte ainda viva de elementos conceituais para compreender os fenômenos da clínica psicanalítica. Estamos tão-somente detectando um viés em sua teorização que, quando ignorado, pode levar a uma compreensão também viesada do psiquismo humano e dos fenômenos clínicos.

Hans Loewald

O autor critica a concepção de realidade predominante no texto freudiano, uma realidade já posta desde o início da vida e descoberta pelo psiquismo em desenvolvimento. Na concepção freudiana, a relação entre a realidade e o sujeito seria predominantemente caracterizada pela oposição e confronto, e termos como "princípio de realidade" e "teste de realidade" sinalizariam a imposição desta sobre o sujeito e a necessidade de adaptação. Nesse sentido, a fantasia é compreendida como a atividade que permanece sob o princípio de prazer, distanciada da luta do ego com a realidade. Processos primários e secundários caracterizariam, cada um deles, atividades psíquicas bastante diversas, ligadas ao id e a parte do ego, instâncias também compreendidas como estando em relação de oposição. Loewald critica, assim, a suposta ênfase de Freud sobre os aspectos defensivos do ego em permanente luta contra a realidade interna das pulsões e a realidade externa frustrante.

Retomando a noção freudiana de narcisismo, o autor resgata uma concepção de realidade em Freud que não teria sido por ele enfatizada. Para Loewald, não há uma realidade externa já dada, que o sujeito irá descobrir, mas a construção e reconstrução de realidades mais e menos discriminadas do e pelo psiquismo, a partir da unicidade narcísica original da criança com a mãe. Assim, não há uma realidade, mas várias, de acordo com diferentes "níveis de integração ego-realidade". Em níveis precoces, o ego está imerso em um solo primordial, em total indiferenciação e fluidez com a realidade.

Uma das implicações desta concepção é a de que, em níveis precoces de integração, tais como em alguns estados psicóticos, não ocorre perda de realidade, mas, ao contrário, excesso de partes da realidade. Loewald refere-se à especial sensitividade e o chamado "sexto sentido" que alguns esquizoides têm com relação a outras pessoas, como fenômenos em virtude de um determinado nível de integração ego-realidade, no qual há mais fluidez e menor diferenciação, semelhante aos estágios iniciais.

Além da realidade materna, há também a paterna que teria sido predominantemente explorada por Freud: a realidade frustrante. Mas esta realidade não apenas frustra, ela também favorece níveis de discriminação ego-realidade, diz Loewald. Realidade materna e paterna são compreendidas pelo autor como ameaçadoras – a primeira, ameaça por seu apelo engolfante e pela ausência de limites, e a segunda, por um excesso de discriminação, inibidor da imaginação, criatividade e vivacidade.

As realidades materna e paterna não são mais e menos "reais" para o sujeito, ambas possuem o estatuto de realidade. Consequentemente, fantasia e realidade, para o autor, não são opostas, mas se entrelaçam, havendo na saúde psíquica a possibilidade de uma transposição recíproca entre elas.

Nesse sentido, Loewald afirma que é a presença entrelaçada dos processos primários e secundários que possibilita níveis superiores de integração ego-realidade. Correspondem a atividades mentais que deveriam estar ambas presentes nas relações do *self* com o mundo. Entre elas deve haver trânsito livre, processos secundários deixando-se atravessar pelos processos primários, de modo que a atividade científica, por exemplo, possa ganhar em criatividade e imaginação.

A concepção de realidade em Loewald acompanha formas de compreender outros aspectos centrais da teoria psicanalítica, em que se enfatiza sempre a natureza originária "relacional", em oposição à ênfase clássica – de S. Freud e M. Klein, por exemplo – na dimensão "intrapsíquica". Assim, o parricídio que faz parte do complexo de Édipo não é simplesmente elemento da fantasia edípica, mas corresponde a um ato emancipatório do sujeito, sendo "mais do que simbólico" (1979, 1980, p. 395), uma vez que "nós matamos algo vital" em nossos pais. Sendo uma vivência fundamentalmente relacional, os pais possuem papel decisivo no modo como a criança atravessa essa experiência.

Loewald supõe também que *self* e mundo estão em uma relação continuamente constitutiva, numa alternância entre diferentes níveis de integração. Ao longo da vida, então, devemos supor momentos de imersão do sujeito na realidade, em relação de indiscriminação e fluidez potencialmente enriquecedoras do psiquismo. Nesse sentido, o contato com o objeto externo real é importante e constitutivo, porque as internalizações ocorrem a cada resgate de níveis precoces de integração que possibilita a imersão no solo primordial trans-subjetivo. Essas internalizações transformam as relações internas, mas não instauram, de uma vez por todas, relações que substituem as com objetos externos.

O acento na dimensão relacional caracteriza também a compreensão da pulsão, para Loewald. O ambiente "[…] não necessariamente, ou não somente, reduz ou abole a excitação, mas também *engendra* e *organiza* os processos de excitação […]" (1971, 1980, p. 130, grifos do autor) que só então podem ser chamados de pulsionais. As pulsões passam a existir a partir das interações da criança com a mãe, ou do analisando com o analista, quando mãe e analista reconhecem algumas exigências ainda indiferenciadas da criança e do analisando. Os atos de reconhecimento deste outro organizam o que ainda não é da ordem da pulsão, despertando-a e instituindo-a.

Outro aspecto importante deve ser ressaltado em seu pensamento. Quando discorre sobre o processo psicanalítico, há uma ênfase no "presente" e na experiência relacional com o analista, em contraposição à ideia da repetição de uma experiência passada e distorção da realidade atual. Isso está no modo como concebe o fenômeno da transferência e o inconsciente em sua relação de continuidade com a realidade exterior e os objetos. Para Loewald, a transferência é um processo por meio do qual o analista se oferece ao inconsciente a fim de que este possa ganhar alguma forma, tal como os resíduos diurnos oferecem meios para que conteúdos inconscientes possam figurar nos sonhos. Essa concepção da transferência confere aos objetos contemporâneos o estatuto de elementos constituintes do psiquismo. É assim que Loewald postula que o analisando pode experimentar novas formas de relação, porque "[…] o analista se torna não apenas potencialmente, mas verdadeiramente disponível como um novo objeto […]" (1960, 1980, p. 225). Essa possibilidade caracteriza a ação terapêutica da psicanálise.

O próximo aspecto de sua teorização que merece destaque é sua conceituação de sublimação. Ela é tida como um processo por meio do qual "unicidades originais" são resgatadas – unicidade entre ego e realidade,

entre o eu e o outro, entre experiência e palavra. A sublimação corresponde a processos caracterizados pela "harmonização de forças" e, como tal, ela é canalização e organização da vida pulsional, construção do psiquismo e da realidade.

A construção da realidade na sublimação, porém, implica a ideia de invenção a partir de algo que já está lá. Essa formulação paradoxal lembra o conceito de "criação" em Winnicott (1953), quando o psiquismo simultaneamente "encontra e cria" os objetos e de que o objeto subjetivo é sempre anterior ao objeto objetivo, mas é preciso que este exista antes, para que aquele possa ser concebido. Há, no processo sublimatório postulado por Loewald, um domínio da realidade, no sentido de um "acordo entre a realidade material e externa que já é presente e a realidade psíquica". Quando há sublimação – nas produções culturais, por exemplo, e na relação analítica, ocasião privilegiada para os processos sublimatórios – há uma reapropriação de si mesmo e da realidade externa pelo sujeito, de modo a instaurar ou reinstalar uma relação self-mundo significativa. A realidade externa, então, não é totalmente criada e nem, simplesmente, investida pulsionalmente. Há uma participação efetiva dela, incluindo os objetos, que oferecem meios pelos quais o inconsciente pode ganhar forma, tal como vimos ocorrer nos processos de transferências. A interpretação analítica é, assim, ocasião para o resgate da conexão entre a palavra e a experiência do sujeito (o resgate desta unicidade original) e, por isso, ocasião para a possibilidade de recuperar aspectos da experiência que estavam desligados e perdidos.

O simbolismo na sublimação oferece os "elementos ligantes" e as possibilidades de ligação para que o sujeito possa conectar-se de forma significativa com o mundo objetal e com a realidade material e social que já se oferecem a ele como matéria-prima. Pintar um quadro, realizar uma composição musical, escrever um texto, enunciar uma interpretação analítica (pelo analista) ou apreendê-la (pelo analisando) são processos em que elementos do mundo – a tela e as tintas, as ondas sonoras produzidas pelos instrumentos musicais, os conceitos do autor e as ideias do analista – oferecem-se como meios pelos quais o sujeito pode recuperar sua unicidade primordial com o mundo das cores e formas, dos sons e das palavras. No resgate dessa unicidade original, o *self* é reconstituído e a realidade externa é reconstituída porque é dotada de sentido mais profundo para o sujeito.

Quando Loewald afirma que o mundo exterior é "inventado", ele está, como já dissemos, comunicando o paradoxo existente nesse processo: há uma "criação" ao mesmo tempo em que um "encontro" com a realidade. Então, ele está incluindo a participação dessa dimensão exterior ao psiquismo em sua constituição e na do mundo e, com isso, enfatizando a importância da realidade. No processo sublimatório, ocasião para a invenção da realidade, há algo que a um só tempo é gerado pelo *self* e apresentado pelo mundo, tal como ocorre na relação do artista com seu ambiente. Uma palavra, um som, uma forma, uma vez determinados, sugerem o próximo passo a ser dado. Este próximo passo é, ao mesmo tempo, criação e encontro, a criação indicando a participação do sujeito, e o encontro indicando a participação do ambiente.

O solo primordial, do qual emerge um sujeito mais discriminado do mundo, é de natureza relacional, está potencialmente presente ao longo de toda vida e é resgatado na originária união entre sujeito e realidade externa, a partir dos processos sublimatórios. Ora, trata-se aqui de uma concepção original não apenas da realidade, mas das relações do sujeito com essa realidade, que será experienciada como exterior, mas que fundamentalmente "faz parte deste sujeito". Por isso, trata-se também de uma concepção original da própria "subjetividade": nosso sentimento de sermos uma subjetividade é um resíduo de um sentimento muito mais inclusivo, correspondente a um laço íntimo entre ego e mundo.

O sujeito é concebido, então, não como um agente da atividade mental, mas como a manifestação de uma matriz original trans-subjetiva. Essa ideia contrapõe-se à de um *self* nuclear, inato, separado e individual. O inconsciente de Freud estaria próximo dessa subjetividade, tal como Loewald compreende; e o sentimento oceânico do qual Freud fala seria um modo de recuperação dessa matriz original indiferenciada que enlaça a nós todos. Loewald diz que, com a segunda teoria das pulsões postulando que estas pertencem "[…] a uma natureza universal não menos do que a uma natureza humana, a realidade psíquica englobou, por assim dizer, a realidade material objetiva." (1988a, p. 49). A psicanálise seria, então, para o autor, também uma "filosofia da natureza" (1988a p. 54).

Essas formulações de Loewald enunciadas em seu último artigo acrescentam um importante aspecto a respeito de sua concepção de realidade enunciada 40 anos antes. A dimensão exterior ao sujeito – a realidade material e social – corresponde à realidade do inconsciente, e a realidade psíquica de cada sujeito é uma manifestação particular deste solo trans-subjetivo. Há uma universalidade no inconsciente que torna possível a cada sujeito a compreensão do mundo e dos outros. É nesse sentido que o autor refere-se à empatia como uma forma de reverberação e unissonância entre os seres humanos e entre estes e a natureza em geral.

Inspirado na segunda teoria pulsional de Freud, Loewald enfatiza que o mundo externo é feito de processos que correspondem aos processos inconscientes de formar uniões, mantê-las e destruí-las. Diz ele:

> […] a projeção da psicologia sobre o mundo externo – a marca, de acordo com Freud, da visão religiosa/mitológica de mundo ou da 'metafísica' – ocorre porque há forças inconscientes operando no mundo externo não menos do que no mundo interno do indivíduo. Essas forças são chamadas por Freud de instintos de vida e de morte. (1988a, p. 53).

Retomando o uso da noção de "projeção" que Freud fez em *Psicopatologia da vida cotidiana*, Loewald afirma que ela não se dá no vazio; a projeção "[…] pressagia um reconhecimento inconsciente obscuro da identidade profunda das forças pulsionais no mundo interno e externo." (1988a, p. 52).

Nem todo produto humano implica invenção da realidade e de si mesmo, de modo que deveríamos considerar que somente processos genuinamente sublimatórios promovem a renovação do sujeito e da realidade. Certas produções artísticas (provavelmente aquelas que possuem ressonância mais profunda e ampla em outros sujeitos), uma análise bem sucedida, um texto que potencialmente possa também ressoar em seus leitores seriam resultantes de encontros do sujeito com a realidade, em que algo de primordial estaria sendo resgatado. Algo que é, por isso mesmo, potencialmente transformador do psiquismo e da realidade externa e impactante. Loewald se refere à magia (a magia de uma grande obra de arte) como relacionada à reconciliação resgatada na sublimação. O pensamento, gesto, imagem, emoção e fantasia unidos de novo com a experiência não-mágica e ordinária, corresponderiam à magia da grande obra de arte.

Nesse sentido, o conhecimento produzido (sublimação), quer seja uma interpretação psicanalítica, quer seja uma conceituação, terá seu valor, ou será verdadeiro, na medida em que descrever processos psíquicos que fazem parte da experiência emocional inconsciente, quer seja da dupla analítica, quer seja da comunidade psicanalítica. Isso só ocorrerá se alguma unicidade original for resgatada. Esperamos que as ideias contidas neste trabalho sejam resultado desse resgate. Se forem, elas encontrarão ressonância também em seus leitores, como encontraram nos autores.

5 Considerações finais

Este trabalho abordou a importância da "realidade" na constituição do sujeito a partir do ponto de vista psicanalítico. A investigação sobre a concepção de realidade na obra de Melanie Klein e Hans Loewald valeu-se do contraste entre eles para elucidar diferentes formas de conceber a realidade e sua incidência na constituição do psiquismo. Ligadas a essas formas estão as diferentes concepções sobre a constituição psíquica, a ação terapêutica da psicanálise e as relações do sujeito com o mundo.

A concepção de realidade na obra de Loewald foi investigada a partir de alguns temas em que a realidade compareceu de modo mais evidente. São estes a sucessão de níveis de integração ego-realidade a partir do narcisismo primário, o complexo de Édipo, a noção de constituição psíquica contínua ao longo da vida, a dimensão pulsional, a ação terapêutica da relação analítica e a crítica do autor sobre a concepção de realidade em psicanálise, abarcando a dimensão social da experiência humana.

Com este exame, procuramos demonstrar, em primeiro lugar, a concepção original que o autor possui da realidade, que difere de concepções psicanalíticas tradicionais. Essas concepções são as de realidade externa, realidade interna, realidade psíquica, teste de realidade e as relações entre realidade e fantasia. Essa diferença com o pensamento de Freud ocorre porque o autor não parte da concepção da realidade como estando em relação de oposição com o sujeito. Dessa forma, ele supera as noções dicotômicas de realidade interna *versus* realidade externa, fantasia *versus* realidade, a noção de uma realidade psíquica que se opõe à realidade material externa e a noção do teste de realidade como operador que discrimina fantasia e realidade. A noção de realidade em Loewald, ao contrário, supõe a presença de várias realidades que se transformam ao lado das transformações do próprio sujeito, conforme seus diferentes níveis de integração. Tanto a fantasia quanto a realidade possuem um caráter não-real apenas na medida em que a comunicação entre ambas está prejudicada. A noção de realidade, para o autor, está relacionada à ideia do contato do psiquismo com uma dimensão externa a ele por meio da qual encontra modos de encarnação e expressão, ou seja, de realização. É nessa relação do psiquismo com o mundo com sua dimensão externa que os aspectos inconscientes tomam forma e se tornam reais. É o encontro entre *self* e mundo, então, que dá ensejo às realidades do sujeito, processo no qual elementos internos, mas também externos, participam de forma decisiva.

A relação do *self* com a realidade, então, pode ser desdobrada em vários matizes de acordo com os níveis de integração ego-realidade. Em certos níveis de integração (na experiência psicótica, por exemplo), aparece uma relação de fluidez e amalgamamento com a realidade, o que contrasta com a concepção de realidade em Klein, na qual os objetos parciais são o reflexo do próprio *self* (não havendo, portanto, a suposição de um encontro com a alteridade). Em outros níveis de integração ego-realidade (em uma atividade neurótica defensiva extrema, por exemplo), há uma relação de oposição com a realidade, tal como a que teria caracteri-

zado a própria concepção de realidade e de constituição do psiquismo na teoria psicanalítica de Freud.

Em segundo lugar, apresentamos as implicações que, em Loewald, a concepção de realidade possui para a compreensão da constituição do psiquismo. A primeira é a de que a constituição do psiquismo compreende processos ao longo de toda a vida do sujeito, incluindo as já consideradas relações primordiais do sujeito com a mãe, a relação analítica e, agora, a relação do sujeito com o mundo. O exame de sua concepção de realidade nos permitiu revelar uma compreensão do papel decisivo que a realidade externa possui na constituição do psiquismo, bem como o papel decisivo que possui a dimensão atual da vida do sujeito nessa constituição. Isso se deve ao fato de que, em níveis de integração ego-realidade em que há maior diferenciação, ainda se preservam possibilidades de fluidez e amalgamamento. E nestas o sujeito se vale da imersão primordial para emergir de forma enriquecida, transformada e mais diferenciada.

Considerar o papel decisivo que a realidade externa, o outro e a dimensão atual da vida do sujeito possuem na constituição psíquica implica, em primeiro lugar, conferir aos pais e analista – tomados em sua alteridade radical – o papel de elementos constitutivos do psiquismo da criança e paciente, respectivamente. Além disso, a ênfase na dimensão presente da vida do sujeito implica também conferir o papel de elemento constitutivo a todo o ambiente humano, que inclui a realidade social com seus modos de estruturação e funcionamento e as relações intersubjetivas.

Com o exame da concepção de sublimação, pudemos agregar a essas ideias o papel conferido à realidade na constituição do psiquismo, via processos sublimatórios. Além disso, também se incluiu o papel dos sujeitos na elaboração e organização da realidade. A realidade, para Loewald, não é investida, mas é reorganizada e recriada. Há aqui o paradoxo da "invenção" – que não é criação totalmente subjetiva nem descoberta de algo objetivo.

Retomando suas palavras, a invenção destaca a "[…] tensão e a prontidão complementar e recíproca do agente e do 'material'." (1988b, p. 76). Na sublimação, resgata-se a unicidade original do sujeito com o mundo, na qual operam novamente processos de constituição da internalidade e da externalidade. Nesse resgate, o sujeito faz uma imersão na realidade, recuperando formas primordiais do experienciar humano.

A partir da caracterização de Loewald da relação do *self* com a realidade, é possível supor um encontro com a alteridade, ao longo do desenvolvimento e na vida humana em geral, que não pôde ser concebível para Klein, por mais que tenha insistido na importância da "realidade externa" na constituição do psiquismo. Para Loewald, a realidade externa efetivamente participa dos processos sublimatórios. O modo como o *self* experiencia a realidade não é totalmente determinado por sua atividade pulsional e as possibilidades de contenção/defesa do aparelho psíquico, em contraste com o pensamento de Klein. Na experiência do *self*, participa também a realidade externa, pelo modo como comparece com o fornecimento de "material" (objetos e palavras) para a criação/invenção do sujeito. Em suma, o que constitui o sujeito, para Loewald, é o estabelecimento de relações com uma realidade que é pensada fundamentalmente como estando em "consonância" com o *self*, e não em oposição a ele. A sublimação, canalizando e organizando a vida pulsional, é o processo responsável pela constituição contínua do psiquismo. Esse processo envolve uma compensação ou reparação da polarização sujeito-objeto, ou seja, um estreitamento do abismo entre *self* e realidade.

A obra de Loewald, sem perder a potência compreensiva sobre processos intra-psíquicos, ganhou destaque neste trabalho na medida em que pôde conferir importância decisiva à realidade – e ao outro – na constituição do sujeito, conforme nossa posição. Consideramos que suas ideias, rompendo com pressupostos centrais da psicanálise clássica, tais como a ênfase no passado, na dimensão interna e na interpretação, enriquecem a teoria e prática psicanalíticas, revitalizando o presente, a dimensão externa e a experiência relacional como elementos constitutivos do sujeito. Podemos dizer que Loewald emancipa-se de Freud com seu trabalho, produto de um processo sublimatório em que opera a recuperação de unicidades originais com respeito à teoria psicanalítica. Nessas unicidades, reparam-se certos desequilíbrios e formas dicotomizadas de compreensão na teoria freudiana.

Na obra de Klein, por outro lado, devido ao dualismo que marca sua produção conceitual, evidenciaram-se menores possibilidades de compreensão do papel da realidade e da alteridade na constituição do sujeito. Como representante de uma abordagem clássica, sua obra pode mais facilmente levar à ênfase da dimensão intra-psíquica com prejuízo dos aspectos interacionais, estes também determinantes do psiquismo. No entanto, é também possível partir de suas ideias para a compreensão de inúmeros aspectos da vida mental, da mesma forma que Loewald pôde fazer a partir da abordagem clássica freudiana.

Referências

KLEIN, M. (1940) O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos**.** In**:** *Amor, Culpa e Reparação e outros trabalhos: 1921-1945.* Trad. André Cardoso, Rio de Janeiro, Imago, 1996. (Obras Completas de Melanie Klein; v.1).

LOEWALD, H. W. (1960) On the therapeutic action of psychoanalysis. In: *Papers on psychoanalysis*. New Haven and London: Yale University Press, 1980.

_____. (1971) On motivation and instinct theory. In: *Papers on Psychoanalysis*. New Haven and London: Yale University Press, 1980.

_____. (1979) The Waning of the Oedipus Complex. In: *Papers on Psychoanalysis*. New Haven and London: Yale University Press, 1980.

_____. Psychoanalysis in search of nature thoughts on metapsychology, "Metaphysics," projection. *Annual of Psychoanalysis*, Chicago, n. 16, p. 49-54. 1988a.

_____. Transformations of passion and their vicissitudes. In: *Sublimation: Inquiries into Theoretical Psychoanalysis.* New Haven and London: Yale University Press, 1988b.

WINNICOTT, D.W. (1953) Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: *O brincar e a realidade.* Trad. José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 13-44.

A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE

THE PSYCHOLOGY OF EDUCATION IN TEACHER TRAINING

Ligia de Carvalho Abões Vercelli
Doutoranda em Educação
Universidade Nove de Julho – Uninove
São Paulo – SP [Brasil]
ligia@uninove.br

Resumo

A interlocução entre psicologia e educação há muito tempo é tema de debates de profissionais que trabalham com formação de professores e buscam, na disciplina Psicologia da Educação, contribuições relativas ao desenvolvimento e ao processo ensino/aprendizagem para o fazer pedagógico. Neste texto, apresentaremos dois aspectos que têm contribuído para o ensino dessa disciplina nos cursos de formação de professores. São eles: a multiplicidade de correntes teóricas que integram a disciplina e a relação entre teoria e prática pedagógica, fundamental para o entendimento dos conceitos psicológicos. Esta pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino superior, localizada na zona oeste da Cidade de São Paulo, com alunos que cursavam Complementação Pedagógica. Como metodologia, utilizamos o instrumento denominado Versão de Sentido (VS), desenvolvido por Mauro M. Amatuzzi, e definido como um relato livre, escrito ou falado, que consiste na expressão imediata de um fenômeno ou uma situação vivida. Esse método possibilita a leitura da vivência do autor e/ou a apreensão do sentido da relação experimentada. Obtivemos como resultado que a disciplina Psicologia da Educação contribui para a prática pedagógica à medida que oferece subsídios para o fazer cotidiano.

Palavras-chave: Complementação pedagógica. Formação de professores. Psicologia da educação.Versões de sentido.

Abstract

Dialogue between psychology and education has long been subject of discussion among the professionals who work with teacher training and seek, in the discipline of Psychology of Education concerning development and contributions to the teaching/learning process for making pedagogical. In this text we will present two points raised in the survey and that have contributed to the teaching of this subject in teacher training courses. They are: the multitude of theoretical currents that integrate the discipline and the relationship between theory and pedagogical practice, fundamental to the understanding of psychological concepts. The survey was conducted in an institution of higher education located in São Paulo with students attending Pedagogical Complementation. We use as a methodology the instrument called Version of sense (VS), developed by Mauro M. Amatuzzi and defined as a free report, written or spoken, consisting of the immediate expression of a phenomenon or a situation. This method allows the reading of the experience of the author and/or apprehending the meaning of relationship experienced. We obtained as a result that the discipline of Psychology of Education contributes to the pedagogical practice as provides grants to do everyday.

Key words: Pedagogical complementation. Psychology of education. Training of teachers. Versions of sense.

1 Introdução

Este texto é resultado da minha dissertação de mestrado defendida em março de 2007 na Universidade Nove de Julho (Uninove). Escolher como objeto de pesquisa estudar a disciplina Psicologia da Educação na formação de professores me remete a minha formação inicial. Cursei o antigo Magistério, leciono há 30 anos e já atuei em todas as séries da educação básica, fui diretora de escola (proprietária) e coordenadora pedagógica em uma escola estadual.

Minha vida profissional se deu dentro de instituições de ensino. Convivi com diferentes professores, dividindo as alegrias, as angústias, os medos, os desafios e as resistências para enfrentar o "novo" proporcionado pela carreira docente.

Pude observar nessa trajetória o quanto os referenciais da Psicologia foram úteis para resolver e/ou minimizar problemas de comportamento e de aprendizagem dos alunos. Dessa forma, busquei investigar as contribuições da disciplina Psicologia da Educação na formação de professores.

A interlocução entre psicologia e educação há muito tempo é tema de debates de profissionais que trabalham com formação de professores e buscam, na disciplina Psicologia da Educação, contribuições relativas ao desenvolvimento e ao processo ensino/aprendizagem para o fazer pedagógico. A literatura especializada aponta que os conhecimentos psicológicos contribuem para a prática educativa e que essa disciplina deve fazer parte do currículo básico das licenciaturas. De acordo com Gatti (2003, p. 105), a Psicologia da Educação "[…] é espaço de conhecimento que tem um objeto – o ser humano em desenvolvimento, em uma perspectiva característica, cujo eixo são as subjetividades em construção, em e para uma dada cultura, a partir das ações intencionais de outras subjetividades".

Foi com o propósito de trazer à luz tão importantes contribuições que busquei como objeto de estudo desta pesquisa a Psicologia da Educação, com o intuito de conhecer os sentidos atribuídos aos conhecimentos estudados por meio dessa disciplina por alunos que cursam formação pedagógica. Parto da premissa de que esses conhecimentos podem contribuir para a prática pedagógica daqueles que buscam a docência como profissão.

Realizei minha pesquisa com professores que atuavam no magistério e que cursavam Complementação Pedagógica, por três motivos: primeiro, porque já tiveram essa disciplina na licenciatura; segundo, porque a maioria desses alunos/professores leciona há muito tempo e, no meu entendimento, esse fato faz com que tenham outro olhar enquanto vivenciam na prática as diferentes abordagens teóricas da psicologia; e, por último, porque em razão da experiência que possuem, formam um grupo diferenciado e questionador, fazendo com que as salas de aula se transformem em verdadeiros espaços de debate.

Neste texto, apresentaremos dois aspectos que consideramos importantes serem avaliados pelos docentes que ministram a disciplina Psicologia da Educação nos cursos de formação de professores. São eles: a multiplicidade de correntes teóricas que integram a disciplina e a relação entre teoria e prática pedagógica.

Acreditamos que discutir as diversas concepções teóricas, possibilita que o aluno apreenda os conteúdos desenvolvidos na disciplina Psicologia da Educação de maneira abrangente, tendo em vista que cada abordagem poderá contribuir para uma visão ampla e crítica da disciplina, não se desvinculando da relação com a realidade social.

Quanto à relação entre teoria e prática, entendemos que, ao abordar as diferentes correntes teóricas, deve-se levar em conta a realidade das escolas, possibilitando que o futuro professor traga para discussão elementos de sua prática cotidiana.

2 Multiplicidade das concepções teóricas

O primeiro aspecto importante que queremos destacar no ensino da Psicologia da Educação na formação de professores diz respeito à multiplicidade de concepções teóricas que discutem os processos de ensino e aprendizagem e de desenvolvimento.

A partir do século XX, mais precisamente em 1910, as teorias psicológicas que subsidiam a educação começam a surgir e nortear novas concepções de educação, trazendo implicações nas práticas pedagógicas. Nessa época, a ênfase está na teoria da Gestalt, apoiada nos estudos de Koffka, Wertheimer e Kohler, seguida pela behaviorista, pela teoria de Ausubel, de Bruner, de Rogers, de Piaget, de Wallon, de Vygotsky e pela psicanálise freudiana.

Apesar das controvérsias existentes entre a psicologia e a educação, os conhecimentos produzidos pela psicologia estavam dirigidos aos processos do desenvolvimento e da aprendizagem, visando intervir no cotidiano escolar. Assim, interessava à educação dispor dos conhecimentos psicológicos para utilizá-los na prática educativa. Cada teoria trouxe conhecimentos importantes para a área educacional, com implicações para os processos de ensino e de aprendizagem escolar que não podem ser desconsideradas.

Saisi (2003) salienta que as diferentes concepções teóricas ensinadas pelos formadores de educadores na disciplina Psicologia da Educação são relevantes no processo de formação e devem ser trabalhadas com os alunos na sua globalidade, pois cada uma delas traz

contribuições efetivas à prática pedagógica. Nesse sentido, ressalta

> Não transmiti-las significa informar parcialmente o aluno sobre o assunto. É da função do docente de toda e qualquer disciplina o compromisso de apresentar o fenômeno, objeto de estudo, de modo fiel às suas características, para que a apreensão desse conhecimento pelo aluno se dê em bases as mais próximas possíveis do real […]. (SAISI, 2003, p. 88).

A autora complementa salientando que, ao apresentarmos as diferentes abordagens da ciência psicológica divididas por correntes apoiadas no contexto social, estaremos contribuindo para que o futuro professor forme uma concepção geral de ciência, pois esta tem por "[…] pressuposto um conhecimento provisório, inacabado, questionável e limitado, no sentido de explicar apenas parte da realidade e consistir tão somente em instrumentos relativos pelos quais são feitas apreensões aproximadas da realidade […]" (SAISI, 2003, p. 88).

Larocca também defende a ideia de que

> […] a pluralidade teórica é importante na formação, pois, nela subsiste a contradição, a possibilidade de crítica e de superação; a contextualização histórica e epistemológica das teorias amparada na reflexão consciência-mundo, supõe o embasamento crítico necessário à coerência na pluralidade e desta em relação ao propósito de uma educação cidadã. (1999, p. 138).

Apesar de admitir que a pluralidade teórica é essencial na formação do professor, trazendo contribuições para a prática educativa, a autora deixa claro que não se deve fazer uma "miscelânea epistemológica" mas tratar de forma crítica os conhecimentos produzidos pela Psicologia da Educação. Complementa ressaltando que o futuro professor deve saber "[…] em que condições históricas aquele conhecimento foi produzido, 'a que' ou 'a quem' ele serve e como pode ser utilizado para interpretar e interferir na prática pedagógica […]" (LAROCCA, 1999, p. 20).

Para a autora, essa pluralidade teórica levanta três pontos que devemos refletir. O primeiro é que essa diversidade surgiu com o nascimento da disciplina, portanto negá-la equivale desconsiderar a construção histórica do conhecimento psicológico. O segundo, citando Gabby Jr. (1999, p. 23), é que não existe psicologia, e sim 'psicologias'; assim, "cada teoria psicológica constitui o seu objeto de maneira diferente". O terceiro refere-se ao referencial que deve amparar a prática pedagógica do professor. Se o formador de professores privilegiar uma abordagem em detrimento da outra, o futuro professor não terá acesso à totalidade dos conhecimentos produzidos, e esta não é tarefa das instituições superiores.

Souza e Kramer (1991) ressaltam que, muitas vezes, os profissionais não têm clareza das teorias que podem ajudá-los em determinada situação. Elas salientam que as interpretações feitas pelos diferentes profissionais sobre as diferentes situações que vivem no cotidiano dependem não só dos conhecimentos adquiridos na área, mas também da história de vida e experiência profissional de cada um. Nessa perspectiva, as autoras apontam que "[…] é falaciosa a busca de um conhecimento mais acabado, verdadeiro ou inquestionável: ao procurá-lo, o que provavelmente encontramos será um conhecimento cristalizado, mofado e aprisionador […]" (SOUZA; KRAMER, 1991, p. 70).

Entendemos que não devemos abandonar descobertas científicas importantes, seja de Piaget, Wallon ou Skinner, pois cada um deles vivenciou momentos históricos diversos, trazendo contribuições diferentes que nos ajudam a pensar a realidade com a qual nos defrontamos diariamente. Agir opondo-se ou ocultando os conhecimentos seria o mesmo que negar a história.

Acreditamos que nenhuma abordagem desqualifica a outra, e sim apresenta meios para que os professores possam trabalhar de acordo com as questões que a realidade impõe a cada novo momento, indicando novas formas de ver e entender o mundo e o homem.

Assim partimos do princípio que não é possível apresentar as teorias aos alunos como se fossem "receitas prontas", senão correremos o risco de cair em modismos que, em vez de ajudar, acabam prejudicando e confundindo ainda mais os futuros docentes. Foi o que aconteceu recentemente com o construtivismo[1].

> Quanto mais as universidades e os sistemas de ensino confundirem as cabeças dos professores com teorias redentoras, supostamente dotadas de capacidade de resolver os problemas educacionais […] , menos contribuições efetivas estarão sendo dadas a uma educação democrática e, portanto, de qualidade. É crucial que os professores tenham acesso ao conhecimento produzido nos vários campos, mas é preciso dimensionar esse conhecimento na provisoriedade que o caracteriza, superando modismos apressados, classificações levianas da prática

1 "Teoria que implica ter uma prática pedagógica com base não apenas na simples transmissão do conhecimento […] mas tratar a prática pedagógica como uma investigação, como uma experimentação" (MACEDO, 2002, p. 36).

> escolar e propostas de mudanças rápidas e superficiais. Do contrário, mais uma vez gato será comprado por lebre e, novamente, a criança e o professor serão responsabilizados pelo fracasso. (SOUZA; KRAMER, 1991, p. 70).

Apesar dessas colocações, as autoras ressaltam que muitas concepções, de acordo com o momento, têm sido priorizadas nas propostas educacionais. Complementam afirmando que esse fato aconteceu com Piaget e ocorre atualmente com Vygotsky. Nesse sentido, ressaltam que

> Não se pode desconsiderar as contribuições de Piaget, da mesma forma que não se pode difundir a obra ou o pensamento de Vygotsky como se fosse a única e última palavra dita sobre o desenvolvimento infantil e sobre o trabalho com a criança. Não devemos, nesse sentido, repetir com Vygotsky, nos anos 90, o que foi feito com a obra de Piaget nos anos 70 […]. Simultaneamente, não podemos menosprezar agora o trabalho de Piaget, nem 'jogá-lo fora com a água do banho' […]. (SOUZA; KRAMER, 1991, p. 70).

Concordamos com as ideias das autoras de que, se quisermos contribuir na formação de futuros professores críticos, não deveremos optar por abordar apenas um referencial, e sim trabalhar com a multiplicidade que a própria ciência oferece, pois cada corrente elabora diferentes explicações para a complexa dinâmica vivida nas escolas.

Quando o professor elogia um aluno por um comportamento adequado ou quando o pune por não ter feito as tarefas está utilizando conceitos do behaviorismo. Quando avalia as necessidades de cada um e considera a realidade da escola em que trabalha, utiliza-se da psicologia sócio-histórica e quando elabora as atividades, avaliando o que o aluno pode ser capaz de fazê-las, utiliza-se da teoria piagetiana. Portanto, desconsiderá-las seria negar aquilo que a ciência produz no decorrer da história da humanidade.

3 Relação entre teoria e prática

O segundo aspecto importante a ser discutido pelos docentes da disciplina Psicologia da Educação na formação de professores refere-se à forma como os conhecimentos adquiridos por meio das concepções teóricas apontadas podem ser trabalhados na prática.

Freitas (2000) e Sadalla et al. (2002) salientam que a crítica à dicotomia entre teoria e prática se deve ao formato das licenciaturas que, desde sua criação, no fim da década de 1930, com a fundação das faculdades de Filosofia, persiste nessa dicotomia.

Esse fato decorre da estrutura das licenciaturas, que funcionavam com base na fórmula 3+1: nos três primeiros anos de curso, os alunos aprendiam os conteúdos das matérias que iriam lecionar depois de formados e somente no último ano tinham acesso às disciplinas pedagógicas, entre as quais a Psicologia da Educação.

Sadalla et al. (2002) retomam a ideia de que esse modo de formação é chamado de modelo de racionalidade técnica, pois o professor coloca em prática os conhecimentos aprendidos. Nesse sentido, o estágio não é considerado espaço de vivência, e sim espaço para o futuro professor aplicar seus conhecimentos técnicos. Esse modelo, de acordo com as autoras, fez com que as licenciaturas ficassem desacreditadas. Elas salientam que, atualmente, existe um novo modelo de formação – o modelo de racionalidade prática – que oferece ao professor autonomia para refletir sobre sua prática e tomar decisões. Esse modelo acaba por privilegiar a prática, o que também não favorece a formação do aluno.

Visto dessa forma, Sadalla et al. (2002, p. 69) ressaltam que "[…] o que se ensina é uma Psicologia abstrata e modeladora que não consegue de maneira eficaz estabelecer a ponte entre modelos explicativos e o concreto vivido […]". As autoras complementam, ressaltando que os alunos entendem as teorias, mas não conseguem colocá-las em prática e, dessa forma, a Psicologia da Educação pouco colabora para a formação do futuro profissional.

Qual a solução encontrada pelos pesquisadores da área para articular teoria e prática na Psicologia da Educação? Sadalla et al. (2002) mostram que, diante dessa necessidade, essa disciplina só fará a articulação no momento em que penetrar na realidade, em diálogo com a prática que o professor vivencia no seu fazer pedagógico. Assim, nos cursos de formação de professores deve-se ir além de uma abordagem teórica, apoiando-se em uma abordagem teórico-prática. As autoras salientam que isso só será possível se quem ensina Psicologia da Educação penetrar na realidade educacional, dialogando com a prática que cada professor vivencia no seu dia a dia. Nesse sentido, Sadalla et al. comentam que

> Nas aulas de Psicologia Educacional os alunos devem aprender e refletir acerca das condições em que se apropriam dos conhecimentos científicos psicológicos; se deparar com situações que promovam a intervenção e criatividade do professor; ter consciência das implicações das abordagens que estão

> aprendendo; e, ainda, ter conhecimento das estruturas e dos contextos que compartilha a partir da contribuição de determinadas teorias. (SADALLA et al., p. 75).

Ao proporem a articulação entre teoria e prática, Pereira et al. (2002, p. 189) sugerem "[…] que os cursos de formação devem contemplar situações didáticas em que os futuros professores tenham a oportunidade de mobilizar conhecimentos de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências […]".

Concordamos com os autores porque, como docentes, também percebemos que, quando articularmos a realidade educacional dos estudantes com os conhecimentos psicológicos que estão sendo abordados, ela se reveste de sentido, propiciando a participação da maioria dos alunos. Percebemos que essa articulação ocorre principalmente com aqueles discentes que já atuam na educação básica, pois vivenciam no cotidiano situações que foram elucidadas pelos teóricos estudados. Muitas vezes, eles trazem problematizações e vivências do cotidiano para a sala de aula, o que contribui muito para o entendimento das teorias psicológicas. Acreditamos que essas vivências devam ser valorizadas e discutidas, pois constituem excelente recurso pedagógico e servem de apontamentos para aqueles que ainda não são docentes.

Salientamos que devemos tomar cuidado para que as discussões das vivências dos alunos não se limitem apenas ao senso comum, o que acaba por desprivilegiar qualquer área do conhecimento. Elas precisam estar atreladas às teorias e trabalhadas com base dados científicos. Azzi et al. (2002, p. 195) ressaltam que, se trabalharmos apenas de forma teórica, sem conexão com a realidade, dificilmente o futuro professor conseguirá estabelecer relações. Nesse sentido, salientam as autoras que

> É preciso que durante o processo de formação o aluno tenha oportunidade de trabalhar com questões originadas dos problemas propostos pela realidade educacional, promovendo a problematização dessa realidade e buscando, nas teorizações da Psicologia e de outras áreas do conhecimento, explicações para análise e discussão de algumas soluções que esses problemas impõem. (AZZI et al., 2002, p. 195).

Para Libâneo (2004, p. 89), os cursos de licenciatura devem integrar os conteúdos ensinados nas diferentes disciplinas com situações da prática, para que os futuros professores, ao se defrontarem com os problemas, busquem soluções com a ajuda da teoria. Para ele, "[…] a prática é a referência da teoria, a teoria, o nutriente de uma prática de melhor qualidade […]". A esse respeito, Batista e Azzi salientam que

> A articulação teoria e prática no processo de formação docente é possível […] a prática, mesmo que apreendida a partir de alguns fragmentos, seja um fio condutor para a construção da teorização, compreendendo os diferentes cenários das explicações psicológicas e seus impactos na prática psicológica. (BATISTA et al., 2000, p. 156).

> Acreditamos que detectar a limitação que a Psicologia da Educação apresenta quanto à dicotomia teoria e prática seja fundamental, porém sabemos que as soluções não virão de imediato e que cada um de nós tem sua parte a cumprir nesse processo. Uma vez detectadas, essas limitações servirão como mola propulsora para que nós, psicólogos, pesquisadores e professores da disciplina, reflitamos sobre elas, para poder, na medida do possível e da realidade na qual atuamos, transformar nossa ação pedagógica. Sob esse ponto de vista, comungamos das ideias de Pereira, Almeida e Azzi (2002, p. 198) ao afirmarem que

O professor aprende a ser professor refletindo sobre sua prática, problematizando-a, distinguindo as dificuldades que ela apresenta, pensando alternativas de solução, observando as reações dos alunos. Só com um trabalho que tem em vista um ensino problematizador que o futuro professor tem a oportunidade de trabalhar a integração entre teoria e prática ao longo da sua formação.

É dessa forma que esperamos que o ensino da Psicologia da Educação seja realizado. Problematizando a prática, elaborando questionamentos, criticando o cotidiano a teoria aprendida fará sentido para o aluno.

4 Metodologia

Retomando o objetivo deste trabalho, que é conhecer os sentidos que alunos em formação pedagógica atribuem aos conhecimentos estudados por meio da disciplina Psicologia da Educação, definimos o processo metodológico levando em consideração quatro aspectos essenciais: a caracterização dos sujeitos da pesquisa, o local, o procedimento utilizado e a coleta de dados.

4.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

No que se refere à definição dos sujeitos participantes da pesquisa, compreendeu-se que os depoimentos dos alunos/professores em atuação no Magistério contribuíram significativamente, por sua condição de licenciados, pois enfrentam a multiplicidade de desafios que a realidade impõe. Assim, definimos dois critérios de participação:

1. Atuar como professor no ensino fundamental II e/ou no ensino médio.
2. Cursar Pedagogia – Complementação Pedagógica.

Participaram desta pesquisa cinco alunos/professores. Os sujeitos foram identificados por P1, P2, P3, P4 e P5. Na Tabela 1, encontram-se os dados desses voluntários.

Tabela 1: Perfil dos sujeitos da pesquisa

Sujeito	Sexo	Idade	Disciplina que leciona	Tempo de Magistério	Instituição em que leciona	
					Pública	Particular
P1	F	32	Geografia	12 anos	X	
P2	F	22	Língua Portuguesa	5 anos		X
P3	M	34	História	5 anos	X	
P4	M	36	Matemática/ Desenho Geométrico	16 anos	X	
P5	M	32	Matemática	3 anos	X	

4.2 Local da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino superior privada da Zona Oeste do Município de São Paulo, com alunos que cursam Complementação Pedagógica. Este curso é oferecido aos sábados, das 7 às 18 horas, com duração de dezoito meses para formar gestores, e mais seis meses para os alunos que queiram também obter formação em supervisão escolar. As disciplinas têm carga horária de 72 horas e são divididas em módulos, cada um estendendo-se por oito semanas. Em cada semestre letivo, é oferecido um módulo no período da manhã e outro à tarde.

4.3. Procedimento adotado na pesquisa

O procedimento adotado segue os moldes da pesquisa qualitativa, empregando o instrumento denominado por Amatuzzi (2001) de Versões de Sentido. Este instrumento está baseado no método fenomenológico e fundamenta-se na fenomenologia da linguagem de Merleau-Ponty (1908-1961) e Martin Buber (1878-1965).

Antes de explicar o que é Versão de Sentido, faz-se necessário compreender a importância dada ao vivido na pesquisa fenomenológica. Amatuzzi (2001) acredita que o vivido dirige nossas ações concretas, pois é diante de uma pergunta que ele se exprime. O vivido é uma resposta interna rápida àquilo que nos acontece, antes mesmo que possamos refletir ou elaborar ideias. É a experiência direta dos nossos sentimentos.

Conforme Amatuzzi (2001, p. 55-8),

> […] a pesquisa fenomenológica pretende voltar ao vivido, não negando as elaborações que se fazem a partir dele, mas colocando-as provisoriamente entre parênteses, para revê-las depois […] o acesso ao vivido na pesquisa fenomenológica se dá através dos pensamentos e ações que o manifestam da forma mais direta possível.

A pesquisa do vivido se encerra a partir da compreensão dos relatos concretos de pessoas que, falando ou escrevendo suas experiências, passam a ter um olhar mais apurado do fato e, portanto, uma atitude mais positiva na ação.

O autor alerta para os princípios gerais que baseiam a interpretação da Versão de Sentido (VS) para fins de pesquisa. Salienta que

> Para interpretar uma VS o contexto ideal é o de uma interlocução onde ela e seu autor se fazem presentes. É nessa interlocução que se reedita o sentido, mesmo quando implicando novas falas mais explícitas. […] É preciso que se aceite a figura do parceiro de pesquisa. Nesse novo contexto se 'versa e conversa', tendo a mesma referência intencional, até se chegar à explicitação pretendida (2001, p. 85).

Explica que "uma VS pode ser lida em dois níveis; no primeiro permite a vivência de seu autor; no segundo, transmite o sentido da relação vivenciada pela pessoa. […] É nesse segundo nível que merece o nome de versão, pois será a versão dessa pessoa" (2001, p. 85-6).

Partindo desse pressuposto, o autor relata que já há algum tempo vem trabalhando com Versões de Sentido como "[…] instrumento econômico e de fácil uso, no acompanhamento de atendimentos terapêuticos, de atividades educativas e docentes, de trabalhos com grupos. O procedimento tem sido usado em atividades de formação, supervisão e em pesquisas científicas" (2001, p. 73).

Segundo Amatuzzi (2001, p. 75-6),

> […] o sentido que interessa é sempre presente. Um registro mecânico não o pode captar, pois ele só contém o passado. É só através de nosso presente que podemos estabelecer contato vivo com o sentido de um encontro […] a VS é uma versão do sentido vivido de um encontro, através do sentido vivido logo depois […]".

Dessa forma, define Versão de Sentido como

> Um relato livre, que não tem a pretensão de ser um registro objetivo do que aconteceu, mas sim de ser uma reação viva a isso, escrito ou falado imediatamente após o ocorrido, e como uma palavra primeira. Consiste numa fala expressiva da experiência imediata de seu autor, face a um encontro recém-terminado. (2001, p. 74).

4.4. Coleta de dados

Ao término do primeiro dia de aula do módulo de Psicologia da Educação I, expusemos aos alunos/professores que faríamos uma pesquisa a respeito das contribuições dessa disciplina na formação de professores, com o objetivo de conhecer os sentidos atribuídos por alunos que cursam formação pedagógica aos conhecimentos acumulados da psicologia trabalhados nessa disciplina. Relatamos que os sujeitos da pesquisa seriam alunos/professores que cursam Complementação Pedagógica.

Explicamos o procedimento Versões de Sentido e como é empregado.

Os alunos/professores que se enquadraram nos critérios estabelecidos foram convidados a participar, e aqueles que demonstraram interesse preencheram um formulário, contendo dados pessoais, acadêmicos, profissionais, culturais e quanto ao hábito de leitura. Os alunos/professores participantes assinaram um documento de livre consentimento de participação.

Nesse contexto, ao final de cada encontro, pedimos aos alunos/professores que escrevessem, da maneira mais sincera possível, os sentidos dos conteúdos abordados em aula, seu favorecimento e seu auxílio no fazer escolar.

Diante do conjunto de Versões escritas por cada aluno/professor até o final do módulo II, foi possível analisar o sentido da vivência dado a cada aula.

As Versões de Sentido foram analisadas seguindo a ordem das aulas: da primeira aula do módulo I (Psicologia da Educação I), que iniciou em 7 de maio de 2005 e terminou em 25 de junho de 2005, à última aula do módulo II (Psicologia da Educação II), que iniciou em 29 de outubro de 2005 e terminou em 10 de dezembro do mesmo ano.

5 Análise das versões de sentido

A análise dos sentidos da vivência dos alunos/professores em cada aula permitiu a elaboração das seguintes classes temáticas:

1) Contribuições da disciplina Psicologia da Educação para a prática pedagógica.
2) Pensamento e reflexão sobre o aluno adolescente.
3) Reflexão e busca por mudança da prática pedagógica.

Analisando os sentidos da vivência por meio das Versões de Sentido escritas pelos cinco alunos/professores, percebemos que todos sugerem que a disciplina Psicologia da Educação contribui para a prática pedagógica. Ressaltam o quanto é importante estudar as diferentes teorias que explicam o processo de desenvolvimento e de ensino e aprendizagem e que esses conhecimentos favorecem a prática pedagógica e os levam a uma melhor compreensão do aprendiz.

Nessa perspectiva, expressam Davis e Oliveira (1994, p. 11):

> Quanto mais informações os educadores tiverem sobre o processo de aprendizagem dos conteúdos escolares, maiores serão as chances de melhoria das práticas pedagógicas. Compreende-se, assim, a relevância teórica dos estudos psicológicos para a área da educação e a necessidade de se efetivar maior intercâmbio entre Psicologia e Pedagogia, à medida que aumentam os problemas que as escolas têm que enfrentar.

Ao abordarem, ainda, a necessidade do conhecimento sobre psicologia por parte dos educadores, para entenderem não só os processos de aprendizagem, mas também como se dá o desenvolvimento, as mesmas autoras afirmam que

> Conhecendo os seus alunos e a maneira através da qual se dá o seu desenvolvimento no ambiente concreto em que vivem, entendendo os mecanismos que propiciam e facilitam a apropriação dos conhecimentos e, sobretudo, tendo consciência da importância da ação docente, o professor poderá avaliar criticamente os conteúdos escolares e os métodos de ensino, de modo que a

> aprendizagem escolar conduza a um desenvolvimento efetivo. (1994, p. 13).

Outro sentido dado por quatro dos cinco sujeitos refere-se à dificuldade de atuar frente ao aluno adolescente. Os alunos/professores apontaram a importância de estudar e refletir sobre esse tema, já que estão em contato direto com essa faixa etária. Por que essa dificuldade? Por que a adolescência é vista como um momento tão difícil? Acreditamos que seja pelo modo como ela foi compreendida desde o início do século XX.

Um dos primeiros estudiosos sobre o tema, Stanley Hall (1904), explica a adolescência priorizando os aspectos biológicos e genéticos, sem nenhum aprofundamento quanto à importância do contexto social no processo de desenvolvimento. Essa visão naturalizante desse período da vida, segundo Bock (2004), determina a adolescência como um estado, e não como processo social.

Desse modo, Gonçalves (2003) ressalta que o adolescente é entendido independentemente de classe social, época e realidade concreta, conferindo-se a ele naturalidade nos processos observados. A autora complementa salientando que cada adolescente deve ser compreendido na sua singularidade e o processo de desenvolvimento da consciência é situado em sua atividade fundamental, a qual decorre do conjunto de relações com diferentes grupos, instituições e outras pessoas. Essas relações não podem deixar de ser consideradas.

Ao entendermos que se trata de um processo histórico e cultural e que essa etapa da vida deve ser entendida como tal, torna-se mais fácil compreender determinados comportamentos dos adolescentes como processos decorrentes da vida em sociedade.

Nesse sentido, concordamos com Almeida (2000, p. 101), ao salientar que "[…] da mesma forma que para ensinar a criança é preciso compreender como se dá o processo de desenvolvimento e aprendizagem […] ensinar o adolescente também exige a compreensão do que ocorre com o jovem, tanto biológica quanto cognitiva, psicológica e socialmente".

Compartilhamos da opinião da autora e percebemos que, ao abordar o assunto adolescência, nas aulas de Psicologia da Educação, deve-se discutir com os alunos/professores elementos de sua prática, da realidade social da escola em que trabalham e as dificuldades que enfrentam no cotidiano para que essa relação se torne mais harmoniosa, pois só assim atingiremos os objetivos propostos.

Outro sentido dado pelos sujeitos refere-se à necessidade de reflexão sobre a prática pedagógica, objetivando mudanças no cotidiano. Quatro alunos/professores, em diferentes aulas, abordaram essa necessidade.

Os participantes na pesquisa deixam claro que abordar situações ocorridas no cotidiano facilita a transformação da prática e que as aulas tornam-se mais interessantes. Como salientamos anteriormente, esse público está vivenciando a prática enquanto estuda a teoria. Esse fato, no nosso entendimento, minimiza a dicotomia entre teoria e prática, porque eles trazem vivências do dia a dia que podem ser discutidas em aula juntamente com os colegas.

Nesse sentido, Pereira et al. (2002, p. 197) comentam que

> Quando se trabalha tendo em vista articular os conhecimentos teóricos com a realidade da sala de aula, contribui-se para a formação de professores envolvidos no processo de constituição e desenvolvimento do ser humano. Nesse sentido, a Psicologia tem importante papel na melhoria da formação de professores nos cursos de licenciatura e conseqüentemente na melhoria do ensino básico.

Acreditamos, como formadores de professores, que esse trabalho de reflexão não deva ser feito apenas enquanto se ensina Psicologia da Educação nos cursos de formação de professores, mas também no espaço escolar, nos horários de hora de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) e em reuniões pedagógicas.

Diante disso, Macedo (2002), defende a ideia de que é necessário que os professores tenham um espaço, fora do contexto escolar, em ambiente em que se sintam à vontade, para discutir seu trabalho e as possíveis dificuldades vivenciadas na escola. É importante que os professores critiquem e reflitam sobre seu fazer pedagógico, para que possam, se necessário, encontrar, com ajuda dos colegas e do grupo gestor da escola, soluções que os auxiliem no seu cotidiano.

Nessa perspectiva, Galdini e Aguiar (2003, p. 101) comentam que

> O professor, ao saber de estratégias que solucionaram o problema vivido por seu colega, ao experimentá-las e ao se rever, pode viver a transformação de suas ações, de sua autopercepção, como algo real e possível. Nesse espaço de discussão e reflexão com seus colegas de profissão, o professor tem a oportunidade de alterar significativamente o papel que desempenha, desconstruir posturas, rever ideologias. Nosso objetivo é que o professor possa reconfigurar sua subjetividade, olhar para si mesmo, sua história, suas necessidades, seus desejos, seus

> afetos, perceber o mundo em que vive, suas relações intersubjetivas, para desencadear mudanças em suas práticas.

Concordamos que o docente da disciplina Psicologia da Educação deve levar os futuros professores a entender como ocorrem os processos de desenvolvimento e de ensino e aprendizagem, refletindo e discutindo situações problematizadoras vividas na prática, com a finalidade de auxiliá-los no fazer pedagógico.

Entendemos que os questionamentos trazidos pelos alunos/professores sobre o cotidiano escolar são utilizados como material para a discussão teórica dos pressupostos da Psicologia da Educação e de outras áreas do conhecimento.

6 Considerações finais

Nesta pesquisa, procuramos ouvir os alunos/professores que cursavam formação pedagógica, com o objetivo de conhecer os sentidos que atribuem aos conhecimentos acumulados por meio da disciplina Psicologia da Educação.

A revisão da literatura especializada mostrou que a Psicologia da Educação tem sido uma das disciplinas básicas na formação do professor, pois nela são discutidos aspectos relevantes relacionados aos processos de ensino e aprendizagem e do desenvolvimento humano.

Essa também foi nossa premissa, e na análise dos sentidos da vivência verificamos que ela se confirmou, pois os sujeitos foram unânimes em atribuir importância à Psicologia da Educação para a formação do futuro docente. Para eles, os conhecimentos da psicologia acumulados por meio dessa disciplina propiciam entender os diferentes aspectos que envolvem o ser humano, apesar de não terem clareza de como utilizá-los na prática pedagógica.

Os sujeitos também apontaram a importância de estudar sobre a adolescência e a de trabalhar com esse público. A que isso se deve? Segundo Ozella (2003, p. 19), Stanley Hall identificou esse período de vida como "[…] uma etapa marcada por tormentos e conturbações vinculadas à sexualidade". Essa concepção foi apropriada pela mídia, por revistas, livros sobre o assunto, pelos pais, professores e pelos próprios adolescentes.

Assim, esse período da vida passou a ser conhecido como "aborrecência", como se os processos fossem decorrentes apenas de fatores biológicos, sem ligação com o contexto sociocultural no qual estão inseridos.

É por esse motivo que julgamos necessário discutir com os futuros docentes das diferentes licenciaturas que irão trabalhar e/ou já trabalham com esse público o fato de que a adolescência é um processo construído histórica e socialmente e que, para entendê-la, faz-se necessário também conhecer a dinâmica das escolas em que trabalham, a fim de superar a visão naturalizante dessa etapa da vida.

Os sujeitos também buscam mudanças na prática pedagógica e relataram que discuti-la facilita o entendimento da teoria e permite tornar as aulas mais interessantes. A partir da revisão bibliográfica e da análise das Versões de Sentido dos sujeitos nesta pesquisa referentes a esse aspecto, concordamos que a Psicologia da Educação deva ser ensinada pautada na racionalidade teórico-prática, pois apenas vivenciando a realidade e as dificuldades encontradas no cotidiano de cada escola o futuro professor poderá entender e perceber a complexidade humana.

Em muitos momentos de nossas aulas, aspectos relevantes do cotidiano foram trazidos pelos alunos/professores, tais como dificuldades na relação com os seus alunos, temas relacionados à sexualidade, agressividade, ao ensino e aprendizagem. Dessa forma, foi possível relacionar teoria e prática, o que tornou a aula mais proveitosa tanto para o docente quanto para o aluno/professor.

Esta foi mais uma pesquisa que se soma às demais realizadas na área com o objetivo de contribuir com os docentes que lecionam a disciplina Psicologia da Educação. Esperamos que os resultados apontados sejam analisados e que sirvam de reflexão aos professores no cotidiano acadêmico.

Referências

ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri. Discutindo a relação professor-licenciado e aluno adolescente à luz da formação em psicologia. In: AZZI, Roberta Gurgel; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva; SADALLA, Ana Maria Falcão de Aragão (orgs.). *Formação de professores*: discutindo o ensino de Psicologia. Campinas: Alínea, 2000.

AMATUZZI, Mauro Martins. *Por uma psicologia humana.* Campinas: Alínea, 2001.

AZZI, Roberta Gurgel; BATISTA Sylvia Helena Souza da Silva; SADALLA, Ana Maria Falcão de Aragão (orgs). *Formação de professores*: discutindo o ensino de psicologia Campinas. São Paulo: Alínea, 2000.

_____; SADALLA, Ana Maria Falcão de Aragão. (orgs.). *Psicologia e formação docente*: desafios e conversas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva; AZZI, Roberta Gurgel. Ensinando psicologia na licenciatura: experiências, opções e aprendizagens. In: AZZI, Roberta Gurgel; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva; SADALLA, Ana Maria Falcão de Aragão (orgs.). *Formação de professores*: discutindo o ensino de psicologia Campinas. São Paulo: Alínea, 2000.

BOCK, Ana Mercês Bahia. *A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano*: a adolescência em questão. Cad. Cedes, vol. 24, n. 62. Campinas, 2004.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. *Psicologia na Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Prefácio. In: AZZI, Roberta Gurgel; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva; SADALLA, Ana Maria Falcão de Aragão (orgs.). *Formação de professores*: discutindo o ensino de psicologia, Campinas. São Paulo: Alínea, 2000.

GABBY JR. Osmir F. O que é psicologia? Leis, regras e a psicologização do cotidiano. Ciência e Cultura (36ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), São Paulo, n. 38, p. 489-495, março de 1986.

GALDINI, Veruska; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Intervenção junto a professores da rede pública: potencializando a produção de novos sentidos. In: MEIRA, Marisa Eugênia Melillo;

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. *Psicologia Escolar:* práticas críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2003.

GATTI, Bernadete. Tendências da pesquisa em psicologia da educação e suas contribuições para o ensino. In: TIBALLI, Elianda F. Arantes; CHAVES, Sandramara Matias. *Concepções e práticas em formação de professores:* diferentes olhares. XI Endipe. Rio de Janeiro: Alternativa e DP&A, 2003.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Concepções de adolescência veiculadas pela mídia televisiva: um estudo das produções dirigidas aos jovens. In: OZELLA, Sergio (org.). *Adolescências construídas*: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

LAROCCA, Priscila. *Psicologia na formação docente*. Campinas: Alínea, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora*: novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2004.

MACEDO, Lino de. *Ensaios construtivistas.* São Paulo: Casa do Psicólogo. 2002.

OZELLA, Sergio. A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais In Sergio Ozella (org.). *Adolescências construídas*: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, Marli Amélia Lucas; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de; AZZI, Roberta Gurgel. A dimensão teórico-prática da psicologia educacional na formação de professores: a metodologia da problematização como desencadeadora da articulação entre teoria e prática In Roberta Gurgel Azzi, Ana Maria Falcão de Aragão Sadalla (orgs.). *Psicologia e formação docente*: desafios e conversas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

SADALLA, Ana Maria Falcão de Aragão, BACCHIEGGA, Fábio; PINA, Tâmara Abrão; WISNIVESKY, Mariana. Psicologia. Licenciatura e saberes docentes: identidade, trajetória e contribuições In Roberta Gurgel Azzi e Ana Maria Falcão de Aragão Sadalla (orgs.). *Psicologia e formação docente:* desafios e conversas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

SAISI, Neide Barbosa. A Psicologia da Educação na formação do pedagogo: o movimento da disciplina de 1972-1990 e sua articulação com o contexto histórico-cultural. In: Psicologia da Educação. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados*, nº 17, PUC, São Paulo, 2003.

SOUZA, Solange J; KRAMER, Sonia. O debate Piaget e Vygotsky e as políticas educacionais. Cadernos de pesquisa. São Paulo, nº 77, maio de 1991.

A REVOLUÇÃO DE 1968 E A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO

THE REVOLUTION OF 1968 AND "PEDAGOGIA DO OPRIMIDO"

Leandro Petarnella
Doutorando em Educação – Uniso/SP
Doutorando em Administração – Uninove/SP
Professor da Universidade Nove de Julho – Uninove
São Paulo – SP [Brasil]
leandro@uninove.br

Maria Lucia de Amorim Soares
Doutora em Ciências, Geografia Humana – USP/SP
Professora do PPGE – Universidade de Sorocaba

Resumo

Partindo do contexto histórico da irrupção de maio de 1968, o objetivo neste trabalho é delinear os principais movimentos e as correntes teóricas dominantes que influenciaram o pensamento de Paulo Freire para a realização da obra *Pedagogia do oprimido*. Para tanto, busca-se mostrar de maneira análoga – via poema *Elogio da dialética*, de Bertold Brecht, como a educação se constitui de intencionalidades políticas e ideológicas. Mostra também, como Paulo Freire, na obra citada, delineou uma proposta de intervenção social para a humanização do homem e o alcance de sua "práxis" por meio de práticas cotidianas. Como síntese resultante, conclui-se que na atualidade existem possibilidades de desenvolver práticas docentes emancipatórias que levem os alunos a não "morrerem em vida" – resultado das atividades de uma educação bancária – e que depende das práticas docentes, sinalizando com Bertold Brecht, a formação dos vencidos ou dos vencedores de amanhã.

Palavras-chave: Maio de 1968. Pedagogia do oprimido. Prática docente.

Abstract

Based on the historical context of the eruption of May 1968, this paper aims to outline the main movements and dominant thoughts that influenced the thinking of Paulo Freire for the execution of the *Pedagogy of the oppressed*. To that end, seeks to reveal similarly – via the *Dialectics praise* poem by Bertolt Brecht, as education is composed of political and ideological intentions and how Freire sought, in his work cited here, outlining a proposal for social intervention through scope of practice through daily practices. Synthesis as a result, we conclude that currently there are opportunities to develop teaching practices that lead students to not "die in life" and that depends on teachers' practices, signaling with Bertolt Brecht, the formation of the losers or the winners of tomorrow.

Key words: May 1968. Pedagogy of the oppressed. Teaching practice.

1 Introdução

> A injustiça avança hoje a passo firme
>
> Os tiranos fazem planos para dez mil anos
>
> O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como são
>
> Nenhuma voz além da dos que mandam
>
> Eemtodososmercadosproclamaaexploração; isto é apenas o mau começo.
>
> (BERTOLD BRECHT, 1936-1956).

Em 1968, no mês de maio, o movimento dos estudantes franceses dá início a um processo de renovação que atinge a maioria dos setores produtivos na França. Pensadores como Herbert Marcuse, Guy Debord e/ou artistas locais como François Truffaut e Jean Luc-Godard inspiravam os movimentos estudantis da nova esquerda, levando os estudantes franceses às ruas para lutar contra a polícia nas barricadas e a assumirem uma posição mais ativa na conquista de suas reivindicações. Nesse ano, na França, os estudantes da Universidade de Nanterre entraram em conflito com a reitoria, reivindicando a separação dos alojamentos femininos dos masculinos e, em decorrência disso, conforme nos lembra Soares e Petarnella (2008):

> Os edifícios da Faculdade, especializados para a função do ensino – imensos anfiteatros ou pequenas salas funcionais, hall cinzento e torre de administração se tornam o lugar da reunião pública. Já a função de habitar mantém as tradicionais separações entre moças e rapazes, numa espécie de internato com regulamento vetusto, entre trabalho, lazer e vida privada. A Cidade (Paris) torna-se o lugar das aspirações e das rebeliões sexuais, enquanto Nanterre é a segregação duplamente imposta: funcional e social, industrial e urbana.

A partir desse ponto começamos a perceber que o contexto cultural e político no ano de 1968 foram tão necessários quanto turbulento. Enquanto, na França, alunos protestavam para a realização de cursos livres sobre obras marxistas, o governo francês decide sobre o fechamento da universidade. (RUY BRAGA, 2008), alicerçando a crise que ali se generalizava. Por consequência, os estudantes vão para as ruas politizando o que, então, era somente reivindicação:

> A chegada dos estudantes de Nanterre no Quartier Latin marcou a politização do Movimento que passou a oscilar entre a alegria urbana e a violência, entre as brincadeiras e a guerrilha urbana. Transgressão e criação como o uso das máscaras Nô, brancas e sangrentas, em torno de um manequim enforcado em seu suporte, como a feitura de cartazes e inscrições nos muros parisienses. Na velha Sorbonne, flutuavam bandeiras vermelhas e negras, a palavra se manifestando como primeira liberdade nos anfiteatros abarrotados, no pátio, na praça, no vasto fórum. (SOARES; PETARNELLA, 2008).

Atravessando fronteiras, via rádio e TV, a revolta estudantil ganha dimensão internacional. No México, o movimento passou a ser um importante ponto de referência para movimentos sociais e para artistas que de certa forma a eles se filiam. Como informa McCaughan (2003, p. 163):

> O que começou como uma disputa especificamente relacionada à administração do sistema público de ensino superior transformou-se em um amplo movimento social, com uma agenda nacional que exigia justiça social e a democratização do regime autoritário mexicano. Embora em sua forma inicial e particular o movimento tenha sido esmagado pelo sangrento massacre e pelas numerosas prisões do dia 2 de outubro de 1968, seu legado dificilmente poderá ser menosprezado.

O massacre da Praça de Toledo, no México, é considerado um divisor de águas político-cultural do país. Ainda nesse mesmo ano, em decorrência das ações iniciadas na França, ocorre na Alemanha uma mobilização estudantil a favor do Irã. Já nos Estados Unidos, *hippies*, movimento negro e psicodélicos unem-se na nova esquerda. No meio de assassinatos, como o de Martin Luther King e John Kennedy, é decretado pelas Nações Unidas, no Teerã, o ano de 1968 como o "Ano Internacional dos Direitos Humanos" em decorrência do período de violência e conflitos que ocorriam em nível mundial.

No Brasil, artistas como Caetano Veloso e Gilberto Gil, ancorados no *slogan* "É proibido proibir" coloca a juventude em alerta aos atos governamentais autoritários como o Ato Institucional n. 5 que fortalecia a opressão do governo militar aos cidadãos brasileiros. Atos de protesto contra a ditadura militar, como a pas-

seata dos Cem Mil, marcaram não só no Brasil, mas também no por todo o ocidente o protesto estudantil generalizado contra as hierarquias tradicionais, cujos elementos em comum eram a crítica ao colonialismo dos EUA e a solidariedade às lutas dos povos do Terceiro Mundo. É sob o fervilho dos acontecimentos acima explicitados que Paulo Freire, intelectual brasileiro, lança a *Pedagogia do oprimido*, uma obra que faz a revisão crítica do momento pelo qual o Brasil e os países latino-americanos atravessavam lançando – via educação – novos entendimentos sobre as relações de dominações que assolavam o povo brasileiro.

A *Pedagogia do oprimido*

> Mas entre os oprimidos muitos há que agora dizem
>
> Aquilo que nós queremos nunca mais o alcançaremos!
>
> (BERTOLD BRECHT, 1936-1956)

O ano de 1968 é o marco de uma irrupção que não surgiu à toa. A primeira revolução industrial firmou ações que marcaram fortemente a desumanização do homem em detrimento da produção técnico-científica. A instrumentalização da educação, a visualização do homem como um fator de produção, a exploração das maiorias pelas minorias dominantes e a truculência das ações político-militares dos regimes governamentais expõem um cenário no qual a educação passa a servir a um único propósito: a (re) produção do que se faz necessário para a operacionalização do sistema produtivo.

Contrapondo-se de maneira dialógica ao cenário acima exposto, Paulo Freire, por meio de uma revisão crítica do marxismo, questiona a teleologia política que concebe um progresso linear da história como reprodução da visão determinista e antidialética do mundo. Dessa maneira, Freire defende o movimento dialético entre objetividade e subjetividade, consciência e mundo, ou realidade social e existência pessoal. (ZITKOSKI, 2006).

Enquanto o pensamento marxista se ocupa das lutas entre classes, agrupando os seres humanos em categorias mecânicas e deterministas, operário/patrão, proletariado/burguesia, urbano/camponês, Freire busca desvelar o agente dessas categorias. Se uma classe é formada por pessoas, entender quem são e o porquê são essas pessoas se torna condição *sine qua non* para o pensamento freiriano. Para tanto, conta com o auxílio de um vasto arcabouço teórico que vai do marxismo ao existencialismo, passando pela teologia cristã e pela teoria crítica da escola de Frankfurt.

É por pares de contradições que Freire descortina seus pensamentos. A inspiração da corrente teórica e metodológica marxista serve para o autor como forma de desvelamento, entendimento e de anteposição do homem e da história já que, conforme nos lembra Freire (2009, p. 85) como não existem homens sem mundo, sem realidade, o movimento parte das relações homens-mundo.

Complementado pelo existencialismo, as relações homens-mundo são visualizadas por Freire como um compromisso do homem concreto consigo mesmo e com seu entorno. É por meio da liberdade individual e da subjetividade que cada ser humano se torna único e, por consequência, responsável por suas ações e vida. Essa é a forma pela qual Freire defende a humanização dos homens, afastando-se, nesse ponto, do pensamento marxista. Além disso, é por meio do existencialismo que Freire defende a importância do reconhecimento, pelo homem, de seu processo histórico e de sua formação subjetiva. É importante ressaltar que, para o autor, a humanização não significa individualismo, ao contrário: significa a objetivação da realidade do ser frente ao movimento histórico no qual ele se encontra. Isso porque "[…] a humanização deve se realizar na comunhão, na solidariedade dos existires […]" (FREIRE, 2009, p. 86).

O pensamento cristão é o eixo norteador das atividades de Freire. É por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEB, que ele busca dar o sentido da ação àquilo que, em muitos campos de saberes e/ou correntes de pensamento, fica preso somente a teoria. A solidariedade cristã, a luta e o engajamento político a favor dos oprimidos, colaboram à aplicabilidade do pensamento freiriano, transformando-o, dessa forma, para muitos, num método pedagógico. A interlocução com o pensamento das escolas de Frankfurt, mais precisamente com as reflexões sobre consciência, moral e ética, entre outras, fornece a tônica necessária para que o pensamento freiriano se transforme em teoria que, até a atualidade, é reconhecida mundialmente como a Teoria da Pedagogia Crítica. Essa teoria opera, além da visão eurocêntrica de mundo trazendo, para o cerne do debate, o diálogo com os "condenados da terra: sujeitos oprimidos e violentados pelo sistema capitalista e suas diversas formas de opressão como o regime militar, por exemplo."

Sistematizando nossos dizeres podemos perceber que a década de 1960, mais precisamente no ano de 1968, foi um período marcado pela repressão. Essa repressão causou opressão e revolta em todo o ocidente e, por consequência disso, diversas correntes teóricas despontavam com contundentes reflexões sobre a sociedade que, até aquele momento, havia se constituído. Na América Latina, emerge um intelectual preocupado com uma educação que, de fato, levasse o povo

latino americano ao exercício da reflexão e, por meio dela, a autonomia de suas ações; algo de acontecimento impossível caso fosse realizada "aplicações de modelos teóricos" já que esses eram desenvolvidos pelas correntes de pensamentos europeias.

O exercício da reflexão deveria emergir, segundo Freire, do questionamento da própria prática do oprimido. Para o autor, é essa problematização que leva à tomada de consciência e, por meio dela, da reconstrução crítica do mundo. Dessa forma, desvela-se a dignidade do sujeito e, em decorrência, a autonomia, sendo esse o processo de humanização do mundo. Vale lembrar que, para Freire (2009, p. 21) "[…] não há consciências vazias; por isto os homens não se humanizam, senão humanizando o mundo".

O oprimido não é apenas o pobre ou o analfabeto. Assim como o opressor não necessariamente vem a ser o burguês como delineia o marxismo já que naquela época (ainda hoje também) era comum os oprimidos "introjetarem a sombra de seus opressores" (p. 37) transformando-se, assim, em um deles. Para o autor, o oprimido é aquele que contém toda a carga de "desumanização" e de "alienação" geradas pelo capitalismo no devassado território do Terceiro Mundo. Em outras palavras, compactuando com os dizeres de Semeraro (2007, p. 97-98):

> […] o oprimido é o sujeito constituído por meio da mão-de-obra barata, da interdição do conhecimento científico e tecnológico. É o "favelado, o negro, a empregada doméstica, o bóia-fria, o índio, o "peão", o professor/leigo, o sem-terra, o sem-teto, o mestiço [são os que] saíam da sombra e entravam nas análises sociais e das pesquisas acadêmicas, mostrando as tantas faces desfiguradas do trabalhador nas colônias" […]. O oprimido, além da mão-de-obra barata, evoca a invasão, o genocídio, o comércio dos escravos, a desapropriação, o *apartheid*, o preconceito, a tortura, a migração, o exílio. […] é o ser humano sem história, totalmente vulnerável, sem nenhuma importância, espoliado, destituído dos direitos mais elementares de vida, destinado a desaparecer sem deixar rastro.

Entretanto, o pensamento freiriano é alvo de contestação, principalmente pelos defensores das correntes teóricas que o suporta. Não só na América Latina, com especificidade para o Brasil, mas em grande parte dos países ocidentais, os mais ortodoxos das correntes na qual Freire aporta suas reflexões, são radicalmente contra a apropriação (ou releitura) de suas vertentes epistemologicamente construídas.

A esquerda marxista, por exemplo, defende que a educação deve ser formal, partindo da teoria para a prática e que a emancipação humana de dará pelos embates das classes sociais. Assim, não compactuam como a ideia de solidariedade e dialogicidade. Não compactuando, também, com a forma na qual Freire pauta sua teoria, sendo essa desnudada por meio da prática. Vale lembrar que, para esse autor (2009, p. 85) a dialogicidade é a essência da educação como prática da liberdade. Esse, "[…] se nos revela como algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: a palavra. Mas, ao encontrarmos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também seus elementos constitutivos".

Já a corrente progressista, principalmente no que diz respeito às questões ligadas à solidariedade e a compreensão da educação como fator econômico, também se opõe ao pensamento freiriano. A visão do sujeito educando como recurso e a ideia de sobrevivência do mais forte frente à igualdade de oportunidades legitima a reação dos neoliberais frente à ação pedagógica que questiona a educação bancária e busca, no limite de sua aplicação, a emancipação daqueles que servem, de maneira alienada, ao sistema capitalista. A mesma situação era posta pelos ortodoxos da igreja, bem como pelos defensores do pensamento frankfurtiano.

Partindo do exemplo acima, podemos perceber que o vínculo de Freire – via construção teórica – era com o sujeito oprimido e não com uma ou outra corrente teórica. Consciente de seu papel político, o autor procurou fazer de sua teoria, uma prática educacional descompromissada das reflexões de esquerda e/ou liberal. Seu objetivo era com aqueles que foram, de alguma forma, silenciados.

Para Freire, a tomada de consciência de si é a tomada de consciência de mundo e a escola, por meio do cotidiano escolar, se faz responsável por essa ação. Dessa forma, o homem se torna responsável pelo seu processo de transformação e pela criação da cultura. Ele não é algo dado, ou já constituído, mas sim um ser em perpétua transformação. Entorno desse eixo, se firma o espiral da cultura, da história e de toda produção humana.

Ainda hoje, as ideias de Paulo Freire e a busca da práxis por meio da prática são trabalhadas por muitos educadores "pós-freirianos". Esses sujeitos buscam a humanização e a libertação dos oprimidos por meio de suas práticas pedagógicas, entretanto são tidos, por muitos desconhecedores dos ideais freirianos, como utópicos ou missionários.

Considerações finais

> Quem ainda está vivo não diga: nunca
> O que é seguro não é seguro
> As coisas não continuarão a ser como são
> Depois de falarem os dominantes
> Falarão os dominados.
> (BERTOLT BRECHT)

Em 1968, em meio a repressões políticas e a efervescência de pensamentos ideológicos europeus, não só na Europa, mas também na América Latina, é escrito por Paulo Freire o livro *Pedagogia do oprimido.* Despreocupado com a "fidelização teórica" que as correntes de pensamento exigiam até então, Freire busca por meio do diálogo entre essas vertentes a síntese resultante de seu pensamento, sustentando a tríade consciência, liberdade e autonomia. Longe de parecer ou querer ser neutro, seus pensamentos e suas práticas levaram, em um período marcado pela repressão, com especificidade para a América Latina, as vozes dos que foram silenciados e dominados por um sistema controlado por poucos. Esse silêncio se traduzia no sufocamento de muitos Josés, Joãos e Marias que, nesse momento e trabalho, representam uma nação formada por sub-viventes oprimidos; mortos-vivos do sistema capitalista.

Freire buscou, por meio de seu pensamento prático e da prática de seu pensamento levar a esperança aos desesperançados. Mas não confundamos: a esperança freiriana se firma nas possibilidades de embates – via diálogo e solidariedade entre os oprimidos e seus opressores, afinal "[…] nenhuma ordem opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: Por quê" (FREIRE, 2009, p. 87).

É na decisão de o quê e para quê se fazer algo, que o homem toma consciência de si e de suas relações com o mundo. Em decorrência, possibilidades criativas e criadoras de ser e estar proporcionam uma existência humana histórica em detrimento da existência histórica humana. Enquanto houver uma elite dominadora, nos depararemos com a imensa vontade que se tem de oprimir e é em resposta a essa vontade que encontramos na educação a possibilidade de enfrentamento e resistência.

Tratando-se da escola, é no cotidiano escolar, enquanto espaço institucionalizado polissêmico, que podemos desenvolver uma educação problematizadora que responda a essência do ser da consciência. Essa, não como uma utopia a ser alcançada, mas como uma intenção política a ser defendida. Em outras palavras: devemos buscar o desenvolvimento de uma prática pedagógica que leve o educando ao entendimento de quem ele é, onde ele está, qual é o mundo que o cerca, aonde ele quer chegar e o que ele deve fazer, por meio do desvendamento de sua consciência e não por ações manipuladoras que o considere como um "espaço vazio a ser preenchido" ou como uma "conta bancária" onde conhecimentos devam ser depositados.

O que queremos dizer é que não se trata de dar "pão e vinho" aos alunos, nem tampouco incitá-los a uma revolução por meio de "armas" ou, ainda, de ter práticas escolares que não os levem ao desvelamento da práxis. Aliás, esse é um dos muitos abusos que fazem do pensamento freiriano: dizendo-se respaldados por essa corrente pedagógica, muitos educadores se alienam de sua responsabilidade política e pedagógica deturpando, ou melhor, indo a contrapelo do que Freire defende; fazendo com que seus alunos se tornem tão mais alienados quanto oprimidos. Por consequência, quando tratamos da *Pedagogia do oprimido* referimo-nos não só a uma obra, mas a um legado deixado pelo autor para a defesa da educação enquanto ação política.

Em vias de conclusão, voltamos este trabalho para a análise da influência do pensamento freiriano em nosso processo de formação, enquanto atuantes da área da educação. Para tanto, salientamos que estamos tratando da tomada de consciência de que "[…] não existe morte sem vida e nem vida sem morte […]". (FREIRE, 2009, p. 197) e que o maior dos problemas é morrer em vida.

Como síntese resultante desta análise e do pensamento até aqui delineado, ignoramos todos e quaisquer tipos de afiliação teórica para definitivamente concluirmos com o final do poema *Elogio a Dialética,* do marxista Bertold Brecht (1936-1956), fragmentado em nossas epígrafes:

> Quem pois ousa dizer: nunca
> De quem depende que a opressão prossiga? De nós
> De quem depende que ela acabe? Também de nós
> O que é esmagado que se levante!
> O que está perdido, lute!
> O que sabe ao que se chegou, que há ai que o retenha
> E nunca será: ainda hoje
> Porque os vencidos de hoje são os vencedores de amanhã.

Referências

BRECHT, Bertold. *Poemas 1936-1956.* São Paulo: Editora 34, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

MCCAUGHAN, Edward J. Navegando pelo labirinto do silêncio: artistas feministas no México. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 11, n. 1, jun. 2003. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 1 ago. 2010. doi: 10.1590/S0104-026X2003000100006.

SEMERARO, Giovanni. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 29, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 1 ago. 2010. doi: 10.1590/S0104-44782007000200008.

SOARES, Maria Lucia de Amorim; PETARNELLA, Leandro. 1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial. *Avaliação* (Campinas), Sorocaba, v. 14, n. 2, jul. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 1 ago. 2010. doi: 10.1590/S1414-40772009000200006.

ZITKOSKI, Jaime José. *Paulo Freire & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DA PESQUISA: A ESCOLA PELO AVESSO – VOZES INAUDITAS E VIOLÊNCIA JUVENIL NA CONTEMPORANEIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

THEORETICAL AND METHODOLOGICAL FUNDAMENTATION OF THE RESEARCH: THE SCHOOL UPSIDE DOWN – UNHEARD VOICES AND YOUTH VIOLENCE IN CONTEMPORARY BRAZILIAN EDUCATION

Carlos Bauer
Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/Uninove
carlosbauer@uninove.br

Resumo

Consideramos ser relevante dizer que é necessário pensar a sociedade de forma mais ampla. As reflexões que se abrigam nessa comunicação objetivam apresentar uma ponderação sobre dois pontos que se encontram pelo avesso: o movimento contemporâneo do capital e suas demandas no mundo do trabalho. A combinação desses pontos revela processos de exclusão da juventude. Para comprovar essa denúncia da situação de abandono em que se encontram os jovens no Brasil, tomamos uma série de pesquisas recentes e recortamos alguns dos elementos comuns que elas trazem, apontando para o grave problema em que estamos mergulhados sem nos dar conta, porque alienados pelo discurso ideológico das convergências. A nossa intenção, numa dimensão histórica, influenciada pela sociológica, é a de procurar colher subsídios documentais orais e bibliográficos que nos permitam ampliar a visão sobre mudanças na educação, seus agentes e processos, bem como a ideologia que tais mudanças refletem, permitindo observar os efeitos danosos de políticas públicas mal articuladas sob a égide do capitalismo contemporâneo e seus requisitos.

Palavras-chave: Capitalismo contemporâneo. Educação. História oral. Jovens do Brasil. Violência juvenil.

Abstract

We consider it relevant to mention that you need to think society more broadly. The reflections in this communication aim to provide shelter weighting on two points that lie inside out: the contemporary movement of capital and their demands in the workplace. The combination of these points reveals processes of youth exclusion. To substantiate the complaint of the situation of abandonment in which young people are from Brazil, we took a series of recent research and cut out some of the common elements that they bring, pointing to the serious problem in which we live without realizing because we are alienated by ideological discourse of convergence. Our intention, in a historical dimension, influenced by sociological dimension, is to try to collect subsidies documentary, oral and bibliographic, that enable us to expand the vision for change in education, its agents and processes, as well as the ideology that these changes reflect, enabling them to observe damaging effects of bad public policy articulated under the aegis of modern capitalism and its requirements.

Key words: Brazil's youth. Contemporary capitalism. Education. Oral history. Youth violence.

1 Introdução

Não existe qualquer alternativa para os jovens infratores e evadidos da escola? As escolas lhes oferecem algum tipo de oportunidade ou as ilusões e sonhos do seu papel redentor foram todas jogadas na lata do lixo da história? Mas, se é mesmo assim, por quê?

Por que as relações escolares hoje vigentes não são capazes de atenuar o crescente e cada vez mais assustador número de jovens que se envolvem em ações violentas, cruéis e, por conta disso, perdem não apenas as esperanças no futuro, de dias melhores no presente, mas as próprias vidas?

Por outro lado, essa incessante violência e mesmo "banditismo social" nos faz indagar se não estaríamos diante da gestação de novas e perversas relações de poder. Será que os conflitos, contradições e antagonismos de classes, próprios da sociedade capitalista, não estariam, por conta disso, sendo deslocados ou mesmo subtraídos das tradicionais relações de dominação? (HOBSBAWM, 2010).

Uma inquietação como essa pode remeter- nos ao caráter cordial, da passividade ou mesmo submissão aos donos do poder que se procurou impor, como diria Florestan Fernandes, aos "de baixo" e às camadas subalternas da população, mas que, agora, parecem ter chegado ao seu limite histórico e social?

Não estaríamos diante da premência de um novíssimo e bem articulado contrato social que reconheça a necessidade de formas inovadoras de participação? Consideramos essas e outras perguntas que possam ser formuladas sobre os jovens, suas relações com a violência e demais infrações importantes de serem feitas e, por conseguinte, impulsionadoras de nossas aflições políticas e sociais. Também não desconsideramos os esforços das autoridades na formulação de políticas públicas que possam dirimir ou mesmo comprometer-se com o avanço do bem-estar social e a construção dos direitos do cidadão esteja ele onde estiver, porém tudo isso parece ser insuficiente e ineficaz diante da crueldade que assola segmentos inteiros da juventude em nosso país.

Nesse quadro, julgamos pertinente compreender um pouco mais de perto essas maledicências que frequentam a cotidianidade de uma parcela considerável da juventude, conhecer suas angústias, registrar seus pensamentos e, não apenas falar delas, mas ouvir suas vozes e propostas sobre como o mundo e a própria escola poderiam ser.

1.1 Justificativa

As ciências humanas procuram desvelar os enigmas que constituem a realidade social, inclusive, argumentam que as mudanças sociais decorrem das rupturas com as formas de pensar, até então predominantes, e o estabelecimento de novas práticas e novos valores sociais. Uma postura como essa conclama como principal virtude do homem o seu papel como sujeito da história, sua condição de ser livre, que lhe permite optar, apontar caminhos e agir sobre os rumos sociais.

Entretanto, é preciso dizer e reconhecer que sujeito e objeto estão irremediavelmente interligados de tal sorte que os resultados das pesquisas que realizamos não são neutros e afetam, direta ou indiretamente, a vida política e os interesses sociais, tanto do pesquisador quanto daqueles que se tornaram sujeitos do seu objeto de pesquisa.

Estamos pensando a escola e seus personagens pelo avesso e isso nos remete aos jovens que antecipam cruelmente a vida adulta e transformam suas ações numa relevante questão pública e a sua presença tida como uma ameaça imbuída de violência tem se alastrado no cenário social.

É natural a ideia de que a infância, a adolescência e a juventude são processos interligados e que se combinam na formação do homem adulto ativo e comprometido com o exercício da sociabilidade

Autores, como Ariès (1982), colaboram para o entendimento de que as dimensões sociais e culturais que perpassam essas passagens do existir humano – sabiamente identificando a diversidade de experiências que seriam próprias da infância, dos adolescentes e dos jovens que estariam no limiar da vida adulta –, estão associadas à posição social que os indivíduos ocupam e, à luz dessas, as distinções são muito grandes.

Não foram poucos os estudos que procuraram associar a juventude com os processos de transformação e inquietude social, nas mais variadas e díspares áreas. Num século tão imagético, quanto o XX, os documentos fílmicos registram os jovens na linha de frente das lutas sociais, empunhando as bandeiras da liberdade e da resistência contra toda e qualquer forma de poder totalitário.

Foi assim na resistência contra o nazismo, nas lutas de libertação nacional na África e na Ásia, no combate contra a guerra do Vietnã, contra as ditaduras na América Latina e contra a invasão de Praga. Sendo também dessa forma na revolução cubana, no maio de 1968 francês, brasileiro e até mesmo em Woodstock com sua crítica comportamental ao conservadorismo imperante no ocidente.

Os estudos de Zaluar (1992, 1994, 1996 e 1997) nos oferecem outras imagens: jovens de armas nas mãos caminhando no sentido contrário das virtudes e desejos sociais, portadores de um discurso próprio associado à violência, à intolerância e à transgressão possibilitadas pelo envolvimento com o tráfico de drogas.

São disputas pelos bairros das periferias, pelo controle do tráfico de drogas, com a morte e a violência lhes acompanhando o tempo todo como um estratagema de supremacia no comércio ilegal de drogas, mas também como consequência das vinganças e acertos de contas.

Entender esses personagens juvenis e o significado histórico de suas vozes inauditas, as razões do seu afastamento das relações educacionais, do mercado formal de trabalho, a alternativa do tráfico de drogas, o seu vínculo com as práticas de violência e o seu protagonismo, como ameaçadores da ordem social é o que nos interessa com o projeto de pesquisa aqui apresentado.

Também precisamos refletir sobre o fato de que a procura em se organizar em quadrilhas ou *gangs* materializa uma evidente manifestação de descontentamento da juventude e, em nossa opinião, não deve ser, necessariamente, canalizada para os que tentam entendê-los como protagonistas de ações e comportamentos desviantes da norma social. Suas condutas também precisam ser pensadas como consequências de um mal-estar que se encontra no cerne da crise da ordem e do contrato social vigentes. Esse também é um fenômeno que tem de ser pensado e pesquisado no âmbito da área educação, com suporte teórico e estudos sócio-históricos e psicossociais, permitindo-nos um melhor posicionamento diante desses eventos na esfera nacional e global ao mesmo tempo.

O chamado "banditismo" é um sintoma social de condições estruturais e consequência das construções sócio-históricas que cada país é dotado. Diante do exposto, é pertinente salientar que, juntamente com os problemas relacionados com o enfraquecimento do contrato social, os grupos de jovens caracterizados, na falta de um nome melhor, de *gangs* é um sintoma das condições degradantes de vida em que algumas parcelas das sociedades capitalistas experimentam na contemporaneidade ocidental.

O desconforto experimentado por essas sociedades, devido ao enfraquecimento do contrato social e de uma cada vez mais visível crise econômica e monetária, não permite que os governos e os organismos internacionais sejam capazes de reconstruir as desbotadas e carcomidas promessas de emancipação, estando o bem-estar no cerne de seu projeto político.

É sintoma de um tipo de ordem social, que está situado no seio da modernidade, nas formas de autoritarismo que as estruturas extremamente hierarquizadas das classes sociais assumem nos tempos em que vivemos. Localizar elementos históricos, políticos, culturais, além das "razões sociais" que produzem esse fenômeno é um dos desafios para os pesquisadores educacionais na atualidade. O pesquisador na busca de decifrar os significados e práticas desses jovens que se encontram fora da escola, tem a tarefa de mostrar os elementos como um sintoma das condições materiais que estão em curso e não como produto da ação de jovens malvados e violentos, desajustados e desalmados. Para fazer isso, em nossa opinião, ele não deve assumir uma posição moral a priori, o que faz sentido e é possível, na medida em que assuma um compromisso com a análise crítica desses processos.

Mas é preciso reconhecer que a moralização dos investigadores ainda ocorre em muitos estudos sobre juventude e violência, sobre o papel de determinados grupos de jovens que estão fora da escola e minando a ordem social, sendo, invariavelmente, acusados de colisão ou cumplicidade aberta com o crime organizado.

Por isso que, no bojo de toda essa discussão, temos de acrescentar outra realidade, qual seja: além das *gangs*, há um número de jovens fazendo movimentos de resistência que se expressam em outras formas de ações políticas, culturais, sociais, econômicas, religiosas, etc. São eles que estão fora da escola e que, também, devemos considerar na construção de nosso trabalho. Quem são eles? Como se comportam na cotidianidade e o que fazem? Onde estão? Qual é a sua opinião sobre o universo escolar? São algumas das questões que queremos responder com esta pesquisa.

Isso a partir de uma perspectiva capaz de identificar as armas das críticas teóricas, conceituais, metodologias e estruturas compromissadas com a produção de insumos necessários para alimentar o desenvolvimento de políticas públicas e da sociedade civil preocupadas com a superação das presumidas relações da juventude com a violência.

2 Referencial teórico-metodológico – História Oral como metodologia: o homem comum na história da educação

A pesquisa educacional sobre a estrutura do ensino – conteúdo, história, níveis, políticas, formação de professores, rede pública e particular, ideias filosóficas e seus pensadores – é de crucial importância para o entendimento e o desenvolvimento da educação em sentido lato, contudo, acreditamos que se deva ir além da análise dos documentos produzidos pelos órgãos oficiais ou observações empíricas que não se relacionam diretamente com os sujeitos principais.

Por meio dos depoimentos dos sujeitos que estão envolvidos diretamente no cotidiano ou nas proximidades do território escolar, consideramos a possibilidade de ampliação da visão sobre a relação desses com a cultura, uma vez que esta está diretamente relacionada com suas condições materiais de existência. Partimos do pressuposto de que essas fontes orais fornecerão as pistas e explicações de como se realiza e se reproduz a construção dos espaços sociais desnivelados do espaço escolar, tal qual intuímos poder visualizar pela voz desses jovens que estão fora dos colégios, se relacionam com a violência, mas também com a própria escola e outras formas de organização social.

Demartini (1998) concebe que as pesquisas educacionais devem ir além dos aspectos relacionados ao

sistema educacional no que tange a suas políticas, sua expansão, seu currículo, cursos de formação de professores, etc. Observa a autora que essas pesquisas referem-se muito pouco aos sujeitos diretamente ligados ao espaço educacional, ao cotidiano escolar. O que não dizer, então, daqueles que foram subtraídos ou se afastaram dessa cotidianidade?

Dessa maneira, a utilização das fontes orais privilegia a apreensão do funcionamento do sistema educacional de maneira ampliada, uma vez que resgata por intermédio dos depoimentos de seus sujeitos principais: professores, alunos, pais, funcionários, ou seja, todos aqueles envolvidos, mas também os que estão afastados do cotidiano da escola; as vivências presentes no espaço escolar ou nas suas cercanias que os documentos escritos não conseguem transmitir como esperamos que os relatos de nossos entrevistados ajudem-nos a demonstrá-lo.

De acordo com Thompson (1992), o movimento moderno da história oral tem sua origem em 1948, na Universidade de Columbia, situada na cidade de Nova York. Allan Nevins, historiador dessa universidade, utilizou esse método para gravar as memórias de personalidades influentes na história estadunidense, com o objetivo de criar uma documentação histórica.

Durante duas décadas, a história oral nos Estados Unidos foi realizada dessa forma. Somente na década de 1970, o método retornou aos procedimentos do período de Michelet e Marx, uma vez que as minorias sociais estadunidenses começaram a possuir espaço para contar suas histórias, e não serem "contadas".

Concomitantemente, Meihy (2002) explica que Allan Nevins, ao organizar seu arquivo de entrevistas e transformá-lo, constituiu-o em um processo sistemático de formulação e difusão de dados documentais. Esse momento se configurou propicio a partir da combinação dos avanços tecnológicos do período e da necessidade de construir a história desses dias por intermédio das experiências dos combatentes da Segunda Guerra Mundial, seus familiares e as vítimas do conflito. Dessa maneira, os depoimentos registrados por meio eletrônico com o intuito de produzir a história pela voz de seus atores principais, assim como o acesso a esses relatos, configurou o termo "moderna" para a história oral, diferenciando-a de outros procedimentos que utilizam a oralidade na busca de informações.

> A história oral nasceu vinculada à necessidade do registro de experiências que tinham repercussão pública. Os efeitos e a aceitação coletiva dessas narrativas determinaram seu sucesso, independentemente do registro oficial. Isso equivalia a uma nova noção de cidadania. (MEIHY, 2002, p. 89).

Thompson (1992) explica que a apesar da expressão "história oral" e o uso do gravador serem recentes, seus antecedentes são tão antigos quanto à própria história. Na realidade, a história oral foi a primeira espécie de história. Michelet (1988), historiador francês do século XIX, professor da Sorbonne, do *Collège de France* e da *École Normale*, ao escrever a *História da Revolução Francesa,* utilizou os documentos escritos como auxiliares, à medida que se valeu principalmente das fontes orais e de sua própria memória, visto que havia nascido em 1798, nove anos após a queda da bastilha. Seu objetivo foi associar os documentos escritos com os depoimentos orais do povo, principalmente fora de Paris.

Contudo, na obra *O Povo,* de 1846, é que Michelet irá aplicar seu método de coleta de depoimentos dos desfavorecidos, dos excluídos da sociedade. A pesquisa dos ricos sobre os pobres existia fazia muito tempo, contudo nela estes últimos sempre eram rotulados de preguiçosos, viciados, mal educados, etc. O autor, por intermédio do contato com os pobres afetados pela mecanização, sobretudo os camponeses, realizava entrevistas com esses indivíduos a fim de conhecer e fazer conhecer suas histórias e seus cotidianos, proporcionando uma nova visão da história das sociedades.

Conforme Thompson (1992), também encontramos em Heródoto a tradição oral, em virtude de sua busca no século V a.C. por testemunhas oculares de fatos que interessavam para seus escritos, no intuito de colher depoimentos orais de forma rigorosa e minuciosa. Esse procedimento, Luciano e Herodiano irão executar a fim de produzir uma história que se amplie além do espaço oficial.

Tal tradição é possível ser encontrada também nas obras de Marx e Engels:

> Marx e Engels, em seus textos mais diretamente políticos, em geral recorreram consideravelmente tanto a sua própria experiência direta, quanto a relatórios, escritos e orais, provindos de seus inúmeros correspondentes e visitantes. Do mesmo modo, a *Condição da classe operária na Inglaterra em 1944*, de Engels, associa material extraído de jornais, *Blue Books,* e outros comentários contemporâneos, a seus próprios relatos como testemunha ocular da vida da classe operária. Engels chegara a Manchester em 1842 para trabalhar na filial inglesa da firma de seu pai e, nas horas vagas no cotonifício, teve a possibilidade de estudar as condições industriais da cidade e de encontrar-se, com a ajuda de uma jovem operária, Mary Burns, com alguns lideres cartistas. Contudo, para sua análise teórica mais elevada, Marx apoiou-se em fontes publicadas. *O capital* é solidamente

> documentado mediante bibliografia e notas de rodapé. Exceto citações casuais de literatura clássica. Marx menciona dois tipos de fonte: teoria e comentários políticos e econômicos da época; e descrições da época, entre as quais, muitas vezes, relatos pitorescos, extraídos de jornais e dos *Blue Books* do Parlamento. Não há duvida de que essa decisão de Marx de utilizar apenas material oral já publicado, em vez de levar a cabo qualquer novo trabalho de campo, deveu-se em parte ao gosto pessoal e em parte a que isso lhe permitia reforçar seus argumentos com autoridades inatacáveis. Dada, porém, a influência que *O capital* iria ter no futuro da história social, ele estabeleceu um precedente fundamental. (THOMPSON, 1992, p. 64-65).

A história oral, segundo Meihy (2002), se constitui em um conjunto de procedimentos modernos utilizados para elaborar e arquivar documentos produzidos por pesquisas que privilegiaram experiências de indivíduos ou grupos, utilizando a técnica de entrevistas gravadas por meios eletrônicos. A história oral é a história do tempo presente, seu método é reconhecido por produzir a história viva.

De acordo com Thompson (1992) esse método torna possível produzir a história com uma imparcialidade maior que a história tradicional, visto que as testemunhas podem ser convocadas junto às classes menos privilegiadas: os pobres, mendigos, derrotados, desempregados, marginais, imigrantes e etc., como nesta pesquisa os jovens em situação de conflito com a lei serão chamados a nos relatar suas trajetórias de vida, seus dilemas e perspectivas, inclusive, sobre a escola.

Tal procedimento proporciona uma reconstrução mais realista e imparcial do passado, contestando as produções históricas possuidoras de *status* de "verdade absoluta". Assim, a história oral estabelece como compromisso primeiro de seu estatuto, a transmissão dos fatos sociais da história de maneira ampla.

Esse procedimento metodológico se configura como essencial na análise das entrevistas realizadas com os jovens que se encontram fora da escola e em relação de permanente conflito com a lei, à medida que nos permite, por intermédio de seus procedimentos específicos, compreender a trajetória desses indivíduos, sua relação com o espaço cotidiano da violência presente nas periferias da Grande São Paulo. E, mesmo estando fora dela, a influência do capital cultural-escolar sobre suas histórias de vida e projeção do futuro. Também podemos pensar a história não apenas como narrativas que dizem respeito ao acontecido e, convencionalmente, chamado de passado, mas como utopia e possibilidade de construção de outros presentes e novos amanhãs!

2.1 Bourdieu e Certeau: uma reflexão sobre a teoria das práticas na educação

Esta pesquisa foi pensada e organizada com o objetivo de tecer reflexões sobre os conceituais teóricos de Pierre Bourdieu e Michel de Certeau, uma vez que em sua orientação conceitual-teórica optamos pela utilização de determinados conceitos desses autores. Consideramos que alguns desses conceitos são de extrema relevância para o estudo do campo da historicidade da educação, especialmente quando centraliza seu foco de análise para o cotidiano das populações excluídas e sua relação com a escola. No caso, os jovens infratores instalados nos bairros periféricos da chamada Grande São Paulo que foram subtraídos ou se afastaram do seu interior, mas não perderam a disposição de falar sobre a sua importância na história de suas vidas.

A construção conceitual de Pierre Bourdieu se realizou por intermédio de aproximações de autores que são considerados insociáveis nas Ciências Humanas, e em estudos realizados na Argélia, mas, sobretudo na França. No que tange a associação entre conceitos considerados excludentes, Bourdieu (2000) afirma que os obstáculos existentes para alcançar o conhecimento, na maioria das vezes, são sociais; e que as associações entre conceitos considerados desiguais, realizadas em seus estudos, a fim de configurar seu cabedal teórico-conceitual, aproximando Marx, Weber, Durkheim, Cassirer, Kant, entre outros autores, sempre apresentaram "[…] a sensação de que o que impedia as pessoas de ver que esses autores diziam a mesma coisa, ou coisas complementares, eram razões puramente sociais." (BOURDIEU, 2000, p. 21).

Os conceituais teóricos deste autor não se configuram limitados no espaço – tempo em que foram construídos e, sim, possibilitam sua utilização universalmente.

Nesse sentido, Bourdieu (2003b) esclarece que a construção teórico-conceitual presente em suas obras, apesar de produzidas na França, possui validade universal perfeitamente aplicável em outras sociedades. O autor afirma que essa compreensão "[…] por falha minha, freqüentemente escapa aos leitores e comentaristas, mesmo os mais bem intencionados." (BOURDIEU, 2003b, p. 9).

Concomitantemente, Bourdieu (2003b) ao referir-se sobre os conceitos de espaço social e espaço simbólico, construídos pelas suas investigações na França, não particulariza suas análises, proibindo quem quer que seja de realizar associações e considerações sobre outras sociedades, pelo contrário,

> […] acho que, ao apresentar o modelo de espaço social e de espaço simbólico que construí *a propósito* do caso particular da França, falarei sempre do Japão (como, falando alhures, falarei dos Estados Unidos ou da Alemanha).

> E, para que o discurso que lhes diz respeito […] seja inteiramente inteligível, gostaria de encorajá-los e ajudá-los a ultrapassar a leitura particularista que, além de constituir um ótimo sistema de defesa contra a análise, é o equivalente exato, da perspectiva da recepção, da curiosidade pelos particularismos exóticos que inspiraram tantos trabalhos sobre o Japão. (BOURDIEU, 2003b, p. 13-14, grifos do autor).

Consideramos indispensável nos reportarmos às explanações de Pierre Bourdieu sobre sua construção teórico-conceitual e a aplicabilidade dessas, com a compreensão, sobretudo a vinculação, de seus modelos conceituais com o nosso objeto de estudo. A teoria das práticas sociais no conceito de *habitus* pretende estabelecer uma associação – sem se associar – entre as perspectivas subjetivistas e objetivistas do mundo social, no intuito de mostrar que a estruturação dessas não se realiza de maneira autômata, nem tampouco, de forma autônoma, mas, seriam estruturadas porque no momento em que os indivíduos agissem possuiriam particularidades estruturadas do seu meio social. (BOURDIEU, 2003b).

Tal construção teórica se configura de forma a compreender inovadoramente as estruturas sociais, à medida que não se associa ao subjetivismo[1], nem tampouco, ao objetivismo[2], opondo-se de maneira extrema a determinados

> […] pressupostos antropológicos […] na qual se comumente se fiam […] particularmente os intelectuais […] (especialmente quando em nome de um irracionalismo estreito consideram irracional qualquer ação ou representação que não seja engendrada pelas *razões* explicitamente dadas de um indivíduo autônomo, plenamente consciente de suas motivações). (BOURDIEU, 2003b, p. 10, grifo do autor).

Para o autor, a cultura escolar é um construto da classe dominante, então, não neutra, à medida que se projeta como uma violência simbólica, que se traduz na dominação de uma classe sobre outra. Estabelece a noção de arbitrário cultural, violência simbólica à proporção que se impõe como verdadeira e única, legitimando-se, sobretudo na escola. (BOURDIEU et al., 1975).

1 Na concepção subjetivista, todo conhecimento é produto estruturado e selecionado pelo indivíduo. Essa tendência epistemológica confere total autonomia e consciência às pessoas nos seus procedimentos cotidianos.

2 O conhecimento objetivista prima por estabelecer a existência do mundo em si, dissociado de qualquer compreensão subjetiva. O conhecimento se realiza pela evidência material dos fatos, derivado por intermédio de experiências sensíveis. Toda prática social seria mera execução de regras estruturadas.

Bourdieu (2003b) prescreve que sua compreensão deve realizar-se por intermédio do distanciamento do pensar substancialista que considera as práticas como encerradas em um universo particular, não se intercambiando e, sua correspondência com as posições sociais como uma relação direta e uniforme.

Dessa maneira, temos o conceito de *habitus* como princípio articulador das práticas – que incluem e excluem – os indivíduos e os diversos grupos sociais, à medida que são

> […] princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e, sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial, mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro. (BOURDIEU, 2003a, p. 22).

Os campos para Bourdieu (2003a) são espaços sociais que se definem pela exclusão mútua, ou distinção dos indivíduos, de acordo com os volumes de capitais possuídos e, pelas apropriações dos bens produzidos nesses espaços. Essa exclusão é estruturadora das posições sociais, denominadas por alguns como classes existentes nas sociedades, que é, sobretudo, um espaço de diferenças e diferenciações.

O conceito de capital nas obras de Bourdieu se produz como metáfora ampliada, uma vez que foi inspirado na teoria econômica, principalmente nos escritos de Karl Marx. Esse conceito para Bourdieu (2002) pode existir no estado objetivado, na qualidade de propriedades materiais, no estado incorporado e, também no estado institucionalizado.

O autor considera que o capital, no campo simbólico, representa um poder, ou poderes,

> […] sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendi-

> mentos e de ganhos. As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou sub-campo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre como poder e como coisa em jogo, neste campo). (BOURDIEU, 2002, p. 134).

Segundo Bourdieu (2003b), o capital simbólico se realiza como poder somente por intermédio de outra espécie de capital. Ele se traduz nas percepções e nos reconhecimentos que os indivíduos, os grupos e as sociedades atribuem para aqueles que possuem volume considerável desse "poder".

O capital cultural tem a possibilidade de apresentar-se de três formas, a saber: no estado incorporado, objetivado e institucionalizado. O estado institucionalizado se traduz por meio dos níveis educacionais concluídos pelos indivíduos. (BOURDIEU, 1998)

Os estudos realizados por Michel de Certeau e o grupo de pesquisa por ele organizado em três círculos[3], desembocou no que podemos denominar "teoria das práticas cotidianas", ainda que o objetivo dessa pesquisa não fosse a elaboração de um modelo teórico que oferecesse uma história das teorias das práticas, e sim a proposição de pensá-las no cotidiano do homem comum, a partir do conceito de tática.

Certeau (2001) estabelece que as variadas maneiras de "fabricar" e "reinventar" o cotidiano pelo indivíduo comum é que precisam ser estudadas, a fim de descortinar todo um movimento subterrâneo existente e atuante nas sociedades. A cultura erudita, propriedade da minoria dominante, e a cultura popular, formada por elementos culturais que a primeira abandonou e eliminou do seu círculo, não possuem importância na sua perspectiva de estudo. Necessário para o autor é estudar as criações dos indivíduos em seu ambiente cotidiano, que são efêmeras e ocultas, mas que se fazem presentes na sociedade, produzindo alternativas de sobrevivência e resistência ante o sistema dominante.

A análise das práticas cotidianas, segundo Certeau (1994), se realiza de maneira a apresentar que os modelos culturais não determinam as relações sociais, e sim o contrário, se assentando nos indivíduos de forma incoerente e contraditória. Explica-nos o autor que a questão central é descortinar as maneiras de fazer e ser dos indivíduos, e não o indivíduo enquanto sujeito único.

Para isso, o autor esclarece que, essas formas de atuar dos indivíduos, podem ser comparadas as astúcias existentes a milhares de anos no reino animal, tal quais os disfarces dos peixes e dos insetos, que nos dias atuais é ocultada pelo paradigma racional dominante do Ocidente. Assim, estabelece que seu objetivo seja

> […] explicitar as *combinatórias de operações* que compõem também (sem ser exclusivamente) uma 'cultura' e exumar os modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde, sob o pudico nome de consumidores, o estatuto de dominados (o que não quer dizer passivos ou dóceis). O cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*. (CERTEAU, 1994, p. 38, grifos do autor).

As práticas cotidianas, segundo Certeau (1994), tais como falar, escrever, comer, ler, andar, passear, fazer compras, escutar músicas, assistir televisão, se configuram como táticas. Nas maneiras de fazer cotidianas, essas táticas podem ser visualizadas na multiplicação dos espaços, em espaços sociais antes fechados e circunscritos como de uma classe, nos protestos contra o aumento da passagem do transporte público ou por vagas em escolas, na instalação e permanência de jovens traficantes ilegais em um espaço social que, invariavelmente, procuram formas violentas de rejeitá-los, ainda que necessitem de suas atividades. Assim, essas táticas auxiliam na subversão e alteração dos produtos culturais impostos pelo sistema dominante.

Certeau (1994) esclarece que as "ações" – em sentido militar – dos indivíduos que compõem essa marginalidade, e que são efetivadas no interior de seus espaços de consumo, são diversas e constituídas sob práticas múltiplas, de acordo com as situações que se impõem em seus cotidianos, tal como o jovem, sobretudo o infrator, que não possui o poder de crítica ou de criação que os indivíduos "ajustados" possuem em relação, por exemplo, as informações veiculadas pela mídia televisiva.

Esses procedimentos que são as maneiras de fazer e de ser dos indivíduos – que também podem ser denominadas de práticas cotidianas – são produtores de espaços sociais, diversos e diversificados, que fogem as determinações sociais estabelecidas pelo poder dominante, que, por sua vez, geram lugares únicos e unívocos, despercebidos, muitas vezes, pelos detentores dos mecanismos impositivos da sociedade, porém, que existem e coexistem no seio social.

Consideramos que os estudos realizados por Pierre Bourdieu e Michel de Certeau, em relação às práticas

3 O grupo de pesquisa organizado por Michel de Certeau foi principiado a partir do contrato assinado com a *Délégation Générale à la Recherche Scientifique et Technique* (DGRST), órgão vinculado ao gabinete do Primeiro-Ministro francês. Esse contrato teve o apoio de Augustin Girard, responsável, na época, pelo Serviço de Estudos e Pesquisas da França. Essa pesquisa possuía como objeto de estudo a cultura comum e cotidiana e suas maneiras de praticar. Organizou-se em três círculos distintos. O primeiro teve a duração de junho de 1974 a princípios de 1975. O segundo circulo de interlocução foi o Seminário de 3º Ciclo em Antropologia na Universidade de Paris-VII-Jussieu, de 1974-1978. E o terceiro ciclo foi composto por um grupo restrito, formado por colaboradores diretos do contrato assinado com a DGRST.

sociais e cotidianas dos indivíduos, são de suma importância para a fundamentação teórica de nossa pesquisa à medida que buscamos nos relatos de nossos depoentes, a visualização de suas práticas cotidianas e a influência – ou não – da educação escolar na execução dessas, assim como o entendimento de como elas influenciam e possibilitam a inserção dos espaços e lugares que se encontram estabelecidos, mesmo que provisoriamente, e suas consequentes transformações e construções.

3 Considerações finais

Estamos na fase embrionário desse projeto de pesquisa e o referencial teórico que pretendemos utilizar, partindo e procurando se fundamentar nos conceitos da "teoria das práticas cotidianas" de Michel de Certeau, nos auxilia na definição dos objetivos desta proposta de pesquisa. Sobretudo, porque não nos referimos como centralidade, ao espaço social da escola na vida desses jovens, uma vez que suas práticas diárias se realizam no intuito de sobreviverem, subverterem, socializarem e se inserirem em um campo de poder instituído e diverso daquele que, normalmente, se projetam para pessoas nessa faixa etária que vai dos 14 aos 19 anos.

Ao efetivarmos a conjugação de elementos teórico-metodológicos com a prática social e cotidiana desses protagonistas "desajustados", em permanente conflito com a lei e muito pouco influenciados formalmente pelo capital cultural-escolar, procuraremos demonstrar nos depoimentos obtidos pelos jovens entrevistados, como nossos depoentes, mesmo estando fora da escola, projetam a sua presença em vossas vidas.

Pretendemos, assim, confirmar determinadas hipóteses expostas neste estudo, especialmente, nas maneiras de ser e viver desses indivíduos, que embora ausentes da escola, ainda têm condições de avaliar o seu passado, opinar sobre o seu presente e tornar visível um horizonte de possibilidades sobre a sua vigência social.

Além disso, a coleta e análise desses depoimentos pode nos proporcionar um instigante e inusitado caminho para pensarmos sobre as fontes que subsidiam a construção da história da educação, é possível, ainda, que essas vozes nos mobilizem ousadamente na busca da superação dos infortúnios e percalços que o nosso tempo social atravessa.

Do ponto de vista específico, é nosso objetivo compreender a importância da utilização das fontes primárias, orais no caso em questão, nos estudos realizados sobre a educação e sua historicidade, principalmente porque o "documento falado" proporciona não só a participação das testemunhas oculares da história, mas também a resolução de contradições existentes nos estudos da área em questão, a ampliação do campo estudado e incorporação de nova visão da história das sociedades e dos seus sujeitos sociais. Como foi dito anteriormente, a pesquisa aqui apresentada foi pensada e organizada com o objetivo específico de tecer algumas reflexões sobre os conceituais teóricos de Pierre Bourdieu e Michel de Certeau. Na sua orientação conceitual-teórica, optamos pela utilização de determinados conceitos desses autores porque consideramos que algumas dessas apreciações são de extrema relevância para o estudo do campo da educação, especialmente quando centralizado seu foco de análise para o cotidiano das populações excluídas e sua relação, mesmo que tensa e povoada de contradições, com a escola.

Referências

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

_____. *Escritos de educação.* Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *O campo econômico*: a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papirus, 2000.

_____. *O poder simbólico.* 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *A miséria do mundo.* 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003a.

_____. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. 4. ed. Campinas: Papirus, 2003b.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.

_____. *A invenção do cotidiano.* 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2 v., 1994.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: VON SIMON, Olga Rodrigues (org.) *Experimentos com histórias de vida. Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice & Revista dos Tribunais, 1998.

HOBSBAWM, E. *Bandidos*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MICHELET, Jules. *O povo.* São Paulo: Martins Fontes, 1988.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, R. (Org.) *A aventura antropológica*: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Violência e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Da revolta ao crime*. São Paulo: Moderna, 1996.

_____. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. (Org.). *Galeras cariocas*: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: UFR, 1997.

INTELECTUAIS CRIADORES E OS ORGANIZADORES: UMA RELAÇÃO DE CONFLITO MEDIADA PELO CONSENSO

CREATORS INTELLECTUALS AND THE ORGANIZERS: A RELATION OF CONFLICT MEDIATED BY THE CONSENSUS

Rosiley A. Teixeira
Professora Doutora em História da Educação
Universidade Nove de Julho – Uninove
rosileyteixeira@uol.com.br

Resumo

O objetivo neste trabalho foi analisar como intelectuais da academia – contratados como consultores – e os técnicos – integrantes do quadro de funcionários permanentes da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso – identificavam os conflitos vividos durante a elaboração e execução das políticas públicas educacionais. Para tanto, selecionei e entrevistei consultores e técnicos que estavam diretamente ligados à Coordenadoria de Políticas Pedagógicas, responsável pelo desenvolvimento e execução dos programas e projetos atrelados aos quatro eixos da política educacional do Estado. À guisa de conclusão, considerando que a relação entre técnicos e consultores é dialética, com influências recíprocas, e nela quem capacita aprende, e que a atuação do técnico é tão importante quanto a do consultor, pode-se afirmar que o não "funcionamento" do trabalho de um dos dois, por uma lacuna teórica ou prática, ameaça todo e qualquer trabalho que se pretenda desenvolver.

Palavras-chave: Educação. Intelectuais. Políticas públicas. Técnicos.

Abstract

The aim of this work was to analyze how intellectuals of the academy, hired as consultants, and technicians, permanent staff of the State Department of Education of the State of Mato Grosso, Brazil, identified the conflicts faced in formulating and implementing public policies education. For both, I selected and interviewed consultants and technicians that were directly linked to the Coordinator of Pedagogical Policy, responsible for developing and implementing programs and projects tied to the four pillars of education policy of the State. In conclusion, considering that the relationship between technical staff and consultants is dialectical, with reciprocal influences, so that the person who teaches also learns, and that the performance of the staff is as important as that of the consultant, it can be stated that the failure of either one in doing their job, due to theoretical or practical gaps, threatens any work that would be carried out.

Key words: Education. Intellectual. Technical. Public politics.

1 Introdução

O objetivo neste trabalho é apresentar alguns aspectos da pesquisa *Mediadores do consenso: conflitos e ambigüidades nos encaminhamentos da educação mato-grossense* (1997-1998) que se constituiu em compreender como intelectuais da academia e funcionários de carreira da Secretaria de Educação de Mato Grosso se relacionavam ao formularem e desenvolverem as políticas educacionais de interesse das classes populares.

Este texto não esgota toda a pesquisa, destaca apenas como técnicos e consultores identificavam os conflitos e os enfrentavam na elaboração e execução das políticas públicas educacionais; portanto, aborda apenas um dos elementos estudados.

Caracterizando Secretaria de Educação, enquanto esfera de poder estatal em que a relação entre intelectuais e técnicos acontecia, procurei na pesquisa descrever o papel dos intelectuais na Secretária Estadual de Educação, identificando a vinculação política desses sujeitos com o grupo no poder e o grau de envolvimento e credibilidade dos técnicos com relação à política educacional em desenvolvimento.

Selecionei do grupo de consultores e técnicos os que estavam diretamente ligados à Coordenadoria de Políticas Pedagógicas, responsável pelo desenvolvimento e execução dos programas e projetos vinculados aos quatro eixos da política educacional.

O grupo analisado foi o que atuou no último período do primeiro governo Dante de Oliveira – administração do Secretário de Educação Fausto Faria – pois, a cada novo Secretário, caracterizava-se um novo período, com um grupo diferente de intelectuais a elaborarem as políticas educacionais no Estado. No período selecionado, consultores não só propunham, mas encaminhavam juntamente com os técnicos os programas e projetos na instituição. O número de entrevistados representou um total de 14 pessoas, sendo nove técnicos e cinco consultores.

A proposta de investigação envolveu, basicamente, três momentos: no primeiro, elaborei questionários semi-estruturados para os dois grupos em análise (intelectuais e técnicos); no segundo, realizei as entrevistas que foram gravadas, transcritas e, posteriormente, editadas de forma a facilitar a compreensão do leitor, mas sem que as características próprias dos depoimentos fossem alteradas. O roteiro de entrevistas, contendo 27 questões, foi dividido em categorias que buscavam respostas aos problemas situados nos questionamentos, pude observar que cada grupo de questões elaboradas gerava uma série de novas perguntas; e, no terceiro momento, passei a apreciação dos dados.

Nesse sentido, as questões foram organizadas de forma a: 1) caracterizar o perfil tanto dos técnicos como consultores; 2) identificar a compreensão e as expectativas de ambos os grupos quanto às políticas públicas educacionais do governo; e 3) tornar aparentes os conflitos existentes na relação consultor/ técnico.

As questões das entrevistas foram elaboradas com o intuito de deixar os envolvidos se expressarem livremente, quanto a isso, vale registrar o que nos expõe (IANNI, 1996, p. 21):

> Há vários modos de dizer a verdade, ou procurá-la. Um deles, segundo nos parece, consiste em deixar que as pessoas envolvidas em situações e problemas estudados utilizem as suas próprias palavras. Mesmo quando elas não estão em condições de ver claro, ou quando não podem dizer as coisas com clareza; mesmo nesses casos revelam dados significativos para a compreensão das situações e problemas. Em geral, no entanto, dizem o essencial. Essa é uma contingência de toda a situação, a não ser quando ela não contém tensões ou antagonismos, o que não se verifica nesta história. À medida que falam, que dizem apenas o que querem, que tomam decisões e agem, revelam também as relações e as estruturas mais íntimas das situações e problemas. Neste ponto, as pessoas podem aparecer como personagens e a história pode adquirir os seus movimentos reais.

Com relação à análise da problemática fez-se necessário, num primeiro momento, resgatar o processo histórico da construção do governo Frente Cidadania e Desenvolvimento, desde as alianças partidárias até a construção e execução do Plano de Metas para a Educação no Estado de Mato Grosso, situando o papel dos atores envolvidos no processo.

A vitória da Frente Cidadania e Desenvolvimento no Estado de Mato Grosso, em 1994, se deu a partir de uma aliança partidária plural, constituindo-se em um governo de transição democrática nos limites da história da democracia na política mato-grossense.

Se nos pusermos a avaliar que o Governo Frente Cidadania Desenvolvimento lançou o Plano de Metas como balizador de suas propostas, e que este serviu de base tanto para legitimar o poder quanto como arma que a sociedade civil possuía em mãos para cobrar do governo suas promessas de campanha, veremos que um documento que sugestionava apenas uma estratégia eleitoral molda todo o processo governamental da Frente Cidadania.

Nesse ínterim o governo, para dar conta do prometido, precisou não só dos seus quadros de funcionários, mas também contou com um grupo de intelectuais, na

sua maioria, vindos da academia, mais especificamente das universidades federais.

Em um segundo momento, foi necessário caracterizar os sujeitos, buscando identificar suas posições em torno das situações colocadas. E, por último, precisei buscar a interpretação dos técnicos e consultores quanto aos conflitos diluídos na relação.

Cabe, ainda, ressaltar que a realização das entrevistas foi dificultada em razão das mudanças que ocorreram no Governo Frente Cidadania e Desenvolvimento, quando esse assumiu o seu segundo mandato, pois a mudança do Secretário de Educação acarretou alteração no quadro de consultores, tornando difícil o contato com eles. Em relação aos técnicos, o momento de transição dos cargos de chefia causou-lhes muita insegurança, gerando certa cautela ao darem seus depoimentos. Entretanto, mesmo em relatos cautelosos, como mencionado por Ianni (1996), foi possível colher dados importantes para a pesquisa.

Durante toda a pesquisa conceitos como intelectual, conflito, hegemonia e outros foram estudados e apresentados para que o leitor pudesse compreender sobre que bases teóricas escrevo. Neste texto, o conceito central é o de conflito que deriva de uma relação em choque, posturas e visões de mundo diferentes. Benno Sander (1984) apresenta uma análise da categoria conflito e busca suas bases na sociologia caracterizada pelo autor como "sociologia do conflito", que se apresenta como antítese da análise sociológica funcionalista.

Segundo Sander (1984), as bases da sociologia do conflito são várias, mas sua base principal se encontra na dialética. Assim sendo, a preocupação central de sua proposta é a explicação dos fenômenos do poder, das mudanças sociais e das contradições que caracterizam a formação e a ação dos grupos sociais, enfim, do conflito como fato social central.

O conflito é a base para as transformações sociais. A sociologia do conflito considera a contradição, a luta entre os diferentes interesses de grupos e organizações como elementos de uma dinâmica social que leva a uma transformação social e passa a ser um conceito-chave para a interpretação das tensões entre comportamentos tradicionais ou normais e os novos ou estranhos, que se apresentam como um conjunto de forças antagônicas (SANDER, 1984).

No método dialético, existe uma preocupação com o conflito, a oposição, a contradição e a mudança que se manifestam em todos os setores da vida, desde o individual até o social. Quanto ao conflito social Gramsci o aprofunda quando apresenta a necessidade de uma revolução moral e cultural e afirma que existe uma "cisão" intelectual e massa, devido a um "conflito" entre eles que se dá na base de suas relações e deixa isso claro ao tratar da influência do intelectual tipo rural que exerce uma influência sobre a massa camponesa; atentemos:

> […] no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, tabelião, médico, etc.) possui um padrão de vida médio superior, ou, pelo menos, diverso daquele do camponês médio e representa, por isso, para este camponês, um modelo social na aspiração de sair de sua condição e de melhorá-la. O camponês acredita sempre que pelo menos um de seus filhos pode tornar-se intelectual (sobretudo padre), isto é, tornar-se um senhor, elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que não poderá deixar de estabelecer com os outros senhores. A atitude do camponês diante do intelectual é dúplice e parece contraditória: ele admira a posição social do intelectual e, em geral, do funcionário público, mas finge às vezes desprezá-la, isto é, sua admiração mistura-se instintivamente com elementos de inveja e de raiva apaixonada. (GRAMSCI, 1999, p. 22-23).

Essa situação histórica entre o desprezo e a admiração do camponês não é muito diferente do que sente o intelectual, pois segundo Gramsci, este último sabe, mas não sente e, por esse motivo, há um afastamento entre o fazer e o pensar, entre a teoria e a prática. Assim se estabelece um conflito, uma vez que a ciência não é algo abstrato, ela nasce das relações concretas, e, portanto, nesse aspecto o autor adverte:

> O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não mero pedante) mesmo quando distinto do povo nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção de mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o 'saber', não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo nação. (GRAMSCI, 1999, p. 221-222).

Nesse sentido, intelectual e conflito caminham juntos, pois haveria um intelectual sem conflito ou um grupo de intelectuais em que o conceito conflito não estivesse presente? Entre intelectuais, sejam eles criadores ou organizadores, a base do conflito se dá em relação ao conhecimento – a distância que existe entre o que cria e o que executa quase sempre gera conflitos, como no caso específico dos intelectuais, técnicos ou consultores que atuavam na Secretaria de Educação.

2 Técnicos e consultores e os conflitos na elaboração das políticas públicas educacionais

A seguir apontarei os resultados da temática em questão, pois como já observei o objetivo central desse trabalho é analisar como intelectuais da academia – contratados como consultores – e os técnicos – pertencentes aos quadros de funcionários permanentes da Secretaria Estadual de Educação – identificavam os conflitos que enfrentam na elaboração e execução das políticas públicas educacionais.

Observa-se nos depoimentos, a seguir, posições que se chocam, pois o técnico sente-se refém do consultor, e este último, por sua vez, declara que a equipe não sustenta, por si só, o trabalho proposto e encaminhado por ele (SOUTO, 2000).

> […] nós vamos ser reféns dos consultores ou os consultores vão trabalhar em cima, da demanda que nós percebemos e queremos atuar? (v. II, p. 101).

> […] o que eu senti nesse final é que a equipe não sustenta o projeto sozinha. Isso […] está absolutamente claro […]. (v. II, p. 134).

Isso nos suscita algumas indagações: o que leva o técnico a se sentir refém do consultor, como se estivesse preso a ele? E o consultor, ao sentir a falta de sustentação da equipe? Enfim, em que se pautam as relações entre consultores e técnicos? Seria esta uma relação conflituosa por essência?

Apresentarei neste texto basicamente as questões colocadas aos técnicos da Secretaria de Educação, que buscavam desvendar a compreensão daqueles em relação à existência do conflito com os consultores. Sendo elas: "Quais os tipos de conflitos mais comuns que existem entre os técnicos e os consultores externos?"; "Seria possível a SEDUC desenvolver projetos sem a presença de consultores?"; "Segundo seu juízo, qual seria a relação ideal entre os técnicos e os consultores?"; "Quem é segundo sua concepção, sob todos os aspectos, o bom consultor?"; "Há projetos que caminharam bem sem a presença de consultores? Quais?".

Para os consultores foram colocadas questões, tais como "Dentro da esfera do Estado na qual você atua, Secretaria de Estado da Educação, quais são os seus interlocutores privilegiados na formulação de projetos?"; "Há relações diferenciadas entre você e os diversos estratos, ou seguimentos, da SEDUC? Há conflitos nesse sentido?"; "Existe um conflito interno entre a presença dos intelectuais da academia e o pessoal que já faz parte da maquina do Estado?" Você percebe esse conflito? De que forma ele se apresenta?"; "Há resistência quanto à sua pessoa?"; "Essas resistências são expressas ou aparecem diluídas em ações?"; "Em sua opinião o que outros tipos de conflito dificultam a relação entre técnicos e consultores?". As demais questões que dessas derivaram, buscava esclarecer o tipo de relação existente, o nível de aceitação do grupo de técnicos em relação aos consultores vindos da Academia.

Em relação aos funcionários internos, observou-se que os técnicos da Secretaria de Educação eram formados em escolas da rede pública e possuíam, portanto, uma relação muito estreita com elas. A maioria desses profissionais foi contratada para trabalhar na Secretaria de Educação, por meio de um teste seletivo, que ocorreu no início da gestão do governo Frente Cidadania e Desenvolvimento.

Embora alguns possam ter pertencido aos quadros antigos da Secretaria de Educação, foram selecionados para encaminhar a nova proposta, obedecendo a uma rotatividade que se tem dado internamente nas equipes, motivo pelo qual se encontravam em quase todas as frentes de trabalho.

Pode-se afirmar, a princípio, que não eram qualificados aos cargos que ocupavam na instituição, aprendem a fazer, fazendo. Saíam das escolas em que, na maioria das vezes, eram professores e não estavam habituados a lidar com toda a parafernália burocrática existente nos órgãos centrais da administração pública, pois não se aproximavam em nada da função desenhada por Nogueira (1998) para esse fim de século, como "tecnopolíticos".

Por não conceber técnicos e consultores como meros burocratas, grupo que incorpora e aciona a nomeada razão técnica com um discurso de neutralidade política, é que nos propomos situá-los como "intelectuais", capazes de dirigir e organizar técnica e politicamente uma proposta de educação que vá ao encontro da maioria da população excluída dos bens culturais, entre tantos outros.

Pode-se constatar que o conflito entre técnicos e consultores se dá em duas situações distintas, pois a primeira tem caráter individual, isto é, quanto à própria atuação do técnico, e a outra se manifesta na relação técnico/consultor.

Em relação aos técnicos, o conflito ocorre quanto ao papel que desempenham na Secretaria, pois saem

dos quadros das escolas em que estão acostumados e já sabem como se portar, e passam a exercer papéis de cobradores do governo, devendo responder por ele como parte dirigente e não mais como dirigidos, além disso, precisam, diante dos seus pares, justificar as ações do grupo no poder.

A segunda situação ocorre dentro da própria instituição, pois se sentem "atropelados" por consultores externos. Consultores que, na maioria das vezes e de alguma maneira, foram responsáveis pela sua formação e que agora fazem o trabalho que deveria ser realizado pelos técnicos. Sentem-se "reféns" dos intelectuais da academia, ocorrendo assim uma relação ambígua, pois ao mesmo tempo em que negam tais consultores, revelam a necessidade de seu apoio. Três dos entrevistados apresentam os consultores como interlocutores, e apenas um apresenta essa interlocução como benéfica ao grupo:

> É um trabalho bastante gratificante porque a gente percebe que se cresce a cada momento que a gente têm esse relacionamento porque com os consultores, eles só têm a somar com a gente, a passar pra gente conhecimentos muitos bons que tem fortalecido o nosso trabalho enquanto membros da equipe e, a fazer, a realizar um trabalho que eles têm que fazer com esses, com outros interlocutores. (SOUTO, 2000, v. II, p. 110).

Em um dos casos, o consultor como interlocutor aparece como alguém que vem da Academia sem nenhum "conhecimento prático" e, devido a isso, com diferenças nos posicionamentos, trazendo assim problemas que foram superados posteriormente..

Em relação aos conflitos existentes entre os dois segmentos em pauta, de modo geral, quando declarados, aparecem como resolvidos e se dão pelo fato de o "consultor não conhecer a realidade das escolas estaduais" ou mesmo a situação interna enfrentada pelos técnicos, e ainda por falta de "humildade dos consultores" ao não valorizarem o trabalho do técnico. Os técnicos nessa relação sentem-se tratados como meros "tarefeiros", sendo o consultor sempre super valorizado; os técnicos acabam por se considerarem como "reféns" dos consultores. Os depoimentos são esclarecedores por si sós (SOUTO, 2000):

> […] há falta de humildade no consultor, ou seja, eles se sentiam superiores aos técnicos da SEDUC, […] quando eram questionados, ficavam muito irritados […]. (v. II, p. 11).

> […] o funcionário […] se prestava também ao papel de ser uma espécie de tarefeiro do consultor, […] dificilmente a gente é o grupo pensador […]. (v. II, p. 11).

Após detectar os conflitos existentes no relacionamento dos consultores com os técnicos, busquei saber destes últimos qual seria, na opinião deles, em relação àqueles, e sob todos os aspectos quem seria o bom consultor. Quanto a isso, os técnicos falavam muito mais do consultor ideal do que da própria relação com eles, como se uma solução contivesse a outra, sugerindo que um bom consultor promoveria boas relações.

Finalmente, o bom consultor é apontado como aquele que ajuda a equipe a crescer, mostra o caminho, é companheiro e um exemplo a ser seguido, está sempre à disposição da equipe numa relação de troca, na qual ele compartilha o conhecimento teórico, e o técnico, a experiência prática: "não é aquele que decide por você". Nesse aspecto, chegam a enumerar e indicar passos a serem seguidos pelo consultor:

> […] estudar primeiro conjuntamente estratégias de ações para implantar ou implementar o objeto de estudo que está em discussão. […] eu acredito que a primeira atitude seria sentar, técnico e consultor para ver como é que está sendo desenvolvido no Estado esse projeto, ou seja, houve um projeto parecido, ou quais foram as dificuldades encontradas. […] A partir daí, acredito que o consultor deve, primeiro, dominar o objeto de estudo em discussão, conhecer ou ter pelo menos um conhecimento sobre a política educacional do Estado e a política do governo como um todo. E ouvir, ainda, do técnico, discutir com ele os encaminhamentos possíveis para efetivação da proposta. Porque quem vai colocar a realidade com as suas demandas e suas necessidades para o consultor é o técnico. […] Então, eu acho que isso é uma coisa também que o consultor deveria estar ajudando ao técnico, no sentido de oferecer a ele subsídios teóricos. (SOUTO, 2000, v. II, p. 66).

As respostas dadas pelos técnicos levaram a outras questões, pois me interessava saber qual, afinal, era o papel dos consultores em relação aos projetos, tendo em vista que eram contratados para desenvolver alguns trabalhos específicos. Tomei conhecimento de que os consultores eram contratados para elaborar as propostas ou aprofundá-las, e apontar os caminhos a serem seguidos pela equipe. Fica clara nessa relação toda uma cadeia de representações, na qual o Gabinete orienta o consultor, que orienta o técnico, que orienta

a assessoria pedagógica do município, que orienta a escola, revelando-se toda uma cadeia hierárquica posta na administração pública.

Uma relação conflituosa e contraditória, que faz avançar e amadurecer intelectualmente o grupo de técnicos, os quais, embora, a princípio, não deem conta de sustentar uma proposta diante do grupo no poder ao mesmo tempo são capazes de emperrar qualquer trabalho, como trazido pelo consultor Wilson Schmidt:

> Eu acredito que haja esse espaço de trabalho com o técnico, eu aprendi isso com muita dificuldade. Atuando dentro de uma Secretaria, compreendi como é importante à adesão dos técnicos e quanto é forte o seu poder de reação quando negam a possibilidade da proposta nova. É uma força concreta que existe e tem que ser trabalhada, sob a pena das propostas não avançarem se houver uma reação negativa diante delas. Eles têm o poder de boicotar qualquer proposta nova, se não aderirem, se não estiverem convencidos. (SOUTO, 2000, v. II, p. 187).

Em relação aos consultores, estes revelam uma identidade política com o grupo no poder que atua na Secretaria de Educação, isso ocorre por acreditarem nas propostas inseridas no Plano de Metas. São intelectuais da academia, como já se sabe, ligados diretamente à educação, e de alguma forma, também à escola, seja por participarem de palestras em sindicatos da categoria, ou por serem responsáveis, em grande parte, pela formação acadêmica dos técnicos, como professores ou como autores lidos por eles.

Assim sendo, negam o que foi colocado pelos técnicos quanto a não terem "os pés no chão da escola", pois estiveram ou estão sempre ligados a ela, influenciando-a de alguma forma. Apresentam-se como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, e como responsáveis pela formação dos quadros, já que o governo não apresenta nenhuma proposta de qualificação de sua equipe interna, para melhor compreender tal posição, vale acrescentar mais um depoimento de Wilson Schmidt, já parcialmente citado:

> […] a equipe técnica da área de gestão pública está construindo uma autonomia cada vez maior, no sentido de estar elaborando inclusive estratégias de enfrentamento dessas questões que se colocam no momento, e se apropriando então de uma metodologia que é construída conjuntamente, cuja participação do consultor se dá mais no questionamento dos princípios e critérios do que propriamente na condução do processo, quando no início era muito mais na condução. (SOUTO, 2000, v. II, p. 187).

Quanto ao conflito, embora os consultores apresentem divergências no que concerne aos motivos, não o negam, e sim o apresentam como algo que precisa ser superado a partir de uma aproximação entre teoria e prática, pois reconhecem que a prática que possuem os técnicos é o elemento necessário para os encaminhamentos das políticas. E assim como os técnicos, eles apontam que o conflito os faz crescer, aprender, conhecer a realidade, coisa que não é possível estando sós dentro da academia.

A realidade posta acima, a meu ver, define a situação existente na Secretaria de Educação, pois a ação aparentemente mecânica dos técnicos possui um mínimo de reflexão que os leva a compreender, encaminhar as políticas públicas junto às bases.

Quanto ao intelectual, Gramsci estabelece certa hierarquia que corresponde à forma do trabalho coletivo existente na Secretaria de Educação, pois este autor, ao estabelecer uma diferenciação entre os intelectuais, coloca-os como "criadores e organizadores" das várias ciências. Afirma esse pensador:

> […] no aparelho da direção social e estatal existe toda uma série de empregos de caráter manual e instrumental (de ordem e não de conceito, de agente e não de oficial ou funcionário, etc.), mas, evidentemente, é preciso fazer uma distinção, como é preciso fazer algumas outras. De fato, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus também do ponto de vista intrínseco, graus que, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma autêntica diferença qualitativa: no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc; no mais baixo, os mais modestos 'administradores' e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada. (GRASMCI, 2000, p. 21).

O fato de os intelectuais da academia se considerarem como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora remete à definição que Ivete Simionatto faz, com muita propriedade, de tal função, pois parte do princípio de que a relação de organicidade do intelectual se dá não só com a classe a que pertence, mas pelo lugar que ocupa nas diversas organizações da sociedade civil, quando afirma que

> A origem de classe de um intelectual pode ser diversa e até mesmo oposta à classe a que está organicamente ligado. Um intelec-

> tual orgânico da classe trabalhadora pode chegar a ser intelectual orgânico da burguesia ou vice-versa. Ainda que os intelectuais, predominantemente, liguem-se mais à sua classe de origem, são relativamente livres para ligar-se a uma classe distinta. (SIMIONATTO, 1998, p. 59).

Na situação posta na Secretaria de Educação, busco uma aproximação com o que nos coloca Gramsci: identifico os intelectuais da academia como os intelectuais criadores, sendo eles os que dão forma ao pensamento hegemônico, criando programas e projetos a serem divulgados pelos intelectuais organizadores, no caso, os técnicos.

Os intelectuais que se pretendem representantes das massas, ou melhor, da classe trabalhadora, têm como papel à formação de "novos intelectuais", ou seja, um quadro de dirigentes, e para tanto Gramsci nos aponta a atividade coletiva – um modo colegiado de formação que leve à construção da técnica política para dar homogeneidade ao grupo de intelectuais.

Gramsci apresenta uma experiência que acontece em algumas redações de revistas e que nos dá um encaminhamento, ou melhor, uma metodologia de trabalho para qualificação e profissionalização do quadro técnico da Secretaria de Educação, ao expor que

> O círculo crítico de modo colegiado contribui assim para elaborar os trabalhos dos redatores individuais, cuja operosidade é organizada segundo um plano e uma divisão do trabalho racionalmente preestabelecido. Através da discussão crítica colegiada (feita através de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, crítica construtiva e voltada para a educação recíproca) mediante as quais cada um funciona como especialista em sua matéria a fim de complementar a qualificação coletiva, consegue-se efetivamente elevar o nível médio dos redatores individuais, alcançar o nível ou a capacidade do mais preparado, assegurando à revista uma colaboração cada vez mais selecionada e orgânica; e não apenas isso, mas criam-se também as condições para o surgimento de um grupo homogêneo de intelectuais, preparados para a produção de uma atividade 'editorial' regular e metódica […] Indubitavelmente, nesta espécie de atividade coletiva, cada trabalho produz novas capacidades e possibilidades de trabalho, já que cria condições de trabalho cada vez mais orgânicas […]. (GRAMSCI, 2000, p. 35).

Não pretendo com isso estabelecer um receituário a ser seguido pelos consultores em relação à qualificação, mas suponho que tal atividade, se realizada com certo rigor, aproxima os grupos, diminuindo assim a distância que existe hoje entre eles, e também resolve em parte o conflito que encontrei atualmente na Secretaria de Educação.

Contudo, pretendo, sim, criar a possibilidade para que apareçam outras formas que façam arrojar os projetos voltados à aproximação das bases e o atendimento da demanda social posta em nossos dias e, assim como nos coloca Nogueira, acertarmos as contas, pelo menos parcialmente, com uma história de injustiças sociais.

Aqui vemos que compreender o grupo de intelectuais dirigentes, neste ponto entendidos como técnicos e consultores, enquanto difusores do conhecimento e dirigentes políticos é ver sua atividade além da especialidade e sim como especialistas e políticos, por meio da qual assumem a função orgânica de cimentar a unidade cultural da sociedade e ser o agente do consenso no âmbito dos grupos sociais, partindo do senso comum desses grupos e criticando-o, dando-se a organicidade no contato direto com as organizações dessas classes.

A formação técnica desses intelectuais é definida e determinada pela formação política. Nesse sentido, a escola tem uma relevância fundamental na constituição desses intelectuais, uma vez que lhes propicia os elementos formadores da atividade técnico-profissional, como exercício pedagógico da difusão do conhecimento com o qual o intelectual dirigente instrumentaliza sua tarefa política e forma politicamente ao possibilitar o acesso a uma compreensão crítica da realidade do País, do Estado com seus problemas e com suas forças de luta e transformação.

Colocar técnicos e consultores como intelectuais dirigentes não significa situá-los no mesmo patamar em relação ao volume e coerência no conhecimento adquirido, pois há que se considerar, segundo Gramsci, que todos os homens são intelectuais e filósofos não existindo entre eles uma diferença "qualitativa", mas sim "quantitativa", acrescenta que

> […] nesse caso, 'quantidade' tem um significado bastante particular, que não pode ser confundida com a soma aritmética, porque indica maior ou menor 'homogeneidade', 'coerência', logicidade, etc., isto é, (quantidade de elementos qualitativos), deve-se ver, todavia, em que consiste essa diferença. […] O filósofo profissional ou técnico não só 'pensa' com maior rigor lógico, com maior coerência, com maior espírito de sistema, do que os outros homens, mas conhece toda a história do pensamento, isto é, sabe quais as razões

> do desenvolvimento que o pensamento sofreu até ele e está em condições de retomar os problemas a partir do ponto onde eles se encontram após terem sofrido a mais alta tentativa de solução, etc. (GRAMSCI, 1999, p. 34-35).

Com a discussão até aqui encaminhada, creio ter subsídio para pensar, de forma aproximada, que o papel do consultor na Secretaria de Educação é extremamente pedagógico no sentido de formar um novo homem com vistas uma nova sociedade. Como se sabe, em todo trabalho a ser desenvolvido pelos técnicos nessa secretaria se faz necessário um mínimo rigor lógico, coerência de pensamento, portanto, ir além do trabalho estritamente mecânico.

Diante do exposto, cabe ao consultor, que deseja um quadro qualificado, assumir o papel de mediador entre o técnico e o conhecimento, fazendo com que a distância entre teoria e prática não se faça notar. Ele deve, portanto, preocupar-se com a formação de um sujeito coletivo, com projetos que vão além do individualismo burguês, capaz de assumir o rumo da história, de defender projetos sociais que ultrapassam os limites da escola. Enfim, esse profissional deve lutar por uma educação melhor para as massas excluídas, por uma escola que atenda as reais necessidades do aluno, filho do trabalhador, a qual vise formar um educando cuja consciência se orientará para o coletivo.

Cabe-me lembrar que a formação política visa o homem coletivo, complementando-se nas organizações políticas (sindicatos, partidos políticos, organizações não governamentais), e é por meio da participação nessas organizações que a formação política do intelectual dirigente se concretiza e possibilita-lhe crescer na conquista da consciência política de uma prática que una dialeticamente suas ações técnicas e suas ações políticas.

O consultor deverá possibilitar ao técnico a superação de sua individualidade com vistas a sua integração ao coletivo, exercendo assim papel essencialmente hegemônico. Considerando ainda que essa relação é dialética, com influências recíprocas, e nela quem capacita aprende, e que a atuação do técnico é tão importante quanto a do consultor, pode-se afirmar que o não "funcionamento" de um dos dois, por uma lacuna teórica ou prática, ameaça todo e qualquer trabalho que se pretenda desenvolver.

Nesse caso, faz-se necessário um programa de qualificação dos quadros de forma que os tornem capazes de dar conta do que lhes é proposto; para tanto, vale resgatar a análise de Nogueira em relação à necessidade que se tem atualmente de um corpo técnico que seja técnico-político, ou ainda, de gestores públicos, quando afirma:

> Bons gerentes públicos não existem prontos no mercado; precisam ser formados cuidadosa e permanentemente. Precisam aprender a assimilar com rapidez, a conviver com informações ampliadas, incertezas, redes e conexões multilaterais, relações interorganizações tensas e conturbadas. Precisam saber construir organizações flexíveis, abrir-se para negociação e mobilizar a participação societal, valorizando pessoas e dinâmicas associativas. O gestor adequado a este fim de século, portanto, deve ser capaz de dominar conhecimentos e habilidades. (NOGUEIRA, 1998, p. 203).

Enfim, a capacitação dos quadros é dever do Estado, pois se a pretensão é desenvolver uma política de educação que atenda à demanda de um contingente cada vez maior da população; faz-se necessário acrescentar a agenda governamental, entre outras questões estratégicas do desenvolvimento, a formação de quadros com indivíduos capazes de pensar de forma a superarem as lacunas deixadas pela formação na universidade.

3 Considerações finais

Toda discussão em torno dos conflitos enfrentados por técnicos e consultores na elaboração das políticas públicas educacionais não se conclui em um único ponto de vista, mas certamente indicam entre outros aspectos que o conflito existente entre técnico e consultor se dá em razão da distância do primeiro e à proximidade do segundo, em relação ao conhecimento, é evidente que há uma relação de "diferentes", e essa diferença só será superada à medida que os técnicos estejam mais e mais próximos desse conhecimento.

A situação, assim posta, remete a um programa de formação que vá além de treinamentos que enfatizem somente a prática, ou mesmo treinamentos teóricos sem nenhuma relação com a prática; faz-se necessária uma formação que possa ser colocada como social, uma teoria vista como possibilidade de transformação do "bom senso" em um conhecimento crítico, o qual sirva de base a que o técnico compreenda porque as coisas são como são ou mesmo porque um governo muda tanto seu secretariado. Que condições sustentam tantas mudanças nas políticas educacionais ou qual a justiça social que se pretende, e a quem ela é destinada. Desse modo, acredito que somente a partir da reflexão teórico-prática o técnico poderá aproximar-se do conhecimento necessário à sua ação, ou mesmo a superação do conflito existente na relação consultor/técnico; acrescento, ainda, o depoimento de Wilson Schmidt, que nesse sentido afirma:

> […] Nunca o simples fazer é apenas uma produção mecânica, que reproduz aquilo que deva estar se fazendo porque assim exige a máquina burocrática. Ela é sempre reflexão e acúmulo coletivo de conhecimento, e isso, se devidamente articulado, pode rapidamente produzir um processo de superação dessa condição de marginalização do técnico, onde o acúmulo desses conhecimentos efetivados possa se dar no sentido de transformá-lo num intelectual que tem uma contribuição significativa a dar, indispensável no processo, porque não é certamente um acadêmico, alguém que vem do outro lado do balcão, que vai substituir essa figura com o conhecimento que detém. Ele é, nesse sentido, indispensável na memória que tem dos procedimentos que acumulou no tempo, que pode servir de referência para a construção do novo. (SOUTO, 2000, v. II, p. 187).

Assim, a formação do quadro técnico da Secretaria de Educação terá que se redefinir a partir do relacionamento entre teoria e prática, superando a divisão de trabalho entre técnicos e consultores. Isso significa que o conhecimento pode ser produzido a partir de contextos diferentes, Secretaria de Educação e universidades, porém igualmente importantes. Esses lugares, embora diferentes, dão origem a várias formas de produção de um conhecimento prático e teórico. A questão é: como o conhecimento pode ser articulado em um projeto comum, informado pelas linguagens de instituições diferentes?

Essa articulação precisa ser pensada, considerando-se outra questão que permeou toda a pesquisa: quem são consultores e técnicos? A resposta foi dada, a meu ver, no percurso deste trabalho, pois a compreensão e a discussão pautadas em Gramsci não se deram apenas pela necessidade de um referencial teórico para a pesquisa, mas pela compreensão de que são todos, consultores e técnicos, intelectuais.

Nesse aspecto, o intelectual é mais que uma pessoa das letras, da arte, um ideólogo, é acima de tudo mediador, legitimador e produtor de ideias e práticas sociais, ele cumpre uma função não só técnica, mas, sobretudo, política.

> Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento – paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social […]. (GRASMCI, 1999, p. 222).

A citação acima aponta que é preciso estabelecer uma relação orgânica entre intelectuais e massa, necessidade, a meu ver, intrínseca à atividade de técnicos e consultores da Secretaria de Educação. Tal relação deve ser "apaixonada", emancipatória, deve sugerir um esforço para produzir formas de conhecimento e ações que forneçam as condições a uma melhor qualidade de vida aos excluídos dos bens sociais e culturais.

Com isso, a relação emancipatória passa a ser valorizada pelas formas de ação que abarcam a participação desses intelectuais em movimentos que lhes deem condições de estabelecer um vínculo com as massas e em instituições que estejam ligadas diretamente à vida da comunidade que se deseja impetrar.

Contudo, devo enfatizar o conceito de intelectual engajado como mediador, e transformador, capaz de instituir uma reforma "intelectual e moral" que para ocorrer não pressuponha uma socialização dos meios de produção e demais transformações econômicas, mas que crie as condições para que essas transformações ocorram. Uma reforma intelectual e moral que tenha como ponto de partida a superação do senso comum produzido e reproduzido por meio da admissão dos valores da ideologia dominante nas massas subalternas (GRAMSCI, 1995).

É essa concepção de mundo, que ultrapassa os interesses individuais, com base na elevação das massas, que faz com que "um número" cada vez maior possa superar as formas de consciência existentes. A filosofia dominante e a visão de mundo das classes dominantes difundidas, no senso comum existente significam também a possibilidade de, por meio de uma reforma moral e cultural, criar e popularizar um novo senso comum, resultado da filosofia, da práxis e da luta política das classes subalternas.

> Nesse sentido, não há como escapar do desafio de assumir até o fundo o engajamento dos intelectuais, isto é, sua paixão pela verdade e sua disposição de manter em circulação projetos e utopias direcionadas para justiça social e a emancipação de todos […] em suma, sua atuação não como assessores mais ou menos qualificados do poder, mas como homens de idéias, difusores de pensamento crítico e conscientização. (GRAMSCI, 1995, p. 212).

Acrescento que o conceito de intelectual engajado aqui desenvolvido vai além de sugerir uma função política envolvida nas utopias de justiça social próprias da sua profissão. Ele deverá ser capaz de uma ação "para si", pela qual possa examinar sua própria história, isto é, aquelas conexões com o passado, com formações culturais e sócias e experiências sedimentadas, que definem quem ele é, como estrutura seu pensamento e suas experiências de vida, conforme colocado por Gramsci.

Assim, o "analisar-se" vai servir de referencial político que devem assumir com seriedade técnicos e consultores, na luta para eliminar a divisão entre o trabalho intelectual e o manual, não apenas no desempenho profissional de ambos, mas também na sociedade como um todo, e para que sejam capazes de examinar o poder, o caráter multifacetado do Estado, com sua força tanto ideológica quanto material, ou, em outras palavras, como funciona o Estado no seu caráter de consenso e de coerção em momentos de crise hegemônica.

Isso sugere que os consultores e os técnicos tenham a capacidade de desenvolver programas, mas acima de tudo, de analisá-los como proposta de governo, a fim de compreender de que modo eles são usados como força a administrar e moldar as políticas educacionais, e perceber que essas estão ligadas a determinado tempo e espaço. Tais análises se fazem mais do que necessárias, elas são urgentes, para que eles possam compreender o papel que desempenham como intelectuais e, assim, entenderem que não existem soluções fáceis, mas que é possível obter bons resultados com a colaboração de toda a equipe.

Referências

FRENTE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO. *Plano de Metas, Mato Grosso1995-2006*: Programa de Governo1995-1998 (estudos preliminares). Cuiabá: 1994.

_____. *Plano de Metas, Mato Grosso 1995-2006*: plano estratégico e programa de governo. Cuiabá: 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IANNI, Otavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MATO GROSSO. Centro de formação e atualização do professor. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC, 1998.

_____. Secretaria de Educação. *Diretrizes educacionais Estado de Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC, 1988.

_____. *Gestão compartilhada*: cooperação entre Estado e os Municípios na Gestão do Ensino Público. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC, 1997.

_____. *Política educacional para o Estado de Mato Grosso:* uma proposta. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC, 1995.

_____. Secretaria de Educação. Programa de Gestão Única da rede pública de ensino. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC, 1998.

_____. *Sistema único de educação básica*. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC, 1996.

_____. *Educação no Estado de Mato Grosso*: realidade e proposta. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC, out., 1995.

_____. Secretaria de Educação. *Proposta de reorganização do ensino fundamental* – implantação do ciclo básico de alfabetização, Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC, 1997.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política* – idéias para reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SANDER, Benno. *Consenso e conflito* – perspectivas analíticas na pedagogia e na administração da educação. Rio de Janeiro: Pioneira, 1984.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org). *Gramsci*: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 37-64.

SOUTO, Rosiley Aparecida Teixeira. *Mediadores do consenso*: conflitos e ambigüidades nos encaminhamentos da educação mato-grossense –1997-1998. 2000. v. I e II. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT. 2000.

O PSICÓLOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR

THE PSYCHOLOGIST IN THE HOSPITAL CONTEXT

Valéria Lucarelli Mocelin
Professora Especialista em Psicologia Hospitalar – HSPE
Especialista em Psicoterapia Psicanalítica – USP, Filiada a Uninove

André Borges Marques dos Santos
Graduando em Psicologia – Uninove

Júlia de Cassia da Silva
Graduando em Psicologia – Uninove

Cleonice Regina da Silva
Graduando em Psicologia – Uninove

Juliana Banov
Graduando em Psicologia – Uninove
São Paulo – SP [Brasil]
andreborges5@hotmail.com

Resumo

Em 2003, criou-se o projeto de lei do Senado que acrescentou dispositivo à Lei nº 4.119/1962, tornando obrigatória a presença do psicólogo nos serviços de saúde pública e privada. Assim, a presença desse profissional tornou-se primordial, contribuindo para maior aceitação da classe médica à prática psicológica, desmistificando a figura do psicólogo que não apenas restitui, mas também promove a saúde mental. O objetivo neste estudo foi investigar o processo de constituição da psicologia hospitalar, no Brasil, por meio da revisão literária, correlacionando com entrevista de um psicólogo. Foi obtida fundamentação teórica a partir do levantamento bibliográfico e rastreamento de artigos científicos. Realizaram-se visita técnica e entrevista com psicólogo de um hospital da Cidade de São Paulo. Embora a Lei nº 4.119/1962 tenha oficializado a profissão desse profissional, inicialmente houve certa resistência da classe médica que necessitou adequar-se para compartilhar seu espaço. Essa inserção possibilitou maior atuação social da psicologia, assegurando benefícios a diferentes camadas da população brasileira. Esses resultados confirmam o parecer do entrevistado. A psicologia hospitalar tem um papel substancial na recuperação do verdadeiro conceito de saúde e na extinção dos preconceitos que permeiam a prática hospitalar, ratificando assim sua importância no cuidado do outro e da sua subjetividade.

Palavras-chave: Atendimento psicológico. Regulamentação profissional. Práticas do psicólogo. Psicologia hospitalar. Saúde mental.

Abstract

In 2003, the Senate created the bill that added provisions to the Law nº 4.119/1962, by requiring the presence of psychologists in public and private health care. Thus, the presence of psychologists has become vital, contributing to greater acceptance of the medical profession to the psychological practice, demystifying the image of the psychologist who not only restores but also promotes mental health. The aim of this study was to investigate the process of formation of hospital psychology in Brazil through literature review, correlating with an interview from a psychologist. Theoretical basis was obtained from literature and the tracking of scientific articles. Directed technical visit and interview with a psychologist at a hospital in São Paulo were made. Although the Law nº 4.119/1962 has formalized the profession of psychologists, there was initially some resistance from the medical profession, which required suit to share their space. This insertion allowed greater social psychology activity, providing benefits to different sections of the population. These results confirm the opinion of the psychologist interviewed. The hospital psychology has a substantial role in the recovery of the true concept of health, and also contributes on the extinction of the prejudices that permeate the hospital practice, thus confirming its importance in the care of others and their subjectivity.

Key words: Health psychology. Mental health. Psychological. Professional regulations. Practices of psychologists.

1 Introdução

No contexto atual, a psicologia vem conquistando maior inserção e reconhecimento profissional no mercado de trabalho. Com a aprovação da Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962, que regulamenta seu exercício profissional, a psicologia ampliou suas possibilidades de atuação em escolas, clínicas e no ambiente organizacional. Apesar das múltiplas ramificações das áreas, essas três permanecem como campo profissional do psicólogo[1].

Após o surgimento da Organização Mundial de Saúde em 1948, um novo conceito de saúde se estabeleceu com a integração do indivíduo bio-psico-social, de forma a reconhecer a saúde mental como primordial para o restabelecimento da homeostasia, promovendo, assim, o bem-estar físico, psíquico e social, abstendo-se da concepção reducionista que considera a ausência da doença, como parâmetro que comprova a saúde do ser humano: "Gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social."[2]

Atualmente, a psicologia tem participado de maneira promissora na prática do ambiente hospitalar. O conceito de equipe multidisciplinar vem modificando-se para uma relação interdisciplinar em que os profissionais da área de saúde não atendem o mesmo paciente de forma independente, mas "[…] discutem entre si a situação de um paciente sobre aspectos comuns a mais de uma especialidade."[3]

Dessa forma, a psicologia promove maior eficácia de sua atuação no âmbito hospitalar, evitando terminologias e conceitos desconhecidos à equipe médica, facilitando a integração do tratamento e conciliando o diagnóstico estabelecido, permitindo maior aderência do paciente ao programa.

Em 2003, criou-se o projeto de lei do Senado que "acrescenta dispositivo à lei nº 4119, de 27 de agosto de 1962, tornando obrigatória a presença de psicólogo hospitalar nos serviços de saúde pública e privados."[4] A partir dessa ementa, a presença do psicólogo na área da saúde tornou-se primordial, contribuindo para maior aceitação da classe médica à prática psicológica, desmistificando a figura do psicólogo que não apenas restitui, mas também promove a saúde mental[5].

O atendimento do psicólogo hospitalar traz um enfoque humanista à prática médica, concomitante ao aperfeiçoamento contínuo de sua técnica no *setting* hospitalar. Entretanto, os conflitos hierárquicos entre médicos e demais profissionais da área da saúde permanecem como obstáculos que impedem uma participação mais ativa do psicólogo.

Segundo Tonetto e Gomes (2207)[3] uma solução para contornar tais conflitos encontra-se na promoção de discussões que aprofundem as relações entre mente e corpo, de tal forma a re-significar a importância de cada área e de cada profissional envolvido na restituição da saúde do paciente.

A palavra hospital vem do latim *hospedale*, que significa hospedaria. Em seus primórdios, o hospital tinha a função de abrigar e acolher enfermos, viajantes e peregrinos[5]. No Brasil, o primeiro hospital surgiu em 1538. A Santa Casa, da cidade de Santos, atendia exploradores e colonizadores que adentravam o interior do território nacional. Por volta de 1590, inaugura-se também a Santa Casa de São Paulo. Nesse primeiro momento o conhecimento dos profissionais da saúde baseava-se na compreensão do indivíduo-doente, permanecendo em segundo plano o entendimento científico da doença em si[6].

A primeira instituição-hospital destinava-se ao restabelecimento dos doentes, desenvolvendo tratamentos de natureza curativa. À medida que progredia o estudo das práticas profiláticas, ações e campanhas originaram-se para melhor abordagem dos problemas de saúde nas comunidades. Criaram-se as unidades de saúde, vinculadas ao poder público e destinadas ao estudo das práticas preventivas[6].

Hoje o papel do hospital não se restringe apenas ao tratamento das enfermidades, mas, antes servir e acolher toda a comunidade, compreendendo a totalidade do indivíduo e identificando seus aspectos restaurativos, preventivos e educativos.

O espaço físico de um hospital é dividido em ambulatório, pronto-socorro, internação, e unidade de terapia intensiva (UTI).

Ambulatório: destina-se ao atendimento diagnóstico e tratamento. Para que os pacientes recebidos nesse setor tenham acesso ao atendimento psicológico, faz-se necessário o pedido de consulta feito pelo médico de plantão.

Emergência ou pronto-socorro: destina-se ao pronto atendimento a pacientes acidentados ou acometidos de mal súbito, independentemente do seu risco de morte. Nesse setor, caso haja necessidade de atendimento psicológico o pedido será efetuado por um dos profissionais da saúde, tais como, médicos, enfermeiros e assistentes sociais.

Internação ou enfermaria: destina-se a pacientes hospitalizados 24 horas por dia, em regime de internação. Nesse departamento, o serviço de psicologia atua com maior contundência e os pedidos de atendimento são feitos diretamente aos psicólogos pelos membros da equipe médica. A solicitação pode ser realizada formalmente (por meio dos prontuários e reuniões de equipe), informalmente (conversas durante a troca de plantão), ou planejada, nos casos em que exista um programa de atenção para grupos de risco, exemplo disso são os pacientes em processo pré-operatório.

Unidade de Terapia Intensiva: destina-se a receber pacientes em estado grave, que exigem cuidados médicos constantes, além de equipamentos especializados. O psicólogo atende uma grande parte dos pacientes desse setor, estabelecendo uma rotina de visitas: "O *setting* hospitalar é adverso à atividade psicoterapêutica, exigindo do profissional uma postura flexível com o objetivo de contornar as dificuldades […]. Espera-se que ele (terapeuta) reconheça o fato de que seu trabalho sofrerá interrupções, adiantamentos e cancelamentos fora de sua esfera de controle […]. A prioridade das ações médicas tem que ser respeitadas."[5]

Portanto, torna-se facultativo para pacientes e seus familiares a solicitação ou aceitação do atendimento psicológico.

O psicólogo que atua no hospital, busca a promoção, a prevenção e a recuperação do bem-estar do indivíduo como um todo. Dessa maneira, os aspectos físicos e sociais do paciente devem ser considerados em uma constante interação com a composição do seu psiquismo[6].

A contribuição do psicólogo nas instituições hospitalares vai além da assistência psicológica aos pacientes. Suas atividades incluem o ensino e a formação de novos psicólogos, a supervisão de estágios e a docência nos cursos de aprimoramento. A pesquisa científica também se constitui uma das áreas de interesse do psicólogo no contexto do hospital geral.

O trabalho do psicólogo hospitalar demanda grande habilidade para lidar com situações conflitantes e limítrofes. Faz-se necessário que o profissional da saúde crie condições para que o paciente possa refletir sobre o significado do seu adoecer. O psicólogo trabalha como um agente catalisador, que possibilita ao indivíduo o surgimento de questionamentos e elaborações a respeito de sua doença. Mezomo[7] enfatiza a ideia de humanização hospitalar, em que o objetivo do atendimento é responder o pedido de ajuda e socorro do paciente.

O psicólogo deve compreender as dúvidas, anseios e dificuldades que possam surgir durante o processo de adoecimento. Ao término de um prolongado período de internação, o paciente, por muitas vezes, sente-se inseguro diante do seu retorno ao convívio social. Frente a essa realidade, o psicólogo hospitalar, estabelece um vínculo com o paciente de maneira a proporcionar sua re-inserção ao meio social[7].

Entre as atividades do psicólogo hospitalar destacam-se: assistência psicológica, ensino e pesquisa. Seus objetivos são embasados numa filosofia de humanização. O atendimento psicológico estende-se aos pacientes e seus familiares, à equipe multiprofissional e aos demais funcionários do hospital[7].

A especialidade da psicologia hospitalar foi regulamentada, no ano 2000, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). No entanto, a profissão já era praticada no Brasil desde a década de 50. A incursão do psicólogo nos hospitais brasileiros ocorreu em 1954 com a iniciativa da Dra. Matilde Neder que inicia o atendimento psicológico, nas instituições de saúde, a partir do trabalho desenvolvido na Clínica de Ortopedia e Traumatologia da Universidade de São Paulo (USP). Em 1974, a Dra. Bellkiss Romano inaugura o serviço de Psicologia no Instituto do Coração (InCor) e, em 1984, é convidada a coordenar o Departamento de Psicologia da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo[8].

A partir de então, observa-se gradativamente a inserção do serviço de psicologia nesse contexto, ampliando um espaço que se fortalece a cada ano[9]. Apesar do ensino na área ter-se baseado durante muitos anos no conhecimento e na prática das doutoras Neder e Romano, atualmente novos cursos de aprimoramento e capacitação surgem nas universidades com o intuito de possibilitar uma melhor fundamentação teórica aos seus discentes.

A primeira notícia de um psicólogo inserido no contexto hospitalar surgiu no estado de Massachusetts, no Hospital McLean. Fundado em 1818, o hospital instituiu uma equipe multiprofissional, a primeira, no mundo, a incluir entre seus membros psicólogos. Em 1904, inaugura-se em McLean um laboratório de psicologia, em que pesquisas sobre o assunto foram desenvolvidas por precursores da psicologia hospitalar[9].

A Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH) iniciou suas atividades no dia 4 de junho de 1997, em decorrência dos esforços da Dra. Marisa Decat de Moura. No mesmo ano, Decat convida a Dra. Bellkiss Romano para tornar-se a primeira presidente da sociedade. A SBPH obteve o apoio de vários expoentes da psicologia brasileira, dentre eles a Dra. Silvia Maria Cury Ismael; seu empenho foi fundamental para que a psicologia hospitalar pudesse estabelecer-se como uma organização. Em 2002, recebeu o convite para fazer parte do Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira, comprovando seu papel fundamental para o avanço da área. A dra. Cury Ismael participou de discussões de suma importância para psicologia, tais como a revisão das diretrizes curriculares, a obrigatoriedade de psicólogos em hospitais, a adequação dos processos de seleção. Um dos principais objetivos da sociedade consiste em conceder suporte aos psicólogos que desejam atuar nessa área[9].

O termo "psicologia hospitalar" é utilizado apenas no Brasil, já nos demais países a mesma atividade é denominada "psicologia da saúde". Essa distinção existe devido às práticas de saúde na década de 40, centradas no hospital. Essa instituição transformou-se no símbolo máximo do atendimento em saúde, conceito que vigora até hoje no Brasil. Todavia, esses dois vocábulos "saúde" e "hospitalar" diferem-se bastante entre si. O primeiro

conceitua uma complexa ordem orgânica, física e mental. Já o segundo refere-se a uma instituição concreta, em que se concede tratamento a pacientes em regime de internação ou pronto-atendimento[10] .

A história da psicologia hospitalar revela uma série de obstáculos e dificuldades para o ingresso do psicólogo na área da saúde. Embora haja um grande interesse dos graduandos em conhecer esse ramo da psicologia, atualmente, são poucas as universidades brasileiras que incluem essa disciplina em sua grade curricular[9]. Contudo, a inserção do psicólogo no contexto hospitalar evoluiu muito nos últimos anos. Os benefícios de sua prática para a sociedade, sua trajetória e conquistas, permanecem inscritas na história da psicologia brasileira.

2 Objetivo

Neste estudo, objetiva-se investigar e avaliar o processo de constituição da psicologia hospitalar no Brasil, suas mudanças e seus avanços, por meio da revisão literária, correlacionando com entrevista de um psicólogo, a fim de conhecer e refletir sobre a prática do psicólogo atuantes em instituições hospitalares.

3 Justificativa

O estudo da psicologia hospitalar torna-se indispensável em decorrência da inserção do psicólogo nas instituições de saúde, confirmando a necessidade dessa especialização.

4 Metodologia

Realizaram-se a fundamentação teórica por meio de revisão literária e do levantamento de artigos científicos com a temática psicologia hospitalar, bem como visita técnica e entrevista com psicólogo (Anexo 1) em um hospital geral da Cidade de São Paulo.

5 Discussão

Embora a Lei 4.119/1962 tenha aprovado e oficializado a profissão do psicólogo hospitalar, inicialmente houve certa resistência por parte da classe médica. O texto produzido para a legalização da profissão necessitou ser alterado muitas vezes. Termos como "clínica" e "psicoterapia", (condizentes apenas à classe médica) foram suprimidos para a aceitação do projeto de lei. A medicina que antes era detentora de todo o saber, necessitou adequar-se para compartilhar seu espaço com a psicologia, agora ciência autônoma e com objeto de estudo definido. A criação do projeto de lei a favor do ato médico confirma, ainda hoje, a relutância da classe médica em aceitar a autonomia conquistada pela psicologia[1].

Entretanto, observa-se na visita técnica realizada no Hospital Sepaco[a], grande progresso na relação médico e psicólogo, sobretudo com o advento das equipes multidisciplinares que trouxeram uma nova visão de saúde preconizada pela OMS[2]. Compete ao psicólogo hospitalar desmistificar qualquer rivalidade entre as demais áreas da saúde, buscando a integração dos membros da equipe[3].

Nos últimos 30 anos, a psicologia hospitalar construiu gradativamente um sólido espaço de atuação, tendo como reconhecimento a obrigatoriedade de sua presença nas instituições hospitalares. O profissional da psicologia deve ratificar a necessidade de sua função, auxiliando e participando ativamente dos processos hospitalares. Embora o Hospital Sepaco disponibilize um psicólogo para cada setor, trata-se de uma exceção[11]. A realidade dos hospitais brasileiros é assaz contrastante. Alguns ainda se adéquam a nova regulamentação, outros, apesar de cumprirem a lei, dispõem de apenas um psicólogo hospitalar para toda a instituição, sendo ele responsável por um grande contingente de pacientes, o que inviabiliza a qualidade e a eficiência do atendimento prestado[5].

A falta de divulgação da existência de um serviço de psicologia hospitalar, dificulta o acesso para quem necessita de atendimento. Torna-se imprescindível difundir a atividade do psicólogo aos pacientes, demais funcionários do hospital e a comunidade em geral. Muitas vezes, os profissionais da saúde não recebem orientações fundamentais para identificar pacientes que necessitem de uma intervenção psicológica. A ausência de linguagem acessível aos colegas de outras áreas tornou-se um obstáculo a ser transposto. O entendimento e a clareza devem ser utilizados como forma de aproximar o discurso psicológico aos demais profissionais envolvidos no processo de reabilitação do paciente, reduzindo dessa forma, a aversão à atividade do psicólogo hospitalar[3].

A perspicácia do psicólogo carece de constante aprimoramento. Muitos estigmas implicados à doença não devem ser relacionados ao paciente. Segundo a psicóloga hospitalar Carina Pirró Alves Guimarães, atuante no Hospital Sepaco, um quadro depressivo não, necessariamente, condiz com a enfermidade do paciente, mas, precisa ser investigado, pois está intrinsecamente relacionado ao processo de recuperação do indivíduo.

Outro fator preponderante para o avanço da psicologia hospitalar consiste na formação e capacitação do profissional. Existe uma grande defasagem na graduação e especialização do psicólogo hospitalar, sendo poucas universidades a contemplar em sua grade curricular essa disciplina. Tal discrepância faz com que a maioria dos psicólogos entregues ao mercado de trabalho não sejam habilitados para atuarem em instituições

de saúde, em que a abordagem exigida difere totalmente da clínica praticada nos consultórios[9].

Com o surgimento da Primeira Guerra Mundial e a proliferação de novas doenças, o hospital que, antes, era visto como uma hospedaria passa por um grande processo de transformação. Com a contestação das definições reducionistas que diferenciam o ser doente do saudável, houve uma retomada da valorização do indivíduo como um todo, buscando a humanização do atendimento hospitalar. Essa nova característica trouxe ao hospital o papel de prevenção do adoecimento e a presença do psicólogo nesse contexto permitiu o exercício dessa função com maior assertividade. Por vezes, a não aderência do paciente ao tratamento pode estar correlacionada a questões socioeconômicas. O entendimento dessas contingências é de suma importância para o processo do adoecer[5].

O foco restrito na cura da doença é uma prática insustentável nos dias de hoje. Assim sendo, a comunicação entre a equipe médica e o serviço de psicologia é indispensável. A tarefa desempenhada pelas equipes interdisciplinares mostra-se cada vez mais eficaz em contraposição as intervenções individuais[3]. O antigo médico de família foi substituído pela automação e tecnologia impostas pelo capitalismo, fruto de nossa época. O psicólogo deve ampliar sua visão diante dessa realidade, permitindo que a equipe médica agregue para si essa nova prática hospitalar[1].

A prevenção faz parte do processo de atuação do psicólogo no contexto hospitalar. Desse modo, torna-se necessário realizar uma anamnese psicológica para cada indivíduo ingressante no serviço de saúde, não apenas para aqueles que apresentarem, no decorrer da internação ou atendimento, algum tipo de transtorno psíquico. O diagnóstico psicológico deve ser inserido na rotina hospitalar, possibilitando a criação de um histórico para cada paciente[5].

Nos hospitais, o contingente de médicos supera em muito o número de psicólogos. Tornar-se evidente a busca do paciente pelo restabelecimento de sua homeostasia, sendo essa a predominância do atendimento hospitalar. Entretanto, faz-se necessária a contratação de um maior número de psicólogos, com o intuito de conceder um apoio significativo na recuperação bio-psico-social do indivíduo. O psicólogo traz à tona o pedido da pessoa doente, contribuindo para que sua demanda seja compreendida por todos os envolvidos em sua recuperação. Observando o respeito à privacidade, esse profissional estabelece um vínculo com a equipe médica, ao mesmo tempo em que preserva a intimidade do paciente.

A urgência ao prestar socorro à população doente torna a rotina nos hospitais cada vez mais efêmera e impessoal. A eminência da morte e suas implicações são frequentemente vivenciadas. Cabe ao psicólogo produzir pesquisas que promulguem os benefícios da psicologia no *setting* hospitalar. A pesquisa possibilita o acesso à experiência e ao conhecimento adquirido com a prática profissional[3]. Pesquisas científicas, capacitação de psicólogos, estágios profissionalizantes entre outras iniciativas, comprovam que a ação do psicólogo em uma instituição de saúde não se reduz apenas ao atendimento do paciente[9].

O trabalho das doutoras Bellkiss Wilma Romano e Marisa Decat constituiu-se de extrema importância para o progresso da psicologia hospitalar no Brasil, sendo de inestimável valor as iniciativas e os projetos realizados na luta para regulamentação dessa profissão. A criação da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar possibilitou a organização e solidificação dessa prática, corroborando toda uma trajetória histórica. A produção da literatura do ramo, apesar de valiosa, continua escassa e de difícil acesso[9]. O conhecimento da história da psicologia hospitalar brasileira permite o entendimento das suas deficiências e possibilita à busca de novas alternativas que auxiliem no exercício desse ofício. Com esse novo propósito a psicologia hospitalar inicia mais uma grande etapa no seu desenvolvimento.

6 Considerações finais

A partir desta pesquisa identificamos o avanço e a trajetória percorrida pela psicologia hospitalar no Brasil. A inserção de práticas psicológicas nas instituições de saúde constituiu-se por meio de um intenso trabalho que teve como principal objetivo desmistificar a função do psicólogo, possibilitando que ele pudesse atuar na sociedade trazendo benefícios a populações de diferentes camadas sociais. A conscientização da necessidade do cuidado e da promoção da saúde mental permanece como tema muito discutido entre as equipes multidisciplinares. Não há dúvidas que neste novo século, que trás as enfermidades inerentes de sua época, o psicólogo terá um papel substancial na recuperação do verdadeiro conceito de saúde em toda sua plenitude, e na extinção dos preconceitos que permeiam a prática hospitalar, que já não pode refutar a importância do cuidado do outro e da sua subjetividade.

Nota de fim

A Caracterização institucional

O Hospital Sepaco (Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo) foi criado em 1956, com o compromisso de suprir as deficiências médicas e hospitalares dos funcionários do setor, bem como dos seus dependentes.

O Hospital Sepaco dispõe a seus pacientes 181 leitos, acesso a consultas médicas, tratamentos profiláticos e cirúrgicos, maternidade, berçário, pediatria,

Unidade de Terapia Intensiva (adulto, criança e neonatal), atendimentos de urgência e emergência, internações programadas, além de equipamentos de alta precisão e resolução para exames radiológicos, ultrassonográficos, tomográficos, endoscópicos, entre outros. A equipe médica é composta por um corpo clínico multidisciplinar.

Reconhecido como pioneiro em pesquisas e trabalhos relativos à infecção hospitalar, o Hospital Sepaco realizou estudos que serviram de base para a criação da política de controle de infecção hospitalar adotada pelo Ministério da Saúde a todos os hospitais brasileiros. Em 1993, o Sepaco foi um dos poucos hospitais no estado de São Paulo a receber o selo de conformidade expedido pelo Conselho Regional de Medicina e pela Associação Paulista de Medicina. A diretoria clínica do hospital é regida pelo Dr. Linus Pauling Fascina.

Programa assistencial Sepaco às crianças carentes da comunidade da Água Funda

Em março de 2001, após aprovação do projeto pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS) em parceria com a atual Associação de Moradores e Amigos da Água Funda (AMAAF) iniciou-se o programa desenvolvido por uma equipe multiprofissional do Hospital Sepaco, composta de médicos pediatras, nutricionista, assistente social, enfermeira, equipe de manutenção e voluntários da comunidade.

O programa tem por objetivo contribuir na recuperação nutricional de crianças de 3 meses a 12 anos de idade e, consequentemente, na reversão dos processos de déficit no crescimento e desenvolvimento intelectual.

O Programa atua, também, junto aos familiares e é responsável pela orientação no planejamento familiar, noções de higiene pessoal, aleitamento materno (prevenção do desmame precoce) e pelas palestras na área da saúde. São realizados, também, exames médicos aos adolescentes até 17 anos, que frequentem os programas recreativos das férias dos meses de julho e dezembro patrocinados pela Prefeitura e organizados pela AMAAF.

Além do programa assistencial em desenvolvimento, a sede social é, também, utilizada pela AMAAF para fins recreativos e culturais. Em vista da boa estrutura existente, a Prefeitura assinou um convênio com a AMAAF e implantou, em agosto de 2006, um Telecenter, com microcomputadores e móveis, proporcionando cursos de informática e uso da Internet à população da comunidade, tendo o Sepaco colaborado para as adequações físicas da planta para a instalação do Telecenter.

Durante o ano, no período de abril a julho, o Sepaco promove a campanha do agasalho junto aos seus funcionários, para doação à comunidade da Água Funda e, juntamente com a AMAAF, a Festa de Natal para as crianças daquela comunidade.

Convênio com a Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, para atendimento de fisioterapia

O Sepaco assinou, em novembro de 2006, um convênio com a PMSP / SMS, para instalação de unidades de fisioterapia em cinco unidades básicas de saúde municipais da Grande São Paulo, para atendimento gratuito à população, totalmente custeado pelo hospital.

A primeira unidade foi instalada no ambulatório "Dr. Tito Lopes da Silva", em São Miguel, e iniciou atendimentos em fevereiro de 2007. A segunda unidade de fisioterapia foi inaugurada no primeiro semestre de 2007, no Jardim Clipper, na Zona Sul. Até o primeiro semestre de 2008, foram instaladas outras três unidades, em locais designados pela PMSP/SMS[11].

Referências

1. Antunes MAM, Guedes MC. História da psicologia no Brasil: novos estudos. São Paulo: Educ; 2004.

2. Constituição da Organização Mundial de Saúde OMS, 1948.

3. Tonetto AM, Gomes WB. A prática do psicólogo hospitalar em equipe multidisciplinar. Rev Estudos de Psicologia. Campinas. 2007;24(1):89-98.

4. Souza JB. Senado Federal, 2003. Projeto de Lei do Senado nº 77/2003.

5. Romano WB. Princípios para a prática da psicologia clínica em hospitais. São Paulo. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1999.

6. Campos TCP. Psicologia hospitalar (A atuação do psicólogo em hospitais) São Paulo: EPU; 1995. p. 19-23.

7. Mezomo, J.C. Hospital Humanizado. Fortaleza: Premius; 2001.

8. Silva RC. O trabalho do psicólogo em centros de saúde: algumas reflexões sobre as funções da psicologia na atenção primária à saúde. [tese]. São Paulo: Instituto de Psicologia, USP, 1988.

9. Ismael SMC. A prática psicológica e sua interface com as doenças. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2005.

10. Sebastiani, R. W. Psicologia da saúde no Brasil: 50 Anos de História. Rev Suma Psicologica. [Internet]. 2001 Mar [acesso em 2010 jun 15];10 (1):25-42. Disponível em: <http://www.nemeton.com.br/nemeton/artigos/Psicologia-da-Saúde-no-Brasil.doc>.

11. Hospital Sepaco: caracterização institucional. [Internet] 2010 Mai [acesso em 2010 maio 2]. Disponível em: <http://www.sepaco.org.br/hospital.asp#historia>.

Entrevistador: Qual é a sua formação acadêmica?

Carina Pirró: Conclui a minha graduação em 2000, pela Universidade São Marcos. Logo em seguida (2001), realizei aprimoramento em psicologia hospitalar no Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Posteriormente, em 2003, iniciei uma pós-graduação na Unifesp com especialização *lato-sensu* em medicina comportamental.

Entrevistador: Então você terminou a graduação e logo em seguida iniciou o aprimoramento?

Carina Pirró: Sim. Terminei a faculdade em julho e tive a oportunidade de estudar, por três meses, para o processo de seleção do InCor, que ocorre todo mês de outubro. Tinha muita vontade de realizar meu aprimoramento nessa instituição, e estudei muito para atingir esse objetivo.

Entrevistador: Após a graduação você já sabia o que queria fazer?

Carina Pirró: Sim. Durante a graduação (1999), realizei um estágio no hospital Sepaco por 12 meses. Na época, a professora Valéria Mocelin era a psicóloga responsável do hospital. Nesse período, tive a certeza de que seria psicóloga hospitalar. Já tinha interesse pela disciplina e o estágio só veio confirmar a minha escolha. Decidi que era importante fazer uma pós-graduação. Ingressei no InCor, onde pude estudar e receber meu primeiro salário como psicóloga!

Entrevistador: Qual é a sua abordagem clínica?

Carina Pirró: Cognitiva Comportamental. Mas, para me decidir por essa abordagem, estudei e conheci muitas outras. Frequentei um grupo de estudo de psicanálise, aliás, todas as minhas supervisoras eram psicanalistas! (risos). No entanto, começaram a surgir dentro de mim, algumas questões e angústias. Conflitos existenciais que são necessários para que o ser humano possa evoluir. Por conta própria, comecei a estudar a abordagem cognitiva comportamental. A partir daquele momento, encontrei as respostas para as minhas angústias. Na Unifesp, realizei uma especialização em medicina comportamental onde as disciplinas, cognitivo-comportamental, psicofarmacologia e neurociência fizeram parte da grade curricular e permitiram um conhecimento global da abordagem escolhida.

Entrevistador: Há quanto tempo você atua como psicóloga hospitalar?

Carina Pirró: Antes de ingressar na área hospitalar, permaneci durante 18 meses, atendendo em uma clínica de tratamento para obesidade. Se não contarmos o estágio que realizei em 1999 e o aprimoramento no InCor, completo 5 anos depois de amanhã!

Entrevistador: Então você trabalha como psicóloga desde 1999?

Carina Pirró: Na verdade, em 1999, ainda estava no quinto ano da faculdade. Mas, logo após a graduação, ingressei no InCor e, durante 12 meses, trabalhei 40 horas semanais. No aprimoramento, você aprende, mas também trabalha muito. Logo em seguida atuei na clínica de tratamento para obesidade e, após 18 meses, comecei a trabalhar aqui no Hospital Sepaco.

Entrevistador: Há quanto tempo você trabalha no Hospital Sepaco?

Carina Pirró: Cinco anos.

Entrevistador: Qual a sua carga horária de trabalho?

Carina Pirró: Inicialmente, fui contratada para trabalhar 30 horas semanais, mas, hoje minhas atividades não se restringem apenas à assistência aos pacientes. O ensino, a pesquisa e a bioética fazem parte das minhas múltiplas atividades. Antes, apenas atendia pacientes e seus familiares. Hoje, realizo pesquisas com meus estagiários, supervisiono, leciono e participo do comitê do hospital. Também atendo as demandas do hospital, realizando e participando de projetos para profissionais da saúde. Com tantas tarefas, não consigo assistir meus pacientes. Portanto, hoje pago uma psicóloga para fazer 10 horas da minha assistência e nas outras 20 horas trabalho no ensino, educação e eventos internos. Por exemplo: no hospital só tem o dia do médico, semana da enfermagem, e a semana da psicologia? Inventamos então a semana da psicologia. Estamos cada vez mais participativos e influentes no ambiente hospitalar.

Entrevistador: Você concilia outra atividade profissional?

Carina Pirró: Atendo no meu consultório, leciono na Universidade São Marcos e faço consultoria para algumas empresas da área de saúde. Por exemplo: na semana da saúde da Nestlé, nós desenvolvemos os *folders* para a palestra relacionada à temática *stress*.

Entrevistador: Em sua opinião quais são os principais pré-requisitos para se tornar um psicólogo hospitalar?

Carina Pirró: Primeiro desejar. Estudar para saber do que se trata; realizar estágio antes de optar por essa área (já que no estágio temos a vivência). Caso a decisão seja pela a área hospitalar, é necessário realizar um aprimoramento, pois as abordagens e técnicas são totalmente diferentes da clínica. Faça uma especialização que tenha como ênfase a prática. A teoria não basta é preciso experimentar o *setting* hospitalar, vivenciá-lo. Análise pessoal é fundamental para dar conta do estresse inerente à profissão. Questões existenciais, como a morte, por exemplo, serão constantemente levantadas. A supervisão é primordial para o equilíbrio e orientação do psicólogo hospitalar

Entrevistador: Você faz supervisão?

Carina Pirró: Fiz até o ano passado. Mas, infelizmente a relação com o meu novo supervisor não deu certo (ele foi indicado por um colega de trabalho). Então, por enquanto, estou sem supervisão.

Entrevistador: Qual é o vínculo empregatício com a instituição? Você é contratada, celetista ou terceirizada?

Carina Pirró: Sou terceirizada. Tenho uma empresa chamada *PsicoCare*,que presta serviço ao hospital. Para que isso fosse possível, foi necessário abrir uma empresa com firma reconhecida, contador, nome fantasia, objetivo definido, etc. Ah! E é claro, pagar todos os impostos necessários para montar uma empresa no Brasil. No hospital, não sou mais a Carina pessoa física, com meu CPF, sou pessoa jurídica com CNPJ, ou seja, sou a *PsicoCare*. É a *PsicoCare* que prestará serviços para o hospital. O lado negativo de tudo isso, é que por ser uma empresa, não temos direito a 13º salário, férias, ou qualquer benefício resguardado pela CLT. Sou uma prestadora de serviço, recebo apenas pelo serviço prestado. O lado positivo é a liberdade de escolha dos produtos e serviços que vou ofertar. Se tiver uma ideia, posso desenvolvê-la, vendê-la ao hospital, e receber a mais por isso, isto é, se eles se interessarem pela inovação.

Anexo 1: Entrevista com psicólogo hospitalar

Entrevistador: Em sua opinião o teto salarial do psicólogo hospitalar condiz com a prática?

Carina Pirró: Não! De jeito nenhum! Aliás, para nenhum profissional da área de saúde (médico, nutricionista, enfermeiro, psicólogo), principalmente aqueles que trabalham dentro do hospital, esses são sofredores natos! Recebem muito pouco pelo que fazem! Pra você ter uma ideia, a faixa salarial é de 12 a 15 reais à hora! Em um concurso lançado por uma famosa instituição hospitalar o salário oferecido era de R$ 1.200.00 para 30 horas semanais! A gente estuda, faz supervisão, faz terapia e pensa no assunto, pra ganhar R$ 1.200.00?! Isso é um absurdo!

Entrevistador: Como se configura o serviço de psicologia nesse hospital?

Carina Pirró: Existe uma ata chamada *Ata de Vera Cruz* que define qual é o papel do psicólogo hospitalar. O psicólogo hospitalar deve trabalhar, em assistência, ensino pesquisa e bioética. Na assistência do Hospital Sepaco, atendemos a todos os setores e realizamos reuniões na enfermaria e na triagem, onde é possível detectar pacientes que necessitem de avaliação psicológica. No ensino, ocorre a promoção de cursos de formação tanto para graduandos, quanto para outros profissionais da área da saúde, além do programa de estágio e supervisões semanais. Na área de pesquisa, os estagiários realizam um levantamento sobre as necessidades do hospital, as dúvidas e as autoavaliações (grupos de reflexão com enfermeiros e médicos). Pesquisas que avaliam projetos, abordagens e estratégias para melhor atuação do psicólogo no hospital.

Em bioética, participamos dos comitês de humanização e gerenciamento de risco. Nossa função é avaliar quais são os riscos eminentes no ambiente hospitalar e como preveni-los.

Entrevistador: Como você se prepara para realizar o atendimento psicológico?

Carina Pirró: Depende do caso e de como veio à solicitação de atendimento. Por exemplo, se o pedido partir da equipe médica, relatando que o paciente está muito deprimido, não leio o prontuário, pois, talvez possa pré-julgar o paciente. Às vezes, a causa da depressão de um paciente oncológico, não está no fato do mesmo ter câncer, ou seja, não está vinculada à doença. Nesse caso, prefiro simplesmente me apresentar ao paciente e dispor meu atendimento.

Entrevistador: Qual o local físico (setor do hospital) que tem maior demanda para o atendimento psicológico?

Carina Pirró: A UTI adulto que é tida como a angústia dos profissionais de saúde e dos pacientes.

Entrevistador: Existe uma rotina de visita da enfermaria? Em qual horário e condições ela acontece?

Carina Pirró: Não existe um horário específico, já que em cada setor do hospital existe um psicólogo a disposição.

Entrevistador: Quais são as fontes de encaminhamento do serviço de psicologia? Como chegam os pacientes ou os pedidos?

Carina Pirró: Tanto pacientes quanto pedidos de atendimento podem vir por meio de funcionários, enfermeiros ou equipe médica. Os enfermeiros trabalham na linha de frente, tendo contato direto com o paciente, por esse motivo, a maioria dos pedidos são encaminhados pela enfermagem.

Entrevistador: O atendimento psicológico se restringe apenas aos pacientes ou se estende aos familiares e a equipe médica?

Carina Pirró: Estende-se aos familiares e a equipe médica.

Entrevistador: Como é a aceitação do trabalho do psicólogo pela equipe médica, enfermeiros e demais funcionários?

Carina Pirró: Depende do médico. Apesar do avanço no relacionamento, muitos médicos tradicionais, rejeitam o serviço de psicologia. Entretanto, os enfermeiros são mais receptivos a intervenção psicológica.

Entrevistador: Quais são os principais impasses na prática do trabalho no âmbito hospitalar?

Carina Pirró: A resistência de alguns médicos em aceitar a prática psicológica é um dos impasses no ambiente hospitalar. A remuneração também é uma das principais dificuldades. Um profissional que estuda durante cinco anos, só na graduação, faz especialização, terapia, supervisão e atua em um ambiente totalmente estressor, não pode receber apenas 15 reais a hora. Trata-se de um obstáculo que dificulta o exercício da psicologia hospitalar no Brasil.

Entrevistador: Você acha importante realizar pesquisas? O hospital investe em programas de pesquisas? Que tipo de pesquisas você realiza?

Carina Pirró: É muito importante realizar pesquisas. A *PsicoCare* desenvolve e incentiva a realização de pesquisas em psicologia hospitalar. A investigação psicológica tem como objetivo não apenas o atendimento aos pacientes e familiares, mas também nas relações interpessoais. Muitas pesquisas realizadas na *Psicocare* estão sendo reconhecidas internacionalmente (Luxemburgo, Madri).

Entrevistador: Existe um programa de estágio no hospital? Como é feita a seleção dos estagiários de psicologia?

Carina Pirró: Sim, existe. A divulgação é realizada nas faculdades e a seleção é feita de acordo com os critérios do estágio (exemplo: qual semestre o aluno está cursando, etc.). É aplicada uma prova de conhecimentos básicos em psicologia hospitalar e depois realizamos uma entrevista. O estágio não é remunerado, mas, fornecemos todo o suporte educacional.

Entrevistador: Você leciona em alguma instituição? Há quanto tempo?

Carina Pirró: Leciono na Universidade São Marcos, onde ministro as disciplinas de Saúde Ocupacional e Estágio Fundamental (Relações Laborais). No futuro, tenho interesse em ministrar as disciplinas de Análise Experimental do Comportamento e Psicologia Hospitalar.

Entrevistador: Você tem algum projeto de melhoria para o serviço de psicologia hospitalar?

Carina Pirró: Sempre tenho algum projeto que envolve o cuidado com o outro, um exemplo, foi à criação da Semana de Talentos do Sepaco. Nessa semana, os funcionários do hospital têm a possibilidade de conhecer o lado artístico e humano do seu colega de profissão. Dessa forma fortalecemos o respeito e empatia entre os profissionais do hospital.

Entrevista realizada no Hospital Sepaco, no dia 13/5/2010, às 11 horas.

Anexo 1 (Continuação): Entrevista com psicólogo hospitalar

O REGIME MILITAR E A MEMÓRIA DOS PROFESSORES

THE MILITARY REGIME AND MEMORIES OF TEACHERS

Elaine Lourenço
Doutoranda em História Social – FFLCH-USP
Professora do Departamento de Educação – Uninove
elainelou@uol.com.br

Resumo

O golpe civil-militar desfechado em 1964 no Brasil foi um marco para diversas gerações. A memória do período faz uma associação direta com a repressão a estudantes e professores. É preciso diferenciar, contudo, os níveis escolares para perceber as nuances e o alcance desse movimento. Se a visibilidade de alguns participantes de movimentos de resistência faz com que a repressão pareça se estender a "todos os estudantes" e a "todos os professores", é importante ressaltar também que na educação básica a situação foi diferente. Nela, o que se percebe é que há desde professores militantes até outros que não veem muita razão para perseguição nesse meio, tal era o conservadorismo vigente. A proposta deste texto, assim, é discutir a visão de três professores da rede estadual paulista sobre o regime militar e como eles analisam a influência desse momento na sua prática docente. A análise parte de três entrevistas que se utilizaram da metodologia de História Oral, realizadas em 2009 com tais docentes, as quais permitem penetrar em um cotidiano escolar que fica oculto nos grandes discursos sobre a educação e nos permitem perceber a realidade multifacetada do que ocorre "entre as quatro paredes" das salas de aula.

Palavras-chave: História oral. Memórias de professores. Regime militar.

Abstract

The civil-military coup unleashed in Brazil in 1964 was a landmark for several generations. The memory of period makes a direct association with a crackdown on students and teachers. It is necessary to differentiate, however, the different levels of education to understand the nuances and range of its process. If the visibility of some members of resistance movements causes the repression seems to extend to "all students" and "all teachers", it is important to note that the situation was different in basic education: we can see in it both militant and conservative teachers. The purpose of this text is to discuss the vision of three teachers on the military regime and how they analyze the influence of this moment in their teaching practice. The analysis is based on three interviews conducted in 2009 with such teachers. Using the oral history methodology, these interviews allow to penetrate into a school routine that is hidden in major speeches on education and allow us to understand the multifaceted reality of what happens at the classrooms.

Key words: Memories of teachers. Military regime. Oral history.

1 Introdução

> "[…] no ano que eu fui presa, eu era presidente do Centro Cívico, por ironia do destino (risos). É muito engraçado isso: presidente do Centro Cívico! […] E tinha que assinar pra ser professora de Educação Moral e Cívica, tinha uma ordem que vinha direto do DOPS, você era cadastrada e tal. É evidente que depois que eu fui presa e voltei nunca mais eu ministrei essas aulas, né? (risos). (Arlete Lopes Diogo).

> Minha geração era bastante contida. Nós não dávamos a cara à tapa. Nós entendíamos um montão de coisas. Acho que não fomos nem um pouco covardes, mas não fazíamos provocação. (Severiano Garcia Neto).

> A maior parte das pessoas […] não vivenciou nenhuma repressão. A maior parte das pessoas, não. Foram alguns "eleitos", mesmo. Então, não tinha essa… Imagina, professor primário ia fazer alguma referência ideológica? Mas de jeito nenhum! De jeito nenhum! (Yara Lopes Cardoso)."[1]

O ano de 1964, no Brasil, e o golpe civil-militar desfechado então, foi um marco para diversas gerações, tanto as que viviam naquele momento quanto as subsequentes. A memória do período, associada às arbitrariedades cometidas pelos militares, faz uma associação direta com a repressão a estudantes e professores. É preciso diferenciar, contudo, os níveis escolares para perceber as nuances e o alcance desse movimento.

Sem dúvida alguma, o movimento estudantil dos anos 1960 foi um dos primeiros a ser reprimido e a sentir que o golpe de 1964, que se intitulava a favor da "democracia", não tinha muito apreço pela palavra, nem por ela pautava suas condutas. A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi invadida e incendiada já no dia primeiro de abril; e as universidades, e seus alunos e professores, foram alvo de perseguições e intimidações. A visibilidade de alguns participantes de movimentos de resistência daquele período, que posteriormente se tornam intelectuais e políticos de expressão no cenário nacional, ajuda a consolidar essa memória da repressão que parece se estender a "todos os estudantes" e a "todos os professores".

1 Trecho das entrevistas de História Oral dos professores pesquisados: Yara Lopes Cardoso, depoimento de 28 de abril de 2009; Arlete Lopes Diogo, de 26 de março de 2010 e, Severiano Garcia Neto, de 12 de maio de 2009.

Nos outros níveis escolares, porém, a situação foi diferente, o que já fica evidenciado nas epígrafes acima, extraídas de falas de professores do ensino secundário que lecionaram História, nas décadas de 1970 e 1980, na rede pública estadual de São Paulo. O que uma primeira leitura sugere é que há desde professores militantes, que são presos no período, até outros, que não veem muita razão para perseguição nesse meio, tal era o conservadorismo vigente.

O que se propõe a discutir neste texto é a visão desses mesmos três professores sobre o regime militar, ou, mais especificamente ainda, como eles analisam a influência desse momento na sua prática docente. A análise parte de três entrevistas que se utilizaram da metodologia de História Oral, realizadas em 2009.

A opção pela história oral como metodologia vincula-se a um dos objetivos deste trabalho, o de dar "voz e vez" a quem não tem essa possibilidade. As análises de entrevistas particulares nos permitem penetrar em um cotidiano escolar que fica oculto nos grandes discursos sobre a educação e perceber a realidade multifacetada do que ocorre "entre as quatro paredes" das salas de aula. O que se pretende, então, é perceber essas diferentes práticas, essas diferentes formas de ser professor em um momento de repressão e tortura.

2 A história, a memória, a História Oral

A prática da História Oral é recente e pode ser situada a partir da segunda metade do século XX. Sua vinculação inicial às "histórias dos excluídos", entre outras razões, contribuiu para uma desconfiança do meio acadêmico, que via com muitas reservas essa valorização de narrativas orais. De um lado, porque se tratava de grupos pouco valorizados na tradição historiográfica; de outro, porque o texto escrito sempre foi o "documento" por excelência dos historiadores, a fonte a partir da qual a história é escrita. No entanto, o rápido avanço e popularização do método fez com que muitas posições fossem revistas, e atualmente ela goza de um prestígio muito maior.

Em importante obra sobre o tema, Ferreira e Amado (2006), organizadoras da edição, referem-se ao *status* ocupado pela História Oral já na apresentação:

> […] é possível reduzir a três as principais posturas a respeito do *status* da história oral. A primeira advoga ser a história oral uma técnica; a segunda, uma disciplina; e a terceira, uma metodologia. Aos defensores da história oral como técnica interessam as experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato

> que as cerca: tipos de aparelhagem de som, formas de transcrição de fitas, modelos de organização de acervos, etc. […] Os que postulam para a história oral *status* de disciplina baseiam-se em argumentos complexos, por vezes contraditórios entre si. Todos, entretanto, parecem partir de uma idéia fundamental: a história oral inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos; este conjunto, por sua vez, norteia as duas outras instâncias, conferindo-lhes significado e emprestando unidade ao novo campo do conhecimento. (FERREIRA et al., 2006, pp. 12-13).

As autoras refutam as duas primeiras posturas, já que postulam que a História Oral é mais que uma técnica, à medida que envolve um conjunto de procedimentos e de premissas que vão além disso, mas não consideram que a área seja dotada de uma reflexão teórica própria e original, apartada da "boa e antiga teoria da História". (2006, p. 16). Defendem, então, que esta constitui uma "metodologia":

> Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponto entre teoria e prática. Este é o terreno da história oral – o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de *suscitar*, jamais de *solucionar*, questões: formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas. (FERREIRA et al., 2006, p. 16).

A perspectiva da história oral como uma metodologia é a que servirá de base para este trabalho. O que se pretende é perceber como os depoimentos trazem à tona a memória dos docentes e como eles permitem pensar a história do período. A memória, e o conjunto de lembranças e esquecimentos a ela associados, é o ponto de partida, torna-se objeto de investigação. Daí ser preciso, tal como nos adverte Menezes (1992), estabelecer as fronteiras entre memória e história:

> De todo o exposto até aqui evidencia-se como imprópria qualquer coincidência entre memória e História. A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que, é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social. […] a História não deve ser o duplo científico da memória, o historiador não pode abandonar sua função crítica, a memória precisa ser tratada como objeto da História. (MENEZES, 1992, pp. 22-23).

A operação científica realizada pelo historiador busca assim apropriar-se e refletir sobre as memórias. Aqui, inclusive, reside uma das originalidades da História Oral: é o pesquisador que "cria" seu objeto. Antes da entrevista, não há nada de concreto nas lembranças: ela é o ato inaugural, o marco instituidor das memórias. Esse é outro ponto que causa dissensões entre os praticantes da história oral, pois, enquanto uns consideram que há uma neutralidade por parte do entrevistador, outros afirmam que essa só é possível a partir do diálogo que se estabelece: é o interesse do pesquisador que motiva o entrevistado a trazer suas memórias à tona, é ele que conduz o processo, que traz as questões. Isso não quer dizer que o entrevistado fala apenas o que o entrevistador quer ouvir, mas coloca a necessidade de "ouvir" as duas partes. Este trabalho parte desse pressuposto, defendido por Alessandro Portelli:

> […] historiadores que trabalham com a história oral estão cada vez mais cientes de que ela é um discurso dialógico, criado não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação do material. A expressão 'história oral', por conseguinte, contém uma ambivalência que, intencionalmente, reterei neste *paper:* refere-se simultaneamente ao que os historiadores *ouvem* (as fontes orais) e ao que *dizem* ou *escrevem.* Num plano mais convincente, remete ao que a fonte e o historiador

> fazem *juntos* no momento de seu encontro na entrevista. (PORTELLI, 2001, p. 10, grifos do autor).

Esse momento de diálogo precisa ser bem conduzido. É preciso um roteiro de questões, que não são necessariamente perguntas diretas, mas que incluam temas sobre os quais se deseja refletir. E, como ressaltam vários pesquisadores,[2] não é preciso imaginar um "modelo" a ser seguido: cada entrevista tem um jeito particular de acontecer, cada pesquisador, em cada tema, para cada entrevistado, busca a melhor forma de realizar seu trabalho. As entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa seguiram um roteiro de temas que iam desde aspectos mais gerais da vida e biografia do entrevistado, incluindo sua graduação, até as questões específicas do seu trabalho como professor no período considerado. Como a vida e a carreira dos professores extrapolam o período demarcado para a pesquisa, há reflexões que se referem a períodos anteriores ou posteriores. De qualquer forma, o conjunto formado por cada entrevista permite perceber os aspectos particulares e os gerais. As entrevistas, na sua totalidade, fazem parte de uma pesquisa em andamento que discute a atuação de professores de História na rede pública estadual paulista, entre os anos de 1971 e 1986. Neste texto, serão considerados apenas os aspectos que se referem à percepção do regime militar e a relação com o trabalho docente.

A condução das entrevistas foi muito diferente em cada caso. O que foi comum a todas elas, desde a primeira, é que os professores entrevistados pediram para ver meu roteiro antes de começar. Daí por diante, cada um seguiu seu caminho, aprofundando-se mais ou menos em determinados aspectos. O que foi bastante marcante é que todos conferiram o roteiro ao final, para ver se "não tinham esquecido de algo"! Há aqui, a meu ver, uma peculiaridade da minha pesquisa: ao entrevistar docentes e, ao mesmo tempo, me colocar também como uma docente, estabeleceu-se certa cumplicidade, mais que isso, os "modos" do ofício se fizeram presentes – todo professor segue um roteiro, todo professor planeja sua atividade, todo professor confere se tudo foi realizado. Se cada um o faz a seu modo, o certo é que todos o fazem de alguma forma ou de outra, e meus entrevistados se sentiram na obrigação de conferir se tinham cumprido sua missão a contento.

Tal cumplicidade também se estabelece em alguns momentos particularmente dolorosos ou significativos. É por isso que a expressão "risos" aparece duas vezes na primeira epígrafe: conheço a entrevistada há muitos anos, fomos militantes no movimento de professores na década de 1980, além de atuarmos no mesmo partido político. Assim, o que é um momento bastante delicado na vida da entrevistada, sua prisão e as torturas que sofreu em decorrência de sua militância, pontua-se de "risos", não porque se referem a algo engraçado, mas porque são capazes de "espantar fantasmas".

3 Quem é quem – os entrevistados e suas trajetórias

As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2009 (Yara e Severiano) e no primeiro semestre de 2010 (Arlete). Todos esses professores são aposentados da rede pública estadual, embora os dois primeiros exercessem outras atividades no momento em que foram entrevistados: Yara atuava como professora universitária e Severiano era vice-presidente do Sindicato dos Supervisores do Magistério no Estado de São Paulo (Apase).

A entrevista com a professora Yara foi realizada em sua residência. Os contatos foram feitos a partir de uma amiga em comum e eu nunca a encontrara antes. De qualquer forma, o encontro transcorreu num clima bastante amistoso e, não raro, as lembranças do passado se misturavam às questões do presente, até porque ambas éramos professoras universitárias, atuando em cursos de formação de professores. Ela contou-me que iniciou no magistério estadual, lecionando de 1ª a 4ª série, em fins dos anos 1960. Cursou licenciatura em História no começo dos anos 1970, nas Faculdades Associadas do Ipiranga (FAI). Prestou concurso para o cargo de professora de História em 1978, foi aprovada e iniciou no novo cargo em 1981, em uma escola de 1º grau da zona leste da cidade de São Paulo, na qual se aposentou em 1989.

O professor Severiano foi entrevistado na sede do sindicato em que atuava. Severiano iniciou a carreira em meados dos anos 1970, em várias escolas da região do ABC paulista, particularmente em Santo André. A sua formação superior se deu no curso de História da Universidade de São Paulo (USP), e a licenciatura foi cursada na Faculdade de Educação da mesma instituição. Ingressou como professor efetivo em concurso no início dos anos 1980 e, a partir de 1988, com a aprova-

2 A este respeito é possível citar Aspásia *Camargo*, em *História oral e política*, conferência pronunciada no II Encontro Nacional de História Oral, em 1994: "[...] o que colhi da minha experiência é que a metodologia potencial ganha quando somos livres. Livres para usar procedimentos, abordagens diferentes. E que ela perde muito quando se tenta seguir uma receita de bolo, o que aliás foi um grande investimento no início da História Oral" (*apud* Ferreira, Marieta de Moraes. (org.). *História Oral e Multidisciplinaridade*. p. 81). Pode-se também citar Alessandro Portelli, em "História Oral como gênero", p. 20-21: "A troca de perguntas e respostas define variações genéricas de muitas outras formas. Uma entrevista pode se deslocar de questionário de uma via única para diálogos densos, de acordo com o tempo disponível para perguntas e respostas e também de acordo com a forma como as respostas surjam em relação às perguntas. [...] Uma vez de novo é importante estabelecer que nenhuma forma é "melhor" que a outra: de preferência elas são estabelecidas para fins diferentes: comparabilidade e factualidade no questionário, individualidade e subjetividade no denso diálogo aberto, sem fim. O ponto aqui é que formas diferentes de troca geram gêneros diferentes de discurso."

ção em um novo concurso, assumiu a direção de uma escola na região.

A professora Arlete foi entrevistada em sua residência, a partir de um contato telefônico, já que nos conhecíamos anteriormente. Ela cursou o magistério em São Caetano do Sul e, depois, fez a opção por Ciências Sociais, ingressando na USP em 1969. Já no segundo ano da faculdade começou a lecionar História em escolas novas da periferia de São Paulo. Em fins dos anos 1970, foi cursar História, nas Faculdades Associadas do Ipiranga (FAI). Efetivou-se no concurso de 1983. Em 1973, foi presa em razão de sua militância na Ação Libertadora Nacional (ALN) e porque em sua casa hospedara durante alguns dias o militante Alexandre Vannucchi Leme, que fora preso, torturado e morto pelos militares em março daquele ano. Arlete ficou na prisão durante seis meses, e depois que saiu tinha de ir semanalmente assinar presença na Auditoria do Exército ou no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). A fala da epígrafe deste texto refere-se justamente à época de sua prisão.

4 A fala dos docentes

Em 1971, o regime militar renovou a educação básica de todo o país. Foi promulgada a Lei 5.692 (BRASIL, 1971), que instituiu o ensino de 1º grau, composto pelas séries de 1ª a 8ª, sem a interrupção anterior que se fazia com o exame de admissão ao ginásio. O antigo curso colegial passou a se denominar 2º grau e tornou-se profissionalizante. O artigo introdutório da lei preconizava a participação das pessoas, como em qualquer democracia:

> Art. 1º – O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. […]. (BRASIL, 1971).

Para situar o contexto da lei, é preciso lembrar do Ato Institucional número 5, de 1968, que acabara com todas as liberdades individuais. A partir de então, os movimentos sociais foram silenciados e seus militantes se tornaram perseguidos, presos e torturados. Alguns conseguiram ir para o exílio, outros passaram a viver na clandestinidade. A referência, no citado artigo, ao "exercício consciente da cidadania", parece irônica, uma vez que sequer a cidadania política era exercida, com as eleições indiretas para presidente, governadores e prefeitos das capitais e cidades "estratégicas". É preciso considerar, contudo, que os militares não nomearam seu governo de ditadura; ao contrário, como diz Vieira (2000, p. 190), "no Brasil, o golpe desferido em 31 de março de 1964 contra o governo constitucionalmente instituído realizou-se em nome da democracia".

O segundo artigo, por sua vez, já coloca a importância atribuída à racionalização do sistema escolar, para que este se adapte ao sistema econômico vigente. A educação deixa de ser um investimento social e passa a ser contabilizada como "despesa", como se pode perceber:

> Art. 2º – O ensino de 1º e 2º graus será ministrado em estabelecimentos criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes. (BRASIL, 1971).

A situação é ambígua: a despeito de uma "fala democrática", o que se vê é uma prática ditatorial que atravessa toda a sociedade. Na escola, essa ditadura se apresenta de diversas formas, e é isso que as entrevistas revelam.

Na entrevista com a professora Yara, o assunto surgiu já na segunda metade, motivado por uma pergunta minha:

> "E. – Nos anos 80, ainda tinha alguma interferência militar? Tinha alguma coisa, as comemorações…
>
> Yara – Não, já não mais.
>
> E. – Nada? Nem festividade cívica, datas, bandeiras?
>
> Yara – Não tinha mais aquela obrigatoriedade que teve até o finalzinho dos anos 70. Até porque, por exemplo, na outra escola, no Santos Amaro da Cruz [na qual ela lecionara na década de 1970, de 1ª a 4ª séries], nós éramos obrigados a hastear a bandeira às 8 horas da manhã toda quarta-feira. Cantar o Hino Nacional, hastear a bandeira, descerrar a bandeira às 6 da tarde.
>
> E – Isso em todas as séries, lá, no Santos Amaro?
>
> Yara – Sim, de 1ª a 8ª. Quando eu fui para o Orville Derby, já não tinha mais. Estava assim, sabe, a coisa estava toda muito desgastada já. Em 86 foi a eleição do Tancredo, não foi?"

Seguiu-se um comentário geral sobre o período da eleição de Tancredo Neves e do governo José Sarney na presidência da República, o que motivou outra lembrança da professora:

> "Yara – É, pois é, aí já começa a relaxar e não tinha mais aquela, quase fiscalização, né? Lembro-me de uma ocasião, isso acho que foi 1976, por aí, 75… Não, 73, eu estava na quarta série, dando aula numa quarta série, de repente eu olhei pela janela e vi um caminhão do Exército parado de frente à escola. E os soldados pulando, assim, pra dentro da escola. Eu fiquei apavorada e, de repente, abriram a porta, assim, um soldado abriu a porta com tudo, olhou para mim, olhou para as crianças, *blam!*, fechou a porta e foi embora. As crianças, sabe, todo mundo pasmo, né? No mesmo pé em que eles entraram, eles saíram. De repente, só vejo aqueles soldados subindo no caminhão e o caminhão indo embora. Tinham hasteado, a faxineira lá, a zeladora, tinha hasteado a bandeira nacional de cabeça para baixo!
>
> E. – (risos) Subversão total.
>
> Yara – Olha que loucura."

Na sequência, a professora Yara comentou que poderia ter sido presa por "uma besteira dessas!". Há que se assinalar que o ano mencionado é o mesmo da prisão da professora Arlete, que não se deu por disputas em torno do hasteamento da bandeira!

A conversa prosseguiu em torno de um episódio na faculdade, nos anos 1970, quando havia um agente infiltrado na sala de aula. Aproveitei o ensejo e perguntei se a alcunha de "Verdão" para os Guias Curriculares (SÃO PAULO, 1975) do período seria uma referência à ideologia dos militares, ao nacionalismo desses. Foi então que ela deu a resposta que consta na epígrafe do texto:

> "Yara – Na época, eu não vi nenhuma referência a essa questão da ideologia, não. Mesmo porque as pessoas não estavam tão atentas a isso. A maior parte das pessoas, E., não vivenciou nenhuma repressão. A maior parte das pessoas, não. Foram alguns "eleitos", mesmo. Então, não tinha essa… Imagina, professor primário ia fazer alguma referência ideológica? Mas de jeito nenhum! De jeito nenhum!"

Tais foram os temas comentados na entrevista que dizem respeito, de forma mais direta, ao regime militar. O que se percebe é que a docente não vê grandes alterações no cotidiano escolar em razão da ditadura; ao contrário, percebe um grande conservadorismo da classe, uma falta de politização.

O fato é que em suas memórias não há nada que indique que sua atuação foi modificada em decorrência de alguma censura ou pressão, externa ou interna. A própria entrevistada se revela como "linha dura" com os alunos, o que lhe garantia o respeito deles e a confiança dos pais:

> "Yara – Porque eu tinha paciência com aluno. E era engraçado, porque, nessa época de 5ª a 8ª, as mães chegavam, 'olha, tem excursão, assim, assim'; 'quem vai com eles?' 'A Yara vai'. 'Então pode ir'. Porque elas sabiam que eu era linha-dura, era linha duríssima. Não tinha 'barriga-me-dói' com eles, não, sabe? Era pão-pão, queijo-queijo, e estamos acabados. Mas eles sabiam que sair era comigo, né? Isso que eu acho, que a escola não pode ficar restrita aos muros. Uma vez eu estava dando aula sobre Grécia, uma 7ª série, falando sobre a escola platônica, a escola ateniense, como funcionava, daí eu olhei para o pátio, tinha um flamboyant na escola, um braço grande do flamboyant sobre a arquibancada da quadra, um fim de tarde lindo, quente, o sorveteiro na porta da escola, porque estava saindo a turma da Educação Física, falei para a meninada: 'vamos descer. Vamos para o pátio'. Desci, fiquei lá com eles, 'pode comprar um sorvete? Pode'. Comprou um sorvete, todo mundo tomou sorvete. Quando acabou a aula, a assistente de direção me chamou: 'o que você estava fazendo na quadra?' 'Dando aula'. 'Por que na quadra?' 'Qual o problema de ficar na quadra?' 'Ah, mas a quadra é a sala de aula do Professor de Educação Física'. 'Mas já tinha acabado o horário dele, ele não estava fazendo nada'. 'Mas você não pode fazer isso, tem que ficar na sala de aula'. Eu falei para ela: 'você tem razão. Eu sou muito é burra, mesmo, viu? Eu estava tentando ensinar educação ateniense e esqueci que moro em Esparta' [risos]. Acho que até hoje ela está pensando nisso. [risos]. 'É, porque a escola…'. Eu falei: 'Olha, Odila, a escola, para mim, começa desse muro para lá. Escola é o mundo, não é aqui. Isso aqui, você só está dando um tempo aqui. Porque a escola é o mundo'."

O longo trecho revela uma relação de autoridade exercida pelo ofício, que garante a confiança dos pais no trabalho do professor. Essa autoridade também se revela em relação à direção da escola, que é confrontada em suas normas pela atuação da professora. Assim, entre enfrentamentos ao currículo, às práticas e às normas, a professora Yara tece seu cotidiano de trabalho durante o regime militar.

Na entrevista com o professor Severiano, a questão da ditadura e da repressão aparece logo no começo, quando ele discute sua formação na USP, na década de 1970, na qual ele percebe um hiato entre as gerações militantes dos anos 1960 e os professores recém-chegados à Universidade:

> "Severiano – Mas eram professores novos que estavam entrando, alguns vão seguir carreira acadêmica, e outros, como é o caso do Heródoto, não [refere-se ao jornalista Heródoto Barbeiro]. É, e acho que isso marca bem, de uma faculdade que foi, aliás, de uma universidade toda que foi podada, que foi destruída.
>
> E. – Então, você tinha gerações muito mais velhas… […]
>
> Severiano – Com formação acadêmica distinta, com uma perspectiva historiográfica distinta, também, né? Bastante, bastante distinta e mesmo os novos, eles não, naquele momento, eles não tinham condições de ousar em coisa nenhuma. Então, na verdade, eles estavam ocupando, de forma periférica, o espaço dentro da academia. Eram professores assistentes, foi um momento bastante, para a formação foi muito ruim, né? Você não tinha […] coisas que te levassem a pensar, a refletir, a discutir. Isto acontecia porque era uma geração, a minha, que eu acho que ela é uma geração bastante interessante, não é? Porque é uma geração que foi em grande parte responsável, também, pela abertura do país. Era uma geração que vinha da luta armada, que para nós esta perspectiva não existia mais, isso era, isso era uma visão […] bastante comum na época, nas pessoas da minha geração. Nós partíamos do princípio que, por aí não ia levar a lugar nenhum. Ou caminhávamos para uma visão mais alienada, ou procurávamos alguma alternativa. Eu acho que, enquanto geração, nós procuramos alternativa e mostramos uma alternativa, porque tivemos coragem de ir para a rua em massa, fazer coisas que não foram feitas, que não foram feitas pela gloriosa geração anterior. Enfrentar, enfrentar a rua é mais complicado.

O professor Severiano reflete que o regime militar já afetou bastante sua geração, desde a formação na universidade. A despeito dessa ruptura com o período anterior, ele percebe que essa geração foi capaz de inovar, de ir às ruas, mobilizar a sociedade em torno de suas bandeiras de luta.

Ao se referir aos seus anos de estudante do ensino secundário, reflete como a realidade do período militar, as propagandas do milagre econômico, eram vistas por seu grupo:

> "Severiano – As poucas coisas que estavam funcionando nessa época eram os grêmios estudantis, principalmente nas escolas de ensino médio […] Eu fazia parte do grêmio. Eu não participei da Batalha da Maria Antonia [referência à luta entre os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e os alunos do Mackenzie, em 1968]. Eu e os meus colegas, no dia seguinte, viemos para cá para ver o ambiente como era, porque era bastante longe [o entrevistado morava no ABC paulista]. Era um fato interessante de ter feito isso. Nós percebemos o mundo que estava em nossa volta, o mundo não era aquela beleza do milagre. Aliás, milagre no ambiente que eu vivia não era visto como uma realidade acabada e inquestionável. Nós vivíamos numa cidade operária. Nessa época, os operários estavam numa situação econômica razoável. O pessoal chegava para o cara e falava: 'o que você quer, hora extra?' O pessoal fazia hora extra, tinha carro, casa. A gente não vê esse lado da ditadura, como a economia vai crescendo. Por isso que ela demora tanto também. As pessoas não aceitam naturalmente, mas não vão correr o risco de perder seus empregos […]. A pessoa vem, inclusive, das zonas rurais."

Esta fala de Severiano, junto a outras em que ele reflete sobre o período, o caracteriza como um "entrevistado ideal". Nas palavras de Camargo (apud ALBERTI, 2005, p. 173), esse é:

> Aquele que, por sua percepção aguda de sua própria experiência, ou pela importância das funções que exerceu, pode oferecer mais do que o simples relato de acontecimentos, estendendo-se sobre impressões de época, comportamento de pessoas ou grupos, fun-

> cionamento de instituições e, num sentido mais abstrato, sobre dogmas, conflitos, formas de cooperação e solidariedade grupal, de transação, situações de impacto, etc. Tais relatos transcendem o âmbito da experiência individual, e expressam a cultura de um povo, país ou Nação, chegando, a partir de categorias cada vez mais abrangentes – por que não? – ao denominador comum à espécie humana.

A reflexão de Severiano, nesse sentido, é capaz de articular sua história pessoal, suas memórias, com uma geração e com o panorama vivido nos anos da ditadura civil-militar. Ela faz com que ele extrapole as simples recordações, que se coloque como um sujeito ativo de seu tempo. De maneira geral, todos os entrevistados desta pesquisa podem ser classificados como "ideais", porque a sua trajetória docente, bem como o fato de já a terem encerrado, lhes facilita a realização de balanços, de reflexões sobre suas vidas, junto ao momento vivido.

A preocupação de Severiano no começo da carreira é trazer para a escola, para seus alunos, uma visão menos fechada da sociedade, a possibilidade de refletir sobre o momento:

> "Severiano – Na universidade, naquela época, pelo menos tinha material diferente. A primeira coisa que você nota é isso. Então, as primeiras tentativas minhas são de começar a resgatar material mais interessante para os alunos. Nós tínhamos uma idéia de trabalhar para formar cidadãos. Os cidadãos que entendessem a realidade deles. Então nós tínhamos que começar a apresentar para eles material que fosse diferente daquele de instrução programada, que além do mais era da ditadura e deveria ser destruído."

A pergunta sobre o cotidiano escolar, no período da ditadura, e a interferência na escola, por mim formulada, teve resposta afirmativa:

> "E. – Nos anos 70, tinha algum tipo de repressão na escola, tinha muitas marcas do regime militar?
>
> Severiano – Sim! Nós tínhamos todo um calendário voltado ao culto da Pátria, eu fui orientador de Moral e Cívica. Minha ficha estava limpinha, amigos meus não tinham. Para você ser nomeado você tinha que pegar um papel azul do Dops para fazer ou ser orientador de Moral e Cívica. Era bom, porque você ficava fora da sala de aula, dava para fazer um montão de outras coisas, inclusive para ler. As bibliotecas das escolas se mantiveram intactas […] Aliás, as bibliotecas se mantiveram intactas no país inteiro. Você tinha todo esse material disponível."

O que era uma imposição do regime, os Centros de Moral e Cívica, acabavam por ser um espaço que propiciava ao professor a possibilidade de leituras e atualizações, mesmo de obras que pudessem ser "subversivas", já que essas não foram confiscadas.

É na sequência dessa discussão que o professor fala a frase aqui destacada na epígrafe, ao discutir as atuações de "resistência" ao regime:

> "Severiano – Minha geração era bastante contida. Nós não dávamos a cara à tapa. Nós entendíamos um montão de coisas. Acho que não fomos nem um pouco covardes, mas não fazíamos provocação. Por exemplo: no início a primeira coisa, nós começamos a fazer o jornal mural. Eu comecei a fazer o jornal mural em papel manilha, assim cada grupo fazia uma e a gente enchia o jornal mural na escola toda. E a gente procurava colocar a situação do cotidiano que estava acontecendo, a situação política e tudo mais, né! Nunca fugia da situação, você não fazia provocação também. Você avançava, você ia tentando avançar mais, o contrário de geração que vem antes. Acho que a marca da minha geração é uma certa contenção, mas nós não recuamos em nenhum momento, acho que todo mundo participou de todas as coisas."

O que se vê, aqui, é um cotidiano marcado profundamente pelo regime: a presença das festividades cívicas, do Centro de Moral e Cívica, de um lado; de outro, a tentativa dos professores de burlar essa situação, de denunciar os desmandos da ditadura. O recurso ao jornal mural, aparentemente um simples jornal confeccionado pelos alunos, permitia trazer as notícias, ao menos as que não eram censuradas, para dentro da escola e, como consequência, podiam levar a uma discussão sobre o momento. O professor relata, inclusive, que alguns alunos também se movimentavam com os jornais e buscavam colocar temas polêmicos:

> "Severiano – […] Nós fazíamos centenas de jornais murais. Tinha uns meninos que faziam provocação. Os pais eram de sindi-

> catos dos metalúrgicos, só faziam jornais de manchetes e eles colocavam manchetes que eram provocativas. O que viria em seguida foi um confronto mais direto. Então, mais ou menos por aí que era o convívio com o educador. Agora, ninguém empolgava, não, porque a situação não era branda."

Essa percepção aguda da censura, da contenção, vai aparecer em um momento marcante do cotidiano escolar: a avaliação! O professor Severiano parte do pressuposto que toda avaliação é uma forma de repressão e, como tal, deve ser combatida:

> "E. – Ainda em sala de aula: você tinha um esquema de avaliação, ou seja, como você avaliava os alunos?
>
> Severiano – A avaliação era repressão. (Risos) Eu estou te falando o que passava pela minha cabeça antes. Avaliação é repressão. Portanto, o aluno participou das atividades, ele escolhia a nota.
>
> E. – Ahn… Era libertário…
>
> Severiano – Sim, absolutamente libertário.
>
> E. – Auto-avaliação.
>
> Severiano – Mas eles gostavam de fazer prova, então eles me obrigavam a dar prova periodicamente para eles, os alunos. […] Eu falava: 'Bobagem vocês pedirem prova, vocês têm que falar na aula, vocês estão falando, eu marco aqui, as coisas'. Mas eles queriam fazer prova, então periodicamente eles iam fazer prova.
>
> […] Eu acho que como eu fazia era o que muita gente fazia, nós avaliávamos, apenas não utilizávamos a prova como instrumento fundamental de avaliação. Se você trabalha com a classe como um grupo como um todo, você consegue acompanhar e ver o progresso das pessoas, desde que coloque certas regras."

Essa forma original de avaliação, que não parte das provas, mas que valoriza o grupo e o esforço de cada um, precisa ser entendida como uma forma de contestação ao excesso de normatizações que o sistema escolar impunha, porque era baseado na tradição, normatizações essas mais frequentes no período da ditadura. É por essa relação entre contenção e avanço que se caracteriza a atuação do professor Severiano no período: há uma consciência sempre presente da ditadura, que faz com que ora as resistências sejam mais "abertas", como os jornais murais, ora se expressem de maneira sutil, como na recusa às avaliações.

A trajetória da professora Arlete difere das duas apresentadas anteriormente. Como foi dito, sua atuação como militante de grupos que combatiam abertamente a ditadura causou sua prisão e isso terá, sem dúvida, um peso na sua vivência. A referência à sua prisão, que consta na epígrafe, aparece logo no início da entrevista:

> "Arlete – […] trabalhei com História, mas eu trabalhei também com: Educação Moral e Cívica, OSPB e no ano que eu fui presa eu era presidente do Centro Cívico, por ironia do destino (risos). É muito engraçado isso: presidente do Centro Cívico! E aí trabalhava com essas matérias, né? […] Muito interessante porque, com toda vigilância e a gente burlava, falava horrores. E olha que tinha uma vigilância razoável. De direção, sempre tinha um diretor mais reacionário, mais atento a isso. Outras pessoas não se importavam. Mas a gente burlava, fazia teatro com os alunos e… fazia miséria (risos). E tinha que assinar pra ser professora de Educação Moral e Cívica, tinha uma ordem que vinha direto do DOPS, você era cadastrada e tal. É evidente que depois que eu fui presa e voltei nunca mais eu ministrei essas aulas, né? (risos). Na verdade, foi assim: na escola que eu dava aula quando eu fui presa, eu perdi as aulas. Quando eu fui solta, eu voltei pra reivindicar minhas aulas, daí ele alegou abandono de emprego. Imagina! Olha que… Acho que, quando você não tem nada a perder, né? A coisa tava tão ruim, eu voltei lá no DOI-CODI e eu queria um documento que eu tive detida, não sei… Você acredita que eu consegui? Olha… uma coisa meio inédita! […] Aí, eu voltei pra escola. Quando eu fui no DOI-CODI e ele me deu o documento, eu levei pro diretor, olha…
>
> E. – Que ficou felicíssimo de te ver de volta…
>
> Arlete – Nossa, muito! Daí, era assim: ele que fazia o horário, então dava a 1ª aula e ficava 3 aulas de janela… Daí, eu tava no meio da aula ele abria a porta, eu: "- ah!", ele adentrava no recinto… Terrível!
>
> E. – Onde era essa escola?
>
> Arlete – Na V. Zelina. O André Dreyfus. Foi a primeira escola que eu dei aula depois dessa do Piqueri, quando eu vim aqui, porque eu trabalhei toda minha vida na 6ª Delegacia, aqui na Leste. […] Quando eu me efetivei, eu fiz questão de escolher o Dreyfus, pra mim

> era uma questão de honra. Eu falei: 'agora eu vou voltar lá efetiva'. Já não era mais nem o mesmo diretor, mas não importa, foi lá que eu fui."

O que se percebe é que, antes mesmo de ser presa, Arlete já utilizava estratégias menos convencionais na sala de aula. A prisão lhe dá outra "visibilidade" na escola e a vigilância tende a aumentar. O diretor, no ano seguinte, faz com que a efetiva fique com todas as aulas, o que afasta Arlete. Ainda assim, isso foi tão marcante em sua vida que ela volta para a escola como efetiva, para se reafirmar como professora.

A própria vivência na universidade, tal como acontecera com Severiano, foi muito marcada pela experiência da ditadura:

> "Arlete – A minha experiência na universidade é muito traumática. Foi embaixo do pior período da ditadura militar, né? E a gente tinha medo, não podia estudar, imagina, tinha livro de Marx, o professor pedia pra encapar o livro. Porque tinha os olheiros na universidade, né? Tinha o pipoqueiro que podia ser alguém lá do DOI-CODI, tinha o livreiro… Enfim, era um clima muito pesado, embaixo de prisão, já começa embaixo de mortes, então… E a gente militando no movimento estudantil, que era clandestino. Muito louco, porque era clandestino, mas só meio, é semiclandestino, porque você fazia reuniões, meio que, algumas totalmente clandestinas, mas outras não. E fazia, todas as oportunidades que a gente tinha era pra poder alertar contra a questão da ditadura militar. Então, a recepção aos bichos, que a gente chamava de 'Bichusp', eram atividades onde a gente fazia teatro. E tudo muito rápido, esquetes. Exatamente para não correr riscos, né? A gente ensaiava um esquete rapidamente, apresentava e cada um voltava pra sua faculdade. Aí não era só de História, não. Era um pessoal dos vários Centros Acadêmicos."

Essa efervescência cultural da universidade vai repercutir na docência de Arlete, segundo sua própria reflexão:

> "Arlete – E isso trouxe uma vivência muito grande, né? Acho que trouxe uma experiência […] como isso influenciou na vida, eu estou falando da vida acadêmica e como isso refletiu na sala de aula, já que eu fazia as duas coisas ao mesmo tempo. Você queria trazer toda essa inquietude. Toda essa questão ideológica você trazia pra dentro da sala de aula. E num momento em que a ditadura comia solta, e que tinha o Verdão e a gente questionava. Mas a gente sempre encontrou brechas pra você conseguir passar, e hoje você vê com distanciamento. A gente, que era marxista […], você passava para o aluno, você passava materialismo histórico, modo de produção de arte, esquemático, mas era a forma que naquele momento a gente via. […] E ao mesmo tempo brigando contra o MEC-USAID, os resquícios disso, que vai chegar como Verdão. […] Na verdade, foi um período de resistência. A gente resistia àquilo que a ditadura impunha como educação. E aí junto com 'Brasil Grande', 'Pra Frente Brasil'. Era difícil de você trabalhar com essas duas realidades, mas a gente, acho, conseguiu. E tinha muita gente boa dando aula, muito, porque como tinha um grande número de estudantes dando aula, porque havia essa necessidade […] Tinha um pessoal lá, claro, tinha um pessoal já dando aula há mais tempo, um pessoal mais reacionário, tal, tinha embate, mas não era tão complicado, acho que a gente conseguia. Educação Moral e Cívica a gente fazia miséria. Até fato de jornal a gente trazia pra dentro da sala de aula, pegando lá a experiência que a gente teve na universidade. E às vezes a gente carregava os alunos pra essas experiências na universidade, porque a gente era muito jovem e nossos alunos, principalmente do curso noturno, um pouco mais novos que a gente, só. Então era muito doido, a gente fazia grupo de teatro, ensaiava no porão da casa da gente e eram umas coisas bastante improvisadas, né? O que era permitido fazer. Mas foi um período assim, apesar de difícil, muito rico, muito criativo, acho que… Você tinha que exercitar sua criatividade pra poder burlar essas barreiras todas. Foi uma experiência assim muito interessante."

O que o relato nos permite perceber é a reflexão que a docente faz de sua atuação, mais um balanço de "sua" geração. Toda esta ebulição da sala de aula, as novas experiências, tem um divisor de águas com a prisão. Não que ela tivesse mudado seu jeito de atuar,

mas se tornou mais cautelosa, o medo de voltar à prisão estava sempre presente.

Há aqui um relato em que a ditadura esteve absolutamente constante na atuação da professora. A presença opressora não se dava nos sinais externos, tais como as comemorações e a existência do Centro Cívico, mas estava introjetada na dura experiência da prisão. De qualquer forma, Arlete não é uma pessoa amargurada e já no início da entrevista refere-se à docência como uma carreira extremamente gratificante.

5 Considerações finais

As entrevistas aqui apresentadas permitem perceber diferentes posturas e percepções em relação à ditadura militar no Brasil. Cada professor vivenciou o período a partir de suas experiências pessoais, do seu engajamento e das opções que fez. O que me leva a concordar com Alberti (2005), que afirma que a História Oral nos faz ver "histórias dentro da História": tais falas abrem uma janela na história da educação no regime militar e possibilitam ver a atuação distinta de três docentes, três vidas que mostram diferentes caminhos. Isso, sem dúvida, pode levar à reflexão sobre os dias atuais e, sobretudo, a lembrar que o campo de atuação do professor é sempre um território de múltiplas possibilidades e diferentes caminhos.

Referência

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências*. Brasília, DF, 11 de agosto de 1971.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 34, 1992, p. 9-23.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto História*. São Paulo, 22, junho 2001, p. 9-36.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Educação. Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais Prof. Laerte Ramos de Carvalho. *Guias curriculares propostos para as matérias do núcleo comum do ensino de 1º grau*. São Paulo, 1975.

VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta:* a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: Editora Senac, 2000.

PRÁTICA DOCENTE E RELAÇÕES INTERPESSOAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES

TEACHING PRACTICE AND INTERPERSONAL RELATIONS: LIMITS AND POSSIBILITIES

Viviani Anaya
Doutoranda em Educação: Currículo – PUC/SP
Docente do Ensino Superior da Universidade Nove de Julho – Uninove
São Paulo – SP [Brasil]
vivianianaya@uninove.br
vivianianaya@terra.com.br

Resumo

Este projeto de pesquisa pautou-se na análise da prática docente de professores que ministram aulas na educação infantil e ensino fundamental I, de escolas públicas e particulares e na consideração das relações interpessoais pedagógicas como uma competência presente nessa prática, apresentando-se como componente facilitador no processo de aprendizagem. Assim, esta investigação buscou a articulação entre o campo teórico da formação de professores, relações interpessoais e organização curricular e a prática pedagógica desenvolvida pelos professores no exercício da docência. Neste contexto, ao abordarem-se as questões das relações interpessoais pedagógicas como um dos elementos da mediação entre o campo teórico e a prática docente desenvolvida em sala de aula, buscou-se a valorização da atuação docente, rumo a um aprendizagem significativa. As técnicas metodológicas adotadas nesta investigação são: pesquisa bibliográfica, com a finalidade de conceber um estado da arte ou estado do conhecimento sobre formação docente, prática pedagógica e relações interpessoais; questionário para traçar o perfil dos sujeitos pesquisados – professores que ministram aulas na educação infantil e ensino fundamental I; pesquisa de campo: observação da prática pedagógica dos professores; inter-relação entre o campo teórico e o amostral, para confecção de relatório final, com possíveis ressignificações da prática pedagógica dos professores pesquisados.

Palavras-chave: Constituição curricular. Prática docente. Relações interpessoais.

Abstract

This project of inquiry was ruled in the analysis of the teaching practice of teachers who teach classes at the childlike education and basic teaching I, of public and particular schools and in consideration of the interpersonal pedagogic relations like a present competence in this practice, presenting itself as facilitator component in the process of apprenticeship. So this investigation looked for the articulation between the theoretical field of the teachers' formation, interpersonal relations and organization curricular and the pedagogic practice developed by the teachers in the service of the teaching. In this context, after we boarded the questions of the interpersonal pedagogic relations like one of the elements of the mediation between the theoretical field and teaching practice developed in classroom, there for was looked the increase in value of the teaching acting, bound for a significant apprenticeship. The methodological techniques adopted in this research are: bibliographical inquiry, with the finality to conceive a state of the art or state of the knowledge on teaching formation, pedagogic practice and interpersonal relations; questionnaire to draw the profile of the investigated subjects – teachers who administer classrooms in the childlike education and basic teaching I; field work: observation of the pedagogic practice of the teachers; interrelation between the theoretical camp and field sampling, for production of final report, with possible reinterpretation of the pedagogical practice of the investigated teachers.

Key words: Teaching practice. Interpersonal relations. Constitution curricular.

1 Introdução

Dentre tantas questões a serem propostas para estudo e investigação em um projeto de pesquisa, uma ganhou destaque, quando reportada a qualidade do ensino oferecido pelos sistemas de ensino – público (municipal e estadual) e particular: a prática docente, considerando as relações interpessoais pedagógicas[1] como uma competência presente nessa prática, apresentando-se como um possível componente facilitador do processo de aprendizagem.

Dessa forma, como possibilidade de mediação entre os saberes de cunho técnico e os saberes de cunho humano e pedagógico, a consideração das relações interpessoais pedagógicas poderia se constituir no elo. Assim, diminuindo a distância entre uma formação capaz de priorizar a competência técnica – conhecimento especializado de uma área – e a formação pedagógica, tão importante no desenvolvimento e atuação do profissional da educação.

Assim, nosso objetivo neste projeto, foi contribuir com o debate acerca da prática pedagógica dos professores, defendendo, então, que a formação embasada em conhecimentos técnicos, ou seja, conhecimentos especializados de uma área de atuação, não seriam suficientes para se afirmar que a Graduação oferece condições adequadas de formação docente.

Estudiosos como Giroux (1988), Masetto (2003), Almeida **e** Placco (2002), Freire (1996 e 1987), Tardif (2005) apontam a necessidade de congregar na prática pedagógica do professor saberes que extrapolam o conhecimento dos conteúdos de suas áreas específicas, para incorporar as relações que se desenvolvem em sala de aula como um elemento de facilitação no processo de aprendizagem. Apontam, ainda, que as ressignificações entre o aprendido e o experienciado muito contribuiria para a formação de um docente competente, considerando tanto os saberes advindos dos conteúdos específicos de suas áreas quanto à forma como esses saberes são socializados no cotidiano de sala de aula.

Diante do exposto, devemos considerar que alguns elementos são relevantes no exercício docente em sala de aula. Segundo Freire (1996), os saberes necessários à prática docente envolvem rigorosidade metódica, curiosidade epistemológica, pesquisa constante, reflexão crítica sobre a prática, bom senso, humildade, tolerância, apreensão da realidade, empatia e instrumental técnico. Todos esses elementos têm como princípio a defesa de que não há docência sem discência, portanto, ensinar exige comprometimento, saber escutar, saber dialogar e querer bem aos educandos. Nesse sentido, ressalta-se a relevância do desenvolvimento das relações interpessoais pedagógicas entre professor e aluno como elo facilitador de uma prática docente ressignificada, favorecendo a interligação entre os elementos técnicos pertencentes à constituição e os elementos relacionais, advindos da racionalidade prática.

Assim, ao refletir sobre a temática para este projeto de pesquisa, a prática docente dos professores, bem como as relações interpessoais como elo de mediação entre o conhecimento técnico e o conhecimento pedagógico, rumo a uma prática pedagógica bem sucedida orientaram a reflexão e, consequentemente, definiram os sujeitos pesquisados envolvidos na escolha da temática: professores em exercício da educação infantil e ensino fundamental I, ciclos I e II.

Assim, surgia o problema da pesquisa – a prática docente dos professores que atuam nas modalidades de ensino da educação infantil e ensino fundamental I e a consideração das relações interpessoais nessa prática, como possível elo de mediação entre a racionalidade técnica, entendida como conhecimento especializado de uma área e a racionalidade prática, compreendida como conhecimentos desenvolvidos na prática pedagógica do professor.

2 Objetivos e resultado da pesquisa

Os elos articuladores entre o campo curricular, relações interpessoais e prática docente é a proposta destas considerações. Assim, ao longo destas considerações finais, uma breve síntese consolidada nos dados coletados no grupo em estudo, bem como no questionário com perguntas abertas relacionará aos campos teóricos, possíveis apontamentos de mudança na prática pedagógica do professor enquanto mediador das relações estabelecidas no lócus educativo, rumo a uma aprendizagem significativa.

Assim, o cenário da Educação Básica, a prática docente e as representações sociais acerca da importância das relações interpessoais para uma prática pedagógica bem sucedida se constituíram no feixe de análise deste estudo.

Esta pesquisa de campo teve como objetivo identificar qual (is) a (s) representação (ões) social (ais) dos professores que ministram aulas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I a respeito das relações interpessoais como possível elemento de mediação entre a racionalidade técnica e a racionalidade prática, rumo a uma prática pedagógica bem sucedida. Desta feita, o problema se fez explícito.

Para tanto, foram delineados os cenários da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, o campo curricular e os elementos que o moldam, dando ênfase aos peremptórios sociais, filosóficos, políticos e culturais do conhecimento educacional organizado, buscando

1 Entendida como as relações que se dão entre professor e aluno no processo ensino-aprendizagem.

identificar os conhecimentos, valores e habilidades considerados verdadeiros e legítimos em contextos definidos. Além investigar de que forma essa validade e legitimidade foram estabelecidas e qual sua influência nesses dois cenários.

Esse pressuposto está aportado no princípio de que uma matriz curricular, além de sistematizar, fundamenta decisões epistemológicas acerca de um conjunto organizado de análise, interpretações e compreensões dos fenômenos e práticas docentes.

Concomitante ao campo curricular, as relações interpessoais e a prática pedagógica formaram vetores de análise, considerando que a tríade matriz curricular, relações interpessoais e prática docente são elementos interligados, não havendo como pensá-los de forma isolada, pois toda a prática pedagógica do professor em sala de aula contém, em seu bojo, o aval de uma matriz curricular e a forma como os elementos pertencentes a ela se desenvolvem no contexto educacional.

Dessa maneira, elementos como a análise crítica da sociedade, a formação filosófica, competências desenvolvidas, concepção de currículo e a importância dada às relações interpessoais permearam as discussões para a configuração das relações interpessoais como um possível elo entre a racionalidade técnica e a prática.

Assim, os elementos constitutivos do currículo e sua interface com a prática docente forneceram subsídios para que se identificasse qual representação social os professores que ministram aulas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I possuem sobre as relações interpessoais como uma competência a ser desenvolvida, conduzindo a uma aprendizagem significativa.

A sua normatização e o enfoque técnico de sua formação, considerando o modelo francês-napoleônico, conferem aos cursos de formação o caráter conteudista, de acúmulo de conhecimentos historicamente construídos.

Se for considerada a especificidade dos cursos de formação docente, o seu currículo deveria contemplar saberes necessários a fornecer o embasamento pedagógico para a atuação em sala de aula. Todavia, o grande questionamento que permeia esta discussão se refere à qualidade pedagógica da socialização deste conteúdo ministrado.

Considerando os elementos ocultos[2] do currículo, as relações interpessoais, conduzidas como possível elo de mediação entre a racionalidade técnica e a prática, seria o condão que favoreceria a diminuição da distância entre a teoria e a prática, tornando o professor um mediador no processo de aprendizagem.

Assim, com o objetivo de averiguar a prática pedagógica dos professores dos cursos de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e saber qual a representação social que esses professores possuem acerca das relações interpessoais como possível elemento de mediação entre a teoria e a prática – racionalidade técnica e prática – iniciou-se o processo de coleta de dados, por meio questionários aplicados aos alunos e professores e observação. Ato contínuo, procedeu-se a sua análise, tendo como aporte metodológico de pesquisa, a Teoria das Representações Sociais.

Assim, a constituição do currículo, a concepção de sujeito e sociedade, bem como as disciplinas consideradas importantes para essa formação tiveram o condão de fornecer subsídios teóricos para a análise da prática pedagógica dos professores e, consequentemente, captar a representação social desses profissionais a respeito das relações interpessoais como possível elemento de mediação entre a racionalidade técnica e a prática.

Tendo como suporte de pesquisa a Teoria das Representações Sociais, buscamos questionar a objetividade da realidade social, considerando que toda realidade é representada por indivíduos e pelos grupos, sendo renovada num sistema sócio-cognitivo. Assim, a experiência grupal se incorpora às estruturas cognitivas individuais. Portanto, as representações sociais determinam as práticas sociais e por elas são determinadas. Partindo desse pressuposto, a representação social que o professor possui acerca das relações interpessoais conduz a sua prática docente, criando conceitos e imagens, de forma a se relacionar com outras pessoas. Nesse contexto, a qualidade dessas relações e seu impacto sobre a aprendizagem é o mote da discussão.

Como dito, com a finalidade de captar a representação social dos professores da Pós-Graduação Lato Sensu acerca das relações interpessoais como elemento de mediação, foi utilizado, como aporte metodológico, os questionários com questões abertas. Assim, a partir de categorias previamente selecionadas Categoria de Identificação – As Relações Interpessoais; Categoria Relacional – As Relações Interpessoais na Prática Pedagógica; Categoria de Representação – O Professor: elemento essencial da mediação, foram identificados os conceitos de ancoragem e objetivação, elementos constitutivos da Teoria da Representação Social.

A categoria de identificação foi organizada em dois momentos distintos. O primeiro momento identificou o objeto proposto – Relações Interpessoais –, o segundo atribuiu uma imagem a esse objeto – Relações Interpessoais – que se configurou na própria representação social acerca do objeto proposto.

Assim, a representação social que os professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, representados pelos sujeitos selecionados para compor o grupo em estudo, possuem acerca das Relações Interpessoais como possível elemento de mediação entre a racionalidade técnica e a prática, foi identificada por meio das

2 Elementos não abarcados explicitamente na constituição curricular.

imagens que foram atribuídas aos conceitos abstraídos da análise dos dados coletados nos questionários.

Dessa forma, as representações sociais que emergiram na coleta de dados acerca das relações interpessoais foram as seguintes: estrela; espiral em formato de mandala; uma mãe segurando um bebê; um abraço (um círculo); sol; bolinhas e flechinhas não estáticas; palco social.

Na análise dessas representações, evidenciou-se o caráter sociométrico, demonstrando figuras de inter-relações, respeitando as proximidades e os distanciamentos que as próprias figuras simbolizam.

A segunda categoria de análise teve como objetivo identificar, pelas construções singulares, se os professores selecionados para compor a amostra relacionam as relações interpessoais com sua prática pedagógica.

Essa categoria forneceu subsídios para identificar na prática pedagógica dos sujeitos que compõem a amostra, o elemento relacional como elo de mediação.

A terceira etapa da análise buscou identificar qual a representação social que os professores possuem acerca das relações interpessoais como elemento de mediação, articulando os conhecimentos técnicos com a prática pedagógica e a importância do professor na condução das relações que são estabelecidas em sala de aula.

Neste contexto, o professor foi identificado como o elemento fundamental na condução das relações interpessoais e considerado o mediador desse processo. Foi confirmada a hipótese dessa pesquisa no que tange à importância das relações interpessoais como elemento de mediação entre a racionalidade técnica e a racionalidade prática.

Na análise dos dados, foi identificada uma categoria emergente – valorização da competência técnica – a qual demonstra que, apesar da importância dada pelos professores pesquisados às relações interpessoais, a estrutura dos cursos de formação de educadores ainda privilegia o conhecimento técnico em detrimento do pedagógico.

Para a análise do questionário com perguntas abertas, foram selecionadas as seguintes categorias: currículo prescrito para os cursos de formação; projetos de intervenção e currículo prescrito em relação à prática pedagógica.

A primeira categoria de análise teve como premissa verificar a ênfase dada ao processo de formação, bem como as competências desenvolvidas nessa formação. Assim, após a análise das respostas contidas nas duas perguntas que fazem parte dessa categoria, constatou-se que a competência técnica e a pedagógica, bem como a inter-relação entre teoria e prática permearam as respostas das professoras, sujeitos da pesquisa.

Na segunda categoria de análise, o propósito foi analisar os elementos da prática pedagógica apresentados aos professores ao longo do processo de formação. Constatou-se que as concepções sobre ensinar a aprender englobam alguns elementos, dentre eles, destacam-se: conhecimento prático, prática educativa, conhecimento de si, métodos de ensino, elementos curriculares, conhecimento dos alunos e de matérias, compondo um processo metacognitivo.

Para a terceira categoria de análise, elementos como a inter-relação entre currículo e prática pedagógica, as disciplinas que apontam para a formação de sujeito e sociedade, bem como a preocupação com a escolha das disciplinas que irão compor a grade curricular, foram o mote da análise empreendida.

Assim, após a análise das respostas aos questionamentos que compõe esta categoria, verificou-se que a matriz curricular, para atender aos pressupostos de uma formação global deve conter em seu bojo, a formação filosófica, sociológica e antropológica, elementos essenciais para uma prática pedagógica que tem a preocupação de formar um sujeito crítico, capaz de atuar em uma sociedade estratificada e hierarquicamente organizada.

Nesse contexto da pesquisa, a questão central estava focada na prática pedagógica dos professores que ministram aulas nas modalidades voltadas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Assim, a hipótese que norteou o desenvolvimento da pesquisa encontrava-se subjacente às relações interpessoais como um dos possíveis elementos de mediação entre a racionalidade técnica e a racionalidade prática.

Dessa forma, com a análise dos dados coletados, abstraíram-se as representações sociais dos professores a respeito das relações interpessoais, bem como dos elementos considerados importantes para a constituição curricular.

Sob essa ótica e considerando os limites desta pesquisa, o currículo, como campo de atuação de ações a serem empreendidas no espaço de formação, lócus de aprendizagem, bem como a prática pedagógica dos professores podem se converter em elementos de interação entre o sujeito – professores e alunos – e o objeto – conhecimento a ser adquirido, assim como práticas a serem engendradas.

Considerar o currículo numa perspectiva social e pedagógica crítica, porém humana, capaz de romper com o fetichismo de uma educação dita tradicional, em que o conhecimento técnico se sobrepõe ao conhecimento teórico-prático, seria um elemento capaz de considerar a especificidade da formação para o exercício do magistério na Educação Infantil e Ensino Fundamental I, rumo a uma formação docente que conduza a uma aprendizagem cognitiva, cultural e social, se constituiu no objetivo deste trabalho de pesquisa.

Assim, considerando os limites e possibilidades deste trabalho, espera-se ter contribuído com todos

aqueles que se preocupam com uma formação integral, em que os conhecimentos técnicos e práticos sejam considerados com o mesmo grau de importância e as relações interpessoais pedagógica possam se constituir, de fato, em um dos elementos dessa mediação.

3 Considerações finais

Os conhecimentos técnicos e práticos se inter-relacionam em um modelo de causa-efeito, tanto comportamental quanto cognitiva, valorizando a natureza da aprendizagem e do processo mental que a determina. Vale destacar que toda investigação curricular procura atender aos aspectos motivacionais dos alunos, a organização de modelos e métodos de ensino, a organização dos recursos e materiais didáticos, a estruturação de conteúdos, além dos critérios e parâmetros de avaliação.

Nesse contexto, o desenho curricular oferece uma perspectiva diferente daquilo que se faz em sala de aula. Considera-se então que, a visão do conhecimento resultante dessa perspectiva, gera um posicionamento do docente, enquanto investigador, num processo dialético.

Assim, é fundamental a mediação docente. Segundo Anastasiou e Alves (2005, p. 16) o docente "[…] prepara e dirige as atividades e as ações necessárias e buscadas nas estratégias selecionadas, levando os alunos ao desenvolvimento de processos de mobilização, construção e elaboração da síntese do conhecimento".

Nesta análise, a aprendizagem significativa pressupõe a compreensão e a apreensão do conteúdo pelo aluno e pelos próprios professores em permanente aprendizado. Assim, é essencial o desenvolvimento de um conjunto relacional, possibilitando ao aluno modificar o sistema inicial. Segundo Machado (1994, p. 21):

> Compreender é apreender o significado de um objeto ou de um acontecimento; é vê-lo em suas relações com os outros objetos ou acontecimentos. Os significados constituem, pois, feixes de relações que por sua vez se entretecem, se articulam em teias, em redes, construídas socialmente e individualmente, e em permanente estado de atualização.

Esse processo de apreensão e sua consequente atualização estão diretamente ligados a quatro tipos de conteúdos, segundo Zabala (1998): os factuais, os procedimentais, os atitudinais e a aprendizagem de conceitos. Cada uma dessas aprendizagens exige um rigoroso processo de elaboração curricular; a necessária intencionalidade e o rigor acadêmico, por parte dos docentes e o comprometimento com o processo de aprendizagem, por parte dos alunos. Dessa tríade – currículo, docente e aluno – encontra-se a chave para a interligação entre a racionalidade técnica e a racionalidade prática.

No campo da Teoria das Representações Sociais, a observação das representações sociais é algo natural em múltiplas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras, gestos e veiculadas nas mensagens e imagens midiáticas. Jodelet (2001, p. 21), afirma que "[…] as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social".

Assim, tais representações orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Por ser um fenômeno social, envolve a pertença social dos indivíduos, gerando daí, as implicações afetivas e normativas, com a introjeção de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamentos, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social.

Portanto, um olhar mais analítico para o modelo curricular presente nos cursos de formação, bem como com a prática docente desenvolvida pelos professores, baliza-se na necessidade de interligar uma formação científica a uma pedagógica que conduzisse ao exercício de uma atividade profissional que preparasse para a vida profissional.

Nesse contexto, não se trata apenas de mudanças de paradigmas curriculares, mas principalmente, de mudanças de mentalidade e de formas de ensinar. Todavia, esta mudança deverá ser clarificada pela compreensão do que seja ensino, analisado com competência, inseridas nessa análise, a precisão científica e técnica, assim como o rigor filosófico. Sob está ótica, competência significa teoria e prática para a execução do exercício docente. Teoria, termo abarcado pela racionalidade técnica, ou seja, todos os conhecimentos advindos de uma área específica de atuação. Prática, contida no bojo da racionalidade prática, contemplando as nuances presentes na prática docente e na forma como a teoria é socializada no espaço educacional, "lócus" da aprendizagem.

Assim, a interação entre teoria e prática, desenvolvida no espaço educacional, remete à ideia de um processo de comunicação interpessoal ancorado num sistema social em que são engendradas várias formações, num processo dialético e global.

Referências

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (orgs). *As relações interpessoais na formação de professores*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ANASTASIOU, Lea das Graças C.; ALVES, Leonir P. *Processos de ensinagem na universidade*: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Santa Catarina: Univille, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da Autornomia*: Saberes necessários à práticas educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROUX, Henry. *A escola crítica e a política cultural*. Trad. Dagmar M.L. Zibas. São Paulo: Cortez, 1988.

JODELET, Denise (org). *As representações sociais*. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MACHADO, Nilson José. *Conhecimento como rede:* a metáfora como paradigma e como processo. São Paulo: USP, IEA, n. 9, março, 1994.

MASETTO, Marcos Tarciso. *Capacidade pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente:* elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Trad. João Batista Kreuch. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

ZABALA, Vidiella Antoni. *A prática educativa*: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TRABALHO COLETIVO E DIALOGICIDADE: UMA PROPOSTA PARA A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

COLLECTIVE WORK AND DIALOGICITY: A PROPOSAL FOR PEDAGOGICAL COORDINATION

Solange Padilha Oliveira Guimarães
Mestre em Educação
Faculdade de São Vicente – UNIBR
Santos – SP [Brasil]
solangepadilha7@hotmail.com
informações corretas

Resumo

Apresentamos uma reflexão acerca da práxis educativa, que acontece nas relações do trabalho coletivo, mediado pelo coordenador pedagógico, na perspectiva da dialogicidade. Freire (1977), ao abordar a questão do trabalho coletivo escolar, nos propõe a dialogicidade como a dinâmica do processo do diálogo conscientizador da realidade do sujeito para modificá-la. Observamos o cotidiano de cinco coordenadores pedagógicos, escolhidos dentre as escolas da rede oficial paulista, na cidade de Santos, perguntando: há evidência da dialogicidade no trabalho coletivo, mediado pelo coordenador pedagógico? Buscamos aprofundar o nosso conhecimento na dialogicidade freiriana para a compreensão da sua contribuição no trabalho coletivo que acontece na escola. O estudo apresentou pouca evidência da dialogicidade no trabalho pedagógico coletivo dos coordenadores observados. O propósito deste estudo é de avançar na produção de saberes em torno da proposta freiriana do diálogo.

Palavras-chave: Coordenação pedagógica. Diálogo. Dialogicidade. Trabalho coletivo.

Abstract

We introduce a reflexion about educational praxis, that happens at group work relationship, moderated by a pedagogic coordinator, in a dialogical perspective. Freire (1977), when approach the school group work subject, proposes us a dialogical as a dynamic process of an aware dialogue about the individual reality to modify it. We observed the quotidian of five pedagogic coordinators chosen among the Official school network of São Paulo State, in the city of Santos, asking them: Is there any evidence of dialogical group work, moderated by a pedagogic coordinator? We searched to deep our knowledge in Freire's dialogical to understand the contribution to the group work that happens at school. The study presented little evidence of dialogical in pedagogic group work among the coordinators under observation. The purpose of this study is to move forward in the knowledge production around Freire's proposal about the dialogue.

Key words: Dialogue. Dialogical. Pedagogic coordinate. Work group.

1 Introdução

O coordenador pedagógico é o profissional que exerce a função de desenvolver e articular ações pedagógicas que implementem a qualidade no desempenho do processo ensino-aprendizagem. Observarmos que as ações pedagógicas são ações coletivas, isto é, são frutos do pensar e repensar de educadores para as práticas que desejam realizar em uma escola, com um objetivo determinado. O coordenador é o profissional mediador desse trabalho. Nessa perspectiva, esse profissional atua de acordo com as suas escolhas e os seus saberes sobre o sentido e a responsabilidade social de ser educador, ou seja, sobre a sua compreensão do papel da educação na humanização do homem e da transformação social.

Ao nos fundamentarmos na ideia freiriana da educação libertadora, ou, a educação como prática da liberdade, que visa à conscientização do sujeito para a possibilidade do "ser mais", o trabalho pedagógico coletivo aparece como possibilitador da tomada de posições e posturas políticas do coordenador, que resultam para o grupo em maior entendimento da natureza do trabalho de planejar a educação que se deseja. Ou seja, no trabalho pedagógico coletivo se articulam as ações que se voltam para o planejamento de uma educação para o "ser mais", à medida que o coordenador desse trabalho possua uma consciência crítica para a função humanizadora da educação. Nesse contexto, o papel do mediador – coordenador pedagógico – é essencial.

Este estudo, que na íntegra constitui nossa dissertação de mestrado, aborda o papel do mediador do trabalho pedagógico coletivo, numa postura dialógica, de superação das diferenças individuais, cujas ações se baseiam na possibilidade da intervenção do homem no mundo, permitindo a sua assunção como sujeito da sua história. Temos como objetivo apresentar uma proposta de mediação do trabalho pedagógico coletivo que reflete as ideias freirianas de uma pedagogia libertadora.

2 Contexto da pesquisa

Fazer escola é conduzir vidas para a alienação ou para a conscientização. A escola que se deseja é construída coletivamente. Nesse trabalho coletivo, se articulam as ações que serão determinantes para uma educação problematizadora, possibilitadora do desvelar das consciências ingênuas. Os objetivos estabelecidos pelo grupo se voltam para a construção das consciências críticas, formadoras de sujeitos, atores de sua história. A consciência crítica possibilita aos educadores, que trabalham na articulação do trabalho coletivo da escola, a leitura do mundo real dos educandos.

O conceito de "diálogo", que aparece em toda a proposta freiriana, nos diz que os homens se educam em comunhão. O diálogo conscientizador promove a construção de uma escola democrática, sendo a democracia a própria essência do diálogo. O trabalho coletivo acontece na dinâmica das relações sociais, com seus conflitos e acordos, que são estabelecidas entre todos os componentes do grupo.

Podemos ver em Franco (2005) uma compreensão da função do coordenador na escola. A autora vem nos dizer que

> O trabalho do coordenador pedagógico é uma atividade voltada essencialmente à organização, compreensão e transformação da práxis docente, para fins coletivamente organizados e eticamente justificáveis. (FRANCO, 2005, p. 3).

Tomando por base essa afirmação da autora, podemos perceber que o coordenador pedagógico é o mobilizador do trabalho coletivo nas relações e interações com os docentes, visando a um movimento do agir-refletir as práticas.

A dinâmica da função desse profissional da escola inclui o planejamento do cotidiano escolar e do trabalho em sala de aula, que fazem parte do projeto pedagógico do grupo de docentes, juntamente com o coordenador. Ou seja, a mediação do trabalho pedagógico coletivo pressupõe a possibilidade da práxis que, no seu movimento do agir-refletir as práticas cotidianas, promove a modificação dessas práticas em prol de uma educação libertadora.

A autora continua nos dizendo que

> Seguindo as argumentações feitas, coordenar o pedagógico será instaurar, incentivar, produzir constantemente um processo reflexivo, prudente, sobre todas as ações da escola, com vistas à produção de transformações nas práticas cotidianas. Esse processo reflexivo deverá abranger todo o coletivo da escola, especialmente os professores e toda a equipe de gestão e se repercutir por todo ambiente escolar. (FRANCO, 2005, p. 13).

No trabalho pedagógico coletivo, essa visão da educação como prática humanizadora – ou a educação como prática da liberdade – possibilita a tomada de posições e posturas políticas do coordenador, que resultam para o grupo em maior entendimento da natureza do trabalho de planejar a educação que se deseja. Ou seja, no trabalho pedagógico coletivo se articulam as ações que se voltam para o planejamento de uma educação para o "ser mais", à medida que o coordenador desse

trabalho possua uma consciência crítica para a função humanizadora da educação. Nesse contexto, o papel do mediador é essencial.

Ao se apresentar como orientadora das práticas do professor, para que esse atue de acordo com a proposta pedagógica, construída pelo próprio grupo de trabalho, a ação do coordenador se efetiva pela práxis – ação-reflexão – sobre os "porquês" de uma prática educativa libertadora, a fim de transformar o espaço escolar em momentos de emancipação. Essa perspectiva se opõe à função burocrática e "vigilante" das práticas docentes.

O instrumento necessário para a ação-reflexão é a conscientização, sendo essa a mola propulsora da dialética freiriana. Ou seja, o indivíduo, ao perceber a realidade a sua volta, participa da história, agora como seu sujeito. É o que Freire (1977) chama de libertação, ou seja, o ato de assumir a sua posição de sujeito da história, após o exercício da práxis.

A conscientização, portanto, é o resultado da práxis. Conscientizar-se não é apenas perceber ou enxergar a realidade a sua volta, mas, numa posição curiosa, investigadora, pesquisadora, analisar essa realidade sob todos os seus aspectos constitutivos – filosóficos, dogmáticos, ideológicos – para possibilitar a construção de uma nova realidade que também deve ser alvo de crítica e análise constante, sendo essa dialética a dinâmica de transformação do mundo. (FREIRE, 1980).

A conscientização dos componentes do grupo acerca da força do coletivo traz modificações significativas às ações do próprio grupo em direção ao projeto de escola desejado, o qual deve refletir o projeto de mundo possível de construir, dando direito a todos de discutilo. Então,

> Desta forma, construir um trabalho coletivo coerente, articulado e posicionado na Escola é tarefa desafiante, que exige empenho, persistência, paciência e crença naquilo que se quer. Esta construção é permeada por valores que extrapolam os muros da Escola e envolvem a realidade social como um todo; e o que está em jogo, nesta concepção de trabalho coletivo, é o próprio fortalecimento da sociedade civil em torno de alguns ideais democráticos, pela ótica dos interesses e necessidades das camadas majoritárias da população. (FUSARI, 1980, p. 70).

O compromisso com a democracia, com a defesa dos direitos dos alunos e suas famílias, na busca da superação de seus problemas sociais, norteia o projeto de escola conscientizadora, pois a escola pública representa muito mais do que um lugar de transmissão dos conteúdos disciplinares, é também, um projeto de vida a que os alunos e suas famílias aspiram.

Freire (1977) apresenta a dialogicidade como a dinâmica do diálogo na realização da educação que visa à liberdade de "ser mais", ou seja, o movimento da ação dialógica ou dialogicidade – considerado pelo autor como a matriz da democracia – é fundamental numa prática educativa, para a formação de uma consciência crítica nos indivíduos como agentes de transformações sociais.

O conceito de diálogo para Paulo Freire (1977) vai além de uma ação comunicativa entre as pessoas, é o resultado da ação – reflexão de suas práticas, que são retomadas e modificadas ("práxis"). Quando a "palavra" pronunciada no diálogo é resultado da "práxis", então é palavra verdadeira que resulta da conscientização de uma realidade desse homem. Nesse sentido, não há dominador nem dominado, mas o "compartilhar" da leitura do mundo; não há o que deposita palavras no outro, mas o diálogo dos que pronunciam a "palavra" juntos, e ambos se libertam, sem sobreposição de um sobre o outro.

3 Observando a prática

Com base nos conceitos freirianos de diálogo, dialogicidade e conscientização, foi possível verificar *in loco* a dinâmica no trabalho pedagógico coletivo dos coordenadores observados em algumas escolas estaduais paulistas, na cidade de Santos. Nessa busca, revelaram-se as dimensões complexas do ser humano – ontológicas, antropológicas, éticas, políticas, gnoseológicas – que se destacam nos estudos de Freire para explicar o ser humano em sua relação com o mundo, seus condicionamentos e desafios, a consciência da sua história e a superação da sua desumanização.

Ao realizarmos um estudo exploratório com cinco coordenadores pedagógicos da rede paulista de Educação, na cidade de Santos, durante dois anos letivos, observamos, primeiramente, o coordenador com seus professores, no seu período de trabalho no cotidiano escolar, nos dois turnos (manhã e tarde), mais especificamente, como ele organizava e executava os horários de trabalho pedagógico coletivo, e como priorizava tal atividade diante da imprevisibilidade desse cotidiano.

Em segundo lugar, o coordenador com a direção da escola, nas interferências deste, ao longo do período observado, ou seja, nas relações formais e informais com a direção, professores, alunos, pais, órgãos superiores do sistema. Por último, procuramos observar o coordenador nas respostas às interferências da imprevisibilidade do dia a dia, isto é, no atendimento às emergências.

Ainda, para melhor analisarmos essas questões, aliamos à observação um questionário com perguntas abertas referentes ao trabalho do coordenador no diálogo com os atores da escola. Utilizamos das suas respostas para identificar a dialogicidade, fundamentada na teoria de Freire, a fim de desvelar as suas realidades, seus limites e possibilidades.

No diálogo com os coordenadores, durante os momentos observados do seu cotidiano, as mensagens que refletiram as suas respostas aos desafios desse mesmo cotidiano, se apresentaram carregadas de confrontos com as dificuldades que a função de coordenadores do trabalho pedagógico coletivo lhes impõe, tais como a imprevisibilidade do dia a dia, as políticas públicas orientadas, muitas vezes, por uma visão de mundo diferente das necessidades reais das escolas e, também podemos citar, as diferenças culturais dos atores envolvidos no processo escolar:

> "Não tenho agenda. Eu sou bombeiro. Apago incêndio. Eu faço tudo e a minha parte (pedagógico) vai ficando."
>
> "Já chego irritada na minha sala, porque enquanto estou subindo as escadas já vou recebendo as reclamações e pedidos de solução para esse ou aquele problema."
>
> "Tento administrar o tempo que eu tenho dentro da escola, mas é impossível trabalhar numa coordenação sem enfrentar os momentos imprevisíveis."
>
> "Eu não estou aqui só para acompanhar as metodologias e as práticas pedagógicas, mas também para administrar conflitos, atender aos alunos, contratar professores, a burocracia do cotidiano."

Acima, encontramos os recortes da fala de alguns dos coordenadores de escolas públicas de Santos, SP, entrevistados durante a nossa pesquisa de mestrado, sobre a dialogicidade no trabalho pedagógico coletivo. O que vemos é uma realidade que não é novidade para quem conhece o trabalho cotidiano dos coordenadores pedagógicos. Imprevisibilidade seria a resposta de todos eles para a pergunta: "Como acontece o seu dia na escola?".

O coordenador pedagógico nas relações dialógicas que mantém com os professores, num esforço de fazê-los se reconhecerem capazes de "pensar certo", ou seja, capazes de se afastarem da sua realidade para analisá-la criticamente, promovem um diálogo emancipador. Podemos observar essa possibilidade nas respostas à seguinte pergunta feita aos coordenadores: "O que representa a Coordenação Pedagógica para você?" destacamos as expressões: "ação participativa", "partilhar", "dar segurança", "atender às necessidades dos professores", "criar novos canais de diálogo", "elaborar em conjunto os planos de trabalho".

Nessas respostas acima, como se vê, existe uma disposição dos coordenadores em apresentar um trabalho articulado com os docentes, visando a oferecer condições para que esses desenvolvam, efetivamente, o seu trabalho. O conteúdo das respostas não deixa claro, ainda, o nível de diálogo entre coordenadores e professores, ou seja, se este é emancipador.

Quando perguntado: "Qual a dificuldade que você encontra nesta função?", encontramos alguns coordenadores que apresentaram o professor como o dificultador do trabalho pedagógico: "professores sem comprometimento", "alta rotatividade dos professores", "falta de pontualidade", responderam eles. Há nesse contexto, a partir das respostas, um indicador de que o sistema de organização das escolas, no que se refere ao cotidiano do trabalho docente, também prejudica esse diálogo reflexivo, como podemos ver em outras expressões dos coordenadores, para a mesma questão: "faltas constantes e licenças de saúde", "várias jornadas dos professores", "estão sempre correndo", "falta de recursos" (humanos).

Para Freire (1977), o mundo só pode ser transformado pela dinâmica do diálogo quando os homens pronunciam o mundo juntos. Quando apenas um diz a palavra e não permite que o outro diga, não há transformação. No trabalho coletivo, a superação dos condicionantes exige do coordenador uma visão crítica da sua atuação na escola e no relacionamento com os professores.

Podemos perceber, ainda, a preocupação dos coordenadores com as dificuldades dos professores em cumprir suas funções na escola. O material analisado não permite observar uma ação antidialógica. Mas, as declarações desses coordenadores acima indicam atitude pessimista com relação a esses profissionais.

A mediação do diálogo, para a superação das dificuldades encontradas pelos coordenadores, se efetiva na dinâmica da ação-reflexão, a fim de transformar o espaço escolar em momentos de emancipação. Essa perspectiva se opõe à ação coordenadora como função burocrática e "vigilante" das práticas docentes. Ou seja, no trabalho pedagógico coletivo, numa visão da educação como prática humanizadora – ou a educação como prática da liberdade – a ação mediadora do coordenador dialógico promove a superação das dificuldades dos relacionamentos e das práticas docentes.

Ao responder a pergunta: "Como funcionam as relações interpessoais no grupo?", Nas respostas dos coordenadores, percebemos um clima favorá-

vel para a dinâmica da práxis: "juntos na busca de uma educação de qualidade"; "reuniões constantes de socialização"; "se um professor coloca outra idéia melhor, eu acato"; "a comunicação entre os professores acontece até nos intervalos"; "o diálogo existe e os momentos de crise são raros". As respostas apresentaram indícios de que estão procurando um consenso para o trabalho realizado, mas não fica claro se, nesses momentos, ocorre uma conscientização dos docentes acerca da real necessidade dos alunos e suas famílias, para a transformação dessa realidade.

As análises do material, aqui apresentado, tiveram o objetivo de apresentar uma visão parcial do processo dialógico entre os profissionais que "pensam" e "executam" a escola. Foi possível, neste estudo, perceber que os profissionais observados apresentaram, intuitivamente, algumas ações para um diálogo, que não aquele conceituado por Freire como libertador, mas buscando um consenso das ideias. Longe de ser um diálogo superador das diferenças das ideias, de um diálogo conscientizador e crítico das práticas, nós presenciamos um diálogo ainda ingênuo que, mesmo não promovendo a práxis, efetiva as práticas pedagógicas do trabalho coletivo.

4 A proposta da dialogicidade no trabalho pedagógico coletivo

O cotidiano escolar é terreno fértil de convivência, cujas identidades culturais constroem uma realidade histórico-social. O diálogo entre os atores da escola não significa ausência de conflitos, pois são esses que fazem parte do movimento em direção ao "ser mais"; antes, porém, significa o respeito à autonomia de pensamento do outro, de suas posturas políticas, de seus conhecimentos individuais. Significa reconhecer que não posso entender o mundo sem o olhar do outro para compor o meu. As respostas que damos aos desafios cotidianos são responsáveis pela ação transformadora ou adaptadora.

O diálogo como práxis representa o início da construção de uma escola democrática, sendo a democracia – convivência da diversidade de visões de mundo – a própria essência do diálogo. O trabalho coletivo acontece na dinâmica das relações sociais, com seus conflitos e acordos, que são estabelecidas entre todos os componentes do grupo, na superação dos problemas comuns. A superação dessas dificuldades do grupo se faz na força do coletivo que, no diálogo das suas diferenças, contribuem para a luta pela modificação da situação problema.

Freire (2003) nos fala que

> Nas minhas relações com os outros, que não fizeram necessariamente as mesmas opções que eu fiz, no nível da política, da ética, da estética, da pedagogia, nem posso partir do que eu devo "conquistá-los", não importa a que custo, nem tampouco temo que pretendam "conquistar-me". É no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo que me encontro com eles ou com elas. É *na minha disponibilidade* à realidade que construo a minha segurança, indispensável à própria disponibilidade. (FREIRE, 2003, p. 135, grifos do autor).

Para Freire, conhecer é estabelecer relações, construir vínculos. O cotidiano escolar é prenhe de vínculos e relações. A dialogicidade acontece no ambiente democrático da escola, cujas diferenças culturais se apresentam numa relação de complemento e não de afastamento. Nesse contexto, os atores da escola estão se empenhando no diálogo para a transformação dos condicionantes sociais e políticos comuns. Restabelecendo a possibilidade da mudança, o processo dialógico cresce na direção da educação libertadora, aquela que apresenta ao indivíduo a sua condição de ser inconcluso e, portanto, sujeito da sua história.

Os alunos e suas famílias aspiram à melhoria de vida e depositam na escola essa esperança de ascender a uma melhor situação na escala de uma sociedade dividida em classes sociais. A escola pública representa muito mais do que um lugar de transmissão dos conteúdos disciplinares, é também um projeto de vida a que os alunos e suas famílias aspiram. A avaliação crítica da sua atuação na escola e no relacionamento com professores, alunos e comunidade se incorpora na prática cotidiana do coordenador pedagógico que trabalha para a conscientização dos alunos, docentes e famílias.

Na medida em que o educador se torna sujeito da sua prática, pelo processo da práxis – ação-reflexão – descarta-se a possibilidade de ações mecânicas, não pensadas, dirigidas por uma possível ideologia oculta. Apreende-se o movimento da educação libertadora, intermediando esse processo com os outros educadores. Freire (2003) nos diz que educar é modificar o resultado do processo de construção da própria existência. É inserir-se como sujeito da sua história, é gerar um pensamento crítico.

Para Franco

> Essa tarefa de coordenar o pedagógico não é uma tarefa fácil. É muito complexa porque envolve clareza de posicionamentos

> políticos, pedagógicos, pessoais e administrativos. Como toda ação pedagógica esta é uma ação política, ética e comprometida e que somente pode frutificar em um ambiente coletivamente engajado com os pressupostos pedagógicos assumidos. Em suma, um coordenador pedagógico sozinho, por mais competente que seja não conseguirá imprimir as marcas de uma dinâmica pedagógica, se a instituição e seus contornos administrativos/políticos, não estiverem totalmente comprometidos, envolvidos e conscientes dos princípios pedagógicos que o grupo elegeu para conduzi-los. (FRANCO, 2005, p. 13).

Essa afirmação da autora nos coloca frente a frente com toda a complexidade que o significado de coordenar o trabalho coletivo pedagógico impõe. O projeto de escola que se deseja, terreno fértil para as consciências críticas, aparece nos objetivos e métodos estabelecidos na proposta pedagógica, construída pelos atores da escola. A mediação do coordenador se faz pelo diálogo motivador da práxis. A visão de mundo do coordenador, construída pelas suas respostas a cada desafio dos condicionantes sociais, desenvolve a sua identidade profissional e fundamenta suas práticas.

No trabalho coletivo pedagógico, esse profissional é o articulador das várias identidades culturais que integram e interagem nesse coletivo, no esforço do comprometimento de todos para a superação das dificuldades comuns.

A promoção de uma educação como prática da liberdade, problematizadora da realidade concreta dos alunos, e construtora da consciência crítico-transformadora, acontece a partir da opção política do coordenador pedagógico, mediador do trabalho coletivo, ou seja, a partir da resposta ao exercício da sua práxis.

5 Considerações finais

A Pedagogia do diálogo, a qual Freire apresenta como forma de exercermos plenamente a nossa liberdade de sujeitos da história, passa pela afirmação da liberdade do outro, sendo esse movimento coletivo e dialógico, impossível de ser praticado na individualidade. Ou seja, o resgate da humanização – condição do sujeito que retoma o direito de pensar por si só e refazer a sua história, por meio da ação-reflexão – é o processo educativo libertador que o autor estabelece na sua pedagogia do diálogo ou Pedagogia Libertadora.

No trabalho pedagógico coletivo mediado pelo professor coordenador, a dinâmica da práxis – ação-reflexão – como movimento da dialogicidade, possibilita a convivência democrática das diferentes visões de mundo e a superação das situações de dificuldades, comuns a todos. A legitimidade do trabalho do coordenador como mediador do trabalho pedagógico coletivo está no diálogo com o grupo, que se apresenta como recusa do autoritarismo, da manipulação, da invasão cultural, da educação como transmissão de conhecimentos.

Incluir a todos na sua diversidade é fundamental para o trabalho pedagógico coletivo superar as formas de sectarismo, que é sempre alienante e castradora, pois nega a visão de mundo do outro, impossibilitando o diálogo e as mudanças necessárias da realidade.

Vimos nos coordenadores observados, nas suas práticas dialógicas, que as suas mediações, junto ao grupo de docentes, nem sempre possibilitam o exercício da práxis da libertação, que é o momento que implica a dialética entre ação-reflexão e/ou realidade-sujeito-realidade. A superação da consciência ingênua implica a compreensão dessa dialogicidade que é um movimento permanente do diálogo libertador.

A consciência ingênua pode se apresentar nos momentos das intermediações desses coordenadores, no trabalho pedagógico coletivo, quando focam o seu trabalho nas práticas pedagógicas e no produto delas, deixando de aprofundar-se numa reflexão que desenvolva a formação da consciência crítica, possibilitadora de intervenção na realidade dos alunos.

Atribuimos este fato acima a uma visão ingênua do coordenador acerca da dialogicidade, ou seja, do diálogo que coloca ambos como sujeitos da realidade, no universo das diferentes visões de mundo. Freire nos diz que os seres humanos são seres da práxis, que transformam e se transformam pelo diálogo com o mundo. O diálogo não é um instrumento de entendimento, não é generosidade nem consenso, mas é uma exigência da própria natureza humana que busca o "ser mais".

Em alguns momentos da nossa observação, analisamos a nossa própria atuação na coordenação do trabalho coletivo pedagógico. Vimos o nosso desconhecimento acerca das atitudes, das palavras, enfim, da dinâmica necessária para estabelecer um diálogo promotor da práxis, isto é, um diálogo que retoma a prática criticamente e, avaliando suas possibilidades confrontadas com as reais necessidades dos professores e dos alunos, refaz essa prática, que se torna objeto de nova avaliação.

Acreditamos que, com isso, nossas reflexões permitem contribuir para destacar o valor desses conceitos freirianos, para os interessados em utilizá-los em sua prática mediadora, bem como em estudos teóricos. Sejam esses educadores integrados ao sistema de ensino, ou a espaços não formais da educação, tal como a educação popular.

Seria, talvez, o momento de pensar na formação do coordenador pedagógico que, nos momentos da formação continuada, haja vista que isso, muitas vezes, não acontece na inicial, pudesse obter o conhecimento da proposta freiriana da dialogicidade. Percebemos que os coordenadores que participaram desta pesquisa já apresentam uma abertura para o diálogo. Mesmo não sendo caracterizado como um diálogo para a libertação, ou seja, para a conscientização da realidade à sua volta e sua possível modificação, existe uma sensibilidade para tal. O que falta é o conhecimento da proposta de Freire para uma mediação dialógica, no sentido libertador, que só se efetiva no agir-refletir da e sobre a prática. E para isso, é preciso uma formação que apresente Paulo Freire e a sua Pedagogia do diálogo para os professores coordenadores.

Referências

FRANCO, Maria Amélia. *A práxis pedagógica como instrumento de transformação da prática docente.* 28ª Reunião da ANPED. GT-04 Caxambu/MG, out., 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Conscientização, teoria e prática da libertação*: uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

_____. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FUSARI, José Cherchi. *A construção da proposta educacional e do trabalho coletivo na unidade escolar*. FDE/SEESP, 1980.

A IMPORTÂNCIA DA ASSESSORIA DE IMPRENSA ESPECIALIZADA NA DIFUSÃO DAS ÁREAS CULTURAIS: UM ESTUDO NAS ORQUESTRAS

THE SPECIALIZED PRESS ASSIST MATTERS ON CULTURAL AREA DIFFUSION: AN ORCHESTRA STUDY

Faiga Toffolo
bacharel em música com habilitação em oboé – Uni-Rio,
Pós-graduada em Comunicação Empresarial e Institucional – Uninove,
Mestranda em Comunicação e Cultura na Universidade de Sorocaba.
faigatoffolo@hotmail.com

Resumo

Por meio de uma análise midiática, com entrevistas, análises quantitativas e de conteúdo, esse artigo tem como finalidade expressar a importância da assessoria de imprensa dentro de uma organização cultural. Usando, para isso, como exemplo, as duas orquestras consideradas como as mais importantes de São Paulo: a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP) e a Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo (OSM), uma dotada de assessoria de imprensa exclusiva e a outra apenas com um apoio de uma assessoria do governo.

Palavras-chave: Assessoria de imprensa especializada. Jornalismo cultural. OSESP. OSM.

Abstract

Through a media analysis with interviews and content quantity analysis, this article has as purpose express the specialized press assist inside a cultural organization, using as an example two of the most important São Paulo orchestras: The São Paulo State Symphonic Orchestra, OSESP and The São Paulo Municipal Theater Symphonic Orchestra, OSM. One with an exclusive press assist and another with a government assist support.

Key words: Cultural journalism. OSESP. OSM. Specialized press assist.

1 Proêmio

A cultura vem realizando uma transformação radical na economia do mundo e hoje já é pauta de grandes discussões internacionais.

Cada vez mais ocorrem ações e investimentos voltadas, de maneira positiva, ao aumento da participação relativa da cultura nos PIBs nacional e mundial, que resultam na geração de emprego e renda. Hoje a cultura representa aproximadamente 7% do PIB mundial, com crescimento de 6,3% ao ano, segundo o Banco Mundial. No Brasil, a área cultural representa 7,9% da receita líquida do país, movendo quase R$156 bilhões em 2006[1], sendo o quarto item em consumo nas famílias, superando até os gastos com educação.

O Brasil é o 10º maior mercado consumidor do mundo na área musical, tendo girado US$265 milhões em 2005. Em São Paulo, as duas maiores instituições de música erudita, a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo e o Teatro Municipal, moveram juntas mais de R$ 100 milhões nesse ano de 2009[2].

Nesse trabalho, procura-se avaliar e comparar os resultados obtidos para entender a relevância da comunicação no contexto da importância da assessoria de imprensa, na promoção e informação sobre a música erudita nesse país.

Avaliaram-se os dados coletados, com propósito de apresentar números e depoimentos relacionados ao tema. O trabalho é justificado pelo fato de existirem poucos estudos relacionados à importância da assessoria de imprensa na propagação da música erudita, com isso espera-se poder contribuir com quem realiza cultura, com as mídias e com quem intermedia as ações entre elas.

2 O primeiro desígnio

Para dar início ao trabalho, a primeira ideia é analisar o porquê da música erudita não conseguir espaço nos veículos impressos de grande circulação em São Paulo. A música erudita, mais conhecida como "música clássica" , gera centenas de empregos, move um montante significativo, com patrocínios de governos, e trabalha exclusivamente, com raríssimas exceções, voltada para o público em geral.

Escolhemos então, como objeto de estudo, uma das orquestras de maior importância nacional: a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, (OSESP). E para a análise, quatro grandes veículos de comunicação, duas revistas de circulação semanal: "Veja" e "Carta Capital" e dois jornais de circulação diária: "O Estado de São Paulo" e "Folha de São Paulo".

Foi realizada portanto uma análise de mídia, nos veículos publicados no período de seis meses – de 1 de janeiro até dia 30 de junho de 2009 – encontrando-se assim, diferentes situações, com probabilidade de encontrar matérias sobre o objeto de estudo[3].

A revista "Veja" é, hoje, a revista de maior circulação nacional. Com tiragem de mais de um milhão de exemplares, tem mais de 80% do mercado editorial do gênero. A revista aborda temas do cotidiano da sociedade brasileira, incluindo o cenário cultural. Em contraste, a revista "Carta Capital", com uma tiragem média, de cinquenta mil exemplares, procura levar ao leitor, uma visão diferente das apresentadas pelos demais veículos de comunicação impressa, focando o seu trabalho em textos mais aprofundados e minuciosamente elaborados[4].

A "Folha de São Paulo" é o maior jornal de circulação brasileira atualmente, com tiragem de quase trezentos mil exemplares diários. Possui um caderno dedicado a entretenimento e cultura, chamado "Ilustrada". Já "O Estado de São Paulo", conhecido por Estadão, é o quarto em circulação nacional e o primeiro na grande São Paulo, também tem um caderno exclusivo para cultura, o "Caderno 2".

Para obter o material pesquisado, encontramos diversas dificuldades. Todos os quatro veículos, em seus sites na internet, possuem um campo de busca. Mas não se pode ler a matéria na íntegra por esses canais. Como solução, cada veículo tem a sua recomendação. A revista Veja diz que o cliente pode comprar as revistas anteriores, encomendando-as a um jornaleiro. A "Folha de São Paulo" contém banco de dados para pesquisa presencial, mediante pagamento. Já "O Estado de São Paulo", não contém acesso à pesquisa de seu acervo, e indica pesquisa no Arquivo Público de São Paulo.

O material disponível no Arquivo ainda não está digitalizado. A pesquisa é feita manualmente, e para se obter o material, são oferecidas duas formas: a primeira é a digitalização feita por eles, com prazo mínimo de 30 dias úteis para entrega, com custo. E a segunda, o pesquisador pode fotografar o material.

Ademais, não é sempre que o material está disponível para consulta. Para essa pesquisa, tivemos que esperar dois meses para ter acesso a um determinado período. E nos seis meses pesquisados, não há no acervo, nove edições do jornal Estadão, que datam de: 24 de janeiro, 25 de janeiro, 26 de janeiro, 30 de janeiro, 01 de fevereiro, 2 de fevereiro, 3 de fevereiro, 16 de março e 25 de maio de 2009.

1 Os dados numéricos foram extraídos do *site* do Ministério da Cultura. (www.cultura.gov.br).

2 Os dados foram retirados do *site* da OSESP (www.osesp. art.br) e da Prefeitura de São Paulo (www.prefeitura.sp. gov.br).

3 Ver Análise de Mídia, p. 6

4 Dados extraídos do *site* da revista.

2.1 Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo

Desde o primeiro concerto em 1954, a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, OSESP, trilhou uma história de conquistas, que culminou em uma instituição hoje reconhecida nacional e internacionalmente, pela qualidade e excelência. A OSESP é atualmente parte indissociável da cultura paulista, agente de transformações e criadora de um novo paradigma na música de concerto e na gestão cultural em nosso País.

Nos primeiros anos, a OSESP foi dirigida pelo maestro Souza Lima e pelo italiano Bruno Roccella, mais tarde sucedido por Eleazar de Carvalho, que permaneceu à frente da Orquestra por vinte e quatro anos e desenvolveu intensa atividade, com temporadas regulares no Teatro Cultura Artística, transmissões pela TV Cultura, turnês nacionais e a realização dos concursos Jovens Solistas da OSESP e dos Concertos para a Juventude. Nos últimos anos, sob seu comando, o grupo passou por um período de privações, porém, antes de seu falecimento, Eleazar deixou um projeto de reformulação da OSESP. Com o apoio do Secretário de Cultura e o empenho do Governador Mario Covas, foi realizada a escolha do maestro que conduziria essa nova fase na história da Orquestra.

Em 1997 o maestro John Neschling assumiu a direção artística da OSESP e o maestro Roberto Minczuk passou a ser o diretor artístico adjunto. Em pouco tempo, a OSESP abriu testes para os músicos, no Brasil e no exterior, elevou os salários e melhorou as condições de trabalho.

A Sala São Paulo foi inaugurada em 1999 e nos anos seguintes, foram criados os coros: Sinfônico, de Câmara, Juvenil e Infantil; o Centro de Documentação Musical Maestro Eleazar de Carvalho; o Serviço de Assinaturas; o Serviço de Voluntários; os Programas Educacionais; a editora de partituras Criadores do Brasil; e a Academia da OSESP. As temporadas se destacam pela diversificação de repertório e uma parceria com o selo sueco BIS[5] garante a difusão internacional da música brasileira de concerto.

A criação da Fundação OSESP, em 2005, representou um marco na história da Orquestra. Com o presidente Fernando Henrique Cardoso à frente do Conselho de Administração, a Fundação pôs em prática novos padrões de gestão, que passaram a ser referência no meio cultural brasileiro.

Após as turnês pela América Latina, Estados Unidos, Europa e Brasil, o grupo realizou a OSESP itinerante pelo interior do estado de São Paulo, com concertos, oficinas e cursos de apreciação musical que atingiram mais de 70 mil pessoas.

Em 31 de dezembro de 2008, foi realizado um concerto de ano novo para a emissora franco-alemã ARTE, regido pelo maestro Neschling e transmitido ao vivo para a França, Alemanha, Bélgica, Suíça, Espanha, Áustria, Polônia, Finlândia, Portugal, Dinamarca, Hungria, Suécia, Itália, Holanda e Brasil.

Recentemente, foi indicada pela revista inglesa Gramophone como "[…] uma das três orquestras emergentes no mundo nas quais se deve prestar atenção […]", a OSESP deu continuidade ao projeto de ampliação constante da cultura musical brasileira e inicia a Temporada 2009, tendo como regente principal o maestro francês Yan Pascal Tortelier.

Na programação da orquestra para 2009 constam duas turnês, a primeira, realizada em julho deste ano, a OSESP itinerante; e a segunda, programada para o mês de outubro, pelos Estados Unidos.

A OSESP tem 135 concertos programados na Sala São Paulo para 2009, incluindo todo o seu corpo artístico, com os ingressos variando entre R$30,00 a R$104,00[6].

2.2 Análise de mídia

A análise de mídia foi realizada com o objeto de quantificar e analisar as notícias divulgadas sobre um determinado tema, produto, instituição, etc… A análise[7], a princípio, foi feita por veículo de publicação.

No caso da OSESP, foram encontradas 125 notícias com seu nome, divididas da seguinte forma:

Carta Capital – nenhuma notícia;

Veja – uma notícia[8];

Estadão – quarenta e sete notícias;

Folha – setenta e sete notícias.

Nesse momento, começamos a traçar os primeiros pontos para a nossa análise na qual, é possível perceber que as revistas impressas divulgam menos, ou nada de notícias sobre "música clássica" no Brasil.

Nessa fase do estudo, foi realizada uma segunda organização do material, quando tornou-se indispensável olhar para o conjunto de documentos, de forma analítica, buscando averiguar como poderia proceder para torná-lo inteligível, de acordo com o nosso objetivo que até aqui era centrado em haver ou não espaço no jornalismo cultural para a divulgação da música erudita.

A partir desse ponto começamos a fazer uma análise dos dados recolhidos nos dois jornais: Folha e Estadão, excluindo os dados das revistas, por sua irrelevância, considerando a quantidade ínfima de material encontrado. Primeiro, separamos em três grupos: no primeiro, as notícias em que o nome da orquestra aparece

5 O selo Bis é um dos mais importantes selos de música erudita atualmente. Sua especialidade é a reprodução do som natural de uma sala de concertos, o mais fielmente possível.

6 Dados extraídos do site www.osesp. art.br

7 Lista das notícias, tabelas 1 e 2. Constam as datas e os títulos.

8 "Polêmica: John Neschling foi demitido da OSESP". Edição 2097, publicada em 28 de janeiro de 2009.

como referência a outro assunto; no segundo, quando a notícia é, de fato, sobre a orquestra, mas uma simples nota, ou uma carta de um leitor, ou ainda está contido em uma coluna, mas sem grande importância para a promoção dos eventos realizados pela instituição; e o terceiro, no qual temos matérias sobre a Orquestra.

Então temos:

Grupo 1 – vinte e sete notícias
Grupo 2 – cinquenta e cinco notícias
Grupo 3 – quarenta e duas notícias.

2.3 Análise de conteúdo

A partir do momento em que se obteve as três categorias de análise, optamos por trabalhar apenas no grupo três, matérias que são relevantes da Orquestra. Aqui começamos a preparar o estudo para realizarmos uma análise de conteúdo.

Sobre a análise de conteúdo, Fonseca In: Duarte e Barros (2009, p. 280) diz que sem fazer referência a ela, não se pode compreender a formação comunicacional. Bardin (1977) conceitua essa análise por um processo de sistematização, objetivo de descrição de conteúdo da mensagem.

De acordo com Nossa (2002, p. 172), a análise de conteúdo é uma das várias técnicas que pode ser utilizada na análise de textos. Nessa pesquisa, optou-se por uma estrutura de análise de conteúdo proposta por Nossa (2002, p. 176), que consiste em criar categorias e subcategorias. É por meio das categorias que o conteúdo da mensagem será classificado e quantificado (FREITAS e JANISSEK, apud NOSSA, 2002, p. 176). Essas categorias e subcategorias originam-se do documento de objeto de análise ou do conhecimento da área pesquisada. Ficando portanto:

JANEIRO
Política Cultural – 10 matérias
Divulgação – 2 matérias
Crítica Musical – não houve

FEVEREIRO
Política Cultural – 5 matérias
Divulgação – 3 matérias
Crítica Musical – não houve

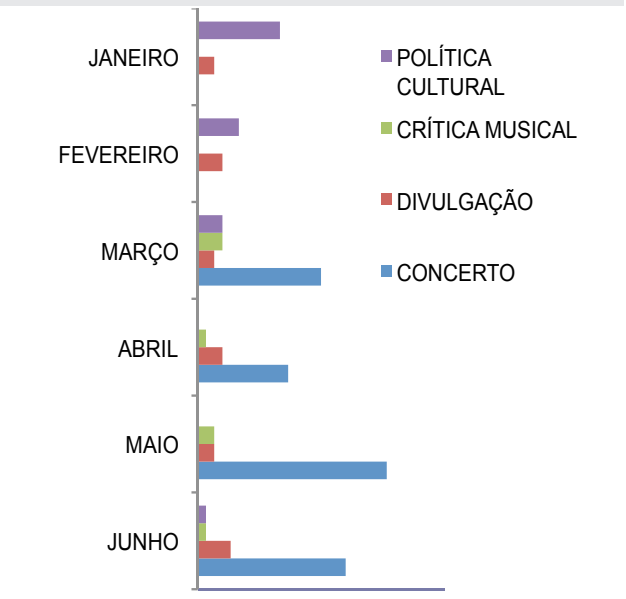
MARÇO
Política Cultural – 3 matérias
Divulgação – 2 matérias
Crítica Musical – 3 matérias

ABRIL
Política Cultural – não houve
Divulgação – 3 matérias
Crítica Musical – 1 matérias

MAIO
Política Cultural – não houve
Divulgação – 2 matérias
Crítica Musical – 2 matérias

JUNHO
Política Cultural – 1 matéria
Divulgação – 4 matérias
Crítica Musical – 1 matéria

Comparando com a quantidade de concertos por mês (sessenta e sete[9] ao todo), graficamente, fica representado da seguinte forma:



Fonte: Os autores.

Nesta fase, comparando com os acontecimentos musicais e políticos, consideramos:

- Em janeiro, apesar de ser o mês de férias da orquestra, foi o mês com maior quantidade de matérias. A demissão do maestro fez com que esse fato ocorresse. Carvalho (2009) compara uma orquestra a um time de futebol, quando se

9 Quantidade exposta conforme "Temporada OSESP". Contando concertos sinfônicos, música de câmara, Quarteto OSESP, coro OSESP e recitais. (www.osesp. art.br)

troca o técnico, o assunto será essa troca, quando o time está estabilizado, se

- faz críticas ao jogo. Justificando-se assim, a quantidade de matérias sobre o caso[10]. O caso rendeu uma chamada na primeira página da Folha.
- Em fevereiro, com a Orquestra ainda de férias, a demissão continuou dando pauta, no primeiro dia do mês, saiu mais uma chamada na primeira página da Folha. A Revista da Folha dedicou 10 páginas ao assunto. Mas depois, prevalece a apresentação do novo maestro e divulgação da temporada.
- Em março teve início à temporada, e a estréia do maestro Tortelier[11]. A partir de então, a divulgação começou a ser determinada para uma apresentação em específico. A Orquestra recebeu sua primeira crítica musical do ano. O Estadão divulgou um ensaio da orquestra, com chamada na primeira página com foto, mais uma chamada de meia página na capa do Caderno 2, para reportagem de página inteira[12].
- Em abril, a OSESP, primeira vez no ano, recebeu atenção só na parte musical.
- Maio, ainda sem matérias sobre política cultural, contou com um mesmo regente convidado que trabalhou com a Orquestra durante o mês. As duas matérias que recebeu da Folha são de divulgação e as duas do Estadão são críticas musicais.
- No mês de junho, o maestro titular Tortelier voltou a reger a orquestra, ganhando mais uma crítica, e trazendo de volta a dúvida de quem assumiria a orquestra futuramente, ganhando, mais uma vez, uma matéria sobre política cultural do Estadão.
- Em todas as matérias constam fotos vinculadas a elas. E nos seis meses, em nenhuma matéria houve alguma crítica negativa à OSESP[13].

Nesse momento, sentindo necessidade de mais dados para este estudo. Fonseca In: Duarte e Barros (2009, p. 285) afirma a importância de mais de um método na utilização dessa prática, e cita a entrevista como técnica acessória.

Duarte e Barros (2009, p. 62 – 64) dizem da importância da entrevista, quando precisa-se de um suporte para a conclusão dos resultados, lembrando que ela não visa a quantificação, e sim a intensidade nas respostas. Continua dizendo que, com ela, é possível "[…] explicar a produção em um veículo, conhecer as condições para uma assessoria de imprensa ser considerada eficiente […]", e cita outros acontecimentos como exemplo.

Escolhemos uma entrevista semiaberta, na qual se estabeleceu um roteiro de perguntas, deixando-o em aberto para algum acréscimo, caso viéssemos precisar. Busca-se deixar o entrevistado à vontade para falar a respeito de cada assunto, valorizando assim, seu conhecimento.

Como entrevistado, optamos por um informante-chave, pois está profunda e diretamente ligado ao aspecto central. Elegemos portanto, um jornalista cultural, que trabalha com a música erudita, para complementar nossa análise, o S. Irineu Perpétuo[14].

Perpétuo é um dos mais importantes críticos musicais, colaborando expressivamente com o jornal "Folha de São Paulo" e revistas especializadas como Concerto e Bravo, entre outras.

Com esses dados, parte-se para a conclusão.

2.4 Desfecho

O objetivo dessa análise, até aqui, é identificar o porquê da música erudita não conseguir espaço na mídia brasileira, usando como objeto de estudo a OSESP.

Na pesquisa, num primeiro momento, descobrimos que em seis meses, o nome da instituição apareceu 125 vezes, nos veículos estudados. Após uma categorização em uma análise mais profunda, vimos que a OSESP conquistou 42 matérias.

Em entrevista, Perpétuo (2009) nos diz que o espaço de cada área num caderno cultural não é fixo e fica na dependência da programação do mês. Depende do jornalista especializado conhecer a programação, e a importância desta, tanto da sua área, quanto das demais.

Perpétuo conta que, quando escreve, nas vezes em que precisa de alguma informação extra, procura diretamente a assessoria de imprensa.

E quando fala especificamente do objeto de estudo desse caso, Perpétuo afirma: "A OSESP tem um excelente espaço (nos cadernos culturais)".

Com esses dados, e como é comum na evolução da construção no jornalismo investigativo, alteramos o rumo dessa pesquisa.

3 O segundo desígnio

Com uma nova concepção da situação, resolvemos, nesse ponto do estudo, ampliar nossa análise e buscar um novo sujeito, aprofundando-nos em uma análise comparativa, para que se possa compreender o processo

10 Ver um exemplo em Anexo 1

11 Ver matéria da Folha em Anexo 2

12 Ver Anexo 3, 4 e 5.

13 As matérias do dia 24 e 30 de janeiro e 16 de março do Estadão contam na análise quantitativa, mas não na qualitativa, pois seus exemplares não estão disponibilizados no Arquivo Público do Estado de SP.

14 Entrevista concedida a em 11 Faiga Toffolo de setembro de 2009

de mídia como um todo. Em hipótese nenhuma tem-se a pretensão de compará-los, em nível técnico ou artístico, com o Teatro Municipal de São Paulo, que contém um diversificado corpo artístico, entre eles uma grande e importante orquestra.

Os procedimentos para a análise, adotados para o segundo sujeito, foram os mesmos utilizados para a OSESP, pois assim, poderíamos fazer uma análise comparativa, entre os dois objetos.

3.1 Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal de São Paulo

O Teatro Municipal de São Paulo nasceu embalando os sonhos de uma cidade que crescia com a indústria e o café e que nada queria dever aos grandes centros culturais do mundo naquele início de século.

São Paulo se fortalecia com o fim do ciclo da borracha e com a ascensão de seus barões, e com um incêndio, em 1898, perdeu o Teatro São José (Praça João Mendes), palco das suas principais manifestações artísticas.

Diante dessa perda, tornava-se imperativo construir um espaço à altura das grandes companhias estrangeiras. O arquiteto Ramos de Azevedo e os italianos Cláudio Rossi e Domiziano Rossi iniciaram a construção em 1903 e, após oito anos de trabalho, o Teatro Municipal foi batizado pela ópera Hamlet, de Ambroise Thomas, diante de uma multidão de 20 mil pessoas, que se acotovelava às suas portas. São Paulo se integrava, então, ao roteiro internacional dos grandes espetáculos.

A construção do Teatro Municipal foi considerada arrojada para a época. Recebeu influência da Ópera de Paris e sua arquitetura exterior tem traços renascentistas barrocos do século XVII. Em seu interior, muitas obras de arte. Bustos, bronzes, medalhões, paredes decoradas, cristais, colunas neoclássicas, vitrais, mosaicos e mármores garantem um banquete para os olhos do espectador mais atento.

Duas grandes restaurações marcaram as mudanças e renovações do Teatro. O primeiro, em 1951, com o arquiteto Tito Raucht, criou novos pavimentos para ampliar os camarins, reduziu os camarotes e instalou o órgão G. Tamburini.

O mais recente, de 1986 a 1991, foi comandado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, restaurando o prédio e implantando estruturas e equipamentos mais modernos.

Pelo palco do Teatro Municipal passaram nomes como Maria Callas, Enrico Caruso, Arturo Toscanini, Claudio Arau, Arthur Rubinstein, Ana Pawlova, Nijinsky, Isadora Duncan, Nureyev, Margot Fonteyn, Baryshnikov, Duke Ellington, Ella Fitzgerald, Vivien Leigh.

Tantos nomes, tantos espetáculos e ainda o cenário do movimento que promoveu uma grande transformação cultural no Brasil: a "Semana de Arte Moderna de 22".

A formação da Orquestra Sinfônica Municipal remonta a 1921 com a Sociedade de Concertos Sinfônicos de São Paulo. O processo de oficialização, porém, teve início em 1939, durante a administração do Prefeito Dr. Francisco Prestes Maia.

A partir daquele ano, a OSM passou a desenvolver um programa regular de atividades, incluindo concertos sinfônicos, espetáculos de balé e temporadas líricas. Somente em 1949, com sua oficialização, é que seus componentes ganharam estabilidade funcional.

Hoje, o Teatro Municipal coordena escolas de música e dança e busca desenvolver, cada vez mais, o trabalho de seus corpos estáveis: a Orquestra Sinfônica Municipal, Orquestra Experimental de Repertório, Balé da Cidade de São Paulo, Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo, Coral Lírico e o Coral Paulistano. Uma estrutura de quase 900 pessoas, entre técnicos, artistas e funcionários que zelam pela casa.

O calendário de eventos traz nomes brasileiros e internacionais, sempre valorizando o trabalho de seus próprios conjuntos.

A Orquestra Sinfônica Municipal já se apresentou sob a regência de maestros internacionais como Rostropovich, Ernest Bour, Maurice Leroux, Dietfried Bernett, Kurt Masur e de maestros nacionais como Armando Belardi, Camargo Guarnieri, Edoardo de Guarnieri, Eleazar de Carvalho, Isaac Karabtchevsky, Sergio Magnani, além de vários compositores regendo suas obras como Francisco Mignone, Villa-Lobos e Penderecki.

Solistas de renome como Tagliaferro, Guiomar Novaes, Yara Bernette, Salvatore Accardo, Rugiero Ricci, participaram repetidas vezes dos concertos da Orquestra Sinfônica Municipal.

A Orquestra faz, em média, oito concertos no mês, com preços que variam entre R$ 10,00 a R$ 20,00.

3.2 Análise de mídia

No caso da OSM, foram encontradas 12 notícias com seu nome. Divididos da seguinte forma:

Carta Capital – nenhuma notícia.

Veja – nenhuma notícia.

Estadão – seis notícias

Folha – seis notícias.

Aqui nos afirma a primeira conclusão: As revistas impressas divulgam menos, ou nada de notícias sobre música erudita no Brasil.

Como na primeira análise, também continuaremos a utilizar os dados dos dois jornais: Folha e Estadão. Mais uma vez, separamos em três grupos: no primeiro, as notícias em que o nome da orquestra aparece como referência a outro assunto; no segundo, quando a notícia é, de fato, sobre a orquestra, mas uma simples nota, ou uma carta de um leitor, ou ainda está contida em uma coluna, mas sem grande importância para a promoção dos eventos realizados por esse corpo da instituição; e o terceiro, quando é, de fato, uma matéria sobre a Orquestra.

Como resultado temos:

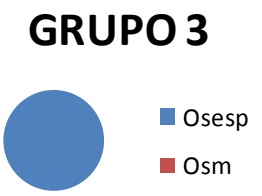
Grupo1 – 11 notícias.

Grupo 2 – 1 notícia.

Grupo 3 – nenhuma notícia.

3.3 Análise comparativa das análises midiáticas

Como método, utilizamos, mais uma vez, a análise quantitativa. Com o objetivo de visualizarmos a situação, obtivemos como resultado:



Fonte: Elaboração Própria

3.4 Análise de conteúdo

Assim como no primeiro momento, para compreensão dos dados, realizamos entrevistas de profundidade. "Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para a compreensão de uma situação ou estrutura de um problema". (DUARTE e BARROS, 2009, p. 63).

Escolhemos nesse ponto mais três entrevistados. O responsável pela Orquestra Municipal, o assessor de imprensa da OSESP e uma pessoa do público, que assista concertos com regularidade.

3.5 O desfecho

Como primeira inferência, o Maestro Rodrigo de Carvalho[15] informa que a responsabilidade pela divulgação da orquestra é da assessoria de imprensa da secretaria de cultura municipal de São Paulo. Essa assessoria é responsável pela divulgação de todas as atividades das instituições vinculadas à secretaria de cultura. Ele diz: "[...] obviamente faria diferença se tivesse mais divulgação [...]" e explica dizendo "[...] uma orquestra quanto mais sai exposto (na mídia), mais as pessoas vão ver, e maior probabilidade de comparecer mais gente no espetáculo do dia."

Então ele explica como funciona a divulgação da orquestra hoje: "[...] nosso público sabe aonde ler, tem um trabalho de divulgação que inclui banners, site, uma revista semanal da secretaria municipal, o público cativo sabe como funciona."

Já na entrevista com Alexandre Félix[16], assessor de imprensa da OSESP, ele esclarece que o trabalho de divulgação é dividido entre o departamento de marketing e o da assessoria de imprensa. Conta que o trabalho dele consiste, entre outras coisas, em mandar releases todas as semanas e ainda há semanas em que a assessoria chega a enviar três releases diferentes para a mídia. Além disso, ele agenda e acompanha todas as entrevistas realizadas com a instituição.

Em entrevista a uma pessoa do público, Thamar Bortoletto[17] diz que a diferença entre as duas orquestras está na organização. Ela alerta sobre a demora para receber informações sobre as apresentações da OSM, diz sobre o sistema de compras de ingressos deles:

> A divulgação, quando chega em tempo, você ainda pode correr atrás de comprar [ingresso], senão, você acaba ficando na mão de cambistas, com isso você não consegue o lugar que você quer, eles começam enrolar você, com história que não aceitam cartão, não aceitam cheque, parece que eles não vão aceitar nada!(BORTOLETTO,2009)

15 Entrevista concedida a Faiga Toffolo, em 23 de setembro de 2009.

16 Entrevista concedida a Faiga Toffolo em 16 de setembro de 2009.

17 Entrevista concedida a Faiga Toffolo em 25 de setembro de 2009.

Concluiu dizendo que sempre que vai a concertos, ela gosta e sempre acompanha as críticas que saem sobre eles, por mais que, para ela, "[…] têm críticas boas", mas adverte dizendo que muitas vezes o crítico "[…] usa uma linguagem muito hermética".

Com todos esses dados, depois de uma análise profunda sobre os dois objetos estudados, assentamos que o trabalho intenso de um assessor de imprensa em uma orquestra, pelos números verificados na imprensa, resulta em um bom trabalho.

Com um trabalho impetuoso à orquestra, a assessoria de imprensa conseguiu melhores resultados. Felix (2009) ainda comenta:

> Seria um pouco pedante da minha parte dizer que as [orquestras] que não tem assessoria estão fadadas a ficarem escondidas. Mas é um pouco a realidade porque como a gente sabe, não tem muitos jornalistas especializados, não tem tanto espaço assim nos jornais destinados a música clássica, então o espaço que há os jornalistas vão direto aonde eles sabem que há informação fácil.

Felix (2009) ainda critica dizendo que há uma escala de importância no jornal sobre os assuntos, e a música erudita está no patamar mais baixo. Outro problema apontado por ele é sobre a publicidade, que "[…] toma parte do nosso espaço de música" [18].

E conclui dizendo sobre a boa divulgação da Osesp:

> Eu estaria sendo injusto se eu dissesse que não, mas eu acho que podia ser muito mais, se a música tivesse mais espaço. Tendo em vista o que há de espaço na música clássica hoje, eu que sim, temos boa divulgação". (FELIX, 2009, p.)

3.5.1 Assessoria de imprensa – história e conceito

Há vários séculos, o conceito de assessoria de imprensa está sendo utilizado na prática, mas sua história tem como marco 1906, quando o jornalista americano Ivy Lee distribuiu para a imprensa dos EUA a "Declaração de princípios". Foi a partir desse momento que diversas empresas, e também órgãos públicos, começaram a adotar serviços de assessoria de imprensa no mundo todo. Nas décadas de 1940/1950, já existiam registros dessa atividade em vários países, entre eles França, Canadá, Itália, Holanda, Bélgica, Alemanha, Suécia, Noruega.

No Brasil, o processo de divulgação jornalística na área pública começou, segundo Duarte, (2003, p. 82) com a criação da Secção de Publicações e Bibliotheca, em 1909, com o objetivo de "reunir, organizar e divulgar as informações". Em 1915, esse departamento ganhou o nome: Serviço de Informações.

Paralelamente com o Serviço de Informação e Divulgação do Ministério da Agricultura, em 1925 apareceu o primeiro house-organs no Brasil, criado pela "Light", e no ano seguinte, a "General Motors" seguiu o mesmo caminho.

Uma sucessão de departamentos foram criados no governo, até o ápice, em 1937, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), por meio do decreto n° 3.371, em pleno Estado Novo, com finalidade de estabelecer serviço de atendimento à imprensa ligado ao Gabinete Civil. A ideia principal era divulgar os atos do Presidente e as obras realizadas naquele período. Isso aconteceu durante o Estado Novo, regime político de inspiração fascista. Com a redemocratização, em 1945, o DIP foi extinto.

No Governo do Juscelino Kubitschek (1956-61) foi um período em que houve um grande aumento de assessorias de imprensa no Brasil.

Sobre as décadas seguintes, dizem Kopplin e Ferraretto (2001) que os jornalistas e relações públicas exerciam a função da assessoria de imprensa. No entanto, nesse período, o cargo sofreu muitos preconceitos, passando a ser conhecido como "chapa branca", modo este, para identificar a assessoria do governo militar, pós- 1964. A situação só começou a modificar com o decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979, que regulamentou o exercício profissional de Jornalismo. Com a obrigatoriedade do diploma universitário para o registro de jornalistas após 1979, o mercado entra numa fase de consolidação.

O papel da assessoria de imprensa compreende um conjunto de estratégias para facilitar a relação entre público e empresa, pessoa física, entidades, instituições e formadores de opinião.

No entanto, Lorenzon e Mawakdiye (2006, p. 11) alertam que nas Universidades, mesmos os cursos reconhecidos pelo MEC, na área de comunicação social, não contém ainda uma cadeira específica de assessoria de imprensa.

O manual da FENAJ (2007, p. 13 e 14) descreve as funções do assessor de imprensa dizendo sobre a elaboração de press-releases e sugestões de pauta e press-kits; do relacionamento formal e informal com os pauteiros, repórteres e editores da mídia; sobre o acompanhamento de entrevistas de suas fontes; organização de coletivas; edição de jornais, revistas, sites de notícia e material

18 Ver Anexo 2, onde exemplifica, mostrando duas matérias, uma sobre o início da temporada, e a outra sobre políticas culturais.

jornalístico para vídeos; preparação de textos de apoio, sinopses, súmulas e artigos; organização do mailling de jornalistas; clipping de notícias (impressos, internet e eletrônicos); arquivo do material jornalístico; e participação na definição de estratégias de comunicação. O manual ainda ressalta que a função é exclusivamente de responsabilidade de jornalistas habilitados.

Eid (2003) complementa dizendo sobre a importância da assessoria de imprensa para a facilitação do trabalho dos jornalistas, agendando entrevistas e respondendo, de forma ágil e precisa, as solicitações. Nogueira (1999, p. 54) exorta dizendo da responsabilidade de tomar conhecimento do que está acontecendo, das notícias divulgadas sobre uma empresa, das oportunidades que podem ser aproveitadas e dos riscos que podem ser evitados.

4 Considerações finais

O jornalismo cultural não tem ainda grande espaço nos grandes jornais e revistas. O que contradiz os dados estatísticos, com os quais sabemos que esses "segundos cadernos" têm grande preferência do público e com tendência ao crescimento. Esse espaço pequeno é disputado por todos aqueles que fazem cultura.

O mercado cultural tenta contrabalancear, profissionalizando o processo, buscando assim, amenizar essa incoerência de espaço, tentando se adequar às tendências de infraestrutura necessárias para melhor atender a população.

A comunicação desempenha um papel muito importante nessa etapa, pois ela pode melhorar o panorama do setor cultural, promovendo e fortalecendo sua imagem. E é desse espaço que a música erudita necessita para se consolidar como um mercado de grande dimensão social e econômica.

Essa profissionalização das artes é uma consequência indispensável, não só no campo da comunicação, como nos de organização de eventos. Quando ela acontece, seu resultado é visível. E o público agradece!

Referências

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORTOLETTO, T. São Paulo, 2009. Entrevista concedida a Faiga Toffolo em 25 set. 2009

CARVALHO, R de. São Paulo, 2009. Entrevista concedida a Faiga Toffolo em 23 set. 2009.

DUARTE, J. (Org.). Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia. Teoria e técnica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003

DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009

EID, M.A. Entre o poder e a mídia: assessoria de imprensa no governo.

São Paulo: M. Books, 2003

FELIX, A. São Paulo, 2009. Entrevista concedida ao autor em 16 set. 2009.

KOPPLIN, E.; FERRARETTO, L. A. Assessoria de imprensa: teoria e prática. 4ed. Porto Alegre: Sagra, 2001

LORENZON, G.; MAWAKDIYE, A. Manual de assessoria de imprensa. 2ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2006

NOGUEIRA, N. Media training: melhorando as relações da empresa com os jornalistas… de olho no fim da Comunicação Social. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999

NOSSA, V. Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2002.

PERPÉTUO, I. São Paulo, 2009. Entrevista concedida ao autor em 11 set. 2009.

_____. Manual de Assessoria de comunicação. 4 ed. Brasília: Fenaj. 2007

www.cartacapital.com.br Acesso em 3 out. 2009.

www.cultura.gov.br Acesso em 3 out. 2009.

www.estadao.com.br Acesso em 3 out. 2009.

www.folha.uol.com.br Acesso em 3 out. 2009.

www.prefeitura.sp. org.br Acesso em 3 out. 2009.

www.pt.wikipedia.org/wiki/CartaCapital Acesso em 3 out. 2009.

www.pt.wikipedia.org/wiki/Folha_de_S._Paulo Acesso em 3 out. 2009.

www.pt.wikipedia,org/wiki/O_Estado_de_S._Paulo Acesso em 3 out. 2009.

www.pt.wikipedia.org/wiki/Veja Acesso em: 3 out. 2009.

www.osesp. art.br Acesso em: 3 out. 2009.

www.veja.abril.com.br Acesso em: 3 out. 2009.

A EVOLUÇÃO DO SEGMENTO JURÍDICO E O MARKETING COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO

THE DEVELOPMENT THE LEGAL SECTOR AND THE MARKETING AS STRATEGY OF MANAGEMENT

Maria Aparecida Campos
Mestre em psicologia social – Uninove

Renata Daglio da Silva
Graduanda do curso de administração com ênfase em marketing – Uninove
natina_re@hotmail.com

Resumo

Em razão da rápida transformação do segmento jurídico, principalmente nos últimos vinte anos, faz–se necessário que o escritório de advocacia se adapte a essa realidade e o marketing jurídico torna-se uma ferramenta de destaque para auxiliar na gestão. Esse artigo apresenta por meio do método indutivo, pesquisas exploratórias e de campo sobre as necessidades do segmento, bem como os itens que podem ser implementados para a realização de um trabalho com visão macro. Para comprovação dos fatos e melhor entendimento do objetivo proposto foram entrevistadas 50 pessoas entre advogados, universitários e graduados de Direito, e com as respostas obtidas foi constatada a necessidade de adequação de grande parte dos escritórios de advocacia à realidade atual, tal fator deve-se ao desconhecimento das ferramentas de gestão. Grande parte das instituições de ensino também pecam na preparação de seus alunos para atuarem com essa visão, o que comprova que é preciso transformar a conduta em âmbito geral. Dessa forma, esse artigo busca pulverizar a informação e a necessidade de adequação, despertando a consciência para a mudança e o aperfeiçoamento constante, pois somente os aptos à transformação terão êxito em seus resultados.

Palavras-chave: Marketing jurídico. Transformação. Visão de negócios.

Abstract

Due to the rapid transformation of the legal sector, especially in the last twenty years, it is necessary that the law firm to adapt to this reality and legal marketing becomes an outstanding tool to assist in management. This article introduces using the inductive method, exploratory and field on the needs of the segment, as well as items that can be implemented to perform a job with macro view. For verification of the facts and better understanding of purpose were interviewed 50 people between lawyers, academics and graduates of law, and with the answers it was found the need for adequacy of most law firms to current reality, this factor should be the lack of management tools. Much of the educational institutions also err in preparing their students to perform with this view, which shows that it is necessary to transform the conduct of the board. Therefore, this article seeks to spray the information and the need for adequacy, raising awareness for change and constant improvement, because only those able to succeed in transforming their results.

Key words: Business vision. Manufacturing. Marketing legal.

1 Introdução

"O advogado, indispensável à administração da Justiça, é defensor do estado democrático de direito, da cidadania, da moralidade pública, da Justiça e da paz social." (Art. 02, Capítulo I, Título I, Código de Ética e Disciplina da OAB). Entretanto, ainda que a advocacia exerça a função de defensoria dos direitos e deveres da sociedade, o segmento jurídico, assim como qualquer outro, precisa lidar com a evolução do mercado que, inclusive, nas últimas décadas, tem vivenciado transformações sem precedentes.

Maior exigência dos clientes, queda de barreiras geográficas, avanço da tecnologia, o início da profissão paralegal[1], fusões, aquisições e alianças são alguns dos fatores externos que contribuem para tais transformações. E, além desses fatores, há o crescente número de advogados no mercado, segundo a Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, em novembro de 2009, o Brasil possuía pouco mais de 21 mil sociedades de advogados, destas, 32% possuem até 10 anos de fundação, ou seja, a concorrência é jovem!

Essas sociedades e seus profissionais precisam gerenciar o novo panorama, entender e se adequar ao novo posicionamento a fim de acompanhar as mudanças. Nesse contexto, uma excelente ferramenta utilizada para isso é o marketing, com foco no segmento jurídico, que realiza a gestão das transformações no processo de profissionalização dos escritórios.

Para Bertozzi (2008, p. 25), "[…] marketing jurídico é levar pessoas (empresas, pessoas físicas ou sindicatos) que estão com um problema específico a conhecerem, gostarem e confiarem em você e na sua equipe." O marketing jurídico é uma ferramenta que auxilia o segmento a traçar estratégias, criando procedimentos e posicionamentos a fim de construir um planejamento para que os resultados dos trabalhos sejam potencializados ao máximo.

Dessa forma, destaca-se o seguinte problema de pesquisa: Quais ferramentas têm sido utilizadas pelo marketing jurídico para absorver as mudanças pertinentes ao cenário atual e adequar o escritório de advocacia a tal realidade, visando torná-lo referência de mercado?

Supõe-se para o problema acima algumas hipóteses que partem da ideia central da gestão completa do escritório de advocacia por meio do marketing jurídico, tais como elaborar um planejamento estratégico com o objetivo de definir o nicho de atuação e seu mercado alvo; gerenciar a marca jurídica; gerir os relacionamentos seja com clientes, concorrência, funcionários e parceiros, entre outras atividades que englobam o posicionamento interno e externo do escritório.

1 Profissional que exerce a função de auxiliar na gestão do escritório de advocacia ou departamento jurídico.

O foco dessa pesquisa delimita-se ao novo panorama dos escritórios de advocacia localizados no estado de São Paulo, com destaque às rápidas mudanças ocorridas nos últimos vinte anos e, com isso, a utilização do marketing jurídico como ferramenta de gestão para auxiliar a evolução desse segmento, em conformidade com o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e o Provimento 94/00[2].

Esse projeto tem como objetivo geral, verificar o mercado advocatício e suas respectivas transformações, bem como a utilização do marketing jurídico. E como objetivo específico, apresentar a viabilidade das ferramentas do marketing disponibilizadas para esse segmento a fim de buscar melhores resultados para os escritórios de advocacia.

O trabalho em questão foi elaborado com base nas interpretações de autores pioneiros no segmento da administração legal[3] , consultores especialistas e renomeados de marketing jurídico que, avaliando o cenário advocatício, identificaram as necessidades de mudanças abrindo horizontes por meio de ferramentas que auxiliem essa evolução.

Por fim, esse artigo apresenta a evolução que ocorreu no segmento jurídico nos últimos vinte anos, o processo de transformação e a percepção adquirida diante do novo cenário, bem como as ferramentas disponíveis ao marketing jurídico para que seja utilizado como ferramenta de gestão, finalizando com a análise dos dados obtidos com a pesquisa de campo e as considerações finais.

2 O segmento jurídico em transformação

Antigamente, quando se falava em escritório de advocacia ou em advogados, logo pensava-se no símbolo da balança ou em um juiz declarando a sentença para o réu ou ainda nas vastas bibliotecas contendo os códigos e as legislações em vigor. No entanto, o mundo mudou, evoluiu e o segmento jurídico está acompanhando essa mudança, tanto que hoje busca-se negócios na advocacia.

Para Bertozzi (2008, p. 40), inicia-se a era dos profissionais neurojurídicos[4], ou seja, "[…] aquele que usa conscientemente sua capacidade de combinar as suas habilidades pessoais com o futuro e pode efetivamente mudar sua história pessoal, e por pura consequência de ação e reação, mudar o mundo ao seu redor".

2 Dispõe sobre a publicidade, a propaganda e a informação da advocacia.

3 Especialista em administração focado para o segmento jurídico.

4 O conceito neurojurídico foi criado por *Howard Gardner*, sobre as cinco mentes do futuro: a sintetizadora, a disciplinadora, a criativa, a respeitosa e a ética (BERTOZZI, 2008 p. 40).

Essa evolução do segmento jurídico, só pode ser descrita quando comparada a um cenário anterior. Retroagindo vinte anos depara-se com uma advocacia muito diferenciada do momento atual. É importante destacar que não é foco dessa pesquisa relatar se houve uma geração melhor que a outra, e sim apresentar uma linha que relaciona ambas advocacias. Partindo desse princípio, propõe-se uma análise quanto ao posicionamento adotado há duas décadas. Um exemplo das diferenças existentes na prática advocatícia neste período é uma das orientações de Motta (1989) sobre a conduta a ser adotada pelo advogado no que tange ao relacionamento com o cliente:

> O relacionamento não é proibido pelo nosso Código de Ética Profissional, ou por qualquer outro código. […] Não é proibido você carregar cartões e, após um contato com alguém, sugerir uma troca de cartões, dando o seu e recebendo o dessa pessoa como demonstração de vivo interesse (p. 21).

Essa orientação é prova da mentalidade predominante nesse período (fim da década de 1980, início da década de 1990), o relato de que "[…] o relacionamento não é proibido […]" leva a entender que muitos visualizavam como algo errado, por exemplo, uma simples troca de cartão.

A forma de atendimento também era bastante diferenciada, pois, segundo o autor, era aceitável dizer ao cliente que poderia tirar férias e tranquilizar-se, uma vez que estavam dispostos a comprar a briga dele. Enfim, buscavam acalmá-lo e convencê-lo a confiar no seu trabalho.

Porém, diante do cenário atual é preciso acompanhar as mudanças e, com isso, buscar meios a fim de influenciar e direcionar o segmento jurídico para que possa acompanhar tais tendências. Dessa forma, algumas decisões foram tomadas com vistas a influenciar, em escala nacional, desde a grade curricular do curso de Direito até a conduta a ser adotada pelos integrantes de um escritório (independentemente de seu porte). Entre as decisões tomadas para revolucionar o segmento jurídico destacam-se:

a) o início, em 1990, do estudo e da aplicação da administração legal no Brasil, que engloba desde o posicionamento a ser adotado até a departamentalização e a organização do setor;
b) a criação do Código de Ética e Disciplina da OAB, em 1995, no que tange às relações com clientes, publicidade, honorários profissionais entre outros. Já em 2000 foi criado o Provimento 94/00 que trata exclusivamente da publicidade, da propaganda e da informação da advocacia;
c) o projeto iniciado em 2002 pela Escola de Direito de São Paulo, no qual propõe o ensino do Direito integrado à Administração, Economia e a outras ciências humanas, para que sejam profissionais mais completos e preparados à nova realidade;
d) a criação da Fenalaw, em 2004, que, segundo a *Document Management* (2008), trata-se da maior feira jurídica realizada na América Latina, tendo como foco apresentar soluções e novidades em produtos e serviços para departamentos jurídicos e escritórios de advocacia;
e) o desenvolvimento de diversos sistemas exclusivamente jurídicos, que realizam a gestão completa do escritório ou departamento por meio de módulos de arquivo físico, *time sheet*[5], financeiro e relatórios. Atualmente é possível disponibilizar ao cliente um *login* e senha para acompanhar o andamento de seus processos, de maneira confiável e segura. Dessa forma, cria-se maior fidelização.
f) o acesso à informação para profissionalização dos escritórios está muito mais acessível, pois foram criados diversos jornais, revistas e livros específicos para o segmento, e ainda, *blogs* e bibliotecas virtuais jurídicas, até o Diário Oficial, desde 2007, vem sendo disponibilizado via *web*.

Desta forma, conclui-se que, embora haja grande dificuldade dos escritórios se adaptarem a tal evolução, o mercado nacional já está agindo e criando ferramentas para auxiliá-los a se conscientizar sobre a necessidade de vivenciar e acompanhar o novo panorama, o que reforça a importância da utilização do marketing jurídico como ferramenta de gestão.

2.1 A utilização do marketing jurídico como ferramenta estratégica de gestão

O marketing jurídico pode ser avaliado em dois panoramas: o primeiro e já tratado neste artigo, indica a análise do mercado em geral, apresentando as necessidades e os resultados obtidos pelo segmento jurídico como um todo. O segundo será tratado agora de modo específico e está relacionado à como o escritório poderá usufruir das ferramentas de marketing disponíveis para o segmento jurídico.

O planejamento estratégico deve ser a primeira ferramenta de marketing a ser confeccionada, pois parte da definição do nicho de atuação, uma vez que é preciso segmentar a área para ter êxito nas atividades desenvolvidas, assim quanto mais específico o foco de atuação, a

5 Ferramenta capaz de controlar a produtividade total de horas trabalhadas por integrante ou por atividade.

missão, a visão e os valores do escritório mais qualidade terá nos trabalhos executados.

Após definidos os itens acima, parte-se para a aplicação da análise *SWOT*[6], que define os pontos fortes e fracos (ambiente interno) e as oportunidades e ameaças (ambiente externo). O principal objetivo é fazer com o que o escritório deixe de oferecer o mesmo que os demais.

Outro fator de destaque é a gerar uma marca que represente o escritório. Para isso é preciso uma boa comunicação, seja ela visual ou corporativa, facilitadas por ferramentas que auxiliam a divulgar essa marca, por exemplo, o logotipo, que é uma representação gráfica que deve constar em todos os materiais impressos ou virtuais do escritório. O logotipo, como explica Fadel (2009, p. 208), "[…] não é apenas colocar um sobrenome de forma gráfica e sim possibilitar a comunicação eficaz do conceito que existe por trás dela".

Outra ferramenta bastante utilizada pelo marketing jurídico é o *site,* porém é preciso que seja atraente para despertar o interesse do visitante e que seja fácil de navegar, pois trata-se da "vitrine virtual" do escritório. Segundo Guimarães (2007, p. 67), o *site* "[…] deve causar uma impressão boa, discreta, deve passar seriedade, confiança, honestidade, conhecimento e competência".

É importante também que o escritório possua portfólio e cartão de visita. Segundo Fadel (2009), o portfólio deverá transmitir ao leitor a ideia de segurança e deve atender as expectativas do que o receptor espera, com informações diretas e de fácil entendimento.

Além dessas ferramentas apresentadas, existe a assessoria de comunicação, que tem por objetivo posicionar e consolidar a imagem do escritório de advocacia. Segundo Kopplin e Ferraretto (2001), a assessoria de comunicação é dividida em três itens: relações públicas (imagem pessoal ou institucional); assessoria de imprensa (informação jornalística) e publicidade e propaganda (comercialização de serviços ou produtos).

A assessoria de comunicação, assim como qualquer outra que busque divulgar informações pertinentes à atividade jurídica, deve atuar de acordo com as limitações estipuladas pelas leis em vigor, conforme o art. 5º do Código de Ética e Disciplina da OAB, "[…] o exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização […]", porém, desde que sejam apresentados anúncios de serviços profissionais com descrição e moderação para finalidade exclusivamente informativa, a OAB autoriza, conforme o art. 28 do mesmo código.

O objetivo de todas essas ferramentas é destacar o relacionamento e a comunicação, pois de nada adianta desenvolver um planejamento estratégico, criar um *site* e um portfólio, contratar uma assessoria de imprensa se não houver um relacionamento com seu cliente, seu fornecedor e sua equipe de trabalho.

E para haver um bom relacionamento, segundo Stone, Woodcock e Machtynger (2001) o escritório deve utilizar o *Custumer Relationship Management* (CRM) – Gestão de Relacionamento com o Cliente, que auxilia a identificar as características das pessoas e/ou empresas com as quais se relaciona.

Segundo Guimarães (2007, pág. 179), "[…] várias são as razões pelas quais o advogado perde um cliente. Muitos pensam que perdendo uma causa o advogado também perderá o cliente. Assim não é, na verdade, o advogado perde seu cliente por falta de comunicação". Como o cliente poderá saber todo o esforço realizado se não for informado de sua causa? Sendo assim, é importante comunicar sobre todas as atividades, realizar reuniões com o cliente a fim de que haja um atendimento personalizado.

E após a realização dos trabalhos, ainda quanto ao relacionamento, indica-se a aplicação de pesquisa de satisfação que, segundo Tathan (apud MALHOTRA, 2001, p. 39), seu maior objetivo é "[…] proporcionar informações capazes de identificar problemas e soluções […] de maneira a permitir que se efetuem as ações adequadas". A pesquisa de satisfação deve ser aplicada com o intuito de homologar as atividades e verificar se atenderam às expectativas.

Tratando agora do relacionamento interno, deve ser aplicado o endomarketing[7], pois uma equipe somente estará motivada e trabalhará integrada se souber aonde o escritório quer chegar e qual o caminho que está sendo percorrido.

Além disso, é preciso criar padronização e um fluxo de trabalho, relatando, inclusive, as responsabilidades de cada um. Nessas condições, é possível aumentar a produtividade da equipe quando sabem quais são suas responsabilidades e as atividades que devem ser realizadas.

Outro fator é o plano de carreira que, para Tachizawa,Ferreira e Fortuna (2004,p. 197), é "[…] a finalidade deste plano é promover o desenvolvimento da organização através do melhor aproveitamento de seu patrimônio humano, ou seja, dando a este condições de auto–realização". É de grande valia também aplicar avaliação de desempenho na equipe, pois os funcionários precisam de *feedback*, para que se alinhem as expectativas e perspectivas de ambas as partes.

6 "O objetivo da análise é possibilitar que a empresa se posicione para tirar vantagem de determinadas oportunidades do ambiente e evitar ou minimizar as ameaças ambientais "[…] a análise também é útil para revelar pontos fortes que ainda não foram plenamente utilizados e identificar pontos fracos que podem ser corrigidos." (WRIGHT; KROLL; PARNELL. 2000, p. 86).

7 Segundo Tachizawa Ferreira e Fortuna (2004, pág. 243) o endomarketing ou marketing interno atua na fronteira entre o marketing e a administração de pessoal, procurando orientar as ações de marketing para a própria organização.

Ressalta-se que o relacionamento não deve ser destinado somente ao cliente, à equipe interna ou a fornecedores, mas deve participar de associações, centros de estudos, fóruns de discussões jurídicas considerados excelentes ambientes para relacionamentos, pois além de aumentar o conhecimento, o escritório e o advogado tornam-se mais conhecidos, podem prestar serviços a comunidades carentes, além de atuar em ONGs (Organizações Não Governamentais), em campanhas educacionais, o que é extremamente importante, visto que o escritório também faz parte da sociedade e busca seu desenvolvimento como um todo, realizando e se preocupando com a responsabilidade social.

Existem outros fatores que devem ser levados em consideração e estão indiretamente vinculados ao marketing, uma vez que seu principal objetivo é fazer com que pessoas conheçam, gostem e confiem em seu trabalho.

Um exemplo disso é o *layout* do escritório que, segundo Fadel (2009), deve estar condizente com suas características e objetivos. Trata-se da comunicação visual do ambiente. Um *layout* bem definido pode transmitir a ideia de modernidade, grandeza, organização ou pode transmitir o inverso. O ambiente diz muito sobre a personalidade do escritório, além do que a racionalização do espaço físico pode melhorar a integração com a equipe e a ergonomia, e proporcionar, por consequência, um ambiente de trabalho mais produtivo e eficaz. Nesse *layout* também se enquadra a organização do arquivo físico, é muito comum, por exemplo, um escritório possuir o mesmo documento xerocado diversas vezes por ninguém o localizar por causa da desorganização. Segundo Paes (1997, p. 20):

> A principal finalidade dos arquivos é servir à administração, constituindo-se, com o decorrer do tempo, em base do conhecimento da história. [...] a função básica é tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda.

Quando se tem um arquivo físico organizado e, se possível, digitalizado, ganha-se com o espaço, o controle e a otimização de tempo do profissional na busca do documento. Além do que, é no arquivo que se encontra o histórico da empresa, fator que jamais poderá ser descartado para definição de estratégias atuais e futuras.

Outro fator que também interfere indiretamente no marketing é o uso da Tecnologia da Informação. Não é porque o escritório possui computadores de última geração, que possui um ambiente de informática seguro. O ideal é que o escritório trabalhe com uma empresa terceirizada, que monitore seu ambiente.

Dentro dessa atividade, citamos, por exemplo, a aquisição de um Servidor. Segundo Gobbi (2001, pág. 46), "[...] um servidor é um computador com elevada capacidade de processamento cuja função é fornecer serviços à rede [...]", ou seja, um computador com maior capacidade de processamento usado para armazenar dados. Nesse caso, as informações ficam armazenadas não na estação de trabalho, mas no disco rígido do Servidor, o que permite mais velocidade no acesso e no *backup*[8] da informação. Além disso, também é importante considerar a segurança da informação. Nesse aspecto, a utilização de antivírus confiáveis é de grande valia.

A área de Tecnologia da Informação é pouco valorizada por muitos escritórios de advocacia, mas trazem grande resultado e o cliente percebe tal organização e controle. Dessa forma, Guimarães (2007, pág. 56) complementa:

> [...] em poucos locais a era da tecnologia da informação é tão importante quanto em um escritório de advocacia. Na advocacia, a informação requer velocidade, e a rapidez de como você acessa a informação altera a natureza de sua prática, de sua especialidade e de sua clientela, bem como da expectativa de seus negócios.

Outro fator indiretamente vinculado ao marketing jurídico são as finanças do escritório. Para Hoji (2001), entre as funções da administração financeira destacam-se: a análise, o planejamento e o controle financeiro. É preciso, por exemplo, controlar as custas e as receitas de determinado processo. Para isso, é essencial um sistema que realize tal controle, pois a transparência na emissão da fatura ao seu cliente ou ao prestador do serviço transmite credibilidade em relação ao trabalho.

Foram apresentadas ferramentas a fim de pulverizar a divulgação do escritório, bem como atender as expectativas de seus clientes, equipe de trabalho e fornecedores, possibilitando que seja reconhecido pela excelência e melhoria contínua, ressaltando que os dois únicos objetivos são: focar seu público-alvo apresentando serviços de qualidade e agir em prol do desenvolvimento social, profissional e econômico buscando o crescimento da sociedade como um todo, fatores estes que precisam urgentemente ser implantados pelos escritórios de advocacia, em razão da grande necessidade de evolução e da carência em relação a gestão dos trabalhos.

8 *Backup* é a cópia de segurança de dados e programas, feita em diferentes mídias como: cd, fita magnética ou disco zip. (CARVALHO, sem data, p. 33).

2.2 As necessidades do segmento jurídico e a carência na prestação do serviço

Primeiramente quando se presta um serviço, é preciso conhecer as necessidades de seus clientes, entender suas particularidades e prestar um trabalho que esteja de acordo com suas características. No caso dos escritórios de advocacia, existem dois tipos de clientes: pessoas físicas e departamentos jurídicos.

No caso de pessoas físicas, deve-se prestar um bom atendimento e um bom trabalho por meio da defesa da causa, informando com eficácia aos interessados os trabalhos prestados, o que é suficiente para atender as expectativas. Já no caso de departamentos jurídicos, as exigências são um pouco mais peculiares, pois empresas que possuem departamentos jurídicos, normalmente, são de sociedade aberta e por isso sofrem auditoria, e o valor da contingência passiva, por exemplo, é extremamente importante para este fator, por isso o escritório pode fornecer a seus clientes, como um diferencial, relatórios como de proveito econômico, ou seja, se na causa o valor provisionado a um processo foi de R$100.000,00 e o valor final foi de R$80.000,00 houve um proveito econômico de R$20.000,00.

3 Metodologia

Foi adotado o método indutivo que, segundo Lakatos e Marconi (2005, p. 86), "[…] é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas".

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa e exploratória, pois, segundo Cervo e Bervian (2002, p. 69), "[…] o estudo exploratório, é normalmente, o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e um auxílio que traz a formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas".

Para comprovação dos fatos, foi realizada a pesquisa de campo a fim de melhor compreender o cenário jurídico e o nível da prestação do serviço e da gestão como um todo. Para isso foram entrevistados 50 profissionais entre estudantes de Direito, bacharéis em Direito sem a aquisição da carteira da Ordem dos Advogados do Brasil e advogados atuantes em diversos escritórios do Estado de São Paulo.

A pesquisa de campo foi dividida em 6 etapas, sendo: apresentação e objetivo; formação do entrevistado; atuação; 1 questão aberta sobre o que é e qual a importância do marketing jurídico; 11 questões fechadas a serem respondidas com notas de 1 a 5, sendo 1 a nota mínima e 5 a máxima, e 11 questões do tipo fechada para serem respondidas com S designando Sim e N designando Não. Na hipótese do entrevistado não saber responder as questões do tipo fechada deveriam ser respondidas com a letra X. Caso os entrevistados não trabalhassem atualmente em escritório de advocacia, deveriam responder com base na última experiência vivenciada no ambiente.

4. Resultados obtidos

Na etapa formação, foi diagnosticado que das 50 entrevistas realizadas 20 estão cursando Direito, com término previsto entre 2010 e 2013; 16 são bacharéis em Direto, com formação entre 2004 e 2008, e 14 são advogados que adquiriram a carteira da OAB entre 1998 e 2005, conforme aponta o gráfico a seguir:

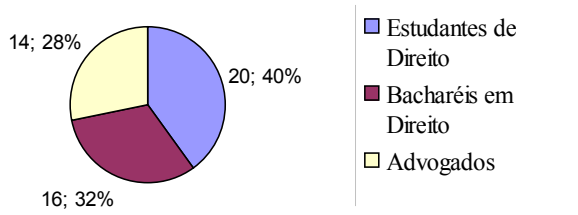


Gráfico 1: Formação
Fonte: Pesquisa, 2010.

No item atuação, verificou-se que 41 trabalham em escritórios de advocacia e 9 não atuam atualmente, respondendo com base na última experiência vivenciada entre 2007 e 2009. Dos que atuam, 17 trabalham em escritório de pequeno porte (de 1 a 10 advogados), 14 trabalham em escritório de médio porte (de 11 a 30 advogados) e 10 trabalham em escritório de grande porte (acima de 30 advogados), o que segue ilustrado pelos gráficos 2 e 3:

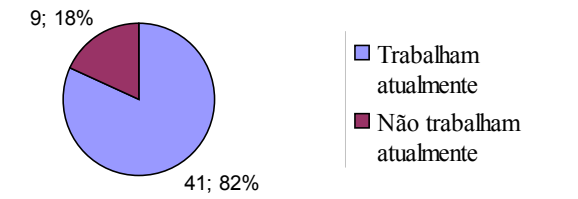


Gráfico 2: Atuação
Fonte: Pesquisa, 2010.

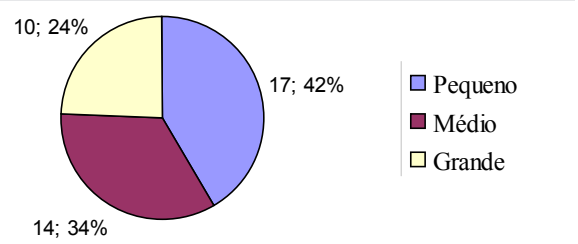


Gráfico 3: Porte do escritório
Fonte: Pesquisa, 2010.

Na questão aberta, cujo objetivo era visualizar o conhecimento dos entrevistados a respeito do marketing jurídico e sua importância, obteve-se o seguinte resultado: 22 responderam não saber ou não conhecer o marketing jurídico; 4 informaram que é restrito e que não existe muitas probabilidades, em razão das rígidas regras do Código de Ética e Disciplina da OAB; 20 entrevistados informaram que são responsáveis por divulgar o escritório e captar novos clientes, mas não conceituaram a utilização desse tipo de marketing como ferramenta de gestão; e 4 responderam ser um meio muito importante para a evolução do segmento jurídico, responsável inclusive pelo planejamento e direcionamento do escritório de advocacia, conforme aponta o gráfico 4:

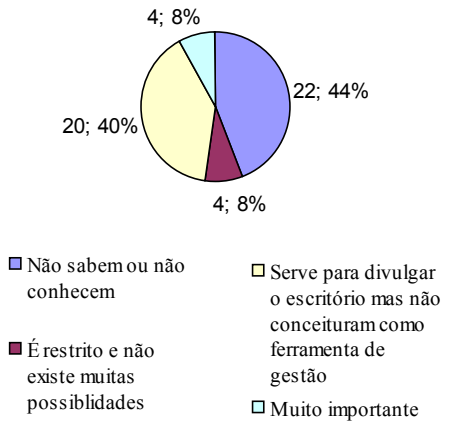


Gráfico 4: Conhecimento a respeito de marketing jurídico
Fonte: Pesquisa, 2010.

Fica claro, então, que mais da metade dos pesquisados demonstra falta de conhecimento acerca do assunto, fator que, consequentemente, afeta os trabalhos realizados pela organização. Prova disso é demonstrada nas questões fechadas, com atribuição de notas de 1 a 5, nas quais obteve-se os resultados descritos na tabela abaixo.

O cálculo da média final foi realizado da seguinte forma: a quantidade de entrevistados multiplicada pela nota apresentada, (aqueles que não souberam responder não foram pontuados), e o resultado final obtido dessa multiplicação foi dividido pela quantidade total de entrevistados, nesse caso 50 pessoas.

Analisando as questões, verifica-se que 68% dos pesquisadores indicam como abaixo da média ou medianos o nível de atualização e modernização dos escritórios, sendo 4% classificados no mínimo e 8% no máximo, 66% afirmaram ter o mínimo de conhecimento sobre marketing jurídico e ninguém atribuiu notas 4 e 5, o que é confirmado pela questão aberta. Por consequência desse resultado, a aplicação do marketing jurídico nos escritórios também é muito baixa, 70% responderam com nota 1.

Tabela 1: Questões do tipo fechada para análise do ambiente dos escritórios de advocacia

Pergunta	Nota 01	Nota 02	Nota 03	Nota 04	Nota 05	X	Média Final
Qual o nível de atualização/ modernização do seu ambiente de trabalho?	2	18	14	12	4	–	2,96
Qual é seu nível de conhecimento a respeito do marketing jurídico?	33	8	6	–	–	3	1,34
Em que nível está a aplicação do marketing jurídico em seu local de trabalho?	35	5	5	–	2	3	1,4
Há personalização nos trabalhos prestados conforme as necessidades do cliente?	17	7	9	7	8	2	2,52
Na hipótese do escritório possuir site, ele é atualizado com frequência?	18	7	9	8	8	–	2,62
Existe algum trabalho de assessoria de comunicação, por exemplo, participação em palestras, comitês, eventos, rádios entre outros por parte do escritório ou do advogado?	21	3	6	8	7	5	2,24
É realizado algum tipo de trabalho que envolva a responsabilidade social?	25	5	8	4	6	2	2,1
Todos os integrantes conhecem o objetivo do escritório, bem como sua missão e visão?	15	9	8	9	8	1	2,66
Existem um fluxo de trabalho definido e procedimentos para execução das atividades?	12	11	15	2	10	–	2,44
A Tecnologia da Informação é considerada um fator importante para o escritório?	17	11	7	5	6	4	2,2
Na universidade em que cursou/cursa Direito houve algum tipo de ensino sobre gestão/ administração de escritórios de advocacia e/ ou departamentos jurídicos?	35	10	2	–	–	3	1,22

Fonte: Pesquisa, 2010

Quanto à personalização dos trabalhos, a média foi de 2.52, atividade esta em que a nota deveria ser extremamente alta, pois cada caso deve ser tratado como único e de acordo com as características de cada cliente. Já em relação a utilização do *site*, bem como sua atualização, 36% de respostas obtiveram nota mínima e o trabalho de assessoria de imprensa e também o de responsabilidade social, ficou na média entre 40% e 50% com nota 1.

Quanto ao conhecimento da missão, visão e valores do escritório por parte da equipe, e também o fluxo de trabalho e seus procedimentos, obteve-se notas mais equilibradas entre os níveis 2 e 4. A Tecnologia da Informação, embora seja um fator extremamente importante aos escritórios, não vem recebendo a devida atenção, ficando com a média de 2.2.

E o fator mais preocupante dessa pesquisa, que no caso são os estudos a respeito do Direito, refere-se as universidades, obteve-se a média mais baixa com 1.22, sem atribuição para as notas 4 e 5, identificando-se com isso, que a causa raiz desse cenário deve-se as instituições de ensino, fontes do ensinamento do Direito.

Na sexta e última etapa da pesquisa de campo, os entrevistados deveriam responder S designando "sim" e N designando "não" para 11 questões relativas à utilização das ferramentas do marketing jurídico, cujo resultado obtido segue descrito abaixo:

Tabela 2: Questões do tipo fechada para análise da utilização das ferramentas do marketing jurídico

Pergunta	Respostas Sim	Respostas Não	Não souberam responder	Média Final
O escritório possui planejamento estratégico?	27	14	09	Sim
Se sim, o escritório aplica o planejamento estratégico?	4	33	13	Não
O escritório possui portfólio?	17	33	–	Não
Os advogados possuem cartão de visita?	42	8	–	Sim
Utilizam algum *software* para o controle dos processos?	37	13	–	Sim
È apresentado relatórios aos clientes como o de auditoria, de proveito econômico, entre outros?	19	29	2	Não
É aplicada pesquisa de satisfação aos clientes?	7	33	10	Não
É passado *feedback* ao cliente informando o andamento de seu processo?	17	29	4	Não
Existe algum consultor que orienta/assessora a gestão do escritório?	15	35	–	Não
É aplicada avaliação de desempenho aos funcionários do escritório?	16	30	4	Não
O *layout* – espaço físico do escritório condiz com sua realidade e seus objetivos?	26	24	–	Sim

Fonte: Pesquisa, 2010.

Nota-se que mais da metade das questões: planejamento estratégico, relatórios, pesquisa de satisfação, *feedback* ao cliente e avaliação de desempenho ficaram sem resposta por parte de alguns pesquisados, o que reforça o desconhecimento e a falta de informação. Apenas 54% dos escritórios pesquisados possuem planejamento estratégico, 28% não possuem e 18% se têm não deixam claro a seus colaboradores. Dos que possuem, somente 8% o aplicam.

Em relação às ferramentas de marketing jurídico, nota-se que 34% utilizam portfólio, 84% o cartão de visita, 74% *softwares* para o controle de processos, números expressivos e que agregam positivamente. Porém, não são todos os resultados que apresentam os mesmos indicadores positivos. Em relação a pesquisa de satisfação, por exemplo, somente 14% dos escritórios utilizam, a avaliação de desempenho aos colaboradores enquadram-se em 32%, e do total dos pesquisados 34% informam ao cliente sobre o andamento de seus processos.

Com base nesses resultados foi comprovada a falta de preparo por parte dos escritórios de advocacia em relação às novas exigências mercadológicas, necessitando agir com urgência, caso contrário, muitos serão derrotados por outros escritórios.

O marketing jurídico é uma ferramenta que poderá agregar muito para essa evolução, pois verifica-se com esses resultados a importância de uma boa gestão, de uma administração eficaz e de pessoas com visão macro, pois somente dessa forma estarão preparados para enfrentar esse magnífico mundo novo.

5 Considerações finais

A premissa básica para qualquer escritório de advocacia que aceite se adequar à nova realidade é a mudança, porém essa adequação irá gerar tensão e ansiedade, mas, como já dizia Niven (2001, p. 95), tudo isso "[…] é natural e passará mais rapidamente se tivermos consciência disso e soubermos administrar melhor essa aflição", portanto é preciso sair da zona de conforto, embora isso incomode os gestores, a equipe e os advogados, mas mudar é preciso, evoluir é preciso.

Partindo desse pressuposto, buscou-se, por meio desse artigo apresentar a necessidade da evolução e o caminho a ser percorrido por meio do marketing jurídico como ferramenta de gestão, pois o mundo está em constante mudança e, segundo Ana Luiza Boranga, em entrevista à Fenalaw 2007, o segmento jurídico deixou de ser uma arte para se tornar *business.* É esse o novo panorama, cabe agora a cada escritório se adequar a essa realidade.

Com isso, o cenário pode ser considerado preocupante, uma vez que, mesmo devendo a advocacia tornar-se *business*, 70% dos escritórios atribuem nota mínima à aplicação do marketing jurídico e somente 8% aplicam o planejamento estratégico, o que mostra grande necessidade desse cenário ser revertido. Segundo Perreira (apud FEIJÓ, 2009) muitos advogados possuem um comportamento de avestruz, no sentido de que os profissionais do Direito mergulham de cabeça no segmento jurídico e fecham os olhos para as questões relativas à gestão.

Os clientes agora não querem um advogado com conhecimento técnico, mas sim um auxiliador jurídico e, no caso de empresas, capaz de maximizar resultados

e de transformar dados em informações gerenciais para que as decisões tomadas sejam consistentes, portanto, é preciso dinamismo e transformação, mas, para isso, é necessário ter clareza de onde está, para onde quer ir e os passos a serem realizados.

Hilsdorf (2006, pág. 95) afirma que "[…] é preciso mudar as empresas transformando atitudes dominantes e predominantes em atitudes vencedoras. Isso só se faz por contágio […]," portanto, não basta desejar mudanças, é preciso agir de maneira inovadora, contagiar com o exemplo para que seguidores surjam naturalmente. O processo de mudança deve ocorrer por contágio, de nada vale impor a melhoria, pois ela deve ocorrer naturalmente, sendo necessário que antes de ser realizada no escritório, aconteça na consciência dos envolvidos. A mudança e a melhoria deverão ser contínuas, esse processo não terá fim.

Toda esta mudança tem como objetivo o sucesso. Mas afinal, o que é sucesso? Segundo Zacarelli (2005 pág.10), "[…] a concepção de sucesso é sempre dinâmica, está ligada a um processo, ao contrário de algo conquistado e acabado e portanto estático". Ou seja, o sucesso não é o resultado final e sim cada passo percorrido, não existe um sucesso absoluto, mas fases conquistadas.

Por isso, cabe a cada escritório de advocacia se preparar por meio da atualização e do dinamismo, mas principalmente do entendimento das necessidades de seu segmento, prestando um serviço que esteja de acordo com esse novo panorama, buscando constantemente o sucesso, pois a batalha está só começando.

Referências

BERTOZZI, R. *Marketing jurídico*: os neurojurídicos, as novas ideais e ferramentas estratégicas. 2ª ed., Curitiba: Juruá, 2008.

CARVALHO, S. *Dicionário Info Exame.* 223-A ed.; São Paulo: Editora Abril, sem data.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 5ª ed.,São Paulo: Pearson Education, 2002.

FADEL, S. *Marketing* In *Direito, gestão e prática:* administração legal para advogados. 1ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

FEIJÓ, B. V. Carreira de advogado – Advogados preferem investir em conhecimento jurídico do que desenvolver habilidades gerenciais e comportamentais. *Você S/A*. 138ª ed.; São Paulo: Editora Abril, 2009.

GOBBI, R. *Guia internet de conectividade + Guia de produtos cyclades*. 1ª ed.; São Paulo: Cyclades Brasil, 2001.

GUIMARÃES, M. A. M. [org.]. *Escritórios de advocacia*: da organização á administração. 3ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

HAIDAR, R.; PINHEIRO, A. *Direito profissional*, 2007. Disponível em: http://www.fenalaw.com.br/r_pesquisas3.php. Acesso em 8. nov. 2009.

HILSDORF, C. *Atitudes vencedoras.* 9ª ed., São Paulo: Editora Senac, 2006.

HOJI, M. *Práticas de tesouraria*: cálculos financeiros de tesouraria: operações com derivativos e hedge. 1ª ed., São Paulo: Atlas, 2001.

KOPPLIN, E.; FERRARETTO, L. A. *Assessoria de imprensa* – teoria e prática. 4ª ed., Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. *Fundamentos de metodologia científica.* 6ª ed.; São Paulo: Atlas, 2005.

LÔBO, P. L. N. *Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB*.3ª ed.; São Paulo: Saraiva, 2002.

MALHOTRA, N.K. *Pesquisa de marketing* – Uma orientação aplicada. 3ª ed.; Porto Alegre: Bookman, 2001.

MOTTA, W. R. *Faça da advocacia um sucesso.* 2ª ed., São Paulo: Ícone, 1989.

NIVEN, D. *Os 100 segredos das pessoas felizes.* 1ª ed.; Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

OAB. *Quadro de advogados* – regulares e recadastrados (2009). Disponível em: http://www.oab.org.br/relatorio-AdvOAB.asp. Acesso em 2 nov.2009

PAES, M. L. *Arquivo*: teoria e prática. 3ª ed.; Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

STONE, M.; WOODCOCK, N.; MACHTYNGER, L. *CRM* – Marketing de relacionamento com os clientes. 2ª ed.; São Paulo: Futura, 2001.

TACHIZAWA, T.; FERREIRA, V. C. P.; FORTUNA, A. A. M. *Gestão com pessoas*: uma abordagem aplicada às estratégias de negócio. 4ª ed.; Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ZACCARELLI,S. B. *Estratégia e sucesso nas empresas.* 5ª ed.; São Paulo: Saraiva, 2005.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. *Administração estratégica.* 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

A INFLUÊNCIA DO RISCO, INFORMAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO DO INVESTIDOR: UM EXPERIMENTO NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

THE INFLUENCE OF RISK, INFORMATION AND DIVERSIFICATION IN DECISION MAKING OF INVESTOR: AN EXPERIMENT IN THE UPSTATE OF SAO PAULO

Vinícius Vasconcelos Vieira
Especialização em gestão de instituições financeiras – Unitoledo
petrossian@gmail.com

Luciana Passos Marcondes
Doutora em administração de empresas – Uninove

Osvaldo Elias Farah
Professor Doutor – Uninove

Resumo

A decisão de investir corretamente, diante das várias opções oferecidas pelo mercado financeiro, é um assunto que geralmente preocupa os investidores. Esse estudo tem por objetivo verificar a influência do risco, da informação e da diversificação na tomada de decisão do investidor. O aporte teórico escolhido para justificar a pesquisa baseou-se nos conceitos do comportamento do investidor. O método escolhido foi a pesquisa científica experimental, com 480 alunos dos cursos de graduação em administração de empresas das faculdades do interior de São Paulo. Concluí-se que a maioria dos investidores prefere um comportamento conservador, evidenciando a influência do risco, da informação e da diversificação nos investimentos.

Palavras-chave: Comportamento do investidor. Investimentos. Tomada de decisão.

Abstract

The decision to invest properly, given the various options offered by the financial market is a subject that usually worries investors. This study aims to examine the influence of risk, diversification of information and decision making of investors. The theoretical chosen to justify the search based on the concepts of investor behavior. The method chosen was the scientific experiment, with 480 students for undergraduate courses in colleges of business administration from Sao Paulo. We concluded that most investors prefer a conservative behavior, demonstrating the influence of risk information and diversification of investments.

Key words: Decision making. Investments. Investor behavior.

1 Introdução

Nos últimos tempos, com os mercados financeiros internacionais cada vez mais interligados e dependentes uns dos outros, a economia mundial demanda estudos para entendimento de matérias relacionadas ao mundo dos investimentos.

Sob essa perspectiva, a partir da existência das diversas opções financeiras sobre investimentos, investidores informados das variáveis que impulsionam os mercados e conhecedores de técnicas para implantação de carteiras de investimentos obtêm vantagens diante dos demais, podendo se beneficiar de maiores rentabilidades financeiras.

Com isso, os estudiosos observam o mercado financeiro, por meio de estatísticas e resultados, buscando desmistificar as operações, tornando-as, de certo modo, padronizadas.

Obtendo um padrão das variáveis e respeitando as limitações de comportamento do investidor é possível traçar caminhos nos quais os resultados poderão ser alcançados com menores riscos e adversidades.

Diante desse contexto, buscou-se, por meio desse estudo, responder a seguinte pergunta problema: o risco, a informação e a diversificação influenciam o comportamento do investidor na tomada de decisão para investir?

O objetivo geral desse estudo é verificar a influência do risco, da informação e da diversificação na tomada de decisão do investidor.

O método escolhido foi pesquisa científica experimental, que sugere os experimentos para inferir relações causais, ou seja, estudar afirmações do tipo "X causa Y".

O estudo está organizado em três seções. A primeira é composta pela introdução e pela revisão da literatura no que diz respeito ao mercado financeiro, risco e retorno de investimentos, o comportamento do investidor, e planejamento de carteiras de investimento. A segunda consta a metodologia da pesquisa, enquanto na terceira analisa-se e discute-se os dados obtidos. Finalmente as considerações finais e referências.

1.1 Mercado financeiro

Mercados financeiros são locais físicos e/ou virtuais que possibilitam transações entre tomadores de crédito e investidores financeiros. Tal ambiente permite que essas transações sejam feitas rapidamente e a um preço determinado pelo mercado. (GITMAN e JOEHNK, 2005).

Segundo Assaf (2003), Brigham e Ehrhardt (2006), Gitman e Joehnk (2005), a intermediação financeira desenvolve-se de forma segmentada, com base em quatro subdivisões estabelecidas para o mercado financeiro: mercado monetário, mercado de crédito, mercado de capitais e mercado cambial.

Ainda segundo os mesmos autores, definiremos brevemente cada subdivisão citada:

a) mercado monetário – são os mercados com títulos de dívida a curto prazo, com alta liquidez;
b) mercado de crédito – engloba transações de financiamento de curto e médio prazo, destinadas normalmente aos ativos permanentes e capital de giro das empresas;
c) mercado de capitais – envolvem transações com títulos a longo prazo, como ações e títulos de dívidas, também conhecidos como bonds;
d) mercado cambial – inclui as operações de conversão ou troca de moeda de um país pela de outro, sendo determinada, principalmente, pela necessidade da prática de comércio internacional.

As transações no mercado financeiro, apesar de poderem ser definidas e servirem de referência para estudo, na prática, formam um sistema amplo de comunicações com diversas operações financeiras sendo executadas ao mesmo tempo. Nesse contexto, a taxa de juros foi apresentada como parâmetro de moeda de troca entre os mercados. (ASSAF, 2003).

1.2 Risco x retorno de investimentos

Para iniciarmos a discussão entre retorno e risco de investimentos, inicialmente se faz necessário conceituar os princípios de tais expressões.

Segundo Gitman e Joehnk (2005), retorno é o nível de lucro de um investimento, ou seja, a recompensa pelo investimento, pelo empenho e exposição do capital.

> Na maior parte dos investimentos, um indivíduo ou uma empresa gastam dinheiro hoje com a expectativa de ganhar mais ainda no futuro. O conceito de retorno oferece aos investidores uma forma conveniente de expressar o desempenho financeiro de um investimento (BRIGHAM e EHRHARDT, 2006, p. 202).

O retorno sobre um investimento poderá ser percebido de diversas maneiras, adquirido por mais de uma fonte. As fontes mais comuns são pagamentos periódicos, como dividendos ou juros. A outra fonte de retorno é a valorização, o ganho de venda de um instrumento de investimento por mais do que o seu preço original de compra. Essas duas fontes também são comumente chamadas no mercado financeiro como renda corrente

e ganhos de capital (ou perdas de capital), respectivamente. (GITMAN e JOEHNK, 2005)

Na prática, as decisões financeiras são tomadas em um ambiente de incerteza com relação aos seus resultados. Como as decisões estão fundamentalmente voltadas ao futuro, é obrigatório introduzir uma variável ao estudo das operações do mercado financeiro, chamamos essa variável de risco. (ASSAF NETO, 2003)

Segundo Antonik (2004, p. 68) o "[…]Risco é, fundamentalmente, a possibilidade de perda financeira. É usado como sinônimo de incerteza e refere-se à variabilidade dos retornos associados a um projeto de investimento"

Sendo assim, o risco associado a um investimento está diretamente relacionado ao retorno esperado. Normalmente, quanto maior e amplo o intervalo de retornos possíveis, maior o risco dos investimentos, e vice-versa. Para facilitar a compreensão, quanto mais arriscado for o investimento, maiores serão as taxas de retorno (GITMAN e JOEHNK, 2005).

Ainda pelos mesmos autores, a ideia de risco está diretamente associada às probabilidades de ocorrência de determinados resultados em relação a um valor médio esperado. É um conceito voltado para o futuro, demonstrando também uma possibilidade de perda ao invés de ganho.

O risco associado aos instrumentos de mercado resulta em uma análise mais específica, da qual distinguimos:

a) risco do negócio – O grau de incerteza associado aos rendimentos de um investimento e à capacidade de um investimento pagar os retornos devidos aos investidores;

b) risco financeiro – O grau de incerteza de pagamento atribuível à composição de passivo e patrimônio líquido usada para financiar uma empresa; quanto maior a proporção de financiamento por meio de dívidas, maior esse risco;

c) risco do poder de compra – A probabilidade de os níveis de preços em mudança (inflação ou deflação) afetarem adversamente os retornos de investimentos;

d) risco da taxa de juros – A probabilidade de as mudanças nas taxas de juros afetarem adversamente o valor de um título;

e) risco de liquidez – O risco de não ser capaz de liquidar um investimento convenientemente e a um preço razoável;

f) risco fiscal – A probabilidade de o Congresso mudar desfavoravelmente as leis tributárias, provocando a diminuição dos retornos após os impostos e dos valores de mercado de certos investimentos;

g) risco de mercado – Altera-se dependendo do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado; (DUARTE JUNIOR, 2010)

h) Risco de evento – Risco que provém de um evento inesperado, com efeito significativo e, geralmente, imediato no valor subjacente de um investimento.

O risco, na maioria das vezes, é representado pela medida estatística do desvio-padrão. O indicador mede a variação de retornos em relação ao retorno médio ou esperado de um ativo. Com isso, ao se tomarem decisões de investimento com base em uma média esperada, o desvio-padrão revela o risco da operação (ASSAF, 2003).

Gitman e Joehnk (2005) aconselham que apesar dos instrumentos de análise de risco serem úteis, eles serão de pouco valor se o investidor não tiver percepção e ciência sobre o risco. O investidor deverá buscar respostas para saber se realmente vale a pena assumir o risco para se obter o retorno esperado ou se esse retorno esperado pode ser alcançado por outra forma com um risco mais baixo. O exame das características gerais de risco-retorno de investimentos alternativos e a questão do nível aceitável de risco, que cada investidor possui um, ajudará no esclarecimento de avaliação da variável de risco.

1.3 Comportamento do investidor

Uma ampla variedade de comportamentos de risco-retorno está associada a cada tipo de instrumento de investimento. Alguns investimentos oferecem retornos baixos e risco baixo, enquanto outros oferecem altos retornos e altos riscos. (GITMAN e JOEHNK, 2005)

A postura de um investidor perante o risco é pessoal, não se encontra uma resposta padronizada para todas as situações. Assaf Neto (2003) nos explica que a preocupação maior nas decisões sobre investimento em situações de incerteza é decifrar as preferências de cada investidor em relação ao conflito risco/retorno, inerente a toda alternativa financeira, ou seja, é necessário refletir sobre suas preferências com relação a um determinado nível de consumo atual, ou maior no futuro, sempre associado a um certo grau de risco.

Segundo Rogers, Ribeiro e Securato (2007), seria possível que erros fossem eliminados no processo de tomada de decisão se as pessoas pudessem aprender com os equívocos cometidos e, assim, excluí-los das decisões em condições de risco. Porém, existem características comportamentais humanas que limitam o processo de aprendizado, como o excesso de confiança, o arrependimento, o conservadorismo e a ilusão do conhecimento.

A teoria da preferência, fundamentada por Gitman e Joehnk, (2005) e Assaf Neto (2003), tem por objetivo

básico demonstrar como um investidor se posiciona diante de ativos financeiros que apresentam diferentes combinações de risco e retorno, conforme a figura 1 a seguir:

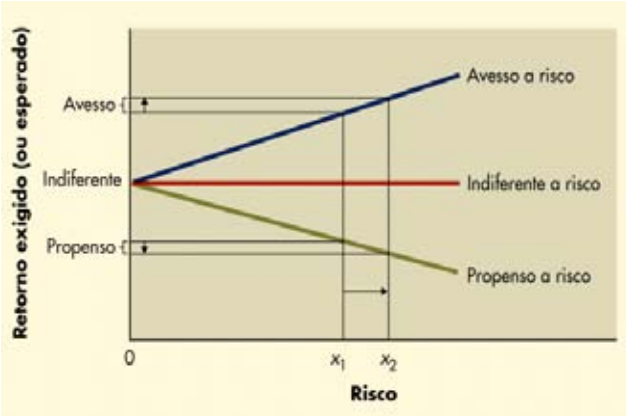


Figura 1: Preferências de risco
Fonte: Gitman e Joehnk (2005, p. 128).

- indiferente ao risco – o retorno exigido não muda quando o risco vai de x1 a x2. Em tese, nenhuma mudança em relação ao retorno seria exigida para o aumento na variável risco;
- avesso ao risco – o retorno exigido cresce para um aumento na variável do risco. Por evitarem risco, esses investidores exigem retornos esperados mais satisfatórios para compensar o risco assumido na operação;
- propenso ao risco – diminui-se o retorno exigido para um aumento em risco. Por gostarem de risco, esses investidores não se importam em assumirem maiores riscos, mesmo se a tendência do retorno for baixa.

A maioria dos investidores é contra o risco, sendo para um dado aumento em risco exigido um aumento em retorno, esta é a lógica do mercado.

A informação é parte importante no processo de qualificarmos o investidor e observarmos suas decisões quanto ao processo de investir. Gitman e Joehnk (2005) nos mostram orientações para investimentos corretos em que se combinam risco e retorno:

- use dados de retornos históricos e projetados, estime o retorno esperado e correlacione ferramentas de valor presente, para garantir que o retorno é adequado, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo;
- usando dados de retornos históricos, avalie o risco associado ao investimento, seja subjetivamente ou teoricamente;
- deve-se avaliar o comportamento de risco-retorno de cada investimento alternativo para verificar se a relação risco/retorno é razoável. Caso existam outros ativos com menor risco fornecendo retornos iguais ou até mesmo maiores, o investimento não é aceitável;
- observe opções de investimentos que ofereçam retornos mais altos associados ao nível de risco que o investidor se propõe a aceitar. Sempre obtendo o maior retorno para o nível de risco tolerado.

A seguir faremos um breve estudo de planejamento de carteiras, baseando-se nas análises de correlação, diversificação e alocação de ativos.

1.4 Planejamento de carteiras de investimentos

Os investidores se beneficiam ao manter carteiras de investimentos em vez de alocarem seus recursos em um único instrumento de investimento. Sem sacrificar ganhos, os investidores que possuem carteiras podem reduzir o risco se compará-los aos investidores que mantém seus investimentos isolados em um único ativo (GITMAN e JOEHNK, 2005).

Para obter uma carteira eficiente, que forneça o retorno mais alto para um dado nível de risco ou então que tenha o risco mais baixo para certo nível de retorno, é necessário estabelecer objetivos que atendam as expectativas de investidor, sendo elas referentes a porcentagens de ganho, tempo de investimento e capacidade de arcar com o risco (BRIGHAM e EHRHARDT, 2006).

Um aspecto importante na criação de uma carteira eficiente abrange os temas de correlação e diversificação.

Segundo Gitman e Joehnk (2005), correlação é uma medida estatística de relação, caso houver, entre séries de números que representam dados de qualquer tipo. Se duas variações se movem na mesma direção, elas são positivamente correlacionadas. Se as duas variações se movem em direções opostas, são negativamente correlacionadas.

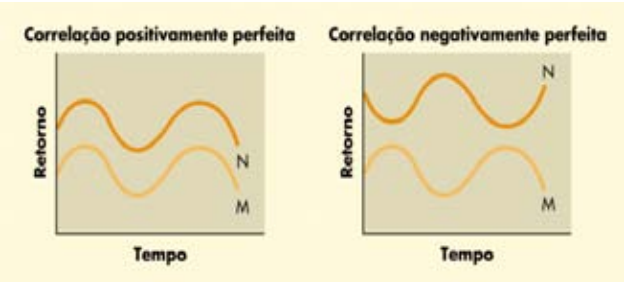


Figura 2: Correlação entre as séries N e M
Fonte: Gitman e Joehnk (2005, p. 135) c/ adaptações.

Assaf Neto (2003) conceitua diversificação como a inclusão de um número de diferentes investimentos dentro de uma carteira, sendo possível com isso correlacionar ativos com maior risco e, outros, com menor risco. Busca-se uma maior rentabilidade, controlando a variação de perdas. Desde que os retornos dos ativos sejam negativamente correlacionados.

Um exemplo dessa posição nos indica Bruni (1998, p. 44):

> Uma diversificação bem feita pode reduzir, ou, até mesmo, eliminar os riscos únicos. De forma simples, se o aumento do preço do petróleo pode prejudicar os resultados de uma companhia de aviação, um investidor poderia reduzir ou anular esse risco (refletido no valor das ações), através da compra de ações (com correlação negativa) de uma empresa petrolífera – que teria seus resultados melhorados em função do aumento no preço do petróleo.

Antes de adquirir qualquer investimento, é necessário definir um esquema de alocação de ativos. A alocação de ativos corresponde em dividir uma carteira em várias classes de investimento, como ações, títulos de dívida, de curto prazo e outros investimentos tangíveis, como imóveis e ouro (GITMAN e JOEHNK, 2005).

A ideia da alocação de ativos consiste em diminuir o risco total dos investimentos, sendo ela abordada de três formas: por ponderações fixas, ponderações flexíveis e alocação tática.

Ponderações fixas abordam a constituição de uma carteira alocando uma porcentagem fixa aos ativos, que normalmente variam de três a cinco. Normalmente essas ponderações não mudam com o tempo, sendo ajustadas depois de importantes mudanças no mercado para manterem as alocações de valores desejadas na porcentagem fixa.

Ponderações flexíveis envolvem o ajuste periódico das porcentagens para cada categoria de investimento com base na análise atuarial no mercado. Busca aproveitar momentos específicos do mercado, obtendo assim maiores retornos. Conforme tabela 2.

Tabela 1: Ponderações fixas

Categoria	Alocação
Ação ordinária	30%
Títulos de dívida	50%
Títulos estrangeiros	15%
Títulos de curto prazo	5%
Carteira Total	100%

Fonte: Gitman e Joehnk (2005, p. 157).

Tabela 2: Ponderações flexíveis

Categoria	Alocação	Nova alocação
Ação Ordinária	30%	45%
Títulos de dívida	40%	40%
Títulos estrangeiros	15%	10%
Títulos de curto prazo	15%	5%
Carteira Total	100%	100%

Fonte: Gitman e Joehnk (2005, p. 157).

Alocação tática de investimentos é uma forma de timing de mercado, em que se busca projetar o mercado futuro por meio de índices para mudar a alocação dos ativos de uma carteira. Pela sua complexidade é geralmente adequada somente aos grandes investidores institucionais.

Para aplicar a alocação de ativos, Gitman e Joehnk (2005, p. 158) explica:

> Um plano de alocação de ativos deve considerar o panorama econômico e seus padrões de investimentos, poupanças e de gastos, situação fiscal, expectativas de retorno e tolerância a risco. Tais planos devem ser formulados para o longo prazo, enfatizar a preservação de capital e fornecer revisão periódica para manter consistência com objetivos de investimento em mudança. Geralmente, para decidir sobre o composto adequado de ativos, você deve avaliar cada categoria de ativo em termos de retorno, potencial de crescimento, segurança, liquidez, custos de transações correntes e economia potencial de impostos.

Abaixo serão demonstradas as hipóteses do estudo que visou entender o comportamento dos investidores diante das opções de investimento oferecidas pelo mercado financeiro.

1.5 Hipóteses do estudo

Nessa seção, são apresentadas as hipóteses desenvolvidas sobre o efeito de decisão: a primeira focaliza o impacto da informação, enquanto as outras duas estão voltadas para o risco e a diversificação.

A partir da teoria comentada acima podem ser extraídas as seguintes hipóteses:

H1. Os investidores serão mais propensos a investir quando a informação sobre o produto o deixar mais seguro.

H2. A tomada de decisão é maior quando o risco está associado ao retorno esperado.

H3. Quanto maior for a diversificação maior a probabilidade de tomada de decisão quanto a investir.

2 Metodologia

Nessa seção são apresentados os procedimentos metodológicos adotados, sendo igualmente exploradas as etapas desse estudo de natureza causal.

2.1 Desenho do experimento

A pesquisa trata-se de uma pesquisa científica experimental, cujo foco compreende a influência do risco, da informação e da diversificação no processo de decisão de investir.

Essa tipologia foi fundamentada em Malhotra (2006), que sugere os experimentos para inferir relações causais, ou seja, estudar afirmações do tipo "X causa Y", e também em Gil (1999, p. 52), que indica a pesquisa experimental quando há interesse em "[…] submeter os objetos de estudo à influência de certas variáveis, em condições controladas e conhecidas pelo investigador, para observar os resultados que a variável produz no objeto".

A hipótese principal sugere que o risco, a informação e a diversificação influenciam positivamente o comportamento do investidor na tomada de decisão. Desse modo, buscou-se resposta ao seguinte problema: o risco, a informação e a diversificação influenciam o comportamento do investidor na tomada de decisão para investir?

Para realizar o experimento, recorreu-se ao uso da pesquisa científica, com base nos postulados desenvolvidos por Malhotra (2006). No tocante às definições propostas pelo autor, verifica-se que as variáveis independentes, que se constitui da variável manipulada por ocasião do experimento, foi, nesse caso, o risco, a informação e a diversificação; as unidades de teste, que são indivíduos cuja resposta à variável independente está sob investigação, corresponderam, neste estudo, aos alunos de cursos de graduação em administração de empresas e a clientes de banco (investidores). A variável dependente, nessa pesquisa, é o comportamento do investidor (avesso, propenso e indiferente), pois esse indicador é responsável por medir o efeito da variável independente sobre as unidades de teste.

Em se tratando das condições necessárias para se atestar a causalidade, ou seja, determinar que "Y" é realmente efeito de "X", o autor destaca a variação concomitante, que, nesse estudo, caracterizou-se pela relação entre o fator causal risco, informação e diversificação e o fator efeito comportamento do investidor (avesso, propenso e indiferente).

Participaram da pesquisa 480 indivíduos com vários níveis de instrução, em sua maioria graduandos em administração. Foram criados 12 estímulos (apresentações) que representavam diferentes situações, como:

Você atualmente tem necessidade de investir no mercado financeiro. (Ações, títulos públicos, títulos privados (CDB), poupança.)

Imagine que você somente precisará resgatar os recursos no prazo de 5 anos ou somente na sua aposentadoria.

Considere que essa é a primeira vez que você investe no mercado financeiro.

As informações que você tem a respeito desse produto no mercado financeiro são favoráveis para que você tenha confiança no investimento.

Imagine que você terá taxas de retorno conhecidas e que irá atender sua expectativa.

As diferenças nas versões residiam:

1. Longo prazo, novo investidor, informação conhecida, risco conhecido.
2. Longo prazo, novo investidor, informação conhecida, risco não conhecido.
3. Longo prazo, novo investidor, informação não conhecida, risco conhecido.
4. Longo prazo, novo investidor, informação não conhecida, risco não conhecido.
5. Curto prazo, novo investidor, informação conhecida, risco conhecido.
6. Curto prazo, novo investidor, informação conhecida, risco não conhecido.
7. Curto prazo, novo investidor, informação não conhecida, risco conhecido.
8. curto prazo, novo investidor, informação não conhecida, risco não conhecido.
9. Longo prazo, velho investidor, informação conhecida, risco conhecido.
10. Longo prazo, velho investidor, informação conhecida, risco não conhecido.
11. Longo prazo, velho investidor, informação não conhecida, risco conhecido.
12. Longo prazo, velho investidor, informação não conhecida, risco não conhecido.
13. Curto prazo, velho investidor, informação conhecida, risco conhecido.
14. Curto prazo, velho investidor, informação conhecida, risco não conhecido.
15. Curto prazo, velho investidor, informação não conhecida, risco conhecido.
16. Curto prazo, velho investidor, informação não conhecida, risco não conhecido.

Cada questionário era composto de doze questões, respondidas por meio de uma escala de sete pontos, 1 para discordo totalmente e 7 para concordo totalmente.

Foi utilizado o procedimento between-subjects, no qual diferentes indivíduos são expostos a diferentes tratamentos. O experimento consiste em expor doze unidades de teste (grupos de estudantes) a todas as possibilidades de combinação entre os fatores. Com esse procedimento cada respondente participa em somente um dos tratamentos, opondo-se ao procedimento within-subjects (ou desenho de medidas repetidas), no qual cada respondente participa de todas as condições experimentais (KEPPEL, 1991).

Optou-se pelo procedimento de expor os respondentes a cenários escritos, já que este se mostrou um método eficaz em pesquisas semelhantes realizadas em marketing (BAGOZZI e GOPINATH, 1999 apud KUMAR e OLIVER, 1997) e em psicologia (ROSEMAN, 1983 apud ROSEMAN et al., 1990). O método consiste na elaboração de cenários escritos com histórias que contemplem todas as combinações diferentes entre as variáveis manipuladas. Após a leitura do cenário correspondente, o entrevistado deveria responder as doze questões referentes aos constructos (risco, informação e diversificação) em estudo. Conforme tabela 3 abaixo:

Tabelas 3: Variáveis do questionário

1. Acredito que a informação que tenho sobre o produto me deixa mais seguro quanto a opção de investir.
2. Prefiro investir em um único produto e aguardar os seus resultados.
3. Concordo que o risco está associado ao retorno esperado.
4. Ao investir preocupo-me em alocar meus recursos em diversos ativos financeiros.
5. A percepção do risco não modifica a minha tomada de decisão ao investir.
6. Independentemente da informação que tenho sobre o produto, faço meu investimento. “Quem não arrisca não petisca”
7. Com um comportamento agressivo ao investir, obtenho maiores rentabilidades.
8. Ao investir, informações parciais são suficientes para minha tomada de decisão.
9. Assumo risco moderado quando tomo decisões para investir.
10. Possuo um comportamento conservador ao investir.

Fonte: Questionário da pesquisa.

O experimento ocorreu em sala de aula, das faculdades das cidades de Araçatuba, Birigui e Penápolis, localizadas no interior de São Paulo. Transcorreu durante 30 dias, no mês de março de 2010.

Os dados coletados por meio dos questionários foram submetidos a ferramentas de estatística. A análise de variância ANOVA, possibilitou comparar os dezesseis questionários do experimento, com a finalidade de verificar a significância estatística da diferença entre e dentre eles.

Os dados coletados possibilitaram confrontar o referencial teórico com os resultados empíricos do estudo, garantindo uma adequada avaliação da problemática.

3 Análise e discussão dos dados

A amostra é composta por 41,7% de homens e 58,3% de mulheres. A grande maioria dos respondentes (85%) é jovem, estando na faixa até os 30 anos.

Quinze por cento dos entrevistados estão na faixa entre 31 e 45 anos e 2,8% têm acima de 46 anos. Quanto à variável renda mostrou-se como a mais equilibrada entre as variáveis de perfil da amostra. A maior parte (71%) possui renda familiar em até R$ 2.325,00.

Na tabulação dos dados, utilizaram-se as análises estatísticas bem como a correlação entre as variáveis foi realizada no programa Statistical Packge of Social Science (SPSS).

SPSS é um software aplicativo (programa de computador) do tipo científico, acrônimo de Statistical Package for the Social Sciences – pacote estatístico para as ciências sociais. Pacote este de apoio a tomada de decisão que inclui: aplicação analítica, Data Mining, Text Mining e estatística que transformam os dados em informações importantes que proporcionam reduzir custos e aumentar a lucratividade. Um dos usos importantes desse software é para realizar pesquisas de mercado.

Segundo a análise de regressão, a variável dependente considerada foi o comportamento do investidor (avesso, propenso e indiferente), e as variáveis independentes foram o risco, a informação e a diversificação.

As variáveis independentes sobre informação selecionadas explicam 54,69% da variação na tomada de decisão de investimento. Entre as três variáveis todas foram significantes. Na Tabela 4 é possível visualizar o resumo desses resultados.

Tabela 4: Variáveis que se destacam como significativas no modelo R^2=0,5469

Variáveis	Descrição das variáveis	b_n	p-valor
	Intercepto	1,6275	0,0083
1	Acredito que a informação que tenho sobre o produto me deixa mais seguro quanto à opção de investir.	0,3279	0,0002
6	Independentemente da informação que tenho sobre o produto, faço meu investimento. “Quem não arrisca não petisca”.	0,3381	0,0000
8	Ao investir, informações parciais são suficientes para minha tomada de decisão.	0,1737	0,0004

Fonte: Os autores.

O resultado da ANOVA indica uma forte indução de que o modelo ajustado demonstra o relacionamento entre a variável dependente e a independente risco. Esse relacionamento descrito no modelo explica 48,42% da variabilidade dos dados. Na Tabela 5 é possível visualizar o resultado obtido.

Tabela 5: Variáveis que se destacam como significativas no modelo R^2=0,4842

Variáveis	Descrição das variáveis	b_n	p-valor
	Intercepto	3,3032	0,0000
3	Concordo que o risco está associado ao retorno esperado.	0,5982	0,0000

Fonte: Os autores.

A variável independente diversificação selecionada para entrar no modelo explica 31,48% da variação na opção dos investidores. Entre as duas variáveis independentes sobre diversificação, apenas uma foi significativa, representando que o investidor tem preferência à diversificação na hora de tomada de decisão para investir. Na Tabela 6 é possível visualizar o resumo desses resultados.

Tabela 6: Variáveis que se destacam como significativas no modelo R^2=0,3148

Variáveis	Descrição das variáveis	bn	p-valor
	Intercepto	6,0223	0,0000
4	Ao investir preocupo-me em alocar meus recursos em diversos ativos financeiros.	0,3899	0,0000

Fonte: Os autores.

O resultado da ANOVA indica uma forte indução de que o modelo ajustado demonstra o relacionamento entre a variável dependente e a independente diversificação.

Esse relacionamento descrito no modelo explica 26,19% da variabilidade dos dados em que apenas a variável independente R11 foi selecionada para entrar no modelo. Na Tabela 7 é possível visualizar os resultados obtidos.

Tabela 7: Variáveis que se destacam como significativas no modelo R^2=0,2619

Variáveis	Descrição das variáveis	bn	p-valor
	Intercepto	6,1088	0,0000
10	Possuo um comportamento conservador ao investir.	0,3669	0,0001

Fonte: Os autores.

As variáveis R2, R5, R7, R9 não foram significativas ao modelo , uma vez que, a maioria dos respondentes, optaram pela escala 1 discordo totalmente, sendo assim foram excluídas do modelo, para um melhor ajuste.

A variável R10 ressalta que a maioria dos investidores prefere um comportamento conservador. Reiterando a afirmação de Gitman e Joehnk (2005, pág. 128) "Os investidores geralmente tendem a serem conservadores ao aceitarem risco".

Para verificação das hipóteses postuladas, optou-se nesse artigo por utilizar tanto testes paramétricos como não paramétricos, independentemente dos resultados dos testes de normalidade. Essa escolha foi motivada pelo objetivo de dar maior precisão às analises. O teste utilizado para verificar a normalidade das distribuições foi o Kolmogorov- Smirnov, com um intervalo de confiança de 95%. Já a independência entre as observações, esta sim essencial para ambos os tipos de testes, foi averiguada usando o teste de autocorrelação.

O primeiro teste paramétrico utilizado nesse artigo é o teste F da análise de variâncias (ANOVA – Analysis Of Variance). O teste F da ANOVA é utilizado para comparar médias e testar se há alguma diferença entre as médias.

O valor de F elevado indica que pelo menos uma das médias analisadas é diferente das demais. O p-value, que acompanha o valor de F, expressa a probabilidade que as médias populacionais têm de serem iguais.

Utilizou-se também o teste t de Student. O valor de t permite a comparação dos retornos dos grupos e o p-value associado ao t expressa a probabilidade do retorno médio de cada grupo ser igual a zero.

O teste não paramétrico utilizado é o Kruskal-Wallis. Trata-se de um teste similar ao F da ANOVA, porém não é necessária a normalidade das séries de dados. Esse teste se baseia no ranking de cada observação para verificar se duas ou mais amostras pertencem a mesma população.

Os p-values dos testes F, indicam que as probabilidades que as médias dos retornos têm de serem iguais entre os grupos são altas (25,4% para o comportamento e 19,4% para o risco). Esse resultado demonstra que a hipótese nula, é rejeitada.

A análise do p-value do teste t de Student aponta que as médias dos retornos dos dois grupos podem ser consideradas diferentes de zero, o que indica a existência do efeito comportamento na tomada de decisão do investidor.

O teste não paramétrico utilizado é o tradicional Kruskal-Wallis. Os resultados apresentam o alto valor de H1 (1,80) e o pvalue elevado (37%), demonstrando que há diferença entre os grupos, o que indica que os investidores são mais propensos a investir quando a informação sobre o produto os deixam mais seguros. O mesmo ocorreu para as hipóteses H2 e H3.

A maioria dos investidores são contrários ao risco, sendo a tomada de decisão maior quando o risco está

associado ao retorno esperado. Para um determinado aumento de risco exige-se um aumento em retorno. Assim como afirmam Gitman e Joehnk (2005).

A importância da diversificação é percebida por grande parte dos investidores, evidenciando que seu uso busca trazer uma maior rentabilidade e controle sobre a variação de perdas, assim como atestou Assaf Neto (2003).

4 Considerações finais

Esse trabalho procurou mostrar que há diferenças significativas na forma pela qual as pessoas julgam as alternativas de informação. Em média, os sujeitos dessa pesquisa, mostraram-se avessos ao risco. O principal resultado da pesquisa foi mostrar que o modelo de regressão que adotou, como variável independente, o risco, a informação e a diversificação é seguido pelo tomador de decisão na forma tradicional.

A aversão ao risco pode ser avaliada por estudos de aspectos comportamentais do ser humano associados ao mercado financeiro, sendo importantes outros empenhos para melhor entendimento da questão.

Percebeu-se que técnicas e informações sobre os investimentos são detalhes valiosos para a obtenção de êxito e retornos satisfatórios. Evidentemente, desde que observado a capacidade do investidor em lidar com o risco, além de suas expectativas a respeito de seus ativos financeiros. Dessa forma, o desenvolvimento de novas técnicas e modelos sobre análises comportamentais e de investimentos sempre auxiliará o investidor em suas decisões perante o mercado financeiro.

Referências

ANTONIK, L.R. Análise de projetos de investimento sob condições de risco. Revista da FAE, Curitiba, v.7, n.1, p. 67-76, jan./jun. 2004.

ASSAF NETO, A. Mercado financeiro. 5.ed. São Paulo: Atlas 2003.

BAGOZZI, R.P.; GOPINATH, M; NYER, P. U. The role of emotions in marketing. Academy of Marketing Science, p. 184-206, spring, 1999.

BRIGHAM, E. F.; EHRHARDT, M. C. Administração financeira: teoria e prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BRUNI, A.L. Risco, retorno e equilíbrio: uma análise do modelo de precificação de ativos financeiros na avaliação de ações negociadas na Bovespa (1988-1996). 1998. 163 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DUARTE JUNIOR, A.M. Risco: definições, tipos, medição e recomendações para o seu gerenciamento. Disponível em: <http://www.risktech.com.br/Artigos/ArtigosTecnicos.asp>. Acesso em: 20 mar. 2010.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, L.J.; JOEHNK, M. D. Princípios de investimentos. 8.ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

KEPPEL, G. Design and analysis: a researcher's handbook. 3.ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1991.

KUMAR, A.; OLIVER, R, L. Cognitive appraisals, consumer emotions, and consumer response. In: Advances in Consumer Reserch, 1997. Proceedings, Association for Consumer Research, v.24, p. 17-18, 1997.

MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006, 719p.

ROGERS, P.; RIBEIRO, K. C. S.; SECURATO, J. R. Finanças comportamentais no Brasil: em estudo comparativo. Revista de Economia e Administração, v. 6, n. 1, p. 49-68, jan./mar. 2007.

ROSEMAN, I.J.; SPINDEL, M. S.; JOSE, P. E. Appraisals of emotion-eliciting events: testing a theory of discrete emotions. Journal of Personality and Social Psychology, v.59, n.5, p. 899-915, 1990.

A PROPAGANDA DE ALIMENTOS NA INTERNET PARA CRIANÇAS: JOGOS *ONLINE*

THE FOOD ADVERTISING TO CHILDREN ON THE INTERNET: ONLINE GAMES

Marcos Antonio de Andrade
Mestrando em Administração – Programa de Mestrado e Doutorado em Administração – PMDA – UNINOVE

Claudia Rosa Acevedo
Doutora, Programa de Mestrado e Doutorado em Administração – PMDA – UNINOVE.
marcolinoandrade@terra.com.br

Resumo

No Brasil e no mundo, o aumento da obesidade infantil tem chamado a atenção de governos, órgãos de defesa do consumidor, da classe médica e de instituições não governamentais. Observações em estudos apontam que práticas de marketing podem impactar na alimentação das crianças e, por consequência, no agravamento da obesidade. Assim, os interessados no tema buscam as mídias primárias para analisar esses impactos, notadamente a televisão. No entanto, novas mídias têm sido utilizadas pelos anunciantes, como alternativa à televisão. Nesse contexto, a internet tornou-se uma importante ferramenta de comunicação de marketing e tem utilizado crianças como público-alvo para propagandas. Nos Estados Unidos, essa nova utilização de marketing levou a uma revisão dos agentes de saúde governamentais, órgãos de defesa do consumidor e grupos industriais sobre as práticas de marketing *online*. No Brasil, a pesquisa sobre esse tema está muito incipiente e a legislação pertinente está em fase de análise, carecendo, portanto de implantação efetiva. O objetivo desse estudo é identificar as práticas de marketing *online* para crianças que possam levar a preocupações políticas. Esse estudo visa relatar os resultados da análise de conteúdo sistemática de *Websites* de empresas que vendem alimentos para crianças.

Palavras-chave: Consumidores vulneráveis. Marketing. Obesidade infantil. Propaganda *online*.

Abstract

In Brazil and worldwide, the increase in childhood obesity has drawn the attention of governments, consumer protection, medicals and non-governmental institutions. Remarks studies show that marketing practices can impact the nutrition of children and, consequently, the worsening of obesity. Thus, those interested in the theme look for the primary media for analyzing these impacts, especially television. However, new media have been used by advertisers as an alternative to television. In this context, the Internet has become an important communication tool in marketing and has used children as target audience for advertisements. In the U.S., this new use of marketing led to a review of government health officials, regulatory agencies and consumer and industry groups, on the practices of online marketing. In Brazil, research on the subject is very incipient and relevant legislation is being examined, lacking, therefore, effective implementation. The aim of this study is to identify the practices of online marketing to children that could lead to political concerns. This study aims at reporting the results of systematic content analysis of websites of companies selling infant food.

Key words: Childhood obesity. Marketing. Online advertising. Vulnerable consumers.

1 Introdução

Este estudo trata das práticas de marketing da indústria de alimentos e da exposição das crianças a essas práticas enquanto acessam jogos pela internet. Essas questões estão relacionadas com o aumento da obesidade infantil e à ausência de uma regulamentação sobre propagandas na internet, principalmente para o público infantil que, por conta de sua vulnerabilidade, fica exposto às práticas abusivas.

O interesse no marketing de alimentos se dá na medida em que os Estados Unidos têm experimentado uma crise de obesidade infantil. Esse problema tem chamado a atenção de agentes públicos, de grupos de interesse de consumidores, de profissionais de saúde, de acadêmicos e da indústria de alimentos. Estudos avaliaram a contribuição do marketing para a obesidade por meio de uma revisão das evidências empíricas (HASTINGS et al, 2003; IOM, 2005) e concluíram que a exposição à propaganda influencia a dieta diária de crianças com idade entre 2-11 anos, e também crenças, preferências, pedidos de compras e opções promocionais. A realidade brasileira não é diferente; o aumento do consumo de alimentos industrializados nas últimas três décadas se relaciona ao crescimento do número de algumas doenças entre crianças e adolescentes. Segundo dados da última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE), realizada em 2002/03 pelo Ministério da Saúde, 16,7% dos adolescentes entre 10 e 19 anos têm excesso de peso e, destes, 2,3% têm obesidade. De fato, nos últimos anos, mudanças de hábitos – como o aumento no consumo de alimentos industrializados e uma rotina mais sedentária, contribuíram para o crescimento da obesidade entre as pessoas mais jovens. De acordo com a distribuição geográfica em todo o país, o problema da obesidade é mais grave nas áreas urbanas (19,5% dos adolescentes) do que na rural (11,4% de adolescentes) e mais evidente nas Regiões Sul e Sudeste do país, onde atinge 23,6% e 22,0% dos adolescentes, respectivamente (IBGE, 2002/03).

Diante da realidade exposta acima, acredita-se ser importante pesquisar sobre as práticas promocionais de marketing na internet, e identificar áreas que possam trazer preocupações para políticas públicas.

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro refere-se à introdução e o segundo, à revisão da literatura sobre o tema. O terceiro trata do método da pesquisa e, por fim, o quarto traz as referências bibliográficas utilizada no estudo.

1.1 O problema da pesquisa

O avanço das mídias alternativas, principalmente a internet, tem atraído o público infantil pelo interesse na interatividade proporcionada por esse meio, sendo o jogo um de seus maiores atrativos (FRIESTAD; WRIGHT, 2005). Estudos sugerem que essa nova mídia está complementando, mais do que substituindo a televisão, pois as crianças aprendem a fazer coisas de maneira "multitarefa". No entanto, a exposição à propaganda de alimento na internet é muito diferente da que ocorre com a televisão ou com a mídia impressa; pois *websites* para crianças são desenhados para serem lúdicos e envolventes; e, no entanto, contém a marca do patrocinador inserida no contexto, como objetivo principal de divulgação (FERRAZZI; BENEZRA, 2001). Além disso, enquanto na televisão, a criança fica exposta passivamente, na internet, a criança interage e busca o conteúdo desejado (AAKER, 2002). Assim, o marketing *online* também proporciona aos publicitários uma oportunidade de interagir com as crianças por vários minutos, tempo bem maior do que os 30 segundos da exposição na televisão. Estimativas indicam que os visitantes de *websites* de jogos gastam, em média, 25 minutos com esse tipo de entretenimento (BERTRIM, 2005; FATTAH; PAUL, 2002). Nesse contexto, mensagens de marketing podem ser incorporadas a um jogo ou a outras atividades dos *websites* e podem confundir as linhas entre a propaganda e o entretenimento (MONTGOMERY, 2001). Diante disso, a propaganda nesse meio pode ser mais dissimulada, porque as intenções do anunciante podem ser menos evidentes, de imediato, para um público jovem.

Assim caracteriza-se a pergunta da pesquisa, da seguinte forma:

Quais são e como são utilizadas as práticas de marketing de alimentos que visam o público infantil em jogos nos *websites?*

1.2. Objetivo do estudo

Esse estudo visa identificar as práticas de marketing de alimentos para crianças e compreender como elas são utilizadas nos jogos pela internet para conquistar esse público.

1.3 Objetivos específicos

Objetivos secundários, decorrentes do objetivo geral, são:

- Pesquisar, analisar e comentar a literatura sobre as práticas de marketing de alimentos e a vulnerabilidade infantil em relação ao marketing, visando subsidiar o pesquisador para atingir o objetivo geral;
- Pesquisar, analisar e comentar a literatura sobre a vulnerabilidade da criança diante de propagandas, visando compreender o processo de aprendizado infantil, fornecendo subsídios ao pesquisador para compreender o prejuízo das práticas do marketing de alimentos que visam o público infantil;

- Identificar práticas de marketing contidas em jogos pela Internet que possam afetar o bem-estar da criança.

1.4 Justificativa do estudo

As propagandas destinadas a crianças, contidas em jogos pela internet, têm sido uma fonte de preocupações para políticas públicas em vários países (MOORE; RIDEOUT, 2007). Em 2007, Moore e Rideout analisaram a propaganda de alimentos para crianças na internet e apontaram 11 questões importantes para políticas públicas relacionadas à realidade americana. Essas questões serão abordadas individualmente no capítulo da revisão da literatura. Também serão abordados outros temas inerentes às praticas de marketing, que foram considerados relevantes para o contexto.

2 Revisão da literatura – pesquisas anteriores

Para obter subsídios para compreender o fenômeno estudado, buscou-se efetuar a revisão bibliográfica dos artigos referentes ao tema e da literatura que fornece a base da sustentação teórica.

2.1 A Internet como integradora de programas de comunicação de marketing

Até o advento da internet, os anunciantes buscavam obter a chamada construção de marcas por meio de propagandas em mídias de massa, principalmente a televisão, utilizando-se para isso, propagandas baseadas na memorização. Atualmente, no entanto, esse trabalho está dificultado pela expansão de canais de televisão, quantidade de títulos de revistas, periódicos e demais veículos de comunicação. Esse contexto tornou o processo de construção de marca, por meio de programas de comunicação de marketing, bastante difuso e, às vezes, incoerente (AAKER, 2002).

O que tornou a internet atrativa para os anunciantes não foi somente a utilização de um novo canal de promoção, mas a descoberta de novas dimensões de contato com o público consumidor. A propaganda, diferentemente da televisão, deixa de ser estática e com horário programado, e passa ser interativa e atemporal. As pessoas podem acessar a qualquer tempo, e de maneira não linear, os conteúdos apresentados. A página da internet proporciona uma linguagem mais complexa, baseada não mais em textos, mas em hipertextos, onde é possível efetuar leituras em vários ambientes virtuais e retornar para qualquer ponto, e em qualquer momento; além de não dispor de limites de exposição. Os *websites* institucionais abrem também espaços para abordagens diversas, proporcionando, assim, um relacionamento com os consumidores nunca antes proporcionado.

A internet, atualmente, pode servir justamente de elemento integrador de programas de comunicação, pois propicia coerência, sinergia e integração. Esse novo mundo virtual não é somente mais um canal de vendas, ele passou a ser uma plataforma integradora de programas de marketing e as companhias passaram a ter uma visão holística sobre o processo de construção de marcas (AAKER, 2002).

Com o crescimento do setor de serviços via *web*, a expansão das redes de relacionamento e o avanço das conexões, a internet ganha outras dimensões para o marketing. No mundo virtual, o consumidor deixa de ser um agente passivo e passa a interagir com os elementos desse mundo novo. Assim, a internet propicia ao consumidor, novas experiências, além de uma exposição prolongada.

Assim, a internet passa a ser um mecanismo multicanal de programas de marketing, que propicia a ampliação do potencial de consumidores de sua base de clientes e de possíveis novos consumidores; proporciona também uma diferenciação de marca por meio de novos serviços ou produtos, tais como informações, entretenimento e outros valores agregados, e também a integração de programas de comunicação de marketing, de forma consistente e com sinergia (AAKER, 2002).

2.2 O avanço dos jogos pela Internet – *Advergaming*

O alvo primário das políticas públicas atualmente é a propaganda para crianças na televisão. Entretanto, o avanço das mídias interativas, como o videogame e a internet, complicou consideravelmente o debate sobre esse assunto (FRIESTAD; WRIGHT, 2005). Em geral, os artigos publicados na imprensa especializada têm observado que os jogos contendo propaganda, conhecidos nos Estados Unidos como *advergames,* são uma característica comum das páginas institucionais do setor de alimentos visitadas por crianças, onde os patrocinadores desses jogos inserem suas marcas em aventuras divertidas e animadas. Esses *websites* são criados com o propósito explícito de promover uma ou mais marcas da empresa.

2.3 Processo crítico das crianças em relação à propaganda

Os críticos afirmam que a publicidade dirigida às crianças é intrinsecamente injusta, porque elas não têm a habilidade cognitiva e experiência de vida necessárias para entender os esforços de venda dirigidos a elas (KUNKEL, 2001). Essas preocupações não são exclusivas da internet. O que é específico desse tipo de mídia é a maneira como a propaganda é apresentada e os desafios que isso pode representar para as crianças pequenas que ainda estão aprendendo o que é publicidade e como ela funciona.

É bem sabido que a capacidade da criança para compreender e lidar com a publicidade sofre alterações significativas desde a infância até a adolescência (JOHN, 1999; MOSES; BALWIN, 2005; WRIGHT; FRIESTAD; BOUSH, 2005). Quando as crianças amadurecem, elas adquirem a habilidade de distinguir a publicidade de outras formas de comunicação. Assim são mais capazes de reconhecer um viés quando ele ocorre. De posse dessa compreensão, elas se tornam mais céticas sobre publicidade e estão mais bem equipadas para desconsiderar mensagens de vendas.

No caso específico das crianças menores (idade entre 3-7 anos), são as mais vulneráveis às tentativas de persuasão, independentemente do meio de publicidade, pois nessa faixa etária as crianças ainda não desenvolveram as habilidades necessárias, nem possuem a experiência de vida. As crianças também têm dificuldade em armazenar as informações na memória, quando elas chegam de forma rápida e por meio de múltiplos canais. Assim, elas podem até estar familiarizadas com marcas de produtos alimentares específicos, mas sua compreensão é largamente superficial.

Conforme a criança cresce, gradualmente ela desenvolve um sistema de processamento de informações mais sofisticado, além de habilidades e capacidades para controlar o aprendizado. Crianças na fase analítica – idade entre 7-11 anos- (JOHN, 1999; MOSES; BALDWIN, 2005) são mais flexíveis em seus pensamentos e possuem a capacidade de considerar múltiplas dimensões e contingências quando tomam decisões. Crianças nessa faixa etária são capazes de reconhecer múltiplas perspectivas, incluindo as de um anunciante. Juntas, essas mudanças de desenvolvimento permitirão uma compreensão mais sofisticada da publicidade e uma melhor capacidade de resistir ao seu apelo. No entanto, os déficits de desempenho podem persistir mesmo entre as crianças mais velhas (idades 10-11), que têm o conhecimento necessário para resistir à publicidade, mas não recorrem a esse entendimento a menos que explicitamente lembradas. Se as crianças não invocam suas defesas ao serem expostas às propagandas de televisão, é ainda menos provável que o façam quando as mensagens de venda são incorporadas aos jogos *online*.

2.4 Legislação e autorregulamentação

Questões sobre os impactos do marketing de alimentos *online* estão sendo levantadas no Congresso americano, no *Institute of Medicine (IOM)* (2005) *e na Federal Trade Commission (FTC)* bem como dos principais anunciantes da indústria de alimentos. Acadêmicos e defensores da criança que representam grupos com interesse nessa questão, também solicitaram abordagens mais abrangentes de regulamentação, citando a mídia interativa e o *advergame* como uma preocupação especial.

No Brasil, existem esforços para proteger a criança da publicidade, tanto que vários Projetos de Lei estão em andamento. Embora esses esforços sejam importantes, não tratam da propaganda na internet. Além disso, a legislação brasileira tornou-se extremamente morosa, dificultando sua aplicação prática.

2.5 Conteúdo nutricional dos alimentos

Moore e Rideout (2007) analisaram as informações nutricionais disponíveis nos *websites* que visavam ao público infantil e suas famílias fazerem suas escolhas para a compra de alimentos infantis. As autoras relataram que o *Center for Science in Public Interest (CSPI)* examinou as marcas promovidas nos *websites* e concluiu que 90% eram de qualidade nutricional pobre (WOOTAN, 2006). Segundo essa análise, a maioria das marcas estudadas continha níveis de sódio, gordura e/ou açúcares, que não são saudáveis para as crianças, se consumidos regularmente. Em seu estudo, Moore e Rideout (2007) observaram que muitos anunciantes (51%) fornecerem informações nutricionais básicas sobre suas marcas, seguida pela lista de ingredientes (24%) e sobre como o utilizar o alimento em uma dieta balanceada (13%). Essas informações apareceram, com mais frequência em *websites* voltados para um público geral (88%) do que sobre aqueles que têm como alvo crianças e adolescentes exclusivamente, indicando que os adultos são mais frequentemente alvo dessas comunicações. Uma possível explicação para esse resultado é que as crianças mais novas podem não ser capazes de ler e interpretar informações contidas nos rótulos de alimentos ou nas informações fornecidas nos *websites*.

As autoras também registraram alegações nutricionais específicas e de benefícios dos produtos, normalmente fazendo referência a um benefício específico (p. ex., baixo teor de açúcar na bebida). As alegações que mais prevaleceram nos *websites* pesquisados foram sobre valores de vitaminas e minerais (14%) (p. ex., 100% valor diário de vitamina C), seguido de nutrientes em geral (14%) (por exemplo: "o alimento perfeito para o crescimento dos ossos das crianças"), nutriente específicos (12%) (p. ex. "tem 9 nutrientes essenciais") e gordura (11%) (p. ex., "baixo índice de canela, açúcar e gordura"). Menos alegações nutricionais específicas foram feitas em *websites* de jogos que promovem múltiplas marcas do que aqueles que anunciam uma marca única. Uma evidência direcional também indica que menos alegações nutricionais foram feitas quando as crianças e adolescentes eram o público primário do que quando o *website* era direcionado ao público em geral. Esses resultados parecem sugerir que essa informação destina-se principalmente para os adultos.

2.6 Potencial de persuasão dos jogos

Jogos com marcas de alimentos embutidos são cada vez mais comuns na internet e, grande parte deles, possuem animação, música ou efeitos sonoros. Esse novo meio de propaganda atinge um grande número de crianças, que utilizam a internet como entretenimento, e *websites* com um grande número de opções de jogo que atraem um número maior de crianças (idades 2-11).

Estudos indicam que tanto as crianças pequenas quanto as de idades entre 8-11, não possuem a percepção para compreender a intenção persuasiva de um anunciante que inseriu um anúncio num jogo (JOHN, 1999). Quando as propagandas de alimentos são incorporadas em um jogo *online* e as linhas entre a publicidade e o entretenimento não são distintas, as crianças podem estar menos preparadas para se defender, pois o jogo é o principal objeto de atenção; permitindo, assim, as aparências do logotipo da empresa e da embalagem, ou o caráter a ser processado perifericamente.

Essa informação é baseada em extensas evidências entre os adultos, mostrando que a exposição à propaganda pode conduzir a uma maior percepção da marca e atitudes favoráveis, mesmo quando um indivíduo não processe uma mensagem de marketing muito profundamente (JANISZEWSKI, 1993; NORDHIELM, 2002; SHAPIRO, 1999). Atitudes positivas sobre uma marca são formadas como consequência da exposição do anúncio, embora os consumidores possam não se dar conta disso. Nesse contexto, o jogo é o principal foco de atenção, e a marca é vista de forma incidental.

Atitudes em relação às marcas são formadas com base em associações simples e sugestões. Nesse contexto, os estímulos periféricos podem ser características do jogo, **tais** como um personagem simpático, música animada, animação colorida ou um estilo atraente de jogar. Tais características podem levar a fortes sentimentos positivos e reações entre as crianças, que passam então a ser associados à marca (MOORE; RIDEOUT, 2007).

Vários estudos com adultos (BROWN; HOMER; INMAN, 1998; BRAWN; STAYMAN, 1997; MOORE; LUTZ, 2000) e crianças (DERBAIX, 1997; MOORE ; LUTZ, 2000) demonstraram efeitos diretos de se gostar de anúncios e o impacto sobre atitudes em relação à marca anunciada. Essas reações positivas para um anúncio também podem aumentar a probabilidade de que os pedidos para o consumo de uma marca passem a ter credibilidade (MacKENZIE; LUTZ; BELCH, 1986). Os impactos da atitude em relação ao anúncio são maiores quando os consumidores processam uma mensagem de marca de uma forma superficial.

Pesquisas mais recentes sobre como imagens podem impressionar e afetar os sentimentos (COHEN; PHAM; ANDRADE, 2007) e ainda avançar na compreensão do assunto, especificando os mecanismos subjacentes que contam para os efeitos observados. Essa linha de pesquisa centra-se sobre a real experiência dos sentimentos quando eles são expostos a um objeto (nesse contexto, um anúncio ou jogo) e mostra como esses sentimentos momentâneos podem afetar avaliações globais. Por meio de simples mecanismos associativos, a criança pode produzir sentimentos positivos durante o jogo, que, podem, por sua vez, ajudar a moldar as avaliações de uma criança sobre uma marca, independentemente do seu conhecimento sobre ela. Embora as crianças estejam sujeitas às limitações cognitivas, juízos formados a partir dos sentimentos exigem poucos conhecimentos e recursos de processamento.

Assim, as linhas de investigação acima mostram que a publicidade pode ser persuasiva, mesmo quando uma mensagem de marca não é o foco principal da atenção. Se esses conceitos forem aplicados em jogos *online*, a criança pode não compreender totalmente que há uma marca presente durante o jogo, mas as atitudes positivas com a marca podem ser estabelecidas e repetidamente reforçadas.

2.7 Ausência de limites sobre exposições

Outro problema apontado por Moore e Rideout (2007) trata da ausência de limites sobre o tempo em que as crianças passam jogando. Como os níveis de obesidade têm aumentado, os críticos têm solicitado que limites devem ser impostos à publicidade de alimentos destinada às crianças. Essa é essencialmente uma questão de política social, pois, ao contrário da televisão, não existem restrições sobre os níveis de exposição das crianças às mensagens de marketing na internet. As crianças são livres para visitar *websites* patrocinados, gastar tempo ilimitado lá, e retornar em ocasiões posteriores.

Se a ordem pública exige que a exposição à propaganda televisiva seja limitada, em prol do interesse da criança, seria importante estender essa preocupação para a internet, pois esta está acessível e sem controle. Além disso, comerciais de televisão agora aparecem frequentemente em *websites*, habilitados por velocidades de conexão mais rápidas e o aumento de acesso de banda larga. Assim, apesar do controle de comerciais na televisão, a criança pode assistir a esses comerciais em qualquer horário na internet e quantas vezes quiser.

2.8 Uso de marketing viral

Reconhecendo o poder das fontes de informação pessoal e do relacionamento entre pessoas por meio de redes sociais na internet, os profissionais do marketing criaram o "Marketing Viral" para estimular a interação entre os consumidores sobre as marcas de uma empresa (DOBELE; TOLEMAN; BERVERLAND, 2005). O processo é bastante simples, um remetente de *email* encaminha mensagens ou convites pela internet para seus contatos pessoais e estes são incentivados a repas-

sar os convites, potencializando a divulgação. A ideia do marketing viral é espalhar uma propaganda com proporções similares às de uma epidemia. A exemplo da comunicação do tipo "boca-a-boca", a comunicação via *email* ou redes sociais pela internet pode ser uma fonte influente de informação e aconselhamento aos consumidores sobre determinado produto, marca ou jogo. Com relação às crianças, os estudos mostram que seus pares, ou seja, amigos ou parentes de mesma faixa etária, são a principal fonte de influência sobre as preferências das crianças e seu comportamento (MOSCHIS, 1987). Assim, o marketing viral pode tornar-se uma prática de marketing eficaz, nesse contexto.

O marketing viral torna-se uma fonte de preocupação quando as crianças são utilizadas para esse tipo de veiculação de propaganda, pois elas não percebem que, por meio do envio dessas mensagens, estão propagando a causa de uma corporação. Essas mensagens são altamente concentradas na fixação da marca, contendo o nome, logotipo e, frequentemente, uma característica do anunciante. Em alguns casos, é dada ao remetente a oportunidade de personalizar a mensagem, escolhendo o *layout*, cores, ou texto, o que torna o processo bastante atrativo para as crianças. Além disso, as crianças podem ser utilizadas para fornecer informações sobre outras crianças, de maneira a aumentar o número de "clientes".

2.9 Ausência de pausas entre os anúncios

Na propaganda na televisão, os órgãos reguladores exigem que os anunciantes insiram separadores ou "amortecedores de propaganda" durante os programas infantis (KUNKEL, 2001). Esses segmentos curtos (cerca de cinco segundos), mostrados antes e após os intervalos comerciais, são destinados para lembrar as crianças que estão assistindo propagandas e, por isso, as incentivam a serem mais vigilantes. Quanto à internet, não há regulamentos governamentais exigindo tais lembretes ou pausas em *websites* corporativos. As fronteiras entre publicidade e outros conteúdos podem ser mais difíceis de distinguir na internet porque não existem as pausas naturais que a televisão proporciona. Como foi observado no estudo de Moore e Rideout (2007), as atividades *online*, tais como *advergames* e marketing viral, fornecem uma espécie de camuflagem para a intenção de venda, que pode tornar difícil para as crianças discernirem que estão diante de uma propaganda.

2.10 Incentivos para compra direta

Alguns anunciantes usam a sua presença *online* não só para fornecer informações e entreter as crianças, mas também para incentivar a compra de produto diretamente. São oferecidas recompensas especiais nos *websites*, como, por exemplo, a oportunidade de jogar jogos especiais, ou a oportunidade de obter um produto relacionado, em troca de uma compra. Por exemplo, as crianças podem ser incentivadas a utilizar um código fornecido na embalagem de caixa de cereais, especialmente marcados com códigos que, num determinado jogo da internet, produz efeitos lúdicos, como por exemplo, pode aumentar a pontuação de jogo e pôr no nome da criança em um *Hall da Fama* no *website*. Da mesma forma, as crianças podem acessar dicas de jogos, mas apenas se eles tiverem um código obtido dentro de um produto comprado.

Considerando o perfil nutricional dos alimentos que aparecem nos *websites*, incentivos explícitos para comprar e consumir esses itens podem suscitar preocupações. E, embora os pais atuem como os compradores, as crianças podem exercer influência substancial sobre as decisões de compra feita na família (ISLER; POPPER; WARD, 1987). Assim, o risco de dano depende, em parte, do perfil nutricional de cada marca individualmente.

2.11 Ausência de limites para a exposição de propaganda

Entre os *websites* que foram examinados por Moore e Rideout (2007), mais da metade (53%) continham comerciais de televisão ou outro conteúdo em vídeo, como episódios, disponíveis para assistir. Não há limites de número de vezes que um comercial pode ser visto. Além disso, as propagandas de televisão podem também estar embutidas entre outras características do *website*. Por exemplo, no *site* de *Kellogg's FunKtown*, as crianças podem ir para um teatro para assistir um comercial de cereal, ou assistir *trailers* de filmes da marca expositora. Em outro exemplo, se a criança se registrar no *website*, ela pode ganhar selos se assistir as propagandas, e pode ser direcionada para acessar jogos. Como as atividades dos *sites* reforçam as propagandas da televisão, e vice-versa como parte de um plano integrado de comunicações de marketing, essas mensagens provavelmente podem ser mais bem lembradas e mais convincentes quando aparecem em vários locais de publicidade).

2.12 Oportunidades para pesquisa corporativa

Ao utilizar a internet como integradora de programas de comunicação de marketing, os anunciantes perceberam que têm a oportunidade de coletar dados de pesquisa de mercado por meio do uso de ferramentas específicas para esse fim. Uma delas é o *cookie*. Um *cookie* é um arquivo eletrônico que monitora o comportamento dos usuários na Internet. A principal finalidade dos *cookies* é identificar usuários e seus hábitos de navegação (BARKER, 2006). Normalmente, os dados do computador do usuário são específicos e não pessoalmente identificáveis. Seu valor está na coleta de dados comportamentais sobre como os visitantes (no total) gastam o seu tempo em um *website*,

quais jogos e atividades eles preferem, e em que setores do *website* há maior número de visitas. Assim, a tecnologia da internet permite aos anunciantes, informações sobre o comportamento das crianças.

2.13 Disponibilidade de informações aos pais

A notificação aos pais sobre a utilização da Internet para jogar é uma importante questão para políticas de marketing *online*. Se os pais tiverem acesso às políticas, eles podem estabelecer restrições à utilização da internet pelas crianças. No estudo de Moore e Rideout (2007) 97% dos *websites* oferecem informações aos pais. Alguns deles possuem locais específicos no *website* de seções exclusivas para os pais. Em geral, as informações estão acessíveis se os pais se dispuserem a consultar.

2.14 Espaço para vendas com imagens de personagens de filmes e desenhos associados

As crianças prestam mais atenção nas propagandas televisivas com sorteios. E também reconhecem personagens de desenho animado e seus produtos associados, bem como têm uma preferência para os produtos de marca anunciadas (HENKE, 1995; MIZERSKI, 1995). Moore e Rideout (2007) codificaram produtos lançados a partir de filmes e desenhos (conhecidos nos Estados Unidos como *tie-in*).

Os *tie-ins* são parte de um grande esforço de marketing para se expandir pela internet. Em geral, filmes de sucesso são associados a uma marca ou várias marcas de diversos produtos (material escolar, alimentos, roupas, brinquedos, etc.).

Os *tie-ins*, em alguns casos, são características dos *websites*, tornando-se um grande atrativo para as crianças. Algumas empresas anunciam simplesmente um produto relacionado a um personagem (por exemplo: Scooby-Doo, Mônica, etc.) e, em outros, há uma relação de promoção, ou de informação associados a personagens. É por essa razão que na regulamentação da televisão, a *Federal Communications Commission (FCC)*, dos EUA, defende o princípio da separação, que exige que as redes devam manter uma clara e distinta separação entre a programação e conteúdo comercial durante a programação infantil. Ao aplicar esse princípio, a FCC proíbe venda de produtos definidos como "[…] qualquer menção a personagem que tenha o efeito de confundir o espectador ou que a criança não possa distinguir entre o programa e material de propaganda".

Nos *websites* que exploram os *tie-ins*, há também o potencial de persuasão pelo processamento periférico. Como a criança possui um envolvimento superficial com a mensagem anunciada, ela ainda pode formar associações positivas com a marca por meio da associação com um personagem de desenho atraente em um *website*. Atitudes de marcas são formadas com base na associação com um personagem simpático de desenho animado, que pode ser imediatamente acessível a crianças muito jovens (idades 3-7), que ainda não têm a capacidade de decisão de aplicar mais complexas estratégias de avaliação, (por exemplo: Maçãs da Mônica, mochila do Homem-Aranha, etc.).

3 Método da pesquisa

Para buscar as informações que possam trazer elementos para analisar a validade da hipótese central desse estudo, foi realizado um estudo exploratório sobre a propaganda na internet destinada às crianças, notadamente aquelas inseridas nos jogos, buscando entender o contexto histórico da propaganda nos jogos pela internet, as práticas de marketing utilizadas nesses jogos, bem como foi levantado um arcabouço teórico que desse respaldo à pesquisa. A partir dessa primeira fase, busca-se obter indicadores para identificar práticas contidas em jogos pela internet que possam afetar o bem-estar da criança.

A segunda fase da pesquisa, será selecionar *websites* de empresas de alimentos, cujo público-alvo sejam crianças e verificar quais deles possuem espaço para jogos *online*. Uma vez identificados os *websites*, para conseguir atingir o objetivo principal desse estudo, efetuaremos uma análise do conteúdo do material.

3.1 Definições de análise de conteúdo

Kassarjian (1977) explica que a metodologia de Análise de Conteúdo em pesquisas sobre comportamento do consumidor é aplicada em áreas, tais como ciências sociais, jornalismo, psicologia social, ciências da comunicação e análises de propagandas políticas. O autor sustenta também que a metodologia apresenta as seguintes características principais: a) é objetiva; b) sistemática; e c) quantitativa.

Investiga-se, por meio dessa pesquisa, o conteúdo dos jogos na internet, inseridos em *websites* de alimentos para crianças para verificar quais são e como são utilizadas as práticas de marketing da indústria de alimentos. Essa investigação se traduz na seguinte pergunta:

Quais são e como são utilizadas as práticas de marketing de alimentos que visam ao público infantil em jogos nos *websites?*

3.1.1 Amostragem

A amostragem da pesquisa compreenderá marcas de produtos alimentares que tenham o público infantil como foco.

Assim, a sequência da obtenção da amostra será:

- Selecionar os *websites* que contenham jogos *online*;
- Efetuar a análise de conteúdo desses jogos, buscando identificar as práticas de marketing inseridas neles.

3.1.2 Definição da unidade de medição

A unidade de medição dessa pesquisa será o *advergame,* ou seja, um jogo que contém uma propaganda inserida em seu contexto.

3.1.3 Definição das categorias de análise da análise de conteúdo

Nesse estudo, as categorias, suas definições e indicadores de operacionalização foram baseados nas pesquisas anteriores que trataram do mesmo tema, mas que foram adaptadas nesse estudo visando testar as hipóteses e partindo de pressupostos que reforçam essas hipóteses. As categorias que serão utilizadas na pesquisa são demonstradas nos quadros a seguir:

Hipóteses	Pressupostos
H1. Os *websites* de alimentos, que visam ao público infantil, têm local específico de *advergame*; isso faz com que a criança jogue por bastante tempo, aumentando o seu período de exposição.	Quando as propagandas de alimentos são incorporadas em um jogo *online* e as linhas entre a publicidade e o entretenimento não são distintas, as crianças podem estar menos preparadas para se defender, pois o jogo é o principal objeto de atenção; permitindo, assim, as aparências do logotipo da empresa e da embalagem, ou o caráter a ser processado perifericamente. A exposição à publicidade pode conduzir a uma maior percepção da marca e atitudes favoráveis, mesmo quando um indivíduo não processe uma mensagem de marketing muito profundamente.

Quadro 1: Categoria: presença de jogo no *Website*
Fonte: Os autores.

Hipóteses	Pressupostos
H2. Os *advergames* apresentam *tie-ins* associados; assim as crianças formam associações positivas em relação à marca.	Por meio de simples mecanismos associativos, a criança pode produzir sentimentos positivos durante o jogo, que, podem, por sua vez, ajudar a moldar as avaliações de uma criança sobre uma marca, independentemente do seu conhecimento sobre ela. Os *Tie-ins*, em alguns casos, são características dos *websites*, tornando-se um grande atrativo para as crianças.

Quadro 2: Categoria: presença de *tie-in* no w*ebsite*
Fonte: Os autores.

Hipóteses	Pressupostos
H3. Os *advergames* podem ser jogados repetidas vezes; isso aumenta o tempo de exposição.	Como os jogos são atrativos, as crianças querem passar mais tempo brincando. E como não há legislação que controle o tempo de exposição da criança na internet, os anunciantes permitem que as crianças joguem quantas vezes quiser e, assim, expõem, por mais tempo uma marca.

Quadro 3: Categoria: Ausência de tempo de exposição da propaganda

Hipóteses	Pressupostos
H4. Os pais não são informados de que seus filhos estão acessando *advergames*; isso faz que as crianças fiquem expostas sem consentimento de responsáveis.	Se os pais tiverem acesso às políticas, eles podem estabelecer restrições à utilização da internet pelas crianças.

Quadro 4: Categoria: ausência de informações aos pais
Fonte: Os autores.

Hipóteses	Pressupostos
H5. Na página específica do *advergame* são oferecidos brindes para as crianças, também conhecidos como "Extras", tais como: *"Wallpapers"*, *"Emoticons"*, sons para celulares, visando atrair a atenção das crianças.	As crianças prestam mais atenção nas propagandas com brindes. E também reconhecem personagens de desenho animado e seus produtos associados, bem como uma preferência para os produtos de marca anunciadas. Os *websites* que oferecem brindes, têm a intensão de reforçar sua marca e assim, incentivar a compra de produtos.

Quadro 5: Categoria: oferta de brindes
Fonte: Os autores.

Hipóteses	Pressupostos
H6. Os anunciantes utilizam o "Marketing Viral" para que a criança convide outras crianças a visitar o *website* e assim, conquistar novos "clientes".	A comunicação via *e-mail* ou redes sociais pela internet podem ser uma fonte influente de informação e aconselhamento aos consumidores sobre determinado produto, marca ou jogo. Com relação às crianças, os estudos mostram que seus pares, ou seja, amigos ou parentes de mesma faixa etária, são a principal fonte de influência sobre as preferências das crianças e seu comportamento (MOSCHIS, 1987). Assim, o marketing viral pode tornar-se uma prática de marketing eficaz nesse contexto.

Quadro 6: Categoria: presença de marketing viral
Fonte: Os autores.

Hipóteses	Pressupostos
H7. Os anunciantes passam vídeos de propaganda no *website* do *advergame; isso aumenta a exposição da marca.*	Como as atividades dos *sites* reforçam as propagandas da televisão, e vice-versa como parte de um plano integrado de comunicações de marketing, essas mensagens provavelmente podem ser mais bem lembradas e mais convincentes quando aparecem em vários locais de publicidade.

Quadro 7: Categoria: presença da propaganda da TV no *website*
Fonte: Os autores.

3.1.4 Critérios de confiabilidade

A amostra, para poder apresentar resultados confiáveis, depende essencialmente da habilidade de formular categorias; e de juízes competentes e bem treinados para a categorização estipulada pelo pesquisador. Assim será dada atenção especial a esses aspectos. Segundo Kassarjian (1977), o índice de concordância deve ficar acima de 80% entre os juízes.

3.1.5 Critérios de validade

Validade é definida como a medida com que um instrumento mede aquilo que pretende medir. No

campo de análise de conteúdo, a escolha das categorias e unidades de conteúdo aumenta ou diminui a máxima verossimilhança das inferências válidas. Assim, procurou-se estabelecer as categorias visando testar as hipóteses da pesquisa e com base nos pressupostos obtidos durante a análise exploratória, elencados no quadros mencionados no item 3.3.

Depois devem ser tomados os procedimentos para a formação dos juízes para a categorização do conteúdo de acordo com regras predeterminadas e, finalmente, o tratamento estatístico e análise de dados (KASSARJIAN, 1977).

Referências

AAKER, D.A. The internet as integrator. Fast brand building in slow-growth markets**.** *Strategies & Business*, 28, p. 16-21, 2002.

BERTRIM, B. It's how you play the games**.** *Marketing,* p. 110:18, 2005.

BROWN, S. P.; HOMER, P. M.; INMAN, J. A meta-analysis of relationship between ad-evoked feelings and advertising responses. J*ournal of Marketing Research*, 35, February, 1998.

COHEN, J.B.; PHAN, M.T.; ANDRADE, E.B. *The nature and role of affect in consumer behavior*, in Handbook of Consumer Psychology, 2007.

DERBAIX, C. The impact of children's affective reactions elicited by commercials on attitudes toward the advertisement and the brand. *International Journal of Research in Marketing*, 14 (July), p. 207-229, 1997.

DOBELE, A.;TOLEMAN,D.; BEVERLAND, M. Controlled Infection! Spreading the Brand Message Viral Marketing. *Business Horizons*, 48, p. 143–149, 2005.

FATTAH, H.; PAUL, P. Gaming gets serius. *American Demographics.* p. 39-43, may 2002.

FRIESTAD, M; WRIGHT, P. The next generation: research for the twenty-first-century public policy on children. *Journal of Public Policy & Marketing*, 24 (Fall), p. 183-85, 2005.

HASTINGS, G. et al. *Review of research on the effects of food promotion to children*, Report to the Food Standards Agency, Glasgow, UK: Center for Social Marketing, University of Strathclyde, 2003.

INSTITUTE OF MEDICINE, *Food marketing to children and youth*: Threat or opportunity? Washington, DC: National Academies.2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.org.br> – acesso em 06.abr.2010.

ISLER, L.; POPPER, E.T.;WARD, S. Children's purchase requests and parental responses: results from a diary study. *Journal of Advertising Research*, p. 28-39, 27 (October), 1987.

JOHN, D.R. – Consumer socialization of children: a retrospective look at twenty-five years of research, *Journal of Consumer Research,* 26, 183-213, 1999.

KASSARJIAN, H. H. Content analysis in consumer research. *Journal of Consumer Research*, v.4, June 1977.

KUNKEL, D. *Children and television advertising in handbook of children and the media*, D.G. Singer and J.L. Singer,eds., Thousand Oaks, CA: Sage, p. 375–394, 2001.

LINDSTROM, M.; SEYBOLD, P. B. *Brand child***.** London: Kogan Page, 2003

MaCKENZIE, S.B.; LUTZ, R.J.; BELCH, G.E. The role of attitude toward the ad as a mediator of advertising effectiveness: a test of competing explanation. *Journal of Marketing Research,* n.23, v.2, p. 130-43, 1986.

MIZERSKI, R., –The relationship between cartoon trade character recognition product category in young children. *Journal of Marketing*, 59 (4), p. 58-70, 1995

MONTGOMERY, K Digital kids – the new on-line children's consumer culture. in *Handbook of Children and the Media*, eds. D. G. Singer and J. L. Singer, Thousand Oaks, CA: 2001, Sage, 635–650.

MOORE, E. S.; RIDEOUT, V. The online marketing of food to children: is it just fun and games? J*ournal of Public Policy & Marketing.* 2007

MOORE, E. S.; LUTZ, R.J. L. Children, advertising, and product experiences: a multimethod inquiry. *Journal of Consumer Research*, p. 31–48 2000, (June).

MOSCHIS, G.P. – *Consumer socialization*. Lexington, MA: Lexington Books. 1987.

MOSES, L. J.; BALWIN, D. A. What can the study of cognitive development reveal about children's ability to appreciate and cope with advertising. *Journal of Public Policy and Marketing*, 24, p. 186-201, 2005

PRODUTIVIDADE E MOTIVAÇÃO: CORRELAÇÕES DAS PERCEPÇÕES DOS QUADROS FUNCIONAIS

PRODUCTIVITY AND MOTIVATION: PERCEPTIONS AND CORRELATIONS OF THE FUNCTIONAL LABOR RESOURCES

Claudiane Reis da Paixão
Mestrado em administração e mestrado em psicologia - Uninove
claudianereis@uol.com.br

Dércia Antunes de Souza
Mestrado em Administração FAEX – Faculdade de Extrema e FATEC.
Bragança Paulista - SP.

Resumo

Esse trabalho tem por objetivo analisar as práticas motivacionais adotadas nas organizações. Nesse contexto, contar com colaboradores motivados e comprometidos para alcançarem os resultados são ações fundamentais para a manutenção de uma empresa em um mercado cada vez mais competitivo. Destacam-se as questões ligadas à liderança, às políticas de benefícios e de remuneração. E, ainda, as práticas que levam em consideração um conjunto de fatores, tais como os desafios, a realização e satisfação; a valorização e reconhecimento; a participação e a integração. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa realizada mediante pesquisa de campo. Para obtenção dos dados, foi aplicado o questionário para oitenta profissionais atuantes em empresas de segmentos e estruturas diversificadas, que têm em comum, a valorização do capital humano. Os resultados analisados apontam que desenvolver líderes eficazes que saibam reconhecer as pessoas, recompensando-as pela remuneração com base na meritocracia e, por políticas de benefícios; além do tratamento personalizado, e de um ambiente favorável são práticas que conduzem ao comprometimento. Concluiu-se que a motivação é uma política favorável ao ambiente interno das organizações para ambas as partes. Os profissionais tornam-se mais motivados, sintonizam-se com os interesses da organização, que passam a integrar-se aos seus propósitos pessoais.

Palavras-chave: Capital humano. Motivação. Práticas motivacionais.

Abstract

This study aims to examine the practices adopted in the motivational organizations. In this context, count on motivated and committed to achieving results are basic actions for the maintenance of a company in an increasingly competitive market. The highlights are the issues of leadership, policies, benefits and remuneration. And yet, the practices that take into account a number of factors, such as the challenges, the achievement and satisfaction, appreciation and recognition, participation and integration. This is a descriptive study with qualitative and quantitative approach carried out through field research. To obtain the data, the questionnaire was administered to eighty business professionals from diverse sectors and structures, which have in common, the human capital. The analyzed results show that developing effective leaders who can recognize people by rewarding them for compensation based on merit, and benefits policies, in addition to personalized treatment, and a supportive environment are practices that lead to commitment. It was concluded that motivation is a favorable policy environment for domestic organizations to both parties. Professionals become more motivated, tune with the interests of the organization, which began to integrate their personal purposes.

Key words: Human capital. Motivation. Motivational practices.

1 Introdução

Vivemos num mundo globalizado de competição constante, onde muitas empresas solicitam dos colaboradores resultados ágeis e expressivos, com a finalidade de atingirem altos níveis na sua capacidade produtiva, se manterem competitivas no mercado e, consequentemente, para obter lucro. Qualquer que seja a diversidade do trabalho será sempre um grande desafio incentivar os colaboradores para que eles se comprometam, de maneira cada vez mais engajada, e alcancem metas e objetivos estabelecidos. Mesmo sabendo que lidar com pessoas é algo complexo e desafiador, algumas empresas têm adotado práticas e políticas motivacionais significativas.

Esse trabalho justifica-se pela importância que o tema motivação proporciona para o desempenho do fator humano nas organizações. Por meio de programas e práticas motivacionais pode-se ampliar a satisfação e fidelidade dos clientes internos. Ao valorizar um dos diversos componentes importantes de uma organização, ou seja, seus colaboradores, as empresas são as maiores beneficiadas, pois melhoram continuamente seus resultados, permanecendo economicamente viáveis, prósperas e lucrativas ao longo do tempo. Por isso, demonstrar e analisar as práticas motivacionais, que alavancam o comprometimento e a produtividade de uma organização, é o foco da construção desse trabalho. A motivação é um diferencial para as empresas, que lhes dão mais competitividade e força no mercado, agregando valor para clientes como também para os colaboradores, contribuindo diretamente para a qualidade de vida no ambiente de trabalho e, consequentemente, dos produtos e serviços finais. A valorização do ser humano dentro das organizações torna-se cada vez mais necessária, pois é um dos seus pilares para sua sustentabilidade no mercado.

Pensava-se que o fator motivacional nas organizações fosse apenas aparente, visto que, na maioria das empresas, o que prevalecia é que todos os colaboradores produziam de maneira imposta para cumprir suas tarefas e metas a fim de se manterem empregados. No entanto, quando há uma mentalidade empresarial e gerencial que os levam a praticar os pressupostos das teorias motivacionais, a qualidade e produtividade de uma organização tornam-se mais significativas. Nesse contexto, mais do que por imposição, os colaboradores atuam com foco na conquista de resultados para si próprios e para a organização. Com essa postura, passam a ocupar outra posição, onde encontram significado e propósito naquilo que realizam. Surge naturalmente, por fatores internos estimulados a partir das práticas externas da organização, o processo de comprometimento.

Segundo os teóricos clássicos, tais como Maslow e Herzberg, a motivação possui componentes determinantes internos e externos. Entretanto, com relação às práticas e políticas adotadas, autores também renomados contribuem para a compreensão desse complexo processo motivacional.

Para Argyris (1964), a motivação dependeria inicialmente do estágio de maturidade. Seus estudos, desde então comprovam as diferenças comportamentais das pessoas. Segundo o autor, em um estágio mais avançado da maturidade, as pessoas tendem a ser ativas e independentes, são capazes de se comportarem de diversas maneiras, de acordo com as diferentes situações. Tendem a possuir interesses profundos e ampla perspectiva de tempo, sabendo antecipar situações e planejar seus objetivos, com maior consciência do "eu". Ressalta-se ainda, de acordo com Argyris (1964), que, dependendo do estilo de administração utilizado pelas organizações e das práticas administrativas adotadas, as pessoas podem ser estimuladas ou não a amadurecer entrando, portanto, em estágio de mais ou menos maturidade. Para tanto, o autor propõe práticas que ampliem as perspectivas de enriquecimento do trabalho.

A motivação, pela prática do job enlargement, viria de uma participação mais ampla no processo de trabalho, com um maior número de atividades atribuídas a cada um. As práticas de enriquecimento, job enrichment permitem que sejam delegadas às pessoas, atividades variadas, com maior grau de autonomia e de responsabilidade para execução e controle dos resultados.

Segundo Bergamini (1997) quando se fala de motivação humana, parece inapropriado que uma simples regra geral seja considerada como recurso suficiente do qual se lança mão quando o objetivo é a busca de uma explicação, mais abrangente e, ao mesmo tempo, mais precisa, sobre as possíveis razões que levam as pessoas a agir. É preciso conhecer as pessoas, em suas várias dimensões e peculiaridades.

Por isso, segundo Marras (2000), é importante salientar que o administrador deve ter em mente a conscientização, de maneira clara, que os colaboradores e as organizações têm objetivos e interesses divergentes e, até mesmo, incompatíveis, Enquanto um colaborador anseia por receber o máximo possível de compensação pelo emprego do seu trabalho, como remuneração e segurança, outro pode possuir necessidades e propósitos bem diferentes.

Casado (2002), ao apresentar uma série de estudos e teorias acerca do tema motivação, propõe uma estratégia gerencial no processo motivacional, que passa inicialmente pela compreensão da complexidade da motivação, para então obter o entendimento das peculiaridades dos liderados sendo, assim, possível atender os objetivos individuais em "[...]consonância com os objetivos organizacionais" (p.251).

Por se tratar de um fenômeno importante, as práticas motivacionais organizacionais requerem estudos e pesquisas que possibilitem melhor compreensão dessa realidade. Dessa forma, partimos de um questionamento que norteia o delineamento dessa pesquisa: quais são as práticas adotadas pelas empresas para alavancar o processo motivacional, segundo a percepção dos colaboradores e que, consequentemente, elevam a sua produtividade?

Assim, esse artigo tem como objetivo analisar as práticas motivacionais para alavancar o processo motivacional dos colaboradores e que impactam na produtividade e no ambiente de trabalho.

2 Referencial teórico

2.1 Conceito de motivação

A motivação é uma ferramenta que se reveste de grande importância no processo administrativo. Segundo Maximiano (2000), a motivação indica o processo em que um conjunto de razões ou motivos explica, induz, incentiva, estimula ou provoca algum tipo de ação ou alternância no comportamento humano. Já para Robbins (2003), a motivação é o processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para que alcance uma determinada meta. Considerando os aspectos especiais da motivação, é preciso ter condições de trabalho favoráveis, recursos disponíveis e bom treinamento para buscar resultados positivos. A motivação na equipe de trabalho é fator primordial na excelência da qualidade. Os fatores que trazem motivação à força de trabalho devem ser explorados para o benefício da organização. É necessário identificar o melhor caminho para percorrer e entender a motivação aceitando seus desafios.

Pode-se também entender a motivação como uma energia, uma força ou impulso aos indivíduos. Sobretudo, é relevante informar que a motivação está no interior de cada indivíduo para que seja determinado alcançar seus objetivos. Depois de alcançado os objetivos, os indivíduos expressam um sentimento de satisfação e autorrealização (BERGAMINI, 1997).

2.2 Os tipos de motivação e as principais teorias motivacionais

Ainda segundo Bergamini (1997), existem dois tipos de motivação: a intrínseca: aquela em que a recompensa origina-se da atividade em si, ou seja, a busca de objetivos é interna ao sujeito. E, a extrínseca: aquela em que há recompensa ou punição para realização da atividade, ou seja, associada a recompensas externas ao sujeito como: salários, promoções, benefícios, etc.

Bergamini (1997), ainda define que as teorias motivacionais podem ser divididas em teorias de conteúdo da motivação, que tratam sobre o que efetivamente motiva as pessoas, e teoria de processo da motivação, que trata sobre como o comportamento é motivado. Além desses tipos, existem, segundo a autora, as teorias de reforço, em que o comportamento é uma função de suas consequências.

2.2.1 Teoria da hierarquia das necessidades de Maslow

Segundo Maslow apud Silva (2001), as necessidades humanas estão organizadas e dispostas em níveis, numa hierarquia de importância e de influência (necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de autorrealização). Do ponto de vista da motivação, Maslow apud Silva (2001), afirmava que cada etapa dessa hierarquia precisava estar satisfeita para que a próxima fosse acionada e que, uma vez realizada, a necessidade deixava de ser motivadora do comportamento. Além disso, ele acreditava na autorrealização, ou seja, a realização total do potencial de um indivíduo. Concluiu ainda que sua teoria não era a única a explicar o comportamento humano, pois as necessidades não determinam todos os comportamentos.

Nessa mesma obra, Maslow estabeleceu sua teoria priorizada na seguinte escala: Necessidades fisiológicas: abrangem as necessidades humanas de sobrevivência como fome, sede, abrigo, sexo e outras necessidades corporais instintivas; Necessidades de segurança: inclui segurança e proteção contra ameaças e privações, mantendo as pessoas numa relação de dependência com a empresa; Necessidades sociais: relaciona afeição, amizade, aceitação de pertencer a um grupo; Necessidades de estima: inclui fatores internos de estima como realização e autonomia: e fatores externos de estima como status, atenção e prestígio. Sua satisfação conduz sentimentos de autoconfiança e valor; Necessidades de Autorrealização: ocorre quando as outras necessidades estão todas satisfeitas, com a intenção de tornarem-se tudo aquilo que é capaz de ser.

A teoria de Maslow apud Robbins (2003) enfatiza a abordagem contingencial a motivação, sob o ponto de vista que os gerentes e as organizações devem ser flexíveis e capazes de adaptar incentivos sob medida para cada colaborador. Além disso, os gerentes precisam ser capazes de relacionar as necessidades dos colaboradores envolvidos e não apenas suas próprias necessidades ou suposições. Esta teoria é muito criticada, no que diz respeito a evidências de pesquisas e comprovações, pois o topo da pirâmide é algo difícil de ser conquistado e que novos objetivos sempre serão impostos para as pessoas. Dentro da organização devem-se estimular os diferenciais de um colaborador para que se sinta capaz de aceitar e procurar suas responsabilidades, desafios na resolução dos problemas a fim de alcançar objetivos comprometidos com a empresa.

2.2.2 Teoria dos dois fatores - Herzberg

De acordo com Robbins (2003), Herzberg formulou a chamada Teoria dos dois fatores a partir de uma extensão da teoria das necessidades de Maslow, para melhor explicar o comportamento das pessoas em situação de trabalho (satisfação ou insatisfação no trabalho).

Na teoria dos dois fatores, Herzberg sugere a ênfase em fatores associados com o trabalho ou a resultados diretos, tais como oportunidades de promoção, reconhecimento, crescimento pessoal que motivem as pessoas a trabalhar. Para ele, o comportamento humano é orientado por dois grupos de fatores: Fatores higiênicos: são os fatores extrínsecos (que se localizam no ambiente de trabalho e que geram satisfação aos colaboradores) como: condições do trabalho, status, salário, beneficio; Fatores motivacionais: são os fatores intrínsecos que estão sob o controle do indivíduo, pois tem relação com seus afazeres e desempenhos, envolvendo necessidades de autorrealização e dependência de suas tarefas realizadas no seu ambiente de trabalho.

Segundo Robbins (2003), para Herzberg, a satisfação das necessidades básicas é afetada por fatores motivadores e a insatisfação por fatores de higiene, cuja função gerencial é de reestruturação dos cargos, provocando oportunidades de reconhecimento, crescimento e responsabilidade a fim de estabelecer trabalhos gratificantes e desafiadores. Dentro da organização os fatores que motivam o colaborador estão ligados ao seu cargo como a probabilidade de desenvolvimento, crescimento e realização profissional. Como também inovar e estabelecer metas são características de comportamento humano. Além dessas teorias clássicas, existem outras, apontadas por Robbins (2003) e Casado (2002) como teorias mais recentes.

2.2.3 Teoria ERC (Existência, Relacionamento e Crescimento)

A teoria a seguir foi desenvolvida por Clayton Alderfer em 1979, que trabalhou em cima da hierarquia das necessidades de Maslow, restringindo o número de categorias de necessidades da motivação dos colaboradores para três níveis: Necessidades de existência (E) – necessidades básicas de Maslow, bem-estar fisiológico e segurança; Necessidades de relacionamento (R) – interação social e aspectos externos a estima (reconhecimento e status por partes dos outros), comparadas as necessidades sociais de Maslow; Necessidades de crescimento (C) – desejo intrínseco de realização e desenvolvimento pessoal, além de facetas internas de satisfação do ego (sucesso e autonomia).

O modelo de Alderfer propõe, segundo Robbins (2003), a satisfação das necessidades de existência dos colaboradores combinando as necessidades de segurança e fisiológicas de Maslow, tais como salário, benefícios, proteção e segurança. No nível seguinte, as necessidades de relacionamento são sugeridas com aspectos de compreensão e aceitação por parte de outros. Chegando ao último nível as necessidades de crescimento ligadas à autoestima.

2.2.4 Teoria das necessidades de McClelland

A teoria das necessidades, de McClelland, segundo Robbins (2003), enfoca três necessidades que as pessoas desenvolvem seja por aprendizado ou por aquisição: Necessidade de realização: busca de desafio para realização pessoal, lutando pelo sucesso. Em sua pesquisa sobre realização, McClelland identificou o desejo dos grandes realizadores em fazer melhor as coisas, estabelecendo metas e correndo riscos calculados. Necessidade de poder: o desejo de influenciar e controlar outras pessoas, dominar e ter autoridade sobre outros. Esses indivíduos procuram assumir nas organizações cargos de liderança, buscando status, prestígio e ter influência. Necessidade de associação: a intenção das pessoas com essa necessidade é de buscar amizades, desejando relacionamentos interpessoais e amigáveis.

Essa teoria acrescenta a compreensão e a busca pela competição a fim de promover a auto-avaliação dos colaboradores, por meio de um bom relacionamento entre trabalhadores e líderes, proporcionando na organização um agradável ambiente, fundamental para se atingir os interesses organizacionais e, consequentemente, dos colaboradores.

2.2.5 Teoria da Equidade, de Stacy Adams

A base dessa teoria, conforme apresentado por Robbins (2003), está na comparação feita pelas pessoas no que diz respeito às entradas (contribuição) e os resultados (recompensas) de trabalho com outros. Segundo essa teoria, para existir a equidade, as recompensas comparadas com os esforços devem ser igualmente oferecidas aos demais colaboradores. Já a iniquidade é resultado do sentimento de desigualdade que resulta entre as recompensas pelos esforços dos demais colaboradores. Essa teoria aborda, de forma clara, que deve haver uma igualdade de tratamento para com os trabalhadores dentro da organização, ou seja, a recompensa tem que ser efetivamente merecida de maneira imparcial fazendo com que cada trabalhador se sinta satisfeito e motivado mantendo o bom empenho e qualidade.

2.2.6 Teoria da Expectância (Vroom)

A teoria de Vroom, segundo Silva (2001), estabelece que para o trabalhador sentir-se motivado é preciso que atinja seus objetivos pessoais, buscando assim sua autorrealização. Para isso, é importante que seja criado um meio de ligação entre o treinamento e motivação. Em relação ao seu desempenho, abrangeremos

três forças conceituais que operam no fator humano: Expectação: somas das expectativas do indivíduo em atingir seus objetivos e assim determinam se estão prontos ou não para cumprir com êxito suas atividades; Instrumentalidade: Varia de acordo com a pessoa, podendo significar a autonomia, iniciativa e aumento da criatividade, determinando a recompensa devida para cada pessoa; Valência: é uma expectativa imposta que a pessoa deposita na instrumentalidade. É necessário que se sinta recompensado para que sua motivação seja constante.

Esse modelo de Vroom apresenta o entendimento individual de modo que o indivíduo reconheça seus próprios desejos perante os resultados alcançados pelo seu desempenho. Para isso, baseia-se em três aspectos relevantes na motivação dos colaboradores que são: valência (a importância de determinados fatores pelos colaboradores), instrumentalidade (percepção da relação de desempenho) e expectância (é a expectativa de se atingir ótimos resultados por meio da capacidade individual).

2.2.7 Teoria do reforço - Skinner

Segundo Skinner (apud ROBBINS, 2003) essa teoria tem como proposta modificar o comportamento dos indivíduos por meio das contingências adequadas do reforço: Reforço Positivo: O colaborador é motivado por intermédio de recompensa (promoções, premiações ou até mesmo o reconhecimento em forma de elogios) pelo alto desempenho alcançado, ou seja, uma vez obtido o êxito numa atividade realizada, depois de tomar uma atitude, a pessoa tende a repetir ou melhorar a mesma postura para alcançar um novo sucesso; Reforço negativo: O colaborador é condicionado a não agir de maneira indesejável por meio repressões que lhe causem desprazer (como advertências ou até mesmo a demissão). Em qualquer dos casos, é indispensável uma correta definição prévia das contingências de reforço.

2.3 As práticas adotadas pelas organizações para alavancar o processo motivacional dos colaboradores

A motivação no ambiente organizacional vem se tornando uma grande preocupação para empresas contemporâneas, pois o recurso humano é o único insubstituível, e para que as pessoas possam se empenhar ao máximo nas organizações, se faz necessário que estejam motivadas, portanto, cabe ao administrador se conscientizar plenamente de suas funções motivadoras, possibilitando que seus colaboradores sintam-se motivados para que a empresa possa alcançar, de forma eficaz, os seus melhores resultados e objetivos.

Segundo Marras (2000), é importante salientar que o administrador deve ter em mente a conscientização de maneira clara que os colaboradores e as organizações têm objetivos e interesses divergentes e, até mesmo, incompatíveis, normalmente um fato natural. Por um lado, o colaborador anseia receber o máximo possível de compensação pelo emprego do seu trabalho, isso engloba remuneração e segurança, entre outros benefícios. A empresa fica focada em realizar o cumprimento de suas metas e objetivos, tendo em vista sempre os melhores resultados e o maior lucro como sua prioridade. Pesquisas empíricas e teóricas realizadas apontam algumas das principais práticas adotadas pelas organizações que focam atenção na produtividade atrelada ao processo motivacional.

2.3.1 Prática um: motivação, sinônimo de boa liderança

Os bons líderes são considerados, além de tudo, administradores capazes, que conseguem não apenas motivar seus colaboradores para que possam oferecer o melhor rendimento em prol dos interesses organizacionais, mas, além disso, proporcionam recompensas e motivos para que eles mantenham-se constantes ou melhores na realização de suas atividades. Nessa perspectiva, quanto mais motivado estiver o colaborador na empresa, maiores serão os resultados de produtividade e desempenho.

Para Heller (1999), incentivar de maneira voluntária é uma atitude simplificada de absorver a colaboração e o empenho máximo dos colaboradores. Dessa forma, torna-se relevante o papel dos líderes, pois o bom líder deve conduzir a equipe na busca do sucesso e da eficácia organizacional, diminuindo a possibilidade de fracassos.

2.3.2 Prática dois: a utilização dos benefícios como motivação

Em um mundo globalizado de competições constantes, onde o grande diferencial das empresas são as pessoas, é essencial que as empresas ofereçam tratamento e condições adequadas, uma vez que isso faz parte do processo motivacional, e os benefícios podem representar um grande aliado competitivo nessa finalidade. Diante do exposto, segundo Marras (2000), benefícios é um conjunto de programas ou planos oferecidos pela organização como complemento ao sistema de salários. O somatório compõe a remuneração do colaborador.

Bohlander (2003) destaca ainda que um programa de benefícios deve objetivar: o aumento da satisfação das pessoas no trabalho, o suprimento aos requisitos de saúde e segurança; a capacidade de atrair e motivar os colaboradores; a diminuição da rotatividade ; a conservação da empresa numa condição competitiva e favorável e; ainda atender sem exceder aos requisitos

dos planejamentos dos custos da organização. Diante do exposto, percebe-se que, com o equilíbrio das práticas salariais que geralmente são oferecidas pelas organizações, os benefícios contribuem de maneira significativa como grandes diferenciais na motivação dos colaboradores, principalmente os benefícios espontâneos que agregam um valor ainda maior.

2.3.3 Prática três: a remuneração por desempenho

A remuneração também pode ser considerada um fator relevante na motivação dos colaboradores. Assim como as empresas almejam a lucratividade, os colaboradores também desejam a recompensa financeira. Segundo Heller (1998), se for indagado sobre qual benefício é o mais motivador na empresa, o colaborador provavelmente responderá que será a remuneração. Atualmente a remuneração por desempenho tem sido uma prática usada cada vez mais pelas organizações. A cada período em que as metas são atingidas, de acordo com o planejamento e metas estabelecidas, as empresas retribuem os colaboradores com remuneração variada, de acordo com os parâmetros medidos em cada meta (MARRAS, 2000).

Entre as vantagens desse modelo de recompensa, pode-se destacar entre outras: a motivação e apoio para a constante busca da qualidade total; a oportunidade de alavancar e aperfeiçoar a produtividade; a maior proximidade e sintonia dos valores culturais entre colaboradores e organização; o aumento do comprometimento e da participação dos envolvidos. Todos esses fatores quando reunidos implicam, segundo Marras (2000), menores custos para o processo produtivo. A efetivação da remuneração por desempenho pode ser alcançada por diversos caminhos, entre eles: as bonificações; as comissões de salários, os incentivos em dinheiro para equipes/grupos; os pagamentos por mérito; os vinculados ao cargo e os programas de aquisições de ações – stock options.

2.3.4 Prática quatro: os fatores diversos

Segundo Vianna (1999), o ser humano é motivado por diferentes razões que devem ser seguidas conforme a cultura da organização, as características e o perfil dos colaboradores, em diferentes e determinados momentos de sua vida profissional e pessoal. Tratam-se, muitas vezes, de práticas motivacionais que não necessariamente implicarão custos para as organizações, mas que são fontes de motivação para os colaboradores.

O autor acima revela os seguintes fatores que podem ser considerados motivadores para os colaboradores: Desafios: a percepção de um novo desafio, qualquer que seja o nível hierárquico, faz com que os colaboradores mantenham-se compenetrados e motivados, caso contrário, sua disposição e qualidade nas tarefas diminui. Realização / Satisfação: ao fazer aquilo que se gosta além de retorno financeiro podemos considerar uma realização pessoal o cumprimento de objetos / metas. Valorização / Reconhecimento: pessoas mais valorizadas e reconhecidas tendem a se tornar mais produtivas, no entanto a organização deve oferecer condições que julgam ser necessários para que se realizem. O colaborador valorizado se torna um maior desafiador ao expressar opiniões e atitudes, o que faz com que cresça profissionalmente.

Segundo Vianna (1999), podemos mencionar também que a valorização está ligada diretamente aos líderes na empresa, seja qual for o nível hierárquico. Esse fator deverá ser demonstrado pelos líderes; Participação: é considerado pelo autor como um fator de extrema importância para motivar os colaboradores que, ao expressar sua opinião, se sentem úteis e comprometidos com a organização. Para Vianna (1999), empresas que priorizam processos participativos de gestão apresentam índices de motivação em patamares bastante altos. Seus colaboradores sentem-se coresponsáveis pela organização; integração: visa às necessidades em ter equipes integradas após o reconhecimento dos colaboradores como fator de comprometimento com as organizações. Ainda de acordo com Vianna, (1999), equipes integradas ajudam a criar e manter ambientes motivadores e de grande poder competitivo.

3 Metodologia

Essa pesquisa é de caráter descritivo, com abordagem quantitativa e qualitativa, pois tem como objetivo analisar as práticas motivacionais para alavancar o processo motivacional dos colaboradores. Segundo Gil (1999), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis e envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática.

A amostra da pesquisa é constituída por oitenta profissionais atuantes em empresas de segmentos e estruturas diversificadas, mediante pesquisa de campo. Segundo Lakatos e Marconi (2005), a pesquisa de campo é a procura de resposta para uma hipótese que se queira comprovar, ou a descoberta de novos fenômenos, objetivando conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário estruturado com doze perguntas fechadas. Os dados coletados foram tabulados em arquivo eletrônico e, para a análise de dados, foram dispostos em tabelas. Com isso, tendo como base as fundamentações teóricas, foram analisadas as diferentes respostas de cada participante da pesquisa a respeito das práticas motivacionais usadas para melhorar o processo motivacional dos colaboradores.

Na interpretação, os dados obtidos foram cotejados com os resultados de pesquisas já realizadas e que foram identificadas na etapa de revisão bibliográfica. Procurou-se também verificar nexos entre os resultados obtidos e formulações teóricas já consagradas pela literatura.

4 Análise dos resultados

Norteados pelos objetivos propostos no trabalho, ou seja, a análise das práticas motivacionais para alavancar o processo motivacional dos colaboradores e que impactam na produtividade e no ambiente de trabalho, apresenta-se a seguir a análise dos resultados. Em relação a descrição da população da pesquisa, especificadas conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Especificação da população

Características	Valor
Quantidade de homens	42
Quantidade de mulheres	38
Idade dos respondentes	entre 18 e 29 anos
Escolaridade	60% possui superior completo
Tempo de empresa de	10 meses a 5 anos

Fonte: Dados da pesquisa.

Com vistas a organizar os procedimentos de análise, foram estabelecidas quatro dimensões denominadas como práticas motivacionais, são elas: as questões ligadas à liderança, às políticas de benefícios e de remuneração e um conjunto de fatores - os desafios, a realização e satisfação; a valorização e reconhecimento; a participação e a integração.

4.1 Prática motivacional: liderança

Os resultados da pesquisa indicam que 66,25% dos entrevistados estão motivados e têm liberdade para opinar nas tomadas de decisão. Afirmam ainda que têm liberdade para se expressar e decidir sobre a maneira de executar suas atividades, ou seja, há autonomia. A participação na tomada de decisão, definida por Vianna (1999), tem um benefício mútuo, pois se, por um lado, os colaboradores se sentem mais úteis e, consequentemente elevam o seu nível de comprometimento com a organização, por outro, a organização ampliará sua fonte de captação de informações e criatividade. No entanto, 33,75% corresponde aos entrevistados que expuseram o oposto. Esses demonstraram que não têm autonomia para procurar novas maneiras de resolver os problemas. Considerando que as lideranças é que permitem os processos de tomada de decisão, ao avaliar esse item observa-se ainda a satisfação dos entrevistados em relação às práticas motivacionais relacionadas às lideranças.

4.2 Prática motivacional: benefícios

Tabela 2: Benefícios espontâneos concedidos aos pesquisados

Opinião sobre o nível de competência dos colaboradores	n	%
Assistência médica e odontológica	21	27,13
Vale-alimentação/restaurante no local	16	20,24
Cesta básica	14	17,41
Convênios com farmácia, supermercados, etc.	12	14,17
Bolsa estudo	09	11,34
Plano de previdência privada	08	9,72
Total	80	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela acima demonstra os benefícios espontâneos oferecidos nas empresas em que os pesquisados trabalham. Esses benefícios são fundamentais no processo motivacional que, conforme Marras (2000), deve atender as necessidades dos colaboradores como também das organizações.

Os resultados da pesquisa, em razão do nível de satisfação observado tanto no que se refere ao conjunto das necessidades humanas básicas quanto no que concerne ao conjunto dos fatores higiênicos e motivadores, indicam que as organizações estão sendo administrados adequadamente. Dessa forma, pode-se constatar que o desempenho dos colaboradores está sendo afetado positivamente.

4.3 Prática motivacional: remuneração

A remuneração é um grande indicador como fator motivacional nas empresas. Nessa questão, obteve-se como resultado que 52,5% dos entrevistados estão satisfeitos com seus salários e afirmam que as empresas recompensam seus colaboradores de acordo com as suas funções e com uniformidade. No entanto, 47,5% das pessoas estão insatisfeitas com a maneira como são recompensadas e acham insuficientes.

De acordo com Marras (2000), é importante salientar que o administrador deve ter em mente a conscientização, de maneira clara, que os colaboradores e as organizações têm objetivos e interesses divergentes e, até mesmo, incompatíveis. Enquanto um colaborador anseia por receber o máximo possível de compensação pelo emprego do seu trabalho, como remuneração e segurança, outro pode possuir necessidades e propósitos bem diferentes. A remuneração compõe as práticas motivacionais e, pode, segundo Marras (2000), ser alcançada por diversos caminhos, entre eles: as bonificações, as comissões de salários, os incentivos em dinheiro para equipes/grupos, os pagamentos por mérito, entre outros.

A análise da próxima e, última prática motivacional, aqui denominada fatores diversos é composta,

e baseada na estrutura proposta por Viana (1999). Integram esse conceito 5 (cinco) subitens, a saber: desafios; realização e satisfação; valorização e reconhecimento; participação e, por último, a integração. Para fins didáticos, a análise dos itens foi feita em blocos correlatos.

4.4 Prática motivacional: fatores diversos – desafios, a realização e satisfação

O envolvimento é o grau de satisfação em relação à atividade executada. De acordo com Vianna (1999), é fazer aquilo que gosta e ter a satisfação de cumprir os objetivos e as metas estipuladas pela empresa. Nessa questão, a maioria dos respondentes, ou seja, 76 pessoas que representam 95% da pesquisa, indicaram satisfação quanto ao ambiente da empresa. Segundo Heller (1999), o envolvimento dos colaboradores tende a aumentar quando a organização oferece um ambiente de trabalho adequado com as praticas motivacionais.

Os fatores desafios, realização e satisfação são também indicadores importantes no conjunto de motivação e, segundo Vianna (1999), a percepção de um novo desafio faz com os colaboradores mantenham-se compenetrados e motivados na resolução dos problemas a fim de alcançar objetivos comprometidos na empresa. Se sentem realizados, podem expressar opiniões e atitudes, que os farão crescer profissionalmente. No que se refere aos desafios e a realização e satisfação profissional, pode-se verificar que 77,5% dos entrevistados são mais motivados em seu trabalho quando lhes são oferecidos a oportunidade de promoção e o crescimento pessoal.

4.5 Prática motivacional: fatores diversos – a valorização e o reconhecimento

Diante da questão sobre o fator que mais motiva no trabalho, os dados indicam o nível de concordância maior que o de discordância. Isto significa que esse aspecto é um fator reforçador da motivação entre os respondentes. Foi apontado por 77,50% dos entrevistados, a valorização profissional e reconhecimento. Estes são mais motivados em seu trabalho quando lhes são oferecidos oportunidades de promoção e o crescimento pessoal. No entanto, 22,5% dos entrevistados indicam o sentimento de insatisfação em relação a valorização, informaram que não são reconhecidos profissionalmente pela sua chefia, levando-os a desmotivação.

A valorização do ser humano dentro das organizações torna-se cada vez mais necessária, pois é um dos pilares para sua sustentabilidade no mercado. Segundo Vianna (1999), pessoas mais valorizadas e reconhecidas tendem a se tornar mais produtivas, no entanto a organização deve oferecer condições, que julgam ser necessárias, para que isso se realize.

4.6 Prática motivacional: fatores diversos – a participação e a integração

Tabela 3: Fatores que impulsionam para a realização das atividades nas organizações

Fatores que impulsionam para as atividades	n	%
Necessidade de crescimento	32	39,77
Necessidade de reconhecimento	20	25,00
Necessidades pessoais	18	22,73
Necessidades de recompensa salarial	09	11,36
Relacionamento com os colegas	01	1,14
Total	80	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa tabela representa a questão sobre os fatores considerados pelos pesquisados como mais relevantes e que os levam a realizar suas atividades na empresa. Pode-se verificar três fatores que predominaram, são eles: necessidade de crescimento com 39,77%; de reconhecimento com 25% e pessoais com 22,73%.

As pessoas estão em busca de oportunidades de crescimento na vida profissional, querem ser reconhecidas e valorizadas pelo seu desempenho no cargo que ocupam. Quando há o reconhecimento e a valorização, os colaboradores sentem-se satisfeitos e motivados, o que os leva a desenvolver suas atividades com mais eficiência e qualidade. Para Robbins (2003) é por meio da motivação que as organizações conseguem impulsionar seus colaboradores a atingirem os melhores resultados.

5 Considerações finais

A motivação é uma política favorável ao bom ambiente interno das organizações para ambas as partes. Os profissionais mais motivados, sintonizam-se com os interesses da organização, que passam a integrar-se aos seus propósitos pessoais. A efetivação do alcance dessa parceria (colaboradores e empresas) passa pela adoção de uma estrutura que permite afirmar que todo resultado é consequência de um processo, nesse caso, motivacional. As etapas desse processo foram aqui denominadas práticas motivacionais.

Os resultados apurados e analisados foram organizados em 4 dimensões, que nos permitiram evidenciar as seguintes conclusões: A primeira prática analisada foi a liderança que apurou uma correlação muito presente entre o nível de satisfação dos colaboradores em relação à empresa e o que mais lhe motiva no ambiente de trabalho. Foram apontados aspectos relacionados ao crescimento e reconhecimento, mas foi prontamente apontado também, o tipo de chefias e lideranças, bem como as diretrizes da empresa por eles, sinalizadas, por exemplo, a autonomia e a tomada de decisão.

A prática de benefícios apurada reforçou os conteúdos teóricos apontados nas teorias de Maslow (necessidades básicas) e Herzberg (fatores motivacionais), ou seja, a maior concentração e prioridade dos respondentes está voltada para as necessidades básicas, tais como assistência médica / odontológica e vale alimentação. Na sequência apareceram outras da mesma natureza, tais como, a cesta básica, os convênios e bolsas de estudo. Os dados coletados apontam que uma vez atendidos, esses fatores tornam-se fortes aliados a um processo de comprometimento. Essa apuração nos assegura para afirmarmos que o processo motivacional, apoiado inicialmente pelas lideranças, encontra consonância e sustentação, quando as necessidades básicas estão atendidas e satisfeitas.

A terceira prática motivacional analisada, ou seja, a remuneração, quando investigada, revelou uma leve maioria de satisfação por parte dos respondentes. Avaliam-na como satisfatórias as suas percepções em relação ao item aqui analisado. Esse índice pode comprovar que os entrevistados realmente atuam em organizações que valorizam o capital humano. Podemos ainda afirmar a relevância da informação, com base na fundamentação teórica dos modelos motivacionais aqui retratados. Entre elas, a teoria de Herzberg quanto aos fatores higiênicos. Segundo essa teoria, a remuneração está relacionada aos "seus afazeres e desempenhos", o que envolve a necessidade de "auto-realização" e "dependência de suas tarefas realizadas no seu ambiente de trabalho" (HERZBERG apud ROBBINS, 2003). Por afirmarem que se sentem recompensados "de acordo com as suas funções e com uniformidade", é possível sinalizar uma sustentação teórica também nas premissas de Stacy Adams, que estruturou sua teoria com base na equidade, que é retratada nas respostas dos entrevistados.

A última e quarta prática motivacional – aqui denominada fatores diversos reuniu itens importantes da plataforma motivacional. A saber: o item desafios, assim denominado como oportunidades que os colaboradores possuem para o desenvolvimento de novas tarefas e atividades, foi um dos mais apontados e sobressaiu-se em relação ao item posterior desse conjunto: a realização e a satisfação. Esses fatores agregam ainda outros pontos, tais como a possibilidade de crescer e evoluir. E, por isso a maioria dos respondentes sente-se suficientemente motivada e comprometida a continuar oferecendo o seu melhor desempenho nas organizações. A valorização e o reconhecimento foram apurados a partir da percepção que esses entrevistados possuem, com relação à importância que suas organizações atribuem aos programas específicos de motivação, bem como as oportunidades que lhe são oferecidas para a promoção e o crescimento pessoal. O próximo subitem desse conjunto, ou seja, a participação, foi investigada a partir de uma variável importante, o grau de envolvimento, que está presente na maioria dos entrevistados. O que aponta uma identificação com as atividades desempenhadas, e que, consequentemente, eleva o nível, a qualidade e a produtividade da organização. Observamos que o diferencial para a presença deste quadro de comprometimento é o atendimento por parte da empresa, de necessidades relevantes para os colaboradores, tais como o crescimento profissional, o reconhecimento e a atenção às suas necessidades pessoais. E, por fim, o último dos itens que compõem os fatores diversos – a integração que surpreende satisfatoriamente todas as expectativas, ou seja, praticamente todos os respondentes consideram seus valores compatíveis aos das organizações, nas quais atuam. Por isso, a integração, manifestada por esse alinhamento de valores, consagra os resultados apurados.

Portanto, a pesquisa aqui apresentada corrobora as premissas inicialmente apresentadas e propostas por esse trabalho, ou seja, o questionamento sobre as práticas motivacionais e os impactos na produtividade organizacional, segundo a percepção dos colaboradores foram amplas e satisfatoriamente apuradas no estudo. A amplitude está atrelada às teorias motivacionais, sejam as de conteúdo ou de processo que puderam auxiliar na análise e fundamentação das investigações e, a satisfação está representada pelos próprios indicadores estatísticos apresentados pelos respondentes, que, de forma geral, se declaram motivados a trabalhar em suas organizações.

Por isso, a percepção da qualidade do clima organizacional – fator também preponderante para a produtividade organizacional, somado ao conjunto das práticas motivacionais aqui analisadas – que estão totalmente integradas e interligadas é sinalizada com uma satisfação bem elevada e positiva. Quando há o reconhecimento e a valorização, os colaboradores sentem-se satisfeitos e motivados, o que os leva a desenvolver suas atividades com mais eficiência e qualidade, contribuindo assim para um melhor ambiente de trabalho. O retorno para as empresas fica então caracterizado, e, por isso é possível afirmar com propriedade teórica e empírica que todo resultado é consequência de um processo. Pelo menos no que se trata às questões motivacionais e das intenções e disponibilidade desses colaboradores para o aumento da produtividade organizacional onde atuam.

Desde os tempos mais remotos é válido afirmar que a gratidão e o reconhecimento são ainda as moedas mais eficazes para garantir retorno a todos os envolvidos – o que oferece e o que recebe. Nesse caso, os incentivos e práticas motivacionais, são devolvidos à organização, por meio do comprometimento funcional e de um ambiente de trabalho mais produtivo e favorável – para ambas as partes, pessoas e organizações.

Referências

ARGYRIS, C. Integrating the individual and the organization. New York: John Wiley, 1964.

BERGAMINI, C. W. Motivação nas organizações. São Paulo, Atlas, 4ª ed. 1997.

BOHLANDER, G. W. Administração de recursos humanos. São Paulo, Ed. Thomson, 2003.

CASADO, T. A motivação e o trabalho. In: FLEURY, M.T.L. As pessoas na Organização. São Paulo: Editora Gente, 2002.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

HELLER, R. Como motivar as pessoas - Série sucesso profissional. São Paulo: Ed. Publifolha, 1999.

_____ Como aprimorar a gestão de pessoas - Série sucesso profissional. São Paulo: Ed. Publifolha, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 6ª Ed., 2005.

MARRAS, J. P. Administração de recursos humanos. 10ª Ed. São Paulo: Futura, 2000.

MAXIMIANO, A.C. A. Teoria Geral da Administração. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ROBBINS, S. P. Comportamento organizacional, 9ª ed., 2003.

SILVA. R. O. Teorias da motivação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning 24ª ed., 2001

VIANNA, M. A. F. Motivação, liderança e lucro. São Paulo: Ed. Gente, 1999.

EMPREENDEDORISMO NAS EQUIPES DE DIREÇÃO DAS PME NO CICLO DE VIDA ORGANIZACIONAL

ENTREPRENEURSHIP IN THE MANAGEMENT TEAMS OF SMES AND ORGANIZATIONAL LIFE CYCLE

Valmir Alves Ventura
Mestrando em administração – Uninove
ventura.valmir@gmail.com

Edmilson de Oliveira Lima
PH.D em administração e professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração – Uninove
edmilsonolima@gmail.com

Resumo

Esse estudo teve como objetivo analisar o empreendedorismo nas equipes de direção de pequenas e médias empresas à luz do modelo do ciclo de vida organizacional. O empreendedorismo, nas equipes de direção, ocorre pela dinâmica das relações internas e externas entre os codirigentes, além do relacionamento com colaboradores e demais stakeholders. Com essa dinâmica, ocorrem as ações empreendedoras das referidas equipes. As organizações, em seu processo de crescimento, atravessam estágios comuns de amadurecimento e, nesse processo, ocorrem alterações em várias dimensões da organização. Portanto, tentamos compreender qual é a relação entre a condição das equipes de direção e as fases do ciclo de vida organizacional. Foi utilizado o método de pesquisa qualitativo com estudo de caso múltiplo, no qual foram abordadas inicialmente 20 empresas, das quais três se enquadraram na definição de PME (até 99 pessoas em atividade) e são dirigidas por uma equipe. Os resultados obtidos indicam que um dos elementos de base para que uma equipe de direção possa ser classificada como equipe empreendedora é a existência de uma visão compartilhada sobre o futuro da organização – visão esta que, entre outros aspectos, é responsável por delinear as competências a serem desenvolvidas em busca dos objetivos propostos pela direção.

Palavras-chave: Ciclo de vida das organizações. Empreendedorismo. Equipes de direção. Equipes empreendedoras. PME.

Abstract

This study aimed to examine entrepreneurship in management teams of small and medium enterprises in the light cycle model of organizational life. Entrepreneurship in management teams, there is the dynamics of relationships between internal and external codirigentes, in addition to relationships with employees and other stakeholders. With this dynamic, entrepreneurial activities occurring of those teams. Organizations in their growth process, common across stages of maturation and in the process, changes occur in several dimensions of the organization. So we try to understand what is the relationship between the condition of the management teams and the stages of organizational life. We used the qualitative research method with multiple case study in which 20 companies were approached initially, three of which fit the definition of SMEs (up to 99 people in activity) and are led by a team. The results indicate that one of the basic elements for a management team can be classified as entrepreneurial team is the existence of a shared vision about the future of the organization - a vision which, among other things, is responsible for outlining the skills and be developed in pursuit of the objectives proposed by management.

Key words: Entrepreneurial teams. Entrepreneurship. Life cycle of organizations. Management teams. SMEs.

1 Introdução

Os estudos desenvolvidos em relação às Pequenas e Médias Empresas (PMEs) têm recebido mais atenção e espaço no meio acadêmico, haja vista sua importância como meio de desenvolvimento social, geração de renda, desenvolvimento regional, entre outros fatores.

Atualmente muitas pessoas deixam de serem empregados para vivenciarem a experiência de se tornarem empresários. Nesse cenário surgem, na maioria das vezes, as PMEs, que muito contribuem para o desenvolvimento do país (LIMA; ZOSCHKE, 2009), mas que, por falta de uma gestão de qualidade, entre outros fatores, grande parte delas - 62% - não chegam ao quinto ano de atividade (SEBRAE-SP, 2008).

As PMEs por seu tamanho, poder de barganha, baixa competitividade, falta de profissionalismo na gestão, ou falta de estrutura e recursos tecnológicos, são mais vulneráveis que as grandes empresas. Normalmente, a criação de uma nova empresa, seja ela pequena, média ou grande, é fruto dos esforços de um ou mais empresários, iniciando ou expandindo sua atuação, aproveitando oportunidades identificadas no mercado (LIMA, 2009).

As PMEs são normalmente empresas dirigidas por seus fundadores, segundo Lima e Zoschke (2007, p. 86) "[…] as PME que têm sua gestão estratégica realizada por uma equipe de direção são muito numerosas". Esses dirigentes são fundamentais na formulação da estratégia das empresas e para o bom desempenho da organização, suas relações, normalmente, ocorrem de forma espontânea e não planejada.

Para o empreendedor, a mudança é como um processo normal, não é provocada intencionalmente, e sim fruto de suas ações em busca de oportunidades (DRUKER, 1987).

Assim, o objetivo desse estudo consiste em analisar como ocorre o empreendedorismo nas equipes de direção de PME, à luz dos modelos do ciclo de vida organizacional de Zheng et al. (2009) e Frohlich et al. (2007).

Para tanto, como parâmetros, essa investigação toma como ponto de partida três aspectos: (a) identificação de equipes empreendedoras (LIMA, 2001); (b) caracterização da fase do ciclo de vida em que se encontra a organização, pelos modelos de Zheng et al. (2009), Frohlich et al. (2007) e Adizes (2004); e (c) análise intercaso das relações entre codirigentes e o ciclo de vida organizacional.

Como definição de PME no Brasil, utilizamos a seguinte classificação das empresas por porte, segundo Sebrae e IBGE: as PMEs na indústria têm até 49 pessoas ocupadas e no comércio e/ou serviços até 99 pessoas ocupadas (LIMA, 2001b.).

Estudos desse tipo servem de base de dados para o aprimoramento na gestão, assim como fonte de informação para políticas públicas de fomento e entidades de apoio, melhorando o desenvolvimento econômico e social.

Miles e Huberman (1994) sugerem a utilização de um modelo gráfico, para a delimitação do estudo, elaborado em apenas uma página, para facilitar a reflexão sobre o tema. Nesse caso, utilizamos como base o modelo de relações entre os níveis sistêmicos de uma PME com dois Proprietários-Dirigentes, desenvolvido por Lima (2001a), acrescido do nosso problema de pesquisa, para facilitar na compreensão do objeto de estudo e direcionar nosso trabalho.

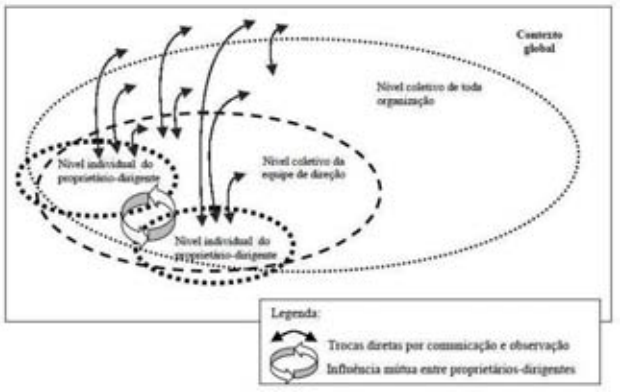


Figura 1: Modelo delimitador do estudo
Fonte: adaptado de Lima (2001a p. 19).

2 Equipes de direção e a necessidade de suas relações

As PMEs vêm ganhando destaque na economia, por sua diversificação no modo de administrar, de liderar ou, até mesmo, pelo seu nível tecnológico, fatores que têm chamado a atenção de pesquisadores. Esses diferentes fatores têm grande influência na sua gestão e no comportamento do mercado. Segundo Raza (2005), o estudo de suas técnicas de gestão são fundamentais para a melhor utilização e alocação eficaz dos seus escassos recursos, o que justifica uma gestão específica para as PMEs.

Um dos fatores que, aparentemente, têm contribuído com a redução das taxas de mortalidade das empresas é um número maior de empresas que têm sido abertas, compostas por sócios, conforme o estudo realizado pelo Sebrae (2008). O que nos leva a inferir que a presença do sócio propicia, além da divisão do trabalho, um melhor processo decisório, definição de estratégias mais adequadas, ou seja, a criação e desenvolvimento de ações empreendedoras ocorre de maneira mais consistente e efetiva.

Segundo Houaiss (2008), equipe pode ser definida como o "[…] grupo de pessoas que se dedicam à realização de um mesmo trabalho […]" e direção como "[…] comando, liderança, conjunto de esforços com o objetivo de orientação". Portanto, a equipe de direção tem um papel fundamental nas PMEs, seja na administração para alcançar um bom resultado financeiro, gestão de pessoas e processos ou na definição de cultura organizacional, por meio das relações entre os dirigentes.

Os dirigentes de PME possuem características peculiares, pois depositam em suas empresas suas ambições, seus valores e seus desejos que, de forma geral, refere-se ao conservadorismo e individualismo, a centralização de poder, a tendência ao obsoletismo, a falta de habilidade na gestão do tempo, a utilização da improvisação em relação a ação planejada, ao imediatismo de resultado e o desconhecimento de ferramentas administrativas (RAZA, 2005).

As relações dos dirigentes são extremamente importantes nas "[…] PME para auxiliar na criação e na condução de seus negócios" (LIMA e ZOSCHKE, 2007), as relações estão ligadas às conversas, contatos por telefone, emails, entre outros meios auxiliares.

As relações desses dirigentes podem ser dentro do seu ambiente de trabalho, ou com seus membros ligados à empresa, com fornecedores, clientes, entre outros. Segundo Lima e Zoschke (2007), a dinâmica das relações internas dos dirigentes de PME e, entre esses dirigentes nas equipes de direção e o nível coletivo assim como com o contexto geral, são determinantes na gestão estratégica e no que vislumbram que possa ser realizado em suas empresas. Essas relações internas e externas são importantes para o desenvolvimento das PMEs, e ocorrem de modo formal, conhecidas como relações profissionais, ou informal, que são as relações extra profissionais, e em momentos de descontração, dentro ou fora do ambiente de trabalho.

Mintzberg (2001) aponta os dirigentes da empresa como os principais responsáveis pela gestão estratégica na organização. As relações externas dos dirigentes também exercem influência na gestão estratégica dessas empresas. Essas relações contribuem para o desenvolvimento da visão dos dirigentes (FILION, 2004), e proporcionam o acesso a recursos diversos, causando impacto no desempenho de suas empresas (BATJARGAL, 2003). As relações da equipe de direção, além de responsáveis pela visão estratégia, relacionamento interno com colaboradores e externo com os demais stakeholders, é responsável também pelas ações empreendedoras geradas na organização.

3 Empreendedorismo em pequenas e médias empresas

Segundo Chagas e Freitas (2001) é o espírito empreendedor da organização que leva as empresas ao sucesso e ao crescimento, e não as modernas técnicas administrativas. O empreendedor sabe correr riscos, opera com a incerteza, é ousado, oportunista e visualiza o futuro de seu empreendimento, buscando por meio do seu trabalho e desafios, a motivação para alcançar o desejado sucesso. Segundo Filion (1999), o empreendedorismo está associado à inovação, com a qual se cria coisas novas e diferentes, que resulta em uma ideia criativa e lucrativa para a empresa. Mugnol (2003 p. 2) define empreendedorismo como a "[…] habilidade de criar e constituir algo a partir de muito pouco ou do quase nada, e esta, é a principal característica dos micro-pequenos e médios empresários".

Segundo Filion (1999), existe um potencial empreendedor a ser explorado em todo ser humano, pois é a necessidade ou uma cultura empreendedora inserida em determinado contexto que leva o empreendedor potencial a desenvolver sua criatividade.

Filion (1999) defende que o progresso das PMEs depende da habilidade de instituir métodos de trabalho e de se concentrar em uma ou algumas visões emergentes. Seus empreendedores deverão visualizar o mercado, recursos financeiros e infraestrutura organizacional para futuros investimentos. Para o autor, existem três fatores predominantes para se alcançar bons negócios: intuição, entendimento e um nível mínimo de conhecimento. A intuição vem por meio do conhecimento do empreendedor que sabe como funciona o processo, identificando novas oportunidades. Avaliando uma oportunidade, cria-se a visão imaginando onde se deseja alcançar, na qual desenvolve-se o planejamento a partir dessa ideia.

A empresa empreendedora é aquela que possui uma visão além de seu cotidiano e a habilidade de controlar os processos de transformação dos seus recursos (CHAGAS e FREITAS, 2001). As equipes de direção, por meio de suas relações, são responsáveis pelo desenvolvimento do empreendedorismo, se tornando equipes empreendedoras.

4 Equipes empreendedoras

Segundo Lima (2009), as PMEs, principalmente as tecnológicas, são muito frequentemente fundadas e dirigidas por uma equipe de direção, ou seja, por um grupo de dirigentes ligados por um senso de compromisso no trabalho em prol do desenvolvimento da empresa e que participam diretamente na gestão estratégica dessa organização. Ao considerar que essa equipe é composta de coproprietários - dirigentes e do presidente

do conselho de administração (CA), nos casos raros em que a PME tem um CA, pode-se considerar que é o tipo de equipe de direção que, na coletividade dos seus membros, apresenta as características típicas que caracterizam alguém como empreendedor. Segundo a literatura especializada, uma equipe empreendedora é aquela que apresenta as seguintes características: a) busca e exploração ativas de oportunidades; b) postura pró-ativa; c) promoção ativa da inovação; d) criatividade; e) iniciativas de risco calculado; f) interesse pelo crescimento dos seus negócios.

Diversos autores, segundo Lima (2009), reforçam a importância das iniciativas coletivas sobre as individuais, e que são determinantes para o sucesso e enriquecimento das empresas e dos países. As iniciativas coletivas da equipe de direção desempenham um papel fundamental, principalmente, no desempenho das novas empresas. Essas iniciativas decorrem da visão compartilhada entre os dirigentes.

Mugnol (2003) destaca que para o empreendedor consolidar suas ações e possa operacionalizar uma gestão integrada e sistêmica, fica evidenciada a importância dos relacionamentos interáreas dentro das empresas, no sentido de direcionar as atividades orientadas para valor, clientes e mercados.

Esse cenário reforça a proposição de Lima (2001a) ao elaborar seu modelo de relações entre os níveis sistêmicos de uma PME, no qual destaca que a qualidade das interações entre os seus codirigentes, além da interação destes com os outros membros da organização, são os elementos críticos para o desenvolvimento da empresa. O autor reforça também a necessidade da compreensão do conceito de visão (SENGE, 1990 apud LIMA, 2001a), que é a condição futura desejada para a empresa, visto que a aprendizagem organizacional e o desenvolvimento de competências para atender a essa visão, irão direcionar a construção da condição futura da empresa.

Nessas empresas, em complementaridade um com o outro, os codirigentes fornecem à organização recursos financeiros, humanos e sociais indispensáveis (UCBASARAN et al., 2001). A PME comandada por uma equipe de direção conta com a vasta rede de relações sociais e de negócios agregadas à empresa pelos codirigentes, o que nem sempre é o caso da PME dirigida por um só proprietário-dirigente. Além disso, a dinâmica das relações internas dos codirigentes na PME e, mais ainda, a própria dinâmica entre eles na equipe de direção, são determinantes para a gestão estratégica e a visão a ser realizada em suas empresas (LIMA, 2004).

A rede de relações agregada à PME pelos codirigentes é uma das vantagens em se ter uma equipe de empreendedores sob o comando de uma empresa, pois essa lista de contatos sociais permite o desenvolvimento e o crescimento do empreendimento, pois cada indivíduo pode vir a agregar e a complementar com suas características, conhecimentos, habilidades, competências diversas e influência.

Weisz e Vassolo, (2004) explicam que uma equipe de liderança com bom relacionamentos, consegue formar boas e fortes alianças para o desenvolvimento de seus produtos e obter sucesso em suas empresas, e que quando certos atores no individual ou em grupos obtêm melhores resultados no que diz em receber altos retornos sobre seus esforços, é porque de alguma maneira estão bem interligados.

Adler e Kwon (2002) relatam que estar mais bem interligado compreende os seguintes focos: a) relações que um ator mantém com outros autores, o capital social como um recurso inerente à rede social que liga um ator local a outros atores; b) a estrutura das relações entre atores dentro de uma coletividade, foca os benefícios que uma coletividade, grupo, organização ou nação, obtém por meio das características internas de rede que lhe oferecem coesão e confiança e que, por esse motivo, facilitam a busca de um objetivo coletivo; ou c) ambos os tipos de ligações.

Pedro (2003) em seu estudo sobre as características comportamentais dos empreendedores no modelo de ciclo de vida das organizações de Greiner, obteve um delineamento parcial das características comportamentais dos empreendedores, e recomenda um aprimoramento desse estudo.

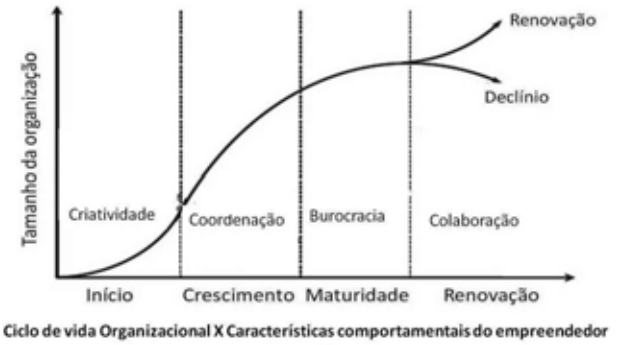


Figura 2: Ciclo de vida organizacional x características do empreendedor
Fonte: adaptado de Lima (2001a p. 19).

Conforme a figura acima, o delineamento a ser aprimorado consiste nas características de criatividade para a fase inicial da organização, coordenação para a fase de crescimento, burocracia para a fase de maturidade e colaboração para a fase de recuperação ou declínio, fases correspondentes ao ciclo de vida organizacional.

5 Ciclo de vida organizacional

O ciclo de vida organizacional procura demonstrar a variação de características organizacionais no decorrer do tempo, e isso implica alterações nas dimensões

estruturais das organizações (MACHADO-DA-SILVA, VIEIRA E DELLAGNELO, 1992). Assim, em diferentes estágios de vida, as organizações passam a apresentar atributos específicos e agir de forma distinta. Dodge e Robbins (1992) em seu estudo sobre o modelo do ciclo de vida organizacional em PME, definem quatro estágios denominados como empreendedor, de expansão ou de crescimento, de proteção de domínio/expansão e de estabilização. De acordo com Mintzberg (1995), o ciclo de vida pode ser caracterizado pela particularidade de cada organização, desse modo as organizações podem apresentar desempenhos diferentes dentro dos mesmos estágios do ciclo de vida, e em cada estágio da organização Zheng et al. (2009) citam haver características comuns.

Estudos realizados por Frohlich et al. (2007), Zheng et al. (2009) e Adizes (2004) concluem que, embora haja várias definições sobre o ciclo de vida organizacional, há consenso pela definição de seus estágios, como sendo o de início do empreendimento, o de crescimento da organização, o de maturidade ou estabilidade, e por fim, o de recuperação ou declínio da organização. Utilizamos essa definição para efeito de nosso estudo.

No estágio ou fase inicial, ou ainda de start-up, a empresa tem como foco enfrentar as turbulências externas. Nessa fase, a estrutura e formalidade são secundárias os membros se mobilizam em trabalhar juntos para vencerem as adversidades e a influência do fundador é muito forte na cultura da organização, e essa inspiração gera a pró–atividade dos membros. Para Adizes (2004), nessa fase, há geralmente um elevado grau de dependência em relação à energia e a visão do fundador (LIMA, 2004). As organizações são criadas, frequentemente, a partir de uma nova ideia ou de uma nova abordagem, muitas vezes iniciada ao acaso a partir da prática ou da repetição de outro modelo de negócio bem–sucedido. Dessa forma, poucas organizações iniciam sua trajetória com um sistema de monitoramento ambiental já construído. Como nessa fase as organizações passam por diversas crises e seu foco é, geralmente, na estabilização dos processos internos, pode ocorrer que elas sejam surpreendidas por abruptas mudanças no ambiente. Dependendo da amplitude da mudança, a própria sobrevivência da organização pode ser ameaçada.

Na fase de crescimento, growth (ZHENG et al., 2009), ou adolescência (ADIZES, 2004), a organização enfrenta diferentes problemas potenciais, como estabilizar a produção, credibilidade do produto, demanda crescente, manutenção do fluxo de caixa, e formalização. O foco nessa fase é expandir oportunidades e está associada a mudanças na estratégia, interesse em stakeholders, e prioridade na administração. Para sustentar o crescimento, as organizações tendem a desenvolver estruturas burocráticas, delegar autoridade para gerentes e formalizar processos (ADIZES, 2004).

Já na fase de maturidade ou maturity, a organização obtém uma receita estável, mas com níveis de crescimento e inovação mais lentos (ZHENG et al., 2009). Quando a organização atinge essa fase, já com seus processos consolidados, melhor posicionada competitivamente e com um bom desempenho de vendas, ela pode desenvolver um elevado padrão de confiança nos padrões passados. No entanto, essa sensação de segurança proporcionada pelo sucesso, o baixo senso de urgência e a excessiva confiança nos dados factuais e mensuráveis podem levar a organização a reduzir seu nível de atenção em relação ao ambiente que a cerca (ADIZES, 2004) e, no decorrer do tempo, pode começar a apresentar sinais de declínio.

Nessa fase de declínio, para recuperar-se é fundamental a experiência da organização para obter um equilíbrio, se reestruturar, gerando novos patamares de crescimento (ZHENG et al., 2009).

Frohlich et al. (2007), com base na revisão de literatura de diversos autores, propõem um modelo para identificação da fase em que a organização se encontra dentro do ciclo de vida organizacional, e selecionaram dezesseis dimensões de práticas organizacionais, para orientação da identificação do desenvolvimento do ciclo de vida. As dimensões identificadas foram: aprendizagem, clientes, crescimento, comunicação, cultura, ênfase da gestão, estilo de gestão, estrutura organizacional, experiência, informação, modelo gerencial, poder, produto, sistemas de controle, tecnologia e tomada de decisão. A visão do modelo apresentado baseia-se no entrelaçamento dos ciclos encontrados em seu referencial teórico, e não existe um momento certo para afirmar quando um ciclo começa e outro termina, em cada organização, o desenvolvimento se apresenta de forma diferente, e marcos importantes podem definir os estágios de desenvolvimento da organização (FROHLICH et al., 2007). Para nosso estudo foram selecionadas algumas das dimensões e práticas organizacionais que marcam os estágios de desenvolvimento do ciclo de vida das organizações. A Tabela 5 apresenta a síntese de cada uma das dimensões e as principais práticas.

6 Método

Para esse trabalho foi realizada uma pesquisa qualitativa com estudo de casos múltiplos e coleta de dados feita com entrevistas semiestruturadas (VIEIRA, 2004), comparando-se, em seguida, os dados levantados com os conceitos identificados na literatura. Foi adotado o estudo de caso, pois, como explica Yin (2005), é apropriado nas situações em que a pergunta de pesquisa é uma interrogação do tipo "como?" ou "por quê?", e buscamos a descrição e a explicação do fenômeno, compreendendo como se desenvolve ou se modifica, com suas causas, processos e consequências (FLICK, 2004).

Tabela 5: Dimensões e práticas nos estágios do ciclo de vida organizacional

Estágios Dimensões	Estágio inicial	Estágio do crescimento	Estágio da maturidade	Estágio da renovação
Crescimento	Inconsistente	Elevado	Crescimento lento	Positivo e elevado
Cultura	Sobrevivência Inspiração	Moldagem da cultura da empresa Implantação	Fragmentada negociação	Institucionalizada Pressupostos
Ênfase da gestão	Fazer e Vender	Eficiência das operações; Expansão de mercado	Consolidação da organização; dificuldade de gerir o processo e pensar no futuro	Resolução de problemas e inovação
Estrutura da organização	Formada pelos donos e informal	Centralizada e funcional	Saída dos donos; hierarquia descentralizada em unidades de negócios	Redução de níveis; ganho de agilidade; unidades de negócios geridas por resultado
Informação	Inexistente ou poucas políticas	Começam a emergir os primeiros sistemas formais	Formal e burocrática	Integração
Modelo gerencial	Operado pelo proprietário	Transição para a gestão pelo proprietário	Administrado pelo proprietário	Administração Profissional
Produtos	Um tipo de produto	Diversificação	Linhas de produtos limitadas	Definição de foco de produto; orientado para nichos
Sistemas de controle	Resultado do mercado	Centro de custos	Controle rígido	Estabelecimento de metas em conjunto
Tecnologia	Pouca	Restrita	Intensa, sem expectativas de novas conquistas	Renovação Inovação
Tomada de Decisão	Oportunista	Centralizada	Lenta, estruturada em planejamento	Mudanças estratégicas agressivas
Comportamento empreendedor	Criatividade	Coordenação	Burocracia	Colaboração

Fonte: adaptado de Frohlich et al. (2007); Pedro (2003) e Zheng et al. (2009).

A amostra aleatória é composta por três PMEs, que atendem ao requisito de serem dirigidas por uma equipe de direção. As entrevistas foram realizadas, em duas fases, com os dirigentes, seguindo um roteiro semiestruturado e flexível que pôde ser adaptado de acordo com as circunstâncias durante a coleta de dados. Esses dados foram tabulados e analisados. No entanto, houve a necessidade de realizar um segundo encontro com os dirigentes para se esclarecer alguns pontos. No estudo multicaso foram analisados os dados obtidos relativos a cada caso de empresa (análise intrasítio dos dados) e também a análise comparativa entre as empresas (análise intersítio dos dados), segundo as recomendações de Miles e Huberman (1994).

As empresas que compõem a amostra estão classificadas como PME, segundo critério do IBGE/Sebrae (2008), embora possuam perfis e condições financeiras diferentes, o que assegura a validade externa do estudo (SELLTIZ; WHIGHTSMAN; COOK, 1987). Para o roteiro de entrevista foi utilizado a estrutura de Lima (2004) – "Base para a entrevista semiestruturada com os codirigentes e pessoas de sua rede", adaptado para o nosso tema, abrangendo os diferentes aspectos identificados na discussão teórica sobre estratégia, equipes de direção e relacionamento em PME.

6 Análises

Foram contatadas inicialmente 20 PMEs, das quais três cumpriam o requisito de seleção e se dispuseram a participar da pesquisa. O instrumento de pesquisa foi um questionário semiestruturado aplicado em duas fases. Na primeira, fez-se uma seleção, identificando as empresas compostas por uma equipe de direção, explanando sobre o objeto de pesquisa, colhendo dados primários e identificando as equipes empreendedoras. Na segunda fase, aplicou-se um outro questionário composto por 20 questões direcionadas para a verificação e compreensão de como ocorre o empreendedorismo no relacionamento entre a equipe de direção e os níveis coletivo da equipe, da organização e contexto geral.

Os resultados encontrados na primeira fase demonstram que entre as 20 empresas abordadas inicialmente, independentemente de terem sua administração realizada por uma equipe de direção, empreendedora ou por um só empresário, todas destacaram a importância das relações internas e externas como fator crítico de sucesso de seu empreendimento. Alguns comentários dos entrevistados que justificam nosso argumento: "São os contatos e o relacionamento interno e externo que fazem o movimento na minha loja […]"; "[…] todos são importantes, sócios, fornecedores, clientes, pessoas influentes e também pessoas nem tanto influentes, mas que muitas vezes podem lhe trazer conhecimentos que são importantes."; "[…] precisamos ter uma rede bem diversificada."

O principal critério de seleção das empresas foi a direção feita por uma equipe, mas identificamos em uma das empresas do ramo de eletroeletrônica que, mesmo sendo dirigida apenas por uma empresária, há

a clara influência benéfica do relacionamento externo entre dirigentes de empresas parceiras - nesse caso toda a família é composta por empresários com suas respectivas empresas independentes. Tais interações entre os empresários é fundamental para gerar ações empreendedoras.

Já na segunda fase da pesquisa, agora com apenas três empresas dirigidas por uma equipe empreendedora, os dados foram coletados e tabulados e, utilizando-se as teorias e modelos citados no referencial teórico, foram realizadas as análises intracaso e intercaso dos dados. Como alguns empresários preferiram manter o anonimato deles e de suas empresas, respeitamos sua privacidade omitindo os nomes.

6.1 Análise intracaso

No primeiro caso, a empresa é uma fabricante e distribuidora de pranchas de surfe. Atua há três anos no mercado, possui dois sócios e 15 colaboradores diretos e indiretos. Fatura R$ 25.000,00 por mês, em média. Encontra-se na fase de introdução com indicativos de crescimento (demanda crescente e necessidade de formalização). Como fator relevante na formação da visão compartilhada, que impactou em uma grande mudança na organização, um dos sócios cita durante a entrevista

> […] já tínhamos como estratégia, ao contrário da maioria dos concorrentes, trabalhar apenas com lojistas, a princípio só com distribuição.

Nesse caso, a visão inicial do negócio era apenas a distribuição do produto, sem arcarem com os custos de produção. Um dos sócios era responsável pela área comercial e, ao perceber a oportunidade de fabricarem para uma grande marca, analisou a possibilidade e visualizou um outro mercado e posicionamento da empresa, o que exigiu uma rápida adaptação da organização.

> […] mas a mudança se deu principalmente a partir da oportunidade de também fabricarmos para uma grande marca e isso deu credibilidade à empresa, expandindo os negócios […] .

Quanto ao futuro, os sócios concordam que é necessária a expansão da empresa para buscar segurança e estabilidade. Essa expansão deve ser regional, seguindo o modelo de negócio já desenvolvido até o momento.

No segundo caso, a empresa é uma locadora de equipamentos elétricos, com 45 funcionários, dois sócios e faturamento médio de R$ 650.000,00 mensais, presente no mercado há 19 anos no mercado. Encontra-se na fase de crescimento, apesar dos 19 anos de experiência, com sinais de maturidade. Como cita um dos proprietários, há uma estratégia prévia já definida pelos sócios,

> […] aproveitamos todas as crises (apagão de energia de 2000 / 2002; crises dos concorrentes; crise econômica), na crise é o momento de investir, buscar recursos externos, crescer, investir os recursos acumulados e aproveitar as oportunidades do mercado […]

Nesse caso, as oportunidades de crescimento são aguardadas pelos sócios, que trabalham de forma muito segura, acumulando e reinvestindo os recursos, para utilizá-los quando necessário,

> […] nos procuramos prezar pelo nosso nome e imagem da empresa, nunca atrasamos, assim quando for necessário, nós temos crédito com bancos, fornecedores e até com relação aos concorrentes […]

Em relação ao futuro, há divergências entre os sócios, pois o processo sucessório ainda não esta bem definido. Um dos sócios chegou a citar que poderia "[…] vender tudo e ir velejar pelo mundo", modo de pensar que não é compartilhado pelo outro sócio.

No terceiro caso, a empresa é uma bem-sucedida distribuidora de equipamentos elétricos para revendas em todo Brasil, com 15 anos no mercado e quatro sócios (os pais e dois filhos). Possui 70 funcionários e faturamento médio de R$ 4.000.000,00 por mês. Essa empresa já se encontra na fase de maturidade, e apesar dos quatro sócios, foi identificado como participantes da equipe empreendedora, apenas dois sócios. Os outros dois são apenas sócios-investidores e se mantêm um pouco distantes da organização, mas sempre acatando as decisões tomadas pela equipe empreendedora.

Para identificação da equipe empreendedora, conforme Lima(2009), foi questionado dos sócios, quais atores que buscam e exploram as oportunidades; se apresentam postura pró-ativa; se promovem ativamente a inovação; se são criativos; se possuem iniciativas de risco calculado; e se possuem contínuo interesse pelo crescimento dos seus negócios.

Nessa empresa, o processo sucessório está bem definido como um modelo de expansão dos negócios.

6.2 Análise intercaso

Nesse estudo com as PMEs, na análise intercaso, foi verificado que, em dois casos dentro das sociedades,

há a influência da hierarquia familiar, pois as empresas são dirigidas por uma família e nelas respeitam-se as orientações do patriarca. Já as relações ocorrem, com muita frequência, entre os sócios individualmente e entre eles e o nível coletivo da organização, assim como com contexto global – demais stakeholders. Os resultados dessas relações são discutidos entre os codirigentes no ambiente de trabalho, familiar ou por meio de relações informais - extra profissionais, em momentos de descontração, dentro ou fora do ambiente de trabalho. Como exemplo, no segundo caso apresentado na seção anterior, é costume da empresa realizar festas de aniversário após o expediente, nas quais também são discutidos assuntos pertinentes à organização. Nesses encontros são decididos, entre os sócios e colaboradores, quais serão as próximas ações ou ainda soluções para problemas organizacionais.

No terceiro caso apresentado na seção anterior, fica claro que a equipe empreendedora não é composta apenas pelos sócios. Essa condição parece ter resultado do maior grau de maturidade e profissionalismo em que a empresa se encontra em comparação com os demais casos estudados, nos quais apenas os sócios compõem a equipe empreendedora.

Tabela 6: Síntese da análise dos dados

PME	Ciclo de vida organizacional	Características das relações entre codirigentes	Relações com os stakeholders	Análise intercaso
1ª	Da introdução para o crescimento	Negociada, racional, formal e informal; visão compartilhada	Todos os níveis; papéis divididos; relação individual	As ações empreendedoras ocorrem quando há um melhor entrosamento das
2ª	De crescimento para maturidade	Hierarquia familiar; orientações do patriarca; emocional; formal e informal; visão parcialmente compartilhada	Alguns níveis; papéis parcialmente divididos; individualmente e em conjunto; ambiguidade.	equipes de direção e um compartilhamento da visão de futuro, com papéis bem definidos e com um ótimo relacionamento em todos os níveis
3ª	Maturidade	Hierarquia familiar; orientações do patriarca; emocional e racional; formal e informal; visão compartilhada	Todos os níveis; papéis divididos; relação individual	da organização, sejam internos ou externos

Fonte: Os autores.

Percebemos que o desempenho da organização é afetado pelo nível de entrosamento das equipes de direção, fica claro na segunda empresa estudada, que a ambiguidade em relação a definição de papéis e compartilhamento da visão de futuro, constitui fator restritivo para que a empresa evolua à outra fase do ciclo de vida organizacional, o que exige outras competências de seus dirigentes, como um comportamento mais burocrático (PEDRO,2003), um controle mais rígido e descentralização (FROHLICH et al., 2007) e a implementação de uma cultura modelada (ZHENG et al., 2009).

7 Considerações finais

Fica claro também que a profissionalização da equipe, composta por familiares ou não, é fundamental para uma melhor gestão, desde a otimização dos recursos organizacionais, passando pelo processo de tomada de decisões, até o reflexo do desempenho da equipe empreendedora nos demais colaboradores.

Nota-se que essas relações são determinantes para a elaboração de uma gestão estratégica.

Percebemos que o desempenho das organizações estudadas é superior, na medida em que há um maior entrosamento da equipe empreendedora e há o compartilhamento de uma mesma visão de futuro, com um processo sucessório já definido.

Respondendo à nossa pergunta de pesquisa, sem a pretensão de esgotar o assunto, o empreendedorismo nas equipes de direção ocorre na medida em que essa equipe pode ser considerada uma equipe-empreendedora, o que não é o mesmo que afirmar que as equipes compostas pelos sócios são equipes-empreendedoras. As ações empreendedoras surgem quando as equipes compartilham a mesma visão de futuro, possuem um perfil empreendedor e, ainda, possuem um relacionamento ativo com os diversos níveis da organização, esse relacionamento ocorre de maneira formal e informal, o que independe de possuírem vínculo familiar ou não. As equipes-empreendedoras exigem e refletem um comportamento nos demais colaboradores, que são levados a desenvolverem competências adequadas à esse perfil empreendedor.

Não identificamos ligação entre a visão empreendedora compartilhada, que é fator fundamental para gerar ações empreendedoras, e os estágios do ciclo de vida organizacional. No segundo caso apresentado, no qual a empresa encontra-se na fase de crescimento caminhando para a maturidade, os sócios não compartilham a visão de futuro, em razão do processo sucessório não estar bem definido. Já no primeiro e terceiro casos apresentados, os sócios compartilham a visão de futuro, independentemente das características da fase do ciclo de vida em que suas empresas se encontram.

Como sugestão para futuras pesquisas, podem-se destacar três encaminhamentos. O primeiro corresponde à verificação da relação da fase de maturi-

dade no ciclo de vida organizacional em que a empresa se encontra e a composição das equipes empreendedoras, conforme os resultados encontrados nesse estudo.

Em segundo, tomando-se como base as observações obtidas na primeira fase da pesquisa, na qual foram entrevistadas 20 empresas com o objetivo de se identificar quais dessas empresas que se enquadravam no perfil desejado para a pesquisa, esses empresários entrevistados deram grande ênfase na importância de se estabelecer uma rede de relacionamentos, como fator crítico de sucesso para suas organizações, portanto indicamos o estudo das redes de relacionamento em PME como fator crítico de sucesso para seus empreendimentos.

Finalizando indicamos o estudo do impacto do processo sucessório no desempenho organizacional, pois, conforme nossas observações, a indefinição quanto a esse tema afeta a visão compartilhada de futuro e causa reflexos nos demais colaboradores, gerando um desempenho aquém das expectativas e do potencial da organização.

Referências

ADIZES, I. Gerenciando os ciclos de vida das organizações. Pearson: Prentice Hall, 2004.

ADLER, P. S.; KWON, S. Social capital: Prospects for a new concept. Academy of Management Review, v.27, n.1, p. 17-40. 2002.

BATJARGAL, B. Social capital and entrepreneurial performance in Russia: A longitudinal study. Organization studies, v. 24, n. 4, p. 535-556, 2003.

CHAGAS, J. FREITAS, H. A tomada de decisão segundo o comportamento empreendedor: uma survey na região das Missões Campinas/SP. Enanpad 2001 (Cor 747), set. 2001. 15p. (anais em CD)

DODGE, H. R.; ROBBINS, J. E. A empirical investigation of the organizational life cycle model for small business development and survival. Journal of Small Business Management, Malden, v.13, n.1, p. 33-49, jan. 1992.

DRUKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor (Entrepreneurship). 3ª ed. São Paulo. Pioneira, 1987.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. RAUSP – Revista de Administração da Universidade de São Paulo. SP, abril/jun.1999.

_____ J.Operators and visionaries: differences in the entrepreneurial and managerial systems of two types of entrepreneurs. International Journal of Entrepreneurship and Small Business. v.1, n.1 e 2, p. 35-55, 2004.

FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2 ed. Porto Alegre: Bookman. 2004.

FROHLICH, L.; ROSSETTO, C. R.; SILVA, A. B. da. Implicações das práticas de gestão no ciclo de vida organizacional: um estudo de caso. Análise, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 139-160, Jan./Jun. 2007, disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewfile/363/266>. Acesso em 23 set. 2009.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LIMA, E O.; ZOSCHKE, A.C. K. Relações dos dirigentes e gestão estratégica nas pequenas e médias empresas. Encontro de Estudos em Estratégia, 3, São Paulo, p. 01-13, maio/2007

_____ A formação em empreendedorismo face à realidade do pequeno empresário brasileiro. A partir de estudos de vanguarda, o que devemos enfatizar? Programa Conjunto de Ph.D. em Administração École des Hautes Études Commerciales de Montréal (HEC - Montréal) Texto de base da palestra de mesmo título apresentada pelo autor no evento "Treinamento para Atualização da Equipe do EMPRETEC" Promoção: SEBRAE Nacional - Brasília, de 30/set. a 03/out. de 2001a.

_____ . As definições de micro, pequena e média empresas brasileiras como base para a formulação de políticas públicas. ANAIS DO II EGEPE, p. 421-436, Londrina/PR, Novembro/2001b. (ISSN 1518-4382).

_____ .Équipe de Direction, Vision Partagée et Apprentissage Dans le Management Stratégique de PME. Montreal, 2004. Tese(Doutorado em Administração), HEC Montreal, Canadá. BASE PARA A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM OS CODIRIGENTES E PESSOAS DE SUA REDE DE RELAÇÕES.

_____. Relações internas e conversa estratégica nas pequenas e médias Empresas. Revista economia & gestão, PUC Minas, v.9 n.20 p. 74-89, abril 2009.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; VIEIRA, M. F.; DELLAGNELO, E. H. L. Controle organizacional: uma abordagem a partir do conceito de ciclo de vida. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 16., 1992, Canela, RS. Anais… Canela, RS: ANPAD, 1992.

MILES, M. B.,; HUBERMAN, A. M. Focusing and bounding the collection of data. In: MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. Qualitative data analysis: an expanded srourcebook. 2 ed. Thousand Oaks: Sage, p. 16-39, 1994.

MINTZBERG, H. A organização empreendedora. In: MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. O processo da estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____ Criando organizações eficazes. São Paulo: Atlas, 1995.

MUGNOL, P. R. Empreendedorismo e gestão de micro-pequenas e médias empresas do setor industrial –principais problemas – análise de 281 empresas da serra gaúcha. Encontro Nac. de Eng. de Produção, 22. Ouro Preto, MG, Brasil, 2003.

PEDRO, A. M. Características comportamentais dos empreendedores no modelo de ciclo de vida das organizações de Greiner. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

RAZA, C. . A capacitação das micros e pequenas empresas paulistas, evitando a mortalidade precoce. 2005. Monografia (bacharel em Ciências Econômicas). Faculdade Italo Brasileira, São Paulo, 2005.

SEBRAE – SP - 10 Anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas. São Paulo: SEBRAE-SP, 2008. Disponível em: http://www.sebraesp. com.br/sites/default/files/livro_10_anos_mortalidade.pdf.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.S.; COOK, S. W. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: EPU, 1987.

UCBASARAN, D., WESTHEAD, P. ; WRIGHT, M. The focus of entrepreneurial research: contextual and process issues. Entrepreneurship Theory & Practice, v.25, n.4, p. 57-80, 2001.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (ed.). Pesquisa qualitativa em administração. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 13-28.

WEISZ, N.; VASSOLO, R. S. o capital social das equipes empreendedoras nascentes. RAE , v 44, n. 2, abr/jun 2004.

YIN, R. Estudo de caso – planejamento e métodos. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

ZHENG, W.; QU, Q.; YANG, B. Toward a theory of organizational cultural evolution. Human Resource Development Review, v.8, n.2, p. 151-173, 2009. Disponível em: <http://hrd.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/2/151>. Acesso em: 12 ago. 2009.

ESTRATÉGIAS DE RELACIONAMENTO NO AGRONEGÓCIO: *BRANDING* E SELO DE CERTIFICAÇÃO

RELATIONSHIP STRATEGIES IN AGRIBUSINESS: BRANDING AND SEAL OF CERTIFICATION

Dra. Nadia Kassouf Pizzinatto
Doutora – Programa de Mestrado e Doutorado em Administração – Uninove
Graziela Oste Graziano
Doutoranda/Bolsista Doutoranda em Administração – Uninove

Denis Siqueira da Paixão Silva
Bolsista de Iniciação Científica – Uninove

Thiago de Camargo Ferreira
Bolsista de Iniciação Científica – Uninove
graziela_oste@terra.com.br

Resumo

Essa pesquisa tem como objetivo geral investigar com os produtores de produtos alimentícios identificados como orgânicos, quantos usam marcas próprias (*branding)* e quantos se apoiam apenas no selo de certificação, bem como também, investigar as estratégias de marketing de relacionamento utilizadas – e passíveis de utilização- pelos produtores/distribuidores, em decorrência da relação *branding/ selo,* visando a conquista e/ou fidelização de clientes. As informações serão coletadas inicialmente por meio de dados secundários – listagem obtida pelo Instituto Biodinâmico (2006). As informações, num primeiro momento, serão analisadas por meio de gráficos e tabelas. Busca-se com os resultados levantar informações dos produtores de produtos alimentícios identificados como orgânicos. Algumas das informações dizem respeito a quantos usam marcas próprias (*branding)* e quantos se apoiam apenas no selo de certificação. Espera-se também com esses resultados poder contribuir para a ciência, principalmente para os estudos do marketing de relacionamento com foco no cliente, aplicado a setores específicos, nesse caso, ao agronegócio. Nesse caso, em especial, para levantar pressupostos ou hipóteses para tese de doutorado a ser desenvolvida pela docente colaboradora.

Palavras-chave: Agronegócio. *Branding.* Foco no cliente. Marketing de relacionamento. Produtos orgânicos

Abstract

This research aims at investigating the producers of food products identified as organic, how many use their own brands (branding) and how many rely only on the seal of certification, and also investigate the relationship marketing strategies used – and that could use-by producers / distributors, as a result of relationship branding / seal, to build and / or customer loyalty. Information will be collected initially through secondary data – list obtained by the Biodynamic Institute (2006). The information, initially, will be analyzed using graphs and tables. Search with results up to the producers of food products identified as organic. Some of the information relates to how many use their own brands (branding) and how many rely only on the certification label. It is also expected with these results could contribute to science, especially for studies of relationship marketing, customer focus, applied to specific sectors, in this case, to agribusiness. In this case, in particular, to raise assumptions or hypotheses for doctoral thesis to be developed collaboratively by the teacher.

Key words: Agribusiness. *Branding. Customer Focus.* Organic products. Relationship marketing.

1 Apresentação e justificativas do projeto

A escolha do tema se deu também em razão da história acadêmica tanto da autora quando de sua orientadora, há muitos anos enfocar como linha de pesquisa o crescimento do setor do agronegócio na economia brasileira.

Primeiramente como bolsista de iniciação científica Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC), a bolsista Graziela Oste Graziano trabalhou, já sob orientação profa. Dra. Nadia Kassouf Pizzinatto, na pesquisa "Sistemas mercadológicos em *Agribusiness:* os setores de laticínios e hortifrutigranjeiros em Piracicaba", apoiada pelo Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP), da Universidade Metodista de Piracicaba. Sua segunda experiência veio como participante do Grupo de Pesquisa em Marketing e Estratégia, quando colaborou no desenvolvimento de 2004 a 2006 da pesquisa "Estratégias para a ativação do sistema mercadológico de produtos orgânicos da região interiorana do Estado de São Paulo", que também contou com apoio do FAP da Universidade Metodista de Piracicaba e ainda sob a coordenação de sua atual orientadora de mestrado. Essa segunda pesquisa concentrou-se no segmento das frutas, legumes e verduras (FLVs) trazendo como resultados a identificação dos problemas encontrados no fluxo dos produtos orgânicos, pela cadeia agroindustrial e a sugestão de estratégias mercadológicas de ativação que podem vir a auxiliar os produtores a sedimentar esse setor no mercado: comunicação, distribuição e vendas para os produtores orgânicos. Além dessas estratégias, a pesquisa mostrou outra estratégia de ativação do mercado passível de adoção, o associativismo, que é pouco utilizado, pois é inviável quando um único produtor arrisca efetuar mudanças num setor que é altamente dependente dos demais elos de distribuição.

Uma terceira experiência foi a pesquisa desenvolvida na dissertação de Mestrado da autora, que representa a sedimentação de sua trajetória na linha da pesquisa do marketing do agronegócio, voltada ao nicho dos orgânicos numa visão holística, já sem o foco em um único tipo de produto. A dissertação foi intitulada como: "O composto de produtos e a estratégia de desenvolvimento de produtos no agronegócio: um estudo no setor de produtos orgânicos".

Percebe-se então, que essa pesquisa está inserida no tema do grupo de pesquisa de estratégia de marketing e na linha de pesquisa de marketing, do Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA) da Uninove – que está vinculada a profa. orientadora Nadia Kassouf Pizzinatto, cujo projeto central está no marketing de relacionamento, implementado em setores específicos da economia, com foco no cliente. (vide síntese do projeto central, como anexo 1)

Portanto, esse estudo representa a continuidade de duas temáticas que, agora unidas, buscam contribuir com o crescimento do setor de produtos orgânicos, pelo estudo de estratégias de marketing de relacionamento, com foco no cliente.

Segundo essa linha de raciocínio, busca-se também estudar o processo de decisão de compra, pois quando o consumidor está inserido no processo, qual será sua percepção nesse momento, principalmente quando a compra se refere aos produtos orgânicos. Será que o consumidor leva em consideração a marca ou o selo que garante a certificação do produto como orgânico?

A escolha do tema se deu também pelo motivo que, em pesquisas realizadas, não se encontrou nada sobre o assunto socializado até o presente momento.

Essa pesquisa tem como objetivo contribuir com elementos teóricos e práticos para uma reflexão a respeito da importância e do significado da marca para a estratégia mercadológica de uma empresa, mediante estudo realizado no agronegócio, em específico nos produtos orgânicos.

2 Objetivos

2.1 Objetivo geral

Essa pesquisa tem como objetivo geral estudar o papel da gestão da marca (*branding)* e do selo de certificação na comercialização de produtos alimentícios identificados como orgânicos, e também, investigar as estratégias de marketing de relacionamento utilizadas – e passíveis de utilização – pelos produtores/distribuidores, visando a conquista e/ou fidelização de clientes.

2.2 Objetivos específicos

Para melhor estudar o objetivo geral, se faz necessário apresentar os objetivos específicos:

- levantar os selos de certificação de orgânicos existentes no mercado.
- levantar a existência de marcas de produtos orgânicos no mercado.
- investigar o uso do selo de certificação em relação à marca pelos produtores de orgânicos.
- mapear as estratégias de marketing de relacionamento utilizadas e/ou passíveis de utilização pelos produtores/distribuidores de produtos orgânicos.
- investigar no processo de decisão de compra do consumidor orgânico, a importância do selo e do *branding.*

2.3 Pressupostos

O uso da marca tem mais peso no elo dos produtores industrializados de produtos orgânicos do que no de produtos naturais.

O uso do selo tem mais peso para o consumidor que o *branding* propriamente dito.

2.4 Problema de pesquisa

No processo de comercialização de produtos orgânicos, qual será a importância do selo de certificação e da marca, na percepção dos consumidores e dos produtores?

3 Revisão bibliográfica inicial

3.1 Marketing na agricultura orgânica

Pretende-se nesse capítulo evidenciar a inserção dos produtos orgânicos como nicho mercadológico do agronegócio. Considera-se nicho mercadológico um grupo definido mais estritamente, um mercado pequeno cujas necessidades não estão sendo totalmente satisfeitas. A identificação de um nicho se baseia subdividindo um segmento ou definindo um grupo que procura por um mix de benefícios distintos (KOTLER, 2003).

Apresenta-se também a cadeia agroindustrial do agronegócio, inserindo-se os orgânicos como uma de suas alternativas. O capítulo inclui a legislação que regula o setor de orgânicos, bem como uma breve análise da evolução da produção e consumo dos produtos orgânicos.

3.1.1 Agricultura orgânica

Com o desenvolvimento de novas tecnologias visando o acréscimo da produção de alimentos e a redução dos custos de produção, diversos recursos foram aplicados à agropecuária, como o uso intensivo de defensivos agrícolas, adubos e hormônios. No entanto, com o decorrer do tempo, ficaram evidentes os efeitos colaterais desse processo, como a contaminação do meio ambiente e a presença de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, criando insegurança entre os consumidores (REZENDE e FARINA, 2001).

Nesse contexto, a agricultura orgânica é resultado de um movimento em que várias correntes estabeleceram formas diferentes de manejo do sistema solo/planta e da criação de animais (NEVES; LOPES, 2004). Segundo Ehlers (1999), esses movimentos podem ser agrupados em quatro grandes vertentes. Na Europa, surge a agricultura biodinâmica, iniciada por Rudolf Steiner em 1924; a agricultura orgânica, cujos princípios foram estabelecidos entre os anos de 1925 e 1930 pelo pesquisador inglês Sir Albert Howard; e a agricultura biológica, inspirada nas ideias do suíço Hans Peter Müller. No Japão, surge a agricultura natural, a partir de 1935, com base nas ideias de Mokiti Okada. O ponto comum entre as diferentes correntes que formam a base da agricultura orgânica é a busca de um sistema de produção sustentável no tempo e no espaço, mediante o manejo e a proteção dos recursos naturais, sem a utilização de produtos químicos agressivos à saúde humana e ao meio ambiente, mantendo a fertilidade e a vida dos solos, favorecendo a diversidade biológica e respeitando a integridade cultural dos agricultores (DAROLT, 2002).

O ponto focal da agricultura orgânica é a utilização dos fatores de produção, no qual a produção com base nas regras da agricultura orgânica tem como objetivo o fortalecimento dos processos biológicos, por meio de diversificação de culturas, fertilização com adubos orgânicos e controle biológico de pragas (FARINA, 2002). Isso significa que "[...] deve ser produzido em uma propriedade que funcione como um organismo, com funções e interações completamente diferentes da agricultura convencional" (CARMO, 1999, p. 252).

Em razão da inserção dos produtos orgânicos no hábito alimentar dos consumidores, eles são caracterizados como um tipo de negócio, ou seja, lideram um nicho de mercado, o que faz com que se abra espaço para o agronegócio.

3.1.2 Agronegócio, a versão do *agribusiness*

Como a produção de orgânicos é um nicho mercadológico do agronegócio, é preciso, para estudar sua comercialização, entender sua definição, que é muito mais antiga do que se imagina e incorpora mais que apenas um tipo de empresa rural: o sistema da produção, industrialização e distribuição de alimentos vem sendo estudado desde que, em 1957, dois pesquisadores americanos reconheceram que não seria mais adequado analisar a economia nos moldes tradicionais, com setores isolados que fabricavam insumos, processavam os produtos e os comercializavam. Foi assim que Davis e Goldberg (in BATALHA, 1997, p. 25) inseriram a agricultura no conceito do "*agribusiness*", definindo-o como sendo:

> [...] a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles (BATALHA, 1997, p. 25).

3.1.3 Agricultura e produtos orgânicos

Em verdade, a alimentação moderna tem provocado não apenas um desastre na saúde humana, mas também uma série de problemas ambientais. A busca pela qualidade alimentar está se tornando uma das

principais preocupações dos consumidores conscientes (DAROLT, 2002).

Os benefícios da agricultura orgânica estão relacionados à aceitação consciente por parte dos consumidores quanto aos malefícios que os resíduos de agrotóxicos e adubos químicos podem provocar na sua saúde e de sua família. Uma postura bastante presente em consumidores de produtos orgânicos que demonstra sua consciência pelos benéficos é a de afirmar que é preferível pagar um pouco mais para não ter de não gastar depois em medicamentos para enfrentar possíveis doenças.

Os consumidores "verdes" ou ecologicamente conscientes e responsáveis são definidos ou representados por aqueles indivíduos que buscam para consumo apenas os produtos que causem o menor – ou não exerçam nenhum – prejuízo ao meio ambiente. Ou seja, aqueles que buscam conscientemente produzir, por meio do seu comportamento de consumo, um efeito nulo ou favorável sobre meio ambiente e à sociedade como um todo. Anderson Jr. e Cunningham (1972), identificaram algumas características dos consumidores socialmente conscientes. No resultado desse estudo, os autores definiram os consumidores conscientes como indivíduos preocupados não apenas em satisfazer suas necessidades pessoais, mas também com o bem-estar da sociedade e do ambiente, e pertencem a uma classe socioeconômica acima da média e com ocupações profissionais de reconhecimento e status.

Assim, os consumidores de orgânicos optam pelo produto, pois, muito mais do que um produto sem agrotóxicos, é o resultado de um sistema de produção agrícola que busca manejar, de forma equilibrada, o solo e demais recursos naturais (água, plantas, animais, insetos, etc.), conservando-os e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos.

3.2 Marketing de relacionamento com foco no cliente

O conceito de marketing vem evoluindo: de uma visão praticamente operacional, que definia o marketing como "[…] o desempenho de atividades comerciais que direcionam o fluxo de bens e serviços do produtor ao consumidor ou usuário" (apud PIZZINATTO et al, (2005) p. 1-20) seu enfoque vem sendo alterado, em razão de mudanças no cenário competitivo, reconhecidas por Gonçalves et al, (2003, p. 1), como "[…] a concorrência mais acirrada, consumidores mais exigentes, aumento da qualidade total aliada a custos baixos, informações sobre concorrentes amplamente disponíveis e mudança tecnológica muito intensa".

A própria *American Marketing Association* (AMA) já atualizou o conceito de marketing, passando a identificá-lo como "[…] uma função organizacional e um conjunto de processos para criar, comunicar e entregar valor para o consumidor e gerenciar o relacionamento com ele, objetivando gerar benefícios para a organização e seus *stakeholders* (indivíduos e grupos que podem influenciar decisões de marketing e ser influenciados por elas, como acionistas, empregados, consumidores, parceiros, etc". (www.ama-stl.org/, 2010).

Assim, o marketing de relacionamento tem a finalidade de implementar relações de longo prazo com o cliente, a partir da identificação de ações e serviços focados em suas expectativas, naquilo que para ele agrega valor à venda de um produto. A implementação do marketing de relacionamento com foco no cliente é realizada por meio de estratégias de marketing, apoiadas por instrumentos como a pesquisa mercadológica e o *Customer Relationship Management* (CRM)- sistema de informações que permite a Gestão do Relacionamento com o Cliente. (PIZZINATTO, 2005)

3.3 Gestão de marcas (*Branding*)

Hooley (2001) comenta que o cenário cada vez mais competitivo, decorrente das empresas quererem servir seus clientes cada vez melhor, aumentou muito na década de 1990, na medida em que as empresas procuraram criar vantagens competitivas em mercados lotados e com um aumento crescente de demanda por novos

serviços. Espinoza e Hirano (2003) afirmam que a preocupação com a administração da marca transformou-se em um ponto estratégico para o marketing das empresas, sendo, muitas vezes, responsável pela sobrevivência e crescimento do negócio.

As marcas são os ativos mais poderosos que as empresas dispõem, tanto que valem mais do que prédios, máquinas e equipamentos (COBRA, 2009). A marca então passa a ser parte integrante das estratégias de marketing de uma empresa, caracterizando assim, a gestão de marcas.

A gestão da marca, também chamada de *branding*, é um campo de análise voltado para a diferenciação das empresas e produtos, por meio da valorização de suas marcas. Com base nas ideias do autor Lamb Jr. et al. (2004), as empresas trabalham a gestão de marcas por três motivos: identificar o produto ou a empresa, que é o objetivo principal; proporcionar a repetição da venda de um produto; e, finalmente, estimular a venda de novos produtos.

Uma definição geralmente aceita é que uma marca é um nome, termo, símbolo, *design* ou uma combinação desses elementos que identificam os produtos de um vendedor e os diferencia dos produtos concorrentes. Em suma, um nome de marca ou logotipo é a parte que pode ser falada, incluindo letras (GM), palavras (Chevrolet) e números (7-Eleven). Por sua vez, a logomarca inclui elementos de uma marca que não incluem letras, núme-

ros ou palavras, a exemplo dos símbolos da Nike e da Mercedes-Benz (PINHEIRO, 2006).

Segundo Aaker (1998), uma marca sinaliza ao consumidor a origem do produto e protege, tanto o consumidor quanto o fabricante, dos concorrentes que oferecem produtos que pareçam idênticos. A marca passa informações, atributos, imagem, benefícios e valores aos consumidores. Por ter essa função, a marca tem valor, e é medida por sua aceitação, pela consciência e lealdade das pessoas com relação a ela (NEVES et al, 2003).

Para Churchill e Peter (2000), a marca é composta de um conjunto inseparável de um nome e um símbolo ou qualquer outra característica que identifique o bem ou serviço de um vendedor como distinto dos bens e serviços de outros vendedores.

A imagem da marca está associada ao que os consumidores têm na memória, se for uma imagem positiva ele efetuará a compra e irá adicionar em suas crenças valores positivos, tornando possível uma futura compra da mesma marca em detrimento das marcas concorrentes (SCHIFFMAN; KANUK, 2000).

A estratégia de criação e gestão da marca *(branding),* como explicam Dearlove e Crainer (2000), deve ser precedida de pesquisa de mercado, envolvendo aspectos como geração de lucros, necessidades e comportamentos, a fim de se identificarem os clientes que respondem à diferenciação. Nesse tipo de investigação, os clientes, de um modo geral, podem ser classificados em três grupos: a) clientes padrão-ouro, que estão dispostos a pagar preço diferenciado se suas exigências forem atendidas; b) clientes potenciais, que estão mais interessados no preço mais baixo, mas que podem ser convencidos a adquirir um produto melhor, mediante pagamento de um preço adicional; c) clientes obcecados por preço baixo, que não se interessam por diferenciação de produtos (PINHEIRO, 2006)

Chetochine (1999) também classifica os consumidores em relação às marcas. O primeiro tipo é definido como os "vidrados" na marca, que são os consumidores que se sentem orgulhosos e felizes em adquirir, possuir e usar produtos de marcas conceituadas, e se recusam a comprar produtos de marca própria de varejistas ou produtos genéricos. O segundo tipo corresponde aos consumidores "habituados" às marcas, por considerarem aspectos racionais como a aquisição de uma melhor solução ou a qualidade superior garantida pela marca de prestígio. O terceiro tipo compreende os compradores que às vezes preferem produtos de marca, mas são suscetíveis a mudanças em caso de promoções ou redução de preço, caracterizando-se principalmente por ser aqueles que melhor respondem às campanhas promocionais. O quarto tipo de compradores refere-se a pessoas que têm hábitos arraigados e que, muitas vezes, são fiéis a determinadas marcas mais por costume e menos por outros critérios, como pesquisa de mercado ou comportamento racional. Afinal, o quinto tipo corresponde aos consumidores interessados unicamente em preços baixos, e que desconsideram o fator marca em suas compras (PINHEIRO, 2006).

O símbolo de uma marca é o elemento central do *brand equity* (valor da marca), além de ser a característica diferencial chave da marca. Assim, o símbolo cria o conhecimento, as associações e uma apreciação ou sentimentos que afetam a lealdade e a qualidade percebida da marca (CHIUSOLI et al, 2006). Existe uma classificação variada para os símbolos, podendo ser desde formas geométricas, embalagens, logotipos, pessoas, cenas até personagens de histórias em quadrinhos (AAKER, 1998).

4 Metodologia/ materiais e métodos

Do ponto de vista de sua finalidade, trata-se de um estudo exploratório que, segundo Cooper e Schindler (2003), possibilita o desenvolvimento claro de conceitos e definições.

Estudos exploratórios podem utilizar como fontes de informação dados secundários (os que já foram coletados, tabulados, e mesmo ordenados por outrem) e estudos de casos que contribuam para atingir os objetivos do estudo, segundo Mattar, 1999. O autor também inclui como fontes de informação o estudo de casos representativos da situação em estudo e a observação informal. Já Malhotra (2005, p. 72) considera os dados secundários como "[…] quaisquer dados que já foram coletados para outros propósitos, podendo estar em pesquisas anteriores, ou em documentos, ou em publicações […]", e concorda com Kinnear e Taylor (1987) que o uso das pesquisas exploratórias na investigação preliminar, com apoio em dados secundários, levanta o perfil da situação investigada com um mínimo de custo e de tempo.

As informações serão coletadas inicialmente por meio de dados secundários – listagem obtida pelo Instituto Biodinâmico (IBD). As informações num primeiro momento serão analisadas por meio de gráficos e tabelas. Busca-se com os resultados levantar informações dos produtores de produtos alimentícios, identificados como orgânicos. Algumas das informações são: quantos usam marcas próprias (*branding)* e quantos se apoiam apenas no selo de certificação (dados secundários) Também se buscará, por meio desse estudo, investigar como os produtores/distribuidores trabalham as estratégias de marketing de relacionamento, em decorrência da relação *branding/ selo,* visando a conquista e/ou fidelização de clientes. Assim, num segundo momento, as informações, levantadas pelos estudos de caso dos produtores orgânicos, serão analisadas qualitativamente.

Evidências sobre o papel da marca e do selo devem ser levantadas por meio de estudo de casos dos consumidores de produtos orgânicos, em pontos de venda específicos desse tipo de produtos.

5 Resultados da pesquisa

Esse capítulo apresenta os resultados da pesquisa, em **razão** dos objetivos propostos.

5.1 Os selos de certificação e as certificadoras existentes no mercado.

Segundo informações de Pizzinatto e Graziano (2006) das certificadoras que atuam no Brasil, (65%) delas são nacionais e (35%) são certificadoras internacionais.

No tocante às certificadoras internacionais atuantes no Brasil, podem-se destacar (1) BCS Oeko-Garantie, principal certificadora alemã**,** que atua em 50 países, representa 60 mil produtores e 800 empresas; (2) Ecocert Brasil, representação brasileira da empresa francesa Ecocert, com atuação em mais de 70 países, atua no país desde 2000. Sediada em Porto Alegre (RS), a instituição certifica alimentos e produtos tanto no Brasil quanto no exterior e, além dos alimentos, certifica a atuação extrativista, a produção sem uso de mão de obra infantil escrava ou cadeias de produção livres de transgênicos. Os principais alimentos certificados são: palmito (AP), soja (RS, SC,PI, PR), banana (SC), trigo, milho, centeio, aveia, cevada (RS, PR), carne, feijão (MS), manga, coco, mamão (PE), gengibre e inhame (PR); (3) Organização Internacional Agropecuária (OIA), criada em março de 2001, é associada da OIA Argentina, única entidade creditadora (que autoriza as certificadoras) da América Latina, com acesso aos mercados do Japão, Europa e Estados Unidos; (4) Instituto de Mercado Ecológico (IMO), certificadora brasileira sediado na Suíça, atua em 50 países, e faz inspeção e certificação de sistemas de controle de qualidade ambiental e social, de têxteis, madeira, apicultura, piscicultura e criações animais, com ênfase em agricultura orgânica; (5) FVO Brasil, criada em 1980 e atua em onze países das Américas, Europa, Ásia, Oceania e África. Atua no Brasil, com sede em Recife, PE. A empresa certifica alimentos *in natura*, beneficiados, industrializados, adubos, óleos vegetais para uso terapêutico e em cosméticos, entre outros; (6) Imaflora, instituição sem fins lucrativos que atua no Brasil desde 1995, trabalha em cooperação com a Organização Holandesa para Cooperação Internacional (Novib), criada em 1956. Atualmente, o Imaflora certifica a exportação de açaí, palmito e castanha no norte do país e apoia a produção de banana.

As certificadoras nacionais de produtos orgânicos são: (1) Instituto Biodinâmico (IBD), fundado em 1982, atua na certificação desde 1990, e fornece dois selos: o do IBD (para alimentos orgânicos) e o Demeter (selo internacional para alimentos biodinâmicos, que obedece a critérios diferenciados dos orgânicos); (2) Associação de Agricultura Orgânica (AAO), criada em 1989 e com sede em São Paulo, a entidade fornece selo de produtos orgânicos e acompanha 380 produtores certificados ou em processo de certificação. Desde 1991, promove feiras para a venda direta ao público, duas delas no Parque da Água Branca, em São Paulo; (3) MOA Fundação Mokiti Okada, fundada no país em 1971 pela Igreja Messiânica Mundial do Brasil, promove, desenvolve e certifica a agricultura natural no Brasil e certifica grande variedade de verduras, legumes e frutas, com destaque para morangos, laranja, manga e melão amarelo; (4) APAN Certificadora, criada em 1990 no município de Mairinque (SP), segue a filosofia de produção de alimentos naturais da Fundação Mokiti Okada (MOA); (5)Associação Orgânica de Santa Catarina, fundada em 1999, certifica alimentos desde sua criação. Em março de 2002, reunia 25 produtores, a maioria de arroz irrigado, somando 150 hectares de plantio e iniciou em 2002 os processos para certificação de seu segundo produto: o leite de búfala orgânico; (6) Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AAOPA), fundada em 1995 e sediada em Curitiba, atua principalmente com agricultores familiares e também mantém loja própria e promove várias feiras semanais na capital. Seus principais produtos são verduras e legumes, frutas (caqui, pêssego, morango) e cereais (soja, feijão e milho); (7) Associação de Agricultores Biológicos (ABIO), nasceu em 1985 entre agricultores de Nova Friburgo, RJ, **e** oferece uma feira de produtos orgânicos no bairro da Glória, no Rio de Janeiro, aos sábados e no Jardim Botânico, em Niterói, às terças-feiras; (8) Associação de Agricultura Natural de Campinas e região (ANC), criada em 1991 e passou a certificar alimentos orgânicos no ano seguinte e faz pesquisas e ministra cursos técnicos, além de gerenciar três feiras semanais na cidade de Campinas: aos domingos (Parque Ecológico), quartas (Bosque dos Jequitibás) e sextas no Centro de Convivência; (9) Coolm**e**ia Cooperativa Ecológica, fundada em 1978, certifica agricultores do sul do Brasil e dá assessoria em agricultura ecológica, cursos e palestras para cultivos. A cooperativa organiza uma feira em Porto Alegre (RS) às quartas-feiras e sábados **e** administra uma lanchonete e um restaurante de alimentos orgânicos na capital gaúcha; (10) Associação de Certificação de Produtos Orgânicos do Espírito Santo – CHÃO VIVO, uma entidade sem fins lucrativos foi criada como resultado das discussões do Fórum da Agricultura Familiar Capixaba, composto por 19 ONGs, que atuam nas áreas de agroecologia, educação rural, desenvolvimento sustentável e movimento sindical, tendo uma identidade muito forte com a agricultura familiar e com o desenvolvimento socioambiental da agroecologia; (11) Instituto Holístico de Agricultura Orgânica – IHAO, fundado em 1998, como organismo orientador e certificador dessa produção.

As certificadoras nacionais estão distribuídas da seguinte maneira entre os estados brasileiros: (45%) delas concentram-se no estado de São Paulo – Instituto Biodinâmico (IBD), Associação de Agricultura Orgânica (AAO), Fundação Mokiti Okada (MOA), APAN Certificadora e Associação de Agricultura Natural de Campinas e região (ANC). Entre as certificadoras pesquisadas, (18%) estão concentradas em Santa Catarina – Associação Orgânica de Santa Catarina e Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AAOPA).

No Rio de Janeiro tem a Associação de Agricultores Biológicos (ABIO); no Rio Grande do Sul, a Coolmeia Cooperativa Ecológica; no Espírito Santo, a Associação de Certificação de Produtos Orgânicos CHÃO VIVO e, no Mato Grosso, o Instituto Holístico de Agricultura Orgânica, representando (9%) cada uma.

A Tabela 1, apresenta as exigências das certificadoras

Tabela 1: Análise das exigências das certificadoras

Categoria de exigência das certificadoras	No. de Certificadoras que fazem a exigência (F)	Análise percentual (%)
Total isenção do uso de adubos químicos e agrotóxicos.	11	100%
Atendimento às normas ambientais do Código Florestal Brasileiro: recomposição de matas ciliares, preservação de espécies nativas e mananciais.	2	18 %
Respeito às normas sociais com base nos acordos internacionais do trabalho.	2	18%
Ações de responsabilidade com o bem-estar animal,	1	9%
Envolvimento com projetos sociais,	2	18%
Envolvimento com projetos de preservação ambiental.	3	27%
Atendimento às leis do Ministério da Agricultura. Pecuária e Abastecimento.	1	9%
Atendimento às leis do Ministério da Saúde e da Agricultura	1	9%
Cumprir as normas da certificadora	11	100%
Atendimento às normas internacionais	1	9%
A atividade agrícola deve planejar, controlar o sistema de manejo da unidade de produção de tal forma que se considere a saúde dos trabalhadores e das comunidades vizinhas, assim como a qualidade dos solos, recursos hídricos e dos ecossistemas naturais.	3	27%
A atividade agrícola deve promover a conservação e recuperação dos ecossistemas. Naturais	1	9%

Fonte: Os autores.

5.2 Listagem das marcas de orgânicos existentes no mercado

Tabela 2: Marcas de orgânicos existentes no mercados e alguns dos produtos oferecidos

Marcas de produtos orgânicos	Alguns dos Produtos oferecidos	Linha de produtos
Sabores da terra	Açúcar mascavo	Açúcar
Ruzene	Arroz preto	Arroz
Casarão	Biscoitos	Biscoitos
Rudá	Biscoitos, pão de mel	Biscoitos, doces,
Cultivar Brasil	Biscoitos, *brownie*	Biscoitos, doces
Velho alambique	Cachaça	Cachaça
IAO	Café solúvel	Café
Terrazen	Cereais, gergilim, girassol, linhaça, soja.	Grãos
Ouro moreno	Chocolates, goiabada,	Doces
Cooper natural	Ambrosia, compota de abóbora, ameixa, carambola, figo, laranja cidra, pêra em calda, doce de leite, doce de leite com cacau, doce de leite com castanha, doce de leite com coco, doce de leite com nozes, melado, mel de jataí, mel de laranja, mel, geleias em geral, sucos e vinhos	Doces, geleias, sucos e vinhos
Breyer	Mel, extrato de própolis	Doces, outros
Spinosa	Vinagres	Vinagres
Biobread	Mistura para vários tipos de pães.	Massas
Fruto do sol	Molho de tomate em geral e soyo	Molhos
De cezaro	Suco de uva, vinhos	Sucos, vinhos
Ecocitrus	Sucos em geral	Sucos
Nardelli	Arroz, geleias e conservas	Arroz, geleias,outros
Native	Achocolatados, café, açúcar,*cookie*, azeites, sucos, matinais, álcool	Doces, açúcar, azeites, cereais e outros

Fonte: Os autores

5.3 Pesquisa junto aos consumidores de orgânicos

Esse item apresenta a pesquisa realizada com os consumidores de orgânicos, sendo 50 entrevistados. Percebe-se no quadro abaixo que 100% deles compram frutas orgânicas, ficando em segundo lugar, como item mais apontado, legumes e, em terceiro, os grãos.

Ainda sobre essa questão, quando o entrevistado apontava outros produtos industrializados, investigou-se quais seriam. Abaixo segue o quadro detalhando dessa questão.

Tabela 3: Índice de compra de produtos orgânicos

Indique quais produtos orgânicos você costuma comprar	F	%
Frutas	50	100
Legumes	41	82
Grãos	28	56
Laticínios	3	6
Outros produtos industrializados	4	8
Outro produto não listado	0	0
Total	126	

Fonte: Os autores

Outros produtos industrializados
Café (2)
Bolachas (1)
Suco (1)

Quadro 1: Outros produtos industrializados que os consumidores compram
Fonte: Os autores

Foi investigado também na pesquisa com os consumidores de orgânicos quais os lugares que realizavam as compras. Com 48% das indicações estão as feiras, as hortas em segundo lugar e os supermercados em terceiros. As lojas especializadas não foram indicadas por nenhum dos entrevistados.

Tabela 4: Atributos que fazem com que o consumidor escolha o distribuidor de orgânicos.

O que faz você escolher esse distribuidor de produtos orgânicos?	1		2		3	
	F	%	F	%	F	%
É o fornecedor de orgânicos mais próximo da residência.	0	0	2	11	3	9
Confio na origem dos produtos, pois faço questão de que sejam mesmo orgânicos.	19	38	12	67	7	21
O atendimento desse fornecedor é muito bom.	3	6		0	12	36
A propaganda me chamou a atenção e passei a comprar dele.	0	0	4	22	8	24
Ele tem a marca de produtos orgânicos que gosto.	0	0		0	0	0
Os produtos dele tem mesmo o selo de certificação.	28	56		0	2	6
Os preços dele são os melhores.	0	0		0	1	3
Tem um motivo muito especial para eu preferir esse distribuidor.	0	0		0		0
Total	50	100	18	100	33	100

Fonte: Os autores.

Um ponto interessante na pesquisa foi quando se perguntou sobre o fator de decisão no momento da escolha dos produtos orgânicos. Percebe-se, diante dos dados no apresentados no quadro abaixo, que quando se trata de produtos naturais o selo de certificação tem peso maior para os consumidores e quando se trata de produtos industrializados a marca do produto é fator maior de decisão.

Tabela 5: Fator de decisão mais importante no momento da compra de produtos orgânicos.

Fator de decisão mais importante	Produtos naturais		Produtos industrializados	
	F	%	F	%
Selo de certificação	46	92	27	54
Marca do produto	4	8	23	46
Total	50	100	50	100

Fonte: Os autores

Das tabelas 5 à 7, foi investigado os dados demográficos dos entrevistados, tais como sexo, idade e residência. Quanto ao sexo dos entrevistados, 41 foram mulheres e 9 homens. Dos 50 entrevistados, 88% estão entre 38 e 58 anos, tendo como residência o interior do estado.

6 Possível continuidade do projeto de pesquisa

Essa pesquisa é um projeto de iniciação científica que provavelmente terá continuidade com tese de Doutorado a ser elaborada pela bolsista do Curso de Administração da Uninove. Também representa continuidade da linha de pesquisa da profa. Dra. Nadia Kassouf Pizzinatto, em marketing de relacionamento com foco no cliente, aplicado em setores específicos, neste caso, o marketing do agronegócio dos produtos orgânicos. Atende a atitude inovadora da Uninove, em oferecer bolsas de mestrado e doutorado e integrar as atividades dos orientadores e bolsistas com a formação de alunos da graduação.

Referências

AMERICAN MARKETING ASSOCIATION. Disponível em www.ama-stl.org/. Acesso em 2010.

AAKER, D. A *Marcas Brand Equity*: gerenciando o valor da marca. São Paulo: Negócio Editora, 1998.

ANDERSON JR, W. T.; CUNNINGHAM, W. H. The socially conscious consumer. *Journal of Marketing*, v. 36, p. 23-31, july 1972.

BATALHA, M. O. Gestão agroindustrial. São Paulo: Atlas, v. I e 2, 1997.

CARMO, M. S. Cadeia produtiva da agricultura orgânica". In AMBROSANO, E. *Agricultura ecológica*. Guaíba, Livraria e Editora Agropecuária, 1999.

CHETOCHINE, G. *A derrota das marcas: como evitá-la?* São Paulo: Makron Books, 1999.

CHIUSOLI, C. L.; ESTAGNO, M.; SILVA, F. C. F. Comportamento e atitude do consumidor universitário em relação às marcas de cervejas: um estudo exploratório. In: SEMEAD FEA/USP, 9, 2006

CHURCHILL, G. A.;PETER, J. P. *Marketing*: criando valor para os clientes. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

COBRA, M. *Administração de marketing no Brasil*. 3º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DAROLT, M. *Agricultura orgânica*: inventando o futuro. Londrina: IAPAR, 2002.

DAROLT, Mr. Comparação entre a qualidade do alimento orgânico e a do convencional. In STRINGHETA, P. C. *Alimentos orgânicos*. Viçosa: UFV, 2003.

DEARLOVE, D.; CRAINER, S. *O livro definitivo das marcas*. São Paulo: Makron Books, 2000.

EHLERS E. *Agricultura sustentável*: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2º ed. São Paulo: Livros da Terra, p. 47, 1999.

ESPINOZA, F. da S.; HIRANO, A. S. Posicionamento de marcas através do uso de mapas perceptuais do consumidor: Um estudo exploratório no setor de condicionadores de ar. In: *SEMEAD, FEA/USP, 6*, 2003

FARINA, E.M.M.Q. et al. Estudo do sistema agroindustrial de produtos orgânicos no Estado de São Paulo. *Estudo encomendado pelo SEBRAE-SP*, 293 p. São Paulo. Fevereiro, 2002.

GARRAFONI JR.,A**.** Construção de relacionamentos em marketing: um estudo exploratório da percepção da qualidade em serviços médicos**.** Dissertação (Mestrado em Administração Profissional). Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, março de 2005.

GONÇALVES, C.F.; GUERRA, R.S.; MOURA, A. Mensuração de satisfação, qualidade, lealdade, valor e expectativa em instituições de ensino superior: um estudo do modelo através de equações estruturais. *Anais*: ENANPAD, 2003.

HOOLEY, G. J. *Estratégia de marketing e posicionamento competitivo*. São Paulo: Prentice Hall, 2001.

IBD. *Instituto Biodinâmico*. Disponível em: http://www.ibd.com.br. Acesso em: mar.2006.

KOTLER, P. *Administração de marketing*. São Paulo: Prentice-Hall, 2003.

LAMB, JR. C. et al. *Princípios de marketing*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

NEVES, M. F.; CASTRO, L.T.; GOMES, C. C. M. P. Decisões de produtos, de marcas e marcas próprias (dos distribuidores). In: NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. (Org.). *Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos*. São Paulo: Atlas, 2003

_____.; LOPES, F.F. Mapeamento e quantificação do sistema agroindustrial citrícola. *Revista Fundecitrus*, ed.122, **p. 8-9,** mai./jun. 2004.

PINHEIRO, J.M. Gestão e valor de marcas: conceitos e aplicações. In: Simpósio de Gestão e Estratégia em Negócios Seropédica, 4, RJ, Brasil, 200**6**.

PIZZINATTO, N.K., et al, *Marketing focado na cadeia de clientes.* Atlas, 2005.

REZENDE,C.L.; FARINA, E.M.M.Q. Assimetria informacional no mercado de alimentos orgânicos. In: *SEMINÁRIO BRASILEIRO DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL, 2,* 2001, Campinas. CD-Rom.

PIZZINATTO, N.K.; GRAZIANO, G.O. A certificação de produtores de orgânicos no Brasil : um estudo exploratório. Sober, 2006.

SCHIFFMAN, L. G.; KANUK, L. L. *Comportamento do consumidor.* 6. ed., Rio de janeiro: LTC, 2000.

Webgrafia

http://www.planetaorganico.com.br. Acessado em set/2006

Nesse tópico, apresenta-se o cronograma inicial das atividades que se encontra dividido por trimestres e, à frente da atividade, há a indicação do ano em que se prevê sua ocorrência. Obviamente deverão ocorrer atividades de reuniões para orientação presencial, e atividades de correção de textos à distância e atendimento à distância (internet), porém não estão inseridas no cronograma , pois são previstas para todo o período. As atividades mencionadas são representadas no Quadro 1. As atividades serão divididas entre os bolsistas. Por exemplo, a coleta de dados com os produtores e com os consumidores será realizada em parceria, bem como se prevê a divisão de tarefas na pesquisa bibliográfica e na redação do Relatório.

Atividades (2009 e 2010)	Trimestres/ 2009 e 2010			
	1º	2º	3º	4º
Fundamentação teórica (2009)	X	X		
Metodologia (2009)		X		
Coleta de dados (2009)			X	
Análise e interpretação dos dados coletados				
(2010)	X			
Redação inicial do relatório		X		
Detalhes específicos do relatório: resumo , introdução, conclusão , sumário, (2010) e redação final do Relatório			X	
inscrição do trabalho em congressos de iniciação científica (2010) e redação de artigo para apresentação				X
Construção gráfica (2010), elaboração da apresentação em power point				X
Apresentação do trabalho (2010)				X

Quadro 1: Cronograma das atividades para o ano de 2009 e 2010

Anexo: Cronograma das fases e etapas de desenvolvimento do projeto

Fonte: As autoras.

ESTRATÉGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO FOCADO NO CLIENTE INTERNO E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

ENDOMARKETING AND CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY

Marina Salvador Ariente
Doutoranda do programa de mestrado e doutorado - Uninove msarient@hotmail.com

Nadia Kassouf Pizzinato
Professora doutora do programa de mestrado e doutorado - Uninove

Angélica da Silva Gomes
Graduanda de Administração de Empresas - Uninove

Gregory Willy da Silva Nobre
graduando de Administração de Empresas da Uninove

Resumo

Esse relatório visou estudar a implementação do marketing de relacionamento focado no cliente interno, e a responsabilidade social corporativa das "20 melhores empresas para se trabalhar", de acordo com a pesquisa da Revista Exame, da Editora Abril, do ano de 2009. Notou-se a necessidade de estudar, com maior clareza e detalhes, o enfoque de algumas companhias, uma vez que a pesquisa abrange aproximadamente 150 empresas. O objetivo principal desse trabalho era estudar a abordagem do marketing de relacionamento focado no cliente interno e a responsabilidade social corporativa nas 20 companhias consideradas as melhores para se trabalhar. Como resultados, verificou-se que as empresas praticam ações voltadas ao meio ambiente e a sociedade. Esperava-se que esse estudo contribuísse para a compreensão do marketing focado no cliente e sua integração multidisciplinar com a responsabilidade social corporativa, incorporando dados da realidade da assunção, pelas organizações, das estratégias em estudo.

Palavras-chave: Marketing interno. Responsabilidade social corporativa. Revista exame.

Abstract

This report aimed to study the implementation of relationship marketing focuses on the internal customer, and corporate social responsibility of the "20 Best Companies to Work For", according to research from Exame, Editora Abril, in the year 2009. It was noted the need to study, with greater clarity and detail, the focus of some companies, since the survey includes about 150 companies. The goal of this work was to study the relationship marketing approach focused on internal customer and corporate social responsibility in the 20 companies deemed the best place to work. As a result, it was found that companies practice activities for the environment and society. It was hoped that this study contributes to the understanding of marketing and customer-focused multidisciplinary integration with corporate social responsibility, incorporating data from the reality of the assumption by the organizations of the strategies

Key words: Corporate social responsibility. Endomarketing. Exame Magazine.

1 Introdução

O mundo empresarial confronta-se com um cenário altamente competitivo, no qual, para destacarem-se, as empresas precisam investir muito, não só na qualidade dos seus produtos como no valor da sua imagem. Um diferencial relevante para a imagem que as empresas querem ter perante os clientes internos e externos está ligado a forma como elas se relacionam sistemicamente, com todos os *stakeholders,* ou seja, todos os públicos com os quais mantém algum relacionamento.

Com as exigências de mercado e, sobretudo, a globalização, é de vital importância, para o sucesso de uma companhia, possuir um posicionamento estratégico eficiente que deve visar, principalmente, à qualidade de vida dos seus consumidores, o posicionamento deles em relação à empresa, e a satisfação de seus clientes internos, ou seja, funcionários.

Mas o que esperam das empresas os seus *stakeholders?* No Brasil, nota-se que os consumidores brasileiros esperam um comportamento ético das empresas, em razão desse interesse querem conhecer suas práticas no que diz respeito a responsabilidade social, rejeitam a propaganda enganosa e estão atentos à saúde dos funcionários, clientes e à poluição que eventualmente provocam no meio ambiente.

Muitas empresas programam como parte de suas atividades, programas e componentes ambientais e sociais específicos, de modo a promover benefícios ou melhorias nas áreas ou comunidades afetadas por suas operações (produção, transporte ou venda).

De acordo Kotler et al (2000), o marketing social é a concepção, execução e acompanhamento de programas concebidos para influenciar a aceitação de ideias considerações sociais que envolvam planejamento do produto, preço, comunicação, distribuição e de investigação. O marketing com responsabilidade social pode então ser compreendido como ação mercadológica institucional que tem como objetivo principal atenuar ou eliminar os problemas sociais, as carências da sociedade relacionadas principalmente às questões de higiene e saúde pública, de trabalho, educação, entre outros.

Mushkat, (1980) definiu que o marketing social é um processo complexo que inclui planejamento, desenvolvimento, manutenção e/ou de regulação em termos de trocas comerciais com perfil desejado público. Kotler e Armostrong (1998) descreveram que marketing social é uma estratégia para modificar o posicionamento da empresa, para isso combina os melhores elementos de abordagens tradicionais da mudança social, em uma estrutura integrada de planejamento e de ação e, ao mesmo tempo utiliza as tecnologias da comunicação mais avançadas nas técnicas de marketing.

A responsabilidade social empresarial vem obrigando a adequação das grandes corporações às novas exigências dos consumidores. E as estratégias e táticas de marketing estão passando por alterações, por meio da mudança do enfoque, que antes era direcionado no produto, para vendas, marketing, marketing de relacionamento, ou seja, o foco principal é o cliente. Nessa perspectiva, os clientes são considerados todos os *stakeholders* organizacionais, ou seja, os internos (funcionários), os intermediários (distribuidores, fornecedores, por exemplo) e os finais (os consumidores usuários e potenciais).

Esse enfoque, segundo Cobra e Ribeiro (2000), apud Pizzinatto et al (2005), "[…] representa o esforço de visualizar as necessidades intangíveis do cliente, ou seja, o valor percebido por detrás do valor aparente. Exige a constante investigação das necessidades e expectativas do cliente, seja no pré-venda, na venda, ou no pós venda […]" buscando, nas palavras de Pizzinatto (2001) apud Pizzinatto et al (2005, p. 13) identificar "[…] qual atributo do processo ou serviço adicionado à venda traria mais benefícios, agregando "maior valor ao produto ofertado, levando o cliente a preferi-lo em detrimento do produto concorrente".

A importância dos funcionários, ou seja, o reconhecimento dos clientes internos, cresce a cada ano, uma vez que são considerados colaboradores no objetivo de buscar a excelência no atendimento aos clientes.

Seus objetivos pessoais já são alvo de preocupação por parte dos dirigentes empresariais, gerando estratégias e programas de ação voltadas ao chamado marketing interno, ou marketing com foco no cliente interno. Para Cerqueira (2005, p. 51), marketing interno pode ser entendido como "[…] projetos e ações que uma empresa deve empreender para consolidar a base cultural do comprometimento dos seus funcionários como desenvolvimento adequado de suas diversas tecnologias". Já Kerin et al (2007) explicam que o marketing interno "[…] é fundamentado na noção de que uma organização deve concentrar-se em seus funcionários", que os autores denominam de "mercado interno", antes que "programas bem sucedidos possam ser direcionados aos clientes."

Por outro lado, as organizações vêm despertando sua responsabilidade social corporativa, assumindo a condição de "empresa cidadã". Pode-se dizer, parodiando Melo Neto e Brennand (2004, p. 39), que "[…] uma empresa socialmente responsável é aquela que investe no bem-estar de seus funcionários e dependentes e num ambiente de trabalho saudável, além de preservar o meio ambiente e investir em ações sociais".

Esse projeto busca investigar o marketing com foco no cliente interno das organizações e a responsabilidade social corporativa em seus pontos de convergência, no tocante à adoção de programas corporativos voltados ao público interno das organizações, levando em consideração um estudo com as melhores empresas para se

trabalhar, segundo as pesquisas da Revista Exame, da Editora Abril.

As estratégias de marketing com foco no cliente vêm sendo investigadas pelos proponentes, componentes do grupo de pesquisa em estratégias de marketing, uma das vertentes da linha de pesquisa de marketing do Programa de Pós- Graduação em Administração da Universidade Nove de Julho, e foi assumida pela docente colaboradora desse projeto, doutoranda bolsista do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Uninove.

A investigação exploratória e, em seguida descritiva, foi baseada em dados secundários, levantando-se dados da realidade por meio de pesquisas já desenvolvidas com o intuito de valorizar as organizações mais merecedoras de contar com os melhores talentos, por serem consideradas "as melhores empresas para trabalhar", conforme estudo anual conduzido pela Revista Exame, da Editora Abril, que em 2009 identificou as 150 empresas que se destacaram no atendimento às expectativas de seus funcionários. Buscou-se, por meio desse estudo, focar em pesquisar as 20 melhores empresas, segundo a Editora Abril.

1.1 Formulação do problema da pesquisa

Qual o perfil dos projetos que estão surgindo nas corporações, voltados ao público interno/colaboradores? Como é o perfil de projetos de marketing de relacionamento com foco no cliente interno e que também representam a responsabilidade social corporativa das organizações? Quais as finalidades e objetivos? Esses questionamentos abordaram o tema a ser explorado nesse estudo.

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo principal

Investigar a implantação do marketing de relacionamento focado no cliente interno, estudando se, ao ser adotado pelas empresas como um tipo de estratégia, é possível notar se há pontos de convergência com a responsabilidade social corporativa.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar pontos convergentes e divergentes entre o marketing com foco no cliente interno e a responsabilidade social corporativa;
- Investigar em quais pontos as estratégias das organizações voltadas ao marketing com foco no cliente interno refletem a responsabilidade social de cada corporação;
- Investigar em quais setores de atividade estão as empresas que mais se destacam por assumir a estratégia do marketing com foco no cliente interno;
- Contribuir para a compreensão do marketing focado no cliente e sua integração multidisciplinar com a responsabilidade social corporativa, incorporando dados da realidade da assunção, pelas organizações, das estratégias em estudo.

1.3 Justificativas

A preocupação com as expectativas dos clientes internos e externos sustenta o foco do marketing de relacionamento, o foco no cliente. Pode materializar-se em projetos de longo prazo de responsabilidade social corporativa, considerada o novo *ethos* (ética) "[…] que rege o modo como os negócios são feitos em todo o mundo", segundo Ashley (2002).

> Apesar das publicações anuais da Editora Abril sobre o levantamento das "melhores empresas para se trabalhar", os temas de marketing de relacionamento com foco no cliente e responsabilidade social corporativa são explorados rapidamente pelo fato da matéria jornalística apresentar, em média, 150 empresas, o que impossibilita um estudo mais abrangente. Dessa forma, notou-se a necessidade de estudar, com maior clareza e detalhes, o enfoque dado por algumas companhias. O relatório abordou as 20 melhores empresas com maior disponibilidade de informações. O trabalho pode ser enriquecedor para cada companhia estudada, além de possibilitar chances de crescimento e alterações na sua forma de administração.

Notou-se a importância de estudar as estratégias voltadas ao cliente interno como também a relação entre a responsabilidade social corporativa com os empregados e o desempenho financeiro das empresas.

2 Referencial teórico

2.1 Foco no cliente: o novo enfoque do marketing

O gerenciamento da reputação de uma organização, junto a seu público interno, necessita do fortalecimento da confiança dos seus funcionários em relação à própria organização, sendo alcançado pela fidelização, pelo comprometimento e por sua satisfação

O comprometimento dos clientes internos é de suma importância para que a empresa, por meio da

implantação de suas estratégias, consiga atender, satisfatoriamente, as expectativas de seus clientes externos.

O marketing, antes voltado diretamente para o público externo, hoje procura satisfazer o seu público interno que, motivado e empenhado, atende de maneira eficiente o seu público externo. A empresa que, por meio da sua área de marketing, apresente ao mercado um produto competitivo, mas que não cumpra prazos de entrega ou possua um péssimo atendimento irá comprometer todo o esforço mercadológico. É importante que a estrutura interna corresponda à imagem divulgada pela empresa, para isso, é importante que os funcionários se sintam motivados e satisfeitos.

Esses projetos e ações melhoram o relacionamento e a comunicação interna, construindo uma base motivacional entre os funcionários e desses, com a organização como um todo.

Segundo Kotler e Armostrong (1998, p. 40), "[…] de fato, marketing interno deve vir antes de marketing externo. Não faz sentido a empresa prometer serviço excelente antes de seus funcionários estarem preparados para isso." Para o marketing interno, um funcionário treinado, motivado e satisfeito com a organização, entende a importância do cliente externo, conseguindo, dessa forma, propiciar produtos e serviços com qualidade.

O marketing interno pode ser entendido como o marketing de relacionamento com foco no cliente, que segundo Gummesson (2005, p. 22-24) é baseado nas interações entre empresa e cliente, que devem ser desenvolvidas e zeladas como prioridade maior. O autor acrescenta que, embora numa sociedade massificada pela mídia pulverizada, o marketing de relacionamento parece contraditório, porém é uma estratégia viável e crescente, na qual a tecnologia da informação desempenha papel fundamental.

O que caracteriza uma organização que assume o marketing com foco no cliente, ou orientada para o mercado. Para Kerin et al (2007), é a concentração de "[…] seus esforços em:

a) coletar informações sobre as necessidades dos consumidores;
b) compartilhar essas informações com todos os departamentos e
c) usá-la para criar valor para o cliente".

2.2 Endomarketing e marketing interno

A empresa que visa a qualidade de seus produtos e serviços prestados tem atualmente no seu funcionário um grande aliado na conquista desses objetivos. Para tal, o investimento na qualificação e motivação do pessoal torna-se fundamental, para deixá-los satisfeitos e comprometidos em prol dos resultados estabelecidos.

A organização ao satisfazer às necessidades dos funcionários, melhorando a qualidade do serviço interno, consequentemente atinge, de forma positiva, os seus clientes externos.

Essa atenção dedicada ao público interno está relacionada ao conceito de endomarketing, um dos ramos do marketing que enxerga os funcionários como clientes internos e as tarefas desempenhadas por eles, como produtos internos.

De acordo com Bekin (2004, p. 2), endomarketing

> São ações gerenciadas de marketing eticamente dirigidas ao público interno das organizações e empresas focadas no lucro, das organizações não-lucrativas e governamentais e das do terceiro setor, observando condutas de responsabilidade comunitária e ambiental.

O endomarketing, uma das ferramentas do marketing dirigida ao público interno das organizações é, comumente confundido com o conceito de marketing interno que está relacionado às ações de treinamento dos colaboradores da empresa visando qualidade nos serviços prestados aos clientes externos.

No endomarketing, o cliente interno é tratado como o primeiro cliente da empresa e por isso, os esforços são direcionados, primeiramente, a eles. Já no marketing interno, o principal foco é o cliente externo. Para que esse cliente externo ele seja bem atendido e, dessa forma, crie uma relação de fidelização, o funcionário deve ser treinado e se sentir motivado para exercer esse papel. Para Brum (2000, p. 34) marketing interno "[…] é dar ao funcionário educação, carinho e atenção, tornando-o bem preparado e bem informado para que possa tornar-se também uma pessoa criativa e feliz, capaz de surpreender, encantar e entusiasmar o cliente".

Com esse objetivo, o marketing interno utiliza-se do endomarketing, sendo o diferencial, a satisfação do público externo.

O marketing com foco no cliente interno materializa-se em programas de endomarketing, este criado por Bekin (1995). Para o criador do termo, Saul Faingaus Bekin. (1995), há um vínculo direto entre a satisfação dos clientes, sua conquista e retenção, e a oferta de um serviço excelente, o que seria a primeira premissa do endomarketing, denominada cultura de serviço. O reconhecimento de que funcionários têm expectativas, são um ativo valioso e constituem o primeiro mercado para a organização, razão pela qual devem ser tratados como clientes e valorizados como pessoas, é a segunda premissa; por fim, lembrar que excelência de serviços para os clientes e o gerenciamento de recursos huma-

nos significam envolver e comprometer os funcionários com os objetivos e decisões da empresa.

Na construção de planos de ação de endomarketing, (SOARES, 2004) lembra que podem ser utilizados instrumentos como jornais internos, boletins técnicos, *house-organs*, (boletim, jornais, revistas), slogans, criação de personagens, quadros de aviso, cartas abertas e cartas fechadas aos funcionários, reuniões, encontros sociais, etc.

2.3 Responsabilidade social corporativa

A responsabilidade social é uma questão muito discutida nos últimos anos, além das questões ambientais, que envolvem recursos naturais e esgotáveis para comercialização. Portanto, esse trabalho começa definindo o termo, sob diversos pontos de vista, para melhor entendimento dos próximos conteúdos.

Para Zenone (2006, p. 5)

> A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é ponto de discussões no meio comercial e que se relaciona a fatores como deveres legais da atividade, como recolhimento de impostos e ética em suas práticas que os demais assuntos é de obrigatoriedade do governo, como questões sociais.

Sob esse ponto de vista, Zenone (apud CERTO e PETER, 1993) comenta que nenhuma prática deve ser de responsabilidade das empresas se não for a sua atividade fim. Contudo, isso seria irrelevante se fosse levado em consideração que essas empresas não gerariam empregos, não seriam fontes de renda econômica tão-pouco se importariam com as necessidades dos consumidores. Em definição, a responsabilidade social, segundo Zenone (apud MELO NETO e FROES, 1999, p. 78) é uma questão em que a empresa deve decidir em função de ações comunitárias onde sua empresa se localiza e procurar diminuir o impacto ambiental e os danos originados de sua prática comercial.

Para Donaire (1999), a responsabilidade social envolve relações de responsabilidade com a sociedade, e exibe diversas características, porém, entre elas, a que mais de adapta a esse trabalho é a de proteção ambiental.

A sociedade em si tem seus valores, conceitos e opiniões, e, em razão disso, as organizações têm buscado sua responsabilidade social de forma gradativa e constante desde os anos 1960, em razão de mudanças e impactos originados por elas mesmas. Um exemplo disso são os avanços dos processos de industrialização e a exportação de produtos minerais e agropecuários que negativamente produziram impactos relevantes no meio ambiente.

Resgatados pela sociedade, como decorrência da globalização, padrões éticos e morais vem sendo adotados, "[…] seja pela necessidade das próprias organizações de manter sua boa imagem perante o público, seja pelas demandas diretas do público para que todas as organizações atuem de acordo com tais padrões.". Tais padrões incluem, segundo Ashley (2002, p. 10), "[…] a promoção de valores e comportamentos morais que respeitem os padrões universais de direitos humanos e de cidadania e participação na sociedade […]", o "[…] respeito ao meio ambiente e contribuição para sua sustentabilidade em todo o mundo […] (p. 11)," e também o envolvimento das organizações "nas comunidades" em que se inserem, "[…] contribuindo para o desenvolvimento econômico e humano dos indivíduos ou até atuando diretamente na área social, em parceria com governos ou isoladamente" (p. 11).

Nesse processo, o papel social das empresas está sendo repensado e resgata-se, nas palavras da autora, a responsabilidade social, como "[…] toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade."

O Instituto Ethos (2007) identifica os públicos envolvidos na responsabilidade social corporativa das organizações, ao definir o conceito como uma forma de conduzir os negócios da empresa com o objetivo de torná-la parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. Uma empresa socialmente responsável é aquela que incorpora os interesses dos acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governos e meio ambiente no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos.

3 Metodologia da pesquisa

O relatório desenvolveu um estudo exploratório seguido de estudo descritivo. Seguindo orientação de Gil (2006), pode-se identificar esse estudo primeiramente como pesquisa exploratória, pois buscou aprofundamento no levantamento bibliográfico, enquadrado como uma das fontes de dados secundários, definido por Malhotra (2005, p. 55) como "[…] quaisquer dados que já foram coletados para outros propósitos além do problema em questão". Dessa forma, foram considerados como fontes de investigação de dados secundários também *sites* na internet, revistas especializadas de negócios, anais de eventos científicos. Nessa etapa, ampliou-se o escopo do referencial teórico, para melhor delimitar os pontos a investigar na pesquisa descritiva, "[…] que tem como principal objetivo a descrição de algo- normalmente características ou funções de mercado" (idem, 2005, p. 57). A pesquisa concentrou-se na análise de dados secundários, tomando por fonte de informações a pesquisa das 20 melhores empresas para trabalhar, realizada pela Editora Abril, passível de

acesso em http://portalexame.abril.com.br/servicos/melhoresempresasparatrabalhar/; o ano de 2009 permitiu a análise comparativa da atuação de, pelo menos, 150 empresas.

Os critérios de análise utilizados apoiaram-se em indicadores:

a) Remuneração e benefícios

Pagar salários acima da média indica que a empresa consegue manter funcionários de alta performance no longo prazo. Benefícios diferenciados refletem a preocupação com o bem-estar dos funcionários.

b) Carreira

Indica a perspectiva de crescimento profissional na empresa e suas ações para proporcionar suporte ao desenvolvimento dos empregados.

c) Educação

Mostra como a organização prepara as pessoas para o futuro dentro e fora de suas dependências.

d) Saúde

Além de aspectos práticos, como um bom plano de saúde, inclui prevenção, e extensão desses benefícios à família dos funcionários.

e) Responsabilidade social e ambiental

Indica a preocupação com o bem-estar dos funcionários, dos familiares, da comunidade local e da sociedade como um todo, além da preservação do meio ambiente.

f) Liderança

Mostra como os funcionários avaliam o papel dos chefes em relação à comunicação, justiça, promoção do aprendizado e ainda se os líderes têm discurso e ações coerentes.

g) Satisfação e motivação

Está ligado ao salário, aos bônus, ao trabalho em si, ao ambiente físico e às perspectivas de crescimento, fatores responsáveis por motivar os profissionais".

Foram criadas categorias de análise das ações focadas no cliente interno, das 20 empresas consideradas as melhores para trabalhar em 2009. Nesse contexto, todos os indicadores foram incluídos, tais como uso de slogans, perfil das ações efetivas, objetivo dos programas, início de implementação, prêmios previstos, meios de comunicação utilizados, vantagens específicas para o público- alvo.

A assunção da responsabilidade social corporativa foi avaliada considerando-se o desempenho da organização em relação ao item e) Responsabilidade social e ambiental.

O objetivo específico de investigar em quais ramos de atividade estão as empresas que mais se destacam por assumirem a estratégia do marketing com foco no cliente interno levou em consideração as categorias de indústria, comércio e serviços.

Informações não constantes do *site*

http://portalexame.abril.com.br/servicos/melhoresempresasparatrabalhar/ foram buscadas diretamente no site das organizações em estudo, ou mesmo em contato por email e/ou telefônico.

4 Resultados esperados

Conforme antecipado nos objetivos específicos, esperava-se que o estudo contribuísse para a compreensão do marketing focado no cliente e sua integração multidisciplinar com a responsabilidade social corporativa, incorporando dados da realidade da assunção, pelas organizações, das estratégias em estudo.

Os resultados tendem a levar à produção de artigos analisando o marketing de relacionamento focado no cliente interno e sua integração multidisciplinar com a responsabilidade social corporativa, além de contribuir para levantar hipóteses ou pressupostos para uma Tese voltada ao curso de Doutorado em Administração, com linha de pesquisa em marketing.

5 Resultados atingidos

O quadro 1 mostra as categorias analisadas das 20 melhores empresas para se trabalhar, em ordem classificatória, segundo a revista Exame de 2009. Os critérios checados foram carreira e remuneração; aprendizado e educação; saúde; responsabilidade social e ambiental; satisfações e motivação; liderança.

O primeiro e segundo benefícios analisados das 20 melhores empresas para se trabalhar do ano de 2009 foram carreira, um indicador de crescimento profissional que proporciona suporte ao desenvolvimento dos funcionários, e remuneração, como pagamento de salários acima da média, e alguns benefícios diferenciados, refletindo a preocupação com o bem-estar. Pela análise, ficou evidente pelo portal da revista Exame que 5 empresas trabalham com a atração e retenção de talentos; 7 possibilitam aos seus empregados participação nos lucros e salários adicionais no ano. Programas de

Empresas	Carreira/ Remuneração	Aprendizado/ Educação	Saúde	Responsabilidade social e ambiental	Satisfação e motivação	Liderança
CATERPILLAR	Atração e retenção de talentos.	Investimento de 5,5 milhões de reais em programas educacionais, oferecendo 495000 horas de treinamento no ano de 2009.	Dois ambulatórios médicos internos, além de oferecer duas opções de convênio médico.	Desenvolvimento sustentável para melhorar a cidade e projetos como o "Pequeno Cidadão", em que crianças carentes têm aulas de informática, esportes e gastronomia. Ao completar 18 anos, podem ser contratadas pela empresa.	Em 2009, entre promoções, transferências e mudanças de cargo, houve uma movimentação de 28%, ou seja, a empresa motiva e satisfaz os funcionários.	Principal característica do líder é a motivação e a capacidade de deixar um legado.
MASA DA AMAZÔNIA	Desenvolvimento profissional por meio de uma seleção interna. O programa de Participação nos Resultados garante até dois salários adicionais, se as metas forem cumpridas.	Os colaboradores têm a oportunidade de entrar na universidade e a MASA auxilia com o pagamento da matrícula e 50% do valor da mensalidade.	Possui 20 programas sobre qualidade de vida; entre eles, o programa para gestante com palestras e acompanhamento até a licença maternidade.	Possui mais de 10 programas, como o Multicidadão, onde participam 200 voluntários com uma agenda de atividades diárias. O programa fornece recursos para que seus colaboradores contribuam, por meio de suas habilidades, em programas sociais desenvolvidos na comunidade.	Todos os colaboradores que têm a partir de 10 anos de casa são homenageados em cerimônia especial, ocasião na qual recebem da direção prêmios pelos relevantes serviços prestados à empresa.	O Programa Liderar trata-se de um MBA para todos os líderes, com módulos semanais desenvolvidos por meio da pesquisa de clima organizacional
VOLVO	A tecnologia, gestão e terceirização têm uma política especial de retenção de profissionais, aumentando os benefícios do colaborador ao longo de seu plano de carreira.	Programas de educação corporativa. Aos gestores, disponibiliza um MBA com foco em gestão de pessoas, palestras e cursos em conjunto com escolas renomadas.	De ações simples a programas estruturados, a empresa sabe como garantir uma vida equilibrada ao seu time.	Busca contornar problemas sociais e promover a educação, trabalho e consciência ambiental para a comunidade, por meio de suas oficinas de trabalho.	O objetivo é ter um canal direto com o pessoal, para agilizar processos e estimular proatividade e criatividade.	A empresa combina oportunidades de desenvolvimento com um estilo de liderança próprio, que estimula a competição saudável e desafia as pessoas com metas agressivas de negócios.
LABORATÓRIO SABIN	Planejamento de carreira com recrutamento interno dos 80 líderes. Os funcionários são incentivados, por meio de gratificações ou prêmios, a contribuir com ideias e projetos.	Programas de Empreendedorismo Socioeducativo.	Desenvolve ações que buscam a promoção da saúde e a melhoria na qualidade de vida do trabalhador.	Núcleo de Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de promover a saúde e educação preventiva interna, além da realização de atividades socioculturais.	Todos os colaboradores recebem auxílio financeiro para casar, fazer o enxoval da criança e pagar babá. Contam com plano de previdência privada.	Plano de desenvolvimento individual avalia as competências dos líderes semestralmente. Eles são incumbidos, ainda, de identificar em suas equipes potenciais sucessores.
EUROFARMA	Planejamento de carreira e ao indicar aptidões, a empresa dá uma chance para que o funcionário se adapte antes de chegar a uma demissão.	Programa de formação continuada de lideranças. Para crescer, a Eurofarma precisa de sucessores preparados. Os gerentes, supervisores e diretores recebem 2500 horas de treinamento presencial.	Oferece extensão da assistência médica para esposa, cônjuge com união estável e para parceiros homossexuais. As funcionárias mães contam com uma creche, que recebe crianças de até 6 anos.	Adotou responsabilidade social como um valor corporativo a ser cada vez mais fortalecido na cultura geral, no modelo de gestão e nas atividades de cada colaborador em seu dia a dia na empresa.	Desenvolveu em seus laboratórios a pílula da motivação: um comprimido que anima e, ao mesmo tempo, tranquiliza funcionários.	Parte importante da verba de desenvolvimento é direcionada ao programa de formação continuada de lideranças.
BV FINANCEIRA S/A	Retenção de talentos, desenvolvimento e monitoramento do clima. Remuneração variável sendo possível receber 3 salários a mais por ano.	Programas de desenvolvimento de liderança para gestores experientes, para quem está no meio de carreira e para quem está pela primeira vez à frente de uma equipe. Do cargo de gerente para cima, todos os profissionais recebem seis sessões individuais de coaching com consultores externos.	No início da epidemia do vírus H1N1 (gripe suína) no Brasil, nesse ano, a empresa instalou álcool em gel em todas as suas dependências. Alguns funcionários, principalmente no nível operacional, dizem que o convênio de saúde não acompanha a qualidade dos outros benefícios.	O portal Exame e o site da empresa não citam a questão da responsabilidade social e ambiental.	Qualificação das equipes e a valorização das pessoas. Desenvolvimento profissional e pessoal, políticas de atração e capacitação, treinamento e promoção.	Espaço para os funcionários opinarem e serem valorizados. Investe em programas de desenvolvimento de liderança.

Quadro 1:

Fonte : elaborado pelos autores a partir de pesquisa no Portal Exame: http://portalexame.abril.com.br/servicos/melhoresempresasparatrabalhar/ . Acesso em 8 març.2010.

CHEMTECH	Idade média na companhia é de 28 anos; os funcionários ganharam no início da carreira uma oportunidade única, que muitos profissionais experientes não tiveram.	A companhia criou uma universidade corporativa, em que investe cerca de 5% do seu faturamento.	Plano de saúde.	A empresa se preocupa com a sociedade e investe em ações culturais, esportivas e sustentáveis.	Ótimo clima para manter seus colaboradores motivados.	Os líderes são treinados para gerir conflitos, comunicar-se abertamente e dar feedback.
CPFL ENERGIA S.A	Implantação do programa de sucessão, que prevê profissionais preparados para substituir os atuais gestores em seus cargos.	A cada mês, os funcionários que forem indicados pela chefia, com base na avaliação de desempenho, recebem 332 reais para investir em educação executiva. No ano passado, 255 fizeram pós-graduação e MBA com subsídio da empresa. Mais de 60 deles receberam apoio para educação de nível técnico. Possui cursos voltados para formação de lideranças, especialização nas funções, no mercado e no cliente, e já tem um MBA funcionando para atender parte dos funcionários.	Academia (ou desconto) nas sedes, nutricionista para orientação dos funcionários e programa de atendimento jurídico, psicológico e social.	Participa de um grupo de organizações do Instituto Ethos de Responsabilidade Social e tem, entre suas ações, a substituição de eletrodomésticos antigos e instalação de aquecedores solares para os clientes de baixa renda.	Programas de qualidade de vida, ações junto aos líderes que lhe dão reconhecimento são os pontos fortes.	Programa de Desenvolvimento Individual direcionado aos líderes (qualquer profissional que tenha equipe). Também como parte de sua melhoria de lideranças, o processo de assessment (avaliação de comportamento e competências) avalia cada um dos participantes.
PLASCAR	Todo funcionário participa do Plano Individual de Desenvolvimento (PID).	Os processos de educação, treinamento e o desenvolvimento estão sempre alinhados às metas e estratégias da empresa.	Auxílio médico e odontológico, bônus para gestores, programa de participação nos lucros, convênios com farmácias, supermercados e universidades. Inova ainda ao reembolsar integralmente as despesas médicas e educacionais.	A vida saudável dos empregados é envolvida em atividades físicas, psicológicas, sociais e culturais.	Incentiva todos os funcionários a mudar de setor para se desenvolver profissionalmente e aumentar o conhecimento.	Plano de treinamento e desenvolvimento profissional.
LANDIS + GYR	Não há uma boa estruturação no planejamento de carreira, motivo de descontentamento. Os salários estão acima da média e, mesmo num ano difícil como 2008, todo mundo recebeu 1276 reais de participação nos lucros.	Subsídio para o estudo de filhos de funcionários até o nível superior, bolsa de estudo de 50%, para quem casa, tem filho ou faz aniversário de empresa.	Oferece acompanhamento ergonômico, ginástica laboral, orientação nutricional, massagem, realização de exames ginecológicos na própria empresa, campanhas de prevenção de doenças e vacinação, auxílio-creche e plano médico e odontológico.	Respeito ao meio ambiente, por meio do comprometimento ambiental desde o projeto à realização de produtos e serviços para medição de energia elétrica, bem como a prevenção da poluição e uso racional dos recursos naturais em todas as suas atividades.	Programa de previdência privada para motivar os funcionários.	Não há processos formais para identificar e desenvolver competências, nem muita clareza sobre o que é esperado dos funcionários e como crescer por lá.
ALBRAS	Em 2009, investiu 1,7 milhão de reais em treinamento e capacitação.	Bolsas para graduação foram congeladas por causa da crise.	Plano de saúde.	Alunos da Apae recebem ônibus da Albras.	Participação nos lucros, motivando os funcionários.	Prova de confiança na liderança da empresa.
BANCO BRADESCO	Os funcionários se sentem seguros no banco porque têm um plano de carreira fechado que permite promoções verticais e laterais ao longo dos anos.	Os colaboradores podem fazer 140 cursos pela intranet sobre temas que vão de ética a meio ambiente. A evolução educacional de cada um é registrada e depois usada para decidir aumentos salariais e promoções.	Oferece um pacote de benefícios que inclui plano de saúde gratuito e previdência privada para todos.	Possui projetos, tais como Inclusão digital, S.O.S Mata atlântica e entidades parceiras.	Motivar o quadro de funcionários para que se dediquem à empresa e também se desenvolvam profissionalmente.	Oito executivos foram estudar por seis meses em universidades de primeira linha no exterior para agregar conhecimento global.

(Cont.) Quadro 1:

Fonte : elaborado pelos autores a partir de pesquisa no Portal Exame: http://portalexame.abril.com.br/servicos/melhoresempresasparatrabalhar/ . Acesso em 8 març.2010.

ACCENTURE	Gestores são os responsáveis pela performance e pela carreira dos funcionários.	Cultura de inovação, colaboração e trabalho em equipe.	Criação de uma nova área operacional, focada no desenvolvimento de soluções nas áreas de saúde.	Os colaboradores recebem todo o treinamento e o incentivo necessários para ter uma postura socioambiental responsável na empresa e na sociedade.	Cultura orientada à performance individual que contribui para o sucesso geral da organização.	Tem um time qualificado (92% dos funcionários têm nível superior) e investe em treinamentos. Só para liderança foram mais de 4 milhões de reais em 2008.
AFFINIA	Profissionais preparados para assumir novas responsabilidades e crescer na empresa. A empresa não oferece um plano de carreira formal.	A empresa subvenciona cursos de graduação para todos e todo mundo passa por avaliação de desempenho.	Comida servida no refeitório e o convênio médico precisam melhorar.	Programas que oferecem cursos de Educação Profissional para jovens de famílias de baixa renda com idade entre 15 e 17 anos. Campanhas para arrecadação de fundos, mantimentos, brinquedos.	A empresa trabalha com metas, motivando os funcionários para mudarem de cargos.	80% dos líderes foram formados internamente e têm a responsabilidade de desenvolver seus times para assumir suas posições no futuro.
MAGAZINE LUIZA	A empresa desenvolve programas como o plano de carreira, que é gerenciado pelos próprios funcionários. Os funcionários que trabalham na sede administrativa dizem que a remuneração variável não é tão interessante quanto nas lojas ou nos centros de distribuição.	Portal do Saber, sistema de treinamento via internet. Há cursos de todos os tipos: técnicos, comerciais, comportamentais e até de etiqueta e direção defensiva. Para cada matéria concluída, o funcionário recebe um diploma e o curso é computado no plano de carreira.	Existe uma série de cuidados com a saúde dos familiares dos funcionários, como a extensão do plano de saúde para pais e para sogros também.	Campanha do agasalho, projetos de voluntariado, espaço aberto para á comunidade para realização de cursos profissionalizantes, internet gratuita para clientes, Doações, palestras, ONG FRANCA VIVA entre outros projetos.	Pessoas em primeiro lugar. Os funcionários são valorizados pela transparência e da verdade nas relações.	O principal objetivo da organização é capacitar a gerência e a liderança e preservar a cultura para não perder a identidade.
AGRO AMAZÔNIA	Oferecer aos colaboradores a oportunidade de crescerem, de se desenvolverem e de serem valorizados, reconhecidos e recompensados por seu desempenho.	Subsídio à educação e programas de mentoria.	Plano de saúde.	Contribuir com a preservação e proteção ambiental, por meio do apoio e incentivo aos nossos profissionais em educar e conscientização, armazenamento, uso seguro dos produtos fitossanitários e destinação final das embalagens vazias, visando garantir o equilíbrio, o respeito e a preservação dos recursos naturais.	Desenvolvimento humano, na promoção e valorização das pessoas da casa e na implementação de uma política de oportunidades.	Programas de mentoria.
AMBEV	Há forte investimento na carreira dos colaboradores. Nos últimos cinco anos, a AmBev investiu cerca de 70 milhões de reais em treinamento. Incentivo financeiro, como reconhecimento ao bom desempenho e ao empreendedorismo. Participação do PLR. a partir do cargo de supervisor, contam com programa de remuneração variável.	Universidade AMBEV. Programa de capacitação gerencial, TV AMBEV MBA AMBEV. Aprendizado em idiomas.	Foco no bem-estar e na melhoria da qualidade de vida do funcionário e de seus familiares.	Possui projetos, tais como valores econômicos, sociais e ambientais	Seus programas de remuneração e beneficio são a chave da satisfação e motivação.	Programas de liderança para o desenvolvimento profissional recompensada por mérito individual ou em grupo.
AMANCO	O salário na média de mercado e a falta de um plano de carreira não afetam a satisfação da turma.	A empresa investe na formação de liderança há três anos. As horas de treinamento foram quase 50% superior às oferecidas no ano anterior.	Plano de saúde e auxílio-farmácia, que reembolsa 50% dos gastos com remédios com prescrição médica.	Na garantia da licença social para operar por meio do gerenciamento dos impactos, no investimento social, transparência com foco no negócio sustentável.	A motivação é resultado de um clima de camaradagem e confiança.	Chefe tóxico não tem vez por lá. Investe em programas de treinamento.

(Cont.) Quadro 1:

Fonte : elaborado pelos autores a partir de pesquisa no Portal Exame: http://portalexame.abril.com.br/servicos/melhoresempresasparatrabalhar/ . Acesso em 8 març.2010.

NOKIA	Recompensa baseada em performance. Crescimento profissional e pessoal e o projeto equilíbrio trabalho – vida. Remuneração estável: o salário está acima da média.	Fundação Nokia de Ensino oferece cursos de informática, eletrônica, mecatrônica e telecomunicações.	Projetos de segurança a respeito das ondas de radio e Bioeletromagnética provocadas por seus produtos. Plano de saúde.	Jovens levando cultura por meio de leituras de livros para crianças carentes. Jovens funcionários Ensino Técnico de Nível Médio, Alfabetização de crianças com distorção idade-série. Quem está atrasado na escola por idade e série Centros de Treinamento de Informática. Colaboradores Nokia, engajados voluntariamente em ações sociais por meio da doação de tempo e experiência.	Seus mais de 1.500 profissionais se mostram satisfeitos com as condições de trabalho e relacionamento com os chefes.	Desenvolvimento das habilidades gerenciais e de liderança dos gerentes.
ALGAR TELECOM	Quem consegue domar o corpo contra o estresse tem compensações, como o bom plano de participação nos resultados e crescimento na carreira.	Universidades corporativas mais respeitadas do país, a UniAlgar, com excelente estrutura para desenvolver programas próprios.	A constatação de que muitos colaboradores têm sofrido com o ritmo acelerado de trabalho fez a empresa reforçar os serviços de saúde.	Por meio do Instituto Algar, apoia iniciativas que valorizam a cultura e a educação.	Agrados como massagem à disposição e cinema na hora do almoço.	Cerca de 20 cargos de chefia foram preenchidos por quem já estava na casa.

(Cont.) Quadro 1:

Fonte : elaborado pelos autores a partir de pesquisa no Portal Exame: http://portalexame.abril.com.br/servicos/melhoresempresasparatrabalhar/ . Acesso em 8 març.2010.

sucessão, promoções e novas oportunidades são apontadas por 5 companhias; enquanto treinamentos para expansão na empresa foram evidenciados por 7 empresas. Somente uma companhia apontou atração, retenção de talentos e, ao mesmo tempo, participação nos lucros para seus subordinados.

Na categoria educação, que mostra como a organização prepara as pessoas para o futuro dentro e fora de suas dependências, verificou-se que 15 empresas investem em treinamentos, programas educacionais internos, palestras e cursos. Das 20, 5 empresas arcam com 50% do pagamento da mensalidade de cursos de graduação e pós-graduação, enquanto 4 pagam integralmente cursos de MBA. Somente uma empresa bloqueou pagamento de cursos de graduação, após a crise ocorrida no ano passado.

Todas as empresas possibilitam aos seus funcionários e familiares planos de saúde e odontológico; uma empresa possui 2 ambulatórios internos; 5 trabalham com programas focados em qualidade de vida; uma companhia disponibiliza creche para os filhos dos empregados até eles completarem 6 anos de idade; e 2 multinacionais arcam com 50% das despesas com remédios.

As companhias analisadas possuem programas voltados para a responsabilidade social e ambiental; exceto a BV Financeira, que não aponta essa ação em sem *site* e tampouco no portal Exame. Programas de sustentabilidade; funcionários voluntários que promovem educação, oficinas culturais e esportes são notados em praticamente todas as empresas. A responsabilidade social e ambiental aponta a preocupação com o bem-estar dos funcionários, dos familiares, da comunidade local e da sociedade como um todo, além da preservação do meio ambiente.

No tocante à liderança, as empresas possibilitam aos líderes (grupo de pessoas que comandam outros indivíduos) cursos e programas que façam com que aprendam novas formas de incentivo aos seus funcionários. Uma companhia paga para 8 executivos por 6 meses um curso no exterior para que eles agreguem conhecimento geral e os repassem aos seus subordinados.

Quanto à satisfação e à motivação, ligado ao salário, aos bônus, ao trabalho em si, ao ambiente físico e às perspectivas de crescimento, fatores responsáveis por motivar os profissionais, as empresas incentivam seus empregados por meio de promoções, transferências de cargos, premiações, planos de previdência privada e um bom clima organizacional. Uma empresa farmacêutica criou uma pílula de estímulo ao seu funcionário que o tranquiliza e o motiva. Outra possibilita massagens e cinema na hora do almoço para relaxar os funcionários, proporcionando certa satisfação.

6 Considerações finais

Investigou-se, por meio dessa pesquisa, a implantação do marketing de relacionamento focado no cliente interno, ou seja, funcionários, apontando que, ao ser adotado pelas empresas como um tipo de estratégia, há pontos de convergência com a responsabilidade social corporativa, que segundo Zenone (apud MELO NETO e FROES, 1999, p. 78), trata-se da tomada de decisão da empresa em ações comunitárias, procurando diminuir o impacto ambiental.

As empresas analisadas praticam o marketing interno, ou seja, ações da companhia que consolidam a base cultural do comprometimento dos seus funcionários como desenvolvimento adequado de suas diversas tecnologias (CERQUEIRA, 2005). Além disso, elas assumem a condição de "empresa cidadã", despertando o interesse pela responsabilidade social corporativa, investindo no bem-estar de seus empregados e dependentes e num ambiente de trabalho saudável, preservando o meio ambiente e praticando ações sociais.

O relatório contribuiu para a compreensão do marketing focado no cliente e sua integração multidisciplinar com a responsabilidade social corporativa, incorporando dados analisados das empresas anunciadas pela editora. As companhias adotam tanto o marketing focado no cliente interno como a responsabilidade social corporativa, demonstrando que mereceram destaque nacional em razão das ações praticadas a sociedade e aos seus funcionários.

Referências

ASHLEY, P. (coord.). *Ética e responsabilidade social nos negócios.* São

Paulo. Saraiva, 2002.

BEKIN, S.F. *Endomarketing:* como praticá-lo com sucesso. São Paulo: Prentice-Hall, 2004. 186 p.

_____ *Conversando sobre endomarketing.* São Paulo: Makron Books, 1995.

BRUM, A. de M. *Um olhar sobre o marketing interno.* Porto Alegre: L&PM, 2000.

EDITORA ABRIL.As melhores empresas para trabalhar. Edição 2007. http://portalexame.abril.com.br/servicos/melhoresempresasparatrabalhar. Acesso em 8 març. 2010.

KERIN, R. A, et al. *Marketing***.** São Paulo:McGraw Hill, 2007

INSTITUTO ETHOS, www.ethos.org.br. Acesso em 5 dez. 2007

KOTLER, P. *Administração de marketing:* a edição do milênio. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000. 764 p.

_____; ARMOSTRONG, G. *Princípios de marketing.* 7. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1998. 527 p.

MELO NETO, F.P. ; BRENNAND, J.M. *Empresas socialmente sustentáveis*: o novo desafio da gestão moderna. Rio de Janeiro. Qualitymark, 2004.

PIZZINATTO, N.K, et al. *Marketing focado na cadeia de clientes.* São Paulo: Atlas. 2005.

_____. *Administração*: evolução, desafios e tendências. São Paulo: Atlas. 2001.

SOARES, J.A. *Endomarketing como estratégia competitiva*: estudo de caso em concessionária de automóveis.**2004.** Dissertação (Mestrado em Administração) Profissional, da Universidade Metodista de Piracicaba, 2004

ZENONE, L.C. *Marketing social.* 1.ed. São Paulo: Thomson Learning, p. 207, 2006.

ESTRUTURA, CONDUTA E DESEMPENHO DO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS NO BRASIL

STRUCTURE, CONDUCT AND PERFORMANCE OF THE DISTRIBUTION SECTOR AND IMPORT OF MACHINERY, EQUIPMENT AND SUPPLIES MEDICAL AND DENTAL IN BRAZIL

Paula Passanezi
Uninove
ppassanezi@uninove.br

Fabíola Paneque
Uninove

Resumo

O serviço de saúde no Brasil data dos anos 1920. A partir da década de 1990, o país expandiu a oferta dos serviços médicos à população por meio da integração dos serviços. A universalização dos serviços de saúde, no entanto, não imprimiu necessariamente um desempenho favorável ao setor de uma forma uniforme. O referido artigo fará uma análise do setor de máquinas e equipamentos, materiais e suprimentos médicos e odontológicos no Brasil, considerando o aparato teórico do Paradigma-Estrutura-Conduta-Desempenho, as políticas de preços, vantagens competitivas e o desempenho das variáveis correlacionadas. Os resultados mostram que o setor de máquinas e equipamentos, materiais e suprimentos médicos e odontológicos operam em concorrência perfeita de mercado. Portanto, não existe poder de mercado no setor e também nem barreiras de entradas e saídas de empresas.

Palavras-chave: Conduta e desempenho. Economia industrial. Estrutura. Grau de concentração. Máquinas e equipamentos. Materiais e suprimentos médicos e odontológicos.

Abstract

The health service in Brazil dates from the 1920s. From the 1990s, the country has expanded to offer medical services to the population through the integration of services. The universal health care, however, not necessarily printed a favorable performance of the sector uniformly. This article will examine the sector of machinery and equipment, materials and supplies medical and dental care in Brazil, considering the theoretical apparatus of Paradigm-Structure-Conduct-Performance, pricing policies, competitive advantages and performance of correlated variables. The results show that the sector of machinery and equipment, materials and supplies medical and dental operating in perfectly competitive market. So there is no market power in the industry and also no barriers to entry and exit of firms.

Key words: Conduct and performance. Degree of concentration. Industrial Economics. Machines and equipment. Materials and supplies medical and dental. Structure.

1 Introdução

O serviço de saúde no Brasil teve origem pela previdência social em 1923. A previdência oferecia à população inserida no mercado de trabalho formal serviços médicos assistenciais. Somente em 1974, os serviços prestados ficam mais abrangentes e passam a atender qualquer pessoa, não somente as que possuíam vínculos com a previdência. Nesse período, a assistência à saúde era sofisticada para as classes médias e altas, e com grandes defasagens e precariedade nas camadas mais pobres da população. Na década de 1990, a saúde pública no Brasil passou por grandes transformações com a criação de um único sistema de saúde universal (SUS), que proporcionou o acesso à assistência à saúde para todas as camadas da população. A integração dos serviços de saúde foi declarada pela Constituição de 1988 que previu acesso igual e universal à saúde[1]. Por outro lado, a saúde suplementar no Brasil, que se desenvolveu há 40 anos, porém só cresceu após a década de 1980, quando a classe média passou a aderi-la, em razão das grandes falhas existentes na saúde pública, pois passou a ser considerada de extrema importância para o desenvolvimento da sociedade, tanto pela ótica econômica quanto pela ótica social, pois proporciona bem-estar e, consequentemente, elevação ou manutenção dos níveis de produção, em razão da mão de obra estar fisicamente e psicologicamente apta as suas respectivas funções. O nível de saúde dos países está correlacionado ao desenvolvimento da economia, pois países desenvolvidos apresentam melhores níveis de saúde e baixos índices de epidemias de doenças contagiosas e infecciosas adquiridas por falta de estrutura como, por exemplo, a falta de saneamento básico. A saúde é canal básico para formação de capital humano e representa um investimento que produz retornos contínuos no futuro, conforme a Teoria do Capital Humano[2]. O Brasil, até hoje, sofre com recursos escassos na área da saúde e que, muitas vezes, não são aplicados de maneira eficiente em todas as camadas da população. A escassez dos recursos se manifesta pela alta dos preços nos serviços de saúde, falta de mão de obra qualificada e pela inexistência de um parque industrial para o setor.

Esse trabalho fará uma análise do setor de equipamentos e suprimentos médicos e odontológicos no Brasil, considerando o aparato teórico do paradigma-estrutura- conduta e desempenho. Esse setor no Brasil é carente de produção interna, e, consequentemente, dependente de importações, tornando-o muito vulnerável em relação aos possíveis riscos sistêmicos. Nesse contexto, a taxa de câmbio assume grande importância para o preço das máquinas, equipamentos e suprimentos.

1 Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Título VIII ´´ A ordem social´´ Artigo 196.

2 Mushikin (1962) & Schutz (1962).

O mercado de serviços da saúde se distingue dos demais setores da economia por possuir uma demanda inelástica e uma oferta indutora da procura, além de favorecer a presença de informações assimétricas e externalidades que não estimulam o predomínio de mecanismo de mercado. Esses fatores podem, também, explicar possíveis elevações nos preços com custos crescentes e a falta de estímulos para a criação de indústrias nacionais para o setor de saúde.

Segundo Furtado e Souza (2001), entre as principais estratégias competitivas dessa indústria estão a especialização, a venda de soluções combinadas entre bens, insumos específicos e serviços (como a manutenção dos equipamentos) e a oferta de financiamento direto pelos produtores ou formas alternativas como o leasing. Portanto, esse setor depende de constantes aprimoramentos tecnológicos em busca de sua eficiência. As inovações tecnológicas não possibilitam aumento da produtividade média e seu crescimento não acompanha o mesmo nível que a atividade industrial, o que alimenta também a tendência de elevação nos preços dos serviços prestados.

Ao longo desse trabalho serão desenvolvidos estudos sobre a organização industrial do setor de equipamentos, suplementos médicos e odontológicos, a fim de identificar a relação entre o paradigma, estrutura – conduta - desempenho.

Esse trabalho divide-se em quatro partes. A primeira discorrerá sobre a fundamentação teórica utilizada para o desenvolvimento deste estudo. A segunda apresentará os resultados da concentração do setor, tendo como base o IHH da empresas, o perfil dos estabelecimentos e funcionários assim como a distribuição geográfica do emprego e empresas. Na terceira parte serão apresentadas as condutas adotadas pelas firmas desse mercado. Na quarta, os indicativos de desempenho recente do setor, considerando sua estrutura e conduta. Finalmente teceremos as considerações finais.

2 Economia industrial, estrutura, conduta e desempenho: fundamentação teórica

2.1 Estrutura, conduta e desempenho, conceitos básicos

O paradigma estrutura, conduta e desempenho têm o principal objetivo de investigar o ambiente de operação das empresas industriais e os ajustamentos feitos pelas firmas para melhor se adaptarem aos mercados em que estão inseridas. Segundo estudo elaborado pela UFSC referente ao conceito de E-C-D "[…]o interesse reside em compreender as razões pelas quais as firmas se comportam de determinada maneira, em conhecer os fatos que fazem com que esse comportamento não seja

homogêneo, além de buscar a identificação dos determinantes da atuação das empresas e da forma como estes determinantes conduzem às correspondentes variações na atuação[…]". Segundo Scherer e Ross (1990), o desempenho depende, na verdade, do comportamento adotado pelos vendedores e compradores, considerando pesquisa e desenvolvimento, formação de preços no mercado, atuação cooperativa ou não das empresas, linhas de produtos, etc..A conduta, por sua vez, depende da estrutura do mercado, ou seja, se é mais concentrado ou não, se há barreiras para a entrada de novas firmas ou ainda se há integração (vertical ou horizontal) nesse mercado. A figura 1.1 abaixo explica descritivamente o modelo de Scherer e Ross.

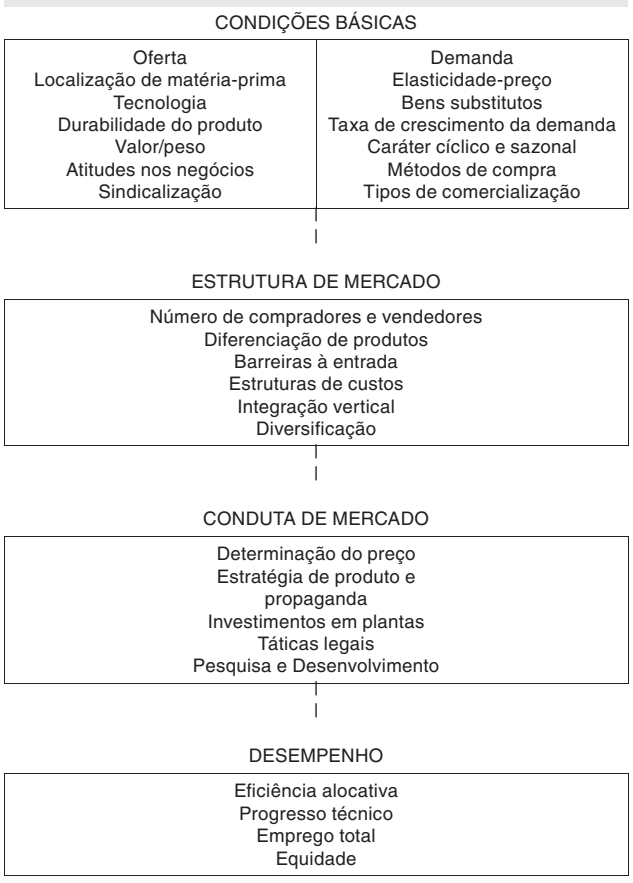


Figura 1: Paradigma estrutura conduta e desempenho
Fonte: SCHERER, F.M e ROSS, D.(1990).

2.2. Estrutura e conduta de mercado

A noção de estrutura de mercado desempenha um papel fundamental na análise do influente paradigma da E-C-D, pois mede a concentração das empresas a fim de identificar possíveis monopólios, oligopólios ou um sistema de concorrência pura. O grau de concentração das empresas está relacionado às barreiras de entrada de um mercado e a concorrência entre as empresas. A estrutura refere-se às características de organização de um mercado, ou seja, de que maneira ele se organiza para produzir e de que forma competem entre si. Essas características estabelecem as relações entre compradores e vendedores.

As medidas de concentração industrial são uteis para indicar preliminarmente os setores em que se espera que o poder de mercado seja significativo. A concentração das empresas é medida por meio de vários índices de concentração, tais como, o Cr (4), Cr (8), e o IHH de Hirschman, a fim de medir os níveis de concentração de um setor na indústria.

A conduta de mercado diz respeito aos modelos de comportamento ou estratégias adotadas pelas firmas a fim de se ajustarem aos mercados em que operam. A conduta de mercado é o reflexo de como reagem a competição e interação com a concorrência. A política de preços adotada pelas demais firmas, a estratégia de marketing e propaganda adotados, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), as inovações em curso, etc.. fornecerão a tônica da conduta de mercado. Porter por exemplo, atribui as estratégias competitivas adotadas pelas firmas representadas, em termos genéricos, como responsáveis pelo custo mínimo, pela diferenciação de produtos e por enfocar uma forma de conduta.

Segundo o modelo de Scherer e Ross (1990), para E-C-D, a conduta analisa a definição de preço dessa estrutura de mercado, as estratégias de propaganda, investimentos em plantas e pesquisas em desenvolvimento (P&D). Segundo os autores, tais variáveis, em conjunto com as estruturas de mercado, determinaram o desempenho.

2.3 Desempenho

O desempenho corresponde ao resultado final da relação entre estrutura e conduta de determinado mercado. A teoria econômica sugere que determinados tipos de estrutura e conduta conduzirão a um desempenho desejável ou não. Por outro lado, outros tipos terão consequências insatisfatórias. Do ponto de vista científico, interessa verificar os diferentes tipos de estruturas e de condutas que levam a diferentes desempenhos, portanto pelo desempenho de um mercado é possível analisar os resultados obtidos, o crescimento da produção, faturamento e vendas, comércio internacional, e também vale ressaltar outro fator importante como as inovações tecnológicas adquiridas, que podem trazer melhor eficiência produtiva.

3 A concentração do setor de saúde no Brasil em relação aos outros setores da economia brasileira, uma análise a partir do IHH-Índice de Hirscham-herfindahl

O índice de Hirscham pretende fornecer uma análise estrutural da concentração do setor de saúde no Brasil em relação as outros setores da economia. Com base no resultado do IHH da saúde médio de 2006, 2007 e 2008, calculado pelo quadrado da somatória do market share das empresas de saúde (laboratórios, clínicas, hospitais privados, planos de saúde e serviços sociais) constatou-se o índice de 0,0966, com baixo grau de concentração do setor. Segundo esse índice, supõe-se que nesse setor não haja possibilidade de poder de mercado ou monopólio, em razão de haver um grande número de empresas existentes com pequenas parcelas de mercado. A tabela e o gráfico abaixo demonstram a concentração dos setores da economia brasileira a partir de dois dígitos.

Tabela 1: O IHH por setor

Setores da Economia Brasileira	IHH 1*
Alimentos, bebidas e fumo	0,0372
Atacadistas	0,0283
Comércio varejista	0,0455
Construção e engenharia	0,0669
Eletrodomésticos	0,0872
Energia elétrica	0,0328
Farmacêuticos	0,0627
Higiene, limpeza e cosméticos	0,2501
Madeira e móveis	0,0617
Mecânica	0,4672
Metalurgia	0,0285
Mineração	0,3067
Papel e celulose	0,069
Petróleo e gás	0,2873
Plásticos e borracha	0,0433
Química	0,0435
Saneamento e limpeza	0,0995
Saúde	0,0966
Serviços especializados, esportes, turismo e lazer	0,055
Siderurgia	0,0641
Telecomunicações	0,0715
Têxtil, couro, calçados e confecções	0,0237
Transporte e logística	0,0397
Veículos e autopeças	0,1017

Fonte: Maiores e melhores, Gazeta Mercantil 2006, 2007 e 2008.

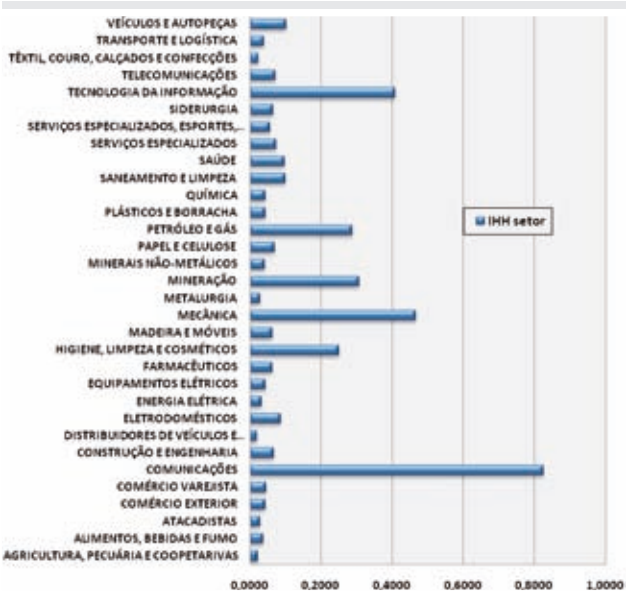


Gráfico 1: Concentração da economia brasileira (IHH média de 2006, 2007 e 2008)
Fonte: Maiores e Melhores, da Gazeta Mercantil 2006, 2007 e 2008.

3.1 A concentração dos equipamentos médicos e odontológicos em relação aos outros subsetores da saúde

O setor da saúde se divide em quatro subsetores, denominados de serviços sociais, planos de saúde, hospitais, clínicas e laboratórios. Com o intuito de observar, em melhor perspectiva, a organização e concorrência existente no setor da saúde, foi necessário efetuar a abertura de dois para três dígitos da classificação, que são os subsetores da saúde segundo as maiores e melhores empresas da Gazeta Mercantil. O setor mecânico com dois dígitos tem em seu subsetor com três dígitos, a fabricação de equipamentos médicos-dentários (objeto de estudo na monografia), subsetor que fornece equipamentos médicos para o setor da saúde. Os subsetores a partir de três dígitos apresentam maior grau de concentração nos serviços sociais com 0,2627 e 0,227 nos planos de saúde, em terceiro lugar os equipamentos médicos e odontológicos. O IHH dos equipamentos médicos e odontológicos é 0,1424, portanto possui baixo grau de concentração de mercado. Esses mercados são relativamente pequenos. Além disso, o setor é altamente fragmentado e especializado com numerosos nichos de produção. No subsetor não existe um monopólio e sim muitas empresas com fatias proporcionais de mercado e grande concorrência entre elas, perto de uma concorrência pura de mercado. O gráfico abaixo demonstra o IHH dos subsetores da saúde na economia brasileira.

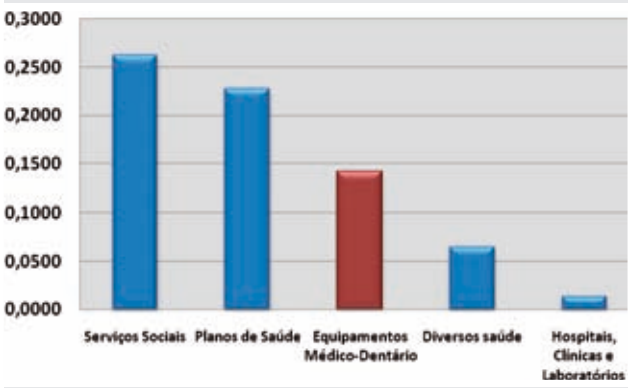


Gráfico 2: Índice de concentração dos subsetores na saúde (IHH média de 2006, 2007 e 2008)
Fonte: Maiores e Melhores, Gazeta Mercantil, 2006, 2007 e 2008.

Segundo Kupfer e Hasenclever (2002), em um mercado de concorrência perfeita as empresas tomam decisões de forma descentralizada, ficando sujeitas apenas à disciplina de mercado, tornando-se tomadoras de preços. Para Kupfer, em um sistema de concorrência perfeita existem muitas empresas e seus produtos são homogêneos. Nesse tipo de concorrência não existem barreiras, mas sim entradas ou saídas de empresas do mercado.

3.2 O Panorama das empresas dedicadas à fabricação e comércio de equipamentos, materiais e suprimentos médicos e odontológicos

Segundo a Rais/Caged [3] 2009, o setor de máquinas, equipamentos e suprimentos médicos odontológicos no Brasil tem 10.376 estabelecimentos ativos, dos quais 2.392 são dedicados à fabricação de equipamentos, materiais e suprimentos hospitalares e 7.984 à sua comercialização. Os estabelecimentos voltados à fabricação cresceram 11,8% em 2008, em relação ao ano anterior. Os estabelecimentos direcionados ao comércio cresceram 9,16% em 2008. O total dos estabelecimentos ativos do setor em maiores proporções é de pequeno porte, de até nove vínculos ativos e representam 81,1% do setor. Os estabelecimentos dedicados ao setor se concentram na região sudeste totalizando 55,5% do total Brasil. Na região sudeste, o Estado de São Paulo concentra 34,7% dos estabelecimentos. O gráfico abaixo demonstra a distribuição geográfica dos estabelecimentos ativos.

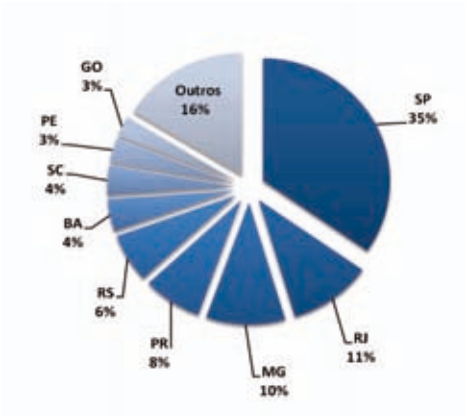


Gráfico 3: Distribuição dos estabelecimentos ativos por estado brasileiro em 2008
Fonte: Rais/Caged 2009.

3.3 O perfil da mão de obra dedicada ao setor

O comércio e a fabricação de máquinas, equipamentos, materiais e suprimentos médicos e odontológicos no Brasil empregam 94.709 funcionários, sendo 45.974 na fabricação e 48.735 no comércio. Segundo a Rais/Caged[4] 2009, o número de empregados do setor no total cresceu 8,2% em 2008 em relação a 2007, totalizando 87.545 funcionários. Segundo dados recém-divulgados da Pesquisa Anual do Comércio (PAC/IBGE), de 2006 para 2007, a remuneração/salário médio por trabalhador nas atividades comerciais desse setor cresceu (9% a 21%), crescimento superior ao da média do comércio (7% a 9%). Já nas atividades industriais do setor houve queda de 4% na remuneração média do trabalhador, no mesmo período, segundo dados recém-divulgados da Pesquisa Anual da Indústria (PIA/IBGE), conforme a Tabela 2.

O setor de fabricação e comércio de equipamentos e suprimentos médicos e odontológicos tem 51,6% dos funcionários com ensino médio completo e 16% com ensino superior completo. Verifica-se que o trabalho nesse setor apresenta baixa mobilidade em razão das baixas taxas de substituição e, principalmente, pelo alto grau de especialização exigido para atuar nessa área.

Os funcionários dedicados ao setor se concentram na região sudeste do Brasil, em um total de 69,9%. Somente o Estado de São Paulo emprega 47,8% dos funcionários ativos de todo o Brasil. O gráfico abaixo demonstra a distribuição dos funcionários ativos por Estado.

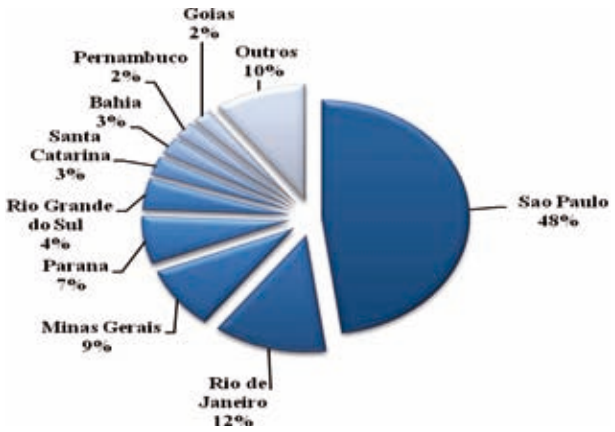


Gráfico 4: Distribuição do emprego por Estado
Fonte: Rais/Caged 2009.

4 A Conduta do setor de fabricação e comércio de equipamentos, materiais e suprimentos hospitalares

A conduta do setor de máquinas, equipamentos e suprimentos médicos odontológicos é difícil de analisar por causa da inexistência de informações eficientes.

3 Desconsiderado o indicador Rais negativo que compõe os estabelecimentos que não mantiveram vínculos empregatícios ou que mantiveram suas atividades paralisadas durante o ano-base.

4 Emprego em 31/12 do ano a que se refere à base Rais, ou seja, o vínculo que estava ativo no final do ano em questão e não teve desligamento durante o ano.

Tabela 2: Dados comparativos das empresas comerciais do setor

Divisão, grupos E classes de atividades	Dados comparativos das empresas comerciais						
	Receita operacional	Salários, retiradas e outras	Pessoal ocupado	Estabelecimentos com revenda	Número de Empresas	Taxa de crescimento das Receitas 2007/2006	Taxa de crescimento dos salários/PO 2007/2006
	1 000 R$						
	2007						
Total	1 259 481 960	73 930 117	8 397 948	1 682 240	1 596 186	18,60%	9%
Comércio por atacado	551 464 989	18 174 596	1 274 184	128 037	110 368	19,40%	7%
Produtos farmacêuticos, médico, ortopédico, odontológico e veterinário	50 148 714	2 266 736	110 783	8 470	7 362	13,70%	15%
Comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos de uso agropecuário, comercial, industrial e para fins profissionais	51 732 889	3 360 369	157 471	17 541	15 183	28,60%	9%
Comércio varejista	518 048 288	47 844 409	6 357 707	1 409 279	1 347 418	16,70%	9%
Produtos farmacêuticos, médico, ortopédico, de perfumaria, cosmético e veterinário	34 625 476	4 622 741	518 680	115 748	107 002	21,10%	21%

Fonte: IBGE/PAC/PIA.

A estrutura do setor de concorrência perfeita, indicada pelo IHH do setor, indica que não existe controle de preços por meio das empresas, ou seja, não há uma empresa predominante no mercado e que, por isso, seus preços são determinados pelo mercado. Os custos são constantes e os lucros do setor atraem novas empresas, no longo prazo. As entradas de empresas no setor são eficientes e geram lucros até o ponto em que o custo médio seja igual ao custo marginal.

Segundo Kupfer e Hasenclever (2002), as políticas de determinação de preços podem encorajar a entrada de novas firmas no mercado ou expulsão de outras, alterando, consequentemente, a estrutura de mercado.

4.1. Incentivos a inovações no setor (P&D).

> Uma inovação é a implementação de um novo ou significativamente melhorados produtos (bem ou serviço), ou um processo, novo método de marketing, ou novas práticas organizacionais In Business método, a organização local de trabalho ou relações externas. […] Isto inclui produtos, processos e métodos que empresas são as primeiras a desenvolver e aqueles que foram aprovados a partir de outras empresas ou organizações. (OCDE, Manual de Oslo, 2005, p. 46)

O P&D trata-se de pesquisa básica aplicada no desenvolvimento experimental, ou seja, envolve processo de mudança tecnológica. As regras e normas estabelecidas são elaboradas pela OCDE.

Para Kupfer e Hasenclever (2002), o P&D é instrumento de análise das condutas das empresas em determinado mercado. Portanto, é importante ressaltar que os esforços de pesquisa em desenvolvimento (variáveis da conduta) podem alterar a tecnologia da indústria e, consequentemente, os custos de produção e o grau de diferenciação de produtos (variáveis da estrutura), portanto o P&D pode acarretar em eficiência produtiva que, por sua vez, resulta na redução de custos, o que, por um lado, incentiva o aumento da entrada de empresas nesse mercado e, por outro, expulsa as que não conseguem acompanhar esses avanços.

Segundo a avaliação desenvolvida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), para o P&D do setor existem 7 estabelecimentos de desenvolvimento no Brasil, tais instituições são avaliadas com bom desempenho nas atividades, porém com utilização média. As justificativas para sua utilização são a falta de clareza nos processos, a burocracia envolvida e os elevados custos. As propostas de ajustamento seriam a melhora tanto no processo envolvido quanto nos produtos ofertados por tais instituições avaliadas. Economista da saúde, entre 2001 e 2003, o setor investiu 26.5 milhões em P&D, a intensidade tecnológica no Brasil alcançou 1,34% enquanto nos Estados Unidos 12,9%, o que demonstra o atraso tecnológico desse setor no Brasil. Os estimuladores da inovação no setor são os profissionais da saúde, as modificações são realizadas com base na resposta dos usuários a novos requisitos e demandas. No entanto, para Valadares (2007), a tecnologia médica depende de avanços tecnológicos em outras áreas, tais como na ciência de materiais, biologia e computação.

4.2 A ANVISA como agência regulatória de aquisição de produtos destinados a saúde

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), é reguladora na compra de produtos destinados à saúde e de todos os equipamentos com finalidade médica, odontológica laboratorial ou fisioterapia utilizados, direta ou indiretamente, para diagnóstico. A missão da ANVISA é proteger e promover a saúde da população, garantindo-lhe a segurança sanitária de produtos e serviços, além de lhe facilitar seu acesso[5]. Os equipamentos importados ou nacionais a serem comercializados no país são registrados no ministério da saúde e na ANVISA. Segundo art. 12 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, nenhum produto da saúde, inclusive equipamentos médicos e odontológicos, deve ser comercializado ou entregue ao consumo antes de ser cadastrado. O não atendimento se caracteriza em inflação à ANVISA federal, e a empresa infratora podem sofrer penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Os equipamentos médicos são regularizados pela Resolução ANVISA RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001 e os equipamentos de classes I e II de risco podem ser complementados pela RDC ANVISA nº 185/2001, a Instrução Normativa nº 13, de 22 de outubro de 2009. Segundo o Decreto nº 3.961, de 10 de outubro de 2001 e a Resolução ANVISA RDC nº 59, de 27 de junho de 2000, as empresas que pretendem fabricar, importar, comercializar equipamentos médicos e odontológicos são obrigadas a ofertarem esses produtos na economia brasileira.

O processo para regulamentação da ANVISA é demorado e burocrático entre a regulamentação, propriamente dita e a identificação sanitária do equipamento e da solicitação. A regulamentação da ANVISA de propor obrigatoriedade no registro de equipamentos médicos tem como prioridade controlar e acompanhar o seu consumo e uso, com o intuito de proporcionar melhor eficiência na utilização e na devida alocação de recursos. As empresas que distribuem os equipamentos médicos têm dificuldade na competição setorial por causa da demora da ANVISA em aprovar e certificar os equipamentos. Outro fator importante a ser ressaltado é o alto custo envolvido no processo que pode encarecer os preços dos produtos ofertados pelo setor ou mesmo incentivar a saída das empresas, cujo faturamento não seja suficiente para arcar com os custos envolvidos. A estrutura do setor pode ser alterada por essas possíveis saídas. A ANVISA também disponibiliza um requerimento de inserção de imposto para a importação de equipamentos médicos e suprimentos hospitalares. Para usufruir desse benefício, o importador precisa possuir o requerimento da autoridade competente da ANVISA.

5 Segundo site da ANVISA, diz respeito à regulamentação e ao monitoramento de mercado, do setor da saúde.

4.3 O comportamento dos preços médios das importações de máquinas, equipamentos, materiais e suprimentos médicos e odontológicos

O setor de máquinas, equipamentos, materiais e suplementos médicos e odontológicos têm dependência externa de importações por falta de eficiência produtiva. Segundo a FIESP, os produtos importados têm preços menores do que os fabricados internamente, por causa do alto custo de produção brasileira. Outro fator que contribui para a grande demanda de importações seria a falta de tecnologia. Portanto, a conduta de preços do setor será analisada a partir do comportamento dos preços médios das importações de equipamentos, materiais e suprimentos médicos e odontológicos. O câmbio é extremamente importante para a formação de preços no setor, principalmente nos produtos em que a dependência de importação e muito forte. Abaixo a tabela com os preços médios de importações por categoria, conforme a NCM[6].

Tabela 3: Preço médio das importações de equipamentos, materiais e suplementos médicos e odontológicos

NCM	Período	US$ Milhões	KG Ton.	Preço médio US$/KG	Variação % ano / anterior
9018- aparelhos médicos cirúrgicos	2007	650	12,0	54,2	-
	2008	811	14,6	55,6	2,4%
	2009	826	16,8	49,3	-11,3%
9021- artigos e aparelhos ortopédicos e próteses	2007	366	0,4	890,5	-
	2008	440	0,4	1011,6	13,6%
	2009	478	0,5	951,1	-6,0%
9022- aparelhos de raios-X e radiação	2007	207	2,1	100,0	-
	2008	252	2,1	119,3	19,3%
	2009	238	2,2	108,8	-8,8%
9027-Instrumentos e aparelhos para análise química e física	2007	378	1,9	202,4	-
	2008	476	2,2	212,2	4,8%
	2009	471	2,6	179,0	-15,6%

Fonte: MDIC - Alice Web, (2010).

O preço médio das importações de máquinas, equipamentos materiais e suprimentos médicos e odontológicos somando os capítulos 9018, 9021, 9022, 9027 cresceram 4,1% em 2008 em relação a 2007, e no ano de 2009 em relação a 2008 apresentou queda de 10,7%.

O capítulo 9022 teve o maior incremento do preço médio em 2008 comparado a 2007- 19,3%. O preço médio declinou em 2009 8,8% em relação a 2008. O capítulo 9027 apresentou a maior queda dos preços médios em 2009, 15,6%.

Em 2008, a taxa de câmbio no Brasil sofreu algumas alterações no seu comportamento, tornando-se volátil, em razão da crise financeira nos Estados Unidos, iniciada em 2007, e que se manteve durante o ano de 2008. A partir de setembro de 2009, o dólar

6 NCM - Nomenclatura comum MERCOSUL.

se valorizou e, com isso, o incremento foi de 12% em relação ao mês anterior. Portanto, para um melhor entendimento do comportamento dos preços médios do setor será necessário um acompanhamento mensal dos preços médios com a taxa de câmbio, o que demonstra, de uma forma precisa, possíveis comportamentos. No gráfico abaixo, verificam-se os preços médios das importações do setor em relação ao dólar do período.

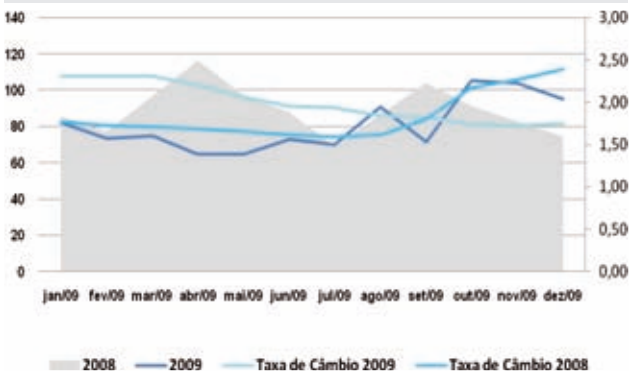


Gráfico 5: Preço médio mensal das importações em relação ao dólar
Fonte: Alice Web / BACEN.

O gráfico demonstra grande volatilidade nos preços médios de importação do setor em 2009. Em 2008 ficou aparente o pico de aumento no preço médio dos produtos importados.

4.4 O comportamento dos preços em relação ao IPCA

Os preços ao consumidor dos serviços prestados hospitalares em 2009 atingiram patamares menores do que os verificados em 2008. Em 2008, os preços pagos pelos consumidores se mantiveram maiores do que o índice de inflação IPCA. Os artigos ortopédicos em 2009 declinaram os preços em 0,80%, valores bem diferentes de 2008 que, no fechamento do ano, tiveram seus os preços aumentados em 8,4%. Os exames laboratoriais mostraram comportamentos divergentes. Enquanto em 2009 os preços cresceram 2,50%, em 2008 o aumento ficou em 1,10%. A hospitalização e cirurgia foram os que mais elevaram os preços em 2008, com 5,3%, mantendo-se próximo ao IPCA. Em 2009, o crescimento dos preços superou o IPCA com 6,4%, enquanto o IPCA fechava o ano com 4,3%. Os eletros diagnósticados em 2008 tiveram um incremento de 3,5% nos preços, em 2009, apenas de 0,50%. Em 2008, as radiografias apresentaram declínios no preço de 4% e 5,5% em 2009, foi a única categoria que teve quedas significantes nos preços. Na tabela e gráfico abaixo, verifica-se o índice de preços dos serviços de saúde em relação ao IPCA.

Tabela 4: Variação de preços ao consumidor no setor

Preços no IPCA	no Mês	Ac. no Período	Ac. No Ano
Variação(%)	dez/ nov2009	jan-dez 2009	jan-dez 2008
Artigos Ortopédicos	0,30%	-0,80%	8,40%
Exame de Laboratório	0,20%	2,50%	1,10%
Hospitalização e Cirurgia	0,20%	6,40%	5,30%
Eletro diagnóstico	0,20%	0,50%	3,50%
Radiografia	-0,20%	-5,50%	-4,00%
IPCA	0,40%	4,30%	5,90%
Taxa de Câmbio	-0,70%	-24%	34%

Fonte: IBGE – Banco Sidra/ BACEN (2010).

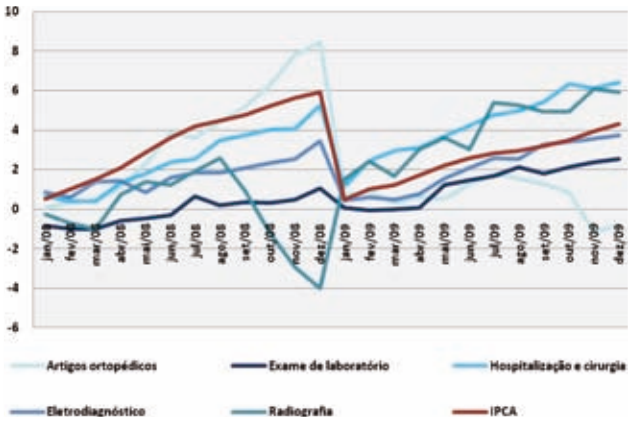


Gráfico 6: Comportamento dos índices de preço no acumulado do ano, mês a mês
Fonte: IBGE- Banco Sidra (2010).

5 Produção e o comércio de máquinas, equipamentos, materiais e suprimentos médicos e odontológicos

A produção de equipamentos médicos no Brasil em 2008 totalizou, em valores absolutos, R$ 4,9 bilhões e cresceu 14% em relação a 2007. O comércio varejista, em valores absolutos, cresceu 12% em 2008 em relação ao ano anterior, fechando o ano com R$ 38,7 bilhões. Segundo o índice de produção física do IBGE PIM-PF, a produção teve queda de 11% em 2009 em relação a 2008 e também apresentou declínio de 0,15% em relação ao mês anterior. As vendas do comércio varejista cresceram 6,2% no ano 2009 em relação a 2008, e no mês de dezembro em relação ao mês anterior registraram um aumento de 4,85%.

Os gráficos abaixo demonstram o comportamento da produção e do comércio de equipamentos médicos e odontológicos mensalmente em relação ao ano anterior.

Tabela 5: A produção e o comércio de equipamentos, materiais e suprimentos médicos e hospitalares

Variação (%)	Mês	Período 12 meses
Produção (IBGE) até out09	Dez/Nov 09	Jan-Dez 2009
1. Produção na Ind. Equips Instr. Méd-Hosp, Ópticos	-0,15%	-11,5%
Vendas (IBGE) até out09	Dez/Nov 09	Jan-Dez 2009
2. Vendas no Com. Varej. Arts Farmacêuticos, Médicos e Ortopédicos	4,85%	6,2%

Fonte: IBGE – PIM-PF.

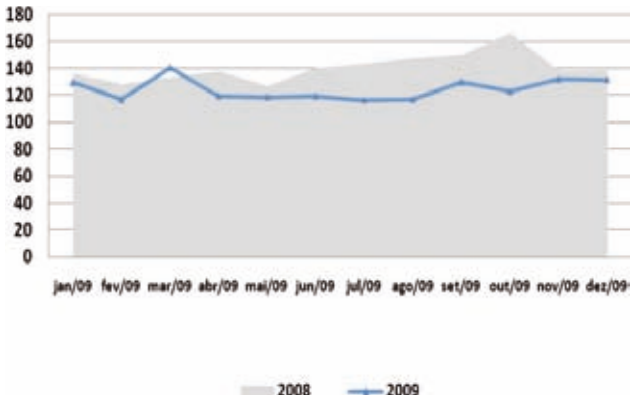


Gráfico 7: A produção física industrial – (Número índice)
Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100).
Fonte: IBGE – PIM-PF.

O ramo industrial do setor apresentou declínio de 4,9% em dezembro de 2009 em comparação a dezembro de 2008. A produção mensal de 2009 foi visivelmente menor que em 2008, conforme o gráfico acima. Segundo a ABIMO, a instabilidade econômica do setor produtivo em 2009 é reflexo da falta de crédito enfrentada pelas empresas do setor com os cortes de gastos.

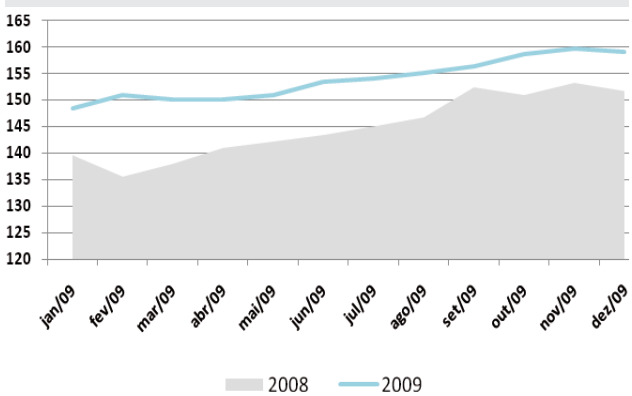


Gráfico 8: Índice de volume de vendas no comercio varejista
Fonte: IBGE – PIM-PF.

As vendas do setor demonstram cenário diferente da produção, tanto em 2008 quanto em 2009, tanto que se nota o crescimento das atividades comerciais. No mês de dezembro de 2009 as vendas cresceram 5% em relação a dezembro de 2008, e em dezembro de 2009, na comparação com o mês anterior, caíram 0,36%. O aumento nas vendas com a queda na produção é resultado do incremento de importações no setor, em que as vendas do setor distribuem os produtos importados ao varejo não só os produzidos internamente. Segundo a Abimed, esse viés de alta do setor é confirmado pela crescente geração de empregos. De acordo com a Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Sistema de Contas Nacionais 2000-2005 no IBGE., as atividades relacionadas à saúde representaram 5,3% do PIB em 2005, a fabricação de equipamentos médicos e odontológicos, 0,2% e o comércio, 0,6% do total de atividades.

5.1 O Desempenho do comércio internacional brasileiro do setor de máquinas, equipamentos e suplementos médicos e odontológicos

Em 2009, o setor de máquinas, equipamentos, materiais e suprimentos médicos e odontológicos importaram US$ 2.014 milhões e exportaram apenas US$ 270, totalizando um déficit na balança comercial de US$ 1.744 milhões. As importações do setor cresceram 2% em relação ao ano anterior. A importação de aparelhos médicos cirúrgicos cresceu 2% em relação a 2008 e 14,9% em dezembro em relação ao mês anterior. Já as importações de artigos, aparelhos ortopédicos e próteses teve saldo negativo de 19,7% em dezembro na comparação com o mês anterior e no acumulado do ano em relação ao ano anterior cresceu 9%%. Os aparelhos de raios-X e radiação totalizaram resultados negativos tanto no acumulado no ano, em 6%, quanto no mês de dezembro em relação a novembro, 6,9%. Os aparelhos e instrumentos para análise, físicos e químicos tiveram saldo negativo em 2009 de 0,8% em relação a 2008, e no mês de dezembro declinou 7,7% em relação ao mês anterior. Em 2009, o setor importou US$ 826 milhões em aparelhos médicos e cirúrgicos, representando 41% do total importado do setor. Os produtos que o setor mais importa no Brasil são os que detêm melhores tecnologias e mais valores agregados. Segundo ABDID, as taxas de câmbio favoráveis às importações têm favorecido o déficit na balança comercial do setor.

As exportações brasileiras do setor cresceram 9% em 2007 em relação a 2008, e em 2009 verificou-se que as exportações sofreram um declínio em razão dos custos altos de produção e das dificuldades em adquirir crédito das empresas.

As importações brasileiras totais do setor têm como origem principalmente os Estados Unidos, totalizando 36% do total importado em 2009, a Alemanha

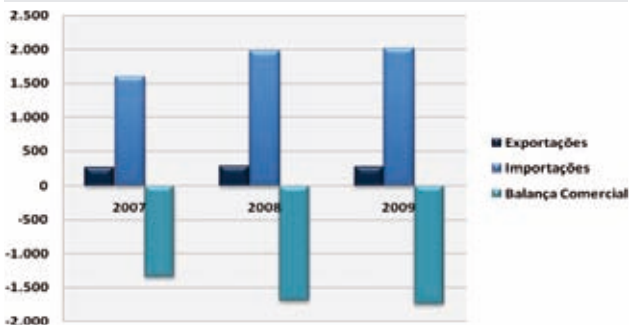


Gráfico 9: Balança comercial do setor nos anos de 2007, 2008 e 2009
Fonte: MDIC - Alice Web, (2010).

detém de 14% dos produtos importados e o Japão, 9%, ambos em 2009. O gráfico abaixo demonstra a participação da origem das importações total do setor.

Gráfico 10: Origem das importações do setor
Fonte: MDIC - Alice Web, (2010).

A principal origem das importações do capítulo 9018 provém dos Estados Unidos com 37%, em segundo a Alemanha com 13% do total e a China com 10%, ambos em 2009. O capítulo 9021 tem sua principal origem em 2009 dos Estados Unidos, com 38% das importações total do setor, e 14% provindas da Suíça, a Alemanha importa para o Brasil 14% do total importado e 11% para a Irlanda. O Brasil importou do capítulo 9022, 28% dos Estados Unidos em 2009, 20% da Alemanha, 19% China e 13% do Japão. Esse capítulo é o que menor concentra suas importações no setor. Em 2009, o capítulo 9027 importou 38% do total das importações dos Estados Unidos, 17% proveram do Japão e 14% da Alemanha. Os Estados Unidos concentra as importações do Brasil no setor, portanto o Brasil possui dependência externa expressiva dos Estados Unidos.

Segundo a ABDI(2008), as importações provenientes da China têm caráter fortemente substituível na concorrência de eficiência produtiva, porém a indústria brasileira vem sendo penalizada pelas alterações cambiais, ou seja, a valorização do real tem consumido e ultrapassado benefícios setoriais.

6 Considerações finais

O setor de máquinas e equipamentos, materiais e suprimentos médicos e odontológicos opera em concorrência perfeita de mercado, portanto não existe poder de mercado no setor e também não existem barreiras de entradas e saídas de empresas. A mão de obra é muito bem remunerada e especializada em relação ao restante da indústria.

A ANVISA é o agente regulador do setor na compra e venda dos produtos em geral. Essa regulamentação dificulta a utilização inadequada e faz cumprir uma perfeita alocação de recursos. Porém o processo de regulamentação da ANVISA é demorado e com altos custos, o que afeta a competição setorial, e pode modificar a organização estrutural.

No Brasil, o setor é carente de produção interna e é fortemente dependente de importações que, em maior parte, proveem dos Estados Unidos. O que torna a taxa de câmbio fortemente importante para a precificação dos produtos. Nesse contexto, enquanto a produção interna declina, as vendas do setor crescem constantemente, ou seja, a demanda é constante e crescente dos produtos ofertados, demandas supridas, em maior parte, pelas importações. Os principais motivos para essa dependência externa de importações são a falta de tecnologia na produção brasileira e os altos custos envolvidos no processo produtivo.

Os produtos mais importados pelo setor são os que detêm alta tecnologia, e, óbvio, os que possuem maiores valores agregados. O atraso tecnológico no Brasil tem grande discrepância em relação aos países desenvolvidos como Estados Unidos, principal exportador para o Brasil, portanto o setor não consegue produzir em valores próximos aos importados. No entanto, os produtos provindos da China são possíveis de serem produzidos internamente com baixos custos. O que se faz necessário um investimento maciço em qualificação e inovação, variáveis que geram vantagens competitivas ao setor.

Os investimentos e a criação de um parque nacional para a produção de máquinas, equipamentos, suprimentos médicos e odontológicos é importante para o Brasil e, principalmente, para a saúde da população, porque além de melhorar a saúde brasileira, proporcionaria novos postos de trabalho. A produção interna poderia melhorar a distribuição dos produtos ofertados pelo setor ao longo do Brasil, e diminuir os custos, o que possibilitaria maior incremento da população a exames, radiografias, tomografia, entre outros. Outro fator positivo seria a melhora na eficiência médica e declínio nos custos de cirurgias e implantes. O investimento na economia real, ou seja, no setor industrial é fundamental para o crescimento do país.

Referência

ABDI. Estudo prospectivo da indústria de equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos. Série Caderno da Indústria ABDI., V. VIII, Brasília, 2008.

ABDI. Boletim de conjuntura industrial, Campinas – SP: UNICAMP, 2009.

ANVISA, Manual de regularização de equipamentos médicos na versão 05, Brasília: ANVISA, 2009.

BRASIL. Alice Web - Disponível em: http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/. Acesso em: 10 abr 2010.

BRASIL. Rais/CAGED - Relação Anual de informações Sociais (2009). Brasília: Ministério do trabalho. (2009)

IBGE – Banco Sidra. Disponível em: HTTP://www.sidra.ibge.gov.br/. Acesso em 15 mai. 2010.

Brasil. Saúde business Web - Disponível em: http://www.saudebusinessweb.com.br/noticias/index.asp?cod=52191 Acesso em: 14 mai. 2010.

FURTADO, J.; SOUZA. A indústria de equipamentos médico-hospitalares, elementos para uma caracterização da sua dimensão internacional, Campinas-SP, UNICAMP 2001.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L, org. Economia industrial, fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

SCHERER, F.; ROSS, D. Industrial market structure and economic performance. Boston: Houghton Mifflin, 1990.

VALADARES, O. Oficina sobre programa nacional para qualificação, produção e inovação no complexo industrial da saúde, com ênfase em equipamentos e materiais de uso em saúde, São Paulo: Secretaria de ciência e tecnologia, 2007.

WORKSHOP DE AVALIAÇÃO SETORIAL DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO. São Paulo: FIESP, 2009.

GESTÃO DA DEMANDA DE SERVIÇOS DE SAÚDE – VISÃO ESTRATÉGIA NA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE

MANAGEMENT OF DEMAND FOR HEALTH SERVICE – STRATEGIC VISION TO USE THE SYSTEM OF HEALTH

Sonia Francisca Monken de Assis
Doutora Saúde Pública – Uninove
soniamonken@uninove.br

Resumo

O conhecimento do padrão de utilização dos serviços de saúde contribui para a adoção de medidas estratégicas de gestão de serviços e de ações de Saúde específicas para grupos, de acordo com seus perfis e necessidades. Dessa maneira, pode-se afirmar que é possível atender um público-alvo particular em suas necessidades específicas. Nesse estudo buscou-se avaliar a Propensão à Utilização Social do Sistema de Saúde, por meio da escala – EPSSS, e o perfil das usuárias, sendo avaliado a partir das variáveis, idade, escolaridade, situação familiar e ocupação. Elegeu-se a população feminina, pois mulheres buscam mais serviços para realização de exames de rotina e prevenção, bem como retornam com mais frequência do que os homens que utilizam regularmente um mesmo serviço de saúde (PINHEIRO e col. 2002). Foi desenvolvida uma pesquisa com delineamento básico, transversal, exploratória e descritiva , optou-se por desenvolver uma abordagem quantitativa-qualitativa. O estudo mostrou, além dos aspectos de gestão da demanda, que o SUS tem responsabilidades quanto a sua estratégia de implementação, relacionadas ao perfil das usuárias, e estratégia de serviços impactando o sistema.

Palavras-chave: Assistência Médica. Estratégia. Gestão da Demanda. Serviços.

Abstract

Knowing the pattern of use of health services contributes to the adoption of strategic management services and health actions for specific groups according to their profiles and needs. Thus, one can say that it is possible to meet a particular target audience on their specific needs. In this study sought to evaluate the Propensity to Use Social Health System, through the scale – EPSSS and the profile of users, and evaluated based on the variables, age, education, family status and occupation. Elected to the female population, as more women seek services for routine examinations and prevention, and return more often than men who regularly use the same health service (Pinheiro et al. 2002). A search was performed with basic design, transversal, descriptive and exploratory, we chose to develop a quantitative and qualitative. The study showed, besides the aspects of demand management, which the NHS has responsibilities for its implementation strategy, related to the profile of users and services strategy impacting the system.

Key Words: Healthcare. Management of demand. Services. Strategy.

1 Introdução

O setor da saúde procura avançar em relação aos demais setores da economia, mesmo que ainda em passos modestos, no que diz respeito às pesquisas e ações mercadológicas de utilização de serviços, considerando que devam atender às demandas populacionais, advindas das interações sociais e culturais e suas predisposições para o uso (McCRACKEN, 1998). O conhecimento do padrão de utilização dos serviços de saúde contribui para a adoção de medidas estratégicas envolvendo custos, e de ações de saúde específicas para grupos, de acordo com seus perfis e necessidades. Pesquisadores têm reconhecido a grande importância da tecnologia na prestação dos serviços, (BITNER, BROWN, e MEUTER 2000; PARASURAMAN, 1996), e a importância da interação interpessoal nessa atividade. Na Saúde, estudos costumam ser dirigidos para a definição de variáveis associadas à mensuração da utilização, seja sob o enfoque da acessibilidade (envolvendo a disponibilidade, estruturação e financiamento) (WENNBERG 1985;), seja sob o enfoque da demanda (envolvendo características individuais de comportamentos, percepções da doença, suas expectativas em relação aos serviços prestados) TRAVASSOS e col. 2000, TANAKA e ROSEMBURG, 1990).

Em vista do exposto, definiu-se para esse estudo o seguinte problema de pesquisa: o perfil socioeconômico e cultural das usuárias do sistema de saúde é fator determinante da propensão da utilização do serviço de saúde ?

Nesse estudo, a análise da propensão à utilização social do sistema de saúde será conferida por meio da aplicabilidade de uma escala Escala de Propensão ao Uso Social do Sistema de Saúde(EPSSS), enquanto o perfil das usuárias será avaliado tendo como base as seguintes variáveis: idade, escolaridade, situação familiar e ocupação.

Como foco dessa pesquisa, elegeu-se a população feminina, uma vez que estudos realizados com base na Pesquisa Nacional Amostra de Domicílios (PNAD/98) demonstram que mulheres buscam mais serviços para realização de exames de rotina e prevenção, bem como retornam com mais frequência do que os homens que utilizam regularmente um mesmo serviço de saúde (PINHEIRO e col. 2002).

2 Revisão da literatura

2.1 A estratégia e o Sistema Único de Saúde

O pensar estratégico refere-se aos planos da alta administração para alcançar resultados concernentes com a missão e com os objetivos gerais de uma organização (WRIGTH e col. 2000). Para isso, três pontos importantes devem ser considerados: a formulação, a implementação e, por fim, o controle estratégico, ou seja, promover ajustes necessários a fim de assegurar que os resultados da estratégia sejam alcançados (WRIGTH e col. 2000). Sob a ótica da administração estratégica, além desses pontos, há a preocupação com os estágios iniciais de determinação da missão, dos objetivos e valores da instituição nos contextos de seus ambientes externos (Sociedade) e internos (Ambiente Organizacional). Como consequência, a estratégia evolui para um pensar que visa atingir uma posição, a definição de localização de determinados serviços no mercado; uma perspectiva, ou seja, uma maneira fundamental de uma organização atuar. O pensar estratégico está vinculado ao conhecimento do passado e seu relacionamento com o presente para poder identificar e explicar as alterações ocorridas, estimando seu impacto nos panoramas futuros, tornando-se ferramenta que oferece importante ajuda para lidar com a turbulência enfrentada pelas instituições, em todos os setores da sociedade, inclusive o sistema de saúde que não é imune a essas turbulências.. (OPS/OMS, 1992, WRIGHTe col. 2000)

A estratégia merece assim, a atenção como uma ferramenta de gestão, nas distintas esferas de atenção ao usuário, relacionando problemas e necessidades de Saúde nas comunidades, descobrindo oportunidades para introdução de inovações e transformação dos sistemas (OPS/OMS,1992). A questão de estratégia focada nos recursos, cria diferencial na sua gestão

3 Gestão da Saúde

O setor de saúde brasileiro permanece complexo, carente de especialistas para desenvolver mecanismos de gestão adequados ao atendimento e, sobretudo, que atendam aos princípios delineados pelo sistema de saúde brasileiro, tanto privado quanto público, especificamente, o Sistema Único de Saúde (SUS), panorama dessa tese.

Os municípios tornaram-se novos e importantes atores, desenvolvendo modelos de gestão compatíveis com suas responsabilidades. São condições fundamentais para melhorar o acesso dos usuários e incorporá-lo nos níveis decisórios da gestão do Sistema: a) a aproximação com a população, b) a capacidade de dimensionar a demanda real, c) a aplicação dos recursos dirigidos às áreas prioritárias. Sendo assim, o acesso e a descentralização são utilizados como categorias para construção da estratégia de prestação de serviços de saúde sob duas dimensões: a social e a política.

2.2 Gestão de pacotes de serviços

2.2.1 Características

Na área de Saúde, as necessidades dos usuários são tradicionalmente vistas como limitadas aos cuidados médicos (DUNLAP, 1986). Os prestadores de serviços

de saúde criam produtos para satisfazer essas necessidades. Tais produtos — na maioria dos casos, serviços específicos — incluem o conhecimento e a capacidade técnica do prestador, bem como a capacidade tecnológica da instituição na qual opera o prestador.

Segundo Flexner e Berkowitz (1979), os profissionais de Saúde têm sua ótica voltada às características técnicas. Os usuários, por outro lado, usam, com frequência, critérios bastante diferentes quando avaliam serviços de saúde (FLEXNER; BERKOWITZ, 1979), dando maior ênfase aos componentes não técnicos da prestação de serviços, do quais esperam obter valores ou benefícios. Entre os benefícios que os usuários desejam ou esperam de uma instalação médica estão: aparência agradável, conforto físico, oportunidade de comunicação efetiva com a equipe, facilidade na obtenção de serviços e acolhimento, entendido este como a atenção dos profissionais e do local.

Por conseguinte, deve-se dar prioridade, no planejamento, à identificação dos benefícios que mais influenciam os usuários na decisão de usar ou não serviços de saúde e onde os obter. No entanto, por outro lado, torna-se imperioso o conhecimento das variáveis que compõe esse serviço, iniciando-se por seu aspecto conceitual.

Na concepção de Lovelock e Wright (2001, p. 5), duas definições fazem-se necessárias para se retratar a essência dos serviços:

"Serviço é um ato ou desempenho oferecido por uma parte à outra. Embora o processo possa estar ligado a um produto físico, o desempenho é essencialmente intangível e normalmente não resulta em propriedade de nenhum dos fatores de produção";

"Serviços são atividades econômicas que criam valor e fornecem benefícios para usuários em tempos e lugares específicos, como decorrência da realização de uma mudança desejada no – ou em nome – do destinatário do serviço". **(**LOVELOCK e WRIGHT, 2001, p. 5)

A literatura sobre o tema deixa claro que, muito embora os serviços possam estar associados a um bem, características discutidas por pesquisadores o diferenciam dos produtos tangíveis. As características mais analisadas para diferenciá-los de bens físicos foram: intangibilidade, heterogeneidade, perecibilidade do resultado e simultaneidade de produção e consumo (SASSER e col. 1978).

Recentemente autores destacam mais do que quatro aspectos que diferenciam as atividades envolvidas nos dois contextos. Lovelock e Wright (2001) discutem os critérios de propriedade do serviço, sobre o envolvimento e a participação do usuário na prestação dos serviços, ao contrário do que ocorre com o produto, ausência de estoque e difícil avaliação pelos usuários de determinados serviços.

Uma alta interação entre o usuário e o prestador de serviços é necessária quando o serviço é personalizado em vez de padronizado.

É importante ressaltar, entretanto, que a interação resultante de alta personalização cria problemas potenciais para o gerenciamento do processo de atendimento.

2.3 Acessibilidade e a oferta de serviços

Para se entender os mecanismos de ajuste da capacidade produtiva, devem ser avaliados os elementos que a compõem na organização de serviços.

A estratégia de acompanhamento da demanda, (FITZSIMMONS; FITZSIMMONS, 2001);(SASSER e col , 1978) pode ser um instrumento para ajustar a capacidade para atender o nível de demanda, a qualquer momento dado, de várias maneiras: programar interrupções durante períodos de demanda baixa; utilizar funcionários extras em período de maior demanda; alugar ou compartilhar instalações e equipamentos extras, para se limitar o investimento em ativos fixos; fazer treinamentos cruzados de funcionários, resultando em maior versatilidade da equipe que poderá desempenhar funções não usuais para cobrir situações de pico de demanda.

Quanto ao controle de variação na demanda, é preciso, primeiramente, identificar os fatores subjacentes ao ciclo da demanda, que pode ser definido como um período de tempo durante em que o nível de demanda para um serviço crescerá e decrescerá de um modo até certo ponto previsível antes de se repetir (LOVELOCK e WRIGHT 2001).

Quando se analisa a relação oferta-demanda nos serviços de saúde, deve-se considerar a conjugação de variáveis sociais individuais e culturais presentes na comunidade (ALMEIDA e CASTRO, 2002) Grandes variações de demanda têm sido documentadas em diversas áreas geográficas. Segundo esses autores, essa variabilidade pode ser explicada, em parte, pelo grau de incerteza da prática clínica que não envolvem apenas as características da saúde do usuário, mas também a possibilidade de uso inadequado dos recursos disponíveis por todos os atores do processo.

Segundo Anderson, 1994, três dimensões estão envolvidas no componente da demanda, a partir da ótica da utilização dos serviços.

Capacidade do usuário de procurar e receber serviços. Nessa dimensão são alocadas as variáveis de proximidade, disponibilidade, renda e quantidade de serviços ofertados.

Necessidade do usuário. Trata-se da percepção do usuário a respeito de seu estado de saúde.

Predisposição do usuário. Referem-se as características individuais (sócio-demográficas e familiares- idade, sexo, grau de escolaridade e raça).

Esse modelo aponta para ajustes gerenciais na relação oferta-demanda com base no perfil dos usuários, nas características intrínsecas isoladas e no seu inter-relacionamento com o conjunto das dimensões. Esse trabalho está voltado a estudar as 3 dimensões, em usuárias de uma Unidade Básica de Saúde e sua relação com a demanda.

3 Objetivos

3.1 Geral

Estudar a demanda feminina da UBS- Residencial União, em São José do Campos, sob a estratégia do Sistema Único de Saúde.

3.2 Específicos

- Contextualizar a estratégia mercadológica do Sistema Único de Saúde;
- Identificar fatores de utilização do serviço médico por mulheres adultas usuárias do serviço;
- Determinar graus de correlação das SECs na propensão ao uso do SUS entre mulheres usuárias da UBS – Residencial União e São José dos Campo;
- Avaliar o efeito de características da SEC sobre os valores observados da EPSSS.

4 Método e casuística

4.1 Problema de pesquisa

Seriam as características socioeconômicas e culturais (Secs) das usuárias do Sistema de Saúde, sob a ótica gestão de serviços, fatores determinantes da utilização do Sistema de Saúde?

4.2 Tipo de pesquisa

Pesquisa com delineamento básico, transversal, incorporando duas óticas da pesquisa social: a exploratória e a descritiva.

4.3 Método de pesquisa

Para abarcar o desenho adotado nesse estudo, optou-se por desenvolver uma abordagem quantitativa-qualitativa.

O método quantitativo foi empregado, inicialmente, na realização do censo das mulheres atendidas na UBS no ano de 2009 (30487 usuárias), caracterizando por meio do código de identificação (ID) do Cartão de Saúde (CS), as variáveis idade, situação familiar, local de nascimento e frequência de utilização do serviço. Com base nos dados do censo, elegeu-se uma amostra das mulheres que mais utilizaram o serviço da Unidade Básica de Saúde UBS no ano de 2009, considerando-se "maior frequência", a ultrapassagem da média de consultas per capita no ano para a UBS, acrescida de dois desvios-padrão.

O método qualitativo, foi adotado para o levantamento dos aspectos relativos aos fatores de maior utilização dos serviços da UBS em depoimento espontâneo das usuárias (LEFEVRE; LEFÈVRE, 2003), na análise da utilização dos serviços de saúde, por meio da aplicabilidade da Escala do Uso Social dos Serviços de Saúde.

4.4. Pesquisa quantitativa

Os estudos foram realizados com base nos bancos de dados, disponibilizados por meio de autorização oficial de órgão público e por aquele formado pelo cadastro de dados do Cartão de Saúde (CNS) – Cartão SUS. O tratamento dos dados censitários foi procedido por empresa especializada na cidade de São Paulo.

4.5 População-alvo

Considerou-se como maiores usuárias aquelas, cuja frequência de utilização ultrapassou a média de consultas *per capita* de 1,91 no ano 2009 para a UBS acrescido de dois desvios-padrão (5,82), assim, foram consideradas das 30.478 usuárias (distintos números de ID) apenas aquelas que utilizaram o serviço mais de 7,73 vezes, isto é, 8 ou mais vezes no período, dando origem a uma população alvo com 744 das 30184 usuárias do serviço (2,46%).

4.6 Amostra

Foram definidas 2 amostras para a realização da pesquisa. A primeira, formada por 41 mulheres caracterizadas como maiores usuárias e que foram selecionadas tomando-se como critério, a oportunidade das datas de atendimento pré- agendadas pelo setor responsável na UBS. Tal amostra, classificada como não probabilística, que consta na parte qualitativa do estudo para identificar os motivos que levaram as usuárias da UBS, a utilizar o serviço feminino de atendimento. A construção dessa amostra foi baseada no princípio da seleção natural aplicada a amostragem (STEVENSON, 1986), isto é, foram consideradas as usuárias disponíveis nos dias e horários fixados para a coleta. Minayo (1999) observa que esse procedimento é usual em pesquisas sociais e na área de Saúde.

Quanto a representatividade da amostra, vale observar que os critérios clássicos de seleção do "n" em geral, exigem o nível de confiança, o erro amostral e uma estimativa de dispersão da variável que se deseja estimar (BERQUÓ e col. 1981) Nessa pesquisa, diversas variáveis foram estimadas, o que deu origem a um "n" (n=no.de usuárias), próximo da população, optando-se pela adoção do critério de amostra mínima (STEVENSON,1986) a saber 5% da população-alvo,

observando-se que o percentual ultrapassou a marca de 30 usuárias e o processo de seleção foi casual. A amostra de 100 usuárias correspondeu a 13,4% da população.

Os pré-testes foram realizados entre usuárias do UBS com o roteiro de entrevista, Como parte das preocupações com as informações, analisou-se também os relatórios de consistência do banco de dados CS a fim de verificar a adequação desses instrumentos de coleta de dados e, evidenciar possíveis erros permitindo que fossem feitas reformulações e adequações (MINAYO, 1999; BERQUÓ, 1981)

Por fim, decidiu-se aplicar a pesquisa durante os horários das atividades de rotina da UBS tanto no período da manhã quanto da tarde. A cada período foram entrevistadas 10 usuárias, selecionadas por conveniência, entre as que aguardavam na sala de espera, aquelas que, no momento, ofereciam maior disponibilidade de tempo.

4.7 Coleta de dados

Na parte quantitativa, os dados sócio-demográficos (idade, escolaridade, situação familiar e ocupação) foram extraídos diretamente da base de dados do Cartão Nacional de Saúde CNS.

Com base nas experiências de Lefevre e Lefevre (2003) foi adotado um roteiro de entrevista contendo as questões , a saber:

1ª. Questão – "a sra. esteve aqui na UBS dia (data da última consulta) para quê? qual o problema ?.

2ª. questão – "a sra. costuma frequentar bastante a UBS não é? porquê? apesar… não resolveu problema" e

3ª. questão – "agora eu vou falar uma coisa… tem gente que achava melhor não ter que vir freq**u**entemente na UBS. fale-me sobre isto."

5 Resultados e discussão

As análises dos dados e informações coletadas desenvolveram-se sob duas óticas complementares:

Quantitativa, na caracterização das usuárias da UBS por meio da análise descritiva do Banco de Dados formado pelos dados do CNS, com relação às variáveis SEC e,

qualitativa, na análise do DSC, das usuárias da mesma UBS, na análise da utilização dos serviços de saúde por meio da aplicabilidade da Escala do Uso Social dos Serviços de Saúde

5.1 Análise qualitativa

Discurso do sujeito coletivo das ideias centrais

Cabe a gestão estratégica de serviços, o entendimento de que a utilização dos serviços de saúde é determinada pela interação entre os consumidores e as fontes ou prestadores dos serviços médicos-hospitalares num ambiente social e organizacional. Os fatores relacionados com o consumidor incluem seu comprometimento com a Saúde e/ou necessidade de tratamento, grau de morbidade, sintomas percebidos de doença, grau de limitação crônica de atividade, dias de incapacidade e diagnóstico. Os fatores sociopsicológicos dizem respeito à percepção da doença, as atitudes e opiniões sobre serviços de saúde, médicos e doença. própria população aprendeu a diagnosticar-se e a reconhecer que as emoções O autocuidado, passa pela percepção do binômio doença-Saúde que se forma a partir dos mecanismos sociológicos de desempenho de papéis sociais seja no tocante ao desempenho do trabalho dentro da própria casa seja no desempenho de atividades de trabalho.

A tangibilidade das ações que compõe o pacote de serviços deverá ser utilizada pelo gestor do SUS, na avaliação sobre a maneira pela qual o processo de prestação de serviços será desenvolvido e sobre as melhorias cabíveis para o melhor atendimento. Essa tangilibidade está ligada à adequação do horário de atendimento, tendo-se em vista que na modalidade de prestação de serviços de saúde, é necessário que haja o deslocamento do usuário até o local da prestação de serviços ou o contrário, diferentemente da categoria de prestação de serviços, em que a ação tangível é sobre a propriedade ou intelecto do usuário, por meio de meios eletrônicos, por exemplo, Internet. Takeuchi e Quelch (1983 p. 140) salientam que as instituições devem estar seguras de que estão oferecendo os benefícios que os usuários procuram. Nesse contexto, qualidade deveria estar principalmente focalizada e orientada para os usuários e não para a produção, concorrência e tecnologia. Em seus programas de desenvolvimento de qualidade, torna-se premente considerar de que modo os usuários definem qualidade e por que estariam exigindo um nível mais elevado de qualidade do que no passado. Como são os usuários que fazem o julgamento final da qualidade, as respostas a essas indagações constituem importante fonte de informações para a elaboração de programas eficazes de qualidade. Os autores acrescentam que a obtenção dessas informações é uma tarefa complexa, pois os usuários têm dificuldades e nem sempre conseguem articular seus requisitos de qualidade, por isso, frequentemente falam em generalidades. Além disso, as suas prioridades e percepções também mudam ao longo do tempo.

Taguch e Clausing (1990) defendem a proposta da qualidade robusta, na qual o funcionamento de um produto ou serviço deve ser adequado, mesmo em condições adversas. A ideia básica é que a prova da qualidade de um produto ou serviço está no seu bom desempenho sob condições desfavoráveis. Nessa ótica, ressalta-se a necessidade dos gestores do SUS, visualizarem as condições desfavoráveis do sistema e terem a

consciência de que o usuário não é agente de situações caóticas ou política e financeiramente desfavoráveis ao sistema, ao contrário é sujeito da atenção de Saúde que lhe é assegurada como cidadão.

As mulheres apresentaram mais frequentemente doenças de tireoide ou vesícula, enxaquecas, problemas habitualmente de baixo comprometimento de risco de vida, entretanto produzem grandes demandas aos serviços de saúde. As pressões sociais e familiares que sofrem as mulheres levam-nas ao nível de grupo de risco nas situações de obesidade, stress e infelicidade (PINHEIRO, VIACAVA, TRAVASSOS E BRITO, 2002). Ao lado dessa questão, ressalta-se a violência contra mulher, que provoca impactos na sua saúde e qualidade de vida. A violência conjugal e o estupro têm sido associados aos maiores índices de suicídio, abuso de drogas e álcool, queixas vagas, cefaleia, distúrbios gastrointestinais e sofrimento psíquico em geral, acrescentam os autores, incrementando o uso dos serviços de saúde, especificamente os ambulatoriais. Entretanto, a violência feminina, ainda não é reconhecida nos diagnósticos realizados nos serviços de saúde até pela própria dificuldade de abordagem, as consequências da situação de violência para os serviços de saúde são significativas. A violência resulta em sofrimentos permanentes e cronificados, aumentando, sobremaneira, a demanda pelos serviços de saúde. (SCHRAIBER e col. 1999).

A questão do relacionamento da instituição e o seu ambiente externo, na detecção dos processos sociais que permeiam sua comunidade, adquire importância no sistema de saúde quando passa pela discussão da estratégia de serviços. As regras de tomada de decisão para orientação do comportamento da instituição no sistema organizacional, são explicitadas pelos padrões utilizados para medir o desempenho da instituição em um determinado período, ou seja, as metas a serem atingidas, tidas como os padrões quantitativos, e os objetivos como padrões qualitativos (AFFONSO e col. 1996). Além dessas regras, devem ser também consideradas as que envolvem o desenvolvimento da relação da instituição com seu ambiente externo, ou seja, o tipo de atenção primária que a instituição desenvolverá para qual público-alvo que terá a prioridade de atenção específica, e como a instituição conquistará posição de importância na comunidade inserida, em relação aos recursos aplicados, a empatia com os problemas inerentes a essa comunidade e aos resultados obtidos. A esse conjunto de regras pode-se chamar de estratégia instituição, que envolve também as regras para a implementação das relações e dos processos internos da instituição, além das regras de políticas institucionais que ditam como a instituição vai conduzir suas atividades no dia a dia. A proximidade do usuário com a UBS deve ser explorada no sentido de detecção e ajuste das características dos serviços às necessidades do cliente. A perecibilidade representa uma questão fundamental no planejamento da entrega do serviço e na administração da flutuação da demanda. O usuário é o elemento-chave para o sucesso de um serviço, em razão principalmente do seu envolvimento no processo. O bom relacionamento com o usuário deve ser monitorado, visando uma vantagem competitiva na comunidade. Da mesma forma que a satisfação do usuário não provém de um fato isolado, a decisão de um usuário ficar ou desertar é resultado de muitos pequenos encontros com uma instituição. Cientes desse fato, as instituições devem adotar estratégias distintivas de serviços para garantir que eventos anormais sejam percebidos como extraordinários e que experiências mal-sucedidas sejam ofuscadas por vários momentos de satisfação (STEWART, 1997).

Ao visualizar os usuários como relacionamentos, em vez de atendimentos e número de demanda, os administradores poderão calcular o valor líquido do usuário ao longo do tempo. A preservação dos usuários na instituição resulta em um volume maior de adesão a programas de Saúde, em consequência de referências, custos operacionais mais baixos (por exemplo, não é necessário dar orientações sobre o programa para pessoas que já são usuários e estão fidelizadas), oportunidade de melhoria na operação do serviço, de acordo com a evolução das necessidades dos usuários. Por outro lado, usuários perdidos podem exercer uma influência negativa aos demais membros da comunidade. Para tentar reduzir as perdas futuras de usuários, as instituições devem utilizar as perdas já ocorridas como uma fonte de informações para se conhecer os motivos causadores da evasão de usuários, que poderão servir de alerta na tentativa de preservação do usuário atual. Os depoimentos obtidos dos usuários perdidos costumam oferecer informações objetivas e específicas que traduzem experiências concretas que tiveram com o serviço focalizado.

Para a realização de serviços, muitas instituições envolvem múltiplas ações sequencialmente. A capacidade de satisfação da demanda, nesse caso, é limitada pelo número de instalações físicas, equipamento, pessoal e pelo número e sequência dos serviços prestados. Em uma operação de serviços bem administrada, deve haver equilíbrio entre a capacidade de instalação, equipamento de apoio e pessoal de atendimento.

A utilização do serviço de saúde, pode estar condicionada a fatores como disponibilidade, tipo, quantidade de recursos, localização e qualidade percebida do serviço, esses aspectos de oferta influenciam o nível de consumo dos usuários. (PINHEIRO e col. 2002), da mesma forma que a padronização de condutas garantem a satisfação do usuário com a resolutividade de suas queixas. Tais iniciativas são esforços associados à maneira como o serviço é gerido

na sua totalidade. A gestão de serviços é uma abordagem gerencial na qual os procedimentos de gerência são voltados para as características dos serviços e uma abordagem orientada para a comunidade. Nesses casos, se tem o enfoque de compreender a utilidade que os usuários recebem com o consumo ou uso das ofertas da organização e como os serviços, por si sós ou junto com os bem físicos ou outros tipos de recursos tangíveis, contribuem para a utilidade – ou seja, compreender como a qualidade total é percebida nos relacionamentos com o usuário – e como ela muda ao longo do tempo. Nesse contexto, compreender como a organização (pessoal, tecnologia e recursos físicos, sistemas e usuários) será capaz de produzir e entregar essa utilidade ou qualidade; como a organização deve ser desenvolvida e gerenciada, de forma que a utilidade ou qualidade pretendida seja alcançada (GRÖNROOS, 1995) fazer com que o Sistema de Saúde funcione de forma que essa utilidade ou qualidade seja alcançada e os objetivos do SUS, dos usuários, dos trabalhadores da Saúde e da Sociedade sejam atendidos. No setor de saúde, a garantia de um serviço, entendendo-se como "[…] uma promessa de que em caso de a entrega do serviço não conseguir atender padrões predefinidos, o usuário tem direito a uma ou mais formas de compensação" (LOVELOCK; WRIGHT, 2001 p. 173), torna-se prejudicada na medida em que prestadores de serviços argumentarem que, por definição, não se pode garantir nenhum serviço, em razão do envolvimento de seres humanos no seu fornecimento e à simultaneidade da produção e consumo, entretanto não se pode negar a um usuário a garantia de sua satisfação. Mesmo que a garantia envolva custos, há também custos decorrentes de serviços mal realizados, tais como custos de falhas, podendo gerar a perda de credibilidade do sistema em relação aos usuários insatisfeitos.

Os serviços, destacadamente de Saúde, têm um caráter de continuidade de relacionamento, ao contrário da produção de bens. A perecibilidade remete à questão da intangibilidade e inseparabilidade que são de simples definição na produção de bens, em que o produto pode ser experimentado, antes mesmo da sua aquisição, pois a fonte produtora não agrega necessariamente seu aspecto emocional aos produtos. A variabilidade, referida acima, concorre para o aspecto do Sistema de Saúde que sofre a necessidade da produção para uma determinada massa de serviços que não podem ser produzidos em massa, acima do tempo normal de consumo, nem estocados para suprirem o mercado em momentos de pico de demanda, dessa forma a capacidade não utilizada é desperdiçada. As instituições devem se preparar para suprir acúmulos de demanda, mesmo que atuem com capacidade ociosa em certos períodos.

Os tempos de entrega de um serviço têm sido um dos principais aspectos considerados na classificação de um bom serviço. Os usuários têm se mostrado cada vez mais exigentes e sensíveis à variação do tempo. É preciso dedicar especial atenção ao cumprimento dos prazos, de maneira a não se ultrapassar o limite de tolerância dos usuários. Dada a diversidade dos canais de distribuição dos serviços, que podem ser eletrônicos ou físicos, a administração das pessoas que estão em contato com o usuário e o acompanhamento do desenvolvimento satisfatório das operações representa tarefas desafiantes para as instituições de serviços, de tal maneira que não importa o tipo de estrutura organizacional no setor de serviços, os problemas gerenciais são similares, no que diz respeito a processos.

O gasto potencial da ausência a procedimentos programados na Unidade Básica de Saúde sempre estará latente após o agendamento. As operações de serviço criam um estoque perecível que não pode ser armazenado para uso em uma data posterior. Inversamente, quando a demanda pelo serviço excede sua oferta, usuários são perdidos ou, ainda, podem ser obrigados a esperar na fila até que haja suficiente capacidade produtiva para seu atendimento.

É preciso definir alguns indicadores da capacidade de um serviço, tais como número de horas em que as instalações, a mão de obra e os equipamentos são utilizados produtivamente e a porcentagem de espaço disponível efetivamente empregada. Há alguma elasticidade na capacidade de um serviço absorver demanda extra. Com relação à mão de obra, momentos de pico de demanda podem requerer níveis elevados de eficiência viáveis em períodos curtos, mas com prejuízo da qualidade em longos períodos de aceleração do ritmo de trabalho. Para dilatar o nível de capacidade, há serviços que propiciam a utilização das instalações durante períodos mais longos.

Seja pela lacuna do atendimento focada na vertente da estruturação dos serviços e da visão desfocada do cidadão pela instituição, ou seja, pela sutileza, a relação médico-paciente, que muitas das vezes foge dos preceitos hipocráticos, o fato é que o "vazio" de resposta ao usuário, faz com que ele desenvolva uma procura para sanar seus desconfortos, gerando demand**a** no sistema de saúde. Por outro lado, a utilização desnecessária dos serviços é provocada pela baixa resolutividade no atendimento assistencial, o que as leva a peregrinações entre médicos e serviços.

5.2 Análise quantitativa

5.2.1 Confiabilidade

A confiabilidade da escala foi medida com base na metodologia utilizada por Stevenson (1986) que consiste na contabilização do alfa de Cronbach para os itens que compõem a escala para os escores dos domínios. Na análise dos resultados, utilizou-se o ponto de corte sugerido por Stevenson (.1986…), a saber, 0,50.

5.2.2 Análise descritiva das variáveis de identificação

Há na amostra predominância de usuárias com idade entre 25 e 49 anos com 56(56,0%) ocorrências. O valor médio das idades é de 42,18 (DP= 14,09), mediana de 43, moda de 57 e variação de 15 a 67 anos. O erro de amostragem com 95% de confiança foi de 2,86, o que permite estimar a idade das usuárias das UBSs Jardim Satélite como um valor entre 39,32 e 45,04 anos.

Entretanto, segundo dados do PNAD/98, as maiores usuárias de serviços de saúde são mulheres com idade acima de 65 anos.

O exame dos dados quanto a escolaridade para a amostra, revelou uma predominância de usuárias com, no máximo, ensino fundamental em 68% das ocorrências. Digno de nota que, na atual nomenclatura do MEC, o ensino fundamental incorpora os graus inferiores ao médio.

Chama a atenção que apenas 2,0% da demanda de usuárias possuem o grau superior completo, reforçando os achados do estudo no qual se evidencia que o atendimento ambulatorial do SUS, estaria voltado prioritariamente para a população de média e baixa renda. (PNAD 1998)

O exame dos dados evidencia, para a amostra, uma predominância de usuárias que vivem no mínimo com o companheiro e filhos (52,0%). Vale observar que um baixo percentual de usuárias (4%) vivem absolutamente sozinhas.

Tal fenômeno, merece destaque, pois pode estar relacionado ao de transição demográfica. O envelhecimento da população, verificado no Censo de 2000, mostra que a expectativa de vida, nas mulheres vêm avançando de maneira mais forte que dos homens. Para Aldright e col. ,essa maior longevidade não pode ser vista como vantagem para a mulher, pois acarreta desequilíbrios demográficos, com profundas consequências sociais e econômicas. Tal situação poderia estar adjacente à perspectiva de solidão domiciliar presente em 4% das usuárias. O modelo de expectativa do usuário , preconizado por Zeithaml e col. (1990), nos remete , aos serviços da UBS, voltados para a dimensão psicossocial.

O exame dos dados quanto a ocupação, para a amostra, há uma predominância de usuárias funcionárias de empresas privadas (50%) seguida por usuárias que não tem atividades funcionais (28%). Essa condição leva o gestor voltado para o cliente, a participar dos programas de medicina preventiva, desenvolvendo pacotes de serviços, que envolvam atividades recreativas, sociais e educacionais para esse grupo de usuárias e adequar as instalações da UBS, com recursos que propiciem a interação de atividades com os protocolos de rastreamento das situações de risco.

Evidencia-se uma predominância de usuárias com muito baixa propensão com 42 ocorrências. O valor médio do escore ficou em 40,31(DP= 16,972), mediana de 39,063, moda de 75 e variação de 11,5 a 75. O erro de amostragem com 95% de confiança foi de 1,697, o que permite estimar o escores para as usuárias da UBS como um valor entre 40,31 – 1,697 e 40,31 + 1,697.

5.2.3 Análise de regressão

O poder regressivo da equação de predição ajustada é dado pelo R-Square, que informa que cerca de 11,4% da variação total observada na EPSS é explicada pela variação observada nas variáveis independentes. O teste de Durbin-Watson sugere ausência de autocorrelação nos resíduos (DW= 2,116) e o teste F, preditividade do modelo para um nível de significância de 10% ($p = 0,073 < 0,10$).

Conforme fica sugerido na equação de previsão ajustada, os coeficientes das variáveis independentes indicam o efeito dessas variáveis sobre a variável dependente, isto é, sobre a EPSS. A coluna B emparelha tais efeitos com seus correspondentes p-values que avaliam sua significância estatística.

Em vista do exposto, os dados da tabela oferecem evidência estatística de que não constituem fatores determinantes para o escore EPSS, a idade ($p = 0,159$); a situação familiar ($p = 0,501$); a situação familiar restrita a presença ou ausência de laços familiares ($p = 0,571$); a situação ocupacional ativa ou inativa ($p = 0,609$) e a escolaridade ($p = 0,251$). De fato, o resultado somente evidencia um efeito positivo da situação familiar restrita a uma convivência solitária ou acompanhada de indivíduos sobre o EPSS ($p = 0,021$). Os dados sugerem que indivíduos que vivem sozinhos tendem a apresentar, em média, 32,528 pontos EPSS acima da pontuação EPSS obtida por indivíduos que vivem acompanhados. Bem como , dar a devida atenção aos elementos culturais e evolutivos das práticas sociais, efetivando uma relação social de troca – mercadológica .

6 Considerações finais

1. As usuárias mais jovens usam mais o sistema de saúde do que as mais idosas
2. A utilização não tem associação com o grau de escolaridade da usuária.
3. As usuárias que vivem só tendem a fazer maior uso do sistema de saúde
4. As usuárias com maior estrutura familiar tendem a fazer menor uso da UBS
5. A ocupação da mulher não mostrou correlação com o uso da UBS.

A estratégia de serviços, mostra sua importância na formação do gestor do Sistema de Saúde e do seu referencial teórico, na abordagem do SUS, para a compreensão das necessidades da sua demanda feminina. O planejamento das ações de Saúde, devem priorizar benefícios que atendam ao perfil de usuárias mulheres, dentro de um pacote de serviços, que contemple os aspectos emocionais, (intangibilidade), orgânicos (tangíveis) e associados de bens facilitadores (articulação da mulher em seu meio social), instalações de apoio (espaço de desenvolvimento e convivência da mulher), propiciando serviços explícitos de atenção à Saúde integral da mulher e serviços implícitos de bem-estar e segurança psicossocial.

Percebe-se que o SUS tem outras responsabilidades além dos cuidados de saúde da população, no tocante a sua estratégia de implementação que estão relacionadas no perfil das usuárias e poderá impactar no custo geral do sistema, recomendando-se novos estudos para reavaliar o impacto dos retorno ambulatoriais no custo total do Sistema Único de Saúde.

Referências

ALDRIGH, J.M.; BUCHALLA, C.M.; CARDOSO, M.R. Epidemiologia dos agravos à saúde da mulher. São Paulo: Atheneu, 2005

ALMEIDA, E.S.; CASTRO, C.G.J. Lisboa distritos sanitários: concepção e organização. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2002.

BERQUÓ,E.S,; SOUZA, J.M.P.; GOTLIEB, S.L.D. Bioestatística. 2ª. Ed. São Paulo: Pedagógica e Universitária,1981

DUNLAP, B.J. Marketing in the health care arena: a preventive approach. Journal American Dietary Association, v. 86, n.1, p. 29-30, 1986.

FITZSIMMONS, J.A.; FITZSIMMONS, M.J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia de informação. Trad. de FJ Soares Hörbe, SR Santos, FB Leitão, GS Borba, MS Torres, MAV Borges e NB Barbosa Jr. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

FLEXNER, W.A.; BERKOWITZ, E.N. Marketing research in health service planning: a model. Public Health Reports, v. 94, p. 503-513, 1979

GRÖNROOS C. Marketing: gerenciamento e serviços: a competição por serviços na hora da verdade. Trad. de C Bazán. Rio de Janeiro: Campus, 1995

LEFEVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C. O discurso do sujeito coletivo. Ed rev. e ampl. Caxias do Sul: EDUC, 2003.

LOVELOCK, C.H.; WRIGHT, L. Serviços: marketing e gestão. Trad. CK Moreira. São Paulo: Saraiva; 2001.

MCCRACKEN,L. Marketing-driven-strategy:na guide to health care integrated enviroment. Chicago: American Hospital Publishing, 1998.

MINAYO, M.C. O desafio do conhecimento. 6ed. São Paulo:Hucitec. Rio de Janeiro: Abrasco,1999.

[OPS/OMS] Organização Panamericana da Saúde, Organização Mundial da Saúde; Resolutividade dos sistemas locais de saúde: elementos operacionais para definição. Documento 03 [Prefeitura Municipal de São Jose dos Campos] ,1992.

PARASURAMAN, A. Marketing research. Addison: Wesley Publishing Compaby; 1996

PINHEIRO, R.S.; VIACAVA, F.; TRAVASSOS, C.; BRITO, A,S. Gênero, morbidade, acesso e utilização de serviços de saúde no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 7, n.4, p. 687-707, 2002.

SASSER, JR, W.E.; OLSEN, R.P.; WYCKOFF, D.D. Management of service operations: text, cases and readings. Boston: Allyn and Bacon; 1978.

SCHEMENNER, R.W. How can service businesses survive and prosper? Sloan Management Review, p. 27:25, 1986.

SCHRAIBER, L.B.; D'OLIVEIRA, A.F.L.P. Violência contra a mulher: Interfaces com a Saúde. Interfaces: Comunicação, Saúde, Educação, v.5, n.3. p. 11-27, 1999.

STEVENSON, W.J. Estatística aplicada à administração. São Paulo:Harbra, 1986

STEWART, T.A. A satisfied customer isn't enough. Time, n.136, p. 112-113, 1997.

TANAKA, O.Y.; ROSEMBURG, C.P. Análise da utilização pela clientela de uma unidade ambulatorial da secretaria da Saúde do município de São Paulo. Revista de Saúde. v 24, n.1, p. 60-8, 1990.

TAGUCH, G; CLAUSING, D. Robust quality. Harvard Business Review, v.68:p. 65-75, 1990.

TRAVASSOS, C.; VIACAVA, F.; FERNANDES, C.; ALMEIDA, C.M. Desigualdades geográficas e sociais na utilização de serviços de saúde no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 5, n.1, p. 133-149, 2000.

WRIGTH, P; KROLL, M.J.; PARNELL, J. Administração estratégica: conceitos. São Paulo: ATLAS; 2000

ZEITHAML, V.A.; PARASURAMAN, A.; BERRY, L.L. Delivering quality service: balancing customer perceptions and expectations. New York: The Free Press; 1990.

GESTÃO DE PESSOAS NOS PATS: ANÁLISE DA INTERMEDIAÇÃO DA MÃO DE OBRA

PEOPLE'S MANAGEMENT IN THE PATS: LABOR'S INTERMEDIATION ANALYSIS

Dércia Antunes de Souza
Mestrado em administração – FAEX e FATEC – Bragança Paulista – SP
derciaantunes@uol.com.br

Claudiane Reis da Paixão
Mestrado em administração e em Psicologia – Uninove

Resumo

Muitas são as formas que as empresas têm para dispor suas vagas de emprego, e uma delas é por intermédio dos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), que integram o Sistema Nacional de Emprego (SINE), criado em 1975 com a finalidade de amenizar a crise de desemprego que vivia o país. São muitas as ações do SINE, porém, a que mais se destaca é a intermediação de mão de obra. Essa pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos profissionais dos PATs acerca do processo estrutural que foi definido nesse estudo da seguinte maneira: a estrutura física e as atividades dos PATs; as características dos empregadores que disponibilizam vagas de emprego nos PATs das cidades pertencentes à região Bragantina: Bragança Paulista, Atibaia e Itatiba; e, as características dos trabalhadores que procuram os serviços de intermediação desses PATs. Consiste numa pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e realizada mediante observação e entrevistas com funcionários dos três postos de atendimento. Conclui-se que os PATs possuem relevância para os empregadores de pequeno porte, do ramo do comércio e empregadores domésticos. Conclui-se também, que a maioria dos candidatos que procuram os serviços de intermediação de mão de obra, são pessoas sem qualificação e com baixa escolaridade.

Palavras-chave: Emprego. Intermediação de mão de obra. Posto de atendimento ao trabalhador.

Abstract

There are many ways that companies have to have your jobs, and one is through the stations Care Worker (PATs), which form the National Employment System (SINE), established in 1975 with the aim of alleviating the unemployment crisis that the country lived. There are many actions of the SINE, however, that most stands out is the intermediation of labor. This research aims to analyze the perception of professionals about PATs structural process that was defined in this study as follows: the physical structure and activities of the PATs, the characteristics of employers that offer job vacancies in PATs cities belonging to the region Braganca, Bragança Paulista, Atibaia and Itatiba, and the characteristics of workers who seek the services of intermediation of PATs. It consists of a descriptive qualitative approach and conducted through observation and interviews with officials from the three service centers. We conclude that PATs have relevance to small employers, the trade sector and domestic employers. We also conclude that most of the candidates seeking the services of intermediation of labor, are unskilled and low education.

Key words: Employment. Labor intermediation. Worker service office.

1 Introdução

O Brasil tem uma história de atuação do Poder Público no mundo do trabalho. Uma das mais importantes ações nesse sentido foi a criação do Sistema Nacional de Emprego (SINE), em 1975. A principal finalidade do SINE na época era promover a intermediação de mão de obra, implantando serviços e agências de colocação em todo o país por meio de postos de atendimento.

A intermediação de mão de obra, constitui um dos eixos das políticas ativas implementadas no âmbito do Sistema Público do Trabalho, Emprego e Renda, que se tornou importante elemento para maximizar as oportunidades de empregos de qualidade e democratizar as possibilidades de acesso a essas vagas (SINE, 2008).

O SINE desenvolve a atuação relativa à intermediação de mão de obra por intermédio dos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) existentes em mais de mil municípios brasileiros. Esses PATs são integrados à estrutura dos governos estaduais e funcionam em instalações das prefeituras municipais com o apoio de funcionários dessa esfera de governo. Os postos fazem a captação de vagas em empresas, bem como o cadastramento de pessoas que estejam procurando uma ocupação e o encaminhamento dos trabalhadores cadastrados para participarem de processos seletivos nas empresas.

A intermediação de mão de obra, foco desse estudo constitui uma das mais importantes formas de efetivação das políticas ativas de emprego. Assim, foram desenvolvidas pesquisas em diferentes localidades com vistas a analisar a atuação de PATs (NUNES, 2003; GOLLER, 2000; MORETTO, 2007; RADZINSKI, 2008). A fim de promover a constante e necessária melhoria dos serviços prestados, em especial dessa intermediação de mão de obra, torna-se relevante a realização de pesquisas empíricas com a finalidade de identificar a percepção e a avaliação de todos os que constituem ou fazem parte desse processo: os candidatos, os empregadores e, numa dimensão interna, os atendentes que prestam o serviço. Nesse trabalho está sendo investigada essa última dimensão: a avaliação desse órgão, o PAT, na ótica dos atendentes que nele atuam.

Na esteira dessas preocupações é que foi realizada em 2008 a pesquisa aqui relatada, cujo propósito foi o de verificar como os atendentes dos PATs percebem o processo estrutural dos postos em relação à intermediação de mão de obra, especificamente na região constituída pelos municípios de Bragança Paulista, Atibaia e Itatiba, uma das áreas geográficas do Estado de São Paulo que atualmente apresentam maiores níveis de crescimento tanto em termos populacionais quanto de emprego. Para os fins pretendidos, a expressão processo estrutural envolve três dimensões: 1) a estrutura física e as atividades praticadas nos PATs; 2) as características dos empregadores que disponibilizam vagas de emprego e, 3) as características dos trabalhadores que procuram os serviços de intermediação de mão de obra nesses PATs.

Dessa forma, define-se como objetivo da pesquisa analisar percepções dos atendentes dos PATs em relação ao processo estrutural e com ele, as três dimensões que o compõe.

2 Referencial teórico

2.1 Políticas públicas de emprego

A experiência brasileira no campo das políticas públicas de emprego começou a ser implantada na década de 1960. Nessa época, o crescimento populacional, a migração rural e o crescimento dos grandes centros urbanos provocaram uma expansão significativa da mão de obra disponível nas cidades. As altas taxas de crescimento econômico do período possibilitaram a incorporação de parcelas expressivas da População Economicamente Ativa (PEA) ao mercado formal de trabalho, sobretudo no setor industrial e nos aparelhos de Estado. O debate acerca das políticas de mercado de trabalho intensificou-se na década de 1990, como decorrência, em grande medida, da piora do desempenho do mercado de trabalho nesse período, especialmente pelo intenso e crescente desemprego que atingiu parcela expressiva da população em idade ativa, com ênfase maior sobre alguns segmentos como jovens e mulheres.

A ênfase nessas políticas constituiu-se como resposta à crise do emprego resultante das diretrizes da política macroeconômica implementada a partir do governo Collor que privilegiou o combate à inflação e a regulação econômica pelo mercado. As medidas mais enfatizadas foram a intermediação de mão de obra, a qualificação profissional, além do seguro-desemprego. A essas, vieram a se somar os programas de geração de emprego e renda, incluindo, além das atividades de fomento às micro e pequenas empresas e ao trabalho autônomo, as iniciativas no campo da economia solidária e o microcrédito (POCHMANN; MORETTO, 2004).

2.2 Sistema Nacional de Emprego

A criação do Sistema Nacional de Emprego coincidiu com o fim do "Milagre Econômico", período em que se verificaram as mais altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto no país. A proposta do governo, à época, trazia a concepção de que o problema do desemprego seria resolvido por ajustes na oferta e demanda do mercado de trabalho.

As ações essenciais do SINE são: o atendimento ao seguro-desemprego, a intermediação de mão de obra, a qualificação profissional, a geração de trabalho e renda e de informações sobre o mercado de trabalho. Essas ações requerem uma articulação entre a União,

por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, os Estados, por intermédio das Secretarias Estaduais do Trabalho, e os serviços, agências, postos e balcões de emprego, público ou privado. Assim, o SINE atua como um sistema integrado de órgãos e entidades, nos planos federal, estadual e municipal, que visa à prestação de serviços ao trabalhador com vistas à sua proteção e melhoria nas condições de inserção e permanência no mercado de trabalho (SOUZA, 2003).

Existem no Brasil mais de 1.100 postos de atendimento ao trabalhador do SINE, que cadastram por dia entre 75 mil e 80 mil trabalhadores. Entre 2002 e 2005 foram cadastrados mais de 4,5 milhões de trabalhadores. Foram inseridos, nesse período, dois milhões e 700 mil trabalhadores no mercado formal, trabalhando com carteira de trabalho assinada (FERRER, 2006).

2.3 Intermediação de mão de obra

A intermediação de mão de obra constitui um dos eixos das políticas ativas implementadas no âmbito do Sistema Público do Trabalho, Emprego e Renda, que se tornou importante elemento para maximizar as oportunidades de empregos de qualidade e democratizar as possibilidades de acesso a essas vagas. Trata-se de um programa que tem como propósito propiciar informações e orientações ao trabalhador na procura por emprego e também aos empregadores no suprimento de recursos humanos. O que o SINE procura é promover o encontro de ambos, auxiliando no recrutamento de trabalhadores por parte dos empregadores e na (re)colocação dos trabalhadores nas vagas disponíveis (SINE, 2008).

Os serviços de intermediação são estratégicos para auxiliar o desempregado a encontrar uma nova colocação no mercado de trabalho e, na perspectiva de Estado neoliberal, reduzir despesas com políticas compensatórias. Por sua vez, os serviços públicos de intermediação de emprego, quando executados diretamente pelo Estado, assumem um grande valor social, pois, além de auxiliar o trabalhador na obtenção de um emprego, pode encaminhá-lo à qualificação profissional, para alternativas de geração de renda ou, ainda, para outros serviços públicos. O serviço de intermediação de mão de obra também constitui valioso instrumento de geração de informações sobre a demanda e a oferta de trabalho, local e estadual, assim como de desempenho do Sistema de Emprego (GOLLER, 2000).

Diversos fatores contribuíram para a implantação de um serviço público e para a existência de um serviço de intermediação de mão de obra. Segundo Moretto (2007), havia a necessidade de conferir maior transparência ao mercado de trabalho, uma vez que as bolsas de trabalho criadas por sindicatos e por empregadores geravam a desconfiança mútua entre capital e trabalho. O desemprego passou a ser reconhecido como fonte de pobreza e de mal-estar social e como decorrência dos ciclos econômicos. Daí a necessidade de esforços voltados à redução de desemprego friccional e estrutural.

Ao contrário do que ocorre com o campo das políticas públicas referentes à arquitetura de serviços e concessão de benefícios, ainda são poucos os trabalhos que tratam da intermediação de mão de obra. Pode-se identificar, no entanto, pesquisas referentes à caracterização dos agentes do sistema de intermediação e dos demandantes do sistema (GUIMARÃES, 2005), às atividades das empresas prestadoras de serviços de seleção, agenciamento e locação de mão de obra temporária (PAMPLONA, 2003).

Ao se contrastar as agências governamentais e sindicais com as agências privadas, percebe-se que a principal diferença está nas estratégias para capturar os demandantes, tais como localização geográfica, formas de organização das atividades, configuração do layout das agências, formas de atendimento ao pessoal, diversificação do staff e modalidades de treinamento, recursos computacionais e sistema de informações que sustentam o trabalho do atendimento (GUIMARÃES, 2005).

Cacciamali, Silva e Matos (1998, apud GOLLER, 2000) destacam que, do ponto de vista do mercado de trabalho, o SINE, como serviço público de intermediação, poderia concorrer com as agências privadas de emprego. No entanto, a concorrência não se estabelece em razão da relevância social de uma agência pública de intermediação "[…] desprendida de critérios empresariais de avaliação",(p. 70) enquanto as agências privadas de emprego têm objetivos com a intermediação, exclusivamente voltados à "[…] lucratividade da operação" (p. 176).

Segundo Goller (2000), o contingente de candidatos que buscam os serviços de intermediação de mão de obra dos PATs é constituído, em sua maioria, por trabalhadores de baixa escolaridade, sem experiência profissional, sem qualificação específica e com pouco tempo de experiência comprovada. Para esses trabalhadores, os PATs são seu elo com o mercado de trabalho. Dessa forma, os empregadores consideram que os PATs não têm condições de atender a uma demanda de trabalho mais qualificada. E, ainda, consideram que os PATs não observam todas as exigências do perfil do trabalhador solicitado, fazendo um encaminhamento inadequado.

Existem grupos de indivíduos com maiores dificuldades de acesso às informações do mercado de trabalho e menores recursos, o que impossibilita que busquem outros meios de busca de emprego alternativos. Segundo Radzinski (2008), as agências públicas, em sua maioria, estão voltadas para atender à base do mercado de trabalho, ou seja, a oferta e demanda por postos de trabalho que exigem menor qualifica-

ção e oferecem salários mais baixos. Guimarães (2005) afirma que o que verdadeiramente chama a atenção é como são muito pobres os que procuram emprego usando o sistema público. A própria formação e a baixa qualificação desses indivíduos pode ser um fator de defesa da existência de um serviço público de intermediação, quando a colocação de trabalhadores desse perfil não é do interesse de agências privadas de emprego e nem mesmo pertence ao perfil de vagas oferecidas por essas empresas.

Os PATs assumem papel relevante como intermediador entre o trabalhador e as empresas, sobretudo para as micro e pequenas empresas que não dispõem de um departamento de recursos humanos. Estas, por serem de modo geral administradas diretamente pelo empregador, acabam por não ter um processo sistematizado de seleção e recrutamento de pessoal (NUNES, 2003). Assim sendo, a intermediação de mão de obra proporcionada pelos PATs possibilita a essas empresas, o recrutamento e seleção de candidatos, como um serviço de apoio.

Os PATs ainda não conseguem desenvolver a contento suas tarefas. Segundo Guimarães (2005), a superficialidade e rapidez da entrevista podem ser responsáveis pela menor chance de o candidato conseguir algumas das vagas disponíveis, por pouco explorar as chances que o sistema de informações abre no sentido de simular alvos alternativos pretendidos e, ao fazê-lo, aumentar a chance de localizar um posto de trabalho. Isto sugere a necessidade de que, no longo prazo, sejam avaliados os critérios para alocação de recursos. Mas Guimarães (2005) sugere também que, no curto prazo, sejam estimulados os procedimentos de treinamento constante do pessoal envolvido na intermediação no sistema público, notadamente os entrevistadores.

3 Metodologia

3.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, pois tem como objetivo analisar percepções de profissionais dos PATs acerca do processo estrutural desses postos de atendimento.

3.2 População e amostra

O universo da pesquisa é constituído por três postos de atendimento ao trabalhador dos municípios de Bragança Paulista, Atibaia e Itatiba que oferecem serviços de intermediação de mão de obra. A amostra da pesquisa é constituída por 10 profissionais, sendo três supervisores, um de cada PAT e sete atendentes que compõem os três PATs. Ressaltando que todos foram nomeados como sujeitos para a preservação de suas identidades conforme o quadro abaixo:

Local	Sujeito	Cargo Ocupado
Atibaia	Sujeito A	Supervisor
	Sujeito B	Atendente
	Sujeito C	Atendente
	Sujeito D	Atendente
Bragança Paulista	Sujeito E	Supervisora
	Sujeito F	Atendente
	Sujeito G	Atendente
	Sujeito H	Atendente
Itatiba	Sujeito I	Supervisora
	Sujeito J	Atendente

Quadro 1: Pesquisados dos PAT Atibaia, Bragança Paulista e Itatiba
Fonte: Dados da Pesquisa (2008).

3.3 Instrumentos de pesquisa

O instrumento básico para a coleta de dados foi a entrevista não estruturada que permite a livre expressão dos entrevistados com vistas a detectar razões de caráter subjetivo. Procedeu-se a entrevistas com dez profissionais do serviço de intermediação de mão de obra dos postos de atendimento dos três municípios pesquisados para obter percepções acerca do processo estrutural oferecido pelos postos de atendimento ao trabalhador.

As entrevistas foram realizadas diretamente com os atendentes no próprio local de trabalho, e procurou-se conduzi-la de forma a conferir a mais ampla liberdade ao entrevistado, já que os dados reconhecidos como mais importantes nesse momento seriam relativos à sua percepção acerca do processo estrutural dos PATs. Essas impressões foram gravadas com permissão dos entrevistados e, posteriormente, transcritas, o que tornou possível a análise de seu conteúdo.

Para complementar as informações obtidas, as pesquisadoras adotaram a técnica da observação espontânea nas dependências do PAT. Essa técnica permite o registro do comportamento, tal como este ocorre e tem como vantagem, registrar os acontecimentos, simultaneamente com sua ocorrência espontânea.

3.4 Análise e interpretação dos dados

A análise de dados foi realizada com base no conteúdo obtido com as respostas fornecidas pelos participantes. As informações foram transcritas e interpretadas com a reunião das opiniões dos pesquisados. Com isso, tendo como base as fundamentações teóricas, foram analisadas as diferentes opiniões de cada participante da pesquisa a respeito do tema proposto, de forma qualitativa, que é definida por Gil (2002) como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos

dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

Na interpretação, os dados obtidos foram cotejados com os resultados de pesquisas já realizadas e que foram identificadas na etapa de revisão bibliográfica. Procurou-se também identificar nexos entre os resultados obtidos e formulações teóricas já consagradas pela literatura.

4 Análise dos resultados

Norteados pelos objetivos propostos pelo trabalho, ou seja, a verificação da percepção dos profissionais dos PATs apresenta-se a seguir a análise e a discussão dos resultados. Para tanto, essa descrição e percepção dos profissionais são apresentadas a partir das três dimensões que constituem o processo estrutural já apresentado no início desse trabalho.

4.1 Descrição da estrutura e das atividades dos PATs

Considera-se como estrutura as instalações prediais, os equipamentos, os materiais e demais recursos materiais. E, como atividades, os serviços prestados com ênfase na intermediação de mão de obra. Apresentam-se, a seguir, as respectivas descrições e percepções dessas estruturas e das atividades nos três PATs pesquisados.

4.1.1 O PAT de Atibaia

O PAT de Atibaia foi criado em junho de 2002 mediante parceria entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo e a Prefeitura de Atibaia. O PAT está situado em local de fácil acesso, na Avenida da Saudade, nº 287, em frente ao prédio da Prefeitura. Atualmente o quadro de pessoal do PAT é composto por nove funcionários, sendo uma recepcionista, um diretor, um supervisor e seis atendentes. Desses seis atendentes, dois funcionários fazem captação de vagas junto às empresas e quatro funcionários atendem os candidatos.

Em relação à estrutura física entre os três municípios pesquisados, o PAT de Atibaia é o que oferece melhores condições, pois possui uma ampla sala com TV para recepcionar as pessoas que diariamente procuram seus serviços, uma sala para atendimento de candidatos, uma sala para atender os representantes de empresas e duas salas para realizar entrevistas, caso os clientes prefiram fazer no próprio PAT. Possui seis computadores, três impressoras, quatro aparelhos telefônicos e um aparelho de fax. Embora o PAT de Atibaia seja bem equipado, há pessoas insatisfeitas conforme o depoimento abaixo:

> Algumas pessoas chegam aqui e começam a reclamar porque querem ser atendidas na hora e dizem que aqui tem poucas pessoas para atendê-los (Sujeito C).

Observa-se que apesar da estrutura existente, a percepção de alguns atendentes em relação a estrutura física ainda é insatisfatória, o que não impede o bom andamento do processo de atendimento.

Os serviços oferecidos pelo PAT de Atibaia são: intermediação de mão de obra, seguro desemprego e formação profissional. Pelo atendimento do PAT passam, diariamente, cerca de 100 pessoas. Para cadastrar o currículo no sistema do PAT é necessário que o candidato compareça com o documento de identidade e a Carteira Profissional no Posto no horário das 9h às 16h.

No início de 2007, foram encaminhadas 3.127 pessoas para entrevistas e foram cadastrados nesse mesmo período, mais de 350 novos perfis de candidatos que se juntaram aos 19 mil cadastros existentes no seu sistema informatizado. Atualmente o banco de dados do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) de Atibaia possui cerca de 19.600 cadastros. Esta procura aumentou consideravelmente em 2007, segundo depoimento do supervisor:

> Com o aumento de empresas instaladas na cidade, a procura pelos PATs se tornou mais constante, isso porque temos um banco de dados com muitos currículos variados (Sujeito A).

Percebe-se que, em razão da instalação de novas empresas na região, a procura por empregos no PAT cresceu consideravelmente, ou seja, aumentaram as expectativas dos candidatos que procuram os serviços de intermediação de mão de obra oferecido pelo PAT, o que nos leva a afirmar a forte interligação e relevância que os PATs ocupam no provimento da mão de obra local.

4.1.2 O PAT de Bragança Paulista

O PAT de Bragança Paulista foi criado em setembro de 2003 por meio de parceria entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Bragança Paulista. O PAT funciona em prédio construído junto ao Palácio Santo Agostinho, sede da Prefeitura Municipal, em um local de fácil acesso onde o atendimento é feito de segunda a sexta-feira, das 9 às 16 horas.

Atualmente conta com quatro funcionárias no atendimento, sendo uma supervisora e três atendentes que fazem a captação de vagas de empregadores e atendimento a candidatos. Quanto às instalações físicas para atendimento ao trabalhador e captação de vagas,

seja para os usuários do serviço ou para os funcionários, são consideradas precárias. O local é dividido em três salas. Uma é utilizada por empregadores para fazer entrevista com candidatos, a outra é a ocupada pela supervisora, que faz captação de vagas e a sala principal é aquela por onde as pessoas entram no posto e aguardam para serem atendidas por ordem de chegada.

O PAT possui três computadores, uma impressora, um aparelho de fax, uma televisão e duas linhas telefônicas. Os serviços oferecidos pelo PAT de Bragança Paulista restringem-se à intermediação de mão de obra. O depoimento de uma das atendentes não deixa dúvidas quanto às condições inadequadas para o atendimento ao trabalhador:

> É péssimo, tanto para nós como para os candidatos. Não têm bancos suficientes, tem gente que fica lá fora. (Sujeito F)

O depoimento permite ver que essa condição de trabalho revela insatisfação com relação a estrutura física. Talvez essa seja uma das razões que influenciam a desmotivação das atendentes, o que pode influenciar na qualidade dos serviços. Isto está evidenciado no depoimento abaixo:

> Fica difícil dar um bom atendimento aos candidatos, pois os recursos que temos são escassos e têm poucas pessoas para fazer o atendimento aos candidatos (Sujeito G).

As atendentes do PAT fazem a captação de vagas por telefone ou pessoalmente, quando representantes das empresas procuram o posto para cadastrar sua vaga de emprego, bem como o cadastramento das pessoas que estejam procurando uma ocupação. Esses candidatos cadastrados são encaminhados para participar de processos seletivos quando atendem o perfil desejado pelo cliente. O cadastro dos candidatos é feito mediante a apresentação da Carteira Profissional e do RG. Cada candidato possui um número de cadastro que é anotado em sua carteira de trabalho, pois os atendimentos posteriores são realizados por meio desse número.

Cabe lembrar que a Região Bragantina está próxima dos dois maiores centros econômicos do Estado: a Região Metropolitana da Grande São Paulo e a Região de Campinas. Em razão disso, são diversas empresas de diferentes regiões e cidades que disponibilizam vagas no PAT de Bragança.

Em 2007, segundo informações concedidas pela supervisora do PAT, foram encaminhados por intermédio do PAT, 5.038 pessoas para 1.411 vagas de emprego. Dessas vagas, 969 foram preenchidas. O número de colocações e vagas cresceu mais de 50% entre 2006 e 2007. De janeiro a julho de 2008, o PAT atendeu 2.903 candidatos a emprego. Foram encaminhadas 752 pessoas para 678 vagas de emprego, e dessas, 84 pessoas conquistaram um lugar no mercado de trabalho.

4.1.3 O PAT de Itatiba

O PAT de Itatiba foi criado em dezembro de 2001, mediante parceria entre a Prefeitura de Itatiba e a Secretaria Estadual de Relações do Trabalho. Atualmente possui em seu quadro de pessoal quatro atendentes, uma recepcionista e uma supervisora. Está localizado em local de fácil acesso e sua estrutura física dispõe de uma sala ampla para recepção, com TV e poltronas, quatro guichês para atendimento aos candidatos, uma sala para captação de vagas e atendimento as empresas e uma sala para reuniões ou seleção de candidatos, com uma mesa grande e carteiras tipo universitárias.

Desde sua criação, o PAT de registrou 20.876 cadastros novos, levantou 5.646 vagas e viabilizou 4.288 contratações. Em 2007, o PAT de Itatiba realizou 2.463 novos cadastros, atendeu 12.311 candidatos, ofereceu 1.107 vagas, e inseriu 978 candidatos no mercado de trabalho.

Entre janeiro e novembro de 2006, foram feitos 1.761 cadastros novos, sendo encaminhados 3.866 candidatos para 804 vagas abertas. No total, nesse período foram viabilizadas, por meio do PAT, 666 colocações profissionais. Esse órgão também oferece a orientação profissional de um advogado para esclarecer dúvidas quanto a contratos de trabalho, rescisões e outras informações relativas à legislação trabalhista. O atendimento ocorre uma vez por semana no período da manhã e em 2006, foram atendidas 360 pessoas (PREFEITURA DE ITATIBA, 2008). Além de intermediar a recolocação de profissionais em vagas de emprego, o PAT oferece a emissão de carteira de trabalho. No ano de 2006 até novembro foram emitidas 677 carteiras entre emissão de novas carteiras e segunda via.

Para obter a intermediação de mão de obra, as empresas contatam o PAT pessoalmente, por telefone ou email sobre vaga existente, passando o perfil (idade, escolaridade, experiência ou outros dados da vaga) do candidato. Esses dados são lançados no sistema. Segundo depoimento da supervisora do PAT, eles divulgam as vagas do dia no mural que fica do lado de fora do PAT, sendo essa uma estratégia usada para minimizar o movimento desnecessário de candidatos no PAT:

> Quando captamos uma vaga nova ou quando a empresa liga encerrando o processo de encaminhamento de alguma vaga que estava em aberto, nós divulgamos as atuais vagas do dia por meio de uma rela-

> ção fixada no Posto e mediante a imprensa (Sujeito I).

As pessoas desempregadas ou que procuram novas oportunidades buscam na imprensa oficial ou vão pessoalmente ao PAT para verificar a relação de vagas. O candidato que se interessa pela a vaga, passa pelo atendimento mediante apresentação da Carteira de Trabalho e documento de identidade. O atendente faz o cadastro do candidato com dados extraídos da Carteira de Trabalho e da entrevista realizada. Ao final da entrevista, o atendente faz a busca para verificar se o candidato possui o perfil para a vaga, é o que relata um atendente:

> Quando o candidato tem o perfil da vaga disponível no sistema, nós o encaminhamos para a empresa, mas quando ele não tem interesse, orientamos que ele retorne ao PAT pelo menos uma vez na semana. (Sujeito J).

O candidato recebe informações sobre a empresa que será encaminhado e também orientação sobre a entrevista e sobre os documentos que deverá levar. Caso não seja encaminhado, é orientado a retornar ao PAT semanalmente para continuar na busca de uma vaga de emprego.

4.2 Caracterização dos empregadores

Trata-se das empresas que buscam os PATs como fonte de recrutamento para suprir suas necessidades de pessoal. Constitui-se, em sua maioria, de microempresas e das empresas de pequeno e médio porte, com quadro de até 100 funcionários. Estão localizadas em Bragança Paulista, Itatiba, Atibaia e nas proximidades como Jundiaí, Campinas, São Paulo, Bom Jesus dos Perdões, Socorro, Piracaia, Pinhalzinho, Mairiporã e Extrema – MG. Caracterizam-se, também, por ser, em grande parte dos setores do comércio e empregadores domésticos, seguidos pela indústria.

A procura dessas empresas pelos serviços dos PATs deve-se, provavelmente, ao fato de não exigirem candidatos com elevada formação escolar, nem mesmo ampla experiência na função. Assim, os PATs, de modo geral, atendem às necessidades dessas empresas para preencher as vagas disponíveis.

> Geralmente conseguimos fechar as vagas mais simples como balconista, babá, recepcionista e ajudante geral, porque temos muitos candidatos escritos para estas vagas (Sujeito C).

Quanto aos empregadores de médio e grande porte, conforme depoimentos de supervisores dos PATs, estes poucas vezes disponibilizam vagas administrativas ou mesmo vagas de nível técnico que requerem elevada qualificação, pois para atender essas necessidades, essas empresas buscam candidatos mediante as agências privadas ou por outras fontes de recrutamento. Guimarães (2005), por sua vez, indica que o perfil dos candidatos cadastrados nos PATs não corresponde ao das vagas dessas empresas, em razão da baixa qualificação e formação profissional.

Segundo depoimento de uma supervisora do PAT são diversas as dificuldades para a recolocação de pessoal no mercado de trabalho:

> As principais dificuldades são a falta de profissionais com a qualificação exigida pelas empresas, baixa escolaridade e o comprometimento (Sujeito I).

Outros dois motivos apontados pelos atendentes sobre alguns empregadores de pequeno e médio porte dizem respeito à gratuidade dos serviços de intermediação de mão de obra e ao fato dessas empresas serem administradas pelo próprio dono, por isso, muitas delas nem tem a área de recursos humanos e nem mesmo o processo formal de recrutamento e seleção. Esses dados, que se aproximam dos obtidos em pesquisa realizada por Nunes (2003), indicam que as empresas deste porte, geralmente recorrem aos PATs por não ter um recrutamento de seleção interno.

As vagas disponibilizadas pelos empregadores do setor comercial são, em sua maioria, as que não exigem grau de escolaridade elevado, nem muita experiência, tais como operador de telemarketing, ajudante geral, auxiliar de comércio, balconista, garçom, padeiro e vendedora.

Quanto aos empregadores domésticos, estes disponibilizam as mais diversas vagas sendo empregada doméstica, jardineiro, babá, faxineira, diarista, pintor residencial, cozinheira, passadeira, lavadeira e acompanhante. Essas modalidades de vaga também não exigem grau elevado de escolaridade dos candidatos. A maior exigência está relacionada ao tempo de experiência e à idade.

> As empresas estão cada dia mais exigentes, eles querem candidatos com mais de 21 anos e no máximo 35 anos (Sujeito H).

> Se encaminhamos candidatos que tem experiência, mas não tem comprovar em carteira

> de trabalho, eles não aceitam a não ser que o candidato tenha referências (Sujeito B).

As indústrias, que constituem o setor que mais emprega na região, também utilizam os serviços dos PATs, mas com menor intensidade. As indústrias que mais disponibilizam vagas são as dos setores têxtil, gráfico, farmacêutico, alimentício, químico e de confecção. Em relação a esse setor, o processo de encaminhamento de candidatos é mais moroso em razão das exigências quanto ao perfil da vaga disponibilizada e por se tratar de vagas que exigem mão de obra com mais elevada qualificação. Segundo depoimento da supervisora do PAT, poucas são as vagas oferecidas na área administrativa:

> Todos os dias entram várias vagas, mas as mais frequentes são de empregada doméstica, ajudante geral e operador de telemarketing […] Já faz quatro meses que não entra nenhuma vaga administrativa e nem de manutenção. Acho que as empresas estão fazendo parcerias com o SENAI e com outras empresas (Sujeito E).

Às vezes não conseguimos encaminhar candidatos, porque é difícil uma empresa querer um trabalhador com baixa qualificação, a gente tem dificuldade (Sujeito J).

> Quase não entra vaga de indústrias aqui, acho que vão para as agências particulares. A grande maioria dos trabalhadores inscritos é para mão de obra que não exige qualificação específica" (Sujeito G).

Para preencher essas vagas, faz-se necessário uma seleção mais apurada, pois as competências exigidas para ocupar tais cargos, são de cunho específico e técnico. Segundo depoimento do Supervisor do PAT, as empresas de terceirização de mão de obra também disponibilizam vagas para suprir suas necessidades de contratação. Essas vagas referem-se, principalmente, a serviços de limpeza, portaria, recepção, restaurante e telefonia. As empresas de consultoria também recorrem ao PAT e solicitam o envio de candidatos, mas com perfil mais exigente no que tange a qualificação, formação e experiência, conforme relata o supervisor:

> Essas empresas sempre nos procuram e depois de uma boa seleção com candidatos, eles encaminham aos clientes. Dentre elas podemos destacar: Team Leasing, Sertec, Grupo Soma, M.Legate, Serv. Company, A Executiva, Labor Humano e Grupo Real de segurança" (Sujeito A).

De acordo com o relato, pode-se verificar que as empresas de terceirização disponibilizam para os PATs vagas que não possuem maiores exigências quanto à qualificação do candidato. Isso sinaliza uma parceria positiva, inclusive para os próprios candidatos, entre os PATs e os demais órgãos fomentadores de mão de obra, tais como as consultorias da região. Cabe ressaltar que essas consultorias possuem um delineamento de perfil mais exigente quanto aos requisitos dos candidatos, exigindo, por exemplo, formação e experiência profissional anterior.

4.3 Caracterização dos candidatos

O banco de currículos dos PATs é constituído por trabalhadores com perfis muito diversificados no que se refere a experiência profissional, nível de escolaridade e idade. Segundo Guimarães (2005), o que chama a atenção é a quantidade de pobres que procuram emprego usando o sistema público. Os PATs representam para esses candidatos os meios estratégicos que os auxiliam na busca de uma nova colocação no mercado de trabalho (AZEREDO,1998).

Segundo alguns depoimentos obtidos pelos profissionais dos três PATs, há pessoas desempregadas sem qualificação e baixa ou nenhuma escolaridade que procuram os PATs, pois sabem que as chances de encontrarem um emprego são maiores em comparação com outros meios. Esses resultados coincidem com os obtidos na pesquisa realizada por Radzinski (2008) e Goller (2000).

Para esses autores, essas pessoas têm maior dificuldade de acesso às informações do mercado de trabalho e menos recursos, o que as impossibilita usar outros meios de busca de empregos. Por isso, as agências públicas, em sua maioria, estão voltadas para atender à base do mercado de trabalho, ou seja, a oferta e demanda por postos de trabalho que exigem menor qualificação e oferecem salários mais baixos.

Conforme os resultados de pesquisa realizada por Radzinski (2008), nos últimos anos, houve um aumento de trabalhadores cadastrados nas agências públicas e nas agências privadas. Por essa razão, os atendentes dos PATs, antes de encaminhar os candidatos selecionados, informam-lhes sobre as exigências e as características da vaga, bem como orientam sobre aspectos de comportamento e postura. Mas, de acordo com o relato de um atendente do PAT, nem sempre esse procedimento é suficiente para garantir a adequação do candidato ao perfil definido pela empresa.

> Percebe-se a falta de compromisso e responsabilidade dos candidatos, pois alguns recebem encaminhamento e não comparecem na empresa para fazer a entrevista, outros trabalham alguns dias e não voltam mais, desistem da vaga por ser longe, pelo salário ou outro motivo qualquer(Sujeito B).

Segundo relato dos atendentes dos PATs, a maioria dos candidatos encaminhados às empresas atende ao perfil da vaga disponibilizada. No entanto, eles indicaram também, a insatisfação por parte de algumas empresas de médio porte no segmento industrial, pois necessitam de mão de obra constituída por pessoas com conhecimentos específicos em determinadas áreas ou com nível de escolaridade mais elevada. É o que indicam alguns depoimentos:

> Aqui em Bragança nós temos uma carência muito grande na área técnica, principalmente na área da manutenção, por exemplo, mecânico, eletricista, soldador. É um problema difícil de contornar (Sujeito E).

> Vaga tem, você vai em qualquer lugar e sempre tem vaga. Você vai nas agências, nas empresas, vê nos jornais, na internet. Tá difícil de encontrar pessoas capacitadas (Sujeito D).

De acordo com os depoimentos, percebe-se que as indústrias de médio porte são as que menos contratam por intermédio dos PATs por possuírem vagas mais específicas, o que não condiz com as características da maioria dos candidatos cadastrados nos PATs.

5 Considerações finais

A análise do primeiro critério avaliado – estrutura física e atividades desempenhadas – revela que os três órgãos estão instalados em locais privilegiados, pois possibilitam fácil acesso aos usuários. Quanto à estrutura física, apenas o PAT da cidade de Bragança Paulista necessita de melhorias, em razão do pouco espaço nas instalações prediais, conforme indicado pelas pesquisadoras.

A análise do segundo critério permite definir o perfil dos empregadores que buscam os PATs como fonte de recrutamento para suprir suas necessidades de pessoal. Esses empregadores são, principalmente, microempresas e empresas de pequeno porte pertencentes aos setores do comércio e empregadores domésticos. A maioria desses empregadores não possui setor específico para o recrutamento e seleção dos candidatos, e as vagas disponibilizadas são, em sua maioria, vagas simples que não exigem elevada qualificação profissional dos candidatos.

Dessa forma, pode-se concluir que o banco de dados dos PATs, que é constituído por grande contingente de pessoas com baixa qualificação e pouca escolaridade, atende as necessidades e expectativas desses empregadores. Outra razão pelo qual esses empregadores procuram a intermediação de mão de obra dos PATs se dá pela gratuidade dos serviços oferecidos. Conclui-se, portanto que, para esses empregadores, os PATs são reconhecidos como importantes elementos do processo de re(colocação) no mercado de trabalho, indicando a relevância social de seus serviços.

Outra observação constatada em relação ao perfil dos empregadores clientes dos PATs, é que são poucas as empresas de grande porte que disponibilizam suas vagas. Certamente porque são vagas que exigem qualificação e ampla experiência profissional para áreas administrativas e técnicas, o que não condiz com o perfil dos candidatos cadastrados nos PATs e o que dificulta a (re) colocação nessas empresas. Isso pode ser considerado, por um lado, como deficiência dos PATs, que não podem ser reconhecidos pelas empresas como entidades adequadas para o suprimento de suas necessidades de pessoal nos mais diversos níveis.

A análise do terceiro critério revela que, na opinião dos profissionais atuantes nos PATs, os candidatos que procuram esse órgão, possuem perfis diversificados no que se refere a experiência, profissional, nível de escolaridade e idade. A maioria das pessoas que procuram esse serviço encontra-se desempregada, sem qualificação e com baixa escolaridade. Conclui-se que esses candidatos concentram mais expectativas de sua recolocação nesses órgãos do que em outros meios de recrutamento. Soma-se a isso a escassez de recursos, inclusive o financeiro, que os impossibilitam da aproximação a outros meios convencionais de recolocação.

Diante desse contexto, percebe-se a necessidade de aprimorar e especialmente elevar o status dos PATs, enquanto intermediadores de mão de obra, no que tange a ampliação e diversificação de seus bancos de dados. O que implica o cadastramento de trabalhadores de nível médio e superior. Assim, uma estratégia adequada poderia ser a de divulgar mais amplamente os serviços dos PATs a segmentos de população com escolaridade mais elevada. A publicidade junto a faculdades poderia constituir uma medida eficaz, sobretudo se inserida no contexto de eventos de orientação e de colocação profissional.

Referências

AZEREDO, B. Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira. Campinas: ABET, 1998.

CACCIAMALI, M. C.; SILVA, G. B.; MATOS, F. Sistema nacional de emprego: desempenho interestadual. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). Reforma do Estado e Políticas Públicas de Emprego no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1998.

FÉRRER, E. Seminário estadual do sistema público de emprego, trabalho, renda e desenvolvimento do Piauí. Entrevista em 24 mar. 2006. Disponível em: <http://www.pi.gov.br/entrevista. php?id=18211>. Acesso em: 17 jul. 2007.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Sistema de informações dos municípios paulistas – IMP. São Paulo: SEADE, 2008. Disponível em: <www.seade.gov.br/produtos/imp/>. Acesso em: 18 dez. 2008.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLLER, T. Intermediação de mão-de-obra no Sine/RS em uma perspectiva de sistema público de emprego, 2000. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFRG. Porto Alegre, 2000.

GUIMARÃES, N. A. Os territórios do (des)emprego: clusters de intermediadores e estruturação social do mercado de trabalho. In: Encontro Anual da ANPOCS, 29, Caxambu, 2005. Anais… São Paulo: ANPOCS, 2005.

MORETTO, A. J. O sistema público de emprego no Brasil: uma construção inacabada. 172 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp. Campinas, 2007.

NUNES, C. A. A intermediação do trabalho no capitalismo – os desafios da experiência brasileira. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho) – UNICAMP. Campinas, 2003.

PAMPLONA, J. B. Estudo das empresas prestadoras de serviços de seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra temporária do Grande ABC Paulista. In:

GUIMARÃES, N. A. Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça: um experimento de política pública na Região do ABC Paulista. Relatório Final. Santo André: FAPESP/CEBRAP/PMSA/CEERT/ELAS, ago. 2003. Disponível em: <http://www.fflch.usp. br/sociologia/nadya>. Acesso em: 20 out. 2007.

POCHMANN, M.; MORETTO, A. Retomada do emprego numa economia em marcha lenta: implicações para as políticas públicas de mercado de trabalho. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais,14. Caxambu, 2004. Anais… São Paulo, ABEP, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA. Disponível em: http://www.itatiba.sp. gov.br/imprensaoficial/noticias/descricao/2963. Acesso em 10 Jan. 2008

RADZINSKI, V. Intermediação de mão-de-obra no sistema público de emprego no Paraná: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPR. Curitiba, 2008.

SINE – SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO. Relatórios estatísticos. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sine/relatorios.asp>. Acesso em: 17 jul. 2008.

SOUZA, F. F. Avaliação do SINE na Bahia. Revista Bahia Análise & Dados, Salvador, p. 183-200, dez. 2003.

HOMOGENEIDADE GLOBAL E IDENTIDADE LOCAL – NOVOS FORMATOS DO AUDIOVISUAL BRASILEIRO

GLOBAL HOMOGENEITY AND LOCAL IDENTITY – NEW FORMATS OF BRAZILIAN AUDIOVISUAL

Luiza Cristina Lusvarghi
Curso de Comunicação Social - Uninove SP
lluiza@uninove.br
lumecom@uol.com.br

Resumo

O monopólio da maior holding de mídia do Brasil, a Globo, vem sendo ameaçado, desde meados da década de 1980, pelo surgimento de novos players nacionais – SBT, Record -, e pela presença de grupos de mídia internacionais que despontaram com o advento do sistema a cabo e em parcerias com grupos locais (Viacom, Telefonica, Televisa). Essa nova configuração, que cresce amparada por mudanças de legislação, não é mais ser detectada somente por meio de estudos sobre os grupos locais, mas assume uma perspectiva transnacional e transcultural, incorporando setores tradicionalmente excluídos por motivos religiosos, sociais, étnicos e políticos. O papel dos conteúdos ficcionais ganha relevo na indústria do audiovisual, potencializada pelas novas tecnologias. Se o cinema pode ser apontado como o grande construtor do imaginário nacional, no Brasil, e na América Latina, quem narra a nação é a televisão. Nesse processo de convergência midiática, ela ocupa um espaço central. Para entender essas mudanças, serão utilizados os conceitos de gênero televisivo como categoria social, de John Mittell, e de ambiente cultural, de Raymond Williams, bem como os conceitos de produção transcultural de Nestor Garcia-Canclini.

Palavras-chave: Gêneros televisivos. Identidade local. Indústria audiovisual. Transnacionalismo. Transculturalismo.

Abstract

The monopoly of the largest media holding company in Brazil, Globo, has been threatened since the mid-1980s, the emergence of new domestic players - SBT, Record - and the presence of international media groups that emerged with the advent of cable system and partnerships with local groups (Viacom, Telefonica, Televisa). This new configuration, which grows supported by changes in legislation, no longer be detected only through studies of local groups, but assumes a transnational and transcultural perspective, incorporating groups traditionally excluded on religious, social, ethnic and political. The role of the fictional contents becomes important in the audiovisual industry, fueled by new technologies. If cinema can be seen as the main builder of the national imaginary in Brazil and Latin America, who narrates the nation's television. In this process of media convergence, it occupies a central space. To understand these changes, will be used the concepts of genre television as a social category John Mittell, environment and culture, Raymond Williams, as well as the concepts of transcultural production of Nestor Garcia Canclini.

Key words: Audiovisual industry. National identity. Transculturalism. Transnationalism. TV genres.

1 Cultura midiática e identidade nacional

A década de 1990 assinalou um novo período tanto para a mídia nacional quanto para a indústria brasileira de audiovisual. Após as primeiras eleições presidenciais, o mercado nacional passou por sucessivas mudanças. Durante o governo Collor uma das marcas de sua gestão foram as privatizações e, como consequência, a abertura de mercado. Nesse contexto, a mídia e a indústria audiovisual tiveram se submeter a novas regulamentações. Nesse cenário, a Rede Globo, a maior holding do país, se viu diante de uma concorrência maior, representada, num primeiro momento, pelo SBT, ainda em meados de 1980, que apesar de se utilizar do mote "rumo à vice-liderança", não chegou a abalar a audiência, e, num segundo momento, mais recentemente pela ascensão da Rede Record, sob administração da Igreja Universal.

A globalização do capitalismo sempre se faz acompanhar do desenvolvimento e formação de vários sistemas econômicos regionais, nos quais as economias regionais se articulam com corporações maiores, criando-se assim novas possibilidades tanto para a organização quanto para o desenvolvimento das atividades produtivas:

> Em lugar de ser um obstáculo à globalização, a regionalização pode ser vista como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a conformá-la à dinâmica da economia transnacional. O globalismo tanto incomoda o nacionalismo quanto estimula o regionalismo. Tantas e tais são as tensões entre o globalismo e o nacionalismo que o regionalismo aparece como a mais natural das soluções para os impasses e as aflições do nacionalismo. (IANNI, 1999, p.101).

A formação de grandes sistemas regionais à imagem e semelhança dos grandes grupos de mídia mundiais é fundamental para que o processo de regionalização se complete. Diante de novas perspectivas de mercado, a Internet agregou valor e contribuiu para potencializar os negócios de mídia, sobretudo se esses negócios incluem outras mídias como jornal, rádio, entretenimento, e produtos audiovisuais. No campo da teledramaturgia, todas as emissoras brasileiras já tentaram na atualidade desbancar a Globo, sem sucesso. Atualmente, o SBT limita-se a produzir telenovelas mexicanas e, recentemente, chegou a reprisar "O Pantanal", de Benedito Ruy Barbosa, que foi sucesso na Rede Manchete, inovou o gênero, e lançou novos nomes na tela. Agora quer investir no remake de grandes sucessos de Janete Clair. A última a entrar na disputa foi a Record. Após investir em grandes produções calcadas no modelo global, a emissora se voltou para o público adolescente, com os "Mutantes – Caminhos do Coração", e enveredou-se por produções realistas que abordam questões como a violência urbana e o narcotráfico, como em "A Lei e o Crime" e "Poder Paralelo", sem, no entanto, perder de vista o filão romântico, representado por franquias como "Bela, a Feia". .

Com o cinema, não foi diferente. Todos os grandes grupos de mídia nacionais tentaram investir no segmento cinematográfico, embora nenhum tenha alcançado o mesmo êxito da Globo Filmes. Logo depois da criação da Globo Filmes, em 1998, surgiriam a SBT Filmes, a Band Filmes e a Record Filmes. O primeiro filme da SBT foi "Coisa de Mulher" (2005), dirigido por Eliana Fonseca, em parceria com a Diler e Associados, responsável pelos filmes de Xuxa Meneghel, e parceira da Globo com a Warner. Já a Record filmes estreou com "Eliana em O Segredo dos Golfinhos" (2005), dirigida por Michel Ruman, numa parceria entre EMB Entertainment, Moonshot Pictures, Canal Azul, Fox Film do Brasil, Intercross e Rio Negro Producciones, distribuição da Fox Film do Brasil. A Band Filmes estreou com "Garrincha, a Estrela Solitária" (2003), estrelado por Taís Araújo e André Gonçalves, baseado na biografia escrita por Ruy Castro, numa coprodução da FAM Filmes com a Band Filmes. O filme, lançado em 2005, de modo geral, passou desapercebido. No caso da Rede Globo, abrir espaços para a produção de filmes, essencialmente, representou um investimento político (BUTCHER, 2006). Tendo como base um projeto de defesa dos conteúdos nacionais, foi concebido o Conteúdo Brasil, que tinha como meta defender a produção nacional da "invasão estrangeira", representada, num primeiro momento, pela alteração do artigo 222 que propunha a participação de empresas estrangeiras nos grupos de mídia em até 30% e a concessão de empresas de radiodifusão para empresas e não mais somente para pessoas físicas. Fazem parte desse processo a criação da Globo Filmes (um cinema com a alma do Brasil, era o slogan do site), do Canal Brasil, voltado para a recuperação e exibição de filmes nacionais, e o lançamento de programas como "Central da Periferia", projeto do sociólogo Hermano Pena e da atriz Regina Casé, entre outras ações efetivadas naquele período, que culminaram ainda com dois grandes seminários realizados na PUC São Paulo, reunindo produtores culturais e baluartes da defesa da cultura nacional, como o autor Ariano Suassuna.

A ideia de pensar o audiovisual como um projeto integrado, que reúne cinema, televisão e outros produtos multimídia, bem como a contribuição da Internet para a potencialização comercial de produtos como Big Brother, por meio do cross media, só contribuem para a expansão dos negócios.

Além disso, o mercado vai se ampliando cada vez mais. O governo e as empresas de telefonia fixa concluíram as negociações para levar internet a todas as escolas e municípios brasileiros até final de 2010 dentro do projeto Banda Larga para todos, surgido após a fusão Oi-Brasil Telecom, anunciada em 2008[1]. Tal iniciativa certamente vai ampliar a demanda por conteúdo audiovisual. Para entender melhor essas mudanças, entretanto, faz-se necessário entender a importância crescente desse novo mercado, do processo de internacionalização da mídia brasileira, que antecedeu esse período, e da importância dessa indústria na construção do imaginário nacional. Para investigar a função dos grupos nacionais no processo de globalização midiática, serão utilizados os conceitos de Fredric Jameson (1997) sobre a pós-modernidade, enquanto período histórico, que vê no capitalismo global o terceiro estágio do capitalismo, e não uma simples ruptura, conceito tomado de Ernst Mandel, e os de Octavio Ianni e Venício Lima para situar esses grupos e discutir temas específicos em movimentos políticos econômicos locais. Os formatos e gêneros de diversos produtos audiovisuais, sobretudo o gênero televisivo, serão discutidos tendo como base artigos recentes de Nestor Garcia-Canclini, John Mittell, Robert Stam, que trataram sobre esse tema, pouco explorado no Brasil à exceção do livro de José Carlos Aronchi e algumas inserções mais genéricas de Arlindo Machado (1999), que considera a narrativa seriada uma característica tão-somente da televisão. O gênero televisivo que tem merecido mais destaque é o formato telenovela, sobretudo a partir dos livros publicados pelo Núcleo de Telenovelas da USP, e agora do Obitel, Observatório Ibero-Americano de Ficção Televisiva, sobretudo nas análises de uma de suas criadoras, Maria Immacolatta Vassalo Lopes (2003).

A história do cinema, segundo Robert Stam, deve ser considerada à luz do crescente do nacionalismo, pois, para ele, o cinema tornou-se um instrumento estratégico de projeção dos imaginários nacionais (STAM, 2003). A insipiência de nossa indústria cinematográfica, sempre atrelada ao mercado exibidor internacional desde os seus primórdios, por um lado, e a dependência do Estado, por outro, acabaram por transformaram a televisão brasileira no fórum privilegiado de discussão dos grandes temas nacionais, e da promoção de valores e culturas locais, bem como de promoção da política. Essa arena compreende tanto os conteúdos ficcionais, materializados no gênero telenovela, quanto os informativos, trabalhados no telejornalismo. O Jornal Nacional, da Rede Globo, chegou a ser considerado, em um determinado período, quase como a voz oficial do Brasil, interpretada pelo locutor Cid Moreira. No mesmo período, a telenovela "Salvador da Pátria", exibida de janeiro a agosto de 1989, escrita por Lauro César Muniz e protagonizada por Lima Duarte, no papel de um boia-fria que aos poucos vai adquirindo consciência política, e acaba se tornando presidente do país, sofreu intervenção direta do Distrito Federal. O personagem de Lima, Sassá Mutema, teve seu destino alterado para agradar Brasília, e conseguiu desagradar tanto à direita, que via na telenovela uma crítica a Collor e uma ameaça à democracia liberal, quanto à esquerda, que via no boia-fria uma caricatura de Lula. Ainda assim, são os conteúdos ficcionais que conseguirão reverter a sisudez e a falta de discussão que caracterizaram o telejornalismo brasileiro que floresceu sob a ditadura, sobretudo nas obras de Lauro César Muniz, Dias Gomes, entre outros autores.

O poder político da mídia eletrônica nunca foi desdenhado, nem mesmo pelo poder público do país que ainda responde pela mais rentável produção audiovisual, os Estados Unidos[2]. O gênero policial, uma das maiores fontes de renda local e internacional da produção televisiva americana, se fortaleceu nos anos 1940 na medida em que o poder público necessitava de visibilidade. O seriado Dragnet, oriundo do rádio e lançado na TV em 1951 em sua primeira versão, é considerado o modelo inicial de franquias como Law and Order, e tinha seus scripts assessorados pelo LAPD – o departamento de Policia de Los Angeles – que via na série uma oportunidade de restaurar sua imagem, associada nos anos 1930 à corrupção e ao gangsterismo (MITTELL, 2004). As histórias eram sugeridas pelos policiais, e, depois de escrito, o roteiro era revisado por membros do LAPD.

No Brasil, a televisão, e ,sobretudo, a Rede Globo, se consolidou como cobertura nacional, quando atrelou-se à Ditadura Militar. Foi o Acordo Time-Life, em 1961, que possibilitou ao empresário Roberto Marinho ampliar seus negócios e estabelecer parcerias com os grupos regionais que legitimaram o poder da Globo como empresa nacional, produtora e distribuidora de conteúdos. O acordo era ilegal, pois a legislação brasileira não admitia que um grupo estrangeiro administrasse uma concessão de televisão de sinal aberto. No entanto, apenas em 1966 foi solicitada a instalação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), para investigar o acordo. Empresários de comunicação lançaram o "Manifesto à Nação" denunciando os atos da Globo e transformando o caso em um escândalo público. A Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada em 30 de março de 1966, recebendo notória oposição dos militares. Em 22 de agosto de 1966, a CPI condenou, por unanimidade, a Globo, pois os contratos

1 RODRIGUES, Lorena, 21/12/2007 - 17h47 , Teles fecham acordo para levar internet a todo o país até 200.Folha Online, Brasília., 21/12/2007

2 No quesito obra cinematográfica, os Estados Unidos perdem em *market share* para o Irã, e para a Índia. Entretanto, ainda que Bollywood supere em produção o cinema americano, em razão dos baixos preços de ingressos e do domínio americano sobre a exibição mundial, em termos de rentabilidade a indústria hollywoodiana permanece imbatível. Ver informações em www.planob.com.br

firmados entre TV Globo e Time-Life feriam o artigo 160 da constituição, que proibia empresas estrangeiras de participar da orientação intelectual e administrativa de sociedade concessionária de canal de televisão (HERZ, 1997). O presidente Castelo Branco, pediu novas investigações e passou o problema para seu sucessor decidir: o Marechal Artur Costa e Silva. Em 23 de setembro de 1968, Costa e Silva "legalizou", a TV Globo, indo contra a investigação da CPI, e transformou o termo numa espécie de referência de investigações que servem apenas como encenações para acobertar desvios políticos.

O Jornal Nacional estreou no dia 1° de setembro de 1969, com a frase do apresentador Hilton Gomes: "O Jornal Nacional da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil Novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o Brasil" (GOMES apud HERZ,1987). O caráter de subserviência ao governo era explícito.

Desde o inicio do século XX, as relações entre audiovisual, ideologia e as representações do nacional sempre foram alvo de intensas polêmicas. No caso do cinema, e da televisão, especificamente, talvez seja mais adequado usar o conceito de estrutura de sentimentos de Raymond Williams para tentar fugir do que Maria Elisa Cevasco chama de armadilha da ideologia: a aplicação mecânica de elementos externos aos produtos de significação artística ou o hábito de predefinir as características da base para buscá-las na superestrutura (CEVASCO, 2001). Ao longo da história, os governos sempre fizeram uso das imagens audiovisuais para se firmarem como a cultura dominante, mas, para isso, tiveram de dialogar com a cultura local e popular disseminada pelos veículos de massa. A televisão se consolidaria como veículo comercial entre 1950 e 1960, e o cinema era o meio privilegiado não apenas por representar o imaginário, como também de informar, com seus cinejornais e documentários.

Assim, durante a Revolução Bolchevique, Sergei Eisenstein, Dziga Vertov, Kulechov e Pudovkin trabalharam para o governo soviético produzindo material de propaganda. Nos Estados Unidos, a relação entre o Estado, o cinema e a televisão, embora eles nunca tenham tido um órgão nacional para administrar essa relação, sempre foi intensa. Quem vai produzir os cinejornais e conteúdo audiovisual são as majors, que se aglutinam em torno da Motion Picture Association of América (MPAA)-, que funciona como um cartel apoiado pelo governo americano. A televisão americana surgiu atrelada aos mesmos grupos que constituíram Hollywood, e que na década de 1930 já haviam se consolidado.

Nesse contexto, os produtos televisivos ficcionais, desde então, passaram a funcionar como balão de ensaio para produções cinematográficas e vice-versa. Cinema e televisão sempre irão atuar em consonância com as políticas internacionais de expansão do governo americano, funcionando como propaganda do american way of life, e dos ideais liberais americanos. A instituição do famoso código Hayes não visava apenas contornar possíveis desvios ideológicos em solo pátrio, mas adequar o produto nacional ao mercado internacional, evitando polêmicas (morais, religiosas) que pudessem interferir na recepção do público e, ao mesmo tempo, passar um padrão cultural e político americano como mensagem. A partir de 1948, com o decreto Paramount, essa expansão internacional tornou-se cada vez maior.

Na Alemanha, a documentarista Leni Riefensthal e a obra documental "O Triunfo da Vontade" representam um momento máximo da relação entre cinema, nacionalismo e poder. Embora o documentário tenha sido a forma mais direta de trabalhar com a cultura de massas durante o nazismo, no entanto, não foi a única. O expressionismo alemão no cinema, que floresceu durante a República de Weimar, teve suas raízes em movimentos artísticos da época, na literatura romântica, e nas artes plásticas, cuja segunda geração pode ser definida como nacionalista.

O papel desempenhado pela televisão no Brasil, ainda que mereça destaque sua importância como indústria cultural nacional, não pode ser compreendido apenas como uma característica brasileira. Nos chamados países em desenvolvimento, a televisão também assumiu, em diversos momentos, esse papel, como, por exemplo, no Iraque – em razão ainda da facilidade de comunicação que ela oferece, que possibilita transformar o estadista e o apresentador em personagens familiares e íntimos, e por interagir diretamente com o receptor. Dessa forma, esse estudo vai assinalar o desenvolvimento da televisão brasileira como o maior produto audiovisual nacional em detrimento do cinema, apenas para investigar essa especificidade em nosso contexto.

O avanço do capitalismo global ao longo da década de 1990 no Brasil coincidiu com o processo de consolidação da Globo enquanto uma autêntica holding, que passou a atuar em parcerias com as majors em todos os segmentos de produção do audiovisual para fazer frente ao surgimento de grupos que buscavam se estabelecer com o mesmo padrão – Record e SBT, e a possibilidade, que se concretizou em 2003, da participação legal de grupos estrangeiros em empresas de mídia nacional, a partir da alteração do artigo 222.

Por outro lado, assinala a criação de uma rede pública de televisão e uma política de apoio para a produção audiovisual, por meio de diversos editais, como o do projeto DOC TV, destinada a estimular a produção nacional, bem como de sua distribuição pela rede pública de emissoras. Outras iniciativas isoladas complementam essa nova postura como o programa "Telefilmes Cultura".

O programa "Telefilmes Cultura" produziu e exibiu em dezembro de 2009 durante quatro sábados consecutivos, telefilmes de 52 minutos produzidos para a televisão, os primeiros do gênero no Brasil. Todos tinham em comum o mesmo tema: "São Paulo – Essa Metrópole". A produção foi resultante de uma parceria da TV Cultura com a Secretaria de Estado da Cultura (SEC), que, por meio do edital "Concurso de apoio a projetos de produção de telefilme inédito no Estado de São Paulo", selecionou os respectivos projetos em 2008. Cada um recebeu R$ 600 mil, num investimento total de R$ 2,4 milhões. A TV Cultura garantiu a exibição, estúdios, 30 kg de luz e câmeras em Full HD, equipamento que aproxima os telefilmes das novas tecnologias audiovisuais. A TV Cultura deteve a exclusividade de exibição dos telefilmes pelo período de um ano.

O problema referente a essas iniciativas é conhecido: não existe uma rede nacional de exibição reunindo as televisões públicas estaduais, que se estabeleceram de forma diferenciada em cada estado, e a TV Brasil, mais conhecida como a televisão pública do Lula, ainda não logrou produzir nada do nível da TV Cultura, o único exemplo bem-sucedido de tevê pública no país, administrada por uma fundação que garante a boa qualidade da sua programação e a sua autonomia com relação ao governo estadual. Assim, pouca gente vai ter acesso aos telefilmes: "Para aceitá-la, continue na linha", de Anna Muylaert, coprodução da África Filmes e da Gullane Filmes; "Carro de Paulista", direção de Ricardo Pinto e Silva, produção de Zabumba Cinema e Vídeo Ltda, "Corpo presente: Alberto, Cynthia", produção da Cinegrama Filmes, dirigido por Marcelo Toledo e Paulo Gregório e "Paredes nuas", de Ugo Giorgetti, exibido no dia 2 de janeiro. A Rede Record, a única até agora a anunciar a produção de um telefilme, sobre Machado de Assis, certamente deve alcançar um público maior.

Dessa forma, as tradicionais telenovelas seguem como sendo o gênero ficcional por excelência. No entanto, hoje, cada vez mais, minisséries e seriados, divididos em blocos, começam a surgir em paralelo, inspirados nas fórmulas americanas de sitcom e seriados policiais. Nesse caso, a Globo sai na frente transformando sitcoms em filmes, e vice-versa, seja por meio de spin off, como ocorreu pela primeira vez com "Cidade de Deus" e "Cidade dos Homens", seja com "Os Normais" e "A Grande Família", a mais bem-sucedida adaptação para o cinema.

Se as produções da Globo são imbatíveis na associação entre cinema e televisão, dada a diversidade de produtos desenvolvidos, o mesmo não se pode dizer no quesito realismo. "Vidas opostas" (2006-2007), "Poder paralelo" (2009) e a minissérie com ares de seriado policial "A Lei e o crime"(2009) inseriram a Record no roteiro das produções mais ousadas na abordagem do narcotráfico e suas relações com o poder político e com a corrupção policial. Sem falar na franquia mais famosa no gênero telenovela – "Bete a Feia" (2009), dessa vez em versão nacional. Fenômeno mundial, a franquia mexicana, originada de uma telenovela venezuelana, ganhou 20 versões em diversos países, como China, Índia e Israel, e até mesmo na televisão americana, onde se tornou um seriado ao estilo sitcom – Ugly Betty.

O objetivo desse trabalho, ainda em andamento, é o de realizar o mapeamento das novas configurações midiáticas locais, bem como analisar os produtos culturais audiovisuais (filmes, programas de telejornalismo e de entretenimento, documentários), e sua inserção nas corporações da indústria audiovisual brasileira.

2 Novos formatos e gêneros

Os produtos das holdings que atuam no Brasil e na América Latina, aparentemente manifestações de hibridação (CANCLINI, 2002), se articulam agora em função não somente da cultura dominante e institucionalizada, mas também de demandas reprimidas, criando novos dutos de distribuição, atendendo a segmentos étnicos, diásporas que foram excluídas do processo de urbanização estandardizada tão característica do capitalismo global. No entanto, as tentativas de controle por meio da grande mídia, representada, sobretudo, pela associação televisão-internet, potencializam os efeitos do fluxo de programação (WILLIAMS, 1996), criando um ambiente cultural harmônico com o projeto de inserção político e cultural de cada grupo, e deve se curvar às exigências de estandardização do capitalismo global.

As novas estruturas de sentimentos, que se formam a partir da criação do ambiente cultural pelas redes (WILLIAMS, 1996), contribuem para a compreensão de fenômenos como a expansão de grupos associados a movimentos religiosos, visível no caso da Record, e a relação desses mesmos grupos como a crescente produção de guerrilha que circula na Internet, no You Tube, Facebook, no Twitter, nas banquinhas de camelôs com DVDs piratas, bem como seu impacto sobre a identidade cultural local. O personagem Sassá Mutema, em "Salvador da Pátria", de uma certa forma, ajuda a recriar o mito romântico e revolucionário da esquerda dos anos 1960, que via no homem simples do campo a esperança da revolução, e nas formações regionais do Centro-Oeste e, sobretudo, do Nordeste, o berço da rebelião camponesa. Esse ideário, identificado como a estrutura de sentimento romântico-revolucionária, teria permeado uma utopia nacional-popular nas décadas de 1940, 1950 e 1960, consagrada pela música, pelo cinema, pela literatura, e, em parte, pela televisão, em diversas telenovelas e minisséries como "O Bem Amado", de Dias Gomes, um autor assumidamente de esquerda, e se transformado na ideologia da indústria cultural brasileira (RIDENTI, 2005).

Os seriados policiais parecem ser uma dessas tentativas de diversificar a produção com formatos mais enxutos e adequados ao mercado internacional, e refletem ainda novas formas de lidar com esse ideário.

O surgimento de seriados com um perfil mais definido em termos de formato e temática, tais como "A Lei e o crime", na Record, "Força-tarefa" (2009-2010) e agora "Na forma da Lei" (2010), da Globo, "9 MM" (2008)[3], da Fox e "Mandrake", da HBO, sugere uma nova tendência da ficção seriada no Brasil, bastante distinta da telenovela e das minisséries, que mescla a linguagem dos filmes policiais americanos a uma estética naturalista que não se priva de nenhum recurso para falar de violência e pobreza. Se por um lado a abordagem segue uma linha bem distinta daquela legitimada pelas obras do Cinema Novo, sobretudo naquelas produções que se aproximavam do Realismo Italiano, como "Rio 40 Graus", por outro, algumas delas dialogam com obras que se tornaram famosas no mercado internacional, como "Os Cafajestes", de Ruy Guerra, e que no Brasil nunca foram tão populares. Distintos de seus congêneres, os policiais brasileiros não são modelos de heroísmo inquebrantável, como sugerem os seriados do gênero americano Law and Order, CSI, Cold File. São pessoas de carne e osso, com problemas domésticos, de corrupção, e, sobretudo, como convém a policiais de um país com graves conflitos de ordem social e de desenvolvimento, com muito pouco dinheiro sobrando. Nada de carrões, apartamentos de luxo.

Embora com moldura mais sofisticada, essa humanização do papel do policial também pode ser encontrada no seriado argentino "Epitafios" (Epitaphs), outra parceria da HBO voltada para o mercado latino, e exibida recentemente no Brasil em sua segunda temporada, trazendo como protagonistas Cecília Roth. A segunda temporada de "Epitáfios™" (Epitaphs), a badalada coprodução da HBO Latin America com a produtora argentina Pol-ka, demorou a chegar. A primeira temporada foi há muito tempo, em 2004, e deixou saudades – quem quiser rememorar vai ter de recorrer ao You Tube, pois a série só foi comercializada em DVD nos EUA. A dupla de detetives Renzo Márquez (Julio Chávez) e Marina Segal (Cecília Roth, a Sexília de Almodóvar), voltou a se reunir na segunda temporada para enfrentar um serial killer que, aparentemente, reproduzia crimes que já haviam ocorrido, a partir da reconstituição fotográfica de seus registros divulgados na imprensa. Até aí nada que mereça uma atenção especial, exceto pelo ambiente de delegacia, que lembra mais as brasileiras e latinas do que as americanas, certamente. Além disso, a humanização dos personagens está muito distante da característica principal do modelo realista dos similares americanos, em que a vida particular dos detetives mal aparece. O extinto Dragnet chegava a usar telepromters para criar esse efeito de distanciamento e conferir um ar mais coloquial à encenação. O seriado argentino certamente tem mais a ver com o filme noir, tanto na ambientação da luz, quanto no tratamento dos personagens. No noir, o protagonista é normalmente um detetive ou investigador que resolve tudo sozinho, quebrando regras e apesar da lei, e que está longe de ser um exemplo de boa conduta, constituindo dessa forma um autêntico though thriller (KRUTNIK apud MITTELL, 2004). Mas no caso americano, tanto os noir quanto os naturalistas ou semidocumentais ao estilo Law and Order ainda assim eternizaram os detetives linha rua, sem direito a privacidade, sem uma vida familiar definida ou que mereça maiores referências..

Na série da Record, "A lei e o crime", o traficante é o mocinho, que se envolve com o crime para se vingar do cunhado, um policial corrupto. Na verdade, os policiais da série não são modelos de bom comportamento e a salvação da corporação vem na figura de uma delegada que não pertencia aos quadros da polícia antes de seu pai morrer. "A Lei e o Crime" foi exibida pela Rede Record entre 5 de janeiro e 8 de Junho de 2009, protagonizada por Ângelo Paes Leme, fazendo o papel de Nando da Bazuca, e Francisca Queiroz, no papel da delegada Catarina, com roteiro de Marcílio Moraes(1998), Joaquim Assis, Renê Belmonte, Sylvia Palma e Leonardo Gudel e direção de Alexandre Avancini. Conta a historia de Nando (Ângelo Paes Leme), um ex-paraquedista de 30 anos, que mata o sogro e passa a ser perseguido pelo cunhado, o policial Romero (Caio Junqueira). Paralelamente, há a história de Catarina (Francisca Queiroz), uma mulher da alta sociedade, que resolve ser delegada depois que seu pai é assassinado.

A série policial da Record, que rendeu um segundo lugar no Ibope para a rede, terá segunda temporada e com projeto de virar filme, que pode contar com o ator hollywoodiano Antonio Banderas, orçado em 5 milhões de reais. Será o primeiro filme de ficção inteiramente assinado pela Record Entretenimento, que até agora lançou apenas longas na categoria documentários, como "Uma noite em 67", sobre os festivais de MPB da antiga Record.

O monopólio da maior empresa de mídia do Brasil, a holding Globo, que se consolida como grupo de cobertura nacional na década de 1970, graças ao Acordo Time-Life, vem sendo ameaçado desde meados da década de 1980, pelo surgimento de novos players – SBT, Record -, pela presença de grandes grupos de mídia internacionais que surgem no cenário em parceria com grupos locais (Viacom, Telefonica, Televisa) e que representam segmentos excluídos da identidade nacional como as igrejas pentecostais. Nesse movimento, temas que expressam reivindicações sociais (ecologia, direitos civis, prevenção das DSTs, violência, narcotráfico), manifestações culturais regionais e a internacionalização da mídia segmentada, representada pelos canais a

3 As produções brasileiras feitas pelas *majors* como Fox e HBO estão amparadas pelas leis de renúncia fiscal (Condecine).

cabo, geram a produção de programas locais, utilizando leis de renúncia fiscal (Condecine). A possibilidade de holdings estrangeiras se associarem a grupos nacionais, em razão de mudanças de lei, facilitam essas associações (art. 222, PL 29).

Enquanto a mídia, controlada pelas holdings, se empenha em incorporar identidades culturais regionais e étnicas para validar seus produtos e garantir sua posição perante a concorrência, mediante esquemas de produção em parceria com produtoras independentes (Band-Cuatro CAbezas|), ou com as majors (Globo-Endemol), ou criando canais alternativos (sistema a cabo, UHF), outros segmentos passam a se expressar utilizando os mais diversificados suportes, num movimento facilitado por novas tecnologias. Essa nova configuração não pode mais ser detectada somente por meio de estudos e pesquisas sobre uma emissora local, pois os grupos se instituem não somente como sistemas nacionais, mas também transnacionais. Numa sociedade contemporânea, a indústria do audiovisual ocupa o espaço central de produção da cultura e da informação e, a partir desse espaço, cria novas práticas sociais e formas culturais.

3 Considerações finais

Do ponto de vista da informação e da construção do imaginário, o conteúdo das grades das emissoras, se analisado a partir do conceito de ambiente cultural proposto por Raymond Williams, é composto pela grade de programação televisiva que se caracteriza como um fluxo contínuo que compreende os programas jornalísticos, filmes, telefilmes, telenovelas e propagandas, como integrantes da mensagem. Nesse aspecto, as emissoras de caráter mais definido são a Globo e a Record. Entretanto, tanto a Globo quanto a Record disputam o mesmo público, ou seja, apesar de ter como padrão de excelência o projeto de telejornalismo popular, não deixam de cotejar o público mais intelectualizado com os docudramas, documentários, e séries. No entanto, a ideia de trazer mais realismo à tela continua a nortear a programação da emissora, que dessa forma desafia a sua concorrente, conhecida por ter transformado o seu principal noticiário em um programa voltado para o padrão Homer[4]. O SBT, em sua nova guinada, que inclui agora o espólio cultural da autora de telenovelas Janete Clair, ainda parece tatear seu público, mas vem investindo na diversificação. A internet, com seu papel de potencializar e expandir o alcance dessa programação, vai ser incorporada à análise não somente como veículo, mas também como forma instituidora do imaginário cultural e de novas práticas sociais.

Os conteúdos ficcionais serão analisados não somente em razão desse fluxo, mas também levando-se em consideração sua importância na cultura contemporânea, tendo como base conceitos de mapeamento cognitivo (JAMESON, 1997), e sua função nos projetos multiplataforma das holdings de mídia, como sugere Garcia-Canclini em artigo sobre cinema e transnacionalismo (informação verbal[5]) em que defende a produção intercultural na América Latina como a única forma de promover produtos locais que constituam alguma forma de contrapartida a produção capitaneada pelas majors. Curiosamente, o grande portal da entrada latina no mercado brasileiro vem se realizando por meio da franquia, que na verdade promove a estandardização da produção, caso de "Bete a Feia", e dos produtos da Cuatro Cabezas desenvolvidos pela Band.

A tendência ao infotenimento, também mencionada por alguns autores como McDonaldização do jornalismo, também deve ser avaliada, no caso da análise do conteúdo jornalístico da informação disseminada pelos grupos, levando-se em conta os conceitos de hiperemoção (RAMONET, 2001) e a crescente associação da internet com os conteúdos televisuais. A revista de variedades eletrônica "Fantástico", da Globo, segue a linha do puro entretenimento, cada vez mais distanciada de grandes reportagens sobre temas polêmicos. A última grande entrevista do programa parece ter sido mesmo a do casal Nardoni. Já o Jornal da Record aposta mesmo na linha do entretenimento e de reportagens voltadas para o cotidiano. Em seus telejornais e no programa "Fala que eu te escuto", entretanto, de caráter nitidamente mais religioso, mas que, ao mesmo tempo, propõe discussões sobre ética que vão além dos fatos, a emissora tem aberto espaço para discussões sobre violência, drogas, sexo, e apuração de denúncias e abusos, violações dos direitos civis. As variáveis correm por conta de emissoras que se valem do jornalismo como diferencial, uma vez que não possuem recursos para diversificar a programação, caso do CQC, franquia da produtora argentina Eyeworks-Cuatro Cabezas, e do reality show de hospitais E24. Sucesso na Itália, Espanha, Chile e Argentina, o E24 voltou a ser transmitido no Brasil em julho numa parceria da Band com a Eyeworks-Cuatro Cabezas,, mesma produtora de CQC (Caiga quien Caiga), Polícia 24H (reality show policial), "A Liga" e do novo programa, "O Formigueiro", estrelado pelo humorista Marco Luque.

4 A polêmica se iniciou a partir de um seminário fechado promovido pela Globo para professores e pesquisadores de Comunicação. O professor da ECA USP, Laurindo Leal Filho considerou a afirmação de William Bonner, referindo-se ao padrão de público do JN com o personagem Homer, do desenho "Os Simpsons", como uma desqualificação da audiência e publicou matéria na imprensa a esse respeito.

5 Comunicação apresentada em 2008: Latin American Cinema as Industry and as Culture: its transnational relocation. Keynote for presentation in "Transnational Cinema in Globalising Societies: Asia and Latin América", Universidad Iberoamericana Puebla and Notthingham Ningbo, Puebla, México, 29-31 de agosto.

Referências

ALBUQUERQUE, D. M. de. A invenção do Nordeste e outras artes. Editora Massangana e Editora Cortez: Recife, 2001.

ARONCHI DE SOUZA, J. C. Gêneros e formatos na televisão brasileira. São Paulo: Summus, 2004.

ÁVILA ARAÚJO, C. A.; CASTRO SILVA, A. L.; CARVALHO, M.G. (2001). A TV e o superpopular. "Gente comum" na programação da TV aberta brasileira, trabalho apresentado no Simpósio de Pesquisa em Comunicação, 8, da Região Sudeste. Disponível em Observatório da Imprensa, seção Diretório Acadêmico. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da040420013.htm . Acesso em 15 nov. 2008.

ÁVILA, C.R,A. A teleinvasão: a participação da televisão estrangeira no Brasil. Piracicaba: Ed. Cortez/Universidade Metodista de Piracicaba, 1980.

BOCCHINI, B. Governo fecha acordo para levar banda larga a todos os municípios do país. Agência Brasil, Repórter da Agência Brasil. Disponível em: http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/03/25/materia.2008-03-25.1126928312/view . Acesso em nov. 2009.

BUTCHER, P. A dona da história: origens da Globo Filmes e seu impacto no audiovisual brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Escola de Comunicação/UFRJ. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CARVALHO, G. A televisão no Ceará (1959-1966). Consumo, lazer e indústria cultural. Fortaleza: Omni Editora, 2004.

CEVASCO, M.E. Para ler Raymond Williams. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

FIGUERÔA, A.; FECHINE, Y. Guel Arraes, um inventor no audiovisual brasileiro. Recife: CEPE, 2008.

GARCIA-CANCLINI, N. A globalização imaginada. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003.

_____ (2006) Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2006.

HERZ, D. A história secreta da Rede Globo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

IANNI, O. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

JACKS, N.A.; ALLI, E. Televisão e identidade cultural In: Tendências na comunicação. Porto Alegre: RBS/ L&PM, v.4, p. 12-19, 2001.

JAMESON, F. Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

_____ The geopolitical aesthetic: cinema and space in the world system. Blloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1992.

LOPES, M. I. V. Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. Comunicação & Educação, São Paulo, v.9, n. 26, 17 a 34, jan./abr. 2003.

LUSVARGHI, L.C. Cidade de Deus e Cidade dos Homens. Pós-modernidade, exclusão social e novas tecnologias na produção audiovisual brasileira, 2007. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP). São Paulo: Universidade de São Paulo.

MACHADO, A. Pode-se falar em gêneros na televisão? Revista Famecos, Porto Alegre, n.10, junho de 1999.

MATTOS, S. Um perfil da TV Brasileira (40 anos de história: 1950-1990). Editado pelo Capítulo Bahia da Associação Brasileira de Agências de Propaganda e Empresa Editora A TARDE S/A, 1990.

MITTELL, J. Genre and television. From cop shows to cartoons in American culture. New York and London: Routledge, 2004.

MORAES, D. de. O planeta mídia: tendências da comunicação na era global. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

NA TELINHA. Caminho das Índias vai virar tema de programa da CNN. Disponível em: http://natelinha.uol.com.br/2009/07/17/not_23961.php . Acesso em novembro de 2009.

NEALE, S. (ed.). Genre and contemporary Hollywood. London: BFI, 2002.

PAIVA, C.C. de. Roque Santeiro, uma alegoria do Brasil. 2001. Disponível em http://bocc.ubi.pt/pag/paiva-claudio-roque-santeiro.pdf . Acesso em jul. 2009.

PAZZIN, M. Telejornalismo americano. Sabor local com olhar global, de Los Angeles. Disponível em: www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=393TVQ003 - 65k . Acesso em 27 març. 2009.

PEREIRA, D.; SANTOS, D.; CARVALHO, M. Geografia, a ciência do espaço. O Espaço Brasileiro. São Paulo: Atual Editora, 1994.

PEREIRA, J.C. O conceito de cultura na Constituição Federal de 1988, comunicação apresentada no Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 4, maio de 2008. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil, 2008.

RAMONET, I, A tirania da comunicação. Petrópolis: Ed.Vozes, 2001.

RIDENTI, M. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. Tempo Social. Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1, junho de 2005.

RODRIGUES, L. Teles fecham acordo para levar internet a todo o país até 200. Folha Online, Brasília., 21 dez. 2007.

SIMIS, A. Estado e cinema no Brasil. São Paulo: Annablume, 1996.

STAM, R., Introdução à teoria do cinema. Campinas: Editora Papirus, 2003.

WANG, S. Framing piracy. Globalization and Film Distribution in Greater China. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publihsers, Inc. s/d

WILLIAMS, R. Cultura e sociedade (1780-1950). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

_____. Television. Television. Technology and cultural form. Routledge: New York, 2005.

MARKETING POLÍTICO E A IMAGEM DO CANDIDATO LUIS INÁCIO LULA DA SILVA

POLITICAL MARKETING AND THE IMAGE OF CANDIDATE LUIS INACIO LULA DA SILVA

Keli Folker Alcântara
Aluna do curso de Administração com ênfase em marketing – Uninove
kelifolker@yahoo.com.br

Maria Aparecida Campos
Mestre em Psicologia Social – Uninove

Resumo

O conceito de marketing evoluiu com o passar do tempo, sendo hoje aplicado a diversas áreas e com várias configurações. O marketing político utiliza técnicas para adequar um candidato ao seu eleitorado e elabora ferramentas para a construção e manutenção da imagem de um homem público. A base de qualquer campanha eleitoral são as pesquisas qualitativas e quantitativas que ajudam a definir o uso das ferramentas adequadas às metas do partido. Sendo as estratégias de comunicação as mais utilizadas, em razão da fácil divulgação e por atingirem uma grande parcela da sociedade. Nesse sentido, Lula, em 2002, utilizou os serviços do publicitário Duda Mendonça, mudou sua postura, mostrou-se mais maduro, formulou novas propostas e, assim, venceu a eleição para Presidência da República. Visando confirmar se tais estratégias influenciaram a intenção de voto dos eleitores foi realizada uma pesquisa de campo quantitativa com 200 eleitores. O resultado mostrou que, apesar dos participantes terem notado a mudança de Lula e do PT, o principal fator para sua vitória foi o fato de o governo anterior estar mal avaliado, em razão da desvalorização do real, o que favoreceu o candidato da oposição que representava uma mudança para os rumos do país naquele momento.

Palavras-chave: Candidato. Eleitor. Marketing político.

Abstract

The marketing concept has evolved over time and is now applied to various areas and with various settings. The political uses marketing techniques to suit a candidate for his constituency and prepare tools for building and maintaining the image of a public man. The cornerstone of any campaign are the qualitative and quantitative research to help define the use of appropriate tools to the goals of the party. Communication strategies being the most used, because of easy distribution and for reaching a large portion of society. In this sense, Lula, in 2002, used the services of advertising Duda Mendonca, changed his stance, was more mature, has formulated new proposals, and thus won the election for presidency. To confirm whether these strategies influenced the voting intention of voters was conducted a quantitative field survey of 200 voters. The result showed that although participants had noticed the change of Lula and the PT, the main factor for his victory was the fact that the previous government to be badly estimated, because of the devaluation, which favored the opposition candidate who represented a shift to the direction of the country at that time.

Key words: Candidate. Political marketing. Voter.

1 Introdução

O campo do marketing que se dedica a formular estratégias e desenvolver ferramentas para promover uma campanha eleitoral, destacando as qualidades do candidato é chamado de marketing político ou eleitoral.

Marketing político são todos os recursos utilizados, em longo prazo, na troca de benefícios entre candidatos e eleitores (FIGUEIREDO, 1994). Esses benefícios, no sentido do candidato para os eleitores seriam, essencialmente, as promessas, as vantagens do candidato, suas qualidades e a forma de se comunicar; no sentido oposto, ou seja, dos eleitores para o candidato, são os votos e as informações necessárias para obtê-los.

No marketing eleitoral também ocorre essa troca, porém por um período pré-determinado durante o qual o público terá que ser convencido a votar nesse ou naquele candidato. Segundo Galindo (2008), o marketing eleitoral assemelha-se a uma ação promocional cujo resultado é em curto prazo, os esforços são pontuais e cessam após um determinado período, ou seja, no término da eleição. Apesar das diferenças existentes, nesse trabalho, adotamos a expressão marketing político para designar os dois processos, conforme proposto por Figueiredo (2004).

Esse tema foi escolhido com o propósito de esclarecer se as ações de marketing são capazes de influenciar a intenção de voto das pessoas sem que elas percebam, pois segundo Figueiredo (1994, p. 21); "[…] fazer marketing político é, portanto, entender o que os eleitores querem em um determinado momento – e posicionar seu candidato de acordo com os anseios, as expectativas e as frustrações da população. É preciso fazer isso sem parecer artificial, sem forçar a barra".

A importância desse assunto está no fato de poder averiguar se o marketing consegue projetar a imagem de um candidato, transmitindo uma aparência e um comportamento que correspondam às expectativas do eleitor. De acordo com Rizzo (1998, p. 26), "[…] vendemo-nos para pessoas, instituições que querem e sempre têm necessidade de comprar. Por isso o produto Eu terá mercado constante… enfim, tudo depende da melhor aquisição do mercado que, sem dúvida nenhuma, é você". Nesse sentido, o candidato faz uso das ferramentas de marketing para convencer o eleitor de que é sua melhor opção.

2 Problema de pesquisa e objetivo

Diante do exposto surge o seguinte questionamento: as ações de marketing utilizadas na campanha de Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2002, conseguiram projetar a imagem desejada do então candidato e influenciar a intenção de voto dos eleitores?

A primeira hipótese é a de que a eleição de figuras carimbadas da televisão como, por exemplo, o cantor Frank Aguiar e o ex-apresentador Clodovil não deixam dúvidas quanto a isso. Eles precisaram apenas tornar-se visíveis, existirem. A aparição e a ocupação de um espaço na mídia substituíram todo o jogo político. A plataforma política que os sustentava, o debate, as argumentações, nada disso teve importância. Assim o político passa a ser alguém – ou algo – que assume os valores dominantes da cultura globalizada (MORAES JUNIOR, 2006).

Outra hipótese é que o marketing não influencia o eleitor, visto que este analisa o governo anterior e o histórico do candidato ou, ainda, que o marketing ajuda a passar uma boa imagem do candidato, mas não é isso o que define a campanha.

Sendo assim, esse estudo tem por objetivo geral demonstrar se estratégias de marketing conseguem planejar a imagem de uma pessoa e convencer o eleitor que aquele candidato é quem suprirá suas expectativas e satisfará suas necessidades. E, como objetivos específicos, esclarecer quais estratégias foram usadas para planejar a imagem do então candidato Luís Inácio Lula da Silva a Presidente da República no ano de 2002 e verificar se essas estratégias influenciaram a opinião do eleitor na hora do voto.

3 Entendendo o marketing político e o eleitoral

Entender como o conceito de marketing foi se transformando com o passar dos anos até chegar no marketing político exige, primeiramente, saber como surgiu o marketing e, posteriormente, como seu conceito evoluiu até chegar na definição aceita hoje acerca desse assunto.

Atualmente os profissionais de marketing estão envolvidos em diversas áreas como "[…] bens, serviços, eventos, experiências, pessoas, lugares, propriedades, organizações, informações e idéias" (KOTLER e KELLER, 2006, p. 6).

Segundo Kotler e Keller (2006), o objetivo do marketing é conhecer e entender o cliente tão bem para que o produto seja adequado a ele e se venda sozinho, tornando supérfluo o esforço de venda. Sendo assim, "[…] o marketing não cria necessidades: as necessidades existem antes dele. O marketing juntamente com outros fatores sociais, influencia os desejos" (p. 22).

Para alcançar esse objetivo é preciso considerar que o fator mais importante na venda de um produto é o fator pessoa. E assim surge uma das modalidades do marketing: o marketing pessoal.

Marketing pessoal é uma aplicação do marketing que valoriza os atributos e características do ser humano

e visa possibilitar a utilização plena de seu potencial na vida pessoal e profissional (RIZZO, 1998).

Galindo (2008, p. 17) sintetiza: "[…] marketing pessoal é a busca constante pelo melhor desempenho do ser humano, comprometido com suas ações e reações no sentido da construção consciente de uma imagem legítima, crível e alinhada com o perfil político do candidato que busca a uniformidade perceptiva junto aos seus eleitores". Assim, a proposta do marketing pessoal pode ser aplicada ao marketing político, pois garantir o máximo de visibilidade é o desafio de todo candidato.

Figueiredo (1994) afirma que a história do marketing político está associada ao desenvolvimento da propaganda. No início, a propaganda política era uma característica dos regimes autoritários e totalitários. Com o tempo, técnicas massacrantes foram substituídas pela persuasão e hoje o marketing é um instrumento indispensável em uma campanha eleitoral.

Segundo Queiroz (2006), a expressão marketing político começou a ser usada nos Estados Unidos para definir as estratégias de comunicação aplicadas em eleições democráticas. O marketing político estabelece relações com outras ciências, a saber: com a administração, quando sistematiza e organiza os procedimentos adotados pelo candidato como a arrecadação de fundos para uma campanha eleitoral; com a psicologia, quando adota técnicas persuasivas de comunicação transformando candidatos sisudos em sorridentes; com a política, quando alinha um candidato a uma dimensão ideológica mostrando-o como social-democrata[1], por exemplo, que resolverá problemas como o desemprego, e com a publicidade eleitoral que é a comunicação em vários veículos.

"Marketing é estratégia. E, numa competição eleitoral, você deve estar sempre de olho no que fazem e no que dizem seus adversários" (FIGUEIREDO, 1994, p. 23). Dessa forma, será possível comparar o posicionamento dos concorrentes e fazer uso das ferramentas corretas a fim de montar um modelo de marketing político que atinja os segmentos que estejam aptos a entender a mensagem.

Assim como todo produto é criado como solução para uma necessidade, na política é preciso "vender" argumentos para que o eleitor se sinta seguro na sua decisão e desconsidere críticas desfavoráveis ao candidato escolhido. Para Mendonça (2005, p. 59), "[…] o argumento faz parte, portanto, de uma estratégia de persuasão".

Em uma campanha eleitoral, a administração de marketing trabalha para elevar trocas desejadas, baseando-se na promoção e posicionamento do candidato, o que segundo Manhanelli (2009, p. 54), significa "[…] aumentar o alcance e melhorar a imagem do seu cliente como aquela que vai satisfazer as expectativas existentes no eleitorado". O marketing eleitoral, então, faz uso de diferentes estratégias para atingir seus objetivos de conquistar e manter o voto do eleitorado.

4 Estratégias eleitorais

As estratégias são o marco de uma campanha bem-sucedida, pois por meio dessas ferramentas pode-se construir uma ponte entre o que o candidato oferece e o que o eleitor espera e traçar os meios para alcançar a vitória. Assim, as diferenças entre os candidatos tornam-se a base da vantagem competitiva para eliminar adversários e conquistar a admiração dos eleitores.

A base de qualquer estratégia são as pesquisas qualitativas para descobrir as razões do voto e as pesquisas quantitativas para mensurar as ideias do eleitor. Com o uso de diferentes técnicas, é possível identificar as perspectivas e a opinião do público-alvo em relação aos candidatos apresentados e aos problemas existentes na sociedade (LAVAREDA, 2009).

Conforme Lavareda (2009), é possível desenvolver diferentes estratégias, tais como organizacional – mobilização de equipes e recrutamento de voluntários; arrecadação – orçamento/ verba da campanha; jurídica – legislação que regulamenta as campanhas; logística e deslocamento – rapidez na atuação nos grandes e pequenos estados; programática – exposição dos programas de governo e várias outras propostas até chegar o dia da organização da eleição.

Já Torquato (1985) aborda três alternativas de estratégias de marketing adequadas para a política: o marketing não diferenciado, que projeta a comunicação em massa, não focando nenhum segmento; o marketing diferenciado, com mensagens para diversos segmentos, e o marketing concentrado, com foco em apenas uma fatia do mercado.

Segundo o mesmo autor (2002, p. 197) "[…] não há receitas prontas para o exercício do marketing político. O que há são princípios e pequenas regras que, bem aplicadas, podem servir aos propósitos dos atores políticos". Portanto, para cada eleição e candidato é preciso definir ferramentas capazes de mostrar que os valores do candidato são os mesmos do eleitor.

Torquato (2002) aponta como ponto de partida de uma campanha eleitoral os seguintes princípios: avaliar a situação, adequar os recursos aos objetivos, ter foco no projeto político, uma relação custo-benefício adequada, fazer com que as decisões em determinado campo gerem resultados em diversas áreas combinando ação e efeito, ter um plano "B" de metas, esforçar-se para que o objetivo final seja atingido, reduzir a incerteza, explorar as fraquezas do adversário, mas só enfrentá-lo se tiver

1 Conforme o dicionário "Parlamentar e Político: o processo político e legislativo no Brasil", candidato social-democrata é aquele que toma as decisões com base no que é melhor para o todo, tendo como meta uma sociedade com direitos igualitários.

grande superioridade de forças e evitar uma campanha idêntica à outra.

Na opinião do publicitário Duda Mendonça (2005), no atual contexto do Brasil, em que os modernos meios de comunicação alcançam o país de uma ponta a outra, muitas vezes a versão do fato é mais importante que o próprio fato. Nesse contexto, abrir mão da propaganda e do marketing é se condenar voluntariamente ao insucesso.

De acordo com Lavareda (2009), a estratégia de comunicação é, sem dúvida, a ferramenta mais utilizada, visto que pode ser transmitida pelos mais diversos canais. Em primeiro lugar, pelo próprio candidato nos comícios, entrevistas e debates, por meio da linguagem verbal e não verbal. Nesse caso, o planejamento e a execução das táticas, darão mais tranquilidade nos momentos em que o candidato estiver sob pressão e ajudará a minimizar possíveis erros.

Segundo o mesmo autor (2009, p. 163) "[…] através do telefone celular, uma campanha pode enviar notícias, convidar para eventos e enviar alertas. Com *ringtones* (toques para celular), difundir *jingles* (músicas de propaganda) e palavras de ordem. E com os recursos de *podcast*[2] e *videocast* [3] os eleitores receberão comerciais e trechos de falas do seu candidato" (grifos nossos). Murphine (apud LAVAREDA, 2009) ressalta que o objetivo não é por novas informações na cabeça do eleitor e sim usar as que já existem.

Para Mendonça (apud Lavareda, 2009), a televisão é o meio de comunicação fundamental em qualquer campanha de massa, por isso se for bem usada é o mais eficiente veículo atingindo de maneira rápida os objetivos desejados.

Outro componente utilizado como meio de transmitir mensagens e transformar o horário eleitoral gratuito em algo atrativo é a música. Para Mendonça (2005, p. 93) "[…] *jingle* é um discurso musical dirigido a um eleitor. Se for bem-feito, vai chegar ao coração dele, até mesmo antes de ter passado por sua cabeça". Não precisa ser algo massacrante, como um refrão qualquer que repete o nome do candidato, e pode-se utilizar músicas já existentes e não feitas, especificamente para uma campanha política.

Entretanto, de acordo com Almeida (2008), a cabeça do eleitor é lógica e não pode ser enganada facilmente, nem mesmo pelas mais avançadas técnicas de comunicação e marketing. Sendo assim, para definir as estratégias, é preciso considerar que existem fatores que influenciam a opinião do eleitor, tais como a preferência partidária.

Muitos eleitores são fiéis a um partido e votam nele, independentemente do candidato que o representar. Há também os eleitores que não votam em candidatos de certos partidos. Lavareda (2009, p. 28) lembra que "[…] os partidos são a única porta de entrada nas disputas eleitorais […]" e, no Brasil, isso tem um peso maior na decisão de eleições majoritárias.

A análise do governo anterior também pode servir de subsídio para a decisão de voto nas próximas eleições, pois quando a população avalia positivamente as ações feitas durante um mandato tende a querer a continuidade e votar no candidato para a reeleição ou pelo candidato sugerido pelo partido do governo em questão. Por isso, Almeida (2008, p. 34) afirma que "[…] ganhar a eleição contra um governo bem avaliado não é para quem quer, é para quem pode".

O próprio candidato estimula e influencia o eleitor que pode ser atraído por suas id**e**ias, pela maneira como fala, pelo cenário em que se apresenta, tendo simpatia ou antipatia, confiança ou desconfiança. Se esses estímulos forem percebidos de forma positiva, o político terá como resposta o voto (TORQUATO, 2002).

Por isso, de acordo com Almeida (2008), já que as propostas dos candidatos e dos partidos têm grande influência na escolha do eleitor, um dos objetivos de uma campanha eleitoral e da propaganda nos veículos de comunicação em massa é permitir a divulgação das propostas de governo, sendo uma das formas de persuadir o eleitorado.

Por outro lado, existem aquelas pessoas que não se interessam pela política, sendo assim não se atentam às ações realizadas durante um mandato, não têm conhecimento da história do partido, do candidato, não sabem quais são suas propostas e podem ser influenciadas simplesmente pela aparência e pela imagem construída. Um exemplo é Fernando Collor que conquistou muitos votos simplesmente por ser um candidato considerado "bonito".

Portanto, cada candidato tenta construir para si uma imagem que esteja de acordo com sua estratégia eleitoral e pôr em seus adversários aspectos indesejados pelos eleitores. Assim, na campanha eleitoral do então candidato Lula, em 2002, o publicitário Duda Mendonça e sua equipe souberam ter senso de oportunidade e certa dose de coragem e ousadia para construir e posicionar um personagem político de destaque.

5 A construção de uma personalidade política

Uma personalidade política precisa ter uma imagem estrategicamente construída e marcante. Segundo Bezerra e Silva (s.d., p. 6), a imagem no ambiente político é "[…] um processo planejado intencionalmente na

2 *Podcast* – são arquivos de áudio que podem ser acessados pela internet. A palavra *podcast* é a junção da palavra *broadcast* (transmissão via internet) com iPod (tocador de MP3 da Aple), disponível em http://dicionario.babylon.com/podcast/.

3 *Videocast* são arquivos de vídeo que podem ser acessados pela internet.

construção do perfil de um personagem posto à exposição na esfera pública com a finalidade de conquistar a adesão dos destinatários (eleitores)".

Para eles, a imagem de uma personalidade política é como o rótulo de um produto que pode indicar tradição ou revelar algo novo; transmitir confiabilidade; competência administrativa ou outros atributos que se mostrem necessários para aquele personagem baseado nas pesquisas de opinião e análise dos problemas sociais em evidência.

Segundo Torquato (2002, p. 269), "[…] um dos principais desafios dos políticos é estabelecer uma forte identidade e projetar uma imagem que o corresponda". Identidade é o caráter de um político, a soma de suas virtudes e defeitos. Para sua imagem não ser artificial, deve estar sempre de acordo com a identidade que é sustentada com valores como lealdade, honestidade, ética e moral, conhecimento e serviços prestados à sociedade.

Bezerra e Silva (s.d.) frisam que, no caso de pessoas que constroem carreira ao longo de anos no cenário político, é preciso sempre realimentar sua imagem para garantir a continuidade e não cair em contradição. A modificação dos cenários de representação ocasiona a confirmação ou, muitas vezes, a necessidade de transformação da imagem construída.

Assim ocorreu com a imagem de Lula que atua no cenário político, desde 1975 quando se elegeu presidente sindicalista e esteve envolvido nas reivindicações salariais dos metalúrgicos do ABC paulista. No decorrer dos anos, a imagem do então candidato passou por transformações decisivas como a mudança na entonação da voz, os gestos mais discretos e as ações mais ponderadas, levando-o finalmente em 2002, à vitória da eleição presidencial.

Vale ressaltar que em 1998, com a intenção de demonstrar amadurecimento e novas propostas, foram feitas modificações nas estratégias da campanha petista, como por exemplo, a utilização da cor branca com mais frequência do que o vermelho nos comerciais exibidos na televisão. Porém, essas mudanças tiveram um efeito negativo para a imagem do então candidato Lula e foram entendidas pela mídia e pelos adversários como sinais de fragilidade, falta de identidade e compromisso com os princípios partidários (BEZERRA e SILVA, s.d.).

Ao longo das quatro disputas presidenciais, a atuação e a identidade de Lula foram se aperfeiçoando. Em 2002, uma campanha estrategicamente direcionada à importância da imagem e da comunicação, construiu o perfil de um novo político, com discurso, aparência visual e atuação política reconfigurada aos padrões estabelecidos pela mídia.

6 O marketing na campanha de Lula

O marketing foi introduzido na política para destacar as qualidades dos candidatos e camuflar seus defeitos por meio de estratégias e ferramentas de comunicação, pois segundo Mendonça (2005, p. 239), "[…] pesquisas mostram que, na opinião da maioria do povo brasileiro, todo político é ladrão. Uns roubam pouco, outros roubam muito, mas todos roubam. É evidente que essa generalização acaba sendo profundamente injusta para os políticos sérios".

A comunicação é a forma como as pessoas entendem o que foi dito, por esse motivo quem planeja a campanha deve atentar-se ao caráter da mensagem que a propaganda vai ter e o público a ser atingido. De acordo com Mendonça (2005), p. 49, grifos do autor:

> Marketing é o conteúdo – é o que, a partir das idéias e dos projetos do candidato, define o quê é preciso dizer. E a propaganda é a forma – define o como dizer… O marketing determina, por exemplo, o caráter da mensagem que a propaganda vai ter e o público a ser atingido.

A equipe de Lula, por meio de ferramentas de marketing, soube dizer na campanha presidencial de 2002 o que o eleitorado queria ouvir. Antes de vencer a eleição à Presidência da República do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva já havia tentado quatro vezes chegar ao poder. Mudaram os eleitores, a situação econômica do país e, principalmente, a aparência do então candidato, que passou a se apresentar com ternos trabalhados, barba bem feita e postura equilibrada.

Quando Lula disputou a primeira eleição, em 1989, ultrapassou 20% das intenções de voto, porém foi derrotado no segundo turno por Fernando Collor. Em 1994, permaneceu por oito meses em primeiro lugar, mas perdeu já no primeiro turno com apenas 27% dos votos. Em 1998, Lula chegou a ter 32% dos votos, mas Fernando Henrique foi reeleito no segundo turno (AMARAL, 2002).

A popularidade de Lula nas pesquisas não se refletia nas urnas. Segundo assessores diretos do então candidato, isso ocorria em razão da imagem de Lula que era considerada pelo eleitor comum, radical demais e isso deveria mudar (AMARAL, 2002).

Em 2001, o publicitário Duda Mendonça foi contratado pelo Partido dos Trabalhadores para criar e produzir dois programas nacionais do partido naquele ano, todos os comerciais de televisão e uma campanha contra a corrupção. A partir desse momento, a imagem

e a forma de se comunicar do partido e do então candidato Luís Inácio Lula da Silva começou a mudar.

Para o publicitário, o PT falhava na forma de se comunicar com a população. Nos discursos, por exemplo, palavras de ordem como "a luta contínua" e "vamos à luta, companheiro" lembravam as grandes greves operárias da década de 1970 e assustavam o eleitor comum que não queria ouvir falar de brigas. Era preciso se comunicar de forma mais clara para que a população pudesse entender, confiar nos projetos e apoiar o partido.

Seu primeiro trabalho foi a campanha chamada "xô corrupção" na qual um rato aparecia roendo a bandeira brasileira. Foi um comercial de grande repercussão e aprovado por todos do partido. Por meio de pesquisas qualitativas, observou-se que o público também aprovou e começou a ter a ideia de um partido mais maduro, mais moderado, com mais propostas e menos críticas.

Concluída a campanha contra a corrupção, no ano em que o PT completou 21 anos de existência, foi ao ar o primeiro programa nacional do partido, com a atriz Giulia Gam contando a história das lutas do partido contra a ditadura militar, de suas vitórias e de seus governos. Mendonça (2005) afirma que é preciso escolher as pessoas certas para transmitir a mensagem de forma adequada para o público escolhido, sendo assim, a escolha da atriz se deu por ser alguém filiada ao partido e capaz de transmitir confiança e credibilidade.

Almeida (2008, p. 94) corrobora que "[…] em 2002, a imagem de Lula era outra. Não era mais aquele radical que defendia greves e ocupações de terras. Ao contrário, já no ano da eleição, quando os sem-terra ocuparam a fazenda dos filhos de Fernando Henrique, Lula e o PT utilizaram seus horários de propaganda gratuita para condená-los".

O eixo central do trabalho do publicitário Duda Mendonça foi eliminar imagens negativas relacionadas a Lula, como a de que o então candidato seria grosseiro, a favor da baderna e sem estudo. Um exemplo de propaganda feita para corrigir imagens consideradas negativas foi a campanha que indicou no mapa do Brasil, os quatro estados e 187 municípios em que o PT estava eleito, para mostrar que o partido possuía experiência administrativa (LIMA, 2002).

Para Angelim (2003), a candidatura de Lula ganhou destaque com os trabalhos da equipe do publicitário, mas o fator decisivo foi o próprio Lula e o PT que aproveitaram a insatisfação com o governo anterior de Fernando Henrique para conquistar novos eleitores. Lula, por já ter disputado o cargo outras vezes, estava mais maduro, mais ponderado e sabia que algumas atitudes não poderiam ser repetidas.

Por exemplo, depois de perder três vezes seguidas as eleições presidenciais, Lula convidou o jornalista André Singer, que trabalhava no jornal Folha de São Paulo, para ser o porta-voz de sua campanha. O jornalista ficou responsável por responder perguntas dirigidas ao então candidato. Foi uma forma de evitar questionamentos ou declarações precipitadas (LIMA, 2002).

Mudar a imagem de Lula e do PT foi questão de sobrevivência. Contudo, o candidato demonstrou um grande poder de adaptação, pois a cada campanha, apresentou-se com um discurso diferente. Em sua primeira eleição, Lula era radical: fazia a defesa de causa, mas não apresentava nenhum projeto de governo. Em 94 criticou o plano Real e em 98 chegou a dizer que não tinha motivação para disputar. Já em 2002, sua campanha mostra um candidato sentimental que aparece chorando em um comercial na televisão (SECCO e LIMA, 2002).

Após Lula ganhar a eleição, em outubro de 2002, a Revista Veja publicou uma matéria dizendo que Lula 'um homem do povo', desafiou a história e chegou à Presidência da República. Sua vitória representou o triunfo de uma ideia, de uma vontade pessoal e da democracia brasileira. Ressaltou que Lula jamais foi vereador e nunca administrou uma cidade. Também não se elegeu governador de Estado e nem foi ministro de nada. Construiu sua vitória à base de derrotas.

Portanto, uma das funções do marketing em uma campanha eleitoral é desenvolver propagandas que alcancem o eleitor em potencial e projetar a imagem adequada do político em questão. Para isso, é necessário ressaltar o lado bom de um candidato, disfarçar seu lado inconveniente, mas nunca criar um personagem falso. O marketing não pode fabricar um político, é preciso que o candidato tenha potencial, visto que as qualidades essenciais devem vir com ele.

Uma das ferramentas utilizadas para alcançar esses eleitores potenciais é a aplicação de pesquisas que ajudam os profissionais de marketing a avaliar opiniões e coletar percepções do público investigado. Nesse trabalho também se realizou uma pesquisa de campo, mas com o objetivo de verificar se tais estratégias influenciaram a intenção de voto dos eleitores na eleição presidencial de 2002 e o resultado das ações de marketing na projeção da imagem de Lula.

7 Metodologia

Para pesquisar se o marketing político consegue projetar uma imagem do candidato capaz de convencer o eleitorado a nele votar, utilizou-se o método indutivo no qual a análise parte do individual para o coletivo, pois

> […] a indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados

> particulares, suficientemente constatados, infere-se em uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam (LAKATOS; MARCONI, 2005, p. 86).

As pesquisas de campo e bibliográfica foram utilizadas para descobrir como as ações de marketing utilizadas na campanha do então candidato Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, influenciaram a intenção de voto dos eleitores. Para construir o embasamento teórico desse trabalho foram utilizados, como fontes de pesquisa bibliográfica, livros, *sites* e periódicos, pois, segundo Oliveira (2001, p. 119), "[…] a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno".

Em relação à pesquisa de campo, Lakatos e Marconi (2005) afirmam que é utilizada para obter informações acerca de um problema ou comprovar hipóteses levantadas. Sendo assim, as entrevistas foram feitas com 200 pessoas, por meio de questionário estruturado com 13 perguntas fechadas, pois conforme Almeida (2008, p. 175), "[…] quando as respostas mais importantes de uma determinada pergunta são claras, a pergunta fechada pode e deve ser utilizada[…]", uma vez que tem como principais vantagens a padronização das respostas e a facilidade do processamento dos resultados.

Para a elaboração do instrumento de pesquisa levou-se em conta as estratégias de marketing utilizadas na campanha do então candidato Luís Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 2002: as campanhas exibidas na televisão contra a corrupção, mudança de postura, melhorias na aparência visual, forma de se expressar e o aumento da popularidade.

8 Análise dos resultados

A pesquisa de campo foi realizada com pessoas do círculo de relacionamento da pesquisadora, todas possuem título de eleitor, moram na capital do estado de São Paulo e votaram em 2002.

Dos 200 participantes, 53% pesquisados são do sexo feminino e 47% do sexo masculino. Segundo Lavareda (2009), as mulheres representam a maioria do eleitorado brasileiro, demoram mais para decidir em quem vão votar e mudam de ideia com mais facilidade. Ressalta ainda que os profissionais de marketing terão cada vez mais chances de trabalhar para mulheres candidatas ou ter uma delas como principal adversária do seu contratante.

A faixa etária segue assim distribuída: 48% participantes têm idade entre 25 e 29 anos; 26% estão na faixa de 30 a 39 anos; 13% estão na faixa de 40 a 49 anos e a mesma porcentagem têm 50 anos ou mais.

Com o envelhecimento da população, o eleitorado jovem no Brasil tende a diminuir. Porém, em 2002, o voto dos jovens foi a maioria no 1º turno da eleição presidencial, pois com a questão do desemprego em evidência, esta era a parcela da população que mais aspirava por mudanças (LAVAREDA, 2009).

Metade dos participantes possui uma renda mensal de até três salários mínimos (R$ 1.530,00), 22% percebem de 3,1 a 5 salários mínimos; 18% de 5,1 a 7 salários mínimos e apenas 10% recebem mais de 7 salários mínimos.

A quarta questão foi aplicada para identificar o nível de escolaridade. Nota-se que, apenas 12% dos pesquisados têm ensino fundamental completo ou incompleto, 26% têm ensino médio completo ou incompleto, sendo que 62% responderam que têm ensino superior completo ou incompleto.

Após as questões relativas ao perfil da população participante iniciaram-se aquelas elaboradas especificamente para o tema pesquisado. Sendo assim, a quinta questão da pesquisa verificou se os participantes lembravam em quem votaram nas eleições presidenciais de 2002 e se sim, em qual candidato. Notou-se que a maioria dos entrevistados (54 %) votaram em Lula.

A maior parte do eleitorado estava disposta a votar em um candidato que representasse uma mudança nos rumos políticos do país. Isso favoreceu os candidatos da oposição, principalmente Lula, que manteve uma posição crítica em relação aos oito anos do governo Fernando Henrique.

A sexta questão identificou que 51% dos participantes consideraram as propostas para decidir o voto, 17% avaliaram o governo anterior, 16% votaram pelo partido que o candidato pertence, 9% decidiram com base na campanha eleitoral – propagandas , 6% levaram em conta o carisma do candidato na hora de votar e apenas 1% votou por influência de amigos.

A sétima questão avaliou se as campanhas contra a corrupção feitas pelo PT mudaram a visão dos participantes da pesquisa sobre o partido. O resultado apontou que 60% responderam que não, 26% responderam que sim e 14% não se lembram.

A oitava questão mostrou que 61% dos entrevistados perceberam a postura mais equilibrada de Lula e do PT a partir de 2001, contra 39% que não notaram a mudança. Mendonça (2005) afirma que é visível a transformação pela qual passou o candidato e o partido. Mudanças essas que foram aceitas e percebidas pela população, conforme pesquisa realizada.

Levando em conta que Lula se candidatou em eleições anteriores, mas somente em 2002 elegeu-se, a nona questão verificou o aspecto que, na opinião dos entrevistados, favoreceu o candidato. A maior concentração das pessoas (24 %) está na resposta de que foi a situação econômica do país que favoreceu Lula. Entretanto, 13% acreditam que a vitória em 2002 se deve ao carisma do candidato, 14% à campanha eleitoral e 15% à sua maneira de se expressar, o que mostra que Lula e sua equipe souberam passar na campanha presidencial a imagem esperada pelo eleitorado. Ainda para 16% a vitória se deu em razão do pensamento dos eleitores; para 11% em razão do partido ao qual Lula pertence e apenas para 7% à liderança sindical.

A décima questão identificou que 65% dos eleitores responderam que se Lula continuasse se apresentando como líder sindical, usando palavras de ordem como "vamos à luta companheiro" e ainda usasse tom de voz elevado em seus discursos não teria vencido a eleição de 2002 e 35% disseram que venceria de qualquer forma. Com isso, podemos perceber que o marketing pessoal beneficiou o candidato que buscou reconhecimento, adequação, impacto, credibilidade, confiança, serenidade, cumplicidade, enfim, identidade com o eleitor.

Além do discurso, outras informações associadas à expressão facial e gestual são percebidas na aparência visual, como o nível de ansiedade ou tranquilidade e a segurança sobre o que diz. Por sua vez, o vestuário está relacionado à postura no sentido de modernidade ou conservadorismo (BEZERRA E SILVA, s.d.).

A próxima questão identificou que, para 34% das pessoas, a nova aparência de Lula com ternos de grife, barba bem feita e sorridente mudou a sua visão sobre o candidato, enquanto 66% mantiveram sua opinião inalterada.

Em 2002, o foco da campanha de Lula foi o plano social para combater o desemprego e a miséria, tendo como ponto central o projeto Fome Zero. A campanha utilizou o marketing direto, o discurso foi reconfigurado aos padrões da televisão, o vestuário, a postura, as ideias e opiniões políticas foram remodeladas e propostas antigas foram adequadas à conjuntura econômica. Surgiu então um Lula almejado pela mídia e pela sociedade brasileira vigente (BEZERRA e SILVA, s.d.).

O espaço na televisão dedicado aos candidatos ajudou os eleitores a conhecerem melhor os políticos e suas propostas. Por meio do horário eleitoral gratuito, Lula manifestou seu propósito de combater o desemprego, o principal problema na ocasião. Sendo ex-operário, ex-sindicalista e principal líder do PT, o então candidato tinha credibilidade para prometer gerar muitos empregos.

Todavia, mesmo com o aumento da popularidade de Lula como o candidato que representava a mudança e que traria a melhor solução para a crise econômica do país em 2002 (desvalorização do real), a questão 12 mostrou que apenas 37% pessoas mudaram sua visão sobre o candidato e 63% mantiveram a mesma visão.

Os profissionais de marketing da equipe de Lula encontraram como solução apresentar um Lula conciliador, bem vestido, auxiliado por estudiosos de alta qualidade e especialistas do partido que, de certa forma, supriram a falta de preparo acadêmico e prático do próprio candidato que se mostrava disposto a cumprir contratos assumidos com investidores estrangeiros e seria flexível nas negociações para melhorias do país.

No entanto, de acordo com a questão 13 da pesquisa, 38% dos entrevistados responderam que as estratégias adotadas na campanha presidencial de Lula, em 2002, foram capazes de exercer influência sobre sua intenção de voto, 46% disseram que não e 16% não se lembram. Entretanto as estratégias utilizadas deram certo porque conseguiram diminuir a rejeição ao candidato.

Portanto, as estratégias utilizadas para planejar a imagem de um personagem político que estivesse de acordo com o esperado pelo eleitorado deram certo, porque conseguiram diminuir a rejeição ao candidato e obtiveram resultados positivos, visto que a maioria dos entrevistados perceberam a mudança em sua postura e confirmaram que o fato de Lula ter deixado de se apresentar como líder sindical e ter formulado propostas para resolver os problemas em evidência da sociedade o levaram à vitória em 2002.

9 Considerações finais

Esse estudo foi realizado para verificar se as ações de marketing utilizadas na campanha de Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2002, conseguiram projetar a imagem desejada do então candidato e influenciar a intenção de voto dos eleitores. Notou-se que, o marketing político elaborado pela equipe publicitária de Lula conseguiu projetar uma imagem de acordo com o esperado pelos eleitores e adequada ao momento econômico em que o país se encontrava.

Todavia, conforme pesquisa realizada, refutou-se a hipótese de que o candidato à Presidência da República precisaria apenas existir na mídia, confirmando que o marketing não define a campanha, mas que é uma ferramenta poderosa para transmitir uma imagem adequada do (a) candidato (a) ao eleitorado.

Lula soube ser flexível, mudou sua postura e a maneira de se expressar na campanha presidencial de 2002. Com aparência mais sofisticada, personalidade mais madura e propostas que resolveriam os problemas em evidência na sociedade provou que é impossível pensar em eleições, nos dias de hoje, sem pensar em uma estrutura de marketing com atividades voltadas para todos os segmentos do eleitorado (JAPIASSU, s.d.).

No entanto, as propostas apresentadas e a situação econômica do país que passava por um momento difícil em razão da desvalorização do real, mostrando que o país deveria seguir novos rumos no âmbito político, foram os fatores que mais influenciaram a opinião dos eleitores. Contudo, as ações de marketing contribuíram para formar uma boa imagem do político em questão. Para Mendonça (2005, p. 53):

> A forma como você fala, o jeito como você olha podem ser muito mais convincentes do que o seu discurso. Muitas vezes, algumas vezes dizem: 'Mas você vai mesmo votar em fulano? Ele nem sequer sabe falar'. Não interessa. Ele fala com os olhos, fala com as mãos, fala com a alma.

Assim ocorreu com Lula, um metalúrgico, ex-líder sindical e sem formação acadêmica que conquistou o cargo de Presidente da República quando mudou a forma de se apresentar. Portanto, essa pesquisa aponta que o marketing não é o fator decisivo, mas exerce papel fundamental para promover a imagem de um político na campanha eleitoral.

Referências

ALMEIDA, A. C. *A cabeça do eleitor:* estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

AMARAL, L. H. Prévias do PT confirmam a candidatura de Lula. *Revista Veja*, ed. 1744, n. 12, p. 48-49, 27 março 2002.

ANGELIM, A. S. *Como ganhar uma eleição?* 20 dezembro 2003. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1408/Como-ganhar-uma-eleição>. Acesso em: 14 março 2010.

BEZERRA, A. K. G.; SILVA, F. R. da. *Novo formato da prática política no cenário midiático:* Uma análise da construção da imagem pública de Lula nas eleições presidenciais de 2002. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/silva-fabio-pratica-politica.pdf>. Acesso em: 28 março 2010.

FIGUEIREDO, R. *O que é marketing político.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

GALINDO, D. *Do marketing político ao marketing do político* – A propaganda política no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cátedra UNESCO / Metodista de Comunicação, 2008. Disponível em: <http://www.danielgalindo.ppg.br/Do%20maketing%20politico%20ao%20marketing%20do%20politico.pdf>. Acesso em 4 nov. 2009.

JAPIASSU, C. *Uma campanha de marketing político.* Disponível em: <http://umacoisaeoutra.com.br/marketing/mktpol.htm>. Acesso em: 16 set. 2009.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. *Administração de marketing.* 12º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. *Fundamento de metodologia científica.* 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LAVAREDA, A. *Emoções ocultas e estratégias eleitorais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LIMA, M. Lula sobe nas pesquisas. *Revista Veja*, ed. 1748, n. 16, p. 46-48, 24 abril 2002.

MANHANELLI, C. *Marketing eleitoral*: o passo a passo do nascimento de um candidate: como organizar, formatar, redigir e apresentar um plano de marketing eleitoral: capacitando consultores políticos. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

MORAES JUNIOR, E. Bios Midiático – Lula, a força da mídia e a força do "estar na mídia". 07 novembro 2006. Disponível em: < http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=406JDB011>. Acesso em: 23 out. 2009.

OLIVEIRA, S. L. de. *Tratado de metodologia científica:* projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**.** 2ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Pioneira, 2001.

QUEIROZ, A. *Ideologia e propaganda política na literatura latino-americana – Na arena do marketing político*: ideologia e propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras. São Paulo: Summus, 2006.

RIZZO, C. *Marketing pessoal*. 2ª ed. São Paulo: Terra, 1998.

SECCO, A.; LIMA, M. Sucessão: o efeito Lula. *Revista Veja*, ed. 1752, n. 20, p. 38-41, 22 maio 2002.

TORQUATO, G. *Marketing político e governamental*: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação. São Paulo: Summus, 1985.

_____ *Tratado de comunicação organizacional e política.* São Paulo: Pioneira, 2002.

MECANISMOS DE COORDENAÇÃO, SEGUNDO MINTZBERG, E SUA CARACTERIZAÇÃO EM UMA PRÉ-INCUBADORA INTERINSTITUCIONAL

COORDINATION MECHANISMS, SECOND MINTZBERG, AND ITS CHARACTERIZATION IN A PRE-INCUBATOR INTERINSTITUTIONAL

Vladas Urbanavicius Júnior
Doutorando em Administração – Uninove
vladasjunior@yahoo.com.br

Edmilson Oliveira Lima
Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração – Uninove
edmilsonolima@gmail.com

Resumo

Uma dimensão importante dentro da estrutura das organizações é a coordenação das atividades. Mintzberg define seis mecanismos de coordenação predominantes em uma organização: ajustamento mútuo, supervisão direta, padronização dos processos, das habilidades e das saídas (*outputs*) e o estabelecimento de normas e regras. Esse artigo tem por objetivo analisar os mecanismos de coordenação de um programa interinstitucional de pré-incubação de empresas que envolvem três instituições de ensino superior, tendo como base as teorias organizacionais de Mintzberg. O método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso e a coleta de dados por meio de diferentes tipos de instrumentos: questionário semiestruturado e fechado, análise de documentos e entrevistas com pessoas-chave. Os resultados do estudo são apresentados em forma de gráficos, figuras, quadros e análises dos autores. Eles mostram que os mecanismos de coordenação, propostos por Mintzberg, representam um importante instrumento para o entendimento da coordenação em uma organização e que são observáveis também em organizações que atuam em conjunto, como se vê no caso do programa de pré-incubação estudado. As conclusões apontam para a utilização de um modelo de coordenação híbrido com a predominância do mecanismo denominado padronização das habilidades.

Palavras-chave: Mecanismos de coordenação. Mintzberg. Pré-incubadora.

Abstract

An important dimension within the structure of organizations is the coordination of activities. Mintzberg defines six coordinating mechanisms prevalent in an organization: mutual adjustment, direct supervision, standardization of processes, skills and outputs (outputs) and the establishment of norms and rules. This article aims to analyze the mechanisms of coordination of an interinstitutional program of pre-incubation of companies involving three institutions of higher education, based on organizational theories of Mintzberg. The research method used was case study and collecting data through different types of instruments: semi-structured questionnaire, closed, document analysis and interviews with key people. The study results are presented in graphs, figures, tables and analysis of the authors. They show that the coordination mechanisms, proposed by Mintzberg, represent an important tool for understanding the coordination in an organization and which are also observable in organizations that work together, as seen in the case of the pre-incubation studied. The findings point to the use of a hybrid model of coordination with the predominance of a mechanism called standardization of skills.

Key word: Coordination mechanisms. Mintzberg. Pre-incubator.

1 Introdução

Mintzberg introduziu seu modelo de estruturas organizacionais com a publicação do livro *The Structuring of Organizations*, em 1979. A partir de então, aquele modelo se tornou muito popular nos países anglo-saxões na iniciação de estudantes na pesquisa das estruturas organizacionais e para descrever e analisar as organizações nos contextos em que estão inseridas (DRAGO, 1998).

Hall (2004) atribui às estruturas organizacionais a função de permitir que as organizações produzam resultados por meio de metas específicas e mecanismos que permitem o regulamento do comportamento individual de seus membros. Assim, uma dimensão importante na estrutura é a coordenação das atividades. Mintzberg (2003) define seis mecanismos de coordenação predominantes em uma organização: ajustamento mútuo, supervisão direta, padronização dos processos, das habilidades **e** das saídas (*outputs*) e o estabelecimento de normas e regras.

Esse artigo tem por objetivo analisar os mecanismos de coordenação de um programa interinstitucional de pré-incubação de empresas, que envolve três instituições de ensino superior, com base nas contribuições teóricas de Mintzberg (2003).

Esse artigo considera como caso de estudo o programa de pré-incubação interinstitucional denominado PINC, situado na cidade de Itajubá, MG, e que é mantido pelas seguintes instituições de ensino: Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas – FACESM e Faculdade de Medicina de Itajubá – FMIT. No Brasil, as pré-incubadoras de empresas são estruturas organizacionais ligadas normalmente a instituições de ensino superior e desenhadas para estimular a criação, o desenvolvimento e a consolidação de novas empresas inovadoras e competitivas.

Segundo Mintzberg (2003), as instituições de ensino superior se enquadram no modelo organizacional denominado pelo autor como profissional, que possui como principal mecanismo de coordenação a padronização das habilidades. A padronização das habilidades ocorre de acordo com as especificações exigidas para a realização de um trabalho e por meio do treinamento dos trabalhadores profissionais para exercerem atividades complexas. Nesse sentido, uma das verificações que faremos nessa pesquisa é se há predominância desse mecanismo também no programa interinstitucional de pré-incubação de empresas em estudo, uma vez que está inserido no ambiente universitário. A questão da pesquisa desse trabalho é a seguinte: como se caracterizam os mecanismos de coordenação descritos por Mintzberg (2003) em um programa interinstitucional de pré-incubação de empresas?.

Além dessa introdução, o trabalho apresenta na seção seguinte os aspectos teóricos relacionados aos mecanismos de coordenação, tendo como base principal o referencial teórico de Mintzberg (2003) e, na sequência, um referencial teórico em torno dos programas de pré-incubação de empresas. Após a fundamentação teórica, são apresentados os métodos de pesquisa empregados e, na seção posterior, é realizada a análise dos mecanismos de coordenação no caso de pré-incubação em estudo. A última seção apresenta as principais conclusões dos autores em torno da pesquisa.

2 Mecanismos de coordenação

Bateman e Snell (1998) definem coordenação como sendo os procedimentos que ligam as várias partes e atividades da organização para que seja alcançada sua missão global. Melin e Axelsson (2009) relatam que a comunicação, a informação e os sistemas de informação estão certamente relacionados com a coordenação. Os referidos autores argumentam ainda que a compreensão profunda da coordenação organizacional pode proporcionar uma perspectiva vantajosa, quando focaliza os sistemas de informação e seus potenciais benefícios para a organização. Contudo, essas noções não são novidade. Muitos anos atrás, Barnard (1938) já caracterizava a comunicação como processo central para se obter coordenação em uma organização.

Mintzberg (2003) define seis mecanismos de coordenação principais: ajustamento mútuo, supervisão direta, padronização dos processos, das saídas ou *outputs* e das habilidades e as normas, regras e doutrinação. Cada mecanismo é detalhado a seguir.

Ajustamento mútuo: nesse mecanismo, o controle do trabalho está nas mãos dos membros organizacionais em geral, sem distinção hierárquica, que se utilizam da comunicação informal para ajustar o desempenho de suas atividades diretamente uns com os outros. No ajustamento mútuo, embora se possa encontrar uma atividade informalmente pré–definida, pode haver um ajustamento das funções, ou seja, embora o operário A seja responsável pela atividade 1, pode ser que o funcionário B, que, normalmente, desenvolve a atividade 2, execute a atividade 1 – e vice-versa.

O ajustamento mútuo é bastante comum em organizações nascentes e pequenas, com poucas pessoas. Por outro lado, pode ser encontrado em organizações mais complexas, como em centros de pesquisa, onde o especialista em física e o especialista em engenharia desenvolvem atividades em conjunto e, em certos momentos, embora esteja claro o papel de cada um, um pode entrar na área do outro, pois o ponto de divisão de tarefas não está claramente definido.

Supervisão direta: fica claro o papel de uma pessoa como responsável por outras, orientando e monitorando

suas ações. Como exemplo, a supervisão direta pode ser encontrada em uma linha de montagem, na qual, embora haja processos previamente definidos, alguém deve supervisionar todo o processo e regular o desempenho do papel de todos.

Padronização dos processos: a padronização dos processos fornece condições para que a supervisão direta tenha uma maior amplitude de controle. Um gerente pode conseguir coordenar sozinho sete pessoas, mas quando este número aumenta para 14, faz-se necessária a descrição clara da atividade para o funcionário, assim como o respectivo treinamento.

A padronização do processo do trabalho tem como objetivo fazer com que as atividades sejam feitas, repetitivamente, da mesma forma e, para isso, utilizam-se manuais, treinamentos, definição de fluxos de processo, entre outros mecanismos. É importante ressaltar que esse mecanismo é largamente utilizado em empresas de produção em massa e constituiu a base dos estudos da administração científica de Frederick Taylor.

Padronização das saídas: as saídas são definidas por Mintzberg como os resultados do trabalho, podendo também ser entendidas como medidas de desempenho ou a mensuração dos resultados que a organização espera de uma determinada atividade. A padronização das saídas ocorre quando não tem relevância para a organização a forma pela qual o resultado ou as medidas são alcançadas e, sim, o que foi estabelecido como objetivo final da organização. Por exemplo, um gerente de vendas estabelece como meta vender X produtos, não se importando muito com o processo que o vendedor irá utilizar para vender, mas, sim, com o número final.

Padronização das habilidades: existem funções dentro das organizações que, pela sua complexidade, demandam formação específica das pessoas para desempenhá-las e não possibilitam à direção das organizações definir em detalhes os meandros dos processos para a realização dessas funções. Nesses casos, as organizações optam por contratar profissionais formados em universidades ou cursos técnicos especializados. Assim, quando um hospital contrata um médico, quem está definindo o procedimento para a realização da cirurgia? O hospital ou a instituição de ensino em que o médico se formou? Naturalmente, o procedimento da atividade do especialista vem de onde ele se especializou.

Normas, regras e doutrinação: segundo Mintzberg (2003, p. 325) "[…] algumas organizações têm como mecanismo chave de coordenação a socialização, ou, se preferir, a padronização das normas – e um correspondente parâmetro de design principal, a doutrinação". Nesse caso, as normas, regras e doutrinação servem de importantes instrumentos de viabilização da ideologia. São esses três componentes que vão permitir que a atividade seja realizada de acordo com o que a ideologia principal da organização determina como importante.

Para compreender melhor as relações existentes entre os mecanismos de coordenação expostos, vamos considerar o seguinte exemplo: supondo que um aluno líder irá desenvolver alguma atividade com a sua equipe de sala de aula, o primeiro passo é identificar que atividade é essa. Depois de identificada a atividade a ser desenvolvida por cada componente da equipe (divisão do trabalho), o aluno líder terá que verificar como essa atividade será coordenada: será desenvolvida de maneira informal, um auxiliando e assumindo a função do outro quando preciso (1 – ajustamento mútuo). Uma pessoa da equipe ficará responsável por supervisionar diretamente o trabalho dos demais (2 – supervisão direta). O aluno líder irá elaborar um manual para que cada um saiba exatamente o que fazer (3 – padronização dos processos). O aluno líder permitirá que o processo pelo qual a atividade será realizada fique a cargo de cada componente da equipe, importando-se mais com o resultado final (4 – padronização dos *outputs*). O aluno líder irá enviar o pessoal da equipe para fazer um treinamento, antes de iniciar as atividades (5 – padronização das habilidades). O aluno Líder irá incutir seus valores, a fim de que seu pessoal trabalhe segundo suas ideologias (6 – doutrina, normas e regras).

3 A transferência tecnológica no ambiente universitário

Steffensen, Rogers e Speakman (1999) consideram que os "*Spin-offs*" representam um importante mecanismo de transferência de tecnologia. Uma definição adicional é a de Gubeli e Doloreux (2005) referindo-se ao termo como a geração de empresas de capital intelectual que têm suas origens em uma universidade. O *spin-off* universitário pode ser criado com a finalidade de explorar comercialmente o conhecimento, a tecnologia e os resultados da investigação desenvolvidos no âmbito de uma universidade. Quatro pontos importantes podem ser identificados em um processo *spin-off*, conforme pode ser visualizado na figura 1.

Na figura 1, o ponto (1) pode ser entendido como a pessoa ou organização que alimenta a investigação de tecnologia para as fases de inovação e transferência de tecnologia. No ponto (2), visualiza-se a relação da organização-mãe com o *spin-off* no processo de controle da propriedade intelectual. O item (3) compreende o empreendedor que tenta uma nova atividade com base na tecnologia desenvolvida e, no (4), considera-se o investidor, que prevê recursos financeiros em troca da titularidade parcial na nova empresa.

Uma definição adicional é apresentada por Steffensen, Pirnay e Surlemont (1999) considerando os "*Spin-offs*" um importante mecanismo de transfe-

Figura 1: Passos para o desenvolvimento de um *spin-off*
Fonte: Gubeli e Doloreux (2005).

rência de tecnologia. Segundo os autores, um *spin-off*, geralmente, é criado em torno de um núcleo de inovação tecnológica que foi inicialmente desenvolvido por uma organização-mãe. O sucesso de uma nova empresa *spin-off* depende, em parte, do grau em que é apoiada na sua fase inicial. Os autores relatam ainda que quase todos os centros de investigação reconhecem que a transferência tecnológica é uma parte importante da sua missão, em parte porque os financiamentos para esses centros de investigação vêm de agências governamentais, empresas privadas, e outras organizações que esperam um centro de pesquisa de investigação de base de tecnologias a serem transferidas. As transferências de tecnologia de centros universitários podem ser mais bem visualizadas na figura 2, apresentada a seguir

Figura 2: Transferência de tecnologia em centros universitários
Fonte: Steffensen, Pirnay e Surlemont (1999).

Um mecanismo criado para o fomento da criação de novas empresas são as pré-incubadoras. Os estudos realizados por Stainsack (1997) consideram que as pré-incubadoras de empresas podem ser entendidas como um mecanismo de suporte técnico-gerencial na elaboração da proposta de criação de uma empresa de serviços tecnológicos, reduzindo o risco do novo empreendimento. Segundo o mesmo autor, o processo de apoio abrange o desenvolvimento do produto até o protótipo final e os aspectos gerenciais, tais como análise de mercado, prospecção tecnológica, custo de implantação, manutenção, capital de giro, legislação, tributação, aspectos trabalhistas, entre outros.

Ndonzuau, Pirnay e Surlemont (2002) consideram que mais recentemente, as universidades e os políticos têm percebido o papel estratégico que os laboratórios e centros de investigação podem desempenhar, por meio da sua capacidade de criar e difundir conhecimentos, no desenvolvimento de uma região e de inovar. Uma vez que uma proporção significativa dos produtos e processos que são atualmente vendidos e usados não poderiam ter sido desenvolvidos sem investigação acadêmica, a maior parte das universidades e centros de investigação estão conscientes de que podem explorar os seus próprios resultados da investigação e promover e apoiar a criação de novos empreendimentos. O espírito empresarial, dentro de laboratórios universitários, é recente e a investigação sobre o modo como as universidades tentam promover a criação de *spin-offs* ainda está nos seus primórdios.

Segundo Ndonzuau, Pirnay e Surlemont (2002), são quatro as etapas de formação de *spin-offs* acadêmicos, podendo serem visualizadas na figura 3 apresentada a seguir.

Figura 3: Etapas para formação de *spin-offs* acadêmicos
Fonte: Ndonzuau, Pirnay e Surlemont (2002).

A primeira etapa, gerando ideias de negócios, tem por objetivo produzir ideias, sugestões e propostas para que a comunidade científica possa perceber as potencialidades para exploração comercial. Para a maioria das universidades, fazer negócios a partir da investigação requer mudanças radicais na forma como elas têm, tradicionalmente, explorado seus resultados.

Enquanto o primeiro passo do processo é o de alimentar o fluxo de propostas de negócios, a segunda etapa consiste em investigar, de forma mais aprofundada, as ideias mais promissoras, a fim de desenvolver novos projetos de empreendimento. As ideias geradas pela primeira fase do processo são, geralmente, mal-estruturadas e com muitas áreas cinzentas que precisam ser esclarecidas. Tais ideias, normalmente, são constituídas por elementos técnicos e científicos, embora seu potencial para fazer dinheiro ainda não seja conhecido com

precisão. Nessa fase, há apenas um sentimento ou uma mera presunção de que a investigação pode mostrar grande potencial econômico. Essa presunção deve ser validada em um projeto empresarial. O objetivo da segunda fase é, portanto, transformar uma ideia coerente mal-estruturada em um projeto estruturado de negócio. Deve-se ter bem claro nessa fase as formas de se identificar, com nitidez, os proprietários dos resultados e a forma de proteger, eficazmente, esses resultados.

No final da segunda fase, um novo projeto de empreendimento deverá estar pronto. A terceira etapa trata de como pode ocorrer a criação de uma nova empresa para explorar uma oportunidade gerida por uma equipe profissional e apoiada pelos recursos disponíveis. É importante assinalar dois problemas nessa fase: a disponibilidade de recursos e as relações que devem ser estabelecidas entre o *spin-off* e a universidade ou empresa privada que apoiou o projeto. As universidades, cada vez mais, devem procurar fornecer acesso às infraestruturas, tais como testes dispositivos, medição de instrumentos, equipamentos de laboratório, meios de obtenção de recursos financeiros, rede de contatos e assim por diante.

A quarta fase se constitui em reforçar a criação de valor econômico do negócio recém-criado. Embora as novas empresas de base tecnológica se constituam em uma etapa fundamental no processo de valorização do *spin-off*, esta fase não é a final. A perspectiva deve ser alargada e prorrogada para o objetivo último do processo, ou seja, a criação de valor econômico, gerando para a economia local vantagens tangíveis (empregos, investimentos, os impostos, etc.) e vantagens incorpóreas (renovação econômica, dinamismo empresarial, constituição de centros de excelência, entre outros benefícios).

4 Métodos de pesquisa

As pesquisas qualitativas são definidas por Godoy (1995, p. 62-63) "[…] como tendo a preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural."

A fim de atender à proposta desse trabalho, foi desenvolvida uma abordagem qualitativa, por meio do desenvolvimento do estudo de caso de um programa interinstitucional de pré-incubação de empresas, envolvendo três instituições de ensino superior, sendo uma Universidade Federal e duas faculdades particulares, situadas na cidade de Itajubá, estado de Minas Gerais.

Para elaboração desse trabalho foi realizada uma pesquisa descritiva utilizando, para tal, os seguintes métodos: pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Vergara (2000) define a pesquisa bibliográfica como sendo um estudo sistematizado com base em material publicado e acessível ao público. A mesma autora define o estudo de caso como sendo circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas estas como pessoas, organizações, entre outras, com caráter de profundidade e detalhamento.Para Yin (2001, p. 21), o estudo de caso permite

> […] uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida industriais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Lazzarini (1995, p. 17) complementa afirmando que o estudo de caso "[…] se caracteriza por um maior foco na compreensão dos fatos do que propriamente na sua mensuração." Segundo o mesmo autor, o estudo de caso se preocupa com o fenômeno contemporâneo inserido no contexto real, onde o limiar entre o fenômeno e o contexto não está claramente percebido, por meio de várias fontes de evidência.

Trata-se, portanto, de um projeto único, tanto no que tange ao relacionamento do modelo teórico de Mintzberg com um programa de pré-incubação de empresas, **quanto** na adoção das unidades de análises.

Eisenhardt (1989) relata que os casos também podem ser escolhidos para atender a uma teoria específica, em que a amostragem passa a ser teórica e não estatística. Na proposta dessa pesquisa, o caso vem atender a uma questão teórica, ou seja, os mecanismos de coordenação de Mintzberg se aplicam a um programa interinstitucional de pré-incubação de empresas? Se sim, como isso se dá? Como os parâmetros de coordenação de Mintzberg se comportam nesse tipo de organização?

Para Yin (2001, p. 47) uma das abordagens interessantes para realização da ligação dos dados com as proposições é a determinação de um padrão ao qual os dados ou informações deverão se adequar. Nessa pesquisa, o padrão adotado é o modelo teórico de Mintzberg, que serve de referência teórica para obtenção dos dados e informações e também como base de relação.

Na figura 4, apresentada a seguir, pode-se observar as relações existentes entre a teoria proposta como modelo e as relações a serem identificadas com o programa de pré-incubação de empresas em estudo.

Além das fontes acima citadas, Yin (2001) ressalta que em um estudo de caso é importante que haja evidências provenientes de duas ou mais fontes, que se constituam em um banco de dados que venha compor

Figura 4: Ligando a teoria da pesquisa ao objeto de estudo
Fonte: Os autores.

um relatório final e que haja uma ligação clara entre as evidências e as questões da pesquisa.

As fontes de evidências da pesquisa foram obtidas por meio da análise de documentos, utilização de dados demográficos, econômicos e culturais do município e por intermédio de entrevistas semi-estruturadas e pela aplicação de questionários com questões fechadas.

A figura 5 apresentada a seguir apresenta os procedimentos da pesquisa, segundo Yin, e, em paralelo, as formas como tais procedimentos foram aplicados na pesquisa:

Figura 5: Procedimentos de campo
Fonte: Os autores.

5 Análise dos mecanismos de coordenação de um programa interinstitucional de pré-incubação de empresas

5.1 Caracterização do caso

O Programa Interinstitucional de Pré-Incubação de Empresas (PINC) é desenvolvido na cidade de Itajubá, localizada na região Sul de Minas Gerais, e foi criado da parceria de 3 instituições de ensino superior, sendo elas: a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas – FACESM; a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI e a Faculdade de Medicina de Itajubá – FMIt.

A FACESM foi à primeira instituição a criar uma pré-incubadora de empresas na cidade de Itajubá. A referida pré-incubadora foi criada em julho de 2004 e iniciou suas atividades com cinco projetos empresariais e, no período de julho de 2004 a julho de 2005, gerou três empresas para o mercado, sendo todas na área de consultoria; uma na área de custos, uma na área de *design* visual e outra na área de comércio exterior.

A UNIFEI foi a segunda instituição da cidade a criar uma pré-incubadora em Itajubá, iniciando suas atividades em 2007 com cerca de 30 projetos empresariais. Em razão do pouco tempo de existência, a pré-incubadora da UNIFEI, até o momento da pesquisa, não havia gerado nenhuma empresa para o mercado pelo sistema forma de pré-incubação.

A ideia de criar um sistema integrado de pré-incubação surgiu das duas instituições, em uma visita técnica ao grupo Gênesis, na PUC do Rio de Janeiro, em março de 2007. Na ocasião, os coordenadores do sistema de pré-incubação das duas instituições almoçaram juntos e, em uma conversa informal, resolveram dar início a uma parceria. Sem formalidades, o coordenador de pesquisa da FMIt foi informado do projeto e solicitou a integração da referida faculdade no projeto, sendo aceito pelos parceiros. Para o desenvolvimento do projeto foram realizadas diversas reuniões de ajustes e os coordenadores decidiram não convidar outras instituições de ensino para participar do programa até que esteja bastante ajustado.

O programa interinstitucional de pré-incubação, em estudo, iniciou-se, de forma efetiva, no início de 2008 e está funcionando, de maneira plena, cumprindo com os objetivos propostos na sua criação.

O Programa de Pré-Incubação Interinstitucional (PINC) tem como público-alvo: pesquisadores, professores, alunos de graduação e pós-graduação e pessoal técnico administrativo das três instituições de ensino superior envolvidas, sendo elas a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas – FACESM e a Faculdade de Medicina de Itajubá – FMIt.

As instituições de ensino superior têm realizado um grande esforço no sentido de conciliar os aspectos teóricos desenvolvidos nos cursos de graduação com a prática, uma vez que, sem a aplicação das teorias aprendidas em sala de aula, o aluno terá poucas chances de sucesso profissional. Para isso, se faz necessário o estudo de alternativas e modelos para que a aproximação entre teoria e prática seja revertida para o aluno em forma de empregabilidade. Dessa forma, esse tópico visa a esclarecer o funcionamento do PINC, mapeando os seus mecanismos de funcionamento.

O PINC tem como objetivo geral orientar e fornecer condições para que os alunos, professores e funcionários participantes consigam transformar suas id**e**ias de negócios em negócios potenciais de sucesso. O programa apresenta ainda os seguintes objetivos específicos:

- Validação e teste de viabilidade mercadológica ou social de ideias/projetos;
- Valorizar as atividades de aconselhamento, tutoria e avaliação desenvolvidas pelos docentes que atuam em diferentes programas de graduação e pós-graduação;
- Dar ênfase e estimular a formação empreendedora dos discentes, capacitação docente e dos servidores da área administrativa;
- Integrar o processo de pré-incubação ao projeto pedagógico dos cursos;
- Estimular parcerias com empresas e órgãos públicos e dar apoio técnico na preparação de projetos cooperativos;
- Estabelecer parcerias estratégicas duradouras;
- Contribuir para desenvolver o espírito empreendedor entre os discentes, docentes e servidores técnico-administrativos

Por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, o programa Interinstitucional de Pré-Incubação oferece ainda orientação para o acesso aos laboratórios, linhas de pesquisa e banco de dados; assessoria em pesquisa, desenvolvimento e inovação; orientação para a gestão do negócio; assessoria de comunicação e marketing; assessoria jurídica; orientação sobre direitos de propriedade intelectual e legalização do produto; cursos e treinamentos (de acordo com cronograma pré-definido) e consultorias específicas.

Os participantes do programa interinstitucional de pré-incubação poderão estar utilizando o espaço oferecido por meio de duas formas: ocupação integral e coletiva. Na ocupação integral, o participante estará

desenvolvendo sua atividade no período da manhã e da tarde, tendo a sua disposição um espaço definido, próprio, onde somente o dono do projeto poderá participar. Para esse tipo de ocupação, a pré-incubadora conta com um número de vagas limitado

Na ocupação coletiva, os participantes do projeto poderão desenvolver suas atividades, sem que haja a necessidade de sua presença em período integral na pré-incubadora. A sua presença estará condicionada a um agendamento semanal com o gerente da pré-incubadora e o espaço ocupado é de caráter coletivo, ou seja, o participante compartilhará o módulo com os outros participantes, na mesma situação. Para que haja proteção dos arquivos desenvolvidos, cada participante terá uma senha, de forma que somente ele terá acesso aos seus arquivos. Nesse tipo de ocupação, o número de vagas estará condicionado aos horários de agendamento dos participantes e da capacidade da pré-incubadora na orientação de projetos.

O processo de seleção do programa de pré-incubação procura selecionar ideias inovadoras de base tecnológica, tradicional ou tecnologia social, para que sejam validadas e testadas levando em consideração a viabilidade mercadológica em termos de produtos e serviços. O foco de atuação do PINC é bastante abrangente, podendo incluir a área de serviços, ferramenta de gestão, bioengenharia, informática, ambiental, produtos médicos, entre outros. Será estimulada a inscrição das ideias/projetos que fomentem a geração de negócios (produto, serviço ou processo), com alto potencial de retorno financeiro e/ou social, de base tecnológica, tradicional ou tecnologia social, que estejam em fase de pesquisa, de desenvolvimento ou concluída. Ao final do processo de pré-incubação, os participantes classificados deverão concluir o plano de negócio, o protótipo do produto, processo ou serviço e estarão aptos para concorrerem a uma vaga em incubadoras ou, dependendo da maturidade do projeto, irem diretamente para o mercado.

5.2 Resultados

5.2.1 Ajustamento mútuo

O ajustamento mútuo ocorre de forma esporádica no PINC. Normalmente, somente quando existe a programação de um determinado curso ou evento e o profissional escalado, por um motivo qualquer, não pode comparecer é que vai acontecer o ajustamento das atividades, ou seja, alguém do programa, podendo ser o coordenador ou um professor, poderá assumir a função desfalcada, desde que apresente competência para isso. Um dos motivos de ocorrência do ajustamento mútuo das atividades é o excesso de atividades assumidas pelos envolvidos que, normalmente acumula funções em suas instituições de origem, o que dificulta até mesmo o funcionamento de uma agenda anteriormente planejada.

A figura 6 mostra a percepção dos componentes do PINC com relação ao ajustamento mútuo, indicando que a maioria considera que o mecanismo não é muito utilizado.

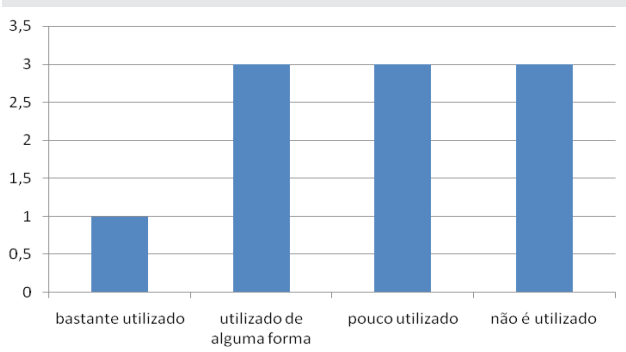


Figura 6: Ajustamento mútuo
Fonte: Entrevista com componentes do PINC.

5.2.2 Supervisão direta

A supervisão direta ocorre, principalmente, com os alunos consultores que, por ainda não terem uma formação superior concluída, precisam, em alguns momentos, do acompanhamento dos professores ou coordenadores do programa. Mas o número de ocorrência é pequeno, uma vez que os alunos consultores foram selecionados por meio de um edital e cursaram as disciplinas relacionadas ao tema que orientam, desfrutando certa autonomia na realização do trabalho. Com relação às atividades desenvolvidas pelos professores, a supervisão direta é praticamente nula.

A figura 7 apresentada a seguir mostra que, na percepção dos componentes do PINC com relação à supervisão direta, o mecanismo não é muito utilizado.

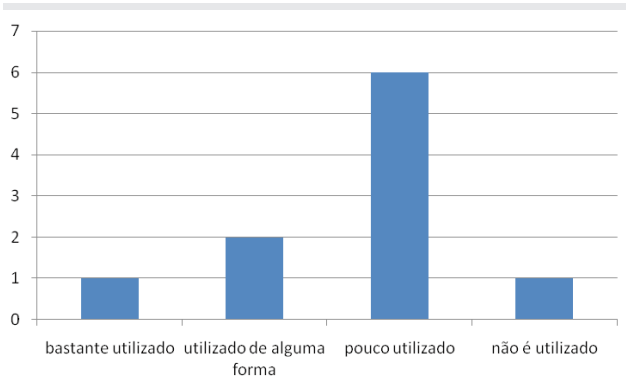


Figura 7: Supervisão direta
Fonte: Entrevista com componentes do PINC.

5.2.3 Padronização dos processos

A padronização dos processos ocorre, principalmente, no delineamento do programa, que é feito pelos coordenadores. Dessa forma, ela pode ser vista em todas as etapas das fases de inscrição e seleção **e** também nos formulários de comunicação entre os componentes do programa. A padronização do processo não é encontrada nos cursos de capacitação, em que, normalmente, a atividade é definida pelos professores, embora recebam um forte direcionamento do conteúdo dos coordenadores do PINC.

Na figura 8, mostrada a seguir, é possível visualizar que a maioria dos componentes do PINC consideram que a padronização dos processos é utilizada de alguma forma.

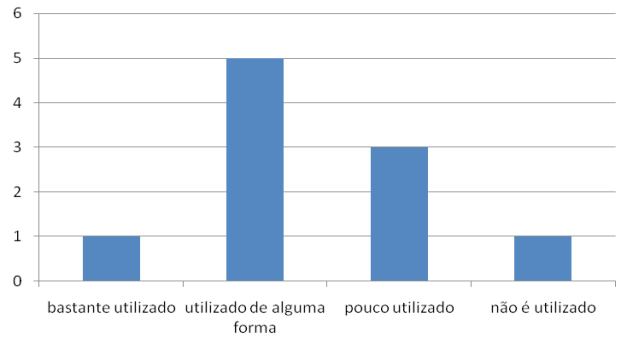


Figura 8: Padronização das atividades
Fonte: Entrevista com componentes do PINC.

5.2.4 Padronização das habilidades

A padronização das habilidades é um mecanismo muito encontrado no PINC, uma vez que ela é a base de orientação dos professores e coordenadores. Fica claro que os professores, aos quais nos referimos, possuem uma forte formação acadêmica, sendo a maioria com cursos de mestrado e doutorado, o que faz com que parte das atividades desenvolvidas seja influenciada pelas universidades nas quais os componentes se formaram. Dessa forma, percebe-se um elevado grau de autonomia e de domínio da atividade de cada componente. No caso dos alunos consultores, pode-se considerar que o referido mecanismo se encontra em processo de formação. A padronização das habilidades, sendo uma forma de coordenação característica das universidades, é bastante utilizada no PINC, como pode ser visto na figura 9 onde a maioria dos componentes consideram que esse mecanismo é bastante utilizado.

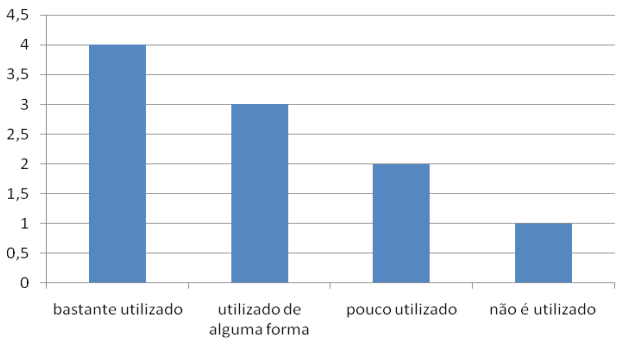


Figura 9: Padronização das habilidades
Fonte: Entrevista com componentes do PINC.

5.2.5 Padronização das saídas

A padronização das saídas ou resultados é utilizada parcialmente, ou seja, no caso do PINC, a forma pela qual a atividade é desenvolvida é muito importante, pois obedece a critérios teóricos e a um conjunto de valores que norteiam as instituições envolvidas e, consequentemente, o PINC. Por outro lado, são os resultados gerados que permitem que as instituições envolvidas continuem a patrocinar e estimular esse tipo de projeto. O resultado no PINC, não pode ser considerado, exclusivamente, em termos de número de alunos envolvidos, pois, se levarmos esse termo em consideração, comparando com o número total de alunos das três instituições, a representativi-

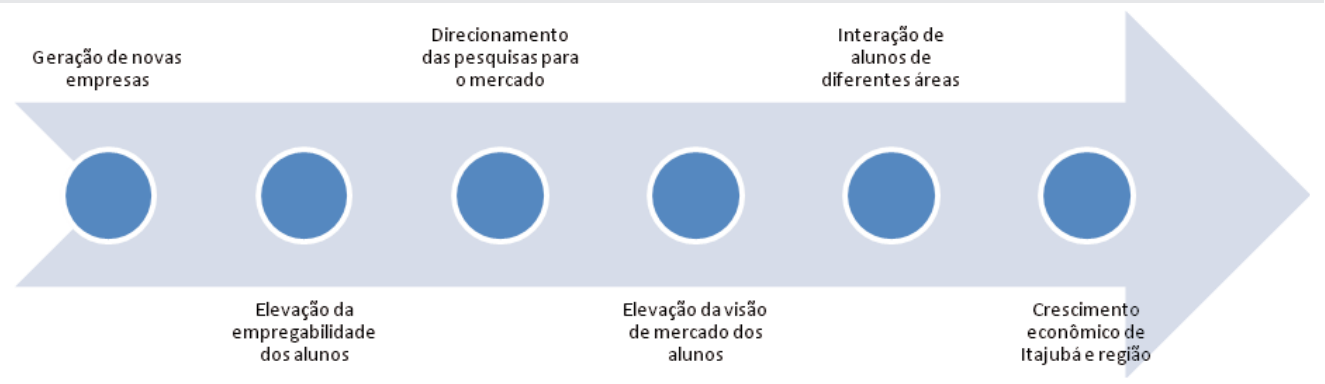


Figura 10: Formas de obtenção da padronização das saídas
Fonte: Entrevista com componentes do PINC.

dade é muito pequena, uma vez que são cerca de 110 alunos envolvidos e as instituições, juntas, possuem cerca de 4 mil alunos. No entanto, é importante considerar que, se os projetos participantes forem para o mercado, por meio da formalização da empresa, a possibilidade de geração de emprego e renda, não somente para os alunos envolvidos, mas também para os alunos das instituições, é grande. Dessa forma, os resultados nem sempre são fáceis de serem mensurados, mas obedecem a um conjunto de acontecimentos, conforme pode ser observado na figura 10.

A figura 11, visualizada a seguir, mostra que, na percepção dos componentes do PINC, esse mecanismo é pouco utilizado. Essa percepção pode ser explicada pelo fato de que somente os coordenadores possuem uma proximidade maior com os diretores das IES, sendo estes últimos os que possuem um olhar maior para os resultados que, satisfatórios ou não, são creditados aos coordenadores.

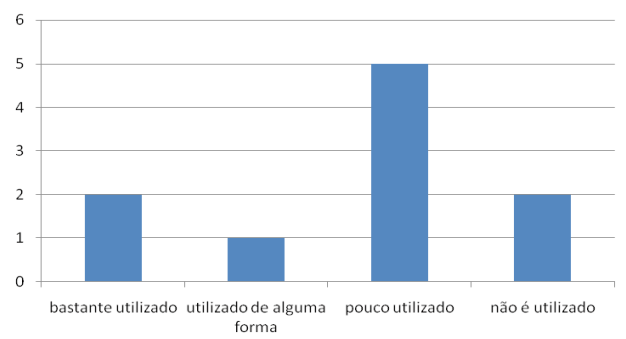


Figura 11: Padronização das saídas
Fonte: Entrevista com componentes do PINC.

5.2.6 Normas, regras e doutrinação

O PINC utiliza muito mais a doutrinação do que as normas e regras na sua estrutura de funcionamento. Uma das razões é o fato de seus componentes terem uma forte padronização das habilidades, o que faz com que as regras e normas não tenham grande efetividade. Já a doutrinação, ou seja, incutir na cabeça dos envolvidos que o PINC pode ser uma grande oportunidade de crescimento, não somente para os alunos, mas também para os professores e para toda comunidade, mostrou-se ser, necessariamente, utilizada em um programa dessa natureza. Outro fator que teve grande influência no PINC é o fato de os diretores das IESs não somente incorporarem o projeto, mas também serem seus grandes divulgadores.

É importante aqui não confundir as normas e regras do processo da atividade de pré-incubação com as normas e regras da estrutura organizacional do PINC que, segundo a percepção da maioria dos componentes são utilizadas de alguma forma, conforme mostra a figura 12.

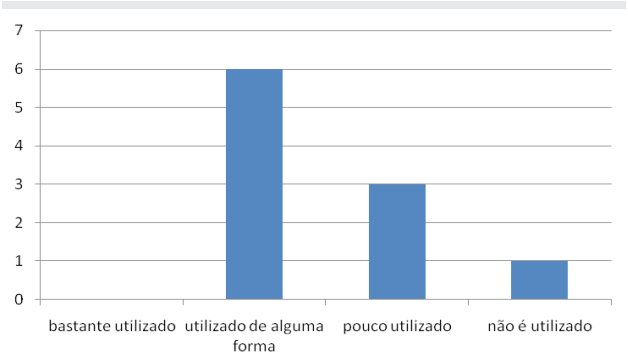


Figura 12: Normas, regras e doutrinação
Fonte: Entrevista com componentes do PINC.

6 Considerações finais

Essa pesquisa tratou de um estudo de caso único e procurou analisar os mecanismos de coordenação de um programa interinstitucional de pré-incubação de empresas (PINC), envolvendo três instituições de ensino superior, a partir das teorias de Mintzberg (2003) em torno da estrutura organizacional.

A questão a ser respondida nesse trabalho questiona a aplicabilidade dos mecanismos de coordenação de Mintzberg (2003) no programa interinstitucional de pré-incubação de empresas em estudo. Considera-se que a questão foi respondida pelas análises desenvolvidas nos itens 5.2.1 a 5.2.6, onde se conclui que uma análise mais apurada dos coordenadores do programa, com relação à utilização dos seis mecanismos de coordenação, pode gerar melhorias efetivas na forma de gerir. É importante ressaltar também que, embora alguns aspectos dos seis mecanismos estejam sendo utilizados pelos coordenadores, não havia plena consciência de que tais aspectos consistiam em mecanismos de coordenação.

A proposição dessa pesquisa considera que existe uma predominância das características do mecanismo de padronização das habilidades no programa de pré-incubação, o que pode ser confirmado na figura 9, onde os respondentes evidenciam a forte presença desse mecanismo no programa. Fica evidente também a predominância da padronização das habilidades quando comparada com a análise dos outros mecanismos.

Buscou-se atender o objetivo desse trabalho nas análises desenvolvidas nos itens 5.2.1 a 5.2.6 e no item 5.1 onde se realizam a caracterização do caso. Outras conclusões enriquecedoras podem ser observadas nos parágrafos seguintes.

A doutrinação mostrou-se ser um mecanismo importante de coordenação no programa de pré-incubação em estudo. A demanda pelo mecanismo pode ser justificada pelo fato de envolver três instituições de ensino superior.

É válido ressaltar que, no caso do PINC, o projeto nasceu dos próprios coordenadores e não dos diretores das instituições e, de certa forma, depende deles para continuar a existir.

Outra questão a ser relacionada é o acúmulo de atividades dos coordenadores do programa, o que pode levar a uma diminuição da efetividade do programa ou das outras atividades desenvolvidas.

Pelo fato do PINC envolver instituições distintas, uma grande atenção tem que ser dada ao processo de sensibilização de todos os setores das três instituições, a fim de que o projeto desfrute de um maior reconhecimento e apoio geral em suas atividades.

O PINC absorve grande parte da tradição e dos valores das instituições de ensino superior envolvidas, o que leva a uma contradição entre a estrutura das organizações promotoras com a própria organização, justificando a razão pela qual o modelo de organização predominante seja o profissional.

Um programa interinstitucional de pré-incubação depende muito dos instrumentos de interligação, principalmente pelo fato de que possuem organizações distintas em locais diferentes.

As dimensões ideológicas em um programa de pré-incubação extrapolam os limites da própria organização. Pelo fato do programa estar direcionado à geração de empresas locais, pode-se identificar o interesse de vários setores da sociedade de que o programa dê certo. As incubadoras também são as grandes interessadas no sucesso do programa, uma vez que usufruem da cultura empreendedora gerada pelo PINC e vice-versa.

A continuidade do PINC depende da coalizão externa das instituições envolvidas. Um conflito mercadológico ou de algum outro interesse pode levar ao encerramento das atividades.

Conclui-se que as pré-incubadoras de empresas podem ser consideradas como um importante fator de transformação da pesquisa acadêmica em emprego, renda e desenvolvimento social, alargando o conceito de desenvolvimento sustentável ao integrar os aspectos econômico, social e político, colocando as IESs como papel fundamental para garantir o fluxo de conhecimentos necessários ao progresso social.

Referências

BARNARD, C. I. *The functions of the executive*. Cambridge: Harvard University Press, 1938.

BATEMAN, T. S; SNELL, S. *Administração*: construindo vantagem competitiva, São Paulo: Ed. Atlas, 1998.

DRAGO, W. A. *Mintzberg´s 'pentagon' and organisation positioning.* Management Research News. v.21, n.4/5, p. 30-40, 1998.

EISENHARDT, K. M. *Building theories fron case study research*. Academy of Management Rev, v. 14, n. 4.532-550,1989.

GODOY,A. S. Pesquisas qualitativa: tipos fundamentais, in *Revista de Administração de Empresas*, v.35, n. 3, p. 20-29,1995

GUBELI, M. H., DOLOREUX, D. An empirical study of university spin-off development. *European Journal of Innovation Management*, v. 8, n. 3, p. 269-82, 2005.

HALL, R.H. *Organizações, estruturas, processos e resultados*. 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LAZZARINI, S. G. Estudo de caso: aplicabilidade e limitações do método para fins de pesquisa. *Economia e Empresa*. São Paulo, v. 2, n. 4, out/dez, 1995.

MELIN, U.; AXELSSON, K. *Understanding organizational coordination and information systems* – mintzberg's coordination mechanisms revisited and evaluated, Disponível em: is2.lse.ac.uk/asp/aspecis/20050143.pdf. Acesso em 21 de abril de 2009. Acesso em: 20 abr. 2009.

MINTZBERG, H. *Criando organizações eficazes:* estrutura em cinco configurações. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

NDONZUAU , F. N.; PIRNAY, F.; SURLEMONT, B. A stage model of academic spin-off creation. *ScienceDirect – Technovation,* v. 22, Issue 5, pages 281-289, May 2002.

STAINSACK, C. Programas de empreendedorismo nas instituições acadêmicas do Paraná. In *Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, 7.* Anais, 1997.

STEFFENSEN , M.; ROGERS, E.; SPEAKMAN, K. Spin-offs from research centers at a research university. *ScienceDirect – Journal of Business VenturingAvailable online,* 5 nov. 1999

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração,* 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

YIN, R. *Estudo de caso*: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

POLÍTICAS SOCIAIS E EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA: 1998 – 2008

SOCIAL POLICY AND EVOLUTION OF THE DEVELOPMENT OF SOCIO-ECONOMIC IN LATIN AMERICA: 1998 – 2008

José Flávio Messias
Doutor Ciências Sociais / Relações Internacionais – PUC/SP; Professor do Departamento de Ciências Gerencias – Uninove.
jflavio@uninove.br

José Ultemar da Silva
Pós-Doutor em Administração / USP; Doutor em Ciências Sociais / Relações Internacionais – PUC/SP
Professor do Departamento de Ciências Gerencias – Uninove.

Resumo

O objetivo dessa pesquisa é refletir sobre as mudanças ocorridas no sistema econômico como um todo, mais especificamente os impactos gerados nas estruturas sociais e o agravamento de suas vulnerabilidades, decorrentes do acirramento da concorrência e da consequente pulverização da produção. O rápido avanço tecnológico e a busca contínua de vantagens comparativas em torno do planeta fragmentam a produção, que, por sua vez, flexibilizam o trabalho e reduzem o emprego, ou seja, diminui-se a mão de obra necessária no processo, em razão da mecanização e da robotização dos processos, gerando um contingente de excluídos do sistema. Tendo como pano de fundo as discussões travadas na condução da economia, em torno da questão da pobreza, do desenvolvimento socioeconômico e dos mecanismos de (re)inserção da população no sistema econômico, mediante análise das contribuições de pesquisadores de instituições públicas e privadas, vamos focar as políticas sociais implementadas em alguns países da América Latina, por meio dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCRs), que visam atenuar parcialmente os níveis de pobreza e as desigualdades existentes, além de avaliar os resultados obtidos da implantação desses programas.

Palavras-chave: Avanço tecnológico. Desemprego. Desenvolvimento econômico. Políticas sociais. Vulnerabilidade social.

Abstract

The objective of this research is to reflect on the changes in the economic system as a whole, specifically the impacts on social structures and the deterioration of their vulnerabilities arising from increased competition and the resulting spray of production. The rapid technological advance and the continued search for comparative advantages around the planet fragment production, which, in turn, make flexible working and reduce employment, ie, decreases the labor required in the process, because of mechanization and robot processes, generating a number of deleted from the system. Set against the background of discussions on driving the economy, around the issue of poverty, socioeconomic development and the mechanisms of (re) integration of population into the economic system, by analyzing the contributions of researchers from public and private institutions, we focus on social policies implemented in some Latin American countries, through programs Cash Transfer (PTCRs), which aim to alleviate partially the levels of poverty and inequality, and evaluate the results of implementing such programs.

Key words: Economic development. Social Policy. Social vulnerability. Technological advancement. Unemployment

1 Introdução

Pretende-se, por meio desse artigo, analisar o estágio de desenvolvimento socioeconômico que se encontram os principais países da América Latina, visto que nas últimas décadas houve um grande esforço para obter uma maior inserção e integração nas relações comerciais e financeiras internacionais, assim como foram implementadas, com sucesso, diversas políticas sociais compensatórias, por meio de Programas deTransferência Condicionada de Renda (PTCRs), atenuando parcialmente os níveis de pobreza e as desigualdades de renda presentes, melhorando também outros indicadores relacionados às Metas do Milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas – ONU [1] .

Sendo assim, inicialmente faremos uma breve discussão sobre os conceitos relacionados ao desenvolvimento e seus desdobramentos e o papel atenuador das políticas sociais no combate as distorções geradas pelo sistema capitalista de produção, e, num segundo momento, mostrar a importância da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) na busca de um maior entendimento sobre os problemas estruturais e do planejamento econômico para equacioná-los.

Finalmente, analisaremos os principais fatores estruturais vigentes no contexto econômico latino-americano e seus reflexos desencadeados na sociedade latina americana como um todo, por meio da análise comparativa dos principais indicadores.

O objetivo dessa pesquisa é refletir sobre as mudanças recentes ocorridas no sistema econômico como um todo, notadamente os reflexos desencadeados nas estruturas sociais e suas vulnerabilidades, decorrentes da flexibilização do modo de produção, incidindo sobre o trabalho e o emprego, mediante contribuições de pesquisadores, análises de instituições nacionais e internacionais e do poder público, tendo como pano de fundo as discussões travadas na condução da economia, em torno da questão da pobreza, do desenvolvimento socioeconômico e dos mecanismos de (re) inserção da população no sistema econômico.

2 Justificativa

As transformações econômicas que se iniciaram na década de 1970 produziram mudanças radicais na relação entre capital e trabalho, de forma que afetou tanto a estrutura quanto a capacidade de geração de emprego.

Em decorrência da crise de demanda e da inflação gerada pela crise do petróleo, houve uma queda no ritmo da produtividade e da elevação do capital-produto, gerando a necessidade da adoção de novas formas de organização pelas empresas. O novo padrão, denominado pós-fordista, adotou uma estratégia mais flexível e individualizada, fundamentada numa forte inovação tecnológica e descentralização produtiva.

Os ganhos de produtividade têm reduzido drasticamente o número de postos de trabalho e, mesmo que parte desse contingente de pessoas venha a ser absorvido pelo setor de serviços, ainda é insuficiente para reverter à tendência de redução do nível de desemprego e do grau de vulnerabilidade instaurado.

O processo concorrencial estabelecido, com base nas leis de mercado, norteia-se pela perspectiva utilitarista, cujo objetivo é à maximização do próprio bem-estar, em detrimento da promoção do bem-estar do grupo social estabelecido, quebrando laços de solidariedade e de defesa dos interesses comuns consolidados após a segunda guerra, por meio das Políticas Keynesianas, que obtiveram as maiores taxas de crescimento da economia internacional.

Sendo assim, cabe investigar como essas mudanças têm refletido nas definições políticas a serem implementadas, nas ideologias e nos modelos de gestão econômica, avaliando alternativas de como mensurar e/ou atenuar os graves problemas sociais existentes.

3 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, abordando a evolução dos modelos econômicos e o papel das políticas sociais na busca do desenvolvimento econômico, a inserção socioeconômica, o trabalho e o emprego, o papel do Estado, etc.; avaliando, num segundo momento, o impacto sofrido pelas transformações ocorridas no período pós-fordista a partir da década de 1970, que desencadeou numa forte reestruturação no setor produtivo, e, consequentemente, no nível de emprego, gerando uma forte vulnerabilidade social na população como um todo e o questionamento das políticas relacionadas ao welfare state e suas formas de financiamento.

4 Desenvolvimento econômico: conceitos básicos

A noção de "[…]desenvolvimento econômico constitui um processo histórico de crescimento sustentado de renda ou do valor adicionado por habitante visando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional resultante da sistemática

1 Firmado por 191 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, esses objetivos foram subdivididos nas chamadas "Oito Metas do Milênio", entre elas acabar com a fome e a miséria, reduzir a mortalidade infantil, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, a erradicação de doenças, entre outros, até 2015. Fonte: Desafios do Desenvolvimento, IPEA, dez/2007

acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção" (BRESSER PEREIRA, 2006, p. 209).

Não existe desenvolvimento sem o crescimento do produto e da renda média, embora esses não sejam suficientes para determinar se, de fato, existe desenvolvimento socioeconômico num determinado país ou região. Para tanto, outros indicadores se fazem necessários, tais como as condições de moradia, saneamento básico, educação, saúde, lazer, etc, ou seja, a melhoria das condições de vida da população.

No entanto, historicamente, existiram vários períodos em que o desenvolvimento econômico era concentrador de renda, embora tenha ocorrido uma melhoria no padrão de vida médio. No entanto, não existe uma distribuição equilibrada dos beneficios do desenvolvimento, geralmente os trabalhadores mais qualificados recebem salários maiores, enquanto trabalhadores sem qualificação podem receber baixos salários, na medida em que exista mão de obra abundante.

Por esse motivo, do ponto de vista ético, o desenvolvimento não pode ser entendido como único objetivo político. Nesse sentido, Pereira (2006) afirma que a manutenção da segurança pública, liberdade e justiça social, implicando uma distribuição de renda mais equitativa são tão importantes quanto a busca do próprio desenvolvimento pelos diversos estados nacionais.

Os mecanismos de proteção social ganharam um novo impulso no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando os benefícios foram estendidos a todos os cidadãos, e, não só aos assalariados, passando a atender os problemas de saúde e de desemprego, constituindo, nesse sentido, num fator distribuidor de renda, aproximando-se do que hoje se entende por Seguridade Social.

Paradoxalmente, apesar do ciclo de expansão e crescimento dos países industrializados obtidos a partir de 1960, surgem novas indagações sobre justiça social, com base em questionamentos em termos de ritmo, tendência e concentração de renda.

A questão da distribuição de renda transforma-se novamente em um dos pontos mais discutidos da teoria econômica. Ela passa a incorporar as considerações sobre a implementação de políticas, programas e projetos governamentais, ultrapassando os limites de eficácia econômica, assumindo a responsabilidade de enunciar julgamentos de valor sobre a distribuição de renda e o bem-estar social (MOURA: 1981, in TÔRRES, 1985).

Segundo o autor, um nível mínimo de renda na sociedade pode representar uma espécie de segurança para todos, e, essa motivação pode levar os indivíduos a preferirem uma taxação maior que qualquer programa governamental de distribuição de renda.

Nesse contexto, as contribuições de Rawls (1997) distanciam das formulações propostas por seus contemporâneos, inserindo a ideia de justiça redistributiva em uma política de democratização de oportunidades.

A partir dos postulados de que o indivíduo ignora sua posição na estrutura social, o autor introduz o conceito de igualdade de oportunidades, ao afirmar que todas as pessoas têm direitos iguais ao acesso amplo de liberdades básicas, compatíveis com planos de liberdades para todos. Outro ponto importante está relacionado à forma de correção dessas desigualdades, que seria realizado por instituições sociais que permitiriam obter o máximo de bem-estar aos menos favorecidos.

Paralelamente ao plano econômico, temos também a questão da satisfação do mínimo social como função do governo, sem, todavia, constituir essa função num investimento constante nem trazer prejuízos à ordem econômica,conforme crítica realizada por Rawls.

Entre essas funções, estariam o controle do salário mínimo, políticas sociais em habitação, educação, saúde etc, além do atendimento aos grupos excluídos ou menos favorecidos no mercado de trabalho. A partir desse momento, passa-se a avaliar as defasagens na distribuição de renda no interior de uma mesma sociedade.

> […]a etapa de desenvolvimento econômico e social no interior de cada sociedade vai condicionar a própria noção de limite de pobreza absoluta ou de mínimo vital – indo da garantia das necessidades primárias – o mínimo em nutrição, o abrigo indispensável – até se pleitear por uma política de igualdade de oportunidades e o desenvolvimento integral da personalidade(TÔRRES, 1985, p. 9).
>
> Em seguida, em termos de escala, enquanto que nas sociedades industrializadas o estado de pobreza absoluta é restrito a uma camada minoritária, nos países não industrializados, ou em vias de industrialização, este estado se transforma em um fenômeno de massa(TÔRRES, 1985, p. 9).

Nessas duas situações, os limites extremos relacionados à distribuição de renda constituem a escala da medida de desigualdades sociais e limite de pobreza absoluta mais utilizada no interior de cada sociedade.

A partir desse momento, a família passou a constituir um dos pilares básicos na luta contra a pobreza, sendo objeto central das políticas sociais, tanto nos países em desenvolvimento quanto países industrializados – destacando-nos que os dados agregados por família ocupam um lugar importante nas estimativas dos indicadores sociais.

Num contexto em que as pessoas não possuam condições satisfatórias para o exercício da cidadania, como educação, saúde, entre outros, essa vertente admite a existência da Seguridade Social, desde que as vantagens sociais do sistema impulsionem a riqueza social no longo prazo, estendendo os benefícios para um número maior de pessoas.

Numa abordagem de justiça social, que leve em consideração a existência dos direitos, dos méritos e de suas necessidades, sem enfatizar os próprios conflitos existentes na sociedade, decorrentes das relações individuais entre si, é incompatível, pressupondo uma sociedade idealizada, sem suas contradições e a existência de interesses antagônicos.

Segundo Abranches (1994), caso a política pudesse ser tratada apenas como um contrato, a política social seria uma cláusula irrevogável do capítulo das obrigações coletivas a cargo do Estado. No entanto, a política está diretamente ligada ao conflito, oposição e contradição de interesses.

O conflito negociado, regulado por instituições políticas de naturezas diversas, condicionadas por mediações que tornam possível reduzir os antagonismos e projetá-los em um movimento positivo.

A política social pode ser contextualizada, inicialmente, do ponto de vista do Estado, como uma proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais. Quem detém instrumentos eficazes de pressão tem mais chances de obter mais da ação do Estado do que aqueles dependentes dessa própria ação para conseguir o mínimo indispensável à sua sobrevivência.

Nas situações em que não houver abundância plena de recursos e não se tenha atingido um patamar significativo de justiça distributiva, a realização de objetivos de acumulação envolvem sacrifícios em relação ao consumo individual em detrimento do no consumo coletivo e pode, dependendo da correlação de poder vigente, impor pesadas privações àqueles destituídos de recursos próprios de defesa.

> A Política Social intervém no hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação e em detrimento da satisfação de necessidades sociais básicas, assim como na promoção da igualdade. A ação social do Estado diz respeito tanto à promoção da justiça social, quanto ao combate à miséria, embora sejam distintos… No primeiro caso, a busca da equidade se faz, comumente, sob a forma da garantia e promoção dos direitos sociais da cidadania. No segundo, a intervenção do Estado se localiza, sobretudo, no campo definido por escolhas políticas quanto ao modo e ao grau de correção de desequilíbrios sociais, através de mudanças setoriais e reformas estruturais baseadas em critérios de necessidade (ABRANCHES, 1994 p. 11).

Sendo assim, podemos concluir que as políticas sociais possuem como objetivo básico promover a justiça social e tentar minimizar as disparidades sociais e econômicas, por meio da atuação do Estado – de forma compensatória e/ou redistributiva da renda, garantindo assim a cidadania à população carente.

Pochmann (1997), aponta alguns tipos de políticas ativas e passivas que podem ser implementadas no Brasil, e, em razão do país não se constituir numa economia totalmente industrializada, também poderiam ser implementadas nos países que integram a América Latina, dada a simililaridade e os problemas comuns existentes entre eles. Essas políticas citadas pelo autor são as políticas ativas e as políticas compensatórias.

As políticas ativas podem ser divididas em cinco modalidades:

- Elaboração de um projeto nacional, capaz de definir as linhas gerais de crescimento econômico e justiça social, tendo o emprego como uma questão central;
- Reforma agrária, pois ela possui efeitos positivos na geração de emprego no campo;
- Desconcentração de renda, que possibilita o surgimento de novos consumidores e estimula a geração de empregos nos setores secundário e terciário;
- Retomada dos investimentos em infraestrutura material, com o objetivo de renová-la e completá-la em todo o país (saneamento, habitação, etc.) pois tais investimentos são portadores de efeitos multiplicadores sobre o nível de atividade em vários setores;
- Serviço social, como programa de utilidade coletiva, melhoria da qualidade dos serviços públicos, ampliação das atividades de parceria entre as comunidades de assistência e de prestação de serviços, bem como programas de estágios, de garantia de renda, de educação, saúde e previdência.

As políticas compensatórias podem ser divididas em três modalidades:

- Implantação de uma agência pública de emprego, com capacidade de reunir: (1) a intermediação de mão de obra, (2) o atendimento dos benefícios

sociais e (3) a formação e qualificação de trabalhadores;

- Reformulação do sistema do seguro-desemprego, proporcionando a diferenciação dos benefícios conforme o perfil do desempregado (chefe de família, idoso, sem qualificação), assim como a criação de um novo programa de integração salarial para os desempregados em caráter estrutural e treinamento para possibilitar sua reinserção no mercado;
- Introdução de um sistema democrático de relações de trabalho, tentando reduzir a precarização do trabalho, a rotatividade e a informalidade.

As alternativas propostas por Pochmann (1997), apontam para a necessidade de um órgão regulador nos moldes que precederam a crise vigente no mercado de trabalho. O diálogo e o vínculo entre os diversos atores econômicos e as instituições supranacionais e o próprio Estado foram perdidos – as empresas tentam sobreviver na concorrência estabelecida em caráter mundial, o papel e o campo de atuação do Estado está sendo reduzido drasticamente e os trabalhadores sofrem as consequências da produtividade levada ao extremo, sendo considerada como um fim em si mesma.

A qualidade do Estado para a execução das políticas públicas baseia-se diretamente no grau de organização da cidadania. Na falta de uma sociedade civil organizada, o que observamos, é a manipulação da população, cujo reflexo é a pobreza política, em que não existe a presença consciente do assistido. O avanço da vertente liberal na maioria dos países, tem afetado drasticamente os sistemas que visam reduzir dos desníveis sociais e/ou o atendimento de algumas necessidades básicas das camadas mais carentes da população.

Embora deva existir um equilíbrio entre receitas, despesas e racionalidade na gestão dos recursos disponíveis, a utilização da lógica do mercado para o enfrentamento das questões sociais parece-nos incompatível, principalmente com tantos problemas pendentes para serem resolvidos.

Numa sociedade organizada , a dicotomia público/privado possui uma linha demarcatória mais sutil, diferente da visão do capitalismo versus socialismo. Há uma maior participação das Organizações não Governamentais (ONGs), de forma que a sociedade civil passa a ter uma participação mais atuante.

Nesse contexto, o debate entre liberais e desenvolvimentistas sobre o tamanho do Estado cede espaço para a discussão sobre governabilidade e sua capacidade de gestão. Segundo Pinheiro (1995), o Estado capaz, é aquele que reúne as condições de governabilidade para promover os ajustes necessários na estrutura produtiva, buscando um novo modelo de desenvolvimento.

A nova conjugação de forças observa a perpetuação de atores políticos antigos, que sobrevivem no poder um modelo após o outro, assim como proporciona também o surgimento de novos atores, provenientes dos setores organizados da sociedade, tais como as organizações não governamentais (ongs) e empresas públicas e privadas que adotam mecanismos de governança corporativa e ampliam suas ações sociais visando a melhoria da comunidade e ações de responsabilidade social (LODI, 2000).

Notamos então, uma inversão na concessão do subsídio: ao invés de subsidiar a oferta por meio de pagamento aos prestadores de serviços de saúde ou do ensino gratuito, o Estado financiaria a demanda por meio de cupons ou bolsas aos mais carentes, promovendo a descentralização das atividades, transferindo a decisão sobre a alocação de recursos à esferas subestatais (atores não governamentais e sujeitos ao controle social dos agentes envolvidos no processo).

O novo paradigma concentra-se em produzir mais impacto na população, focando o indicador custo-impacto. O novo Estado direciona o gasto social para os grupos mais necessitados, de forma a amortecer a implementação das políticas de ajuste, operacionalizando o novo modelo econômico por meio da preservação do tecido social e da capacidade do governo, reforçando assim uma imagem externa favorável e otimista para a atração de capitais externos e a manutenção das estruturas clientelísticas de manutenção do poder.

5 Políticas sociais implementadas nos países da América Latina

Os países da América Latina tradicionalmente apresentam uma combinação de altos níveis de pobreza e de desigualdade social e de renda. Os níveis de pobreza persistem em razão das baixas taxas de crescimento econômico, combinando com outros fatores que ampliam a exclusão social: educação, saúde, moradia, etc. (CEPAL, 2006).

Adotando-se uma perspectiva de longo prazo, comparando-se dados de 1990 com os obtidos pela Cepal em 2006, vericamos que a taxa de pobreza caiu 11,8% e a de indigentes 9,1%, o que significa uma redução de 20 milhões de pessoas no que se refere a esse item. Foi também a primeira vez que o número de pobres ficou abaixo dos 200 milhões de habitantes.

Um fator apontado como importante para a melhoria nos indicadores de pobreza foi a implementação em vários países, de programas de transferência de renda condicionadas, que visam, de imediato, atenuar a falta de recursos das famílias mais pobres e atuar, no médio prazo, no rompimento do ciclo de pobreza – que exigem frequência escolar e a utilização de serviços de saúde para a família.

Os países que mais se destacaram nas melhorias obtidas com a impantação das políticas de transferência de renda condicionadas foram o Brasil, o Chile e o México.

O Brasil adotou o Bolsa Família em 2003, que consolidou quatro programas de transferência de renda preexistentes: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1996), o Bolsa Escola (2001), o Bolsa Alimentação(2003) e o Vale Gás, que não exigia a contrapartida.

O Chile adotou o programa Chile Solidário em 2002, como sistema de proteção a 225 famílias extremamente pobres, composto por : apoio às famílias, subsídios monetários e acesso prioritário à programas de proteção social.

O modelo mexicano conta com uma fórmula complexa, que dependendo do nível escolar da família beneficiada, das crianças que estão matriculadas na escola e da composição etária do domicílio, paga até 1.095 pesos (cerca de R$ 175,00) por família com filhos no primeiro ciclo escolar e 1.855 pesos (cerca de R$ 300,00) às famílias com filhos no secundário.

Embora sendo responsável por uma pequena parte da renda total, "[…] a focalização dos Programas de Transferência de Renda Condicionalidades – PTRCs é otima, o impacto sobre a desigualdade equivale a 21% da queda de 2,7 pontos de Gini observada tanto no Brasil como no México. No Chile, a contribuição foi de 15% de uma queda muito mais modesta de 0,1 ponto de Gini" (SOARES, in GARSCHAGEN, 2007, p. 34).

A Cepal revelou que o nível de gastos públicos sociais aumentou 10% entre os anos de 2002 e 2003 e 2004 e 2005, atingindo US$ 660 per capita, com base no valor do dólar americano do ano de 2000. Entretanto há grandes disparidades de gastos entre os países analisados. A diferença entre o gasto por habitante é 15 vezes maior entre o país que mais investe em relação ao que menos gasta. Existe também uma concentração em programas dirigidos contra a pobreza que se utilizam de mecanismos de transferência de renda condicionadas.

Um dos grandes desafios das políticas sociais, num segundo momento, é que os assistidos passem a gerir suas vidas, quebrando o ciclo de dependência dos recursos públicos. Para que ocorresse essa mudança de patamar, a capacitação profissional seria fundamental para proporcionar a inserção do individuo no mercado de trabalho e obter renda suficiente para garantir a sua subsistência.

6 Condicionantes estruturais na economia América Latina

O mundo assistiu, nas últimas décadas, a mudanças drásticas e inusitadas. Da queda do muro de Berlim à extinção do Pacto de Varsóvia; da demolição do império soviético à desagregação da Iugoslávia; do tratado de Maastricht (União Europeia) ao Nafta, enfim, uma série de fatos que ocorreram, numa velocidade impressionante, alterando o curso da história contemporânea.

Desde o término da Guerra Fria, reacendeu-se a controvérsia mercado/ planejamento, na medida em que os países que formavam o ex-mundo socialista transformaram-se em fronteiras de expansão do capitalismo.

Embora o planejamento governamental tenha sido utilizado largamente, na fase de reconstrução de economias nacionais (notadamente no período posterior à segunda guerra) e de industrialização substitutivas de importação, adotadas nos países do terceiro mundo, iniciou um processo de queda livre, reforçado a partir da crise do bloco soviético.

Não obstante, em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos, funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID, especializados em assuntos latino-americanos, com o objetivo de avaliar as reformas econômicas empreendidas nos países da região.

> […] Embora com formato acadêmico e sem caráter deliberativo, o encontro propiciaria oportunidade para coordenar ações por parte de entidades com importante papel nessas reformas. Por isso mesmo, não obstante sua natureza informal, acabaria por se revestir de significação simbólica, maior que a de muitas reuniões oficiais no âmbito dos foros multilaterais regionais[…] (BATISTA et al,1994, p. 99/100)

> […]Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington" (BATISTA et al,1994, p. 99/100).

Via de regra, as conclusões a que chegaram os especialistas do encontro foram de que a grave crise econômica, que os países enfrentavam, não tinha raízes externas, tais como a alta dos preços do petróleo e das taxas internacionais de juros, assim como a deterioração dos termos de intercâmbio entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas basicamente a fatores internos.

Dessa forma, a solução estaria vinculada a reformas neoliberais, com a redução da participação do Estado na economia, superando o anacronismo dessas estruturas. Nesse sentido, a hegemonia do livre

mercado só confirmou as indicações que o governo norte-americano vinha recomendando, por meio das diversas entidades, como condição necessária para a concessão de cooperação financeira externa, inclusive para os países do ex-mundo socialista.

> As forças produtivas básicas, tais como o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado e o planejamento, entre outras, entram em contínua e ampla conjugação, desenvolvendo-se de forma intensiva e extensiva, ultrapassando fronteiras geográficas e históricas, regimes políticos e modos de vida, culturas e civilizações(IANNI, 1997, p. 140).

O fim da monopolização do jogo estratégico pelas duas potências, Estados Unidos e União Soviética, estabelecida com o fim da Guerra Fria, fez com que os demais países tendessem a deslocar seus espaços de manobra para o campo econômico, alterando sua posição relativa na hierarquia de poder.

Na medida em que já estavam em evidência diversos pólos dinâmicos mundiais, como a economia norte-americana, a Europa, que já consolidava seu processo de unificação, e o Japão, articulando boa parte da economia dos países da Ásia, intensificaram seus fluxos de comércio e, principalmente de capital, ampliando ainda mais o processo de integração da economia mundial.

A busca do equilíbrio de forças e a necessidade de fortalecimento ante o acirramento da concorrência tecnológica, o aumento dos fluxos financeiros internacionais e a busca de novos mercados desencadearam a formação dos blocos econômicos como: a União Europeia, o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), o Pacto Andino, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico (APEC), a Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASIAN), entre outros.

Um ponto importante é que os blocos não são homogêneos, no que se refere à estrutura, composição, objetivos, até pelas razões que proporcionaram o processo de unificação, seja político, econômico ou puramente comercial. A União Europeia formou-se num amplo processo de discussão, que se iniciou no fim da Segunda Guerra Mundial e pode ser considerada realmente como uma integração na verdadeira acepção da palavra, abrangendo os níveis político, econômico e social (OSTRY,1994).

Apesar dos avanços obtidos, principalmente pela efetiva elevação do fluxo de comércio intra e extra-bloco, a chegada de diversas empresas transnacionais, que operam nos mais variados setores, dinamizando muito a economia da região, observamos que a abertura comercial e a desregulamentação generalizada da economia agravaram sua vulnerabilidade externa.

Os fluxos de investimento estrangeiro direto vêm apresentando um crescimento importante nos países da América Latina, canalizados principalmente para Argentina, Brasil e México, em decorrência dos processos de privatização, em

andamento na região, despertando o interesse de empresas ligadas a vários setores, como a Telefonica da Espanha (telecomunicações), o setor automotivo, que tem especial interesse no Mercosul; a Pepsico (alimentos), a Royal Dutch Shell e a Exxon Corp. (petróleo), o Carrefour (supermercados); atraídos pela relativa estabilidade, alcançada no período recente, e seu vasto mercado consumidor.

Apesar da constatação da elevação dos investimentos diretos na América Latina, observamos, porém, que a maior parte está concentrado nos países desenvolvidos, o que eleva ainda mais a discrepância existente entre os países ricos e pobres. Cabe ressaltar que a maior parte dos capitais investidos na região está vinculada ao setor de serviço, o que deve melhorar a qualidade e ampliar a cobertura dos serviços prestados.

É preocupante, porém, que, como se tratam de empresas prestadoras de serviços, sua arrecadação ocorre somente nos mercados internos, pois elas não são captadoras de recursos em moeda estrangeira. Caso esses recursos fossem direcionados para a indústria que poderia gerar produtos exportáveis, as dificuldades em relação à balança comercial e o nível de reservas cambiais seriam atenuados.

No entanto, esses investimentos que são realizados no setor de serviços, já no início do processo, afetam negativamente a balança comercial, pois boa parte dos equipamentos e da tecnologia utilizada provém da matriz, além dos técnicos que são transferidos, o que afeta a balança de serviços. Outro ponto importante é que, no momento do envio dos lucros obtidos e do pagamento do principal, pode gerar uma certa instabilidade no tocante às divisas internacionais, aumentando ainda mais sua vulnerabilidade em relação ao sistema financeiro internacional.

7 Indicadores socioeconomicos da América Latina

No período compreendido entre 1998 e 2007, observamos que na primeira metade (tabela 1), a variação do Produto Interno Bruto (PIB), os resultados foram bastante ruins. Verificou-se que apenas México, Chile e o Brasil, com taxas bem modestas, apresentaram taxas de crescimento positivas.

A segunda metade do período coincide com o melhor ciclo econômico dos últimos 40 anos, registrando elevadas taxas de crescimento, baixas taxas de desemprego e inflação, fluxo de investimento e comercial em expansão. Quase metade do crescimento mundial é reflexo dos grandes países emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China, denominados de BRIC.

PAÍS	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Argentina	3,9	-3,4	-0,8	-4,4	-10,9	8,8	9,0	9,2	8,5	8,6
Bolívia	5,0	0,4	2,5	1,7	2,5	2,7	4,2	4,0	4,6	3,8
Brasil	0,0	0,3	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	2,9	3,7	5,3
Chile	3,2	-0,8	4,5	3,4	2,2	3,9	6,0	5,7	4,0	5,3
México	5,0	3,8	6,6	0,0	0,8	1,4	4,2	2,8	4,8	3,3
Paraguai	0,6	-1,5	-3,3	2,1	0,0	3,8	4,1	2,9	4,2	5,5
Uruguai	4,5	-2,8	-1,4	-3,4	-11,0	2,2	11,8	6,6	7,0	7,5
Venezuela	0,3	-6,0	3,7	3,4	-8,9	-7,8	18,3	10,3	10,3	8,5
América Latina e Caribe	2,5	0,2	3,9	0,3	-0,4	2,2	6,2	4,7	5,6	5,6
Caribe	4,1	3,9	3,4	1,7	3,6	6,5	4,7	4,7	6,9	3,9

Fonte : CEPAL, 2008

Aliando-se ao cenário externo bastante favorável, observamos também uma melhor qualidade dos indicadores macroeconômicos da região, culminando com taxas de crescimento média superiores a 5%, tendo a Argentina, Uruguai e Venezuela atingindo média de 8% de crescimento em 2007.

Cabe ressaltar que esse bom desempenho foi proporcionado pela elevação da demanda e dos preços de energia, alimentos e outros produtos básicos que impulsionaram as exportações da região (CEPAL, 2008)

Nas contas externas, já pelo quinto ano consecutivo, houve superávit no saldo das contas correntes do balanço de pagamentos. A conta capital fechou o ano de 2007 com superávit de 104 bilhões de dólares e a balança total, com saldo positivo de 122 bilhões de dólares, elevando as reservas em 125 bilhões.

Os indicadores de emprego apresentaram uma pequena recuperação. A taxa de ocupação subiu 0,5 % ao ano a partir de 2003, as taxas de desemprego giraram em torno de 8%, os salários, no entanto, cresceram num ritmo menor, o que significa que as vagas criadas foram de baixa qualificação.

A população da América Latina que se encontra em estado de pobreza representa 35%, sendo equivalente a 190 milhões de pessoas e pouco mais de um terço delas – 69 milhões ou 12,7% dos habitantes da área – vive em condições de extrema pobreza e indigência. No entanto, houve queda de 9,8% em relação ao ano de 1990, quando o nível de pobreza atingia 22,5% da população (GARSCHAGEN, 2007).

Em pouco mais de dois terços do tempo previsto, cinco países já atingiram o objetivo de reduzir a miséria pela metade – Brasil, México, Chile, Equador e Panamá.

Segundo estimativas de Cepal, caso não ocorra retração no fluxo de capitais internacionais para a região, uma taxa média de crescimento de 1,1% ao ano permitirá que todos os países alcancem as metas estabelecidas nos objetivos do milênio. Entre os biênios 1990-1991 e 2002-2003, o gasto social por habitante cresceu 39%, passando da média de 440 para 610 dólares. Esses recursos foram direcionados nas áreas de seguridade social, assistência social e na educação.

8 Considerações finais

A melhoria das condições socioeconômicas obtidas pelos países da América Latina decorreram de uma maior integração dos fluxos comercial e financeiro e do bom momento da economia internacional e também pela expansão dos gastos sociais, pela implementação de políticas sociais focadas em camadas marginalizadas da população e pela exigência de contrapartidas em relação à frequência escolar e aos serviços de saúde.

Verificamos também que a redução dos níveis de pobreza ocorreu, em parte, pelo crescimento econômico e pela ampliação de oportunidades, ainda que insuficientes, para atender o déficit social existente, mas, principalmente, pela aplicação dos programas de transferência de renda condicionada aplicados pelos governos do México, Brasil e Chile, que apresentaram os melhores resultados, mostrando a importância do estado e de suas políticas compensatórias como atenuadores das crises sociais – não se limitando apenas à uma visão meramente utilitarista da economia, gerando um forte darwinismo social.

A instabilidade financeira, decorrente da crise no mercado de hipotecas de alto risco dos bancos de investimento dos Estados Unidos, que se estendeu para o resto do mundo, gerou graves problemas de liquidez e de oferta de crédito nos mercados internacionais, o que afetou drasticamente as economias desenvolvidas e as perspectivas de crescimento.

Embora os países da América Latina tenham diversificado suas exportações, principalmente o México e os países da América do Sul, já que boa parte dos produtos são direcionadas para países asiáticos, devem sentir um pouco a retração econômica que começa a se desenhar atualmente no cenário internacional.

Em momentos de crise, como o da derrocada financeira global, teve início nos Estados Unidos em março de 2007, a crise do "subprime", desencadeando um efeito dominó descendente na economia internacional. É comum haver questionamentos sofre a efetividade das despesas sociais, como se a evolução econômica não dependesse também de uma estrutura social equili-

brada e bem preparada para enfrentar os novos desafios postos, principalmente por esse momento de intensas mudanças.

É importante que os recursos sejam bem direcionados, e na medida em que forem aplicados de forma eficaz, acreditamos que funcionarão, como investimento e não como custo, uma vez que trarão frutos positivos para os beneficiados e também para o tecido social e econômico de uma forma geral.

Sendo assim, seria conveniente que o processo de integração social e econômico pudesse andar paralelamente, de forma que os benefícios certamente seriam maiores. Esta constitui uma pauta que deve ser definida como prioridade, promovendo assim uma forma mais abrangente de integração econômico-social para a América Latina.

Referências

ABRANCHES, S. H. et. al. Política social e combate à pobreza, 3º ed., Jorge Zahar Editor, RJ. 1994.

Aktouf, O. A administração entre a tradição e a renovação, Editora Atlas, S.P. , 1996.

BATISTA, P. N. et.al. Em defesa do interesse nacional desinformação e alienação do patrimônio público, SP, Paz e Terra, 1994.

CEPAL.Estudio económico de américa latina y el caribe 2007 2008, 2008.

_____ instituiciones de la politica social: objetivos, principios y atributos. Informes e estudios especiales, 2006.

_____panorama de la inserción internacional de américa. Latina y el Caribe, Tendencias 2008, 2007.

_____. visiones del desarrollo en america latina américa, 2007.

Garschagen, s., resgate social avança na américa latina. Revista Desafios. dez/ 2007.

Ianni, O. Teorias da globalização, 4ª ed., Ed. Civilização Brasileira, R. J. 1997.

LODI, J.B. Governança corporativa: o governo da empresa e o conselho da administração, Campus, R.J., 2000.

MESSIAS, J. F. Políticas de seguridade social : uma análise comparada para o Mercosul. 1997. Dissertação (Mestrado em Economia), PUC/SP, 1997.

_____. Trabalho e emprego: perspectivas para a unificação social no Mercosul. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC/SP, 2001.

OSTRY. S. A nova ordem mundial e a tendência à regionalização. In A nova ordem mundial em questão. VELLOSO, J.P. R.; MARTINS, L. José Olympio Editora, p. 362-400, 1994.

BRESSER-PEREIRA, L.C. estratégia nacional e desenvolvimento. Revista de Economia Política, v. 26, n. 2 (1023), p. 203-30, abril-junho 2006.

PINHEIRO, V.C. Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. Planejamento e Políticas Públicas, n. 12, jun-dez 1995.

POCHMANN, M. Políticas de emprego e renda no Brasil. In Bógus & Paulino, políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais, 1997.

_____, Vulnerabilidades sociais no capitalismo. In Pesquisa & Debate – PUC/SP, v. 8, nº12, 1997.

RAWLS, J. Uma teoria da justiça. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997

_____, A noção sócio-econômica da pobreza, São Paulo: ESP/FGV, 1985.

TÔRRES, O. de L. S. Populações e famílias. EAESP/FGV-SP, 1987.

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO MINISTÉRIO DO TURISMO E DIRETRIZES DOS CURSOS SUPERIORES, BRASIL

PROFESSIONAL QUALIFICATION PROGRAM OF THE MINISTRY OF TOURISM AND GUIDELINES FOR COLLEGE COURSES, BRAZIL

Renata Pires de Santana Matias
Graduada em Turismo – Uninove

Simone Santos Souza
Graduada em Turismo – Uninove

Edgar Pacheco
Graduado em Turismo – Uninove

Alessandra Almeida
Graduada em Turismo – Uninove

Luciana Graci Rodela
Doutora Geografia Física – USP e professora dos cursos de graduação em Turismo e Hotelaria – Uninove
renatazaga@gmail.com

Resumo

Esse trabalho tem por objetivo investigar a inserção do bacharel a partir de programas do Ministério do Turismo. Analisou-se o Programa de Qualificação Profissional e o perfil de profissional que se pretende formar, comparando-o às diretrizes dos cursos superiores de turismo (estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura) e as aptidões que o bacharel deve ter. Para tal foram efetuadas pesquisas bibliográficas, além de entrevista na Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo. O que se pôde perceber é que capacitar tem sido tratado como preparar mão de obra para atuar no campo operacional do turismo, e, por isso, não se efetuam discussões mais aprofundadas sobre os efeitos positivos e negativos do turismo para os atores envolvidos no processo. Ao bacharel, de acordo com sua capacitação, cabem funções que exijam planejamento e visão holística da atividade, compreendendo seus impactos. Porém, não se percebem ações pontuais que contribuam para que o bacharel tenha seus valores e potenciais reconhecidos pelo Ministério do Turismo, que é o órgão de maior representatividade da atividade turística do país.

Palavras-chave: Bacharel em turismo. Diretrizes dos cursos de turismo. Ministério da Educação e Cultura. Ministério do Turismo.

Abstract

This study aims to investigate the insertion of the bachelor programs from the Ministry of Tourism. We analyzed the Professional Qualification Program and the profile of professional who intends to form, comparing it to the directives of higher education courses in tourism (established by the Ministry of Education and Culture) and the skills that the graduate should have. To this end, we performed literature searches, and interview the Secretary of Sport, Recreation and Tourism of the State of São Paulo. What one might notice is that training has been treated as preparing the workforce to operate in the operational field of tourism, and therefore did not perform further discussion of the positive and negative effects of tourism for the actors involved. The bachelor, according to their training, fit functions that require planning and holistic view of activity, including its impacts. Yet we perceive specific actions that contribute to the bachelor and has his potential values recognized by the Ministry of Tourism, which is the body most representative of tourism in the country.

Key words: Bachelor of Tourism. Guidelines for tourism courses. Ministry of Education and Culture. Ministry of Tourism.

1 Introdução

O Ministério do Turismo é bastante recente no Brasil. Foi criado em 2003, pelo governo do atual presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva. A criação do ministério e secretarias no governo mostra um reconhecimento do turismo como atividade importante para o desenvolvimento do país.

O turismo tem se destacado como uma atividade promissora economicamente. É crescente em todo o mundo, e quanto mais cresce a demanda, mais há necessidade de empreendimentos e serviços específicos e do aumento da contratação de mão de obra qualificada.

O turismo é uma atividade que contribui para o crescimento econômico do Brasil. Atualmente, investimentos em infraestrutura, projetos e programas turísticos são vistos como de grande importância, principalmente pelo o retorno econômico que a atividade turística traz para o Produto Interno Bruto nacional (PIB).

Segundo pesquisa realizada pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (AGÊNCIA BRASIL, 2009), em 2008 o Brasil ficou em 14º lugar no ranking mundial de economia do turismo, entre 176 países pesquisados. O turismo brasileiro contribuiu com 6,2% do PIB e a estimativa é que até 2018 esse percentual suba para 6,3%. A cada 16,2 empregos, um é ligado ao setor turístico. O aumento esperado até 2018 é de um para cada 15,2 postos de trabalho ocupados no Brasil.

Além dos benefícios diretamente ligados à atividade turística há também o efeito multiplicador, fazendo com que a economia de locais turísticos seja beneficiada por gastos de outras naturezas, que são possíveis a partir da renda gerada pela prática da atividade.

O turismo se mostra como prática viável, inclusive em períodos de crise e recessão. Com a atual crise econômica houve equilíbrio na balança nacional do turismo, conforme entrevista concedida por Jeanine Ribeiro, presidente da Embratur ao Jornal do Turismo (2009). Segundo Jeanine, com o aumento do dólar, o número de brasileiros que viajam para o exterior deve cair, na mesma medida em que o turismo interno será beneficiado. Com isso, o turismo interno supre as expectativas econômicas esperadas para o setor, sem que grandes mudanças sejam necessárias em relação aos investimentos direcionados para melhorias de infraestrutura e outras ações voltadas para o turismo no Brasil.

Percebe-se certo equívoco, por parte de alguns escritores e profissionais da área, ao abordar o turismo somente pelo âmbito econômico, como muitas vezes acontece. Segundo Kotler (1994) apud Barreto e Rejowski (2001): a indústria do Turismo é sem dúvida a atividade econômica que conduz ao desenvolvimento.

Entretanto, tratar o turismo como indústria minimiza sua essência e, automaticamente, deixa o bacharel em turismo em segundo plano. Visto dessa maneira, basta os economistas ou atuantes no mercado fazerem a análise dos impactos econômicos do turismo.

O que o turismo produz vai além de produtos e serviços. Produz trocas e contatos que fortalecem e valorizam as diferenças entre os diversos povos e seus costumes pelo Brasil e pelo mundo.

Não se pode negar a importância econômica do turismo, pois gera renda e emprego para milhares de pessoas em todo o país. O alerta deve estar no fato de que, como todos os recursos existentes para a subsistência da população, os fatores que compõem o turismo também devem ser vistos como limitados. Incentivar, por exemplo, toda uma população para viver somente do turismo, visando os ganhos financeiros é algo não recomendável, pois esse local pode sair da rota de preferência dos turistas, gerando desestruturação em todo o local. Por essa razão, a atividade turística deve ser amplamente planejada, levando em consideração todos os fatores que a compõem (social, cultural, natural e econômico), assim como os impactos, inerentes à atividade.

Incluir o bacharel no processo de desenvolvimento do turismo é valorizar todo conhecimento que se produz em nível universitário, além de possibilitar que esses profissionais contribuam para um turismo de qualidade, visando, entre outros fatores, a capacidade de efetuar análise holística da atividade.

1.1 Objetivos

Busca-se, nesse estudo, investigar a inserção do bacharel em turismo a partir de programas do governo que promovam qualidade e capacitação profissional.

Especificamente, pretendeu-se analisar a relação entre o Programa de Qualificação Profissional do Ministério do Turismo (MTur) (2009) e as diretrizes dos cursos superiores de turismo estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

1.2 Justificativas

Sendo o Turismo uma prática que gera bastante controvérsia e, consequentemente a atuação do bacharel em turismo também, efetuar pesquisas e questionamentos com o intuito de levantar informações sobre ações do governo que contribuam para a inserção desse profissional é relevante tanto para o desenvolvimento do turismo visando qualidade quanto para bacharéis formandos e formados.

Estudar a inclusão do bacharel no quadro turístico brasileiro é perceber a importância que se dá por um crescimento do setor pensando em qualidade. Alguns autores, como Trigo (1998), consideram inconcebível pensar em planejamento e desenvolvimento turístico sem incluir mão de obra qualificada. Assim, qualificar

para o turismo tem sua importância, desde que no planejamento haja profissionais capacitados para fazê-lo, nesse caso os bacharéis em turismo.

O papel do bacharel em turismo, em razão de seu preparo para lidar com adversidades e complexidades do turismo, é mediar essa gama de fatores que compõem a atividade, contribuindo para que o turismo não seja somente um canal gerador de renda, mas sim uma prática que promova valorização de regiões e comunidades.

Defender a inclusão do bacharel não significa ver o turismo como ciência separada, mas sim com a necessidade de que se utilize de todas as outras ciências necessárias para que a atividade cresça de maneira séria e responsável, além de incluir também a população autóctone.

A contribuição de profissionais de geografia, sociologia, antropologia, marketing, administração, entre outros, é também necessária para que a prática turística seja desenvolvida com o intuito de minimizar impactos negativos e planejar os impactos positivos.

As políticas voltadas para o turismo no Brasil, têm o papel fundamental de organizar a atividade, prevendo sua promoção e desenvolvimento, de acordo com novas opções de oferta, além de aumento da demanda. Incluir o bacharel em turismo nesse processo, a partir de programas do governo voltados para a qualidade da prática turística no país, é primordial para que, de fato, haja melhorias na parte operacional e, principalmente, em planejamentos e ações para aperfeiçoamento do turismo.

Dessa forma, o crescimento do turismo no Brasil ocorrerá de modo equilibrado, visando sua continuidade no processo de desenvolvimento do país.

2 Metodologia

Foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o Ministério do Turismo (2009), Programa de Qualificação Profissional e Diretrizes para cursos superiores de Turismo no Brasil a fim de levantar dados consistentes sobre o tema em questão.

Foi feita análise sobre o direcionamento do Programa de Qualificação Profissional em relação aos requisitos que se espera para que um profissional atue em turismo com qualidade e se estão alinhados às diretrizes dos cursos superiores de turismo, estabelecidas pelo MEC.

Foi realizada entrevista, em agosto de 2009, com Daniel Calchone, bacharel em turismo e diretor técnico regional da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo, para compreender ações em prol do bacharel por parte do MTur.

3 Evolução do turismo no Brasil a partir da década de 1990

No início da década de 1990 houve um grande avanço no setor turístico brasileiro com a vinda das grandes redes hoteleiras, além de companhias aéreas internacionais, que passaram a fazer parte desse ramo de atividade, gerando grandes expectativas em relação ao retorno econômico que o turismo poderia gerar.

O turismo é uma atividade de difícil definição e que, no decorrer de seu desenvolvimento, esteve vinculada aos mais diversos órgãos do governo. Por muito tempo, assuntos relativos a turismo estiveram subordinados ao Ministério da Indústria e do Comércio. Em 1990, com a reforma administrativa instituída pelo então presidente da república Fernando Collor de Melo, o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) passa a fazer parte da Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República. Em 1992 esse órgão deixa de existir e cria-se o nome Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

A criação do Plano Nacional de Turismo, também em 1992, contribuiu para reforçar a crença na promissora atividade turística. Mesmo não havendo nesse período políticas definidas aplicadas ao turismo, alguns programas foram desenvolvidos, visando a ampliação e regulação da atividade. Exemplo disso é o Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE), que visa melhorar a infraestrutura básica e o acesso, além de melhorar o sistema de gestão da atividade (CRUZ, 2002). O turismo, sendo visto como oportunidade de desenvolvimento social e econômico, passa a ser uma opção para gerar receita na região Nordeste, contribuindo, assim para minimizar as diferenças gritantes entre o desenvolvimento dessa região em relação ao Sul e Sudeste do país.

Fatos ocorridos na década de 1990 se mostraram como um divisores de águas para o turismo nacional. Nos primeiros anos da década de 1990 ainda era inseguro investir em empreendimentos ou serviços turísticos, em razão da instabilidade da moeda e do alto índice de inflação. Somente a partir de 1994, com a implantação da nova moeda nacional (Plano Real) é que a atividade turística passou a ter credibilidade tanto para investidores quanto para a demanda. Nesse período, a moeda nacional chegou a se igualar ao dólar, o que permitia maior segurança para gastos até então tidos como supérfluos. Viajar passou a ser algo possível para as diversas camadas sociais e o fluxo de turistas aumentou ano a ano. A visão de ampliação de possibilidades econômicas por parte do governo movimentou o setor privado a investir em empreendimentos turísticos, pois antes não havia segurança pelo fato das políticas públicas de turismo ainda serem bastante discutidas e pouco postas em prática. Com certeza com a mudança

da moeda brasileira em 1994, o Brasil mostrou-se economicamente mais estável. Era o impulso que faltava para que a atividade turística criasse força e iniciasse um processo de desenvolvimento irreversível.

No século atual, o turismo continuou em desenvolvimento e crescimento, porém alguns fatores fizeram com que tivesse algumas quedas, ocasionando oscilação no setor. Um dos fatos mais marcantes foi a tragédia de 11 de setembro de 2001, ocorrida nos Estados Unidos, e que fez com que fossem tomadas medidas de segurança mais rígidas, como uma burocracia maior para se obter o passaporte. Muitos países dificultaram a entrada de estrangeiros em seus territórios, por receio de novos atentados terroristas.

Especificamente no ramo turístico, a década atual contou com a falência de grandes empresas aéreas como a Varig, Vasp e a Transbrasil. Enquanto as companhias citadas desapareciam do mercado, algumas se fortaleciam como, por exemplo, a TAM e outras surgiam, como é o caso da Gol e Azul linhas aéreas.

Outro fato que se destacou foi a crise financeira internacional em 2008, que afetou diversos países e, inclusive, o Brasil, o que fez com que o turismo tivesse uma queda. Entretanto Brasil deu uma reviravolta e o turismo interno foi a oportunidade para gerar renda e movimentar sua economia, visto que o turismo internacional estava em desvantagem pela falta de segurança na moeda estrangeira.

Em sua maioria, fatos que impactam no Turismo são diretamente ligados à economia. Investimentos são priorizados desde que haja grandes possibilidades de retorno econômico, fortalecendo o Turismo como um canal gerador de renda. Pensá-lo como canal de interação entre povos e culturas, ou como potencializador da conservação ambiental, ainda é, predominantemente, fato secundário.

Entretanto, na década atual, tecnologias, quebra de barreiras entre países, tornando mais próximas as relações, somada a maior estabilidade da moeda nacional, entre outros fatores contribuíram para uma continuidade no crescimento da atividade turística. Novas categorias de hotéis sofrem expansão no mercado como econômicas e super econômicas, abrangendo as diversas classes sociais, o que possibilitou que o Brasil pudesse expandir a oferta turística internamente.

4 Ministério do Turismo

O turismo já foi vinculado a diversos órgãos e ministérios, inclusive ao Ministério da Indústria e do Comércio, o que reforça a ideia do turismo como gerador de riquezas, emprego e renda, ou seja, priorizando o retorno econômico. Criado em 2003, o Ministério do Turismo no Brasil é o órgão que representa a atividade turística, além de elaborar planos e ações que visam a melhoria contínua da atividade. A justificativa que se verifica com maior frequência nos planos e programas em relação ao turismo ainda é priorizar o âmbito econômico, com base na contribuição do turismo para o aumento do PIB nacional.

Com o objetivo de organizar o setor, o MTur conta com diversos órgãos vinculados a ele, tais como:

- Conselho Nacional de Turismo que é composto por representantes do governo federal e dos diversos segmentos do turismo. Objetiva auxiliar o ministro de Estado na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo (PNT);
- Secretaria Executiva, que auxilia o ministro de Estado na definição de diretrizes e políticas no âmbito da PNT;
- Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, que elabora, formula e monitora a PNT;
- Secretaria Nacional de Programas e Desenvolvimento do Turismo que é responsável por formular os planos, os programas e as ações que são aplicados pelo MTur;
- Embratur, criado em 1966, e que já foi o órgão de maior importância para o turismo nacional. Com a criação do MTur passou a ser responsável somente pela divulgação do Brasil no exterior.
- Há ainda diversos órgãos que se posicionam hierarquicamente abaixo dos acima citados (diretorias, departamentos, assessorias, secretarias estaduais e municipais, etc.).

O primeiro ministro do MTur foi Walfrido Mares Guia (01/1/2003 a 23/3/2007), sendo substituído por Marta Suplicy (23/3/2007 a 03/6/2008). O Ministro atual é Luiz Barreto Filho.

Entre os diversos programas e ações do MTur, além do retorno econômico que se espera com investimentos em turismo, visam a necessidade de planejar com sustentabilidade e inclusão social, pois a validade do produto turístico depende justamente disso.

4.1 Programa de qualificação profissional

A criação do MTur levantou a discussão sobre a valorização dos bacharéis, que ainda não têm sua profissão regulamentada e reconhecida. Profissionais formados em Turismo são qualificados para terem visão holística, apoiando-se em ciências que complementam a análise da atividade e, principalmente, preocupando-se com impactos e problemas sociais e ambientais que a falta de planejamento pode gerar.

A criação do MTur torna mais relevante toda e qualquer atividade e deve respaldar o crescimento do setor de forma equilibrada, contribuindo para o desen-

volvimento do país. O turismo, sendo interdisciplinar, conta com o apoio de diversas áreas de estudo para ser compreendido, mas para atuar em turismo ninguém melhor que o profissional especialmente capacitado para tal.

Não se trata de uma reivindicação para que o turismo seja visto como uma ciência que termina em si mesma, pois dessa forma sua essência seria limitada. A problemática principal é que o turismo é visto, em grande escala, somente pelo retorno econômico que pode proporcionar para aqueles que se aventuram nessa atividade, na maioria das vezes, sem que haja preocupação com os impactos que o turismo pode gerar.

O Turismo é uma prática que envolve vários fatores da sociedade e que para ser analisado e aperfeiçoado é necessário que haja, além de planejamento, uma compreensão mais profunda do que ele significa e representa para todos os atores envolvidos, direta ou indiretamente, nessa atividade que tanto gera expectativas. A contribuição econômica que o turismo proporciona faz com que se perceba a necessidade constante de adaptação da oferta, de acordo com o que a demanda espera encontrar na localidade turística. A partir dessa percepção é que foi criado o Programa de Qualificação Profissional, inserido no Macroprograma Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos.

O objetivo desse programa é aperfeiçoar a prestação de serviços, capacitar ou formar gestores para o turismo, além de sensibilizar a população local quanto à importância de sua participação para o sucesso e o desenvolvimento sustentável do turismo.

O Programa de Qualificação Profissional é voltado para empresas cadastradas no Ministério do Turismo, principalmente as de micro e pequeno porte, e seus funcionários, trabalhadores que fazem parte da cadeia turística (artesãos, taxistas, bugueiros, etc.), trabalhadores excluídos pelo desenvolvimento do turismo e jovens em situação de risco ou primeiro emprego.

O financiamento para esse programa parte do orçamento do MTur e há a possibilidade de outros recursos partirem dos estados, municípios, entidades sem fins lucrativos e associações do setor.

Para pleitear financiamento, o requerente deve apresentar pesquisa de demanda e descrever os cursos em que os recursos serão aplicados, com orçamento de acordo com valores pré-determinados, sendo prioridade áreas focalizadas pelo Programa de Regionalização do Turismo, onde a atividade turística já exista e que com essas ações haja inclusão da população da área em questão, potencializando a competitividade turística por meio de mão de obra qualificada.

Os projetos financiados pelo Programa de Qualificação Profissional devem conter metodologia de acompanhamento e avaliação, que deverá ser encaminhado ao MTur bimestralmente.

Sendo as empresas privadas as maiores solicitantes desses financiamentos, pode-se dizer que o Programa de Qualificação é um instrumento que disponibiliza crédito para aperfeiçoamento de serviços. É o setor público servindo ao setor privado.

Os cursos são voltados, em sua maioria, para áreas operacionais do turismo, preparando profissionais para lidarem cordialmente com turistas, reforçando assim a hospitalidade, tão necessária para o sucesso da atividade turística.

5 Cursos de Turismo no Brasil

O curso superior de Turismo é bem recente no Brasil, tendo seu início na década de 1970, mais precisamente em 1971, na Universidade Anhembi Morumbi, na cidade de São Paulo. Na mesma década foram criados cursos de hotelaria e a partir de então ocorreu uma expansão desses cursos, principalmente em grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro.

Apesar do grande afloramento do curso nos anos 1970, na década seguinte ocorreu uma estagnação, que se deu pela oscilação econômica como altas taxas de juros e troca constante de moeda. Fatos como esses influenciaram negativamente o Brasil como escolha de destino turístico e, consequentemente, a procura pelo curso de turismo não parecia mais algo tão viável.

Já a década de 1990 teve pontos positivos relacionados à área turística com a criação do plano real e a estabilidade da moeda nacional. O turismo passou a ser visto como a mola propulsora para o crescimento econômico por ser gerador de renda e empregos, o que impulsionou novamente a grande procura por cursos superiores de turismo, pois a atividade turística passou a ser vista nesse período como a profissão do futuro. Com isso, houve grande expansão dos cursos em todo o país.

Segundo Ansarah (2001), em 1994 existiam 32 cursos de turismo, sendo a maior concentração nas grandes capitais; em 1996 esse número foi de 40 cursos de turismo no país. No ano de 2000, havia 204 cursos no Brasil, representando um aumento de 637,5% dos anos de 1994 até 2000.

Por meio do crescimento e surgimento de novos cursos no decorrer dos anos é possível ver que o setor turístico no Brasil vem crescendo e se destacando, possibilitando que esses profissionais criem forças para se estabelecer no mercado, comprovando assim sua capacidade de lidar com a atividade turística de modo a fortalecê-la.

Se os cursos de turismo já existem há quase 40 anos, formando milhares de bacharéis, aproveitar esses profissionais em programas do MTur parece um tanto lógico, já que as leis de diretrizes e bases para o curso

são formuladas pelo Ministério da Educação e Cultura, que também é um órgão federal.

5.1 Diretrizes para cursos superiores de turismo de acordo com o Ministério da Educação e Cultura

As diretrizes para os cursos de graduação em turismo visam, principalmente, que haja alinhamento entre conteúdos programáticos nas diversas instituições de ensino a fim de se alcançar o objetivo em relação aos requisitos designados pelo próprio MEC. E, em caso de transferência de instituição, o aluno não sairá prejudicado quanto às disciplinas já estudadas.

De um modo geral, o que se espera de um bacharel em turismo é adaptabilidade às mudanças que possam influenciar, direta ou indiretamente, o campo de atuação desse profissional no mercado.

Sendo o turismo uma área de complexidade tamanha, tanto em sua definição quanto em sua compreensão, é necessário incluir no currículo disciplinas que abranjam conteúdos dos aspectos ambientais, culturais, sociológicos, políticos, econômicos, gerenciais, possibilitando ao bacharel que tenha visão holística sobre a atividade.

Consta nas diretrizes do MEC o seguinte artigo, que define bem o assunto referido: Art. 3º: O curso de graduação em Turismo deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacidade e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional. (MEC, Resolução Nº 13, de 24 de novembro de 2006).

Para atuar no mercado, conhecimentos técnicos específicos são exigidos, possibilitando atuação no campo operacional do turismo. Disciplinas que englobam conhecimento em agenciamento, organização e gerenciamento de eventos, administração de fluxo turístico, rotina de meios de hospedagens, entre outros dão base para o graduando enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

Assuntos que remetem conhecimentos gerais e atualidades também devem compor a formação do bacharel, permitindo que esse profissional tenha condições de analisar, criticar e se posicionar perante as realidades do país e do mundo.

O perfil do bacharel em turismo, segundo diretrizes do MEC, pauta-se na capacidade de atuar em planejamento e execução de projetos turísticos; intervir positivamente no mercado turístico; avaliar informações históricas, geográficas, artísticas, folclóricas, religiosas e diversas formas de manifestação da comunidade humana; dominar diferentes idiomas; detectar novos negócios e possibilidades em turismo; compreender as complexidades do mundo globalizado; desempenhar as atividades com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Estágios supervisionados são necessários para que haja aproximação da teoria com a realidade do mercado por meio da experiência prática. Visitas técnicas a espaços de fluxo turístico permitem melhor assimilação de conteúdos programáticos, pois a vivência complementa, de forma enriquecedora, as teorias estudadas, colaborando para uma compreensão mais coerente.

Enfim, o bacharel deve sim compreender a parte operacional do turismo, mas sua maior aptidão volta-se para uma visão global do turismo, ou seja, na linha de planejamento, análises de questões mais críticas da atividade, como sustentabilidade e novas possibilidades. É exigido também que tenha capacidade de compreender a importância do turismo para a localidade e para o país, de um modo geral e, principalmente, que saiba lidar de modo ético e criativo com as adversidades do turismo e com fatores externos que interfiram diretamente no sucesso da atividade.

6 Discussão: comparação entre Programa de Qualificação Profissional do MTur e as diretrizes dos cursos superiores de Turismo estabelecidas pelo MEC

Por meio da pesquisa efetuada, pode-se verificar que o intuito do Ministério do Turismo com o Programa de Qualificação Profissional é capacitar mão de obra para atuar na área operacional. Fazendo parte do macroprograma Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos, o programa de qualificação é um meio de preparar pessoas para receber bem o turista, visando à continuidade da atividade. Há também a questão da inclusão da população autóctone no processo de desenvolvimento do turismo, por meio de renda e emprego obtidos com a prática da atividade. Desenvolvimento é interpretado, na maioria das vezes, como retorno econômico, pois mesmo que não signifique algo que promova grandes mudanças ou mobilidade social, garantiria, ao menos, o sustento de diversas famílias que se envolvem com o turismo.

Segundo Magalhães (2002), em decorrência da motivação provocada pelos programas governamentais e pela mídia, o turismo passa a ser encarado como a única possibilidade de êxito econômico pelos lugares; verifica-se, em consequência dessa postura,

uma corrida em busca da especialização na atividade turística, sem o mínimo de preparo e conhecimento específicos, colocando em risco a manutenção da diversidade cultural e dos atributos físicos das localidades.

Capacitar por meio de cursos, muitas vezes significa moldar a mão de obra de acordo com os interesses da empresa, sem necessariamente significar que a população seja conscientizada da importância do seu papel no turismo e, muito menos, promover que participem do planejamento sustentável da atividade. O turismo sendo visto pelo âmbito econômico sugere que o fato de empregar, por menos remunerado que seja, é fator de desenvolvimento, independentemente do ônus que a prática possa trazer para a localidade e população, posteriormente.

O Programa de Qualificação Profissional não oferece benefícios ou promove inclusão ao bacharel em turismo, que tem como base uma formação que o capacita para atuar em planejamento, vislumbrar novas possibilidades para o turismo e poder ter uma visão holística sobre a atividade. Na verdade, devemos insistir que a linha de atuação do bacharel em turismo pauta-se em campos além do operacional, visando senso crítico e análises mais aprofundadas sobre o turismo e sua complexidade.

Com a criação do MTur, as expectativas em relação à inserção do bacharel no processo de desenvolvimento do turismo no país aumentaram. Porém, verifica-se a inexistência de ações mais focadas, que contribuam para a valorização das potencialidades do bacharel, e sim medidas isoladas. De acordo com entrevista realizada na Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo, percebe-se que algumas ações tiveram início, mas ainda representam muito pouco para que o bacharel seja incluso, de modo a valorizar sua capacidade de lidar com o turismo.

6.1 Resultados da entrevista

Em algumas localidades turísticas, onde o Programa de Regionalização do Turismo (MTur) é aplicado, a exigência de que haja bacharéis nas Secretarias de Turismo já é realidade, inclusive em alguns casos, por meio de concursos públicos. A contratação de bacharéis tem sido vista com relevância por seu dinamismo, formação interdisciplinar e conhecimento técnico do setor. Alguns gestores públicos são escolhidos por terem formação em turismo.

Há também o Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que Atuam no Setor de Turismo (Cadastur) que possibilita que guias de turismo e bacharéis efetuem cadastro, fazendo parte de um banco de dados que será utilizado em caso de possíveis contratações e em concursos públicos.

As secretarias, de um modo geral, e o MTur trabalham para o desenvolvimento da atividade turística e mesmo que haja mudança partidária em próximas eleições, as ações que forem julgadas importantes continuarão em desenvolvimento (COMUNICAÇÃO PESSOAL, DANIEL CALCHONE, 2009).

O turismo é, de fato, uma atividade importante e crescente no país e por essa razão há uma supervalorização da atividade visando retorno econômico. O paradoxo está no fato de se valorizar em demasia a atividade turística sem, no entanto, valorizar aqueles que estudam essa prática e querem atuar de modo a contribuir com o seu desenvolvimento, visando equilíbrio entre os fatores sociais, ambientais, culturais e econômicos.

7 Considerações finais

Os cursos de capacitação e qualificação promovidos pelo Ministério do Turismo por meio do Programa de Qualificação Profissional visam, prioritariamente, preparar mão de obra para atuar na área operacional do turismo. Há a necessidade de se pensar nos efeitos positivos e negativos do turismo e como essas pessoas estão preparadas para lidar com eles. Somente promover inclusão por intermédio de emprego não significa que houve discussão sobre a importância do turismo e como lidar com os impactos que certamente virão.

Sendo o bacharel preparado para trabalhar justamente com o turismo em sua essência, ou seja, tratando todos os fatores que o compõem com a devida atenção, cargos que exijam habilidades de planejar, questionar e verificar viabilidades para ações no turismo são exatamente o que compete a esse profissional.

O turismo é crescente e promissor economicamente, mas não se percebe valorização daqueles que se empenham em estudar e ter a possibilidade de contribuir para que a atividade seja desenvolvida de modo a englobar fatores além do econômico.

Questionar ações e programas do governo em prol da valorização e inserção do bacharel em turismo é algo pertinente, especialmente pelo momento em que o turismo nacional está passando. Criou-se um ministério, o Brasil sediará grandes eventos esportivos em alguns anos e, mais do que pessoas preparadas para recepcionar e servir, o turismo necessita de questionamentos, pesquisas e atuação dos bacharéis para que planejamentos sejam feitos de modo a aproveitar as oportunidades do momento, mas visando resultados também em médio e longo prazo.

Pela complexidade do turismo e, consequentemente, pela dificuldade de definição da atividade, tornar o turismo uma prática estável no país parece algo que exige tempo e profissionais preparados para analisá-lo constantemente.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Crise econômica pode equilibrar turismo, diz presidente da Embratur. Jornal de Turismo, 2009. Disponível em: http://www.jornaldeturismo.com.br. Acesso em out. 2009.

ANSARAH, M. G. dos R. Como aprender turismo – como ensinar. São Paulo: Senac, 2002.

BARRETO, M.; REJOWSKI, M.(organizadoras). Turismo: interfaces, desafios e incertezas. Caxias do Sul: Educs, 2001.

CRUZ, R. C. Política do turismo e território. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MAGALHÃES, C. F. Diretrizes para o turismo sustentável em municípios. 1ª ed. São Paulo: Roca, 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007. Brasil: MT, 2003. Disponível em http://www.turismo.gov.br. Acesso em 2009.

_____. Programa de Qualificação Profissional. Disponível em http://www.turismo.gov.br. Acesso em 2009.

TRIGO, L. G. G. A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo. 6ª ed. São Paulo: Papirus, 1998.

RETENÇÃO DE JOVENS TALENTOS NAS EMPRESAS CLASSIFICADAS COMO MELHORES PARA SE TRABALHAR

RETAINING YOUNG TALENT IN COMPANIES CLASSIFIED AS BEST TO WORK

Delana Bezerra Rodrigues de Abreu
Discente do Curso de pós graduação lato sensu Gestão de Pessoas para Alta Performance – UNICID
psidelana@hotmail.com

Maria Aparecida Campos
Mestre em Psicologia Social – Uninove

Débora Pereira de Novais Barrem
Discente do Curso de pós graduação lato sensu Gestão de Pessoas para Alta Performance – UNICID

Neucy dos Santos
Discente do Curso de pós graduação lato sensu Gestão de Pessoas para Alta Performance – UNICID

Resumo

Um grande desafio que se impõe a empresas de qualquer segmento é a retenção de profissionais qualificados, competentes e que fazem a diferença no alcance dos resultados. Esse trabalho foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica acerca das estratégias de retenção de jovens talentos utilizadas pelas empresas classificadas como as "Melhores para se trabalhar", segundo o guia anuário das revistas Você S/A e Exame de 2009. Busca-se, por meio desse estudo, relacionar as principais estratégias utilizadas pelas cinco primeiras colocadas para retenção de jovens talentos – da chamada geração Y. Os resultados alcançados apontam Plano de Cargos e Salários com reajustes automáticos na conquista de títulos acadêmicos; cobertura de até 70% dos custos com pós-graduação; reserva em dinheiro atrelada a prêmios por desempenho; verba para compra de livros; plano de capacitação; horário de trabalho flexível; avaliação de desempenho atrelada a aumentos, promoções e subsídios ao desenvolvimento; e até pesquisa salarial feita pela própria equipe com reajuste imediato como as principais estratégias adotadas por essas empresas.

Palavras-chave: Geração Y. Jovens talentos. Retenção.

Abstract

A major challenge that requires businesses of any thread is retention of qualified, competent and who make a difference in achieving results. This work was developed based on literature research on the strategies to retain young talent used by businesses classified as "Best to Work For," according to the guide directory of magazines Você S / A and Review of 2009. One aim, through this study, relate the main strategies used by the top five to retain young talent – the so-called Generation Y. The results achieved point plan jobs and salaries with automatic adjustments in the pursuit of academic titles, covering up to 70% of the costs of graduate students; by cash tied to performance awards, funds for purchase of books, training plan, schedule flexible working; performance evaluation tied to raises, promotions and subsidies to development, and even salary survey done by the team with immediate readjustment as the main strategies adopted by these companies.

Key words: Generation Y. Young Talent. Retention.

1 Introdução

Empresas de qualquer segmento são desafiadas a reter profissionais qualificados, competentes e que contribuem decisivamente para o sucesso da organização. O termo "talento" é costumeiramente usado para definir esses profissionais. Assim, "talento", segundo a sua etimologia, é um termo de origem latina: *talentum*, derivada do grego *tálanton* (CUNHA, 1982).

Segundo DeLucca Neto (1999), definir exatamente o que seja talento é mais difícil do que parece, embora as pessoas, de modo geral, tenham uma noção do que seja, no meio empresarial, entretanto isso já não basta. O que é mais importante para as empresas é ter pessoas capazes de atingir as metas programadas, sem erro e sem desperdício. Geringer (2001) concorda e acrescenta ser mais simples observar o que é um talento do que explicá-lo.

Michaels, Handfield e Axelrod (2002) definem talento como o conjunto de habilidades pertencentes a uma pessoa, tais como dons, conhecimentos, experiências, inteligências, discernimento, atitude, caráter e impulsos inatos, além e, principalmente, de sua capacidade de aprender. Nesse sentido, Salibi Neto (2001) complementa que a diferença entre o talento e as pessoas comuns é "distância de visão", ou seja, o talento é capaz de enxergar mais longe que os demais.

A acirrada disputa entre as empresas pela captação de jovens talentos aliada a propostas tentadoras existentes no mercado é um fator que dificulta a retenção dos melhores profissionais. Organizações que se esforçam por reter talentos são aquelas que buscam estratégias para manter seus profissionais trabalhando satisfeitos, motivados e comprometidos com seus resultados (MENDONÇA, 2002). Essas organizações tem mais chances de se manterem competitivas e de se perpetuarem nesse mundo de tantas mudanças

O mercado vive a "Era do Conhecimento" e, nesse contexto, a busca por profissionais que se diferenciam pelo saber tornou-se uma constante no mundo atual. Esses profissionais são hoje considerados como o principal capital das companhias. Estar antenado às novas tendências, ter conhecimento sobre assuntos variados, dominar diferentes plataformas e saber lidar com um grande volume de informação é premissa dessa nova era.

Esse trabalho propõe-se a estudar: "Quais as estratégias utilizadas na retenção de jovens talentos pelas cinco primeiras empresas classificadas como as que possuem em seu quadro funcional os profissionais mais jovens, eleitas pelo guia Você S/A e Exame – As melhores empresas para você trabalhar, no ano de 2009?".

Para isso, analisamos o anuário da Editora Abril intitulado "Você S/A e Exame – 150 melhores empresas para você trabalhar", edição referente ao ano de 2009. Nesse anuário inscrevem-se empresas que tenham, no mínimo, 100 funcionários e cinco anos de existência. Participam empresas de grande, médio e pequeno porte, instaladas em vários locais do país. As sete categorias em que as empresas são avaliadas na pesquisa que dá origem ao guia são: carreira, desenvolvimento, liderança, remuneração, estratégia e gestão, saúde e cidadania empresarial.

2 Desenvolvimento

Esse trabalho teve como foco o estudo das cinco empresas melhores colocadas no guia Você S/A e Exame – "As melhores empresas para você trabalhar", no ano de 2009, que detêm em seu quadro os profissionais mais jovens. A análise do item: "Onde o pessoal é mais novo", revelou que a empresa McDonald´s lidera o ranking com seu quadro funcional na faixa etária de 20,7 anos. A vice-líder é a empresa Portal Educação com funcionários na faixa de 26,1 anos de idade. Na sequência, temos o Inec, com profissionais na faixa de 26,8 anos, e depois a Predicta, com o quadro funcional na mesma faixa etária. Na quinta colocação está a Phito Fórmulas, que tem seus funcionários com uma faixa etária média de 27,4 anos.

Um dado que merece especial atenção é que a líder de contratação da força jovem de trabalho, a empresa McDonald´s, também pontuou em 2008 como a líder de movimentações, sendo a campeã em contratações, com 31.555 contratações, mas também apresentou um número bastante alto de demissões, 29.860. Assim atingiu o mais alto índice de movimentações, igual a 61.415, ou seja, os dados comprovam a dificuldade na manutenção de jovens talentos.

Na tentativa de reter talentos algumas estratégias tendem a mostrar-se eficazes. Alguns fatores foram identificados como fundamentais para a permanência dos jovens talentos na empresa, tais como a natureza do negócio, o ambiente saudável, os investimentos estruturados em programas de desenvolvimento, os benefícios, a manutenção do equilíbrio entre vida pessoal e profissional (PEDROSA, 2005).

Entretanto, é necessário que haja coerência entre o que é requerido e o que, de fato, é ofertado na prática pelas empresas, pois, na tentativa de retenção desses jovens talentos detentores de competências mais sofisticadas e abrangentes, muitas vezes, tais empresas descumprem o proposto por ainda estarem arraigadas em práticas de gestão tradicional com pouca abertura para a aplicação das competências requeridas, conforme observam Sant´Anna et al. (2004):

> Ao mesmo tempo em que se exigem, não raro de forma indistinta, graus cada vez mais elevados de competências, seus deten-

> tores, ao buscar aplicá-las deparam-se com sistemas de gestão ainda tradicionais e pouco favorecedores ao desenvolvimento e aplicação das competências demandadas. Estudos visando investigar fatores de atração e retenção de jovens talentos destacam excessos de expectativas e incoerências entre discurso e prática como principais fatores de frustração profissional e insatisfação no trabalho que têm como consequência desligamento voluntário e prematuro desse tipo de profissional (p. 13).

Mas por que é tão difícil engajar esses jovens? Para responder precisamos entender seu perfil, ou melhor, de sua geração, conhecida como "geração y" que, segundo Amaral (2008), trata-se de jovens nascidos entre as décadas de 80 e 90, cujo principal propósito é a satisfação de seus anseios e sonhos e a obtenção de uma vida com significado. Esses profissionais são caracterizados como uma geração que está muito mais exposta à tecnologia que a geração anterior; procuram balancear a qualidade de vida com a qualidade do ambiente de trabalho; gostam de trabalhar em empresas engajadas com questões sociais; buscam o reconhecimento profissional e financeiro a curto prazo; consideram que o salário é importante, mas o dinheiro sozinho representa um fator de motivação pouco eficiente para estimulá-los.

Corroborando com essa posição, Abreu et al. (2003) reconhecem que, no atual ambiente de negócios, quanto mais qualificados forem os jovens talentos, maior é a dificuldade de atraí-los, motivá-los e retê-los utilizando somente recursos monetários. Sendo também imediatistas, tendem a mudar de empresa mais facilmente que a geração anterior.

Nesse contexto, é importante que as empresas contratantes reconheçam e beneficiem-se da qualificação desses talentos para entrar em contato com práticas inovadoras, aproveitando a possibilidade de reinventar-se em um mercado cada vez mais competitivo e ávido por inovação. Segundo Pedrosa (2005, p. 101):

> O desafio para a empresa é cuidar do paradoxo de contratar profissionais com perfil mais aderente à sua cultura, mas que, ao mesmo tempo, possam contribuir para injetar sangue novo, provocando a revisão das práticas em vigor e a busca por práticas inovadoras consistentes com os constantes desafios que as empresas enfrentam.

Estudando a líder McDonald´s, verifica-se que a preocupação na retenção de seus talentos é prioridade da área de Recursos Humanos. A rede é conhecida por proporcionar a primeira experiência profissional a jovens adolescentes, muitos deles de baixa renda. Entretanto, as opiniões sobre a empresa parecem controversas. Muitos valorizam o aprendizado proporcionado pela empresa, os benefícios de assistência médica e odontológica e a possibilidade de crescimento espelhando-se em líderes que iniciaram fazendo hambúrguer nas lojas, mas também criticam a baixa remuneração e a dificuldade em comer todos os dias os alimentos da rede, gostariam de receber vale-refeição. E por descontentamento, muitos deles enxergam a empresa como um local passageiro, o que aumenta consideravelmente o *turnover* e o desafio constante de retenção dos jovens pela área de RH.

A segunda colocada, a empresa mato-grossense de educação à distância, Portal Educação, oferece como estratégia de retenção Plano de Cargos e Salários que prevê reajustes automáticos para cada título acadêmico que o colaborador venha a conquistar. A empresa, inclusive, chega a cobrir cerca de 70% dos custos com pós-graduação, tem o "fundo de educação", uma reserva em dinheiro atrelada a prêmios por desempenho abastecida mensalmente, verba extra para compra de livros, programa anual de treinamento, um caixa de 30 mil reais que disponibiliza à equipe para cursos e até política de recolocação, em parceria com uma agência pública de empregos. Entretanto seus esforços ainda mostram-se insuficientes, segundo Willian Maachar, gerente de Recursos Humanos: "O objetivo é reter e desenvolver talentos. Para isso, vamos incrementar os benefícios, como previdência e plano odontológico" (VOCÊ S/A EXAME-150 melhores empresas para você trabalhar, 2009).

Na empresa de grande porte, Inec, terceira com maior porcentagem de jovens profissionais, diversas são as estratégias de retenção. Seus salários estão acima da média de mercado, a companhia conta com um plano de capacitação anual que planeja as necessidades de treinamentos. Só em 2008 foram investidos 1,5 milhão de reais em treinamento. A empresa também figurou como líder no indicador: "Onde os funcionários aprendem mais". Liderou a categoria aprendizado e desenvolvimento por porte da empresa, com maior nota: 91,7 (total de 100 pontos). Atingiu ainda a terceira maior nota, 96 (total de 100 pontos) na categoria: identidade por porte da empresa. Entretanto pesa como ponto a melhorar o espaço físico inadequado para se trabalhar, em razão do grande número de funcionários e, ainda, a necessidade de implementação de programas voltados à qualidade de vida dos colaboradores.

Já na empresa Predicta, consultoria de pequeno porte, que analisa campanhas publicitárias, com 102 funcionários em seu quadro, sendo 50% com menos de 25 anos, há grande abertura para que funcionários de todos os níveis façam sugestões, o horário é flexível, bermudas são permitidas às sextas-feiras e há sala de descompressão com videogames e cerveja liberada.

Uma avaliação de desempenho semestral tem como finalidade determinar aumentos, promoções e subsídios ao desenvolvimento. O único ponto desfavorável nesse cenário parece ser a diversidade. A empresa prioriza a contratação de profissionais que tenham a "sua cara", aparentemente profissionais, com a "cara da geração y" e, desse modo, tendem a não estimular a saudável troca entre profissionais de perfis diversificados.

A Phito Fórmulas, farmácia de manipulação de Sorocaba, apresenta *turnover* alto. Em seis meses a taxa de rotatividade chega a 45%. O plano de saúde é também outro ponto negativo para a empresa, pois é tratado de forma desigual. Apenas com dois anos de casa o funcionário tem acesso ao benefício, com exceção dos gestores. De positivo, tem o investimento em educação, em 2008 foram gastos 168 mil reais em cursos e treinamentos. Há ainda pesquisa salarial que é feita pela própria equipe e, caso esteja abaixo do mercado, o reajuste é imediato.

Nas cinco primeiras colocadas como as que detêm em seu quadro os profissionais mais jovens, o tempo médio de casa está assim avaliado: McDonald´s, quatro anos; Portal Educação, dois anos; Inec, quatro anos; Predicta, três anos e Phito Fórmulas, cinco anos de casa.

Outro dado interessante apurado nesse anuário foi a relação existente entre as cento e cinquenta melhores empresas e o mercado. Em relação ao indicador: "Tempo de empresa", foi identificado que o percentual de empregados com tempo de empresa acima de dez anos nas empresas do mercado era de 9,01%, enquanto nas cento e cinquenta melhores era de 20,31%; profissionais que tinham de dois a dez anos de casa nas empresas do mercado correspondeu a 34,37% contra 38,65% nas cento e cinquenta melhores e com menos de dois anos era de 56,62% no mercado e 41,04% nas cento e cinquenta melhores.

Analisando os resultados acima é possível perceber a relação existente entre o tempo de empresa e o sucesso dessas organizações no mercado. Portanto retenção de talentos parece ser um importante fator, um diferencial no alcance de uma melhor qualificação das empresas no mercado.

Sendo assim, visando reter seus talentos, empresas dos mais diversos segmentos redobram seus esforços e direcionam suas metas, pois na era do Conhecimento, a permanência de profissionais que usam seu conhecimento em prol da organização permite que tais empresas conquistem uma posição de destaque nesse tão concorrido mercado.

3 Metodologia

Esse trabalho foi desenvolvido utilizando-se da metodologia de pesquisa bibliográfica e partiu da necessidade de conhecimentos mais aprofundados sobre o tema suscitado pela disciplina de Aprendizagem Organizacional: Atração e Retenção de Talentos, do curso de pós-graduação em nível *lato sensu* Gestão de Pessoas para Alta Performance, que levantou a questão da dificuldade em se reter jovens talentos. A alta rotatividade é um elemento que chama a atenção nessa nova configuração presente no mercado profissional. Sendo assim, por meio de um estudo baseado nas líderes do ranking de "Melhores empresas para se trabalhar", analisamos e discutimos o questionamento proposto.

4 Considerações finais

Entre as estratégias utilizadas pelas líderes do ranking no indicador: "Onde o pessoal é mais novo", destacam-se: plano de cargos e salários, com reajustes automáticos na conquista de títulos acadêmicos; cobertura de até 70% dos custos com pós-graduação; reserva em dinheiro atrelada a prêmios por desempenho; verba para compra de livros; plano de capacitação; horário de trabalho flexível; avaliação de desempenho atrelada a aumentos; promoções e subsídios ao desenvolvimento e até pesquisa salarial feita pela própria equipe com reajuste imediato.

Foram encontradas ainda estratégias curiosas como na empresa Predicta, que no seu *casual day*, às sextas-feiras, libera até o uso de bermudas aos seus funcionários e tem ainda sala de descompressão com videogames e cerveja liberada. Essa é, sem dúvida, uma nova realidade que se configura no mercado de trabalho visando à adequação a essa nova geração de profissionais que desponta no mercado e que apresenta necessidades e exigências que diferem das gerações anteriores.

O lado positivo é que já existem empresas preocupadas com a retenção desses jovens e talentosos profissionais e, para isso, não medem esforços para entender e agradar a essa nova geração. Entretanto, o lado que deve ser visto com bastante cautela é o quanto tais empresas correm o risco de adotar em seus quadros funcionais um único perfil profissional e, desse modo, tender a não estimular o convívio com a diversidade.

No entanto, com base nos dados coletados por meio dessa pesquisa, foi observado que as estratégias empregadas nessas empresas parecem ainda ser insuficientes na retenção desses jovens talentos, haja vista o alto índice de rotatividade apontado nas empresas pesquisadas. Reter jovens talentos configura-se ainda como uma incógnita. Sendo assim, os resultados alcançados não foram conclusivos. É preciso ainda que sejam realizados novos estudos com tal propósito, com análise dos fatores que dificultam a retenção desses jovens profissionais caracterizados como "geração y". Sugere-se, então, estudos mais aprofundados sobre os fatores que motivam tal geração a uma maior fidelidade à organização da qual fazem parte.

Referências

ABREU, Y. I. F. de; MENERGON, L. F.; ANDRADE, J.; MIYAZAKI, M. O comprometimento e seu uso como instrumento de controle e de retenção de talentos: uma leitura crítica. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração. *Anais*… Disponível em CD-ROM. 2003.

AMARAL, Elizabeht. Geração Y, 2008. Disponível em: http://www.serhumanorh.com.br/eventos/thbrasil2008/palestra/elizabethamaral.pdf. Acesso em 27 de junho de 2010.

CUNHA, A.G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1982.

DELUCCA, N. D. Onde encontrar jovens talentos. In Fundação Dom Cabral. PGA – *Programa de gestão avançada.* Temas para excelência. Rio de janeiro: Qualitymark, Cap. 4, p. 67 a 90, 1999.

GEHRINGER, M. *Corra até os 40.* Você S/A. São Paulo, maio de 2001. Disponível em: <http://www.sit.com.br/SeparataCP0066.htm>. Acesso em 3 out. 2010.

MENDONÇA, M. C. F. *Retenção de talentos por meio de reconhecimento e recompensas.2002.* Tese (Mestrado em Gestão Empresarial). Rio de janeiro: FGV, 2002.

MICHAELS, E.; HANDFIELD, J.; AXELROD, B. *A guerra do talento***.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PEDROSA, R. R. *Programas de jovem talento*: projeto ou processo de atração e desenvolvimento de talentos? Um estudo de caso em empresa brasileira. 2005. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

SALIBI NETO, J. Movido a talentos. *HSM Management*, São Paulo, v.5, n.25, mar/abr 2001.

SANT´ANNA, A. S.; KILIMNIK, Z. M.; CASTILHO, I. V. Profissionais mais competentes, políticas e práticas de gestão mais avançadas? In: Encontro Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração. *Anais*… Disponível em CD-ROM. 2004.

VOCÊ S/A EXAME. *150 melhores empresas para você trabalhar***.** Anuário da Editora Abril, 2009

SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO

SUSTAINABILITY AND EDUCATION

Leandro Petarnella
Doutorando em Educação – Uniso/SP
Doutorando em Administração – Uninove/SP
Professor do Departamento de Ciências Gerenciais – Uninove/SP
leandro@uninove.br

Milton de Abreu Campanário
Doutor em Filosofia – Cornell University
Professor do PMDA – Uninove.

Resumo

Partindo de um breve histórico sobre o delineamento do conceito de sustentabilidade, esse trabalho tem por objetivo verificar, para reflexão, as ambiguidades existentes na apropriação do conceito de sustentabilidade. Para isso, relaciona, de maneira tensional, o entendimento sobre esse conceito pelas correntes tanto da área da administração quanto da área da educação. Sua relevância e justificativa centra-se no delineamento da apropriação conceitual pelos campos de saberes, já acima explicitados, concluindo, ainda que de maneira provisória, que as questões inerentes sobre a sustentabilidade devem fazer parte da formação moral e ética do cidadão, deixando o campo da prática – a sustentabilidade somente como ação – para o campo da *práxis* desvelando, assim, o entendimento sobre a sustentabilidade como ação crítica.

Palavras-chave: Administração. Educação. Sustentabilidade

Abstract

Starting with a brief history outlining the concept of sustainability, this work aims to verify, for reflection, ambiguities in the appropriation of the concept of sustainability. To this end, lists, so tension, the understanding of this concept by both the current administration as the area of education. Its relevance and justification focuses on delineation of conceptual appropriation of knowledge in the fields, as explained above, concluding, albeit on a provisional basis, that the issues relating to sustainability should be part of the moral and ethical education of citizens, leaving the field of practice – sustainability only as an action – for the unveiling of the practice field, so the understanding of sustainability as a critical action.

Key words: Administration. Education. Sustainability

1 Um breve panorama sobre a sustentabilidade como introdução

A relação do homem com a natureza tem se tornado cada vez mais ambígua. O domínio da natureza e os descobrimentos tecnocientíficos criam relações entre o homem e seu entorno que se tornam tão complexas quanto necessárias. As denúncias feitas na década de 1970 por Lyotard sobre a ruptura com o determinismo tecnológico industrial, bem como as previsões de Baudrillard, na mesma década, de uma sociedade gestada pela fantasia audiovisual, inauguraram um conjunto de teorias futurísticas sobre a era da informação e sobre a hegemonia midiática.

Consideradas como pós-modernas, essas teorias evidenciaram a descrença da sociedade ocidental com o ideal iluminista moderno, propondo, ao homem, o enfrentamento das incertezas que sua própria condição revela. Assim, as questões propostas por esses autores, entre outros, estimularam o ocidente a questionar seu futuro ante o avanço tecnocientífico. Isto ocorreu porque o questionamento do futuro está condicionado às reflexões sobre os fantasmas de uma sociedade pós-industrial.

Entretanto, em meio aos debates, a massificação das informações, as desilusões sociais, bem como a busca pela ruptura com o pensamento hegemônico dominante, em 1972 ocorreu à conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano e a contribuição do Clube de Roma, como resultado de debates que começaram na década de 1960. Porém, foi em 1973 que Maurice Strong usou o conceito de Eco desenvolvimento, delineando o que viria a ser o atual conceito de sustentabilidade. Já em 1974, ante a preocupação com o desenvolvimento desenfreado que se seguia das grandes expansões urbanas e, por consequência da destruição dos recursos naturais, firma-se a declaração de Cocoyok, como resultado das discussões realizadas pelas Nações Unidas. Essa declaração vai, pela primeira vez, exigir mudanças de hábitos dos países industrializados ante a ameaça mundial que causavam, fazendo desse conceito um importante instrumento, presente no debate político internacional, para o crescimento ordenado das nações. Em especial, quando se trata de questões referentes à qualidade ambiental e à distribuição global da utilização de recursos.

Complementando a declaração de Cocoyok, o relatório de Dag-Hammarskold vinha afirmar a desigualdade socioambiental que há muito estava instaurada no país: as potenciais colônias concentravam as melhores terras para a minoria, assim a população pobre usava outras terras, causando o desmatamento do solo. Os dois relatórios exigiam mudanças drásticas para esse acometimento. Entretanto, passaram-se mais de dez anos para que o termo desenvolvimento sustentável fosse mencionado pela primeira vez, em 1987, no relatório "Nosso Futuro Comum". Elaborado durante a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, liderada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro-Brundtland, o relatório descreveu o desenvolvimento sustentável como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades, transformando-se assim, a questão socioambiental em um processo de mudanças comportamentais que pudessem resultar na preocupação com o futuro do ecossistema, posição esta preocupada em inverter os caminhos pelos quais a sociedade já havia se firmado – visualizando a natureza como uma fonte de recursos a ser explorado, transformado, valorado e vendido.

No Brasil, foi somente em 1992 que a questão do desenvolvimento sustentável passou a ser, de fato, discutida. Sendo o epicentro da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como Rio-92 ou Eco-92), entre 3 e 14 de junho de 1992, delegações de 175 países compareceram no Rio de Janeiro, para discutir questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Como principal resultado do Eco-92, foi elaborado a Agenda 21, que enfatizava a importância de cada país se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais.

Nesse contexto, cada país tem autonomia de ação para cumprir e desenvolver sua Agenda 21. No Brasil, as discussões são coordenadas pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS), que dividiu a Agenda em quatro seções, sendo elas: 1°) Entre outras propostas destinadas aos países em desenvolvimento, destaca-se o tratamento das dimensões econômicas e sociais e as discussões sobre políticas internacionais para viabilizar o desenvolvimento sustentável nos países em crescimento. 2°) A abordagem de questões relacionadas à preservação dos recursos hídricos, energéticos e da biodiversidade, consideradas fundamentais para o desenvolvimento sustentável de qualquer organização ecologicamente correta. 3°) A abordagem de medidas para a proteção e promoção de alguns dos segmentos sociais mais relevantes, entre eles, as ações educacionais, responsáveis pela melhoria da qualidade de vida e conscientização do ser humano. 4º) A revisão dos instrumentos necessários para a execução das ações propostas, bem como os mecanismos financeiros, os instrumentos jurídicos internacionais, a produção e a oferta de tecnologias ecos-consistentes e de atividades científicas – enquanto suporte essencial à gestão da sustentabilidade –, a educação e o treinamento, como instrumentos da cons-

trução de uma consciência ambiental, e a capacitação de quadros para o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento das instituições e a melhoria das capacidades nacionais de coleta, processamento e análise dos dados relevantes para a gestão da sustentabilidade.

Foi em 2002, dez anos depois do Rio 92, que Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou Cúpula da Terra 2 (Rio + 10), se reuniu em Johanesburgo, na África do Sul, para realizar um balanço dos compromissos firmados no Rio 92. Entre as duas conferências, não havia mudado muita coisa, ou seja, apesar da permanente evolução social, a questão da sustentabilidade corria o risco de se firmar apenas como um discurso político e uma teoria sem ação. Como bem nos lembram Jatobá et al (2009, p. 58):

> […] a constatação de que ocorreram poucos avanços nos compromissos firmados desde a rio 92 reforçou o fato de que o desenvolvimento sustentável, enquanto propósito global estava sendo mais retórico do que real. apesar disso, a conferência de johanesburgo, assim como a rio 92, caracterizou-se mais pela apresentação de recomendações do que pela definição de objetivos, metas e prazos concretos para a solução dos problemas sociais e ambientais do mundo.

Entretanto, o esforço dessa reunião voltou-se para questões sociais voltadas às políticas para a geração de igualdades sociais, inserindo, portanto, a inclusão social (em suas diversas e variadas formas e escalas) no cerne do debate.

Vinculada mais ao pensamento de ação social do que de preservação ambiental, a sustentabilidade acabou, de alguma maneira, se tornando o eixo norteador dos principais debates que envolvem a economia, o meio ambiente e/ou os problemas socioculturais de um país. Na hodiernidade, visualizamos, de maneira contundente, a sustentabilidade operando na formação do pensamento econômico – via estratégias empresariais/governamentais – e na conscientização da população, levando a todos a se questionar sobre as possibilidades de desenvolvimento de suas atividades, de modo que agreguem valor de maneira sustentável.

No campo empresarial, concordamos com Savitz (2007, p. 45) que:

> Bem compreendida e aplicada na prática, a sustentabilidade envolve estratégia, gestão e lucro. Porém, no mundo interconectado de hoje, pensar em lucro como se nada tivesse a ver com impactos econômicos e sociais, é atitude míope e contraproducente. Os temas econômicos e ambientais geram riscos e oportunidades que estão mudando o campo de jogo para cada empresa, para os setores de atividade e para os negócios em geral. As empresas mais bem gerenciadas se dão conta dessa realidade e estão explorando essas tendências como fontes de vantagens competitivas.

Logo, "[…] as empresas que se atêm à exploração dos recursos humanos e naturais em busca exclusivamente de lucro são empreendimentos insustentáveis […]" (id., p. 49) e que "[…] essas empresas encontrarão cada vez menos espaço num mundo em que a pressão de acionistas, investidores e consumidores por um comportamento social e ambiental responsável é crescente". (id., p. 49), o que nos leva a concordar com Donaire (1999, p. 45) na afirmação de que "[…] o retorno do investimento, antes, entendido simplesmente como lucro e enriquecimento de seus acionistas, ora em diante, passa, fundamentalmente, pela contribuição e criação de um mundo sustentável".

Ampliando com Almeida (2002) nosso campo de entendimento, consideramos que a sustentabilidade envolve integração, interação e uma nova maneira de olhar e transformar o mundo. Baseado no diálogo entre saberes e conhecimentos diversos, as atividades econômicas, por exemplo, não podem ser pensadas sem a inter-relação e o permanente diálogo com os outros saberes que a sustentam no esforço para se manter a constante riqueza global. Entendemos por esse conceito de riqueza, não só ativos financeiros que possam pertencer a uma indústria qualquer, mas, principalmente, os recursos naturais e a qualidade de vida de uma determinada população.

Assim, fazemos nossa as palavras de Andrade (2000) quando relata que a sustentabilidade é um processo contínuo e adaptativo, por meio do qual uma organização define (e redefine) seus objetivos e metas relativas à proteção do ambiente e à saúde e segurança de seus empregados, clientes e comunidade, assim como seleciona as estratégias e meios para atingir tais objetivos em determinado período de tempo, por meio da constante interação com o meio ambiente externo. Porém esse processo não está ligado somente às organizações, pois a preocupação com o fator ambiental também diz respeito, à população, pois os prejuízos com o meio ambiente não causam apenas danos como a diminuição dos recursos naturais, mas afeta todo o meio ambiente. Em outras palavras: "Desenvolvimento deixou de ser sinônimo apenas de crescimento ou melhoria quantitativa, passando a representar também mudanças qualitativas de uma sociedade, agora considerada não só de forma regional, mas possuindo

um sentido planetário, dando ênfase ao significado da humanidade" (PEREIRA, 2009, p. 72).

Diante do exposto, se torna relevante pensar sobre como emergem as mudanças qualitativas, acima explicitadas, diante de uma sociedade (re) produtora do consumismo exacerbado, tanto de produtos, quanto de informação. Para tanto, o pressuposto que adotamos passa pela sistematização de nosso pensar, e que essas alterações podem ocorrer pela educação formal.

2 A sustentabilidade e a educação

Para essa nova era em que estamos vivendo, pensar sobre estratégias de mudanças em nosso modo de vida e valorizar os laços que nos conectam a terra constituem em premissas básicas para o desenvolvimento técnico-científico. Isso implica em dizer que, a investigação das fronteiras das ciências, suas teorias e seus novos paradigmas emergentes representam uma tarefa arriscada, quando deslocadas do entendimento do que venha a ser uma ação que leve em consideração o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável foi concebido como um conjunto de ações voltadas à solução ou, no mínimo, redução de grandes problemas de ordem econômica, ambiental e social, tais como esgotamento de recursos naturais, desigualdade social ascendente e crescimento econômico ilimitado. Os problemas que ameaçam a nossa sobrevivência e demandam ações conjuntas de governos, empresas e sociedade devem ser superados pela integração das formas com o equilíbrio nos aspectos ambientais, sociais e econômicos, respeitando a sua interdependência. Diante desse aspecto, percebemos que as escolas desempenham um papel extremamente relevante.

A ideia de uma ação educacional sustentável vem acompanhada de outra de mudança de valores e de (re) orientação de seus sistemas. No limite, a ideia de desenvolvimento sustentável de uma sociedade não se satisfaz com a preservação do meio ambiente, ou com a gestão de "ações presentes preocupadas com o futuro". Ela busca, por meio do desenvolvimento da *práxis*, aquilo que outras esferas tratam no âmbito da prática, ou seja, a sustentabilidade como finalidade ética e cidadã, alicerçada num princípio de conduta moral que vai permitir sua perpetuação para além dos modismos contemporâneos.

Para melhor compreensão de nossa fala, usaremos, como exemplo, a reflexão de Pereira (2002, p. 22) quando nos diz que:

> […] precisamos incentivar a criatividade ecológica empresarial, acabar com a pobreza que mata pela fome, uma vergonha mundial, ignorada pelas comodidades. A destruição ambiental levará todos à essa mesma pobreza e isso começa a incomodar as pessoas e o mundo organizacional de um modo geral, apesar de que os que hoje vivem já começam a enfrentar dificuldades, que dirá seus filhos, netos, bisnetos…

E de Andrade (2000, p. 34) quando destaca que

> […] a educação ambiental pretende despertar a participação consciente dos funcionários, na apresentação de sugestões e proposta para ações e deve permitir a reavaliação contínua dos resultados alcançados. A conscientização e o adequado treinamento dos funcionários têm importância vital neste processo, pois, às vezes, é através de erros operacionais que podem ser gerados os piores resíduos e provocados os maiores acidentes. É necessário que ocorra um controle transparente e sistemático do Sistema de gestão ambiental, através de indicadores, que são um instrumento condutor para poder estabelecer objetivos.

Diante dessas reflexões, podemos perceber, em ambos os discursos, um apelo para a ação prática, seja por meio da comoção ou por "treinamentos" para o processo. Em nenhum dos casos, entre tantos outros, se opera no cerne da questão: a discussão do que, para que, do como e do porquê de se ter a sustentabilidade ou ações sustentáveis. No exemplo acima, percebemos que "[…] o determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar." (SANTOS, 1998, p. 64). Referenciado nesse entendimento, está a provocação da educação para a sustentabilidade: o redirecionamento da reflexibilidade crítica como núcleo da construção do pensamento social.

Pensar a sustentabilidade como uma crítica tecida à racionalidade instrumental – que considera o ser humano como um fator agregador de valor a um produto qualquer – herdada pelas sociedades capitalistas como um paradigma a ser seguido – permite-nos enxergar um ponto de tensão criado pelas ambiguidades convergentes que ora assolam nossa sociedade. Se de um lado, temos o desenvolvimento da ciência moderna que põe o homem a serviço do tempo, dos processos mecânicos produtivos, aprisionando-o no sentido lógico capitalista e, ao mesmo tempo, proporciona uma visão míope dos acontecimentos passados e de seu legado, fazendo com que o sujeito acredite que a "ação pela ação" já basta, por

outro, enxerga-se a possibilidade de criação de novos sentidos para as práticas a serem adotadas, apostando "[…] na possibilidade de um desenvolvimento sustentável que tem como fundamento uma nova concepção de ciência na qual os princípios da solidariedade e da dignidade humana substituem os princípios do produtivismo e do cálculo racional". (BAUMGARTEN, 2002, p. 197). Como síntese resultante do ponto de tensão acima delineado, temos a busca por uma sustentabilidade que desponte por meio da crítica reflexiva, uma vez que, conforme nos lembra Ribeiro (2003, p. 407), "Cada comunidade estabelece, por meio de valores interiorizados em sua rede de relações sociais, valores que apontam para uma vida de qualidade que não é necessariamente aquela preconizada pela sociedade capitalista".

Na esteira do pensamento crítico, a educação vem pensar a sustentabilidade como meio emancipador ou, nos dizeres de Soares (2008, p. 12):

> […] aquele que deve voltar-se para transformar a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas, principalmente, formar pessoas – cidadãs, construir comunidades de aprendizagem, desenvolver capacidade para reflexibilidade, inovação, flexibilização e compromisso. Assim como combater muitos dos imensos problemas criados pela sociedade capitalista, tais como o consumismo excessivo, a perda da noção de comunidade e o distanciamento crescente entre as classes sociais.

Desse modo, a questão da sustentabilidade, quando associada ao desenvolvimento do pensamento crítico e/ou a emancipação humana, permanece sendo pouco discutida no Brasil. Diante dos passos. ainda tímidos, dados em torno dessa questão, os valores sociais vinculados ao tema na Conferência de Johanesburgo em 2002, cujo objetivo era, de fato, a proposição e a prática de uma nova racionalidade, ainda não se consolidaram. Os princípios éticos da sustentabilidade, tais como, direitos humanos, responsabilidade, igualdade entre gerações, solidariedade, justiça, democracia, liberdade de expressão e tolerância (UNESCO, 1999) acabam não sendo considerados tanto nos discursos quanto nas práticas da sociedade contemporânea.

3 Considerações finais

Sabemos com Marques (2003, p. 119), que "[…] as identidades são sempre intra-subjetivas […]" e que os sujeitos sempre estão em "[…] arranjos instáveis, efêmeros e plurais" (id.). O que implica dizer que as maneiras como agimos e nos percebemos são conformadas pelas expectativas dos grupos ao qual pertencemos, manifestando-se de vários modos: pelos fins – por meio dos objetivos que estabelecemos com significado e significação especial – ou pelos meios – enquanto formato aceito para a perseguição de objetivos propostos. Assim, como *lócus* do desenvolvimento da *práxis,* a escola é uma das alternativas para se construir uma sociedade mais justa, ética e solidária.

Salientamos com Kosik (2002), que não se trata do delineamento de uma teoria que se encerra em si mesma na contemplação da realidade, limitando-se a discursos ideológicos, análises estatísticas e interpretações elucidativas que apenas descrevem a sociedade tal como ela se apresenta. E tampouco de práticas que, quando não alicerçadas em sólidas teorias, se tornam uma ação sem objetividade. Trata-se, portanto, de pensar que a sustentabilidade, como racionalidade crítica, e a sustentabilidade, como prática empresarial/governamental, integram um único processo. Neste, altera-se a disposição dos meios de vida e a percepção da vida.

Logo, não se trata de uniformizar o pensamento e a ação em torno da sustentabilidade mas de estar atento à reivindicação que ela se propõe: a emergência de meios críticos, livres, renovadores e questionadores. Trata-se do entendimento de que aquilo que foge da consciência dificilmente pode ser alcançado.

Referências

ALMEIDA, F. *O bom negócio da sustentabilidade.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ANDRADE, T.N. *Conservação ambiental e a mídia:* novas tendências. ESAL/USP. Piracicaba, 2006.

BAUMGARTEN, M. Conhecimento, planificação e sustentabilidade. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 16, n. 3, jul. 2002 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 9 ago. 2010.

DONAIRE, D. *Gestão ambiental na empresa.* 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KOSIK, K. *Dialética do concreto.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARQUES, M. O. *A escola no computador:* linguagens rearticuladas, educação outra. Rio Grande do Sul, UNIJUI, 2003.

JATOBÁ, S.U.S.; CIDADE, L.C.F.; VARGAS, G.M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Soc. estado.*, Brasília, v. 24, n. 1, abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01029922009000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 9 ago. .

PEREIRA, R. S. *Desenvolvimento sustentável com responsabilidade social das empresas:* um enfoque ambiental. São Paulo: Lorosae, 2002.

RIBEIRO, W. Em busca da qualidade de vida. In: PINSKY, C.;PINSKY, J. (Orgs.). *A História da Cidadania***.** São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, B. S.de . Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estud. av.*, São Paulo, v. 2, n. 2, Aug. 1988 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 9 Ago. 2010.

SAVITZ, A. W. *A empresa sustentável.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SOARES, M. L. A, *Da evolução da concepção de natureza e de homem na ambiência de uma educação ambiental crítica.* Trabalho aceito na 31ª Reunião Anual da ANPEd (Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), no GT Educação e Comunicação. Caxambu (MG): 2008. Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT22-4153--Int.pdf. Acesso em 8 Ago. 2010

UNESCO. Declaração de Santo Domingo: a ciência para o século XXI; uma visão nova e uma base de ação. *Conferência Mundial sobre Ciências*, Santo Domingo, 10-12 mar. 1999. Santo Domingo: UNESCO, 1999.

ESTRATÉGIA EM TERCEIRIZAÇÃO PARA OPERADOR LOGÍSTICO: PRODUTO DE CARGA SÓLIDA À GRANEL

OUTSOURCING STRATEGY FOR LOGISTIC OPERATOR: PRODUCT OF SOLID CARGO IN BULK

Geraldo Cardoso Oliveira Neto
Doutorando em Administração (UNINOVE) e Doutorando em Engenharia de Produção (UNIP)
Mestre em Engenharia de Produção (UNIP)
Pós-graduado em Gestão da Qualidade e Gestão de pessoas, graduado em Administração de Empresas (UNIB)
Professor de Ensino Superior na Graduação da área de Ciências Gerencias na disciplina de Administração e Suprimentos e Logística – Uninove)
geraldo.neto@uninove.br

André Pedrosa dos Santos
Superior em Tecnologia e Logística - Uninove
Professor de Ensino Técnico em Logística - ETEC.
andre-pedrosa@uol.com.br

Resumo

O processo de seleção, negociação e contratação de operador logístico no Brasil é ainda incipiente quando comparado com as melhores práticas internacionais de terceirização das atividades logísticas. Isso se deve principalmente à informalidade no momento de desenvolver os critérios contratuais e avaliar os candidatos, à participação sinuosa das áreas envolvidas e à concepção do principal executivo no momento da terceirização, que, de um modo geral, ainda considera a terceirização de operações logísticas como decisão operacional ao invés de estratégica. Ante essa lacuna, foram desenvolvidos critérios para a seleção, negociação, contratação e controle do operador logístico para carga sólida à granel, critérios classificados como qualificadores e ganhadores de pedido. No entanto, como a disponibilidade apenas de critérios qualitativos não assegura o sucesso do processo de terceirização das atividades logísticas, apresenta-se, por meio desse artigo, indicadores de desempenho para cada um dos 51 subcritérios.

Palavras-chave: Carga sólida à Granel. Critérios qualificadores e ganhadores de pedido. Indicadores de desempenho. Operador logístico. Terceirização de atividades logísticas.

Abstract

The selection process, negotiation and contracting of logistics operator in Brazil is still in its infancy when compared with international best practice of outsourcing logistics activities. This is mainly due to informality in time to develop the contractual criteria and assess candidates, participation winding of the areas involved and the design of the CEO at the time of outsourcing, which, in general, still believes the outsourcing of logistics operations as operational decision rather than strategic. Faced with this gap, we developed criteria for selection, negotiation, contracting and logistics operator to control the cargo in bulk, classified as qualifying criteria and order winners. However, just as the availability of quality criteria does not ensure the success of the outsourcing of logistics activities, is presented through this article, performance indicators for each of the 51 sub-criteria.

Key words: Criteria qualifiers and winners requests. Logistics operator. Outsourcing logistics activities. Performance indicators. Solid cargo bulk.

1 Introdução

Fleury et.al (2006) definem operador logístico como o fornecedor de serviços logísticos especializado em gerenciar e executar todas as atividades logísticas nas várias fases na cadeia de abastecimento de seus clientes, que tenha competência para, no mínimo, prestar simultaneamente serviços nas três atividades básicas de controle, de estoque, armazenagem e gestão de transporte. Os demais serviços, que porventura sejam oferecidos, funcionam como diferenciais de cada operador.

Vendrametto et.al (2008), em pesquisa numa empresa do setor químico, detectaram que as principais falhas observadas na escolha do operador logístico (OPL) se devem à inadequação e aos equívocos nos critérios e subcritérios de seleção do OPL e na elaboração do contrato, tais como: 1) fixação preponderante no tamanho e saúde financeira do OPL; 2) falta de análise mais profunda sobre a capacidade técnica do OPL para o tipo de operação a ser executada; 3) falta de experiência anterior na atividade e de qualificação do pessoal do OPL; e 4) sistema de informação pouco confiável.

Parece existir uma miopia que dificulta ver o terceirizado como parte estratégica do negócio, pois o OPL é visto como um prestador de serviços subalterno com o qual a empresa não procura se integrar. Essa é uma das causas de insucesso da terceirização das atividades logísticas – conforme Fleury et al (2006), tanto que 70% dos contratos terminam em conflito antes do prazo.

Portanto, o objetivo geral desse estudo consiste em mostrar os critérios adotados para a seleção, negociação, contratação e controle do operador logístico para carga sólida à granel. Carga sólida a granel é toda carga homogênea, sem acondicionamento específico, apresentando-se sob a forma de sólidos. Compreendem as cargas não acondicionadas, portanto, sem invólucro/embalagem. Esses critérios são classificados em qualificadores e ganhadores de pedido, porém a disponibilidade apenas de critérios qualitativos não assegura o sucesso do processo de terceirização das atividades logísticas, sendo assim apresenta-se, por meio desse artigo, indicadores de desempenho para cada um dos 51 subcritérios a fim de medir o processo.

2 Terceirização das atividades logísticas no Brasil e suas falhas

Fleury e Ribeiro (2001a) relatam que a atividade de OPL iniciou-se há pouco tempo no Brasil e tornou-se mais notável a partir de 1994 com a estabilização econômica. Desde 1997, grandes operadores logísticos internacionais, tais como Danzas, Ryder e Penske Logistics, começaram a atuar no Brasil, o que tornou necessário a prestação de novos serviços por parte das empresas contratantes. Em razão disso, várias transportadoras transformaram-se em operadores logísticos para atender às necessidades do mercado. (FLEURY e RIBEIRO, 2001b).

No Brasil, anualmente são gastos cerca de R$ 192 bilhões, ou 11,7% do PIB nacional, com logística. Desse montante, aproximadamente 63% são direcionados para pagamento de prestadores de serviços logísticos. Esse patamar é similar ao índice de terceirização europeu (65%) e asiático (62%), e superior ao norte-americano (47%) (ILOS, 2010).

Segundo o Instituto ILOS (2010), os dez principais motivos para terceirizar os serviços logísticos são: 1) reduzir custos; 2) proporcionar maior eficiência na execução das atividades operacionais; 3) aumentar os níveis dos serviços logísticos; 4) focar no *core business*; 5) reduzir investimentos em ativos; 6) adquirir maior flexibilidade nas operações logísticas; 7) realizar serviços especializados de maior valor agregado; 8) obter maior conhecimento para geração de novas soluções logísticas; 9) aumentar o controle das atividades logísticas; e 10) melhorar a tecnologia de informação utilizada. Esses motivos direcionam a formação de critérios estratégicos para a formação do contrato logístico.

É relevante discutir as falhas que ocorrem na terceirização e que causam a necessidade de substituir o OPL. Como afirmam Fleury et al (2006), 70 % dos contratos logísticos entre a empresa contratante e o OPL terminam antes do prazo.

Os dez principais motivos para substituir um OPL, segundo o Instituto ILOS (2010), são: 1) má qualidade dos serviços; 2) baixa capacidade de propor novas soluções logísticas; 3) preços elevados; 4)operador pouco flexível a mudanças; 5) baixa disponibilidade de ativos do prestador de serviço; baixa capacitação tecnológica; 6) fragilidade financeira; 7) problemas de segurança; 8) dificuldade de relacionamento; e 10) problemas éticos.

Barros (2009) observa que, por precaução, algumas indústrias tentam, por meio de contratos cada vez mais "amarrados", estabelecer indicadores de desempenho a serem cumpridos por seus parceiros. Outras ainda estipulam prazos em contrato para que o OPL seja capaz de resolver possíveis problemas e, ao término do prazo, como penalidade, o contrato pode ser rescindido sem ônus para o contratante.

3 Panorama sobre os critérios para seleção e contratação do OPL e os indicadores de desempenho logístico

Segundo Fleury et al. (2006), frequentemente no Brasil, o processo de seleção de OPL é inadequado, principalmente em razão da informalidade da avalia-

ção dos candidatos e à miopia do principal executivo, que a considera uma decisão operacional ao invés de estratégica.

Segundo Abrahão e Soares (2006), após a decisão de terceirização, é preciso que o grupo de gestores envolvidos na dinâmica de terceirização logística invista tempo em definir a estratégia de terceirização, elaborando as cláusulas contratuais e seus indicadores de desempenho. Dornier et al. (2000) asseguram que os indicadores logísticos relevantes à prestação de serviço são ferramentas-chave do sistema de controle, permitindo ações e decisões coerentes e orientadas para a estratégia. Bowersox e Closs (2009) relatam que três fatores são fundamentais para a prestação de serviços logísticos ao cliente: a) disponibilidade; b) desempenho operacional, e c) confiabilidade. Depois de selecionar as medidas de desempenho adequadas ao sistema logístico, segundo Ballou (1993), a empresa inicia o controle.

4 Metodologia da pesquisa

Os procedimentos metodológicos utilizados nesse artigo são de categoria exploratória e descritiva de natureza qualitativa e quantitativa, método do estudo de caso e entrevista estruturada *in loco*. Gil (2002) relata que a categoria da pesquisa exploratória desenvolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Em relação à natureza metodológica, Oliveira (1999) enfatiza que existem duas tipologias básicas: a quantitativa e a qualitativa. O método do estudo de caso, segundo Fachin (2005), é caracterizado por ser um estudo *in loco*. Além disso, leva-se em consideração, principalmente a compreensão, como um todo, do assunto investigado, por meio da entrevista, para apresentar uma análise descritiva.

5 Proposta de critérios para seleção e contratação de OPL e os respectivos indicadores de desempenho logístico para carga sólida à granel

A situação geral, apesar de relatada sucintamente nas seções anteriores, evidencia a necessidade de estudos mais profundos para a definição de critérios tendo como finalidade a seleção e contratação de OPL e de indicadores de desempenho para medir esses critérios no momento da negociação ou após a contratação, ao longo da operação.

Essa é a razão que motivou os autores a realizar pesquisa na fábrica de rolamentos de uma grande empresa multinacional com o objetivo de desenvolver critérios para seleção, negociação, contratação e controle do desempenho do operador logístico, no bojo do processo de terceirização das atividades logísticas.

Nos Quadros de 1 a 16 estão apresentados os 51 subcritérios, agrupados em 16 blocos de critérios, classificados em qualificadores (Q) e ganhadores de pedido (GP), que devem ser utilizados para seleção, negociação, contratação e controle do desempenho do OPL de carga sólida à granel. No entanto, a disponibilidade apenas de critérios qualitativos não assegura o sucesso do processo de terceirização das atividades logísticas – é necessário quantificá-los. Esse é o papel dos indicadores de desempenho, que também estão mostrados nos Quadros.

Os subcritérios ganhadores de pedidos são os que direta e significativamente contribuem para o negócio, para conseguir um pedido ou uma prestação de serviços (HILL, 1993). Em específico, os autores consideram como ganhadores de pedidos os critérios em que o OPL apresenta uma resposta imediata e visivelmente os utilizam como vantagem competitiva. Os subcritérios qualificadores são os aspectos de competitividade nos quais o desempenho deve estar a um nível determinado para ser considerado pelo cliente (HILL, 1993). Em específico, foram determinados como critérios qualificadores, aqueles que mostram necessidade de acompanhamento e adaptabilidade no momento da negociação.

6 Considerações finais

O processo de seleção, negociação e contratação de operador logístico no Brasil é geralmente incipiente quando comparado com as melhores práticas internacionais de terceirização das atividades logísticas. Isso se deve principalmente à inexistência de sólidos e significativos critérios para avaliar os candidatos, à informalidade do processo de seleção e negociação, à participação sinuosa das áreas envolvidas e à concepção do principal executivo no momento da terceirização, que, de um modo geral, ainda considera a terceirização de operações logísticas como decisão operacional ao invés de estratégica.

Os critérios e indicadores mostrados nos Quadros de 1 a 16 foram desenvolvidos para a seleção, negociação, contratação e controle do operador logístico para carga sólida à granel, além disso, classificaram-se os critérios em qualificadores e ganhadores de pedido. Dessa forma espera-se que esses subcritérios contribuam e capacitem melhor a empresa para selecionar, negociar, contratar e controlar **o** desempenho do OPL.

1. Informações fornecidas pela empresa contratante ao candidato a OPL

Informações sobre dimensões e características técnicas referentes a definição do processo e planejamento das operações logísticas (carregamento e transporte).
É considerada pela empresa contratante como competência central as atividades de gestão de carregamento e transporte. O que justifica tal afirmação é que se trata da movimentação de produtos de carga sólida à granel, no qual, os produtos serão carregados na empresa produtora e transportados diretamente para os clientes, que processam e embalam conforme suas necessidades e especificidades.
Carga sólida à granel é toda carga homogênea, sem acondicionamento específico, que se apresenta sob a forma de sólidos. Compreende as cargas não acondicionadas, portanto, sem invólucro/embalagem. São considerados granéis sólidos os minérios de ferro, manganês, bauxita, carvão, sal, trigo, soja, fertilizantes etc.
1. O objeto desse contrato é a prestação de serviços de transporte rodoviário, em veículos acoplados a semirreboque do tipo caçamba, bitrem caçamba e/ou carreta graneleira simples por meio de frota;
2. O produto a ser transportado será carregado nas unidades produtoras;
3. Os serviços de transportes compreenderão tudo o que for necessário, desde a retirada até o seu descarregamento nos destinos acima;
4. O produto será transportado à granel;
5. A empresa contratante deverá enviar semanalmente ao operador logístico, até no máximo sexta-feira às 17h00, uma programação de carregamento, indicando o volume diário por origem e destino a ser transportado na semana seguinte (segunda a domingo), sempre respeitando os ciclos operacionais mencionados em contrato.

Informações sobre a vigência contratual
O prazo de vigência desse contrato é de 5 (anos) anos, facultado a qualquer das partes, após decorrido 1 (um) ano de vigência, rescindir unilateralmente o contrato, livre de qualquer motivo e da incidência de qualquer indenização ou penalidade, de que espécie for, bastando, para tanto, que notifique a outra parte, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

Informações sobre volumes
O volume contratado para transporte é estimado em 360.000 toneladas/ ano de contrato
1. A empresa contratante deve envidar todos os esforços para garantir o carregamento do volume, conforme abaixo:

Mês	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Total
Vol.*	15	15	17	17	17	17	17	17	7	7	10	15	171

* Volume em mil toneladas.

2. A empresa contratante tem opção exclusiva de contratar prestação de serviços de transporte para a quantidade adicional abaixo:
3.Caso a opção em questão seja exercida, a cadência mensal estimada para carregamento mensal abaixo indicada, poderá variar tanto para mais, como para menos, de acordo com a necessidade e conveniência da empresa contratante:

Mês	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Total
Vol.*	===	27,5	27,5	27,5	27,5	27,5	27,5	27,5	27,5	27,5	27,5	27,5	302,5

* Volume em mil toneladas.

Quadro 1: Informações fornecidas pela empresa contratante ao candidato a OPL
Fonte: Os autores.

N.º	Subcritérios relativos aos custos	Indicadores
2 GP Co	Custos do transporte externo Custos baixos para carga transportada por modo rodoviário pelo OPL. O transporte externo envolve o deslocamento externo do fornecedor para a empresa, entre plantas e da empresa para o cliente. Fatores que influenciam os custos de transporte: distância, volume, densidade, facilidade de acondicionamento, facilidade de manuseio e a responsabilidade do OPL (BOWERSOX; CLOSS, 2009).	Custo total de transporte x 100/ receita de vendas O custo total de transporte é a soma de todos os custos fixos e variáveis que afetam a operação.
3 GP Co	Custos de movimentação Para Faria (2008), constitui o elo entre o fornecedor, a produção e o cliente. São consideradas as atividades de movimentação e estocagem de materiais, embalagens e produtos. A empresa contratante assume expressamente a obrigação de ressarcir integralmente ao OPL os valores dos pedágios devidos por todo o percurso contratado, sem qualquer vinculação com o pagamento do frete, nos precisos termos do artigo 27, § 2º, da resolução nº 673 supracitada, desde que demonstre a vinculação de referidos vales pedágios com o percurso ajustado.	Custo total de movimentação x 100 / receita de vendas Custos: capital investido na construção, manutenção, água, luz, IPTU, seguro, administração, mão de obra, encargos, material de escritório, comunicação, depreciação e custo de capital, pedágios.
4 GP Co	Reajustes de preços As partes estabelecem que o preço dos serviços, uma parte refere-se às despesas de combustível e outra a outras despesas, sendo os valores expressos em Reais (R$) por tonelada. Nesse sentido, fica certo e ajustado entre a empresa contratante e o OPL que o preço dos serviços será reajustado com observância do seguinte critério: a) O valor referente às despesas com diesel combustível será reajustado toda vez e na mesma proporção da variação do preço do óleo diesel (tomando-se como base os preços da Petrobrás Distribuidora/ Paulínia REPLAN); b) O valor referente aos demais componentes do preço será reajustado com base na variação anual do IGP-M ou outro índice a ser ajustado entre as partes até o máximo de 10% (dez por cento); Se ocorrer alteração substancial e comprovada das condições econômicas do país, que enseje a quebra do equilíbrio econômico/financeiro desse contrato, excetuando-se o reajuste previsto acima, fica acordado a revisão consensual entres as partes sobre o valor dos serviços contratados.	Comparar o preço da Petrobrás Distribuidora/Paulínia REPLAN com o preço praticado Avaliar variação IGP-M Estar atento às variações dos não controláveis

Quadro 2: Visão integrada dos custos das operações logísticas
Fonte: Os autores.

N.º	Subcritérios relativos à estabilidade financeira do OPL	Indicadores
5 GP Co	Capacidade de investimento do OPL Medida pelos índices de rentabilidade e pelo percentual do lucro destinado a investimentos. O bom lucro é aquele retido na empresa para reinvestimento. Certo e Peter (2005) mencionam que a lucratividade de uma organização é uma medida importante de eficiência e serve para avaliar seu sucesso.	Relação entre lucratividade e giro dos estoques: (Lucro/Vendas) x (Lucro/Ativo Total) Retorno da empresa (tradicional): ROI = Lucro líquido / Total dos ativos Retorno dos investimentos: ROI = Lucro líquido / Investimentos (Ativo Permanente)
6 Q Co	Saúde financeira do OPL Os índices de liquidez evidenciam a capacidade de pagamento do OPL. A comparação entre ativo e passivo de curto e longo prazos mede a capacidade do OPL de liquidar seus compromissos em dia. Segundo Certo e Peter (2005), um dos primeiros quesitos a levar em consideração é a liquidez da organização, que se refere a sua capacidade de pagar os compromissos de curto prazo.	Liquidez corrente = Ativo circulante / Passivo Circulante Liquidez geral = Ativo circ. + real a L P / Passivo circ. + exigível a L P Liquidez seca = Ativo circ. – Estoques / Passivo circulante Liquidez imediata = Disponível (caixa e bancos) / Passivo circulante
7 Q Co	Endividamento do OPL Geralmente, para investir em ativos, a empresa se endivida. Para contrair dívidas sem enfraquecer a empresa, é necessário equilíbrio entre capital de terceiros (Passivo Exigível) e capital próprio (Patrimônio Líquido).	Comp. endiv. = Passivo Circulante / Exigível a Longo Prazo G.E = Capital de Terceiros (PC+E.L.P.) / Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Quadro 3: Estabilidade financeira do OPL

Fonte: Os autores.

N.º	Subcritérios relativos à adaptabilidade do OPL à empresa contratante	Indicadores
8 Q	Permanência do OPL na empresa contratante Exigir que o OPL trabalhe no armazém da empresa contratante é conveniente porque ela terá maior controle sobre as atividades terceirizadas, podendo tomar decisões rápidas de replanejamento. Corrêa et. al (2009) mencionam que, na prática, diversos problemas surgem de última hora, necessitando de acompanhamento próximo para possíveis replanejamentos.	Se o candidato a OPL não aceitar, está desqualificado.
7 Q	Planejamento conjunto para proporcionar maior integração e adaptação mútuas Para Gaither e Frazier (2002), é necessário que haja planejamento robusto para integração e adaptação mútuas, em razão da complexidade do relacionamento, feito por meio de reuniões.	Se o candidato a OPL não aceitar, está desqualificado.

Quadro 4: Adaptabilidade do OPL à empresa contratante

Fonte: Os autores.

N.º	Subcritérios relativos à infraestrutura de operação do OPL	Indicadores
9 GP	Localização dos centros de distribuição (CD) do OPL Avaliação da distância do centro de distribuição do OPL às instalações da empresa contratante e da distância do CD às rodovias e rodoanéis, a fim de reduzir o consumo de combustível e o tempo de entrega. Krajewski (2009) afirma que a localização é muito importante para a cadeia de valor da empresa, pois, além de reduzir os custos de transporte e movimentação, pode influenciar no relacionamento com o cliente.	Tempo de locomoção da contratante ao CD do OPL: (max. = 01h15min h). Distância do CD de rodovia ou rodoanel (máx. = 2 km.)
10 GP	Adequação das instalações do CD do OPL para receber os produtos acabados Instalações do centro de distribuição (CD) do OPL para preparação de pedidos de clientes, distribuidores e exportação, para controle dos serviços de transporte e monitoramento da carga, incluindo a organização das pessoas, máquinas e equipamentos e a limpeza do local de trabalho.	Áreas para preparação dos vários tipos de pedidos e para realização de controles.
11 GP	Processo de carregamento do produto sólido à granel Envolve atenção nos períodos de tolerância, fixados em 4 horas da chegada do veículo para carregamento (“Unidades”), e de 4 horas da chegada do veículo para descarga (“Terminais”), o valor de R$ 20,00 (vinte reais) por veículo/hora que exceder os períodos de tolerância, observados os seguintes critérios: 1) a estadia somente será devida se a sua ocorrência se der por razões de responsabilidade da empresa contratante; 2) a estadia não será devida nos casos de se o OPL apresentar veículo inapto para o carregamento ou descarregamento, com problemas de limpeza e ou de documentação, entre outros; 3) Os veículos deverão respeitar a ordem de chegada dos demais veículos nos locais de origem e destino da carga e 4) Os períodos de tolerância começam a contar somente depois de decorridos iguais períodos de tolerância em relação aos veículos do OPL que tiverem chegado primeiro nos locais de origem e destino da carga. Divergência deverá ser corrigida em até 24 horas.	(Horas para resolver a divergência / 24 horas) x 100 Relatório trimestral de reclamações dos clientes Eficiência no recebimento = recebimento real / capacidade de recebimento

Quadro 5: Infraestrutura de operação do OPL

Fonte: Os autores.

12 GP	Desempenho do OPL é mensurado pelo carregamento O desempenho do OPL será avaliado com base no volume carregado nas empresas produtoras diariamente. Sempre às 10h a empresa contratante fará uma comparação entre o volume transportado no dia anterior e a programação para aquele dia, de forma a estabelecer o desvio. Caso a programação não tenha sido realizada por razões de responsabilidade do OPL, a empresa contratante poderá agir da seguinte forma: (i) no caso da empresa contratante observar ao longo do dia, analisando seu ciclo operacional, desvios negativos que afetem a performance do OPL naquele dia, tal fato deve ser comunicado imediatamente para que esta apresente uma ação corretiva imediata, qual seja, suprir os desvios negativos por meio de frota própria a ser deslocada para a unidade produtora em questão, ou, então, buscar no mercado de fretes "spot", a suas custas, a contratação do volume não transportado. Por outro lado, caso o OPL não estiver em condições de responder imediatamente com uma solução para o problema, a empresa contratante têm a opção de fazer a contratação do volume não transportado nesse dia no mercado de fretes "spot", transferindo para outro OPL eventuais diferenças entre o preço do frete pago no mercado de fretes "spot" e o preço mencionado mais o custo com pedágio. (ii) caso a empresa contratante observe os desvios negativos acima citados, poderão a suas exclusivas discrições, permitir, mediante comunicação formal, que o OPL faça a compensação do volume não transportado e outras datas, seja com a frota ou por meio da quarteirização, desde que referida ampliação não cause nenhum tipo de inconveniente.	Avaliar o volume de carregamento por dia Volume transportado/ volume programação x 100
13 GP	Pesagem dos veículos no carregamento e descarga Todos os veículos deverão ser pesados por ocasião do carregamento e da descarga para a aferição da quantidade de produto transportado. Portanto: 1) O OPL se obriga a ressarcir as empresas contratantes pela falta de produto que ultrapasse o percentual máximo de até 0,2% (dois décimos por cento) do total transportado, desde que haja laudo de vistoria emitido pela empresa contratante, que não poderá ser contestado pelo OPL, salvo se por motivo justificado. 2) Para apuração dos ressarcimentos previstos no item anterior, o valor do produto será igual ao apresentado na nota fiscal correspondente, acrescido de toda tributação incidente, considerando que o produto em questão não terá sido exportado. 3) A apuração da falta será feita mensalmente e no caso de sua ocorrência o valor correspondente será compensado no vencimento imediatamente seguinte do valor devido ao OPL, obrigando-se esta a promover o imediato pagamento a empresa contratante do saldo devedor em favor dessas últimas. 4)As balanças dos terminais de origem e destino deverão ser aferidas periodicamente pelo INMETRO, facultando-se à outra parte verificá-las quando julgarem conveniente e solicitar o envio de cópia dos certificados de aferição de balança por órgão oficial (INMETRO), quando houver necessidade.	Carregamento em cada uma das unidades produtivas: volume transportado nota fiscal/ peso real carregado x 100 volume transportado nota fiscal/ peso caminhão vazio x 100 Descarregamento no destino: volume transportado nota fiscal/ peso real descarregado x 100 volume transportado nota fiscal/ peso caminhão vazio x 100
14 GP	Suportar operação triangular O foco maior na movimentação de produtos sólidos à granel está no fato de efetuar a operação triangular deixando de utilizar, na maior parte das vezes, as dependências da empresa contratante, sendo assim a empresa contratante estabelece uma negociação com os fornecedores no que tange a entrega diretamente aos clientes.	Se o candidato a OPL não aceitar, está desqualificado.
15 Co	Segurança no trabalho do OPL Cuidar para que não ocorram acidentes de trabalho, mantendo a integridade física dos funcionários e do patrimônio da empresa contratante, indo além da obediência à legislação. Segundo Chiavenato (1999), a segurança do trabalho é o conjunto de medidas técnicas, educacionais, médicas e psicológicas utilizadas para prevenir acidentes, que objetiva eliminar as condições inseguras do ambiente, instruir e convencer as pessoas sobre práticas preventivas.	Quantidade de cada tipo de acidente de trabalho por mês.
16 GP	Desmobilização da frota 1) Fica conferida a empresa contratante a opção de desmobilizar os veículos que compõem a frota, ou seja, de optar que os veículos em questão deixem de, temporariamente, ser destinados ao transporte ajustado, com a consequente e correspondente redução proporcional dos volumes a serem transportados, tudo com a observância dos seguintes critérios: - A desmobilização poderá dizer respeito a um ou mais veículos da frota, pelo período de 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, em cada ano de contrato; - A empresa contratante deverá exercer a opção de desmobilização com 48 horas de antecedência. 2. Os veículos componentes da frota poderão também ser desmobilizados por mútuo acordo entre as partes, com a consequente e correspondente redução proporcional dos volumes a serem transportados, para (i) transportar produtos de outras unidades da empresa contratante não contempladas por esse contrato; (ii) servir a outros negócios do OPL; e (iii) serem deslocados para manutenção. 3. Uma vez ocorrendo as hipóteses de desmobilização referidas nos itens 1. e 2. supra, as empresas contratantes ficarão isentas de qualquer responsabilidade quanto aos volumes correspondentes, estadias, entre outras, correlatas.	Se o candidato a OPL não aceitar, está desqualificado.
17 Q	Exigência de frotas próprias do OPL O OPL deve ter caminhões próprios para o transporte de produtos**.** Em caso de não ter capacidade para atender alguma sazonalidade de entrega é permitido a quarterização, somente em último caso.	Se o candidato a OPL não dispuser de frota própria, está desqualificado.

(Continuação) Quadro 5: Infraestrutura de operação do OPL

Fonte: Os autores.

18 GP	Transporte do produto 1. No que tange o transporte em si da carga sólida à granel, decorrentes desse contrato, a empresa contratante integrada ao OPL se obriga a: a) Providenciar a pesagem dos veículos no carregamento e na descarga, carregados e vazios, considerando as características e procedimentos de pesagem em cada uma das unidades produtoras. b) Responder pela análise dos padrões de qualidade dos produtos que serão embarcados em uma das unidades produtoras. c) Fornecer todos os documentos e informações exigíveis para o transporte dos produtos, assumindo total responsabilidade pelo que declarar. 2. No que tange o transporte em si da carga sólida à granel, decorrentes desse contrato, exclusivamente o OPL se obriga a: a) Dedicar a frota a esse contrato e informar imediatamente à empresa contratante as eventuais alterações na frota (substituições) para a devida atualização. b) Executar o transporte rodoviário em cavalos mecânicos com semirreboque autodescarregáveis, nos fluxos e na quantidade detalhada, conforme esse contrato, em estrita observância às condições aqui pactuadas. c) Disponibilizar recursos para executar o transporte rodoviário diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados, na cadência programada para a semana. d) Responder pelo produto durante o transporte, inclusive na ocorrência de caso fortuito e ou força maior. e) Apresentar os veículos limpos e aptos ao carregamento para a realização do transporte. f) Garantir veículos que sejam descarregados em, no máximo, 20 minutos após posicionados no tombador no terminal de destino. g) Caso seja exercida pela empresa contratante, o OPL se obriga a garantir um fluxo de caminhões conforme estabelecido no contrato. Em caso de não cumprimento desse abastecimento, o OPL pagará, um valor de R$ 0,40/t/h referente estadia dos vagões.	Se o candidato a OPL não aceitar, está desqualificado.

(Continuação) Quadro 5: Infraestrutura de operação do OPL

Fonte: Os autores.

N.º	Subcritérios relativos à administração de serviços logísticos	Indicadores
19 Co	Gerenciamento do departamento de transporte A gestão envolve o controle diário dos embarques, a programação de utilização de equipamentos, o planejamento dos carregamentos, a definição das rotas e o controle dos transportadores. A empresa contratante deve exigir relatórios semanais de desempenho das tarefas de gestão da operação, consolidação de cargas, controle de cargas (pontualidade de entrega e rastreabilidade da carga), auditorias e reclamações, melhorias implementadas, etc.	Pedido perfeito = número de pedidos perfeitos entregues x 100 / total de pedidos expedidos. Custo total de transporte x 100/ receita de vendas.

Quadro 6: Administração de serviços logísticos

Fonte: Os autores.

N.º	Subcritérios relativos à flexibilidade e responsividade dos serviços	Indicadores
20 Co	Capacidade do OPL em proporcionar flexibilidade e responsividade no atendimento à demanda Visa à responsividade (resposta rápida) e flexibilidade para o atendimento perfeito dos clientes, respeitando a sazonalidade e peculiaridades. Segundo Booth (1996), responsividade é uma nova estratégia da gestão da manufatura que enfatiza a redução do tempo. Para Slack et al (1992), flexibilidade é a capacidade de mudar para satisfazer as exigências dos clientes.	1)Quantidade produzida / Capacidade de produção 2)Faturamento / quantidade produzida 3) Quantidade produzida / Capacidade de cada equipamento (empilhadeira, ponte elevatória, talhas, ganchos, paleteiras, carrinhos hidráulicos, etc.)
21 Q	Repactuação de cláusulas contratuais É a rediscussão das cláusulas contratuais decorrente das variáveis não controláveis e imprevisíveis do macroambiente	Se o candidato a OPL não aceitar esta condição, está desqualificado.
22 Co	Carregamento de Descarregamento em regime *just in time* (JIT) Entregar no tempo certo em 48:00.	Quantidade de entregas em atraso superior a (x) mim x 100 / total de notas fiscais emitidas Pontualidade de entrega = Quantidade de pedidos entregues x 100 / quantidade de pedidos negociados com os clientes
23 Co	Entregas em curto prazo Envolve o estabelecimento de prazo de entrega, após emissão da nota fiscal, para cada uma das regiões atendidas. Harrison e Hoek (2003) chamam de tempo de investida total o tempo decorrido desde o momento em que o cliente faz o pedido de um produto até o momento que ele é entregue, tempo que deve ser minimizado para proporcionar competitividade à empresa.	Quantidade de entregas em atraso superior a (x) mim x 100 / total de entregas realizadas.

Quadro 7: Flexibilidade e Responsividade na prestação de serviços logísticos

Fonte: Os autores.

N.º	Subcritérios relativos à credibilidade na prestação de serviços	Indicadores
24 GP	Reputação do OPL no segmento Envolve a estabilidade financeira e a experiência do OPL no setor. Segundo Novaes (2001), a contratação de um OPL reconhecido no mercado contribui positivamente para a imagem da empresa contratante.	Quantidade de contratos celebrados com empresas do mesmo segmento. Obter informações em diversas empresas e avaliar a reputação: 1 2 3 4 5
25 GP Co	Parceria entre OPL e empresa contratante Para a constituição de parceria estratégica é necessário coordenar e planejar conjuntamente, compreender as oportunidades e riscos, identificar as necessidades logísticas (critérios), mostrar transparência e confiança na troca de informações, estabelecer um contrato apropriado, propiciar adaptação entre as empresas e flexibilidade no atendimento à demanda e controlar a operação de maneira clara e transparente objetivando melhorias contínuas. "Após estabelecer a parceria, ambos conhecem o ambiente, as tarefas e processos a serem desenvolvidos por ambos, as habilidades e os objetivos" (CHOPRA e MEINDL, 2003).	Obter informações em diversos clientes ou ex-clientes do OPL e avaliar se ele: a) coordena e planeja conjuntamente com contratante; b) aproveita oportunidades e assume riscos; c) inspira confiança na troca de informações; d) é flexível no atendimento à demanda; e) suas informações são transparentes e confiáveis; f) não é negligente e g) procura melhorar continuamente 1 2 3 4 5
26 GP	Quantidade de novos contratos firmados por ano pelo OPL Avaliar os serviços prestados a outras empresas a fim de verificar a credibilidade do OPL.	Quantidade de novos contratos com empresas do mesmo segmento firmados por ano Quantidade de contratos encerrados por ano.

Quadro 8: Credibilidade e credibilidade na prestação de serviços logísticos
Fonte: Os autores.

N.º	Subcritérios relativos à experiência do OPL	Indicadores
27 GP	Tempo de experiência do OPL com produtos similares Segundo Fleury et al. (2006), o OPL deve ter mais de dois anos de experiência com produto similar. O contrato deve ter duração mínima de um ano, prever atividades de gerenciamento, análise e projeto de administração de estoques e de informação, de rastreamento de pedidos e ofertas que agreguem valor, podendo se estender até ao gerenciamento da cadeia logística.	Anos de experiência em serviços logísticos prestados a produto similar
28 GP	Competência essencial do OPL na prestação dos serviços logísticos As competências essenciais são atividades que a empresa executa especialmente bem em comparação aos concorrentes e adiciona valor a seus bens e serviços por um longo período (HITT et al. 2003).	Obter informações em diversos clientes do OPL que tenham produto similar e avaliar sua competência. 1 2 3 4 5
29 GP	Tempo de atuação no mercado de provedores de serviços logísticos como OPL integrado Para Luna (2007), os serviços logísticos prestados pelo OPL podem englobar todo o processo logístico ou somente parte dele. No entanto, qualquer que seja a amplitude da terceirização, o processo deve ser tratado de maneira integrada, de forma a permitir a visão do fluxo todo.	Tempo mínimo de experiência no mercado como operador logístico integrado.
30 GP	Carteira de cliente-chave do OPL Saber quais são os clientes-chave do OPL a fim de avaliar qual será a atenção e a prioridade de atendimento às operações da empresa contratante. O ideal é a empresa contratante ser o cliente chave do OPL. Recomenda-se que o faturamento anual proporcionado pela empresa contratante esteja entre os quatro mais significativos do OPL. Muitas vezes é melhor contratar um OPL que tenha menos clientes ou cujos clientes não sejam tão significativos.	Ranking dos clientes obtido pelo faturamento anual do OPL

Quadro 9: Experiência do OPL em serviços similares
Fonte: Os autores.

N.º	Subcritérios relativos à gestão da qualidade pelo OPL	Indicadores
31 GP	Sistema de controle da qualidade O sistema de gestão da qualidade deve ser capaz de garantir o fornecimento de serviços que atendam os requisitos do cliente e os regularmente aplicáveis com o objetivo de aumentar a satisfação do cliente.	Avaliar o sistema de controle da qualidade do OPL (nota 5 equivale à certificação pela ISO NBR 9000): 1 2 3 4 5
32 GP	Integridade e qualidade do produto O OPL responderá perante as empresas contratantes pela integridade e qualidade do produto que vier a transportar..	Se o candidato a OPL não aceitar, está desqualificado.
33 GP Co	Conformidade nos serviços prestados O OPL deve possuir um sistema de controle do processo operacional que emita relatório semanal de desempenho em termos de atendimento de pedidos, pontualidade de entrega e qualidade do produto (índice de rejeição). O OPL responderá pela sua entrega nos armazéns do Terminal Portuário, no prazo máximo de 48h, contados de sua retirada dos estabelecimentos industriais, responsabilidades essas que persistem, ainda que na ocorrência de caso fortuito ou força maior. Sem embargo de indenização por prejuízos outros, caso ocorridos, o OPL obriga-se a indenizar a empresa contratante pelo total da carga transportada, uma vez não sendo ela entregue no prazo máximo de 30 dias, acima assinalado. Para efeito de indenizações, será considerado o preço do produto constante da respectiva nota fiscal, acrescida de todos os tributos incidentes, posto que o produto não tenha saído do país e, portanto, gozado das isenções relacionadas à exportação	Atendimento de pedidos = Quantidade total de pedidos entregues x 100 / quantidade total de pedidos expedidos Pontualidade de entrega = Quantidade de pedidos entregues x 100 / quantidade de pedidos negociados com os clientes Índice de rejeição do produto = quantidade de produtos rejeitados, refugados ou devolvidos sem condições de uso x 100 / quantidade de produtos no processo logístico
34 GP	Melhoria contínua no processo Duas classes de ação: intensificação, que consiste em melhorar os processos para servir melhor os clientes, e ampliação, que implica expandir processos para fornecer serviços adicionais aos clientes, pelo uso intensivo de tecnologia da informação, mão de obra especializada, trabalho em equipe, gerenciamento integrado e redução de desperdícios e de tempo. Slack et. al (2002) definem processo como uma sequência de atividades organizadas que transformam as entradas dos fornecedores em saídas para os clientes, com um valor agregado, que a empresa tem necessidade de gerenciar e controlar a execução.	Quantidade de produto desperdiçada no processo logístico x 100 / quantidade total de produto operada pelo OPL Tempo real ocorrido na manutenção preventiva x 100 / tempo programado para a manutenção preventiva Tempo real ocorrido para a operação x 100 / tempo programado para a operação Quantidade de ideias criativas para melhorias de processo x 100 / meta de ideias.

Quadro 10: Gestão da qualidade pelo OPL

Fonte: Os autores.

N.º	Subcritérios relativos aos recursos de tecnologia da informação	Indicadores
35 GP	Comunicação entre a empresa contratante e o OPL: *Eletronic Data Interchange-EDI* *EDI* é um sistema de transmissão eletrônica interorganizacional de transações de negócio num formato padrão, por meio do qual as empresas substituem os métodos tradicionais de envio de documentos físicos por métodos eletrônicos (KAPPELMAN et al., 1996).	Avaliar o sistema do OPL 1 2 3 4 5
36 GP	Sistema integrado de gestão (ERP) compatível entre as empresas O sistema integrado de gestão do OPL deve ser compatível com o da empresa contratante para facilitar integração dos processos de estoque, armazenagem e transporte. Segundo Krajewski (2009), o *Enterprise Resource Planning (*ERP) é um grande sistema integrado de informação que sustenta muitos processos e atravessa áreas funcionais, unidades de negócios, regiões geográficas e linhas de produtos.	Avaliar o sistema de ERP do OPL 1 2 3 4 5
37 GP	Sistema de gerenciamento do transporte (TMS) do OPL O OPL deve possuir um sistema de gerenciamento do transporte do tipo TMS que, segundo Taylor (2005), tem por objetivo controlar os custos de transporte e o nível de serviço realizado, abrangendo ferramentas de projeto de rede e aplicativos operacionais para o acompanhamento de entregas, programação de motoristas e definição do custo de entrega de um ponto a outro.	Avaliar o sistema do OPL 1 2 3 4 5
38 GP	Roteirizadores de transporte (GPS) do OPL O OPL deve possuir roteirizadores de transporte capazes de determinar o conjunto de rotas de menor custo que atenda às necessidades dos nós, respeitando restrições operacionais, tais como capacidade do veículo, duração das rotas e da jornada de trabalho, e que deve estar associado ao Sistema de Posicionamento Global, popularmente conhecido por *Global Positioning System*(GPS), para localização do veículo e prevenção de sinistro de carga. Wu (2007) define roteirização de veículos como o atendimento de nós de demanda geograficamente dispersos. Para cada ligação entre um par de nós, há distâncias e custos associados.	Avaliar o sistema do OPL 1 2 3 4 5

Quadro 11: Recursos de tecnologia da informação.

Fonte: Os autores.

N.º	Subcritérios relativos aos recursos humanos do OPL	Indicadores
39 GP	Qualificação dos funcionários do OPL O OPL deve possuir funcionários qualificados em termos de conhecimento, habilidades e experiência. Os cargos de chefia devem ser ocupados preferencialmente por pessoas formadas em Logística. Os cargos operacionais devem ser ocupados preferencialmente por pessoas formadas em Habilitação para Empilhadeiras e Paleteiras (HEP), Engenharia Mecânica, Conscientização para a Qualidade (CQ), Interpretação de Normas da Qualidade (INQ), Trabalho em Equipe, Curso técnico de Planejamento, Programação e Controle da Produção (PPCP) e / ou Ensino médio. O OPL possui um sistema de recompensas que garant**e** salário justo, boas condições de trabalho e outros benefícios.	1) Para os cargos de chefia: a) Número de pessoas formadas em Logística x 100 / total de funcionários de chefia b) Número de pessoas formadas em CQ e INQ x 100 / total de funcionários da chefia e operação c) Nº. de pessoas formadas em trabalho em equipe x 100 / total de funcionários da chefia e operação 2) Para os cargos operacionais: a) Número de pessoas formadas em HEP x 100 / total de funcionários para o manuseio de equipamentos b) Número de pessoas formadas em Engenharia Mecânica x 100 / total de funcionários para manutenção de equipamentos
40 Co	Capacidade do OPL em trabalhar em equipe Participação de executivos e gestores da empresa contratante nas reuniões matinais diárias do OPL para definição de metas conjuntas. Segundo Casado e Matoso (1996), o desenvolvimento de equipes é a resposta para o cenário de trabalho atual, necessariamente mais ágil, integrado e entrosado, em que a multifuncionalidade e as habilidades contribuem para o sucesso da empresa.	Total de dias em que houve participação de pessoas da empresa contratante na reunião diária do OPL x 100 / total de dias úteis
41 GP Co	Aperfeiçoamento dos funcionários do OPL O OPL deve ministrar semestralmente cursos de treinamento e especialização com o objetivo de manter seus funcionários atualizados em termos de novas formas de organização do trabalho. Segundo Ribeiro (2008), o aprendizado diz respeito à aquisição de novos hábitos, atitudes, comportamentos e conhecimentos de novos processos, máquinas e equipamentos, e é alcançado por meio de treinamento específico ou novas experiências.	Número de cursos de treinamento proporcionados pelo OPL no ano anterior Número de funcionários do OPL que frequentaram cursos de treinamento no ano anterior x 100 / número total de funcionários do OPL Número de funcionários aprovados com nota maior ou igual a 8 x 100 / total de treinandos.
42 GP Co	Capacidade do RH do OPL para selecionar corretamente os funcionários a fim de diminuir a rotatividade de pessoal Pessoa certa em cada cargo aumenta a competitividade e melhora os resultados da empresa. A demissão ou rotatividade, para Spector (2006), está relacionada à insatisfação no trabalho e à falta de conhecimento e experiência.	Quantidade de demitidos por mês x 100 / quantidade total de empregados.

Quadro 12: recursos humanos do OPL

Fonte: Os autores.

N.º	Subcritérios relativos à confiabilidade dos serviços prestados	Indicadores
53 Co	Envio de pedidos completos (pedidos sem fracionamento) Bowersox e Closs. (2009) afirmam que os pedidos expedidos completos são uma medida da capacidade da empresa em ter disponível estoque para atender todo o pedido de um cliente. Pedidos expedidos completos aumentam a confiança na empresa.	Quantidade de pedidos entregue com fracionamento x 100 / quantidade total de pedidos entregues
44 Q	Proibição de divulgação de informações confidenciais Envolve a rastreabilidade de todos os sistemas de informação para preservar as informações consideradas sigilosas. Fleury et. al (2006) afirmam que em 23% dos contratos de terceirização logística pesquisados acontecem problemas éticos que causam a substituição do OPL.	Se o candidato a OPL não aceitar essa condição, está desqualificado. Análise semanal do vazamento de informações. Rastrear semanalmente os sistemas de informação (pastas na intranet, *emails,* dados do MRP, senhas fantasmas)
45 Q	Seguro de carga contra roubo e furto Sem prejuízo das responsabilidades inerentes ao OPL, ela deverá providenciar seguro da carga a transportar, perante seguradora idônea, de primeira linha, que cubra todos os custos, diretos e indiretos, indicando a empresa contratante como dele beneficiária. Segundo Fleury et. al (2006), ocorrem muitas falhas na segurança de cargas – em 21% das empresas pesquisadas houve substituição do OPL por motivos de roubos.	Se o candidato a OPL não contratar seguro contra roubo, está desqualificado.

Quadro 13: Confiabilidade dos serviços prestados pelo OPL.

Fonte: Os autores

N.º	Subcritérios relativos à empatia	Indicadores
46 Q Co	Serviço de atendimento ao consumidor (SAC) para resolver os problemas operacionais sem envolver a contratante Sistema capaz de dar rapidez e flexibilidade de resposta às reclamações, sugestões e exigências de melhorias feitas pelo cliente (em até x horas). Envolve o respeito ao Código de Defesa do Consumidor, o estudo e padronização da forma de atendimento, incluindo visitas técnicas e negociação transparente.	Se o candidato a OPL não dispuser de um satisfatório sistema de atendimento ao consumidor, está desqualificado.
47 Q Co	Sistema de pós-venda específico e *feedback* do OPL aos clientes Sistema integrado de comunicação em tempo real para cliente ter acesso aos diretores e gerentes, com *ombudsman,* e que possibilite o uso das sugestões e reclamações dos clientes para introduzir melhorias. O OPL deve ter determinado prazo, após a abertura de uma chamada, para resolver o problema. É preciso suporte técnico para fornecer laudos técnicos que mencionem a causa das falhas a fim de realimentar as áreas de produção, qualidade e engenharia objetivando melhorar o processo.	Se o candidato a OPL não dispuser desse sistema, está desqualificado. Tempo (horas) para resolver o problema quantidade de reclamações x 100 / quantidade de entregas
47 Q	Comprometimento do OPL Fornecer serviços logísticos, agregando valor aos produtos. Segundo Bowersox e Closs. (2009), antes as negociações eram antagônicas e baseadas no poder da empresa contratante; atualmente, há comprometimento entre os envolvidos, evidenciando a vantagem da cooperação interorganizacional para o sucesso mútuo.	Obter informações em diversos clientes do OPL e avaliar seu grau de comprometimento: 1 2 3 4 5

Quadro 14: Empatia

Fonte: Os autores

N.º	Subcritérios relativos à idoneidade ambiental do OPL	Indicadores
49 GP	Sistema de gestão ambiental Segundo Carvalho e Paladini (2005), o sistema de gestão ambiental tem o objetivo de equilibrar a proteção ambiental e a prevenção da poluição com as necessidades socioeconômicas da sociedade.	Avaliar o sistema de gestão ambiental do OPL (a nota 5 equivale à certificação pela NBR 14001): 1 2 3 4 5
50 GP	Sistema de gestão em responsabilidade social Responsabilidade social empresarial é uma forma de conduzir os negócios que tornam a empresa parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de conciliar os interesses dos diferentes atores (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e de conseguir incorporá-los às suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos acionistas ou proprietários, em proveito da perenidade do negócio (Instituto Ethos).	Avaliar o sistema de gestão em responsabilidade social do OPL (nota 5 equivale à certificação pela NBR 16001): 1 2 3 4 5
51 GP	Sistema de Produção Mais Limpa (P+L) Produção mais limpa é uma abordagem para as atividades de produção que mensura as vantagens econômicas e os efeitos positivos no meio ambiente e que envolve a minimização do uso de recursos naturais, ecoeficiência e redução de resíduos na fonte, com o objetivo principal de melhorar a proteção do meio ambiente e reduzir riscos para os organismos vivos (GLAVIC e LUKMAN, 2006).	Avaliar o sistema de produção mais limpa do OPL. 1 2 3 4 5

Quadro 15: Idoneidade ambiental do OPL

Fonte: Os autores.

52 Rescisão e multa no carregamento e transporte
1. Esse instrumento poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por qualquer das partes, considerando os seguintes motivos, que podem ocorrer de forma isolada ou concomitante: a) Extinção, falência ou concordata de uma ou ambas as partes; b) Inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições; c) Cessão, transferência ou caução, parcial ou total, de direito ou obrigação que decorra desse contrato, sem a prévia e expressa anuência da outra parte;
2. A rescisão motivada pela ocorrência das hipóteses previstas nos itens "b" e "c" acima, deverão ser precedida de comunicação escrita à parte considerada inadimplente, para que cumpra sua obrigação ou sane sua irregularidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da citada comunicação. Decorrido tal prazo, sem que a parte inadimplente tenha cumprido sua obrigação ou sanado sua irregularidade, a parte inocente, independentemente de qualquer formalidade poderá dar por rescindido esse contrato.
2.1. A parte que der à causa à rescisão deverá pagar uma multa rescisória, de caráter compensatório, em percentual a ser calculado sobre o valor básico desse contrato, no prazo de 30 (trinta) dias após a paralisação efetiva dos serviços.
3. Os percentuais para fins de cálculos da multa rescisória serão de: a) 5% para a hipótese de rescisão no primeiro ano de contrato. b) 4% para a hipótese de rescisão no segundo ano de contrato. c) 3% para a hipótese de rescisão no terceiro ano de contrato. d) 2% para a hipótese de rescisão no quarto ano de contrato. e) 1% para a hipótese de rescisão no quarto ano de contrato.
4. Na ocorrência de uma das hipóteses de rescisão acima descritas, fica desde já estabelecido que será aplicada somente a multa rescisória prevista na Cláusula 2.

Quadro 16: Multas contratuais

Fonte: Os autores.

Referências

ABRAHÃO, F.; SOARES, N. Estratégia de terceirização de serviços de transporte – Parte 1 e 2, revista tecnologística, 2006.

BALLOU, R. H. *Logística empresarial*: transportes, administração de materiais e distribuição física. 1.Ed.14ª tiragem. São Paulo: Atlas, 1993.

BARROS, M. *Terceirização logística no Brasil*. 2009. Disponível em www.ilos.com.br/site/index.php2option=com_content&task=view&id=738&itemid=74 . Acesso em 11 jan. 2010.

BOOTH,R. Agile manufacturing. *Engineering Management Journal*, v. 6, n. 2, pp. 105-112, april, 1996.

BOWERSOX, D.J.: CLOSS, D.J. *Logística empresarial*: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, M.M.; PALADINI, E.P. *Gestão da qualidade* – Teorias e casos. 3ª reimpressão, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CASADO, T.; MATOSO, S. S. *Material do programa de melhoria do desempenho da RME, módulo II*. Desenvolvimento da equipe escolar. São Paulo: FIA/USP, 1996.

CERTO, S.C.; PETER, J.P. *Administração estratégica*: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

CHIAVENATO, A. *Gestão de pessoas*: O novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHOPRA, S.; MEINDL, P. *Gerenciamento da cadeia de suprimentos*. São Paulo: Pearson Prentice, 2003.

CORRÊA, H. L.; GIANESI, I.G.N.; CAON, M. *Planejamento, programação e controle da produção*: MRP II / ERP: conceitos, uso e implantação. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DORNIER, P.P.; ERNEST, R.; FENDER, M.; OUVELIS, P. *Logística e operações globais*: texto e casos. São Paulo: Atlas, 2000.

FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FARIA, A. C. de. *Gestão de custos logísticos*. 1 ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

FLEURY, P.F; RIBEIRO, A.F.M. A indústria de operadores logísticos no Brasil: uma análise dos principais operadores. São Paulo. 2001a. Disponível em www.ilos.com.br . Acesso em 20 de Outubro de 2010

_____;_____ A Indústria de Prestadores de Serviços Logísticos no Brasil: Caracterizando os Principais operadores. São Paulo: , 2001b. Disponível em www.ilos.com.br . Acesso em 20 de Outubro de 2010

_____.; WANKE, P.; FIGUEIREDO, K. F. *Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos*: planejamento do fluxo de produtos e dos recursos. São Paulo: Atlas, 2006.

GAITHER, N.; FRAZIER, G. *Administração da produção e operações*. 8ª ed., São Paulo: Thomson Learning, 2002.

GLAVIC P.; LUKMAN R. Review of sustainability terms definitions. *Journal of Cleaner Production*. Editora Elservier, December 2006.

GIL, A. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ad. São Paulo: Atlas, 2002.

HARRISON, A.; HOEK, R.V. Estratégia e gerenciamento da logística. São Paulo: Futura, 2003.

HILL, T. *Manufacturing strategy*. USA: Richard D. Irwin, 1993

ILOS - INSTITUTO DE PESQUISA SUPPLY CHAIN, Disponível em: www.ilos.com.br/site/index. Acesso em 11 jan. 2010.

KRAJEWSKI, L.J. *Administração de produção e operações*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

LUNA, M.M.M. Operadores logísticos. In: NOVAES, A G. *Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 9000* Rio de Janeiro: 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR ISO 14001*. Rio de Janeiro: ABNT: 2003.

NOVAES, A.G. *Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição*: estratégia, operação e avaliação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

OLIVEIRA, S. L. *Tratado de metodologia científica*. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

RIBEIRO. A. Gestão do relacionamento com prestadores de serviços logísticos IN. SILVA, R. O.da. *Teorias da administração*, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. *Administração da produção*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SPECTOR, P. E. *Psicologia nas organizações*. São Paulo: Saraiva 2006.

TAYLOR, D.A. *Logística na cadeia de suprimentos*: uma perspectiva gerencial. São Paulo: Person Addison-Wesley, 2005.

WU, L. *O problema de roteirização periódica de veículos*. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Escola Politécnica, Universidade São Paulo, SP, 109p, 2007.

TRABALHO E SAÚDE MENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTRESSE OCUPACIONAL

WORK AND MENTAL HEALTH: A REFLECTION ON OCCUPATIONAL STRESS

Débora Louzeiro Lama
Especialista em Recursos Humanos – Uninove
debby_lola@hotmail.com

Maria Aparecida Campos
Mestre em Psicologia Social– Uninove

Resumo

A modernidade faz com que o homem trabalhe cada vez mais e, muitas vezes, esquecendo-se de seu próprio bem-estar e de sua qualidade de vida. Dessa forma, o nível de doenças ocupacionais tem aumentado significativamente ao longo dos anos. No dia a dia da sociedade moderna, as empresas trabalham com certa pressão para com o empregado fazendo com que execute suas funções sob tensão acumulada, o que pode levá-lo a um estado de exaustão e depressão, incapacitando-o de continuar seu trabalho. Esse estudo visou averiguar os agentes estressores presentes no ambiente de trabalho de uma consultoria de recursos humanos da cidade de São Paulo na visão de seus colaboradores, como lidam com tais fatores e o que a organização poderia fazer para minimizá-los. Para tanto, foi elaborado e aplicado um questionário nas profissionais da consultoria e, como resultado, foi percebido que mesmo aquelas que atuam como *freelancer* e, portanto, sem vínculo empregatício, estão diariamente sob a incidência de altos índices de estresse no ambiente organizacional. Durante a realização da pesquisa, pôde-se comprovar que buscam formas subjetivas para lidar com os fatores causadores de estresse como meios de adaptar-se à situação.

Palavras-chave: Estresse. Qualidade de vida. Saúde ocupacional. Trabalho.

Abstract

Modernity makes the man works more and often forgetting its own well-being and quality of life. Thus, the level of occupational diseases has increased significantly over the years. In daily life of modern society, the companies work with some pressure to the employee making carry out its functions under stress accumulated, which can take you to a state of exhaustion and depression, disabling him from continuing his work. This study aimed to investigate the stress agents present in the work environment of a human resources consultant in São Paulo in the vision of its employees, how they deal with these factors and what the organization could do to minimize them. To that end, we developed and implemented a questionnaire on professional advice and as a result, it was realized that even those who work as freelancers, and therefore no employment, are daily on the incidence of high stress levels in the organizational environment. During the research, were able to prove that seek subjective ways to deal with the stress-causing factors as a means to adapt to the situation.

Key words: Occupational health. Quality of life. Stress. Work.

1 Introdução

Diante do crescimento global, o ser humano foi obrigado a desenvolver uma capacidade física e mental para conseguir superar os obstáculos de seu cotidiano. Entretanto, essas exigências impostas pela sociedade, diante das mudanças da vida moderna, acarretam aos indivíduos conflitos internos relacionados a essa variação imperiosa, tais como ansiedade, angústia, desequilíbrio e estresse.

É importante destacar que as mudanças estão em todos os lugares, na medicina, na religião, na tecnologia, na sociedade, no ambiente de trabalho, nas estruturas organizacionais, e junto a elas está a possibilidade de um fator estressante em cada ser humano (BALLONE, 1999).

Diante dessa conjuntura, é crescente no meio urbano o número de ambientes hostis, muitas vezes inadequados para o ser humano, nos quais prevalecem o medo, a tensão e os ritmos de trabalho acelerados. Predomina nesses ambientes a busca de uma mão de obra que produza em maior escala, exigindo um nível físico e mental acima da capacidade dos indivíduos e, consequentemente, aumentando as posturas tensas e os problemas de saúde, tal como o estresse.

Para que o estresse ocorra é necessário primeiramente um estímulo estressante interno ou externo. Os estímulos internos são normalmente advindos de fatores pessoais e sempre denotam a sensibilidade afetiva do indivíduo, enquanto os estímulos externos são ameaças concretas que ocorrem na vida do homem moderno, sendo os maiores desencadeadores de estresse (BALLONE, 1999).

A cultura da vida moderna leva o ser humano a passar boa parte do seu tempo sob contínua tensão, tendo que dividir sua atenção entre responsabilidades ocupacionais, vida pessoal, aprendizado constante e sociedade. A cobrança profissional dentro das organizações/instituições tem se intensificado de forma significativa, desgastando o empregado, suas relações de trabalho e propiciando estresse e ansiedades patológicas, desencadeando no trabalhador angústia, frustração e ansiedade diante da sobrecarga de trabalho, da corrida contra o tempo, do conflito com os colegas, da pressão e cobrança do mercado (BALLONE, 2002).

Estudos realizados pela Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes comprovaram que a doença ocupacional é uma das maiores causas de afastamento do trabalho no Brasil, levando a uma diminuição da produtividade no meio organizacional, ao aumento de indenizações, assim como prejuízos para qualidade de vida do trabalhador (MURTA; TRÓCCOLI, 2004).

Nos últimos anos, o interesse pela pesquisa científica a respeito do estresse no trabalho tem crescido de forma significativa, principalmente pelo impacto negativo que essa doença ocupacional tem causado nos profissionais e pelo reflexo que isso tem acarretado nas organizações. É notório que a incidência do funcionamento negativo das empresas/instituições traz como consequência a diminuição de seu desempenho, aumentando o custo com problemas de saúde, absenteísmo, rotatividade e o crescente número de acidentes de trabalho (PASCHOAL; TAMAYO, 2005).

Com isso, torna-se cada vez mais difícil proteger a saúde dos trabalhadores, pois suas vidas profissionais estão intrinsecamente ligadas aos seus cotidianos e a ambientes estressores. Por conta desses fatores, esse trabalho visa uma melhor compreensão desse sistema capitalista em que se busca uma mão de obra com produtividade e cada vez mais se percebe o adoecimento dos trabalhadores, retratando a dificuldade desses profissionais diante da cobrança do mercado, a qualidade de vida no trabalho bem como o estresse.

Para tanto, esse artigo enfocará alguns temas relacionados à vida do funcionário cujo cotidiano está intrinsecamente ligado ao estresse no ambiente organizacional. Serão discutidos assuntos como as psicopatologias do trabalho e os agentes estressores. O embasamento principal para esse trabalho será um estudo de caso realizado em uma consultoria de recursos humanos da cidade de São Paulo e o problema de pesquisa é definido por meio do seguinte questionamento: quais são os agentes estressores presentes no ambiente de trabalho de uma consultoria de recursos humanos da cidade de São Paulo na visão de seus colaboradores, como lidam com tais fatores e o que a organização poderia fazer para minimizá-los?

2 Saúde mental e trabalho

Nos últimos anos vem se percebendo um número crescente de discussões relacionadas ao trabalho e à saúde/doença mental. Alguns ambientes de trabalho frequentemente são associados às queixas de sobrecarga, à falta de motivação e à baixa produtividade que afetam diretamente as atividades dos funcionários. É relevante ressaltar que em certas organizações a convivência nem sempre é positiva, sendo encontrados chefes que pressionam funcionários, ansiedade por falta de reconhecimento, dificuldades de relacionamento com colegas e/ou algumas atividades que podem fazer a vida cotidiana se tornar causa de doenças.

Geralmente o sofrimento psíquico começa quando a relação homem/instituição está bloqueada; quando este já utilizou todo seu saber e capacidade na organização, quando começam a vir à tona frustrações como consequências de posturas inadequadas de superiores ante a atividade do trabalhador (DEJOURS, 1992).

A situação cotidiana de "pressão" em que o trabalhador não pode errar, que necessita apresentar um serviço de qualidade, sob o risco de ser demitido ou ser

obrigado a refazê-lo, e ter de se submeter às precárias condições de trabalho acarretam certa insegurança e vulnerabilidade nesses colaboradores. Nesse sentido, a utilização de estratégias para lidar diariamente com seu sofrimento psíquico passa a ser uma questão de sobrevivência (BARROS e MENDES, 2003).

A partir desse sofrimento psíquico surgem algumas doenças caracterizadas como profissionais. É possível perceber que a ocorrência dessas patologias criadas pelas condições de trabalho apresenta percentuais relevantes. É importante no ambiente organizacional que hajam mecanismos direcionados à integridade física e psíquica de seus empregados, pois muitos sofrem de problemas de saúde mental considerados sérios e/ou sofrem de algum tipo de desconforto psíquico. Dessa forma, as assim rotuladas "psiconeuroses" ocupam o primeiro lugar entre as causas de incapacidade temporária, e o segundo e terceiro lugar entre as causas de incapacidade permanente e invalidez (MENDES, 1988).

Mendes (1988) ressalta ainda que a "família" dos distúrbios mentais pode englobar desde as psicoses (esquizofrenia, psicose maníaco-depressiva, senil, orgânica e outras), passando pelos distúrbios psiconeuróticos (estados de ansiedade, de depressão, de histeria e outros), até o estresse. Sendo diagnosticados, é importante que esses distúrbios recebam atenção terapêutica, seja em entrevistas domiciliárias, atendimento em ambulatórios e consultórios especializados, até internação.

Existem fatores predisponentes que fazem com que algumas pessoas sejam mais vulneráveis a distúrbios emocionais (personalidade, estado geral de saúde, qualidade geral de vida etc.) do que outras. O trabalho pode contribuir como fator precipitador, sendo esse tipo de fato desencadeado por eventos ou experiências que rompem a homeostase emocional, tendo, desse modo, um relacionamento muito próximo ao distúrbio, quando este se manifesta. Poderão coexistir outros fatores precipitadores, tais como doenças pessoais, problemas familiares e financeiros, entre outros. Os distúrbios de personalidade e os sintomas neuróticos que mais comumente se manifestam são a ansiedade, a depressão e a reação histérica (MENDES, 1988).

Para que os trabalhadores consigam administrar suas atividades correspondendo às expectativas da organização e não adoeçam, muitos utilizam estratégias de enfrentamento contra o sofrimento, tais como conformismo, individualismo, negação de perigo, agressividade, passividade, entre outras. Com a utilização dessas estratégias de defesa existe uma maior possibilidade de proteção contra o sofrimento e a manutenção do equilíbrio psíquico por possibilitar o enfrentamento e a amenização das situações causadoras do sofrimento (BARROS e MENDES, 2003).

Uma das alternativas utilizadas pelos trabalhadores para enfrentar situações de perigo é a negação. Nesse sentido, Dejours (1992) ressalta que:

> […] a eficácia simbólica da estratégia defensiva somente é assegurada pela participação de todos. Ninguém pode ter medo. Ninguém deve demonstrá-lo. Ninguém pode ficar a margem deste código profissional. Ninguém pode recusar sua contribuição individual para o sistema de defesa. Nunca deve falar do perigo, risco, acidente, nem do medo. E estas instruções implícitas são respeitadas (p. 71).

Sendo assim, muitas organizações não levam em consideração o medo real de trabalhadores que executam suas funções em atividades perigosas. O risco a que são expostos evoca medo principalmente pela ignorância de não saber até onde vai esse risco, o que aumenta tanto a ignorância quanto o custo mental do trabalho (DEJOURS, 1992).

Esta ignorância torna-se então a insegurança do trabalhador, fazendo com que as atividades não sejam produzidas com a mesma desenvoltura, qualidade e eficácia. É de suma importância que a gerência e a empresa como um todo, tenham foco e atenção para com seus colaboradores, sua qualidade de vida, satisfação e motivação em suas atividades para atuarem de forma mais ativa, participando e potencializando novas ideias e talentos, evitando assim desarmonia e desestruturação no ambiente organizacional.

Dentro de organizações, é comum a desestruturação das relações psico-afetivas por meio do envenenamento pela discriminação e suspeita, pela agressividade, violência etc. que provocam certo desequilíbrio mental nos trabalhadores. E esse tipo de desestrutura provoca certa agressividade no indivíduo, inclusive nas relações afetivas de fora do âmbito organizacional, em particular, no ambiente familiar. Várias vezes, o indivíduo chega a fazer uso de substâncias psicotrópicas com o propósito de melhorar a ansiedade e a tensão interna (DEJOURS, 1992).

O uso dessas substâncias pode acarretar mudanças no desempenho e comportamento do empregado, absenteísmo, lentidão na realização das tarefas, atrasos, acidentes, alterações de humor, endividamento e desvalorização do trabalho. Muitos funcionários atribuem o uso do álcool e/ou outras drogas à falta de reconhecimento, desmotivação e insatisfação.

A insatisfação, o medo e a angústia no ambiente organizacional são vertentes que prejudicam o trabalhador, levando-o a sofrimentos e, por consequência, a doenças psíquicas, por vezes fazendo-o somatizar, ou

seja, projetar do aparelho psíquico para o próprio corpo, acarretando no surgimento de doenças (DEJOURS, 1992). Diante dessas circunstâncias, o indivíduo permanece abalado com a situação doença/trabalho, o que prejudica sua qualidade de vida dentro da organização e, por conseguinte, não realiza mais o trabalho esperado, passa suas horas funcionais em constante desgaste e desmotivação. Portanto, é importante para os funcionários em geral, que todos tenham, além de trabalho digno, uma boa qualidade de vida dentro do ambiente organizacional.

3 Qualidade de vida no trabalho

Diante do cotidiano do mercado, caracterizado pela busca de resultados rápidos e benéficos, cada vez mais percebe-se a necessidade de funcionários que dispendam esforços extras diante do trabalho, tornando, por vezes, suas horas na função exaustas, acarretando desgastes, desmotivação, doenças ocupacionais e, em algumas situações, até a morte do trabalhador.

Em decorrência desse desgaste que afeta a vida psico-afetiva dos trabalhadores é que cada vez mais vem se buscando novas formas de melhorar o ambiente organizacional e, por assim dizer, a qualidade de vida do trabalhador

Após a Revolução Industrial e com o surgimento do Taylorismo, os indicadores sobre nocividade e exploração do trabalho estavam relacionados aos acidentes típicos e às chamadas doenças ocupacionais, sendo esses riscos ocupacionais vistos como infelicidades do trabalho: junção de fatalidade à uma certa flexibilidade para a ocorrência de tais problemas. Posteriormente, avaliou-se que a forma de adoecer e morrer em consequência do trabalho era proveniente dos agentes de natureza física, química e biológica dos ambientes de trabalho (LACAZ, 2000).

Ford acreditava que para unir o rendimento à produção era importante que a empresa dispusesse de acomodações amplas, limpas e devidamente ventiladas. Essa nova filosofia da qualidade de vida no trabalho e melhoria da produção fabril proporcionaram aos trabalhadores da época melhores condições de emprego, tanto no aspecto motivacional quando no ambiente físico (RODRIGUES, 1994).

Ainda que as ideias Tayloristas/Fordistas estejam vivas na atualidade, é perceptível que o nível motivacional e de satisfação no trabalho já não se opera com tanta ênfase como era utilizado em outra época, tornando suas ideias obsoletas (RODRIGUES, 1994). O importante é que o pontapé inicial foi dado para que houvesse um investimento maior de pesquisa e estudo acerca da qualidade de vida dos trabalhadores em geral, analisando seus papéis, funções, comportamento, estilo, entre outros aspectos.

No decorrer dos anos houveram avanços para estudos sobre a higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho. As organizações passaram a investir em medidas de prevenção de acidentes e de detectar condições inseguras no ambiente de trabalho, buscando torná-lo mais saudável e satisfatório. Para tanto, houve uma reengenharia na própria gestão da empresa, criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) – contratação de profissionais mais qualificados como engenheiros de segurança do trabalho, treinamentos sobre medidas de prevenção de acidentes para funcionários, assim como realizando reformas para uma melhor qualidade de vida no trabalho.

Rufino Netto (1994 apud MINAYO et al, 2000) considera qualidade de vida como:

> […] aquela que ofereça um mínimo de condições para que os indivíduos nela inseridos possam desenvolver o máximo de suas potencialidades, sejam estas: viver, sentir ou amar, trabalhar, produzindo bens e serviços, fazendo ciência ou artes (p. 3).

Para Sucesso (1998 apud VASCONCELOS, 2001), a qualidade de vida está diretamente relacionada ao mecanismo bio-psico-social do ser humano, sendo importante que no ambiente organizacional sejam priorizados alguns quesitos, tais como renda capaz de satisfazer as expectativas pessoais e sociais, orgulho pelo trabalho realizado, vida emocional satisfatória, autoestima, estabilidade mental e emocional entre trabalho e lazer, horários e condições de realização das atividades de forma sensata, oportunidade e perspectiva de carreira, possibilidade de uso do potencial, respeito aos direitos e justiça nas recompensas.

Lacaz (2000) ressalta que é imprescindível a organização em empresas como processo norteador das relações de trabalho, tendo em vista a produção em grande escala e a intensificação do uso de novas tecnologias. Sendo assim, é impossível falar em qualidade do produto sem tocar na organização/qualidade dos ambientes e nas condições de trabalho, principalmente porque o mercado tem exigido maior intensidade do ritmo, maior controle e conhecimento do trabalho; polivalência e criatividade; maior liberdade de ação, reconhecimento maior do trabalho e critérios rígidos de avaliação. Ressalta ainda que um dos pré-requisitos para uma melhora na qualidade das condições de saúde no trabalho seria identificar os problemas em cada situação, com a participação efetiva dos funcionários nesse processo, replanejando a situação/problema, o que envolve sempre um processo de negociação com os trabalhadores. É importante também mencionar que não cabe apenas aos gestores o papel de pensar e replanejar, mas de um envolvimento conjunto, acabando com a

separação advinda da administração racional, possibilitando a inventividade, a criatividade e a capacidade de solucionar problemas.

Por fim, é importante ressaltar que existem ainda alguns agravos relacionados à saúde da população trabalhadora marcados pelas doenças crônicas, cujas causas não são mais evidentes como ocorria com as doenças/acidentes clássicas. Reproduz-se então as doenças cardiocirculatórias, gastrocólicas, psicossomáticas, os cânceres, a morbidade músculo-esquelética expressa nas lesões por esforços repetitivos (LERs), que se somam ao desgaste mental e físico patológico e mesmo as mortes por excesso de trabalho, além das doenças psico-afetivas e neurológicas ligadas ao estresse (LACAZ, 2000).

4 Estresse

Em 1936, um fisiologista chamado Hans Seyle foi o pioneiro no uso do termo "stress" na área de saúde para significar uma resposta geral e inespecífica do organismo a uma situação estressante ou a um estressor. Posteriormente o termo foi utilizado para designar situações que desencadeiam efeitos no organismo (MARGIS et al, 2003).

De acordo com Chiavenato (2004, p. 433), estresse

> […] é um conjunto de reações físicas, químicas e mentais de uma pessoa a estímulos ou estressores no ambiente. […] O autoritarismo do chefe, a desconfiança, a pressão das exigências e cobranças, o cumprimento de horário de trabalho, a chateza e monotonia de certas tarefas, o baixo astral dos colegas, a falta de perspectiva de progresso profissional e a insatisfação pessoal não somente derrubam o bom humor das pessoas, como também provocam estresse no trabalho.

Para Robbins (2002, p. 548), estresse "[…] é uma condição dinâmica na qual um indivíduo é confrontado com uma oportunidade, limitação ou demanda em relação a alguma coisa que ele deseja e cujo resultado é percebido, simultaneamente, como importante e incerto".

Seeger e Van Elderen (1996, p. 213 apud MARRO et al, 2001), ressaltam que

> […] o estresse é o resultante da percepção entre a discordância entre as exigências da tarefa e os recursos pessoais para cumprir ditas exigências. Uma pessoa pode sentir esta discordância como desafio e, em conseqüência, reagir dedicando-se à tarefa. Pelo contrário, se a discordância é percebida como ameaçadora, então o trabalhador enfrentar-se-á a uma situação estressante negativa, que pode conduzi-lo a evitar a tarefa.

Margis et al (2003) complementam que o termo estresse representa um estado gerado pela percepção de estímulos que resulta em uma excitação emocional e, ao alterarem a homeostasia, provoca um processo de adaptação caracterizado, entre outras alterações, pelo aumento de secreção de adrenalina produzindo diversas manifestações sistêmicas, com distúrbios fisiológicos e psicológicos.

E ressaltam que a resposta ao estresse é resultado da interação entre a pessoa e o meio, ou seja, as divergências entre o meio externo e interno e a percepção do indivíduo a partir de sua capacidade de resposta. Essa resposta ao ambiente estressor compreende aspectos cognitivos, comportamentais e fisiológicos, objetivando uma melhora da situação e de suas demandas, de soluções, buscando maneiras adequadas para que o organismo aja de maneira rápida e vigorosa.

É importante percebermos, diante da globalização e da realidade moderna que vivemos, quais são os estímulos estressores, pois as exigências estão em todos os lugares, seja no ambiente familiar, no ambiente organizacional e/ou na sociedade como um todo. Alguns desses ambientes permitem uma adaptação diante das situações, até de forma resiliente[1], enquanto outros provocam uma sobrecarga no indivíduo, acarretando, em algumas situações, consequências para sua vida como um todo.

Muitas pessoas trabalham constantemente sob pressão e ainda assim conseguem obter uma produtividade positiva dentro da empresa. Entretanto é importante ressaltar que isso é positivo até certo ponto, pois essa mesma pessoa pode utilizar seu rendimento máximo, ou seja, seu limite físico e psicológico e, após esta saturação, atingir um nível de exaustão e esgotamento diante de tantos fatores estressantes que a acompanharam no período de tensão dentro da instituição (ZAMPIER e STEFANO, 2004).

Os fatores estressantes citados acima são estímulos ambientais de trabalho que exigem do funcionário adaptações excedentes às suas habilidades, acarretando um impacto por conta dessa sobrecarga. O indivíduo pode reagir a esses eventos estressores de forma psicológica, fisiológica e comportamental, ou seja, tornando-se uma pessoa impaciente, ansiosa, depressiva, isolada, com incidência de dores de cabeça, insônia, problemas estomacais, irritabilidade, agressividade, mau humor,

1 Caracteriza-se como resiliência a capacidade que o indivíduo possui de responder, de forma positiva, as adversidades da vida (SILVA, 2005).

fuga da realidade e falta de confiança (PASCHOAL; TAMAYO, 2005).

Alguns autores alegam que algumas situações ambientais podem desencadear o estresse, tais como acontecimentos diários e situações de tensão, os eventos da vida, estressores ou negativos. Os eventos de vida estressores têm sido classificados em dependentes e independentes. Os dependentes estão intrinsecamente ligados à participação do sujeito, ou seja, dependem do modo como o sujeito se põe em suas relações interpessoais, como se relaciona. Os eventos de vida estressores independentes são aqueles que ocorrem mesmo sem a influência direta do sujeito (MARGIS et al, 2003).

Os estressores organizacionais podem surgir de vários fatores como barulho, ventilação, iluminação no ambiente, considerados de origem física. Existem também os de origem psicossocial como, por exemplo, pressões de tempo e sobrecarga, repetição de tarefas, excesso de tarefas realizadas que vão além da disponibilidade do funcionário, demandas acima de suas habilidades e qualificações, assim como falta de estabilidade no trabalho. É importante ressaltar que cada pessoa reage de maneira diferenciada e subjetiva aos estímulos estressores (PASCHOAL e TAMAYO, 2005).

Fatores relacionados ao tempo também se encaixam como elementos estressantes. São eles: mudanças de fuso horário, prolongamento de jornadas, trabalho por turnos, tarefas com prazos curtos e ritmos acelerados. Outros elementos podem também estar ligados aos fatores de estresse, tais como sobrecarga de trabalho, monotonia, ausência de participação, falta de equiparação nas recompensas salariais, impossibilidade de progresso na carreira, funções com elevado nível de complexidade, incerteza quanto ao futuro da organização, ambiguidade nas orientações da chefia, ausência de autonomia, má qualidade das relações interpessoais (MELO e NUNES, 2006).

O estresse no trabalho, portanto, é reconhecido como um dos possíveis mecanismos que causam reações fisiológicas e riscos de adoecimento caso o indivíduo não consiga lidar com as circunstâncias adversas que ocorrem e criar energia suficiente para elaborar a situação e, com isso, pode estar presente em todo tipo de organização. Nesse, artigo, a ênfase é dada à consultoria de recursos humanos.

5 Metodologia

Esse artigo contou com uma pesquisa bibliográfica e com um estudo de caso que, de acordo com Yin (2001 apud Mascarenhas et al 2005, p. 32), é "[…] um questionamento empírico que investiga um fenômeno contemporâneo com seus contextos de vida real, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes, e nos quais múltiplas fontes de evidência são usadas".

O estudo de caso não é uma técnica que analisa o indivíduo como um todo, mas busca o que existe de mais fundamental em relação ao tema tratado durante a pesquisa. A técnica então é considerada flexível, pois o pesquisador pode utilizar análises descritivas assim como interpretativas no decorrer da pesquisa (PÁDUA, 2000).

Pereira et al (2009) assim como Yin (2001), acreditam que o estudo de caso é uma pesquisa complicada, pois existe a necessidade de investigação detalhada de dados e de seguir procedimentos preestabelecidos diante do número relevante de variáveis e visa o aprofundamento do objeto de estudo em questão, num contexto específico.

O estudo de caso foi realizado numa consultoria de RH da cidade de São Paulo, na qual a pesquisadora prestou serviços e pôde vivenciar o volume de trabalho e estresse do ambiente, cujos parâmetros serviram para comparar e quantificar dados relevantes para a pesquisa.

Foi utilizado um questionário composto de oito perguntas que, inicialmente contempla um levantamento sobre sexo, idade, escolaridade e tempo de trabalho na empresa e, posteriormente, aprofunda-se em questões relacionadas ao ambiente de trabalho buscando pontuar os agentes estressores dentro do ambiente organizacional, como procuram lidar com estes fatores, a participação da empresa na minimização do estresse e os métodos que os gestores deveriam utilizar para minimizar os efeitos desses fatores estressantes.

6 A pesquisa

A empresa iniciou-se a partir do encontro de dois profissionais altamente capacitados e com vasta experiência em Recursos Humanos e Varejo que se conheceram no curso de pós-graduação que realizaram e há aproximadamente dois anos amadureceram a ideia de trabalhar juntos e fundaram a consultoria de Recursos Humanos que visa suprir o atendimento de uma demanda especializada: o mercado de *shopping center* e seus lojistas.

Conforme informado no *site* da empresa, cujo nome não será divulgado por questões éticas, a consultoria tem como objetivo profissionalizar eficientemente o mercado de varejo pela seleção assertiva, do desenvolvimento estratégico e da administração geral de pessoas e benefícios, com o intuito de somar valor entre profissional, cliente e negócio.

Seu foco é alcançar aumento no faturamento, tornando os clientes mais competitivos pela redução de custos e/ou com o aumento da eficiência e produtividade de seus colaboradores, a atenção está focada nos resultados obtidos por meio da estruturação do serviço de administração de RH que compreende dois produtos:

auditoria de Recursos Humanos e gestão de benefícios. Executa o serviço de consultoria interna com o objetivo de identificar e desenvolver os profissionais-chave para o sucesso do seu negócio. Seu alvo principal é alinhar pessoas à estratégia, facilitando o crescimento sustentável de sua atividade final.

Ela também apresenta um amplo banco de dados com profissionais aptos a atender as suas necessidades. Além disso, dispõe de outras fontes de recrutamento, tais como instituições educacionais, associações comerciais, sindicatos, entre outras. Todo processo seletivo inicia com o levantamento de perfil junto ao cliente para devida identificação das competências, habilidades e atitudes esperadas do novo funcionário. Disponibiliza ainda os serviços de Treinamento e Desenvolvimento e cria constantemente novos módulos de treinamento para potencializar ainda mais esse serviço. Flexibiliza a customização de seus treinamentos de acordo com a necessidade de cada cliente, ou seja, desenvolve módulos personalizados atendendo necessidades específicas.

Para verificar quais são os agentes estressores presentes no ambiente de trabalho de uma consultoria de recursos humanos na visão de seus colaboradores, como lidam com tais fatores e o que a organização poderia fazer para minimizá-los, foi feita uma pesquisa com 6 funcionárias, que trabalham na consultoria há aproximadamente um ano. Foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas, contendo questões sobre os fatores de estresse no ambiente organizacional, a relação e envolvimento com os gestores, mecanismos utilizados para minimizar os fatores de estresse etc.

Pádua (2000) ressalta que os questionários são instrumentos que partem de perguntas fechadas sobre o assunto de interesse, no entanto, existe a possibilidade de o pesquisador incluir perguntas abertas, se julgar conveniente. As perguntas abertas são mais informais e pessoais, importantes para uma análise qualitativa, pois as respostas são subjetivas e imprevistas, diferentemente das perguntas fechadas.

7 Resultado

A partir do questionário realizado com seis pessoas atuantes na consultoria encontramos os seguintes dados: 100% das entrevistadas eram mulheres com idades variando entre 25 e 45 anos, sendo uma estagiária em psicologia e cinco psicólogas; três delas possuem pós-graduação na área de recursos humanos. O tempo de atuação na empresa varia entre três meses e um ano aproximadamente.

Analisando os dados contidos nos questionários, observamos um nível de estresse significativo no ambiente de trabalho em 90% das entrevistadas. Elas alegaram como principais causadores de estresse os prazos estabelecidos para a realização de tarefas, o tipo de controle existente, a falta de equipamentos e recursos para a realização das atividades, a quantidade de trabalho, as condições físicas e ambientais, o relacionamento com clientes, as poucas perspectivas de crescimento na carreira e a forma como as tarefas são distribuídas na área.

Como forma de lidar com os agentes estressores as profissionais buscam adaptar-se a eles; realizar as tarefas em tempo hábil; elaborar novas estratégias para aprimorar o trabalho como forma de torná-lo mais produtivo e assim minimizar a pressão do cliente e da consultoria; estabelecer os próprios limites e tempo de dedicação, mesmo quando a meta não é cumprida; procurar sempre novas tentativas de recrutamento e seleção; e algumas ainda transferem sua ansiedade e frustração para a alimentação, comendo de forma compulsiva como forma de deslocar seu estresse para outro foco.

Identificamos que, diante do sofrimento, as profissionais utilizam-se de estratégias defensivas e de controle para as situações causadoras de estresse. Percebemos que o sofrimento é pouco verbalizado mesmo quando falam em cansaço, falta de perspectivas de crescimento na carreira, tristeza, ausência de amparo trabalhista e social, como aposentadoria, plano de saúde e demais dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho. Elas parecem encontrar formas de justificar tais sentimentos utilizando o mecanismo de defesa de racionalização, expresso em atitudes e comportamentos como explicações lógicas, brincadeiras, canções, conversas, pois mesmo com toda a dificuldade existe uma necessidade de sobrevivência e isso é compartilhado entre o grupo.

A produtividade durante o dia parece amenizar os efeitos desgastantes do trabalho, pois quando conseguem produzir muito, terminam o dia alegres, esquecendo-se do cansaço físico e mental. Ao passo que, quando isso não ocorre por causa da falta de candidatos no ato da entrevista, falta de mão de obra qualificada, contratempos com os clientes e/ou dificuldade de contato com eles, finalizam o dia pensando que não valeu a pena todo o cansaço.

A coesão do grupo e o relacionamento satisfatório com a chefia demonstram ser os indicadores da manutenção do equilíbrio psíquico das trabalhadoras pesquisadas. Quatro das seis entrevistadas acreditam que a organização contribui efetivamente para minimizar os efeitos dos fatores estressantes, pois os gestores estão sempre apoiando as colaboradoras, realizando constantemente reuniões em prol de um serviço mais especializado e negociando com clientes para flexibilização de prazos e conclusão dos processos. Além disso, dão autonomia para elaboração das atividades de recrutamento e seleção, treinamentos e contato com candidatos e clientes.

No entanto, as profissionais da consultoria acreditam que a organização deve ainda melhorar e criar mecanismos para minimizar os fatores estressantes no ambiente de trabalho, tais como encontrar meios de negociação que tornem o trabalho mais fácil, como por exemplo, a participação mais ativa do cliente nos processos de forma a entender as dificuldades enfrentadas na consultoria em relação à captação de mão de obra qualificada; oferecimento de um *nextel* para cada consultora, como forma de todas possuírem mais autonomia no trabalho e, dessa forma, poderem atuar mais em casa, dirigindo-se ao escritório apenas em dias de dinâmica de grupo com os candidatos; criação de um espaço físico mais adequado para conforto das colaboradoras; implantação de programa de metas com premiação da equipe para motivar as consultoras além da comissão; aquisição ou desenvolvimento de sistema (tecnologia.) excelente, ágil e inteligente de banco de currículos; criação de atrativos para o candidato, pois ele é o produto principal da consultoria; mapeamento de todas as oportunidades da consultoria e divulgação para todas as consultoras para que, dessa forma, haja um aproveitamento maior do produto (candidato); implantação de plano de carreira; desenvolvimento de parcerias com todas as fontes de recrutamento; realização de *coffee-breaks*, reuniões da equipe de trabalho para jantares, brindes e comemoração dos aniversariantes do mês como forma de união, confraternização e demonstração da importância dos colaboradores.

8 Considerações finais

Com esse trabalho pretendemos contribuir para uma melhor compreensão, identificação e análise dos aspectos relacionados aos agentes estressores presentes no ambiente de trabalho de uma consultoria de recursos humanos da cidade de São Paulo na visão de seus colaboradores, como lidam com tais fatores e o que a organização poderia fazer para minimizá-los.

A análise dos questionários obtidos com a pesquisa de campo confirmou a ideia inicial sobre o estresse no ambiente de trabalho e suas causas apresentando como resultado que nem mesmo os profissionais *freelancers*, como é o caso da consultoria em questão, estão isentos da possibilidade de contato com o estresse, suas dimensões, demanda e controle.

No contexto organizacional, a presença de trabalhadores estressados na equipe pode provocar insatisfação, sofrimento ou até mesmo um estado de ansiedade que nem sempre é reproduzido em palavras e explicitado pelo próprio profissional. No referido estudo de caso os sintomas psicológicos mais evidenciados foram: angústia, ansiedade e insatisfação diária.

A competitividade a que o trabalhador está sujeito o põe ainda mais em contato com o meio externo, com o ambiente em que está inserido e torna-o menos sensível para perceber o exagero da demanda, a queda na sua qualidade de vida e as diferentes formas de alerta dadas por seu organismo. Sem essa percepção, o homem passa a ser doente social e físico, portanto, uma série de fatores da situação de trabalho pode atuar de forma conjunta no desencadeamento de estresse. É importante observar como esses vários aspectos se inter-relacionam.

Do ponto de vista acadêmico e social, os resultados desse artigo indicam a importância da pesquisa e de ações de saúde relativas ao estresse no trabalho. Em um ambiente em constante modificação é preciso conhecer melhor as atividades nas quais estão inseridos os trabalhadores, como também suas potencialidades, dúvidas e expectativas e repensar essa relação. Esse estudo não se encerra com essas considerações finais, pois cria espaço para novos questionamentos em relação à saúde mental no trabalho. O desenvolvimento dessa mesma pesquisa em outras organizações é de suma importância para comparação, qualificação e quantificação de resultados. Cada empresa possui sua cultura e clima organizacional, portanto os resultados podem variar de acordo com cada instituição. O estresse relacionado ao trabalho e outras manifestações de sofrimento podem e devem ser aprofundados não apenas como interesse acadêmico, mas como crítica à gestão das organizações e como contribuição ao entendimento e às ações em favor da saúde mental do trabalhador.

Já que é na organização que passamos a maior parte do nosso tempo, seria interessante então transformar esse lugar em um ambiente mais agradável e saudável para execução do trabalho, permitindo que o trabalhador passe horas criando, vivendo e se realizando plenamente, com qualidade de vida, satisfação e alegria.

Referências

BALLONE G. J. Curso sobre estresse – in. *PsiqWeb psiquiatria geral*, 1999. Disponível em http://www.psiqweb.med.br/cursos/stress1.html. Acesso em 9 abr 2010.

_____ – Estresse – in. *PsiqWeb psiquiatria geral.* Disponível em: http://www.psiqweb.med.br/cursos/stress1.html. Acesso em 9 abr de 2010.

BARROS, P. C. da R.; MENDES, A. M. B. Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. *PsicoUSF* v.8 n.1. Itatiba, jun. 2003.

CHIAVENATO, I. *Gestão de pessoas:* e o novo papel dos recursos humano nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 6ª reimpressão.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalhado:* estudo de psicopatologia do trabalho; Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira – 5ª ed. ampliada – São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

LACAZ, F. A. de C.; Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. *Ciênc. saúde coletiva* v.5 n.1. Rio de Janeiro, 2000.

MARGIS, R. et al. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. *Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul*, v.25, suppl.1, p. 65-74, abr 2003.

MASCARENHAS, A. O.; VASCONCELOS F. C. de; VASCONCELOS I. F. G. de. Impactos da tecnologia na gestão de pessoas – um estudo de caso. *Rev. Adm. Contemp.* Curitiba, v.9 n.1, jan./mar 2005.

MARRO C.; CORIA E. A.; SCHUFER M.; FIGUEROA, N. L. DE; MUIÑOS R.; Um Instrumento para a Avaliação de estressores psicossociais no contexto de emprego. *Psicol. Reflex. Crit*. Porto Alegre, v.14 n.3, 2001.

MELO, J.; NUNES, O. O estresse nas empresas. *IGT na Rede,* Brasília, DF, 2006. Disponível em: www.igt.psc.br/ojs/include/getdoc.php?id=93&article=26. Acesso em 25 maio 2010.

MENDES, R. O impacto dos efeitos da ocupação sobre a saúde de trabalhadores: I. Morbidade**.** *Rev. Saúde Pública*, ago 1988, v.22, n.4, p. 311-326.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 maio 2010.

MURTA, S. G., TRÓCCOLI, B. T. Avaliação de intervenção em estresse ocupacional. *Psicologia:* teoria e pesquisa. v 20, n.1, pp. 39-47, jan-abr 2004

PÁDUA, E. M. M. de; *Metodologia científica*: abordagem teórico-prática. 6ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2000.

PASCHOAL, T,; TAMAYO, A. Impacto dos valores laborais e da interferência família: trabalho no estresse ocupacional. *Psic.: Teor. e Pesq.*, v.21, n.2, p. 173-180, ago 2005.

PEREIRA, L. T. K.; GODOY, D. M. A.; TERÇARIOL, D. Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica. *Psicol. Reflex. Crit*. Porto Alegre, v 22, n.3, 2009.

ROBBINS, S. P. *Comportamento organizacional.* Tradução técnica Reynaldo Marcondes. 9 ed. São Paulo: Pretince Hall, 2002.

RODRIGUES, M. V. C. *Qualidade de vida no trabalho*: evolução e análise no nível gerencial. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SILVA, M. R. S. DA; LUNARDI, V. L.; LUNARDI FILHO, W. D.; TAVARES. K. O.Resiliência e promoção da saúde. *Texto contexto – enferm.* Florianópolis, v.14, 2005.

VASCONCELOS, A. F. *Qualidade de vida no trabalho*: origem, evolução e perspectivas. Caderno de pesquisa em administração, São Paulo, v.8, n.1, janeiro/março 2001.

ZAMPIER, M. A.; STEFANO, S. R. Estresse nas empresas de grande porte da região de Guarapuava. *Revista de Administração Nobel*, nº 3, p. 11-20, jan/jun.2004.

TURISMO EM SÃO PAULO: O QUE ESTÁ ALÉM DO CENTRO EXPANDIDO?

TOURISM IN SÃO PAULO: WHAT IS BEYOND THE DOWNTOWN?

Luís Augusto Severo Soares
Mestre em Turismo – Centro Universitário Ibero-Americano e em Sociologia – PUC-SP
Professor dos cursos de Turismo e Tecnologia em Hotelaria – Uninove
soares@uninove.br

Resumo

A partir da análise de dados secundários coletados, desde 2008, das organizações municipais de turismo e de uma série de estudos que versam sobre o urbano e o turismo na cidade São Paulo, busca-se, por meio desse artigo, apresentar, na forma de um estudo teórico, as principais características do turismo paulistano,ou seja a prevalência do turismo de negócios e de eventos, a fragmentação do espaço urbano e a centralização na análise concreto-objetiva, proposta nos inventários turísticos, que geram uma série de contradições que dificultam a relação entre o turismo e o urbano. Nesse contexto, confronta-se parte dos conceitos discutidos por Henri Lefebvre, Milton Santos e Ana Fani Carlos com o atual quadro do turismo na capital paulista para demonstrar a frágil relação entre o turismo e o urbano, frequentemente entendido como um produto e não como um fenômeno de simultaneidade.

Palavras-chave: São Paulo. Turismo. Urbano.

Abstract

From the analysis of secondary data collected since 2008, the municipal tourism organizations and a series of studies that deal with urban and tourism in the city São Paulo, is seeking, through this article, present in the form of a theoretical study, the main characteristics of tourism in São Paulo, or the prevalence of business tourism and events, fragmentation and centralization of urban space in the concrete-objective analysis, proposed in the inventories of tourism, which generate a series of contradictions that complicate the relationship among tourism and urban. In this context, faced some of the concepts discussed by Henri Lefebvre, Milton Carlos Santos and Anna Fani with the present situation of tourism in the state capital to demonstrate the fragile relationship between tourism and urban, often understood as a product and not a phenomenon concurrency.

Key word: São Paulo. Tourism. Urban.

1 Introdução: perguntas para afastar a certeza dos números

Poucas vezes nos perguntamos sobre a realidade do turismo em São Paulo, poucas vezes nos valemos do questionamento necessário para pesquisarmos se a atividade turística em São Paulo é favorável ao encontro/desencontro inerente à prática social do turismo. Se nos envolvêssemos mais com essa investigação, provavelmente nos incomodaríamos com "soluções" dadas por aqueles que sem se questionarem sobre a relação entre o turismo e as descontínuas formas do urbano, o comercializam e o promovem.

A partir dessas observações, propomos a análise da atual oferta de turismo na cidade de São Paulo, um segmento, sem dúvida, importante, especialmente se nos atermos ao dado de que em 2009, a capital paulista recebeu 11,3 milhões de visitantes (SÃO PAULO TURISMO – SPTuris, 2009). Um fluxo 20,2% maior do que o observado em 2005 (SPTURIS, 2009) e que proporcionou diferentes impactos positivos no município, entre os quais merecem destaque as divisas geradas com os gastos em hospedagem, alimentação e entretenimento, bem como uma série de desdobramentos econômicos correlatos aos negócios realizados em reuniões e eventos sediados na metrópole paulistana.

Esses argumentos nos levam, em um primeiro momento, a reconhecer a grandeza do turismo existente em São Paulo, fato que justifica o crescente apoio dado pelos governantes municipais e estaduais ao turismo, por considerá-lo um dos meios impulsionadores da condição de São Paulo como "cidade global". Assim, a capital paulista, a exemplo de outras cidades que se tornaram "[…] novos protagonistas da nossa época" (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 159), passou a se concentrar na promoção do turismo como um meio para o "desenvolvimento local", com o intuito de dar uma resposta "mais rápida" e "completa" aos desafios postos pela globalização econômica e política.

Dados não nos faltam para enfatizar as dimensões do turismo em São Paulo, especialmente se considerarmos parte das informações apresentadas pela SPTuris (2009), que contabilizam uma variada oferta de atrativos e uma extensa gama de empresas capazes de atender a diferentes demandas. Sem deixar de mencionar a infraestrutura de transportes e a grande oferta de empreendimentos hoteleiros e gastronômicos.

Sendo assim, não é necessário estender-se por longas descrições quantitativas e descritivas para apontar o número de atrativos, recursos e de infraestrutura turística que São Paulo apresenta em seus domínios. O mesmo se pode dizer quanto aos dados relativos ao fluxo turístico receptivo dessa capital, pois, como já mencionado, os números que apontam para expressivos 11,3 milhões de visitantes falam por si, e põem São Paulo como um dos mais movimentados destinos turísticos do país.

Igualmente é desnecessário listar e apontar os diversos centros culturais, museus, parques etc. que, de forma semelhante aos recursos envolvidos no turismo de negócios e eventos, estão presentes em grande número na cidade. A essa oferta soma-se uma série de eventos culturais que diariamente atraem visitantes para São Paulo. São festas populares e a manifestações folclóricas, encontros sociais de pequeno e grande porte, mostras, shows e apresentações artísticas, enfim, diversas atividades que impulsionam a visitação turística.

Isso posto, não podemos deixar de reconhecer que a cidade de São Paulo possui características singulares que unem sua força econômica e produtiva aos mais variados tipos de contato histórico e cultural. Bairros formados sob a influência cultural de imigrantes e conjuntos arquitetônicos centenários formam uma oferta diversificada, capaz de atrair diferentes demandas e empresas interessadas em investir no turismo do município.

Nesse contexto, forma-se o cenário que nos interessa discutir. Um quadro em que o turismo é um personagem importante. De um lado, promovido pelas empresas turísticas que alcançam rendimentos cada vez mais altos, por outro, apoiado pelos órgãos governamentais que o põe como meio inequívoco para alavancar novos patamares de desenvolvimento econômico e social. Entretanto, a despeito das análises que tal quadro possa suscitar, pouco se questiona sobre a relação do turismo com o urbano.

Diante disso, podemos perguntar: ainda que a atividade turística seja crescente, como o urbano paulistano é apresentado ao turista? Qual é a São Paulo vista pelos quase 12 milhões de pessoas que a visitam? A nosso ver essas perguntas estão no centro do debate sobre o turismo na metrópole e a partir delas apresentaremos parte de nossas observações.

Para implementar nosso debate, faz-se necessário retomar nosso propósito: o objetivo desse artigo é realizar uma breve discussão teórica sobre o atual cenário do turismo urbano em São Paulo e, de forma mais detida, conjugar a observação dos dados secundários coletados desde 2008, dos órgãos municipais de turismo com a análise de uma série de referências bibliográficas que versam sobre o tema e as principais características do turismo urbano em São Paulo. Pretendemos, com essa proposta, enxergar as contradições presentes no turismo realizado em São Paulo.

Para tanto, esse artigo se divide em duas etapas de discussão. A primeira destaca as características das atividades turísticas promovidas no município, mencionando os segmentos de mercado, as atrações promovidas e as formas de visitação oferecidas ao turista. E em um segundo momento, evidenciaremos as contradições

presentes na condução e na realização do turismo em São Paulo, entendendo-as como elementos-chave para o estabelecimento de novas investigações que ponderem sobre a relação entre o urbano e o turismo em São Paulo.

2 As características do turismo paulistano: negócios, espaços e questionamentos

O turismo em São Paulo, a despeito da amplitude que os dados antes apresentados possam indicar, está claramente concentrado em determinados segmentos de mercado. Se levarmos em conta os dados consolidados pela SPTuris (2009), verificaremos que cerca de 62% dos visitantes nacionais e cerca de 70% dos visitantes internacionais chegam à cidade para realizar negócios, enquanto 18% dos visitantes nacionais e 12% dos visitantes internacionais vêm a São Paulo para participar de eventos. Em contrapartida, os que visitam a cidade para realizar atividades de lazer correspondem apenas a 8% do fluxo de visitantes nacionais e internacionais.

Portanto, é relevante considerar que o turismo de negócios e de eventos[1] corresponde a aproximadamente 80% do total de visitantes. Ademais, deve-se frisar que São Paulo sedia 75% das feiras de negócios realizadas em território nacional (SPTURIS, 2009), proporcionando, assim, o uso continuado da oferta hoteleira e de outros equipamentos turísticos presentes na cidade, como por exemplo, a oferta de Alimentos & Bebidas.

Segundo o mesmo estudo promovido pela SPTuris (2009), o turista de eventos gasta em média R$ 632,00 diários, um gasto que, atrelado aos demais investimentos realizados para a promoção desse segmento, gera R$ 3,4 milhões para a cidade. Esses dados, entre outros destacados em diferentes estudos acadêmicos e governamentais[2], ressaltam os marcantes impactos positivos em diversos setores produtivos da economia paulistana.

Além da importante participação no fluxo de divisas, os segmentos de negócios e de eventos são extremamente importantes para reduzir os efeitos negativos da sazonalidade turística que, na maioria dos casos, aponta o desequilíbrio no uso da capacidade produtiva dos equipamentos turísticos entre os períodos de alta e baixa temporada. Ainda assim, apesar do constante movimento de visitantes de negócios e de eventos ao longo da semana e do aumento do tempo de permanência desse turista nos últimos anos[3], a baixa ocupação hoteleira nos finais de semana preocupa os gestores do turismo em São Paulo.

Pelo exposto, é possível constatar que o turismo na cidade de São Paulo está visivelmente associado ao turismo de negócios e de eventos. A nosso ver, esse fato revela a primeira característica do turismo local, a saber: sua dependência das viagens motivadas para a realização de negócios e de eventos, ficando regenegado ao esquecimento outros segmentos do turismo favoráveis à realização de encontros com a cidade e seus distintos matizes.

Essa condição manifesta uma questão preocupante, pois o que se afirma ser um turismo urbano – pelo simples fato de promover o turismo no espaço urbano – está distante da diversidade e da simultaneidade do urbano paulistano. No entanto, a constatação de que a maior parte do turismo receptivo local é de negócios e de eventos não deve ser tratada como uma falha de planejamento ou de divulgação, mas sim como um indicativo da ausência (parcial) de relação entre o urbano e o turismo.

Essa conjuntura pode ser analisada com base em duas observações: a primeira delas remete à ideia de que o turismo de negócios e de eventos depende, como lembra Cruz (2006), dos espaços criados para sua realização, em outras palavras, o turismo existente em São Paulo é mais um meio produtor de espaços do que gerador de encontros. Por conseguinte, não podemos deixar de enfatizar que o turismo de negócios e de eventos revela pouco a cidade de São Paulo, pois esses mesmos segmentos dependem mais dos movimentos econômicos e comerciais realizados na cidade, bem como da instalação de espaços dotados de qualidades especiais para os negócios e para os eventos, em detrimento de outra característica que a cidade possa possuir.

Logo, o incentivo ao turismo de negócios e de eventos apoiado nos argumentos econômicos, na redução a sazonalidade e, como lembra Harvey (2007, p. 266), na criação de espaços qualificados para esse fim tornou-se "[…] um importante trunfo na competição espacial entre as localidades, cidades, regiões e nações […]" que proclamam o turismo para também estimular mudanças no espaço e atender aos anseios de novas demandas.

A segunda consideração, atrelada à primeira, parte da observação de que o turismo de negócios e eventos em São Paulo está espacialmente concentrado em algumas regiões da cidade, que, como citamos,

1 O Turismo de Negócios e Eventos compreende a totalidade das atividades turísticas relacionadas aos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social (MINISTÉRIO DO TURISMO, s/d).

2 Entre os diversos estudos que debatem o turismo urbano destaca-se a obra organizada por Guerrier, Robertson e Tyler (2001), que apresenta uma coletânea de análises sobre o planejamento do turismo urbano. Da mesma forma, a obra organizada por Castrogiovanni (2001) oferece diferentes perspectivas de análise sobre o tema. Quanto aos estudos governamentais é comum encontrar projetos e estudos que acentuam a importância do turismo de negócios e de eventos para o desenvolvimento econômico e social da cidade, a exemplo do Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 (Ministério do Turismo, 2007), que em dois dos programas propostos – Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos e Programa de Promoção Nacional do Turismo Brasileiro – postulam o turismo de negócios de eventos como segmentos essenciais para a expansão do turismo nos municípios brasileiros.

3 Segundo o estudo da SPTuris (2009), o turismo participante de eventos em São Paulo fica, em média, de 3,4 dias na cidade. Em 2008, a média era de 2,9 dias.

possuem os requisitos exigidos para sua promoção. O entorno das avenidas Faria Lima e Rebouças, a região da Avenida Luiz Carlos Berrini e o perímetro da Avenida Paulista, entre outros, concentram a maior parte das empresas e dos recursos e equipamentos, sobretudo hotéis utilizados por esse tipo de visitante. Como consequência, o turismo praticado em São Paulo se torna espacialmente demarcado, pois se realiza nas áreas moldadas para sua realização.

Teles (2006) destaca essa centralização ao demonstrar o desequilíbrio espacial da oferta hoteleira paulistana. Para ele, essa condição está em parte vinculada à constante apropriação de fragmentos da cidade, promovida pelo turismo de negócios e de eventos. Assim, aponta que a relação entre a expansão da hotelaria, a realização de eventos e a construção de redes de entretenimento acaba por criar espaços específicos para o consumo do turismo de negócios e de eventos, segregando outros espaços da cidade.

Os dados apresentados por Teles (2006) realçam que as regiões da Avenida Paulista e o eixo formado pelas avenidas Luiz Carlos Berrini e Faria Lima possuem, respectivamente, 70 e 44 empreendimentos hoteleiros instalados, em sua maioria hotéis de redes internacionais e de alto padrão. Em contrapartida, outras áreas de São Paulo, a exemplo do centro, que possui uma notável quantidade de atrativos histórico-culturais se comparado às regiões antes citadas, possui apenas 8 meios de hospedagem, em sua maioria, de pequeno porte e médio padrão.

Entretanto, ainda que pareça uma característica exclusiva do turismo de negócios e de eventos, essa situação pode ser igualmente reconhecida quando analisamos as outras atividades turísticas promovidas no município. Apesar do pouco número de visitantes motivados pelo lazer (visitas a atrativos culturais, históricos etc.) [4], a cidade de São Paulo possui uma ampla oferta de atrativos. Não obstante, condição semelhante ao turismo de negócios pode ser verificada quando examinamos as áreas visitadas pelos turistas em São Paulo[5].

Braga (2006) nos auxilia nesse estudo, a pesquisa empreendida pela autora aponta a concentração de atrativos e equipamentos turísticos nos domínios do centro expandido[6] de São Paulo. Condição essa igualmente advertida quando se verifica que a SPTuris não relaciona em seus materiais técnicos e de divulgação[7] nenhum atrativo turístico localizado além do espaço do centro expandido da capital paulista.

Nesse sentido, o turismo em São Paulo não está apenas circunscrito à motivação de seus visitantes, fato suficiente para o levantamento de uma série de questionamentos, mas também é espacialmente limitado, uma vez que o conjunto de atrativos e equipamentos turísticos está restrito ao centro expandido, como destaca Braga (2006, p. 09) ao avaliar os resultados de sua pesquisa:

> O levantamento mostrou que os atrativos turísticos da cidade de São Paulo se concentram nos distritos que compõem o centro expandido da cidade de São Paulo. Esta área é delimitada pelas Marginais dos rios Tietê e Pinheiros e pelas avenidas Bandeirantes, D. Affonso Taunay, Tancredo Neves, das Juntas Provisórias, Prof. Luis Inácio de Anhaia Melo e Salim Farat Maluf e o Complexo Viário Maria Maluf […] totalizando, aproximadamente, 144 km^2 o que representa apenas 9,54% da área total do município.

A concentração espacial é, portanto, um fator característico e preocupante do atual cenário do turismo paulistano. Devemos lembrar que essa característica está também associada à forma de promover o turismo em São Paulo, afinal, não se pode afirmar que não existam atrativos ou pontos de interesse à visitação turística nas áreas não localizadas no centro expandido. Braga (2006) novamente nos auxilia nessa questão, ao apontar a presença de diversos atrativos em áreas situadas às margens do centro expandido, a exemplo das diversas manifestações culturais existentes no extremo-leste do município ou dos atrativos culturais e naturais presentes na região norte de São Paulo.

Além dessa ponderação, devemos notar que a concentração espacial do turismo paulistano extrapola a dependência do turismo de negócios. Para romper esse cenário é necessário combater a falta de divulgação e incentivar à visitação de atrativos fora dos limites do centro expandido. Tal fato está associado à incipiente oferta de atividades voltadas para a promoção do encontro entre o visitante e o local de visitação. No caso específico de São Paulo são poucas agências de viagem receptivas que oferecem atividades em locais que não se insiram no centro expandido.

4 Vale destacar que os dados apresentados pela SPTuris (2009) consideram o segmento de lazer como todas atividades de visitação a atrativos históricos, culturais, ambientais, entre outros. Não correspondem a esse segmento os turistas motivados por questões de saúde, de estudos, de compras e de visita a parentes.

5 Segundo os dados coletados nas Centrais de Informação Turística (CITs) e apresentados pela SPTuris (2009), o Museu de Arte de São Paulo, o Parque do Ibirapuera, o Centro Histórico-Antigo, o Mercado Municipal e a Catedral da Sé são os principais pontos de visitação dos turistas de lazer.

6 Área que compreende os distritos da Região Central, oito da região Oeste (Barra Funda, Pinheiros, Alto de Pinheiros, Lapa, Perdizes, Jardim Paulista, Itaim Bibi e Vila Leopoldina), quatro da zona Leste (Belém, Brás, Pari, e Mooca) e quatro da região Sul (Moema, Vila Mariana, Saúde e Ipiranga).

7 Aqui nos referimos aos materiais oferecidos pela SPTuris. Ver: http://www.cidadedesaopaulo.com/sp/.

Esse dado se torna mais relevante se considerarmos que, em 2005, apenas 56 agências de viagens possuíam roteiros de visitação em São Paulo (BRAGA, 2005), fato que manifesta-se mais preocupante quando apuramos que, atualmente, existem somente 44 agências receptivas cadastradas na SPTuris (2009), e a maioria concentra sua oferta de roteiros na região central de São Paulo.

A partir desse quadro, podemos retomar a pergunta: o que está além do centro expandido? A resposta para essa questão deve conjugar-se a outros argumentos, pois as características do turismo em São Paulo até então apresentadas – a dependência do turismo de negócios e de eventos, a concentração espacial de sua realização e a ausência de atividades de visitação em áreas fora do centro expandido – são insuficientes para compreendermos o atual cenário.

Com efeito, devemos avaliar que a dependência do turismo de negócios e de eventos configura-se mais como uma consequência da destacada posição de São Paulo no cenário econômico nacional do que uma causa gerada pelas ações dos promotores do turismo. É preciso mencionar que a capacidade de atrair negócios é também uma característica de São Paulo, de modo que qualquer crítica à sua prevalência em detrimento do turismo de lazer deve se pautar por essa consideração.

Portanto, a crítica não reside na maior ocorrência do turismo de negócios ou de eventos, mas, no fato de limitar-nos à sua ocorrência. Ou seja, se o turismo de negócios e de eventos são segmentos marcantes da atividade turística de São Paulo, não se pode simplesmente destituí-los, visto que formam parte das características que constituem o município: sua indústria, seu comércio, seus centros de estudo e pesquisa etc. Elementos ilustrativos da história e dos "avanços" de São Paulo.

Essa condição também gera uma ampla gama de acontecimentos históricos, de ações e manifestações culturais e de conflitos, contradições e antagonismos que não podem ser desconsiderados. Os negócios, as trocas comerciais, os acordos engravatados extraídos das pastas executivas são, não obstante suas intenções, produzidos por uma série de acontecimentos e produtores dessa mesma lógica.

Sendo assim, a crítica às atuais características do turismo paulistano não se sustenta na negação da centralidade promovida pelo interesse da demanda e no espaço do turismo, tampouco pelo debate contra a limitação do que seria "turístico". Mas sim pela percepção do que se manifesta no urbano.

A questão fundamental se edifica na relação entre o turismo e o urbano, ou ainda, na identificação do que seria o urbano. Portanto, se nos desviarmos desse foco, não perceberemos que a prevalência do turismo de negócios e de eventos, sua concentração espacial e a centralização do turismo de lazer em áreas supostamente dotadas de "atrativos" não são erros de planejamento, mas reflexos da forma como mantemos o turismo atrelado a uma lógica produtiva. Tal lógica converte o urbano em um produto que deve ser fragmentado e vendido conforme sua capacidade de atrair investimentos.

3 As contradições presentes na condução e na realização do turismo em São Paulo

A partir dessas considerações, é possível verificar algumas das características do turismo em São Paulo e enxergar alguns argumentos que ilustram a questão central para a análise do turismo local, qual seja: a relação entre o turismo e o urbano e sua compreensão.

Para tanto, vale a pena mencionar que entendemos o turismo como uma prática social de encontro/desencontro, uma ação sustentada na dialética que correlaciona o encontro do visitante com o lugar do outro – *lócus* das manifestações do viver e do agir – e o desencontro com seu próprio lugar, incluídos nesse o conjunto de ações que perfazem seu cotidiano. Sendo assim, compreendemos que a realização do turismo não se define pelo tempo de permanência, tampouco pelo local de realização ou pelo interesse que o motiva, mas sim pela ação que o sustenta.

Visto dessa forma, o turismo é uma realização livre que só ocorrerá quando promova o contato entre aquele que visita e aquele que é visitado, consequentemente, carece de um lugar. No caso do turismo urbano, esse encontro/desencontro concretiza-se no urbano, ou se preferirmos, na cidade que o revela (CARLOS, 2008, LEFEBVRE, 2008). Embora pareça simplista, é justamente essa percepção que nos permitirá afirmar que o turismo hoje existente em São Paulo apresenta uma série de contradições, que como se verá, nos permitirá averiguar que o turismo em São Paulo, em muitos casos, é incapaz de revelar o urbano que o sustenta.

Podemos justificar essa asserção a partir do entendimento do urbano. Apoiados na teoria lefebvriana[8], verificaremos que o urbano é o conjunto das realizações, produções e (re) produções presentes nas formas de viver e agir. Nesse sentido, o urbano é um fenômeno de simultaneidade, de encontro, de "[…] cumulação de conteúdos, seres da natureza, de resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas as maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano (LEFEBVRE, 2004, p. 112).

Portanto, deve-se alertar para o fato de que a promoção do turismo em São Paulo, seja ele voltado ao turismo de negócios e de eventos, seja ele voltado à visitação cultural ou histórica, não oferece, necessariamente, o turismo urbano. Para melhor compreendermos essa

8 Apresentada nas obras: "O direito à cidade" (2001), "A revolução urbana" (2004) e "Espaço e Política" (2008).

condição, retomaremos as características do turismo em São Paulo e teceremos algumas observações.

Primeiramente, é preciso dizer que o turismo de negócios e de eventos não se envolve com o espaço e tampouco proporciona sua apropriação. Sua execução depende da forma como o espaço é elaborado para uma função, ou seja, consome o urbano como um produto a ser adaptado para a realização do turismo. Exemplo disso são os empreendimentos hoteleiros e os centros de convenções que (re) qualificam ou simplesmente qualificam áreas de São Paulo a favor de seus interesses, como bem destaca Carlos (2006, p. 81) ao mencionar a dinâmica "[…] da construção de novas formas territoriais ligadas ao processo de transformação produtiva […], via de regra, fundada na transição da economia industrial para a terciária".

Uma dinâmica enfatiza a constante ideia de que o terciário representa o moderno, associando-o às novas construções, usos, tecnologias etc., ao lado dessas novas construções:

> […] os hotéis de capital estrangeiro, *shopping-centers*, centro de convenções, bares, restaurantes e casas de show produzem o cenário da atualidade em nítida contradição com os espaços residenciais e industriais apontando os lugares de integração ao sistema hegemônico internacional e reforçando o papel da metrópole como nó de uma rede numa hierarquia espacial altamente excludente, com a desconcentração do processo produtivo e o aprofundamento da centralização do capital no centro da metrópole" (CARLOS, 2006, p. 81).

Evidentemente, a exposição dessa dinâmica não é inovadora, muitas são as obras da literatura do turismo que a destacam. Entretanto, ao explicitá-la, a autora nos faz compreender que, em muitos casos, o turismo está interligado a uma dinâmica maior, o que, nem sempre é alertado nas obras que versam sobre o tema. Com efeito, é importante estar atento a essa condição, pois se vista como um "problema" do turismo, os conflitos que dela procedem se tornarão simples efeitos de um planejamento equivocado. Ao fim, a dinâmica de valorização das áreas urbanas continuará a ser vista como uma estratégia adequada, se muito, nossa crítica apontará para a correção do traçado, sem que se mude o destino.

Essa condição não só converte o espaço em um meio de troca, como também o transforma em um produto destinado ao mesmo fim. Desse modo, o turismo de negócios e de eventos se restringe às ações que pouco se relacionam ao urbano, ainda que esse mesmo urbano seja o meio produtor dos negócios que o impulsionam.

Devemos esclarecer, como propõe Lefebvre (2001), que o urbano é uma produção social, logo, nele se manifesta uma série de realizações, entre as quais está a (re) produção do consumo, da troca e dos paradigmas que orientam nossa sociedade (SANTOS, 1994). Muitas dessas realizações sustentam o próprio turismo de negócios e de eventos – a indústria, a especulação imobiliária, a expansão de atividades de serviços etc. Visto dessa forma, podemos considerar que, no caso do turismo de negócios e de eventos, o urbano é mais que um espaço para a realização do turismo, pois também influencia sua expansão.

Nesse contexto, o turismo de negócios e de eventos se relaciona a uma condição contraditória e preocupante, pois ainda que dependa do urbano não promove o encontro/desencontro no urbano, somente o utiliza como um local necessário para sua realização. No limite, podemos dizer que o converte em um produto de suas realizações e/ou em um produto para suas realizações, via de regra, concordantes com a lógica produtiva que também o sustenta.

Em segundo lugar, é preciso reforçar que a delimitação do turismo a certas áreas da cidade configura-se como forma de subordinação/negação do urbano. Como destacamos anteriormente, o turismo de negócios e de eventos em São Paulo está, a *priori*, centrado nos eixos da Avenida Faria Lima – Avenida Rebouças e nas regiões da Avenida Luiz Carlos Berrini e da Avenida Paulista, áreas que recebem a maior parte das corporações e da infraestrutura necessária para sua realização. Tal constatação reforça a primeira contradição, pois a estruturação e a delimitação de alguns espaços a favor do turismo de negócios e de eventos contribuem para a conversão do urbano em um espaço de (re) produção e de troca, um espaço fragmentado e sem relação aparente com a totalidade formadora do urbano paulistano.

Isso posto, podemos analisar a terceira característica do turismo em São Paulo, associada ao turismo de lazer. A percepção de que o turismo de lazer concentra-se nos domínios do centro expandido nos alerta para algumas das formas de planejamento e promoção do turismo na capital paulistana, que, a nosso ver, refletem uma visão pouco analítica do urbano. Uma visão que interpreta o urbano como um espaço destituído de uma série de ações interdependentes que ao longo da história interferem em sua forma e em sua existência.

Essa afirmação nos conduz à indicação de Lefebvre (2004) de que o urbano se traduz em movimentos ambíguos e dialéticos, e não em uma forma ou conteúdo específico, de modo que não há nenhum espaço, bairro ou área que possa contemplar a realidade do urbano. É um fenômeno de simultaneidade que não pode ser percebido quando nos limitamos a compreendê-lo a partir

de fragmentos ou de paisagens incapazes de apresentar a "alma do lugar" (YAZIGI, 2001). Dessa forma, o urbano é mais que um conjunto de atrativos ou um acúmulo de obras desconexas. Portanto, não é o bairro, o centro ou a área de notável valor histórico, mas sim a simultaneidade de todos esses espaços e realizações neles presentes.

Ao verificarmos que a delimitação do turismo a certas áreas é uma tentativa de direcionar o consumo da demanda a partir de interesses supostamente inventariados no espaço, o urbano novamente se converte em um objeto ou em um lugar de troca, não de uso e de encontro (LEFEBVRE, 2008; SENNETT, 2008). Esse "urbano" é um produto e, como tal, desprovido de movimentos e contradições.

Por conseguinte, podemos destacar que o turismo de lazer em São Paulo é moldado pela ideia de que a cidade é capaz de atrair o máximo de interesses possíveis. Embora essa percepção favoreça o reconhecimento da diversidade cultural, histórica e social do município, não podemos deixar de advertir que se valoriza tal diversidade a partir de observações técnicas e funcionais[9], que condicionam a interpretação do urbano à forma e à função espacial, ou seja, ao concreto e ao imediato distanciando-se da percepção do abstrato, resume-se a uma análise quantitativa, um trabalho de contagem e catalogação de logradouros, edifícios, festas etc., nesse caso, próximos às áreas "qualificadas" da cidade, já que nelas estão instalados os equipamentos e os recursos turísticos necessários.

É evidente que o inventário se faz necessário, mas, acreditamos que ele encontra-se condicionado e condicionante à lógica produtiva, pois exclui de suas buscas a simultaneidade do urbano: as formas de apropriação, produção e (re) produção do espaço e da vida. Condição que, de certa forma, exclui de suas análises o próprio urbano, limitando-se a sua representação espacial.

Essa situação redunda em um ponto ainda mais preocupante: a inventariação corresponde à tentativa de ordenar o espaço, de defini-lo a partir de temas de interesse com o objetivo de torná-lo tangível, tal qual um produto. Portanto, a concentração do turismo nas áreas que apresentam um maior número de atrativos históricos e culturais (museus, construções públicas e privadas de valor arquitetônico, monumentos, entre outros) gera, pelo menos, dois efeitos incômodos.

Primeiro, a segregação dos espaços que não possuem, por seu contexto social e econômico, a infraestrutura necessária (exigida por um padrão de qualidade imposto pelo mercado turístico) ou um número destacável de atrativos, mas que são fundamentais para representação dos movimentos e para a simultaneidade do urbano e, portanto, válidos para a realização de uma prática que pressuponha o contato do visitante com o lugar visitado.

Segundo: apesar da complexa rede de bairros, centros comerciais, culturais e pontos de relevância histórica da cidade de São Paulo, o turismo promovido não extrapola os limites do centro expandido. Assim, o urbano existente além das linhas territoriais do centro paulistano e todo o conjunto de cenas, histórias, conflitos e antagonismos acumulados nos bairros periféricos, nas estações de transporte e nas ruas de encontros cotidianos, se torna inexistente. São lugares e manifestações que não figuram nos *folders* e nos mapas temáticos da capital paulista.

Nesse sentido, além da já discutida centralização do turismo, nos parece que o turismo paulistano está limitado à análise concreto-objetiva da cidade, uma situação que se une à limitação espacial. A ausência de levantamentos que considerem a dimensão subjetivo-intersubjetiva do urbano, suas dinâmicas sociais, culturais e históricas que nele se constroem/destroem é preocupante, pois impede a percepção dos valores que se imbricam no urbano, deixando de considerar que o:

> […] entendimento dos lugares, em sua situação atual […] depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências. […] cada ação se dá segundo o seu tempo; as diversas ações se dão conjuntamente. Objetivos particulares, que são individuais, funcionalmente perceptíveis, fundem-se num objetivo comum, mas dificilmente discernível. A vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum. (SANTOS, 2009, p. 159)

Dessa forma, a prática social do turismo – o encontro/desencontro com o outro, com seu espaço e com suas formas de viver – se reduz à visitação de áreas específicas ou de elementos físicos, pretensamente apontados como totalizadores da história, da cultura ou da vida em uma cidade. Nesse processo, a extensão da vida urbana que revela a forma simultânea, contraditória e real de São Paulo é excluída e o turismo supostamente urbano converte-se em uma prática que restringe a compreensão do urbano.

9 Exemplo disso é o levantamento dos itens da oferta turística que, via de regra, pouco promove a análise além da mensuração do número de elementos físicos existentes em um determinado local. A nosso ver, a teoria do planejamento sistêmico ilustra bem essa condição, sobretudo, quando descreve o subsistema da oferta a partir de três elementos: os recursos turísticos, os serviços e os equipamentos, conforme propõe Beni (2002). Essa mesma visão pode ser observada em diferentes documentos técnicos elaborados pelo Ministério do Turismo, a exemplo, dos documentos que compõem o projeto de Inventariação da Oferta Turística (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006).

4 Considerações finais: as contradições como um ponto de partida

Tendo em vista a análise apresentada e a exposição das contradições correlatas ao turismo de São Paulo, nos parece importante aprofundar a discussão sobre a relação entre o urbano e turismo, pois, como discutido, a prevalência do turismo de negócios e de eventos e sua centralização em determinadas áreas, bem como a fragilidade, a redução espacial e a limitação a dimensão concreto-objetiva relacionada ao turismo de lazer em São Paulo reforçam a ideia de que o turismo paulistano, a despeito dos fluxos e da amplitude econômica alcançada, não favorece o encontro/desencontro com a metrópole.

Nesse sentido, o turismo urbano em São Paulo é, em princípio, algo ainda em construção, pois sua conformação nos parece mais próxima ao que se pode denominar de turismo na cidade. Um turismo fragmentado e segmentado, produtor de uma série de efeitos nocivos à própria cidade. Por essa razão, construímos nossa análise a partir das características marcantes do turismo em São Paulo, pois, por meio delas enxergamos as contradições que se estruturam em um processo de consumo/negação e de centralização/negação do urbano.

Tais contradições nos permitem examinar como o turismo de negócios e de eventos se conforma e se envolve no urbano, sem que sua atividade o revele, seja pela natureza de sua prática, seja pelo uso fragmentado e funcional do espaço urbano. Da mesma forma, o turismo de lazer – pouco presente nas estatísticas do turismo – não escapa às contradições citadas, fato que mais uma vez reforça a dialética do consumo/negação e da centralização/negação do urbano.

Cabe ressaltar que esse processo decorre da visão dos planejadores pouco atentos à dimensão subjetiva do urbano, um ponto do olhar que poderia revelar-lhes que qualquer espaço de São Paulo é "turístico". Portanto, um contraponto ao olhar produtivo e funcional que não escapa do centro expandido, mas que precisaria, primeiramente, escapar do pragmatismo que os encerra na compreensão do turismo como uma atividade que somente pode realizar-se com instalação de equipamentos e recursos que brindam suporte ao turista, ou melhor, ao consumidor.

Nesse caso, o urbano de São Paulo – *lócus* do turismo e de suas possibilidades de encontro/desencontro – está suplantado pela produção turística e pela criação de ofertas diferenciais para atrair demandas. Assim, o turismo, muitas vezes apoiado pelas ações governamentais e pelo mercado turístico, impede que novas formas de conhecer o urbano se manifestem.

Nessa perspectiva, o turismo em São Paulo estará preso à tentativa de manter o turista de negócios e de eventos, oferecendo-lhe outras atividades, como o turismo de lazer, para incrementar a taxa de ocupação dos hotéis nos finais de semana e estimular o consumo no comércio em geral.

Em última análise, tendo as contradições como um ponto de partida e sem o desejo de indicar soluções, resta-nos considerar a fragilidade da relação entre o urbano e o turismo em São Paulo – necessária ao encontro e à percepção das dimensões do urbano e de nossa sociedade.

Referências

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 7ª ed. São Paulo: SENAC, 2002.

BRAGA, D.C. *À margem das feiras de negócios*: o uso do tempo livre do turista em São Paulo. 2005. 161 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), São Paulo, 2005.

BRAGA, D.C. O turismo no espaço urbano da cidade de São Paulo: as fronteiras do centro expandido. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul,4. 2006. Caxias do Sul. *Anais do Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, 4*. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2006. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/seminario_4/gt09. Acesso em out. 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTur). *Inventariação de oferta turística*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. 38 p. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/inventariacao_da_oferta_turistica.pdf. Acesso em ago. 2010.

_____. *Marcos conceituais* – Programa de regionalização do turismo. Brasília: Ministério do Turismo, s/d. 56 p. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf. Acesso: Agosto, 2010.

_____. *Plano nacional de turismo* – PNT 2007/2010. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. 88 p. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010x.pdf. Acesso em Ago. 2010.

CARLOS, A.F. A. *A (re) produção do espaço urbano*. 8º ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CARLOS, A.F. A. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo**.** In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M.L. (org). *América Latina*: cidade, campo e turismo.. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), p. 75-88, 2006.

CARLOS, A. F. Ai. *Espaço-tempo na metrópole*: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 45, p. 152-166, jul. 1996.

CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). *Turismo urbano*. São Paulo: Contexto, 2001.

CRUZ, R. de C. A. da. Os paradoxos do turismo na cidade de São Paulo. In: CARLOS, A.F. A.; OLIVEIRA A.U. de (org). *Geografia das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 201-213.

GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M.; TYLER, D. (Org.). *Gestão de turismo municipal*. Teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos. São Paulo: Futura, 2001.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, M. *A natureza do espaço* – técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. *Técnica, espaço, tempo* – globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SÃO PAULO TURISMO (SPTuris)**.** *Observatório do turismo da Cidade de São Paulo*. Boletim Semestral/2009 Primeiro Semestre. Ano 1, n. 1. 2009. Disponível em: http://www.spturis.com/download/arquivos/indicadores_1semestre_2009.pdf. Acesso em ago. 2010.

SENNETT, R. *Carne e pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

TELES, R. M.S. *Turismo urbano na cidade de São Paulo*: o deslocamento do CBD e seus reflexos na hotelaria. 2006. 160 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), São Paulo, 2006.

YAZIGI, E. *A alma do lugar.* Turismo, planejamento e cotidiano. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ELDERLY, HEALTH AND TOURISM: CASE IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS CITY

Laura Almeida Peloso
Bacharel em Turismo e Mestre em Planejamento Urbano e Regional
Professora de Turismo e Tecnólogo em Hotelaria - Uninove
laurapeloso@uninove.br

Sandra Maria Fonseca da Costa
Geógrafa, Mestre em Sensoriamento Remoto, Doutora em Engenharia de Transportes e Pós Doutora em Planejamento Urbano e Regional
Diretora do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento - Univap
sandra@univap. br

Bárbara Gambaré dos Santos
Bacharel em Turismo e Especialista em Turismo
Professora de Turismo e Tecnólogo em Hotelaria - Uninove

Resumo

A saúde pública é um direito fundamental de toda a população, assegurada pela Constituição Federal Brasileira, pelas leis estaduais e municipais, por meio, também, das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando que o crescimento do número de idosos é irreversível, o Estado deve ficar atento e adaptar suas ações para atender, de forma adequada a população idosa. Ao analisar as condições de saúde e atendimentos médicos no município de São José dos Campos, identificou-se que existem fatores que podem influenciar os atendimentos das UBSs, nos casos geriátricos. Como principal iniciativa temos o programa Viaja Mais Melhor Idade, do Ministério do Turismo, que cria oportunidades e estimula os idosos a viajar mais pelo país com custos reduzidos.

Palavras-chave: Idoso. Saúde. Saúde Pública. Turismo.

Abstract

Public health is a fundamental right of all people, guaranteed by the Federal Constitution, state and local laws through, too, the guidelines of the Unified Health System (SUS). Whereas growth in the number of elderly is irreversible, the state must be aware and adapt their actions to meet adequately the elderly population. When considering the conditions of health and medical care in São José dos Campos, identified that there are factors that can influence the care of UBS in geriatric cases. As a major initiative we have the program travels More Golden Age of the Ministry of Tourism, which creates opportunities and encourages the elderly to travel over the country with lower costs.

Key words: Elderly. Health. Public Health. Tourism.

1 Introdução

Considerando que o aumento do número de idosos é irreversível em todos os países, o Estado deve ficar atento e adaptar suas ações para atender, de forma adequada, essa população idosa. O envelhecimento pode ser entendido por meio dos seguintes aspectos: cronológico, social, psicológico, e biológico; este último trata das mudanças fisiológicas, de aparência, entre outras, do corpo humano, decorrente do próprio envelhecimento dos sistemas do corpo, ou de patologias diversas. Nesse contexto, se insere a questão da saúde pública.

A saúde pública é um direito fundamental de toda a população, assegurada pela Constituição Federal Brasileira (1988), pelas leis estaduais e municipais, por meio, também, das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) que garantem o atendimento a toda a população e o acesso igualitário. A transferência de recursos do SUS para o município de São José dos Campos (SP), em 2003, foi de 21,59% das despesas totais por habitante, o restante, 78,41% foi de recursos do próprio município. Para o idoso, a saúde é uma prerrogativa e uma preocupação do poder público, pois onera os gastos públicos e afeta a qualidade de vida dessa população.

De 1970 a 2000, a população brasileira envelheceu significativamente. De acordo com Moreira (2002), o índice do envelhecimento do Brasil, ao longo desse período, passou de 11,52 para 27. Os autores classificam o índice com um valor menor do que 15 como uma população jovem, índice entre 15 e 30 como população intermediária e maior do que 30 como população idosa ou envelhecida.

Considerando esse envelhecimento e a inclusão social dos idosos, foi aprovado em 2003, o Estatuto do Idoso[1]. Esse Estatuto assegura direitos àqueles com idade de 60 e mais anos, garantindo a preservação da saúde física e mental do idoso. Ainda discorre que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público o cumprimento do direito com prioridade à saúde, à vida, ao esporte e lazer, ao trabalho, à cidadania, à alimentação, à educação, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

2 Justificativa

No município de São José dos Campos, foco de análise desse artigo, identificou-se que o número de idosos tem aumentado. Peloso (2005) analisou o processo de envelhecimento da população nesse município e concluiu que apesar de não ser considerado, em 2000, como um município envelhecido, de acordo com o índice do envelhecimento, passa por esse processo na medida em que o índice do envelhecimento, em 1970, era de 10, em 1980, de 10,9, em 1991, de 14,7 e em 2000, de 22,3.

Em 2000, de acordo com o IBGE, o município de São José dos Campos possuía 34.681 idosos num universo de 539.313 munícipes, sendo que o idoso do sexo feminino compreendia 19.382 pessoas e do sexo masculino 15.299, em contrapartida eram 159.319 jovens com 15 ou menos anos. "As estimativas do IBGE, para 2005, são de 39.489 idosos num universo de 600.048 munícipes, sendo 21.947 do sexo feminino e 17.542 do masculino" (PELOSO, 2005, p. 58).

As políticas, nacionais e locais, voltadas para o desenvolvimento econômico contribuíram, e ainda contribuem, para o desenvolvimento econômico do município, considerado um pólo tecnológico e industrial. Contudo, conforme afirma o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do referido município, editado em 1995, e constatado no dia a dia, "[…] as crescentes desigualdades na distribuição de infra-estrutura acabam por comprometer uma qualidade de vida comunitária e urbana compatível com o seu desenvolvimento econômico […]", o que se reflete na vida de seus idosos.

Essa pesquisa é de suma importância para o entendimento do idoso no que se refere á sua saúde, que é um dos fatores de envelhecimento populacional, e ao turismo como uma das formas de contribuir para a prevenção e melhora da saúde desses idosos. Esses aspectos refletem na vida da população em geral e também se mostram como uma preocupação do poder público. Além disso servem de base para futuras discussões e trabalhos na área de estudo que contribuem para o entendimento, análise e crítica do contexto.

3 Objetivo

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é caracterizar e analisar a saúde pública, a saúde da população idosa e a importância da atividade turística como forma de benefícios para a saúde dos idosos no município de São José dos Campos.

4 Metodologia

O desenvolvimento da pesquisa seguiu a metodologia de coleta de dados bibliográficos sobre a saúde pública, saúde do idoso e turismo na área de estudo, município de São José dos Campos (SP), tendo como base informações pesquisadas em documentos da prefeitura do município, órgãos do governo e fontes bibliográficas correspondentes. Além de dados demográficos e de saúde que foram coletados no último Censo divulgado.

Para compreensão do envelhecimento foi utilizado também o índice do envelhecimento que demonstra a intensidade desse processo, calculado pela divisão entre a população idosa (de 60 e mais anos) e a população jovem (de 0 a 15 anos), multiplicados por cem. Shryock e Siegel (1976) consideram o índice do envelhecimento a

1 Estatuto do Idoso: Lei n.°10.741 de 1 de outubro de 2003.

melhor forma de medida desse processo, pois é sensível a quaisquer mudanças nas duas faixas etárias. Os autores classificam o índice com um valor menor do que 15 como uma população jovem, índice entre 15 e 30 como população intermediária, e índice maior do que 30 como população idosa, ou envelhecida.

5 Resultados

5.1 Caracterização da saúde pública no município de São José dos Campos – SP

As Unidades Básicas de Saúde (UBSs) constituem a atenção básica do município, sendo responsáveis pelo primeiro atendimento ao cidadão. De acordo com a Secretaria de Saúde de São José dos Campos, cabem à rede de atenção básica as "[…] ações ligadas à manutenção da qualidade de vida das pessoas pela promoção de hábitos e atitudes saudáveis, pela prevenção de doenças e agravos e pela assistência a doenças mais comuns na comunidade […]", como por exemplo, as doenças do aparelho circulatório que afeta a população idosa joseense, causa mais frequente de óbito e de internações hospitalares pelo SUS.

Conforme Cortez (2004), São José dos Campos possui 40 Unidades Básicas de Saúde. Cada UBS possui uma área de abrangência delimitada de acordo com a origem da demanda dos serviços de saúde pública, e também em razão da acessibilidade disponível. Considerando-se, assim, a oferta dos serviços de saúde e a demanda, compete às Unidades Básicas de Saúde os atendimentos ambulatoriais médicos-odontológicos, o que inclui as especialidades de clínico geral, pediatria e ginecologia, além de ações programáticas destinadas a determinado público.

O município possuía, em 2004, a especialidade de geriatria em cinco UBSs. Esse atendimento médico foi incluído como especialidade médica, disponível ao público, somente em junho de 2004. Antes da especialidade de geriatria ser incluída na rede pública de saúde, era realizado pelos médicos de clínica geral e de outras especialidades, dependendo da patologia do paciente.

O número de consultas da especialidade de geriatria realizadas nas UBSs entre 2000 e 2004, de acordo com o Sistema de Informações Ambulatoriais do município, variou 284,76%, ou seja, em 2000 eram realizadas 676 consultas geriátricas (por clínicos gerais), e, em 2004, foram 2.601, ou 1.925 consultas a mais do que em 2000. Vale ressaltar que antes de junho de 2004, as consultas geriátricas eram realizadas somente por clínicos gerais. A inclusão da geriatria no atendimento médico das UBSs em 2004 pode explicar o aumento do número de consultas dessa especialidade.

Entre 2000 e 2001, o número de consultas geriátricas realizadas sofreu uma queda de 5,92%. Já em 2002, comparando-se com os dados de 2001, houve um aumento de 38,21%. O período seguinte, de 2002 a 2003, também foi marcado pelo crescimento do número de consultas, de 33,11%; em 2004 foram registradas 122,31% consultas a mais do que em 2003. A partir de 2004, a especialidade de geriatria foi inserida em cinco UBSs, atendendo à população que reside na sua área de abrangência.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma Unidade Básica de Saúde deve atender até 20 mil habitantes para que seja garantido um atendimento adequado. São José dos Campos, de acordo com esses padrões, deveria possuir 30 UBSs, e possui 40 UBSs, número considerado adequado, ou seja, são atendidos, em média, 15 mil habitantes por UBS. "No entanto, seu dimensionamento físico não se relaciona ao território de abrangência. Há unidades com extensa área de cobertura (mais de 30 mil pessoas) e outras cobrindo regiões pequenas (por vezes 3 mil pessoas)" (CORTEZ, op. cit).

No caso das UBSs que possuem atendimento geriátrico, em 2000, a UBS Santana tinha em sua área de abrangência 21.473 pessoas, ou seja, atendia 7,36% de pessoas a mais do que o preconizado pela OMS. A UBS Vila Nair abrangia 16.668 pessoas, o que corresponde a um atendimento com déficit de 16,66%. A UBS Bosque dos Eucaliptos tinha em sua área de abrangência 35.196 pessoas, ou seja, ela atendia 75,98% de pessoas a mais do que o recomendado pela OMS. A UBS Jd. Oriente, uma população de 10.719 pessoas, um valor inferior ao recomendado pela OMS, sendo de 46,41%. A UBS Vista Verde tinha em sua área de abrangência 16.551 pessoas, o que corresponde a um atendimento negativo de 17,25%.

Torna-se, assim, evidente a deficiência do poder público quanto à distribuição dos equipamentos e serviços de saúde a fim de atender toda a população. Mesmo identificado como deficiente seu atendimento público de saúde, o município está investindo, mesmo que timidamente, em um melhor atendimento para seus idosos.

5.2 A saúde dos idosos no município de São José dos Campos – SP

A saúde da população idosa de São José dos Campos pode ser analisada de acordo com as causas de óbito e com as internações hospitalares, conforme o Sistema de Informações Hospitalares – SIH/SUS (2005), e seguindo a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde, CID-10.

Em 2003 e 2004, entre as internações hospitalares pelo Sistema Único de Saúde, de acordo com o SIH do SUS, para a população idosa de São José dos Campos estavam em primeiro lugar às doenças do aparelho circulatório, em segundo, as doenças do aparelho respiratório e, em terceiro, as doenças do aparelho digestivo. Para os idosos do sexo masculino, essa classificação de doenças se repete, contudo para o sexo feminino, em

terceiro lugar, encontraram-se as doenças do aparelho geniturinário.

As principais causas de óbito entre os idosos de ambos os sexos, em 2003, conforme Datasus(2005), eram, em primeiro lugar, as doenças do aparelho circulatório, em segundo , as neoplasias e, em terceiro, as doenças do aparelho respiratório.

Vale ressaltar, segundo o Datasus, que dos 1.233 óbitos registrados em São José dos Campos, 723 eram referentes às pessoas com 60 ou mais anos, ou seja, 58,64% dos óbitos totais ocorrem entre a população idosa. Entre os idosos, a faixa etária dos 70 aos 79 anos foi a que registrou o maior número de mortes - 272 óbitos -, para a faixa etária dos 80 ou mais anos foram 239 óbitos, e entre os 60 e 69 anos registrou-se 212 óbitos.

Visualiza-se uma relação entre as principais causas de óbito e as internações hospitalares, ambas, em primeiro lugar, apontam as doenças do aparelho circulatório. Pode-se ressaltar que, para as causas de óbito, as doenças do aparelho circulatório possuem uma diferença de 11,2% para a segunda causa de morte, as neoplasias, há, também, uma diferença entre a primeira posição, as doenças do aparelho circulatório, nas internações hospitalares, de 12,6% comparando-se à segunda causa de internação, as doenças do aparelho respiratório. Logo, as doenças do aparelho circulatório significam um real diagnóstico dos problemas de saúde da população idosa de São José dos Campos.

Em relação ao procedimento de atendimento ao idoso pelo Sistema Municipal de Saúde, sabe-se que a população estimada em 2005, pelo IBGE, para São José dos Campos, é de 600.048 habitantes, sendo 39.489 idosos. Portanto, a relação médico-habitante é de, aproximadamente, 600 médicos para toda a população de São José dos Campos, número este inferior à realidade de 2.261 médicos, ou seja, o município encontra-se adequado ao parâmetro do Ministério da Saúde.

Considerando a população de 2000, de 34.681 idosos, o atendimento geriátrico nas UBSs, que contavam em 2004, com cinco médicos geriatras, não é considerado adequado segundo os parâmetros do Ministério da Saúde, que preconiza para esse número de idosos um total de sete geriatras. Analisando, ainda em 2000, a população idosa de cada região de abrangência das UBSs com atendimento geriátrico, percebe-se que a região de abrangência centro-norte, nas UBSs Santana e Vila Nair, não se enquadra nos parâmetros do Ministério da Saúde, pois deveria ter três geriatras para atender a toda a população idosa; a região de abrangência leste também possui atendimento aos idosos considerado insuficiente para atender a população, pois há um médico e a UBS necessita de dois médicos geriatras; já a região de abrangência sul se enquadra nos parâmetros do Ministério da Saúde, pois têm dois geriatras para a população idosa, nas UBSs Bosque dos Eucaliptos e Jd. Oriente.

Em contrapartida, em 2005, é sabido que o município possuía uma população de 39.489 idosos e que cada um dos geriatras atende 7.898 idosos, o que significa que para atender toda a população idosa o município necessitaria de oito médicos geriatras, número superior ao do município que é de cinco geriatras.

O aumento do número de geriatras é fundamental para que não ocorra uma sobrecarga em uma ou mais UBS do município. Um atendimento especializado proporciona mais agilidade e seu diagnóstico fica mais fácil de ser identificado. Tendo um diagnóstico correto, o idoso, terá sua recuperação mais rápida, retornando para sua rotina, consequentemente, diminuindo os gastos públicos.

5.3 O turismo como fonte de saúde para idosos

Ao analisar todos os dados acima referentes às condições de saúde e atendimentos médicos no município de São José dos Campos, identificou-se que existem fatores que podem influenciar na diminuição dos atendimentos das Unidades Básicas de Saúde nos casos geriátricos como, por exemplo, atividades de lazer[2].

A divulgação de atividades de lazer para os idosos, como o turismo, proporciona um contato com outras pessoas, entretenimento, recreação, conhecimento de novos lugares e novas culturas.

Nesse sentido, a motivação é o principal fator que leva a concretização do turismo. Conseguinte o tempo é um fator para efetivar essa motivação. Pensa-se a renda como um fator secundário para a sua realização, já que existe o turismo social. A saúde é o quarto fator para a concretização do turismo, visto que a doença pode interferir, mas não necessariamente é um entrave para a realização do turismo, salvo os casos em que o homem encontra-se em estado vegetativo ou acamado. Assim sendo, pode-se considerar que a saúde e o turismo possuem uma relação direta. Vale ressaltar que o envelhecimento populacional é um fato, portanto o estudo da união entre turismo, saúde e idosos é relevante.

O turismo é um fenômeno que integra pessoas e proporciona convivência, o que contribui para a saúde, pois o idoso percebe que faz parte da sociedade, muitas vezes se unindo com seus iguais e tendo uma imagem de si positiva. "[…] não deixa de ser, também, uma oportunidade para rever os próprios conceitos e procedimentos, para buscar novos horizontes e objetivos de vida, para aproveitar mais intensamente as possibilidades e alternativas que ainda estão por surgir" (FROMER

2 Segundo Joffre Dumazedier (1973, p. 34), o lazer define-se como "[…] um conjunto de ocupações às quais o individuo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais".

e VIEIRA, 2003, p. 63). Num outro sentido, a condição da saúde do idoso influencia o turismo. O geriatra, responsável pela saúde do idoso, pode ser visto como uma ferramenta que desperta a motivação para a realização de atividades de lazer e para o turismo. Ou seja, a condição de saúde física e mental, como dito anteriormente, não é uma prerrogativa para a realização do turismo, mas pode sim ser um fator influenciador da motivação.

Se tratando de turismo, tem-se como exemplo, a iniciativa do Ministério do Turismo em seu programa "Viaja Mais Melhor Idade". O programa cria oportunidades e estimula os idosos para que viagem mais pelo país com custos reduzidos, além disso, seu objetivo é promover a inclusão social entre os idosos e movimentar o turismo interno na baixa temporada.

Alguns benefícios são observados: a facilidade na compra e no pagamento dos pacotes por meio do crédito consignado[3], levar um acompanhante (acima de 16 anos), os locais de vendas são agências de turismo capacitadas para comercializar esses produtos.

Além disso, o IBGE aponta mudanças na sociedade, em razão das melhorias da condição de vida da população brasileira que indicam a necessidade de investimentos de curto, médio e longo prazo e que beneficiarão a atividade turística.

"Os avanços da medicina e as melhorias nas condições gerais de vida da população repercutem no sentido de elevar a média de vida do brasileiro (expectativa de vida ao nascer) de 45,5 anos de idade, em 1940, para 72,7 anos, em 2008, ou seja, mais 27,2 anos de vida. Segundo a projeção do IBGE, o país continuará galgando anos na vida média de sua população, alcançando em 2050 o patamar de 81,29 anos, basicamente o mesmo nível atual da Islândia (81,80), Hong Kong, China (82,20) e Japão (82,60)" (IBGE, 2008).

O surgimento do Estatuto do Idoso e os investimentos públicos e privados voltados ao atendimento de idosos são alguns fatores que facilitam e possibilitam que os idosos retomem sua vida social, ou seja, que deixem de levar uma vida sedentária ficando em casa, e principalmente, atingindo uma velhice mais saudável.

"Os idosos estão cada vez mais conscientes de que a busca de novos interesses é extremamente saudável e que o isolamento e o sedentarismo são fatores de risco para a saúde, especialmente para quem tem maior tendência a problemas de depressão" (SOUZA, FILHO e SOUZA, 2006, p. 37).

A cada dia a população idosa vem reconhecendo que ainda tem muito a contribuir para a sociedade e, principalmente, que sua vida não se encerra com a aposentadoria. Quanto mais realiza projetos em seu dia a dia, mais perspectiva para o futuro o idoso terá.

"A idéia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas guiadas pela busca do prazer e da satisfação pessoal. As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que oferecem oportunidades de realizar projetos abandonados em outras etapas e de estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos" (SOUZA, FILHO e SOUZA, 2006, p. 39).

Outro fator relevante é a condição diferenciada das demais parcelas da população, pois os idosos adquirem com a aposentadoria um tempo livre contínuo. Nesse estágio da vida, o homem pode escolher, a qualquer tempo, o que realmente deseja para sua vida, não precisando se preocupar com as horas destinadas ao trabalho. Nesse sentido, a população idosa pode investir em viagens em qualquer tempo e sem se preocupar com a data de retorno, pois não tem as obrigações trabalhistas a cumprir.

Conforme as pesquisas realizadas, o município de São José dos Campos evolui para uma cidade com um alto índice de envelhecimento humano e é por isso que todas as iniciativas, seja pública ou privada, precisam estar focadas nas condições de vida da população idosa.

"Essa nova situação já vem afetando as diversas áreas de atuação social: as instancias do poder público e privado e a sociedade civil como um todo já estão percebendo a necessidade de discutir e de viabilizar políticas especificas para a terceira idade, e que tais iniciativas serão cada vez mais exigidas no futuro" (FROMER e VIERA, 2003, p. 50).

Portanto, as atividades de lazer, como o turismo, precisam ser divulgadas para que estimulem, cada vez mais, a participação dos idosos, pois está comprovado que pessoas idosas que viajam e participam de atividades recreativas vivem melhores, ou seja, adquirem ou desenvolvem menos doenças.

"O desenvolvimento do turismo para essa faixa etária propiciará condições para que o tempo do idoso seja preenchido com atividades agradáveis e nas quais possam desenvolver suas aptidões. Tudo isso contribuirá para a melhoria de sua saúde física e mental" (SOUZA, FILHO e SOUZA, 2006, p. 78).

O ser humano, com a evolução tecnológica e da medicina, passou a investir muito em sua saúde e estética na esperança de prolongar ao máximo sua existência para poder satisfazer todas suas vontades.

A atividade turística pode ser considerada uma atividade completa em se tratando de proporcionar um melhor envelhecimento, pois ao praticar turismo o idoso supre suas necessidades de socialização, entretenimento, recreação e, principalmente, poder se sentir totalmente livre de qualquer obrigação que possa existir.

3 Crédito consignado: empréstimo concedido aos trabalhadores, aposentados e pensionistas, cuja amortização é descontada diretamente da folha de pagamento.

Portanto, São José dos Campos está no momento ideal para investir em benefícios para a população idosa, pois já está comprovado que se tornará uma localidade com um índice de envelhecimento alto. Nesse sentido, o investimento em divulgação com relação às atividades de turismo é fundamental para seus idosos.

6 Considerações finais

O envelhecimento populacional requer atenção do poder público, pois as ações, medidas, e programas destinados a atender à população têm de englobar a população idosa, suas peculiaridades e especificidades, entendendo que o dever do poder público é a representação da população, fazendo cumprir seus direitos, necessidades e desejos.

Apesar do município de São José dos Campos cumprir a porcentagem de 15%, instituída pela Constituição Federal, na aplicação de investimentos na área da saúde, ações, programas e projetos voltados à saúde do idoso não se enquadram nas ações do poder público. Mesmo existindo uma legislação que garanta os direitos dos idosos quanto, também, à saúde pública e a sua participação nas políticas e ações do poder público, o não conhecimento de toda a sociedade, inclusive dos idosos, desses direitos, e o não interesse do poder público em divulgar plenamente esses direitos conduz à atual realidade do idoso no município.

Os idosos do município precisam conhecer seus direitos e, principalmente, em se tratando de atividades de lazer. Com um maior tempo livre, os idosos, precisam viajar, se entreter, se divertir, ou seja, usufruir dessa nova condição de vida.

Portanto, os investimentos e a divulgação em turismo para os idosos é fundamental, o programa "Viaja Mais Melhor Idade" vem contribuir diretamente como incentivo, além de proporcionar a esses brasileiros acesso a pacotes e roteiros mais baratos com serviços especializados que atendam suas peculiaridades, necessidades e desejos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estatuto do idoso.* 1. ed., 2.ª reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Viaja mais melhor idade***. Disponível em:** http://www.viajamais.com.br/viajamais/sobre. **A**cesso em 18 Jun.2010.

CLASSIFICAÇÃO Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. *CID-10***.** Disponível em: www.datasus.gov.br. Acesso em 3 Ago 2005.

CORTEZ, A. C. *Saúde, qualidade de vida e enfoque de risco*: o desenvolvimento saudável como política do planejamento urbano do município de São José dos Campos – SP. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2004.

DATASUS. *Informações de saúde.* Disponível em: www.datasus.gov.br. Acesso em 20 Jan.2005.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular.* São Paulo, Perspectiva, 1973.

FROMER, B.; VIEIRA, D.D. *Turismo e terceira idade.* São Paulo: Aleph, 2003.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES. SIH-SUS. Disponível em: http://www.datasus.gov.br/catalogo/sihsus.htm. Acesso em 20 Jan 2005.

SOUZA, H.M.R. de; FILHO, W.J.; SOUZA, R.R. de. *Turismo e qualidade de vida na terceira idade.* Barueri, São Paulo: anole, 2006.

MOREIRA, M. M. *O envelhecimento da população brasileira*: perspectivas e desafios, 2002. Disponível em: http://www.tropicologia.org.br/conferencia/2002envelhecimento_populacao.html. Acesso em 30 Mar 2005.

SHRYOCK, H.S.; SIEGEL, J. S. *The methods and materials of demography.* Ohio: Academic Press, 1976.

PELOSO, L.A. *O processo de envelhecimento , os serviços e equipamentos de saúde pública em São José dos Campos –* um estudo para o planejamento urbano**.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2005.

IBGE. *Censo Demográfico, 2000.* Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 15 jun. 2004.

_____. *IBGE: população brasileira envelhece em ritmo acelerado.* Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1272&id_pagina. Acesso em 29 jun. 2010.

_____. *IBGE: Cidades, 2000.* São José dos Campos. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1 Acesso em 15 jun. 2004.

_____. *Vida média do brasileiro chegará ao patamar de 81 anos em 2050.* Comunicação Social, 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1272. . Acesso em 29 jun. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), 2006.* São José dos Campos. Disponível em: www.sjc.sp. gov.br. Acesso em 5 dez. 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Secretaria de Saúde*. São José dos Campos. Disponível em: www.sjc.sp. gov.br. Acesso em 30 mar.2005.

OMS. Disponível em: http://www.who.int/en/. Acesso em 30 mar.2005.

VARIÁVEIS SOCIAIS E DE NEGÓCIOS EM REDES DE EMPRESAS: ESTUDO MULTICASO NO SETOR IMOBILIÁRIO DE SÃO PAULO

SOCIAL AND BUSINESS VARIABLES IN ENTERPRISE NETWORKS: A MULTICASE STUDY IN SÃO PAULO REAL STATE SECTOR

Carlos Alberto Alves
Mestre em administração e professor de administração – Uninove.

Nádia Kassouf Pizzinatto
Doutora em administração e professora do programa de pós-graduação em administração – Uninove
calves@uninove.br

Resumo

Ao considerar que as organizações mantêm interações e interdependência entre si, o foco de muitas pesquisas tem se voltado às questões das variáveis sociais que influenciam algumas relações de negócios, tais como a troca de informação, a inovação, o conhecimento e aprendizagem, e a emergência de regras de controle. O objetivo desse trabalho é aprofundar as pesquisas e reflexões sobre a interface entre as relações sociais e comerciais nas redes. A revisão bibliográfica mostra que existem citações sobre as possíveis interfaces, mas não se encontraram estudos que criem modelos e proponham relações estritas. Algumas variáveis sociais, tais como confiança e comprometimento, e algumas de negócios, tais como inovação e governança, são estudadas isoladamente, mas não se buscaram suas conexões. Assim, na parte de pesquisa, buscou-se coletar e analisar as evidências de múltiplas fontes de dados sobre o tema e construir inferências e interpretações sobre a interface dessas quatro variáveis. Como resultado, as fontes documentais não indicaram relações entre as variáveis, já as fontes empíricas confirmaram as afirmativas iniciais, indicando inter-relações entre as variáveis sociais e as de negócios. Entre as causas possíveis para esses resultados pode-se argumentar que os pesquisadores e os acadêmicos ainda não perceberam essas inter-relações, ou ainda não se arriscaram a construir modelos que possam explicar; ao passo que no campo, os atores que atuam nas redes possuem essas inter-relações bem conceituadas e fundamentadas na experiência do dia a dia. Dessa forma, o trabalho contribui para discutir a temática de redes e evidenciar essas contradições entre o acadêmico e comercial.

Palavras-chave: Confiança. Comprometimento. Rede de empresas. Relações sociais e de negócios.

Abstract

When considering that organizations maintain interactions and interdependence among themselves, the focus of much research has focused on issues of social variables that influence some business relationships, such as the exchange of information, innovation, knowledge and learning, and the emergence of control rules. The aim of this work is to deepen the research and reflections on the interface between trade and social relations in networks. The literature review shows that there are quotes about the possible interactions, but no studies were found to create models and to propose strict relations. Some social variables, such as trust and commitment, and some businesses, such as innovation and governance, are studied in isolation, but are not sought their connections. Thus, at the research aimed to collect and analyze evidence of multiple data sources on the subject and build inferences and interpretations about the interface between these four variables. As a result, the documentary sources indicated no relationship between variables, the empirical sources have confirmed the initial statements, indicating inter-relationships between social variables and the business. Possible causes for these results could argue that researchers and academics have yet to realize these interrelationships, or not yet ventured to build models that can explain, while in the field, the actors in the networks have these interrelationships reputable and grounded in everyday experience. Thus, the study contributes to discuss the subject of networks and highlight the contradictions between the academic and commercial.

Key words: Network enterprise. Social and business relationships. Trust. commitment.

1 Introdução

O tema dos relacionamentos interorganizacionais já é, há algumas décadas, foco de vários estudos na teoria organizacional, principalmente na Europa e nos Estados Unidos (LARSON, 1992; GRANDORI; SODA, 1995). No contexto brasileiro, o interesse por esse tema ainda pode ser considerado recente, fato que resulta em pouco desenvolvimento teórico, comparativamente ao contexto internacional das pesquisas sobre os relacionamentos interorganizacionais (WITTMANN; VENTURINI; SCHMITT, 2004; SILVA, 2004). Uma das formas para que esses relacionamentos ocorram é por meio das redes interorganizacionais, sejam formais ou informais. Descritas por Grandori e Soda (1995), as redes sociais não possuem acordo formal, apenas relações não contratuais entre as empresas, já as redes formais, sejam burocráticas ou proprietárias, possuem acordo formal por meio de contratos formais ou acordos contratuais.

Na dinâmica das redes ocorre um complexo ordenamento de relacionamentos, em que os atores estabelecem inter-relações sob diferentes formas e contextos e a partir de expressões culturais diversas (CASTELLS, 1999); promovendo um ambiente favorável às inovações, ao compartilhamento de informações, conhecimentos, habilidades e de recursos essenciais para a atividade organizacional (BALESTRIN; VARGAS, 2004).

Ao considerar que as organizações mantêm interações e interdependência entre si, algumas pesquisas têm se voltado às questões das variáveis sociais que influenciam algumas relações de negócios, tais como a troca de informação, a inovação o conhecimento e aprendizagem, e a emergência de regras de controle. (BRASS et al., 2004; GALASKIEWICZ, 1985; GRANDORI; SODA, 1995; GULATI, 1998; OLIVER; EBERS, 1998; OLIVER, 1990; SCHERMERHORN, 1975; SCHMIDT; KOCHAN, 1977; WHETTEN; LEUNG, 1979).

Existem indícios de que não há um corpo conceitual desenvolvido e aceito sobre as interfaces entre as relações sociais e as de negócios nas redes tal como se encontra, por exemplo, nos estudos tradicionais de organizações. Em razão dos comentários anteriores, é importante e interessante desenvolver um trabalho de pesquisa a respeito da tendência das evidências empíricas sobre as interfaces entre as variáveis sociais e de negócios.

Diante de tal problemática, surgiu o interesse em discutir as interfaces existentes sobre a influência que as variáveis sociais exercem no desenvolvimento e na manutenção de redes de pequenas empresas. Parte-se de uma construção aceita nos textos clássicos sobre redes, tal como se vê na Figura 1.

O objetivo principal desse trabalho é investigar a interface das variáveis sociais com as variáveis de negócios em redes de pequenas empresas. Os resultados esperados residem no melhor entendimento de como as redes de empresas podem desenvolver inovações, circular conhecimento dentro da rede, criar melhores mecanismos de governança na presença dos relacionamentos sociais entre os atores da rede. Considerando que boa parte das pequenas empresas oferece serviços, o interesse do trabalho se volta para as redes de serviços.

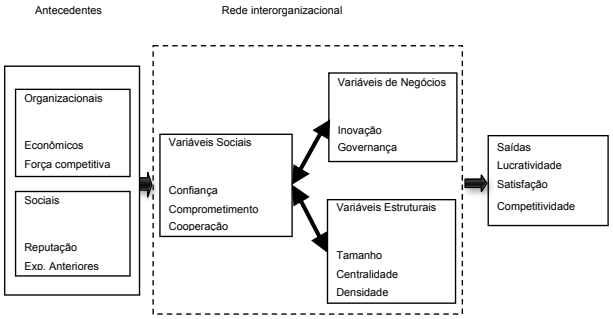


Figura 1: Modelo das inter-relações entre as variáveis sociais e as variáveis de negócios em uma rede interorganizacional
Fonte: O autor.

A realização da pesquisa tem sua justificativa com base no princípio de que os relacionamentos sociais constituídos pela confiança, cooperação, comprometimento e relações de poder são fundamentais para o desenvolvimento e a manutenção de redes interorganizacionais, especialmente as redes de pequenas empresas no Brasil. Autores (INKPEN; TSANG, 2005; NASSIMBENI, 1998) têm afirmado que existem benefícios advindos da aplicação do raciocínio das variáveis sociais no desenvolvimento das redes, citando exemplos de países como Itália, França e Turquia entre outros, desde que se façam as adequações socioculturais. Considerando que os sinais iniciais indicam uma literatura brasileira incipiente sobre o tema, justifica-se uma análise mais aprofundada das fontes.

Esse trabalho pretende contribuir teoricamente com o estudo do fenômeno das inter-relações sociais e de negócios em redes de pequenas empresas e, dessa forma, ampliar a discussão iniciada por pesquisadores nacionais e internacionais nos quais nos basearemos.

Metodologicamente o trabalho pretende contribuir com essa discussão sobre o desenvolvimento e aplicabilidade de instrumentos e procedimentos específicos para compreensão das relações interorganizacionais, seguindo orientação de uma metodologia de triangulação de dados de múltiplas fontes.

Já em relação às contribuições gerenciais do estudo, elas se justificam na medida em que evidenciam aos dirigentes de empresas que pertençam a uma rede de pequenas empresas, os aspectos que envolvem o gerenciamento dos relacionamentos. Ao mesmo tempo,

a análise utilizada no estudo, possibilitará aos dirigentes organizacionais conhecerem melhor o papel que a confiança, a cooperação, o comprometimento e as relações de poder exercem nos relacionamentos sociais e como esses irão influenciar as relações de negócios na rede de empresas.

2 Redes empresariais

2.1 Os paradigmas dominantes nos conceitos de redes em administração

O estudo de redes no campo da administração começou a se desenvolver mais acentuadamente em meados dos anos 1980, sendo considerado novo na teoria e na aplicação em empresas (OSBORN; HAGEDOORN, 1997). Possui, consequentemente, lacunas de pesquisa e falta de conceitos amplamente estabelecidos. Além disso, como as redes são estudadas pelas mais diversas disciplinas – Economia, Administração, Psicologia, Sociologia e Antropologia –, a teoria foi desenvolvida a partir de diferentes óticas, conforme a área dos pesquisadores (GRANDORI; SODA, 1995; OSBORN; HAGEDOORN, 1997; RITTER; GEMÜNDEN, 2003), resultando na fragmentação dos conceitos. A fragmentação não se deve apenas ao número de disciplinas, mas também à variedade de formatos de pesquisa utilizados nos diversos formatos das redes de empresas e outros formatos de acordos, às adaptações feitas para as diferentes características das empresas de cada país pesquisado e à quantidade de objetivos tratados pelos pesquisadores (AUSTER, 1994; RITTER; GEMÜNDEN, 2003).

A noção de imersão de Granovetter (1985) é vista como tentativa de introduzir as relações sociais e organizacionais no sistema econômico, tradicionalmente desprezado pelo *mainstream* da economia e por setores da economia institucional. O conceito de imersão surge a partir do trabalho de Granovetter (1985), em que reconhece a importância das relações pessoais concretas e redes de relações para gerar confiança, estabelecer expectativas, criar e reforçar normas.

De acordo com Granovetter (1985), as relações entre as empresas são mais importantes para trazer ordem à vida econômica do que é suposto pela linha de pensamento "mercado e hierarquia". Ainda segundo o autor, a imersão das relações gera padrões de comportamento esperados superiores às relações de autoridade hierárquicas puras no desestímulo ao comportamento oportunista. Embora, para Granovetter (1985) e Reed e DeFillippi (1990), o conceito de imersão social presente nas transações econômicas esteja focado na redução do comportamento oportunista, a imersão, ao contribuir para a produção da confiança, tende a facilitar a complementaridade de recursos por meio dos conteúdos trocados nas relações de cooperação, especialmente os recursos intangíveis e com elevada ambiguidade causal. Por meio de relações cooperativas, as empresas trabalham conjuntamente para melhorar coletivamente o desempenho, partilhando recursos e se comprometendo com objetivos comuns (GNYAWALI; MADHAVAN, 2001).

A imersão nas redes, resultante da interação de membros de distintas organizações, se desenvolve, com o tempo, de estado caracterizado por relações de compra e venda, para relações com base em adaptação e confiança (ANDERSSON; FORSGREN; HOLM, 2002). Ele enfatiza os laços coesivos como mecanismo para obter informações mais tácitas e difíceis de serem codificadas. Para Andersson, Forsgren e Holm (2002) existe também a imersão técnica, definida como a interdependência das empresas no que se refere ao desenvolvimento de produtos e processos de negócios. A imersão empresarial e a técnica estão combinadas nas redes de informação e conhecimento de que as empresas se valem. Por sua vez, a imersão empresarial tem alto impacto positivo sobre a imersão técnica.

2.2 Dinâmicas da rede

2.2.1 Confiança

Existem muitas definições sobre confiança, indicando que se trata de um construto (SINGH; SIRDESHMUKH, 2000). Em Economia, por exemplo, a confiança é um risco calculado, ao passo que em Psicologia ela é um atributo pessoal, independentemente do objeto.

Para Rousseau et al. (1998), o risco é o fator essencial na conceituação da confiança, sendo definido como a probabilidade percebida de perda por uma das partes. Outra condição importante para a confiança é a interdependência, em que os interesses de uma parte não podem ser realizados sem a confidência da outra parte.

Na Administração, apesar do suporte em disciplinas da Economia e da Psicologia, os autores buscaram criar um conceito mais apropriado aos fenômenos organizacionais (GARBARINO; JOHNSON, 1999; MORGAN; HUNT, 1994; PERRY; MANKIN, 2004; MAYER; DAVIS; SCHOORMAN, 1995). Assim, a tendência das afirmativas é pôr a confiança como uma disposição de dependência em relação ao outro, acreditando que esse fará sua parte no negócio. Balestrin e Vargas (2004) relatam que tanto a confiança quanto a cooperação, possivelmente, representam os fatores básicos do sucesso alcançado pelas redes de pequenas empresas, diferente da estrutura e dinâmica das grandes redes. Para Morgan e Hunt (1994) os principais fatores que asseguram o sucesso de uma aliança são a confiança e o comprometimento, porque criam as condições para a cooperação e impedem os comportamentos oportunistas.

2.2.2 Comprometimento

Para Morgan e Hunt (1994), o comprometimento é a crença que um dos parceiros tem de que o relacionamento existente é tão importante que vale a pena garantir máximos esforços para mantê-lo, o que implica agir como os outros esperam. A tendência das afirmativas é entender que o comprometimento significa que o sujeito irá comportar-se como os outros confiam que ele se comportará. Dessa forma, o comprometimento é o outro lado da confiança.

Anderson e Weitz (1992) analisaram a avaliação do comprometimento e verificaram que ela ocorria quando a parte A observava o grau com que a parte B se engajava em investimentos que fossem específicos para a parte A. Sistematicamente, quando a parte A avaliava que a parte B estava comprometida, seu comprometimento relativo à parte B aumentava. Assim, o comprometimento ocorria em decorrência de um conjunto de sinais de esforços despendidos para o benefício do outro.

2.2.3 Inovação

Existem vários conceitos de inovação, desde criar algo totalmente novo até uma pequena melhoria de processos (CASTRO; BALDI, 2008). Schumpeter (1982) distinguiu cinco tipos de inovação, sendo elas: 1. Introdução de novos produtos ou de nova característica percebida pelos consumidores; 2. Introdução de um novo método de negócios, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado e que deriva de uma descoberta cientificamente nova; 3. Abertura de um novo mercado, ou seja, um mercado em que um ramo específico não participava; 4. Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas; 5. Estabelecimento de uma nova estrutura de uma indústria como a criação de uma posição de monopólio, ou a fragmentação de uma posição de monopólio. A revisão bibliográfica indicou que há uma convergência na afirmativa de que a inovação ocorre com mais freq**u**ência em redes de empresas e nas situações de interações entre vários públicos governamentais, empresariais e civis (CASTRO; BALDI, 2008). Conforme Ahuja (2000), as redes fechadas, ou seja, redes com relacionamentos de compromisso de longo prazo entre os agentes; são propícias para a cooperação, inovação e controle de oportunismos, enquanto as redes abertas, isto é, onde existem contatos com diversos parceiros que não interagem entre si, dificultam a inovação e desenvolvimento da confiança.

2.2.4 Governança

Nas relações entre atores de uma rede podem surgir conflitos de interesses, tornando-se necessário um conjunto de regras que orientem e controlem os comportamentos. Esse é o conceito de governança (DAS; TENG, 2001). A governança é um mecanismo necessário em um cenário de incerteza de mercado, complexidade de tarefas e em que se busca de união entre parceiros (JONES; HESTERLY; BORGATTI, 1997). Além de orientar as ações, a governança cria obstáculos ao comportamento oportunista e manipulação de informações (WILLIAMSON, 1979).

2.3 As interfaces entre variáveis sociais e de negócios

As interfaces entre as variáveis foram afirmadas por alguns autores. Jarillo (1988) afirma que a existência de confiança nas relações de uma rede está relacionada à facilidade de compromisso com as regras da governança e com a cooperação. Para Powell (1990), a governança cria as condições para o desenvolvimento da confiança. Já para Andersen (2000) a confiança é o fator chave no processo de coordenação de redes. O autor argumenta que os atores envolvidos em repetidas interações desenvolvem normas baseadas em reputação e credibilidade. Adler (2001) reforça esse ponto de vista afirmando que a confiança é o mecanismo chave de coordenação da rede de empresas. A confiança pode reduzir os custos de transação, por vezes tornando o conjunto de regras formais bastante reduzidos, já que surgem regras negociais e sociais implícitas.

Em alguns textos internacionais, portanto, existem afirmativas de relações entre governança e confiança e destas com o comprometimento e inovação, mas os sentidos dessas relações ainda é um tema em aberto.

3 Metodologia de pesquisa

Para realizar a pesquisa de campo, foram tomados como base alguns autores clássicos de metodologia (GIL, 1991; SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1987; CERVO; BERVIAN, 1989, MARCONI; LAKATOS, 1996, 2005; RICHARDSON, 1989). O trabalho de pesquisa utilizará os caminhos qualitativos, pois as variáveis de cunho social não se expressam em unidades métricas assim como as variáveis de negócio. Sendo um trabalho qualitativo, parte-se de uma afirmação inicial em que serão investigadas, as interfaces entre as variáveis sociais e as de negócios.

Trabalhos que procuram estudar problemas complexos como o estudo das redes de empresas, muitas vezes necessitam utilizar mais de uma fonte de dados e mais de uma técnica, a que se chama triangulação. A técnica de triangulação (TRIVIÑOS, 1992), ou seja, a comparação de dados obtidos por intermédio de diferentes fontes, métodos ou teorias, tem como objetivo a convergência ou corroboração de conclusões e proposições. Essa técnica também está associada à validação da pesquisa qualitativa (OLIVEIRA; PICCININI, 2009).

Nesse trabalho especificamente serão utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa: entrevista semies-

truturada, acompanhamento, questionário fechado, documentação e registro em arquivos.

Para a estratégia de entrevista serão contatados os principais gestores da rede, que são pessoas cujas funções exigem uma visão mais completa e global da rede. Esses contatos irão fornecer uma primeira configuração da estrutura da rede, como seu tamanho, a existência de empresas centrais, um pouco da história da rede, seus objetivos e seus problemas, suas conquistas e vitórias.

O fechamento amostral se dará por saturação teórica, que é operacionalmente definida como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição. (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

Outro instrumento que será aplicado aos atores das redes será um questionário fechado, desenvolvido por Alves (2009), e modificado para atender as necessidades desse projeto.

Na coleta de documentos, que será outro instrumento de pesquisa, realiza-se a seleção e os procedimentos de aquisição dos documentos considerados importantes para o levantamento de informações acerca das variáveis sociais e de negócios entre os atores das diversas redes que são foco desse trabalho de pesquisa. Os critérios técnicos de seleção dos documentos estão diretamente ligados ao fato de terem tratado, ou de trazerem evidências sobre as relações entre as variáveis sociais e as de negócios. Serão coletados documentos de toda ordem, tais como atas de reunião; estatuto social; filmes e gravações sobre reuniões de redes; reportagens em revistas jornalísticas; anúncios de publicidade; documentos e informações disponíveis na internet, etc.

O modo de análise que será utilizado é o de conteúdo temático sobre as afirmativas contidas em todos os dados coletados, conforme regras descritas por Bardin (1977). Segundo o autor, as opiniões dos respondentes devem resultar em conteúdos sobre as categorias pré-definidas, buscando-se a convergência e a amplitude das respostas. Desse modo, serão levadas em consideração todas as frases relacionadas à confiança, comprometimento, inovação e governança, com valência positiva ou negativa, citadas pelos atores. O objetivo de tal procedimento foi descobrir os "núcleos de sentido" que compõem a comunicação e cuja presença, possa ter algum significado para a análisA afirmativa orientadora do trabalho é que há coerência em afirmar inter-relações causais entre variáveis sociais e de negócios em redes de empresas. A partir dessa afirmativa guia, criaram-se perguntas que norteiam a interpretação dos dados: quais as evidências da existência de relações entre a confiança e a governança em uma rede de empresas? Quais as evidências da existência de relações entre a confiança e a inovação em uma rede de pequenas empresas? Quais as evidências da existência de relações entre comprometimento e inovação em uma rede de empresas? Quais as evidências da existência de relações entre o comprometimento e a governança em uma rede de pequenas empresas?

4 Apresentação dos resultados

A pesquisa foi desenvolvida entre dezembro de 2009 e maio de 2010. Apresentam-se os resultados conforme a sequência dos três métodos já explicitados.

4.1 Apresentação das redes e dos seus constituintes

As redes escolhidas como caso para o estudo são duas redes do setor imobiliário, que se encontram respectivamente nas cidades de Indaiatuba e Campinas. São 13 empresas na rede imobiliária de Indaiatuba e 30 empresas na rede imobiliária de Campinas. Desse total de 43 empresas apenas, 10 empresas em Indaiatuba e 21 empresas em Campinas participaram das entrevistas.

A Rede Imobiliária de Indaiatuba e Campinas é decorrente da união e parceria entre empresas do segmento de imobiliárias da região da cidade. Essa iniciativa tem como principal objetivo reunir um grupo de imobiliárias para comercializar imóveis de maneira conjunta, facilitando a captação, venda e locação. Outro objetivo da rede é disciplinar a conduta comercial, com a implantação de regras de trabalho.

4.2 Dados oriundos da aplicação dos questionários

O questionário foi desenvolvido para ser respondido diretamente por meio de entrevista pessoal. Ele contém uma primeira parte em que a empresa é caracterizada e uma segunda com 30 questões sobre as quatro variáveis. Depois de realizado o pré-teste por intermédio de entrevista pessoal com nove especialistas, o questionário teve algumas de suas questões reformuladas para ser então aplicado à rede em estudo.

Foram analisados trinta e um questionários e os dados apontam para as seguintes direções:

Com relação à variável confiança, os sujeitos consideram-na como um fator indispensável para o funcionamento das relações de negócio dentro da rede. É uma variável que surge de uma interação contínua e, ao longo do tempo, ou, em alguns casos, elas já existiam por haver relações sociais e de negócios anteriores ao funcionamento da rede. Para esses sujeitos, os negócios conduzidos por atores em redes que não possuem mínima confiança tendem a ter um custo de transação maior do que aqueles conduzidos por atores que possuem confiança.

Com relação à variável comprometimento, os sujeitos deram informações coerentes com esse conceito

apresentado no início desse trabalho, ou seja, de que os atores estão dispostos a investir recursos tangíveis e intangíveis no relacionamento social e de negócios.

Com relação à variável inovação, todos os sujeitos da rede concordam que estão inovando na forma de comercializar os imóveis por meio de uma central única. Nesse caso, também novos processos administrativos foram introduzidos na forma como as empresas participantes da rede conduzem seus negócios.

Com relação à variável governança, foram detectadas duas situações distintas que fazem parte da dinâmica do negócio de venda e locação de imóveis. Primeiro, notou-se a existência da governança implícita entre as empresas que fazem parte da rede, pois os donos e gestores das empresas se conhecem pelas diversas interações anteriores e pela confiança uns nos outros. Porém, como o negócio é baseado no trabalho dos corretores de imóveis, que são profissionais autônomos com vínculos profissionais fracos com as imobiliárias, há a necessidade de uma forte governança explicita. Na rede analisada, a governança apresenta os seguintes instrumentos: a) um código de ética escrito; b) um código de conduta; e c) um comitê ético, para resolver possíveis conflitos entre partes, que não se enquadrem nos dois itens anteriores.

Com relação à influência da variável confiança sobre a variável inovação, os sujeitos concordam que a inovação nesse modelo de negócio só é possível com a presença da confiança entre os diversos atores da rede, que permite fazer com que as oportunidades de mercado sejam exploradas de uma forma conjunta pelos atores da rede.

Com relação à influência da variável comprometimento sobre a variável inovação, mais uma vez os sujeitos concordam que se as empresas da rede não estiverem comprometidas com o novo modelo de negócio, a rede não teria condições de se desenvolver no sentido do seu principal objetivo, ou seja, um novo modelo de negócio.

Com relação à influência da variável confiança sobre a variável governança, todos os sujeitos concordam que a confiança tende a reduzir a necessidade de controles mais rígidos, porém como frisado anteriormente, como esse modelo de negócio é conduzido, em grande parte, por corretores de imóveis que são agentes autônomos, ainda assim existe a necessidade de controles rígidos para diminuir as chances de comportamento oportunistas.

Com relação à influência da variável comprometimento sobre a variável governança, foi detectado que para os atores essa relação é similar a da variável confiança sobre a variável governança, isto é, o fato de estarem comprometidos com o novo modelo de negócio faz com que os atores tendam a reduzir as necessidades de controles mais rígidos entre eles.

4.3 Dados oriundos dos documentos de bibliografia acadêmica

Para buscar as expressões do pensamento acadêmico nacional analisaram-se os artigos constantes nos últimos dez anos do congresso "EnAnpad – O Encontro da Associação Nacional dos Pesquisadores em Administração", acreditando ser a expressão máxima do pensamento em Administração no Brasil. Foi aplicado um primeiro filtro com as palavras-chaves "confiança", "comprometimento", "inovação" e "governança" juntas e não se encontrou nenhum trabalho. Variações combinadas três a três mostraram onze trabalhos. Desses onze, apenas dois tinham temática similar à desse artigo. A escassez de resultados levou a outra busca, agora no Congresso ENEO – Encontro de Estudos Organizacionais, nas suas últimas três edições, mas nenhum trabalho foi encontrado com as quatro expressões e com combinações de três a três. Realizou-se a busca em duas revistas conceituadas com o Qualis A Internacional e não foi obtido nenhum resultado.

Os dados levam á conclusão de que apesar das variáveis aparecerem isoladamente nos artigos, não há esforços de se criar relações entre elas, sendo raras as tentativas de relações duas a duas (como confiança e inovação, confiança e governança) e nulas as relações entre as quatro. Inferimos que, ou os autores não estão percebendo o tema das relações, ou evitam as afirmativas, pois a operacionalização desse tipo de pesquisa numa rede é extremamente difícil. A afirmativa orientadora inicial não recebeu, portanto, apoio nos documentos acadêmicos.

Em razão desse resultado, até certo ponto inesperado, buscaram-se as manifestações em documentos não acadêmicos.

4.4 Dados oriundos de documentos variados

Foram utilizadas duas sistemáticas distintas para reunir dados de documentos variados. Em um primeiro caminho buscaram-se as manifestações das variáveis em três veículos impressos com tradição em matérias econômicas. São eles o jornal O Estado de São Paulo, a revista Veja e o jornal Gazeta Mercantil. Em um segundo caminho buscou-se manifestações das variáveis em documentos coletados que foram agrupados em três conjuntos distintos: 1) Documentos gerais, como relatórios anuais, relatos de reuniões, notas e cartilhas, veiculados em jornais e revistas específicos e mídias eletrônicas; 2) Atas de reuniões; e 3) Contratos sociais.

Buscaram-se as manifestações nos últimos 10 anos de cada fonte. Seguindo a mesma linha de resultados dos textos acadêmicos, os dados indicam que apesar do expressivo número de matérias com a presença isolada das variáveis; da ordem de milhares, conforme elas são

agrupadas duas a duas, três a três em diversas combinações, até que tenhamos o agrupamento das quatro variáveis juntas, há uma redução no número de artigos passando do milhar para a centena, dezena e chegando a zero no último cruzamento. Isso indica, tal como ocorreu na fonte acadêmica, que as variáveis estão presentes como temas de discussão, mas os autores não se arriscam a estabelecer relações claras entre elas. Nesse ponto afirma-se que o paralelismo dos resultados das fontes acadêmicas e das fontes não acadêmicas pode ser originado do fato de alguns escritores das matérias jornalísticas serem professores e pesquisadores, repetindo suas ideias nas duas fontes.

Outras fontes pesquisadas são páginas da Internet, relatórios anuais, relatos de reuniões, notas, cartilhas, atas de reuniões, e contratos sociais de constituição de redes.

A análise de quatro contratos sociais de constituição de redes mostrou que as variáveis sociais presentes são: a cooperação e a solidariedade. Já as variáveis de negócios aparecem com mais frequência, como as variáveis de inovação, trocas de informações e as questões de governança. Concluímos que no momento da constituição de uma rede, as variáveis sociais são minimizadas em comparação com as de negócios. Nossa inferência é que os gestores das redes não desenvolveram o conhecimento e a crença de que os laços sociais entre os atores da rede é que sustentam a estrutura de negócios da rede.

Foram analisadas quarenta e três atas de reuniões de redes e a convergência é que as variáveis sociais não são mencionadas nesses documentos. As variáveis de negócios são mencionadas, mas com uma preocupação voltada para o desempenho da rede e não no sentido das relações entre elas. A partir dos estatutos sociais e das atas de reuniões de redes, inferimos que no momento da formação e no desenvolvimento das redes, os atores não criaram o conhecimento de que as variáveis sociais presentes nos inter-relacionamentos possuem influência sobre as variáveis de negócios.

A convergência dos resultados dessas fontes não acadêmicas permite afirmar que o raciocínio dos criadores dessas fontes está circunscrito aos elementos isolados e visíveis dos negócios, ou seja, aos resultados econômicos e as vantagens individuais na participação de um grupo. A complexidade das relações entre as variáveis ainda não tem um lugar de reflexão e exposição.

4.5 A triangulação dos resultados

Triangulando os dados coletados, verifica-se que existem três grupos de respostas que aparecem de forma distinta: no primeiro grupo, formado por dados dos atores das redes, sustentam, de forma clara, que existe influência das variáveis sociais de confiança e comprometimento sobre as variáveis de negócios, de inovação e de governança e inter-relações entre elas; no segundo grupo, formado pelos artigos acadêmicos e matérias jornalísticas, encontramos evidências das variáveis de forma isoladas, mas não em conjunto; e no terceiro grupo, formado pelos documentos, atas de reuniões, estatutos sociais e sites das redes, as variáveis sociais, ou de negócios não são mostradas de forma explícita.

Os gestores da rede pesquisada foram convergentes nas suas afirmativas sobre as relações, principalmente a tríade confiança – inovação – governança. Os sujeitos afirmam que essas inter-relações não só são desejáveis como necessárias para a dinâmica da rede.

Nos artigos acadêmicos e nas matérias jornalísticas encontram-se algumas similaridades. Cada uma das variáveis é bem discutida isoladamente e conforme se agrupam em pares ou em trios o número de material disponível diminui sensivelmente, chegando a zero quando se colocam as quatro juntas. De forma geral, tanto os pesquisadores quanto os autores de matérias jornalísticas não afirmam as relações entre as variáveis.

Finalmente, nos diversos tipos de documentos disponíveis sobre redes de empresas, não é possível detectar a existência de nenhuma inter-relação entre as variáveis sociais de confiança e comprometimento com as variáveis de negócios, de inovação e governança. Na verdade, alguns documentos, tais como páginas da internet, não apresentam nenhuma das variáveis.

5 Considerações finais

O objetivo desse artigo foi discutir a tendência de se utilizar dados de múltiplas fontes sobre as interfaces entre as variáveis sociais de confiança e comprometimento e as variáveis de negócios inovação e governança. A Figura 1 mostra a afirmativa orientadora, com a relação entre as quatro variáveis, que foi desenvolvida a partir do primeiro passo metodológico. Nessa primeira pesquisa foi realizada uma análise de conteúdo de uma amostra de artigos internacionais relevantes.

Para analisar a sustentação, ou não, da afirmativa, coletaram-se dados de múltiplas fontes brasileiras, que mostram não haver evidências suficientes para se afirmar a relação. Entendemos, no entanto, ser possível afirmar e defender a relação, a partir de evidências de fontes internacionais e mostrar as vantagens acadêmicas e práticas decorrentes. Na verdade, a relação foi estabelecida empiricamente há algumas décadas conforme se depreende dos estudos sobre a região de Emilia-Romagna (COCCO; URANI; GALVÃO, 2002).

Partindo-se dos resultados encontrados junto aos atores das redes de empresas, a afirmativa orientadora sustentou-se, principalmente, na tríade confiança- inovação- governança. Por outro lado quando verificamos as conclusões sobre os diversos documentos coletados, conclui-se que a afirmativa não se sustenta, nem mesmo

no nível mais primário de presença das variáveis. Já as conclusões sobre as fontes jornalísticas ficaram no meio do caminho, porque apresentaram as variáveis, mas não estabeleceram relações.

Como entender esses resultados? Por que essas variáveis não estão sendo mencionadas nos documentos sobre redes, tais como as páginas da internet, se a teoria sobre redes de pequenas empresas afirma que as variáveis sociais são o pano de fundo para as questões de negócios? Por que os pesquisadores e autores de textos acadêmicos não arriscam afirmar as relações entre as variáveis, se existe literatura internacional de suporte para tal? Por que os especialistas e os atores gerentes de uma rede são os que mais se aproximaram da afirmativa das relações?

A primeira linha de argumentação é que apesar da relação já ter sido estabelecida em trabalhos internacionais, tanto a partir de reflexões, como de dados empíricos, os pesquisadores nacionais não têm evidências de sua ocorrência nos negócios. Os arranjos em redes estariam se iniciando na prática brasileira, de tal forma que os gerentes que estão atuando nelas e os consultores que vivem a prática do mercado já estão um pouco mais familiarizados com o raciocínio dessa inter-relação. Em termos de desenvolvimento de Ciência, dir-se-ia que os fatos estão se tornando visíveis, mas os pensadores brasileiros ainda não têm a percepção e o material necessários para construir explicações.

Em uma segunda linha de argumentação, afirma-se que o maior problema não está na falta de evidências e sim na falta de um raciocínio metodológico que pudesse transparecer os fenômenos. Dito de outra forma, os fenômenos das redes brasileiras numa sociedade caracterizada por relações de dependência (CASTELLS, 1999), já existem a algum tempo, mas os pesquisadores utilizam paradigmas racionais positivistas, que não permitem visualizar a complexidade de conjuntos. A afirmativa tem respaldo em vários estudos classificados como de redes que tem no seu conteúdo a expressão de vantagens e problemas de empresas unitárias. Significa que se os pesquisadores e analistas modificarem seu eixo metodológico, saindo do positivismo racional econômico e adotando, minimamente, uma visão sistêmica sobre redes, tendo como objeto de análise as relações entre as partes (os atores e os recursos), surgirá um campo interessante de pesquisas brasileiras, pois não são poucos os arranjos e conjuntos de pequenas empresas espalhados pelo País.

Como trabalho investigativo, exploratório, propositivo, um dos limites desse artigo se encontra na falta de literatura nacional específica e pesquisas realizadas acerca do tema que relacionam a interface entre as variáveis sociais e as de negócios. Outras fontes, como teses e dissertações, talvez tragam essas interfaces.

Como limite metodológico deve ser citado o fato de a pesquisa ser de cunho qualitativo. As conclusões de pesquisas qualitativas têm menor autoridade de generalização quando comparadas às pesquisas quantitativas. Por outro lado, pesquisas qualitativas possibilitam a criação de hipóteses que geram novas pesquisas e permitem que o pesquisador faça ligações com fenômenos paralelos ao objeto de estudo, como experiências pessoais de acompanhamento.

Esse artigo, com sua prescrição metodológica, pode ajudar na orientação de estudos que visem analisar as inter-relações entre as variáveis sociais e as de negócios em redes de pequenas empresas. Estudos futuros poderiam seguir caminhos metodológicos de acompanhamento, que são raros; comparar casos de estruturas e dinâmicas de redes do mesmo negócio, tais como redes de móveis, de pequenos supermercados, de especiarias como mel; realizar análises estatísticas de sustentação de correlações entre variáveis; investigar as possíveis relações entre a presença das variáveis e o desempenho de redes; realizar estudos qualitativos sobre a gerência de variáveis sociais nas redes; realizar estudos sobre incidentes críticos nas redes, originados de lacunas na governança das variáveis sociais.

5 Referências

ADLER, P. S. Market, hierarchy, and trust: the knowledge economy and the future of capitalism. *Organization science*, v. 12, n. 2, p. 215-234, 2001.

AHUJA, G. Collaboration networks, structural holes, and innovation: a longitudinal study. *Administrative Science Quarterly*, v. 45, p. 425-455, 2000.

ALVES,C. As evidências documentais e empíricas sobre as inter-relações entre as variáveis sociais e as variáveis de negócios em redes. 2009. 168f. Dissertação (Mestrado em Administração) – UNIVERSIDADE PAULISTA. São Paulo: 2009.

ANDERSEN, P. H. *Division of inter-firm activities in the knowledge-based economy: the crucial role of knowledge processors*. Departament of International Business of the Aarhus School of Business, 2000. Disponível em: <http://www.druid.dk/uploads/tx_picturedb/ds2000-84.pdf > Acesso em: 15 mar. 2010.

ANDERSON, E.; WEITZ , B. The use of pledges to build and sustain commitment in distribution channels. *Journal of Marketing Research*, v. 29, v. 1, p. 18-34, 1992.

ANDERSSON, U.; FORSGREN, M.; HOLM, U. The strategic impact of external networks:subsidiary performance and competence development in multinational corporation. *Strategic Management Journal*, v. 23, p. 979-996, 2002.

AUSTER, E. R. Macro and strategic perspectives on interorganizational linkages: A comparative analysis and review with suggestions for reorientation. *Advances in Strategic Management*. v. 10b, p. 3-40, 1994.

BALESTRIN, A.; VARGAS, L. M. A Dimensão estratégica das redes horizontais de PMEs: teorizações e evidências. *RAC*, p. 203-227, Edição Especial 2004.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo.* Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASS, D. J.; GALASKIEWICZ, J.; GREVE, H. R.; TSAI, W. Taking stock of networks and organizations: a multilevel perspective. *Academy of Management Journal*, v. 47, n. 6, p. 795-817, 2004.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, R. B.; BALDI, M. A Inovação na rede interatores do pólo joalheiro de Belém: uma análise a partir do mecanismo de imersão estrutural. In Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. 25., Brasília. *Anais…* Brasília: Anpad, 2008.

CERVO, A.; BERVIAN, P. *Metodologia científica.* São Paulo: McGraw-Hill, 1989

COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. (Orgs). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*: o caso da terceira Itália. 2ª. ed. Rio de Janeiro: SEBRAE, DP&A, 2002.

DAS, T. K.; TENG, B. Trust, control, and risk in strategic alliances: an integrated framework. *Organization Studies*, Berlin, v. 22, n. 2, p. 251–283, 2001.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**.** *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

GALASKIEWICZ, J. Interorganizational relations. *Annual Review of Sociology,* v. 11, p. 281-304, 1985.

GARBARINO, E.; JOHNSON, M. S. The different roles of satisfaction, trust, and commitment in customer relationships. *Journal of Marketing***,** v. 63, n. 2, 1999.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.

GNYAWALI, D.; MADHAVAN, R. Cooperative networks and competitive dynamics: a structural embeddedness perspective. *Academy of Management Review*, v. 26, n.3, p. 431- 445, 2001.

GRANDORI, A.; SODA, G. Inter-firms networks: antecedents, mechanisms and Forms. *Organization Studies*, v. 16, n. 2, p. 183-214, 1995.

GRANOVETTER, M Economic action and social structure: the problem of embeddedness, *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GULATI, R. Alliances and networks. *Strategic Management Journal.* v. 19, p. 293–317, 1998.

INKPEN, A. C.; TSANG, E. W. K. Social capital, networks and knowledge transfer. *Academy of Management Review***,** v. 30, n. 1, p. 146-165, 2005.

JARILLO, J. C. On strategic networks. *Strategic Management Journal*, v. 9, p. 31-41, 1988.

JONES, C.; HESTERLY, W. S.; BORGATTI, S. P. A general theory of network governance: exchange conditions and social mechanisms. *Academy of Management Journal*, v. 22, n. 4, p. 911-945, 1997.

LARSON, A. Network dyads in entrepreneurail settings: a study of govermance of exchange releationships. *Administrative Science Quarterly***,** v. 37, n. 1, 1992.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____.; _____. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MAYER, R. C.; DAVIS, J. H.; SCHOORMAN, F. D. An integrative model of organizational trust. *Academy of Management Review*. v. 20, p. 709-34, 1995.

MORGAN, R. M.; HUNT, S. D. The commitment-trust theory of relationship marketing. *Journal of Marketing.* v. 58, n. 3, p. 20, 1994.

NASSIMBENI, G. Network structures and co-ordination mechanisms: a taxonomy. *International Journal of Operations and Production Management,* v. 18, n. 6, p. 538-554, 1998.

OLIVEIRA, S. R.; PICCININI, V. C. Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. *CADERNOS EBAPE*, v. 7, n. 1, 2009.

OLIVER, A.; EBERS, M. Networking network studies: analysis of conceptual configurations in the study of inter-organizational relationships. *Organization Studies,* v. 19, n. 4, p. 459-583, 1998.

OLIVER, C. Determinants of interorganizational relationships: integration and future directions. *Academy of Management Review*, v. 15, n. 2, p. 241-265, 1990.

OSBORN, R. N.; J. HAGEDOORN. The institutionalization and evolutionary dynamics of interorganizational alliances and networks. *Academy of Management Journal,* v. 40, n. 2, p. 261-278, 1997.

PERRY, R.W.; MANKIN, L.D. Understanding employee trust in management: Conceptual clarification and correlates. *Public Personnel Management.* v. 33, p. 277-290, 2004.

POWELL, W. W. Neither markets nor hierarchy: network forms of organizations, In: STAW; B. CUMMINGS, L. (Eds), *Research in Organizational Behavior*, v. 12, p. 295-336, Greenwich: Jai Press Inc., 1990.

REED, R.; DEFILLIPPI, R. J. Casual ambiguity, barriers to imitation and sustainable competitive advantage. *Academy of Management Review*, v. 15, n. 1, p. 88-102, 1990.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social*: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RITTER, T.; GEMUNDEN, H. G. Interorganizational relationships and networks: an overview. *Journal of Business Research*, v. 56, n. 9, p. 691-697, 2003.

ROUSSEAU, D.; SITKIN, S.; BURT, R.; CAMERER, C. Not so different after all: a cross discipline view of trust. *Academy of Management Review*. v. 23, n. 3, p. 393-404, 1998.

SCHERMERHORN, J. R. Determinants of interorganizational cooperation. *Academy of Management Journal,* v. 18, n. 4, p. 846-856, 1975.

SCHMIDT, S. M.; KOCHAN, T. A. Interorganizational relationships: patterns and motivations. *Administrative Science Quarterly*, v. 22, p. 220-234, 1977.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L S.; COOK, S. W. *Métodos de pesquisa nas relações sociais.* São Paulo: EPU – Editora Pedagógica Universitária, 1987.

SILVA, C. A. V. *Redes de cooperação de micro e pequenas empresas*: um estudo das atividades de logística no setor metalúrgico de Sertãozinho – SP. 2004. 199f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos. 2004.

SINGH, J.; SIRDESHMUKH, D. Agency and trust mechanisms in relational exchanges. *Journal of the Academy of Marketing Science*, v. 28, p. 150-167, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais:* a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas. 1992.

WHETTEN, D. A.; LEUNG, T. K. The instrumental value of interorganizational relations: antecedents and consequences of linkage formation. *Academy of Management Journal*, v. 22, n. 2, p. 325-344, 1979.

WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics: the governance of contractual relations. *Journal of Law and Economics*, v. 22, p. 233-261, 1979.

WITTMANN, M. L.; VENTURINI, J. C.; SCHMITT, P. A influência das redes empresariais na competitividade de micro e pequenas empresas. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 24. 2004. Florianópolis. *Anais…* Florianópolis: ABEPRO, 2004.

A EXPERIÊNCIA DA MONITORIA

THE MONITORING EXPERIENCE

Doralice Bortoloci Ferreira
Doutora em Educação – Uninove.
dora.bortoloci@uninove.br

Fabio dos Reis Silva
Engenharia de Produção Mecânica – Uninove.

Resumo

Atualmente o professor tem como incumbência promover também práticas que considerem valores e atitudes, conhecimentos e comportamentos e que propiciem experiências diretas, vivências que permitam o desenvolvimento da responsabilidade social do seu aluno. Pesquisamos então, de que forma uma instituição particular se mobiliza para auxiliar o aluno e o professor nessa tarefa, utilizando a monitoria institucional. Realizamos uma análise dos dados obtidos de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos monitores e fizemos um mapeamento de alguns aspectos que aparecem nos seus discursos. As categorias que, de certa forma nos pareceram apropriadas para essa organização das informações podem ser elencadas em: a promessa de futuro; se responsabiliza pelo ensino; o reconhecimento; nova visão da profissão de professor e argumentação, que nos ajudaram a concluir que a monitoria põe o aluno como protagonista de sua aprendizagem, conseguindo uma inserção mais efetiva do sujeito na sua própria aprendizagem e dos seus pares, propiciando uma experiência integradora de aspectos pessoais, profissionais, relacionais e de ação sobre a realidade.

Palavras-chave: Ensino e aprendizagem. Monitoria. Protagonismo juvenil.

Abstract

Currently, the teacher also has the task of promoting practices that consider values and attitudes, knowledge and behavior and that provide direct experiences, experiences which enable the development of social responsibility of students. Searched then, how a particular institution is mobilizing to assist the student and teacher in this task, using the monitoring institution. We conducted an analysis of data obtained from structured interviews applied to monitors and made a mapping of some aspects that appear in their speeches. The categories that somehow seemed appropriate for the organization of this information may be listed on: the promise of the future, responsibility for education, recognition, new vision of the teaching profession and argumentation, which helped us to conclude that the monitoring puts the student as the protagonist of their learning, achieving a more effective integration of the subject in their own learning and their peers, providing an integrated experience of a personal, professional, relational and action upon reality.

Key words: Youth protagonism. Monitoring. Teaching and learning.1 Introdução

1 Introdução

Atualmente o professor, cada vez mais, tem como tarefa promover práticas que considerem valores e atitudes, conhecimentos e comportamentos e ainda propiciem experiências diretas, vivências que permitam o desenvolvimento da responsabilidade social do seu aluno.

A instituição que pesquisamos parece acreditar que o próprio aluno pode ser esse elo de fortalecimento, para isso está sempre buscando viabilizar projetos que possam colocá-lo em situações de ação. Um desses projetos, que se constituiu no nosso objeto de pesquisa, foi a monitoria institucional que pode ser considerada como elemento capaz de conseguir uma inserção mais efetiva do sujeito na sua própria aprendizagem e dos seus pares, podendo auxiliar o professor a tratar, de maneira mais eficiente, de suas tarefas no ensino dos conteúdos e ainda propiciar ao aluno uma experiência integradora de aspectos pessoais, profissionais, relacionais e de ação sobre a realidade.

É realidade no cotidiano dos professores universitários a necessidade de que algum auxílio externo seja fornecido aos alunos ingressantes em relação aos conteúdos básicos que ele, via de regra, apresenta defasagem. A monitoria, de certa forma, pode ajudar o professor em sala de aula a administrar essas dificuldades básicas anteriores e, até mesmo, as novas dificuldades que surgirão como o novo conteúdo.

Nesse contexto, nos perguntamos: o que, de fato, pode ser considerado como promissor numa experiência vivenciada pelos monitores da disciplina de cálculo?

Aqui, estamos utilizando a experiência no sentido proposto por Josso (2004), para quem experiência é a vivência carregada de significado, é a vivência da qual nos tornamos conscientes; e de Larossa (2002), para quem experiência é aquilo que nos marca; o que nos marca nos dá forma e, se nos dá forma, constitui a nossa formação.

Vivenciar uma experiência também condiz com os ditames do protagonismo juvenil que busca, no contexto social, intervenções capazes de ajudar o jovem a dar conta dos problemas reais que ele vivencia na atualidade. O que se pretende é a educação desse jovem para a cidadania não apenas nos aspectos teóricos, mas na prática à medida que as situações vão se sucedendo. O que significa que o jovem vai ser o ator principal em ações que não dizem respeito à sua vida privada, familiar e afetiva, mas a problemas relativos ao bem comum, na escola, na comunidade ou na sociedade mais ampla.

> Outro aspecto do protagonismo é a concepção do jovem como fonte de iniciativa, que é ação; como fonte de liberdade, que é opção; e como fonte de compromissos, que é responsabilidade. Na raiz do protagonismo tem que haver uma opção livre do jovem, ele tem que participar na decisão se vai ou não fazer a ação. O jovem tem que participar do planejamento da ação. Depois tem que participar na execução da ação, na sua avaliação e na apropriação dos resultados. Existem dois padrões de protagonismo juvenil: quando as pessoas do mundo adulto fazem junto com os jovens e quando os jovens fazem de maneira autônoma. (COSTA, 1988).

A monitoria é a experiência que pode por o jovem como protagonista, pois é a modalidade de ensino-aprendizagem, de acordo com as necessidades de formação acadêmica, que objetiva, entre outras coisas, despertar o interesse pela docência mediante o desempenho de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções desde a organização e desenvolvimento do ensino até a apropriação de habilidades em atividades didáticas.

A monitoria, como procedimento pedagógico, tem demonstrado sua utilidade, à medida que atende às dimensões "[…] política, técnica e humana da prática pedagógica" (CANDAU, 1986, p. 14). O aluno de graduação é convidado a exercer com o professor da disciplina, atividades técnico-didáticas condizentes com o seu grau de conhecimento de uma determinada disciplina por ele cursada.

A monitoria representa um dos principais esforços das instituições de ensino superior na promoção de atividades extracurriculares a seu corpo discente. Assim, o desenvolvimento de atividades de monitoria tem sido importante nas avaliações que o Ministério de Educação e Cultura (MEC) realiza com essas instituições, pois evidencia o comprometimento dos cursos de graduação em proporcionar a seu alunado oportunidades efetivas de enriquecimento acadêmico.

A monitoria deve ser concebida então, como um dos meios de melhoria da qualidade do ensino e das avaliações internas e externas dos cursos de graduação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu artigo 84, prevê: "[…] os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos".

2 Coleta de dados

Na busca de entender os efeitos que a monitoria pode ter sobre essa aprendizagem mais ampla do sujeito, observamos monitores da disciplina Cálculo do curso de Engenharia de uma universidade privada.

A monitoria é oferecida no início de cada semestre e contempla as disciplinas que mais apresentam reprovações; no caso do curso de engenharia, as disciplina de Cálculo e a de Física. Após o aluno se inscrever pela internet (a não inscrição não o impede de participar), ele pode frequentar aos sábados, optando, em um dos dois períodos, pela monitoria de sua preferência, desde que esteja disponível em um dos campi da instituição.

A coleta de dados foi feita durante o primeiro semestre de 2010 e constou de anotações feitas no diário de campo pelo aluno de iniciação científica e entrevistas semiestruturadas feitas aos alunos participantes da monitoria.

3 Análise dos dados

Realizamos uma análise qualitativa dos dados, utilizando interpretações propiciadas por categorias empíricas (indicadores). As categorias que de certa forma, nos pareceram apropriadas para essa organização das informações foram elencadas em: a promessa de futuro; se responsabiliza pelo ensino; o reconhecimento; nova visão da profissão de professor; argumentação

4 A promessa de futuro

A instituição em anos anteriores 'premiava' os participantes da monitoria com uma redução do valor das parcelas nas mensalidades. Entretanto, no momento, a única compensação que é prometida aos alunos diz respeito ao recebimento de uma quantidade de horas atividades a serem utilizadas no seu próprio curso.

A instituição mantém ainda, desvinculadas da monitoria, outros programas incentivadores da formação como, por exemplo: o do 'professor do futuro', que considera a contratação na função de professores universitários da instituição, alunos que fizerem especialização na instituição e, ao mesmo tempo, se mostrarem capazes de preencherem os requisitos almejados para o cargo.

Apesar de os professores da disciplina de monitoria, na ocasião do recrutamento dos alunos monitores, deixarem muito claro que a única compensação serão as horas atividade e que o 'professor do futuro' é um programa que não tem nenhuma relação com a monitoria, o que se percebe no discurso dos alunos é a crença interna de que esses prêmios, bolsa de estudo e professores da instituição poderão, de alguma forma, ser alcançados, como podemos verificar nos fragmentos em que justificam porque se dispuseram a ser monitores.

> […] para tentar ganhar uma bolsa de estudos. A1

> […] eu poderia dar aulas nessa faculdade, não é?A2

> […]eles poderiam nos contratar como funcionários monitores. A3

5 Se responsabiliza pelo ensino

O aluno foi posto durante a monitoria em situação de resolução de problemas para os quais ele, muitas vezes não se sentia totalmente preparado, entretanto ele se responsabiliza pela situação de ensino e se mobiliza em direção a uma melhoria de sua própria aprendizagem.

> […] O mais difícil é lidar com uma dúvida que você não consegue responder no momento, o que já aconteceu. Um aluno trouxe exercícios que não constavam no programa da monitoria, mas o professor ensinou a ele, então, me senti na obrigação de aprender para poder explicar a ele. A2

> […] tive que aprender a ser organizado, estudar a matéria antes, procurar a bibliografia, vídeos, tudo que pudesse me auxiliar e auxiliar-los a entender o assunto e não apenas resolver o exercício. A3

6 O reconhecimento

Nos fragmentos abaixo, verificamos que o aluno sente-se recompensado, de forma quase narcísica, quando obtém reconhecimento do seu 'aluno' pelo seu sucesso, por sua competência no auxilio de suas dificuldades.

> O que me deixou super feliz na aula foi o tratamento que eu tive dos alunos […] e os elogios de satisfação, isso mostrou que os alunos saíram satisfeitos e depois disso os emails que recebi parabenizando-me […] falaram que tiram 8;5 outro 9, o que me deixou muitíssimo feliz, missão cumprida. A1

> No que me coube, me sai muito bem e acredito pelos elogios que recebi dos alunos inscritos […] conseguiram aproveitar muito, podendo tirar suas dúvidas e entender a disciplina, o que me deixou realmente muito satisfeito. A2

> Eu me senti feliz quando encontrei a sala lotada e ao final da aula os alunos me elogiaram, e disseram ter entendido a matéria. Certa vez encontrei um grupo de alunos

> da monitoria no pátio e eles me disseram, "estávamos falando de você, a gente tava comentando que você ensina muito bem e nem parece que ainda é aluno." Bom, pode ser vaidade, mas essas coisas dão uma sensação de dever cumprido. A3

7 Nova visão da profissão de professor

Parece que a experiência da monitoria propicia ao monitor um olhar para o outro lado da situação de ensino. Ele passa a se ver na situação de quem tem responsabilidade pelo ensino, o que lhe dá uma visão diferente da profissão, conforme podemos encontrar nas colocações.

> […] não precisamos jogar as culpas pelo não aprendizado no professor, mas buscar as informações, pois é isso que nos fortalece e nos torna grandes, e faz de nós diferentes. A1

> […] hoje vejo com muita clareza a dignidade da profissão. Quão importante é a influência do professor no aluno. A2

> […] Acho que preciso aprender mais, principalmente como o professor consegue se virar para dar conta de todas as nossas dúvidas. A3

8 Argumentação

O aluno consegue organizar os eventos e, ao mesmo tempo, faz considerações relevantes sobre diferentes aspectos que envolvem a monitoria. Procura olhar os problemas pelo lado do aluno, fala sobre sua própria estratégia de ensino, considera sobre os aspectos envolvidos no processo de atuação da monitoria e tira conclusões, ou seja, argumenta com sentido, com lógica, com a vivência que só é propiciada na situação em que ser colocado como protagonista da experiência pode permitir.

> […] Os alunos se inscrevem pelo desespero e se comprometem […] normalmente acreditam que a forma de explicação do professor nos assusta, o que mantêm a mente dos alunos fechada para todas as demais coisas […] quando eles chegam à monitoria, por ser uma turma muito menor, e explicarmos detalhadamente a disciplina com métodos mais práticos e usando exemplos reais e até usando músicas ou piadas para compreender, eles saem desenvolvendo muito bem na sua maioria […] outros são péssimos em exatas e acreditam que na faculdade podem desenvolver essa área que não aproveitaram no ensino médio e se iludem, porque sabemos que isso não funciona até porque, a faculdade não pode voltar aos princípios. A1

> […] excetuando-se o fato de que poucos alunos comparecem, o que às vezes é meio desanimador, a monitoria também nos faz entrar em contato com alunos de vários professores diferentes, e a gente consegue identificar a influencia desse professor sobre o aluno. Geralmente, alunos de professores mais exigentes se mostram melhores na monitoria, suas dúvidas não são tão básicas e, às vezes, até conceituais. Você consegue ver a diferença apenas ao ver a lista de exercícios de um grupo ou de outro. A.2

> Eu costumo chegar cedo e já deixar exercícios na lousa, os alunos chegam e começam a resolvê-los, e me chamam quando tem dificuldades ou dúvidas. Quando percebo que um exercício contém dúvidas gerais, resolvo o exercício na lousa.
>
> Também acontece de algum monitor faltar e se eu souber a matéria desse monitor, auxílio os alunos dele.
>
> Em geral os alunos tem dificuldades básicas, o que os impede de se aprofundar nas matérias é uma deficiência no ensino médio. No início do semestre, a sala costumava ficar cheia e os alunos ficavam presentes até o meio-dia e sem desejarem fazer pausa. Depois da segunda avaliação a gente percebe uma queda no numero de alunos, e durante o mês de maio vieram pouquíssimos alunos. Agora, junho, houve um aumento novamente no número de alunos. Interessante que, na monitoria, não costuma haver bagunça ou conversa, os alunos ficam compenetrados e o assunto geral é a matéria. A3

Segundo Souza (1999), o professor, além do saber acadêmico e pedagógico, tem o saber que acredita ter, em razão das experiências que vêm adquirindo ao longo do tempo: o "sabe fazer". Estar na sala de aula e dar sequência ao que deve acontecer, lhe confere esse pseudossaber. Esse pseudossaber também aparece nos relatos dos alunos monitores quando mencionam as suas estratégias de ensino, quando acreditam

que identificam os fatores responsáveis ou não pela aprendizagem, quando relatam situações em que se sentem competentes, as vezes mais do que o próprio professor da sala de aula. Serem protagonistas dessa experiência lhes dá segurança na busca de soluções, mas, ao mesmo tempo, mostra a necessidade de aperfeiçoar seus conhecimentos, buscando uma melhora no seu ensino como monitor. Mostra também o comprometimento com a situação em que foi posto para atuar, na medida em que, na ausência de outros monitores, se propõe a ajudar.

9 Considerações finais

Nos últimos anos, procedimentos monitorais vêm ganhando espaço no contexto da realidade educacional das instituições de educação superior.

Podemos dizer que a monitoria proporciona ao aluno vivenciar a situação da prática profissional do professor, pondo-o como protagonista da situação, sendo capaz de mobilizá-lo na busca de soluções para os problemas que ele teve que enfrentar durante a sua 'prática'. As entrevistas que realizamos também explicitam as reflexões que o aluno articulou durante essa sua experiência. O conceito de formação pôde ser visto então, por uma perspectiva teórica mais ampla: a formação como experiência.

Esse conhecimento proporcionado pela monitoria, também tem relação com o conceito de aprendizagem ao longo da vida, que é indispensável para a competitividade da economia do conhecimento. Esse conceito é aplicado a todos os níveis de aprendizagem e diz respeito a todas as fases da vida, bem como às diferentes formas de aprendizagem.

O exercício da monitoria, ao permitir o fortalecimento das interações entre os alunos e entre estes e seus professores, pode contribuir ainda para o desenvolvimento da capacidade de criar e de "aprender a aprender". Nessa perspectiva, o aluno tem que ser tratado como ator chave do processo de ensino-aprendizagem e, para tal, ele deve ser estimulado a "querer aprender" e a ser um questionador, ao invés de apresentar-se como um mero respondedor. As atividades de monitoria estimulam ainda a criação de um ambiente propício ao ensino cooperativo, pois o aluno monitor passa a desempenhar um papel central no estabelecimento do elo entre os alunos, o professor e as demais instâncias da universidade. Ao proporcionar uma experiência integradora de aspectos pessoais, profissionais, relacionais e de ação sobre a realidade, torna-o protagonista de sua própria história.

Referências

CANDAU, V. M. F. A didática em questão e a formação de educadores-exaltação à negação: a busca da relevância. In: CANDAU, V. M. F. (org). A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 12-22.

COSTA, A. C. G. O adolescente como protagonista. 1988.

Disponível em <http://www.adolec.br/bvs/adolec/P/cadernos/capitulo/cap07/cap07.htm>. Acesso em 5 fev. 2010.

JOSSO, M. C. Experiências de vida e formação. São Paulo: Cortez, 2004.

LAROSSA. B. J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20-28, 2002

LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. artigo 84. Disponível em: <ftp://ftp. fnde.gov.br/web/siope_web/lei_n9394_20121996.pdf>. Acesso em 4 mar. 2009.

SOUZA,M.C.C.C.A psicologia e a experiência pedagógica: Alguma memória" In. VIDAL et al. (org).A memória e a sombra- a escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte:Autêntica,p-77-78-79,1999.

A QUADRATURA DE GAUSS – LEGENDRE E SUA APLICAÇÃO NA INTEGRAÇÃO DE ELEMENTOS TRIANGULARES

GAUSS-LEGENDRE QUADRATURE AND ITS APPLICATION IN THE INTEGRATION OF TRIANGULAR ELEMENTS

Luís Henrique Gazeta de Souza
Msc. Engenharia Mecânica – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira/UNESP
Doutorando Engenharia Mecânica – Escola Politécnica/USP
Uninove

Eduardo de Campos Garcia
Mestrando em "Educação, Arte e História da Cultura" – Universidade Presbiteriana Mackenzie –
Uninove –
lhzeta@uninove.br

Resumo

O Método de Elementos Finitos tem se consolidado nos últimos como uma ferramenta poderosa para a solução aproximada de diversos fenômenos físicos aplicados à engenharia. Quando se utiliza o método de aproximação de elementos finitos na discretização de um problema várias integrais podem ser avaliadas numericamente. Em se tratando resolução dessa integral em um domínio bidimensional triangular, são poucos métodos que oferecem boa convergência de resultados. Com o advento do método de elementos finitos alguns trabalhos pioneiros publicados por Hammer, Cowper, Lannoy, Laurie e Reddy and Shippy foram apresentados para a integração em uma superfície triangular. Este trabalho propõe uma metodologia diferenciada, onde a integração numérica em elementos triangulares é construída com elementos quadrilaterais distorcidos geometricamente. Uma transformação é aplicada ao quadrilátero que se deforma em um triângulo padrão com coordenadas (0,0); (0,1) e (1,0). Os pontos de Gauss do quadrilátero, obtidos pela quadratura de Gauss, acompanham essa deformação e a transformação, garante a geração de pontos espaçados simetricamente dentro do triângulo de referência, diferentemente da proposta de muitos trabalhos. Com uma nova transformação, um método prático se constituiu e novos pontos e novos pesos foram conseguidos para uma integração em um triângulo pela quadratura de Gauss-Legendre.

Palavras-chaves: Integração Numérica, Gauss-Legendre, Elemento Finito, Elemento Triangular.

Abstract

The finite element method has been used as a powerful tool to obtain approximate solution to several phenomena common in engineering field. When using the finite element method to discretize a given problem some integrals may arise and its computation must be done numerically. For two dimensional domains as in this work it will be two dimensional integrals. For triangular finite elements there will be two dimensional integrals over triangular domains. For such domains there are not so much methods to accomplish that integration with accuracy. In this work it is proposed another algorithm to do numerical integration over two dimensional domains shaped as triangles. To accomplish that a first linear transform is done to change the general triangle into a right triangle having unitary sides. Afterwards the standard triangle is transformed nonlinearly into a standard rectangle suitable for the two dimensional Gauss-Legendre integration. The well known Gauss-Legendre quadrature points and weights for the two dimensional integration over a standard rectangle are then mapped back to the standard triangle and then to the general triangle. By using a supposed new transformation it was possible to obtain a set of Gauss-Legendre symmetric points and weights.

Key words: Finite element. Gauss-legendre. Numerical integration. Triangular element.

1 Introdução

O Método dos Elementos Finitos (FEM) é a principal ferramenta utilizados para obter a solução aproximada de problemas matemáticos que surgem a partir de modelagem física, por exemplo, aquelas associadas à Mecânica dos Fluidos e Transferência de Calor. Este método, desenvolvido e codificado computacionalmente, mostra bons resultados quando aplicado para resolver problemas em regime permanente e transiente para equações lineares e não lineares em domínios unidimensionais, bidimensionais e tridimensionais. Uma questão, entre outros, que necessitam de atenção no contexto do FEM é resolver as integrais que aparecem durante o processo de discretização de um determinado problema. Essas integrais devem ser resolvidas sob cada elemento que está sendo utilizado. Eficazes métodos numéricos para realizar esse trabalho não são facilmente encontradas na literatura. Os tipos mais utilizados de elementos descritos nos documentos são triangulares e quadrilaterais. Em geral, os elementos triangulares são muito usados na análise por elementos finitos, pois várias integrais podem ser avaliadas numericamente tais como as integrais da matriz de rigidez, da matriz de massa, do vetor força, e outras. Hammer e Stroud (1956), foram os primeiros a fornecer uma solução para o problema de integração de duas variáveis sobre uma superfície triangular com o advento do Método de Elementos Finitos. Logo após, muitos outros autores tais como Cowper (1973), Lannoy (1977), Laurie (1977), Reddy and Shippy (1981), foram melhorando as fórmulas de integração devido o grau de complexidade ser um pouco maior e as transformações e métodos práticos não serem algo fácil de se encontrarem.

2 Formulação do método numérico de integração sob um domínio triangular

Para mapear um triângulo qualquer com coordenadas (x,y) para um triângulo retângulo que será o elemento mestre a ser utilizado no trabalho, deve-se fazer inicialmente a transformação apresentada abaixo:

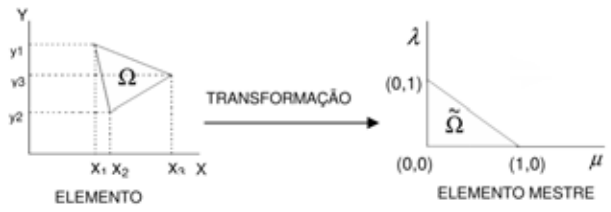


Figura 1: Indica a transformação de coordenadas de um elemento triangular qualquer para um elemento triangular retângulo
Fonte: Os autores.

Pode-se escrever essa transformação fazendo,

$$\begin{bmatrix}\mu\\ \lambda\end{bmatrix}=\begin{bmatrix}a_{11} & a_{12}\\ a_{21} & a_{22}\end{bmatrix}\begin{bmatrix}x\\ y\end{bmatrix}+\begin{bmatrix}\tilde{a}\\ \tilde{b}\end{bmatrix}\Leftrightarrow\begin{bmatrix}x\\ y\end{bmatrix}=\begin{bmatrix}a_{11} & a_{12}\\ a_{21} & a_{22}\end{bmatrix}^{-1}\begin{bmatrix}\mu\\ \lambda\end{bmatrix}-\begin{bmatrix}\hat{a}\\ \hat{b}\end{bmatrix}$$

(1a-b)

e

$$\mu=a_{11}x+a_{12}y-\hat{a}\quad e\quad \lambda=a_{21}x+a_{22}y-\hat{b}$$

(2)

Basta encontrar agora os elementos da matriz, e para isto, será usado as seguintes relações:

$$\begin{aligned}0&=a_{11}x_1+a_{12}y_1+\tilde{a}\\ 0&=a_{21}x_1+a_{22}y_1+\tilde{b}\\ 1&=a_{11}x_2+a_{12}y_2+\tilde{a}\\ 0&=a_{21}x_2+a_{22}y_2+\tilde{b}\\ 0&=a_{11}x_3+a_{12}y_3+\tilde{a}\\ 1&=a_{21}x_3+a_{22}y_3+\tilde{b}\end{aligned}$$

3

Resolvendo o sistema (3), encontram-se os valores de a_{11}, a_{12}, a_{21} e a_{22} na qual se apresentam:

$$a_{11}=\frac{y_3-y_1}{(x_2-x_1)(y_3-y_1)-(x_3-x_1)(y_2-y_1)},$$

4a

$$a_{12}=\frac{x_3-x_1}{(y_2-y_1)(x_3-x_1)-(y_3-y_1)(x_2-x_1)},$$

4b

$$a_{21}=\frac{y_2-y_1}{(x_3-x_1)(y_2-y_1)-(x_2-x_1)(y_3-y_1)},$$

4c

$$a_{22}=\frac{x_2-x_1}{(y_3-y_1)(x_2-x_1)-(y_2-y_1)(x_3-x_1)}.$$

4d

Sabe-se que a área de um triângulo qualquer pode ser encontrada a partir de suas coordenadas,

$$A=\frac{(x_2-x_1)(y_3-y_1)-(x_3-x_1)(y_2-y_1)}{2}$$

5

Utilizando essa relação nos resultados (4a-d), é possível reescrevê-las da seguinte forma:

$$a_{11}=\frac{y_3-y_1}{2A},\quad a_{12}=\frac{x_3-x_1}{-2A},\ a_{21}=\frac{y_2-y_1}{-2A}\ \text{e}\ a_{22}=\frac{x_2-x_1}{2A}.$$

6a-d

na qual A é a área do triangulo com coordenadas (x,y). Usando a definição do jacobiano da transformação

$$J\equiv\begin{bmatrix}\frac{\partial x}{\partial\mu} & \frac{\partial x}{\partial\lambda}\\ \frac{\partial y}{\partial\mu} & \frac{\partial y}{\partial\lambda}\end{bmatrix}$$

7

Fazendo referência a equação (1a-b) encontra-se os elementos da matriz inversa e consequentemente também, o jacobiano da primeira transformação a ser realizado nesse processo de construção de um método para a integração triangular.

$$J=\begin{bmatrix}a_{11} & a_{12}\\ a_{21} & a_{22}\end{bmatrix}^{-1}=\begin{bmatrix}\frac{y_3-y_1}{2A} & \frac{x_3-x_1}{-2A}\\ \frac{y_2-y_1}{-2A} & \frac{x_2-x_1}{2A}\end{bmatrix}^{-1}=$$

$$=\begin{bmatrix}(x_2-x_1) & (x_3-x_1)\\ (y_2-y_1) & (y_3-y_1)\end{bmatrix}\Rightarrow \det(J)=2A$$

8

Com isso tem-se

$$\int_\Omega f(x,y)dxdy=\int_{\tilde\Omega} f(\mu,\lambda)J(\mu,\lambda)d\mu d\lambda=$$

$$=\int_{\tilde\Omega} f(\mu,\lambda)2Ad\mu d\lambda=2A\int_{\tilde\Omega} f(\mu,\lambda)d\mu d\lambda$$

9

Para a aplicação da quadratura de Gauss-Legendre precisa-se transformar a integral no triângulo retângulo na integral com extremantes –1 e 1 e para isso é necessário encontrar outro jacobiano da transformação assim como os pontos u e v de integração e seus respectivos pesos. Será seguido aqui o modelo proposto por Rathod et al (2004) com algumas modificações fornecendo uma contribuição nova para o trabalho. Pretende-se encontrar o valor da integral pela fórmula da quadratura:

$$T=\sum_{k=1}^{N} w_k f(\mu_k,\lambda_k)$$

10

na qual w_k são os pesos associados com os pontos específicos (μ_k, λ_k) e N é o número de pontos relacionadas com a precisão requerida.

Neste trabalho, adotam-se os pontos e pesos de Gauss triangulares que é baseada nas raízes (pontos) e nos pesos do polinômio de Gauss – Legendre.

A integral da equação (9) pode ser transformada em uma integral sobre a superfície do quadrado $\{(u,v)/0\le u,v\le 1\}$ através da substituição de

$$\mu=(1-v/2)u;\lambda=(1-u/2)v$$

11

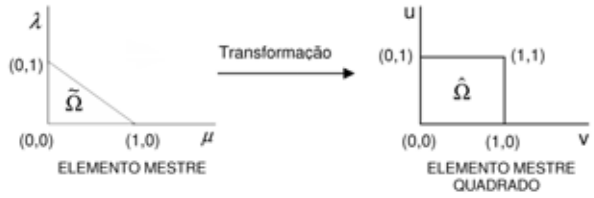


Figura 2: Indica a transformação de coordenadas do elemento mestre para um elemento mestre quadrado
Fonte: Os autores.

Essa transformação (11) é aplicada ao quadrilátero com coordenadas (u,v) que se deforma em um triângulo padrão com coordenadas (0,0); (0,1) e (1,0). Os pontos de Gauss do quadrilátero, obtidos pela quadratura de Gauss-Legendre, acompanham essa deformação e a transformação, garante a geração de pontos espaçados simetricamente dentro do triângulo de referência, diferentemente da proposta de muitos trabalhos como o dos autores Rathod et al (2004) por exemplo.

Para realizar a transformação, tem-se então, o determinante do jacobiano da transformação:

$$\frac{\partial(\mu,\lambda)}{\partial(u,v)}=\frac{\partial\mu}{\partial u}\frac{\partial\lambda}{\partial v}-\frac{\partial\mu}{\partial v}\frac{\partial\lambda}{\partial u}=\left(1-\frac{v}{2}\right)\left(1-\frac{u}{2}\right)-\frac{uv}{4}=1-\frac{u+v}{2}$$

12

então,

$$d\mu d\lambda=\frac{\partial(\mu,\lambda)}{\partial(u,v)}dudv=\left(1-\frac{u+v}{2}\right)dudv$$

13

Substituindo as equações (11) e (13) na equação (9), tem-se

$$2A\int_{\tilde\Omega} f(\mu,\lambda)d\mu d\lambda=2A\int_{\hat\Omega} f(u,v)J(u,v)dudv=$$

$$=2A\int_{\hat\Omega} f(u,v)\left(1-\frac{u+v}{2}\right)dudv=$$

$$= 2A\int_0^1\int_0^1 f\left(\left(1-\frac{v}{2}\right)u, \left(1-\frac{u}{2}\right)v\right)\left(1-\frac{u+v}{2}\right)dudv$$

14

A integral da equação (14) pode ser transformada nas coordenadas ξ e η em que $\{(\xi,\eta)/\ -1 \le \xi, \eta \le 1\}$ pela substituição:

$$u=(1+\xi)/2; v=(1+\eta)/2$$

15

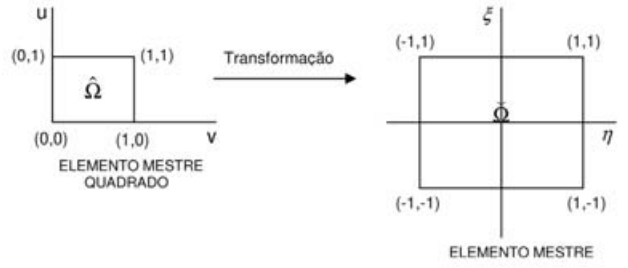


Figura 3: Indica a transformação de coordenadas do Elemento Mestre Quadrado para o Elemento Mestre
Fonte: Os autores.

O determinante do jacobiano da transformação é:

$$\frac{\partial(u,v)}{\partial(\xi,\eta)} = \frac{\partial u}{\partial \xi}\frac{\partial v}{\partial \eta} - \frac{\partial u}{\partial \eta}\frac{\partial v}{\partial \xi} = \frac{1}{2}\frac{1}{2} = \frac{1}{4}$$

16

e

$$dudv = \frac{\partial(u,v)}{\partial(\xi,\eta)}d\xi d\eta = \frac{1}{4}d\xi d\eta$$

17

Agora substituindo as equações (15) e (17) na equação (14), tem-se que,

$$2A\int_0^1\int_0^1 f\left(\left(1-\frac{v}{2}\right)u, \left(1-\frac{u}{2}\right)v\right)\left(1-\frac{u+v}{2}\right)dudv =$$

$$= 2A\int_{\hat{\Omega}} f(\xi,\eta)J(\xi,\eta)d\xi d\eta =$$

$$= 2A\int_{\hat{\Omega}} f(\xi,\eta)\frac{1}{4}d\xi d\eta =$$

$$= 2A\int_{-1}^1\int_{-1}^1 f\left(\left(1-\frac{(1+\eta)}{4}\right)\frac{(1+\xi)}{2}, \left(1-\frac{(1+\xi)}{4}\right)\frac{(1+\eta)}{2}\right)\frac{(2-\xi-\eta)}{16}d\xi d\eta$$

18

então escreve-se que:

na qual os ξ_i, η_j são, respectivamente, os pontos e pesos de Gauss unidimensionais obtidos com o auxílio dos Polinômios de Legendre, nas direções ξ e η e w_i e w_j são os pesos correspondentes para os quais

$$w_k = \frac{w_i w_j}{16}(2-\xi-\eta)$$

20

e w_k, μ_k, λ_k, são obtidos por meio das relações:

$$w_k = \left(\frac{2-\xi_i-\eta_j}{16}\right)w_i w_j$$

$$\mu_k = \left[1-\left(\frac{(1+\eta_j}{4}\right)\right]\frac{(1+\xi_i)}{2} \qquad \lambda_k = \left[1-\left(\frac{(1+\xi_i}{4}\right)\right]\frac{(1+\eta_j)}{2},$$

$$\left(k=1,2,\ldots,n^2\right),\left(i,j=1,2,3,\ldots,n\right)$$

21a-c

Com essas relações, é possível gerar pontos e pesos de Gauss para a realização da integração em um triângulo qualquer obedecendo a formulação,

$$T = 2A\sum_{k=1}^{n} w_k f(\mu_k, \lambda_k)$$

22

Os pontos e pesos de Gauss para essa integração se encontram na tabela descrita a seguir.

Esses resultados foram gerados a partir de um programa computacional construído na linguagem FORTRAN.

3 Resultados

3.1 Avaliando integrais numericamente

Apresentam-se aqui alguns exemplos de integração em triângulos de acordo com a formulação (22). Mostra-se também, as expressões analíticas a serem integradas e os limites superiores e inferiores das integrais para cada triângulo, obedecendo assim, a formulação matemática. É claro que seguindo a formulação sugerida neste artigo, é dispensável encontrar os limites superiores e inferiores das integrais, interessa apenas, para efeito de simulação numérica, o integrando e área do triângulo a partir de suas coordenadas (x,y). Integram-se, respectivamente, dois triângulos retângulos, um equilátero, um isóscele e um escaleno. Todos os resultados abaixo convergem para o valor exato com no máximo quatro pontos de Gauss.

Tabela 1: Pontos e Pesos de Gauss para a integração em triângulos

μ_k	λ_k	w_k
n=2		
0.1889958E+00	0.1889958E+00	0.1971688E+00
0.7053418E+00	0.1279915E+00	0.1250000E+00
0.1279915E+00	0.7053418E+00	0.1250000E+00
0.4776709E+00	0.4776709E+00	0.5283122E-01
n=3		
0.1063508E+00	0.1063508E+00	0.6846439E-01
0.4718246E+00	0.8452624E-01	0.8563571E-01
0.8372983E+00	0.6270166E-01	0.3858025E-01
0.8452624E-01	0.4718246E+00	0.8563571E-01
0.3750000E+00	0.3750000E+00	0.9876543E-01
0.6654738E+00	0.2781754E+00	0.3782109E-01
0.6270166E-01	0.8372983E+00	0.3858025E-01
0.2781754E+00	0.6654738E+00	0.3782109E-01
0.4936492E+00	0.4936492E+00	0.8696116E-02
n=4		
0.6702145E-01	0.6702145E-01	0.2815038E-01
0.3185529E+00	0.5797526E-01	0.4538621E-01
0.6467312E+00	0.4617250E-01	0.3574555E-01
0.8982626E+00	0.3712631E-01	0.1512537E-01
0.5797526E-01	0.3185529E+00	0.4538621E-01
0.2755563E+00	0.2755563E+00	0.7123562E-01
0.5594389E+00	0.2194579E+00	0.5316166E-01
0.7770200E+00	0.1764613E+00	0.2096742E-01
0.4617250E-01	0.6467312E+00	0.3574555E-01
0.2194579E+00	0.5594389E+00	0.5316166E-01
0.4455469E+00	0.4455469E+00	0.3508770E-01
0.6188322E+00	0.3582546E+00	0.1132675E-01
0.3712631E-01	0.8982626E+00	0.1512537E-01
0.1764613E+00	0.7770200E+00	0.2096742E-01
0.3582546E+00	0.6188322E+00	0.1132675E-01
0.4975896E+00	0.4975896E+00	0.2100365E-02

Fonte: Os autores.

Triângulos Retângulos com coordenadas (0,0), (1,0) e (0,1)

$$T = \int_0^1 \int_0^{1-y} x\sqrt{1-y}\; dxdy = \frac{1}{7} = 0.142857142$$

23

$$T = \int_0^1 \int_0^{1-y} \sqrt{x+y}\; dxdy = \frac{2}{5} = 0.400000000$$

24

Triângulo Equilátero com coordenadas (0,0), (0,2) e ($\sqrt{3}$,1)

$$T = \int_0^{\sqrt{3}} \int_{\frac{\sqrt{3}}{3}x}^{\frac{-\sqrt{3}}{3}x+2} e^{x+y}\; dydx = 9.763139379$$

25

Triângulo Isósceles com coordenadas (-4,1), (-1,1) e (-2,5 ,-3)

$$T = \int_{-3}^{1} \int_{\frac{-3y-29}{8}}^{\frac{3y-11}{8}} (2x+y)^3\; dxdy = -1128$$

26

Triângulo Escaleno com coordenadas (-3,-2), (-2,1) e (5,-1)

$$T = \int_{-3}^{-2} \int_{\frac{x-13}{8}}^{3x+7} x^2(y+1)^3\; dydx + \int_{-2}^{-5} \int_{\frac{x-13}{8}}^{\frac{-2x+3}{7}} x^2(y+1)^3\; dydx =$$

$$= \frac{4301}{420} = 10{,}24047619$$

27

3.2 Integrando malhas com elementos triangulares

A integração de malhas faz parte do processo de discretização espacial de um dado problema a ser resolvido pelo Método dos Elementos Finitos. Essa divisão do domínio de um problema em subdomínios, geralmente é construída com elementos triangulares. O que se quer mostrar aqui é como o método de integração desenvolvido na seção 2 também é eficiente para integrar malhas constituídas de elementos triangulares.

Para realizar esse procedimento, um código na linguagem FORTRAN foi implementado e as malhas apresentadas logo em seguida, foram produzidas por um Gerador de Malha construído por Aparecido (2006).

Malha1: Quadrado unitário com 8 elementos triangulares e 9 nós

Dados da Malha
Malha=2D – GerMal2D v1.0.1

(Número de elementos da malha;	Número de nós da malha)
8	9

(Número do nó;	Coordenada-x do nó;	Coordenada-y do nós)
1	0.000000000000000E+000	0.000000000000000E+000
2	5.000000000000000E-001	0.000000000000000E+000
3	1.000000000000000E+000	0.000000000000000E+000
4	0.000000000000000E+000	5.000000000000000E-001
5	5.000000000000000E-001	5.000000000000000E-001
6	1.000000000000000E+000	5.000000000000000E-001
7	0.000000000000000E+000	1.000000000000000E+000
8	5.000000000000000E-001	1.000000000000000E+000
9	1.000000000000000E+000	1.000000000000000E+000

(Número do elemento;	Tipo do Elemento;	Nós do elemento)
1	TRG01	1 5 4
2	TRG01	1 2 5
3	TRG01	2 6 5
4	TRG01	2 3 6
5	TRG01	4 8 7
6	TRG01	4 5 8
7	TRG01	5 9 8
8	TRG01	5 6 9

Malha 2. Setor de Coroa com centro (2,2), raio interno 10, raio externo 20 e ângulo anti-horário de 30^0 com 30 elementos triangulares e 24 nós. Os dados da malha foram omitidos nesse caso, pois são muito extensos.

Malha 3. Quadrilátero com coordenadas (-5,6); (5,-6); (-8,12) e (2,9) dividido em 24 elementos e 20 nós. Os dados da malha foram omitidos nesse caso também, pois são muito extensos.

A integração das malhas foram precisas e os resultados apresentados nas tabelas 2, 3 e 4 mostram uma ótima convergência e um grande potencial do método como ferramenta na resolução de diversos problemas. As malhas apresentadas nesses exemplos são pequenas se comparadas com as malhas utilizadas para a obtenção de resultados válidos utilizando o Método dos Elementos Finitos, mas para efeito didático, os exemplos

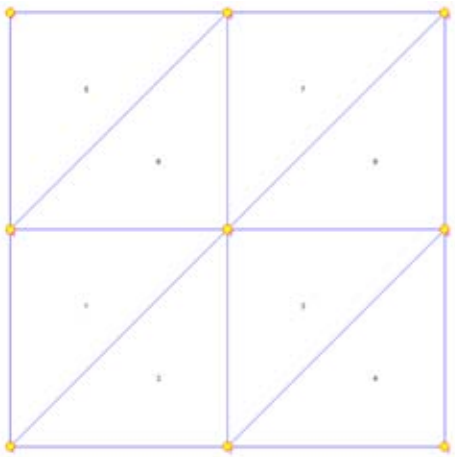


Figura 4: Malha com oitos elementos e nove nós
Fonte: Os autores.

são válidos. O Gerador de Malhas de Aparecido (2006) possui uma ótima interface e possibilitou uma visualização abrangente e de fácil compreensão dos elementos que foram integrados.

4 Considerações finais

A resolução de integrais a partir de um modelo numérico, é um assunto que sempre será discutido pois em muitos problemas, o integrando não possui solução analítica, tendo o pesquisador que utilizar métodos alternativos de integração. Muitas fórmulas foram pesquisadas no intuito de realizar aproximações eficazes para a resolução de integrais. Na tentativa de conseguir um modelo teórico e prático é que se consolidou o método discutido nesse artigo.

Os integrandos da seção 3.1 foram escolhidos de tal forma que o leitor conhecesse a solução exata de cada integral e verificasse que a mesma solução também foi obtida numericamente pela formulação (22) necessitando apenas, de no máximo, quatro pontos de Gauss para esse efeito.

Tabela 2: Valores da integração dos elementos da 1ª Malha

ELEMENTOS	F (x, y) = ex+y				
	NUMERO DE PONTOS DE GAUSS				
	1	3	5	10	80
1	0,219381832	0,210419759	0,210419643	0,210419643	0,210419643
2	0,219381832	0,210419759	0,210419643	0,210419643	0,210419643
3	0,361699493	0,346923532	0,346923342	0,346923342	0,346923342
4	0,361699493	0,346923532	0,346923342	0,346923342	0,346923342
5	0,361699493	0,346923532	0,346923342	0,346923342	0,346923342
6	0,361699493	0,346923532	0,346923342	0,346923342	0,346923342
7	0,596341647	0,571980207	0,571979893	0,571979893	0,571979893
8	0,596341647	0,571980207	0,571979893	0,571979893	0,571979893

Fonte: Os autores.

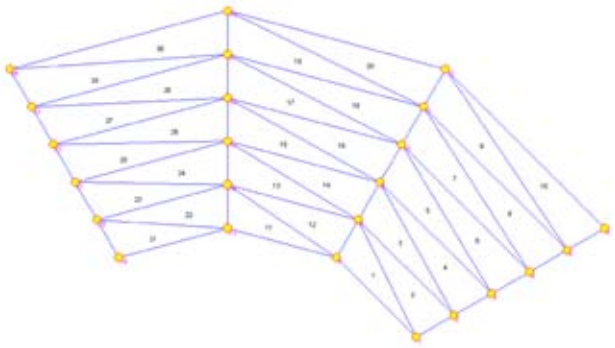


Figura 5: Malha com trinta elementos e vinte quatro nós
Fonte: Os autores.

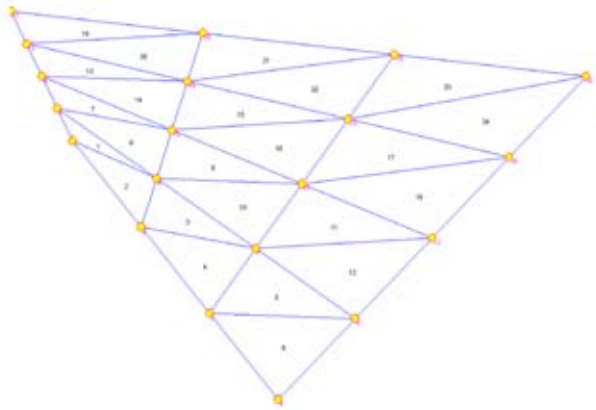


Figura 6: Malha com vinte e quatro elementos e vinte nós
Fonte: Os autores.

Tabela 3: Valores da integração dos elementos da 2ª Malha

ELEMENTOS	$F(x, y) = (2x + y)^3$				
	NUMERO DE PONTOS DE GAUSS				
	1	3	5	10	80
1	98140,094587567	100088,120971646	100088,120971645	100088,120971645	100088,120971645
2	162348,062491771	159890,165718841	159890,165718840	159890,165718840	159890,165718840
3	176848,248156279	181009,320656773	181009,320656771	181009,320656771	181009,320656771
4	280283,380905540	277337,484854510	277337,484854508	277337,484854508	277337,484854508
5	295135,595971858	302995,483935827	302955,483935824	302955,483935824	302955,483935824
6	453007,308014356	449932,534730965	449932,534730961	449932,534730961	449932,534730960
7	464405,062915799	477842,602239938	477842,602239933	477842,602239933	477842,602239933
8	695299,773725571	692705,873971134	692705,873971127	692705,873971128	692705,873971127
9	697499,790018244	719103,854480729	719103,854480722	719103,854480723	719103,854480725
10	1023705,62175699	1022500,78093151	1022500,78093150	1022500,78093150	1022500,78093150
11	33837,1218891009	38399,0255259639	38399,0255259635	38399,0255259635	38399,0255259635
12	78486,9654792743	81666,0569996588	81666,0569996580	81666,0569996581	81666,0569996582
13	58375,0793615302	67085,772428400	67085,772428400	67085,772428400	67085,772428399
14	132413,118174273	138912,061702864	138912,061702863	138912,061702863	138912,061702863
15	94144,130780128	109308,550012289	109308,550012288	109308,550012288	109308,550012288
16	210161,816564474	221948,927176831	221948,927176828	221948,927176829	221948,927176830
17	144110,266967487	168753,017885327	168753,017885325	168753,017885325	168753,017885325
18	317871,938205747	337551,530994278	337551,530994275	337551,530994275	337551,530994277
19	211585,134961503	249547,583298554	249547,583298551	249547,583298551	249547,583298551
20	462385,326004949	493285,187546262	493285,187546257	493285,187546257	493285,187546256
21	2021,777556002	3884,188185626	3884,188185626	3884,188185626	3884,188185626
22	11431,7592114370	44563,9188452999	44563,9188452997	44563,9188452997	44563,9188452997
23	2732,530823015	5928,060465467	5928,060465467	5928,060465467	5928,060465467
24	17401,719793995	22889,544900026	22889,544900026	22889,544900026	22889,544900026
25	3574,312846116	8681,747469442	8681,747469442	8681,747469442	8681,747469442
26	25392,235070887	34332,682164398	34332,682164398	34332,682164398	34332,682164398
27	4560,791272289	12298,259689498	12298,259689498	12298,259689498	12298,259689498
28	35807,537228552	49587,319776376	49587,319776376	49587,319776376	49587,319776376
29	5706,275535407	16945,512182855	16945,512182855	16945,512182855	16945,512182855
30	49088,313676790	69417,173015240	69417,173015240	69417,173015240	69417,173015240

Fonte: Os autores.

Tabela 4: Valores da integração dos elementos da 3ª Malha

ELEMENTOS	$F(x, y) = (2x + y)^3$				
	NUMERO DE PONTOS DE GAUSS				
	1	3	5	10	80
1	-9,740950584	-41,533852358	-41,533852358	-41,533852358	-41,533852358
2	-1,098930358	-29398480902	-29398480902	-29398480902	-29398480902
3	390,429317368	546,383751085	546,383751085	546,383751085	546,383751085
4	400,082270869	669,701620370	669,701620370	669,701620370	669,701620370
5	8956,551444124	8854,747137225	8854,747137225	8854,747137225	8854,747137225
6	5922,472035443	7196,984736689	7196,984736689	7196,984736689	7196,984736689
7	-0,02513122558	-11,329832175	-11,329832175	-11,329832175	-11,329832175
8	72,703402519	142,965695529	142,965695529	142,965695529	142,965695529
9	5959,573825412	6436,834516059	6436,834516059	6436,834516059	6436,834516059
10	11043,146947790	10928,773804615	10928,773804615	10928,773804615	10928,773804615
11	75096,779265792	71315,516261574	71315,516261574	71315,516261574	71315,516261574
12	86411,279197092	83060,203079789	83060,203079788	83060,203079788	83060,203079788
13	9,447358131	213,178387225	213,178387225	213,178387225	213,178387225
14	1026,827333450	1287,180457899	1287,180457899	1287,180457899	1287,180457899
15	27099,827008459	28003,457156033	28003,457156032	28003,457156032	28003,457156033
16	56363,440552322	52748,995891204	52748,995891203	52748,995891203	52748,995891203
17	275374,093240490	261721,678452331	261721,678452329	261721,678452329	261721,678452329
18	370522,000745491	346592,230016641	346592,230016637	346592,230016637	346592,230016638
19	119,832275390	966,194907407	966,194907407	966,194907407	966,194907407
20	4569,449475288	5070,311235894	5070,311235894	5070,311235894	5070,311235894
21	78841,103722466	80279,503624133	80279,503624132	80279,503624132	80279,503624132
22	170570,998408566	157316,158895763	157316,158895762	157316,158895762	157316,158895762
23	710583,852502895	677803,214178248	677803,214178241	677803,214178241	677803,214178243
24	1024583,82502750	952341,698359746	952341,698359737	952341,698359738	952341,698359740

Fonte: Os autores.

As integrais apresentadas em 3.2 aplicadas em malhas possuem ótima convergência quando utilizado o Método da Quadratura de Gauss – Legendre desenvolvido nesse artigo. Inúmeros outros casos já foram testados, e o que se observa, é que a convergência com precisão de oito casas decimais acontece utilizando apenas três pontos Gauss. A utilização de oitenta pontos de Gauss não é necessária, já que a convergência é rápida como se observa nas tabelas 2 ,3 e 4. Esse fato já é suficiente para viabilizar o uso desse método em diversas aplicações da Mecânica dos Fluidos tratadas com o Método dos Elementos Finitos. Os pontos e pesos de Gauss aqui mostrados são derivados dos pontos e pesos de Gauss unidimensionais aplicados a formulação (21a,c), evitando o uso de técnicas que encontre novos pontos e pesos para integrações em duas variáveis.

Tang, Cheng e Tsang (1995), Winterscheidt e Surana (1993), Codina (1998) e muitos outros autores validaram o potencial do Método dos Elementos Finitos e conseguiram ótimos resultados na solução de seus problemas. Jiang (1992), chega ate elogiar o método denominando-o de simples, robusto e fiel. Com tantas apreciações, é de se esperar que um método de integração "simples, robusto e fiel" sobre um triangulo se concretize dando um maior suporte para esse tipo de formalismo que é o esperado nesse trabalho.

Referências

CODINA, R. Comparison of some finite element methods for solving the diffusion-convection-reaction equation. Comput. Methods Appl. Mech. Engrg, v. 156, pp. 185-210, 1988.

COWPER, G. R. Gaussian quadrature formulas for triangles. Int. J. Num. Meth. Engng, v. 7, pp. 405-408, 1973.

HAMMER, P. C.; STROUD, A.H. Numerical integration over simplexes. Math. Tables Other Aids Computation, v. 12, pp. 137-139, 1956.

JIANG, B. A least – squares finite element method for incompressible navier-stokes problems. International Journal for Numerical Methods in Fluids, Nasa, v.14, pp. 843-859, 1992.

LANNOY, F. G. Triangular finite elements and numerical integration. Computers Struct, v. 7, 613p, 1977.

LAURIE, D. P. Automatic numerical integration over a triangle. CSIR Spec. Rep. WISK 273, National Institute for Mathematical Sciences, Pretoria, 1977.

RATHOD, H. T.; NAGARAJA, K. V.; VENKATESUDU, B.; RAMESH, N. L. Gauss legendre quadrature over a triangle. Journal Indian Institute of Science, Bangalore, Indian, pp. 183-188, 2004.

ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E A COMPETITIVIDADE DAS ORGANIZAÇÕES INDUSTRIAIS

ANALYSIS OF THE RELATIONS BETWEEN THE PROCESS OF DEVELOPMENT OF PRODUCTS AND THE COMPETITIVENESS OF THE INDUSTRIAL ORGANIZATIONS

Dr. Eng. Jean Pierre Garcia
Diretoria de Exatas – Uninove
jeanpierre.garcia@uninove.br

Fabiano Pedro Celestino
Estudante de Engenharia – Uninove

Humberto Henrique Geraldelli
Estudante de Engenharia – Uninove.

Resumo

Com o aumento crescente da competitividade entre as organizações industriais, decorrente do advento da globalização, o desenvolvimento de novos produtos e processos passa ser considerado como um fator crucial para o futuro dessas organizações. Esse trabalho tem como objetivo principal a caracterização de organizações industriais de diversos segmentos, sob a ótica de seus Processos de Desenvolvimento de Produtos (PDP), avaliando-se também a influência do PDP na competitividade das organizações contemporâneas. Para atender aos objetivos traçados foi definida a realização de uma pesquisa descritiva, com base em uma extensa revisão bibliográfica sobre os principais processos de desenvolvimento de produtos empregados por organizações industriais. O método adotado utilizou, além da revisão bibliográfica, a pesquisa de campo por meio da realização de entrevistas em organizações industriais de segmentos distintos, buscando avaliar a influência e contribuição do PDP na competitividade das organizações. Com base nessas análises, foi elaborado um cenário dos principais modelos de PDP empregados, sendo possível observar-se algumas diferenças entre as teorias e práticas empregadas nos segmentos analisados.

Palavras-chave: Competitividade. Organizações industriais. Processo de desenvolvimento de produtos (PDP).

Abstract

With the increasing competitiveness among industrial organizations, due to the advent of globalization, the development of new products and processes shall be considered as a crucial factor for the future of these organizations. This work has as main objective the characterization of industrial organizations of various sectors, from the perspective of its Product Development Process (PDP), to evaluate the influence of the PDP on the competitiveness of contemporary organizations. To meet the goals set was defined to carry out a descriptive study, based on an extensive literature review on key development processes of products used by industrial organizations. The adopted method used in addition to the literature review, field research by conducting interviews in different segments of industry organizations, seeking to assess the contribution and the PDP on the competitiveness of organizations. Based on this analysis, we designed a scenario leading PDP models employed, it is possible to observe some differences between the theories and practices employed in the segments analyzed.

Key words: Competitiveness. Industrial organizations. Product development process (PDP).

1 Introdução

O contexto econômico atual se caracteriza pela alta competitividade, pela sofisticação dos consumidores e pela velocidade em que ocorrem mudanças. Segundo Porter (1985), competitividade significa aptidão de uma empresa em manter ou aumentar seus lucros e sua participação no mercado. Para isso, ela precisa saber aproveitar sua capacitação e as vantagens competitivas adquiridas ao longo do tempo. A capacitação de uma empresa, é bom lembrar, não depende de fatores internos. Há fatores externos que também influem – e, às vezes, decisivamente – sobre o ambiente da organização.

O posicionamento estratégico das empresas é reconhecido hoje como fator predominante para a geração de vantagens competitivas sobre a concorrência, fundamental para a sobrevivência de uma empresa no longo prazo, de acordo com Porter (1985). As empresas podem adotar estratégias diferentes de posicionamento, mas que, de maneira geral, classificam-se em dois extremos: o primeiro, o de vantagem competitiva por preço e, o segundo, o de geração de vantagem por diferenciação (PORTER,1985).

A efetividade operacional, com base na redução dos custos, no aumento da produtividade e na melhoria dos produtos é, atualmente, um imperativo para que as empresas consigam competir num mercado cada vez mais acirrado. Com isso, nesse início de século, a busca pela competitividade levou as empresas a se reorganizarem, alterando seus processos de produção para formas mais eficientes. Entretanto, há um componente essencial na busca por competitividade: é a capacidade de desenvolver produtos melhores, de criar tecnologia, de saber fazer coisas e de saber aprender a fazer coisas novas e melhores.

Num mundo de competitividade dinâmica, global e intensa, as organizações não podem, por longo tempo, dar-se ao luxo de serem meras seguidoras de tendências, esperando passivamente pela inovação. Para Kanter (1995), elas devem buscar a vantagem de ser a primeira. Se não forem a primeira com alguma coisa nova, alguma melhoria, algo que os clientes desejam, talvez seja tarde, porque a concorrência já terá ocupado aquele nicho de mercado. Diante desse cenário, um bom processo de desenvolvimento de produto (PDP) torna-se um requisito a sobrevivência das organizações. O PDP pode ser considerado um dos mais importantes processos de negócio (*Business Process*), para a competitividade atual das empresas, sendo de fundamental importância para os crescentes esforços de adição de valor em sua capacidade de inovação (HARMSEN, 2000). Um excelente processo de desenvolvimento de produto, portanto, destinará à organização a vantagem competitiva necessária, segundo Clark e Wheelright (1992).

Clark e Fujimoto (1991) determinam que o Processo de Desenvolvimento do Produto é um processo a partir do qual, informações sobre o mercado são transformadas nas informações e bens necessários para a produção de um produto com fins comerciais, ou seja, o PDP é um processo de informações.

Tradicionalmente, o desenvolvimento de produtos é constituído por uma sequência ordenada de atividades realizadas por várias áreas de uma organização. No desenvolvimento sequencial uma atividade só é iniciada quando a atividade anterior é concluída, enquanto no desenvolvimento simultâneo as atividades sobrepõem-se, buscando-se maior integração entre as áreas e seus processos específicos e a diminuição do tempo de desenvolvimento. De acordo com Clausing (1994), a abordagem sequencial prevaleceu durante boa parte do século XX em períodos anteriores ao fenômeno da globalização dos mercados. Atualmente esse PDP continua sendo empregado em algumas organizações, todavia esse modelo não garantirá às organizações contemporâneas a competitividade necessária, indicando a clara necessidade de mudarem sua forma de desenvolver novos produtos.

Para se tornarem competitivas no mercado atual, a maioria das companhias de sucesso já se adaptaram a nova realidade do PDP. Uma das grandes modificações observadas historicamente em relação à produção de artefatos diz respeito à inter-relação existente entre a concepção, a produção e a comercialização de um determinado produto. A partir de meados da década de 1980, tendências mais marcantes do modelo sequencial passam a ser substituídas por sistemas de produção mais integrados em que a concepção do produto e o planejamento detalhado da sua execução são vistos como atividades que devem ser articulados entre si e com a comercialização. Nesse contexto mais atual, o PDP aparece como um dos elementos que permeia todas as três fases, principalmente em razão da multidisciplinaridade que encerra.

Algumas das metodologias de PDP atualmente em uso são:

- Desenvolvimento sequencial;
- Abordagem da engenharia simultânea;
- Método do funil;
- Abordagem Stage-Gates;
- Desenvolvimento Lean (Enxuto);
- Desenvolvimento por meio de Modelos de Maturidade;
- Abordagem por meio do Design For Six Sigma.

Busca-se, por meio desse trabalho, demonstrar como estão alinhadas as principais aplicabilidades das novas metodologias de PDP empregadas pelas orga-

nizações contemporâneas e a respectiva influência desses processos na sua competitividade. Para tal fim, foi realizada revisão bibliográfica do tema e comparadas às observações e análises das bibliografias com os resultados obtidos de pesquisa de campo realizadas em algumas empresas de segmentos distintos.

2 Competitividade e estratégia competitiva

2.1 Competitividade

Em razão da importância e da diversidade do tema competitividade, com desdobramentos nos mais distintos processos de negócio das organizações contemporâneas, torna-se fundamental seu claro entendimento para a definição de estratégias para as respectivas organizações. Nesse trabalho, o tema competitividade é analisado sob a ótica dos Processos de Desenvolvimento de Produtos (PDP) e a busca das relações entre competitividade e PDP.

O Processo de Desenvolvimento de Produtos vem sendo considerado como um meio importante para a criação e sustentação da competitividade. Para muitas indústrias, a realização de esforços nessa área é um fator estratégico e necessário para continuar atuando no mercado. A implementação de novos produtos sustenta uma esperança de aumentar sua participação no mercado e melhorar sua rentabilidade (KOTLER, 1994).

Segundo Ferraz e Coutinho (2002), numa visão dinâmica, a competitividade deve ser entendida como a capacidade da empresa de formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado.

Atualmente a competitividade, acima de tudo, é vista como uma necessidade que as organizações devem ter para cumprir a sua missão nos mercados em que atuam e também da sociedade. Essa necessidade baseia-se na capacidade da organização de satisfazer e exceder as expectativas dos seus clientes e dos cidadãos aos quais serve, podendo assim manter-se sempre à frente dos seus concorrentes, resultando no aumento da sua rentabilidade.

Num contexto geral, a influência de um Processo de Desenvolvimento de Produtos bem estruturado na competitividade das organizações significa tomar conhecimento, de uma maneira antecipada, sobre todas as necessidades de seus clientes, e, em alguns casos, é possível ter uma visão até do eles ainda não enxergam.

2.2 Estratégia competitiva

Segundo Porter (1991), a estratégia competitiva envolve o posicionamento de um negócio, de modo a maximizar o valor das características que os distinguem de seus concorrentes. Em 1985, Porter descreveu a estratégia competitiva como um conjunto de ações ofensivas ou defensivas destinadas a criar uma posição favorável em uma organização para enfrentar, com sucesso, as cinco forças competitivas – entrada, ameaça de substituição, poder de negociação dos compradores e dos fornecedores e rivalidade entre os atuais concorrentes e, assim obter um retorno sobre o investimento maior para a empresa. Ainda segundo Porter (1991), para enfrentar as cinco forças competitivas, existem três abordagens estratégicas competitivas principais bem-sucedidas visando a superação dos concorrentes:

- Liderança no custo total;
- Diferenciação do produto;
- Enfoque.

A estratégia competitiva é parte de uma estratégia empresarial, que dita como a empresa pretende obter vantagens duradouras em relação à concorrência, com o objetivo de criar uma posição competitiva favorável e duradoura em um setor. Em essência, significa o desenvolvimento de uma fórmula ampla de como a empresa irá competir, quais deverão ser suas metas e quais as políticas necessárias para levarem-se a cabo essas metas.

Com base nisso, o que se pode observar é que as estratégias de desenvolvimento de produtos nas organizações devem estar totalmente alinhadas com as estratégias dos seus investidores, pondo-se em sintonia com as capacidades técnicas e mercadológicas da empresa, com o intuito de obterem-se as devidas vantagens competitivas buscando-se conquistar ou manter-se à frente dos concorrentes.

O lançamento de um novo produto no mercado deve estar isento de riscos, pois é um processo que envolve, além da imagem da organização perante os seus clientes e a sociedade, a mobilização de forças e, muitas vezes, um elevado grau de investimentos. Acar (1997) menciona que, fracassos em lançamentos de novos produtos são frequentes e traumáticos para qualquer organização, pois, além de perdas financeiras, há um abalo na imagem corporativa e inibição do processo criativo futuro. A obtenção de uma vantagem competitiva envolve um planejamento do Processo de Desenvolvimento de Novos Produtos orientado para o mercado e para suas competências, por meio de um posicionamento do produto que o diferencie da concorrência e agregue valor para os clientes.

O Processo de Desenvolvimento de Produtos é encarado hoje como um dos pontos chaves para a obtenção de vantagens competitivas, ante os concorrentes, uma vez que esse processo, quando bem organizado e estruturado, resulta em um bom nível de maturidade,

obtendo-se, desta forma, produtos melhores e mais bem aceitos no mercado, pois atingem um grau de excelência na sua qualidade e satisfação das necessidades dos seus clientes.

3 Processo de desenvolvimento de produtos (pdp): definições e métodos

3.1 PDP

Algumas definições para o processo de desenvolvimento de produto:

"É o processo a partir do qual informações sobre o mercado são transformadas nas informações e bens necessários para a produção de um produto com fins comerciais" segundo Clark e Fujimoto (1991).

"É a atividade sistemática necessária desde a identificação do mercado/necessidades dos usuários até a venda de produtos capazes de satisfazer estas necessidades – uma atividade que engloba produto, processos, pessoas e organização", segundo Pugh (1996).

Diante dessas afirmações, podem-se considerar dois pontos fundamentais na atividade de desenvolvimento de produtos: o conceito de processo e o fluxo de informações.

Logo o PDP é uma atividade que tende a integrar as diversas áreas de uma empresa e sua respectiva cadeia de suprimentos. Muitas empresas tendem a considerar o PDP como um processo de negócio. Ainda de acordo com Rozenfeld, et al. (2006), com essa abordagem tende-se a obter um processo mais integrado em que o planejamento a execução do projeto e o acompanhamento do produto estão integrados, resultando em um fluxo eficiente dos atributos do produto.

3.2 Tipos de PDP

3.2.1 Abordagem tradicional (Desenvolvimento de produtos sequenciais)

De acordo com Clausing (1994), a abordagem tradicional de desenvolvimento de produtos fundamenta-se na utilização do chamado design parcial combinado com os conceitos da ciência da engenharia. Tal abordagem é adequada para desenvolvimentos modestos com operacionalidade sobre determinadas condições. Nesse contexto, versatilidade, flexibilidade, atendimento das necessidades do cliente, manufaturabilidade, funcionalidade robusta a baixos custos e em tempos recordes não são características típicas de produtos desenvolvidos segundo esse enfoque.

São apresentados diversos problemas comuns (sorvedores de recursos) na metodologia tradicional de desenvolvimento de produtos, podendo-se citar:

- Uso inadequado das tecnologias existentes no desenvolvimento do produto, para o atendimento dos requisitos exigidos pelo consumidor de forma eficaz;
- Negligência no atendimento dos requisitos do cliente;
- Agir por impulso no processo de desenvolvimento de produtos não realizando as verificações devidas (Conceito de Eureka);
- Desenvolver diversos **"***designs***"** de conceito com a proposta de posteriormente solucionar os problemas ou otimizar o desenvolvimento do conceito;
- Desenvolver soluções que atendam às expectativas somente em condições específicas, ou seja, produtos com baixa robustez;
- Dar pouca atenção a manufaturabilidade do produto;
- Valorizar a inspeção da qualidade ao invés da qualidade do produto;
- Limitar a melhoria contínua por meio da imposição de metas.

Dessa forma para o desenvolvimento de produtos alinhados com os conceitos do mercado globalizado e que superem os problemas supracitados se faz necessário um novo enfoque.

3.2.2 Abordagem da engenharia simultânea

A utilização da abordagem de Engenharia Simultânea é fator de competitividade das organizações, pois por meio dela evita-se fundamentalmente as falhas da abordagem sequencial e tradicional de desenvolvimento de produtos.

Segundo Clausing (1994), as duas características básicas da Engenharia Simultânea (CE – *Concurrent Engineering*), são a utilizações do conceito de simultaneidade de processos e formação de uma equipe multifuncional de desenvolvimento de produtos.

Entre as principais vantagens obtidas por meio da adoção da Engenharia Simultânea, segundo Clausing (1994), são:

- Utilização das informações relevantes o mais breve possível;
- Garantir o entendimento operacional de todas as informações relevantes;
- Clareza de objetivos relevantes ao programa de desenvolvimento;
- Melhorar a comunicação e confiança entre os membros do time de desenvolvimento;
- Utilizar processos simultâneos.

3.2.3 Método do funil

Abordagem que busca sanar as falhas típicas no desenvolvimento de produtos, tais como o gerenciamento inadequado e falhas na integração dos processos. Fundamenta-se na identificação de uma estratégia de desenvolvimento, com base na integração com a estratégia da empresa, fazendo o uso de dois mecanismos principais, a saber:

- Desenvolvimento de metas e objetivos;
- Criação de um plano agregado de projeto.

Tal proposta é denominada Método do Funil, e está ilustrada na Figura 1.

3.2.3.1 Desenvolvimento de metas e objetivos

A consistência e coerência entre as estratégias comercial e tecnológica são obtidas por meio da definição das metas e objetivos básicos.

A aplicação eficaz desse método garante à organização a confiança necessária que as estratégias adotadas resultarão no desempenho desejado.

A métrica do desempenho nas organizações pode ser considerada a partir de quatro características:

- Produtividade de Recursos;
- Qualidade do *"design"*;
- *"Time-to-market";*
- Manufaturabilidade.

A busca fundamental é de otimização desses quatro fatores, que devem ser medidos e controlados pelo monitoramento, avaliação e aprendizado dos projetos individuais.

3.2.4 Abordagem "*Stage-Gates*"

O processo de revisão de fases no PDP consiste em uma revisão gerencial que ocorre no final de cada fase em que se busca avaliar a possibilidade de continuação do projeto e os riscos envolvidos nessa decisão. Essas decisões são adotadas com base em critérios de passagem bem definidos, que abrangem estratégia, marketing, engenharia, manufatura, finanças, qualidade, de modo a considerar todas as nuances do projeto, segundo Cooper (1993 apud VALERI, 2000, p. 36).

Fundamentalmente o foco principal dessa abordagem é a sistematização do processo de tomada de decisão, sendo os três elementos que caracterizam essa abordagem os seguintes :

- As entregas de fase do PDP ("*deliverables*");
- Os critérios de passagem;
- Os resultados da revisão.

A Figura 2 ilustra os elementos característicos de um processo de revisão de fases, segundo Cooper (1993 apud VALERI, 2000, p. 40).

Ainda, segundo Cooper (1993), as revisões de fase são pontos de verificação análogos aos pontos de controle de qualidade na manufatura, que servem para verificar a qualidade, o mérito e o progresso do projeto.

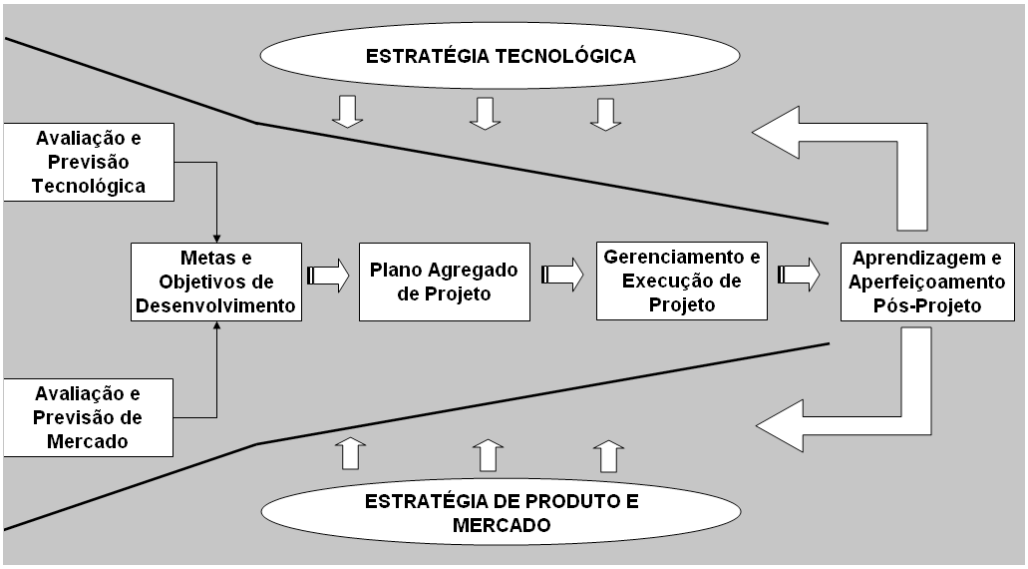


Figura 1: Funil de desenvolvimento – abordagem proposta por Clark e Whellwright (1992)
Fonte: Os autores.

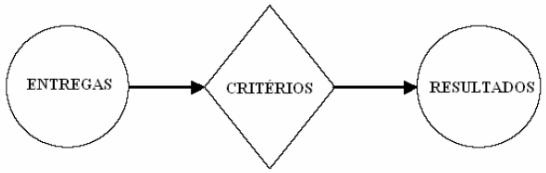


Figura 2: Elementos característicos do processo de revisão de fases, segundo Cooper (1993 apud VALERI, 2000, p. 40)
Fonte: Os autores.

3.2.5 Desenvolvimento "*Lean*" (enxuto)

A aplicação dos conceitos de Engenharia Enxuta no processo de desenvolvimento de produtos está fundamentada em três objetivos, a saber:

- Desenvolver processos de engenharia eficientes – eliminar o desperdício melhorando o tempo de desenvolvimento e a qualidade;
- Promover uma integração efetiva na organização – produzir valor por meio da organização e durante o ciclo de vida do produto;
- Criar os produtos "certos" – desenvolver arquiteturas, famílias e *designs* que aumentem o valor para todas as partes da organização envolvidas no processo de desenvolvimento.

A aplicação da técnica de Análise e Mapeamento do Fluxo de Valores no Desenvolvimento e Produtos (PDVSM) tem como objetivo principal garantir um menor ciclo de tempo sem sacrificar a qualidade, ou seja, obter um processo mais eficiente. As principais dificuldades na implantação de um processo enxuto são:

- Grande contraste entre as operações fabris;
- Os processos focam na busca por especificações de produto melhores ao invés do produto em si;
- Os processos interagem com uma grande mistura e funções com maiores ou menores graus de dificuldade.

3.2.6 Abordagem utilizando-se os modelos de maturidade

Nos atuais mercados competitivos faz-se necessário a busca de técnicas que otimizem os processos de desenvolvimento, alinhando-os com os objetivos comerciais da organização. Um dos problemas enfrentados pelas organizações nesse tema baseia-se no fato de que a maior parte desses modelos ou metodologias utiliza abordagens focadas em áreas específicas e não adotam uma abordagem sistemática.

Uma organização pode realizar um processo de otimização de seus negócios focando-se em diversas áreas, todavia identificam-se três dimensões críticas normalmente focadas pelas organizações:

Pessoas;

2. Ferramentas e equipamentos;

3. Procedimentos e métodos.

Tais dimensões são integradas pelo processo adotado na organização que deve:

- Incorporar o conhecimento de como fazer as atividades de forma mais eficaz;
- Avaliar as tendências do mercado.

Os modelos de maturidade são fundamentados em um caminho evolutivo de melhoria dos processos, resultando para as organizações em:

- Aumento da produtividade;
- Aumento da qualidade;
- Diminuição do tempo de ciclo;
- Programas e orçamentos mais precisos e previsíveis.

Segundo Chrissis et al. (2003), o modelo de maturidade, denominado CMMI, apresenta-se como uma possível solução para as possíveis falhas de outras abordagens que busquem a otimização, integrando as boas práticas de diversas áreas e sendo a combinação de três modelos de maturidade menos abrangentes, a saber:

- Modelo de Maturidade para capabilidade de *software* (SW-CMM);
- Modelo de capabilidade de sistemas de engenharia (SECM);
- Modelo de maturidade para capabilidade de desenvolvimento de produtos integrados (IPD-CMM).

Quando da adoção de um modelo de maturidade, a organização busca um aumento da qualidade e efetividade de seu processo, migrando de um processo considerado imaturo para outro maduro. Isto pode ser realizado, segundo Chrissis et al (2003), por meio de duas representações, ou seja, por intermédio de duas abordagens distintas, que refletem a organização, o uso e a apresentação dos componentes em um modelo.

3.2.6.1 Representação contínua

Abordagem indicada para organizações que conhecem os processos que necessitam de melhoria e a dependência entre eles. Caracteriza-se por uma abordagem flexível que utiliza 6 níveis de capabilidade para medir a otimização por meio de cada área de processo desde um processo incompleto até um processo otimizado.

3.2.6.2 Representação em estágios

Abordagem indicada para organizações que não sabem por onde começar o processo de melhoria ou mesmo quais processos devem ser melhorados. Caracteriza-se por uma abordagem sistemática e estruturada que utiliza 5 níveis de maturidade para medir a otimização por meio de cada área de processo desde um processo inicial até um processo otimizado.

Entre os principais benefícios da utilização do CMMI pode-se citar:

- Atualização do modelo com base nas experiências das organizações;
- Eliminação de barreiras em diferentes partes da organização, facilitando, consequentemente, o gerenciamento do projeto e a melhoria do processo de desenvolvimento;
- Aumento da colaboração entre os sistemas, ou seja, maior integração deles;
- Permissão de seleção do modelo de representação mais adequado a organização.

3.2.7 Abordagem pelo "d*esign for six sigma*"

Segundo Creveling et al. (2003), o "design" para o "six sigma" (DFSS) é um conjunto de ferramentas e práticas consagradas usado no processo de desenvolvimento de produtos garantindo que as funções do produto atendam as necessidades do cliente, funcionando de forma robusta durante toda a vida do produto.

A adoção do DFSS adiciona uma nova dimensão ao PDP denominada de Gerenciamento de Parâmetros Críticos (CPM) que pode ser definida como um conjunto disciplinado e focado de ações, atuando nas funções de *design*, parâmetros e respostas críticas às necessidades do consumidor.

Utilizando-se a metodologia do DFSS, busca-se atingir as seguintes metas:

- Conceber novos requisitos do produto e arquiteturas de sistemas;
- Desenvolver uma performance estável e capaz do produto;
- Otimizar a performance do *design*;
- Verificar a capabilidade do sistema.

O DFSS integra 3 elementos principais em sua metodologia, a saber:

1. Um processo de desenvolvimento de produto claro e flexível;
2. Equilíbrio entre as ferramentas e melhores práticas adotadas;
3. Uso disciplinado dos métodos de gerenciamento de projeto.

As métricas do DFSS dividem-se em 3 categorias distintas:

1. Tempo de ciclo;
2. Performance dos processos de design e de manufatura;
3. Custo do produto e os recursos para seu desenvolvimento.

Especificamente no âmbito das métricas do DFSS, um claro indicativo da aplicação dessa metodologia em determinada organização é sua clara capacidade, de medir as funções do seu processo diferentemente de seus concorrentes.

3.3 Síntese das bibliografias para os segmentos selecionados

Foi realizada uma extensa revisão bibliográfica com objetivo de entender como os principais autores estruturam o processo de desenvolvimento de produto, nos mais diferentes ramos de atividades. Nesse caso, foram considerados os ramos de linha branca, autopeças, montadoras e máquinas e equipamentos. A Tabela (1) demonstra os resultados obtidos.

4 Método da pesquisa

O método de pesquisa adotado nesse trabalho é o da pesquisa descritiva, por meio de uma abordagem de revisão da bibliografia pertinente ao tema, além da pesquisa em campo, por meio de entrevistas. Com a adoção desse método buscou-se atender aos objetivos estabelecidos para o trabalho.

Segundo Dane (1990), a pesquisa descritiva busca o entendimento de um fenômeno de forma ampla garantindo a avaliação das alternativas existentes. A utilização do método proposto restringe-se a observação, registro e correlação de dados sem a manipulação destes.

Tabela 1: Síntese da revisão bibliografias para aplicações do PDP em empresas com ramos diferentes

Síntese PDP - Revisão Bibliográfica				
Segmento Organização	**Tipos PDPs Indicados**	**Características Principais**	**Vantagens**	**Referências Bibliográfica**
Linha Branca / Eletrônicos	- Engenharia Simultânea com sobreposição de atividades	Utilização do conceito de simultaneidade de processos e formação de uma equipe multifuncional de desenvolvimento de produtos. Algumas das principais ferramentas utilizadas para auxílio do PDP: DFE (Design for Environmental) DFMA (Design for Manufacturing and Assembly).	- Inter-relação existente entre a concepção, a produção e a comercialização de um determinado produto. - Redução no tempo de desenvolvimento dos produtos; - Redução de custos nos desenvolvimentos de produtos; - Desenvolvimento de projetos mais robustos e confiáveis; - Desenvolvimento de projetos focados no requerimentos dos clientes; - Desenvolvimento de projetos focados nos requerimentos da manufatura; - Desenvolvimento de projetos focados na proteção do meio ambiente (sustentabilidade); - Utilização das informações relevantes o mais breve possível; - Garantir o entendimento operacional de todas as informações relevantes; - Melhorar a comunicação e confiança entre os membros do time de desenvolvimento;	- Clausing (1994) - Goggin (1996) - Sroufe (2000) - Boothroyd; Alting (1994)
Montadora	- Engenharia Simultânea com sobreposição de atividades - Stage Gates - Modelos de Maturidade (CMMI)	- Utilização do conceito de simultaneidade de processos e formação de uma equipe multifuncional de desenvolvimento de produtos, o processo é dividido em fases, sendo que para passagem de fase o projeto é passado por um processo de revisão e aprovaçao chamado Stage Gate (portões) com critérios bem definidos para cada fase, esta revisão é feito pelo time multinfuncional ao nível gerencial das áreas. - Solução para as possíveis falhas de outras abordagens que busquem a otimização, integrando as boas práticas de diversas áreas. Algumas das principais ferramentas utilizadas para auxílio do PDP: FMEA (Failure Mode and Effects Analysis), CAD (Computer Aid Design), Benchmarking, DOE (Design of Experiments), QFD (Quality Function Deployment), DFMA (Design for Manufacturing and Assembly), APQP (Advanced Product Quality Planning)	Vantagens: '- Inter-relação existente entre a concepção, a produção e a comercialização de um determinado produto. - Redução no tempo de desenvolvimento dos produtos. - Redução de custos nos desenvolvimentos de produtos. - Desenvolvimento de projetos mais robustos e confiáveis. - Desenvolvimento de projetos focados no requerimentos dos clientes. - Desenvolvimento de projetos focados nos requerimentos da manufatura. - Desenvolvimento de projetos focados na proteção do meio ambiente (sustentabilidade). - Aumento da qualidade e efetividade do processo migrando de um processo considerado imaturo para um processo maduro.	- Clausing (1994) - Boothroyd; Alting (1994) - QS 9000 – APQP – Advanced Product Quality Planning: Quality System Requirements for Automotive Industry. USA, Omnex. - Chrissis et al (2003) - Rozenfeld; Scalice; Amaral, (2005)
Autopeças	- Engenharia Simultânea com sobreposição de atividades - Stage Gates	- Utilização do conceito de simultaneidade de processos e formação de uma equipe multifuncional de desenvolvimento de produtos, o processo é dividido em fases, sendo que para passagem de fase o projeto é passado por um processo de revisão e aprovaçao chamado Stage Gate (portões) com critérios bem definidos para cada fase, esta revisão é feito pelo time multinfuncional ao nível gerencial das Algumas das principais ferramentas utilizadas para auxílio do PDP: FMEA (Failure Mode and Effects Analysis), CAD (Computer Aid Design), Benchmarking, DOE (Design of Experiments), QFD (Quality Function Deployment), DFMA (Design for Manufacturing and Assembly), APQP (Advanced Product Quality Planning)	Vantagens: '- Inter-relação existente entre a concepção, a produção e a comercialização de um determinado produto. - Redução no tempo de desenvolvimento dos produtos. - Redução de custos nos desenvolvimentos de produtos. - Desenvolvimento de projetos mais robustos e confiáveis. - Desenvolvimento de projetos focados no requerimentos dos clientes. - Desenvolvimento de projetos focados nos requerimentos da manufatura. - Desenvolvimento de projetos focados na proteção do meio ambiente (sustentabilidade).	- Clausing (1994) - Boothroyd; Alting (1994) - QS 9000 – APQP – Advanced Product Quality Planning: Quality System Requirements for Automotive Industry. USA, Omnex. - Chrissis et al (2003) - Rozenfeld; Scalice; Amaral, (2005)

Fonte: Os autores

Continuação da Tabela 1:

Síntese PDP - Revisão Bibliográfica				
Segmento Organização	**Tipos PDPs Indicados**	**Características Principais**	**Vantagens**	**Referências Bibliográfica**
Máquinas e Equipamentos	-Engenharia sequencial; -Engenharia Simultânea com sobreposição de atividades em algumas empresas a partir dos anos 90.	- Projetos de menor complexidade são tratados sob a ótica da Engenharia sequencial enquanto Projetos de maior complexidade são utilizados os conceitos de simultaneidade de atividades. Pouco investimento no desenvolvimento de tecnologias localmente através de ações de P&D. Fortemente dependente de tecnologias desenvolvidas no exterior (Matriz ou Multinacioinais Concorrentes)	-No desenvolvimento de projetos customizados diminui consideravelmente a possibilidade de falhas; -Redução do "*time-to-market*" com adoção de times multifuncionais e técnicas de engenharia simultânea	-Figueiredo (2001) -Tacla (2002)

Fonte: Os autores

4.1 Síntese das pesquisas de campo para os segmentos selecionados

A pesquisa de campo baseou-se na realização de pesquisa com gestores do processo de desenvolvimento de produtos de empresas de segmentos distintos em que se buscou identificar as características típicas do PDP adotado, além da relação entre o PDP adotado e a estratégia competitiva da organização. A Tabela (2), a seguir, indica a síntese da pesquisa de campo realizada.

5 Considerações finais

O desenvolvimento desse trabalho possibilitou o entendimento do cenário atual das organizações dos segmentos analisados com relação aos seus PDPs e a influência desses processos na competitividade.

Com base nas análises das bibliografias pertinentes e das pesquisas de campo por meio das entrevistas podem-se indicar algumas características típicas:

- Todas as empresas adotam mais de um PDP ou um PDP associado a ferramentas de um outro (ou outros) PDPs. Comumente pode-se observar que essa decisão busca aproveitar as melhores práticas de cada PDP, customizando-o à cultura e realidade da organização;
- O uso de abordagens "híbridas", no PDP, é pouco comentado e estudado nas bibliografias da área. As indicações nas literaturas pertinentes somente indicam que determinados modelos de PDP são mais indicados para determinados segmentos;
- O segmento automotivo, que tradicionalmente destaca-se como um catalisador de soluções criativas, novas tendências e pesquisas na busca pela otimização dos PDPs, foi, entre todos os segmentos pesquisados, aquele que fez uso do maior número de processos e ferramentas, via de regra combinados. Observa-se uma tendência pela adoção de modelos de PDP com base nos níveis de maturidade das organizações desse segmento, indicados nas bibliografias consultadas, bem como constatada nas empresas pesquisadas.
- Nenhuma das bibliografias consultadas dedicadas ao segmento denominado Linha Branca faz referência ao DFSS como um PDP típico desse segmento ou mesmo sua utilização como ferramenta de otimização dos PDPs desse segmento, todavia foi constatada na pesquisa de campo a utilização de ferramentas Seis Sigma como complemento PDP adotado;
- Pode-se observar pouco entendimento, por parte dos entrevistados, das relações entre o PDP adotado e a estratégia competitiva da organização;
- A dicotomia observada entre as bibliografias consultadas e as constatações da pesquisa de campo não indicam um grande abismo, todavia observam-se tempos de maturação diferentes;

Como sugestão para trabalhos futuros, indica-se a necessidade de ampliação do universo amostral de empresas consultadas, incluindo a pesquisa em outros segmentos da indústria e de serviços. Além disso, a elaboração de um índice de avaliação da compatibilidade entre bibliografias consultadas e resultados da pesquisa de campo inserem-se como um método de avaliação da robustez das definições de PDP.

Referências

ACAR, F. N. *O marketing no projeto e desenvolvimento de novos produtos*: o papel o desenhista industrial", São Paulo: FIESP/CIESP-Detec, 1997.

BOOTHROYD, G.; ALTING, L. *Product design for manufacture and assembly.* New York: M. Dekker, 540p, 1994.

Tabela 2: Síntese da pesquisa de campo para aplicações do PDP em empresas de segmentos distintos

Síntese PDP - Entrevistas de Campo						
Segmento Organização		**Tipos PDPs Aplicados**	**Características Principais**	**Vantagens**	**Desvantagens / Limitações**	**Resumos das Atividades nas Organizações**
Linha Branca / Eletrônicos		Engenharia Simultânea mesclada com etapas do modelo de Design For Six Sigma.	Foco na opinião do cliente; Estrutura gerencial horizonalizada;Ênfase no design de novos projetos; Utilização de ferramentas estatísticas no decorrer do desenvolvimento dos produtos.	Quebra das barreiras gerenciais que minimiza os conflitos internos e leva à uma análise mais rápida e eficiente dos processos de desenvolvimento e abordagem dos problemas; consumidor final é parte integrante do desenvolvimento, com isso existe uma maior facilidade em aceitação dos produtos no mercado; rápido retorno das informações.	A informalidade do setor às vezes gera conflitos em alguns casos no gerenciamento das documentações; Existe dificuldade em relação do tempo de lançamentodos novos produtos no mercado com às legislações e burocracias do país.	Análise estatística do SAC; inovação e criatividade alta na abordagem e geração de idéias; informalidade com alto grau de envolvimento e comprometimento dos departamentos.
Montadora	**Grupo I**	Desenvolvimento sequencial no Pré-Desenvolvimento e Engenharia Simultânea nas etapas seguintes ao Pré-Desenvolvimento.	Uso de ferramentas para simulação virtual buscando redução do time-to-market.	Redução do tempo de desenvolvimento em comparação aos processos anteriores, todavia devido à utilização de ferramentas computacionais; Sistematização do Know How; Redução no número de protótipos utilizados.	Não existe um time multifuncional no Pré-Desenvolvimento, o que acarreta em um desenvolvimento dotado de barreiras departamentais, o que prolonga o tempo de lançamento dos produtos no mercado.	Não vê no Pré-Desenvolvimento do PDP vantagem competitiva, somente após a definição do programa; a utilização da ferramenta de simulação computacional é vista como principal vantagem competitiva; benchmarking; retorno das experiências; constante busca por inovações tecnológicas.
	Grupo II	Sistema misto com principais funções alinhadas com o modelo do Funil de Desenvolvimento e com algumas características dos modelos de Stage Gates e CMMIs/PMIs.	Etapas do processo de PDP bem estruturadas e determinadas; forte análise nas experiências anteriores; times multifuncionais em todas as etapas do PDP; revisão e análise das fases do processo à cada fim de etapa.	Redução do tempo de lançamento dos novos produtos; Facilidade na análise do mercado para novos projetos, pelo fato do bom retorno de informações perante o consumidor final, o que permite que os produtos fiquem alinhados com a concorrência.	Processo de desenvolvimento apresenta-se pouco flexível, com isso existe certa dificuldade de tropicalização dos seus produtos pela forte influência da sua matriz internacional; forte dependência dos fornecedores para aplicação de novas tecnologias; o fluxo das informações é limitado por conta dos gates.	Análise estatística do processo de desenvolvimento dos novos produtos; benchmarket; análise das lições aprendidas com as experiências anteriores ; processo de desenvolvimento alinhados com os seus níveis de maturidade.
Autopeças	**Grupo I**	Processo de Desenvolvimento de Produtos mistura técnicas dos modelos de Engenharia Simultânea, Funil de Desenvolvimento e ferramentas do modelo de Design For Six Sigma.	Times multifuncionais de desenvolvimento em cada etapa do PDP; etapas bem definidas e estruturadas nas fases do desenvolvimento; análise das experiências e lições aprendidas em desenvolvimentos anteriores; produtos que seguem a mesma plataforma de projeto; boas alternativas com a utilização de prototipagem rápida.	Redução do tempo de desenvolvimento em função dos times multifuncionais; Redução do custo de desenvolvimento; Produtos com excelente desempenho no mercado em função do foco na satisfação do cliente, tornando o produto diferenciado no mercado; PDP apresenta-se flexível com relação à mudanças repentinas dos projetos.	Pouco tempo reservado para análise do ambiente externo e com pouca visão sobre as ações dos concorrentes; benchmarket deficiente; a integração dos departamentos apresenta alguns problemas de interface, uma vez que os times multifuncionais não estão alinhados 100% do tempo no processo de desenvolvimento dos produtos e sim por etapas deste processo.	Utilização de ferramentas estatísticas para análise do processo; realização de testes em softwares para análises virtuais; contato frequente com o cliente; times multifuncionais em todas as etapas do processo de desenvolvimento; estreita relação das metas da organização com os desejos do mercado e satisfação dos cientes.
	Grupo II	Apresenta uma mistura no processo de desenvolvimento de novos produtos, com foco principal na utilização dos modelos de APQP , Lean Design e ferramentas do modelo de Design For Six Sigma.	Foco na redução de custos de desenvolvimento, através da eliminação dos deperdícios; qualidade e satisfação do cliente; bem como a viabilidade de aplicação do processo de desenvolvimento de produtos semelhantes; alta performance dos seus produtos.	Garantia de desempenho e funcional dos produtos, minimizando os problemas de pós venda; o que mantém a satisfação dos clientes e fornecedores; Custo do desenvolvimento baixo e com tempo reduzido.	Em alguns casos a disseminação das informações apresenta problemas no decorrer do desenvolvimento; processo de desenvolvimente depende das aprovações do cliente, que nem sempre é fácil; processo de desenvolvimento ainda é pouco flexível para mudanças radicais durante o fases de desenvolvimento do produto.	Relação cliente-fornecedor com baixo índice de complexidade, pois eles tem forte presença durante o desenvolvimento; desenvolve processos de engenharias eficientes, visando à melhoria contínua, reduzindo o tempo de desenvolvimento e aperfeiçoando a qualidade dos produtos.
Máquinas e Equipamentos		O Processo de Desenvolvimento de Produtos deste seguimento apresenta-se como uma mistura entre os modelos de Lean Design e algumas características do modelo de Funil de Desenvolvimento.	Foco na qualidade e satisfação do seus clientes; processos enxutos de desenvolvimento direcionando suas forças e metas no que o cliente solicita dentro de melhorias dos seus próprios produtos; análise mercadológica corre paralela com obtenção de novas tecnologias; apresenta times de desenvolvimento multifuncionais em etapas distintas.	O processo de desenvolvimento garante um ótimo desempenho de seus produtos frente ao seu cliente;Tempo de desenvolvimento relativamente curto devido aos times multifuncionais; Produto é muito bem aceito no mercado, pelo fato do trabalho ser realizado em contato direto com o cliente.	A principal dificuldade encontrada é a "dependência" criada em cima do cliente, principalmente no que se diz respeito à geração, atribuições e utilização das novas idéias, sendo assim o processo de desenvolvimento de produtos torna-se pouco flexível.	Produtos geralmente desenvolvidos às seis mãos; utilização das plataformas dos antigos produtos como base nas tecnologias já existentes; melhoria contínua e redução dos custo dos processos de desenvolvimento, é uma das metas deste seguimento

Fonte: Os autores

CHRISSIS, M. B.; KONRAD, M., SHRUM, S. Introduction. In: *CMMI*: guidelines for process integration and product improvement", Boston: Addison-Wesley, Cap. 1, p. 3-19, 2003.

CLARK, K.B.; FUJIMOTO, T. *Product development performance*. Harvard Business School Press, Boston, MA, 1991.

CLARK, K.B.; WHEELWRIGHT, S.C. The concept of a development strategy. In: Managing new product and process development. New York: The Free Press, Cap. 2, p. 81-112, 1992.

CLAUSING, D. Building better products. In *Total quality development*. New York: ASME,. Cap. 1, p. 1-30, 1994.

COOPER, R.G. *Winning at new products*: accelerating the process from ideia to launch" Reading, MA, Perseus Books, 1993.

CREVELING, C.M.; SLUTSKY, J.L.; ANTIS, D. Preface. In: *Design for six sigma*. New Jersey: Prentice Hall. 768, preface, p. XVll-XXIII, 2003.

DANE, F. C.Research methods. Belmont, California: Brooks/Cole, 1990.

FERRAZ, J.C.; COUTINHO, L.G. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. 4ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2002.

FIGUEIREDO, P. N. *Technological learning and competitive performance*. Cheltenham: Edward Elgar, 2001.

GOGGIN, P. *Glossary*: key concepts and definitions the interdisciplinary Journal of Design and Contextual Studies, Co-design, v. 1, 2,3, 1996.

HARMSEN, H. Company competencies as a network: the role of product development. *The Journal of Product Innovation Management*. v.17, n.3, p. 194-207, May, 2000.

KANTER, R. M. Collaborative advantage: the art of alliances. *Harvard Business Review*, July-Aug, 1995.

KOTLER, P. *Administração de marketing*: análise, planejamento, implementação e controle, 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

PORTER, M. E. *Estratégia competitiva*: técnica para a análise de indústrias e concorrências, 7ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 1991.

_____ *Estratégia competitiva*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1985.

PUGH, S. Total design, parcial design: reconciliation. In: *Creating innovative products using total design*. Reading. Massachusetts: Adisson-Wesley, 1996.

QS 9000. *APQP – Advanced product quality planning:* quality system requirements for automotive industry", USA, Omnex.

ROZENFELD, H.; SCALICE, R.; AMARAL, D. Proposta de um método de maturidade para o processo de desenvolvimento de produtos, In Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produtos, 5, Curitiba. *Anais*. Curitiba: IGDP, p. 1-8, 2005.

_____et al. *Gestão de desenvolvimento de produtos*: uma referência para a melhoria do processo. São Paulo: Saraiva, cap. 1, p. 3-36, 2006.

SROUFE, R.; CURKOVIC, S.; MONTABON, F.; MELNYK, S. A. The new product design process and design for environment: "crossing the chasm". *International Journal of Operations and Production Management*, v.. 20, n. 2, pp. 267-291, 2000.

VALERI, S. G. *Estudo do processo de revisão de fases no processo de desenvolvimento de Produtos em uma indústria automotiva*. São Carlos. 2000. 127p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2000.

AS FACHADAS DAS PERSONAGENS DE *TODA NUDEZ* SERÁ CASTIGADA, DE NELSON RODRIGUES

THE CHARACTERS' REPRESENTATION OF TODA NUDEZ *SERÁ CASTIGADA, BY NELSON RODRIGUES*

Juliam Izabel de Oliveira
mestranda – PUC-SP
juliamizabel@uol.com.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar os problemas que envolvem a fachada em diálogos de um texto teatral. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, selecionamos, como *corpus*, o texto teatral "Toda nudez será castigada", de Nelson Rodrigues. Partimos de um referencial teórico embasado, sobretudo, nas teorias da Análise da Conversação e da Sociolinguística Interacional. A análise do material de pesquisa revelou que a fachada das personagens varia de acordo com os seus interactantes e com a situação em que são inseridas. Identificamos que essa variação da fachada é um recurso de preservação de sua imagem social (face). No entanto, nossa investigação nos permitiu apurar que, nem sempre, a variação da fachada garante que a face do falante seja mantida.

Palavras-chave: Diálogo literário. Fachada. Língua Oral. Sociolinguística Interacional.

Abstract

This study aims to analyze problems that involve *representation* in dialogues of a written theatre text. For the development of this research, we selected the text *Toda nudez será castigada,* written by Nelson Rodrigues. We started from a theoretical reference that is based, mainly, on Conversation Analysis and Interactional Sociolinguistics. The research material analysis showed that the characters' *representation* varies according to their interactants and to the situation that they are put in. We identified that this change in representation is a social image preservation act (*face* preservation). However, from our analysis, we could find out that these changes in *representation* are not a warranty that the speaker's *face* can be preserved.

Key words: Literary Dialogue. Oral Language. *Representation.* Interactional Sociolinguistics.

1 Introdução

A linguagem é um dos elementos mais significativos para a representação social de um indivíduo. É por meio da linguagem que transmitimos informações como, por exemplo, a região em que vivemos, a classe social a que pertencemos ou o nosso grau de escolaridade. Podemos dizer que essas informações podem ser transmitidas não só pela fala, mas também por gestos e expressões faciais, características que encontramos, ainda, em cenas teatrais. No entanto, para que o ator se comunique com aqueles que assistem ao espetáculo, via de regra, há um texto teatral que aborda um tema. Em geral, ao escrever esse tipo de texto, o autor o elabora de uma maneira que viabilize sua verbalização no palco. Tendo em vista a característica oral, ou seja, pensando em um texto escrito para ser falado durante a encenação, escolhemos como objeto de nossa pesquisa o texto teatral "Toda nudez será castigada", escrito por Nelson Rodrigues. Com base nessas considerações, nosso objetivo é analisar as fachadas (máscaras sociais ou representações sociais) das personagens, expressas nos diálogos do texto escolhido.

É possível dizer que, após o Realismo-Naturalismo, a presença de personagens mais populares, de baixa cultura, levou alguns prosadores a registrar vocábulos, construções, pronúncias, considerados subpadrões linguísticos, mas expressivos para completar a descrição social dos tipos marginalizados (PRETI, 2004, p. 119). Essas características, empregadas pelos autores com o intuito de transmitir veracidade para suas obras, foram analisadas e estudadas por Urbano (2000). A exemplo desse autor, buscamos analisar a obra anteriormente mencionada sob a ótica da Sociolinguística Interacional.

2 Metodologia

Para realizar o nosso estudo, restringimo-nos ao problema de fachada, conceito apresentado pelo sociolinguista Goffman (1975). Selecionamos trechos do texto teatral em que a personagem de Herculano apresenta representações sociais (fachadas) que variam de acordo com a situação em que são inseridas. A partir dos diálogos dessa personagem, tentaremos analisar a fachada ou as fachadas que ele utiliza ao interagir com outras personagens.

2.1 *Corpus*

O texto teatral "Toda nudez será castigada", de Nelson Rodrigues, retrata uma família aparentemente bem-estruturada, mas que, na verdade, é o inverso. Herculano vive com suas tias idosas; Serginho, seu único filho, e seu irmão Patrício. A história de Nelson se inicia após a morte da esposa de Herculano, que guarda luto como sinal de respeito. Essa atitude é muito valorizada pela família, exceto para Patrício que, com o intuito de tirar proveito financeiro do irmão, faz um acordo com uma prostituta (Geni) para que ela conquiste Herculano.

2.2 Análise

As falas de algumas personagens de "Toda nudez será castigada" demonstram que elas, nem sempre, agem com naturalidade e honestidade. Atribuímos isso ao fato de que cada personagem quer manter uma imagem de pessoa de reputação ilibada, principalmente, se considerarmos que existe no convívio familiar três tias idosas solteiras, que tudo indica, são tementes a Deus e arraigadas aos costumes antigos. Partindo dessas premissas, podemos dizer que as personagens apresentam diversas fachadas. Goffman revela que essas fachadas estão relacionadas aos diversos papéis representados pelo indivíduo na sociedade, em função dos *status* que exercem. Para esse autor, a interação social é vista sob a perspectiva do controle das impressões, ou seja, a representação social do indivíduo pode variar de acordo com a intenção da interação ou a situação em que se vê inserido.

Escolhemos apresentar somente as fachadas de Herculano. Essa personagem apresenta, inicialmente, uma fachada tradicional e presa aos costumes. No decorrer da trama, sua fachada varia de acordo com as intenções dele e das pessoas com quem interage. Assim, sua representação oscila entre o marido que guarda as dores pela falecida esposa, o amante de uma prostituta, totalmente rendido aos prazeres da carne, e representava, acima de tudo, o ponto de equilíbrio da família para as tias idosas:

Ex.: 01

HERCULANO (*com a voz estrangulada para si mesmo*): Me convidar, ter essa coragem – pra ir à zona!

PATRÍCIO: Não vamos fazer um bicho de sete cabeças. Não é, não é como as outras!

HERCULANO (*desesperado*): Vagabunda é vagabunda!

PATRÍCIO: Não vamos fazer um bicho de sete cabeças. Não é, não é como as outras!

HERCULANO (desesperado): Vagabunda é vagabunda!

HERCULANO: O que é que uma prostituta pode me dar?

PATRÍCIO: É simples, tão simples! Pode te dar (*vivamente*) num sorriso, numa palavra, num gesto, sei lá. Pronto: relação humana. Você, Herculano, está

aí nessa dor burra. Isso não é nem viril. Você sofre, muito bem. E daí? Uma dor idiota que não conduz a nada.

HERCULANO (*taciturno*): Sofro pouco. Devia sofrer mais.

PATRÍCIO: Você quer morrer?

HERCULANO (*triunfante*): Agora você disse tudo. Morrer. Só não meto uma bala na cabeça – por causa do meu filho. Só. (*Começa a chorar*) Eu devia estar enterrado com a minha mulher. (MAGALDI, 1990, p. 168-9)

O sofrimento de Herculano faz com que as tias deixem Patrício fazer qualquer coisa para que ele melhore. Assim, os dois irmãos se trancam no quarto e Patrício leva uma garrafa de uísque. Ele convida Herculano para ir até um *rendez-vous*, local onde Geni atende seus clientes.

O discurso de Herculano revela um sofrimento profundo, que é a fachada de um homem que quase não suporta a dor da perda da estimada esposa. Ele afirma que tem necessidade de sofrer como se isso fizesse com que Deus o perdoasse de tudo que lhe incomodava em sua falecida esposa (cf. ex. 02). Além disso, esse sofrimento é aquele esperado por todos de sua família, principalmente seu filho Serginho. Ele está representando e, talvez, implicitamente, solicita que seus observadores, no caso, a família, encarem com seriedade a impressão que ele tenta sustentar perante eles.

Ex.: 02

GENI: Não me humilhe que eu te…

HERCULANO (*cortando*): Ninguém te humilha! Você está debaixo de tudo! Você é um mictório! Público! Público!

GENI: Pois olhe. Você me disse que tua mulher não chegava a meus pés. Disse. Você berrava: – "A minha mulher era uma chata!"

HERCULANO (*aterrado*): Não. Não! Uma santa, uma santa! Se repetir isso eu te mato!

(*Geni solta o riso; novamente, Herculano está de quatro.*)

GENI (*apontando*): Foi assim que você entrou aqui. De quatro. (*Geni ri mais alto*) Seu cão!

HERCULANO: Não ri! Pára de ri!

GENI: Tua mulher tinha varizes!

HERCULANO (*estupefato*): Como é que você sabe?

GENI: Não tinha varizes?

HERCULANO (*com esgar de choro*): Não! Não!

GENI: Tinha! (*às gargalhadas*) Ai, meu Deus! Você me contou. Foi você. E você tinha nojo das varizes de tua mulher!

HERCULANO (*num berro*): Cala a boca!

(*Herculano continua de quatro.*)

GENI (*no desafio feroz*): Ela não tinha as coxas separadas? Hem, seu cão? (*Sempre às gargalhadas*) – Ai, meu Deus, não aguento mais! (*Novo impulso*) E ela tomava banho de bacia, banho de assento, antes de dormir! Fazia assim com a mão na água. (*imita o gesto*)

HERCULANO (*chorando*): Eu não disse nada! É mentira! Nada!

GENI: Nunca ri tanto na minha vida!

HERCULANO: Se eu falei de minha mulher, uma morta, se eu a insultei, e se contei o banho de assento. (*Num impulso maior*) Você não entende, mas olha: – é tão triste e casto – o banho de assento, triste! (*Muda de tom e novamente feroz.*)

GENI: Aí que eu estou com dor aqui!

HERCULANO: Mas se eu disse isso, então devo mesmo andar de quatro. Eu sou o cão. Estou babando como um cão. (*Herculano passa as costas da mão na boca.*) (MAGALDI, 1990, p. 172-3)

Herculano vê uma foto de Geni nua e foi incentivado pelo irmão Patrício a beber. Sob o efeito da bebida, ele manifesta todas as opiniões negativas a respeito de sua esposa. Assim, ele não sustenta por muito tempo a fachada de um viúvo que sofre por ter perdido a mulher perfeita, morta em decorrência de uma ferida no seio. Essa representação da personagem se desfaz a partir das falas de Geni, que deixam evidente que ele levava consigo impressões negativas da esposa. Entretanto, ele se esforça para convencer Geni e a si mesmo de que não tinha uma imagem negativa da esposa. Dessa forma, as representações de Herculano (cf. ex. 1 e 2) são divergentes, pois ele tem um comportamento antagônico e diz que a culpa disso é o excesso de bebida alcoólica:

Ex.: 03

HERCULANO: Eu nem devia telefonar. Estou falando só para te dizer.

GENI: Então? Depois daquela vez, você continua virgem, ou.

HERCULANO (em pânico, muda de tom): Geni, aquela foi a primeira e a última vez! Estou-lhe falando sério, Geni.

GENI: Você não gostou?

HERCULANO (com mais élan): Geni, quando conversamos, aquela vez. Eu para definir esse tipo de vida, usei uma expressão.

GENI: Mictório.

HERCULANO (rápido e infeliz): Não precisava repetir a palavra. Entende? Eu não podia ter comparado uma criatura humana a. (*Com veemência*) Mas você não é isso. Você não pode ser isso.

GENI (implorando): Vem cá, vem?

HERCULANO: Aí?

GENI (sôfrega): Olha. Eu estou esperando um freguês, mas desmarco. Aqui é mais cômodo.

HERCULANO (desesperado): Geni, eu só fui aí uma vez, porque estava bêbado. Você sabe, Geni, sabe! Não ponho os pés aí – nunca mais!

GENI: Nunca mais?

HERCULANO: Aquilo que eu contei do meu filho. A vida sexual terminou para mim. Estou lhe dizendo isso de coração para coração. (MAGALDI, 1990, p. 176-178)

A personagem contatou a prostituta, mas não queria que tal atitude fosse entendida como interesse. Sua fala demonstra que ele não queria ligar, mas sua curiosidade para saber o que levou Geni à prostituição foi um subterfúgio. A partir desse momento, a fachada de viúvo sofredor de Herculano começa a se esfacelar. O diálogo contribui para a revelação de que ele se sentiu atraído por Geni, mas não seria correto manter contato com uma prostituta. Além disso, as últimas falas de Herculano deixam evidente que o motivo pelo qual eles não mantêm uma relação é a promessa feita ao seu filho de que ele nunca mais praticaria sexo. Contudo, o juramento foi quebrado e ele escusa-se alegando o uso abusivo da bebida que seu irmão lhe deu. Assim, o uísque oferecido por Patrício torna-se uma justificativa para Herculano ter apresentado uma nova fachada. A propósito disso, Park afirma que "[…] todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel. É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros; é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos" (cf. *op. cit*. *apud* GOFFMAN, 1975, p. 27).

Após conhecer Geni, o discurso de Herculano começa a mudar, em outras palavras, sua "representação" de homem sofredor não é mais a mesma, ou seja, suas formas de se expressar não são padronizadas porque ele oscila entre a viuvez e a entrega a um relacionamento com uma prostituta. Podemos dizer que dependendo do "cenário" ou pano de fundo, a sua representação sofre mudanças. Assim, inicialmente, diante do "cenário" familiar (a casa onde mora com as tias idosas e com seu filho) ele representa o viúvo, mas essa representação não é fielmente seguida ao sair desse ambiente ou ter algum contato com Geni. No decorrer da trama, a representação de homem apaixonado pela prostituta começa a invadir o "cenário" familiar:

Ex.: 04

SERGINHO: O senhor vai repetir aquele juramento, aquele. Jura, jura que nunca mais se casará!

HERCULANO (*aterrado*): Juro o que você quiser!

SERGINHO: O que eu quiser, não. Papai, quem tem que querer é o senhor.

HERCULANO: Mas levante! Serginho, Serginho!

SERGINHO (*chorando*): O senhor não jurou!

HERCULANO: Juro!

SERGINHO: E que nunca mais terá mulher, mesmo sem casar?

HERCULANO: Ouve, Serginho. O sexo pode ser uma coisa nobre, linda, meu filho.

SERGINHO: O senhor nunca falou assim!

(*Herculano suspende Serginho.*)

HERCULANO: Olha para mim, Serginho. Olha para mim.

SERGINHO (*desesperado*): Cala a boca! Cala a boca!

HERCULANO: Você tem de ouvir tudo. Nem eu, nem você podemos ter ódio do sexo. O sexo quando é amor. (MAGALDI, 1990, p. 189-190)

Serginho percebe que seu pai não guarda o luto como antes e acredita que ele se esqueceu da esposa falecida. Herculano tenta mudar a concepção de seu filho em relação ao ato sexual, o que demonstra uma nova "máscara" dessa personagem. Assim, ele não consegue reafirmar o juramento de que não se casará. Essa máscara representa aquilo que Herculano gostaria de ser, a partir do momento em que conheceu Geni. Sob essa perspectiva, compreendemos que ele recebeu um estímulo que revela um novo *status* social da personagem:

> Pode-se chamar de "aparência" aqueles estímulos que funcionam no momento para nos revelar o status social do ator. Tais estímulos nos informam também sobre o estado ritual temporário do indivíduo, isto é, se ele está empenhado numa atividade social formal, trabalho ou recreação informal, se está realizando ou não, uma nova fase no ciclo das estações ou no seu ciclo de vida. (op. cit., 1975, p. 31)

É possível dizer que a nova representação de Herculano, após conhecer Geni, indica uma nova fase em

seu ciclo de vida. Ao passar alguns dias com a prostituta, percebeu que ainda é viril e tem desejos como qualquer outra pessoa, mesmo depois de ter perdido sua esposa. No entanto, essa nova fachada não pode ser revelada em todos os momentos pelo fato de que as pessoas de seu convívio exigem que ele se comporte como um homem preso ao amor de uma mulher que já faleceu.

Ex.: 05

HERCULANO (grave): Uma pergunta. Você gosta de mim? Gostou de mim?

GENI: Sujeito burro! (Mudando de tom trinca os dentes) Só de olhar você – e quando você aparece basta a sua presença – eu fico molhadinha!

HERCULANO (realmente chocado): Oh, Geni! Por que é que você é tão direta, meu bem?

GENI (desesperada de desejo): Vocês homens são bobos! Está pensando o que da mulher? A mulher pode ser séria, seja lá o que for. Mas tem sua tara por alguém. (Muda de tom) Olha as minhas mãos como estão geladas. Segura, vê. (Ofegante) Geladas!

HERCULANO (amargurado): Amor não é isso!

GENI (furiosa): Me diz então o que é que é amor?

HERCULANO: Certas coisas, a mulher não deve dizer. Pode insinuar. Insinuar. Mas não deve dizer. Delicadeza é tudo na mulher. (MAGALDI, 1990, p. 192-3)

Ex.: 06

TIA: Não! Não vire o rosto. (Rápida e desesperada) – Foram dizer a seu filho que você passou três dias e três noites numa casa de mulheres!

HERCULANO (sob o impacto): Eu?

TIA: Três dias e três noites com uma prostituta!

HERCULANO (desesperado): Mas é falso! Rigorosamente falso! Todos os meus amigos sabem que eu tenho horror, horror da prostituta. Nunca entrei numa casa de mulheres. Só entrei uma vez. Em solteiro. Eu era rapazinho. Entrei e fugi logo, nunca mais. Entenda! Esse assunto, aliás. Mas compreendeu? Simplesmente, eu não acho a prostituta mulher. Não é mulher! (MAGALDI, 1990, p. 195)

Ex.: 07

SERGINHO: Por que entrou nesse quarto?

HERCULANO (num crescendo): Ouve, meu filho. Se alguém te disse que eu ia casar com essa mulher, é mentira, calúnia! Jamais me passou pela cabeça essa ideia. E nem é minha amante! Uma prostituta não é amante, é a mulher que todos usam – mas pagando! Nunca seria minha esposa, nunca! E você tem que acreditar em mim! Você nunca viu seu pai mentir. (Cai a exaltação de Herculano) Serginho, a um pai se perdoa! (MAGALDI, 1990, p. 219-220)

Percebemos que a "representação" de Herculano perante a família é diferente daquela que ele utiliza quando está ao lado de Geni. A respeito disso, Goffman assevera:

> Verificamos que há muitas representações que não poderiam ser feitas se certas tarefas não tivessem sido realizadas, tarefas estas que são fisicamente sujas, quase ilegais, cruéis e de certo modo degradantes. Mas estes fatos perturbadores raramente são expressos numa representação. Nas palavras de Hughes, temos a tendência a esconder de nosso público todos os indícios de "trabalho sujo", quer o realizemos em particular ou encarreguemos um empregado de fazê-lo, entreguemo-lo ao mercado impessoal, ao especialista legítimo ou ilegítimo. (op. cit., 1975, p. 48)

Herculano está apaixonado por Geni, apesar de ter consciência de sua vida de prostituta. O seu discurso demonstra que ele tenta, de alguma forma, modificar as atitudes de Geni, principalmente no que diz respeito à "representação" adequada a uma mulher íntegra perante a sociedade. Assim, podemos inferir que ele pretende se casar com ela, mas para que isso aconteça deve haver mudanças em seu comportamento. A nova conduta de Geni servirá para esconder das pessoas do convívio de Herculano todos os indícios de trabalho não idôneo que ela teve antes de conhecê-lo. Podemos inferir, ainda, que essas mudanças serão positivas para a imagem de homem conservador, religioso e de boa família que Herculano tem de si próprio. Tudo isso revela que foi estabelecida uma fachada que varia de acordo com o papel social que Herculano tem de manter diante de suas tias e de seu filho, ou seja, ele tem a tendência de apresentar um número de fachadas condizente com a organização social em que está inserido.

3 Considerações finais

Nos diversos contextos de interação social, os interactantes apresentam representações que devem ser mantidas mediante estratégias sociointeracionais que visam evitar conflitos. Nesse sentido, em geral, as pes-

soas se expressam de uma maneira que seja condizente com a situação.

O *corpus* que utilizamos contribuiu para identificarmos algumas características inerentes à fala. Assim, as personagens apresentam diálogos que são muito próximos daqueles que encontramos nas interações cotidianas. Após a análise da fala das personagens, percebemos que um falante pode manipular sua fachada (representação social), dependendo de sua intenção com o interactante. Essa atitude do falante está relacionada à sua necessidade de preservar sua autoimagem (face).

Com base naquilo que observamos, podemos dizer que a fachada só se define no decurso da interação e pode ser utilizada, consciente ou inconscientemente, como um recurso de preservação da face (imagem social). Entretanto, seria necessário um estudo mais detalhado para apurar se há eficácia ou riscos à face se o falante manipular sua fachada durante a interação.

Referências

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana.* Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2001.

MAGALDI, S. (Org.). *Teatro completo de Nelson Rodrigues:* Tragédias cariocas II. V. 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

PRETI, D. *Estudos de língua oral e escrita.* Rio de janeiro: Lucerna, 2004.

URBANO, H. *Oralidade na literatura:* o caso Rubem Fonseca. São Paulo: Cortez, 2000.

O CONCEITO HEGELIANO DE CONSCIÊNCIA-DE-SI N'OS LUSÍADAS

THE HEGELIAN CONCEPT OF SELF-CONSCIOUSNESS IN THE LUSIADS

André Yuiti Ozawa
Mestre em Literatura Portuguesa – USP
Professor de Letras – Uninove
a.ozawa@uninove.br

Resumo

Busca-se, por meio desse trabalho, a possibilidade de se pensar alguns conceitos hegelianos para a crítica literária. Apresentando alguns conceitos considerados fundamentais encontrados tanto na "Estética" quanto na "Fenomenologia do Espírito" desse filósofo alemão, esse trabalho tem como base a leitura de alguns episódios do livro "Os Lusíadas" de Luís Vaz de Camões. Fazendo a reflexão do caminho da consciência-de-si hegeliana, interpomos entre as discussões filosóficas os episódios da épica até o ápice, encontrados na "Ilha dos Amores". Cotejando constantemente um e outro texto, explica-se o conceito filosófico e destaca-se, do ponto de vista filosófico, o texto literário.

Palavras-chave: Crítica literária. Filosofia. Hegel. Os lusíadas.

Abstract

One aim, through this paper, the possibility of considering some Hegelian concepts to literary criticism. Featuring some fundamental concepts that found either in "Aesthetics" and in "Phenomenology of Spirit" of the German philosopher, this work is based on reading a few episodes of "The Lusiadas Luis Vaz de Camoes. Making a reflection of the way of self-consciousness Hegel, the philosophical discussions interpose between the episodes of the epic to the apex, found in the "Island of Love." Constantly comparing one to the other text, explains the concept and philosophy stands out in terms of philosophical, literary text.

Key words: Hegel. Literary criticism. Philosophy. The lusiads.

1 Introdução

O conceito de consciência-de-si pode ser analisado como um caminho dentro de outro maior: o primeiro se constituí dos momentos propriamente ditos até completar-se e tornar-se uma "vivente consciência-de-si"; o outro, aponta como a consciência-de-si afigura-se em uma etapa que transpôs a Consciência e vai na direção da Razão e, finalmente, da Eticidade, ou melhor dizendo, como a consciência-de-si efetiva passa a se considerar portadora do destino de uma história que é submetida ao crivo da Razão. Não cabe aqui porém, a análise pormenorizada nem de um nem de outro caminho: a intenção é tão-somente compreender o conceito da efetivação da consciência-de-si racional por meio de si mesma, usando como paradigma uma obra literária. Ou dir-se-ia, ilustrar um tópico importante encontrado na "Fenomenologia do Espírito", de Hegel com vistas a um texto artístico e pensar como esse mesmo texto pode apontar em direção à eticidade. Ao fim e ao cabo, como pensa Hegel, a arte, a religião e a filosofia só diferem pela forma; seu objeto é o mesmo, ou seja, o espírito absoluto.

A escolha de "Os Lusíadas", de Luís Vaz de Camões, poema épico tardio, publicado já em meados do século XVI, serve perfeitamente para pensar algumas das considerações hegelianas sobre a consciência-de-si. O episódio da "Ilha dos Amores", em particular, fornece subsídios para a demonstração dos momentos de tal consciência até sua efetivação. Outros trechos da épica e a obra em si, ou pelo menos sua "intenção" primeira, fornecem outros subsídios para encaminhar tais elucubrações até demonstrar a coerência e a explicação para tal escolha:

> É na vida de um povo que o conceito da efetivação da razão consciente-de-si tem de fato sua realidade consumada: ao instituir, na ausência do Outro, a perfeita unidade com ele; ou seja, ao ter por objeto, como meu ser-para-mim, essa livre coisidade de um outro, por mim descoberta – que é o negativo de mim mesmo. [1]

III

Cessem do sábio grego e do troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.

IV

E vós, Tágides minhas, pois criado
Tendes em mi um novo engenho ardente,
Se sempre, em verso humilde, celebrado
Foi de mi vosso rio alegremente,
Daí-me agora um som alto e sublimado,
Um estilo grandíloco e corrente,
Por que de vossas águas Febo ordene
Que não tenham inveja às de Hipocrene.[2]

Como sabido, o herói épico da Antiguidade clássica, figura singularizada em suas virtudes, será absorvido pelo "[…] Estado juridicamente definido, dando lugar a personagens que se tornam alegorias filosóficas e políticas."[3] Ora, se por um lado o poema português intenta seguir, não como modelo de imitação, certos preceitos homéricos, como a precisão da linguagem descritiva[4], a intervenção de deuses divididos em partidos num determinado momento de ação humana (uma guerra, uma viagem marítima…), entre outras "regras", por outro se mostra renovador não de um gênero, mas de um sentimento: o nostálgico patriótico; o coletivo fundado por homens dignos de memória e, por conseguinte, orgulhosos de sua história comum.

A força do povo mostra-se essencial quando sustém o indivíduo, como meio universal que não anula as funções inferiores, mas as efetivam. É porque o "[…] agir e o atarefar-se puramente singulares do individuo referem-se às necessidades que possui como ser – natural, quer dizer, como singularidade essente"[5] não se limitando na substância universal[6] apenas a essa forma

1 HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. Paulo Meneses com colaboração de Karl-Heinz e José Nogueira Machado. 3ª ed. rev.(português). Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Edusf, 2005. Título original: Phânomenologie des Geistes, p. 350-351.

2 CAMÕES, Luis Vaz. Obras Completas: *Os Lusíadas*. Lisboa: Sá da Costa, 1947. v IV. p. 2-3. Canto I. Os negritos destacam a ideia de como o ser individual torna-se, por sua vontade, um instrumento para um bem maior, o do povo. Não é somente o talento individual que permite realizar sua empreitada, mas a inspiração que encontra em sua história coletiva e em sua língua materna.

3 "As personalidades dos heróis vão-se apagando, destituídas de mola interior, como é flagrante no caso do <pio> Eneias, joguete nas mãos dos deuses, que de resto já na época de Virgílio tendiam a converter-se em alegorias filosóficas e políticas. O Estado juridicamente definido absorvera o destino dos heróis patriarcais, tão individualizados."(SARAIVA, A.J.; LOPES, O. *História da Literatura Portuguesa*. 7ª ed. rev. e atual. Santos, SP: Martins Fontes, 1973. p. 349).

4 " Graças à ingenuidade épica, o discurso narrativo, em cuja atitude diante do passado vive sempre um elemento de apologia, que justifica a ocorrência como algo digno de nota, corrige a si mesmo. A precisão da linguagem descritiva busca compensar a inverdade de todo o discurso." (ADORNO, T.W. *Notas de Literatura I*: Sobre a ingenuidade épica. Trad. e apres.Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003. Título original: Noten zur literatur I. (Coleção Espírito Crítico) pg. 51.)

5 HEGEL, op. cit, p. 251.

6 " A razão está presente como fluida substância universal, como imutável coisidade simples, que igualmente se refrata em múltiplas essências completamente independentes, como a luz nas estrelas, em seus diversos pontos rutilantes. Em seu absoluto ser-para-si, tais essên-

de subsistência, desse agir em geral, mas também ao seu conteúdo. Interessante notar que o poeta tem consciência de que seu trabalho individual e singular passa a ser uma obra para todos e universal. Por tal empreitada, abre mão de si ao colocar-se como instrumento divino em nome de seu povo. Em contrapartida, torna-se o rapsodo privilegiado de seu meio e de seu tempo, detentor da memória e da voz do seu povo:

> Nada há aqui que não seja recíproco, nada em que a independência do indivíduo não se atribua sua significação positiva – a de ser para si – na dissolução de seu ser-para-si e na negação de si mesmo. Essa unidade do ser para outro – ou do fazer-se coisa – com o ser-para-si, essa substância universal fala sua linguagem universal nos costumes e nas leis de seu povo.[7]

XV

E em quanto eu estes canto, e vós não posso,
Sublime rei, que não atrevo a tanto,
Tomai as rédeas vós do reino vosso,
Dareis matéria a nunca ouvido canto.
Comecem a sentir o peso grosso
(Que pelo mundo todo faça espanto)
De exércitos e feitos regulares
De África as terras e do Oriente os mares.[8]

Porém, se são as leis e os costumes que exprimem o que o indivíduo é e qual o seu "papel" nessa grande trama, aquela imutável essência é a expressão, ainda que aparentemente oposta, de uma individualidade singular, já que segundo tais leis, não apenas compreendidas como uma coisidade objetiva universal, ele se *reconhece*, ou a conhece como seus concidadãos:

> Assim, no espírito universal, tem cada um a certeza de si mesmo – a certeza de não encontrar, na efetividade essente, outra coisa que a si mesmo. Cada um está tão certo dos outros singularizada em sua própria individualidade, e na de cada um de quanto de si mesmo.[9]

O papel do poeta torna-se então o cantar, enquanto o dos marinheiros singrar os mares, dos soldados combater os inimigos em nome de uma bandeira, etc., todos visando um bem maior, nesse caso, o Estado português, personalizado na figura real, que por mando dos deuses os unem e lhes dão o reino que é deles por direito. Assim, vê-se que mesmo sendo notória a presença do coletivo como produto das forças singulares, como resultado de um esforço tremendo(ao mesmo tempo recompensador), é ainda o talento individual do poeta que efetivamente cria o poema. No "Cursos de Estética", Hegel versa sobre tal questão ao colocar que

> […]não é um povo como coletividade que poetiza, e sim apenas indivíduos singulares. O espírito de uma época, de uma nação, é, certamente, a causa substancial, eficiente, mas surge ela mesma apenas para a efetividade como obra de arte quando se concentra no gênio individual de um poeta, o qual então leva à consciência e executa este espírito universal e seu Conteúdo como sua própria intuição e sua própria obra. Pois poetizar é uma produção espiritual, e o espírito existe apenas como consciência e autoconsciência efetiva singulares.[10]

Se era grande a tentação de se dizer que esse épico português se torna o canto de um povo que se reconhece e se saúda nesse espaço[11], não ficaria tão longe da realidade completando tal assertiva com o adendo de ser, porém, o cantar de um indivíduo que tem que se manter aquém de tal momento. Pois somente assim, a obra será efetiva para o meio e para si. Explica-se, tendo em mente a idealização e produção de tal epopeia: é fato que "Os Lusíadas", obra dedicada à D. Sebastião, é referendada pelo monarca D. Manuel para celebrar o povo português, um desejo que durava décadas. Tanto que o humanista italiano Ângelo Policiano ofereceu-se a D. João II, ainda no século XV, para cantar em verso latino os seus feitos, e Luís Vives exaltou os descobrimentos em uma dedicatória a D. João III.[12] Sendo apenas uma obra que iria ao encontro dos desejos reais, ainda que representando toda uma nação, era de se esperar que se limitasse a exaltação e ao elogio, mas sua percepção e espantosa clarividência, fez com escrevesse nos cantos

cias não só em si se dissolvem na substância independente simples, mas ainda são para si mesmas; cônscias de serem tais essências simples singulares, porque sacrificam sua singularidade e porque essa substância universal é sua alma e essência. Do mesmo modo, esse universal é, por sua vez, o agir dessas essências como singulares; ou a obra por elas produzida." Ibidem, p. 251.

7 Ibidem, p. 251-252.

8 CAMÕES, op. cit, p. 10. Canto I.

9 HEGEL, op. cit. p. 252.

10 Idem. *Cursos de Estética*, Trad. Marco Aurélio Werle, Oliver Tolle; consultoria Victor Knoll. São Paulo: Edusp, 2004. v.4. pg. 96.

11 No *Cursos de Estética*, Hegel diz: "A obra épica, como uma totalidade originária, é a lenda [Sage] , o livro, a Bíblia de um povo, e toda nação grande e significativa tem tais livros absolutamente primeiros, nos quais é expressado para eles o que é seu espírito originário. Nesta medida, tais monumentos nada mais são do que as bases propriamente ditas para a consciência de um povo…" (ibidem, pg. 92).

12 SARAIVA, Antonio José; LOPES, Oscar, op. cit. , p. 347.

finais uma advertência não só ao rei sobre os rumos de sua amada nação, mas, sobretudo, os horizontes que se descortinavam para a "gente surda e endurecida":

CXLV

No mais, Musa, no mais, que a Lyra tenho
Destemperada, e a voz enrouquecida;
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.
O favor com que mais se accende o engenho,
Não no dá a Pátria, não, que está mettida
No gosto da cubiça e na rudeza
D'ua austera, apagada e vil tristeza[13]

Esse impasse ou esse desencanto pode ser compreendido na medida em que a consciência-de-si "[…] que, de início só era espírito imediatamente e segundo o conceito"[14], perde a felicidade de estar em seu meio, por compreender que, somente a vida de um povo livre pode ser a eticidade real. Em resumidas palavras, esse espírito universal, por ser já essente, é também um espírito singular, limitado tanto pelos costumes e pelas leis quanto justamente porque o espírito está na forma de ser e não se livrou das amarras de ser uma substância ética determinada. As obras dos reis, até então inquestionáveis, vão se tornando, à medida que são revistas, incoerentes e incapazes de garantir a felicidade do povo, a despeito de tudo conspirar a favor, inclusive os deuses. Chegado o desencanto, pois o passado glorioso e a "genética" privilegiada deveriam garantir uma prosperidade que insiste em não alcançar seu tempo e seus conterrâneos, a consciência singular perde a confiança no espírito universal, isolando-se até tornar-se para si a essência, a verdade viva. [15] Mesmo questionando o espírito universal, não perde a certeza de estar unido a ele, posto que tal união ou a harmonia de si e da coisidade "[…] só deve vir-a-ser para essa consciência mediante ela mesma, ou que seu fazer é igualmente o encontrar dessa unidade. Ora, essa unidade se chama felicidade; por isso o indivíduo é enviado por seu espírito ao mundo para buscar sua felicidade."[16]

A verdade dessa consciência-de-si racional, segundo Hegel, é a substância ética. Porém, como adverte, para ela aqui está somente o começo de sua experiência ética no mundo. Ela não chegou à substância ética, mas é impelida em tal direção ou perdeu a felicidade de nela estar. Na primeira alternativa,

> […] o que nessa substância se suprassume, são os momentos singulares que valem como isolados para a consciência-de-si. Têm a forma de um querer imediato, ou de um impulso natural que alcança sua satisfação; essa, por sua vez, é o conteúdo de um novo impulso. Porém de acordo com a alternativa, de que a consciência-de-si perdeu a felicidade de estar na substância, estão esses impulsos naturais unidos à consciência de seu fim, como a verdadeira determinação e essencialidade. A substância ética é rebaixada a predicado carente-de-si, cujos sujeitos vivos são os indivíduos que através de si mesmos têm de implementar sua universalidade e, por própria conta, cuidar de sua determinação.[17]

No caso de um episódio da epopeia camoniana, o chamado "Ilha dos Amores", encontrado no canto IX, se vê ilustrado pelo encontro dos marinheiros com as ninfas, como o que se perde não é nada além da falsa representação da consciência que põe nos impulsos naturais sua determinação. No entanto, antes de atingir tal substância ética, "[…] a imediatez ou a rudeza dos impulsos se perdem no movimento em que se põe à prova qual é a sua verdade; e seu conteúdo sobe a um nível superior".[18]O fim que os impulsos naturais levam a alcançar não é a substância ética imediata, mas é a consciência que reconhece essa substância como sua própria essência que levaria tais movimentos para o vir-a-ser da moralidade, pensada por Hegel, como uma figura mais elevada que a anterior.

A mando de Vênus, o Cupido insuflará no coração das ninfas o amor pelos portugueses. Preparará uma ilha com todos os prazeres que a *terra* pode oferecer, e porá tal ilha na rota das naus, que buscam um porto para se abastecer durante a fuga das Índias, onde conseguiram cumprir com sua missão real:

XXXIX

<E porque das insidias do odioso
Baccho foram na Índia molestados,
E das injurias sós do mar undoso
Poderam mais ser mortos que cansados,
No mesmo mar, que sempre temeroso
Lhe foi, quero que sejam repousados,
Tomando aquelle premio e doce glória
Do trabalho, que faz clara a memória.

13 CAMÕES, op. cit. v. V, p. 258. Canto X.
14 HEGEL, *Fenomenologia do Espírito*, p. 252.
15 Ibidem, p. 253.
16 Ibidem, p. 254.
17 Ibidem, p. 254.
18 Ibidem, p. 254.

XL

<E pêra isso queria que feridas
As filhas de Nereo no ponto fundo,
D'amor dos Lusitanos encedidas,
Que vem de descobrir o novo mundo;
Todas nũa ilha juntas e subidas,
Ilha que nas entranhas do profundo
Oceano terei apparelhada,
De does de Flora e Zephiro adornada:

XLI

<Ali com mil refrescos e manjares,
Com vinhos odoríferos e rosas,
Em crystallinos paços singulares
Fermosos leitos,e ellas mais fermosas;
Em fim, com mil deleites não vulgares,
Os esperem as nymphas amorosas,
D'amor feridas, pêra lhe entregarem
Quanto d'ellas os olhos cubiçarem.[19]

Dessa forma, todo e qualquer prazer encontrado nessa ilha será justificável em nome de um bem maior. Nesse contexto, entregar-se será natural não somente pelos impulsos, mas pela própria legalidade da situação, visto que é em nome da própria deusa do amor que tais prazeres serão desfrutados. Assim, aparentemente não haveria nada de imoral, pois a ilha e seus habitantes, protegidos e criados pelos próprios deuses, se tornam amorais, conciliados consigo e com o outro. Não se pode afirmar o mesmo dos marinheiros. O trecho que Hegel cita do *Dr.Fausto* de Goethe ressalta tal humanidade:

Despreza intelecto e ciência
-supremos dons dos homens-
entregou-se ao demônio
e deve ir para o inferno.[20]

Tal como Fausto, os marinheiros ignoram sua própria experiência, lançando-se, tal como o personagem citado, à vida e levando à realização plena a individualidade pura da qual emerge a consciência-de-si. Mais do que produzirem para si, imediatamente colhem e desfrutam da sua felicidade. O vinho, como metáfora da vida, é assim tomado sem barreiras. No entanto, como inebriante, também domina aqueles que dele se serviram. Esse agir é o agir do desejo, somente em um dos momentos. Não eliminando a essência objetiva toda, somente a forma de seu ser-outro ou de sua independência, forma o elemento em que o desejo e o seu oposto subsistem independentes e indiferentes um do outro: o ser-aí vivo.

> O gozo do desejo o suprassume na medida em que convém a seu objeto. Mas aqui o elemento que confere aos dois uma efetividade separada é, antes, a categoria: um ser que é essencialmente um representado. É portanto a consciência da independência [que os mantém separados] – seja a consciência somente natural seja a consciência cultivada em um sistema de leis.[21]

LXIX

Dá Velloso espantado um grande grito:
<Senhores, caça estranha, disse, é esta;
Se inda dura o gentio antigo rito,
A deusas é sagrada esta floresta.
Mais decobrimos do que humano esprito
Desejou nunca; e bem se manifesta
Que são grandes as cousas e excellentes,
Que o mundo encobre aos homens imprudentes.

LXX

<Sigamos estas deusas, e vejamos
Se phantasticas são, se verdadeiras>.
Isto dito, veloces mais que gamos,
Se lançam a correr pelas ribanceiras.
Fugindo as nymphas vão por entre os ramos;
Mas mais industriosas que ligeiras,
Pouco e pouco, surrindo e gritos dando,
Se deixam ir dos galgos alcançando.[22]

Ao chegar ao gozo do prazer, a consciência-de-si também chega à

> […] consciência de sua própria efetivação em uma consciência que se manifesta como independente, ou na intuição da unidade das duas consciências-de-si independentes. Alcança seu fim, mas ali experimenta justamente o que é a verdade desse fim. Concebe-se a si mesma como esta essência singular para-si-essente.[23]

19 CAMÕES, op. cit. p. 159, Canto IX.

20 HEGEL, Fenomenologia, p. 256.

21 Ibidem, p. 257.

22 CAMÕES, op. cit., p. 172, Canto IX.

23 HEGEL, Fenomenologia do Espírito, p. 257.

Dessa forma, compreende que a unidade de si-mesma e do Outro, uma outra consciência-de-si, não é mais uma forma de se singularizar, e sim de unir-se ao universal, ainda que como singular suprassumido[24]. Se o lado positivo de desfrutar o prazer é, em certa medida, a afirmação de si, o negativo é a compreensão de que, ao esvaziar o Outro, usufruiu de algo que faz parte também de si e do meio. De si, porque, como já anteriormente explicado, sua determinação se faz na razão do espírito vivo presente, ou o povo livre. E do meio, intrínseco no raciocínio anterior, principalmente pela conexão que faz com que um só encontre o outro na igualdade ou na diferença, como um espelho que nos lembra quem somos, sabendo que não somos aquilo somente que refletimos, mas diferentes daqueles que vemos.

Os negritos no texto camoniano ressaltam não só a unidade(pura unidade), a diferença, (pura diferença), mas também ao nomear as ninfas como caças, a relação(pura relação). O homem sabe que é caçador, a ninfa faz o papel da caça, e a ação se passa num espaço dominado pelo "rito antigo"(no caso, de acordo com o tempo camoniano, o paganismo) como que validando o comportamento ou tal relação. Despojado de si, o homem será só para-si, imerso nesse encantamento de não mais se preocupar com suas consequências e com o efeito de seus atos. Esse novo tipo de relação ressalta dois importantes conceitos hegelianos, a saber: o primeiro, que chama de necessidade ou destino, é uma conexão firme entre essas essencialidades puras(unidade, diferença e relação) ou abstrações vazias, inseparáveis, pois isoladas nada são sem o contrário[25]; e o conceito de vida encontrada na fuga de tais conceitos, ainda inanimados, pois ainda são puros conceitos de razão que a individualidade mantém[26]. Entretanto, se a fuga pura e simples de tais abstrações é a simples passagem do Uno para a universalidade, como um mero ato sem mediação, transfere agora a responsabilidade de seus atos para algo que é, em si, um enigma. Nesse contexto, os atos já não são seus e o que lhe acontece não é, para a consciência, a experiência do que é em si. A necessidade torna-se abstrata e uma outra potência, negativa e não concebida, mesmo que universal, se opõe a individualidade que se despedaça. Nesse ponto, a consciência-de-si se perde na necessidade ou pensa como algo estranho a si. No entanto, sobrevive em si, pois "[…] essa necessidade ou a universalidade pura é sua própria essência."[27]

A consequência imediata de saber ter em si o universal é saber ter em si uma *lei*. "A lei, devido a essa determinação de estar imediatamente no ser-para-si da consciência, chama-se lei do coração."[28]Enquanto singularidade, assim como a figura do prazer, é também para si essência, embora mais rica por ter a determinação de que seu ser-para-si vale como necessário ou universal. No entanto, será de fato que a lei do coração tem o poder de conciliar individualidade e universalidade? Se era a necessidade aquela conexão entre essências e sua relação, ainda restava a consciência singularizada. Somente quando essa consciência encontra o prazer agora no bem da humanidade e na apresentação de sua essência como sublimada, pode ela efetivar a lei como do coração. Se a necessidade contraria a lei do coração, causando sofrimento, ela deve ser suprassumida pela individualidade, que toma as rédeas até a próxima figura: a virtude. A consciência, certa de si na lei e no bem em si, e conhecedora de que a individualidade é o pervertido e o perversor, sacrifica a singularidade em nome de tal elevação.

LXXXV

Ũ'a d'ellas maior, a quem se humilha
Todo o côro das nymphas e obedece,
(Que dizem ser de Celo e Vesta filha,
O que no gesto bello se parece),
Enchendo a terra e o mar de maravilha,
O capitão ilustre, que o merece,
Recebe ali, com pompa honesta e regia,
Mostrando-se senhora grande e egrégia.

LXXXVI

Que despois de lhe ter dito quem era,
Co'um alto exordio de alta graça ornado,
Dando-lhe a entender que alli viera
Por alta influição do immobil fado,
Pera lhe descobrir da unida esphera,
Da terra imensa e mar não navegado
Os segredos, por alta prophecia,
O que esta sua nação só merecia;[29]

Nesse trecho da epopeia, Tétis oferece os segredos da máquina do mundo para o capitão Fernão Veloso, e profetiza que seria sua nação a privilegiada por um destino divino. Se era, como já analisado, a lei em tal ilha condizente com a lei do coração, entende-se como pode então a segunda figura da razão ativa ter duas partes(pura individualidade e universalidade), e cada parte conter os dois momentos – lei e individualidade:

24 Na Nota do tradutor, há tal explicação: "Conservamos as opções terminológicas das edições anteriores, apesar das críticas. Foi mantido o 'suprassumir', calcado no sursumer de ourgeois, e o 'abolir' de Lefebvre só retêm o lado negativo de aufheben: de si mesmos, como 'relevar' suprimem sem conservar. Há também em nosso iioma termos que são os antônimos de si mesmos, como 'relevar', que significa 'dar relevo' e 'desconsiderar'; mas nada temos de equivalente para o 'aufheben' como o latim('tollere') e o grego('aurein')." (Op. Cit., p. 9)

25 Ibidem, p. 258

26 Ibidem, p. 259.

27 Ibidem, p. 260.

28 Ibidem, p. 260.

29 CAMÕES, op. cit. p. 178-179, Canto IX.

"[…] uma das partes, o coração, era sua unidade imediata, e a outra, sua oposição."[30] Deixando de se regalar com o puro prazer, que não é somente a afirmação de sua individualidade, mas também um consenso da universalidade, deixa-se levar pela deusa em nome de um bem maior: o conhecimento do mundo e seu mecanismo e não tão-somente a explicação momentânea e passível de também ser usufruída, mas a promessa de sacrifícios para a realização da profecia. Ao saber que o mundo "lhes pertence", herda também a missão de tomar posse. Ora, esse mundo nada mais é do que o curso-do-mundo e eles nada mais são do que a virtude:

> O fim da virtude é, pois, reverter de novo o curso pervertido do mundo, e trazer à luz sua verdadeira essência. Primeiro, essa essência verdadeira está no curso-do-mundo somente como seu Em-si; não é ainda efetiva. Por isso a virtude nela crê, apenas. Procede a elevar essa fé ao contemplar, mas sem gozar dos frutos de seu trabalho e sacrifício. Com efeito: na medida em que a virtude é individualidade, ela é o agir da luta que trava com o curso-do-mundo; seu fim e sua verdadeira essência são o triunfo sobre a efetividade do curso-do-mundo: a existência assim efetuada do bem é desse modo a cessação de seu agir, ou da consciência da individualidade.[31]

Tal embate usará armas em comum tanto a virtude quanto ao curso-do-mundo, que são "[…] a essência que ambos possuem, a qual só surge para ambos de modo recíproco".[32]Essa essência é o "[…] bem ou o universal, e tal como surge aqui, é o que se chama de dons, capacidades, forças. É um modo de ser do espiritual em que é apresentado como universal."[33]Sabe-se já que tal universalidade necessita do "[…] princípio da individualidade para sua vivificação e momento, e tem sua efetividade nesse princípio"[34] Se pretendia levar o bem à efetividade, sacrificando sua individualidade, a virtude é, dessa forma, vencida, pois o sacrifício de sua individualidade em combate com esse universal não reconhecido, tomará o rumo do discurso vazio a respeito do bem da humanidade, do sacrifício pelo bem e do mau uso dos dons, *a* menos que seja uma virtude com significação segura e determinada, "[…] porque tinha uma base, rica-de-conteúdo, na substância de um povo, e [se propunha] como fim, um bem efetivo já existente. Não se revoltava contra a efetividade como [se fosse] uma perversão universal e contra um curso-do-mundo.[35]É o caso do trecho camoniano citado. Com isso, capta o "conceito de ser, na certeza de si mesma, toda a realidade."[36] No entanto, para a virtude, que não tem essa base antiga, nas palavras de Hegel, cabe a consciência de desembaraçar-se das palavras que somente representam um bem em si, sem efetividade nenhuma

> Na sua luta, fez a experiência de que o curso-do-mundo não é tão mal como aparentava, já que sua efetividade é a efetividade universal. Com essa experiência se descarta o meio de produzir o bem através do sacrifício da individualidade; pois a individualidade é precisamente a efetivação do em-si-essente. A perversão deixa de ser vista como uma perversão do bem, porque é, antes a conversão do bem, [entendido] como um mero fim, em efetividade; o movimento da individualidade é a realidade do real.[37]

A conclusão imediata é que tanto o Em-si da virtude, quanto o ser-para-si do curso do mundo são apenas maneiras diferentes de ver. A oposição do ser-para-si da individualidade que se agarrava nessa efetividade, se opunha de fato à essência ou universal.

> O agir e o atarefar-se da individualidade são, pois, fim em si mesmo. O uso das forças, o jogo de sua exteriorização, são o que lhe confere vida, senão seriam o Em-si morto. O Em-si não é um universal irrealizado, inexistente e abstrato; mas ele mesmo é imediatamente essa presença e efetividade do processo da individualidade.[38]

De onde retomamos a ideia inicial de que, se trechos desse épico nos serviram como ilustração para demonstrar como a consciência-de-si caminha até sua efetivação, a totalidade da obra nos subsidia a pensar a questão da eticidade. O épico camoniano tem seu *in media res* na época das grandes navegações, fato histórico que a visão do poeta transforma em fato mitológico, ao descrever o Concílio dos Deuses e sua decisão de favorecer os navegantes portugueses, como um dia favoreceram outros povos, pois essa decisão é temente aos desígnios do poder do Destino. Esse destino é Deus, o deus cristão de Camões, que com isso, "cristianiza" o mito pagão. Se podia ser lido como uma tentativa de explicar o seu povo, passa a ser uma tentativa de explicar o Universo, na fusão

30 HEGEL, Fenomenologia do Espírito, p. 268.
31 Ibidem, p. 269.
32 Ibidem, p. 270.
33 Ibidem, p. 271.
34 Ibidem, p. 271.
35 Ibidem, p. 274.
36 Ibidem, p. 275.
37 Ibidem, p. 274
38 Ibidem, p. 275.

entre o sagrado e o profano, entre o histórico e o lendário, entre o individual e o universal.

Além disso, sua narrativa visita o passado, pondo o peso do presente e a obrigação do futuro, não somente num passado histórico, mas num passado que é o início de uma trama divina indissolúvel para os homens. Deixar com que esse delicado fio se rompa não é somente não cumprir com as obrigações imediatas, no caso cívicas e morais, mas descumprir com as obrigações divinas. O peso se torna ainda maior ao pensar que o Destino comanda os deuses para ajudar. Falhar com a tarefa é falhar não só com o outro, mas também com seu próprio fado. Se os heróis antigos os fazem pensar no que poderiam ser, os heróis camonianos, nesse processo de unir história e mito, os rememora o que devem ser. Ao tocar o individual e o universal, aponta um dedo que os atinge um a um, paradoxalmente ao mesmo tempo.

Pensando que o épico camoniano surge num período conturbado da vida nacional, com a ameaça constante da perda de sua independência pelas mãos dos espanhóis, e também tendo a percepção de que sua criação só pode dar à luz pelo ventre de seu espírito culto(pois conhecedor da história e da mitologia) e popular (cristão e saudosista), não é difícil situar "Os Lusíadas" numa situação especial: se é um épico pela forma, pelo assunto e outros acidentes estilísticos, além de tudo que já foi aludido, também une por um lado a lírica e, por outro, o drama. Hegel diz que somente nos primeiros períodos da vida nacional é possível tal unidade[39], o que permite afirmar, já com a visão privilegiada do presente, que "Os Lusíadas" inaugura o sentimento de pátria portuguesa, ainda que pelo víeis da saudade. Camões torna-se ele mesmo um mito, o homem que morreu junto com a pátria, como uma coincidência que será glosada por todos que vieram depois dele. Com tal sentimento, seu livro deixa de ser mero objeto e toma o imaginário popular, agindo como um farol naqueles dias sombrios. Se não teve o privilégio de ver o que sua obra causou, parece pressentir naqueles versos:

CLIV

Mas eu, que fallo, humilde, baxo e rudo,
De vós não conhecido, nem sonhado?
Da boca dos pequenos sei, contudo,
Que o louvor sae ás vezes acabado:
Nem me falta na vida honesto estudo,
Com longa experiencia misturado,
Nem engenho, que aqui vereis presente,
Cousas que juntas se acham raramente.[40]

39 Idem, Cursos de Estética, v. 4, p. 93.

40 CAMÕES, op. cit., p. 202, Canto X.

> A singularidade tem, na essência que nós aqui consideramos, a significação da consciência-de-si em geral, e não de uma consciência singular contingente. Assim, a substância ética é nessa determinação a substância efetiva, o espírito absoluto realizado na multiplicação da consciência aí-essente. O espírito é a comunidade, que para nós, ao entrarmos na figuração prática da razão em geral, era a essência absoluta; e aqui emergiu em sua verdade para si mesmo, como essência ética consciente, e como essência para a consciência, que nós temos por objeto. É o espírito que é para si enquanto se mantém no reflexo dos indivíduos, e que é em si – ou substância –, enquanto os contém em si mesmo. Como substância efetiva, o espírito é um povo; como consciência efetiva, é cidadão do povo.[41]

A eticidade apontada por tal obra poética é, paradoxalmente, passado-futuro e nunca o tempo presente, e por isso só se realiza enquanto obra e dentro dela. Portanto, se baseado na história, o homem deveria compreender não somente o que é, mas o que foi. É nessa reflexão, que tanto a filosofia quanto a arte se debruçam, que estaria a resposta não somente do que se é, mas também do potencial do que se pode ser. Camões inaugura o sentimento de pátria, possível e desejável, colocando todo o peso de tal reino nos ombros de cada um de seus conterrâneos. Inaugura, ressalta-se, como quem abre uma garrafa de vinho envelhecida por séculos nas adegas dos fatos e dos mitos, feita de uvas importadas plantadas no seu quintal, em Lisboa.

Referências

ADORNO, T. W. *Notas de literatura I:* sobre a ingenuidade épica. Trad. e apres.Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades Ed. 34, 2003. Título original: Noten zur literatur I. (Coleção Espírito Crítico).

CAMÕES, L.V. Obras completas: *Os Lusíadas.* Lisboa: Sá da Costa, 1947.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito.* Trad. Paulo Meneses com colaboração de Karl-Heinz e José Nogueira Machado. 3ª ed. rev.(português). Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Edusf, 2005. Título original: Phânomenologie des Geistes.

_____. *Cursos de Estética*, Trad. Marco Aurélio Werle, Oliver Tolle; consultoria Victor Knoll. São Paulo: Edusp, 2004

SARAIVA, A.J.; LOPES, O. *História da literatura portuguesa.* 7ª ed. rev. e atual. Santos, SP: Martins Fontes, 1973.

41 HEGEL, Fenomenologia do Espírito, p. 309.

GIORGOS SEFÉRIS E GRACILIANO RAMOS: ASPECTOS DE TEMPO-MEMÓRIA

GIORGOS SEFÉRIS AND GRACILIANO RAMOS: ASPECTS OF TIME-MEMORY

Ana Maria Haddad Baptista
Professora de Teoria da Literatura, Literatura, Semiótica e Cultura Grego-Latina - Uninove
professoraanahb@gmail.com

Resumo

O tempo e a memória foram pensados, articulados e postulados das mais variadas formas ao longo da história da humanidade. Já foram conceituados enquanto uma categoria cíclica, imóvel, irreversível e de muitas outras formas por várias áreas do conhecimento. Pretende-se, nessa pesquisa, mostrar resultados parciais de uma investigação mais ampla de Literatura Comparada. Nessa medida, pretende-se analisar os principais conceitos de tempo-memória, em obras não ficcionais, do escritor grego Giorgos Seféris (1900-1971) e do autor brasileiro Graciliano Ramos (1892-1953). Os resultados parciais dessa pesquisa demonstram que Giorgos Seféris, em seu diário Dias, apresenta em sua literatura não ficcional um conceito de tempo-memória de simultaneidade, ou seja, de que todos os tempos são inseparáveis, regidos pela continuidade dos instantes, dos momentos e dos tempos. Graciliano Ramos apresenta por meio da literatura analisada, Memórias do Cárcere, um conceito de tempo fragmentado e com marcas de descontinuidades. Os dois autores possuem, em comum, conceitos de tempo-memória que se aproximam das teorias postuladas por Henri Bergson, ou seja, de que o tempo não seria apenas uma categoria fixa, marcada por instantes sucessivos e lineares. Há um tempo qualitativo, interior, marcado por sensações únicas, singulares e não mensuráveis. Nessa perspectiva, os dois autores abrem espaços para vários questionamentos epistemológicos e materializam um dos principais objetivos da verdadeira literatura: o prolongamento da percepção comum e outras possibilidades de se pensar o tempo-memória.

Palavras-chave: Giorgos Seféris. Graciliano Ramos. Literatura. Literatura comparada. Tempo-memória

Abstract

Time and memory have been designed, articulated and postulates of the most varied forms throughout human history. Have been conceptualized as a cyclic category, property, irreversible and in many other ways for different fields of knowledge. It is intended, in this research show the partial results of a broader investigation of Comparative Literature. As such, we intend to analyze the main concepts of time-memory, non-fiction works, the Greek writer Giorgos Seferis (1900-1971) and the Brazilian author Graciliano Ramos (1892-1953). Partial results of this survey show that Giorgos Seferis, in his diary Dias, presented in its literature a nonfiction concept of time-memory concurrency, ie, that all time are inseparable, governed by the continuity of the moments, moments and of time. Graciliano Ramos has analyzed through literature, Memories of Prison, a fragmented concept of time and with marks of discontinuities. The two authors have in common concepts of time-memory approach the theories proposed by Henri Bergson, ie that the time would not only be a fixed category, marked by successive points and linear. There is a qualitative time, interior, marked by unique sensations, natural and non-measurable. From this perspective, the two authors open spaces for various epistemological questions and materialize a major goal of true literature: the extension of common perception and other ways of thinking about the long-memory. From this perspective, the two authors make room for various epistemological questions and materialize a key goal of the true literature: the extension of common perception and other possibilities for thinking about the time-memory.

Key words: Comparative literature. Giorgos Seféris. Graciliano Ramos. Literature. Time-memory

1 Introdução

Essa pesquisa deverá mostrar resultados parciais de uma investigação mais ampla de Literatura Comparada. Pretende-se, nesse resultado parcial, mostrar conceitos de tempo-memória, por intermédio da literatura do escritor alagoano Graciliano Ramos e do escritor grego Giorgos Seféris. Os escritores em questão materializam, por intermédio de sua literatura, ficcional e não ficcional, modelos de tempo e de memória bastante singulares.

Enquanto, especialmente, na Física, o tempo, nos dias de hoje, é conceituado, de forma geral, como uma categoria ligada à sucessão, linearidade, irreversibilidade, a Literatura poderá desvendar e possibilitar outras formas de se perceber o tempo e a memória, assim como os complexos mecanismos que regem os estratos mais profundos da memória individual.

Georges Seféris, nascido em Esmirna (na época em que o local pertencia à Grécia), Turquia (1900-1971), é um escritor grego que possui um conjunto de obras que inclui a poesia propriamente dita, além de ensaios de crítica literária e diários de relatos que deverão proporcionar um rico material de estudos ao que pretendemos. Enfim, é, por excelência, um grande memorialista.

Graciliano Ramos (1892-1953), conhecido escritor brasileiro, na maioria das vezes, é considerado um autor regionalista, no sentido reducionista da expressão. Discordamos desse rótulo praticamente imposto à literatura do autor alagoano. Graciliano, sob nossa perspectiva, possui um conjunto de obras que apresenta, essencialmente, aspectos de temporalidade e de memória que as particularizam.

Em síntese: Seféris e Graciliano Ramos materializam modelos de memória que englobam desde reflexões, que consideramos bastante profundas, até questionamentos a respeito da criação literária, tendo como substrato importantes questionamentos acerca da memória individual e coletiva.

Como o conjunto de obras dos escritores em referência é bastante extenso, selecionamos, para os resultados parciais dessa pesquisa, apenas duas obras não ficcionais de ambos, ou seja, "Memórias do Cárcere" (volumes I e II) (1987), de Graciliano Ramos e "Días" (anotações, selecionadas, de diários que vão de 1925 a 1968), de Giorgos Seféris (1992, 1997, 1995, 1988, 1971, 2000, 1977,1986, 1980).

2 Objetivos

Investigar modelos de tempo e de memória tendo como base a literatura não ficcional de Graciliano Ramos e Giorgos Seféris.

Estabelecer as principais divergências e convergências em relação a perspectiva de tempo-memória na literatura de Graciliano Ramos e Giorgos Seféris.

3 Justificativa

Esse é um trabalho de pesquisa na linha de Literatura Comparada. Seu objetivo é investigar e comparar os principais conceitos e níveis de tempo-memória de Giorgos Seféris e Graciliano Ramos. Estudos epistemológicos desse tipo, sob nossa perspectiva, contribuem para uma compreensão mais adensada e alargada dos mecanismos que apreendem a natureza do tempo e da memória.

A natureza do tempo e da memória, assim como seus diversos desdobramentos, têm sido alvo, nas últimas décadas, de diversas áreas do conhecimento, inclusive, na área da Literatura Comparada. Contudo, segundo levantamento bibliográfico realizado por nós, a maioria das pesquisas concretizadas no âmbito da Literatura discutem tempo e memória sem as reflexões de nível epistemológico a que se propõe essa pesquisa.

Essa pesquisa pretende responder, parcialmente, a questões propostas pela literatura com substrato teórico que permita fundamentá-las a partir de uma investigação epistemológica modelos de tempo-memória .

Dessa forma, parece-nos que uma incursão teórica bastante fundamentada e aprofundada, que estabeleça uma comparação entre um escritor brasileiro e outro grego, de culturas tão distantes, que viveram praticamente na mesma época, poderá contribuir para com diversas áreas do conhecimento.

Pode-se afirmar que o tema proposto por essa pesquisa até hoje não foi explorado. Evidentemente, há estudos a respeito de questões de memória em Graciliano Ramos, e, raríssimos a respeito do tema em Seféris que, de um modo geral, é pouquíssimo estudado. Entretanto, depois de um grande levantamento que fizemos, por diversas vias, constatamos que não há um estudo comparativo entre concepções de tempo-memória entre o escritor alagoano e o escritor grego.

4 Metodologia

A fundamentação teórica que deverá sustentar boa parte de nossas hipóteses deverá ser por intermédio de algumas obras platônicas, especialmente, o Timeo, a excelente tradução sob a coordenação de Benedito Nunes (1988). O texto em grego da mesma obra será o de um grande pesquisador grego, Basilis Kálfas (
) que faz uma verdadeira "tradução" do grego clássico para o moderno, além de uma análise profunda e detalhada da cosmologia platônica.

Todas as traduções, conceituais e literárias, apontadas nessa pesquisa, foram comparadas e cotejadas

com os originais em grego (vide bibliografia). Buscamos fontes brasileiras, portuguesas, espanholas, inglesas e francesas.

As obras de Henri Bergson (2004) e Gaston Bachelard, assim como de Paolo Rossi (1992 e 2003) direcionadas a questões de tempo-memória, também farão parte da sustentação teórica que deverá corroborar questões concernentes ao tempo e à memória. Como tais pensadores possuem postulados baseados, predominantemente, nas concepções da Física do século XX, buscou-se uma literatura na Física como, por exemplo, de Lee Smolin (2006), Einstein (1982) e outros (vide bibliografia), para que se pudesse acompanhar as discussões em nível epistemológico de maneira mais aprofundada.

As questões epistemológicas mais específicas serão fundamentadas, principalmente, por Gaston Bachelard e nas leituras secundárias (vide bibliografia) que esclarecem a epistemologia de Bachelard, assim como a de Bergson(2004).

As questões ligadas ao especificamente literário possuem como substrato teórico, principalmente, os postulados dos famosos teóricos clássicos: Antonio Candido e Haroldo de Campos (vide bibliografia).

Essa metodologia está considerando uma abordagem mais geral sob uma perspectiva não presentista em relação às análises que deverão ser realizadas. Ou seja, os autores, historiadores e as discussões da Física a respeito do assunto emergem de uma mesma época. Dessa forma, evita-se tratar de conceitos produzidos no século XX com equívocos. Bergson(2004), Bachelard, Seféris, Graciliano e outros autores, escritores, epistemólogos citados estão num mesmo contexto para que se chegue a conclusões mais lúcidas a respeito do assunto tratado.

6 Resultados parciais do objeto de estudo/ discussão

O tempo da Física é "seco", e tende a aspectos objetivos, lineares, sucessivos, marcações pontuais e retilíneas. Existe, na verdade, um tempo em curso, orientado e que percorre, de maneira bem definida, do passado para o futuro. Muitas vezes, para a Física, o tempo é um marco de relógio. Ao longo da história várias concepções de tempo e, consequentemente, de memória prevaleceram enquanto pilares de uma visão cosmológica de época, ora uma visão de tempo cíclico, em que as coisas se repetem, assim como muitos outras.

O tempo na cultura ocidental possui uma longa história e sempre foi questionado. Sabe-se que uma das famosas discussões a respeito do tempo foi iniciada por Platão (1986), em sua célebre obra "Timeo". As questões ligadas à infinitude, transitoriedade, fluxo, devir, não passaram despercebidas desde os pré-socráticos (1978). A literatura, por sua vez, sempre carregou de maneira mais declarada ou, muitas vezes, de forma implícita, modelos de tempo e de memória, que foram considerados pelas mais diversas áreas do conhecimento.

O século XX, principalmente, de 1905 em diante, quando surgem as primeiras teorias relativistas a respeito do tempo, propôs níveis de temporalidade completamente diferentes do que se conhecia até então. Sabe-se que a relatividade derrubou vários conceitos de tempo consagrados por vários séculos. Daí por diante outras perspectivas a respeito de tempo, espaço, memória vieram à tona. Foi, basicamente, nesse contexto científico que surgiram as literaturas de Giorgos Seféris e Graciliano Ramos. Nesse período, várias teorias a respeito de tempo-memória estão em plena discussão pela Física e pela Filosofia e, com isso, novos paradigmas foram estabelecidos a respeito do assunto. De um modo geral, a ciência fez uma verdadeira revisão de teorias consagradas. Elementos de probabilidade, determinação e indeterminação são conceitos centrais que circunscreveram esse período e tornaram-se motivos das mais variadas reflexões. As transformações culturais são imensas no planeta e sua velocidade aceleram-nas de maneira nunca antes experimentada.

Graciliano Ramos é um autor significativo nesse sentido, em vários níveis. Pensamos que a percepção do autor alagoano é digna de ser analisada. Graciliano excedeu à visão mais comum de sua época em relação ao tempo e à memória? O nível de subjetividade de sua literatura possibilitou um alargamento de percepção a respeito do assunto? Até que ponto sua literatura conseguiu uma relativa autonomia em relação à ciência e à outros escritores de seu tempo? A literatura de Giorgos Seféris também se mostra bastante rica para discutirmos e pensarmos possibilidades literárias para as questões propostas.

Não se pretende tratar, especialmente, "Memórias do Cárcere", como um documento. Pretende-se analisá-las em seu âmago, enquanto uma verdadeira produtora de conceitos, como diriam Gilles Deleuze e Guattare (1992) em "O que é filosofia" quando afirmam que a literatura, a ciência e a filosofia são produtoras de conceitos, e ainda ressaltam que não há hierarquia entre as áreas. A literatura do escritor alagoano contém conceitos que estariam, em certo sentido, em desacordo com as construções de tempo-memória, determinadas pela visão cosmológica estabelecida? Até que ponto? E os diários de Giorgos Seféris? Seriam simples anotações objetivas e cronológicas ou também possibilitariam pensar-se o tempo-memória?

7 Graciliano Ramos

Graciliano Ramos, escritor brasileiro, possui um uma literatura que compreende uma parte ficcional e outra não ficcional. Escreveu "Memórias do Cárcere"

(não ficcional), somente 10 anos depois de ter sido libertado da prisão que durou quase um ano. Como o próprio título da obra indica, trata-se de uma narrativa, que tem como base o real, ou seja, o escritor alagoano escreve suas impressões durante os onze meses em que esteve preso em diversos presídios do Brasil.

Nessa medida, cabe aqui uma breve reflexão: o autor quando resolve narrar suas memórias já filtrou, esqueceu e hierarquizou suas lembranças, conforme ele mesmo declara em "Memórias do Cárcere I" (1969). Inclusive deixa claro que não seguirá anotações, pois não as possui. Um outro ponto importante que Graciliano expõe é estar ciente de que a visão proposta é particular. Admite que, apesar da materialidade dos fatos, "Memórias do Cárcere" possui um recorte exclusivo, ou seja, a marca da subjetividade. A escolha do autor. Outros poderiam fazer uma narração bastante diferente em relação a dele.

A minha vida anterior se diluía, perdia-se além daquele imenso espaço de vinte e quatro horas. Um muro a separar-me dela, a altear-se, a engrossar, e para cá do muro – nuvens , incongruências. Entre esses farrapos de realidade e sonho, era doloroso pensar numa inteira despersonalização. (MEMÓRIAS DO CÁRCERE,1969, p. 36)

Depreende-se desse fragmento um conceito de tempo e de memória fragmentado. Há uma descontinuidade entre o passado e o presente do autor. Ele sente uma separação entre o que era e o momento narrado. Um conceito de tempo que apaga o passado, que o dilui. A despersonalização, naturalmente, está ligada ao conceito de identidade. Sente-se com a identidade abalada, pois trata de sua vida pretérita separada daquele momento dos fatos que estão sendo narrados.

Aquela mancha indistinta, lá embaixo, entre as duas colunas, era provavelmente um portão. Seriam colunas? Na verdade a iluminação de Recife, vacilante, deixava-me na ignorância. Conservei-me longamente arrimado ao peitoril, interrogando as trevas, aguçando o ouvido à procura de seus informadores: pedaços de conversas, pancadas de relógio. Nenhum sinal me orientava; a noite preguiçosa a arrastar-se; impossível saber se me achava no princípio ou no final dela. Na verdade o tempo não era o que havia sido: tornara-se confuso e lento, cheio de soluções de continuidade, e nesses hiatos vertiginosos perdia-me, escorregava, os olhos turvos, numa sensação de queda ou de vôo. (MEMÓRIAS DO CÁRCERE, 1969, p. 38)

Novamente o autor se acha desprendido do tempo e da memória anteriores ao que teria vivido até o momento em que está sendo lembrado, recordado. Verificam-se hiatos, ou seja, falhas temporais que o deixam sem referências de tempo e de memória. Os hiatos reforçam o conceito de tempos separados, as "soluções de continuidade" são os vazios e a descontinuidade.

> […] à noitinha, olhando o jantar, de novo me assaltou a repugnância. nada me preocupava em excesso. considerava o futuro, se não com serenidade, pelo menos com indiferença. (…) vinha talvez daí a impossibilidade alarmante de fixar a atenção na leitura. e a perda de memória também. as lembranças me apareciam juntas, confusas, sumiam-se de repente, deixando-me no interior dolorosos sulcos negros. esses hiatos afastavam-me da realidade, com certeza me davam ar esquisito e vago. (MEMÓRIAS DO CÁRCERE, 1969, p. 47)

Desse trecho, uma vez mais, depreende-se a sensação de perda de memória. Lembranças misturadas e confusas que fazem com que o autor perca a noção de tempo e, mais uma vez, abalam sua identidade. Novamente a descontinuidade marca as lembranças do autor.

Nessa perspectiva, Graciliano materializa um conceito de tempo que se aproxima ao postulado de Gaston Bachelard, "O instante", em que o epistemólogo, defende que o tempo é feito, construído, de instantes descontínuos. A descontinuidade marca a fragmentação formulada por Graciliano Ramos.

8 Giorgos Seféris

Giorgos Seféris manteve um diário durante quase 50 anos. Contudo, esse diário, totalmente datado, não foi mantido dia a dia pelo autor grego. Muitas vezes ele ficou semanas e semanas sem anotar nada. Suas anotações eram geralmente curtas. Para a finalidade dos resultados parciais dessa pesquisa selecionamos apenas alguns fragmentos em que o autor, entre muitas outras coisas, expõe a respeito do tempo e da memória, como no seguinte trecho:

Algo parecido, pero aún más trágico, es lo que vengo pensando sobre el hombre que perdió su tiempo. Nada avanza, nada retrocede: la hora del amor, la hora del pensamiento, la hora del trabajo, no existen; no hay hora, no hay nada, ni siquiera la hora de la desgracia. Todo al mismo tiempo, indistinto, revuelto y helado. No hay sueno, ni vigília, ni fatiga; todo confuso. Y lo peor: esta inmovilidad no es muerte; qué significa muerte? qué significa inexistência? Entre tanto esa inhumana condición existe e impera. (DÍAS, 1997, p. 82)

Depreende-se desse fragmento um conceito de temporalidade e de memória que pode ser denominada de simultânea, especialmente, quando o autor diz que tudo está ao mesmo tempo; por um outro prisma, nessa simultaneidade invocada pelo escritor há um elemento de imobilidade, como se o tempo estivesse petrificado.

No fragmento a seguir, a simultaneidade é reforçada por Seféris:

Cultura griega no significa algo aislado, extraño e indiferente a las empresas humanas que tienen lugar a nuestro alrededor. Significa em primer lugar mantener vivos y abiertos nuestros espíritus. Y, si tenemos el ánimo suficiente (o precisamente por tenerlo), preocupamos de dessarrollar todo lo que de vallor ha llegado hasta nosotros de las generaciones pretéritas, bien sin que nadie se haya preocupado de ello, bien a pesar de que todos los elementos se propusieran destruirlo sin logrado, o, em ocasiones, porque hubo personas que combatieron por ello. Este elemento particular del Helenismo adopta em ocasiones formas diferentes (que pueden ser incluso contrarias o contradictorias), no predeterminadas. Em cualquier caso se siente; tiene um sabor próprio, diferente – como el sabor de la uva es de uma calidad diferente a la del sabor del plátano - , pero no tiene receta. Vistos desde este enfoque, Calvos, Visinós, Palamás, Solomós, Cavafis, Psijaris, Yanópulus, Macriyanis, Veniselos, apuntam em la misma dirección; la Acrópolis, los mosaicos de Kahie, Alexandría, Delfos, apuntan en la misma dirección. Y si entendemos esa dirección, nos ayudan a seguirla aún más lejos Homero, Esquilo y Heródoto – y Bach y Shakespeare y otros grandes – y el Ática, y el oleaje del Egeo, y el cielo estrellado. Y aun toda la experiência humana acumulada viajando alrededor del mundo. Porque, entre otras cosas, Helenismo significa humanismo. (DÍAS, 1997, p. 140).

No fragmento em questão, Seféris materializa um conceito de tempo que reforça, uma vez mais, a questão da simultaneidade, como foi dito anteriormente. Quando define o que seria o Helenismo, mostra que ele estaria presente em todos os momentos posteriores da Grécia mais atual, assim como em outras culturas posteriores. Ou seja, queiramos ou não, segundo o escritor, o mundo carrega valores helenistas, assim como outros que vieram de outros autores e pensadores gregos importantes. O conceito é claramente de uma simultaneidade. Experiência acumulada significa, em outras palavras, memória acumulada.

Nessa medida, Seféris se aproxima da concepção de tempo apresentada por Bergson (1990), no século XX, em "Matéria e Memória". De acordo com o filósofo francês não há um presente que passe; na verdade, o passado se forma juntamente com o nosso presente, o passado coexiste com o presente. O que funda o nosso ser é o tempo, especialmente, o nosso passado, que, naturalmente, seria a nossa memória, ou seja, a nossa identidade.

Um outro ponto a ser destacada, que também converge para os conceitos de Bergson (2004), seria o de continuidade. A simultaneidade de Seféris é de continuidade, não há elementos de interrupção.

9 Considerações finais

Em muitos momentos na literatura de Graciliano ele gostaria de anular o tempo passado. Em que medida pode-se anular o tempo? Quais seriam as condições objetivas que permitiriam tal anulação? Em outros momentos, o escritor alagoano sente um tempo que o imobiliza, que o sufoca. Seria o tempo uma ilusão como concluíram alguns físicos, inclusive, Einstein (1982) Até que ponto o tempo seria uma verdadeira construção? Uma construção humana, nada mais?

Graciliano Ramos apresenta em "Memórias do Cárcere", em nossos resultados parciais, um conceito de tempo-memória predominantemente fragmentado, pontuado de elementos de descontinuidades. Sente-se distante e separado de seu passado. Dessa forma, seu conceito nos põe questões como, por exemplo: por que podemos alterar nossa rota, seja ela qual for, no espaço, pelo menos num primeiro momento, mas estamos impossibilitados de alterar nossa rota no tempo? Naturalmente, num plano objetivo, não podemos adiantar o tempo e, muito menos, retardá-lo. Tal como a natureza em geral, o tempo seria uma categoria indiferente ao homem? Contudo, subjetivamente as coisas mudam de figura. Subjetivamente podemos ir e vir no tempo. A rota é dada pelas nossas emoções, sensações e viagens interiores.

Nesse sentido é que Bergson(2004) foi tão inovador, conforme se sabe. Que o tempo possuía uma elasticidade interior já teria questionado Santo Agostinho em plena Idade Média, entretanto, a construção de uma teoria palpável a respeito de uma subjetividade temporal (duração), postulada por Bergson(2004), é que permitiu à Literatura e à Física discussões mais substanciais a respeito do tempo e da memória.

A teoria de Bergson(2004) relativa a questões de duração, continuidade e descontinuidade temporal, um passado em si mesmo que se constrói ao mesmo tempo em que o presente, portanto, o passado para Bergson não é um presente que se passa e sim coexiste com o presente e, de certa forma, se adianta ao futuro, foram propostas que causaram grandes polêmicas entre os físicos de sua época, inclusive, com o próprio Einstein(1982), levando-se em consideração as implicações epistemológicas que proporcionou a relatividade (ver, a título de fundamentação, as excelentes colocações de Étienne Klein em "O tempo: de Galileu a Einstein". (2007)

Por um outro lado, praticamente na mesma época de Graciliano, Georges Seféris, num espaço geográfico completamente diferente, também, levanta questões importantíssimas a respeito de tempo e da memória. Conforme foi demonstrado, Seféris apresenta um conceito de tempo-memória predominantemente pontuado pela simultaneidade. O tempo, para Seféris, é continuidade. Para o autor, não há

separação entre o presente e o passado. Como foi analisado, para o escritor grego, tudo acontece ao mesmo tempo. Embora haja elementos de imobilidade em sua concepção de tempo-memória, nada estaria separado. Ele acredita que todos os tempos estão de tal forma misturados, costurados que não há presente sem a presença do passado que insiste, que perdura.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que tanto Graciliano quanto Seféris, por intermédio da literatura analisada, mantêm uma perspectiva de tempo-memória que contém a predominância da duração, conforme a teoria de Bergson (2004), ou seja, o tempo para eles é uma categoria, implicitamente, subjetiva, de tempo regido pelas sensações interiores de ambos, pela qualidade do tempo. Os aspectos de tempo-memória qualitativos são predominantes. Contudo, convém ressaltar que Seféris estaria mais próximo das teorias de Bergson(2004), em relação a Graciliano, visto que para o autor grego o passado é inseparável do presente.

Nesse sentido, ambos estão em desacordo com os postulados mais comuns da Física do século XX, ou seja, de que o tempo possui uma única direção e age como flecha em direção ao futuro. Dessa forma, ambos materializam um dos pontos mais perseguidos pela boa literatura: alargam e prolongam a percepção comum, nesse caso, ao apresentarem outras possibilidades de construção do tempo e da memória.

Referências

BERGSON, Hi. Duración y simultaneidad . Tradução de Jorge Martin. Buenos Aires: Del Signo, 2004.

_____. Matéria e Memória. Tradução de Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é a filosofia? Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

EINSTEIN, A. Notas autobiográficas. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. A Teoria da relatividade especial e geral. Tradução do original alemão de Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

NOVAES, Adauto (org.). Tempo e História. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

KLEIN, É. O tempo de Galileu a Einstein. Tradução de Eduardo dos Santos. Portugal: Caleidoscópio- Edição e Artes Gráficas, S.A, 2007.

PLATÃO. Timeu: diálogo Vol.XI. Tradução de C.A. Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1986.

PRÉ-SOCRÁTICOS. Fragmentos, doxografia e comentários. Tradução de José Cavalcante de Souza et alii. São Paulo: Abril Cultural, 2ª. Ed, 1978.

RAMOS, G. Infância. Rio de Janeiro:Editora Record, 1978.

_____. Angústia. São Paulo: Livraria Martins Editora, [s.d.] .

_____. São Bernardo. São Paulo: Livraria Martins Editora, [s.d.] .

_____. Memórias do Cárcere (volumesI,II). São Paulo: Record, 1987.

_____. Alexandre e outros heróis. 33ª. ed. Rio de Janeiro: Record, [s.d.] .

_____.Cartas. Rio de Janeiro: Record, 1992.

_____. Linhas Tortas. 2ª. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora [s.d.] .

_____. Histórias Incompletas. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1946.

_____. Linhas Tortas. 2ª. ed. São Paulo: Martins Editora, [s.d.] .

_____. Viagem. São Paulo: Record, 1980.

_____. Vidas Secas. São Paulo: Record, 1980.

_____. Viventes das Alagoas. 3ª. ed. São Paulo: Livraria Martins S/A, [s.d.] .

ROSSI, P. El pasado, la memoria, el olvido. Tradução de Guillermo Piro. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

_____. Os sinais do tempo. Tradução de Julia Mainardi. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SEFÉRIS, G. El Estilo Griego (volumes I,II,III). Tradução de Selma Ancira. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. Dias 1925-1968. Tradução de Vicente Fernández González. Madri: Ed. Alianza Editorial, S.A., 1997.

_____. Pages de Journal: 1925-1971. Tradução diretamente do grego, apresentação e notas de Denis Kohler. Paris: Mercure de France, 1988.

_____. Poemas. Seleção, tradução, introdução e notas de José Paulo Paes. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

_____ . Complete Poems. Translated, Edited and introduced by Edmund Keeley and Philip Sherrard. London: Princeton University Press, 1995.

_____. Poemas. Tradução de Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Editora Opera Mundi, 1971.

_____. Π . Atenas: Icaros, 2000.

_____. Δ 1 1941 – 31 Δ 1944. Atenas: Icaros, 1977.

_____. 16. Π 1934 – 14. Δ 1940. Atenas: Icaros, 1977.

_____. 20 Π 1951 – 4 1956. Atenas: Icaros, 1986.

_____. Trois poèmes secrets. Tradução de Yves Bonnefoy e Lorand Gaspar. França: Gallimard, 1980.

SMOLIN, L. The Trouble with Physics. New York: Houghton Mifelin Company, 2006.

LÍNGUA PORTUGUESA NA ÁFRICA: UMA INTRODUÇÃO

PORTUGUESE LANGUAGE IN AFRICA: AN INTRODUCTION

Maurício Silva
Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas
Professor de Literatura Africana Lusófona - Uninove
maurisil@gmail.com

Resumo

Busca-se, por meio desse artigo, analisar algumas características da língua portuguesa no continente africano, destacando sua variedade e suas relações com a história local. Nesse sentido, são analisadas algumas ocorrências do português em angola, Moçambique, Cabo Verde e outros países lusófonos do continente africano.

Palavras-chave: Continente Africano. Língua Portuguesa. Lusofonia.

Abstract

One aim, through this article to analyze some characteristics of Portuguese in Africa, highlighting its variety and its relations with the local history. In this sense, we discuss some instances of the Portuguese in Angola, Mozambique, Cape Verde and other Lusophone countries of Africa.

Key words: Africa History. Linguistic Portuguese language.

1 Introdução

O continente africano possui cerca de 2 mil idiomas (um terço das línguas do mundo), subdivididos em quatro grandes troncos linguísticos: o nigero-congolês, o afro-asiático, o nilo-saariano e o coissan. Entre centenas e centenas de idiomas, a língua portuguesa ocupa, no continente, um espaço de destaque, não apenas com uma produção literária reconhecida, mas também fazendo parte de políticas linguísticas diversas, implantadas em alguns países lusófonos.

A história da língua portuguesa no continente africano faz parte da história da lusofonia no mundo como um todo, que se encontra presente tanto na Europa (Portugal) e na América (Brasil) quanto no Oriente (Índia, Sri Lanka, Malásia, China) e na Oceania (Timor-Leste), estendendo-se por um vasto território da África, onde está oficialmente representada por cinco países: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Evidentemente, não se trata, como pode parecer, de uma história homogênea: ao contrário, é marcada, desde sua chegada à África até os dias de hoje, pela diversidade de manifestações, de relacionamento com as línguas e culturas locais, de interação linguística etc. Basta, se quisermos ficar apenas num exemplo de como essa diversidade é flagrante, atentarmos para uma realidade que, logo de início, coloca sob suspeita a caracterização desses países como nações falantes do português: segundo dados da década de 1980, enquanto em Angola o português era falado por cerca de 60% da população alfabetizada, essa percentagem cai vertiginosamente quando avaliamos sua situação em outros países, como Moçambique (cerca de 25% da população alfabetizada), Cabo Verde (cerca de 20%), Guiné-Bissau (cerca de 11%) e São Tomé e Príncipe (cerca de 10%). Dados estatísticos mais atualizados apontam, contudo, para um contínuo crescimento dos falantes do português, em razão do processo de escolarização formal implantado nesses países após a independência.

Outro elemento que revela tais disparidades é a maneira como os habitantes de cada uma dessas nações se relacionam – histórica e culturalmente – com o português. Conforme expõe Sílvio Elia em "A Língua Portuguesa no Mundo" (2000), enquanto as línguas africanas nativas são – seguramente, para a maior parte dos habitantes – uma língua nacional (isto é, tomada como marca identitária de uma determinada nação), uma língua materna (empregada por falantes nativos desde o princípio) e/ou uma língua cultural (aprendida pela alfabetização, expressando a cultura de uma nação), o português – além de ser, ocasionalmente, uma língua materna e/ou cultural – será, quase sempre, uma língua transplantada (trazida de outra região ou comunidade), a despeito de ser também a língua oficial desses países (língua adotada taticamente, com propósitos pragmáticos).

Em Angola, especificamente, o português compete com outras línguas nativas, faladas por, mais ou menos, 70% da população local. São cerca de onze grupos linguísticos principais, que podem ser subdivididos em diversos dialetos (cerca de noventa), dos quais os idiomas principais são: o *umbundu* (falado na parte central do país); o *kikongo* (falado no norte); o *chokwe* (falado no nordeste); o *kioko* (também falado no nordeste); e o *kimbundu*, uma das línguas bantu mais faladas em Angola, no noroeste desse país, incluindo Luanda, capital de Angola. Em razão dessa variedade linguística original, o português acabou por se tornar uma espécie de língua franca, o que facilita a comunicação entre diversos grupos. Em contato com as línguas nativas, o português também sofreu modificações, dando origem a falares crioulos, conhecidos como pequeno português, ou popularmente, como *pretoguês*.

Já em Moçambique, embora a língua portuguesa tenha ganhado mais falantes na década de 1990, ela compete com o inglês (em razão da proximidade com países falantes desse idioma) e com uma grande quantidade de idiomas do grupo bantu. A língua materna mais frequente é o *emakhuwa* (26,3%); em segundo lugar está o *xichangana* (11,4%); e em terceiro, o *elomwe* (7,9%). Há, contudo, dezenas de línguas do grupo bantu, apesar das controvérsias sobre a identidade de alguns desses idiomas. Ao sul do país, por exemplo, a língua principal é o tsonga, com dialetos considerados por alguns linguístas como línguas independentes (xiChangana, xiRonga, xiTswa, xiNdau e guiTonga).

Cabo Verde vive uma situação, do ponto de vista linguístico, diferente de Angola e Moçambique. Ali, o português é utilizado na administração oficial e na comunicação de massas em geral, mas convive ao lado dos crioulos do português. Portanto, nas restantes situações de comunicação (incluindo a fala cotidiana), utiliza-se o chamado *cabo-verdiano*, um crioulo que mescla o português arcaico a línguas africanas e que se divide basicamente em dois dialetos: o das ilhas de Barlavento, ao norte; e o das ilhas de Sotavento, ao sul. Um dos fatos mais curiosos em Cabo Verde é que o processo linguístico ali verificado passou por duas etapas distintas: primeiro, do encontro com o português arcaico e línguas nativas, o que resultou no fenômeno da crioulização; segundo, do contato do crioulo com o português moderno, o que gerou o fenômeno da descrioulização. Veja o quadro abaixo, com algumas diferenças entre os crioulos caboverdianos e o português:

Em Guiné-Bissau, o português compete, igualmente, com várias outras línguas africanas e com outros crioulos do português, além da língua francesa, em razão dos países francófonos que estão ao seu redor. O crioulo da Guiné-Bissau possui dois dialetos: o de

Português europeu

"Aquela mulher com quem eu encontrei-me ontem estava preocupada porque ela esqueceu-se das suas crianças na escola, e quando ela foi procurá-las ela não as viu. Alguém lembrou-lhe que as suas crianças estavam a precisar de material para uma pesquisa, então ela foi encontrá-las na biblioteca a procurar o que elas queriam. Para agradecer a todos os que ajudaram-na, ela começou a falar, dizendo como ela estava contente do fundo do coração"

Crioulização

"Quêl mudjêr quí m' encôntra cú êl ónti stába fadigáda pamódi êl sqêci sês minínu nâ scóla, í cándu quí êl bâi spiâ-'s êl câ odjâ-'s. Alguêm lembrâ-'l 'ma sês minínu sâ tâ mestêba «material» pâ úm «pesquisa», entõ êl bâi atchâ-'s nâ «biblioteca» tâ spía cusê quí ês cría. Pâ gradêci pâ túdu quêm quí djudâ-'l, êl cumêça tâ pâpia, tâ flâ módi quí êl stába contênti di fúndu di coraçõ" (variante de Santiago, em Cabo Verde)

Descrioulização

"Quêl mudjêr cú quêm m' encôntra ónti stába priocupáda púrqui êl sqêci dí sês minínus nâ scóla, í cándu êl bâi procurâ-'s êl câ olhâ-'s. Alguêm lembrâ-'l quí sês minínus sâ tâ pricisába dí material pâ úm pesquisa, entõ êl bâi encontrâ-'s nâ biblioteca tâ procúra úqui ês cría. Pâ gradêci â túdu quêm djudâ-'l, êl cumêça tâ fála, tâ flâ cômu êl stába contênti di fúndu di curaçãu" (variante de Santiago, em Cabo Verde)

Quadro 1:
Fonte: http://gl.wikipedia.org/wiki/Crioulo_caboverdiano

Bissau, da capital, e o de Cacheu, ao norte do país. A presença do português em Guiné-Bissau não está consolidada, pois apenas uma pequena parcela da população guineense tem o português como a língua materna e menos de 15% um domínio aceitável dela. A zona lusófona corresponde ao espaço geográfico conhecido como "a praça", que equivale à zona central e comercial da capital (Bissau). A situação se agrava, como aludimos há pouco, em razão de Guiné-Bissau ser um país encravado entre vários países falantes do francês e com uma comunidade imigrante expressiva, vinda do Senegal e da Guiné (também conhecida como Guiné-Conakri). Por causa da abertura à integração sub-regional e da grande participação dos imigrantes francófonos no comércio, existe presentemente uma grande tendência de as pessoas utilizarem e aprenderem mais o francês do que o português. Há, inclusive, quem defenda que, atualmente, o francês já é a segunda língua mais falada na Guiné, depois do crioulo.

Finalmente, em São Tomé e Príncipe utilizam-se – ao lado do português – de línguas locais e de crioulos, principalmente o forro e o angolar, mas também outras menores como o tonga e o monco. O forro (ou são-tomense) é um crioulo de origem portuguesa, que se originou da antiga língua falada pela população mestiça e livre das cidades. No século XVI, teria naufragado perto da ilha um barco de escravos angolanos, muitos dos quais conseguiram nadar até a ilha e formar um grupo étnico a parte, o qual passaria a falar o angolar, outro crioulo de base portuguesa, mas com mais termos provenientes do bantu. Na ilha de Príncipe, fala-se sobretudo o monco (ou principense), outro crioulo de base portuguesa, com possíveis acréscimos de línguas indo-europeias. Outra língua muito falada em Príncipe (e também em São Tomé) é o crioulo cabo-verdiano, trazido pelos milhares de cabo-verdianos que emigraram para o país no século XX, a fim de trabalharem na agricultura.

Como se vê, o português é uma língua falada, em maior ou menor grau, em várias regiões do continente africano, sempre procurando se aclimatar à cultura local e, por isso mesmo, sofrendo influências diversas, tanto de caráter fonológico quanto sintático. Sua presença é ainda notada em algumas outras regiões isoladas, muitas vezes levando à aparição de crioulos de base portuguesa, como em Ano Bom (na Guiné Equatorial), ilha a 400 km ao sul de São Tomé, onde se fala o ano-bonense, bastante similar ao são-tomense; e em Casamança (no Senegal).

Referências

CHABAL, P. *Vozes moçambicanas*. Literatura e nacionalidade. Lisboa, Veja, 1994.

ELIA, S. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo, Ática, 2000.

HAMILTON, R. G. *Literatura africana*. Literatura necessária. Angola. Lisboa, Edições 70, 1981.

MACKENZIE, J. M. *A partilha da África*. 1880-1900. São Paulo, Ática, 1994.

SERRANO, C.; WALDMAN, M. *Memória d´África*. A temática africana em sala de aula. São Paulo, Cortez, 2007.

METÁFORA E LINGUAGEM – COGNIÇÃO, LITERATURA E CIÊNCIA

METAPHOR AND LANGUAGE – COGNITION, LITERATURE AND SCIENCE

Elenice Alves da Costa
Mestre em filologia e língua portuguesa – Uninove

Angela Kovachich de Oliveira Reis
Doutora em filologia e língua portuguesa – Uninove
elenicecosta@uninove.br

Resumo

A apresentação desse trabalho tem por objetivo apresentar o projeto docente "Metáfora e linguagem – cognição, literatura e ciência", esclarecendo em que medida justifica-se a constituição desse projeto, tais como seus objetivos e métodos, por exemplo. Pesquisas nessa área podem contribuir para o desenvolvimento de estudos terminológicos, literários, linguísticos, lexicológicos e lexicográficos, semânticos, entre outros. Na atualidade, nunca a pesquisa acerca da metáfora ganhou tanto destaque; sobretudo quando Lakoff e Johnson (1980) publicaram a obra "Metáforas da vida cotidiana", propondo um novo viés teórico em relação à ideia de que a metáfora é uma questão eminentemente retórica – visão aristotélica.

Palavras-chave: Cognição. Metáfora. Semântica. Terminologia

Abstract

The presentation of this paper aims to present the proposed Teacher Metaphor and language –cognition, literature and science, clarifying the extent to which it is appropriate to establish such a project, such as their goals and methods, for example. Research in this area can contribute to the development of terminological studies, literary, linguistic, lexicology and lexicography, semantics, among others. Currently, the search never about the metaphor gained such prominence, especially when Lakoff and Johnson (1980) published the book Metaphors of everyday life, proposing a new theoretical bias about the idea that metaphor is a rhetorical question eminently – Aristotelian.

Key words: Cognition. Metaphor. Semantics. Terminology.

1 Introdução

Muito tem se falado a respeito da metáfora na atualidade, principalmente no âmbito da Terminologia, pois ainda, há pouco tempo, ela era vista como um empecilho para a normalização de termos especializados. No entanto, presentemente, esse paradigma tem sido rompido entre as pesquisas terminológicas. A metáfora tem sido concebida, desta vez, como processo inexorável e intrínseco ao texto terminológico.

Acreditamos que esse avanço surge no bojo das pesquisas relacionadas à linguística cognitiva, nascida a partir dos trabalhos iniciais de George Lakoff e Mark Johnson, em 1980, quando escreveram a obra "Metaphors we live by".

Desde então, prevalece a ideia de que a metáfora é um processo inerente à cognição. Em razão disso, percebe-se que a metáfora não deve ser mais tratada como um mero instrumento de ornamentação da linguagem ou como algo que prejudicaria os objetivos da terminologia.

2 A metáfora nos estudos linguísticos atuais

A metáfora ocupa um lugar central na abordagem cognitiva da significação lexical. Essa nova abordagem foi iniciada por Lakoff e Johnson em "Metáforas da vida cotidiana" (2002, p. 45), em que os autores defendem a ideia de que as metáforas surgem em nosso cotidiano e conceptualizam a nossa relação com o mundo:

> A metáfora é, para a maioria das pessoas, um recurso da imaginação poética e um ornamento retórico – é mais uma questão de linguagem extraordinária do que de linguagem ordinária. Mais do que isso, a metáfora é usualmente vista como uma característica restrita à linguagem, uma questão mais de palavras do que de pensamento ou ação. Por essa razão, a maioria das pessoas acha que pode viver perfeitamente bem sem a metáfora. Nós descobrimos, ao contrário, que a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza.

Em apresentação à edição brasileira da tradução do livro de "Metáforas da vida cotidiana", dos autores citados, Zanotto afirma que essa obra representa uma consolidação da ruptura paradigmática que vinha ocorrendo desde a década de 1970, pondo em crise o enfoque objetivista da metáfora e atribuindo a ela um status epistemológico. Essa virada paradigmática rompe com a tradição retórica, iniciada por Aristóteles, no século IV a.C., contribuindo assim, definitivamente, para mudar uma história de mais de dois milênios.

Para Lakoff e Johnson, o predomínio dessa visão retórica da metáfora na cultura ocidental se justifica pelo que eles denominam "mito do objetivismo", "[…] que dominou a cultura ocidental, e em particular a filosofia ocidental, dos pré-socráticos até os dias de hoje" (2002, p. 195).

Para eles, o objetivismo é um termo genérico, que engloba o racionalismo cartesiano, o empirismo, a filosofia kantiana, o positivismo lógico, etc. Em suma, ele abrange todas as correntes da filosofia ocidental que assumem ser possível o acesso a verdades absolutas e incondicionais sobre o mundo objetivo e que entendem a linguagem como mero espelho da realidade objetiva. Nesse contexto, a metáfora e outras espécies de linguagem figurada deveriam ser sempre evitadas quando se pretendesse falar objetivamente.

No entanto, no século XX, primeiramente na filosofia, começa a se desenvolver uma mudança radical desse quadro. O dogma da metáfora como figura de retórica, com todas as suas implicações, começa a ser questionado nas suas bases.

O novo paradigma, que rejeita os pressupostos objetivistas e suas implicações, baseia-se na ideia central de que a cognição é o resultado de uma construção mental. O conhecimento da realidade tem sua origem na percepção, na linguagem ou na memória, e precisa ir além da informação dada.

Assim, a partir de 1970, a metáfora se tornou objeto de interesse central das ciências humanas, mais especificamente das ciências da linguagem e da psicologia cognitiva. Nesse contexto, a psicologia cognitiva desenvolveu diversas pesquisas empíricas sobre o processo de compreensão da metáfora, ocorrendo assim um verdadeiro "boom" empírico na década de 1970.

Zanotto também afirma que, a partir de 1987, Lakoff, em parceria com Turner, revela que o sistema metafórico convencional é a base de compreensão e de produção das metáforas do texto literário. Essa concepção, portanto, fez com que caísse por terra a dicotomia linguagem literária/linguagem cotidiana, assim como o conceito da figura que a fundamenta, ou seja, a figura não é mais considerada algo desviante, marginal ou periférico, mas sim um fenômeno central na linguagem e no pensamento, sendo onipresente em todos os tipos de linguagem, na cotidiana e na científica, inclusive.

Em oposição à teoria cartesiana, corpo e mente não são mais vistos como separados, pois, segundo Lakoff e Johnson, compreendemos o mundo por meio de metáforas construídas com base em nossa expe-

riência corporal. Nossa corporeidade e nossa mente interagem para dar sentido ao mundo. Esse aspecto fica evidente, por exemplo, nas metáforas orientacionais, como FELIZ É PARA CIMA e TRISTE É PARA BAIXO, que se manifestam em enunciados como: "estou me sentindo para cima", "ele está para baixo hoje". Esse conceito metafórico tem uma base física: quando estamos tristes, ficamos com a postura caída e, quando estamos felizes, com a postura ereta.

Além das metáforas orientacionais, os autores apresentam, em "Metáforas da vida cotidiana" (2002, p. 49-86), as estruturais e as ontológicas.

As metáforas estruturais referem-se aos casos em que um conceito é estruturado metaforicamente em termos de outro. A representação metafórica dos conceitos que estruturam nossas atividades cotidianas pode aparecer em situações nas quais compreendemos o TEMPO em termos de DINHEIRO, por exemplo. A partir da experiência cultural de que tempo é um bem valioso, encontraremos enunciados metafóricos do tipo "Como você gasta seu tempo hoje em dia" ou "Você está desperdiçando meu tempo".

Por último, Lakoff e Johnson (2002) tratam das metáforas ontológicas, afirmando que a nossa experiência com substâncias e objetos físicos propicia uma outra base para a compreensão – uma base que vai além da simples orientação. Compreender nossas experiências em termos de objetos e substâncias permite-nos selecionar partes de nossa experiência e tratá-las como entidades discretas ou substâncias de uma espécie uniforme. Uma vez que podemos identificar nossas experiências como entidades ou substâncias, podemos referir-nos a elas, categorizá-las, agrupá-las e quantificá-las – e, dessa forma, raciocinar sobre elas.

O conceito da metáfora como um mecanismo fundamental de compreensão leva ao questionamento de outras proposições objetivistas relativas ao sentido, à compreensão, à verdade e à objetividade, culminando por questionar, num sentido mais amplo, a oposição objetivismo/subjetivismo. Se o enfoque objetivista operava com as dicotomias – razão e emoção, literal e metafórico etc. –, Lakoff e Johnson propõem o enfoque experiencialista, que constituiria numa síntese pela qual a metáfora seria uma racionalidade imaginativa, unindo razão e imaginação.

Parece-nos, então, conforme afirma Silva (1999, p. 13), que o enfoque cognitivista dado à metáfora inaugura uma nova ciência: a linguística cognitiva, cujo contexto remete-nos a uma semântica cognitiva no ramo da semântica lexical.

Salientamos que a metáfora, nos estudos atuais, no âmbito da semântica cognitivista, atua como estratégia de conceptualização.

Silva (1999, p. 45) ressalta que, ao contrário das teorias estruturalistas e gerativistas, a metáfora e também a metonímia ocupam lugar central na abordagem cognitiva da significação lexical, "[…] ao contrário do que se passa com outras teorias semânticas (os estruturalistas relegam-nas para o plano dos 'faits de parole' e os gerativistas encaram-nas como violações de regras de 'competência'").

Noções de que a metáfora se baseia numa relação de similaridade e de que a metonímia, por exemplo, assenta-se numa relação de contiguidade são um tanto quanto questionadas, no atual momento das pesquisas a respeito desses processos semânticos, pois nem sempre essas relações são devidamente entendidas e interpretadas. O autor (1999, p. 45) nos diz que, em primeiro lugar, não se trata necessariamente de relações reais: algumas são puramente mentais, ou, sobretudo, de ordem mental; e, em segundo lugar, por similaridade deve entender-se como uma relação paradigmática que une entidades de diferentes domínios da experiência, e contiguidade, como uma relação sintagmática entre entidades de um mesmo domínio da experiência.

3 Metáfora e ciência – Terminologia

Se antes, no início dos estudos da linguagem a metáfora era repelida no texto científico, hoje ela é considerada como elemento "essencial" na terminologia, sobretudo, no tocante à comunicação do saber científico.

Rita Temmerman, em "Towards New Ways of Terminology Description – the sociocognitive approach", faz uma revisão crítica de toda a teoria tradicional da terminologia, que prega, entre outros preceitos, o afastamento da metáfora do núcleo terminológico, firmando, nesse novo viés teórico, o papel central da metáfora no saber terminológico.

Temmerman (2000) defende que o raciocínio metafórico é responsável pela compreensão de novos fatos, processos ou outras categorias do saber científico. O raciocínio metafórico é usado para explicar novas situações com a ajuda da capacidade criativa do ser humano, que, por sua vez, é baseada em experiências humanas.

Muitos cognitivistas consideram a linguagem como um elo entre o pensamento e a compreensão. O pensamento metafórico é um dos elementos que permitem o alcance dessa atividade cognitiva. Nesse sentido, a metáfora é considerada um instrumento do pensamento, um elemento intermediário entre produção de sentido, imagem, representação conceptual e conhecimento geral enciclopédico.

4 Considerações finais

Nesse novo prisma, a polissemia passa a ser prevista, aceita e tratada em trabalhos não só de análise

literária, mas também em ciência – no que diz respeito à terminologia. No bojo dessa nova visão, começam a surgir pesquisas a respeito da função da metáfora nos textos terminológicos, ou seja, científicos.

Ressaltamos também que a partir dessa nova perspectiva, o estudo da metáfora em textos literários, também inaugura um marco teórico que extrapola questões "figurativas" aristotélicas, apresentando, dessa maneira, os processos metafóricos como um recurso, antes de tudo, cognitivo

Referências

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. Metáforas da vida cotidiana. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.

_____; _____ Metaphors we live by. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

_____. Women, fire and dangerous things. What categories reveal the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

SILVA, A. S. da. A semântica de deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

TEMMERMAN, R. Towards new ways of terminology description: the sociocognitive approach. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 2000.

O TEMPO-MEMÓRIA EM CLARICE LISPECTOR E VIRGINIA WOOLF

TIME-MEMORY IN CLARICE LISPECTOR AND VIRGINIA WOOLF

Márcia do Carmo Felismino Fusaro
Doutoranda em Comunicação e Semiótica – PUC-SP;
Mestre em História da Ciência – PUC-SP; professora e coordenadora do curso de Letras-Português/Inglês – Uninove;
Pesquisadora e membro de grupos de pesquisa – Uninove
marciafusaro@uninove.br; marciafusaro@terra.com.br

Resumo

A literatura, bem como a ciência, tem sido um campo ricamente preenchido com teorizações sobre o tempo. Com sua atuação indissociável do processo da memória, o tempo se apresenta como um tema ainda pleno de lacunas a serem preenchidas no campo da pesquisa literária, que envolve as interfaces entre literatura e ciência. Nossa abordagem de pesquisa em literatura comparada sobre o tema tempo-memória abrange duas autoras de destaque na literatura mundial: Virginia Woolf (1882-1941) e Clarice Lispector (1920-1977). Interessam-nos não somente algumas passagens e a estrutura narrativa das obras de Clarice Lispector, mas também, por exemplo, momentos de sua correspondência em que ela revela a Fernando Sabino, em carta enviada de Berna (Suíça) em 19 de junho de 1946, um inusitado interesse pelas Ciências Exatas. À luz dessa mesma perspectiva, Virginia Woolf é considerada uma das principais inovadoras da prosa literária do século XX, também pelo fato de a estrutura de suas narrativas transpirar influências de conceitos científicos relacionados ao tempo. Virginia escreveu romances e diários que possibilitam postulados a respeito do tempo e da memória bastante singulares que, muitas vezes, escapam à percepção comum. Fez parte do grupo de Bloomsbury, círculo de intelectuais sofisticados que, passada a Primeira Guerra Mundial, investiria contra as tradições literárias, políticas e sociais da era vitoriana. Nesse sentido, entendemos que um diálogo entre a literatura e a ciência, por meio do enfoque comparativo entre os interesses de Clarice Lispector e Virginia Woolf, pode enriquecer a percepção comum e as análises que lhes têm sido dedicadas.

Palavras-chave: Clarice Lispector. Literatura comparada. Memória. Tempo. Virginia Woolf.

Abstract

Literature as well as science has been a field of study richly filled with theories about time. Indistinctive from the memory process, time has been still seen as a theme full of gaps to be filled in the literary research concerning interfaces between literature and science. Our research approaching in comparative literature about time-memory involves two important authors in the world literature: Virginia Woolf (1882-1941) and Clarice Lispector (1920-1977). Our interest involves not only some passages and the narrative structure of Clarice Lispector's works, but also, por instance, moments of her correspondence in which she reveals to Fernando Sabino, in a letter sent from Bern (Switzerland) in 06-19-1946, a curious interest for Exact Science. In this same perspective, Virginia Woolf is considered one of the main innovators in 20th century literary prose also for the fact that her narratives structures show influences of scientific concepts related to time. Virginia wrote novels and diaries that permit very singular postulates about time and memory, ones that many times escapes from the common perception. Virginia was a member of the Bloomsbury group, circle of sophisticated intellectuals that after World War II would invest against literary, political and social traditions in the Victorian Era. This way, we understand that a dialogue between literature and science, concerning the comparative study between Clarice Lispector's and Virginia Woolf's interests may enrich the common perception and the analysis that has been dedicated to both of them.

Key words: Clarice Lispector. Comparative literature. Memory. Time. Virginia Woolf.

1 Introdução

> Time, unfortunately, though it makes animals
> and vegetables bloom and fade with amazing punctuality,
> has no such simple effect upon the mind of man.
> The mind of man, moreover, works with equal strangeness upon the body of time.
> An hour, once it lodges in the queer element of the human spirit,
> may be stretched to fifty or a hundred times its clock length;
> on the other hand, an hour may be accurately represented
> on the timepiece of the mind by one second.
> This extraordinary discrepancy between time on the clock
> and time in the mind is less known than it should be
> and deserves fuller investigation.
>
> Virginia Woolf[1]
>
> Meu tema é o instante? meu tema de vida.
> Procuro estar a par dele,
> divido-me milhares de vezes em tantas vezes
> quanto os instantes que decorrem,
> fragmentária que sou e precários os momentos
> – só me comprometo com vida que nasça com o tempo
> e com ele cresça: só no tempo há espaço para mim.
>
> Clarice Lispector (1980)

Esse trabalho está sendo aqui apresentado como parte de uma pesquisa ainda em andamento. A literatura, bem como a ciência, tem sido um campo ricamente preenchido com teorizações sobre o tempo. Com sua atuação indissociável do processo da memória, o tempo se apresenta como um tema ainda pleno de lacunas a serem preenchidas no campo da pesquisa literária que envolve as interfaces entre literatura e ciência. Nossa abordagem de pesquisa em literatura comparada sobre o tema tempo-memória abrangerá duas autoras de destaque na literatura mundial: Virginia Woolf (1882-1941) e Clarice Lispector (1920-1977).

Desenvolvemos a pesquisa interdisciplinar entre literatura e ciência a partir da inferência de que a física teórica oferece complementações elucidativas sobre a teoria da literatura quanto à questão do tempo-memória.

No âmbito da literatura comparada, buscamos estabelecer um diálogo entre obras literárias de ambas as autoras, tendo por base o tempo-memória visto sob a perspectiva da física teórica e da teoria literária, especialmente quanto às questões relacionadas ao modo diferenciado como o tempo passa a ser tratado pela ciência e pela literatura a partir das influências advindas da teoria da relatividade e da mecânica quântica, em contraponto à física clássica newtoniana.

Uma pesquisa desse tipo possibilita uma visão mais rica e crítica a respeito da ocorrência de um possível diálogo entre a ciência e a literatura ao longo da história, especialmente no trabalho das escritoras Clarice Lispector e Virginia Woolf, e de cientistas ligados à física teórica, como Albert Einstein e Werner Heisenberg, entre outros, mostrando os fatos científicos como influenciadores também da estética literária.

A física, conforme se evidenciou no fim do século XIX e no século XX, com a teoria da relatividade e a mecânica quântica, reviu conceitos ligados aos fenômenos naturais, legando-nos uma nova perspectiva para o entendimento da significação do tempo na experiência humana e também nas artes, especialmente a literatura.

Conforme Prigogine[2], químico laureado com o Prêmio Nobel de 1977, a ciência clássica privilegiava a ordem e a estabilidade, ao passo que a ciência moderna passou a reconhecer o papel primordial das flutuações e da instabilidade. Com isso, a significação das leis da natureza adquiriu um novo sentido e as questões ligadas ao tempo trouxeram à tona o papel do observador e sua consequente responsabilidade pela "[…] quebra de simetria temporal observada na natureza"[3].

Enquanto a física newtoniana se apresentava sob um aspecto eminentemente determinista, "[…] a mecânica quântica [introduziu] um elemento inevitável de imprevisibilidade ou casualidade na ciência"[4]. Assim sendo, o indeterminismo, surgido na década de 1920, a partir das teorias ligadas ao princípio da incerteza, do físico Werner Heisenberg, suscitou novas e diversas possibilidades de interpretação da "realidade", já que, conforme afirma Stephen Hawking, "[…] o princípio da

1 Orlando, (1995, p. 47). "Desgraçadamente, o tempo, que faz florescerem e murcharem animais e vegetais com espantosa pontualidade, não tem sobre a mente humana um efeito tão simples. A mente humana, por seu lado, atua com igual estranheza sobre o corpo do tempo. Uma hora, instalada no estranho elemento do espírito humano, pode ser distendida cinquenta ou cem vezes mais do que a sua medida no relógio; inversamente, uma hora pode ser representada no tempo mental por um segundo. Esse extraordinário desacordo entre o tempo do relógio e o tempo do espírito é menos conhecido do que devia ser, e merece mais profundas investigações" (Tradução de Cecília Meireles. Orlando, 1978, p. 55).

2 Ilya Prigogine, *O Fim das Certezas*, p. 12, 1996.

3 Idem, pp. 12-3.

4 Stephen Hawking, *Breve História do Tempo Ilustrada*, p. 73.

incerteza de Heisenberg é uma propriedade fundamental do mundo, da qual não se pode fugir"[5].

Desse modo, o grande cerne da questão do indeterminismo é o fato de a mecânica quântica não prever um resultado único e definitivo para uma observação, mas sim uma série de resultados diferentes, informando-nos qual o grau de probabilidade de ocorrência de cada um deles.

Não resta dúvida de que todas essas teorias surtiram efeito em várias áreas do conhecimento, inclusive nas artes e, especificamente, na literatura. Nas palavras da semioticista Lucia Santaella, "[…] do mesmo modo que, na física, berço do mecanicismo, a teoria da relatividade e, mais tarde, a teoria quântica iriam minar os alicerces do modelo newtoniano de universo, em todos os campos artísticos entrariam em ação forças desconstrutoras dos códigos e sistemas herdados do Renascimento"[6]. Sob esse prisma, o caráter "[…] do tempo absoluto, ´verdadeiro e matemático´, comparável a um relógio universal único que funcionasse uniformemente em correlação com o espaço"[7] (também absoluto) da física newtoniana, ditou por muito tempo os parâmetros pelos quais os romancistas articulavam suas narrativas. Uma evidência disso era o modo como o romance dito "tradicional" se desenvolvia sob a perspectiva de um tempo notadamente cronológico, com começo, meio e fim, e onde não ocorriam maiores cogitações de rupturas nessa base temporal.

No século XX, porém, Einstein (1994) "relativizou" o tempo, levando em conta acontecimentos simultâneos[8], enquanto a mecânica quântica trazia à baila, no bojo do indeterminismo, a noção de acaso, de probabilidades e de uma íntima interação entre observador e observado. Paralelamente, Henri Bergson desenvolvia suas teorias a respeito da duração[9], relacionadas ao tempo psicológico ou tempo vivido, também chamada de duração interior[10]. A fase de transição tanto na ciência quanto na literatura, que abrange o período transcorrido entre meados do século XIX e o século XX, constituiu-se em uma passagem marcada por uma desconstrução de códigos e valores. Nesse amplo contexto, a relação entre a literatura e a ciência foi se tornando cada vez mais estreita, uma vez que a arte iniciou uma espécie de absorção das descobertas científicas. Uma dessas absorções evidenciou-se, certamente, na questão do tempo.

Sem dúvida o redimensionamento do tempo, analisado pela ciência, surtiu repercussões no universo da literatura, pois foram como que submetidas a uma "irresistível conseqüência" dessa nova maneira de observar a realidade que autoras como Virginia Woolf, na Inglaterra, e Clarice Lispector, no Brasil, passaram a (re)tratar o tempo em suas obras sob uma perspectiva esteticamente multifacetada.

Conforme o físico Werner Heisenberg[11],

> […] sob um ponto de vista bastante geral, é provavelmente verdadeiro que, na história do pensamento humano, os desenvolvimentos mais fecundos frequentemente tiveram lugar naqueles pontos onde ocorreram convergências de duas linhas de pensamento distintas. […] Sendo assim, se essas linhas de fato se encontram em muitos pontos, isto é, se elas têm tanto em comum que possam dar lugar a uma interação real, pode-se então nutrir a esperança de que desenvolvimentos novos e interessantes venham a ocorrer (HEISENBERG. p. 141, 1995).

De fato, é sob essa possibilidade de um "desenvolvimento interessante" que propomos um diálogo entre ciência e literatura aplicado às obras de Clarice Lispector e Virginia Woolf.

Sabemos que o tempo abordado sob o ponto de vista da física teórica difere, em alguns aspectos, do tempo analisado pela literatura, tida, segundo diversos estudos, como um ambiente mais "livre" para novas possibilidades teóricas. No entanto, as descobertas científicas, e os consequentes questionamentos gerados por estas em vários campos do conhecimento, conduzem à revisão de antigos posicionamentos, abrindo espaço para um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, incluindo o campo artístico[12].

Lembrando a questão da reversibilidade e da irreversibilidade estudadas pela física teórica, temos na literatura um universo ficcional "elástico", passível à flexibilidade temporal. Nesse âmbito, "[…] flexibilidade temporal existe somente na literatura e no cinema, visto que uma das descobertas essenciais para a história do

5 Idem, p. 72.

6 Lúcia Santaella, *Cultura das Mídias*, p. 128, 1996.

7 Benedito Nunes, *O Tempo na Narrativa*, p. 18, 1995.

8 Idem.

9 Cf. *Bergsonismo*, de Gilles Deleuze (1999). A obra expõe as teorias bergsonianas sobre essa questão sob uma perspectiva mais aprofundada. Ainda assim, é lícito ressaltar que Deleuze (baseando-se nas ideias do filósofo Henri Bergson) analisa a duração como um aspecto intimamente ligado à memória. Segundo Deleuze, existe um passado mais geral (passado em si), ao qual temos acesso por intermédio da atualização realizada pela memória. O passado, portanto, não é um presente que se foi, mas uma forma que coexiste com o presente, por meio da atualização da memória.

10 Benedito Nunes, *op. cit*., p. 18.

11 Essa citação é parte do capítulo "O papel da física moderna na evolução atual do pensamento humano", do livro "Física e Filosofia", de Werner Heisenberg. Nela, o físico se refere ao modo como a física moderna tangencia velhas tendências do pensamento humano sob um novo ângulo.

12 Ana Maria H. Baptista. "Bifurcações do Tempo-Memória na Literatura", pp. 15-6.

conhecimento foi a lei da irreversibilidade na natureza, inteiramente relacionada com a direção do tempo"[13].

Partindo desse apontamento teórico, inferimos que o tempo-memória nas obras de Clarice Lispector e Virginia Woolf surge como um elemento do universo ficcional, passível de uma desconstrução temporal, ainda que submetida ao registro inegavelmente irreversível da narrativa. No entanto, ainda que "escravizado" pela flecha do tempo narrativo, o conteúdo temporal da estrutura narrativa de ambas as autoras se apresenta de uma maneira altamente fragmentada, criando uma espécie de "reversibilidade ficcional", em cujo plano se apresentam várias "camadas temporais subjetivas".

Uma leitura possível sobre essa fragmentação é a da apresentação de um universo temporal multifacetado, marcado por momentos de observação atenta que passam a reger o tempo da narrativa em uma espécie de "suspensão temporal" de cunho altamente subjetivo, com base em uma noção íntima de duração.

A estrutura temporal das obras de Clarice Lispector e Virginia Woolf apresenta-se, desse modo, como produto de um movimento de revisão de conceitos ligados ao tempo na literatura mundial que acabaram influenciando também a literatura inglesa e brasileira. Segundo podemos constatar também em outros autores estrangeiros (James Joyce, Marcel Proust, Thomas Mann, Fiodor Dostoiévski, entre outros), a partir do fim do século XIX e, principalmente, no século XX, houve uma influência do que estava sendo revisto na ciência, especialmente na física, quanto à questão do tempo, e as monumentais obras de Clarice Lispector e Virginia Woolf absorveram essa influência, sob a égide de seus estilos reconhecidamente peculiares.

Em relação ao enfoque de nossa pesquisa, parecenos particularmente interessante não somente algumas passagens e a estrutura narrativa das obras de Clarice Lispector, mas também, por exemplo, momentos de sua correspondência em que ela revela a Fernando Sabino, em uma carta enviada de Berna (Suíça) em 19 de junho de 1946, um inusitado interesse por Ciências Exatas: "Eu tenho ido de tarde à biblioteca pública. E por estranho que pareça, estou estudando cálculo das probabilidades. Não só porque o abstrato cada vez mais me interessa, como porque eu posso renovar minha incompreensão e concretizar minhas dificuldades gerais"[14].

À luz dessa mesma perspectiva, Virginia Woolf é considerada uma das principais inovadoras da prosa literária do século XX. Possui uma literatura composta por publicações em prosa (romances) e vários diários que possibilitam, sob nosso ponto de vista, postulados a respeito do tempo e da memória bastante singulares que, muitas vezes, escapam à percepção comum. Fez parte do grupo de Bloomsbury, círculo de intelectuais sofisticados que, passada a Primeira Guerra Mundial, investiria contra as tradições literárias, políticas e sociais da era vitoriana. Henri Bergson (1859-1941), filósofo que se tornou referência em estudos sobre tempo e memória, foi, inclusive, acolhido com entusiasmo no círculo de Bloomsbury, onde Karin Stephen, cunhada de Virginia Woolf, foi uma das primeiras a lhe dedicar um estudo importante.

Nesse sentido, entendemos que um diálogo entre a literatura e a ciência, por meio do enfoque comparativo entre os interesses de Clarice Lispector e Virginia Woolf pode, entre outras possibilidades, enriquecer a percepção comum e as análises que lhes têm sido dedicadas.

2 Objetivos

1. Analisar obras de Clarice Lispector e Virginia Woolf sob uma nova perspectiva teórica, enriquecendo os estudos literários sobre as autoras;
2. Estudar a obra das autoras a partir de um enfoque principalmente sincrônico, privilegiando a forma textual;
3. Verificar a possibilidade de um diálogo entre ciência e literatura a partir de um elemento comum: o estudo do tempo-memória.

3 Justificativa

No âmbito dos estudos científico-literários, entendemos que o estabelecimento de uma interface entre literatura e ciência propicia um enriquecimento metodológico e uma ampliação dos conhecimentos teóricos sobre a influência da ciência na estética literária.

Isso possibilita que as obras de Clarice Lispector e Virginia Woolf sejam estudadas sob o enfoque de uma área interdisciplinar ainda pouco explorada (pelo menos no Brasil), que é a arte e a ciência, oferecendo novas e instigantes possibilidades teóricas. Afinal, como citam Deleuze e Guattari (1992, p. 255) "[…] um rico tecido de correspondências […]" pode estabelecer-se entre a Filosofia, a Arte e a Ciência.

4 Metodologia

Utilizamos como fonte primária algumas obras selecionadas de Clarice Lispector e Virginia Woolf cuja abordagem, de forma e conteúdo, atenda ao interesse temático da pesquisa. Também como fontes primárias, estamos utilizando obras de autores ligados ao campo da ciência, especialmente da física teórica, como Werner Heisenberg e David Bohm (1980).

Como fontes secundárias, estudamos alguns dos trabalhos dos principais pesquisadores das obras de

13 Idem, pp. 43-4.

14 Fernando Sabino e Clarice Lispector, "Cartas Perto do Coração", p. 20, 2001.

ambas as autoras, bem como trabalhos mais recentes publicados sobre as duas. Do mesmo modo, elegemos críticos literários cujas teorias sejam pertinentes ao conteúdo do trabalho.

Também estamos desenvolvendo o estudo de alguns fragmentos textuais de obras de Clarice Lispector e Virginia Woolf que, a partir do uso de determinadas estruturas temporais e do apontamento dos conceitos da física teórica pertinentes à análise de uma influência na estética literária, demonstrem a característica temporal multifacetada proposta nesse projeto.

5 Resultados

Esperamos como resultado o compartilhamento acadêmico, por meio de apresentações orais e publicações, de um estudo sobre o conceito de tempo-memória aplicado comparativamente às obras de Clarice Lispector e Virginia Woolf. Estudo este desenvolvido a partir de um enfoque interdisciplinar entre ciência e literatura. Ressaltamos, nesse sentido, tratar-se de uma pesquisa ainda em andamento.

6 Considerações finais

Partindo do pressuposto de que haveria uma influência dos fatos científicos na estética literária, especialmente aqueles ligados ao tempo e à memória, percebemos uma possível constatação dessa influência no fato de a estrutura temporal das obras de Clarice Lispector e Virginia Woolf ser marcada por vários níveis de temporalidade, passíveis de uma comprovação textual, tendo por base fundamentos teóricos pontuados pela literatura e pela ciência. Isso possibilita que as obras de ambas as autoras sejam estudadas sob o enfoque de uma área interdisciplinar ainda pouco explorada no Brasil, a arte e a ciência, oferecendo novas possibilidades teóricas ao campo das pesquisas na área de Letras, entre outras que se interessem pelo tema.

Referências

BAPTISTA, A.M. H. Gêneros literários. São Paulo: Artes-Livros, 2009.

_____. Tempo-memória no romance. São Paulo: Catálise, 1996.

_____. Bifurcações do tempo-memória na literatura. São Paulo: Catálise, 2002.

BOHM, D. A totalidade e a ordem implicada. Trad. de M. de C. Silva. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

_____; F. D. Peat. Ciência, ordem e criatividade. Trad. de J. da S. Branco. Lisboa: Gradiva, 1989.

_____. On creativity. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1998.

CIXOUS, H. A hora de Clarice Lispector. Trad. de R. Gutiérrez. Rio de Janeiro: Exodus Editora, 1999.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é a filosofia? Trad. de B. Prado Jr. e A. A. Muñoz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. A Imagem-Tempo. Trad. de E. A. Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, [s.d.] . (essa referência não consta no artigo, favor verificar)

_____. Bergsonismo. Trad. de L. B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 1999.

EINSTEIN, A. Escritos da maturidade. Trad. De M. L. X. A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FUSARO, M. C. F. Recontando Clarice Lispector. São Paulo: Arte-Livros, 2010.

GOTLIB, N. B. Clarice: uma vida que se conta. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

HEISENBERG, Wr. Física e filosofia. Trad. de J. L. Ferreira. 3ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

IANNACE, R. A leitora Clarice Lispector. São Paulo: Edusp, 2001.

KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. Trad. de B. V. Boeira e N. Boeira. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LISPECTOR, C. A Descoberta do Mundo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. A Paixão segundo G.H. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. Perto do coração selvagem. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. Laços de família. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. Água viva. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. Entrevistas. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

_____. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

_____. Correspondências. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

_____. Minhas Queridas. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

NATHAN, M. Virginia Woolf. Tradução de Léo Schlafman, Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

NEWTON, I. "Definições"; "Axiomas ou leis do movimento". Princípios matemáticos da filosofia natural. Trad. de C. L. Mattos & P. R. Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Coleção Os Pensadores, v. XIX): 11-21.

NUNES, B. (coord.) A paixão segundo G.H. : Edição Crítica. Madri: Scipione Cultural, 1988.

_____. O Tempo na Narrativa. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. O dorso do Tigre. São Paulo: Perspectiva, [s.d.] .

_____. A paixão de Clarice Lispector. Os sentidos da paixão, São Paulo: Funarte/Companhia das Letras, 1999: 269-81.

PATY, M. A física do Século XX. Tradução de Pablo Mariconda. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. A nova aliança. Trad. de M. Faria & M. J. M. Trincheira. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

PRIGOGINE, Ilya. O Fim das Certezas. Trad. de R. L. Ferreira. São Paulo: Unesp, 1996.

SABINO, F.; LISPECTOR, C. Cartas perto do coração. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTAELLA, L. Cultura das mídias. São Paulo: Experimento, 1996.

WHITROW, G. J. Time in history, views of time from prehistory to the present day. Oxford: Oxford University Press, 1988.

WOOLF, V. Orlando. Tradução de Cecília Meireles. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

_____. Orlando. Hertfordshire: Wordsworth Classics, 1995.

_____. Mrs. Dalloway. Tradução de Mário Quintana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. Mrs. Dalloway. Hertfordshire: Wordsworth Classics, 1996.

_____. Rumo ao Farol. Tradução de Luiza Lobo. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003.

_____. To the Lighthouse. London: Penguin Popular Classics, 1996.

_____. Diary. V.2 (1920-1924). London: Lightning Source, 1980.

_____. Diary. v.4 (1931-1935). London: Hartcourt, 1983.

RESSONÂNCIAS PICARESCAS NA LITERATURA BRASILEIRA: APROXIMAÇÕES COM A PICARESCA ESPANHOLA DOS SÉCULOS XVI E XVII

PICARESQUE RESONANCES IN BRAZILIAN LITERATURE: SIMILARITIES WITH THE SPANISH PICARESQUE OF THE SIXTEENTH AND SEVENTEENTH CENTURIES

Nailton Santos de Matos
Doutorando do PPGE de Educação - Uninove
Docente do Departamento de Educação - Uninove
São Paulo – SP [Brasill]
nailtonmatos@yahoo.com.br

Resumo

Essa pesquisa teve como objetivo traçar uma linha histórica sobre o aparecimento da literatura picaresca na Espanha nos séculos XVI e XVII, relacionando-o com a situação social de uma grande parte da população espanhola, imersa em conflitos e completa miséria. Ao refletir sobre esta situação na literatura, se cria o pícaro. Embora o gênero picaresco, tenha surgido dentro das peculiaridades de um contexto histórico-cultural, é possível fazer algumas aproximações entre o gênero, surgido nos séculos XVI e XVII, e algumas obras da modernidade. Essa pesquisa buscou recuperar também ressonâncias do gênero picaresco na literatura brasileira moderna e contemporânea.

Palavras-chave: Crítica literária. Lazarillo de Tormes. Literatura brasileira. Picaresca.

Abstract

This research had as objective draw a historical line to the appearance of picaresque literature in Spain in the sixteenth and seventeenth linking it to the social situation of a large part of the Spanish population immersed in conflicts and complete misery. Reflecting on this literature, it creates the picaresque. Although the picaresque genre, has arisen within one of the peculiarities of historical-cultural context, it is possible to make some links between the genre emerged in the sixteenth and seventeenth centuries with some works of modernity. The research seeks to recover resonances of the picaresque genre in modern and contemporary Brazilian literature.

Key words: Brazilian literature. Lazarillo de Tormes. Literary criticism. Picaresque.

1 Introdução

A literatura brasileira oferece bons exemplos em que a picaresca e o pícaro ocupam lugar de destaque. Isso revela que esse gênero, que marcou de forma tão indelével a narrativa espanhola dos séculos XVI e XVII, ainda exerce sua influência no inconsciente coletivo.

A diferença, naturalmente, é que os pícaros de hoje evoluíram, do mesmo modo que a sociedade. São, sem dúvida, mais astutos, nem sempre se conformam com a cômoda sombra de um poderoso e, às vezes, vão mais longe. Dão certo na vida e, aparentemente, deixam de ser pícaros para se transformarem em potentados econômicos. No entanto, nem por isso renunciam às suas qualidades, pois são o salvo-conduto com que movem a sociedade. São diversos os romances da literatura brasileira que recuperam o pícaro e, ao fazê-lo, subvertem o gênero.

Esta pesquisa traçou uma linha histórica sobre o aparecimento da literatura picaresca, relacionando-a com a situação social de uma grande parte da população espanhola dos séculos XVI e XVII, resultante das contínua guerras que fizeram com que a Espanha ficasse emersa de aventureiros e gente em completa miséria. Ao refletir sobre essa situação na literatura, se cria o pícaro.

Embora o gênero picaresco, tenha surgido dentro das peculiaridades de um contexto histórico-cultural, é possível fazer algumas aproximações entre o gênero surgido nos séculos VXI e XVII com algumas obras da modernidade.

Feita a análise desse gênero de origem espanhola, esse projeto procurará ainda perceber ecos picarescos na obra dos escritores Jorge Amado, Ariano Suassuna, Graciliano Ramos, Manoel Antônio de Almeida, Mário de Andrade , etc. Esses autores criam personagens que se colocam de maneira marginal, para assim criticar uma sociedade que vive particularmente da aparência. É neste universo que o anti-herói da literatura brasileira inscreve seu percurso. Não é a mesma trajetória do pícaro clássico, mas se aproxima com este em diversos aspectos, tornando possível estabelecer entre eles algumas analogias.

Na perspectiva de Gonzalez(1984) , esse anti-herói aparece sempre sob uma perspectiva marginal e paródica. Para ele, com o pícaro o ponto de vista estará sempre colocado embaixo, definindo um universo construído em volta do homem.

2 Abrangência e problemática

Esse projeto estudou a personagem picaresca na obra de Lazarilho de Tormes, sua contextualização sociocultural e a construção da identidade dessa personagem na narrativa espanhola. Esse estudo previu tanto pesquisa sobre cada uma das literaturas ou autores, separadamente, quanto, sob a ótica dos estudos comparados, análises de dois ou mais autores da mesma ou de cada uma das literaturas.

A questão para qual se buscou uma resposta foi a seguinte: É possível se falar em uma literatura picaresca brasileira nos moldes do que caracterizam a produção picaresca de Lazarillo de Tormes?

2.1 Hipótese

O nascimento da personagem pícaro está diretamente associado ao contexto histórico cultural da Espanha do século XVI, sendo, portanto, uma conjugação de fatores típicos de um período. Seria, por isso, mais interessante se falar em ecos picarescos na literatura pós Lazarillo de Tormes, uma vez que a situação que criou essa narrativa é particular e específica.

2.2 Objetivos da pesquisa

Analisar a personagem picaresca em seu contexto histórico-cultural.

Estabelecer os aspectos identitários da literatura picaresca na Espanha do século XVI e identificar ecos picarescos na literatura brasileira.

3 Metodologia

A metodologia utilizada foi de base bibliográfica. O referencial teórico baseia-se principalmente em autores espanhóis que se dedicaram a estudar esse gênero literário. Merecem destaque González (1994) (1988), Molho (1971), Bataillon (1969), Cândido (1993), Lopez (1970), Parker (1975), Rico (1970), Souiller (1975), Taléns (1975), Tierno Galván (1974) e Francis (1978) cujas obras oferecem uma análise precisa sobre o surgimento e as características definidoras da novela picaresca.

4 Análise dos resultados

O estudo do gênero picaresco revelou, ao longo da pesquisa, que a picaresca clássica é irrepetível e só tem sentido se associada aos séculos XVI e XVII. São obras que refletem uma visão irônica e pessimista do homem e uma perspectiva cética em relação à sociedade espanhola de sua época. São ainda o reflexo da tensão provocada pelo confronto entre o indivíduo e uma sociedade opressora.

A análise do corpus selecionado revela que há na literatura brasileira, um conjunto de obras que mostram outros aspectos que poderiam se ajustar melhor aos conceitos comumente aceitos para a definição picaresca, como a narração pseudoautobiográfica, ação episódica, a origem infame do protagonista, sua tendência a não se fixar em lugar nenhum, a luta pela sobrevivência e o

tema da fome. Tais aspectos podem ser facilmente percebidos em "Macunaíma", de Mário de Andrade (1997), "Auto da Compadecida", de Ariano Suassuna (1973), "A morte e a morte de Quincas Berro D'água", de Jorge Amado (2000) e "Memórias de um sargento de milícias", de Manuel Antonio de Almeida (1996).

No entanto, um exame mais detido da novela picaresca revela que o modelo clássico apenas sofreu uma "correção de rota" para se adaptar à evolução da técnica narrativa e à realidade do mundo moderno. Se o recurso à pseudoautobiografia foi um achado em seu tempo, hoje é uma técnica limitadora. A narrativa em terceira pessoa, com frequentes digressões, permite uma construção mais precisa e segura acerca da personagem.

Referências

ALMEIDA, M. A. de. Memórias de um sargento de milícias. 25ª ed., São Paulo: Ática, 1996 (Bom Livro).

AMADO, J. A morte e a morte de Quincas Berro D'Água. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ANDRADE, M. de. Macunaíma. Rio de Janeiro: Villa Rica, 1997.

BATAILLON, M. Pícaros y picaresca. Madrid: Taurus, 1969.

CÂNDIDO, A. Dialética da malandragem. In: O discurso e a cidade. São Paulo: Duas cidades, 1993.

FRANCIS, A. Picaresca, decadencia, historia. Madrid: Gredos, 1978.

GONZALEZ, M.M. O romance picaresco, São Paulo: Ática 1988.

_____. A saga do anti-herói: estudo sobre o romance picaresco espanhol e algumas de suas correspondências na literatura brasileira, São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

LOPES, E. Principios y funciones en la novela picaresca española. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1970.

MOLHO, M. Itinerário de la novela picaresca española. Barcelona: Lumen, 1971.

PARKER, A. Los picaros en la literatura. Madrid: Gredos, 1975

RICO, F. La novela picaresca y el punto de vista. Barcelona: Seix-Barral, 1970.

SOUILLER, D. La novela picaresca. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

SUASSUNA, A. Auto da compadecida. 10a ed. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

TALÉNS, J. Novela picaresca y prática de la transgresión, Valência: Jucar, 1975.

TIERNO GALVÁN, E. Sobre la novela picaresca y otros escritos. Madrid: Tecnos, 1974.

VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICAS: CONDICIONANTES SOCIAIS EM PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DE NORMAS GRAMATICAIS

VARIATION AND LINGUISTIC CHANGES: SOCIAL DETERMINANTS IN PROPOSALS OF ALTERATION OF GRAMMATICAL NORMS

André de Godoy Bueno
Graduado em Letras – UNINOVE
andre_paft@hotmail.com

Murilo Jardelino da Costa
Mestre em Letras e Linguística – UNINOVE/FASB
murilojardelino@uninove.br

Resumo

Carlos Alberto Faraco (2002) apresenta algumas propostas de reconfiguração do padrão normativo do português falado no Brasil. Analisa-se, por meio dessa pesquisa, as proposições de Faraco a fim de verificar, com base nos conceitos vigentes de norma, qual a relevância das mudanças sugeridas pelo autor. Considerando-se a natureza heterogênea da língua, serão discutidos alguns fatores que impulsionam a variação e as mudanças linguísticas, bem como o grau de influência de fatores externos à língua sobre esses fenômenos.

Palavras-chave: Gramática padrão. Mudança linguística. Português brasileiro. Variação linguística.

Abstract

Carlos Alberto Faraco (2002) presents some proposals for reconfiguration of the normative standard of Portuguese spoken in Brazil. It is analyzed through this research, the propositions Faraco to verify, based on current concepts of norm, the relevance of the changes suggested by the author. Considering the heterogeneous nature of language, we discuss some factors that drive variation and linguistic changes, as well as the degree of influence of factors external to the language on these phenomena.

Key words: Brazilian Portuguese. Linguistic change. Linguistic variation. Standard grammar.

1 Introdução

O recente Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, instituído nos países lusófonos, desencadeou nos meios midiáticos um ânimo novo para o debate acerca da língua. Entretanto, a revisão do padrão normativo da língua portuguesa, e não apenas algumas mudanças ortográficas, é um ponto que requer atenção da ciência linguística. A partir de uma visão que considera importante a mudança da gramática tradicional, Carlos Alberto Faraco (2002) analisa a situação atual do português falado no Brasil para lançar algumas propostas de mudanças linguísticas pertinentes ao português brasileiro (doravante PB).

A variação linguística é fenômeno integrante da própria língua, e a aceitação desse fato permite a adoção de uma postura consciente a respeito das variações da fala, passando esta a ser entendida não mais como causadora de deterioração da língua, mas como ponto de partida para mudanças inevitáveis no idioma. E por assim conceber a língua, Faraco propõe que se aceitem algumas variações frequentes em ambientes em que a língua é mais monitorada.

Desse modo, proceder-se-á inicialmente a uma breve discussão sobre os conceitos de norma linguística, uma vez que não há nos estudos linguísticos modernos um consenso sobre esse conceito. Realiza-se, em seguida, a análise de algumas propostas de variações recorrentes na chamada norma culta lançadas por Faraco, para então ressaltar a relevância das mudanças propostas pelo autor. Por fim, uma discussão pormenorizada de três variações linguísticas encerram a investigação, evidenciando que a língua é um fenômeno sócio-histórico que deve ser observado de maneira mais consciente.

2 Normas linguísticas

Com o desenvolvimento dos estudos linguísticos, o conceito de gramática como o modo de falar e escrever corretamente foi perdendo seu espaço, e, apesar de vigente ainda no senso comum, divide agora a hegemonia que lhe pertencia com a constatação de que toda língua possui gramáticas, ainda que não estejam descritas em manuais, pois as variantes linguísticas também são gramaticalmente estruturadas.

Há na literatura linguística diversos conceitos para a caracterização das normas presentes nas línguas. Em alguns casos, a linguística busca definições de perspectivas sociológicas, que podem distinguir, como quer Alain Rey (2001), "norma objetiva" da "norma subjetiva", de que resultam os adjetivos "normal" e "normativo". Segundo Rey, à norma objetiva correspondem as atitudes reais dos sujeitos na sociedade, enquanto os valores e prescrições, que se pretendem corretos ou permitidos, dizem respeito a norma subjetiva.

Stanley Aléong (2001) também distingue "normal" de "normativo", para investigar os motivos relacionados ao uso efetivo da língua na sociedade e a língua que "deve" ser falada. O autor embasa-se em três princípios: a organização das sociedades, que funciona com o auxílio de instituições que estão no princípio da estrutura social, tais como a família, a escola etc.; a vida social, constituída pelas interações constantes entre os indivíduos, que confere aos grupos uma identidade social, um *status*; e a percepção de si e do meio que cerca o sujeito, cuja veracidade é condicionada pela situação objetiva em que se encontram os indivíduos. Assim, Aleóng (op. cit.) afirma que:

> […] se entende por normativo um ideal definido por juízos de valor e pela presença de um elemento de reflexão consciente da parte das pessoas concernidas, o normal pode ser definido no sentido matemático de freqüência real dos comportamentos observados. (p. 148).

Com o desdobramento dos estudos linguísticos e a ampliação do campo de observação da língua, a questão das normas destacada pela Sociologia passa a ter grande relevância para a ciência da língua. Nesse contexto, classificam-se as normas linguísticas, no PB, da seguinte forma: "No caso brasileiro, sociolinguistas e professores de português têm adotado a interpretação tripartida da realidade linguística brasileira: norma padrão, norma (s) culta (s), norma (s) vernácula (s)" (MATTOS e SILVA, 2004, p. 118).

Percebe-se pelos excertos que as normas linguísticas têm desempenhado papel relevante nos estudos linguísticos, e é por isso que as concepções de norma são frequentemente discutidas. A "Norma Padrão" é parte integrante do complexo universo linguístico, influenciando-o e sendo por ele influenciada. A gramática normativa é comumente designada como o modelo de língua ideal. No entanto, a norma prescrita nunca foi a língua efetivamente falada por grupo algum, pois suas regras fundamentam-se no uso dos grandes escritores, ou seja, baseia-se na escrita literária, que se distingue brutalmente das variantes linguísticas utilizadas na fala dos cidadãos.

A dinâmica da fala pode ser contraposta à elaboração da escrita, visto que no processo de comunicação falada a interação com o interlocutor "obriga" o emissor a acelerar a atividade comunicativa, com o intuito de dar vivacidade à conversa. Já na comunicação escrita, o dinamismo é suplantado pela escolha dos conteúdos referenciais que melhor transmitam a intenção do emissor, sem desprezar a capacidade de compreensão do receptor. Portanto, acredita-se que a escrita, por ser uma atividade de maior reflexão, seja menos corrompida

pelos "erros". Ainda assim, não se pode pensar que os processos de escrita e de fala encontram-se em campos opostos, uma vez que são também influenciados um pelo outro.

A influência da escrita sobre a fala é bem conhecida, no entanto, custa-se a aceitar que a fala, corrompida por "erros", é capaz de exercer influências sobre a escrita, tanto a escrita que pretende seguir o padrão institucionalizado, como a escrita corriqueira que ocorre atualmente, em larga escala, nos meios de comunicação digital. Embora pareça que a fala influencia apenas a escrita que se propõe ser comunicação rápida, não é o que acontece, porque até a escrita mais elaborada acaba recebendo, por vezes, formas próprias da fala coloquial, como alguns textos jornalísticos e literários.

Ainda assim, para gramáticos normativistas, o entrelaçamento resultante do contato entre as diversas formas de comunicação não se mostra relevante para desencadear a mudança na língua, sendo o fenômeno correspondente apenas à variação linguística, já que para alguns o padrão da língua já está completo em seus aspectos sintáticos, ficando as atualizações por conta apenas de algumas mudanças ortográficas, como o recente "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa". Mas estará a mudança da língua restrita apenas à grafia de algumas palavras? Essa é a questão para a qual se buscará resposta no próximo tópico a ser discutido.

3 Algumas propostas de reconfiguração do padrão

Nessa seção, serão abordadas algumas propostas de mudanças gramaticais formuladas por Faraco (2002), cuja atuação no campo dos estudos linguísticos tem demonstrado uma visão aberta acerca da língua. Nesse sentido, foram encontradas propostas de algumas atitudes em relação ao padrão que poderiam diminuir o caráter excessivamente normativo que permeia o julgamento que se faz da língua no Brasil. Costumeiramente, as postulações pregam anistia a formas que não recebem – ou recebem menos – estigma da sociedade, justamente por estarem amplamente difundidas entre os setores de prestígio social, pois um dos aspectos observáveis em uma comunidade linguística é o conceito imaginário de uma variante da língua "mais correta", mesmo que não seja esta a do próprio falante1. Assim, o caso a ser analisado diz respeito às proposições de Faraco (op. cit.) no artigo "Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós":

> […] faríamos bem em, por exemplo, abolir as regras de colocação de pronomes, aceitar como padrão a variedade de regências de certos verbos corriqueiras na norma culta (por exemplo: assistir, aspirar, obedecer como transitivos diretos), institucionalizar a concordância variável em construções com a palavra se, reconhecer a variação sintática dos pronomes pessoais (ele como objeto direto; lhe com verbos transitivos diretos; eu com preposição entre etc.), aceitar – como fazem os portugueses – a chamada mistura pronominal, admitir a concordância verbal variável em orações com verbo à esquerda do sujeito, e assim por diante (p. 59).

Perceptível está que a aceitação das formas sugeridas por Faraco faz-se cada vez mais necessária. Entretanto, formas como essas são encontradas em usos linguísticos dominantes socialmente. Uma breve reflexão acerca das proposições descritas acima permite-nos depreender que o prestígio social é responsável direto pela aceitação de tais usos.

O primeiro caso é "abolir as regras de colocação de pronomes". Aqui, há consenso em diversos setores, podendo ser encontrada no uso de pronomes uma maciça utilização proclítica até mesmo em veículos de prestígio na escrita, tais como literatura, música, textos jornalísticos etc. Também na fala de quem procura correção gramatical é possível identificar certo abandono das regras de colocação pronominal, como a decadência de uso da mesóclise (restrita praticamente a textos acadêmicos) e da ênclise – mais utilizada em expressões escritas de segmentos escolarizados e em situações formais, mas com uso reduzido na fala.

Outro ponto a ser observado refere-se a "aceitar como padrão a variedade de regências de certos verbos corriqueiras na norma culta (por exemplo: assistir, aspirar, obedecer como transitivos diretos)". Entre os verbos apontados, destaca-se o caso do verbo "assistir". Caso raro hoje em dia é ouvir enunciados como "você assistiu ao jogo ontem?", ou "eu não assisti ao jornal das oito". Essa tendência se espalhou até alcançar meios de comunicação de massa prestigiados, que privilegiam os usos institucionalizados pela norma gramatical, sendo atualmente o uso corrente do verbo assistir sem a preposição "a", ficando os enunciados acima com as formas "você assistiu o jogo ontem" e "eu não assisti o jornal das oito".

Na proposta "institucionalizar a concordância variável em construções com a palavra se" identifica-se a transposição da fala culta para a escrita, como os verbos originalmente pronominais (iniciar, estragar, derramar, quebrar, esgotar, deitar). Em outra obra, afirma Faraco (2008) que: "Na fala culta moderna, esses verbos ocorrem mais frequentemente como não-pronominais. Dizemos, então, A feira inicia hoje / O leite estragou / O vinho derramou / O vaso quebrou / A nova edição do livro já esgotou / Eles deitam cedo etc" (p. 55).

1 Sobre esse assunto ver Corbeil (In: Bagno [Org.] : 2001, p. 175-202).

Uma das propostas mais relevantes de todas as enfatizadas pelo autor encontra-se em "reconhecer a variação sintática dos pronomes pessoais (ele como objeto direto; lhe com verbos transitivos diretos; eu com preposição entre etc.)". Não é necessário que se reitere o amplo uso de pronomes de formas diversas. Discutir-se-á aqui o caso dos pronomes pessoais do caso reto "ele/ela", e suas formas plurais, em posição de objeto direto, os quais ocupam o ponto mais relevante dessa proposta, tendo grande projeção tanto na escrita quanto na fala, como no caso de linguistas que utilizam, até mesmo em textos formais, o pronome pessoal do caso reto como objeto direto, talvez como uma forma de mostrar coerência com o que pregam, como escreve Britto (2002): "Outra ingenuidade essa, supor que as palavras sejam minhas […] porque são anteriores aos indivíduos que dizem elas" (p. 136).

Na sequência de proposições, Faraco afirma que seria importante "**[...]** aceitar – como fazem os portugueses – a chamada mistura pronominal", (2002, p. 59). Sobre tal ponto é importante notar que a mistura pronominal tem sido difundida em todos os setores da sociedade. Uma explicação para tal fenômeno linguístico – excluindo-se as proposições teóricas que analisam estruturas e fatores intralinguísticos para a explicação do fenômeno – reside nas possíveis ambiguidades que a concordância pronominal em terceira pessoa pode gerar, como na sentença "você não percebe que quero te ver". Se a concordância fosse realizada de acordo com a prescrição gramatical, teríamos "você não percebe que quero vê-lo". Acontece, nesse caso, uma indefinição, pois não se sabe, abstraindo-se qualquer contexto que possa estar envolvido, se o pronome de terceira pessoa refere-se a você ou a uma pessoa qualquer (ele).

Diante dessa sentença, o melhor modo de mostrar clareza seria deixar o enunciado com uma das opções a seguir: "você não percebe que quero te ver" ou "você não percebe que quero ver você", no caso de ser o interlocutor a pessoa a ser vista, ou ainda "você não percebe que quero ver ele", se o indivíduo a ser visto for outro. Portanto, dois dos enunciados de maior clareza comunicativa estão em discrepância com a norma prescrita.

Por fim, há a proposta "admitir a concordância verbal variável em orações com verbo à esquerda do sujeito", que se mostra também muito importante. Sabe-se que a língua portuguesa, ainda que admita outras formações sintáticas, é basicamente formada pela estrutura S V O (sujeito – verbo – objeto), seguindo verbo e objeto a concordância devida ao termo que conduz a predicação. Entretanto, não se pode esquecer de que há outras organizações sintáticas na língua, como a formação V S O (verbo – sujeito – objeto). Tal organização causa estranheza pelo fato de o verbo ser conjugado antes mesmo de aparecer o sujeito no enunciado, sendo a concordância prejudicada em razão da aparente falta de relação entre verbo e sujeito, que aparece posteriormente. É importante ressaltar ainda que o elemento verbal à esquerda do sujeito não é o único causador de variante não pluralizada, esta variação também ocorre em sintagmas nominais em que há elementos nominais nessa organização sintática, favorecendo, do mesmo modo, a ausência de marcação de plural.

Entre os casos de variação elencados acima há alguns que se sobressaem por sua maior difusão ou aceitação por parte de uma gama maior de segmentos da sociedade, e por esse motivo serão discutidos e aprofundados, tendo em vista que podem ser essas as variações mais próximas de uma aceitação gramatical. Assim, cumpre observar pormenorizadamente as variações mais relevantes.

4 Os casos mais relevantes

Entre as proposições apresentadas por Faraco (2002) serão analisadas mais detalhadamente: "[…] reconhecer a variação sintática dos pronomes pessoais (ele como objeto direto…), aceitar – como fazem os portugueses – a chamada mistura pronominal, admitir a concordância verbal variável em orações com verbo à esquerda do sujeito…" (p. 59).

Tais propostas não trazem apenas um viés de mudança em que o sistema estrutural interno seja o único motivador. Pode-se dizer, então, que o âmbito social é o responsável pelas mudanças apresentadas, visto que estão altamente difundidas na sociedade, fator primordial para que haja institucionalização de variações da fala condenadas pela prescrição gramatical.

4.1 Reconhecer a variação sintática dos pronomes pessoais (ele como objeto direto…)

Na língua, os fatos normalmente são comuns a um determinado grupo de falantes, e podem ocorrer em diversas escalas de uso, sendo difundidos de maneiras diferentes nas comunidades de fala. Não se pode negar que o alcance dessa variação é considerável em qualquer segmento social. Não se trata de uma variação de "incultos" ou de pessoas não escolarizadas, mas de variação presente inclusive em ambientes nos quais a variedade da língua preconizada é mais formal, como universidades, órgãos públicos etc. Há que se ressaltar, ainda, que não é apenas uma variação recorrente somente na fala. Desse modo, há normalidade nessa variação, que se encontra menos estigmatizada por ser usada em meios de prestígio do idioma, com grande difusão também da utilização desses pronomes, em posição de objeto direto, em textos escritos; nesse caso, porém, com uso mais restrito.

Como na maioria das variações de fala, esse fenômeno não é recente, pois casos de utilização desses pronomes nessa organização sintática podem ser encon-

trados na escrita antiga, mostrando assim que já ocorria na fala de outras épocas. No artigo "Pronomes pessoais dos casos reto e oblíquo: a função sintática no português atual e arcaico", Silva (2009) utiliza alguns exemplos a fim de mostrar que a variação sintática pronominal não é fenômeno de nossa geração. Demonstra o autor que há variações de utilização dos pronomes retos, todavia assevera que há formas de uso mais aceitas socialmente que outras, como no excerto:

> Pode-se ver que a gramática normativa praticamente coloca todos os pronomes pessoais do caso reto no mesmo patamar quanto à função sintática, isto é, devem ser sujeitos, não objetos. Todavia, parece evidente que, mesmo na linguagem falada, existe uma gradação de aceitabilidade de cada pronome pessoal do caso reto como complemento. Assim como ocorre nessas expressões: *"Já peguei ele", "Encontraram elas na rua"* que aparentam ser mais "normais", ou seja, mais facilmente aceitas que "*Elas molharam eu"* ou "*Eu vi tu na esquina*", rejeitadas e estigmatizadas até mesmo por falantes de camadas sociais menos escolarizadas (p. 2518 – grifos do original).

Fica claro, então, que a proposta de institucionalização do pronome reto ELE em posição de objeto direto tem viés social, e não pode ser considerada uma mudança "natural" da língua, mas deve antes ser observada em sua complexidade histórico-social, pois sendo recorrente em ambientes considerados cultos, passou a ser vista com menos estigma pelos falantes do PB, inclusive no meio acadêmico. Não houve defesa, por parte de Faraco (2002), do uso dos pronomes EU/TU como objeto direto, assim como foi defendido o uso de ELE/ELA nessa posição sintática. Portanto, é justamente a diminuição do estigma que recai sobre essa variação que a aproxima do prestígio social e a deixa cada vez mais próxima da norma prescrita da língua.

4.2 Aceitar – como fazem os portugueses – a chamada mistura pronominal

A mistura pronominal passou a ser tão comum no PB que sequer é percebida com frequência, e, como efeito contrário, há situações em que o uso pronominal prescrito causa estranheza. Pesquisas indicam que a mistura pronominal não é mais considerada um desvio da língua, mas uma variação comum, que ocorre em ambientes cultos e desprestigiados, obtendo aceitabilidade em ambos, tendo sua anistia defendida também pela comunidade acadêmica, fato importante para que uma variação seja considerada correta.

Em estudo a respeito da "Perda do uso tu/te e aquisição de você/te", Cyrino, Brito e Onilda (2009) mostram que a mistura pronominal tornou-se normal na escrita. As autoras empreendem uma pesquisa diacrônica, utilizando como *corpus* textos teatrais em língua portuguesa escritos nos séculos XIX e XX, entre 1833 e 1988, dos autores Martins Pena, Graça Aranha, Oswald de Andrade e Gianfrancesco Guarnieri. O resultado da pesquisa é esclarecedor: constatou-se que o pronome oblíquo TE, no período pesquisado, é gradativamente associado ao pronome reto VOCÊ, perdendo o uso canônico associado ao pronome reto TU. Cabe ressaltar que essa análise se baseou em textos escritos de um gênero textual que tem prestígio na língua, fator que aumenta a aceitabilidade desse uso pronominal.

Cyrino, Brito e Onilda (ibidem) asseveram que alguns autores atribuem à mistura pronominal um caráter pragmático, em que as "inferências intersubjetivas" são definidoras. Afirmam as autoras, com base em Monteiro (apud CYRINO e BRITO, 2000), que "[…] o uso de te com você conota talvez maior aproximação ou intimidade do que lhe com você" (p. 5 – grifos do original), afirmam ainda que "[…] a seleção e combinação de formas pronominais estão condicionadas muito mais aos tipos de relação e às inferências intersubjetivas que a um conjunto de regras e estruturas sintáticas" (p. 5 – grifos do original).

Empreendem, assim, uma análise com base na aquisição da linguagem, partindo do pressuposto de "[…] que as mudanças gramaticais, numa teoria de mudanças diacrônica, ocorrem no processo de aquisição de linguagem […]", e continuam com a assertiva em que "[…] numa teoria de mudança diacrônica, fatos linguísticos se sucedem até motivarem uma mudança gramatical" (cf. p. 5-6). Fica claro, assim, que Cyrino, Brito e Onilda (2009) se fundamentam nos princípios gerativistas e em uma mudança paramétrica para explicar o fenômeno da mistura pronominal. Nesse sentido, pode-se afirmar que, em tal estudo, Cyrino, Brito e Onilda atribuem essa variação à mudança da gramática interna dos falantes. Desse modo, poder-se-ia enquadrar esse estudo nos pressupostos do "gerativismo diacrônico"[2].

Como foi afirmado, não ocorrem mudanças linguísticas de uma hora para outra, principalmente em línguas que têm padrão normativo, por possuírem diversas forças de repressão às mudanças. As mudanças são fruto de variações que passam a ser utilizadas por uma quantidade maior de falantes, no entanto, a "quantidade", por si só, não é capaz de desencadear rupturas no idioma, pois a "qualidade", ou seja, a estirpe dos usuários que se utilizam de uma variante é fator preponderante para a mudança no padrão de uma língua.

2 Sobre o gerativismo diacrônico, ver Mattos e Silva (2008, p. 43-54).

Uma variação linguística passa a ser cogitada como parte do padrão gramatical quando é utilizada por pessoas consideradas cultas, uma vez que, quando adotada por falantes desprestigiados, recebe estigma, assim como o grupo que a utiliza. Dessa maneira, depreende-se que a mistura pronominal está em vias de ser aceita gramaticalmente, pois passou a ser utilizada por falantes prestigiados do PB.

4.3 Admitir a concordância variável com verbos à esquerda do sujeito

Há nesse fenômeno, como já foi dito, o desfavorecimento da concordância plural em razão do sujeito do enunciado vir posposto ao verbo, prejudicando assim a correlação do sujeito com a conjugação verbal. Essa variação não se processa apenas no PB, ocorre também em solo lusitano, sendo, portanto, uma tendência da língua portuguesa, e não uma variação "abrasileirada" da língua.

No livro "Origens do Português Brasileiro", Naro e Scherre (2007) realizam uma profunda análise de dados do português europeu a fim de provar que a variação de concordância verbal com sujeito à direita do verbo não é exclusiva do PB, nem fruto de pidginização/crioulização de uma direção que tenha tomado a língua no Brasil, influenciada por crioulos com base lexical de língua portuguesa (cf. p. 87-116). Os autores pesquisaram "12 obras da dialetologia portuguesa europeia", e destacaram seis pontos, entre os quais interessa-nos a "[…] identificação sistemática […] da gênese da variação da concordância verbal […] do plural: sujeito à direita do verbo…" (cf. p. 90-91 – grifo do original). Dos 12 estudos pesquisados por Naro e Scherre, nove apresentaram "[…] exemplos de ausência de concordância plural ou variante zero de plural com SUJEITO À DIREITA DO VERBO no português europeu não-padrão" (cf. p. 95 – grifo do original).

A ausência de marca plural nas sentenças em 3º pessoa do plural está amplamente associada à posição do sujeito em relação ao verbo, como segue: "Já é de conhecimento de todos nós que, no português brasileiro, o sujeito à esquerda do verbo favorece de forma robusta mais variante explícita de plural no verbo do que sujeito à sua direita." (cf. p. 99). Mais à frente, inclui-se comentário referente à concordância nominal:

> A análise dos dados em função da posição relativa evidencia que a posição à esquerda atua no sentido de favorecer a presença de marcas. No caso da concordância verbal, se o sujeito estiver à esquerda do verbo, favorece-se mais concordância explícita. No caso da concordância nominal, os elementos mais à esquerda evidenciam mais marcas explícitas de plural. Sujeito à direita do verbo e elementos nominais mais à direita mostram-se, por sua vez, favorecedores das variantes zero de plural. (p. 111-112).

No entanto, ainda que a posição do verbo anteposta ao sujeito favoreça a variante zero de plural, há ausência de marca de pluralidade em sentenças em que o verbo aparece à direita do sujeito. Essa variação, contudo, é reduzida em relação aos enunciados com sujeito à direita do verbo, tanto no PB, quanto no português europeu, como observa-se pelo comentário de Cruz (1991): "Se o sujeito é plural e está depois do verbo, este fica frequentemente no singular" e "[…] mesmo quando o sujeito é plural e está antes do verbo, verifica-se, por vezes, o emprego deste no singular" (apud NARO e SCHERRE, 2007, p. 99 – grifos do original):

Encerra-se, assim, a análise das construções aqui preconizadas, com a constatação de que as variações presentes na língua não se explicam apenas por fatores puramente estruturais, mas também por condicionantes externos.

5 Considerações finais

De posse dessas visões, é possível asseverar que a mudança linguística se processa na sociedade de diversas formas. Contudo, quando o assunto é a mudança de normas linguísticas padronizadas de um idioma, a sua modificação está intimamente ligada a fatores sociais.

Há usos do idioma que apresentam a mesma variação linguística em matéria de estrutura, mas recebem tratamento diferente, como é o caso do uso de pronomes pessoais do caso reto em posição de objeto direto, motivo pelo qual houve, por parte de Faraco, a proposição de tornar certa variação parte do arcabouço gramatical prescrito, justamente por se encontrar atualmente mais difundida entre variantes linguísticas de classes sociais privilegiadas, fazendo parte, assim, da chamada "Norma Culta" e recebendo, por isso, aceitabilidade de grande parte da sociedade, inclusive dos meios acadêmicos.

Existem, porém, fenômenos que, embora apresentem a mesma característica estrutural, com a utilização de pronome reto em posição de objeto direto, recebem tratamento diferente, não tendo sua aceitabilidade defendida pela sociedade, posto que não são recorrentes em variantes linguísticas de prestígio.

A mistura pronominal é também um caso bastante comum no PB, e, ainda que sua inclusão no padrão não seja feita rapidamente, não deixará de ser utilizada pelo motivo de não ocorrer em tal fenômeno a chamada "uniformidade de tratamento". A esse uso bastante usual não há associação estrutural semelhante, como no caso dos pronomes retos, mas a ampla utilização dessa

variável pela parte prestigiada da sociedade ajuda na sua valorização social.

Outro caso relevante que apresenta possível mudança em razão da sua utilização em variantes linguísticas de prestígio diz respeito "à concordância verbal com verbos à esquerda do sujeito". Com base em Naro e Scherre (2007), podem-se observar diversos exemplos de variação de concordância nominal, que também é intensamente prejudicada pela posição relativa dos objetos nominais. Nota-se que elementos nominais à direita, assim como sujeitos nessa posição tendem a desfavorecer as variantes explícitas de plural.

Depreende-se, nesse caso, que a proposta de tornar aceitável gramaticalmente a concordância variável em orações com sujeito à direita do verbo se processa também em razão da maior aceitabilidade de seu uso em variedades linguísticas de prestígio, uma vez que a variação da língua com os elementos nominais sem marca explícita de plural, independentemente de sua posição no sintagma, ainda é bastante estigmatizada, motivo pelo qual não recebe julgamento positivo no sentido de uma possível aceitação, dado ser recorrente ainda em variantes linguísticas estigmatizadas.

Fica, pois, evidenciado, que as propostas de flexibilização do padrão normativo analisadas apresentam variações com viés social. Viu-se que variantes prestigiadas recebem tratamento diferenciado em relação a variantes estigmatizadas.

Conclui-se, portanto, que instâncias de padronização da língua podem tornar variações de prestígio parte de seu padrão normativo, pois este é um construto científico-cultural estabelecido, na maior parte das vezes, com o intuito de servir aos seus interesses, conduzido pelo percurso que melhor lhes convier.

Referências

ALÉONG, S. *Normas lingüísticas, normas sociais:* uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (Org.): *Norma lingüística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 145-174.

BAGNO, M. (Org.): *Norma lingüística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

CYRINO, S. M.L. e BRITO, ONILDA R.M.: *Perda (de tu/te) e aquisição de (você/te).* Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/site/docentes/cyrino/Cyrino%20&%20Brito.pdf – acesso em 3 jun.2009.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma.* São Paulo: Edições Loyola, p. 37-61, 2002.

_____. *Norma culta brasileira:* desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português são dois*: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____ *Caminhos da Linguística Histórica:* ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

REY, A. Usos, julgamentos e prescrições lingüísticas. In: BAGNO, M. (Org.): *Norma lingüística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 115-144.

SILVA, R. J.: *Pronomes pessoais do caso reto e oblíquo*: a função social no português atual e arcaico. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_253.pdf – acesso em 15 mai.2009.